



CONGRESSO NACIONAL

ANAIIS DO SENADO FEDERAL

ATAS DA 41ª SESSÃO À 45ª SESSÃO DA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA

VOLUME 32 Nº 10
1º DE ABRIL A 07 DE ABRIL

SENADO FEDERAL
SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
SUBSECRETARIA DE ANAIS.
BRASÍLIA – BRASIL
2008

VOLUMES NÃO PUBLICADOS DOS ANAIS DO SENADO FEDERAL

1919, 1920, 1927 a 1930, 1936, 1937, 1949 a 1952, 1963, 1964 e 1966.

Anais do Senado / Senado Federal, Subsecretaria de Anais. – 1823-.
Brasília, Senado Federal, Subsecretaria de Anais, 1823-
v. ; 27 cm.
Quinzenal.

Volumes anteriores a 1977 publicados sob numerações próprias, com periodicidade irregular. Editado pela Diretoria de Anais e Documentos Parlamentares no período de 1950-1955; pela Diretoria de Publicações no período de maio de 1956 a 1972 e pela Subsecretaria de Anais a partir de 1972.

Variações do título: Annaes do Senado do Império do Brazil, 1826-1889. Annaes do Senado Federal, 1890-1935. Anais do Senado Federal, 1946-

1. Poder legislativo – Anais. I. Brasil. Congresso. Senado Federal, Subsecretaria de Anais.

CDD 341.2531
CDU 328(81)(093.2)

**Senado Federal
Subsecretaria de Anais - SSANS
Via N 2, Unidade de Apoio I.
CEP - 70165-900 – Brasília – DF – Brasil.**



SENADO FEDERAL

COMISSÃO DIRETORA
(2007-2008)

PRESIDENTE	Senador GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN)
1º VICE-PRESIDENTE	Senador TIÃO VIANA (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE	Senador ÁLVARO DIAS (PSDB-PR)
1º SECRETÁRIO	Senador EFRAIM MORAIS (PFL-PB)
2º SECRETÁRIO	Senador GERSON CAMATA (PMDB-ES)
3º SECRETÁRIO	Senador CÉSAR BORGES (PFL-BA)
4º SECRETÁRIO	Senador MAGNO MALTA (PR-ES)

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º Senador	PAPALÉO PAES (PSDB-AP)
2º Senador	ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE)
3º Senador	JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB-PI)
4º Senador	FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

Bahia

Minoria-DEM - Antonio Carlos Júnior* (S)
Bloco-PR - César Borges*
PDT - João Durval**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Maioria-PMDB - Paulo Duque* (S)
Bloco-PP - Francisco Dornelles**

Maranhão

S/PARTIDO - Lobão Filho* (S)
Maioria-PMDB - Roseana Sarney*
PTB - Eptácio Cafeteira**

Pará

Minoria-PSDB - Flexa Ribeiro* (S)
PSOL - José Nery* (S)
Minoria-PSDB - Mário Couto**

Pernambuco

Minoria-DEM - Marco Maciel*
Minoria-PSDB - Sérgio Guerra*
Maioria-PMDB - Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

Bloco-PT - Aloizio Mercadante*
PTB - Romeu Tuma*
Bloco-PT - Eduardo Suplicy**

Minas Gerais

Minoria-PSDB - Eduardo Azeredo*
Maioria-PMDB - Wellington Salgado de Oliveira* (S)
Minoria-DEM - Eliseu Resende**

Goiás

Minoria-DEM - Demóstenes Torres*
Minoria-PSDB - Lúcia Vânia*
Minoria-PSDB - Marconi Perillo**

Mato Grosso

Minoria-DEM - Gilberto Goellner* (S)
Bloco-PT - Serys Shessarenko*
Minoria-DEM - Jayme Campos**

Rio Grande do Sul

Bloco-PT - Paulo Paim*
PTB - Sérgio Zambiasi*
Maioria-PMDB - Pedro Simon**

Ceará

PDT - Patrícia Saboya*
Minoria-PSDB - Tasso Jereissati*
Bloco-PC DO B - Inácio Arruda**

Paraíba

Minoria-DEM - Efraim Morais*
Maioria-PMDB - José Maranhão*
- vago**

Espírito Santo

Maioria-PMDB - Gerson Camata*
Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSB - Renato Casagrande**

Piauí

Minoria-DEM - Heráclito Fortes*
Maioria-PMDB - Mão Santa*
PTB - João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte

Maioria-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Minoria-DEM - José Agripino*
Minoria-DEM - Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina

Bloco-PT - Ideli Salvatti*
Maioria-PMDB - Neuto De Conto* (S)
Minoria-DEM - Raimundo Colombo**

Alagoas

Minoria-PSDB - João Tenório* (S)
Maioria-PMDB - Renan Calheiros*
PTB - Fernando Collor**

Sergipe

Maioria-PMDB - Almeida Lima*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
PSC - Virgínio de Carvalho** (S)

Amazonas

Minoria-PSDB - Arthur Virgílio*
PDT - Jefferson Peres*
Bloco-PT - João Pedro** (S)

Paraná

Bloco-PT - Flávio Arns*
PDT - Osmar Dias*
Minoria-PSDB - Alvaro Dias**

Acre

Maioria-PMDB - Geraldo Mesquita Júnior*
Bloco-PT - Sibá Machado* (S)
Bloco-PT - Tião Viana**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Delcídio Amaral*
Maioria-PMDB - Valter Pereira* (S)
Minoria-PSDB - Marisa Serrano**

Distrito Federal

Minoria-DEM - Adelmir Santana* (S)
PDT - Cristovam Buarque*
PTB - Gim Argello** (S)

Tocantins

Bloco-PR - João Ribeiro*
Maioria-PMDB - Leomar Quintanilha*
Minoria-DEM - Kátia Abreu**

Amapá

Maioria-PMDB - Gilvam Borges*
Minoria-PSDB - Papaléo Paes*
Maioria-PMDB - José Sarney**

Rondônia

Bloco-PT - Fátima Cleide*
Maioria-PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PR - Expedito Júnior**

Roraima

Bloco-PT - Augusto Botelho*
Maioria-PMDB - Romero Jucá*
PTB - Mozarildo Cavalcanti**

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

ÍNDICE TEMÁTICO

	Pág.		Pág.
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA			
Apelo pela votação da PEC que trata da transposição dos servidores públicos do Estado de Rondônia. Senador Expedito Júnior.....	58	Registro da matéria intitulada “Finatec usou empresa que doou para o PT”, publicada pelo jornal <i>Folha de S. Paulo</i> , em sua edição de 28 de fevereiro de 2008. Senador Marconi Perillo.....	349
Defesa dos policiais dos ex-Territórios Federais, que não foram contemplados por medida provisória que favorece os policiais e bombeiros do Distrito Federal. Senador Mozarildo Cavalcanti.....	101	Registro da matéria intitulada, “Mistério sem Fim”, publicada pela revista <i>IstoÉ</i> , em sua edição de 23 de janeiro de 2008. Senador Alvaro Dias.	350
Lançamento da campanha intitulada “O que você tem a ver com a corrupção?”, sob a liderança da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp) e do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União (CNPGE). Senador Augusto Botelho.....	568	Registro do artigo intitulado “Tardia conversão”, de autoria do Líder do PSDB no Senado Federal, Senador Arthur Virgílio, publicado no jornal <i>Folha de S. Paulo</i> , em sua edição de 23 de março de 2008. Senadora Marisa Serrano.....	351
Satisfação em ver um Senador falando sobre a corrupção. Aparte ao Senador Augusto Botelho. Senador Cristovam Buarque.....	569	Registro da matéria intitulada “A farra do Cartão de Crédito”, publicada pela revista <i>Veja</i> , em sua edição de 06 de fevereiro 2008. Senador Sérgio Guerra.....	352
AGRICULTURA			
Registro de audiência com o Ministro da Agricultura, quando foi exposta a grave situação em que se encontra a agricultura mato-grossense, ocasionada pela valorização do real. Senador Gilberto Goellner.	660	Registro da matéria intitulada “Há o direito de esperar”, publicada pelo jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , em sua edição de 01 de março de 2008. Senador Papaléo Paes.....	356
A importância da certificação internacional da Fazenda experimental do Incaper, no Espírito Santo, para a capacitação dos cafeicultores. Senador Gerson Camata.	662	Registro da “Carta aberta à população”, publicada no jornal <i>O Liberal</i> , em sua edição de 12 de fevereiro de 2008. Senador Flexa Ribeiro.....	357
ARTIGO DE IMPRENSA			
Registro das matérias intituladas “Lula ‘estarece’, afirma presidente do TSE” e “Denúncia diz ser ‘indubitável’ ação de Palocci”, publicadas no jornal <i>Folha de S. Paulo</i> , em suas edições de 03 de março de 2008 e de 29 de fevereiro de 2008, respectivamente. Senador Mário Couto.....	346	Registro da matéria intitulada “Os últimos tradutores da floresta”, publicada na revista <i>Época</i> , em sua edição de 16 de março de 2008. Senador Arthur Virgílio.	495
		Registro da matéria intitulada “Quem vazou sigilo deve se explicar, diz Jorge Mattoso”, publicada no jornal <i>Folha de S. Paulo</i> , edição de 27 de fevereiro de 2008. Senador Papaléo Paes.....	500
		Registro do artigo intitulado “Que tal olhar o que está errado aqui mesmo?”, publicado na revista <i>Exame</i> , edição de 13 de fevereiro de 2008. Senador Marconi Perillo.	502
		Registro da matéria intitulada “O incorporador imobiliário”, publicada na revista <i>Veja</i> , edição de 30 de janeiro de 2008. Senador Alvaro Dias.	504

	Pág.		Pág.
Registro da matéria intitulada “Autópsia da corrupção”, publicada na revista <i>Veja</i> , edição de 30 de janeiro de 2008. Senador Sérgio Guerra.....	506	Ausência de debates qualificados na primeira semana de abril, como anunciado pelo Líder da Base do Governo, Senador Aloizio Mercadante. Senador Heráclito Fortes.....	436
Registro da matéria intitulada “Autópsia da corrupção”, publicada na revista <i>Veja</i> , edição de 30 de janeiro de 2008. Senador Mário Couto.....	511	Críticas ao Senador Mão Santa em seu pronunciamento na sessão de 2 de abril de 2008, usando expressões insultuosas contra a Ministra Dilma Rousseff. Senadora Ideli Salvatti.....	437
Registro da matéria intitulada “Reforma errada na hora certa”, publicada na revista <i>Istoé Dinheiro</i> , edição de 05 de março de 2008. Senador Arthur Virgílio.....	512	Agradecimentos por ter sido eleito Vice-Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. Aparte à Senadora Lúcia Vânia. Senador Adelmir Santana.....	564
Registro da matéria intitulada “Sem-terra devastam área de 150 mil hectares no Pará”, publicada no jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , edição de 04 de março de 2008. Senador Flexa Ribeiro.....	514	Compromisso em defesa do Senado Federal e da democracia. Senador Virgínio de Carvalho....	564
ATUAÇÃO PARLAMENTAR		Cumprimentos ao Senador Virgínio de Carvalho pelo seu pronunciamento e por substituir a Senadora Maria do Carmo. Aparte ao Senador Virgínio de Carvalho. Senadora Lúcia Vânia.....	566
Desaprovação da possibilidade de alteração da medida provisória que beneficia o Policial Militar do Distrito Federal, alegando o prejuízo à referida classe profissional por provável atraso em sua tramitação, com seu retorno à Câmara dos Deputados. Senador Heráclito Fortes.....	118	CALAMIDADE PÚBLICA	
Comentários sobre a Carta de Natal, dos Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais, redigida após reunião nos dias 27 a 28 de março de 2008 em Natal. Senador Pedro Simon.....	415	Apelo ao Governo Federal para que envie ajuda à Paraíba, em razão do excesso de chuvas. Senador Efraim Morais.....	99
Comentários sobre a entrevista concedida pelo Presidente Garibaldi Alves Filho à revista <i>Veja</i> . Senador Cristovam Buarque.....	422	Relato sobre as conseqüências das fortes chuvas que atingem o Rio Grande do Norte. Senadora Rosalba Ciarlini.....	452
Discordância às afirmações do Senador Cristovam Buarque acerca da entrevista do Presidente do Senado à revista <i>Veja</i> . Aparte ao Senador Cristovam Buarque. Senador Eduardo Suplicy.....	422	Apreensão pelas cheias do Rio Grande do Norte. Aparte à Senadora Rosalba Ciarlini. Senador José Agripino.....	453
Considerações acerca da entrevista concedida pelo Presidente Garibaldi Alves Filho à revista <i>Veja</i> . Aparte ao Senador Cristovam Buarque. Senador Mozarildo Cavalcanti.....	424	Apelo ao presidente Lula no sentido de socorrer com presteza as vítimas das enchentes no Maranhão. Senadora Roseana Sarney.....	479
Repúdio à manifestação do Senador Mão Santa, na sessão de 2 de abril de 2008, ao se referir à Ministra Dilma Rousseff de forma pejorativa e desrespeitosa. Senadora Serys Slhessarenko...	425	Apelo ao Governo Federal no sentido de socorrer o Estado do Piauí, atingido pelas chuvas. Senador Heráclito Fortes.....	481
Crítica à Senadora Serys Slhessarenko por tentar ampliar a dimensão do episódio da sessão de 2 de abril de 2008, uma vez que o termo “galinha cacarejadora” não foi usado em seu sentido pejorativo. Senador Heráclito Fortes.....	426	Apelo ao Ministro dos Transportes e ao Ministro da Agricultura em favor do Estado do Piauí. Senador Mão Santa.....	482
Explicação a respeito do pronunciamento feito por S.Exa. no dia 2 de abril, onde se referia à Ministra Dilma Rousseff. Senador Mão Santa.....	427	Preocupação com a situação das vítimas das enchentes no Estado do Piauí. Senador João Vicente Claudino.....	488
Mantém a opinião de que a referencia que o senador Mão Santa fez à Ministra Dilma Rousseff foi pejorativa. Senadora Serys Slhessarenko.....	429	Preocupação com a situação das vítimas das enchentes no Estado do Piauí. Aparte ao Senador João Vicente Claudino. Senador José Nery.....	489
		Preocupação com as cheias no Estado do Rio Grande do Norte. Senador José Agripino.....	657
		CONGRESSO NACIONAL	
		Cumprimentos ao Presidente do congresso, Senador Garibaldi Alves, pelo conteúdo de sua en-	

Pág.	Pág.		
<p>trevista à revista <i>Veja</i>, sob o título “O Congresso na UTI”. Senador Eduardo Suplicy.....</p> <p>Pedido ao presidente da Câmara dos Deputados que coloque em votação a Proposta de emenda à Constituição que trata da revitalização do Rio São Francisco. Senador Antonio Carlos Valadares.....</p> <p>Preocupação com a agenda do Congresso Nacional. Senador Aloizio Mercadante.....</p> <p>Defesa de debates, no Congresso Nacional, de temas que mostrem o compromisso do parlamento com o País. Senador Cristovam Buarque...</p> <p>Contestação ao pronunciamento do senador Cristovam Buarque acerca do que é debatido no Congresso Nacional. Aparte ao Senador Cristovam Buarque. Senador Mão Santa.</p> <p>(CPI)</p> <p>Encontro de S. Exa. com o Procurador da República, Antônio Fernando, o Senador Demóstenes Torres e a Diretora da CPI da Pedofilia, onde o Procurador Antonio Fernando coloca à disposição da CPI um procurador federal para que seja interlocutor, na construção de uma legislação que tipifique este crime no Brasil. Senador Magno Malta.....</p> <p>Pleito ao Presidente Garibaldi Alves no sentido de que seja imediatamente lido o requerimento de constituição da CPI do Senado dos cartões corporativos. Senador José Agripino.</p> <p>Solicitação de imediata leitura do requerimento de criação da CPI no Senado para investigar os cartões corporativos. Senador Arthur Virgílio.</p> <p>Reclamação pelo descumprimento de acordo para retirada do requerimento da criação de CPI exclusiva no Senado para investigar os cartões corporativos. Senador Wellington Salgado de Oliveira.....</p> <p>Posição em defesa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que investiga os cartões corporativos, uma vez que a CPI exclusiva no Senado já havia sido proposta no início da legislatura e houve outro entendimento. Senador João Pedro.</p> <p>Proposta de que seja lido o requerimento de abertura de uma CPI no Senado, para investigação dos cartões corporativos no dia 3 de abril de 2008 e se compromete a participar da reunião do dia 8 de abril de 2008 para debate da pauta. Senador José Agripino.....</p> <p>Proposta de leitura do requerimento de abertura da CPI. Aparte ao Senador José Agripino. Senador Arthur Virgílio.....</p> <p>Questionamentos acerca da instauração CPI dos cartões corporativos. Senador Wellington Salgado.....</p>	<p>137</p> <p>141</p> <p>454</p> <p>570</p> <p>572</p> <p>139</p> <p>446</p> <p>447</p> <p>449</p> <p>452</p> <p>467</p> <p>468</p> <p>471</p>	<p>Defesa de que seja lido o requerimento da CPI dos cartões corporativos. Senador José Agripino.</p> <p>DESENVOLVIMENTO REGIONAL</p> <p>Resumo de assuntos tratados entre S.Exa. e o Deputado Átila Lins, a Deputada Vanessa Grazziotin e o Ministro Nelson Jobim, como a adequação do Aeroporto de Manaus, a falência da navegação na área do Amazonas e da iminência do perigo de 11 aeroportos do Amazonas serem interditados. Senador Arthur Virgílio.....</p> <p>DROGAS</p> <p>Registro do Relatório Anual da Junta Internacional de Fiscalização de Entorpecentes, sobre tráfico e consumo de drogas no mundo. Senador Gerson Camata.</p> <p>ECONOMIA</p> <p>Reflexão sobre o crescimento econômico do País e a excessiva carga tributária. Senador Raimundo Colombo.....</p> <p>Comemoração pelo desempenho da economia brasileira, através de um crescimento expressivo e continuado. Senador Romero Jucá.</p> <p>Referências aos resultados econômicos obtidos pelo governo do Presidente Lula. Senadora Serys Slhessarenko.....</p> <p>Preocupação com compras parceladas pelos consumidores brasileiros. Senador Mão Santa.</p> <p>EDUCAÇÃO</p> <p>Registro da história da sede da União Nacional dos Estudantes e da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas, que foi invadida, em 1964, pelo regime militar. Senador Inácio Arruda.....</p> <p>Pesquisa realizada pela Unicef, Ministério da Educação e pela Undime, que destaca 37 municípios, dentre eles, cinco do Estado do Paraná, na adoção de iniciativas educacionais de grande repercussão nos níveis fundamental e médio. Senador Osmar Dias.....</p> <p>Apoio ao pronunciamento do Senador Osmar Dias, sobre municípios que se destacam por suas iniciativas educacionais e congratulação a esses municípios. Aparte ao Senador Osmar dias. Senador Flávio Arns.....</p>	<p>472</p> <p>134</p> <p>577</p> <p>269</p> <p>360</p> <p>529</p> <p>634</p> <p>129</p> <p>283</p> <p>284</p>

	Pág.		Pág.
Defesa da federalização da educação de base. Aparte ao Senador Osmar Dias. Senador Cristovam Buarque.	285	Convocação da Ministra Dilma Roussef, para prestar esclarecimentos sobre a denúncia do cometimento de crime de responsabilidade, tendo em vista a formulação de dossiê sobre as contas sigilosas do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso e sua esposa. Senador Arthur Virgílio.	137
Anúncio das medidas de regulamentação do financiamento do ensino superior, em atendimento às alterações introduzidas pela Lei 11.552, de novembro de 2007. Senadora Ideli Salvatti.	294	Votação contrária à Medida Provisória nº 400, de 2007, que abre crédito extraordinário em favor da Presidência da República e do Ministério da Saúde. Senador Osmar Dias.	145
Comemoração pelo transcurso do cinquentenário da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Senadora Rosalba Ciarlini.	295	Votação contrária à Medida Provisória nº 400, de 2007, que abre crédito extraordinário em favor da Presidência da República e do Ministério da Saúde para liberar a pauta para a MP nº401, em homenagem à Polícia Militar, Polícia Civil e aos Bombeiros do GDF. Senador Romero Jucá.	145
Registro de lançamento do Novo Telecurso, de iniciativa da Fiesp em parceria com a Fundação Roberto Marinho e considerações acerca de pesquisa do Ministério da Educação que denota preocupação em melhorar o ensino oficial com objetivos semelhante. Senador Romeu Tuma.	296	Discussão da Medida Provisória nº 400, de 2007, que abre crédito extraordinário em favor da Presidência da República e do Ministério da Saúde, no valor global de cinquenta milhões de reais, para os fins que especifica. Senador Arthur Virgílio.	146
Considerações sobre a pesquisa "Redes de Aprendizagem - Boas práticas de municípios que garantem o direito de aprender", sobre municípios que se destacam por buscarem soluções para melhora do ensino. Senador Flávio Arns.	363	Discussão da Medida Provisória nº 400, de 2007, que abre crédito extraordinário em favor da Presidência da República e do Ministério da Saúde, no valor global de cinquenta milhões de reais, para os fins que especifica. Senador Cristovam Buarque.	146
Comentários ao estudo realizado pela Unicef e pelo Ministério da Educação que lista os 37 municípios brasileiros que se destacam na oferta de educação com qualidade. Apelo em favor de investimentos na educação. Senador Paulo Paim.	622	Discussão da Medida Provisória nº 400, de 2007, que abre crédito extraordinário em favor da Presidência da República e do Ministério da Saúde, no valor global de cinquenta milhões de reais, para os fins que especifica. Senador Flexa Ribeiro.	147
ENSINO PROFISSIONALIZANTE		Esclarecimentos acerca da Medida Provisória nº 400, de 2007, que abre crédito extraordinário em favor da Presidência da República e do Ministério da Saúde, no valor global de cinquenta milhões de reais. Senador Romero Jucá.	148
Apelo em favor do fortalecimento do ensino técnico profissionalizante no País. Senador Paulo Paim..	277	Discussão da Medida Provisória nº 400, de 2007, que abre crédito extraordinário em favor da Presidência da República e do Ministério da Saúde, no valor global de cinquenta milhões de reais, para os fins que especifica. Senador Mário Couto.	148
Comemoração pela conquista de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) que irão financiar escolas técnicas recém-criadas. Senadora Lúcia Vânia.	562	Discussão da Medida Provisória nº 400, de 2007, que abre crédito extraordinário em favor da Presidência da República e do Ministério da Saúde, no valor global de cinquenta milhões de reais, para os fins que especifica. Senador Marcelo Crivella. .	149
EXPLORAÇÃO SEXUAL			
Registro da atuação da CPI da Pedofilia. Senador Magno Malta.	117		
Esclarecimentos a respeito da CPI da Pedofilia. Senador Magno Malta.	420		
FORÇAS ARMADAS			
Registro da relevância da Ilha da Marambaia, no Rio de Janeiro, para o fortalecimento das Forças Armadas. Senadora Kátia Abreu.	234		
GOVERNO			
Críticas ao Presidente Lula por excesso na edição de medidas provisórias. Senador Jefferson Péres.	65		

	Pág.	V	Pág.
Discussão da Medida Provisória nº 400, de 2007, que abre crédito extraordinário em favor da Presidência da República e do Ministério da Saúde, no valor global de cinquenta milhões de reais, para os fins que especifica. Senador José Sarney.	150		
Garantia de que o Governo irá construir um solução para os policiais dos ex-Territórios e pedido para que a Medida Provisória nº 401 seja votada da forma como está. Senador Romero Jucá.	151		
Comentários sobre a notícia, veiculada no blog do jornalista Ricardo Noblat, de que S.Exa. teria repassado o dossiê sobre gastos sigilosos com cartões corporativos do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso para a imprensa. Senador Alvaro Dias.....	307		
Considerações sobre a matéria do jornalista Ricardo Noblat acerca do vazamento do dossiê e sobre o referido dossiê e as medidas adotadas pela Oposição para apurar os fatos e responsabilizar os culpados. Senador Arthur Virgílio.	310		
Considerações sobre o vazamento do dossiê dos cartões corporativos. Senadora Ideli Salvatti..	322		
Considerações sobre o vazamento do dossiê dos cartões corporativos. Aparte à Senadora Ideli Salvatti. Senador Alvaro Dias.	322		
Chamamento da atenção da Senadora Ideli Salvatti por acusar sem provas o Senador Alvaro Dias de divulgar o dossiê com os gastos do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, através de cartão corporativo. Senador Arthur Virgílio.....	324		
Debate sobre a questão do vazamento do dossiê dos cartões corporativos e a apuração dos fatos. Senador José Agripino.	325		
Acusação ao governo de tentar desviar o foco das irregularidades com o cartão corporativo. Senador Heráclito Fortes.....	326		
Esperança de que seja investigado o vazamento de informações sigilosas da presidência da república. Senador Wellington Salgado de Oliveira.	327		
Análise dos fatos referentes à denúncia de um dossiê com informações sigilosas sobre os gastos com cartão corporativo do governo do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso. Senador Renato Casagrande.....	332		
Importância da vinda da Ministra Dilma Rousseff ao Senado para esclarecer as denúncias que envolvem seu nome com o dossiê dos cartões corporativos. Senador Mão Santa.....	334		
Considerações sobre a defesa da Ministra Dilma Rousseff pela base governista. Senador Heráclito Fortes.....	436		
			644
			646
			648
			653
			655
			657
		GOVERNO ESTADUAL	
			636
		HOMENAGEM	
			66
			117
			117
			235
			267
			331
			332

	Pág.		Pág.
Homenagem à Câmara de Dirigentes Lojistas de Fortaleza, pelo trabalho destacado na responsabilidade social. Senadora Patrícia Saboya.....	361	Médico Legista e do Dia Mundial da Saúde. Senador Mão Santa.	629
Homenagem ao jornal <i>O Popular</i> , do Estado de Goiás, que completa 70 anos, no dia 3 de abril de 2008. Senador Demóstenes Torres.	421	HOMENAGEM PÓSTUMA	
Registro do transcurso dos duzentos anos de instituição, pelo Príncipe Regente Dom João VI, do Conselho Supremo Militar e de Justiça. Senador Gerson Camata.	430	Voto de lembrança em homenagem ao ex-Senador Benjamin Farah. Senador Arthur Virgílio.	90
Agradecimentos ao Ministro Celso Amorim pela receptividade concedida a S.Exa. na ocasião em que se reuniram para tratar da Fundação Sérgio Vieira de Mello, criada em Genebra, e do Centro Sérgio Vieira de Mello, no Rio de Janeiro. Senador Eduardo Suplicy.....	433	Homenagem de pesar pelo falecimento do Sr. João Maria dos Santos, pai da Senadora Serys Slhessarenko. Senador Eduardo Suplicy.....	233
Transcrição nos Anais do artigo de Contardo Calligaris, dia 3 de abril de 2008, na Folha de S.Paulo sobre “O sonho de Martin Luther King”. Senador Eduardo Suplicy.	433	Homenagem de pesar pelo falecimento do Sr. João Maria dos Santos, pai da Sra. Senadora Serys Slhessarenko. Senador Arthur Virgílio.....	233
Homenagem à Prefeitura de Teresina por estar entre as 37 cidades escolhidas pelo MEC com melhor Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, ao jornal <i>Diário do Povo</i> , de Teresina, por ter recebido o prêmio “Mérito Lojista” e à judoca piauiense Sara Menezes, que representará o Brasil nas Olimpíadas de Pequim. Senador João Vicente Claudino.....	488	Homenagem de pesar pelo falecimento do Sr. João Maria dos Santos, pai da Sra. Senadora Serys Slhessarenko. Senador Heráclito Fortes.	234
Homenagem à memória de Martin Luther King. Senador Paulo Paim.	519	Homenagem de pesar pelo falecimento do Sr. João Maria dos Santos, pai da Sra. Senadora Serys Slhessarenko. Senadora Kátia Abreu.....	234
Homenagem à memória de Martin Luther King. Aparte ao Senador Paulo Paim. Senador José Nery.	521	Voto de pesar pelo falecimento do Dr. Luiz Rosalvo Fin, advogado de Roraima. Senador Augusto Botelho.....	295
Homenagem à cidade de Cuiabá-MT, que comemora no dia 8 de abril de 2008, 289 anos de sua fundação. Senadora Serys Slhessarenko.	529	Apresentação de requerimento de voto de pesar pelo falecimento do Sr. Waldson Antônio Neiva Moura Santos. Senador Mão Santa.....	629
Homenagem à cidade de Cuiabá-MT, pelos 289 anos de sua fundação, e à cuiabana D. Amélia, que influenciou muito a formação de S.Exa.. Aparte à Senadora Serys Slhessarenko. Senador Augusto Botelho.....	530	IMPOSTO	
Cumprimentos ao Senador Adelmir Santana, eleito vice-Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. Senadora Lúcia Vânia.	562	Registro de recebimento de folder, da Associação Brasileira dos Contribuintes – ABRAPI, no qual são destacadas as principais bandeiras e metas da associação. Senador Arthur Virgílio.	338
Homenagem à Senadora Maria do Carmo Alves e suas obras sociais. Aparte ao Senador Virgínio de Carvalho. Senador Mão Santa.....	566	IMPrensa	
Homenagem pelo transcurso do Dia do Jornalista e cumprimentos à Federação Nacional dos Jornalistas, que aproveita o momento para reivindicar por essa categoria. Senador Paulo Paim.....	622	Registro da participação de S.Exa. no programa do jornalista Amadeu Campos, apresentado pela TV Cidade Verde de Teresina. Senador Heráclito Fortes.	644
Homenagem pelo transcurso do Dia do Corretor de Imóveis, do Dia do Jornalista, do Dia do		Esclarecimentos sobre notícia divulgada no Jornal Hoje da Rede Globo, que erroneamente informou a prisão do suplente do orador. Críticas à afirmação feita pelo senador Delcídio Amaral, no jornal <i>O Globo On Line</i> , em matéria sobre a votação da convocação da Ministra Dilma Roussef. Senador Expedito Júnior.	647
		JUDICIÁRIO	
		Críticas à decisão do Tribunal de Justiça do Estado do Pará pela não abertura de processo administrativo disciplinar para apurar eventuais responsabilidades de juíza no caso da prisão ilegal e	

	Pág.		Pág.
tortura da adolescente L., ocorrido em Abaetetuba-PA. Senador José Nery.....	483	Referência aos acordos salariais do Governo Federal com algumas categorias funcionais. Senador Francisco Dornelles.....	267
LEGISLAÇÃO PENAL		Anúncio da participação de S.Exa. em reunião de negociação para a resolução do impasse da greve dos carteiros, onde foi entabulado um acordo. Senador Paulo Paim.....	277
Posicionamento favorável à castração química de pedófilos. Senador Gerson Camata.....	270	Preocupação com os prejuízos no Pólo Industrial de Manaus causados pela greve dos auditores da Receita Federal. Senador Arthur Virgílio.....	439
Comemoração pela aprovação, dia 2 de abril de 2008, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, do projeto de autoria de S.Exa. que prevê a construção de salas de aula nos presídios. Senador Cristovam Buarque.....	285	Preocupação com a greve dos advogados da Advocacia-Geral da União. Senador Heráclito Fortes.....	644
Congratulação ao Senador Cristovam Buarque pela aprovação de projeto de lei que prevê a construção de salas de aula em presídios. Aparte ao Senador Cristovam Buarque. Senadora Rosalba Ciarlini.....	286	MUNICÍPIOS	
MEDIDA PROVISÓRIA		Registra a visita do Conselho Nacional de Órgãos Fazendários Municipais ao estado do Espírito Santo e anuncia grande mobilização de prefeitos de todo Brasil em Brasília, para debater juntamente com o Congresso Nacional, o pacto federativo e a melhoria na distribuição de recursos aos municípios. Senador Renato Casagrande.....	118
Medida Provisória nº 423, de 2008, que “abre crédito extraordinário, em favor da Presidência da República e dos Ministérios dos Transportes e da Integração Nacional, no valor de R\$ 613.752.057,00 (seiscentos e treze milhões, setecentos e cinquenta e dois mil, cinquenta e sete reais), para os fins que especifica.....	621	PARECER	
MOVIMENTO ESTUDANTIL		Parecer nº 211 de 2008 (da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional), sobre a mensagem nº 275, de 2007 (nº 986, de 2007, na Casa de origem), pela qual o Presidente da República submete à apreciação do Senado a escolha da Srª Maria Auxiliadora Figueiredo, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República da Costa do Marfim, e, cumulativamente, o de Embaixadora do Brasil junto à República da Libéria e República de Serra Leoa, desde que obtido o <i>agrément</i> do Governo daquele país. Senador César Borges.....	127
Solidariedade à luta de estudantes da UNB que promoveram a invasão da reitoria, exigindo a apuração de todas as denúncias de fraudes que envolvem a aplicação de recursos da Finatec. Senador José Nery.....	483	Parecer nº 212 de 2008 (da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional), sobre a mensagem nº 34, de 2008 (nº 7/2008, na origem), pela qual o Presidente da República submete à apreciação do Senado a indicação da Senhora Débora Vainer Barenboim, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República da Eslovênia. Senador Eduardo Azeredo.....	129
Apelo para uma solução pacífica para a crise na UnB. Proposta de licenciamento temporário do reitor da UnB, Timothy Mulholland. Senador Cristovam Buarque.....	640	Parecer nº 213 de 2008 (da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional), sobre a mensagem nº 40, de 2008 (nº 27/2008, na origem),	
Apelo para uma solução pacífica para a crise na UnB. Aparte ao Senador Cristovam Buarque. Senador Heráclito Fortes.....	642		
MOVIMENTO TRABALHISTA			
Advertência de que fazem 80 dias que os advogados da União estão em greve. Senador Arthur Virgílio.....	90		
Solidariedade aos trabalhadores dos Correios que encontram-se em greve. Solicita ao Governo Federal apoio para solução do problema. Senador José Nery.....	124		

	Pág.		Pág.
pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Sr. Virgílio Metzsohn de Andrade, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino do Marrocos. Senador João Tenório.....	132	Parecer nº 219, de 2008 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 1.346, de 2007, relativo a pedido de informação à Ministra de Estado do Meio Ambiente sobre os resultados de auditoria interna realizada pelo Ibama e os conseqüentes indícios de desvio de recursos e irregularidades em gastos. Senador César Borges.....	180
Parecer nº 214 de 2008 (da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional), sobre a mensagem nº 44, de 2008 (nº 51/2008, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Luiz Felipe Mendonça Filho, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de El Salvador. Senador Antonio Carlos Valadares....	136	Parecer nº 220, de 2008 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 1.473, de 2007, que requer que sejam prestadas pelo Ministro de Estado de Minas e Energia informações relativas ao custo de disponibilidade. Senador César Borges..	181
Parecer nº 215, de 2008 (da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional), sobre a mensagem nº 45, de 2008 (nº 52/2008, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Carlos Alberto Simas Magalhães, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Polônia. Senador Cristovam Buarque.....	139	Parecer nº 221, de 2008 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 8, de 2008, que requer informações detalhadas, com cópia de extratos e outros documentos pertinentes, ao Ministro da Ciência e Tecnologia sobre os gastos com o cartão de pagamento do Governo Federal – cartão corporativo – realizados pelo Ministro ou pelo ecônomo responsável, nos anos de 2006 e 2007. Senador César Borges.....	182
Parecer nº 216, de 2008 (de Plenário), sobre a medida provisória nº 400, de 2007, que abre crédito extraordinário em favor da Presidência da República e do Ministério da Saúde, no valor global de cinquenta milhões de reais, para os fins que especifica. Senador Romero Jucá.....	143	Parecer nº 222, de 2008 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 10, de 2008, que requer informações detalhadas, com cópia de extratos e outros documentos pertinentes, ao Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento sobre os gastos com o Cartão de Pagamento do Governo Federal – cartão corporativo – realizados pelo Ministro ou pelo ecônomo responsável, nos anos de 2006 e 2007. Senador César Borges.....	183
Parecer nº 217, de 2008 (de Plenário), sobre o Projeto de Lei de Conversão nº 4, de 2008, proveniente da Medida Provisória nº 401, de 13 de novembro de 2007, que altera as Leis nºs 11.134, de 15 de julho de 2005, e 11.361, de 19 de outubro de 2006, dispõe sobre a remuneração devida aos militares da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal e sobre os subsídios das carreiras de Delegado de Polícia do Distrito Federal e de Polícia Civil do Distrito Federal. Senador Adelmir Santana.....	154	Parecer nº 223, de 2008 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 12, de 2008, que requer informações detalhadas, com cópia de extratos e outros documentos pertinentes, ao Ministro da Cultura sobre os gastos com o Cartão de Pagamento do Governo Federal – cartão corporativo – realizados pelo Ministro ou pelo ecônomo responsável, nos anos de 2006 e 2007. Senador César Borges.....	184
Parecer nº 218, de 2008 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 1.327, de 2007, que requer, com fundamento no art. 50, § 2º da Constituição Federal, combinado com o art. 216, Inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Senhor Ministro de Estado da Defesa sobre viagens realizadas por ministros de Estado em aviões da FAB, no período de 2 de janeiro de 2003 a 9 de novembro de 2007. Senador César Borges.....	179	Parecer nº 224, de 2008 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 13, de 2008, que requer informações detalhadas, com cópia de extratos e outros documentos pertinentes, ao Ministro do Esporte sobre os gastos com o Cartão de Pagamento do Governo Federal – cartão corporativo – realizados pelo Ministro ou pelo ecônomo responsável, nos anos de 2006 e 2007. Senador César Borges.....	184
		Parecer nº 225, de 2008 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 14, de 2008, que requer informações detalhadas, com cópia de extratos e outros documentos pertinentes, ao Ministro da Previdência Social sobre os gastos com o Cartão de Pagamento do Governo Federal – car-	

Pág.	Pág.
tão corporativo – realizados pelo Ministro ou pelo ecônomo responsável, nos anos de 2006 e 2007. Senador César Borges.	185
Parecer nº 226, de 2008 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 15, de 2008, que requer informações detalhadas, com cópia de extratos e outros documentos pertinentes, ao Ministro da Saúde sobre os gastos com o Cartão de Pagamento do Governo Federal – cartão corporativo – realizados pelo Ministro ou pelo ecônomo responsável, nos anos de 2006 e 2007. Senador César Borges.	186
Parecer nº 227, de 2008 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 16, de 2008, que requer informações detalhadas, com cópia de extratos e outros documentos pertinentes, à Ministra do Turismo sobre os gastos com o Cartão de Pagamento do Governo Federal – cartão corporativo – realizados pelo Ministro ou pelo ecônomo responsável, nos anos de 2006 e 2007. Senador César Borges.	187
Parecer nº 228, de 2008 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 17, de 2008, do Senador Alvaro Dias, que requer que sejam prestadas pelo Ministério das Relações Exteriores informações a respeito do carro colocado à disposição do Sr. José Dirceu de Oliveira e Silva pela Embaixada brasileira em Madri. Senador Magno Malta.	188
Parecer nº 229, de 2008 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 18, de 2008, que requer informações detalhadas, com cópia de extratos e outros documentos pertinentes, ao Secretário Especial de Aquicultura e Pesca sobre os gastos com o Cartão de Pagamento do Governo Federal – cartão corporativo – realizados pelo Secretário ou pelo ecônomo responsável, nos anos de 2006 e 2007. Senador César Borges.	188
Parecer nº 230, de 2008 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 19, de 2008, que requer informações detalhadas, com cópia de extratos e outros documentos pertinentes, ao Secretário Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial sobre os gastos com o Cartão de Pagamento do Governo Federal – cartão corporativo – realizados pelo Secretário ou pelo ecônomo responsável, nos anos de 2006 e 2007. Senador César Borges.	189
Parecer nº 231, de 2008 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 25, de 2008, do Senador Expedito Júnior, que requer, ao Ministro de Estado de Minas e Energia, informações sobre o cronograma oficial e a previsão de investimentos das obras do gasoduto Urucu-Porto Velho. Senador Alvaro Dias.	190
Parecer nº 232, de 2008 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 55, de 2008, relativo a envio de informações pelo Ministro de Estado da Saúde. Senador Tião Viana.	191
Parecer nº 233, de 2008 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 57, de 2008, que requer informações ao Ministro de Estado das Relações Exteriores sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta. Senador César Borges.	191
Parecer nº 234, de 2008 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 58, de 2008, que requer, com fundamento no art. 50, § 2º da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado de Minas e Energia sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta. Senador César Borges.	192
Parecer nº 235, de 2008 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 59, de 2008, que requer informações à Ministra de Estado do Meio Ambiente sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta. Senador César Borges.	193
Parecer nº 236, de 2008 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 60, de 2008, que requer informações à Ministra de Estado do Turismo sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta. Senador César Borges.	194
Parecer nº 237, de 2008 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 61, de 2008, que requer informações ao Ministro de Estado dos Transportes sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta. Senador César Borges.	195
Parecer nº 238, de 2008 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 62, de 2008, que requer informações ao Ministro de Estado do Trabalho e Emprego sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta. Senador César Borges.	196
Parecer nº 239, de 2008 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 63, de 2008, que requer informações ao Secretário Especial de Portos da Presidência da República sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta. Senador César Borges.	196
Parecer nº 240, de 2008 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 64, de 2008, que requer informações ao Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência	

	Pág.		Pág.
da República sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta. Senador César Borges.....	197	lização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta. Senador César Borges.	204
Parecer nº 241, de 2008 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 65, de 2008, que requer informações ao Ministro de Estado Chefe da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta. Senador César Borges.	198	Parecer nº 249, de 2008 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 73, de 2008, que requer informações ao Ministro de Estado Advogado-Geral da União sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta. Senador César Borges.	205
Parecer nº 242, de 2008 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 66, de 2008, que requer informações ao Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta, no período de 2003 a 2007. Senador César Borges.	199	Parecer nº 250, de 2008 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 74, de 2008, que requer informações ao Ministro de Estado da Educação sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta. Senador César Borges.....	206
Parecer nº 243, de 2008 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 67, de 2008, que requer informações ao Secretário Especial de Aqüicultura e Pesca sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta. Senador César Borges.	200	Parecer nº 251, de 2008 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 75, de 2008, que requer informações ao Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta. Senador César Borges.	206
Parecer nº 244, de 2008 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 68, de 2008, que requer informações ao Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta. Senador César Borges.	200	Parecer nº 252, 2008 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 76, de 2008, que requer informações ao Ministro de Estado da Defesa sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta. Senador César Borges.	207
Parecer nº 245, de 2008 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 69, de 2008, que requer informações ao Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta. Senador César Borges.	201	Parecer nº 253, de 2008 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 77, de 2008, que requer informações ao Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta. Senador César Borges.....	208
Parecer nº 246, de 2008 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 70, de 2008, que requer informações ao Ministro de Estado da Saúde sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta. Senador César Borges.	202	Parecer nº 254, de 2008 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 78, de 2008, que requer informações ao Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta, no período de 1999 a 2002. Senador César Borges.	209
Parecer nº 247, de 2008 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 71, de 2008, que requer informações ao Ministro de Estado da Previdência Social sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta. Senador César Borges.	203	Parecer nº 255, de 2008 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 79, de 2008, que requer informações à Secretária Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta. Senador César Borges.	210
Parecer nº 248, de 2008 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 72, de 2008, que requer informações ao Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento sobre a uti-		Parecer nº 256, de 2008 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 80, de 2008, que requer informações ao Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta. Senador César Borges. ...	210

Pág.		Pág.
211	Parecer nº 257, de 2008 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 81, de 2008, que requer informações ao Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta. Senador César Borges...	219
212	Parecer nº 258, de 2008 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 82, de 2008, que requer informações ao Ministro de Estado da Justiça sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta. Senador César Borges.	220
213	Parecer nº 259, de 2008 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 83, de 2008, que requer informações ao Ministro de Estado da Integração Nacional sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta. Senador César Borges.	221
214	Parecer nº 260, de 2008 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 84, de 2008, que requer informações ao Ministro de Estado da Fazenda sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta. Senador César Borges.	221
215	Parecer nº 261, de 2008 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 85, de 2008, que requer informações ao Ministro de Estado do Esporte sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta. Senador César Borges...	222
216	Parecer nº 262, de 2008 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 86, de 2008, que requer informações ao Ministro de Estado da Cultura sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta. Senador César Borges.	223
216	Parecer nº 263, de 2008 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 87, de 2008, que requer informações ao Ministro de Estado do Controle e da Transparência sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta. Senador César Borges.	224
217	Parecer nº 264, de 2008 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 88, de 2008, que requer informações ao Ministro de Estado das Comunicações sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta. Senador César Borges.	224
218	Parecer nº 265, de 2008 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 89, de 2008, que requer informações ao Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta. Senador César Borges.	224
	Parecer nº 266, de 2008 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 90, de 2008, que requer informações ao Ministro de Estado das Cidades sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta. Senador César Borges.	219
	Parecer nº 267, de 2008 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 91, de 2008, que requer informações à Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta. Senador César Borges...	220
	Parecer nº 268, de 2008 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 92, de 2008, que requer informações ao Secretário Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta. Senador César Borges.	221
	Parecer nº 269, de 2008 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 93, de 2008, que requer informações ao Ministro de Estado Presidente do Banco Central do Brasil sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta. Senador César Borges.	221
	Parecer nº 270, de 2008 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 94, de 2008, que requer informações ao Ministro de Estado Extraordinário de Assuntos Estratégicos sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dos órgãos e entidades subordinados a essa autoridade. Senador César Borges.	222
	Parecer nº 271, de 2008 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 95, de 2008, que requer informações ao Ministério da Justiça sobre a entrada e saída em território nacional, períodos e locais de estadia dos cidadãos estrangeiros citados no requerimento. Senador Gerson Camata.....	223
	Parecer nº 272, de 2008 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 110, de 2008, ao Ministro de Estado do Controle e da Transparência, solicitando informações sobre denúncias de recebimento de ajuda de custo e auxílio-mudança irregulares pelo Ministro-Chefe da Secretaria Especial de Portos da Presidência da República e pelo Secretário Executivo do Ministério da Fazenda. Senador Alvaro Dias.	224
	Parecer nº 273, de 2008 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 121, de 2008, do Senhor Senador Sergio Zambiasi, que requer que sejam prestadas informações pelo Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores sobre a proposição para apreciação do texto do Acordo para a Criação de Escolas e/ou Institutos	

	Pág.		Pág.
Binacionais Fronteiriços Profissionais e/ou Técnicos e para Habilitação de Cursos Técnicos Binacionais Fronteiriços, firmado em Brasília no dia 1º de abril de 2005, entre o Brasil e a República Oriental do Uruguai. Senador Magno Malta.....	225	oconferência como regra no interrogatório judicial. Senador Tião Viana.....	232
Parecer nº 274, de 2008 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 122, de 2008. Senador Efraim Morais.....	226	Parecer nº 285, de 2008 (da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 117, de 2007 nº 1.213/2007, na origem, que acresce o art. 543-C à Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, estabelecendo o procedimento para o julgamento de recursos repetitivos no âmbito do Superior Tribunal de Justiça. Senadora Serys Slhessarenko...	259
Parecer nº 275, de 2008 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 123, de 2008. Senador Efraim Morais.....	226	Parecer nº 286, de 2008 (da Comissão De Desenvolvimento Regional e Turismo), sobre o substituto da Câmara ao projeto de lei dos Senado nº 93, de 2006, (nº 7.648/2006, naquela Casa), de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 – Estatuto da Cidade a fim de prorrogar o prazo para a elaboração dos planos diretores municipais. Senador Gim Argello.....	263
Parecer nº 276, de 2008 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 124, de 2008. Senador Efraim Morais.....	227		
Parecer nº 277, de 2008 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 125, de 2008. Senador Efraim Morais.....	227		
Parecer nº 278, de 2008 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 141, de 2008, em que o Senador Magno Malta solicita informações ao Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão. Senador Gerson Camata.....	228	PETRÓLEO	
Parecer nº 279, de 2008 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 147, de 2008, de autoria do Senador Jefferson Péres, que “requer que sejam solicitadas ao Ministro de Estado dos Transportes informações sobre os contratos, em execução, de obras viárias e portuárias no Estado do Amazonas”. Senador Gerson Camata.....	228	Críticas à possibilidade de mudança da forma de cobrança do ICMS sobre petróleo e energia elétrica. Senador Expedito Júnior.....	58
Parecer nº 280, de 2008 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 166, de 2008. Senador Gerson Camata.....	229	Referência ao pronunciamento do Senador Expedito Júnior sobre a forma de cobrança do ICMS sobre o petróleo. Senadora Rosalba Ciarlini.....	61
Parecer nº 281, de 2008 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 171, de 2008. Senador Efraim Morais.....	230	Considerações sobre a exploração de petróleo e o recebimento de <i>royalties</i> . Aparte à Senadora Rosalba Ciarlini. Senador Gerson Camata.....	61
Parecer nº 282, de 2008 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 192, de 2008, ao Ministro de Estado das Comunicações, solicitando informações detalhadas sobre entendimentos relacionados com a compra da empresa aérea VarigLog pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. Senador Tião Viana.....	230	Considerações sobre a mudança de cobrança do ICMS sobre petróleo e energia elétrica. Aparte à Senadora Rosalba Ciarlini. Senador Expedito Júnior.....	62
Parecer nº 283, de 2008 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 206, de 2008, ao Ministro de Estado da Fazenda, solicitando o valor da renúncia fiscal relativa aos produtos que específica. Senador Tião Viana.....	231	POLÍTICA DE TRANSPORTES	
Parecer nº 284, de 2008 (da Comissão Diretora), sobre a Emenda de Plenário nº 1 ao Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 139, de 2006, que altera o Decreto-Lei no 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, para prever a vide-		Registro de comemoração dos dois anos da Agência Nacional de Aviação civil, ANAC. Senador Renato Casagrande.....	133
		POLÍTICA DO MEIO AMBIENTE	
		Defesa da transposição de parte das águas do Rio São Francisco para outras áreas da região Nordeste. Senadora Rosalba Ciarlini.....	61
		Críticas à “falta de investigação prévia” nas ações da Operação Arco de Fogo, empreendida por agentes da Polícia Federal, do Ibama e da Secretaria Estadual de Meio Ambiente do Pará, para combater a extração e venda clandestina de madeira na Amazônia Legal. Senador Mário Couto..	88

	Pág.		Pág.
Cumprimentos ao Senador Mário Couto pelo pronunciamento em defesa do Estado do Pará e da região Amazônica. Aparte ao Senador Mário Couto. Senador Expedito Júnior.....	89	Preocupações acerca das medida para acabar com a crise de repartições entre Brasil e Espanha. Senador Heráclito Fortes.....	134
Apoio ao pronunciamento do Senador Mário Couto, sobre a Operação Arco de Fogo, e crítica às ações desmedidas do Ministério do Meio Ambiente com relação à exploração madeireira. Senador Flexa Ribeiro.....	122	Registro da visita ao Brasil, no dia 2 de abril de 2008, do Presidente da Eslovênia, Danilo Türk. Senador Gerson Camata.....	270
Considerações sobre a importância das indústrias madeireiras para o Estado do Pará. Aparte ao Senador Flexa Ribeiro. Senador Mário Couto. .	123	Apelo em favor da libertação de Ingrid Betancourt, seqüestrada pelas FARC. Senadora Roseana Sarney.	479
Defesa da revitalização do Rio São Francisco. Senador Antonio Carlos Valadares.....	125	Cooperação na tentativa de encontrar um acordo humanitário na Colômbia que contribua efetivamente para pôr fim a tantos anos de guerra. Aparte à Senadora Roseana Sarney. Senador José Nery. .	480
Cobranças de estratégia de desenvolvimento para a Amazônia. Senador João Pedro.	282	Considerações sobre as acusações da Bolívia de boicote da Petrobrás ao aumento da produção de gás. Senador Gerson Camata.	662
Registro da realização de audiência pública na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária para tratar da situação dos moradores da Reserva Biológica do Abufari, no Amazonas. Senador João Pedro.	421	POLÍTICA FUNDIÁRIA	
O aumento do desmatamento da Floresta Amazônica. Senador Arthur Virgílio.....	439	Satisfação com a edição da Medida Provisória 422, de 2008 que amplia a possibilidade da regularização fundiária na região Norte. Senador Augusto Botelho.....	499
POLÍTICA ECONÔMICO FINANCEIRA		POLÍTICA INDIGENISTA	
Alerta para risco de inflação no país e cobrança de investimentos federais nos setores de energia, transportes, agricultura, saúde e educação. Senador Papaléo Paes.	56	Defesa da permanência de agricultores na reserva indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima. Senador Mozarildo Cavalcanti.	101
Priorização da aplicação de recursos do Governo, principalmente na área da saúde. Aparte ao Senador Papaléo Paes. Senadora Rosalba Ciarlini.....	57	Considerações sobre a criação da reserva indígena Raposa Serra do Sol. Aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti. Senador Jefferson Péres. ...	103
Considerações sobre a questão do crédito no Brasil e a notícia de que o governo federal estaria prestes a tomar medidas que limitariam a oferta de crédito objetivando conter o consumo e controlar a inflação. Senador Romero Jucá.....	500	Relato de acontecimentos envolvendo conflito na reserva indígena Raposa/Serra do Sol, no Estado de Roraima. Senador Mozarildo Cavalcanti.....	533
POLÍTICA ENERGÉTICA		Considerações acerca do crescimento das áreas indígenas. Aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti. Senador Augusto Botelho.	539
Considerações sobre a questão energética nacional. Senador César Borges.....	286	POLÍTICA INTERNACIONAL	
Considerações sobre a questão energética nacional. Aparte ao Senador César Borges. Senadora Rosalba Ciarlini.	288	Apelo ao líder das FARC pela liberação da Senadora Ingrid Betancourt. Senador Eduardo Suplicy.	233
POLÍTICA EXTERNA		Louvor à atitude da Itália em conceder o direito de cidadania e de poder votar e ser votado a todos os descendentes de italianos, nascidos fora daquele País. Senador Gerson Camata.	430
Leitura de matéria da internet que afirma "Brasil e Espanha anunciam medidas para acabar com a crise de repartições". Senador Eduardo Suplicy.	133	POLÍTICA PARTIDÁRIA	
		Registro do II Encontro Regional do PSDB realizado na Ilha de Marajó/PA. Senador Flexa Ribeiro..	122

	Pág.		Pág.
POLÍTICA SOCIAL			
Projeto de criação de uma agência de proteção da criança e do adolescente junto à Presidência da República. Aparte ao Senador José Nery. Senador Cristovam Buarque.....	485	Registro de documento encaminhado pela Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (COBAP), em favor da votação do Projeto de Lei da Câmara 42, de 2007 e dos Projetos de Lei do Senado 58 de 2007 e 296, de 2003. Senador Paulo Paim.....	277
Registro da realização da oitava versão do Fórum Social Mundial (FSM), em janeiro de 2009, em Belém/PA. Senador José Nery.....	526	Pedido em favor de três projetos em tramitação: o PLC 42/07, o PLS 58/2003, e o PLS 296/2003, que visam recompor as perdas dos benefícios dos aposentados e pensionistas. Senador Adelmir Santana.....	445
Considerações acerca do Fórum Social Mundial. Aparte ao Senador José Nery. Senador Paulo Paim.....	527	Registro de carta do cidadão Walter Gomes, de Manhumirim-MG, elogiando o trabalho dos senadores em defesa dos aposentados e pensionistas. Senador Paulo Paim.....	519
Apoio às idéias de mudança em referencia ao Fórum Social Mundial. Aparte ao Senador José Nery. Senador Augusto Botelho.....	528	Defesa da votação de Projeto de Lei do Senado que regulariza o reajuste dos aposentados e pensionistas. Senador Mário Couto.....	636
PRESIDENTE			
Críticas às afirmações feitas à imprensa pelo vice-presidente José Alencar, sobre “terceiro mandato” para Presidente Lula”. Senador Mão Santa..	119	Defesa da votação de Projeto de Lei do Senado que regulariza o reajuste dos aposentados e pensionistas. Aparte ao Senador Mário Couto. Senador Paulo Paim.....	637
Participação de S.Exa. nesta semana, da comitiva do Presidente Lula em visita às obras do Pólo Naval de Rio Grande/RS. Senador Paulo Paim.....	519	PROJETO DE LEI DA CÂMARA	
PREVIDÊNCIA SOCIAL			
Considerações sobre o tema “fator previdenciário”. Senador Paulo Paim.....	51	Projeto de Lei da Câmara nº 32, de 2008 (nº 291/2008, na Casa de origem), que dispõe sobre a criação do Dia Nacional do Espiritismo.....	49
Apelo em favor da votação do Projeto de Lei do Senado 58, de 2003, que trata do reajuste dos aposentados. Senador Mário Couto.....	272	Projeto de Lei da Câmara nº 83, de 2007 (nº 7.320/2006, na Casa de origem), que altera a Lei nº 11.282, de 23 de fevereiro de 2006, que anistia os trabalhadores da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT punidos em razão da participação em movimento grevista.....	516
Apoio ao Senador Mário Couto em favor à votação do Projeto de Lei do Senado 58, de 2003, que trata do reajuste dos aposentados. Aparte ao Senador Mário Couto. Senador Paulo Paim.....	273	PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO	
Apoio ao Senador Mário Couto em favor à votação do Projeto de Lei do Senado 58, de 2003, que trata do reajuste dos aposentados. Aparte ao Senador Mário Couto. Senadora Rosalba Ciarlini.	274	Projeto de Lei de conversão nº 4, de 2008 (Proveniente da Medida Provisória nº 401, de 2007), que altera as Leis nºs 11.134, de 15 de julho de 2005, que dispõe sobre a remuneração devida aos militares da Polícia Militar do distrito Federal e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, e 11.361, de 19 de outubro de 2006, que dispõe sobre os subsídios das carreiras de Delegado de Polícia do distrito federal e de Polícia Civil do distrito Federal; e revoga as Leis nºs 10.874, de 1º de junho de 2004, e 11.360, de 19 de outubro de 2006.....	167
Apoio ao Senador Mário Couto em favor à votação do Projeto de Lei do Senado 58, de 2003, que trata do reajuste dos aposentados. Aparte ao Senador Mário Couto. Senador Flávio Arns.....	274	PROJETO DE LEI DO SENADO	
Apoio ao Senador Mário Couto em favor à votação do Projeto de Lei do Senado 58, de 2003, que trata do reajuste dos aposentados. Aparte ao Senador Mário Couto. Senador Osmar Dias.....	275	Projeto de Lei do Senado nº 106, de 2008, que altera a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de	
Apoio ao Senador Mário Couto em favor à votação do Projeto de Lei do Senado 58, de 2003, que trata do reajuste dos aposentados. Aparte ao Senador Mário Couto. Senador Romeu Tuma.....	275		

Pág.		Pág.
	2005, para estender o benefício do art. 40 às pessoas jurídicas com sede no País, não tributadas com base no lucro real. Senador Renato Casagrande..	
11	Projeto de Lei do Senado nº 107, de 2008, que inscreve o nome de Getúlio Dornelles Vargas no Livro dos Heróis da Pátria. Senador Marconi Perillo.	
13	Projeto de Lei do Senado nº 108, de 2008, que inscreve o nome de Rui Barbosa de Oliveira no Livro dos Heróis da Pátria. Senador Marconi Perillo.	
15	Projeto de Lei do Senado nº 109, de 2008, que altera dispositivo da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, que institui a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), disciplina o regime das concessões de serviços públicos de energia elétrica e dá outras providências. Senador Marconi Perillo.	
16	Projeto de Lei do Senado nº 110, de 2008, que institui o Fundo Comunidade Esportiva (FCE) para a construção de quadras poliesportivas nos municípios e no Distrito Federal. Senador Marconi Perillo.	
24	Projeto de Lei do Senado nº 111, de 2008, que altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para incluir mecanismos de acesso dos deficientes visuais a livros adquiridos por programas governamentais. Senador Flávio Arns.	
35	Projeto de Lei do Senado nº 112, de 2008, que modifica a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que “regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências”, para determinar que o Poder Público priorize a compra de papel reciclado. Senador Paulo Paim.	
40	Projeto de Lei do Senado nº 113, de 2008, que autoriza o Poder Executivo a criar Centros de Integração Federal em todas as comunidades quilombolas do País. Senador Paulo Paim.	
41	Projeto de Lei do Senado nº 114, de 2008, que altera o artigo 944 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, para estabelecer parâmetros e limitar o valor de indenizações por danos morais. Senador Lobão Filho.	
43	Projeto de Lei do Senado nº 115, de 2008, que altera a Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, Estatuto do Índio, para regular a parceria em Terras Indígenas. Senador Augusto Botelho.	
252	Projeto de Lei do Senado nº 116, de 2008, que acrescenta art. 52-A à Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, para estabelecer que os recursos recebidos por Estados e Municípios a título de royalties pela exploração de petróleo serão aplicados, exclusivamente, em ações e programas públicos de educação de base e de ciência e tecnologia. Senador Cristovam Buarque.	
397	Projeto de Lei do Senado nº 117, de 2008, que institui o Dia Nacional do Vigilante. Senador Romeu Tuma.	397
13	Projeto de Lei do Senado nº 118, de 2008, que altera dispositivos da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, que “define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração”. Senador Romeu Tuma.	405
15	Projeto de Lei do Senado nº 119, de 2008, que altera a Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990 que “Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências”. Senador Arthur Virgílio.	406
16	PROJETO DE RESOLUÇÃO	
24	Projeto de Resolução nº 14, de 2008, que renumera parágrafo único do art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal em § 1º, e acrescenta § 2º ao referido artigo, para estabelecer compulsoriedade de tramitação conjunta de matérias e Medidas Provisórias que tratem do mesmo assunto quando em tramitação simultânea na Casa. Senador João Vicente Claudino.	407
	PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO	
40	Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2008, que altera o art. 52 da Constituição Federal, a fim de outorgar competência ao Senado Federal para estabelecer limites à carga tributária da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Senador Adelmir Santana.	44
41	Proposta de Emenda à Constituição nº 13, de 2008, que altera o inciso IV do §1º, inciso III do § 2º, revoga a alínea a do inciso X do § 2º, altera a alínea e do inciso XII do § 2º, todos do artigo 155 da Constituição Federal, bem como revoga o artigo 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, alterando, assim, o Sistema Tributário Nacional. Senador José Nery.	46
	REFORMA TRIBUTÁRIA	
252	Análise sobre a reforma tributária encaminhada pelo Executivo ao Congresso Nacional. Senador João Tenório.	486
	REGIMENTO INTERNO	
397	Solicitação de votação do Requerimento 341, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para a criação de comissão tempo-	

	Pág.		Pág.
rária externa, destinada a definir a participação do Senado na Conferência Mundial da Paz, em Caracas, de 8 a 13 de abril. Senador José Nery.....	478	pacho inicial seja também apreciado pela Comissão de Assuntos Sociais. Senadora Patrícia Saboya...	11
REQUERIMENTO		Requerimento nº 359, de 2008, que requer a retirada do PLS nº 608, de 2007. Senador Antonio Carlos Valadares.....	248
Requerimento nº 352, de 2008, que requer que o Projeto de Lei do Senado nº 46, de 2008 que, “Estabelece a obrigatoriedade da neutralização das emissões de gases de efeito estufa decorrentes da realização da Copa do Mundo de Futebol no Brasil, em 2014”, seja encaminhado à Comissão de Educação para que esta se pronuncie sobre o mesmo. Senador Flávio Arns.....	9	Requerimento nº 360, 2008, que requer a retirada, em caráter definitivo do Requerimento nº 351/2008, tendo em vista estar apresentado outro de igual teor com um maior número de signatários. Senador Eduardo Matarazzo Suplicy.....	248
Requerimento nº 353, de 2008, que requer que seja consignado nos anais do Senado, Voto de Congratulação ao Jornal <i>O Liberal</i> pelo prêmio “mérito lojista” nacional, na categoria Mídia/Jornal Impresso. Requer, ademais, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento da Presidente, Srª Lucidéia Maiorana, e do seu Presidente Executivo Jornalista Romulo Maiorana Junior. Senador Flexa Ribeiro.....	9	Requerimento nº 361, de 2008, que requer Voto de Solidariedade à Sra Yolanda Pulecio, mãe, e família de Ingrid Betancourt, ex-candidata à presidência da Colômbia seqüestrada pelas Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) em 2002, e apelo para que as FARC a libertem, o mais breve possível, contribuindo assim para o sucesso do acordo humanitário proposto pelo governo colombiano para a troca de reféns por rebeldes presos, acordo que também atende apelo do Presidente da França, Nicolas Sarkozy, e da Comunidade das Nações. Senador Eduardo Matarazzo Suplicy.....	248
Requerimento nº 354, de 2008, que requer inserção em ata de Voto de Pesar pelo falecimento do ex-Deputado Federal Constituinte e ex- Prefeito de Uberlândia, Virgílio Galassi, ocorrido em Uberlândia, Minas Gerais, em 3 de janeiro de 2008. Senador Eduardo Azeredo.....	10	Requerimento nº 362, de 2008, que requer a inserção em ata de Voto de Pesar pelo falecimento do advogado Luiz Rosalvo Fin. Solicita, ainda, que a Mesa apresente condolências a sua família. Senador Augusto Botelho.....	249
Requerimento nº 355, de 2008, que requer Voto de Aplauso ao jornal <i>O Globo</i> , pela publicação, no Caderno Boa Viagem, de reportagem sobre as novas frentes de turismo na Amazônia. Senador Arthur Virgílio.....	10	Requerimento nº 363, de 2008, que requer Voto de Aplauso ao povo de Uruará, no Amazonas, pela realização, no dia 2 de abril de 2008, da Festa do Tucumã. Senador Arthur Virgílio.....	249
Requerimento nº 356, de 2008 que requer Voto de Lembrança em homenagem à memória do ex-Senador Benjamin Farah, que, se vivo fosse, estaria completando 97 anos no mês de março de 2008. Senador Arthur Virgílio.....	10	Requerimento nº 364, de 2008, que requer Voto de Aplauso ao povo de Rio Preto da Eva, no Amazonas, pelo transcurso do XXVI aniversário de criação do município. Senador Arthur Virgílio.....	250
Requerimento nº 357, de 2008, que requer que seja convocada a senhora Ministra-Chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, para que preste esclarecimentos sobre a denúncia do cometimento de crime de responsabilidade, tendo em vista a formulação de dossiê sobre as contas sigilosas do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso e sua esposa a Senhora Ruth Cardoso. Senador Arthur Virgílio.....	11	Requerimento nº 365, de 2008, que requer, ao Ministro da Justiça, informações da Polícia Federal, acerca da dimensão do tráfico de mulheres do Amazonas para casas de prostituição em garimpos na região de fronteira. Senador Arthur Virgílio.....	250
Requerimento nº 358, de 2008, que requer que o Projeto de Lei do Senado nº 24, de 2008, que “altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para dispor sobre a utilização de ajudas técnicas na utilização de caixas eletrônicos por portadores de deficiência visual”, que além da Comissão do des-		Requerimento nº 366, de 2008, que requer que o tempo destinado aos oradores do período do expediente da sessão do dia 17 de abril de 2008, seja destinado a homenagear o jornalista Assis Chateaubriand, tendo em vista o transcurso dos 40 anos do seu falecimento. Senador Garibaldi Alves Filho.....	250
		Requerimento nº 367, de 2008, que requer inserção em Ata de Voto de Louvor aos Municípios paranaenses de Jesuítas, Marilena, Pinhais, Realeza e São Jorge D'Oeste, os quais foram selecionados pela Pesquisa do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) com apoio do Ministério de	

Pág.	Pág.
Educação (MEC), como integrantes de uma seleta relação de 37 municípios brasileiros que oferecem ensino público de qualidade. Senador Alvaro Dias. 251	
Requerimento nº 368, de 2008, que requer a tramitação conjunta do Projeto Lei do Senado nº 257 de 2005 e do Projeto de Lei do Senado nº 315 de 2005, por tratarem de temas correlatos. Senador Wellington Salgado de Oliveira..... 375	Requerimento nº 375, de 2008, que requer que seja consignado, nos Anais do Senado, Voto de Aplauso ao Prefeito de Teresina, Silvio Mendes, e ao Secretário Municipal de Educação e Cultura, Washington Bonfim. Senador João Vicente Claudino. 378
Requerimento nº 369, de 2008, que requer que o Senado Federal emita Voto de Louvor aos prefeitos, secretários municipais de educação e presidentes das câmaras de vereadores, dos 37 municípios brasileiros campeões de aprendizagem escolar, no universo de 5.564 municípios do País, conforme consta na pesquisa – Redes de Aprendizagens – Boas Práticas de Municípios que Garantem o Direito de Aprender, elaborada pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Ministério da Educação/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) e União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME). Senador Flávio Arns. 376	Requerimento nº 376, de 2008, que requer a realização de Sessão Especial destinada a homenagear os 120 anos da promulgação da Lei Áurea, que aboliu a escravidão no Brasil. Senador Aloizio Mercadante..... 378
Requerimento nº 370, de 2008, que requer que o Período do Expediente da Sessão do Senado Federal do dia 20 de Agosto de 2008 seja destinada a homenagear a Maçonaria Brasileira, pelo transcurso do Dia do Maçom. Senador Mozarildo Cavalcanti. 376	Requerimento nº 377, de 2008, que requer a realização de Sessão Especial destinada a homenagear o centenário da imigração japonesa no Brasil. Senador Aloizio Mercadante..... 379
Requerimento nº 371, de 2008, que requer a realização de Sessão Especial, no dia 28 de maio de 2008, para homenagear o evento FSM – Fórum Social Mundial que ocorrerá na cidade de Belém do Pará em janeiro de 2009, sob o lema “Um Outro Mundo é Possível”, com o objetivo de apresentar contribuições para a construção de um novo modelo de desenvolvimento sustentável para o mundo, para o Brasil, dando especial relevância para a Região Amazônica. Senador José Nery..... 376	Requerimento nº 378, de 2008, que requer adiamento da realização de Sessão Especial do Senado, que seria realizada no dia 11 de abril de 2008, para data a ser marcada oportunamente, destinada a comemorar os vinte e sete anos de atividades da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais – FLACSO – Brasil. Senador Cristovam Buarque. ... 380
Requerimento nº 372, de 2008, que requer que seja aprovado pelo Senado Federal, voto de profundo pesar pelo falecimento do advogado Dr. Carlos Alberto Motta Vinha, do Rio de Janeiro. Senador Paulo Duque..... 377	Requerimento nº 379, de 2008, que requer licença dos trabalhos da Casa no período de 9 a 23 de abril de 2008 para acompanhar, pelo período de 15 (quinze) dias, a Operação Upatakon III, programada pela Polícia Federal na reserva indígena Raposa Serra do Sol, no Estado de Roraima, bem como os desdobramentos desse processo. Senador Mozarildo Cavalcanti. 518
Requerimento nº 373, de 2008, que requer a inserção em ata de Voto de Pesar pelo falecimento da Srª. Ilda Coutinho, ainda, que a Mesa apresente condolências a sua família. Senador Augusto Botelho. .. 377	Requerimento nº 380, de 2008, que requer que seja apresentado voto de pesar pelo falecimento do Sr. Waldson Antônio Neiva Moura Santos, Prefeito de Ipiranga do Piauí, apresentando condolências à família. Senador Mão Santa. 635
Requerimento nº 374, de 2008, que requer Voto de Pesar pelo falecimento da Srª. Terezinha Duarte Câmara, mãe do Deputado Federal Silas Câmara, ocorrido no dia 28 de março de ano de 2008, em Manaus. Senador Arthur Virgílio..... 377	Requerimento nº 381, de 2008, que requer licença dos trabalhos da Casa no período de 10 a 14 de abril de 2008, tendo sido autorizado pelo Plenário para representar o Senado Federal, como Senador da República e membro da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal na Conferência Mundial da Paz, a realizar-se na cidade de Caracas, Venezuela, nos dias 11, 12 e 13 de abril de 2008. Senador José Nery. 636
	Requerimento nº 382, de 2008, que requer que seja considerada como desempenho de missão parlamentar no exterior, minha participação, no período de 9 a 13 de abril de 2008, na Conferência Mundial da Paz, que ocorrerá em Caracas – Venezuela, entre os dias 8 e 13 de abril de 2008, conforme requerimento de Nº 341 de 2008, aprovado na Sessão de 3 de abril de 2008. Senador Inácio Arruda..... 636

	Pág.		Pág.
SAÚDE			
Preocupação com o alastramento da epidemia da dengue no Rio de Janeiro. Senador Gerson Camata.....	63	Proferimento do Parecer nº 217, de 2008, que dispõe sobre a remuneração devida aos militares da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal e sobre os subsídios das carreiras de Delegado de Polícia do Distrito Federal e de Polícia Civil do Distrito Federal. Senador Adelmir Santana.....	154
Apelo às autoridades municipais do Rio de Janeiro para que aumente a cobertura do programa Saúde da Família, para combater a epidemia de dengue. Senador Marcelo Crivella.....	133	Discussão do Parecer nº 217, de 2008, proveniente da Medida Provisória nº 401, de 13 de novembro de 2007, que altera as Leis nºs 11.134, de 15 de julho de 2005, e 11.361, de 19 de outubro de 2006, dispõe sobre a remuneração devida aos militares da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal e sobre os subsídios das carreiras de Delegado de Polícia do Distrito Federal e de Polícia Civil do Distrito Federal. Senador Valdir Raupp.....	156
Apelo ao Presidente do Senado para que se aprecie projeto de sua autoria, que visa regulamentar a Emenda nº 29, que vincula recursos financeiros dos Estados, dos Municípios e da União à saúde. Senador Marconi Perillo.....	140	Apelo ao Senador Valdir Raupp de que não prejudique a tramitação do Parecer nº 217, que beneficia a Polícia Militar do Distrito Federal. Senador Heráclito Fortes.....	157
Apelo ao Senador Romero Jucá, em nome do Senador Marcelo Crivella, por recursos para que o Estado do Rio de Janeiro possa ser atendido no programa de combate à dengue. Senador Flexa Ribeiro.....	150	Compromisso do Governo com os Servidores dos ex-Territórios, para que possam receber seus benefícios. Senador Valdir Raupp.....	157
Elogios à Santa Casa do Rio de Janeiro pelo apoio no combate à dengue. Senador Francisco Dornelles.....	267	Discussão do Parecer nº 217, de 2008, proveniente da Medida Provisória nº 401, de 13 de novembro de 2007, que altera as Leis nºs 11.134, de 15 de julho de 2005, e 11.361, de 19 de outubro de 2006, dispõe sobre a remuneração devida aos militares da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal e sobre os subsídios das carreiras de Delegado de Polícia do Distrito Federal e de Polícia Civil do Distrito Federal. Senador Expedito Júnior.....	158
Solidariedade com o povo do Rio de Janeiro pela epidemia de dengue e cumprimentos à Santa Casa de Misericórdia pelo trabalho prestado na ajuda contra essa epidemia. Aparte ao senador Francisco Dornelles. Senador Gerson Camata.	268	Discussão do Parecer nº 217, de 2008, proveniente da Medida Provisória nº 401, de 13 de novembro de 2007, que altera as Leis nºs 11.134, de 15 de julho de 2005, e 11.361, de 19 de outubro de 2006, dispõe sobre a remuneração devida aos militares da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal e sobre os subsídios das carreiras de Delegado de Polícia do Distrito Federal e de Polícia Civil do Distrito Federal. Senador Papaléo Paes.....	158
Contrariedade pela explosão da dengue no Rio de Janeiro. Senador Antonio Carlos Valadares.	302	Discussão do Parecer nº 217, de 2008, proveniente da Medida Provisória nº 401, de 13 de novembro de 2007, que altera as Leis nºs 11.134, de 15 de julho de 2005, e 11.361, de 19 de outubro de 2006, dispõe sobre a remuneração devida aos militares da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal e sobre os subsídios das carreiras de Delegado de Polícia do Distrito Federal e de Polícia Civil do Distrito Federal. Senador Papaléo Paes.....	158
Considerações acerca da explosão de dengue no Rio de Janeiro. Aparte ao Senador Antonio Carlos Valadares. Senador Augusto Botelho.....	303		
Considerações acerca da explosão de dengue no Rio de Janeiro e de como o prefeito da cidade está lidando com a situação. Aparte ao Senador Antonio Carlos Valadares. Senadora Ideli Salvatti.	304		
Considerações acerca da epidemia de dengue no Rio de Janeiro. Senadora Ideli Salvatti.....	304		
Considerações sobre a epidemia da dengue no Rio de Janeiro. Senador Paulo Duque.....	305		
Precariedade do sistema de saúde no Estado do Amazonas. Senador Arthur Virgílio.....	439		
Considerações sobre uma carta e um estudo sobre a dengue no Brasil enviados por Alberto Silva. Senador Mão Santa.....	574		
SEGURANÇA PÚBLICA			
Preocupação com o médico Daniel Pontes, que solicitou apoio aos Senadores, por ter sido ameaçado de morte após ter denunciado a cobrança de propina no IML do Rio de Janeiro. Senador Alvaro Dias.....	121	Discussão do Parecer nº 217, de 2008, proveniente da Medida Provisória nº 401, de 13 de novembro de 2007, que altera as Leis nºs 11.134, de 15 de julho de 2005, e 11.361, de 19 de outubro de 2006, dispõe sobre a remuneração devida aos militares da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal e sobre os subsídios das carreiras de Delegado de Polícia do Distrito Federal e de Polícia Civil do Distrito Federal. Senador Epitácio Cafeteira.....	159

Discussão do Parecer nº 217, de 2008, proveniente da Medida Provisória nº 401, de 13 de novembro de 2007, que altera as Leis nºs 11.134, de 15 de julho de 2005, e 11.361, de 19 de outubro de 2006, dispõe sobre a remuneração devida aos militares da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal e sobre os subsídios das carreiras de Delegado de Polícia do Distrito Federal e de Polícia Civil do Distrito Federal. Senador Mário Couto..... 160

Considerações acerca da votação do Parecer nº 217, sobre a remuneração da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal e sobre as implicações para os servidores dos ex-territórios. Senador Romero Jucá..... 160

Discussão do Parecer nº 217, de 2008, proveniente da Medida Provisória nº 401, de 13 de novembro de 2007, que altera as Leis nºs 11.134, de 15 de julho de 2005, e 11.361, de 19 de outubro de 2006, dispõe sobre a remuneração devida aos militares da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal e sobre os subsídios das carreiras de Delegado de Polícia do Distrito Federal e de Polícia Civil do Distrito Federal. Senador José Agripino..... 161

Discussão do Parecer nº 217, de 2008, proveniente da Medida Provisória nº 401, de 13 de novembro de 2007, que altera as Leis nºs 11.134, de 15 de julho de 2005, e 11.361, de 19 de outubro de 2006, dispõe sobre a remuneração devida aos militares da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal e sobre os subsídios das carreiras de Delegado de Polícia do Distrito Federal e de Polícia Civil do Distrito Federal. Senador Arthur Virgílio..... 161

Discussão do Parecer nº 217, de 2008, proveniente da Medida Provisória nº 401, de 13 de novembro de 2007, que altera as Leis nºs 11.134, de 15 de julho de 2005, e 11.361, de 19 de outubro de 2006, dispõe sobre a remuneração devida aos militares da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal e sobre os subsídios das carreiras de Delegado de Polícia do Distrito Federal e de Polícia Civil do Distrito Federal. Senador Gilvam Borges. 162

Discussão do Parecer nº 217, de 2008, proveniente da Medida Provisória nº 401, de 13 de novembro de 2007, que altera as Leis nºs 11.134, de 15 de julho de 2005, e 11.361, de 19 de outubro de 2006, dispõe sobre a remuneração devida aos militares da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal e sobre os subsídios das carreiras de Delegado de Polícia do Distrito Federal. Senador Adelmir Santana..... 163

Discussão do Parecer nº 217, de 2008, proveniente da Medida Provisória nº 401, de 13 de novembro de 2007, que altera as Leis nºs 11.134, de 15 de julho de 2005, e 11.361, de 19 de outubro de 2006, dispõe sobre a remuneração devida aos militares da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal e sobre os subsídios das carreiras de Delegado de Polícia do Distrito Federal e de Polícia Civil do Distrito Federal. Senador João Ribeiro..... 163

Considerações acerca da votação do Parecer nº 217, sobre a remuneração da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal e sobre as implicações para os servidores dos ex-territórios. Senador Valdir Raupp..... 164

Discussão do Parecer nº 217, de 2008, proveniente da Medida Provisória nº 401, de 13 de novembro de 2007, que altera as Leis nºs 11.134, de 15 de julho de 2005, e 11.361, de 19 de outubro de 2006, dispõe sobre a remuneração devida aos militares da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal e sobre os subsídios das carreiras de Delegado de Polícia do Distrito Federal e de Polícia Civil do Distrito Federal. Senador Cristovam Buarque..... 164

Considerações acerca da votação do Parecer nº 217, sobre a remuneração da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal e sobre as implicações para os servidores dos ex-territórios. Senador Expedito Júnior..... 164

Discussão do Parecer nº 217, de 2008, proveniente da Medida Provisória nº 401, de 13 de novembro de 2007, que altera as Leis nºs 11.134, de 15 de julho de 2005, e 11.361, de 19 de outubro de 2006, dispõe sobre a remuneração devida aos militares da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal e sobre os subsídios das carreiras de Delegado de Polícia do Distrito Federal e de Polícia Civil do Distrito Federal. Senador Gim Argello..... 165

Considerações acerca do reajuste dos servidores dos ex-territórios. Senador Papaléo Paes.... 165

Discussão do Parecer nº 217, de 2008, proveniente da Medida Provisória nº 401, de 13 de novembro de 2007, que altera as Leis nºs 11.134, de 15 de julho de 2005, e 11.361, de 19 de outubro de 2006, dispõe sobre a remuneração devida aos militares da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal e sobre os subsídios das carreiras de Delegado de Polícia do Distrito Federal e de Polícia Civil do Distrito Federal. Senador Valter Pereira. 166

Discussão do Parecer nº 217, de 2008, proveniente da Medida Provisória nº 401, de 13 de novembro de 2007, que altera as Leis nºs 11.134, de 15 de julho de 2005, e 11.361, de 19 de outubro de 2006, dispõe sobre a remuneração devida aos militares da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal e sobre os subsídios das carreiras de Delegado de Polícia do Distrito Federal e de Polícia Civil do Distrito Federal. Senador Valter Pereira. 166

	Pág.		Pág.
Registro da realização da Conferência sobre a Cooperação contra os Crimes Cibernéticos. Senador Eduardo Azeredo.....	431	Deputados para que se inclua na Ordem do Dia da Câmara a PEC nº 483, de 2005, que trata da transposição de servidores públicos do extinto território Federal de Rondônia para o quadro em extinção da administração federal. Senador Expedito Júnior....	136
Pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Pesquisa Social, a pedido da Central Única das Favelas, mostrando a necessidade de revisão dos conceitos a respeito da relação entre moradores das favelas e criminalidade. Senador Gerson Camata.....	577	Agradecimento ao esforço da Oposição em fazer com que a PEC 483/2005, de autoria da Senadora, seja apreciada na Câmara dos Deputados. Senadora Fátima Cleide.....	136
SENADO FEDERAL			
Registro da presença, no Plenário do Senado, de dois Prefeitos do Estado de Rondônia, Flávio Carvalho e Charles Modro. Senador Expedito Júnior.....	63	Justificativa acerca de requerimento para que seja consignado nos Anais do Senado voto de congratulação ao jornal <i>O Liberal</i> , do Estado do Pará, pelo prêmio Mérito Lojista Nacional na categoria mídia jornal impresso. Senador Flexa Ribeiro.....	140
Sugestões ao Presidente Garibaldi Alves Filho para o aperfeiçoamento dos trabalhos da Casa. Senador Osmar Dias.....	66	Solicitação ao Presidente do Senado para que faça um acordo com as Lideranças para a votação do Projeto de Lei nº 58, do Senador Paim, relativo aos aposentados. Senador Mário Couto.....	141
Solicitação, ao Presidente do Senado, para que realize audiência, recebendo Prefeitos, sindicatos e Senadores da Amazônia Legal, para debater a situação do produtor de madeira. Senador Mário Couto.....	69	Posição do PMDB contra medida provisória que trate de crédito extraordinário. Senador Arthur Virgílio.....	143
Transcrição nos Anais de trechos da entrevista do Presidente Garibaldi Alves Filho à revista <i>Veja</i> , bem como da Portaria 612/97 e de artigo do Ministro Gilmar Mendes intitulado "Dossiê é 'covardia institucional'." Sobre a questão do acesso aos dados dos cartões corporativos da Presidência da República. Senador Arthur Virgílio.....	69	Questionamento acerca da urgência, relevância e constitucionalidade de Medida Provisória que abre crédito extraordinário no valor de R\$ 50 milhões. Senador José Agripino.....	144
Solicitação de informações ao Senador José Nery, presidente da sessão, sobre o prazo para votação do projeto de lei 58, sobre os aposentados. Senador Mário Couto.....	100	Apontamento de Medida Provisórias relatadas pelo PSDB e pelo Democratas, tratando de crédito extraordinário. Senadora Ideli Salvatti.....	144
Solicitação de informações sobre a tramitação de requerimento de sua autoria, no qual solicita o encaminhamento do Projeto de Lei 29 da Câmara dos Deputados à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Senador Flexa Ribeiro.....	117	Crítica ao uso das Medidas Provisórias e ao argumento da Senadora Ideli Salvatti em favor de medidas que tratam de crédito extraordinário. Senador Heráclito Fortes.....	144
Convocação aos Senadores do ex-Territórios para tentarem buscar um entendimento para não permitir que se excluam os ex-Territórios e seus servidores. Senador Expedito Júnior.....	118	Apelo para que não seja votada a Medida Provisória nº 401, enquanto não encontrarem um entendimento no sentido de que seja revista a questão com os servidores dos ex-territórios. Senador Expedito Júnior.....	151
Pedido para que o Presidente do Senado entre em entendimento com o Presidente da Câmara dos Deputados para que se inclua na Ordem do Dia da Câmara a PEC nº 483, de 2005, que trata da transposição de servidores públicos do extinto território Federal de Rondônia para o quadro em extinção da administração federal. Senador Arthur Virgílio.....	136	Esclarecimento acerca da questão da Medida Provisória nº 401, que está ligada ao Fundo Constitucional do Distrito Federal, aos policiais do Distrito Federal. Senador Adelmir Santana.....	152
Pedido para que o Presidente do Senado entre em entendimento com o Presidente da Câmara dos		Preocupação sobre a votação da Medida Provisória nº 401 e o impacto que ela terá sobre os ex-territórios. Senador Papaléo Paes.....	152
		Apelo ao Presidente da Mesa para que não coloque a matéria em votação, até haver um entendimento entre os líderes. Senador Heráclito Fortes.....	158
		Solicitação para que o Partido dos Trabalhadores se manifeste sobre o tema discutido, a busca de uma solução para os policiais, os bombeiros e a área de segurança dos antigos territórios. Senador Heráclito Fortes.....	162

Pág.	Pág.		
Saudação à posse do Senador Carlos Dunga. Senador Epitácio Cafeteira.....	291	Encaminhamento de dois requerimentos o primeiro para o debate da participação do Senado no Foro Social Mundial, e o segundo para que seja votada a PEC 41, de 2003, sobre o fim da reeleição para os cargos executivos. Senador José Nery.....	438
Discurso de posse, enfatizando que lutará por mais recursos para o estado da Paraíba. Senador Carlos Dunga.....	291	Apoio à opinião do Senador Wellington Salgado de que o Senado não está cumprindo suas palavras. Aparte ao Senador Wellington Salgado. Senador Heráclito Fortes.....	450
Saudação à posse do Senador Carlos Dunga. Aparte ao Senador Carlos Dunga. Senador Arthur Virgílio.....	291	Transcrição nos Anais do Senado de carta aberta da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República e do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, manifestando repúdio pela forma que o Senador Mão Santa se referiu à Ministra Dilma Rousseff. Senadora Serys Slhessarenko.....	450
Saudação à posse do Senador Carlos Dunga. Aparte ao Senador Carlos Dunga. Senador Fernando Collor.....	292	Pedido para que seja incluída na Ordem do Dia a PEC nº 5, de 2006. Senador Eduardo Azeredo....	452
Saudação à posse do Senador Carlos Dunga. Aparte ao Senador Carlos Dunga. Senadora Rosalba Ciarlini.....	292	Solicita que seja preservada a proposta do Presidente da Casa de uma reunião com todos os líderes, para depois se proceder à leitura do requerimento da CPI dos cartões corporativos. Senador Wellington Salgado de Oliveira.....	469
Saudação à posse do Senador Carlos Dunga. Aparte ao Senador Carlos Dunga. Senador Romeu Tuma.....	293	Reitera o pedido da leitura do requerimento de criação no Senado da CPI dos cartões corporativos. Senador Arthur Virgílio.....	470
Comunicação de que o Senador Carlos Dunga foi indicado para a Comissão de Agricultura do Senado. Aparte ao Senador Carlos Dunga. Senador Epitácio Cafeteira.....	293	Solicita que seja feita a leitura da CPI dos cartões corporativos no dia 8 de abril de 2008. Senador Arthur Virgílio.....	473
Solicitação de esclarecimento ao PSDB sobre matéria que afirma que foi a Oposição quem divulgou dossiê do Governo contra Fernando Henrique. Senador Tião Viana.....	305	Elogio à conduta do Presidente Garibaldi Alves Filho. Senador Pedro Simon.....	475
Justificativa acerca do motivo que o levou a questionar o Senador Alvaro Dias pela reportagem acerca do dossiê contra Fernando Henrique Cardoso. Aparte ao Senador Alvaro Dias. Senador Tião Viana.....	308	Atendimento ao apelo do Presidente Garibaldi Alves Filho para a realização de reunião de Líderes no dia 8 de abril de 2008. Senador José Agripino.	476
Crítica ao Senador Álvaro Dias por não esclarecer as informações de que seria o responsável pela divulgação na imprensa do dossiê sobre os gastos em cartão corporativo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. Senador Romero Jucá.....	309	Lamenta os episódios ocorridos ao longo da semana no Senado e acusa a Oposição de tentar incluir na pauta da CPI a questão eleitoral de 2010. Senadora Ideli Salvatti.....	477
Afirmação de que constitucionalmente não há razão para questionar qualquer parlamentar sobre ter encaminhado à imprensa um dossiê que recebera de fontes. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. Senador Alvaro dias.....	310	TERRA	
Na qualidade de Presidente do PSDB defende que todos os dados referentes a gastos públicos sejam divulgados, quer sejam do governo atual ou do anterior. Senador Sérgio Guerra.....	329	Leitura da Carta de Roraima, assinada pelo Governador do Estado, pelos Deputados Federais e Estaduais, sobre as medidas necessárias no intuito da judicialização da questão que envolve a área indígena Raposa/Serra-do-Sol. Senador Mozarildo Cavalcante.....	408
Defesa da civilidade e o respeito como características maiores do Senado e espera que o Senador Mão Santa explique que não teve qualquer intenção de ofender a Ministra Dilma Rousseff no episódio da sessão de 2 de abril de 2008. Senador Eduardo Suplicy.....	414	TRABALHO	
Explicações acerca do seu pronunciamento do dia 2 de abril de 2008. Senador Mão Santa.	415	Preocupações com a greve dos trabalhadores dos Correios. Senador Paulo Paim.....	51

Ata da 41ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 1º de abril de 2008

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência dos Srs. Garibaldi Alves Filho, Tião Viana, Efraim Moraes, Gerson Camata,
Papaléo Paes, José Nery, Delcídio Amaral e Mão Santa

ÀS 14 HORAS ACHAM-SE PRESENTES

AS SRAS. E OS SRS. SENADORES:

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

Senado Federal

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 1/4/2008 07:35:06 até 1/4/2008 21:21:53

Partido	UF	Nome	Pres	Voto	Partido	UF	Nome	Pres	Voto
DEM	DF	ADELMIR SANTANA	X	X	Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	X	X
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	X		PMDB	RR	ROMERO JUCA	X	X
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	X	DEM	RN	ROSALBA CIARLINI	X	X
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR	X	X	PMDB	MA	ROSEANA SARNEY	X	X
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	X	PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	X	X
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	X	X	PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X	X
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X	X	Bloco-PT	MT	SERYS SLHÉSSARENKO	X	
Bloco-PR	BA	CÉSAR BORGES	X		Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	X	X
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X	X	Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X	X
Bloco-PT	MS	DELCÍDIO AMARAL	X	X	PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	X
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES	X	X	PMDB	MS	VALTER PEREIRA	X	X
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X	X	PSC	SE	VIRGINIO DE CARVALHO	X	X
DEM	PB	EFRAIM MORAIS	X	X					
DEM	MG	ELISEU RESENDE	X	X					
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X	X					
Bloco-PR	RO	EXPEDITO JÚNIOR	X	X					
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	X	X					
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	X	X					
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	X	X					
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	X					
Bloco-PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	X	X					
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X	X					
PMDB	ES	GERSON CAMATA	X	X					
DEM	MT	GILBERTO GOELLNER	X	X					
PMDB	AP	GILVAM BORGES	X	X					
PTB	DF	GIM ARGELLO	X	X					
DEM	PI	HERÁCLITO FORTES	X	X					
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	X	X					
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	X	X					
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X	X					
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	X	X					
Bloco-PT	AM	JOÃO PEDRO	X	X					
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	X	X					
PSDB	AL	JOÃO TENÓRIO	X	X					
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	X	X					
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	X	X					
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	X	X					
P-SOL	PA	JOSÉ NERY	X						
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X	X					
DEM	TO	KÁTIA ABREU	X	X					
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X	X					
	MA	LOBÃO FILHO	X	X					
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X	X					
Bloco-PR	ES	MAGNO MALTA	X	X					
PMDB	PI	MÃO SANTA	X	X					
Bloco-PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	X	X					
DEM	PE	MARCO MACIEL	X	X					
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	X	X					
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	X	X					
PSDB	MS	MARISA SERRANO	X	X					
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X	X					
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	X	X					
PDT	PR	OSMAR DIAS	X	X					
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	X	X					
PDT	CE	PATRICIA SABOYA	X						
PMDB	RJ	PAULO DUQUE	X	X					
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X	X					
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	X					
DEM	SC	RAIMUNDO COLOMBO	X	X					
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	X					

Compareceram: 72 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – A lista de presença acusa o comparecimento de Srs. 72 Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

OF. Nº 30/08-GLDEM

Brasília, 1º de abril de 2008

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência que esta Liderança cedeu, ao Senador Virgínio de Carvalho (PSC – SE), as vagas ocupadas pela Senadora Maria do Carmo Alves nas Comissões abaixo mencionadas:

a) na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, como suplente;

b) na Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE, como titular;

c) na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, como suplente;

d) na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE, como titular;

e) na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR, como suplente;

f) na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, como titular; e

g) na Comissão Parlamentar de Inquérito – Pedofilia – como suplente.

Atenciosamente, Senador **José Agripino**, Líder do Partido Democratas no Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – O ofício que acaba ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

Ofício nº 33/2008 – GLDBAG

Brasília, 1º de abril de 2008

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Senador Sibá Machado como suplente na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante.

Informo, por oportuno, que a indicação do novo membro para compor a referida Comissão na qualidade de titular, será feita pela Liderança do PTB.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência, protestos de estima e consideração. – Senadora **Ideli Salvatti**, Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Será feita a substituição solicitada.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – A Presidência recebeu o **Ofício nº S/7, de 2008** (nº 270/2008, na origem), do Procurador-Geral da República, encaminhando recomendação relativa aos atos de outorga de serviços de radiodifusão concedidos pelo Ministério das Comunicações à empresa FH Comunicação e Participação Ltda, na cidade de Panorama, Estado de São Paulo.

A matéria vai à Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação, Inovação e Informática.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, **do Projeto de Resolução nº 12, de 2008**, que *suspende a execução do § 2º do art. 250 do Decreto-Lei nº 5, de 15 de março de 1975, com as redações sucessivamente ditadas pela Lei nº 3.188, de 22 de fevereiro de 1999, e pela Lei nº 3.334, de 29 de dezembro de 1999, todos do Estado do Rio de Janeiro.*

Tendo sido apreciada em decisão terminativa pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a matéria vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – A Presidência recebeu, da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, o **Ofício nº 1.189/2008**, encaminhando a Moção nº 62/2007, para que se promovam estudos visando a alterar a legislação vigente sobre direitos autorais.

O expediente, juntado ao processado do Projeto de Lei do Senado nº 249, de 1989, vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – A Presidência comunica ao Plenário que durante o prazo único previsto no art. 122, II, “b”, combinado com o art. 375, inciso I, do Regimento Interno, foram apresentadas dezessete emendas ao **Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2008** (nº 2.105/2007, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *institui o Regime de Tributação Unificada – RTU na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai; e altera as Leis nºs 10.637, de*

30 de dezembro de 2002, e 10.833, de 29 de dezembro de 2003 (Projeto do Sacoleiro).

As emendas vão à publicação no Diário do Senado Federal e em avulsos, na forma regimental.

A matéria volta à Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul e às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; de Relações Exteriores e Defesa Nacional; e de Assuntos Econômicos, para exame do Projeto e das emendas.

São as seguintes as emendas apresentadas:

EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, NO PRAZO ÚNICO, PREVISTO NO ART. 122, II, B, COMBINADO COM O ART. 375, I, DO REGIMENTO INTERNO, AO

Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2008 (nº 2.105/2007, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que institui o Regime de Tributação Unificada – RTU, na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai; e altera as Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e 10.833, de 29 de dezembro de 2003 (Projeto do Sacoleiro).

Número de emendas apresentadas:
Senador Arthur Virgílio – 1 a 13, 15
Senador João Pedro – 14
Senador Sérgio Zambiasi – 16 e 17
Total – 17 emendas

EMENDA Nº 1

Dê-se ao art. 2º a seguinte redação:

“Art. 2º O Regime de que trata o art. 1º desta Lei permite a importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai, mediante o pagamento unificado de impostos e contribuições federais incidentes na importação, observado o limite máximo de R\$60.000,00 (sessenta mil reais) para o valor das mercadorias importadas por habilitado, por ano-calendário.”

Justificação

A presente emenda visa estabelecer, desde já, um limite máximo anual para cada optante do Regime, sem deixá-lo para posterior deliberação do Poder Executivo. O valor proposto, de R\$60 mil, é aquele que se entende razoável para um microimportador.

Sala da Comissão, em de março de 2008. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

EMENDA Nº 2

Dê-se ao art. 3º a seguinte redação:

“Art. 3º Somente poderão ser importadas ao amparo do Regime de que trata o art. 1º desta Lei as mercadorias relacionadas pelo Poder Executivo, e desde que, comprovadamente, os importadores apresentem autorização dos fabricantes originais para a importação e comercialização das marcas em território brasileiro”.

Justificação

A importação pelo RTU deve impedir o ingresso de produtos falsos, piratas, contrafeitos ou que, de qualquer forma, afronte a legislação brasileira. Ao se requerer autorização dos fabricantes originais estar-se-á coibindo práticas ilegais e frontalmente combatidas pela administração pública e toda a sociedade brasileira.

Sala da Comissão, em de março de 2008. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

EMENDA Nº 3

Dê-se ao parágrafo único do art. 3º a seguinte redação:

“Art. 3º

Parágrafo único. É vedada a inclusão no regime de quaisquer mercadorias que não sejam destinadas ao consumidor final, bem como de armas e munições, fogos de artifícios, explosivos, bebidas, inclusive alcoólicas, cigarros, veículos automotores em geral e embarcações de todo tipo, inclusive suas partes e peças, medicamentos, pneus, refrigeradores, **freezers**, lava-roupas, lava-louças, secadoras de roupa, ar-condicionados de janela e **split**, microondas, televisores, **notebooks**, computadores de mesa, bem como suas partes e peças, fones de ouvido, amplificadores elétricos de áudiofreqüência, aparelhos elétricos de amplificação de som, toca-fitas, auto-rádios (com e sem tocador de CD), tocadores de CD de leitura óptica por **laser**, videocassetes, gravador-reprodutor e editor de imagem e som, em discos, por meio magnético, óptico ou optomagnético, **softwares**, tocador de DVD, discos por sistema de leitura por raio **laser**, com e sem gravador (CD-R), câmeras de vídeo de imagens fixas e outras câmeras de vídeo (digitais ou não); câmeras fotográficas digitais, rádio toca-fitas (rádio-cassetes) com e sem gravador, amplificador com sintonizador (**receiver**), projeto-

res de vídeo, jogos de vídeo, mídias virgens e gravadas de qualquer tipo (CD, DVD, CD-R, DVD-R, CD-ROM, DVD-RW), bens usados e bens com importação suspensa ou proibida no Brasil e produtos industrializados cuja fabricação esteja submetida ao cumprimento de processo produtivo básico.”

Justificação

A importação de produtos pelo RTU não pode representar a liberação do ingresso de produtos acabados, bem como suas partes e peças, produzidos em terceiros países havendo similares industrializados no Brasil com o desenvolvimento da capacitação na concepção tecnológica, **design** e inovação, gerando empregos e atraindo investimentos.

Sala da Comissão, de março de 2008. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

EMENDA N° 4

Acrescente-se ao artigo 7° o seguinte § 4°:

“Art. 7°

§ 4° A importação e a comercialização no território brasileiro serão obrigatoriamente exercidas exclusivamente pelo importador-contribuinte cadastrado com essa finalidade, estando vedada a transferência **a posteriori** a terceiros com essa finalidade.”

Justificação

Na operação de importação, não pode ser permitida a interposição de terceiros que pode dificultar a fiscalização e resultar em procedimento fraudulento. Com essa disposição estar-se-á proibindo a transferência para terceiros de nítidas vantagens oferecidas para microimportadores, impedindo a comercialização por empresas interessadas em burlar esse regime especial.

Sala da Comissão, de março de 2008. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

EMENDA N° 5

Acrescente-se ao artigo 8° o seguinte parágrafo:

“Art. 8°

§ “Os procedimentos aduaneiros e fiscais deverão exigir anuência prévia dos órgãos fiscalizadores Inmetro, ANP, Anvisa e outros órgãos fiscalizadores, para comprovação integral do cumprimento de normas de segurança elétrica, de saúde e dos programas de eficiência energética implantados no Brasil.”

Justificação

Não se pode admitir que produtos importados ingressem no Brasil sem respeitar os regulamentos técnicos que preservam a saúde e a segurança das pessoas, especialmente por que os aqui fabricados e comercializados são obrigados a obedecer.

Sala da Comissão, em de março de 2008. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

EMENDA N° 6

Acrescente-se ao artigo 8° o seguinte parágrafo:

“Art. 8°

§ “Deverá ser verificada previamente à liberação do Registro da Declaração de Importação a comprovação integral do cumprimento das normas e procedimentos estabelecidos no Código de Valoração Aduaneira e da nomenclatura de valor estatístico.”

Justificação

A importação mediante esse regime especial deve seguir expressa e objetivamente o Código de Valoração Aduaneira e da Nomenclatura de Valor Estatístico para que sejam coibidas práticas danosas ao Erário, como o subfaturamento e a declaração errônea de conteúdo e origem.

Sala da Comissão, em de março de 2008. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

EMENDA N° 7

Acrescente-se ao artigo 8° o seguinte parágrafo:

“Art. 8°

§ “O transporte da mercadoria obrigatoriamente deverá ser em veículo cadastrado para transporte internacional com pleno cumprimento das normas e procedimentos estabelecidos na legislação pertinente.”

Justificação

Não se pode admitir, depois dos avanços obtidos pela Receita Federal do Brasil no combate ao contrabando e descaminho, que o transporte de produtos importados do Paraguai seja realizado em ônibus, vans e automóveis. Os comboios da ilegalidade, que foram recentemente extintos no Brasil, não podem voltar, pois representam uma grave ameaça à saúde e segurança nas estradas inviabilizando, por outro lado, a fiscalização por parte das autoridades aduaneiras.

Sala da Comissão, em de março de 2008. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

EMENDA Nº 8

Acrescente-se ao artigo 8º o seguinte parágrafo:

“Art. 8º
 § “Fica vedada a utilização do Registro de Declaração de importação Simplificada.”

Justificação

A adoção de declaração simplificada representa a possibilidade de serem afastados procedimentos para o controle da Aduana, especialmente tendo em vista a excepcionalidade desse regime tributário, que deve ser avaliado de modo preciso e criterioso, não deve ser admitido este registro simplificado.

Sala da Comissão, em de março de 2008. – Senador **Arthur Virgílio**, líder do PSDB.

EMENDA Nº 9

Acrescente-se ao artigo 9º o seguinte inciso V:

“Art.9º
 V. “É obrigatório o pagamento antecipado das mercadorias junto ao exportador no Paraguai com registro no SISBACEN para a liberação do Registro da Declaração de Importação.”

Justificação

Uma vez que está previsto o pagamento dos impostos incidentes quando do registro da Declaração de Importação, é fundamental que este pagamento ocorra dentro dos parâmetros definidos pelo Banco Central do Brasil, coibindo, assim, a lavagem de dinheiro e a evasão de divisas.

Sala da Comissão, em de março de 2008. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

EMENDA Nº 10

Dê-se a seguinte redação ao artigo 10:

“Art. 10. Os impostos e contribuições federais devidos pelo optante pelo Regime de que trata o art. 1º desta Lei serão calculados pela aplicação da alíquota única de 59,25% (cinquenta e nove inteiros e vinte e cinco centésimos por cento) sobre o preço de aquisição das mercadorias importadas, à vista da fatura comercial ou documento de efeito equivalente, observados os valores de referência mínimos estabelecidos pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, sem prejuízo do disposto no § 3º do art. 9º desta Lei.”

Justificação

Com a adoção da tarifa consolidada pelo Brasil na Organização Mundial do Comércio (OMC) – e que deve ser aplicada nesse regime especial, inclusive para não criar maiores controvérsias no âmbito das negociações comerciais multilaterais – a alíquota única deve ser majorada.

Sala da Comissão, de março de 2008. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

EMENDA Nº 11

Dê-se a seguinte redação ao inciso I do § 1º do artigo 10:

“Art. 10.
 § 1º
 I – 35% (trinta e cinco por cento), a título de Imposto de Importação;”

Justificação

Esta é a tarifa consolidada pelo Brasil na OMC – Organização Mundial do Comércio, e deve ser aplicada nesse regime especial, inclusive para não criar maiores controvérsias no âmbito das negociações comerciais multilaterais.

Sala da Comissão, de março de 2008. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

EMENDA Nº 12

Dê-se a seguinte redação ao § 2º do artigo 10:

“Art. 10.
 § 2º O Poder Executivo não poderá reduzir a alíquota de que trata o **caput**, mediante alteração dos percentuais de que tratam os incisos e II do § 1º.”

Justificação

A definição da alíquota não pode ficar ao arbítrio do Poder Executivo, devendo ser fixada pelo Poder Legislativo, para segurança do próprio sistema tributário e, portanto, do contribuinte.

Sala da Comissão, de março de 2008. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

EMENDA Nº 13

Acrescente-se o seguinte parágrafo único ao artigo 11:

“Art. 11.
 Parágrafo único. “A venda no território brasileiro só poderá ser realizada a consumidor final diretamente, sem intervenção de terceiros, redes de varejo, distribuidores e outros canais de revenda seja por atacado ou varejo.”

Justificação

O regime excepcional deve, obrigatoriamente, ser direcionado para vendas ao consumidor final, não sendo admitido que seja um mecanismo de fornecimento para estabelecimentos comerciais, o que representaria uma evidente distorção e mais um procedimento de concorrência desleal com as empresas instaladas no Brasil, que arcam com o pagamento de imposto de forma.

Sala da Comissão, de março de 2008. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

EMENDA Nº 14 (PLC nº 27, de 2008)

Dê-se ao art. 26, **caput** (alteração de redação), do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2008, a seguinte redação:

Art. 26 Os produtos industrializados na área de livre comércio de importação e exportação de que trata o art. 11 da Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991, e na área referida no parágrafo 4º do art. 1º do Decreto-lei nº 291, de 28 de janeiro de 1967, ficam isentos do imposto sobre Produtos Industrializados, quer se destinem ao seu consumo interno, quer à comercialização em qualquer outro ponto do território nacional.

Justificação

Este artigo atende uma antiga e reiterada demanda da região amazônica que é a possibilidade de utilização de incentivos para industrialização dos produtos originários dos recursos naturais regionais. Entretanto, como albergado pelo PLC, essa possibilidade fica restrita a Área de Livre Comércio de Macapá-Santana. Ocorre que, o art. 6º do Decreto-Lei Nº 1.435 de 16 de dezembro de 1975, já prevê esse incentivo para toda a Amazônia Ocidental, apenas o limitou para “matérias primas agrícolas e extrativas vegetais” o que, obviamente cerceou a eficácia. Com o presente PLS essa possibilidade se amplia para os segmentos animal, vegetal, mineral, exceto os do capítulo 26 da NCM, ou agrosilvopastoril. A presente emenda, portanto, apenas absorve no texto do PLC as áreas para onde já há previsão desses incentivos.

Sala das Sessões, – Senador **João Pedro**.

EMENDA Nº 15.

Dê-se ao do artigo 26 a seguinte redação:

“Art. 26 Os produtos industrializados na área de livre comércio de importação de exportação de que tra o art. 11 da Lei nº 8.387,

de 30 de dezembro de 1991, e na área referida no § 4º do art. 1º do Decreto-Lei nº 291, de 28 de janeiro de 1967, ficam isentos do Imposto sobre Produtos Industrializados, quer se destinem ao seu consumo interno, quer à comercialização em qualquer outro ponto do território nacional.”

Justificação

Este artigo atende um antiga e reiterada demanda da região amazônica que é a possibilidade de utilização de incentivos para a industrialização dos produtos originários dos recursos naturais regionais. Entretanto, como albergado pelo PLC, essa possibilidade fica restrita a Área de Livre Comércio de Macapá-Santana. Ocorre que, o art. 6º do Decreto-Lei nº 1.435 de 16 de dezembro de 1975, já prevê esse incentivo para toda a Amazônia Ocidental, apenas o limitou para “matérias primas agrícolas e extrativas vegetais” o que, obviamente cerceou a eficácia. Com o presente PLC essa possibilidade se amplia para os segmentos animal, vegetal, mineral, exceto os do capítulo 26 da NCM, ou agrosilvopastoril. A presente emenda, portanto, apenas absorve no texto do PLC as áreas para onde já há previsão desses incentivos.

Sala da Comissão, de março de 2008. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

EMENDA Nº 16

Incluam-se no PLC nº 27, de 2008, os seguintes artigos, onde couberem:

Art. Fica o Poder Executivo autorizado a criar o Fundo de Recuperação Econômica dos municípios de Santana do Livramento – FUNRES, e de Jaguarão – FUNREJ, com o objetivo de prestar assistência financeira aos empreendimentos produtivos considerados de interesse para a recuperação econômica dos Municípios de Santana do Livramento e Jaguarão, no Estado do Rio Grande do Sul.

Art. Constituem recursos do Funres e do Funrej:

I – dotações orçamentárias à conta de recursos do Tesouro Nacional;

II – dotações governamentais de origem estadual ou municipal, bem como auxílios, subvenções, contribuições, doações de entidades públicas ou privadas, nacionais, internacionais ou estrangeiras;

III – eventuais resultados de aplicações financeiras dos seus recursos;

IV – transferências de outros fundos;

V – outros recursos previstos em lei.

Parágrafo único. As disponibilidades financeiras do Funres e do Funrej ficarão depositadas na Conta Única do Tesouro Nacional.

Art. O Funres e o Funrej terão como agentes operadores instituições financeiras oficiais federais, a serem definidas em ato do Poder Executivo.

Art. O Poder Executivo fica autorizado a criar o Grupo Executivo para Recuperação Econômica de Santana do Livramento e de Jaguarão, com competência para fixar as diretrizes, critérios e prioridades para a aplicação dos recursos previstos nesta lei.

Justificação

A presente emenda aditiva propõe autorização legislativa para a criação de um Fundo de Recuperação Econômica de Santana do Livramento (FUNRES) e um Fundo de Recuperação Econômica de Jaguarão (FUNREJ), com um único objetivo: o de prestar assistência financeira aos empreendimentos produtivos considerados de interesse para a recuperação econômica dos municípios de Santana do Livramento e Jaguarão, no Estado do Rio Grande do Sul, a semelhança de idêntica providência que tramita no bojo do Projeto de Lei do Senado nº 27, de 2008, alvo desta emenda que, da mesma maneira, propõe a autorização legislativa para a criação do Fundo de Recuperação do Município de Foz do Iguaçu, no Estado do Paraná.

Estes municípios estão inserido geograficamente dentro do pampa gaúcho: Santana do Livramento localizado na região oeste e Jaguarão na região sul do RS, que à semelhança com o município de Foz do Iguaçu que faz fronteira com o Paraguai, limitam com a República Oriental do Uruguai através, respectivamente do Departamento de Rivera e Cerro Largo, mais precisamente com as cidades gêmeas uruguaias de Rivera e Rio Branco com as quais cada um está indissolúvelmente ligado, numa situação de continuidade e contigüidade.

Em função da globalização da economia, estes municípios, além de padecerem de um agudo desaquecimento de sua economia em função do fechamento de várias indústrias de carnes e derivados (frigoríficos e curtumes), e de empresas comerciais, da mesma maneira como Foz do Iguaçu, sofrem também de um progressivo esvaziamento de suas atividades comerciais, por não suportarem a concorrência comercial desigual exercida pelos comércios de **free-shops** das cidades uruguaias de Rivera e Rio Branco, em franca expansão em função da valorização do real diante do dólar, que contando com um regime fiscal atraente, comercializa

produtos de todo o mundo por preços tentadores que atraem multidões de compradores brasileiros.

A somatória destes fatos provocou a elevação do nível de desemprego nestes municípios que alcança, hoje, mais de 15% da população economicamente ativa, com reflexos nas economias dos municípios vizinhos cujas populações se abastecem de gêneros alimentícios produzidos no Uruguai e eletrodomésticos importados de outros países, inclusive do Brasil, a preços bastante inferiores aos praticados no comércio brasileiro.

Constata-se assim, um paradoxo: embora com potenciais de riquezas, têm a sua economia comprometida por serem municípios localizados na Faixa de Fronteira sobre a linha divisória com o Uruguai. Registre-se que em função do câmbio favorável que estimula o turismo de compras, há um afluxo mensal de mais de 50.000 pessoas que drenam da economia brasileira, oficialmente, mais de 15 milhões de dólares por ano, sem deixar maiores retornos financeiros para seus administradores municipais.

Assim, enquanto a economia dos municípios uruguaios de Rivera e Rio Branco crescem vertiginosamente mais de 10% ao ano, com oferta plena de empregos em função do seu comércio de características internacionais, ajudados por prósperas Zonas Francas instaladas e em vias de instalação de importantes indústrias, nossos municípios sofrem com uma aguda falta de meio circulante, com o comércio sem vender, sem indústrias geradoras de riquezas, causando, como consequência, o inverso daquilo que se verifica do outro lado da fronteira: desalento e desemprego com reflexos negativos no nível de vida de suas populações.

Nada mais justo, portanto, buscar-se o respaldo de um Fundo Federal que possa compensar as perdas dos dois municípios do Rio Grande do Sul. Tal providência favorecerá a instalação de indústrias, com reflexos positivos para toda a Mesorregião Metade Sul do RS, gerando emprego e renda, e colaborando para o aumento da competitividade dos produtos gaúchos e brasileiros nos países do Mercosul, além de influenciar a criação de potentes corredores de exportação representados pelos portos de Rio Grande (RS) e Montevideu (Uruguai), uma das saídas para a recuperação da economia do Estado do Rio Grande do Sul.

Sala da Comissão, – Senador **Sérgio Zambiasi**.

EMENDA Nº 17

Inclua-se no PLC nº 27, de 2008, o seguinte artigo, onde couber:

Art. É criada, nos Municípios de Santana do Livramento e Jaguarão, no Estado do Rio Grande do Sul, a Área de Livre Comércio

de Santana do Livramento (ALCSL) e Área de Livre Comércio de Jaguarão (ALCJ), sob regime fiscal especial, com a finalidade de promover o desenvolvimento econômico e social da região de fronteira do extremo sul e oeste daquele Estado, e de incrementar as relações bilaterais com a República Oriental do Uruguai, segundo a política de integração latino-americana.

§ 1º O Poder Executivo demarcará, no prazo de cento e vinte dias, a área contínua onde será instalada a Área de Livre Comércio de cada um dos municípios, incluindo os locais próprios para o depósito das mercadorias a serem nacionalizadas ou reexportadas.

§ 2º Aplicam-se às Áreas de Livre Comércio, no que couber, o disposto na Lei nº 8.256, de 25 de novembro de 1991.

Justificação

Áreas de Livre Comércio, na sua definição legal, são áreas geográficas delimitadas, com isenção fiscal que favorece principalmente a comercialização de bens importados do Exterior ou de outras regiões do País. Funcionam basicamente como entreposto comercial, não sendo seu objetivo básico conduzir a uma promoção industrial, mas permitir e favorecer o acesso ao comércio de uma população isolada por questões geográficas, gerando assim uma alternativa de desenvolvimento regional.

A presente emenda aditiva propõe a criação de Área de Livre Comércio nos Municípios de Santana do Livramento e Jaguarão, no Estado do Rio Grande do Sul, um instrumento para a reativação da economia dos dois municípios de fronteira e, por extensão, da Mesorregião Metade Sul do Rio Grande do Sul, e de incrementar as relações bilaterais com o Uruguai, segundo os ditames da política de integração latino-americana.

Estes municípios estão inseridos geograficamente dentro do pampa gaúcho: Santana do Livramento localizado na região oeste e Jaguarão na região sul do RS, limitam com a República Oriental do Uruguai através, respectivamente do Departamento de Rivera e Cerro Largo, mais precisamente com as cidades gêmeas uruguaias de Rivera e Rio Branco com as quais cada um está indissolúvelmente ligado, numa situação de continuidade e contigüidade urbana, constituindo aglomerados urbanos com mais de 200.000 habitantes, exemplos de integração e de convivência harmoniosa entre comunidades brasileiras e uruguaias.

Ambos municípios estão servidos por boas estradas federais – Santana do Livramento dista 500

quilômetros do porto marítimo de Montevidéu e a 750 quilômetros de Buenos Aires, enquanto que Jaguarão está a 320 quilômetros da capital uruguaia e mesma distância de Buenos Aires.

Nas suas relações com o Uruguai, apresentam um grande potencial de integração econômica e cultural constituindo importante pólo geoeconômico, que apresenta as condições exigidas para a implantação de áreas de livre comércio.

Ambas cidades possuem em seus limites territoriais, sobre a linha de fronteira, em funcionamento, instalações de um Porto Seco alfandegado, legalmente habilitado e construído com base em Convênio sobre Transporte Internacional Terrestre, firmado entre a República Oriental do Uruguai e a República Federativa do Brasil, com a finalidade de atender as necessidades de tráfego bilateral entre os dois países.

A base produtiva desses municípios está voltada para a agricultura e pecuária, com a produção de carnes nobres oriundas de gados de origem européia, de lãs e produtos agrícolas como arroz e soja, e vinhos finos, voltados para o abastecimento do mercado nacional e exportação. Atualmente busca-se incentivar a silvicultura para a produção de celulose e madeira para móveis.

Entretanto, em função da globalização da economia, sofrem de um agudo desaquecimento das suas economias o que determinou o fechamento de várias indústrias de carnes e derivados (frigoríficos e curtumes), além de uma série de empresas comerciais de médio porte.

Além disso, como agravante, sofrem também de progressivo esvaziamento de suas atividades comerciais, por não suportar a concorrência comercial desigual exercida pelos comércios de **free-shops** das cidades uruguaias de Rivera e Rio Branco, em franca expansão em função da valorização do real diante do dólar, que contando com um regime fiscal atraente, comercializa produtos de todo o mundo por preços tentadores que atraem multidões de compradores brasileiros.

A somatória destes fatos provocou a elevação do nível de desemprego nestes municípios que alcança, hoje, mais de 15% da população economicamente ativa, com reflexos nas economias dos municípios vizinhos cujas populações se abastecem de gêneros alimentícios produzidos no Uruguai e eletrodomésticos importados de outros países, inclusive do Brasil, a preços bastante inferiores aos praticados no comércio brasileiro.

Constata-se assim, um paradoxo: embora com potenciais de riquezas, têm a sua economia comprometida por serem municípios localizados na Faixa de Fronteira sobre a linha divisória com o Uruguai.

Registre-se que em função do câmbio favorável que estimula o turismo de compras, há um afluxo mensal de mais de 50.000 pessoas que drenam da economia brasileira, oficialmente, mais de 15 milhões de dólares por ano, sem deixar maiores retornos financeiros para os administradores municipais.

Assim, enquanto a economia dos municípios uruguaios de Rivera e Rio Branco crescem vertiginosamente mais de 10% ao ano, com oferta plena de empregos em função do seu comércio de características internacionais, ajudados por prósperas Zonas Francas instaladas e em vias de instalação de importantes indústrias, nossos municípios sofrem com uma aguda falta de meio circulante, com o comércio sem vender, sem indústrias geradoras de riquezas, causando, como conseqüência, o inverso daquilo que se verifica do outro lado da fronteira: desalento e desemprego com reflexos negativos no nível de vida de suas populações.

Nada mais justo, portanto, propor a criação de uma área de livre comércio em Santana do Livramento e em Jaguarão, que favorecerá a instalação de indústrias, com reflexos positivos para toda a Mesorregião Metade Sul, cuja economia acha-se hoje deprimida, gerando emprego e renda, colaborando para o aumento da competitividade dos produtos gaúchos e brasileiros nos países do Mercosul, além de influenciar a criação de potentes corredores de exportação representados pelos portos de Rio Grande (RS) e Montevidéu (Uruguai), uma das saídas para a recuperação da economia do Estado do Rio Grande do Sul.

Convém destacar que o Ministério da Integração está desenvolvendo um Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira garantindo às cidades gêmeas a inserção como alvos prioritários das políticas governamentais para a zona de fronteira, fazendo com que a criação de áreas de livre comércio faça parte desta estratégia de desenvolvimento.

A emenda ao PLC n° 27, de 2008, originado do PL n° 2.105/2007, da Câmara dos Deputados, não objetiva criar uma zona franca industrial, a exemplo da Zona Franca de Manaus, que produz para o Brasil inteiro com desoneração de impostos. Visa apenas instituir uma área de livre comércio, nos moldes das criadas pelo Congresso Nacional e em funcionamento, como a de Tabatinga – AM (Lei n° 7.965, de 22 de dezembro de 1989); a de Guajará-Mirim – RO (Lei n° 8.210, de 19 de julho de 1991); a de Macapá–Santana – AP (Lei n° 8.387, de 30 de dezembro de 1991), dentre outras.

Sala da Comissão, . – Senador **Sérgio Zambiasi**.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Sobre a mesa, ofício do Ministro de Estado das Cidades que será lido pelo Sr. 1° Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

OFÍCIO DO MINISTRO DE ESTADO DAS CIDADES

– N° 64/2008, de 27 do corrente, encaminhando informações complementares em resposta ao Requerimento n° 1.016, de 2007, de autoria do Senador Tasso Jereissati.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – As informações foram encaminhadas, em cópia, ao Requerente.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1° Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO N° 352, DE 2008

Requeiro, nos termos regimentais, que o Projeto de Lei do Senado n° 46, de 2008 que, “Estabelece a obrigatoriedade da neutralização das emissões de gases de efeito estufa decorrentes da realização da Copa do Mundo de Futebol no Brasil, em 2014”, seja encaminhado à Comissão de Educação para que esta se pronuncie sobre o mesmo.

Em 1° de abril de 2008. – Senador **Flávio Arns**.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – O requerimento que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1° Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO N° 353, DE 2008

Requeiro nos termos do artigo 222 do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado nos anais do Senado, Voto de Congratulação ao Jornal **O Liberal** pelo prêmio “mérito lojista” nacional, na categoria Mídia/Jornal Impresso.

Requeiro, ademais, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento da Presidente, Sr^a Lucidéia Maiorana, e do seu Presidente Executivo Jornalista Romulo Maiorana Junior.

Justificação

Esta é a vigésima nona edição do premio mérito lojista. O jornal **O Liberal** já foi indicado 23 vezes, tornando-se o maior vencedor do prêmio.

O “Mérito Lojista” é concedido pela Confederação Nacional dos Dirigentes Lojistas (CNDL) desde 1980, resultado da escolha popular das marcas, produtos e serviços mais representativos em cada estado e no Brasil.

Sala das Sessões, 1º de abril 2008. – Senador **Flexa Ribeiro**.

REQUERIMENTO Nº 354, DE 2008

Requeiro, nos termos do inciso II art. 218 do Regimento Interno, inserção em ata de Voto de Pesar pelo falecimento do ex-Deputado Federal Constituinte e ex-Prefeito de Uberlândia, Virgílio Galassi, ocorrido em Uberlândia, Minas Gerais, em 3 de janeiro de 2008.

Justificação

Natural de São Paulo, político de fala mansa, mas de pulso firme, Virgílio Galassi, nunca deu o braço a torcer, nem mesmo para a doença que o perseguiu nos últimos anos de vida.

“O seu Virgílio era uma pessoa que estava acima de todos nós... Soube trazer adversários para o seu lado... Foi uma referência para ser seguida. Uberlândia certamente vai reconhecer as coisas que ele fez pela cidade. Foi uma pessoa que amou profundamente a cidade, uma pessoa que ajudou a construí-la”, descreveu o vice-Prefeito Aristides de Freitas ao saber da notícia.

Com um currículo extenso na vida pública, com quase 30 anos de atividades, Virgílio Galassi foi quatro vezes prefeito de Uberlândia, sem contar os mandatos de deputado federal Constituinte e o de vereador, no início da carreira política. Afastado da linha de frente da política local desde seu último mandato como prefeito (1997 a 2000), ele atuava nos bastidores.

Entretanto, não dispensava os compromissos públicos e o contato com a população. Com 84 anos completados no dia 7 de agosto de 2007, Virgílio Galassi sempre foi um dos maiores entusiastas com o desenvolvimento de Uberlândia. Segundo ele, nem mesmo os maus administradores conseguiriam “segurar” o desenvolvimento do Município. “A cidade sempre foi maior do que os seus políticos”, ressaltou. E ele afirmava isso com propriedade, afinal, administrou Uberlândia por 18 anos.

Para mim, que enquanto governador do meu estado com ele convivi como prefeito de uma das maiores

idades mineiras, posso testemunhar a sua lealdade aos seus companheiros e concidadãos e o tratamento respeitoso conferido aos adversários políticos, sem que isto significasse qualquer concessão dos seus objetivos de administrador público conseqüente.

Deixa viúva Maria Luisa Santos Galassi e três filhos: Paulo Santos Galassi, casado com Carmem Galassi; Rejane Galassi Cunha, casada com Sérgio Ribeiro Cunha e Regina Blanche Galassi Gargalhoni, casada com Lione Tannús Gargalhoni.

Sala das Sessões, 1º de abril de 2008. – **Eduardo Azeredo**.

REQUERIMENTO Nº 355, DE 2008

Requer Voto de Aplauso ao jornal O Globo, pela publicação, no Caderno Boa Viagem, de reportagem sobre as novas frentes de turismo na Amazônia..

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos **Anais do Senado**, Voto de Aplauso ao jornal **O Globo**, edição de 27 de março de 2008, pela publicação de reportagem sobre as novas frentes de turismo na Amazônia.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento do jornal e, por seu intermédio aos repórteres Luciana Brum e Domingos Peixoto.

Justificação

O jornal **O Globo**, do Rio, publica em destaque excelente reportagem sobre as imensas potencialidades do turismo na Amazônia. A matéria, com fotos de Domingos Peixoto e texto de Luciana Brum indica o lado humano da região, mostrando também o muito que há para se conhecer em Manaus.

Sala das Sessões, 10 de abril de 2008. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 356, DE 2008

Requer voto de lembrança em homenagem à memória do ex-Senador Benjamin Farah, que, se vivo fosse, estaria completando 97 anos no mês de março de 2008.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, voto de lembrança em homenagem à memória do ex-Senador Benjamin Farah, que, se estivesse vivo, teria completado em março de 2008, 97 anos de existência.

Requeiro, ainda, que o voto de lembrança seja levado ao conhecimento dos familiares do homenageado.

Justificação

No mês de março de 2008, estaria completando quase um século de existência, se vivo fosse, o ex-Senador Benjamin Farah, ilustre homem público que honrou o Senado da República, como representante do Rio de Janeiro no ano de 1970.

Professor e médico, Benjamin Farah legou ao Brasil uma jornada de civismo e dedicação à política. Deputado Federal em dois mandatos e senador por um, ele ocupava a tribuna quase todos os dias e propôs quase mil projetos de leis. É essa notável figura humana que hoje homenageio, requerendo ao Senado da República este voto de lembrança.

Sala das Sessões, de abril de 2008. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO N° 357, DE 2008

Senhor Presidente

Requeiro, nos termos do art. 50 da Constituição Federal combinado com o art. 397 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convocada a senhora Ministra-Chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, para que preste esclarecimentos sobre a denúncia do cometimento de crime de responsabilidade, tendo em vista a formulação de dossiê sobre as contas sigilosas do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso e sua esposa a Senhora Ruth Cardoso.

Justificação

Diante das gravíssimas denúncias veiculadas nos órgãos de comunicação sobre a participação de seus subordinados na fabricação de um dossiê para intimidar os parlamentares de oposição do Congresso Nacional, é imprescindível o depoimento da Ministra Dilma Rousseff neste plenário, uma vez estarem presentes flagrantes indícios do crime de responsabilidade, nos termos da alínea **3**, do art. 9º, da Lei nº 1.079/50.

Além disso, em recente entrevista nos meios de comunicação a Ministra-Chefe da Casa Civil informou que não comentaria sobre as recentes denúncias do dossiê produzido sobre as informações sigilosas, uma vez que teria “outras coisas mais importantes a fazer como o PAC”. Tal afirmação torna imprescindível a presença da Ministra perante o plenário do Senado Federal, tendo em vista a pouca importância dada para o

gravíssimo incidente criminoso do dossiê e a demonstração de menosprezo pelo Congresso Nacional.

Sala das Sessões, 1º de abril de 2008. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – O requerimento que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO N° 358, DE 2008

Nos termos do art. 255, inciso II, alínea **c**, item 12, requeiro que o Projeto de Lei do Senado nº 24, de 2008, que “altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para dispor sobre a utilização de ajudas técnicas na utilização de caixas eletrônicos por portadores de deficiência visual”, que além da Comissão do despacho inicial seja também apreciado pela Comissão de Assuntos Sociais.

Sala das Sessões, 1º de abril de 2008. – Senadora **Patrícia Saboya**.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – O requerimento que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente, nos termos do art. 255, inciso II, alínea **c**, XII, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, Projetos de Lei do Senado que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 106, DE 2008

Altera a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, para estender o benefício do art. 40 às pessoas jurídicas com sede no País, não tributadas com base no lucro real.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O caput do art. 40 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 40. Para a apuração da base de cálculo do imposto sobre a renda incidente sobre o ganho de capital por ocasião da alienação, a qualquer título, de bens imóveis realizada por pessoa física residente no País ou por pessoa jurídica com sede no País, não tributada com base no lucro real, serão aplicados fatores de redução (FRI e FR2) do ganho de capital apurado.

..... (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, fixou as regras que atualmente disciplinam o imposto de renda sobre o ganho de capital. Uma das inovações daquela lei foi a de suprimir a utilização da Unidade Fiscal de Referência (UFIR), a partir de 1996, como fator de atualização do valor de aquisição do bem.

“Congelando” o valor de aquisição, tem-se, como consequência que o fator inflacionário, que ainda subsiste em nossa economia, termina por inflar a base de cálculo do imposto, onerando, sem razão jurídica ou econômica, o contribuinte.

Abrandou-se parte desse prejuízo com a edição da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, que estabeleceu um fator de redução a ser aplicado sobre o valor do imposto devido.

No entanto, o fator de redução se limita às alienações de bens imóveis realizados por pessoas físicas residentes no País. De maneira injustificada, ficaram de fora as pessoas jurídicas não tributadas com base no lucro real, que constituem a maior parte das empresas em funcionamento no País e que vêm sofrendo exacerbado prejuízo decorrente da proibição da atualização.

Este é o propósito do Projeto que ora apresentamos: estender o benefício do art. 40 da Lei nº 11.196, de 2005, às alienações de bens imóveis realizadas por pessoas jurídicas com sede no País não tributadas com base no lucro real.

Dessa forma, o benefício passa a alcançar todo o universo de contribuintes que apura o ganho de capital sem considerar a depreciação do bem imóvel. Deixa, portanto, de ter natureza de *redução discriminada de tributo* ou *tratamento diferenciado*, dispensando o projeto de atender ao disposto no art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal (estimativa de renúncia de receitas).

Sala das Sessões, em 1º de abril de 2008. – Senador **Renato Casa Grande**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 11.196, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2005

Institui o Regime Especial de Tributação para a Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação – REPEs, o Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras – RECAP e o Programa de Inclusão Digital; dispõe sobre incentivos fiscais para a inovação tecnológica; altera o o Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, o Decreto nº

70.235, de 6 de março de 1972, o Decreto-Lei nº 2.287, de 23 de julho de 1986, as Leis nºs 4.502, de 30 de novembro de 1964, 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.245, de 18 de outubro de 1991, 8.387, de 30 de dezembro de 1991, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, 9.249, de 26 de dezembro de 1995, 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 9.311, de 24 de outubro de 1996, 9.317, de 5 de dezembro de 1996, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 9.718, de 27 de novembro de 1998, 10.336, de 19 de dezembro de 2001, 10.438, de 26 de abril de 2002, 10.485, de 3 de julho de 2002, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.755, de 3 de novembro de 2003, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 10.865, de 30 de abril de 2004, 10.925, de 23 de julho de 2004, 10.931, de 2 de agosto de 2004, 11.033, de 21 de dezembro de 2004, 11.051, de 29 de dezembro de 2004, 11.053, de 29 de dezembro de 2004, 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, 11528, de 28 de junho de 2005, e a Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001; revoga a Lei nº 8.661, de 2 de junho de 1993, e dispositivos das Leis nº 8.668, de 25 de junho de 1993, 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.755, de 3 de novembro de 2003, 10.865, de 30 de abril de 2004, 10.931, de 2 de agosto de 2004, e da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

CAPÍTULO VIII

Do Imposto de Renda da Pessoa Física – IRPF

Art. 40. Para a apuração da base de cálculo do imposto sobre a renda incidente sobre o ganho de capital por ocasião da alienação, a qualquer título, de bens imóveis realizada por pessoa física residente no País, serão aplicados fatores de redução (FR1 e FR2) do ganho de capital apurado.

§ 1º A base de cálculo do imposto corresponderá à multiplicação do ganho de capital pelos fatores de redução, que serão determinados pelas seguintes fórmulas:

I – $FR1 = 1/1,0060^{ml}$, onde “ml” corresponde ao número de meses-calendário ou fração decorridos entre a data de aquisição do imóvel e o mês da publi-

cação desta Lei, inclusive na hipótese de a alienação ocorrer no referido mês;

II – FR2= 1/1,0035, onde “m2” corresponde ao número de meses-calendário ou fração decorridos entre o mês seguinte ao da publicação desta Lei ou o mês da aquisição do imóvel, se posterior, e o de sua alienação.

§ 2º Na hipótese de imóveis adquiridos até 31 de dezembro de 1995, o fator de redução de que trata o inciso 1 do § 1º deste artigo será aplicado a partir de 1º de janeiro de 1996, sem prejuízo do disposto no art. 18 da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988.

LEI Nº 9.249, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1995

Altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como da contribuição social sobre o lucro líquido, e dá outras providências

LEI COMPLEMENTAR Nº 101,
DE 4 DE MAIO DE 2000.

Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

CAPÍTULO III Da Receita Pública

Seção II Da Renúncia de Receita

Art. 14. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições:

I – demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do art. 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias;

II – estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no **caput**, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

§ 1º A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

§ 2º Se o ato de concessão ou ampliação do incentivo ou benefício de que trata o **caput** deste artigo decorrer da condição contida no inciso II, o benefício só entrará em vigor quando implementadas as medidas referidas no mencionado inciso.

§ 3º O disposto neste artigo não se aplica:

I – às alterações das alíquotas dos impostos previstos nos incisos I, II, IV e V do art. 153 da Constituição, na forma do seu § 1º;

II – ao cancelamento de débito cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.

(À Comissão de Assuntos Econômicos – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 107, DE 2008

Inscribe o nome de Getúlio Dornelles Vargas no Livro dos Heróis da Pátria.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Nos termos do que dispõe o art. 2º da Lei nº 11.597, de 29 de novembro de 2007, inscreva-se o nome de *Getúlio Dornelles Vargas* no **Livro dos Heróis da Pátria**, depositado no Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves, em Brasília, Distrito Federal.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O **Livro dos Heróis da Pátria**, repositório dos nomes que mais se destacaram no cenário histórico brasileiro, por seu heroísmo, representado por ações que revelaram seu destemor, em todos os sentidos, na busca do engrandecimento do País e do bem-estar de sua gente, simboliza o real significado da palavra brasilidade.

Regulamentadas pela Lei nº 11.597, de 29 de novembro de 2007, as inscrições que ali se encontram destacam as personalidades de Frei Caneca, Santos Dumont, José Bonifácio, Almirante Barroso, Chico Mendes, Marquês de Tamandaré, Duque de Caxias, Plácido de Castro, D. Pedro I, Zumbi dos Palmares, Tiradentes e Marechal Deodoro da Fonseca.

Todos eles, por justo motivo, obtiveram o acolhimento da sociedade brasileira, por intermédio de seus representantes, a fim de que compusessem a galeria

de honra relativa aos feitos históricos que engrandeceram o País.

Outros projetos tramitam nesse mesmo escopo: homenagear os heróis pátrios, mediante a inscrição de seus nomes no referido Livro.

No entanto, referentemente a Getúlio Vargas, nada foi apresentado até agora, de que conste nas bases de dados pesquisadas.

Nesse sentido, o presente projeto de lei objetiva incluir o nome daquele grande brasileiro no rol dessas personalidades, em consonância com o disposto no art. 2º da Lei nº 11.597, de 2007:

Art. 2º A distinção será prestada mediante a edição de lei, decorridos cinqüenta anos da morte ou da presunção de morte do homenageado.

A proposição em tudo cumpre o que determina a norma, e mais ainda no que respeita ao mérito.

Nascido em 19 de abril de 1882 em São Borja – RS, teve uma morte trágica, em pleno Palácio do Catete, no Rio de Janeiro, sede do governo da República, foi o presidente que mais tempo governou o Brasil entre os anos de 1930 a 1945 e de 1951 a 1954, cada qual com sua feição: a de absolutista e a de democrata.

Interessa, isso sim, destacar sua obra, como estadista, como defensor dos trabalhadores e dos direitos trabalhistas, como herói nacional, que legou à História um indiscutível rastro de brasilidade, representado por seguidores os mais destacados no cenário político-administrativo nacional. Interessa ressaltar também sua obra partidária, pela criação e consolidação de um partido político até hoje vivo e atuante.

Aos que o criticaram como ditador, como administrador com poderes ilimitados, responde-se que, por suas mãos, estruturou-se um novo Estado, de cunho eminentemente nacionalista e edificador dos interesses da sociedade.

Sua trajetória política é vasta. Foi deputado estadual, deputado federal e líder da bancada gaúcha, entre 1923 e 1926, Ministro da Fazenda de Washington Luís (1926-27) e presidente do Rio Grande do Sul (1927-1930).

À frente do Executivo Federal, governou, de início, o Brasil por quase quatro anos, empossado Chefe do Governo Provisório pela Revolução de 1930.

Em 1937, instaurou-se, sob seu comando, o Estado Novo, que o manteve no poder até 1945.

Nesse período, Getúlio Vargas deu seqüência a seu projeto de reestruturação do Estado, marcado por forte tendência estatizante. Foram criados o Conselho Nacional do Petróleo (CNP), o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) e a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN).

Nas eleições para a Constituinte de 1946, foi eleito Senador por dois estados: Rio Grande do Sul, sob os auspícios do Partido Social Democrático (PSD), e São Paulo, pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

Candidato pelo PTB, foi também eleito representante na Câmara dos Deputados pelo Distrito Federal e pelos Estados do Rio Grande do Sul, de São Paulo, do Rio de Janeiro, de Minas Gerais, da Bahia e do Paraná.

Senador pelo Rio Grande do Sul, exerceu novo mandato, de 1946 a 1949.

Em 1950, candidatou-se à Presidência da República, denotando os candidatos da União Democrática Nacional (UDN) e do PSD.

No dia 31 de janeiro de 1951, tomou posse como Presidente eleito, e governou o País até o dia 24 de agosto de 1954, data de sua morte.

Trata-se, pois, de um brasileiro que anteviu o futuro do País. Os primórdios do processo de inovação industrial brasileiro, que teve seu ápice no governo Kubitschek, encontravam, graças às reformas de Getúlio Vargas, seu embrião mais sensível durante os períodos de seu governo, época em que conseguiu quebrar as cadeias que mantinham o País atrelado à agricultura, como fonte de divisas mais expressiva da economia, e alçá-lo à condição de nação industrializada.

Tais são os princípios que nortearam a apresentação deste projeto de lei: confirmar o reconhecimento de Getúlio Vargas como um dos maiores líderes deste País, o estadista que, ao invés de afastar-se de seu ideário mediante deposição sangrenta por força da ação de seus adversários, optou por ver-se reconhecido pela História, o que certamente veio a ocorrer, graças às sementes que plantou e cuidou com tanto desvelo e abnegação.

Sala das Sessões, 1º de abril de 2008. – Senador **Marconi Perillo**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 11.597, DE 29 NOVEMBRO DE 2007

Dispõe sobre a inscrição de nomes no Livro dos Heróis da Pátria.

O Presidente da República faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º O Livro dos Heróis da Pátria, depositado no Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves, destina-se ao registro perpétuo do nome dos brasileiros ou de grupos de brasileiros que tenham oferecido a vida à Pátria, para sua defesa e construção, com excepcional dedicação e heroísmo.

Art.2º A distinção será prestada mediante a edição de Lei, decorridos 50 (cinquenta) anos da morte ou da presunção de morte do homenageado.

Parágrafo único. Excetua-se da necessidade de observância de prazo a homenagem aos brasileiros mortos ou presumidamente mortos em campo de batalha.

Art.3º O registro levará em consideração o transcurso de data representativa de feito memorável da vida do laureado.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 29 de novembro de 2007; 186º da Independência e 119º da República. – **LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA – Gilberto Gil.**

(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 108, DE 2008

Inscribe o nome de Rui Barbosa de Oliveira no Livro dos Heróis da Pátria.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Inscreeva-se, nos termos da Lei nº 11.597, de 29 de novembro de 2007, o nome de Rui Barbosa de Oliveira, no **Livro dos Heróis da Pátria**, depositado no Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves, em Brasília.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O objetivo precípuo do presente projeto é promover a inscrição do nome de Rui Barbosa, no **Livro dos Heróis da Pátria**, segundo os ditames da Lei nº 11.597, de 2007.

É incontestável a importância do brilhante político e jurisconsulto, o Senador Rui Barbosa, cuja biografia, marcada por grandes feitos, engrandece a Nação.

Nascido a 5 de novembro de 1849, em Salvador, Bahia, Rui Barbosa bacharelou-se em 1870 pela Faculdade de Direito de São Paulo.

Em começo de carreira, na Bahia, Rui Barbosa já abraçava causas importantes, como a defesa das eleições diretas e a campanha pela abolição da escravatura.

O período da chamada República Velha ficou marcado pela atuação de Rui Barbosa. Sua trajetória de homem público teve início em 1877, data de sua eleição à Assembléia da Bahia, e culminou em suas sucessivas eleições para o Senado, sendo considerado, *o patrono do Senado Federal*, onde atuou por várias

legislaturas, fazendo de seus mandatos importantes páginas da história do Poder Legislativo.

Fosse redigindo o primeiro decreto da República, época em que foi nomeado Ministro da Fazenda de Deodoro da Fonseca, fosse elaborando o texto da primeira Constituição republicana, Rui Barbosa sempre se destacou.

Em 1902, publicou parecer crítico sobre o Projeto do Código Civil, o qual, com suas posteriores réplicas e trélicas, forjou aquela que é considerada a maior polémica filológica da língua portuguesa.

Por três vezes candidato à Presidência da República, Rui Barbosa brilhou também em episódios relacionados à diplomacia. Sua inteligência e erudição levaram-no a defender, de maneira antológica, a teoria brasileira da igualdade racial, como representante do Brasil em Haia, na Conferência de Paz de 1907. A partir de então, pela notável argúcia demonstrada na ocasião, o jurista passou a ser conhecido como “Águia de Haia”, epíteto que honrou ao longo de toda a vida.

Membro da Academia Brasileira de Letras, onde sucedeu a Machado de Assis na presidência da Casa, Rui Barbosa é autor de extensa bibliografia, cujos títulos são referências internacionais, assim como seus inúmeros artigos veiculados por jornais de vulto. Dono de imensa cultura, sua vasta biblioteca de mais de 50 mil títulos faz parte do acervo da Fundação Casa de Rui Barbosa, cuja sede encontra-se instalada onde residiu, no bairro de Botafogo, no Rio de Janeiro.

Do *Livro dos Heróis da Pátria*, constam grandes vultos da história brasileira, como Tiradentes, D. Pedro 1 e Zumbi dos Palmares. A inclusão, nesse rol, do insigne nome de Rui Barbosa certamente contribuirá para o engrandecimento da homenagem ali prestada a expressivas figuras da nossa História.

Considerando a oportunidade do presente projeto de lei, esperamos sua acolhida pelos ilustres Pares.

Sala das Sessões, em 1º de abril de 2008. – Senador **Marconi Perillo.**

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 11.597, DE 29 NOVEMBRO DE 2007

Dispõe sobre a inscrição de nomes no Livro dos Heróis da Pátria.

O Presidente da República Faça saber que o congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O **Livro dos Heróis da Pátria**, depositado no Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves, destina-se ao registro perpétuo do nome dos brasileiros ou de grupos de brasileiros que tenham oferecido

a vida á Pátria, para sua defesa e construção, com excepcional dedicação e heroísmo.

Art. 2º A distinção será prestada mediante a edição de Lei, decorridos 50 (cinquenta) anos da morte ou da presunção de morte do homenageado.

Parágrafo único. Excetua-se da necessidade de observância de prazo a homenagem aos brasileiros modos ou presumidamente modos em campo de batalha.

Art. 3º O registro levará em consideração o transcurso de data representativa de feito memorável da vida do laureado.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 29 de novembro de 2007; 186º da Independência e 119º da República. – **LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA – Gilberto Gil.**

(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 109, DE 2008

Altera dispositivo da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, que institui a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), disciplina o regime das concessões de serviços públicos de energia elétrica e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O inciso I do art. 26 da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, com a redação dada pela Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 26.

I – o aproveitamento de potencial hidráulico com potência de referência superior a 1.000 kW e igual ou inferior a 30.000 kW, destinado a produção independente ou autoprodução, mantidas as características de pequena central hidrelétrica;

..... (NR)''

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A presente proposição tem como objetivo tomar mais flexível o enquadramento de pequenas centrais hidrelétricas e, em determinadas circunstâncias, permitir a implantação ou a repotenciação dessas usinas para valores acima de 30 MW.

Atualmente, para não ultrapassar os limites previstos na legislação para concessão de benefícios a

PCH, algumas usinas com potência instalada próxima de 30 MW são construídas com potência menor do que o ótimo. Se for adotada como critério de enquadramento a potência de referência, ao invés de simples potência, a agência reguladora poderá prever circunstâncias em que as PCH poderão ser implantadas ou repotencializadas para valores acima de 30 MW, sem perderem os incentivos.

Usinas com potência próxima de 30 MW devem ser inicialmente avaliadas sob a ótica energética, antes de se levar em consideração fatores econômicos, para que os atuais critérios para concessão dos benefícios não comprometam ou distorçam o aproveitamento ótimo de cada pequeno potencial hidrelétrico.

Quando o Estado julgar que determinado projeto deve ser implantado ou repotencializado para potência superior a 30 MW, visando atender a determinadas comunidades ou para se antecipar a um provável aumento do custo da energia, a legislação deve ser suficientemente flexível para permiti-lo.

Sala de Sessões, 1º de abril de 2008. – Senador **Marconi Perillo**, PSDB – GO

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.427, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1996

Institui a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, disciplina o regime das concessões de serviços públicos de energia elétrica e dá outras providências.

CAPÍTULO V

Das Disposições Finais e Transitórias

Art. 26. Depende de autorização da Aneel:

I – o aproveitamento de potencial hidráulico de potência superior a mil kW e igual ou inferior a dez mil kW destinado à produção independente;

II – a importação e a exportação de energia elétrica por produtor independente, bem como a implantação do sistema de transmissão associado.

LEI Nº 9.648, DE 27 DE MAIO DE 1998

Altera dispositivos das Leis nº 3.890-A, de 25 de abril de 1961, nº 8.666, de 21 de junho de 1993, nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, nº 9.074, de 7 de julho de 1995, nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e autoriza o Poder Executivo a promover a reestruturação das Centrais Elétricas Brasileiras – Eletrobrás e de suas subsidiárias e dá outras providências.

Art. 1º Os arts. 5º, 17, 23, 24, 26, 32, 40, 45,48, 57, 65 e 120, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal e institui normas para licitações e contratos da Administração Pública, passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 5º

§ 3º Observado o disposto no **caput**, os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24, sem prejuízo do que dispõe seu parágrafo único, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da apresentação da fatura.

“Art. 17.

§ 3º Entende-se por investidura, para os fins desta Lei:

I – a alienação aos proprietários de imóveis lindeiros de área remanescente ou resultante de obra pública, área esta que se tornar inaproveitável isoladamente, por preço nunca inferior ao da avaliação e desde que esse não ultrapasse 50% (cinquenta por cento) do valor constante da alínea **a** do inciso II do art. 23 desta Lei;

II – a alienação, aos legítimos possuidores diretos ou, na falta destes, ao Poder Público, de imóveis para fins residenciais construídos em núcleos urbanos anexos a usinas hidrelétricas, desde que considerados dispensáveis na fase de operação dessas unidades e não integrem a categoria de bens reversíveis ao final da concessão.”

“Art. 23.

I – para obras e serviços de engenharia:

a) convite: até R\$150.000,00 (cento e cinquenta mil reais);

b) tomada de preços: até R\$1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais);

c) concorrência: acima de R\$1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais);

II – para compras e serviços não referidos no inciso anterior:

a) convite: até R\$80.000,00 (oitenta mil reais);

b) tomada de preços: até R\$650.000,00 (seiscientos e cinquenta mil reais);

c) concorrência: acima de R\$650.000,00 (seiscientos e cinquenta mil reais).

§ 7º Na compra de bens de natureza divisível e desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo, é permitida a cotação de quantidade inferior à demandada na licitação, com vistas a ampliação da

competitividade, podendo o edital fixar quantitativo mínimo para preservar a economia de escala.”

“Art. 24.

I – para obras e serviços de engenharia de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea **a** do inciso I do artigo anterior, desde que não se refiram a parcelas de uma mesma obra ou serviço ou ainda para obras e serviços da mesma natureza e no mesmo local que possam ser realizadas conjunta e concomitantemente;

II – para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea **a** do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

XXI – para a aquisição de bens destinados exclusivamente a pesquisa científica e tecnológica com recursos concedidos pela CAPES, FINEP, CNPq ou outras instituições de fomento a pesquisa credenciadas pelo CNPq para esse fim específico;

XXII – na contratação do fornecimento ou suprimento de energia elétrica com concessionário, permissionário ou autorizado, segundo as normas da legislação específica;

XXIII – na contratação realizada por empresa pública ou sociedade de economia mista com suas subsidiárias e controladas, para a aquisição ou alienação de bens, prestação ou obtenção de serviços, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado;

XXIV – para a celebração de contratos de prestação de serviços com as organizações sociais, qualificadas no âmbito das respectivas esferas de governo, para atividades contempladas no contrato de gestão.

Parágrafo único. Os percentuais referidos nos incisos I e II deste artigo, serão 20% (vinte por cento) para compras, obras e serviços contratados por sociedade de economia mista e empresa pública, bem assim por autarquia e fundação qualificadas, na forma da lei, como Agências Executivas.”

Art. 26. As dispensas previstas nos §§ 2º e 4º do art. 17 e nos incisos III a XXIV do art. 24, as situações de inexigibilidade referidas no ad. 25, necessariamente justificadas, e o retardamento previsto no final do parágrafo único do ad. 80, deverão ser comunicados dentro de três dias a autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de cinco dias, como condição para eficácia dos atos.

Parágrafo único.

IV – documento de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados.”

“Art. 32.

§ 2º O certificado de registro cadastral a que se refere o § 1º do art. 36, substitui os documentos enumerados nos ads. 28 a 31, quanto às informações disponibilizadas em sistema informatizado de consulta direta indicado no edital, obrigando-se a parte a declarar, sob as penalidades legais, a superveniência de fato impeditivo da habilitação.

“Art. 40.

X – o critério de aceitabilidade dos preços unitário e global, conforme o caso, permitida a fixação de preços máximos e vedados a fixação de preços mínimos, critérios estatísticos ou faixas de variação em relação a preços de referência, ressalvado o disposto nos parágrafos 1º e 2º do art. 48.’

“Art. 45.

§ 6º Na hipótese prevista no ad. 23, § 7º serão selecionadas tantas propostas quantas necessárias até que se atinja a quantidade demandada na licitação.”

“Art 48.

I –

II –

§ 1º Para os efeitos do disposto no inciso II deste artigo, consideram-se manifestamente inexequíveis, no caso de licitações de menor preço para obras e serviços de engenharia, as propostas cujos valores sejam inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores:

a) média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração, ou

b) valor orçado pela administração.

§ 2º Dos licitantes classificados na forma do parágrafo anterior cujo valor global da proposta for inferior a 80% (oitenta por cento) do menor valor a que se referem as alíneas **a** e **b**, será exigida, para a assinatura do contrato, prestação de garantia adicional, dentre as modalidades previstas no § 1º do art. 56, igual a diferença entre o valor resultante do parágrafo anterior e o valor da correspondente proposta.

§ 3º Quando todos os licitantes forem inhabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a Administração poderá fixar aos licitantes o prazo de oito dias úteis para a apresentação de nova documentação ou de outras propostas escoimadas das causas referidas neste artigo, facultada, no caso de convite, a redução deste prazo para três dias úteis.”

Art. 57.

II – a prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas a obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, limitada a sessenta meses.

§ 4º Em caráter excepcional, devidamente justificado e mediante autorização da autoridade superior, o prazo de que trata o inciso II do **caput** deste artigo poderá ser prorrogado em até doze meses.”

“Art. 65.

§ 2º Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder os limites estabelecidos no parágrafo anterior, salvo:

I – (VETADO)

II – as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes.”

“Art. 120. Os valores fixados por esta Lei poderão ser anualmente revistos pelo Poder Executivo Federal, que os fará publicar no Diário Oficial da União, observando como limite superior a variação geral dos preços do mercado, no período.”

Art. 2º Os arts. 7º, 9º, 15, 17 e 18 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no ad. 175 da Constituição, passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 7º

III – obter e utilizar o serviço, com liberdade de escolha entre vários prestadores de serviços, quando for o caso, observadas as norma do poder concedente;”

“Art. 9º

§ 1º A tarifa não será subordinada à legislação específica anterior e somente nos expressamente previstos em lei, sua cobrança poderá ser condicionada à existência de serviço público alternativo e gratuito para o usuário.”

“Art. 15. No julgamento da licitação será considerado um dos seguintes critérios:

I – o menor valor da tarifa do serviço público a ser prestado:

II – a maior oferta, nos casos de pagamento ao poder concedente pela outorga da concessão;

III – a combinação, dois a dois, dos critérios referidos nos incisos 1, II e VII:

IV – melhor proposta técnica, com preço fixado no edital;

V – melhor proposta em razão da combinação dos critérios de menor valor da tarifa do serviço público a ser prestado com o de melhor técnica;

VI – melhor proposta em razão da combinação dos critérios de maior oferta pela outorga da concessão com o de melhor técnica: ou

VII – melhor oferta de pagamento pela outorga após qualificação de propostas técnicas.

§ 1º A aplicação do critério previsto no inciso III só será admitida quando previamente estabelecida no edital de licitação, inclusive com regras e fórmulas precisas para avaliação econômico-financeira.

§ 2º Para fins de aplicação do disposto nos incisos IV, V, VI e VII, o edital de licitação conterà parâmetros e exigências para formulação de propostas técnicas

§ 3º O poder concedente recusará propostas manifestamente inexecutáveis ou financeiramente incompatíveis com os objetivos da licitação.

§ 4º Em igualdade de condições, será dada preferência à proposta apresentada por empresa brasileiras.”

“Art. 17.

§ 1º.....

§ 2º Inclui-se nas vantagens ou subsídios de que trata este artigo, qualquer tipo de tratamento tributário diferenciado, ainda que em consequência da natureza jurídica do licitante, que comprometa a isonomia fiscal que deve prevalecer entre todos os concorrentes.”

“Art. 18.

XV – nos casos de concessão de serviços públicos precedida da execução de obra pública, os dados relativos à obra, dentre os quais os elementos do projeto básico que permitam sua plena caracterização, bem assim as garantias exigidas para essa parte específica do contrato, adequadas a cada caso e limitadas ao valor da obra.”

Art. 3º Os arts. 1º, 10, 15, 17, 18, 28 e 30 da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, que estabelece normas para a outorga e prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos, passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º.....

VII – os serviços postais.

Parágrafo único. Os atuais contratos de exploração de serviços postais celebrados pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT com as Agências de Correio Franqueadas – ACF, permanecerão válidas pelo prazo necessário à realização dos levantamentos e avaliações indispensáveis à organização das licitações que precederão à delegação das concessões ou permissões que os substituirão, prazo esse que não poderá ser inferior a de 31 de dezembro de 2001 e não poderá exceder a data limite de 31 de dezembro de 2002.”

“Art. 10. Cabe à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, declarar a utilidade pública, para fins de desapropriação ou instituição de servidão administrativa, das áreas necessárias à implantação de instalações de concessionários, permissionários e autorizados de energia elétrica.”

“Art 15.

§ 1º Decorridos três anos da publicação desta Lei, os consumidores referidos neste artigo poderão estender sua opção de compra a qualquer concessionário, permissionário ou autorizado de energia elétrica do sistema interligado.

§ 5º O exercício da opção pelo consumidor não poderá resultar em aumento tarifário para os consumidores remanescentes da concessionária de serviços públicos de energia elétrica que haja perdido mercado.

§ 7º Os concessionários poderão negociar com os consumidores referidos neste artigo novas condições de fornecimento de energia elétrica, observados os critérios a serem estabelecidos pela Aneel.”

“Art. 17.

§ 3º As instalações de transmissão de interesse restrito das centrais de geração poderão ser considerados integrantes das respectivas concessões, permissões ou autorizações.”

“Art. 18.

Parágrafo único. Os consórcios empresariais de que trata o disposto no parágrafo único do art. 21., podem manifestar ao poder concedente, até seis meses antes do funcionamento da central geradora de energia elétrica, opção por um dos regimes legais previstos neste artigo, ratificando ou alterando o adotado no respectivo ato de constituição.”

“Art. 28.

§ 1º Em caso de privatização de empresa detentora de concessão ou autorização de geração de energia elétrica, é igualmente facultado ao poder concedente alterar o regime de exploração, no todo ou em parte, para produção independente, inclusive quanto às condições de extinção da concessão ou autorização e de encampação das instalações, bem como da indenização porventura devida.

§ 2º A alteração de regime referida no parágrafo anterior deverá observar as condições para tanto estabelecidas no respectivo edital, previamente aprovado pela Aneel.

§ 3º É vedado ao edital referido no parágrafo anterior estipular, em benefício da produção de energia elétrica, qualquer forma de garantia ou prioridade sobre o uso da água da bacia hidrográfica, salvo nas

condições definidas em ato conjunto dos Ministros de Estado de Minas e Energia e do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, em articulação com os Governos dos Estados onde se localiza cada bacia hidrográfica.

§ 4º O edital referido no § 2º deve estabelecer as obrigações dos sucessores com os programas de desenvolvimento sócio-econômico regionais em andamento, conduzidos diretamente pela empresa ou articulação com os Estados, em áreas situadas na bacia hidrográfica onde se localizam os aproveitamentos de potenciais hidráulicos, facultado ao Poder Executivo, previamente à privatização, separar e destacar os ativos que considere necessários à condução desses programas.”

“Art. 30. O disposto nos arts. 27 e 28 aplica-se, ainda, aos casos em que o titular da concessão ou autorização de competência da União for empresa sob controle direto ou indireto dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, desde que as partes acordem quanto às regras estabelecidas.”

Art. 4º Os artigos 3º e 26 da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, que instituiu a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 3º

VIII – estabelecer, com vistas a propiciar concorrência efetiva entre os agentes e a impedir a concentração econômica nos serviços e atividades de energia elétrica restrições, limites ou condições para empresas, grupos empresariais e acionistas, quanto à obtenção e transferências de concessões, permissões e autorizações, à concentração societária e à realiação de negócios entre si;

IX – zelar pelo cumprimento da legislação de defesa da concorrência, monitorando e acompanhando as práticas de mercado dos agentes do setor de energia elétrica;

X – fixar as multas administrativas a serem impostas aos concessionários, permissionários e autorizados de instalações e serviços de energia elétrica, observado o limite, por infração, de 2% (dois por cento) do faturamento, ou do valor estimado da energia produzida nos casos de autoprodução e produção independente, correspondentes aos últimos doze meses anteriores à lavratura do auto de infração ou estimados para um período de doze meses caso o infrator não esteja em operação ou esteja operando por um período inferior a doze meses.

Parágrafo único. No exercício da competência prevista nos incisos VIII e IX, a Aneel deverá articular-se com a Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça.”

“Art. 26. Depende de autorização da Aneel:

I – o aproveitamento de potencial hidráulico de potência superior a 1.000 kW e igual ou inferior a 30.000 kW, destinado a produção independente ou autoprodução, mantidas as características de pequena central hidrelétrica;

II – a compra e venda de energia elétrica, por agente comercializador;

III – a importação e exportação de energia elétrica, bem como a implantação dos respectivos sistemas de transmissão associados;

IV – a comercialização, eventual e temporária, pelos autoprodutores, de seus excedentes de energia elétrica.

§ 1º Para cada aproveitamento de que trata o inciso I, a Aneel estipulará percentual de redução não inferior a 50% (cinquenta por cento), a ser aplicado aos valores das tarifas de uso dos sistemas elétricos de transmissão e distribuição, de forma a garantir competitividade à energia ofertada pelo empreendimento.

§ 2º Ao aproveitamento referido neste artigo que funcionar interligado ao sistema elétrico, é assegurada a participação nas vantagens técnicas e econômicas da operação interligada, devendo também submeter-se ao rateio do ânus, quando ocorrer.

§ 3º A comercialização da energia elétrica resultante da atividade referida nos incisos II, III e IV, far-se-á nos termos dos arts. 12, 15 e 16 da Lei nº 9.074, de 1995.

§ 4º É estendido às usinas hidrelétricas referidas no inciso I que iniciarem a operação após a publicação desta lei, a isenção de que trata o inciso I do art. 42 da Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989.

§ 5º Os aproveitamentos referidos no inciso I poderão comercializar energia elétrica com consumidores cuja carga seja maior ou igual a 500 kW, independentemente dos prazos de carência constantes do art. 15 da Lei nº 9.074, de 1995.”

Art. 5º O Poder Executivo promoverá, com vistas à privatização, a reestruturação das Centrais Elétricas Brasileiras S/A – ELETROBRÁS e de suas subsidiárias Centrais Elétricas Sul do Brasil S/A – ELETROSUL, Centrais Elétricas Norte do Brasil S/A – ELETRONORTE, Cia. Hidroelétrica do São Francisco – CHESF e Furnas Centrais Elétricas S/A, mediante operações de cisão, fusão, incorporação, redução de capital, ou constituição de subsidiárias integrais, ficando autorizada a criação das seguintes sociedades:

I – até seis sociedades por ações, a partir da reestruturação da Eletrobrás, que terão por objeto principal deter participação acionária nas companhias de geração criadas conforme os incisos II, III e V, e na

de geração relativa à usina hidrelétrica de Tucuruí, de que trata o inciso IV;

II – duas sociedades por ações, a partir da reestruturação da Eletrosul, tendo uma como objeto social a geração e outra como objeto a transmissão de energia elétrica;

III – até três sociedades por ações, a partir da reestruturação de Furnas Centrais Elétricas S/A, tendo até duas como objeto social a geração e outra como objeto a transmissão de energia elétrica;

IV – seis sociedades por ações, a partir da reestruturação da Eletronorte, sendo duas para a geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, relativamente aos sistemas elétricos isolados de Manaus e Boa Vista, uma para a geração pela usina hidrelétrica de Tucuruí, uma para a geração nos sistemas elétricos dos Estados do Acre e Rondônia, uma para geração no Estado do Amapá e outra para a transmissão de energia elétrica;

V – até três sociedades por ações, a partir da reestruturação da Chesf, tendo até duas como objeto social a geração e outra como objeto a transmissão de energia elétrica.

§ 1º As operações de reestruturação societária deverão ser previamente autorizadas pelo Conselho Nacional de Desestatização – CND, na forma da Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, e submetidas à respectiva assembléia-geral pelo acionista controlador.

§ 2º As sociedades serão formadas mediante versão de moeda corrente, valores mobiliários, bens, direitos e obrigações integrantes do patrimônio das companhias envolvidas na operação.

Art. 6º Relativamente às empresas incluídas em programas de privatização da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, o balanço a que se refere o art. 21 da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, deverá ser levantado dentro dos noventa dias que antecederem à incorporação, fusão ou cisão.

Art. 7º Em caso de alteração do regime de gerador hídrico de energia elétrica, de serviço público para produção independente, a nova concessão será outorgada a título oneroso, devendo o concessionário pagar pelo uso de bem público, pelo prazo de cinco anos, a contar da assinatura do respectivo contrato de concessão, valor correspondente a até 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento) da receita anual que auferir.

§ 1º A Aneel calculará e divulgará, com relação a cada produtor independente de que trata este artigo, o valor anual pelo uso de bem público.

§ 2º Até 31 de dezembro de 2002, os recursos arrecadados a título de pagamento pelo uso de bem público, de que trata este artigo, serão destinados de

forma idêntica à prevista na legislação para os recursos da Reserva Global de Reversão – RGR, de que trata o art. 4º da Lei nº 5.655, de 20 de maio de 1971, com a redação dada pelo art. 9º da Lei nº 8.631, de 4 de março de 1993.

§ 3º Os produtores independentes de que trata este artigo depositarão: mensalmente, até o dia quinze do mês seguinte ao de competência, em agência do Banco do Brasil S/A, as parcelas duodecimais do valor anual devido pelo uso do bem público na conta corrente da Centrais Elétricas S/A – ELETROBRÁS – Uso de Bem Público – UBP.

§ 4º A Eletrobrás destinará os recursos da conta UBP conforme previsto no § 2º, devendo, ainda, proceder a sua correção periódica, de acordo com os índices de correção que forem indicados pela Aneel e creditar a essa conta juros de 5% (cinco por cento) ao ano sobre o montante corrigido dos recursos. Os rendimentos dos recursos não utilizados reverterão, também, à conta UBP.

§ 5º Decorrido o prazo previsto no § 2º e enquanto não esgotado o prazo estipulado no **caput**, os produtores independentes de que trata este artigo recolherão diretamente ao Tesouro Nacional o valor anual devido pelo uso de bem público.

§ 6º Decorrido o prazo previsto no **caput**, caso ainda haja fluxos de energia comercializados nas condições de transição definidas no art. 1º, a Aneel procederá à revisão das tarifas relativas a esses fluxos, para que os consumidores finais, não abrangidos pelo disposto nos arts. 12, inciso III, 15 e 16 da Lei nº 9.074, de 1995, sejam beneficiados pela redução do custo do produtor independente de que trata este artigo.

§ 7º encargo previsto neste artigo não elide as obrigações de pagamento da taxa de fiscalização de que trata o art. 12 da Lei nº 9.427, de 1996, nem da compensação financeira de que trata a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989.

Art. 8º A cota anual da Reserva Global de Reversão – RGR ficará extinta ao final do exercício de 2002, devendo a Aneel proceder a revisão tarifária de modo a que os consumidores sejam beneficiados pela extinção do encargo.

Art. 9º Para todos os efeitos legais, a compra e venda de energia elétrica entre concessionários ou autorizados, deve ser contratada separadamente do acesso e uso dos sistemas de transmissão e distribuição.

Parágrafo único. Cabe à Aneel regular as tarifas e estabelecer as condições gerais de contratação do acesso e uso dos sistemas de transmissão e de distribuição de energia elétrica por concessionário, permissivo e autorizado, bem como pelos consumi-

dores de que tratam os arts. 15 e 16 da Lei nº 9.074, de 1995.

Art. 10. Passa a ser de livre negociação a compra e venda de energia elétrica entre concessionários, permissionários e autorizados, observados os seguintes prazos e demais condições de transição:

– nos anos de 1998 a 2002, deverão ser contratados os seguintes montantes de energia e de demanda de potência:

a) durante o ano de 1998, os montantes definidos e atualizados pelo Grupo Coordenador para Operação Interligada – GCOI e, na falta destes, os montantes acordados entre as partes;

b) durante os anos de 1999, 2000 e 2001, os respectivos montantes de energia já definidos pelo

Grupo Coordenador do Planejamento dos Sistemas Elétricos – GCPs, nos Planos Decenais de Expansão 1996/2005, 1997/2006 e 1998/2007, a serem atualizados e complementados com a definição dos respectivos montantes de demanda de potência pelo GCOI e referendados pelo

Comitê Coordenador de Operações Norte/Nordeste – CCON, para o sistema elétrico Norte/Nordeste;

c) durante o ano de 2002, os mesmos montantes definidos para o ano de 2001, de acordo com o disposto na alínea anterior;

II – no período contínuo imediatamente subsequente ao prazo de que trata o inciso anterior, os montantes de energia e de demanda de potência referidos em sua alínea c, deverão ser contratados com redução gradual à razão de 25% (vinte e cinco por cento) do montante referente ao ano de 2002.

§ 1º Cabe à Aneel homologar os montantes de energia e demanda de potência de que tratam os incisos I e II e regular as tarifas correspondentes.

§ 2º Sem prejuízo do disposto no **caput**, a Aneel deverá estabelecer critérios que limitem eventuais repasses do custo da compra de energia elétrica entre concessionários e autorizados para as tarifas de fornecimento aplicáveis aos consumidores finais não abrangidos pelo disposto nos arts. 12, inciso III, 15 e 16 da Lei nº 9.074, de 1995, com vistas a garantir sua modicidade.

§ 3º O disposto neste artigo não se aplica à comercialização de energia elétrica gerada pela Itaipu Binacional e pela Eletrobrás Termonuclear S/A – Eletronuclear.

§ 4º Durante o período de transição referido neste artigo, o exercício da opção pelo consumidor de que trata o art. 15 da Lei nº 9.074, de 1995, facultará às concessionárias, permissionárias e autorizadas rever, na mesma proporção, seus contratos de compra de energia elétrica referidos nos incisos I e II.

Art. 11. As usinas termelétricas, situadas nas regiões abrangidas pelos sistemas elétricos interligados, que iniciarem sua operação a partir de 6 de fevereiro de 1998, não farão jus aos benefícios da sistemática de rateio de ônus e vantagens decorrentes do consumo de combustíveis fósseis para a geração de energia elétrica, prevista no inciso III do art. 13 da Lei nº 5.899, de 5 de julho de 1973.

§ 1º É mantida temporariamente a aplicação da sistemática de rateio de ônus e vantagens, referida neste artigo, para as usinas termelétricas situadas nas regiões abrangidas pelos sistemas elétricos interligados, em operação em 6 de fevereiro de 1998, conforme os seguintes prazos e demais condições de transição:

a) no período de 1998 a 2002, a sistemática de rateio de ônus e vantagens referida neste artigo, será aplicada integralmente para as usinas termelétricas objeto deste parágrafo;

b) no período contínuo de três anos subsequente ao término do prazo referido na alínea anterior, o reembolso do custo do consumo dos combustíveis utilizados pela usinas de que trata este parágrafo, será reduzido até sua extinção, conforme percentuais fixados pela Aneel;

c) a manutenção temporária do rateio de ônus e vantagens prevista neste parágrafo, no caso de usinas termelétricas a carvão mineral, aplica-se exclusivamente àquela que utilizem apenas produto de origem nacional.

§ 2º Excepcionalmente, o Poder Executivo poderá aplicar a sistemática prevista no parágrafo anterior, sob os mesmos critérios de prazo e redução ali fixados, a vigorar a partir da entrada em operação de usinas termelétricas situadas nas regiões abrangidas pelos sistemas elétricos interligados, desde que as respectivas concessões ou autorizações estejam em vigor na data de publicação desta Lei ou, se extintas, venham a ser objeto de nova outorga.

§ 3º É mantida, pelo prazo de quinze anos, a aplicação da sistemática de rateio do custo de consumo de combustíveis para geração de energia elétrica nos sistemas isolados, estabelecida na Lei nº 8.631, de 4 de março de 1993.

§ 4º aproveitamento hidrelétrico de que trata o inciso I do art. 26 da Lei nº 9.427, de 1996, ou a geração de energia elétrica a partir de fontes alternativas que venha a ser implantado em sistema elétrico isolado, em substituição a geração termelétrica que utilize derivado de petróleo, se sub-rogará no direito de usufruir da sistemática referida no parágrafo anterior, pelo prazo e forma a serem regulamentados pela Aneel.

Art. 12. Observado o disposto no art. 10, as transações de compra e venda de energia elétrica nos sis-

temas elétricos interligados, serão realizadas no âmbito do Mercado Atacadista de Energia Elétrica – MAE, instituído mediante Acordo de Mercado a ser firmado entre os interessados.

§ 1º Cabe à Aneel definir as regras de participação no MAE, bem como os mecanismos de proteção aos consumidores.

§ 2º A compra e venda de energia elétrica que não for objeto de contrato bilateral, será realizada a preços determinados conforme as regras do Acordo de Mercado.

§ 3º O Acordo de Mercado, que será submetido à homologação da Aneel, estabelecerá as regras comerciais e os critérios de rateio dos custos administrativos de suas atividades, bem assim a forma de solução das eventuais divergências entre os agentes integrantes, sem prejuízo da competência da Aneel para dirimir os impasses.

Art. 13. As atividades de coordenação e controle da operação da geração e transmissão de energia elétrica nos sistemas interligados, serão executadas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico, pela pessoa jurídica de direito privado, mediante autorização da Aneel, a ser integrado por titulares de concessão, permissão ou autorização e consumidores a que se referem os arts. 15 e 16 da Lei nº 9.074, de 1995.

Parágrafo único. Sem prejuízo de outras funções que lhe forem atribuídas em contratos específicos celebrados com os agentes do setor elétrico, constituirão atribuições do Operador Nacional do Sistema Elétrico:

a) o planejamento e a programação da operação e o despacho centralizado da geração, com vistas a otimização dos sistemas eletroenergéticos interligados;

b) a supervisão e coordenação dos centros de operação de sistemas elétricos;

c) a supervisão e controle da operação dos sistemas eletroenergéticos nacionais interligados e das interligações internacionais;

d) a contratação e administração de serviços de transmissão de energia elétrica e respectivas condições de acesso, bem como dos serviços auxiliares;

e) propor à Aneel as ampliações das instalações da rede básica de transmissão, bem como os reforços dos sistemas existentes, a serem licitados ou autorizados;

f) a definição de regras para a operação das instalações de transmissão da rede básica dos sistemas elétricos interligados, a serem aprovadas pela Aneel.

Art. 14. Cabe ao poder concedente estabelecer a regulamentação do MAE, coordenar a assinatura do Acordo de Mercado pelos agentes, definir as regras da organização inicial do Operador Nacional do Sistema

Elétrico é implementar os procedimentos necessários para o seu funcionamento.

§ 1º A regulamentação prevista neste artigo abrangerá, dentre outros, os seguintes aspectos:

a) o processo de definição de preços de curto prazo;

b) a definição de mecanismo de realocação de energia para mitigação do risco hidrológico;

c) as regras para intercâmbios internacionais;

d) o processo de definição das tarifas de uso dos sistemas de transmissão;

e) o tratamento dos serviços auxiliares e das restrições de transmissão;

f) os processos de contabilização e liquidação financeira.

§ 2º A assinatura do Acordo de Mercado e a constituição do Operador Nacional do Sistema Elétrico, de que tratam os arts. 12 e 13 devem estar concluídas até 30 de setembro de 1998.

Art. 15. Constituído o Operador Nacional do Sistema Elétrico, a ele serão progressivamente

transferidas as atividades e atribuições atualmente exercidas pelo Grupo Coordenador para Operação Interligada – GCOI, criado pela Lei nº 5.899, de 1973, e a parte correspondente desenvolvida pelo Comitê Coordenador de Operações do Norte/Nordeste – CCON.

§ 1º A Eletrobrás e suas subsidiárias são autorizadas a transferir ao Operador Nacional do Sistema Elétrico, nas condições que forem aprovadas pelo Ministro de Estado de Minas e Energia, os ativos constitutivos do Centro Nacional de Operação do Sistema – CNOS e dos Centros de Operação do Sistema – COS, bem como os demais bens vinculados à coordenação da operação do sistema elétrico.

§ 2º A transferência de atribuições prevista neste artigo deverá estar ultimada no prazo de nove meses, a contar da constituição do Operador Nacional do Sistema Elétrico, quando ficará extinto o

GCOI.

Art. 16. O art. 15 da Lei nº 3.890-A, de 25 de abril de 1961, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 15. A Eletrobrás operará diretamente ou por intermédio de subsidiárias ou empresas a que se associar, para cumprimento de seu objeto social.

Parágrafo único. A Eletrobrás poderá, diretamente, aportar recursos, sob a forma de participação minoritária, em empresas ou consórcios de empresas titulares de concessão para geração ou transmissão de energia elétrica, bem como nas que eles criarem para a consecução do seu objeto, podendo, ainda, prestar-lhes fiança.”

Art. 17. A compensação pela utilização de recursos hídricos de que trata a Lei nº 7.990, de 28 de

dezembro de 1989, será de 6% (seis por cento) sobre o valor da energia elétrica produzida, a ser paga por titular de concessão ou autorização para exploração de potencial hidráulico aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios em cujos territórios se localize o aproveitamento ou que tenham áreas alagadas por águas do respectivo reservatório.

Art. 18. (VETADO)

Art. 19. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 2º Revogam-se as disposições à em contrário, especialmente o Decreto-Lei nº 1.872, de 21 de maio de 1981, o art. 12 da Lei nº 5.899, de 5 de julho de 1973, o art. 3º da Lei nº 8.631, de 4 de março de 1993, e o art. 2º da Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989.

Art. 21. São convalidados os atos praticados com base na Medida Provisória nº 1.531, em suas sucessivas edições.

Art. 22. No prazo de até 90 (noventa) dias da publicação desta Lei, o Poder Executivo providenciará a republicação atualizada das Leis nºs 3.890-A, de 1961, 8.666, de 1993, 8.987, de 1995, 9.074, de 1995, e 9.427, de 1996, com todas as alterações nelas introduzidas, inclusive as decorrentes desta Lei.

Brasília, 27 de maio de 1998; 177º da Independência e 110º da República. – **FERNANDO HENRIQUE CARDOSO – Pedro Malan – Eliseu Padilha – Raimundo Brito – Paulo Paiva – Luiz Carlos Mendonça de Barros – Luiz Carlos Bresser Pereira.**

(À Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, em decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 110, DE 2008

Institui o Fundo Comunidade Esportiva (FCE) para a construção de quadras poliesportivas nos municípios e no Distrito Federal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído o Fundo Comunidade Esportiva (FCE), de natureza contábil, com a finalidade de prover recursos financeiros para a construção de quadras poliesportivas nos municípios brasileiros.

Art. 2º O FCE tem por objetivo promover, democratizar e facilitar o acesso ao esporte de massa, mediante o fomento à infra-estrutura esportiva não-profissional no País.

Art. 3º Os recursos do Fundo serão utilizados para o incentivo à prática do esporte, e na realização de obras de infra-estrutura esportiva, tais como construção de quadras poliesportivas, instalação de iluminação, gramados e outras melhorias.

Art. 4º Constituem receitas do FCE:

I – recursos do Orçamento Geral da União, transferidos pelo Tesouro Nacional;

II – recursos transferidos por instituições governamentais e não-governamentais, nacionais e internacionais;

III – doações de qualquer natureza;

IV – rendimentos de aplicações financeiras de suas disponibilidades.

Parágrafo único. O saldo positivo apurado em cada exercício financeiro será transferido para o exercício seguinte, a crédito do Fundo.

Art. 5º O regulamento estabelecerá:

I – o agente operador e administrador do patrimônio do Fundo;

II – as condições e os critérios para a aprovação dos projetos apresentados e das entidades beneficiadas.

Art. 6º As atividades do Fundo poderão ser executadas pelas Secretarias Estaduais e Municipais de esporte ou lazer, bem como por entidades não-governamentais.

Art. 7º Fica vedada a aplicação dos recursos do Fundo para entidades esportivas profissionais.

Art. 8º Compete aos Municípios e ao Distrito Federal zelar pela conservação das quadras e realização das obras dentro das suas respectivas circunscrições.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A edição da chamada Lei Pelé, em 1998 (Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998), representou o reconhecimento da crescente relevância do esporte como fenômeno social, econômico e cultural no País. Em seus diferentes aspectos, longe de configurar atividade de nível secundário, a prática desportiva passou a ser aceita como uma atividade social relevante.

Em suas três vertentes, as atividades esportivas são de inegável importância em nossa sociedade. Em sua dimensão lazer, o esporte representa a ocupação do tempo livre, a que todos têm direito.

A promoção e a integração social são os principais focos do esporte praticado na escola. Traz aos jovens importantes lições de cooperação, de competição saudável, além de princípios que lhes serão úteis por toda a vida.

Em sua vertente competitiva, a atividade desportiva não só proporciona a sensação alegre de um espetáculo festivo, como também estimula a reunião e a confraternização entre os indivíduos, dentro e fora das quadras e dos campos. Contribui, igualmente, através da participação em competições internacio-

nais, para uma aproximação e mútuo conhecimento entre as nações.

Está mais do que provado, além disso, que a atividade esportiva tem imensa capacidade de mobilização e, quando bem direcionada, pode abrir um amplo leque de oportunidades e contribuir de forma altamente positiva para afastar muitos jovens do caminho da marginalidade.

A ampliação da ação benéfica da prática de esportes, seja como lazer, seja como competição, seja como atividade educacional, ainda necessita de apoio e de inovações que podem resultar da atividade legislativa.

Essas as razões que nos levam a submeter à consideração desta Casa Legislativa o presente projeto de lei, que destina recursos exclusivos para o incentivo à construção de quadras poliesportivas nas comunidades brasileiras.

Em vista da importância do esporte em nosso País, estamos certos do apoio de nossos ilustres Pais para a aprovação da iniciativa.

Sala das Sessões, 1º de abril de 2008. – Senador **Marconi Perillo**, PSDB–GO.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.615, DE 24 DE MARÇO DE 1998

Institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta eu sanciono a seguinte lei:

CAPÍTULO I

Disposições Iniciais

Art. 1º O desporto brasileiro abrange práticas formais e não-formais e obedece às normas gerais desta lei, inspirado nos fundamentos constitucionais do Estado Democrático de Direito.

§ 1º A prática desportiva formal é regulada por normas nacionais e internacionais e pelas regras de prática desportiva de cada modalidade, aceitas pelas respectivas entidades nacionais de administração do desporto.

§ 2º A prática desportiva não-formal é caracterizada pela liberdade lúdica de seus praticantes.

CAPÍTULO II

Dos Princípios Fundamentais

Art. 2º desporto, como direito individual, tem como base os princípios:

I – da soberania, caracterizado pela supremacia nacional na organização da prática desportiva;

II – da autonomia, definido pela faculdade e liberdade de pessoas físicas e jurídicas organizarem-se para a prática desportiva;

III – da democratização, garantido em condições de acesso às atividades desportivas sem quaisquer distinções ou formas de discriminação;

IV – da liberdade, expresso pela livre prática do desporto, de acordo com a capacidade e interesse de cada um, associando-se ou não a entidade do setor;

V – do direito social, caracterizado pelo dever do Estado em fomentar as práticas desportivas formais e não-formais;

VI – da diferenciação, consubstanciado no tratamento específico dado ao desporto profissional e não-profissional;

VII – da identidade nacional, refletido na proteção e incentivo às manifestações desportivas de criação nacional;

VIII – da educação, voltado para o desenvolvimento integral do homem como ser autônomo e participante, e fomentado por meio da prioridade dos recursos públicos ao desporto educacional;

IX – da qualidade, assegurado pela valorização dos resultados desportivos, educativos e dos relacionados à cidadania e ao desenvolvimento físico e moral;

X – da descentralização, consubstanciado na organização e funcionamento harmônicos de sistemas desportivos diferenciados e autônomos para os níveis federal, estadual, distrital e municipal;

XI – da segurança, propiciado ao praticante de qualquer modalidade desportiva, quanto a sua integridade física, mental ou sensorial;

XII – da eficiência, obtido por meio do estímulo à competência desportiva e administrativa.

CAPÍTULO III

Da Natureza e das Finalidades do Desporto

Art. 3º O desporto pode ser reconhecido em qualquer das seguintes manifestações:

I – desporto educacional, praticado nos sistemas de ensino e em formas assistemáticas de educação, evitando-se a seletividade, a hipercompetitividade de seus praticantes, com a finalidade de alcançar o desenvolvimento integral do indivíduo e a sua formação para o exercício da cidadania e a prática do lazer;

II – desporto de participação, de modo voluntário, compreendendo as modalidades desportivas praticadas com a finalidade de contribuir para a integração dos praticantes na plenitude da vida social, na promoção da saúde e educação e na preservação do meio ambiente;

III – desporto de rendimento, praticado segundo normas gerais desta lei e regras de prática desportiva, nacionais e internacionais, com a finalidade de obter resultados e integrar pessoas e comunidades do País e estas com as de outras nações.

Parágrafo único. O desporto de rendimento pode ser organizado e praticado:

I – de modo profissional, caracterizado pela remuneração pactuada em contrato formal de trabalho entre o atleta e a entidade de prática desportiva;

II – de modo não-profissional, compreendendo o desporto:

a) semiprofissional, expresso em contrato próprio e específico de estágio, com atletas entre quatorze e dezoito anos de idade e pela existência de incentivos materiais que não caracterizem remuneração derivada de contrato de trabalho;

b) amador, identificado pela liberdade de prática e pela inexistência de qualquer forma de remuneração ou de incentivos materiais para atletas de qualquer idade.

CAPÍTULO IV

Do Sistema Brasileiro do Desporto

SEÇÃO I

Da com posição e dos objetivos

Art. 4º O Sistema Brasileiro do Desporto compreende:

I – Gabinete do Ministro de Estado Extraordinário dos Esportes;

II – o Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto – INDESP;

III – o Conselho de Desenvolvimento do Desporto Brasileiro – CDDB;

IV – o sistema nacional do desporto e os sistemas de desporto dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, organizados de forma autônoma e em regime de colaboração, integrados por vínculos de natureza técnica específicos de cada modalidade desportiva.

§ 1º Sistema Brasileiro do Desporto tem por objetivo garantir a prática desportiva regular e melhorar-lhe o padrão de qualidade.

§ 2º A organização desportiva do País, fundada na liberdade de associação, integra o patrimônio cultural brasileiro e é considerada de elevado interesse social.

§ 3º Poderão ser incluídas no Sistema Brasileiro de Desporto as pessoas jurídicas que desenvolvam práticas não-formais, promovam a cultura e as ciências do desporto e formem e aprimorem especialistas.

SEÇÃO II

Do Instituto Nacional do Desenvolvimento do Desporto – INDESP

Art. 5º O Instituto Nacional do Desenvolvimento do Desporto – INDESP é uma autarquia federal com a finalidade de promover, desenvolver a prática do desporto e exercer outras competências específicas que lhe são atribuídas nesta lei.

§ 1º Indesp disporá, em sua estrutura básica, de uma Diretoria integrada por um presidente e quatro diretores, todos nomeados pelo Presidente da República.

§ 2º As competências dos órgãos que integram a estrutura regimental do Indesp serão fixadas em decreto.

§ 3º Caberá ao Indesp, ouvido o Conselho de Desenvolvimento do Desporto Brasileiro – CDDB, propor o Plano Nacional de Desporto, observado o disposto no art. 217, da Constituição Federal.

§ 4º O Indesp expedirá instruções e desenvolverá ações para o cumprimento do disposto no inciso IV do art. 217, da Constituição Federal e elaborará o projeto de fomento da prática desportiva para pessoas portadoras de deficiência.

Art. 6º Constituem recursos do Indesp:

I – receitas oriundas de concursos de prognósticos previstos em lei;

II – adicional de quatro e meio por cento incidente sobre cada bilhete, permitido o arredondamento do seu valor feito nos concursos de prognósticos a que se refere o Decreto-Lei nº 594, de 27 de maio de 1969, e a Lei nº 6.717, de 12 de novembro de 1979, destinado ao cumprimento do disposto no art. 7º;

III – doações, legados e patrocínios;

IV – prêmios de concursos de prognósticos da Loteria Esportiva Federal, não reclamados;

V – outras fontes.

§ 1º O valor do adicional previsto no inciso II deste artigo não será computado no montante da arrecadação das apostas para fins de cálculo de prêmios, rateios, tributos de qualquer natureza ou taxas de administração.

§ 2º Do adicional de quatro e meio por cento de que trata o inciso II deste artigo, um terço será repassado às Secretarias de Esportes dos Estados e do Distrito Federal, ou, na inexistência destas, a órgãos que tenham atribuições semelhantes na área do desporto, proporcionalmente ao montante das apostas efetuadas em cada unidade da Federação para aplicação segundo o disposto no art. 7º.

§ 3º Do montante arrecadado nos termos do § 2º, cinquenta por cento caberão às Secretarias Estaduais e/ou aos órgãos que as substituam, e cinquenta

por cento serão divididos entre os municípios de cada Estado, na proporção de sua população.

§ 4º Trimestralmente, a Caixa Econômica Federal–CEF apresentará balancete ao INDESP, com o resultado da receita proveniente do adicional mencionado neste artigo.

Art. 7º Os recursos do INDESP terão a seguinte destinação:

I – desporto educacional;

II – desporto de rendimento, nos casos de participação de entidades nacionais de administração do desporto em competições internacionais, bem como as competições brasileiras dos desportos de criação nacional;

III – desporto de criação nacional;

IV – capacitação de recursos humanos:

a) cientistas desportivos;

b) professores de educação física; e

c) técnicos de desporto;

V – apoio a projeto de pesquisa, documentação e informação;

VI – construção, ampliação e recuperação de instalações esportivas;

VII – apoio supletivo ao sistema de assistência ao atleta profissional com a finalidade de promover sua adaptação ao mercado de trabalho quando deixar a atividade;

VIII – apoio ao desporto para pessoas portadoras de deficiência.

Art. 8º A arrecadação obtida em cada teste da Loteria Esportiva terá a seguinte destinação:

I – quarenta e cinco por cento para pagamento dos prêmios, incluindo o valor correspondente ao imposto sobre a renda;

II – vinte por cento para a Caixa Econômica Federal – CEF, destinados ao custeio total da administração dos recursos e prognósticos desportivos;

III – dez por cento para pagamento, em parcelas iguais, às entidades de práticas desportivas constantes do teste, pelo uso de suas denominações, marcas e símbolos;

IV – quinze por cento para o INDESP.

Parágrafo único. Os dez por cento restantes do total da arrecadação serão destinados à seguridade social.

Art. 9º Anualmente, a renda líquida total de um dos testes da Loteria Esportiva Federal será destinada ao Comitê Olímpico Brasileiro–COB, para treinamento e competições preparatórias das equipes olímpicas nacionais.

§ 1º Nos anos de realização dos Jogos Olímpicos e dos Jogos Pan-Americanos, a renda líquida de um segundo teste da Loteria Esportiva Federal será

destinada ao Comitê Olímpico Brasileiro–COB, para o atendimento da participação de delegações nacionais nesses eventos.

§ 2º Ao Comitê Paraolímpico Brasileiro serão concedidas as rendas líquidas de testes da Loteria Esportiva Federal nas mesmas condições estabelecidas neste artigo para o Comitê Olímpico Brasileiro–COB.

Art. 10. Os recursos financeiros correspondentes às destinações previstas no inciso III do art. 8º e no art. 9º, constituem receitas próprias dos beneficiários que lhes serão entregues diretamente pela Caixa Econômica Federal – CEF, até o décimo dia útil do mês subsequente ao da ocorrência do fato gerador.

SEÇÃO III

Do Conselho de Desenvolvimento do Desporto Brasileiro – CDDB

Art. 11. O Conselho de Desenvolvimento do Desporto Brasileiro – CDDB é órgão colegiado de deliberação e assessoramento, diretamente subordinado ao Gabinete do Ministro de Estado Extraordinário dos Esportes, cabendo-lhe;

I – zelar pela aplicação dos princípios e preceitos desta Lei;

II – oferecer subsídios técnicos à elaboração do Plano Nacional do Desporto;

III – emitir pareceres e recomendações sobre questões desportivas nacionais;

IV – propor prioridades para o plano de aplicação de recursos do INDESP;

V – exercer outras atribuições previstas na legislação em vigor, relativas a questões de natureza desportiva;

VI – aprovar os Códigos da Justiça Desportiva;

VII – expedir diretrizes para o controle de substâncias e métodos proibidos na prática desportiva.

Parágrafo único. O INDESP dará apoio técnico e administrativo ao Conselho de Desenvolvimento do Desporto Brasileiro – CDDB.

Art. 12. (VETADO)

SEÇÃO IV

Do Sistema Nacional do Desporto

Art. 13. O Sistema Nacional do Desporto tem por finalidade promover e aprimorar as práticas desportivas de rendimento.

Parágrafo único. O Sistema Nacional do Desporto congrega as pessoas físicas e jurídicas de direito privado, com ou sem fins lucrativos, encarregadas da coordenação, administração, normalização, apoio e prática do desporto, bem como as incumbidas da Justiça Desportiva e, especialmente:

I – o Comitê Olímpico Brasileiro–COB;

II – o Comitê Paraolímpico Brasileiro;

III – as entidades nacionais de administração do desporto;

IV – as entidades regionais de administração do desporto;

V – as ligas regionais e nacionais;

VI – as entidades de prática desportiva filiadas ou não àquelas referidas nos incisos anteriores.

Art. 14. O Comitê Olímpico Brasileiro–COB e o Comitê Paraolímpico Brasileiro, e as entidades nacionais de administração do desporto que lhes são filiadas ou vinculadas, constituem subsistema específico do Sistema Nacional do Desporto, ao qual se aplicará a prioridade prevista no inciso II do art. 217 da Constituição Federal, desde que seus estatutos obedeçam integralmente à Constituição Federal e às leis vigentes no País.

Art. 15. Ao Comitê Olímpico Brasileiro–COB, entidade jurídica de direito privado, compete representar o País nos eventos olímpicos, pan-americanos e outros de igual natureza, no Comitê Olímpico Internacional e nos movimentos olímpicos internacionais, e fomentar o movimento olímpico no território nacional, em conformidade com as disposições da Constituição Federal, bem como com as disposições estatutárias e regulamentares do Comitê Olímpico Internacional e da Carta Olímpica.

§ 1º Caberá ao Comitê Olímpico Brasileiro–COB representar o olimpismo Brasileiro junto aos poderes públicos.

§ 2º É privativo do Comitê Olímpico Brasileiro–COB o uso da bandeira e dos símbolos, lemas e hinos de cada comitê, em território nacional.

§ 3º Ao Comitê Olímpico Brasileiro–COB são concedidos os direitos e benefícios conferidos em lei às entidades nacionais de administração do desporto.

§ 4º São vedados o registro e uso para qualquer fim de sinal que integre o símbolo olímpico ou que o contenha, bem como do hino e dos lemas olímpicos, exceto mediante prévia autorização do Comitê Olímpico Brasileiro – COB.

§ 5º Aplicam-se ao Comitê Paraolímpico Brasileiro, no que couber, as disposições previstas neste artigo.

Art. 16. As entidades de prática desportiva e as entidades nacionais de administração do desporto, bem como as ligas de que trata o art. 20, são pessoas jurídicas de direito privado, com organização e funcionamento autônomo, e terão as competências definidas em seus estatutos.

§ 1º As entidades nacionais de administração do desporto poderão filiar, nos termos de seus estatutos, entidades regionais de administração e entidades de prática desportiva.

§ 2º As ligas poderão, a seu critério, filiar-se ou vincular-se a entidades nacionais de administração do desporto, vedadas a estas, sob qualquer pretexto, exigir tal filiação ou vinculação.

§ 3º É facultada a filiação direta de atletas nos termos previstos nos estatutos das respectivas entidades de administração do desporto.

Art. 17. (VETADO)

Art. 18. Somente serão beneficiadas com isenções fiscais e repasses de recursos públicos federais da administração direta e indireta, nos termos do inciso do art. 217 da Constituição Federal, as entidades do Sistema Nacional do Desporto que:

I – possuírem viabilidade e autonomia financeiras;

II – apresentarem manifestação favorável do Comitê Olímpico Brasileiro-COB ou do Comitê Paraolímpico Brasileiro, nos casos de suas filiadas e vinculado;

III – atendam aos demais requisitos estabelecidos em lei;

IV – estiverem quites com suas obrigações fiscais e trabalhistas.

Parágrafo único. A verificação do cumprimento da exigência contida no inciso I é de responsabilidade do INDESP, e das contidas nos incisos III e IV, do Ministério Público.

Art. 19. (VETADO)

Art. 20. As entidades de prática desportiva participantes de competições do Sistema Nacional do Desporto poderão organizar ligas regionais ou nacionais.

§ 1º (VETADO)

§ 2º As entidades de prática desportiva que organizarem ligas, na forma do caput deste artigo, comunicarão a criação destas às entidades nacionais de administração do desporto das respectivas modalidades.

§ 3º As ligas integrarão os sistemas das entidades nacionais de administração do desporto que incluírem suas competições nos respectivos calendários anuais de eventos oficiais.

§ 4º Na hipótese prevista no **caput** deste artigo, é facultado às entidades de prática desportiva participarem também, de campeonatos nas entidades de administração do desporto a que estiveram filiadas.

§ 5º É vedada qualquer intervenção das entidades de administração do desporto nas ligas que se mantiverem independentes.

Art. 21. As entidades de prática desportiva poderão filiar-se, em cada modalidade, à entidade de administração do desporto do Sistema Nacional do Desporto, bem como à correspondente entidade de administração do desporto de um dos sistemas regionais.

Art. 22. Os processos eleitorais assegurarão:

I – colégio eleitoral constituído de todos os filiados no gozo de seus direitos, admitida a diferenciação de valor dos seus votos;

II – defesa prévia, em caso de impugnação, do direito de participar da eleição;

III – eleição convocada mediante editar publicação em órgão da imprensa de grande circulação, por três vezes;

IV – sistema de recolhimento dos votos imune a fraude;

V – acompanhamento da apuração pelos candidatos e meios de comunicação.

Parágrafo único. Na hipótese da adoção de critério diferenciado de valoração dos votos, este não poderá excederá proporção de um para seis entre o de menor e o de maior valor.

Art. 23. Os estatutos das entidades de administração do desporto, elaborados de conformidade com esta Lei, deverão obrigatoriamente regulamentar, no mínimo:

I – instituição do Tribunal de Justiça Desportiva, nos termos desta Lei;

II – inelegibilidade de seus dirigentes para desempenho de cargos e funções eletivas ou de livre nomeação de:

a) condenados por crime doloso em sentença definitiva;

b) inadimplentes na prestação de contas de recursos públicos em decisão administrativa definitiva;

c) inadimplentes na prestação de contas da própria entidade;

d) afastados de cargos eletivos ou de confiança de entidade desportiva ou em virtude de gestão patrimonial ou financeira irregular ou temerária da entidade;

e) inadimplentes das contribuições previdenciárias e trabalhistas;

f) falidos.

Art. 24. As prestações de contas anuais de todas as entidades de administração integrantes do Sistema Nacional do Desporto serão obrigatoriamente submetidas, com parecer dos Conselhos Fiscais, às respectivas assembleias-gerais, para a aprovação final.

Parágrafo único. Todos os integrantes das assembleias-gerais terão acesso irrestrito aos documentos, informações e comprovantes de despesas de contas de que trata este artigo.

SEÇÃO V

Dos Sistemas dos Estados, Distrito Federal e Municípios

Art. 25. Os Estados e o Distrito Federal constituirão seus próprios sistemas, respeitadas as normas

estabelecidos nesta Lei e a observância do processo eleitoral.

Parágrafo único. Aos Municípios é facultado constituir sistemas próprios, observadas as disposições desta Lei e as contidas na legislação do respectivo Estado.

CAPÍTULO V

Da Prática Desportiva Profissional

Art. 26. Atletas e entidades de prática desportiva são livres para organizar a atividade profissional, qualquer que seja sua modalidade, respeitados os termos desta Lei.

Art. 27. As atividades relacionadas a competições de atletas profissionais são privativas de:

I – sociedades civis de fins econômicos;

II – sociedades comerciais admitidas na legislação em vigor;

III – entidades de prática desportiva que constituírem sociedades comerciais para administração das atividades de que trata este artigo.

Parágrafo único. As entidades de que tratam os incisos I, II e III que infringirem qualquer dispositivo desta Lei terão suas atividades suspensas, enquanto perdurar a violação.

Art. 28. A atividade do atleta profissional, de todas as modalidades desportivas, é caracterizada por remuneração pactuada em contrato formal de trabalho firmado com entidade de prática desportiva, pessoa jurídica de direito privado, que deverá conter, obrigatoriamente, cláusula penal para as hipóteses de descumprimento, rompimento ou rescisão unilateral.

§ 1º Aplicam-se ao atleta profissional as normas gerais da legislação trabalhista e da seguridade social, ressalvadas as peculiaridades expressas nesta Lei ou integrantes do respectivo contrato de trabalho.

§ 2º O vínculo desportivo do atleta com a entidade contratante tem natureza acessória ao respectivo vínculo empregatício, dissolvendo-se, para todos os efeitos legais, com o término da vigência do contrato de trabalho.

Art. 29. A entidade de prática desportiva formadora de atleta terá o direito de assinar com este o primeiro contrato de profissional, cujo prazo não poderá ser superior a dois anos.

Parágrafo único. (VETADO)

Art. 30. O contrato de trabalho do atleta profissional terá prazo determinado, com vigência nunca inferior a três meses.

Art. 31. A entidade de prática desportiva empregadora que estiver com pagamento de salário de atleta profissional em atraso, no todo ou em parte, por período igual ou superior a três meses terá o contrato de trabalho daquele atleta rescindido, ficando o atleta livre

para se transferir para qualquer outra agremiação de mesma modalidade, nacional ou internacional e exigir a multa rescisória e os haveres devidos.

§ 1º São entendidos como salário, para efeitos do previsto no **caput**, o abono de férias, o décimo terceiro salário, as gratificações, os prêmios e demais verbas inclusas no contrato de trabalho.

§ 2º A mora contumaz será considerada também pelo não recolhimento do FGTS e das contribuições previdenciárias.

§ 3º Sempre que a rescisão se operar pela aplicação do disposto no **caput**, a multa rescisória a favor da parte inocente será conhecida pela aplicação do disposto nos arts. 479. e 480. da CLT.

Art. 32. É lícito ao atleta profissional recusar competir por entidade de prática desportiva quando seus salários, no todo ou em parte, estiverem atrasados em dois ou mais meses.

Art. 33. Independentemente de qualquer outro procedimento, entidade nacional de administração do desporto fornecerá condição de jogo ao atleta para outra entidade de prática, nacional ou internacional, mediante a prova da notificação do pedido de rescisão unilateral firmado pelo atleta ou por documento do empregador no mesmo sentido.

Art. 34. O contrato de trabalho do atleta profissional obedecerá a modelo padrão, constante da regulamentação desta lei.

Art. 35. A entidade de prática desportiva comunicará em impresso padrão à entidade nacional de administração da modalidade a condição de profissional semi-profissional ou amador do atleta.

Art. 36. A atividade do atleta semiprofissional é caracterizada pela existência de incentivos materiais que não caracterizem remuneração derivada de contrato de trabalho, pactuado em contrato formal de estágio firmado com entidade de prática desportiva, pessoa jurídica de direito privado, que deverá conter, obrigatoriamente, cláusula penal para as hipóteses de descumprimento, rompimento ou rescisão unilateral.

§ 1º Estão compreendidos na categoria dos semiprofissionais os atletas com idade entre quatorze e dezoito anos completos.

§ 2º Só poderão participar de competição entre profissionais os atletas semiprofissionais com idade superior a dezesseis anos.

§ 3º Ao completar dezoito anos de idade, o atleta semiprofissional deverá ser obrigatoriamente profissionalizado, sob pena de, não o fazendo, voltar à condição de amador, ficando impedido de participar competições entre profissionais.

§ 4º A entidade de prática detentora do primeiro contrato de trabalho do atleta por ela profissionalizado

terá direito de preferência para a primeira renovação deste contrato, sendo facultada a cessão deste direito a terceiros, de forma remunerada ou não.

§ 5º Do disposto neste artigo estão excluídos os desportos individuais e coletivos olímpicos, exceto o futebol de campo.

Art. 37. O contrato de estágio do atleta semiprofissional obedecerá a modelo padrão, constante da regulamentação desta lei.

Art. 38. Qualquer cessão ou transferência de atleta profissional, na vigência do contrato de trabalho, depende de formal e expressa anuência deste, e será isenta de qualquer taxa que venha a taxa cobrada pela entidade de administração.

Art. 39. A transferência do atleta profissional de uma entidade de prática desportiva para outra do mesmo gênero poderá ser temporária (contrato de empréstimo) e o novo contrato celebrado deverá ser por período igual ou menor que o anterior, ficando o atleta sujeito à cláusula de retorno à entidade de prática desportiva cedente, vigorando no retorno o antigo contrato, quando for o caso.

Art. 40. Na cessão ou transferência de atleta profissional para entidade de prática desportiva estrangeira observar-se-ão as instruções expedidas pela entidade nacional de título.

Parágrafo único. As condições para transferência do atleta profissional para o exterior deverão integrar obrigatoriamente os contratos de trabalho entre o atleta e a entidade de prática desportiva brasileira que o contratou.

Art. 41. A participação de atletas profissionais em seleções será estabelecida na forma como acordarem a entidade de administração convocante e a entidade de prática desportiva cedente.

§ 1º A entidade convocadora indenizará a cedente dos encargos previstos no contrato de trabalho, pelo período em que durar a convocação do atleta, sem prejuízo de eventuais ajustes celebrados entre este e a entidade convocadora.

§ 2º O período de convocação estender-se-á até a reintegração do atleta à entidade que o cedeu, apto a exercer sua atividade.

Art. 42. Às entidades de prática desportiva pertence o direito de negociar, autorizar e proibir a fixação, a transmissão ou retransmissão de imagem de espetáculo ou eventos desportivos de que participem.

§ 1º Salvo convenção em contrário, vinte por cento do preço total da autorização, como mínimo, será distribuído, em partes iguais, aos atletas profissionais participantes do espetáculo ou evento.

§ 2º O disposto neste artigo não se aplica a flagrantes de espetáculo ou evento desportivo para fins,

exclusivamente, jornalísticos ou educativos, cuja duração, no conjunto, não exceda de três por cento do total do tempo previsto para o espetáculo.

§ 3º O espectador pagante, por qualquer meio, de espetáculo ou evento desportivo equipara-se, para todos os efeitos legais, ao consumidor, nos termos do art. 2º da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

Art. 43. É vedada a participação em competições desportivas profissionais de atletas amadores de qualquer idade e de semiprofissionais com idade superior a vinte anos.

Art. 44. É vedada a prática do profissionalismo, em qualquer modalidade, quando se tratar de:

I – desporto educacional, seja nos estabelecimentos escolares de 1º e 2º graus ou superiores;

II – desporto militar;

III – menores até a idade de dezesseis anos completos.

Art. 45. As entidades de prática desportiva serão obrigadas a contratar seguro de acidentes pessoais e do trabalho para os atletas profissionais e semiprofissionais a elas vinculados, com o objetivo de cobrir os riscos a que estão sujeitos.

Parágrafo único. Para os atletas profissionais, o prêmio mínimo de que trata este artigo deverá corresponder à importância total anual da remuneração ajustada, e, para os atletas semiprofissionais, ao total das verbas de incentivos materiais.

Art. 46. A presença de atleta de nacionalidade estrangeira, com visto temporário de trabalho previsto no inciso V do art. 13. da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, como integrante da equipe de competição da entidade de prática desportiva, caracteriza para os termos desta lei, a prática desportiva profissional, tornando obrigatório o enquadramento previsto no **caput** do art. 27. .

§ 1º É vedada a participação de atleta de nacionalidade estrangeira como integrante de equipe de competição de entidade de prática desportiva nacional nos campeonatos oficiais, quando o visto de trabalho temporário expedido pelo Ministério do Trabalho recair no inciso III do art. 13. da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980.

§ 2º A entidade de administração do desporto será obrigada a exigir da entidade de prática desportiva o comprovante do visto de trabalho do atleta de nacionalidade estrangeira fornecido pelo Ministério do Trabalho, sob pena de cancelamento da inscrição desportiva.

CAPÍTULO VI

Da Ordem Desportiva

Art. 47. No âmbito de suas atribuições, os Comitês Olímpico e Paraolímpico Brasileiros e as entidades nacionais de administração do desporto têm competência

para decidir, de ofício ou quando lhes forem submetidas pelos seus filiados, as questões relativas ao cumprimento das normas e regras de prática desportiva.

Art. 48. Com o objetivo de manter a ordem desportiva, o respeito aos atos emanados de seus poderes internos, poderão ser aplicadas, pelas entidades de administração do desporto e de prática desportiva, as seguintes sanções:

I – advertência;

II – censura escrita;

III – multa;

IV – suspensão;

V – desfiliação ou desvinculação.

§ 1º A aplicação das sanções previstas neste artigo não prescinde do processo administrativo no qual sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa.

§ 2º As penalidades de que tratam os incisos IV e V deste artigo somente poderão ser aplicadas após decisão definitiva da Justiça Desportiva.

CAPÍTULO VII

Da Justiça Desportiva

Art. 49. A Justiça Desportiva a que se referem os §§ 1º e 2º do art. 217. da Constituição Federal e o art. 33. da Lei nº 8.028, de 12 de abril de 1990, regula-se pelas disposições deste Capítulo.

Art. 50. A organização, o funcionamento e as atribuições da Justiça Desportiva, limitadas ao processo e julgamento das infrações disciplinares e às competições desportivas, serão definidas em Códigos Desportivos.

§ 1º As transgressões relativas a disciplina e às competições desportivas sujeitam o infrator a:

I – advertência

II – eliminação;

III – exclusão de campeonato ou torneio;

IV – indenização;

V – interdição de praça de desportos;

VI – multa;

VII – perda do mando do campo;

VIII – perda de pontos;

IX – perda de renda;

X – suspensão por partida;

XI – suspensão por prazo.

§ 2º As penas disciplinares não serão aplicadas aos menores de quatorze anos.

§ 3º As penas pecuniárias não serão aplicadas a atletas não-profissionais.

Art. 51. O disposto nesta lei sobre Justiça Desportiva não se aplica aos Comitê Olímpico e Paraolímpico Brasileiros.

Art. 52. Aos Tribunais de Justiça Desportiva, entidades autônomas e independentes das entidades de

administração do desporto de cada sistema, compete processar e julgar, em última instância, as questões de descumprimento de normas relativas à disciplina e às competições desportivas, sempre assegurados a ampla defesa e o contraditório.

§ 1º Sem prejuízo do disposto neste artigo, as decisões finais dos Tribunais de Justiça Desportiva são impugnáveis nos termos gerais do direito, respeitados os pressupostos processuais estabelecidos nos §§ 1º e 2º do art. 217 da Constituição Federal.

§ 2º O recurso ao Poder Judiciário não prejudicará os efeitos desportivos validamente produzidos em consequência da decisão proferida pelos Tribunais de Justiça Desportiva.

Art. 53. Os Tribunais de Justiça Desportiva terão como primeira instância a Comissão Disciplinar, integrada por três membros de sua livre nomeação, para a aplicação imediata das sanções decorrentes de infrações cometidas durante as disputas e constantes das súmulas ou documentos similares dos árbitros, ou, ainda, decorrentes de infringência ao regulamento da respectiva competição.

§ 1º (VETADO)

§ 2º A Comissão Disciplinar aplicará sanções em procedimento sumário, assegurados a ampla defesa e o contraditório.

§ 3º Das decisões da Comissão Disciplinar caberá recurso aos Tribunais de Justiça Desportiva.

§ 4º o recurso ao qual se refere o parágrafo anterior será recebido e processado com efeito suspensivo quando a penalidade exceder de duas partidas consecutivas ou quinze dias.

Art. 54. O membro do Tribunal de Justiça Desportiva exerce função considerada de relevante interesse público e, sendo servidor público, terá abonadas suas faltas, computando-se como de efetivo exercício a participação nas respectivas sessões.

Art. 55. Os Tribunais de Justiça Desportiva serão compostos por, no mínimo, sete membros, ou onze membros, no máximo, sendo:

I – um indicado pela entidade de administração do desporto;

II – um indicado pelas entidades de prática desportiva que participem de competições oficiais da divisão principal;

III – três advogados com notório saber jurídico desportivo, indicados pela Ordem dos Advogados do Brasil;

IV – um representante dos árbitros, por estes indicado;

V – um representante dos atletas, por estes indicado.

§ 1º Para efeito de acréscimo de composição, deverá ser assegurada a paridade apresentada nos incisos I,II,IV e V, respeitado o disposto no **caput** deste artigo.

§ 2º O mandato dos membros dos Tribunais de Justiça terá a duração máxima de quatro anos, permitida apenas uma recondução.

§ 3º É vedado aos dirigentes desportivos das entidades de administração e das entidades de prática o exercício de cargo ou função na Justiça Desportiva, exceção feita aos membros dos conselhos deliberativos das entidades de prática desportiva.

§ 4º Os membros dos Tribunais de Justiça desportiva serão obrigatoriamente bacharéis em Direito ou pessoas de notário saber jurídico, e de conduta ilibada.

CAPITULO VIII

Dos Recursos para o Desporto

Art. 56. Os recursos necessários ao fomento das práticas desportivas formais e não-formais a que se refere o art. 217 da Constituição Federal serão assegurados em programas de trabalho específicos constantes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios, além dos provenientes de:

I – fundos desportivos;

II – receitas oriundas de concursos de prognósticos;

III – doações, patrocínios e legados;

IV – prêmios de concursos de prognósticos da Loteria Esportiva Federal não reclamados nos prazos regulamentares;

V – incentivos fiscais previstos em lei;

VI – outras fontes.

Art. 57. Constituirão recursos para a assistência social e educacional aos atletas profissionais, ex-atletas e aos em formação, recolhidos diretamente para a Federação das Associações de Atletas Profissionais – FAAP:

I – um por cento do contrato do atleta profissional pertencente ao Sistema Brasileiro do Desporto, devido e recolhido pela entidade contratante;

II – um por cento do valor da multa contratual nos casos de transferências nacionais e internacionais, a ser pago pela entidade cedente;

III – um por cento da arrecadação proveniente das competições organizadas pelas entidades nacionais de administração do desporto profissional;

IV – penalidades disciplinares pecuniárias aplicadas aos atletas profissionais pelas entidades de prática desportiva, pelas de administração do desporto ou pelos Tribunais de Justiça Desportiva.

Art. 58. (VETADO)

CAPÍTULO IX Do Bingo

Art. 59. Os jogos de bingo são permitidos em todo o território nacional nos termos desta lei.

Art. 60. As entidades de administração e de prática desportiva poderão credenciar-se junto à União para explorar o jogo de bingo permanente ou eventual, com a finalidade de angariar recursos para o fomento do desporto.

§ 1º Considera-se bingo permanente aquele realizado em salas próprias, com utilização de processo de extração isento de contato humano, que assegure integral lisura dos resultados, inclusive com o apoio de sistema de circuito fechado de televisão e difusão de som, oferecendo prêmios exclusivamente em dinheiro.

§ 2º (VETADO)

§ 3º As máquinas utilizadas nos sorteios, antes de iniciar quaisquer operações, deverão ser submetidas à fiscalização do poder público, que autorizará ou não seu funcionamento, bem como as verificará semestralmente, quando em operação.

Art. 61. Os bingos funcionarão sob responsabilidade exclusiva das entidades desportivas, mesmo que a administração da sala seja entregue a empresa comercial idônea

Art. 62. São requisitos para concessão da autorização de exploração dos bingos para a entidade desportiva:

I – filiação a entidade de administração do esporte ou, conforme o caso, a entidade nacional de administração, por um período mínimo de três anos, completados até a data do pedido de autorização;

II – (VETADO)

III – (VETADO)

IV – prévia apresentação e aprovação de projeto detalhado de aplicação de recursos na melhoria do desporto olímpico, com prioridade para a formação do atleta;

V – apresentação de certidões dos distribuidores cíveis, trabalhistas, criminais e dos cartórios de protesto;

VI – comprovação de regularização de contribuições junto à Receita Federal e à Seguridade Social;

VII – apresentação de parecer favorável da Prefeitura do Município onde se instalará a sala de bingo, versando sobre os aspectos urbanísticos e o alcance social do empreendimento;

VIII – apresentação de planta da sala de bingo, demonstrando ter capacidade mínima para duzentas pessoas e local isolado de recepção, sem acesso direto para a sala;

IX – prova de que a sede da entidade desportiva é situada no mesmo município em que funcionará a sala de bingo.

§ 1º Excepcionalmente, o mérito esportivo pode ser comprovado em relatório quantitativo e qualitativo das atividades desenvolvidas pela entidade requerente nos três anos anteriores ao pedido de autorização.

§ 2º Para a autorização do bingo eventual são requisitos os constantes nos incisos I a VI do *caput*, além da prova de prévia aquisição dos prêmios oferecidos.

Art. 63. Se a administração da sala de bingo for entregue a empresa comercial, entidade desportiva juntará, ao pedido de autorização, além dos requisitos do artigo anterior, os seguintes documentos:

I – certidão da Junta Comercial, demonstrando o regular registro da empresa e sua capacidade para o comércio;

II – certidões dos distribuidores cíveis, trabalhistas e de cartórios de protesto em nome da empresa;

III – certidões dos distribuidores cíveis, criminais, trabalhistas e de cartórios de protestos em nome da pessoa ou pessoas físicas titulares da empresa;

IV – certidões de quitação de tributos federais e da seguridade social;

V – demonstrativo de contratação de firma para auditoria permanente da empresa administradora;

VI – cópia do instrumento do contrato entre a entidade desportiva e a empresa administrativa, cujo prazo máximo será de dois anos, renovável por igual período, sempre exigida a forma escrita.

Art. 64. O Poder Público negará a autorização se não provados quaisquer dos requisitos dos artigos anteriores ou houver indícios de inidoneidade da entidade desportiva, da empresa comercial ou de seus dirigentes, podendo ainda cassar a autorização se verificar terem deixado de ser preenchidos os mesmos requisitos.

Art. 65. A autorização concedida somente será válida para local determinado e endereço certo, sendo proibida a venda de cartelas fora da sala de bingo.

Parágrafo único. As cartelas de bingo eventual poderão ser vendidas em todo o território nacional.

Art. 66. (VETADO)

Art. 67. (VETADO)

Art. 68. A premiação do bingo permanente será apenas em dinheiro, cujo montante não poderá exceder o valor arrecadado por partida.

Parágrafo único. (VETADO)

Art. 69. (VETADO)

Art. 70. A entidade desportiva receberá percentual mínimo de sete por cento da receita bruta da sala de bingo ou do bingo eventual.

Parágrafo único. As entidades desportivas prestarão contas semestralmente ao poder público da aplicação dos recursos havidos dos bingos.

Art. 71. (VETADO)

§ 1º (VETADO)

§ 2º (VETADO)

§ 3º (VETADO)

§ 4º É proibido o ingresso de menores de dezoito anos nas salas de bingo.

Art. 72. As salas de bingo destinar-se-ão exclusivamente a esse tipo de jogo.

Parágrafo único. A única atividade admissível concomitantemente ao bingo na sala é o serviço de bar ou restaurante.

Art. 73. É proibida a instalação de qualquer tipo de máquinas de jogo de azar ou de diversões eletrônicas nas salas de bingo.

Art. 74. Nenhuma outra modalidade de jogo ou similar, que não seja o bingo permanente ou o eventual, poderá ser autorizada com base nesta Lei.

Parágrafo único. Excluem-se das exigências desta Lei os bingos realizados com fins apenas beneficentes em favor de entidades filantrópicas federais, estaduais ou municipais, nos termos da legislação específica, desde que devidamente autorizados pela União.

Art. 75. Manter, facilitar ou realizar jogo de bingo sem a autorização prevista nesta Lei:

Pena – prisão simples de seis meses a dois anos, e multa.

Art. 76. (VETADO)

Art. 77. Oferecer, em bingo permanente ou eventual, prêmio diverso do permitido nesta Lei:

Pena – prisão simples de seis meses a um ano, e multa de até cem vezes o valor do prêmio oferecido.

Art. 78. (VETADO)

Art. 79. Fraudar, adulterar ou controlar de qualquer modo o resultado do jogo de bingo:

Pena – reclusão de um a três anos, e multa.

Art. 80. Permitir o ingresso de menor de dezoito anos em sala de bingo:

Pena – detenção de seis meses a dois anos, e multa.

Art. 81. Manter nas salas de bingo máquinas de jogo de azar ou diversões eletrônicas:

Pena – detenção de seis meses a dois anos, e multa.

CAPÍTULO X

Disposições Gerais

Art. 82. Os dirigentes, unidades ou órgãos de entidades de administração do desporto, inscritas ou não no registro de comércio, não exercem função delegada

pelo Poder Público, nem são consideradas autoridades públicas para os efeitos desta Lei.

Art. 83. As entidades desportivas internacionais com sede permanente ou temporária no País receberão dos Poderes Públicos o mesmo tratamento dispensado às entidades nacionais de administração do desporto.

Art. 84. Será considerado como de efetivo exercício, para todos os efeitos legais, o período em que o atleta servidor público civil ou militar, da administração pública direta, indireta, autárquica ou fundacional, estiver convocado para integrar representação nacional em competição desportiva no País ou no exterior.

§ 1º O período de convocação será definido pela entidade nacional da administração da respectiva modalidade desportiva, cabendo a esta ou aos Comitês Olímpico e Paraolímpico Brasileiros fazer a devida comunicação e solicitar ao Ministério Extraordinário dos Esportes a competente liberação do afastamento do atleta ou dirigente.

§ 2º O disposto neste artigo aplica-se, também, aos profissionais especializados e dirigentes, quando indispensáveis à composição da delegação.

Art. 85. Os sistemas de ensino da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como as instituições de ensino superior, definirão normas específicas para verificação do rendimento e o controle de frequência dos estudantes que integrarem representação desportiva nacional, de forma a harmonizar a atividade desportiva com os interesses relacionados ao aproveitamento e à promoção escolar.

Art. 86. É instituído o Dia do Desporto, a ser comemorado no dia 23 de junho, Dia Mundial do Desporto Olímpico.

Art. 87. A denominação e os símbolos de entidade de administração do desporto ou prática desportiva, bem como o nome ou apelido desportivo do atleta profissional, são de propriedade exclusiva dos mesmos, contando com a proteção legal, válida para todo o território nacional, por tempo indeterminado, sem necessidade de registro ou averbação no órgão competente.

Parágrafo único. A garantia legal outorgada às entidades e aos atletas referidos neste artigo permite-lhes o uso comercial de sua denominação, símbolos, nomes e apelidos.

Art. 88. Os árbitros e auxiliares de arbitragem poderão constituir entidades nacionais e estaduais, por modalidade desportiva ou grupo de modalidades, objetivando o recrutamento, a formação e a prestação de serviços às entidades de administração do desporto.

Parágrafo único. Independentemente da constituição de sociedade ou entidades, os árbitros e seus

auxiliares não terão qualquer vínculo empregatício com as entidades desportivas diretivas onde atuarem, e sua remuneração como autônomos exonera tais entidades de quaisquer outras responsabilidades trabalhistas, securitárias e previdenciárias.

Art. 89. Em campeonatos ou torneios regulares com mais de uma divisão, as entidades de administração do desporto determinarão em seus regulamentos o princípio do acesso e do descenso, observado sempre o critério técnico.

Art. 90. É vedado aos administradores e membros de conselho fiscal de entidade de prática desportiva o exercício de cargo ou função em entidade de administração do desporto.

CAPÍTULO XI

Disposições Transitórias

Art. 91. Até a edição dos Códigos da Justiça dos Desportos Profissionais e Não-Profissionais continuam em vigor os atuais Códigos, com as alterações constantes desta Lei.

Art. 92. Os atuais atletas profissionais de futebol, de qualquer idade, que, na data de entrada em vigor desta Lei, estiverem com passe livre, permanecerão nesta situação, e a rescisão de seus contratos de trabalho dar-se-á nos termos dos arts. 479 e 480 da CLT.

Art. 93. O disposto no § 2º do art. 28 somente entrará em vigor após três anos a partir da vigência desta Lei.

Art. 94. As entidades desportivas praticantes ou participantes de competições de atletas profissionais terão o prazo de dois anos para se adaptar ao disposto no art. 27.

Art. 95. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 96. São revogados, a partir da vigência do disposto no § 2º do art. 28 desta Lei, os incisos II e V e os §§ 1º e 3º do art. 3º, os arts. 4º, 6º, 11 e 13, o § 2º do art. 15, o parágrafo único do art. 16 e os arts. 23 e 26 da Lei nº 6.354, de 2 de setembro de 1976; são revogadas, a partir da data de publicação desta Lei, as Leis nºs 8.672, de 6 de julho de 1993, e 8.946, de 5 de dezembro de 1994.

Brasília, 24 de março de 1998; 177º da Independência e 110º da República. – **FERNANDO HENRIQUE CARDOSO – Iris Rezende – Pedro Malan – Paulo Renato Souza – Paulo Paiva – Reinhold Stephanes – Edson Arantes do Nascimento.**

(Às Comissões de Educação, Cultura e Esporte; e de Assuntos Econômicos, cabendo à última a decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 111, DE 2008

Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para incluir mecanismos de acesso dos deficientes visuais a livros adquiridos por programas governamentais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, passa a vigorar com o acréscimo dos seguintes artigos:

“Art. 17-A. O Poder Público manterá na rede internacional de computadores (internet) portal com arquivos digitais dos livros adquiridos pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), pelo Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio (PNLEM), pelo Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), pelo Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL) e por outros que forem criados com propósitos idênticos.

§ 1º Além das publicações citadas no **caput**, farão parte do acervo do portal as obras:

I – autorizadas pelos detentores dos respectivos direitos autorais;

II – de domínio público, conforme disposto na Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998.

§ 2º Os arquivos digitais a que se refere o **caput** deverão possibilitar sua conversão em áudio, mediante a utilização de sintetizador de voz, ou impressão no sistema braile.

§ 3º Os arquivos serão colocados à disposição de bibliotecas públicas, de entidades de educação de deficientes visuais e de usuários portadores de deficiência visual.

§ 4º Os arquivos em meio magnético serão utilizados exclusivamente no portal público e gravados no formato **Portable Document Format (PDF)** ou equivalente, vedadas cópias impressas dos textos ou qualquer alteração em seu conteúdo.

§ 5º Para reprodução pelo sistema braile, cada usuário institucional ou individual poderá realizar apenas uma cópia.

Art. 17-B. Do portal a que se refere o art. 17-A constarão, obrigatoriamente:

I – obras didáticas e científicas consideradas de referência nas disciplinas escolares dos níveis de ensino fundamental, médio e superior;

II – obras clássicas universais de natureza filosófica, científica, técnica ou tecnológica, disponíveis em língua portuguesa;

III – obras da literatura brasileira e da literatura universal, disponíveis em língua portuguesa.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor após decorridos cento e oitenta dias de sua publicação.

Justificação

A Lei nº 10.098, de 2000, preconiza a eliminação de barreiras de comunicação para o acesso à informação (art. 2º, inciso II, alínea **d**), entendidas como quaisquer obstáculos que dificultem ou impossibilitem a expressão ou o recebimento de mensagens por intermédio dos meios ou sistemas de comunicação. Por outro lado, a mesma lei considera como acessibilidade a possibilidade e a condição de utilização dos sistemas e meios de comunicação, com segurança e autonomia, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida (art. 2º, inciso I).

Ao tratar da acessibilidade aos sistemas de comunicação e sinalização, essa mesma lei determina, em seu art. 17, que o Poder Público promova a eliminação de barreiras na comunicação; e, igualmente, que estabeleça mecanismos e alternativas técnicas que tornem acessíveis os sistemas de comunicação e sinalização às pessoas com deficiência sensorial e com dificuldade de comunicação. O objetivo claro é o de garantir a essas pessoas o direito de acesso à informação, à comunicação, ao trabalho, à educação, à cultura e ao lazer.

Nunca é demais relembrar que a dificuldade de acesso à formação educacional e à cultura acaba, por sua vez, por criar novas barreiras às pessoas cegas, impossibilitadas de atualizarem conhecimentos, que vêem-se cada vez mais distantes das oportunidades no mercado de trabalho ou de ascensão nas carreiras de que porventura façam parte.

Esta proposição tem como objetivo, pois, permitir a acessibilidade das pessoas com deficiência visual ao conteúdo de livros didáticos, técnicos, científicos e literários comumente editados para o público em geral. Essa possibilidade se oferece graças às tecnologias de informação hoje disponíveis no mercado.

Até recentemente, o cego só dispunha de dois recursos para ter acesso a livros: os volumes editados em braile e aqueles que tivessem recebido versão em áudio. O meio tradicional, obviamente, era o da leitura por outra pessoa.

Esse acesso, contudo, se revelava muito reduzido, uma vez que os livros disponíveis em braile se concentram em títulos didáticos de referência, não se estendendo às obras técnicas e literárias acessíveis aos leitores com visão normal. Essa escassez acabava por negar um dos direitos básicos, que é o da acessibilidade, como prevê a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Hoje, no Brasil, existe cerca de 2,5 milhões de pessoas com deficiência visual, a grande maioria ainda excluída do acesso aos avanços que a tecnologia da informação lhes pode prover, para se qualificarem profissionalmente, ou simplesmente desfrutarem do saber cultural disponível.

Entretanto, já existem programas que permitem ao cego utilizar recursos de um computador sem a ajuda de outrem. Esses programas dispõem de sintetizador de voz, que lêem textos e sítios da internet, de processadores eletrônicos de texto, planilhas, correio eletrônico, e todo conteúdo disponível na tela do computador.

Já há programas que lêem todos os comandos, a partir do momento em que o cursor estiver posicionado no micro. A pessoa pode navegar pelo teclado, acessando o botão iniciar, programas e submenus, e também pelo **mouse**, pois, ao rastrear uma imagem, sua descrição é lida. Pode-se utilizar qualquer tipo de computador, bastando que este disponha de recursos multimídia com placa de som e determinado sistema operacional, sem necessidade de equipamento especial, equipamentos que a cada dia estão mais disponíveis, em preços gradativamente mais populares. Mencionem-se ainda os telecentros comunitários, do Ministério da Ciência e Tecnologia, que facilmente poderão incorporar tais tecnologias.

Uma vez que o Poder Público, por intermédio de seus órgãos especializados, coloque à disposição dos cidadãos o conteúdo de livros didáticos, científicos, técnicos e literários, as pessoas com deficiência visual terão, enfim, garantido o direito de acesso preconizado em lei.

A fim de não esbarrar em questões como a de direito autoral ou da livre iniciativa, a lei se restringe às obras já em domínio público, as autorizadas e aquelas com direitos adquiridos pelos diversos programas didáticos e de incentivo à leitura.

Desse modo, amplia-se o universo de obras às quais os cidadãos brasileiros incapazes de enxergar terão acesso, cumprindo, simultaneamente diversos dos objetivos de inclusão dessas pessoas.

Por outro lado, é sempre necessário resguardar as editoras contra as cópias não autorizadas. Para tanto, a proposição determina que os arquivos eletrônicos não serão transferidos, mas apenas consultados. Esse cuidado se deve à facilidade oferecida pela tecnologia de transferência de dados P2P (**peer to peer**), em que um usuário pode transferir um arquivo para outro. E, no caso de reprodução em braile, apenas uma cópia poderia ser feita por usuário. Há recursos tecnológicos que garantem tais prerrogativas.

Proposição semelhante já tramitou nesta Casa: o Projeto de Lei do Senado nº 384, de 2005, da ilustre Senadora Íris de Araujo. Tal proposição não seguiu adiante somente por ter sido arquivada ao final da legislatura. Mas como o tema requer solução, apresento novamente o assunto à apreciação de meus pares, a fim de que o Poder Legislativo se pronuncie.

Na esperança de que esta causa seja também abraçada pelos colegas, clamo a todos pela aprovação para a matéria.

Sala das Sessões, 1º de abril de 2008. – Senador **Flávio Arns**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 10.098, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2000

Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

Art. 1º Esta Lei estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, mediante a supressão de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação.

Art. 2º Para os fins desta Lei são estabelecidas as seguintes definições:

I – acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida;

II – barreiras: qualquer entrave ou obstáculo que limite ou impeça o acesso, a liberdade de movimento e a circulação com segurança das pessoas, classificadas em:

a) barreiras arquitetônicas urbanísticas: as existentes nas vias públicas e nos espaços de uso público;

b) barreiras arquitetônicas na edificação: as existentes no interior dos edifícios públicos e privados;

c) barreiras arquitetônicas nos transportes: as existentes nos meios de transportes;

d) barreiras nas comunicações: qualquer entrave ou obstáculo que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens por intermédio dos meios ou sistemas de comunicação, sejam ou não de massa;

III – pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida: a que temporária ou permanentemente tem limitada sua capacidade de relacionar-se com o meio e de utilizá-lo;

IV – elemento da urbanização: qualquer componente das obras de urbanização, tais como os referentes a pavimentação, saneamento, encanamentos para esgotos, distribuição de energia elétrica, iluminação pública, abastecimento e distribuição de água, paisagismo e os que materializam as indicações do planejamento urbanístico;

V – mobiliário urbano: o conjunto de objetos existentes nas vias e espaços públicos, superpostos ou adicionados aos elementos da urbanização ou da edificação, de forma que sua modificação ou traslado não provoque alterações substanciais nestes elementos, tais como semáforos, postes de sinalização e similares, cabines telefônicas, fontes públicas, lixeiras, toldos, marquises, quiosques e quaisquer outros de natureza análoga;

VI – ajuda técnica: qualquer elemento que facilite a autonomia pessoal ou possibilite o acesso e o uso de meio físico.

CAPÍTULO II

Dos Elementos da Urbanização

Art. 3º O planejamento e a urbanização das vias públicas, dos parques e dos demais espaços de uso público deverão ser concebidos e executados de forma a torná-los acessíveis para as pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Art. 4º As vias públicas, os parques e os demais espaços de uso público existentes, assim como as respectivas instalações de serviços e mobiliários urbanos deverão ser adaptados, obedecendo-se ordem de prioridade que vise à maior eficiência das modificações, no sentido de promover mais ampla acessibilidade às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Art. 5º O projeto e o traçado dos elementos de urbanização públicos e privados de uso comunitário, nestes compreendidos os itinerários e as passagens de pedestres, os percursos de entrada e de saída de veículos, as escadas e rampas, deverão observar os parâmetros estabelecidos pelas normas técnicas de acessibilidade da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

Art. 6º Os banheiros de uso público existentes ou a construir em parques, praças, jardins e espaços livres públicos deverão ser acessíveis e dispor, pelo menos, de um sanitário e um lavatório que atendam às especificações das normas técnicas da ABNT.

Art. 7º Em todas as áreas de estacionamento de veículos, localizadas em vias ou em espaços públicos, deverão ser reservadas vagas próximas dos acessos de circulação de pedestres, devidamente sinalizadas, para veículos que transportem pessoas portadoras de deficiência com dificuldade de locomoção.

Parágrafo único. As vagas a que se refere o **caput** deste artigo deverão ser em número equivalente a dois por cento do total, garantida, no mínimo, uma vaga, devidamente sinalizada e com as especificações técnicas de desenho e traçado de acordo com as normas técnicas vigentes.

CAPÍTULO III Do Desenho e da Localização do Mobiliário Urbano

Art. 8º Os sinais de tráfego, semáforos, postes de iluminação ou quaisquer outros elementos verticais de sinalização que devam ser instalados em itinerário ou espaço de acesso para pedestres deverão ser dispostos de forma a não dificultar ou impedir a circulação, e de modo que possam ser utilizados com a máxima comodidade.

Art. 9º O semáforos para pedestres instalados nas vias públicas deverão estar equipados com mecanismo que emita sinal sonoro suave, intermitente e sem estridência, ou com mecanismo alternativo, que sirva de guia ou orientação para a travessia de pessoas portadoras de deficiência visual, se a intensidade do fluxo de veículos e a periculosidade da via assim determinarem.

Art. 10. Os elementos do mobiliário urbano deverão ser projetados e instalados em locais que permitam sejam eles utilizados pelas pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

CAPÍTULO IV Da Acessibilidade nos Edifícios Públicos ou de uso Coletivo

Art. 11. A construção, ampliação ou reforma de edifícios públicos ou privados destinados ao uso coletivo deverão ser executadas de modo que sejam ou se tornem acessíveis às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Parágrafo único. Para os fins do disposto neste artigo, na construção, ampliação ou reforma de edifícios públicos ou privados destinados ao uso coletivo

deverão ser observados, pelo menos, os seguintes requisitos de acessibilidade:

I – nas áreas externas ou internas da edificação, destinadas a garagem e a estacionamento de uso público, deverão ser reservadas vagas próximas dos acessos de circulação de pedestres, devidamente sinalizadas, para veículos que transportem pessoas portadoras de deficiência com dificuldade de locomoção permanente;

II – pelo menos um dos acessos ao interior da edificação deverá estar livre de barreiras arquitetônicas e de obstáculos que impeçam ou dificultem a acessibilidade de pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida;

III – pelo menos um dos itinerários que comuniquem horizontal e verticalmente todas as dependências e serviços do edifício, entre si e com o exterior, deverá cumprir os requisitos de acessibilidade de que trata esta Lei; e

IV – os edifícios deverão dispor, pelo menos, de um banheiro acessível, distribuindo-se seus equipamentos e acessórios de maneira que possam ser utilizados por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Art. 12. Os locais de espetáculos, conferências, aulas e outros de natureza similar deverão dispor de espaços reservados para pessoas que utilizam cadeira de rodas, e de lugares específicos para pessoas com deficiência auditiva e visual, inclusive acompanhante, de acordo com a ABNT, de modo a facilitar-lhes as condições de acesso, circulação e comunicação.

CAPÍTULO V Da Acessibilidade nos Edifícios de uso Privado

Art. 13. Os edifícios de uso privado em que seja obrigatória a instalação de elevadores deverão ser construídos atendendo aos seguintes requisitos mínimos de acessibilidade:

I – percurso acessível que una as unidades habitacionais com o exterior e com as dependências de uso comum;

II – percurso acessível que una a edificação à via pública, às edificações e aos serviços anexos de uso comum e aos edifícios vizinhos;

III – cabine do elevador e respectiva porta de entrada acessíveis para pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Art. 14. Os edifícios a serem construídos com mais de um pavimento além do pavimento de acesso, à exceção das habitações unifamiliares, e que não estejam obrigados à instalação de elevador, deverão dispor de especificações técnicas e de projeto que facilitem a instalação de um elevador adaptado, devendo

os demais elementos de uso comum destes edifícios atender aos requisitos de acessibilidade.

Art. 15. Caberá ao órgão federal responsável pela coordenação da política habitacional regulamentar a reserva de um percentual mínimo do total das habitações, conforme a característica da população local, para o atendimento da demanda de pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

CAPÍTULO VI

Da Acessibilidade nos Veículos de Transporte Coletivo

Art. 16. Os veículos de transporte coletivo deverão cumprir os requisitos de acessibilidade estabelecidos nas normas técnicas específicas.

CAPÍTULO VII

Da Acessibilidade nos Sistemas de Comunicação e Sinalização

Art. 17. O Poder Público promoverá a eliminação de barreiras na comunicação e estabelecerá mecanismos e alternativas técnicas que tornem acessíveis os sistemas de comunicação e sinalização às pessoas portadoras de deficiência sensorial e com dificuldade de comunicação, para garantir-lhes o direito de acesso à informação, à comunicação, ao trabalho, à educação, ao transporte, à cultura, ao esporte e ao lazer.

Art. 18. O Poder Público implementará a formação de profissionais intérpretes de escrita em braille, linguagem de sinais e de guias-intérpretes, para facilitar qualquer tipo de comunicação direta à pessoa portadora de deficiência sensorial e com dificuldade de comunicação. Regulamento

Art. 19. Os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens adotarão plano de medidas técnicas com o objetivo de permitir o uso da linguagem de sinais ou outra subtítuloção, para garantir o direito de acesso à informação às pessoas portadoras de deficiência auditiva, na forma e no prazo previstos em regulamento.

CAPÍTULO VIII

Disposições sobre Ajudas Técnicas

Art. 20. O Poder Público promoverá a supressão de barreiras urbanísticas, arquitetônicas, de transporte e de comunicação, mediante ajudas técnicas.

Art. 21. O Poder Público, por meio dos organismos de apoio à pesquisa e das agências de financiamento, fomentará programas destinados:

I – à promoção de pesquisas científicas voltadas ao tratamento e prevenção de deficiências;

II – ao desenvolvimento tecnológico orientado à produção de ajudas técnicas para as pessoas portadoras de deficiência;

III – à especialização de recursos humanos em acessibilidade.

CAPÍTULO IX

Das Medidas de Fomento à Eliminação de Barreiras

Art. 22. É instituído, no âmbito da Secretaria de Estado de Direitos Humanos do Ministério da Justiça, o Programa Nacional de Acessibilidade, com dotação orçamentária específica, cuja execução será disciplinada em regulamento.

CAPÍTULO X

Disposições Finais

Art. 23. A Administração Pública Federal direta e indireta destinará, anualmente, dotação orçamentária para as adaptações, eliminações e supressões de barreiras arquitetônicas existentes nos edifícios de uso público de sua propriedade e naqueles que estejam sob sua administração ou uso.

Parágrafo único. A implementação das adaptações, eliminações e supressões de barreiras arquitetônicas referidas no **caput** deste artigo deverá ser iniciada a partir do primeiro ano de vigência desta Lei.

Art. 24. O Poder Público promoverá campanhas informativas e educativas dirigidas à população em geral, com a finalidade de conscientizá-la e sensibilizá-la quanto à acessibilidade e à integração social da pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Art. 25. As disposições desta Lei aplicam-se aos edifícios ou imóveis declarados bens de interesse cultural ou de valor histórico-artístico, desde que as modificações necessárias observem as normas específicas reguladoras destes bens.

Art. 26. As organizações representativas de pessoas portadoras de deficiência terão legitimidade para acompanhar o cumprimento dos requisitos de acessibilidade estabelecidos nesta Lei.

Art. 27. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 19 de dezembro de 2000; 179º da Independência e 112º da República. – **FERNANDO HENRIQUE CARDOSO** – José Gregori.

(Às Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática; de Educação, Cultura e Esporte; e de Direitos Humanos e Legislação Participativa, cabendo à última decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 112, DE 2008

Modifica a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que “regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências”, para determinar que o Poder Público priorize a compra de papel reciclado.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 15 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, passa a vigorar acrescido do seguinte § 9º:

Art. 15.
.....

§ 9º A Administração Pública direta e indireta comprará, prioritariamente, materiais de expediente confeccionados em papel reciclado, observadas as seguintes condições:

I – o papel reciclado deverá atender às especificações técnicas mínimas requeridas para o uso a que se destina;

II – o disposto no **caput** deste parágrafo não se aplica a livros, periódicos e similares adquiridos ou produzidos pela Administração Pública;

III – sempre que houver indisponibilidade de oferta pelo mercado de papel reciclado na quantidade requerida pela Administração, o órgão ou entidade licitante procederá à compra de papel comum. (NR)”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

As compras governamentais – que no Brasil movimentam recursos estimados em 10% do PIB – mobilizam setores importantes da economia que se ajustam às demandas previstas nos editais de licitação. Entretanto, embora o Brasil tenha avançado bastante na direção da transparência dos processos, ampliando o controle social e reduzindo o risco de fraudes, o modelo vigente que ainda inspira a maioria dos editais de licitação no País é absolutamente omisso em relação a uma premissa fundamental: ser sustentável ambientalmente.

No momento em que a humanidade experimenta uma crise ambiental sem precedentes, com a destruição progressiva da biodiversidade, o crescimento geométrico do volume de resíduos, o aquecimento global e a escassez de água doce e limpa, as compras governamentais devem influenciar positivamente a ampliação de um mercado de produtos sustentáveis,

promover menor impacto ambiental e, especialmente, dar o exemplo.

Portanto, são necessárias normas que estabeleçam que o Poder Público utilizará papéis reciclados de maneira a promover o desenvolvimento sustentável e diminuir o uso dos recursos naturais. Devemos lembrar que poupam-se quinze a vinte árvores por cada tonelada de papel reciclado. Agindo dessa maneira os órgãos governamentais promoverão a preservação das florestas.

Pelas razões expostas, consideramos de elevada importância a participação dos nobres parlamentares no esforço para a aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, 1º de abril de 2008. – Senador **Paulo Paim**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993

Texto compilado Mensagem de veto

Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da administração pública e dá outras providências.

O Presidente da República Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 15. As compras, sempre que possível, deverão:

I – atender ao princípio da padronização, que imponha compatibilidade de especificações técnicas e de desempenho, observadas, quando for o caso, as condições de manutenção, assistência técnica e garantia oferecidas;

II – ser processadas através de sistema de registro de preços;

III – submeter-se às condições de aquisição e pagamento semelhantes às do setor privado;

IV – ser subdivididas em tantas parcelas quantas necessárias para aproveitar as peculiaridades do mercado, visando economicidade;

V – balizar-se pelos preços praticados no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública.

§ 1º O registro de preços será precedido de ampla pesquisa de mercado.

§ 2º Os preços registrados serão publicados trimestralmente para orientação da Administração, na imprensa oficial.

§ 3º O sistema de registro de preços será regulamentado por decreto, atendidas as peculiaridades regionais, observadas as seguintes condições:

I – seleção feita mediante concorrência;

III – estipulação prévia do sistema de controle e atualização dos preços registrados;

III – validade do registro não superior a um ano.

§ 4º A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições.

§ 5º O sistema de controle originado no quadro geral de preços, quando possível, deverá ser informatizado.

§ 6º Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar preço constante do quadro geral em razão de incompatibilidade desse com o preço vigente no mercado.

§ 7º Nas compras deverão ser observadas, ainda:

I – a especificação completa do bem a ser adquirido sem indicação de marca;

II – a definição das unidades e das quantidades a serem adquiridas em função do consumo e utilização prováveis, cuja estimativa será obtida, sempre que possível, mediante adequadas técnicas quantitativas de estimação;

III – as condições de guarda e armazenamento que não permitam a deterioração do material.

§ 8º O recebimento de material de valor superior ao limite estabelecido no art. 23 desta Lei, para a modalidade de convite, deverá ser confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros.

.....
(*Às Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; e de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última decisão terminativa.*)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 113, DE 2008

Autoriza o Poder Executivo a criar Centros de Integração Federal em todas as comunidades quilombolas do País.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Autoriza o Poder Executivo a criar Centros de Integração Federal em todas as comunidades Quilombolas do País.

Art. 2º Os Centros de Integração Federal Quilombola terão como objetivos fornecer ensino básico, fun-

damental e tecnológico, inclusive serviços de esporte, cultura, lazer, saúde e inclusão digital aos moradores das comunidades, e estarão vinculados a cada área competente do poder executivo federal.

Art. 3º A personalidade jurídica dos Centros de Integração Federal Quilombola terá sua estrutura organizacional e forma de funcionamento definidos nos termos da legislação pertinente e de seus Estatutos.

Parágrafo único. Os patrimônios dos Centros de Integração Federal Quilombola serão constituído pelos bens e direitos que lhe venham a ser doados pela União, Estados, Municípios e por outras entidades públicas e particulares e por bens e direitos que essas entidades venham a adquirir.

Art. 4º A implantação dos Centros de Integração Federal Quilombola ficam sujeitos à existência de dotação específica no orçamento da União e ao disposto na Lei nº 9.962, de 22 de fevereiro de 2000.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Justificação

O conceito de quilombo atravessa o tempo e designa os territórios onde se organizavam negros africanos que, trazidos com a colonização portuguesa, insurgiam contra a situação de escravidão.

Hoje, são territórios de resistência cultural e deles são remanescentes os grupos étnicos raciais que assim se identificam. Com trajetória própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a luta à opressão histórica sofrida, eles se auto-determinam comunidades negras de quilombos, dados os costumes, as tradições e as condições sociais, culturais e econômicas específicas que os distinguem de outros setores da coletividade nacional.

Implementar uma política de promoção da igualdade racial foi o desafio assumido por mim quando apresentei o Estatuto da Igualdade Racial, agora, com este projeto que ora apresento, tenho como objetivo fornecer melhores condições de vida às comunidades remanescentes Quilombolas, demonstrando a preocupação em instituir não apenas uma política de governo efêmera, mas de Estado, sustentável, disciplinada por lei.

Na segunda metade do século passado, em um momento marcado pela descolonização da África e pelo debate sobre a identidade nacional, vários historiadores revelaram as experiências de organização

quilombola sob nova perspectiva. Elas foram observadas não só como recurso útil para a sobrevivência física e cultural daquelas pessoas, mas, acima de tudo, como instrumento de preservação da dignidade de homens e mulheres descendentes dos africanos traficados para o Brasil, que lutaram para reconquistar o direito à liberdade, inerente à sua condição humana, mas também conviver de acordo com a sua cultura tradicional.

Estes novos estudos e pesquisas comprovaram que além dos quilombos remanescentes do período da escravidão, outros foram formados após a abolição formal da escravatura, em 1888, pois, continuaram a ser, para muitos, a única possibilidade de viver em liberdade.

Constituir um quilombo, então, tomou-se um imperativo de sobrevivência, visto que a Lei Áurea os deixou abandonados à própria sorte. Desprovidos de qualquer patrimônio, vivendo na mais absoluta miséria, os negros recusaram-se a conviver no mesmo espaço com aqueles que os considerava inferiores e não os respeitava na sua humanidade. Além disso, enfrentaram resistências e preconceitos de uma sociedade que desprezava sua cultura e sua visão de mundo.

Muitas comunidades permanecem agregadas até os dias de hoje, algumas, inclusive, guardando resquícios arqueológicos. O seu reconhecimento não se materializa mais pelo isolamento geográfico – apesar das grandes dificuldades de acesso para alcançar o núcleo residencial de algumas delas – nem pela homogeneidade física ou biológica dos seus habitantes. É possível afirmar que a ligação com o passado reside na manutenção de práticas de resistência e reprodução do seu modo de vida num determinado local, onde prevalece a coletivização dos bens materiais e imateriais.

As comunidades remanescentes de quilombos são grupos sociais cuja identidade étnica os distingue do restante da sociedade. É importante explicitar que, quando se fala em identidade étnica, trata-se de um processo de auto-identificação bastante dinâmico e não se reduz a elementos materiais ou traços biológicos distintivos, como cor da pele, por exemplo.

A identidade étnica de um grupo é a base para sua organização, sua relação com os demais grupos e sua ação política. A maneira pela qual os grupos sociais definem a própria identidade é resultado de uma confluência de fatores, escolhidos por eles mesmos: de uma ancestralidade comum, formas de

organização política e social, elementos lingüísticos e religiosos.

Em face disso, os Centros de Integração Federal Quilombola pretendem promover a inclusão social dos moradores destas comunidades, mediante os serviços previstos no art. 2º deste projeto de lei, os quais são: atividades esportivas, culturais e de lazer aos membros da comunidade, assistência médica e hospitalar, e por fim, o fornecimento de ensino básico, fundamental e tecnológico, bem como a inclusão digital a toda comunidade quilombola.

O “Quilombo do Amanhã”, nome sugestivo que nos fez pensar o presente projeto e como gosto de chamar estes centros, tem por objetivo principal a realização de políticas sociais de modo articulado e simultâneo, garantindo cidadania e desenvolvimento da capacidade de estruturação das comunidades. Promovendo, dessa forma, a continuidade das comunidades negras rurais e/ou remanescentes de quilombos enquanto parcelas diferenciadas da população brasileira, conservando o acesso à saúde, lazer, cultura e educação sob a qual se assenta a base das práticas culturais quilombolas; atendendo assim as disposições dos preceitos constitucionais (arts. 5º e 6º).

Diante do exposto, peço a colaboração dos nobres pares à aprovação deste projeto que trará grandes benefícios aos moradores das comunidades Quilombolas.

Sala das Sessões, 1º de abril de 2008. – Senador **Paulo Paim**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.962, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2000

Mensagem de Veto

Disciplina o regime de emprego público do pessoal da administração federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Emendas Constitucionais

Emendas Constitucionais de Revisão

.....

ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS
TRANSITÓRIAS

ÍNDICE TEMÁTICO

Vide texto compilado

PREÂMBULO

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte Constituição da República Federativa Do Brasil.

TÍTULO II

Dos Direitos e Garantias Fundamentais

CAPÍTULO I

Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

CAPÍTULO II

Dos Direitos Sociais

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 26 de 2000)

(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; e de Direitos Humanos e Legislação Participativa, cabendo à última decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO FEDERAL

Nº 114, DE 2008

Altera o artigo 944 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, para estabelecer pa-

râmetros e limitar o valor de indenizações por danos morais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 944 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 944. O juiz, ao estabelecer a indenização por danos morais, atenderá aos seguintes critérios:

- I – Extensão e a gravidade do dano;
- II – Gravidade e repercussão da ofensa;
- III – Sofrimento experimentado pelo ofendido;
- IV – Condição econômica do ofensor;
- V – se o valor pleiteado se ajusta a situação posta em julgamento.

§ 1º Fica vedada qualquer indenização superior ao valor de R\$20.000,00 (vinte mil reais).

§ 2º Se houver excessiva desproporção entre a gravidade da culpa e o dano poderá o juiz reduzir, eqüitativamente, a indenização.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

No Brasil, desde 1912, já existiam leis regulamentando a matéria de danos morais, no entanto, dúvidas sobre a sua reparabilidade permaneceram até a elaboração da Constituição Federal de 1988, que em seu artigo 5º, incisos V e X, solidificou o instituto.

Desde então, a busca por indenizações milionárias para reparar danos que nem sempre correspondem ao valor pleiteado, tem aumentado de forma exponencial, desfigurando a natureza desse instituto. Nesse sentido, vale ressaltar o entendimento de Sérgio Pinheiro Marçal, em artigo publicado no Boletim do 3º RTD, de São Paulo: “o que temos visto hoje é uma rápida mudança de um sistema que amparava a quase irresponsabilidade por danos morais para um sistema que perigosamente vem procurando se aproximar dos padrões norte-americanos dos **punitive damages**. Essa mudança se deve não às previsões legais feitas pela Constituição Federal e pelo Código de Defesa do Consumidor, mas sim a alguns julgados que vêm tentando consolidar na jurisprudência a chamada “teoria do valor do desestímulo”.

De acordo com a referida teoria, os valores são fixados em patamares altíssimos para que o ofensor não reincida em sua prática. Ou seja, ao estabelecer uma indenização cuja monta seja desproporcional à ofensa, o juiz estaria punindo o ofensor e não apenas obrigando-o a reparar o dano causado. Vale observar que esta prática não deve continuar prosperando no Brasil, tendo em vista que a Constituição Federal, em seu artigo 5º, inciso X,

não estabeleceu uma punição ao ofensor, mas sim uma obrigatoriedade de indenizar o ofendido. Argumenta-se que, por se tratar de uma questão subjetiva, não há como medir a extensão do dano ou o tamanho do sofrimento do ofendido. No entanto, também não há como um juiz, pelo simples fato de não poder quantificar a extensão do dano, estipular, sem nenhum critério, indenizações absurdas e sem propósito. Como exemplo disso, vale citar a decisão de um Juiz de primeira instância em Santa Catarina que estabeleceu o valor da indenização em 66 mil reais para punir uma empresa que comercializa molas e equipamentos por ter enviado, indevidamente, o nome de um cliente à Serasa.

A presente proposta foi elaborada com a finalidade de impedir que decisões como esta sejam proferidas. O projeto, portanto, veda que a indenização ultrapasse a quantia de R\$20.000,00 (vinte mil reais) e estabelece que o juiz atenda aos seguintes critérios para estabelecer um valor, tais como: extensão e gravidade do dano, gravidade e repercussão da ofensa, sofrimento experimentado pelo ofensor, e se o valor pleiteado se ajusta a situação posta em julgamento. Desta forma, o juiz continuaria estabelecendo o valor das indenizações, respeitando porém, o limite imposto por força de lei, freando a crescente indústria dos danos morais.

Por todo o exposto, pedimos que os nobres Senadoras e Senadores aprovem a presente proposição.

Sala das Sessões, 1º de abril 2008. – Senador **Lobão Filho**.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Sobre a mesa, Propostas de Emenda à Constituição que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

São lidas as seguintes:

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 12, DE 2008**

Altera o art. 52 da Constituição Federal, a fim de outorgar competência ao Senado Federal para estabelecer limites à carga tributária da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º art. 60 da Constitui-

ção Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 52 da Constituição Federal passa a vigorar acrescido § 2º, renomeando-se o atual parágrafo único como § 1º:

Art. 52.

§ 1º

§ 2º No exercício da competência prevista no inciso XV deste artigo, o Senado Federal acompanhará a evolução da carga tributária nacional e elaborará estudos e diagnósticos com medidas para a sua redução, que servirão de diretriz para a elaboração dos orçamentos da União, dos Estados e do Distrito Federal e dos Municípios. (NR)

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

No final de 2003, o Senado Federal recebeu a importante incumbência de zelar pela funcionalidade do Sistema Tributário Nacional e avaliar o desempenho das administrações tributárias da União, dos Estados e do Distrito Federal e dos Municípios.

No entanto, não há como ser considerado funcional um sistema tributário que retira da sociedade mais de 35% do Produto Interno Bruto (PIB). Da mesma forma, com tantos tributos e com alíquotas tão elevadas, também não é possível avaliar o desempenho das administrações tributárias.

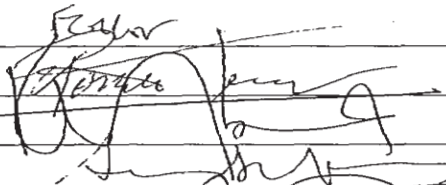
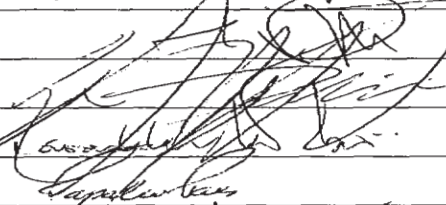
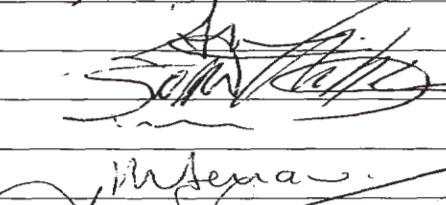
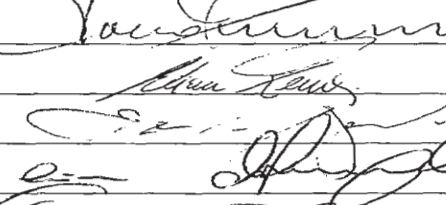
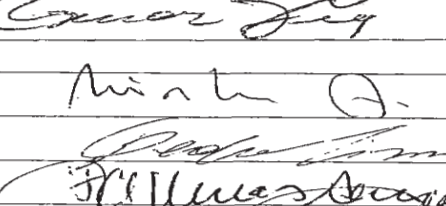
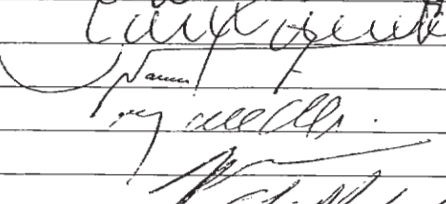
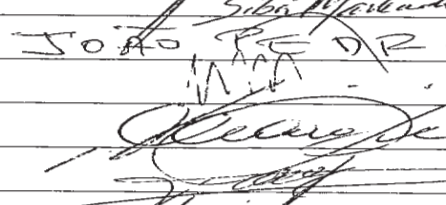
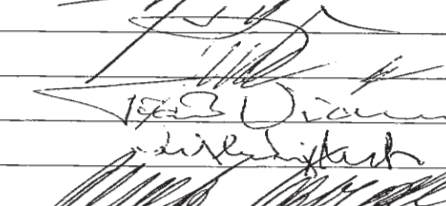

Parece-nos essencial, pois, que o Senado Federal acompanhe a evolução da carga tributária e conceba mecanismos adequados, técnica e juridicamente, a reduzi-la.

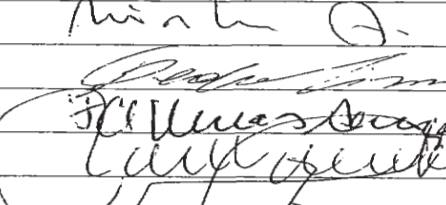
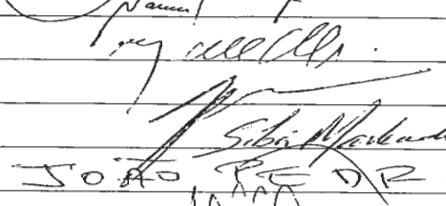
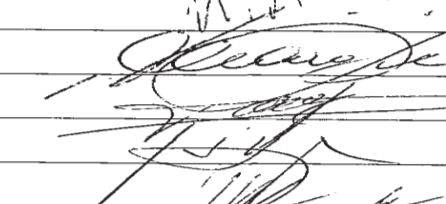
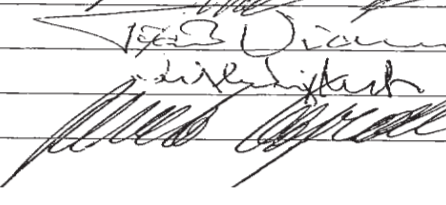

O objetivo da Proposta é deixar expressa essa incumbência, além de explicitar que esses estudos e diagnósticos devem servir como diretriz para a elaboração dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, no espírito cooperativo que marca nosso Federalismo.

Não é aceitável que entremos em nova discussão sobre Reforma Tributária sem que seja discutido profundamente o problema da carga tributária brasileira que, no patamar em que se encontra, dificulta o crescimento de longo prazo da economia brasileira.

São essas as razões que embasam nossa Proposta e para a qual pedimos o apoio dos nossos Pares.

Sala das Sessões, 1º de abril de 2008. – Senador **Adelmir Santana**.

	FERNANDO COLLOR
	ROSELY TUMA
	KATIA ABREU
	SERGIO GUERRA
	DANIEL B
	JANINEI
	ELISA RIBEIRO
	GERALDO MESQUITA JR
	JOÃO RIBEIRO
	HERACLITO FORTES
	MARISA SERREIRO
	TASSO FREEMATI
	ELISEU RESENDE
	EDUARDO AZEVEDO
	CICERO LUCENA
	OSMAR DIAS

	LISTOUARI
	PEDRO SIMON
	MÁRIO SOUTO
	JACQUES VASCONCELOS
	NETO DE CONTO
	YANN COUPEL
	WELINGTON SALGADO
	SILVIA MOURA
	EXPEDITO JUNIOR
	ALVARO DIAS
	JOSE AGRIPINO
	TIÃO VIANNA
	ARLINDO VILHANOVA
	RENATO USAMUNA

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 13, DE 2008

Altera o inciso IV do §1º, inciso III do § 2º, revoga a alínea a do inciso X do § 2º, altera a alínea e do inciso XII do § 2º, todos do artigo 155 da Constituição Federal, bem como revoga o artigo 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, alterando, assim, o Sistema Tributário Nacional.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do artigo 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

“Art. 1º O inciso IV do §1º do artigo 155 da Constituição, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 155.
§ 1º
IV – Será progressivo e terá suas alíquotas, máximas fixadas pelo Senado Federal”.

Art. 2º O inciso III do § 2º do artigo 155 da Constituição, passa a ter a seguinte redação:

Art. 155.
§ 2º
“III – Será seletivo, em função da essencialidade das mercadorias e dos serviços.”

Art. 3º Fica revogada a alínea a do inciso X do § 2º do artigo 155 da Constituição.

Art. 4º A alínea e do inciso XII do § 2º do artigo 155 da Constituição passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 155.
§ 2º
XII –
“e) excluir da incidência do imposto, nas exportações para o exterior, serviços e outros produtos.”

Art 5º Fica revogado o artigo 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Art. 6º Esta Emenda entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A Constituição, em seu artigo 145, § 1º prevê que, sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte. Além disto, em seu artigo 155, § 2º, III, prevê que o ICMS “poderá ser seletivo, em função da essencialidade das mercadorias e dos

serviços.” De modo a implementar de forma efetiva estes dispositivos, a presente Proposta de Emenda à Constituição confere progressividade ao ITCMD, e torna obrigatória a seletividade do ICMS, de modo a beneficiar o consumidor de produtos e serviços essenciais especialmente a cesta básica -, e, por outro lado, tributar adequadamente os produtos supérfluos.

Outro item da PEC é a revogação da isenção de ICMS incidente sobre produtos exportados, sem, porém, retirar a competência dos estados que queiram estabelecer isenções pontuais. Esta isenção constitucionalizada produz uma perda de receita de cerca de R\$12 bilhões anuais aos estados, recursos estes que estão fazendo muita falta para a complementação dos recursos para os hospitais estaduais e municipais. Por outro lado, as principais empresas beneficiadas com esta isenção teriam plena capacidade de voltar a pagar este tributo, uma vez que têm sido beneficiadas com a explosão dos preços das commodities nos últimos anos. A título de exemplo, a Vale do Rio Doce, principal exportadora de minérios do Brasil, apresentou lucro recorde de R\$ 20 bilhões em 2007, e teria, portanto, plena capacidade de arcar com o ICMS.

Atualmente, a isenção tributária sobre os produtos exportados é vista por muitos como um “consenso”, e que nenhum país pode “exportar impostos”. Porém, a realidade é bem diferente. Dia 27 de dezembro de 2007 o governo chinês aumentou o imposto de exportação de diversos metais, de modo a desestimular as indústrias de uso intensivo de energias como carvão, cobre e alumínio. Enquanto isso, o Brasil está aprofundando um modelo primário-exportador, que depreca o meio ambiente e consome grande quantidade de energia.

Outro exemplo da falsidade deste “consenso” é a decisão recente da Argentina de debater a criação de uma tarifa sobre exportações de produtos agrícolas, devido ao alto preço das commodities no mercado internacional. Outros países também vem indicando que poderiam instituir esta tributação, que teria o objetivo de impedir a alta dos preços no mercado interno e evitar o desabastecimento.

Em suma: a instituição de tributos sobre as exportações é uma prerrogativa importantíssima dos governos, que desta forma podem, a partir da política tributária, garantir melhores condições econômicas, sociais e ambientais para o País. Enquanto isso, o governo brasileiro – e boa parte dos setores de oposição de direita ao governo – continuam alegando que a isenção tributária das exportações é um dogma inquestionável.

Outro ponto da PEC extingue a Desvinculação das Receitas da União, que é uma grande injustiça, e tem sido mantida em todas as reformas tributárias realizadas no passado recente. Ela permite que o go-

verno possa gastar como quiser 20% das receitas que deveriam ir para despesas legal ou constitucionalmente vinculadas, como a educação, saúde e previdência. Somente em 2006, o governo federal retirou da Seguridade Social (que reúne as áreas de Saúde, Assistência social e Previdência) R\$ 33,8 bilhões de reais através da DRU. É bem verdade que o governo pode

vir a devolver estes recursos à Seguridade, porém, esta devolução fica a critério do governo de plantão, e é sempre menor que a retirada inicial. Portanto, propomos a revogação do Artigo 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Sala das Sessões, 1º de abril 2008. – Senador **José Nery Azevedo**, Líder do PSOL.

- ADELMIR SANTANA (DEM-DF): _____
- ALMEIDA LIMA (PMDB-SE): _____
- ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): _____
- ALVARO DIAS (PSDB-PR): _____
- ANTONIO CARLOS JUNIOR (DEM-BA): _____
- ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): _____
- ARTHUR VIRGILIO (PSDB-AM): _____
- AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): _____
- CÉSAR BORGES (PR-BA): _____
- CICERO LUCENA (PSDB-PB): _____
- CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): _____
- DELCIDIO AMARAL (PT-MS): _____
- DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): _____
- EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): _____
- EDUARDO SUPLYCI (PT-SP): _____
- EFRAIM MORAES (DEM-PB): _____
- ELISEU RESENDE (DEM-MG): _____
- EPITACIO CAFETEIRA (PTB-MA): _____

- EXPEDITO JUNIOR (PR-RO): _____
- FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): _____
- FERNANDO COLLOR (PTB-AL): _____
- FLÁVIO ARNS (PT-PR): _____
- FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): _____
- FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): _____
- GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): _____
- GERALDO MESQUITA JUNIOR (PMDB-AC): _____
- GERSON CAMATA (PMDB-ES): _____
- GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): _____

- GILVAM BORGES (PMDB-AP): _____
- GIM ARGELLO (PTB-DF): _____
- HERÁCLITO FORTES (DEM-PD): _____
- IDELI SALVATI (PT-SC): _____
- INÁCIO ARRUDA (PCDOB-CE): _____
- JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): _____
- JAYME CAMPOS (DEM-MT): _____
- JEFFERSON PERES (PDT-AM): _____

- JOÃO DURVAL (PDT-BA): _____
- JOÃO PEDRO (PT-AM): _____
- JOÃO RIBEIRO (PR-TO): _____
- JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): _____
- JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB-PI): _____
- JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): _____
- JOSÉ MARANHÃO (PMDB-PB): _____
- JOSÉ SARNEY (PMDB-AP): _____
- KÁTIA ABREU (DEM-TO): _____
- LÉOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): _____
- LOBÃO FILHO (SEM PARTIDO-MA): _____
- LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): _____
- MAGNO MALTA (PR-ES): _____
- MÃO SANTA (PMDB-PI): _____
- MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): _____
- MARCO MACIEL (DEM-PE): _____
- MARCONI PERILLO (PSDB-GO): _____
- MÁRIO COUTO (PSDB-PA): _____

MARISA SERRANO (PSDB-MS): _____
 MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): _____
 NEUTO DE COUTO (PMDB-SC): _____
 OSMAR DIAS (PDT-PR): _____
 PAPALÉO PAES (PSDB-AP): _____
 PATRICIA SABOYA (PDT-CE): _____
 PAULO DUQUE (PMDB-RJ): _____
 PAULO PAIM (PT-RS): _____
 PEDRO SIMON (PMDB-RS): _____
 RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): _____
 RENAN CALHEIROS (PMDB-AL): _____
 RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): _____
 ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): _____
 ROMEU TUMA (PTB-SP): _____
 ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): _____
 ROSEANA SARNEY (PMDB-MA): _____
 SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): _____
 SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): _____
 SÉRY S LHESHARENKO (PT-MT): _____
 SIBÁ MACHADO (PT-AC): _____
 TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): _____
 TIÃO VIANA (PT-AC): _____
 VALDIR RAUPP (PMDB-RO): _____
 VALTER PEREIRA (PMDB-MS): _____
 VIRGÍNIO JOSÉ DE CARVALHO (PSC-SE): _____
 WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG): _____

LEGISLAÇÃO CITADA

§ 5º, da Constituição. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 27, de 2000)

TÍTULO X

Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

Art. 76. É desvinculado de órgão, fundo ou despesa, até 31 de dezembro de 2011, 20% (vinte por cento) da arrecadação da União de impostos, contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico, já instituídos ou que vierem a ser criados até a referida data, seus adicionais e respectivos acréscimos legais. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 56, de 2007)

§ 1º O disposto no caput deste artigo não reduzirá a base de cálculo das transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios na forma dos arts. 153, § 5º; 157, I; 158, I e II; e 159, I, **a** e **b**; e II, da Constituição, bem como a base de cálculo das destinações a que se refere o art. 159, I, **c**, da Constituição. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 42, de 19-12-2003)

§ 2º Exceção-se da desvinculação de que trata o **caput** deste artigo a arrecadação da contribuição social do salário-educação a que se refere o art. 212,

Seção IV

Dos Impostos dos Estados e do Distrito Federal

Art. 155. Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)

(...)

§ 1º O imposto previsto no inciso I: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)

IV - terá suas alíquotas máximas fixadas pelo Senado Federal;

(...)

§ 2º O imposto previsto no inciso II atenderá ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)

(...)

III - poderá ser seletivo, em função da essencialidade das mercadorias e dos serviços;

(...)

X - não incidirá:

a) sobre operações que destinem mercadorias para o exterior, nem sobre serviços prestados a destinatários no exterior, assegurada a manutenção e o aproveitamento do montante do imposto cobrado nas operações e prestações anteriores; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 42, de 19-12-2003)

XII - cabe à lei complementar:

(...)

e) excluir da incidência do imposto, nas exportações para o exterior, serviços e outros produtos além dos mencionados no inciso X, **a**

.....
(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – As Propostas de Emenda à Constituição que acabam de ser lidas estão sujeitas às disposições constantes dos art. 354 e seguintes do Regimento Interno.

As matérias vão à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, projeto recebido da Câmara dos Deputados que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 32, DE 2008
(Nº 291/2008, na Casa de origem)

Dispõe sobre a criação do Dia Nacional do Espiritismo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído o dia 18 de abril como o Dia Nacional do Espiritismo.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 291, DE 2007

Dispõe sobre a Criação do Dia Nacional do Espiritismo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído o dia 18 de abril como o Dia Nacional do Espiritismo.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O Brasil é a maior Nação espírita da atualidade. Cresce a cada ano o número de adeptos, influenciados pela doutrina codificada por Allan Kardec. Estabe-

lecida sob o tripé filosofia/ciência/religião, a doutrina kardecista atende de maneira especial à demanda de milhões de brasileiros, que buscam resposta para suas dúvidas e anseios espirituais.

Em obediência ao imperativo máximo da caridade, que norteia a religião espírita, os praticantes brasileiros têm realizado obras extraordinárias no campo da assistência social, sendo unanimemente reconhecidos pelas comunidades.

Também em relação à difusão da doutrina espírita, a presença, entre nós, do incomparável Chico Xavier tornou-se fundamental. Sua extraordinária capacidade mediúnica, acompanhada de absoluto desprendimento, alcançou projeção internacional.

Recaindo sobre o dia 18 de abril, a escolha da data para homenagear o espiritismo baseou-se no lançamento do **Livro dos Espíritos**, em 1857, na França, hoje reconhecida como obra capital da doutrina. Por meio dela, Allan Kardec apresentou os ensinamentos dos espíritos, a partir dos quais se constituiu o espiritismo.

Como um País de índole democrática, o Brasil notabiliza-se em todo o mundo pelo convívio exemplarmente pacífico entre as diversas etnias e religiões. A instituição do Dia Nacional do Espiritismo, pois é a homenagem devida a um dos mais importantes grupos religiosos do País, cuja atuação tem sido indispensável para a construção de uma sociedade mais justa e mais fraterna entre nós.

Contamos com o indispensável apoio dos nobres Pares para a rápida aprovação da matéria.

Sala das Sessões, 5 de março de 2007. – Deputada **Gorete Pereira**.

(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte.)

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – O projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido à Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Sobre a mesa, ofícios do Presidente da Comissão do Meio Ambiente que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

São lidos os seguintes:

Ofício nº 12/2008-CMA

Brasília, 1º de abril de 2008

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscaliz-

zação e Controle, em reunião ordinária realizada no dia 25 de março do corrente ano, aprovou o Requerimento nº 7, de 2008-CMA, de iniciativa do Senador Flexa Ribeiro, que “requer, nos termos regimentais, a extinção da Subcomissão das Agências Reguladoras”, conforme cópia anexa.

Aproveito a oportunidade para renovar meus protestos de apreço e consideração.

Cordialmente, – Senador **Leomar Quitanilha**, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

REQUERIMENTO Nº 7, DE 2008 – CMA

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais, a extinção da subcomissão das agência reguladoras.

Trata-se esta de uma subcomissão da legislatura passada que nunca foi instalada.

Sala da Comissão, 25 de março de 2008. – Presidente: **Leomar Quintanilha** – Autor: **Flexa Ribeiro** – **Expedito Júnior** – **César Rorges** – **Augusto Botelho** – **Cícero Lucena** – **Sibá Machado** – **Fátima Cleide** – **Adelmir Santana**.

Ofício nº 13/2008-CMA

Brasília, 1º de abril de 2008

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em reunião ordinária realizada no dia 25 de março do corrente ano, aprovou o Requerimento nº 8, de 2008-CMA, de iniciativa do Senador Flexa Ribeiro, que “requer, nos termos regimentais, a criação da Subcomissão temporária para acompanhar a crise ambiental na Amazônia”, temporária, composta por cinco membros titulares e cinco suplentes.

Informo, também, que a subcomissão foi instalada nesta data, com eleição do presidente e vice-presidente, conforme composição em anexo.

Aproveito a oportunidade para renovar meus protestos de apreço e consideração.

Cordialmente, – Senador **Leomar Quintanilha**, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

REQUERIMENTO Nº 8, DE 2008–CMA

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos Regimentais, a criação de uma subcomissão no âmbito da Comissão de

Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, para acompanhar a Crise Ambiental na Amazônia.

Sugerimos como membros da subcomissão cinco titulares e cinco suplentes.

Esta subcomissão será extinta ao final desta sessão legislativa.

Justificação

É consenso nacional que a região que abriga a maior floresta tropical do mundo encontra-se em crise por intervenções ou omissões que ameaçam a continuidade dos ecossistemas da Amazônia e a sobrevivência de seus habitantes. Problemas antigos se agravam e novos problemas estão surgindo sem qualquer enfrentamento por parte das autoridades governamentais.

Vários são os fatores desencadeadores da crise, mas é inegável que a parcela de contribuição do Governo é significativa. Corrupção, impunidade, instituições governamentais frágeis, ausência de coordenação entre Inkra e Ibama, não aprovação de planos de manejo, enfim, fatores que precisam ser efetivamente levantados para discussão da sociedade brasileira.

Nesse contexto, propomos a criação de uma Subcomissão para acompanhar a crise ambiental que se abate sobre a Amazônia, esperando contar com o costumeiro apoio das Senhoras e Senhores Senadores.

Sala da Comissão, 25 de março de 2008. – **Leomar Quintanilha** – Presidente – **Flexa Ribeiro** – **Expedito Júnior** – **César Borges** – **Augusto Botelho** – **Cícero Lucena** – **Sibá Machado** – **Adelmir Santana**.

Ofício nº 14/2008–CMA

Brasília, 1º de abril de 2008

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em reunião ordinária realizada no dia 25 de março do corrente ano, aprovou o Requerimento nº 6, de 2008–CMA, de iniciativa do Senador Sibá Machado, que “requer, nos termos do art. 73 do Regimento Interno, a constituição de uma subcomissão temporária para participar e acompanhar as atividades do Fórum das Águas das Américas, a se realizar no Brasil, e do V Fórum Mundial da Água, que acontecerá em Istam-

bul, Turquia, em março de 2009”, composta por cinco membros titulares e cinco suplentes.

Informo, também, que a Subcomissão foi instalada nesta data, com eleição do Presidente e Vice-Presidente, conforme composição em anexo.

Aproveito a oportunidade para renovar meus protestos de apreço e consideração.

Cordialmente, – Senador **Leomar Quintanilha**, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

REQUERIMENTO Nº 6, DE 2008 – CMA

Requeiro, nos termos do art. 73 do Regimento Interno, a constituição de uma subcomissão temporária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA –, para participar e acompanhar as atividades do Fórum das Águas das Américas, a se realizar este ano, no Brasil, e do V Fórum Mundial da Água, que acontecerá em Istambul, Turquia, em março de 2009.

Justificação

O Brasil, com 12% da água doce do mundo, tem grande responsabilidade na defesa da água como direito inalienável e soberano dos povos e como bandeira estratégica para a sobrevivência do planeta. Por isso, proponho a participação do Senado da República Federal, através de uma subcomissão da CMA, no Fórum das Águas das Américas, a realizar-se este ano, na cidade de Foz do Iguaçu, no Estado Paraná, e do V Fórum Mundial da Água, em Istambul, Turquia, em março de 2009.

Com o **slogan** “Superando os Divisores de Água”, o V Fórum Mundial da Água terá como tema geral a adaptação da gestão da água em face das mudanças globais, incluindo as mudanças climáticas. Espera-se que cerca de 15 mil pessoas participem do evento, realizado pelo Conselho Mundial da Água a cada três anos, desde 1997.

Na Câmara dos Deputados, por proposta da Deputada Vanessa Grazziotin, criou-se, no dia 5 deste mês, no âmbito da Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional, foi criada uma subcomissão especial para tratar da participação brasileira no Fórum de Istambul, entre outros assuntos referentes à água.

Do mesmo modo, este Requerimento pretende que a Comissão de Meio Ambiente participe não só dos dois eventos, mas que também promova uma reunião preparatória de sua atuação no Fórum das Águas

das Américas e no V Fórum Mundial das Águas em Istambul.

Por tudo isso, peço o apoio dos colegas da CMA.

Sala das Sessões, 25 de março de 2008. – Presidente: **Leomar Quintanilha – Sibá Machado – Expedito Júnior – César Borges – Augusto Botelho – Cícero Lucena – Flexa Ribeiro – Fátima Cleide – Adelmir Santana.**

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Os ofícios que acabam de ser lidos vão à publicação.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, estou inscrito e, como não há nenhum outro Senador no plenário, posso usar a palavra neste momento, se V. Ex^a permitir.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gerson Camata. PMDB – ES) – O primeiro orador inscrito é o Senador Papaléo Paes. V. Ex^a poderia solicitar a ele permuta, pois ele tem preferência regimental.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Se o Senador Papaléo concordar que eu fale primeiro, tenho uma audiência às 2h15, serei o mais rápido possível.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gerson Camata. PMDB – ES) – V. Ex^a está inscrito como primeiro orador para uma comunicação inadiável. E, de ofício, a Presidência se inscreve como segundo orador. Logo a seguir, falará como orador inscrito o Senador Papaléo Paes.

O Senador Paulo Paim tem a palavra pelo tempo regimental de cinco minutos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Gerson Camata, eu queria, de pronto – agradeço ao Senador Papaléo a cessão da vez –, registrar minha preocupação com a greve dos trabalhadores dos Correios no dia de hoje. Estão parados em torno de 90% dos trabalhadores por causa do anúncio de que o acordo firmado ainda no dia 20 de novembro, do qual participei, não será cumprido. Tenho aqui assinaturas que constam do acordo – e deixo-as registradas nos Anais da Casa: do Ministro Hélio Costa; do presidente da ECT; do presidente da Fetec, que representa os trabalhadores; do Manuel Cantuária; e do presidente da companhia, o Sr. Carlos Henrique Almeida Custódio.

Quero dizer, Sr. Presidente Gerson Camata, que liguei para o Ministro e para o presidente da companhia, e ambos me garantiram que a intenção da companhia e do Governo é cumprir o acordo. Com esse objetivo, marcamos uma audiência hoje, às 16h, no Ministério das Comunicações, para que possamos, então, conversar com o Ministro, com o presidente da ECT e com o comando de greve dos trabalhadores, a fim de que, de uma vez por todas, seja firmado o acordo do entendimento já protocolado em 20 de novembro; eu diria reafirmado o acordo que garantiu os 30% do reajuste. Eu me nego a acreditar – nego-me mesmo, Sr. Presidente – que o acordo possa não ser cumprido. Acordo para nós, do Rio Grande – ainda mais assinado, documentado, fotografado, transmitido pela televisão, divulgado pelos fotógrafos da imprensa –, é como fio de bigode: não precisava nem chamar fotógrafo ou TV; tem de ser cumprido. Por isso, tenho muita confiança no Ministro Hélio Costa. Tenho certeza de que o Ministro Hélio Costa vai intervir para que o acordo seja cumprido, como também o fará o presidente da ECT – sei que essa será também a posição dos trabalhadores.

Sr. Presidente, deixo, mais uma vez, registrado na Casa o cumprimento do acordo e gostaria, rapidamente, mais uma vez, de falar sobre o tema “fator previdenciário”.

Sr. Presidente, o projeto, de minha autoria, que termina com o fator previdenciário, está pronto para ser votado aqui, no plenário, inclusive com requerimento de urgência, assinado pela maioria dos Líderes. Espero que, uma vez votadas as medidas provisórias, isso aconteça.

Sr. Presidente, para aqueles que dizem que temos medo do debate sobre a idade mínima, quero dizer que não temos medo coisa nenhuma e que entendemos, sim, que tem de haver idade mínima para o trabalhador se aposentar sob o princípio daquilo que chamo de aposentadoria universal: igual para todos, da área pública e da área privada.

Vou entregar meu pronunciamento para V. Ex^a, devido ao meu pouco tempo. Mas faço, da tribuna, um resumo.

Qual seria, para mim, a idade mínima? O trabalhador do Regime Geral da Previdência começa a trabalhar com 16 anos – 16 mais 35 é igual a 51. No caso da mulher, dá exatamente 16 mais 30 – que são 46. Daí para frente, trabalho com regra de transição, e somente aqueles trabalhadores que fizessem parte do sistema a partir da aprovação da PEC nº 10, da Idade Mínima, que já entreguei à Casa – Senador Papaléo, V. Ex^a conhece bem essa matéria –, daqui a 30 ou 35

anos, entrariam na regra permanente da aposentadoria universal, válida para todos, tanto para a área pública quanto para a privada – 55 anos a mulher, e 60, o homem.

Nessa regra de transição, que menciono, ainda garanto o princípio da Fórmula 95: cada ano que o cidadão ultrapassar – 30 anos, a mulher; e 35, o homem – diminuiria um na idade, para não ficar naquela velha história de que quem começa a trabalhar mais cedo tem de contribuir muito mais do que aquele que começa a entrar na atividade laboral mais tarde.

Sr. Presidente, discuti a PEC nº 10 com todas as centrais sindicais, com todas as confederações, que sinalizaram positivamente para esse debate.

O importante para aqueles que estão nos assistindo neste momento é entender que, com essa fórmula – sobre a qual já conversei também com o Ministro da Previdência, que já está também estudando a matéria –, acabamos com o fator previdenciário. Ninguém mais terá aquele redutor de 40% nos benefícios. Com isso, a matéria estará apta para ser votada como está na Mesa, a emenda já está na CCJ, ninguém mais se aposentaria com o redutor do fator que, repito, reduz em até 40% os benefícios; e ainda mais, Sr. Presidente: com essa PEC, passaríamos ao princípio da integralidade para todos, para os da área pública e área privada. A aposentadoria seria realizada com as maiores contribuições de 1994 para cá.

Esse é o resumo do pronunciamento.

(Interrupção do som.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Já concluo, agradecendo mais uma vez ao Senador Papaléo Paes, que permitiu que eu ocupasse a tribuna neste momento, já que vou tratar das negociações dessa questão dos Correios.

Estou convicto de que vamos construir um grande entendimento, bom para os trabalhadores, bom para a companhia, bom para o Ministério que mediou a negociação e, naturalmente, bom para o Parlamento.

Encerro, Sr. Presidente, pedindo a V. Ex^a que considere na íntegra o meu pronunciamento, em que explico, detalhadamente, a importância de aprovarmos já, destrancando a pauta – o Senador Papaléo, assim como o Senador Gerson Camata assinaram o documento; creio que todos o assinaram –, para acabar com o fator. Daí, é só aprovar a PEC que garante a idade mínima que, no meu entendimento, vai construir a justiça: o trabalhador do regime geral, que é o mais pobre, vai ter o mesmo direito que os outros trabalhadores do Executivo, do Legislativo e do Judiciário.

Obrigado.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero retomar hoje um tema a que volto reiteradas vezes em meus pronunciamentos nesta Casa.

Refiro-me, Sr. Presidente, ao famigerado fator previdenciário, que tantos prejuízos já causou aos trabalhadores brasileiros no que diz respeito às suas legítimas expectativas de aposentadoria.

Esse fator previdenciário, sabemos todos, foi instituído pela Lei nº 9.876, de 1999, como parte de uma nova regra de cálculo dos benefícios pagos pela Previdência Social. Seu efeito, no entanto, tem sido um só: reduzir os benefícios.

Na prática, Sr. Presidente, é isso o que acontece. O trabalhador se vê na obrigação de aumentar seu tempo de serviço e, portanto, o tempo de contribuição, na esperança de ver aumentar o benefício a que terá direito depois de sua aposentadoria.

Mas essa esperança, Sr^{as} e Srs. Senadores, não se realiza.

Entre as variáveis levadas em conta para calcular o fator, está a expectativa de vida. À medida que essa expectativa aumenta, cresce também a necessidade do trabalhador aumentar o tempo de serviço.

O trabalhador acaba correndo atrás de uma meta que está sempre se movendo para frente. E no final, termina com benefícios 30%, 35% menores do que o salário que recebia na ativa.

Ora, Sr. Presidente, é flagrantemente injusto que o trabalhador tenha o benefício da aposentadoria atrelado dessa forma a um aspecto imponderável, como as alterações da expectativa de vida. Felizmente, a tendência é que os brasileiros vivam cada vez mais tempo.

Infelizmente, isso, que em si mesmo é uma excelente notícia, acaba sendo, para os trabalhadores, um fator de insegurança e de apreensão.

Não há como o trabalhador saber qual será a sua aposentadoria, porque simplesmente não pode prever qual será, no momento em que se aposentar, a expectativa de vida dos brasileiros.

E assim, um dos índices que mais eloqüentemente traduzem os ganhos de qualidade de vida no Brasil nos últimos anos acaba se tornando, para os trabalhadores, um incômodo ônus.

Desde meu tempo na Câmara dos Deputados, venho erguendo a bandeira da abolição desse fator previdenciário.

Aqui no Senado, apresentei o PLS nº 296, de 2003, que altera a Lei nº 9.876, de 1999, para mudar a regra de cálculo das aposentadorias, acabando com esse fator. O projeto ainda tramita nesta Casa.

Ele aguarda relatório do Senador Romero Jucá na CAE – Comissão de Assuntos Econômicos. Encaminhei à Mesa do Senado requerimentos assinados pelos Líderes pedindo que sejam votados com urgência no Plenário os projetos acima mencionados. Está incluído na ordem do dia.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, após conversar com várias entidades e outros segmentos da sociedade decidi enfrentar o debate da idade mínima. Não tenho medo.

Apresentei uma Proposta de Emenda à Constituição que, como objetivo primário, estabelece idade mínima para a concessão de aposentadoria no regime geral de previdência social (RGPS).

Ressalto que a idade de 55 e 60 anos seria para aqueles que entrassem no sistema depois da aprovação da PEC Nº 10/08.

Minha proposta fixa, como regra geral para aposentadoria por tempo de contribuição no RGPS, a exigência de o segurado contar com 60 anos de idade e 35 de contribuição, se homem, e 55 anos de idade e 30 de contribuição, se mulher. Como contrapartida a essa fixação, teríamos a extinção do fator previdenciário.

Vejam as Sr^{as} e os Srs. Senadores que essa fixação da idade mínima apenas corrobora uma tendência que se verifica desde 1999, justamente com a introdução do fator previdenciário, que é o aumento da média etária do trabalhador quando da aposentadoria por tempo de contribuição.

Segundo dados do IPEA, antes do fator, a média era de 54,3 anos para homens, passando para 56,9 em 2004. No caso das mulheres, a média passou de 49,7 em 1999 para 52,2 em 2004.

Minha proposta fixa uma regra de transição para todos aqueles que já estão no sistema, ou seja, que já tiveram sua carteira de trabalho assinada. Essa regra de transição começa com 46 anos para a mulher e 51 para os homens.

Somente daqui a 35 anos é que teremos uma idade fixa de 55 anos para a mulher e 60 para o homem, a mesma que existe hoje para os servidores públicos.

A vantagem é que, assim, igualamos o RGPS à situação existente no regime próprio de previdência dos servidores públicos, no que se refere à idade mínima e ao tempo de contribuição, dando mais um passo na direção de aproximar as regras de concessão de benefícios nos dois regimes, continuando o que foi feito

pela Emenda Constitucional nº 41, de 2003, complementada pela Emenda Constitucional nº 47, de 2005, originária da chamada “PEC paralela” da reforma da previdência.

É natural que, sempre que falamos em mudanças de regras de aposentadoria, os trabalhadores fiquem apreensivos.

Quero dizer, Sr. Presidente, que minha proposta se preocupou em estabelecer regras de transição para que não sejam cometidas injustiças e para que os direitos legítimos dos que já estão no sistema sejam respeitados. São, na verdade, três regras que se complementam.

A primeira regra de transição refere-se à implantação propriamente dita do limite de idade.

Minha idéia é fixar, inicialmente, os limites de 51 anos de idade para os homens e de 46 para as mulheres – que correspondem à soma da idade de 16 anos, definida constitucionalmente como o mínimo para entrada no mercado de trabalho, com o tempo mínimo de contribuição para cada sexo – e prever que esse limite será elevado em um ano a cada três, até chegar ao patamar de 60 e 55 anos, respectivamente.

Assim, se a proposta fosse aprovada este ano, em 2008 a idade mínima para os homens seria de 51 anos. Em 2011 – em três anos, portanto –, a idade passaria para 52 – e assim sucessivamente, até 2035, quando finalmente atingiria o limite de 60 anos.

Ou seja, os efeitos da fixação da idade mínima seriam diluídos ao longo de 27 anos, garantindo uma transição suave e sem maiores traumas.

Uma segunda regra, inspirando-se no que foi aplicado aos servidores públicos pelas Emendas Constitucionais nºs 41, de 2003, e 47, de 2005, beneficia os trabalhadores que já tenham se inscrito no RGPS na data da publicação da Emenda Constitucional que se originar desta Proposta e tenham começado a trabalhar mais cedo.

A idéia é permitir que a idade prevista a cada ano, na forma da regra de transição anterior, seja reduzida de um ano de idade para cada ano de contribuição que exceder 35 anos para os homens e 30 para as mulheres.

Essa regra faz justiça com aqueles que já estão no sistema, estão perto de se aposentar e começaram a trabalhar cedo.

Finalmente, uma terceira regra tenta compensar a situação daqueles que já se aposentaram com influência do fator previdenciário sobre os seus benefícios.

Minha proposta assegura àqueles que, na data da publicação da Emenda que se originar da PEC

que apresentei, estiverem em gozo de aposentadoria no RGPS e também estiverem em atividade sujeita a esse regime ou a ele retornarem em qualquer tempo, acréscimo no valor de seu benefício equivalente a um trinta e cinco avos, se homem, e um trinta avos, se mulher, por ano de contribuição adicional.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, como disse na justificção que acompanha minha Proposta de Emenda à Constituição, o regime geral de previdência social tem se mostrado sustentável no curto prazo, sobretudo diante da perspectiva positiva da economia brasileira no momento, sem a necessidade de alterações urgentes e atabalhoadas.

Mas não podemos deixar de reconhecer a necessidade de promover mudanças paulatinas no regime para garantir a sua sustentabilidade no longo prazo.

Entre essas mudanças, há consenso entre os especialistas de que a mais importante é o estabelecimento de idade mínima para a concessão de aposentadoria voluntária, mecanismo que existe em praticamente todos os regimes de previdência do mundo.

Estou certo de que minha proposta permitirá resolver, de forma permanente, a situação do RGPS, sem jogar todo o peso dessa alteração nas legítimas expectativas daqueles que já estão contribuindo e, muitas vezes, estão extremamente próximos à aposentadoria.

Além disso, ela possibilitará a extinção do injusto fator previdenciário, atendendo uma das principais reivindicações dos trabalhadores brasileiros no campo da previdência social.

Não temos a pretensão de sermos os donos da verdade. Somos somente porta voz das demandas do movimento sindical e social. A proposta está colocada.

Por tudo isso, e contando com a sabedoria e a sensibilidade que esta Casa sempre soube demonstrar em assuntos tão relevantes como este que tratamos, espero contar com o apoio de nosso eminente Presidente e de todos os Senadores e todas as Senadoras para uma rápida tramitação da PEC nº 10, de 2008. Devemos isso aos trabalhadores brasileiros.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.
Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR PAULO PAIM EM SEU PRO-
NUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do inciso I, § 2º, art. 210 do Regimento Interno.)

CORREIOS

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

TERMO DE COMPROMISSO

PARTES:

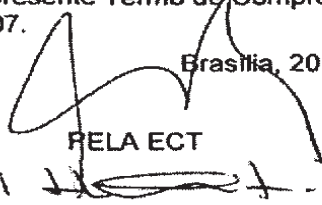
Empresa: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT, entidade pública federal da Administração Indireta, instituída pelo Decreto-lei nº 509, de 20 de março de 1969, CNPJ 34.028.316/0001-03

Representante dos Empregados: FEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE CORREIOS E TELÉGRAFOS E SIMILARES - FENTECT, CNPJ 03.659.034/0001-80

INTERVENIENTE: MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

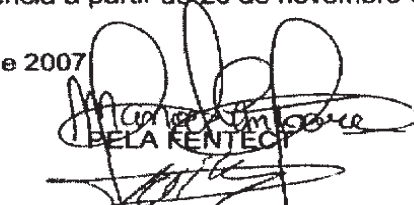
- 1 A ECT se compromete a conceder, aos empregados ocupantes do cargo de carteiro, exclusivamente no exercício dessa profissão, que circulem em via pública para entrega de correspondência ou encomenda, **Abono Emergencial**, não incorporável ao salário;
- 2 O Abono referido acima será pago em 3 (três) parcelas mensais, junto com os salários de dezembro de 2007, janeiro e fevereiro de 2008, e corresponderá, cada uma delas, a 30% (trinta por cento) do respectivo salário base;
- 3 A partir de março de 2008 a ECT se compromete a pagar em definitivo aos empregados ocupantes do cargo de carteiro, exclusivamente no exercício dessa profissão, que circulem em via pública para entrega de correspondência ou encomenda, a título de adicional de risco, o valor percentual referido no item 2.
- 4 Fica constituído Grupo de Trabalho destinado a elaborar proposta de revisão do plano de cargos, carreiras e salários, a ser integrado por representantes de cada um dos seguintes órgãos:
 - a. Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT
 - b. Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Correios e Telégrafos e Similares - FENTECT
 - c. Ministério das Comunicações
- 5 As partes se comprometem a indicar, no prazo máximo de 3 (três) dias contados da data de assinatura deste Termo, os representantes para constituírem o Grupo de Trabalho a que se refere o item anterior;
- 6 A ECT se compromete a encaminhar para a aprovação pelos órgãos competentes o novo plano de cargos, carreiras e salários, no prazo máximo de 90 (noventa) dias;
- 7 O presente Termo de Compromisso tem vigência a partir de 20 de novembro de 2007.

Brasília, 20 de novembro de 2007


 RE LA ECT

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Helio Costa


 PELA FENTECT

SENADOR PAULO PAIM

Pres. da ECT - Carlos Henrique Almeida Costa
 Pres. da FENTECT - Manoel Canivara

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – O requerimento de V. Ex^a será atendido nos termos do Regimento interno.

Como primeiro orador inscrito na tarde de hoje, concedo a palavra ao Senador Papaléo Paes.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Expedito Júnior.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a V. Ex^a minha inscrição pela Liderança do PR.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – V. Ex^a está inscrito. No entanto, aguardo a determinação do Líder...

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Há algum líder inscrito antes de mim?

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Não, Senador.

Senador Papaléo Paes, V. Ex^a dispõe de 10 minutos, regimentalmente.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Antes de iniciar o meu pronunciamento, quero registrar a belíssima audiência pública que a Subcomissão Permanente da Saúde realizou, iniciada às 10h30 e encerrada exatamente às 13h55. Ali, contamos com a presença de seis Senadores – somos cinco membros –, discutindo sobre a dengue, malária e febre amarela. Então, realmente, quero dizer da nossa satisfação em realizar essa audiência pública de alto nível, com discussões relevantes, em que deixamos prevalecer, praticamente e exclusivamente, a parte técnica dessas questões.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Brasil, dentro da comunidade internacional, desde o governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, é observado como um País que adotou medidas visando ao equilíbrio de sua economia. Em razão disto, o chamado risco-Brasil passou a ter patamares menores, isto é, o País passou a ser visto com maior credibilidade. Essa é uma realidade que o mais simples cidadão pode constatar.

Mas a verdade não é tão transparente quanto parece, pois uma coisa é chegar a um equilíbrio econômico; outra, é manter esse equilíbrio. E, para manter o equilíbrio econômico, faz-se necessário que ações de governo sejam tomadas com antecedência para evitar prováveis desajustes em uma economia que ainda não se consolidou como estável.

A taxa de crescimento de 5,4% em 2007 não respalda que o País não seja pego de surpresa quanto a um processo inflacionário que vem se avistando no horizonte. Isso porque medidas concretas, nos mais diversos campos, precisam ser tomadas.

No setor energético, por exemplo, Sr. Presidente, bem se sabe que o Brasil está no limite. Se a natureza não for tão generosa com o País, teremos falta de energia.

No setor de transportes, a cada dia que passa, as novas vias e rodovias precisam ser reformadas e, além do mais, novas estradas precisam ser implementadas face à demanda.

No campo agrícola, pelo que se pode verificar, o Governo Federal nada ou quase nada tem feito. E o investimento nesse setor é inexpressivo. Exemplo mais recente pode ser dado com o preço do feijão, item essencial da cesta básica do brasileiro. De igual forma, o trigo, que, pela sua falta, vem onerando o preço do pãozinho, que é um alimento básico da população.

No setor saúde, o Brasil se transformou, ao longo do Governo atual, em um verdadeiro hospital. E, hoje, as epidemias tão temidas pelos governantes voltaram a ser realidade no País, o que é simplesmente lamentável.

Não poderia deixar ainda de evidenciar que, no campo educacional, o Governo vem negligenciando esse setor, como se a educação não fosse importante para mudar a realidade de um País que tem extensão continental. Os investimentos nessa área são indispensáveis para alavancar o potencial que tem o Brasil.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, dito isso, volto à questão principal que me trouxe a esta tribuna, que é a possibilidade da volta do tão temível mal, conhecido por todos nós, que é a inflação.

Quando falamos em inflação, não estamos falando simplesmente por falar, mas, sim, com a preocupação que deve ser pauta de análise desta Casa. Não devemos permitir que, por falta de medidas consistentes por parte do Governo Federal, o Brasil volte a apresentar preocupantes índices inflacionários que coloquem em risco o desenvolvimento tão esperado por todos nós.

O PSDB tem propostas consistentes que precisam ser ouvidas, e não desconsideradas, como vem acontecendo, por ser um partido que não faz parte do Bloco de Apoio ao Governo. Aliás, o Governo do PT não ouve sequer os partidos do Bloco de Apoio, mas tão-somente se serve desses para garantir uma governabilidade que, a nosso ver, é temerosa. O Governo do Presidente Lula tem tido sorte, uma vez que

as condições no campo econômico internacional vêm favorecendo-o, e muito, embora pouco tenham sido aproveitadas pelo Brasil.

O tão propagado PAC em nada modificará a realidade do Brasil, uma vez que o Governo precisa, no mínimo, justificar para que veio. E, no primeiro mandato do Presidente Lula, ele nada fez, apenas deu continuidade às boas ações do Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

As reformas tão esperadas – que esperávamos do Governo atual – pela sociedade ficaram apenas no discurso, e o Brasil vem crescendo e se desenvolvendo, a bem da verdade, graças à vontade patriótica daqueles que fazem a economia deste País. Chego até a pensar, Sr. Presidente, que o Brasil poderia existir sem a presença do Governo, mas tão-somente com as ações do conjunto da sociedade organizada a dirigir este País. Dito isso, quero dizer que o Governo não pode atrapalhar, como vem atrapalhando, para que o Brasil se desenvolva como uma sociedade democrática e voltada para o século XXI, que demonstra ser tão próspera.

Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, no dia 28 de março passado, artigo publicado no **Correio Braziliense**, de autoria do jornalista Vicente Nunes, do Caderno de Economia daquele conceituado jornal, que, a bem da verdade, referenciou a ganância irresponsável que o Governo Lula irá promover em breve. Nesse particular, faço questão apenas de trazer ao conhecimento de V. Ex^{as} o que diz o jornalista:

...Nem todo mundo no governo está, contudo, feliz com a ganância. No Banco Central é grande a preocupação com o impacto que as despesas do governo terão sobre o consumo, que está pressionando a inflação.

Esse jornalista foi muito feliz em seu artigo, e destaquei parte dele para enriquecer meu pronunciamento.

Sr^{as} e Srs. Senadores, não podemos deixar que os assuntos relevantes a serem discutidos nesta Casa fiquem abafados pelas crises, pelas denúncias, pelas CPIs, pelas medidas provisórias que obstaculizam as funções precípuas deste Poder. Nem o Governo pode deixar de tomar as medidas necessárias visando ao crescimento e ao desenvolvimento do Brasil, longe desse mal conhecido como inflação, que ora sinaliza.

O povo não pode mais sofrer, Sr. Presidente.

Concedo um aparte, com muita honra, à Senadora Rosalba Ciarlini.

A Sr^a Rosalba Ciarlini (DEM – RN) – Senador Papaléo Paes, V. Ex^a registra, de forma muito clara, a

falta de prioridade na aplicação de recursos do Governo, que são recursos do povo. Há poucos instantes, estávamos, sob a Presidência de V. Ex^a, na Subcomissão de Saúde, em uma audiência da mais alta importância, tratando da questão da dengue, da febre amarela e da malária. Tratamos, prioritariamente, da dengue, que esta assolando o País e, infelizmente, vitimando uma parte da nossa população. Nessa audiência, foi levantado por mim um assunto não somente do interesse de V. Ex^a, mas de toda a Comissão e de grande parte dos Senadores, que diz respeito à Emenda nº 29. Enquanto se está discutindo sobre gastos que, podemos dizer, são supérfluos, precisamos é da regulamentação da Emenda nº 29, que diz respeito à definição dos recursos para a saúde, de como utilizar esses recursos. Portanto, é importante dizer por onde caminhamos. Recentemente, em nosso Estado, Senador, tivemos a oportunidade, com a presença do nosso digno Presidente do Congresso, Senador Garibaldi Alves Filho, de entidades médicas e da Comissão de Saúde do nosso Estado, na Assembléia Legislativa, de receber cobranças de todos eles com relação à Emenda nº 29. Observem a importância de nosso papel como legisladores, para que possamos fazer chegar à população recursos importantes para salvar vidas! A Emenda nº 29 é aguardada há muito tempo, há muitos anos, mas, infelizmente, estamos protelando esclarecimentos maiores, como V. Ex^a bem afirmou hoje na audiência, em função de o Governo ainda estar estudando a regulamentação. Meu Deus do Céu! É saúde, é vida. São recursos prioritários. O que falta ao Governo é prioridade. E saúde tem que ser a prioridade número um.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Agradeço a V. Ex^a, Senadora Rosalba Ciarlini, principalmente sua participação hoje na audiência pública. V. Ex^a foi muito feliz quando, além de debater os assuntos ali relacionados, lembrou a questão da Emenda nº 29. Já deveríamos ter realizado uma audiência pública a respeito de subsídios ao Senado para fazer parte da regulamentação da Emenda nº 29. O próprio Governo mandou representantes dizendo que eles mesmos não haviam se entendido para tal regulamentação, para tais pareceres. Mas conseguimos reaprovar um requerimento, e teremos brevemente...

(Interrupção do som.)

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – ...essa audiência pública, que é de interesse nacional.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

A Sr^a Rosalba Ciarlini (DEM – RN) – Senador Papaléo Paes, apenas para complementar: enquanto vimos a mobilização feita para agilizar a aprovação da

TV pública – e são recursos do povo que serão aplicados –, a Emenda nº 29 é protelada, engavetada, e é mais urgente.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Senadora Rosalba Ciarlini, mais uma vez, V. Ex^a foi muito feliz na lembrança, para observarmos o “descritério” de prioridade dos assessores do Presidente da República, o que faz com que aconteçam situações lastimáveis como essa.

Muito obrigado, Senadora.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – A Presidência agradece a V. Ex^a pelo estrito cumprimento do tempo que lhe foi concedido, nos termos do Regimento Interno.

Pela ordem, Senador Augusto Botelho.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Gostaria de me inscrever para uma comunicação inadiável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – V. Ex^a está inscrito como terceiro colocado para uma comunicação inadiável.

Como Líder, o Senador Expedito Júnior tem a palavra pelo tempo de cinco minutos.

Passo a Presidência ao Senador Papaléo Paes.

O Sr. Gerson Camata, 2º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Papaléo Paes, suplente de Secretário.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO. Pela Liderança do PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^a Senadora Rosalba Ciarlini, gostaria, antes de adentrar o pronunciamento e aproveitando a presença da Senadora Rosalba Ciarlini, de cumprimentar e agradecer S. Ex^a pela relatoria de um projeto de lei de nossa autoria, aprovado hoje na Comissão de Educação. Tive a sorte de ter a Senadora Rosalba Ciarlini como Relatora da matéria na Comissão de Educação.

O projeto pretende alterar a Lei nº 9.249, de 1995, que tramitava nesta Casa e que trata do Imposto de Renda das pessoas jurídicas, a fim de permitir a dedução de gastos realizados com ensino profissionalizante de nível técnico em escolas públicas. A Senadora melhorou o projeto. Portanto, faço o agradecimento, porque acredito que a única maneira de melhorarmos o País é investindo, cada vez mais, em educação.

O projeto concede incentivos fiscais às empresas que patrocinarem o ensino técnico em escolas públicas. Dessa forma, propiciará aos Estados e, com certeza,

também aos municípios e ao próprio Distrito Federal, bem como à rede pública de ensino, a realização de convênios e parcerias com empresas para financiar a educação profissionalizante.

Sr. Presidente, nobre Senador Papaléo Paes, antes de tudo, gostaria de registrar a presença do Defensor Público do Estado de Rondônia, Dr. João Luís Sismeiro, que representa também os advogados de nosso Estado.

Sr. Presidente, mais uma vez, a Câmara está debatendo e votando os novos parâmetros para uma reforma que represente mais justiça tributária para o País.

Um dos pontos mais sensíveis, não tenho dúvidas, refere-se ao problema da cobrança do ICMS sobre petróleo e energia elétrica, cujos recursos são fundamentais para os Estados.

Atualmente, o ICMS sobre os dois setores é cobrado no destino, ou seja, pelos Estados consumidores, e a reforma enviada ao Congresso pelo Presidente Lula manteve esse formato. Ocorre que o Relator da reforma tributária na Câmara dos Deputados apresentou emenda que altera a cobrança do ICMS sobre petróleo e energia elétrica, passando do destino para a origem, ou seja, para os Estados produtores.

Entendo que sobre esse tema deve prevalecer a posição que vier a ser adotada pelo Senado Federal, que é a instituição democrática que representa os Estados da Federação. Sei também que já tramita no Senado a PEC nº 20, de 2007, de autoria do Senador Paulo Duque, que está sendo relatada pelo Senador Flexa Ribeiro.

Essa PEC, Sr. Presidente, altera o art. 155 da Constituição Federal, para permitir que os Estados de origem cobrem ICMS nas operações que destinem a outros Estados petróleo, inclusive lubrificantes, combustíveis líquidos e gasosos deles derivados, e também energia elétrica. E a matéria já recebeu parecer favorável do Relator, Senador Flexa Ribeiro, e, portanto, em condições de ser votada pela CCJ.

Infelizmente, por se tratar de uma emenda constitucional, no primeiro momento, apenas os membros daquela Comissão podem participar da apreciação e da votação da matéria. Por não ser membro da CCJ, resolvi, então, trazer algumas preocupações que entendo serem importantes para expor aqui da tribuna.

Com o meu mais profundo respeito ao autor e ao Relator, Senador Flexa Ribeiro, gostaria de externar a minha posição contrária a essa emenda constitucional.

A questão da cobrança do ICMS, se na origem ou no destino, é um assunto polêmico que precisa de um

debate profundo nesta Casa, e, cedo ou tarde, essa discussão terá que acontecer, para encontrarmos – se é que vamos achá-la – uma solução.

O meu Estado de Rondônia, por exemplo, arrecada sobre os combustíveis derivados de petróleo cerca de R\$38 milhões mensais, o que equivale a aproximadamente um terço de todo o ICMS arrecadado.

Portanto, para se ter uma idéia, apenas para o meu Estado de Rondônia, a alteração que está sendo promovida na Reforma Tributária pela Câmara dos Deputados, ou a aprovação da PEC do Senador Paulo Duque, representaria uma perda de arrecadação de ICMS da ordem de 50%. Ou seja, cerca de R\$18 milhões deixariam de atender a demandas por saúde, educação, segurança, estradas, geração de empregos, enfim, a tudo que viesse para contribuir e para colaborar com a melhoria da qualidade de vida do povo do meu Estado.

Mas esse não é um problema que afetará apenas o meu Estado de Rondônia. Haverá também perdas significativas para o Distrito Federal, Santa Catarina, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Pernambuco, Paraíba, Piauí, Maranhão, Amapá, Roraima, Acre e Tocantins.

Portanto, Sr. Presidente, quero alertar para o fato de que uma alteração tributária dessa magnitude precisa ser precedida de um debate aprofundado aqui no Senado Federal, chamando-se, inclusive, os Governadores para essa discussão.

No meu entendimento, para que essa mudança ocorra, é preciso estabelecer formas de compensação para Estados pobres, que, como o meu Estado de Rondônia, não pode, de uma hora para outra, perder 50% da arrecadação de ICMS.

Não custa lembrar, Sr. Presidente, que esses Estados que passariam a ser beneficiados pela cobrança de ICMS sobre a energia elétrica e sobre os derivados de petróleo na origem são os mesmos Estados que já recebem **royalties** pela exploração e extração de petróleo e também pela geração de energia elétrica. Mas esses **royalties** não são partilhados com os demais Estados da Federação. Ou seja, o formato atual da arrecadação tributária já permite um certo equilíbrio para os Estados da nossa Federação.

A mudança promovida na Câmara dos Deputados sobre a Reforma Tributária, ou o texto da PEC nº 20/2007, apenas retira a arrecadação dos Estados pobres para passar esses recursos para os Estados mais ricos da Federação. Daí por que insisto: o debate a respeito da cobrança do ICMS sobre petróleo e energia elétrica precisa acontecer nesta Casa, de forma aprofundada, levando-se em consideração,

sobretudo, os aspectos do equilíbrio e do desenvolvimento regional.

Sr. Presidente, só para finalizar, aproveito que V. Ex^a está na Mesa – sei que já estou tornando-me até chato – para abordar um assunto do meu Estado: a transposição dos servidores.

Hoje apresentarei à Mesa do Senado, principalmente a V. Ex^a, um requerimento, em que deverá constar as assinaturas dos Líderes Arthur Virgílio, José Agripino, João Ribeiro, do Líder do PTB e, acredito, de mais alguns Líderes desta Casa, a fim de que se abra a possibilidade de V. Ex^a negociar com o Presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia – sei que venho fazendo esse pedido em todas as nossas reuniões aqui no Senado e no Congresso Nacional –, no sentido de votar a transposição dos servidores do Estado de Rondônia.

A palavra “transposição” lá no meu Estado está soando como enganação. Faz muito tempo que esse projeto tramita no Congresso Nacional, aliás, já foi votado aqui no Senado e precisa tão-somente ser votado na Câmara dos Deputados. Já passou pela Comissão Especial e está na Mesa, esperando somente que o Presidente Arlindo Chinaglia o coloque em votação.

Podem até perguntar: “por que o Senador Expedito Júnior tanto pede ao Presidente do Senado que seja votado um projeto na Câmara dos Deputados?” É porque o nosso Senador Garibaldi Alves Filho, democraticamente, buscou entendimento com o Presidente da Câmara para que os nossos projetos paralisados na Câmara fossem priorizados, logicamente que em comum acordo com as Lideranças dos demais Partidos que compõem a Casa; e, da mesma forma, para que fosse dada a devida prioridade aos projetos da Câmara dos Deputados que se encontram paralisados aqui no Senado.

Então, Sr. Presidente, faço esse apelo mais uma vez. Entregarei a V. Ex^a, na tarde de hoje, o requerimento assinado praticamente por todos os Líderes, dando-lhe a devida autorização, para que V. Ex^a consiga um entendimento com o Presidente da Câmara, Deputado Arlindo Chinaglia, a fim de que possa ser votada, então, a transposição dos servidores do Estado de Rondônia.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR EXPEDITO JÚNIOR EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do inciso I, § 2º, art. 210 do Regimento Interno.)

REQUERIMENTO Nº , DE 2008

Nos termos regimentais, requeremos ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal, Senador Garibaldi Alves Filho que, dentro do entendimento firmado entre a Câmara dos Deputados e o Senado Federal, para apreciação de projetos aprovados em uma das Casas e pendentes de votação na outra Casa Legislativa, seja levado ao Presidente da Câmara dos Deputados, Excelentíssimo Senhor Deputado Arlindo Chinaglia, o apelo de Lideranças do Senado Federal para que, em caráter excepcional, seja incluído na Ordem do Dia da Câmara dos Deputados, a Proposta de Emenda Constitucional nº 483, de 2005, que trata da transposição de servidores públicos do extinto Território Federal de Rondônia para quadro em extinção da Administração Federal.

A excepcionalidade do presente requerimento, que se aprovado ultrapassa em apenas uma unidade o número de projetos acordados entre as duas Casas, está legitimada pelo caráter de justiça e de equidade que está a merecer o Estado de Rondônia, uma vez que a correção que a PEC nº 483/2005 promoverá no texto Constitucional concederá tratamento idêntico ao que já foi dispensado aos

demais ex-Territórios Federais do Amapá e de Roraima.

Sala das Sessões, 1º de abril de 2008.

Sala das Sessões, 1º de abril de 2008.

Durante o discurso do Sr. Expedito Júnior, o Sr. Papaléo Paes, suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Garibaldi Alves Filho, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Expedito Júnior, V. Ex^a sabe que, a despeito do empenho que venho tendo para a votação desse projeto, ele vai ser votado na Câmara. Então, é

preciso que eu, V. Ex^a e a Bancada de Rondônia posamos nos articular para fazer um apelo ao Deputado Arlindo Chinaglia, que é o Presidente da Câmara, para que se vote esse projeto.

Creio que, da parte do Senado, segundo me assegura a Dr^a Cláudia, não está faltando nada, nenhuma informação, nenhum documento, para que ele seja votado na Câmara. Essa é a informação que quero dar a V. Ex^a. Como estamos constantemente dialogando com o Presidente, vou levar esse apelo de V. Ex^a, que é meu também e da Bancada de Rondônia, no sentido de que se possa votar o projeto na Câmara.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Eu sei, Sr. Presidente, que não é permitido o debate com a Mesa, mas gostaria de pedir a atenção de V. Ex^a: Dentro do entendimento, foram oferecidas possibilidades à Câmara dos Deputados para que fossem votados quantos projetos paralisados no Senado? Qual foi o acordo, qual foi o entendimento que V. Ex^a teve com o Presidente Arlindo Chinaglia?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Expedito Júnior, já levei a minha relação dentro desse pacto...

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Qual foi o número de projetos, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Oito projetos.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Dentro de um entendimento, poderíamos levar mais um.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Há aquela história de que sempre cabe mais um, mas a verdade é que precisamos falar com o Presidente, de qualquer maneira. V. Ex^a tem razão. Vou ligar para o Presidente para que, ainda hoje ou amanhã, possamos estar com S. Ex^a, para tratar desse assunto.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Sr. Presidente, agradeço a atenção de V. Ex^a. Sei da sua dedicação principalmente para esse assunto, que, praticamente todos os dias, tenho levantado aqui na tribuna do Senado. Agradeço a atenção que V. Ex^a tem destinado ao meu Estado, Rondônia.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a e concedo a palavra à Senadora Rosalba Ciarlini, por cessão do Senador Adelmir Santana. Em seguida, falará o Senador Neuto de Conto. Mas vejo aqui que o Senador Gerson Camata tem prioridade porque estamos estabelecendo o rodízio. S. Ex^a falará na qualidade de inscrito para uma comunicação inadiável.

Com a palavra a Senadora Rosalba Ciarlini, do DEM.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, antes de iniciar meu pronunciamento, gostaria de fazer uma colocação para o nobre Senador Expedito Júnior, que, em seu pronunciamento, tratou do assunto do ICMS do petróleo. Como sou de um Estado produtor de petróleo e principalmente de uma região que é a maior produtora de petróleo em terra, Mossoró e sua vizinhança, considero que a proposta, Senador, de que o ICMS seja cobrado na origem é mais do que justa.

O petróleo retirado dia a dia dos nossos Estados e das nossas regiões é um bem não-renovável. Se temos hoje esse ouro negro, até quando vamos tê-lo?

Mais do que isso, Senador: fala-se muito em **royalties**, como se o **royalty** fosse tudo. Mas eu fui Prefeita, por três vezes, de uma cidade que recebia **royalty** e sei que se trata apenas uma compensação por tantos transtornos que a atividade petrolífera traz ao município. Vou lhe dar um exemplo. Quando foi descoberto petróleo na nossa cidade, de repente, passou no imaginário popular que se tratava do eldorado. E a cidade passa a receber milhares e milhares de pessoas de outros Municípios e de outros Estados que pensam que, chegando ali, conseguirão o emprego e a oportunidade tão desejada, quando sabemos que essa atividade precisa de mão-de-obra específica. Aí surgem as favelas e aí vem a questão social; vem o problema do meio ambiente, que tem de ser resolvido com **royalty**. Às questões de segurança, inclusive segurança do trabalho e tantas e tantas outras, nós administradores temos também de dar respostas. Então, o **royalty** é justo.

Hoje, graças a Deus, temos também uma lei que protege os proprietários. No passado, os proprietários das terras aonde a Petrobras chegava para retirar o petróleo tinham suas cercas derrubadas. A energia passava para o poço, mas não chegava ao proprietário. Tantos transtornos aconteciam, mas o proprietário não tinha direito a nada.

Hoje existe uma lei – quero fazer justiça ao potiguar Deputado Federal Betinho Rosado, autor dessa lei – que fixa um percentual do **royalty** também para o proprietário da terra. E isso é muito importante, porque promove distribuição de renda e mais recursos circulantes nos Estados onde há a atividade petrolífera.

Então nós sabemos que o ICMS na origem é mais do que justo!

O que não é justo é que do petróleo tirado do meu pequeno Estado do Nordeste, com potencial muito grande, mas que ainda vive, infelizmente, com muita pobreza, o ICMS vá para a refinaria de São Paulo. Isso não é justo.

O Sr. Gerson Camata (PMDB – ES) – V. Ex^a me permite um aparte?

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – Concedo um aparte ao nobre Senador Gerson Camata.

O Sr. Gerson Camata (PMDB – ES) – Ilustre Senadora Rosalba Ciarlini, V. Ex^a fala com o conhecimento de quem dirigiu a cidade onde se pesquisa e se extrai petróleo. E V. Ex^a colocou o ponto fundamental. Entre os financistas, os economistas, ele é o “ouro negro”; mas, para os sociólogos, ele é o “mijo do capeta” – aonde ele vai, a miséria vai atrás. Desculpe a expressão, mas é chamado assim. Onde o petróleo aparece, surgem quase sempre a pobreza e a miséria acompanhando. Agora, por exemplo, no Espírito Santo, o Governador Paulo Hartung fez uma lei destinando 30% dos **royalties** que o estado recebe para os municípios, de acordo com o nível de pobreza de cada município, sendo que aqueles municípios que ficam fronteiros ao mar ou em terra de que se tira recebem direto da Petrobras. V. Ex^a falou com conhecimento de causa, e é preciso que se diga isso ao Brasil. O outro problema que V. Ex^a colocou é de que ele não é um bem permanente. Onde o petróleo aparece, um dia ele vai desaparecer. Se esses recursos não forem bem aplicados, ele vai embora, a exploração termina e as consequências trágicas sociais que ele deixa permanecem com muita gravidade. Cumprimento V. Ex^a. Esse debate tem que ser aprofundado, no Brasil, nessa hora da reforma tributária, porque normalmente tem aquela idéia: “o ouro negro”, “o ouro negro”, mas tem aquela outra expressão, que eu não vou repetir aqui.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – Ele passará a ser o ouro se nós pudermos ter o ICMS na origem.

O Sr. Gerson Camata (PMDB – ES) – Aí, sim.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – E aqui vai mais uma colocação, Senador: nós temos que também ter cuidado, porque já se fala, se propala, dos **royalties** serem distribuídos para todos os Estados. Isso não é possível! É a mesma coisa de pedir ao Estado de São Paulo, que deve ter a maior arrecadação de ICMS, por ser o Estado mais industrializado, que divida com os outros Estados. Acho que cada Estado tem que fazer valer a riqueza, o seu potencial. Então, se temos esta riqueza no nosso subsolo, se temos a oportunidade de, através da exploração petrolífera, receber dividendos para fazer frente às necessidades desenvolvimentistas do nosso Estado e da nossa Região, então temos é que unir cada vez mais forças para que possamos receber mais, porque o que é retirado é muito, promove o nosso País e traz autonomia ao Brasil.

Pois não, Senador Expedito, concedo-lhe um aparte.

O Sr. Expedito Júnior (Bloco/PR – RO) – Senadora Rosalba, acho que nós estamos exatamente fazendo o que eu acabei de falar na tribuna: trazer este debate para esta Casa, trazer à discussão. Se a senhora percebeu o meu pronunciamento, eu não discordo do ponto de vista que V. Ex^a está trazendo agora. Veja bem, no Estado de Rondônia vamos gerar energia para o País, para o Brasil. Vamos gerar energia com o Complexo Hidrelétrico do Rio Madeira, e nós vamos ficar com o quê lá? Vamos ficar também com os **royalties**, é o que nós vamos ficar. Acho que temos que discutir.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – Mas, se o ICMS for na origem, seu Estado também vai ser beneficiado, e muito.

O Sr. Expedito Júnior (Bloco/PR – RO) – Não, mas vamos perder esse ICMS na rede de transmissão, vamos perder ICMS.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – Então, nós queremos o ICMS na origem para o petróleo e para a energia.

O Sr. Expedito Júnior (Bloco/PR – RO) – Temos que buscar alguma coisa para compensar. Por isso que a minha sugestão é exatamente no sentido de que essa discussão, que estamos iniciando agora, fosse trazida para cá a fim de que pudéssemos enriquecê-la, inclusive trazendo os governadores, que são, logicamente, parte interessada também e que podem contribuir com suas opiniões. Então, não quero, não vou polemizar. Acho que não vamos antecipar essa discussão. Não sei nem se era esse o pronunciamento que V. Ex^a ia fazer nesta tarde.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – Não, de forma nenhuma, mas considero este um assunto tão importante para o meu Estado que EU não poderia deixar de aqui colocar a minha posição, a posição que tenho certeza de que não é somente minha.

O Sr. Expedito Júnior (Bloco/PR – RO) – Tenho certeza de que o Presidente da Casa, por ser do seu Estado, vai lhe dar mais alguns minutos, para que V. Ex^a possa, além de fazer o que está fazendo, ainda contribuir com o pronunciamento que V. Ex^a ainda fará nesta tarde.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – Tenho a certeza de que o nosso Presidente, que é norte-rio-grandense e conhece essa realidade melhor do que ninguém, porque governou duas vezes o nosso Estado, sabe que precisamos desse ICMS na origem, sabe que ele é importante para desenvolver o nosso Estado, é importante para que possamos realmente dizer que o petróleo está deixando algo no nosso Estado para promover desenvolvimento, porque só o **royalty** não é suficiente. Muito pelo contrário, cria-se essa imagem de que... a não ser casos excepcionais,

como talvez o de cidades que possam ter campos, possam ter uma maior reserva, mas não no caso do nosso Estado, onde o que chega ainda é insuficiente para uma demanda tão importante para desenvolver o Rio Grande do Norte.

Então, eu gostaria de dizer que não vou polemizar com você, meu caro colega. Eu o admiro, sei da sua luta pelo seu Estado, mas quando se fala do Rio Grande do Norte, de questões da minha terra, aí fala mais alto o coração, e eu não posso de forma alguma me acomodar.

Mas, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho a esta tribuna hoje para relatar o espetáculo a que pude assistir nesse fim de semana no meu Estado. Como sou nordestina, e o maior sofrimento do nordestino é a falta de chuva, neste ano, São José está nos abençoando. Talvez ele tenha exagerado um pouco? Não; ainda não.

Nós estamos, graças a Deus, com todo o Estado chovido. Eu caminhei da capital à região serrana, ao agreste, à região oeste, fui até a região litorânea, e é outra visão. Aquele mato seco não existe mais; está tudo verde, florindo. Os mananciais de água, os reservatórios todos cheios, o Açude Gargalheiras, um símbolo que há quatro anos não sangrava, está sangrando um espetáculo, o que leva toda a população daquela região do Siridó a fazer dali também o seu lazer. A Barragem Armando Ribeiro Gonçalves está sangrando, Sr. Presidente. O Vale do Açu está uma beleza só, rio Açu de lado a lado. É verdade que aí há alguns transtornos. Como em algumas cidades, em algumas regiões, São José exagerou um pouquinho, São Pedro e São José, nós temos aqui e acolá uma ponte caída, inclusive na BR que leva à minha cidade, a BR-304.

Nós já temos que fazer um retorno, passando dentro da cidade de Lajes. Mas posso até dizer que essa calamidade da água é bem-vinda, porque hoje, segundo o Dnocs, nos reservatórios que estão sangrando ou para sangrar, como a Barragem Santa Cruz que já está com 98% da sua capacidade, nós já temos água suficiente para enfrentar quatro anos de seca. Claro, quatro anos para que o homem do campo não morra de sede, nas regiões onde tem o reservatório. Mas isso é uma situação, este ano, que não é a constância no Nordeste.

Quero aqui, Sr. Presidente, falar desta alegria do nordestino, do rio-grandense-do-norte, do potiguar: o espetáculo das águas. Apesar destes transtornos, algumas cidades já decretando calamidade por muita água, escolas na zona rural, onde o transporte escolar não está podendo chegar, na hora em que a chuva pára, que as águas baixam, isso pode ser consertado. O que não podemos consertar, e que é um sofrimento muito grande, é quando não se tem a chuva, é o ano

de seca; nesse sim, toda a comunidade rural precisa da assistência da água, da alimentação que falta. Com um ano de chuva, se Deus quiser, nós vamos ter muita fartura, apesar desses transtornos que esperamos reparar com a sensibilidade do Governo, do Ministro Geddel – vamos visitá-lo e agilizar recursos para que isso possa ser rapidamente consertado – e teremos um ano de tranquilidade e de fartura.

O nosso inverno deverá ir até maio e só na região litorânea chega até agosto, mas as chuvas em abril já nos garantem uma boa safra.

Então, queria aqui colocar isso e dizer mais: não vamos pensar, porque estamos em um ano bom, de muita água, que vamos esquecer a luta da transposição do rio São Francisco, porque a transposição do rio São Francisco é a garantia no ano em que nós não tivermos inverno, que é o mais comum no Nordeste brasileiro.

Então, a luta da transposição continua, mesmo em um ano de bom inverno, porque não pode acontecer que, por termos agora a água, a defesa da transposição seja arrefecida. De forma nenhuma. Precisamos dela para dar garantia e mostrar que, em ano de bom inverno, não haverá necessidade de utilizar as águas do São Francisco, até porque não pensamos em um inverno somente para termos uma agricultura sazonal. Nós precisamos ter a condição de uma agricultura irrigada em todas as épocas, independente de termos ou não inverno.

Então, ficam aqui essas minhas palavras. Eu gostaria de deixar aqui para o Senado esta alegria, como nordestina, de ver o espetáculo das águas, de ver o sertão virando mar, mas, mais do que nunca, a preocupação com medidas imediatas: consertar a ponte que caiu lá em Trairi ou a estrada que foi interrompida; urgência para corrigir algumas regiões para que seus alunos não fiquem sem ir à aula. Também não podemos esquecer que, apesar de termos neste ano, esse inverno tão bom, a luta da transposição continua em defesa do nosso Nordeste, em defesa das oportunidades e da gente mais sofrida.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a, Senadora Rosalba Ciarlini.

Concedo a palavra, para uma comunicação inadiável, ao Senador Gerson Camata.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito

minha inscrição pela Liderança do PDT, para falar logo após o pronunciamento do Senador Gerson Camata.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, enquanto o Senador Gerson Camata se dirige à tribuna, gostaria de registrar aqui a presença de dois Prefeitos do Estado de Rondônia: a do Prefeito de Machadinho do Oeste, Flávio Carvalho, e a do Prefeito de Presidente Médici, Charles Modro. Não poderia deixar de registrar aqui também a presença do Dr. Thomaz Correia, ex-funcionário da Câmara dos Deputados que, hoje, mora em Rondônia. Já foi Prefeito e Deputado Estadual e é um grande pecuarista do nosso Estado.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, este não é um daqueles pedidos de pela ordem que vira discurso, não. Apenas quero pedir minha inscrição para falar em comunicação inadiável, se possível. Sei que já há três inscritos, mas fico como suplente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Gerson Camata.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, todo o Brasil, nós todos acompanhamos com muita preocupação, com muito pesar, às vezes com muita revolta, o que está acontecendo no Rio de Janeiro. A epidemia de dengue, que, talvez, possa ser não extinta, mas controlada, já está atingindo a casa dos setenta mortos só este ano. São setenta mortos, Sr. Presidente! A gente vê mães desesperadas, tentando arrambar postos de saúde, pais chorando e, principalmente, crianças morrendo, à míngua de assistência médica, na cidade mais bonita do Brasil, no portal turístico do Brasil, na ex-capital do Brasil, na capital onde, há 200 anos, desembarcou o Príncipe Regente, depois D. João VI, Rei do Brasil, Algarves e Portugal, quando, naquela época, nem dengue havia. Duzentos anos depois, no século XXI, estamos assistindo a essa tragédia.

O que me apavora e me preocupa é a desídia, o desleixo, o pouco interesse das autoridades. Não estou

dizendo do Prefeito, do Governador, do Ministério da Saúde ou do Presidente da República, mas de todas as autoridades.

Dizem que foram montados dois hospitais de campanha do Exército e que atenderam 500 pessoas, mas, numa hora como essa, é preciso convocar médicos do Brasil todo, médicos do Espírito Santo, de São Paulo. É preciso chamar todos os médicos e enfermeiros aposentados do Rio de Janeiro e pagar-lhes um salário extra. É preciso ocupar igrejas, escolas, prédios desabitados, hotéis. Fecha-se o hotel e o transforma em hospital, salvando gente! Que parem as estradas e que todos os operários que estão nas estradas vão para a rua, para combater o mosquito da dengue! Que pare tudo quanto é ação, que se fechem as repartições públicas e se botem todos os funcionários públicos na rua, para combater o mosquito! Isso é o que tem de ser feito, e ninguém está fazendo nada. Montaram um hospitalzinho lá e tal, e foram atendidas 500 pessoas.

Não há preocupação com vidas de crianças – são setenta, este ano, que estão se perdendo no Rio de Janeiro!

Nós, aqui do Senado, devemos chamar o Prefeito do Rio, o Governador do Rio, o Ministro da Saúde e o Presidente da República e puxar a orelha dessa gente. Talvez, eles não assistam à televisão, não vão às ruas.

Fui Governador, bem como V. Ex^a, Sr. Presidente, e me lembro de alguns episódios. Certa noite, eu me dirigi a um Município do Espírito Santo que havia sido vitimado por uma enchente. Dali a pouco, os bombeiros chegaram e disseram que não tinham botes infláveis suficientes para atender à população. Perguntei: “Onde há esses botes?”. Disseram: “Nas lojas!”. Eu disse: “Arrombem todas as lojas e tirem todos os botes, coloquem um policial, façam um balanço do que foi retirado, e, na segunda-feira, o Governo paga”. Era um sábado à noite. Vamos fazer o quê? Deixar as pessoas morrerem afogadas por que não havia botes?

O Governo tem de agir de maneira impulsiva, se isso for necessário para salvar a população.

Outra vez, em um Município em Minas, Aimorés, que faz divisa com o Espírito Santo, houve uma enchente do rio Doce. Não havia transporte, e a

população estava à míngua. Eu estava passando com o Prefeito, que estava desesperado em razão dos saques que já começavam, e vi um grande armazém da Cobal. Eu disse: “Mas, Prefeito, está cheio de comida!”. Chamei a Polícia do Espírito Santo e mandei que arrombassem o armazém e distribuíssem a comida, que a entregassem ao Prefeito. Depois, um Ministro da Agricultura me telefonou irritado por que eu havia mandado arrombar o armazém. Disse-lhe: “Faça um

levantamento do que foi tirado, que o Governo do Espírito Santo pagar”. Em momentos assim, precisamos socorrer a população.

Não podemos ficar aqui tranqüilos, conversando, discutindo qualquer outro assunto enquanto não metermos na cabeça das autoridades do Rio que elas são responsáveis, em nível federal, estadual e municipal, por cada morte dessa e que devem invadir as igrejas, esvaziar hotéis, chamar médicos e enfermeiros aposentados e voluntários, fechar todas as repartições públicas, todas as obras rodoviárias, colocar todo mundo nas ruas, para combater o mosquito, para, enfim, mostrar ação em favor da população.

Por isso, Sr. Presidente, é que eu queria pedir à Senadora Rosalba Ciarlini – infelizmente, S. Ex^a não pode me apartear agora, pois estou em uma comunicação inadiável – que, na Comissão de Saúde, em que S. Ex^a que tem sido líder, convocasse esse pessoal, puxasse a orelha dessa gente, fizesse essas autoridades verem que elas são responsáveis por cada morte, que vão pagar por isso e que os governos terão de indenizar as famílias pelos filhos que estão perdendo, pelos pais que estão morrendo, pela desídia, pelo desprezo, pelo descaso, pela omissão de Prefeito, de Governador, de Presidente da República, de Ministro da Saúde.

Como diz aquele jornalista, isso é uma vergonha! Ou melhor, não é uma vergonha, não: é o suprasumo da vergonha nacional o que está acontecendo na cidade mais bonita do Brasil, o portal do turismo no Brasil. Já podemos ver pelo mundo, a propósito, os governos pedindo a seus governados que não viajem para o Brasil. A epidemia se dá no Rio, mas eles pedem que evitem vir ao Brasil. Com isso, o turismo está caindo no Rio Grande do Norte, no Ceará, na Bahia, em todo o Nordeste, porque os europeus e os norte-americanos estão sendo aconselhados – e acho que com razão – a não irem ao Rio de Janeiro. Eles ainda confundem um pouco o Rio com o Brasil.

Imagem que, quando Dom João VI chegou aqui, há duzentos anos, não havia dengue! Agora, criamos a dengue e não tomamos providência alguma.

Sr. Presidente, está na hora de parar até o Senado e de nós, Senadores, irmos para lá combater os mosquitos – os que forem médicos que atendam aos doentes! –, para que essa tragédia não se perpetue.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Neuto de Conto. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Jefferson Péres, como Líder do PDT.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, antes de abordar o assunto que me traz à tribuna, meus cumprimentos a V. Ex^a por sua entrevista nas páginas amarelas da revista *Veja* desta semana. V. Ex^a reitera ali todas as preocupações manifestadas em seu discurso de posse na Presidência. Nota-se o seu desencanto, sua quase-amargura com a subalternidade do Congresso, com as práticas políticas lamentáveis, inclusive as de seu partido. V. Ex^a demonstrou sinceridade e coragem na manifestação feita àquela prestigiosa revista nacional.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o assunto que me traz à tribuna é exatamente o que mais incomoda hoje Senadores que se preocupam com esta Casa e com a instituição Congresso Nacional: medidas provisórias.

Há alguns dias, todos vimos pela imprensa o Presidente da República dizer que todos os Senadores e Deputados sabem que, sem medida provisória, o Congresso seria ingovernável. Que ele que me exclua dessa lista: não acho que o Brasil ficaria ingovernável sem medida provisória. O que existe na Constituição, isso sim, é algo a ser utilizado em caráter excepcional: o Presidente da República, na hipótese de calamidade pública, grave perturbação da ordem ou na iminência de uma crise econômica, pode lançar mão de uma medida de exceção. Mas legislar por meio de medida provisória e dizer que, sem isso, o País ficaria ingovernável, Sr. Presidente? Por quê?

Sr. Presidente, fiz uma busca em outros países das Américas, todos presidencialistas, a começar pelos Estados Unidos. Lá o que existe é a Ordem Executiva, que não tem nada a ver com a medida provisória: o Presidente baixa o que na verdade são decretos, mas decretos que podem abranger, sobretudo, a administração pública, nada que se pareça com leis emitidas pelo Executivo.

No Chile, talvez o país mais organizado de toda a América Latina, o que existe é a figura da Lei Delegada. O Presidente da República pode pedir ao Congresso autorização para, em prazo não-excedente a um ano, legislar, Sr. Presidente, assim mesmo sobre matérias muito restritas e sujeitas ao controle do Congresso chileno.

Na Argentina, apenas em circunstâncias excepcionais, Sr. Presidente, eu diria até excepcionalíssimas, o Presidente pode baixar algo parecido com o decreto-lei – a medida provisória é como um decreto-lei.

Mas vamos ao Brasil mesmo, Sr. Presidente. O Brasil nunca teve medida provisória em períodos democráticos, nunca, nem na República Velha nem na

República que tivemos na vigência da Constituição de 46.

Sr. Presidente Garibaldi Alves, Juscelino Kubitschek governou este País por cinco anos, cinco anos, e transformou-o. Quando Juscelino deixou a Presidência, o Brasil era outro. Ele não tinha decreto-lei nem medida provisória, Senador Garibaldi Alves, nada que se parecesse com isso. Como é que Juscelino pôde fazer aquele governo excepcional sem dispor de medida provisória, sem a qual, segundo o Presidente Lula, o País ficaria ingovernável? Por quê? O que foi que mudou? Juscelino Kubitschek enfrentou oposição? Sr. Presidente Garibaldi, que oposição! Era toda aquela elite udenista da banda de música liderada por aquele parlamentar excepcional, mais brilhante e mais aguerrido parlamentar que este País já conheceu, que se chamava Carlos Lacerda. Juscelino enfrentou oposição ferrenha, duríssima, e governou mandando mensagens de projetos de lei ao Congresso, que legislava em toda a sua plenitude.

Por que Juscelino pôde e os Presidentes de hoje não podem, Sr. Presidente?

A medida provisória deveria ser... Os Constituintes erraram, em primeiro lugar, em instituir essa excrescência na Constituição Federal. Mas se tivessem feito que o fizessem só como na Argentina: em circunstâncias especialíssimas. Erraram em colocar “urgência e relevância”, que deixa margem a um alto grau de subjetividade, Sr. Presidente, e ao abuso que está acontecendo hoje.

Portanto, é uma falácia que o Brasil, que o Presidente não possa governar sem medidas provisórias, principalmente sem poder editá-las uma a cada semana, Sr. Presidente. O atual Governo já editou 320 medidas provisórias.

Portanto, Sr. Presidente, V. Ex^a tem a minha solidariedade. Continue na sua luta para extirpar e para regulamentá-las devidamente, para cessar esse abuso que humilha o Congresso Nacional. V. Ex^a não estará sozinho, não. V. Ex^a diz na sua entrevista que, “infelizmente, hoje, Parlamentares, muitos deles se preocupam apenas – e é verdade – com nomeação, preenchimento de cargo para os seus afilhados, liberação de verbas e outras coisas menores”. Parlamentares não republicanos, despedidos de espírito público, que deixam este Congresso numa situação como nunca... Para usar uma expressão tão grata ao Presidente da República atual, nunca na história desta República, salvo no regime militar, este Congresso foi tão aviltado.

Portanto, mais uma vez, meus parabéns pela sua corajosa entrevista à revista *Veja* desta semana.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço, mais uma vez, essa manifestação

de solidariedade do Senador Jefferson Peres, que tanto tem lutado aqui no sentido de que o nosso Congresso recupere a sua credibilidade. Aproveito também a oportunidade para agradecer os comentários feitos, ontem, pelo Senador Mão Santa. Não estive presente, mas tomei conhecimento de que S. Ex^a também fez comentários elogiosos a uma entrevista concedida por mim à revista *Veja*.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador Mão Santa, pela ordem.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Garibaldi Alves Filho, ninguém escolhe o momento que governa. V. Ex^a entrou, talvez, em um dos momentos mais tormentosos desta Casa.

Todos nós vivemos um momento muito feliz quando V. Ex^a, com muita energia, deixou o Senado se manifestar, e nós enterramos um imposto escorchante que pesava no bolso do povo brasileiro: a CPMF. Nós, preparados, dizíamos que os aloprados não precisavam se preocupar porque melhoraria a arrecadação de impostos, porque aquele dinheiro iria sair das mãos de poucos para ficar na mão das donas-de-casa, dos trabalhadores, enfim, aumentaria o ICMS e o IPI, fatos que já tínhamos observado ao longo da nossa vida de político, quando fomos prefeito e governador de Estado. Mas aqueles que eram o São Tomé, o Governo e o PT, despreparados, ficavam amedrontados com o fato de tirarem dinheiro. Mas, de fato, aumentou. E isso é fruto da experiência, da consciência e do estudo.

Queremos dizer que nós também vivemos um momento de muita tristeza quando este Congresso aprovou a TV Pública do Brasil. E pior, não nos deixaram falar, nós que realmente tínhamos fundamentos e experiências a relatar ao Partido que aí está.

Queremos reavivar que a entrevista de V. Ex^a, por si só, já escreveu uma das mais belas páginas dos Presidentes desta Casa. Quero dizer que Deus me deu a oportunidade, Senador Osmar Dias, de estar ao lado... O Piauí é um Estado tão grandioso, Arthur Virgílio, que até no momento em que se comemorava, de ontem para hoje, o nascimento do período revolucionário, ditatorial, o Piauí saiu-se bem. Para cá veio Petrônio Portella, ícone da redemocratização. Para a Justiça, Evandro Lins e Silva, no STF, libertando presos políticos. Para o jornalismo, Carlos Castello Branco. Ainda hoje nenhum se igualou na sua competência e na sua coragem. Para o Planejamento, João Paulo dos Reis Velloso. Então, mesmo naquele período que os historiadores chamam de ditadura, o Piauí saiu-se bem.

Mas, Senador Arthur Virgílio, Deus me permitiu estar ao lado de Petrônio Portella em 1978, quando ele permitiu aqui, Presidente Garibaldi, que se votasse a reforma do Judiciário e não fosse aprovada uma que tinha vindo dos militares. E os canhões vieram e fecharam o Congresso. Arthur Virgílio, eu estava ao lado do Presidente Petrônio Portella quando os jornalistas o entrevistaram – e vi que a força de um poder é moral – e ele só disse uma frase: “este é o dia mais triste da minha vida”. Essa frase chegou aos generais da ditadura e eles mandaram reabrir o Congresso e, sob o comando de Petrônio Portella, foi possível a anistia e o renascer da democracia.

V. Ex^a, com aquela entrevista, igualou-se, no comando desta Casa, àquele piauiense de que nos orgulhamos. Foi uma das mais belas páginas escritas no Congresso, porque ali está a verdade, o que buscamos.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Mão Santa.

Concedo a palavra, para uma comunicação inadiável, ao Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, parece que foi combinado com os Senadores Jefferson Péres e Mão Santa, mas, de fato, não o foi. Pedi a palavra hoje não apenas devido à entrevista que V. Ex^a concedeu à revista *Veja*, que está publicada na edição desta semana, mas porque quero aqui reacender, Sr. Presidente, os números de uma pesquisa que foi publicada hoje e mostra um avanço na conquista da credibilidade pelo Congresso Nacional.

Esses números são inquestionáveis. É pouco cair de 48% de rejeição para 39%? Pode ser para muitos, mas, quando se trata do Congresso Nacional, é um avanço. São nove pontos percentuais que deixaram de achar que o Congresso é péssimo para achar que o Congresso é de regular a bom.

Sr. Presidente, considero que o trabalho que V. Ex^a vem desenvolvendo na Presidência desta Casa tem-se refletido exatamente na conquista dessa credibilidade. V. Ex^a tem um estilo pessoal, um estilo diferente. Parece que não vai comandar uma Casa onde os conflitos políticos estão tão intensos, mas comanda, e comanda com energia. O estilo faz com que todos os Senadores o respeitem, em especial este Senador que lhe fala.

Há muito tempo, eu disse a V. Ex^a: “Estude o Regimento, porque V. Ex^a vai ser o próximo Presidente”. Aconteceu, V. Ex^a é o Presidente, e a Casa está caminhando no sentido de conquistar credibilidade. No entanto, quero chamar atenção para algumas coisas que podem colaborar com o trabalho de V. Ex^a.

As CPIs estão em pleno funcionamento. Se as CPIs estão funcionando, já é uma demonstração clara de que V. Ex^a cumpre o que falou no discurso de posse sobre transparência. Se as CPIs estão com liberdade para atuar, também é uma forma de cumprir o que V. Ex^a disse. Porém, não é correto – eu entendo assim – que as CPIs tenham sua extensão de funcionamento dentro do plenário desta Casa. Nas últimas semanas, o que tem acontecido é que todas as brigas da CPI deságuam no plenário do Senado. E, aí, nós ficamos aqui culpando somente o Executivo por editar medidas provisórias – e é verdade, porque o excesso de medidas provisórias está fazendo com que o Congresso não vote projetos de lei de importância para o País, tanto com origem na Câmara quanto no Senado; e estamos vendo plágios, eu mesmo já denunciei plágios em relação a projetos meus –, mas, vamos ser justos, não é apenas o fato de o Executivo estar editando um excesso de medidas provisórias que está trancando a pauta; há também outro fator. Esse clima político que se formou, em que a oposição e o Governo estão disputando na Comissão, principalmente na CPI que investiga os cartões corporativos – o que deve ser investigado –, tem também trazido problemas para o funcionamento dos trabalhos aqui no plenário do Senado. E, por maior que seja o esforço que V. Ex^a tenha feito até agora, na verdade, não está conseguindo vencer essa resistência imposta especialmente pelas lideranças.

Gostaria de sugerir ao Presidente da Casa que seguisse o Regimento, como sempre faz, mas há um caso especial para o qual quero chamar a atenção. Eu posso combinar agora com o Mão Santa de citá-lo por duas, três, quatro vezes durante o meu pronunciamento, e ele vai pedir a palavra pelo art. 14 e falar. Aí ele me cita e eu volto a falar pelo art. 14. Isso tem acontecido neste plenário. As pessoas chegam – e isso é feito de uma forma que não parece ser combinada, acredito que não seja – e fazem isso. Mas, pelo amor de Deus, no Regimento está escrito que, numa sessão, só se pode pedir a palavra duas vezes pelo art. 14. E estamos assistindo a sessões que se prolongam até tarde da noite, muitas vezes, em que o art. 14 é utilizado, por um mesmo Senador, por dez ou quinze vezes. Isso tem trazido um transtorno enorme para o funcionamento do Senado Federal.

Então, Sr. Presidente, se é para reconquistarmos a credibilidade que foi se perdendo ao longo dos anos, vamos trabalhar para que no plenário do Senado todos tenham as mesmas condições de usar a palavra.

Também vejo Senadores reclamando diariamente do cerceamento da palavra. E reclamam enquanto falam vinte, trinta, quarenta vezes desta tribuna. Quer

dizer, enquanto falam, reclamam que estão sendo cerceados, que não podem falar.

Eu, Sr. Presidente, estou falando aqui para colaborar com V. Ex^a. O Regimento determina claramente que o art. 14 pode ser utilizado duas vezes em uma sessão, mas vem sendo utilizado vinte vezes.

Quanto a essa questão do cerceamento da palavra, é um direito que o Presidente da Mesa tem de aceitar colocar um requerimento em votação para que o plenário decida se vai votar aquela matéria naquele momento ou não. E isso parece que está sendo considerado uma desobediência ao Regimento.

Então, V. Ex^a tem autoridade hoje para fazer cumprir o Regimento a fim de que tenhamos mais celeridade nos trabalhos da Casa, para que principalmente o Senado possa contribuir para a reconquista da credibilidade, perdida ao longo do tempo.

Eu ando pelo interior do Paraná todos os finais de semana. Este final de semana, por exemplo, estive no Norte Pioneiro, em Santo Antônio da Platina, onde participei de eventos, falei em rádios e conversei com a população. E do que mais está reclamando a população – e são pessoas de todas as classes sociais – é que o Congresso está brigando muito e produzindo pouco. Brigando internamente. O debate é sempre muito bem-vindo, mas quando todos podem dele participar. No entanto, do jeito que está, Sr. Presidente, vejo que os líderes partidários estão ocupando um espaço enorme dentro desta Casa. Eu já fui líder, hoje sou vice-líder. E, se considerarmos o que está acontecendo aqui, o debate está-se limitando, ou se restringindo, à participação dos líderes partidários, que, além de usarem o espaço da liderança, estão usando o art. 14 como se fosse para ser usado a todo momento.

Meu pronunciamento é para contribuir, Sr. Presidente. É uma crítica construtiva que faço, porque V. Ex^a merece não só o meu respeito, mas sobretudo minha nota dez na Presidência desta Casa, que tem conduzido com seriedade, o que tem sido fator fundamental para ajudar-nos a recuperar a credibilidade. Quero ajudar, e, para ajudar, estou criticando, porque, se fosse para bajular, não teria vindo a esta tribuna.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço ao Senador Osmar Dias.

Comunico ao Plenário que foi publicada hoje, como assinalou o Senador Osmar Dias, uma pesquisa no jornal **Folha de S. Paulo**, que diz o seguinte: “Reprovação ao Congresso cai, mas ainda atinge 39%”. Vou me permitir a leitura da matéria, porque acho importante que esta Casa tome conhecimento da pesquisa. Sei que muitos Senadores já tomaram conhecimento do trabalho, mas é importante dizer que, enquanto a

reprovação caiu seis pontos, o índice de regular subiu de 37% para 40%, e a aprovação variou de 13% para 14%. Então, se somamos a queda da reprovação em seis pontos ao aumento de um ponto na aprovação, são sete pontos. E, se somamos o índice regular, o que não acho muito legítimo, temos dez pontos. Assim, o Congresso Nacional teria dez pontos a mais, no que se refere à sua apreciação.

Com a permissão do Líder Senador Arthur Virgílio, que é o próximo orador, vou ler rapidamente a matéria:

A avaliação que o povo brasileiro faz do Congresso Nacional melhorou, segundo o Datafolha. O percentual de pessoas que acham o trabalho de Senadores e Deputados ruim ou péssimo caiu de 45%, na pesquisa de novembro de 2007, para 39%, no levantamento entre os dias 25 e 27 de março. A avaliação regular subiu de 37% para 40%, enquanto ótimo ou bom variou de 13% para 14%.

“É um estímulo para que possamos perseverar na luta pela recuperação da imagem do Congresso”, diz o Senador Garibaldi Alves (PMDB – RN), Presidente da Casa. “Mas temos que reconhecer que a rejeição é ainda muito grande”, completa.

O levantamento anterior do Datafolha, o de novembro de 2007, foi o primeiro feito após a crise envolvendo o ex-Presidente do Senado, o Senador Renan Calheiros (PMDB – AL), mas a taxa de reprovação do Congresso [Senador Arthur Virgílio] atingiu seu recorde em agosto de 2005, no auge do escândalo do mensalão, quando 48% consideravam o trabalho ruim ou péssimo.

No auge do escândalo do mensalão, eram 48% de reprovação, e, hoje, são 39%. Prossigo:

O resultado de agora mostra que a Região Sudeste é a mais crítica ao Congresso Nacional. Para 12% daqueles que moram no Sudeste, o Congresso é ótimo ou bom; para 42%, é ruim ou péssimo. No Nordeste, 17% disseram que o Congresso é ótimo ou bom, e 38% disseram que é ruim ou péssimo.

Entre os que aprovam o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a aprovação ao Congresso também sobe. Para os que consideram Lula ótimo ou bom, 20% avaliam os Parlamentares da mesma forma, contra 35% de ruim ou péssimo. Já entre os que reprovam Lula, a taxa de aprovação do Congresso é de 7%, enquanto 60% dizem ser ruim ou péssimo.

A menor aprovação do Congresso se dá entre os que declaram preferência pelo PSDB (12% de ótimo ou bom e 39% de ruim ou péssimo) e pelo PDT [do Senador

Osmar Dias, que acabou de falar] (15% de ótimo ou bom e 48% de ruim ou péssimo). Para 18% dos eleitores do PMDB e do DEM, a avaliação é de ótimo ou bom. Entre os que declaram preferir o PT, há 14% de ótimo ou bom, 45% de regular e 36% de ruim e péssimo.

A pesquisa do Datafolha, na qual o Congresso Nacional foi avaliado, ouviu 4.044 pessoas entre os dias 25 e 27 de março, em 159 Municípios de 25 unidades da federação. A pesquisa é um levantamento por amostragem aleatória, com abordagem em ponto de fluxo populacional, com quotas de sexo e de idade e ainda sorteio aleatório dos entrevistados. A margem de erro é de dois pontos percentuais para mais ou para menos, para o nível de confiança de 95%.

Então, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Congresso melhorou seu índice de aprovação perante a opinião pública. A melhora foi pequena, mas foi um sinal de que podemos alcançar melhores índices ainda de credibilidade, afinal de contas, houve essa crise, que terminou por nos levar a uma situação de quase estaca zero. Hoje, estamos subindo. É verdade que estamos subindo de degrau em degrau, que é uma subida penosa – eu diria penosíssima –, mas, se nos unirmos, se soubermos cumprir nosso papel, vamos chegar ao fim do ano, Senador Mário Couto, com uma situação diferente perante a opinião pública nacional.

Cabe a nós – e a mais ninguém – realizar esse trabalho; cabe à Liderança do Governo, cabe à Liderança da Oposição, cabe às Lideranças de todos os Partidos fazê-lo. Temos de exercitar a liderança no sentido de conduzir esta Casa de modo que se possa ter dela outra visão: as Comissões funcionando, mas não apenas as CPIs. As CPIs funcionando é prova de vitalidade no Congresso Nacional, mas é preciso que as CPIs não absorvam totalmente as atividades deste Congresso.

Portanto, eu queria assinalar isto: de certa maneira, fiquei feliz. Não tenho ilusões, Senador Mário Couto, pois foi muito pouco ainda, e a rejeição é muito alta. Temos ainda rejeição de 39%, mas já tivemos rejeição de 45% em janeiro e uma rejeição maior ainda em agosto.

Então, está provado, mais do que provado, aritmeticamente provado – como dois mais dois são quatro –, que este Congresso precisa efetivamente buscar sua recuperação entre aqueles que são brasileiros e que sabem que são representados pelos Parlamentares. E não há representação mais legítima do que esta que é exercida aqui, diuturnamente, por todos nós.

Quero me congratular com V. Ex^{as}. Estou fazendo um discurso ufanista, mas é ufanismo, é satisfação e é mais uma demonstração de estímulo, afinal de contas, eu, que, segundo a referência feita pelo Senador Jefferson Péres, tenho vivido alguns dias de amargu-

ra como Presidente, quero fazer esta comunicação a todos os Senadores, para que nos compenetremos. A hora não é de baixar a cabeça; a hora é de levantar a cabeça e de buscar a credibilidade perdida.

Quero também fazer justiça – talvez, isto se deva mais a S. Ex^a do que a mim ou a qualquer outro Parlamentar – ao Deputado Arlindo Chinaglia, que vem trabalhando de forma sintonizada, de forma estreita, com a Presidência do Senado de um ano para cá, porque, afinal de contas, meu mandato é tampão, e o de S. Ex^a é um mandato cheio. Então, a S. Ex^a meus agradecimentos. Quando procuro o Deputado Arlindo Chinaglia para qualquer providência que venha a ser tomada em conjunto, nunca essa providência deixa de ser tomada.

Então, quero deixar essa palavra nesta hora de dificuldades, de desencantos, de crise, mas também de confiança, de trabalho. É hora de este Congresso se levantar, de este Congresso lutar por aquilo que é seu, que ele não deve deixar cair, que é a bandeira da representação popular.

Agradeço a V. Ex^a pela tolerância.

Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Mário Couto, tem V. Ex^a a palavra, pela ordem.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, cheguei hoje do meu Estado e trago um pedido a V. Ex^a do povo do interior do Estado do Pará, cuja principal economia é a produção da madeira. Gostaria, Sr. Presidente, de saber se V. Ex^a poderia receber os Prefeitos, os sindicatos e todos os Senadores da Amazônia Legal, que, tenho certeza, irão a essa reunião.

Citarei apenas duas cidades como exemplo, porque tenho consciência do que está acontecendo lá, como o desemprego em massa e a fome batendo na porta de cada trabalhador: o Município de Breves, onde estive no sábado, e o Município de Tailândia, que clama pela solução desse problema.

Não poderia eu chegar do meu Estado e não pedir a V. Ex^a que me concedesse, juntamente com os Senadores da Amazônia Legal, líderes de sindicatos e Prefeitos dessas cidades, uma reunião no início da próxima semana, obviamente por causa de sua agenda, para dar tempo de as pessoas virem. Eu lhe agradecerá por isso.

Logo depois dessa iniciativa, iremos tomar outras iniciativas. Além de dar satisfação a V. Ex^a do que vamos fazer, queremos o apoio de V. Ex^a. Por isso, primeiramente, estamos pedindo uma audiência com V. Ex^a. Eu gostaria de uma resposta de V. Ex^a, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Mário Couto.

Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio, Líder do PSDB nesta Casa.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, V. Ex^a acaba de fazer uma bela exposição sobre a situação do Congresso, e eu aproveito para, antes até de entrar no mérito que me trouxe a esta tribuna – mas faz parte do mérito sim – pedir a inserção nos Anais da Casa da entrevista concedida por V. Ex^a ao jornalista Otávio Cabral, da revista **Veja**, neste último fim de semana: “O Congresso na UTI”, ressaltando algumas passagens da sua entrevista. V. Ex^a diz assim:

“O episódio do dossiê foi bom para dar um alento a esta Comissão [e aí concluo, Sr. Presidente, a CPI, claro] para a investigação pegar. Tem de investigar, tem de abrir tudo. Fernando Henrique fez uma carta para Arthur Virgílio pedindo para abrir todas as suas contas. Lula devia seguir o exemplo e fazer uma carta para o Romero Jucá (*líder do governo no Senado*), para abrir tudo isso aí.”

V. Ex^a diz, além disso, na entrevista:

“A maioria dos parlamentares segue a lógica de votar com o governo, liberar as emendas, emplacar um cargo para um aliado e colher os dividendos nas eleições seguintes. Os políticos se contentam com isso e, sem saber, fazem um mal danado ao Legislativo.”

V. Ex^a diz mais: “

O lixo do presidente da República não é diferente do lixo de nenhum contribuinte. A mordomia faz parte do poder. Lula como Presidente da República e eu aqui como Presidente do Senado temos direito a uma certa mordomia. Mas isso deve ser totalmente transparente.”

Parabéns a V. Ex^a pela belíssima entrevista, que peço seja incluída nos Anais desta Casa.

Sr. Presidente, ainda sobre o tema que V. Ex^a abordou, há uma crise – refiro-me aos parlamentos mais fortes, Senador Jefferson Péres, que são os parlamentos ocidentais, os de maior tradição – dos parlamentos ocidentais. É difícil encontrar uma democracia ocidental que não tenha um parlamento com avaliação baixa de opinião pública. Aqui no Brasil há agravantes dos escândalos recentes, de tantos escândalos, e o maior de todos foi o do mensalão, que sequer começou aqui: veio do Executivo e se espalhou para algumas cabeças e alguns corações muito ruins do Legislativo.

Mas, Sr. Presidente, a grande verdade é que temos, e V. Ex^a traz dados que, para alguém que olha os números, diz que não é grande coisa, melhora um pouco aqui, o regular fica um pouco mais gordinho do que estava, estava muito magrinho; o péssimo e ruim caiu uma besteirinha também, parece nada. Mas, quando a gente sabe que se tem um Presidente popular, como, sinceramente, as pesquisas mostram que o Presidente Lula é, militando diariamente para desmoralizar o Legislativo, militando, de maneira empedernida, para desacreditar o Legislativo, aliás para desacreditar todas as instituições que compõem a democracia, ele faz a mesma coisa com o Judiciário, é de darmos parabéns ao Congresso, sim, de ele estar podendo renascer, torcendo para que não aconteçam mais escândalos.

Agora se nós pudéssemos – V. Ex^a, o Senador Efraim Morais e eu, enfim, nós todos aqui – dar uma fórmula, Senador Mão Santa, para o Congresso subir que nem um foguete no conceito da opinião pública, era pararem de impedir as investigações na CPI; era abrirem conta de todo mundo; era abrirem sigilos de todos; era, de fato, acabar com essa história de tropa de choque protegendo quem quer que seja, e fazendo deste País da impunidade. Se isso acontecesse, íamos ver, aí, sim, não um saltinho de um ponto a mais, um ponto a menos; o regular ficando mais forte um pouquinho, o ruim e o péssimo caindo alguma coisinha, íamos ver, aí, sim, o Congresso recuperar a credibilidade, que ele precisa recuperar, para ser o grande guardião e o grande bastião da democracia.

Mas, Sr. Presidente, quero que vá para os Anais da Casa a Portaria nº 612, de 30 de dezembro de 1997, assinada pelo Secretário-Geral da Presidência da República na época, Ministro Eduardo Jorge, que explica direitinho, Senador Jefferson Péres, o que pode e o que não pode fazer no âmbito de cartões corporativos e contas tipo B, ou seja, verbas suprimentos, o Presidente...

O Sr. Jefferson Péres (PDT – AM) – Ainda está em vigor?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Está em vigor, eles não a revogaram. Portanto, estão inadimplentes em relação ao que aqui está colocado. Aqui está uma bíblia para seguirem os que usam cartões corporativos ou quaisquer verbas de suprimentos.

Ainda, Sr. Presidente, quero fazer uma recordação aqui. Fiz o Requerimento de Informação nº 426, de 2005, dirigido ao Ministro Márcio Thomaz Bastos – prezado amigo, figura agradabilíssima. Ele responde tempos depois ao requerimento, dizendo simplesmente que o Ministério da Justiça, Senador Péres, não contava com cartões corporativos. Aí, sai aqui uma matéria do jornalista Weiller Diniz, dizendo: “Bastos pode ter ocultado uso de cartões do Ministério”. Ele declarou,

oficialmente, aqui, que não cabia, que não havia cartões corporativos no Ministério da Justiça.

Sr. Presidente, a partir de 2003, fiz 45 requerimentos de informações, dos quais 41 foram respondidos meio para inglês ver, e quatro não o foram, acredito eu por estarem, talvez, na Comissão de Justiça, ou, se estiverem ainda nos Ministérios, é o caso de se processar imediatamente cada Ministro faltoso por crime de responsabilidade, mas, nenhum respondeu de verdade, nenhum mandou os números. Muito bem. Hoje, na CPMI – essas espertezas que, no final, terminam virando contra o esperto –, a nossa querida Líder municia um Deputado do PT, todo mundo ali, às pressas, aquela coisa sorrateira, e passa ali o documento, enfim, como se o meu requerimento, que foi respondido pela Casa Civil, dizendo que estavam coletando dados, como se isso aí fosse a prova de que não tinha dossiê, mas, sim, de que havia um banco de dados.

Ora, a diferença de banco de dados para dossiê é que bancos de dados são os dados coletados universalmente, e o dossiê são dados pinçados do banco de dados para constranger alguém, para chantagear, para ameaçar, para chegar a algum objetivo geralmente escuso. O dossiê geralmente tem objetivo escuso por trás dele.

Muito bem, aí eu percebi e me dei conta – e por isso é que eu sou contra a esperteza, eu faço questão de procurar não ser esperto –, eu fiquei vendo que, puxa, o meu requerimento motivou a Casa Civil a coletar dados, segundo eles dizem. Mas ao invés de mandar para a Mesa, que teria que mandar para mim os números, os dados que eles coletaram depois, não me mandaram. Ou seja, então aqui está caracterizado o crime de responsabilidade, e o meu Partido vai entrar com o pedido de enquadramento da Ministra Dilma Rousseff por crime de responsabilidade, com base nessa gravíssima omissão. Eu peço que todas essas peças cheguem aos **Anais** da Casa também, Sr. Presidente.

Mais ainda, Sr. Presidente, as matérias de hoje da jornalista Marta Salomon, da sucursal de Brasília da **Folha de S.Paulo**: “Argumentos do governo para dossiê não justificam base de dados paralela”.

Outra matéria, desta vez de Marta Salomon e Silvana de Freitas, da sucursal de Brasília: “TCU deruba versão do governo sobre dossiê”.

Primeiro negaram, depois não havia dossiê, mas bancos de dados, a pedido do TCU. O TCU desmente. E nós estamos vendo acontecer com a Ministra Dilma algo parecido com o que aconteceu com o Ministro Palocci, que é um homem que prestou inestimáveis serviços ao País, como grande Ministro da Fazenda que foi, mas que caiu naquela armadilha que o destino lhe armou e diante da qual ele se portou com fragilidade...

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a V. Ex^a mais algum tempo para concluir.

Se portou com fragilidade diante do destino e perdeu o poder que detinha e perdeu, naquele momento, grande parte da respeitabilidade política com que contava.

Peço, ainda, que vá para os **Anais**, Sr. Presidente – da **Folha Online** de 31/03, de ontem –, a matéria excepcionalmente corajosa do Ministro Gilmar Mendes, Presidente eleito do Supremo Tribunal Federal: “Dossiê é ‘covardia institucional’.”

Sr. Presidente, eu gostaria de dizer algumas coisas ainda.

Hoje nós vimos, Sr. Presidente... E peço a V. Ex^a algum tempinho para concluir, porque eu queria concluir este raciocínio com muita... É uma hora grave.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a pode concluir.

V. Ex^a poderia concluir em 5 minutos?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sem dúvida, Sr. Presidente,

Estamos falando, Sr. Presidente, de Congresso que se soergue. E Congresso não se soergue com pessoas que não fazem outra coisa a não ser, acriticamente, impedir que sigilos sejam quebrados, que questões mais polêmicas sejam levantadas.

Então, vamos analisar o que nós temos que fazer nós: o Presidente Sérgio Guerra, do meu Partido, está fazendo um requerimento ao Presidente da Comissão de Inquérito do Palácio do Planalto, pedindo o direito de alguém do nosso Partido – que foi o Partido atingido – acompanhar as investigações. Nós vamos ver o que dizem eles. Segundo: nós estamos indo, Sr. Presidente, a V. Ex^a – o Senador José Agripino, eu próprio, a Senadora Marisa Serrano, o Senador Marconi Perillo, o Senador Alvaro Dias, os que integram a Comissão de Inquérito –, estamos indo a V. Ex^a para pedir a V. Ex^a que, na hipótese de negarem – e há uma recomendação escrita, o Senador Perillo levantou isto na semana passada – a transferência dos dados que estão em poder do TCU, referentes a cartões corporativos, os da Presidência da República inclusive, na hipótese disso acontecer, iremos a V. Ex^a para pedir a V. Ex^a que use da sua autoridade e faça vir ao Congresso Nacional documentos que devem ser compulsados sim, talvez em caráter sigiloso, compulsados por nós, porque aquela alta Corte é um órgão assessor do Parlamento.

Ela não pode, portanto, ter acesso a dados e nós não. Era o que realmente faltava neste País que insiste em ser o país da impunidade.

Sr. Presidente, gostaria de dizer a V. Ex^a que todos os requerimentos nossos – isso é algo de importância,

Senador Perillo e Senador Jefferson Peres, é algo de importância –, todos os requerimentos derrubados lá, estamos entrando com recurso para que todos eles sejam discutidos no plenário. Se alguém pensa que vai consagrar a impunidade jogando nas costas da sua tropa de choque da CPI, essas pessoas estão muito enganadas. Vão ter que votar aqui, voto nominal, vão ter que colocar as suas caras, as suas faces, naquele painel eletrônico, vão ter que dizer com clareza que não querem quebrar sigilo, vão ter que dizer com clareza que não é mais lá não, não é mais tropa de choque não. Vão ter que dizer aqui no plenário do Senado, porque um a um dos requerimentos derrubados na CPI vão ser transformados em recurso nosso para votação nominal aqui no plenário desta Casa.

Finalmente, Sr. Presidente, eu, se tivesse que fazer uma aposta, diria que a Ministra Dilma virá ao congresso. Ela virá ao Congresso. Onde ela vai eu não tenho bem idéia, mas ela virá. Têm motivos para se dizer que ela deve ir à Comissão de Justiça da Casa, porque ela desdenhou do Congresso, tem mais o que fazer do que vir ao Congresso. Meu Deus, quem pensava assim era o General Garrastazu Médici. E ele podia não vir. Ela não pode não vir. Ela não pode não vir. Ela vai ter que vir. O General Garrastazu cassava pessoas daqui. Ele cassou o meu pai. Ela não pode me cassar, a Ministra Dilma.

O Sr. Marconi Perillo (PSDB – GO) – (*Fora do microfone.*) Não é convite. É convocada.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Convocada, claro.

Muito bem, nós vamos convocar a Ministra para o plenário, se for o caso. Do mesmo jeito, é muito fácil, naquela CPI, no meio daquele berreiro, daquela patacoada toda, dizerem:

“Ah, não vamos convocar a Ministra”, e não sei o quê. E fica por isso, os bam-bam-bans do Governo fingem que não têm nada com aquilo e ficam por aqui negociando a aprovação de medida provisória. Nós vamos trazer para cá o pedido de convocação da Ministra no plenário. Então, quem é contra a convocação da Ministra, quem acha que não tem o dossiê, quem acha que não tem que quebrar sigilos, vai ter que dizer isso aqui no plenário outra vez. Então, nós vamos trazer, já que não conseguem resolver na CPI as necessidades que a sociedade tem de explicação sobre a aplicação de recursos públicos. Vão ter que dizer, agora, no plenário, e não mais só lá, da sua preocupação ou não com a correção pública que deve nortear a vida de qualquer cidadão ou cidadã que tenha respeito pelo povo que o elegeu.

Portanto, Sr. Presidente, como última matéria – e dentro do tempo que V. Ex^a me concedeu –, o Presi-

dente Lula faz um ativismo terrível, não sai do palanque, governa de uma maneira estranha. Mas ele diz, Senador Perillo, que nós destilamos ódio.

Eu estou aqui com a revista **Veja**. Quero que vá... É uma pena que não pode ir o retrato. Aqui, ele, tem o Senador Renan, o Deputado Severino, tem aqui o Ricardo Lagos, ex-Presidente chileno, que deixou o governo com popularidade recorde, e elogios da oposição. Essa matéria é muito interessante, faz um alerta à soberba do Presidente Lula. Mas por falar em ódio, eu quero que as pessoas se detenham nesta face. Vejam se sou eu que estou com ódio. Olha o *facies*. Vejam se esta é a fisionomia de um governante sereno, que esteja equilibradamente traduzindo os anseios do seu país, ou alguém que, quem sabe, esteja sonhando em ter poderes excepcionais para silenciar as vozes incômodas. Vejam Sr^s e Srs. Senadores, quem é que está com ódio no coração. Esta foto é indesmentível.

Se ele me disser que estava dando um beijo numa netinha, eu não acredito. Se ele me disser que estava dando flores a uma criança órfã em um orfanato, eu não acredito. Se ele me disser que estava brincando com a cachorrinha dele, eu não acredito. Se ele me disser que estava trocando idéias sobre o Big Brother Brasil com a sua esposa, eu não acredito. Ele estava, nesse momento, com ódio dos seus adversários, porque incomodado com a nossa obrigação de fiscalizá-lo.

Sr. Presidente, por ora, sinceramente, era exatamente o que eu tinha a dizer.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU
PRONUNCIAMENTO**

(Inserido nos termos do inciso I, § 2º, art. 210 do Regimento Interno.)

Ofício nº 1909 (SF)

Brasília, em 18 de agosto de 2005.

A Sua Excelência a Senhora
Dilma Vana Rousseff
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República

Assunto: Pedido de informações.

Senhora Ministra,

Comunico a Vossa Excelência que a Mesa do Senado Federal aprovou, nos termos do disposto no § 2º do art. 50 da Constituição Federal, pedido de informações do Senador Arthur Virgílio, contido no Requerimento nº 427, de 2005, cujo avulso encaminho em anexo.

Esclareço a Vossa Excelência que as informações deverão ser remetidas à Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, Edifício Principal, 1º andar.

Atenciosamente,

Senador EQUARDO SIQUEIRA CAMPOS
Quarto-Secretário



Aviso nº 980 – C. Civil

Em, 16 de setembro de 2005

A Sua Excelência o Senhor
Senador Efraim Morais
Primeiro Secretário do Senado Federal
Assunto: Requerimento de Informação

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa secretaria cópia do Memorando nº 39, de 9 de setembro de 2005, da Secretaria de Administração da Presidência da República, com os esclarecimentos sobre os quesitos constantes do Requerimento nº 427, de 2005, do Senhor Senador Arthur Virgílio.

Atenciosamente, – **Dilma Rousseff**, Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

Memorando RI nº 39/2005 – SA/PR

Em, 9 de setembro de 2005

Ao Senhor Chefe de Gabinete da Secretaria-Executiva da Casa Civil

Assunto: Requerimento de Informação nº 427, de 2005, de autoria do Senhor Senador Arthur Virgílio – 00001.009248/2005-49

Em atenção ao Memorando nº 561/Gab-C.Civil, de 22 de agosto de 2005, encaminho a Vossa Senhoria, anexado ao presente, o Memorando nº 395/2005-DIROF-SA-PR, de 9 de setembro de 2005, contendo as informações para subsidiar a resposta ao Requerimento de Informação nº 427, de 2005, de autoria do Senhor Senador Arthur Virgílio.

Atenciosamente, – **Romeu Costa Ribeiro Bastos**, Secretário de Administração da Presidência da República.

OF. Nº SF/235/2005

Em, 23 de setembro de 2005

A Sua Excelência,
Senador Arthur Virgílio
Senado Federal

Senhor Senador,

Tenho a honra de enviar a V. Ex^a cópia do Aviso nº 980/2005, de 16 do corrente, da Ministra de Estado

Chefe da Casa Civil da Presidência da República, encaminhando cópia do Memorando nº 39/2005, da Secretaria de Administração da Presidência da República, com as informações em resposta ao Requerimento nº 427, de 2005, de sua autoria.

Atenciosamente, – Senador **Alvaro Dias**, no exercício da Primeira-Secretaria.

Memorando nº 395/2005-DIROF-SA-PR

Em, 9 de setembro de 2005

Ao Senhor Secretário de Administração
Assunto: Requerimento de Informação nº 427, de 2005 (Arthur Virgílio)

1. Venho a Vossa Senhoria encaminhar informações para embasar resposta ao requerimento de informações em tela, relativas à execução orçamentária subordinada a esta Secretaria de Administração.

Item 1. Qual foi o gasto do Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República com cartão corporativo, respectivamente, nos anos de 2003, 2004 e, até a presente data, em 2005?

Dada a especificidade das informações requeridas, isto é, gastos do Ministro-Chefe da Casa Civil nos anos de 2003, 2004 e 2005, realizadas através do Cartão Corporativo do Governo Federal; venho a Vossa Senhoria informar que:

a) não são concedidos suprimentos de fundos exclusivos, para o atendimento das despesas do Ministro-Chefe da Casa Civil.

b) são concedidos suprimentos de fundos para o atendimento de despesas relacionadas a peculiaridades da Presidência da República, que abrange tanto as (i) despesas de deslocamentos e encontros de trabalho dos titulares dos órgãos essenciais da Presidência da República, como as (ii) despesas decorrentes dos deslocamentos do Presidente da República, comitivas e equipes de segurança. O levantamento dessas informações depende de análise em cada um dos processos, sendo necessário um prazo mais alongado, para o atendimento da demanda, por não estarem disponíveis no Sistema de Administração Financeira – SIAFI.

Item 2. Discriminar os gastos efetuados em cada um dos anos indicados, relacionando a data e o tipo de despesa realizada.

O levantamento dessas informações depende de análise em cada um dos processos, sendo necessário um prazo mais alongado, para o atendimento da demanda, por não estarem disponíveis no Sistema de Administração Financeira – SIAFI.

Desde outubro de 2004, esta Diretoria vem desenvolvendo um banco de dados para o armazenamento das informações relacionadas com as despesas realizadas através de suprimento de fundos, inclusive por meio do Cartão de Pagamento do Governo Federal. Ao término da inclusão de dados, será possível obter relatórios gerenciais contendo as informações solicitadas.

Item 3. Além do Ministro-Chefe da Casa Civil, quantos funcionários dessa Pasta estavam autorizados a realizar despesas com cartões corporativos?

No período de 2003 a 2005, foram concedidos suprimentos de fundos a servidores da Casa Civil da Presidência da República, com movimentação por cartão corporativo para atendimento tanto das peculiaridades da Presidência da República, como para despesas de pequeno vulto. Ao todo, desde 2003, já foram autorizados 55 servidores a portar o Cartão de Pagamento, sendo que atualmente, existem 15 servidores.

Item 4. Quais os nomes dos funcionários dessa Pasta beneficiados com o cartão de crédito corporativo?

Atualmente, os servidores, para os quais foi concedido suprimento de fundos com movimentação por meio de Cartão de Pagamento do Governo Federal, estão listados na tabela abaixo:

PORTADORES DE CARTÃO DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL 2005	
ADHEMAR PAOLELLO FREIRE	JOSÉ CARLOS FERREIRA FERNANDES
ANDERSON FERREIRA DE AGUIAR	JOSE IVO DE SOUZA BARBOSA
CLEVER PEREIRA FIALHO	JOSÉ ROBERTO DE ASSIS POSSA
EDUARDO M. SACILOTTO FILHO	LUÍZ ALVES RABELO
FÁBIO MOTA	LUÍZ DA CRUZ SOARES
JOÃO DOMINGOS DA SILVA NETO	MARIA EMÍLIA MATEUS EVORA
JOSAFÁ FERNANDES DE ARAÚJO	MAURO AUGUSTO DA SILVA
	VÂNIA SUELI DEBRASSI FRANCATO

Item 5. Qual foi o gasto com cartões de crédito corporativo desses funcionários nos anos entre 2003, 2004 e, até a presente data, em 2005?

A partir de dados armazenados na Coordenação-Geral de Execução Orçamentária e Financeira desta Diretoria, os servidores da Casa Civil da Presidência da República elencados no item anterior, executaram despesas de R\$4.240.276,46; R\$6.445.776,46 e R\$2.361.424,99, com o Cartão de Pagamento do Governo Federal, respectivamente, em 2003, 2004 e 2005 (até junho).

Item 6. Discriminar esses gastos efetuados em cada um dos anos indicados, relacionando a data e o tipo de despesa realizada.

O levantamento dessas informações depende de análise em cada um dos processos, sendo necessário um prazo mais alongado, para o atendimento da demanda, por não estarem disponíveis no Sistema de Administração Financeira – SIAFI.

Desde outubro de 2004, esta Diretoria vem desenvolvendo um banco de dados para o armazenamento das informações relacionadas com as despesas realizadas através de suprimento de fundos, inclusive por meio do Cartão de Pagamento do Governo Federal. Ao término da inclusão de dados, será possível obter relatórios gerenciais contendo as informações solicitadas.

2. Sendo estas as informações que julgo pertinente para responder ao Requerimento em tela.

Respeitosamente, – **Gilton Saback Maltez**, Diretor de Planejamento, Orçamento e Finanças.

Aviso nº 1924 - MJ

Brasília, 5 de set de 2005


A Sua Excelência o Senhor
Senador EFRAIM MORAIS
Primeiro Secretário do Senado Federal
Senado Federal
Brasília - DF

Assunto: **Resposta ao Requerimento de Informação nº 426/2005 do Senador Arthur Virgílio**

Senhor Primeiro Secretário,

Em resposta ao Requerimento de Informação nº 426/2005, de autoria de Sua Excelência o Senador ARTHUR VIRGÍLIO, referente ao Ofício nº 1908/05 (SF), de 18 de agosto de 2005, encaminhamos a essa Primeira Secretaria as informações constantes dos registros deste Ministério, que nos foram repassadas pela Subsecretaria de Planejamento Orçamento e Administração.

Respeitosas Saudações.



MÁRCIO THOMAZ BASTOS
Ministro de Estado da Justiça

Memorando nº 162 /2005/CGL/SPOA/SE/MJ

Brasília, 29 de agosto de 2005

Ref.: Memorando nº 1.547/GM/ASPAR
Ofício nº 1.908 (SF), de 18/08/2005
Requerimento nº 426/2005

Assunto: **Cartões Corporativos.**

Senhor Assessor Especial do Ministro,

1. Esta Coordenação vem mui respeitosamente perante V.Sa., em cumprimento ao Memorando nº 1.547/GM/ASPAR e seus anexos _ Ofício nº 1.908 (SF), de 18/08/2005, e Requerimento nº 426/2005, o qual requer informações sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores deste Ministério, visando dar mais transparência à forma com que estão sendo efetuadas essas despesas, na tentativa de realizar um controle detalhado desses gastos.
2. Diante a essa solicitação, é oportuno noticiar que não há cartões corporativos por parte dos servidores deste Ministério.
3. Não obstante, esta Coordenação-Geral de Logística se coloca à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Atenciosamente,



SYLVIO DE ANDRADE JÚNIOR
Coordenador-Geral de Logística

Bastos pode ter ocultado uso de cartões de ministério

Weiller Diniz

O uso dos cartões corporativos pelo Ministério da Justiça pode ter sido ocultado do Senado. Em setembro de 2005, a pasta, comandado à época pelo advogado Márcio Thomaz Bastos, assegurou em um documento oficial - endereçado ao Senado Federal - que sua pasta não tinha nenhum cartão de crédito corporativo. A informação do ministério, encaminhada com a assinatura do ministro Bastos, colide frontalmente com as informações contidas na base de dados do Sistema Integrado de Administração Financeira do governo (Siafi) em relação ao ano de 2005. No mesmo período em que o ministério declara não haver cartões, o Siafi registrou despesas com 110 cartões atribuídos a servidores da pasta da Justiça que totalizaram gastos de R\$ 350 mil.

» CGU apontaria irregularidade em diárias

» Lula diz que não se incomoda com CPI

» Leia mais notícias da agência JB

Em 5 de setembro de 2005, o então ministro da Justiça, o jurista Márcio Thomaz Bastos, enviou o ofício-aviso 1924 ao Senado Federal. O ex-ministro respondia, como determina a Constituição, a um requerimento de informações do líder da oposição, Arthur Virgílio Neto (PSDB-AM). O senador indagava o custo mensal de gastos com cartões corporativos, o número de usuários, nome dos servidores titulares de cartões, o tipo e o detalhamento das despesas realizadas. A resposta do Coordenador-Geral do Logística do MJ, Sylvio de Andrade Júnior, no memorando 462 de 29 de agosto de 2005 é taxativa:

"Diante a essa solicitação, é oportuno noticiar que não há cartões corporativos por parte dos servidores deste ministério".

A Informação foi levada ao ministro Bastos, que a repassou para o Senado no começo de setembro de 2005. Ao contrário do que afirmou o Ministério da Justiça, o Siafi atribuiu ao MJ 110 cartões corporativos com despesas variadas ao longo daquele ano. As menores ficaram em torno de R\$ 200 e as mais elevadas, acima dos R\$ 20 mil. É o caso dos gastos lançados pelo Siafi em nome de Getúlio Silvio Bertonecello com despesas que totalizaram R\$ 23.384,04. O segundo maior gasto da Justiça naquele ano foi de Iraneide Fonseca Filgueiras com R\$ 16.580. Há ainda mais duas despesas na faixa de R\$ 13 mil em nome de Juscelino Arlindo do Carmo Bessa e Adalberto Oliveira Lima.

O desencontro de informações entre os órgãos do governo e o Siafi dará muito trabalho à CPI. No caso da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), também existem divergências quanto ao número de cartões e gastos totais. Os dois maiores saques com cartões da Abin (R\$ 284 mil e R\$ 175 mil) não estão registrados no Siafi. No ministério da Ciência e Tecnologia os desencontros se repetem no mesmo ano de 2005. Na correspondência oficial endereçada ao Senado, o ministro Sérgio Machado Rezende informou a existência de nove servidores titulares de cartões. O Siafi enumerou 11 funcionários do MCT titulares de cartões.

Dois servidoras do Centro Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) aparecem como portadoras dos cartões na listagem enviada pelo MCT. Mas no Siafi, os nomes de Fabiana de Oliveira Coelho e Susana Castejon não são mencionados. Em compensação outros quatro funcionários não constam da lista enviada pelo ministro, mas têm despesas registradas pelo SIAFI. São eles: Domingos Sávio, Telma Santos Simplicio Silva, Maurício Araújo Rocha e Roseny Rodrigues Mendes. Os nomes coincidentes entre o rol apresentado pelo ministro e o banco de dados do SIAFI apresentam valores divergentes de gastos.

Cartão pagou cadarço

No Siafi, o servidor Wanderley Vieira Borges, por exemplo, aparece com gastos de R\$ 1.500 em 2005 e na informação do MCT ele só teria tido despesas em 2003 no valor de R\$ 2.700. Dinheiro que usou para comprar, inclusive, 180 metros de cadarço, o suficiente para amarrar 90 pares de sapato utilizando meio metro em cada pé. O ministro da Ciência e Tecnologia, pasta onde o dinheiro foi utilizado para comprar alpiste e o cadarço, quer explicações para as compras exóticas:

"A decisão do ministro é averiguar todas as informações que ensejem possíveis irregularidades", informou a assessoria de Sérgio Rezende.

JB Online

Argumentos do governo para dossiê não justificam base de dados paralela

MARTA SALOMON
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Nenhuma das versões apresentadas pelo governo nos últimos dez dias justifica a criação de uma base de dados paralela ao sistema oficial de controle de gastos da Presidência, com claro viés político, para processar despesas do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso.

Eis o ponto fraco do governo na crise do dossiê: antes do vazamento, a Casa Civil preparava levantamento que passava longe de ser uma simples organização de processos antigos, de caráter administrativo.

Sem argumentos fortes para justificar os relatórios de suprimento de fundos da administração tucana no formato em que foram confeccionados, as atenções do Planalto se voltam a identificar o responsável pelo vazamento dos dados.

Desde o início da crise, quando a revista "Veja" circulou com a notícia de que o Planalto produzira dossiê para constranger a oposição na CPI dos Cartões, a Casa Civil identificou no vazamento uma "prática criminosa".

Sobre os motivos que levaram o governo a reabrir processos de prestações de contas da Presidência de 1998 a 2002, que já se encontravam no arquivo morto, a ministra Dilma Rousseff insiste em atribuir o trabalho a uma recomendação do TCU (Tribunal de Contas da União) que nunca existiu. Se o governo se limitasse a organizar os processos de prestações de gastos de forma a atender futuros pedidos da CPI, teria usado o mesmo padrão de controle utilizado para os gastos feitos durante o governo Lula no Suprim, que é o sistema oficial de registro das despesas com suprimento de fundos da Presidência.

Mas a Casa Civil optou por uma base de dados paralela, com anotações de viés político, como uma observação que associa a compra de 180 garrafas de champanhe ao período da campanha da reeleição.

Embora o relatório -cuja autoria a Casa Civil assumiu- não contenha nenhum dado grave sobre os gastos de FHC, são fartos os registros de compras de bebidas alcóolicas ou de produtos de consumo supostamente suntuosos, como "estragão francês" (R\$ 91,14).

Há despesas que, embora de pequeno valor, poderiam ser questionadas no uso de verba de representação, como a compra de uma touca de silicone para natação (R\$ 13).

Base

A Casa Civil disse à **Folha** que organizou uma base de dados paralela por falta de solução melhor da área de informática da Presidência. Disse também que os processos, remetidos ao arquivo morto, encontravam-se desorganizados, e que a prestação de contas era feita de maneira diferente antes da entrada em vigor dos cartões corporativos, o que só aconteceu quatro meses antes do fim do mandato de FHC. Os dados seriam tabulados numa primeira fase nessa base paralela e, depois, seriam lançados no Suprim.

Ontem, a Casa Civil não respondeu às questões enviadas pela **Folha** sobre o destino dessa base de dados paralela.

Texto Anterior: Dossiê: PT acusa opositoristas de divulgarem dados de FHC

Próximo Texto: Frase

Índice

CARTÃO CORPORATIVO

RESUMIDO		NÃO RESPONDIDOS		
RI APRESENTADOS	RESPONDIDOS	RESPONDIDOS	NÃO RESPONDIDOS	
45	41	4		
DETALHADO	AUTOR	ENTREGUE	NÃO ENTREGUE	COMPLEMENTO
1161/03	Sen. Arthur Virgílio	X		Casa Civil
334/04	Sen. Arthur Virgílio	X		Casa Civil
741/04	Sen. José Jorge	X		Resposta a reiteração do requerimento de informação pedindo p/ anexar a resposta dada a outro Senador - Casa Civil
749/04	Sen. Arthur Virgílio	X		Casa Civil
186/05	Sen. Arthur Virgílio		X	Ministério da Fazenda
393/05	Sen. Arthur Virgílio	X		Resposta a reiteração do requerimento de informação pedindo p/ anexar a resposta dada a outro Senador. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Até 2005 não utilizou, começou em 2005)
394/05	Sen. Arthur Virgílio	X		Secretaria Especial do Conselho de Desenvolvimento Econômico
395/05	Sen. Arthur Virgílio	X		Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (Utilizou mas não informou com o que gastou)
396/05	Sen. Arthur Virgílio	X		Secretaria Especial de Políticas para Mulheres
397/05	Sen. Arthur Virgílio	X		Secretário Especial dos Direitos Humanos
398/05	Sen. Arthur Virgílio	X		Ministro Presidente Banco Central
399/05	Sen. Arthur Virgílio	X		Secretaria de Coordenação Política e Assuntos Institucionais da Presidência da República (utilizou mas não informou os gastos)
400/05	Sen. Arthur Virgílio	X		Ministério do Controle e da Transparência
401/05	Sen. Arthur Virgílio	X		Advogado-Geral da União
402/05	Sen. Arthur Virgílio	X		Ministro Chefe da Sec. Com. Gov. Gest. Est.
403/05	Sen. Arthur Virgílio	X		Ministro Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República
404/05	Sen. Arthur Virgílio	X		Ministro Chefe da Secretaria-Geral Presidência República
405/05	Sen. Arthur Virgílio	X		Ministério das Cidades

DETAHADO REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO	AUTOR	RESPONDIDOS		NÃO RESPONDIDO	COMPLEMENTO
		ENTREGUE	NÃO ENTREGUE		
406/05	Sen. Arthur Virgílio	X			Ministério do Desenvolvimento Agrário
407/05	Sen. Arthur Virgílio	X			Ministério da Integração Nacional (não utiliza)
408/05	Sen. Arthur Virgílio	X			Ministério do Turismo (não utiliza)
409/05	Sen. Arthur Virgílio	X			Ministério dos Esportes (não utiliza)
410/05	Sen. Arthur Virgílio	X			Ministério do Meio Ambiente
411/05	Sen. Arthur Virgílio	X			Ministério da Ciência e Tecnologia
412/05	Sen. Arthur Virgílio	X			Ministério das Comunicações
413/05	Sen. Arthur Virgílio	X			Ministério do Planejamento
414/05	Sen. Arthur Virgílio	X			Ministério das Minas e Energia
415/05	Sen. Arthur Virgílio	X			Ministério do Desenvolvimento (não utiliza)
416/05	Sen. Arthur Virgílio	X			Ministério da Saúde
417/05	Sen. Arthur Virgílio	X			Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (não utiliza)
418/05	Sen. Arthur Virgílio	X			Ministério da Previdência Social (não utiliza), INSS (utiliza)
419/05	Sen. Arthur Virgílio	X			Ministério do Trabalho e Emprego (não utiliza)
420/05	Sen. Arthur Virgílio			X	Aguardando designação de Relator na CCJ - Ministério da Cultura
421/05	Sen. Arthur Virgílio	X			Ministério da Educação
422/05	Sen. Arthur Virgílio	X			Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
423/05	Sen. Arthur Virgílio	X			Ministério dos Transportes (não utiliza)
424/05	Sen. Arthur Virgílio	X			Ministério da Fazenda
425/05	Sen. Arthur Virgílio	X			Ministério das Relações Exteriores
426/05	Sen. Arthur Virgílio	X			Ministério da Justiça (não utiliza)
427/05	Sen. Arthur Virgílio	X			Casa Civil
428/05	Sen. Arthur Virgílio	X			Ministério da Defesa
429/05	Sen. Arthur Virgílio	X			Casa Civil
430/05	Sen. Arthur Virgílio			X	Aguardando votação na CCJ - Ministro Chefe da Secretaria-Geral
942/05	Sen. Álvaro Dias			X	Presidência República
119/06	Sen. Álvaro Dias			X	Casa Civil

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

TCU derruba versão do governo sobre dossiê

Tribunal desfaz argumento usado pelo Planalto para explicar vazamento de dados sigilosos sobre despesas na gestão FHC

Ministro Tarso Genro afirma que levantamento de dados foi feito a pedido do TCU, que diz não ter solicitado nenhuma das informações

**MARTA SALOMON
SILVANA DE FREITAS
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA**

No intervalo de poucas horas, o Tribunal de Contas da União derrubou ontem a versão apresentada mais cedo pelo governo para tentar explicar o vazamento de dados sigilosos sobre despesas do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. Segundo o TCU, não foi pedida nenhuma informação da base de dados do Planalto.

Em sua última edição, a revista "Veja" diz que o Planalto preparou dossiê com gastos do governo tucano. A ameaça de divulgação dos dados teria por objetivo constranger a oposição na apuração dos gastos com cartões corporativos do governo Lula, na CPI dos Cartões.

O assunto foi um dos temas discutidos ontem na reunião de coordenação política do Planalto. Em seguida, o ministro Tarso Genro (Justiça) negou a existência de um dossiê sobre os gastos da gestão FHC e chamou a suposição de indecente. "Não existe dossiê. O que existe é um trabalho que está sendo feito pela Casa Civil, a pedido do Tribunal de Contas da União e na expectativa da CPI, para oferecer dados que podem ser requisitados pela própria CPI", disse. "É indecente pensar que alguém possa fazer dossiê para tratar de um assunto dessa seriedade."

Em reunião com os presidentes dos partidos aliados, Luiz Inácio Lula da Silva negou a existência do dossiê. Disse que jamais recorreria a uma medida "baixa" e deu a mesma versão que Tarso tornou pública.

Lula classificou de "mentirosas" as afirmações de que o governo teria montado um dossiê, segundo informação de políticos que participaram do encontro. Teria

complementado: "Se eu não fiz dossiê em 2005, por que faria agora?", numa referência a um dos piores períodos de seu governo, o do escândalo do mensalão.

Na reunião, o ministro José Múcio (Relações Institucionais) leu nota, divulgada no sábado, pela Casa Civil, negando a existência de tal dossiê.

Auditorias

O TCU fez três auditorias sobre cartões no governo Lula. Em 2006, obteve dados sobre as despesas com suprimento de fundos do Planalto limitadas ao período entre 2002 e 2005.

O relatório encaminhado ao tribunal na ocasião não continha dados como os divulgados pela revista, referentes a gastos de 1998 a 2001 do ex-presidente, de sua mulher, Ruth Cardoso, e de assessores, além de detalhes sobre gastos secretos.

No final de janeiro, o TCU aprovou a abertura de uma nova auditoria, mas o relator, Valmir Campelo, não pediu nenhum dado do sistema de controle da Presidência, o Suprim. O trabalho de auditoria, ainda em curso, terá como base dados do Siafi (sistema de acompanhamento dos gastos federais). Segundo a **Folha** apurou no TCU, o único pedido relativo à base de dados do Planalto foi uma recomendação, no início de 2007, para aprimorar o controle com esse tipo de gasto. O sistema não produz relatórios sem que haja uma solicitação. Procurado à noite, Tarso disse, via assessoria, que havia se referido justamente ao pedido do TCU para melhoria do controle de despesas. Não explicou a extração de dados do sistema.

Texto Anterior: [Lula fecha proposta que amplia prazo de trâmite de MP](#)

Próximo Texto: [Cartões: Dilma telefona para Ruth Cardoso e nega existência de dossiê](#)

[Índice](#)

PORTARIA N.º 612 - SG, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1997

O SECRETÁRIO-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 47 do Decreto n.º 83.872, de 23 de dezembro de 1986, com a redação dada pelo artigo 1º do Decreto n.º 2.397, de 20 de novembro de 1997, e no artigo 2º do Decreto n.º 941, de 27 de setembro de 1993, com a redação que lhe foi dada pelo artigo 2º do Decreto n.º 2.397, de 20 de novembro de 1997, resolve:

Art. 1º Estabelecer que os suprimentos de fundos destinados ao atendimento das peculiaridades da Presidência e da Vice-Presidência da República destinam-se, exclusivamente, às despesas relacionadas com:

- a) deslocamentos do Presidente e do Vice-Presidente da República, de suas esposas, das respectivas comitivas e equipes de apoio, bem como das equipes de segurança;
- b) apoio e segurança de Chefes de Estado e de Governos estrangeiros, em visita ao Brasil;
- c) viagens e encontros de trabalho dos titulares dos órgãos essenciais da Presidência da República; e
- d) manutenção e eventos sociais nas residências oficiais do Presidente e Vice-Presidente da República, ressalvadas as que possam subordinar-se ao processo normal de aquisição e de contratação.

Art. 2º Os suprimentos de fundos de que trata esta instrução somente serão concedidos a servidor que detenha conhecimentos da legislação que rege as aquisições de materiais e as contratações de serviços, assim como das peculiaridades da Presidência e da Vice-Presidência da República.

Art. 3º Os recursos correspondentes aos suprimentos de fundos concedidos serão movimentados em conta corrente específica aberta no Banco do Brasil S.A, com autorização do respectivo ordenador de despesas, em nome do servidor e vinculada à Vice-Presidência da República ou à Diretoria-Geral de Administração da Presidência da República.

Parágrafo Único. É vedado ao agente suprido dar outra destinação aos recursos de que trata este artigo, que não seja na finalidade para a qual foi concedido o suprimento de fundos.

disposto nesta Portaria não se aplica aos casos previstos no 3.872, de 23 de dezembro de 1986

Diretor-Geral de Administração da Presidência da República e o ministrativa da Vice-Presidência da República elaborarão as providências operacionais necessários ao cumprimento das esta Portaria, ouvido o Secretário de Controle Interno da , e serem aprovadas, respectivamente, por este titular e pelo Vice-Presidência da República.

31/03/2008 - 10h50

Para Gilmar Mendes, dossiê é "covardia institucional"

DIMITRI DO VALLE

da Agência Folha, em Curitiba

O futuro presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Gilmar Mendes, 52, que deve assumir em 23 abril, afirmou ontem que a prática de montagem de dossiês para incriminar adversários representa "covardia institucional". Falando em tese e dizendo não ter mais dados para analisar o caso envolvendo o gabinete da ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, Mendes afirmou que vaziar informações para constranger adversários não "condiz com o Estado democrático de Direito".

Em entrevista coletiva, o também presidente do CNJ (Conselho Nacional de Justiça) e ex-advogado-geral da União do governo FHC estima que a votação sobre o uso ou não de células-tronco em pesquisas científicas seja retomada em maio. O ministro lançou ontem em Curitiba um livro sobre Direito Constitucional.

PERGUNTA - Como o sr. analisa o caso do dossiê, o que o governo sustenta ser um banco de dados?

GILMAR MENDES - Até agora, não tenho dados específicos que permitam um juízo seguro. Agora, posso dizer que, se de fato se pratica essa política de levantamentos indevidos de dados ou se pratica o levantamento devido, mas para vaziar com esse intuito de dossiê, acho lamentável. Acho que até não é uma prática hoje condizente com os ditames do Estado democrático de Direito. Se há informações relevantes que devem ser reveladas, elas devem ser feitas pelos canais competentes. Agora, fazer vazamentos aproveitando-se de uma posição funcional, ocasional, parece realmente de uma covardia institucional lamentável. Mas estou falando em hipótese.

PERGUNTA - O sr. assumirá o STF num momento considerado importante para a ciência, que é a votação sobre o uso ou não de células-tronco. Como analisa este momento?

MENDES - É um tema que sensibiliza, como temos visto no próprio debate: os confrontos de posições éticas e religiosas, os avanços científicos, a afetação que a matéria terá sobre as pessoas. Sabemos quantas expectativas há em torno dessa evolução. Quanta esperança há de que muitos problemas possam ser solucionados a partir desses avanços. Acredito que o tribunal considerará tudo isso na sua decisão.

PERGUNTA - Há previsão de quando a votação será retomada?

MENDES - Tenho a impressão de que voltaremos a nos ocupar com isso em maio. Não sei se será já a sessão definitiva porque não podemos excluir um outro pedido de vista.

POPULARIDADE E FÚRIA

Apesar dos índices recordes de aprovação, Lula esbraveja no palanque e afaga políticos punidos

Com uma economia a todo o vapor e índices de popularidade pessoal e do governo que beiraram a consagração, o presidente Lula tinha tudo para estar, na linguagem de que ele gosta, "feliz como pinto no lixo". Mas não. O presidente passou a semana ralhando com a estridência dos contrariados. Como se fosse um presidente acuado e sem nenhum apoio, deu-se a fazer carinhos públicos em figuras políticas que foram tiradas de cena ao cabo de escândalos de corrupção. Na quarta-feira, elogiou o ex-presidente da Câmara Severino Cavalcanti e criou uma edulcorada versão para a sua queda, em 2005: "Elegeram o Severino. Não levou muito tempo e perceberam que ele não era oposição, e trataram de derrubar o Severino com a mesma facilidade com que o elegeram". Como é público e notório, Severino não foi "derrubado" pelas oposições nem pelas elites, como sugeriu o presidente, mas antes se derrubou sozinho, no momento em que passou a cobrar propina de um empresário em troca da manutenção da concessão de um restaurante que funcionava na Câmara. Dois dias depois, Lula repetiu o gesto dos submissos em Alagoas, ao criticar os detratores do igualmente pouco recomendável Renan Calheiros, a quem chamou de "amigo". O ex-presidente do Senado renunciou ao cargo em dezembro, depois de ser acusado de corrupção, tráfico de influência, lavagem de dinheiro, formação de quadrilha, exploração de prestígio e sonegação fiscal.

Os gestos de Lula têm sempre um componente de cálculo. Por que está se rebaixando em público diante de figuras infinitamente menores do que ele? A explicação mais plausível é que ele já está querendo compor o arco de apoios para 2010 de modo a eleger seu sucessor — e, em se tratando de votos, Lula aceita-os de onde vierem. Mas os gestos do presidente que atropelam o bom senso e a ética carregam também o componente da arrogância e da soberba, a do político que venceu tudo aos olhos do seu povo. Os romanos, quando voltavam de suas expedições triunfais de conquista e expansão do império, entravam em Roma em uma biga. Durante o desfile, em meio aos gritos ensurdecedores da multidão, um escravo repetia aos ouvidos do vencedor: "Você é apenas um homem!". Os sábios da Antiguidade greco-romana tinham a moderação como a maior das virtudes de um governante. E o maior dos pecados? Os gregos o chamavam de *húbris*, a arrogância produzida pela autoconfiança em excesso, com o conseqüente desprezo pelas instituições. O filósofo Aristóteles (384-322 a.C.) dizia que as manifestações de *húbris* eram invariavelmente seguidas por um castigo.

Se, do ponto de vista da estratégia política, o afago em Renan Calheiros visa a

agradar a caciques do PMDB e a transubstanciação de Severino de corrupto em mártir se destina a atacar DEM e PSDB, como acredita o cientista político David Fleischer, do ponto de vista da ética não há justificativa para as falas de Lula. Para o deputado Fernando Gabeira (PV-RJ), a atitude do presidente "áfronta não só o Congresso, mas todas as pessoas que querem uma melhoria na ética da política brasileira". O deputado diz que o comportamento do petista não o surpreende: "Lula tem essa tendência: quando se sente ameaçado, fica hábil, cuidadoso. Mas, quando se sente forte, fica imprudente".

Popularidade pode andar lado a lado com moderação. Quando deixou a Presidência do Chile, o socialista Ricardo Lagos desfrutava o fenomenal índice de mais de 70% de popularidade. À sua sucessora, a também socialista Michelle Bachelet, entregou um país integrado à economia global, com inflação controlada e um ritmo de crescimento de 5,9% ao ano. Os resultados obtidos por sete governos, seu alto índice de popularidade e seu tirocinio político contribuíram para que Lagos se apresentasse com a distinção e a serenidade de um estadista — inclusive durante os seus últimos momentos na Presidência. Na mensagem que divulgou depois da vitória de Bachelet nas eleições, ele fez questão de reconhecer o mérito da oposição nas conquistas do seu governo. Lula não é Lagos. O Brasil não é o Chile. Mas evitar embriagar-se com a própria popularidade é uma virtude que atravessa as eras.

O Congresso na UTI

O senador diz que o Parlamento está agonizante e que muitos políticos usam o mandato apenas em proveito próprio

Otávio Cabral

O Congresso Nacional tem enfrentado uma seqüência de tormentas que, nos últimos anos, debilitaram a credibilidade de muitos de seus membros e feriram gravemente a imagem da instituição. Deputados ganharam alcunhas de mensaleiros e sanguessugas — isso só para falar dos casos mais conhecidos. O último dos escândalos envolveu o senador Renan Calheiros, então presidente do Senado, que renunciou ao cargo depois da revelação de um lado repugnante de sua biografia, que misturava amante, lobistas, dinheiro e bois fantasmas num mesmo enredo. O novo presidente do Congresso, o senador Garibaldi Alves, do PMDB do Rio Grande do Norte, foi eleito há quatro meses e prometeu recuperar os laços que o Parlamento sempre manteve com a opinião pública. “Mas está difícil”, reconhece ele. Em entrevista a VEJA, Garibaldi diz que a política hoje é coisa para endinheirados e que muitos parlamentares só pensam em tirar proveito pessoal de seu mandato. Ele não poupa nem os colegas peemedebistas. Com seu jeito simplório e sua voz mansa, o presidente do Congresso critica o governo, o presidente Lula e também defende o aumento do salário dos parlamentares.

Veja — *O senhor assumiu a presidência de um Congresso desgastado pelo escândalo que culminou com a renúncia de Renan Calheiros e paralisado pelo excesso de medidas provisórias do governo. Qual é o seu diagnóstico?*

Garibaldi — O Congresso deixou de votar, de legislar, de cumprir sua função. É uma agonia lenta que está chegando a um ponto culminante. Essa questão das medidas provisórias é emblemática da crise do Legislativo, que não é mais uma voz da sociedade, não é mais uma caixa de ressonância da opinião pública. Está meio sem função. O Congresso está na UTI, e ninguém do mundo político percebe que esse desapareço pelo Poder Legislativo é uma coisa que está minando as suas bases de sustentação e que a qualquer hora poderá haver um momento de maior tensão, de crise entre os poderes. À medida que o Legislativo abre mão de suas prerrogativas, o Executivo invade espaços. Precisamos inverter essa tendência.

Veja — *Mas o desgaste do Congresso não decorre só da questão política. Nos últimos anos, os escândalos se sucederam e o Legislativo pouco fez para punir os envolvidos. Essa aparente leniência com a corrupção não ajuda a construir uma boa imagem do Congresso...*

Garibaldi — Essa leniência tira a autoridade do Legislativo. Hoje, o Congresso só quer atuar na fiscalização de outros

poderes, através das CPIs, mas esquece que precisa antes fazer uma faxina dentro de casa. Por exemplo: precisamos ter coragem de encarar a opinião pública na questão dos subsídios, dos vencimentos dos parlamentares.

Veja — *O que o aumento do salário dos congressistas tem a ver com isso?*

Garibaldi — Se eu fosse chamado agora para uma reunião, diria: vamos definir um salário justo para os parlamentares. Na hora, poderia me desgastar pela falta de credibilidade do Legislativo. Mas o parlamentar precisa de um salário maior, com menos penduricalhos, compatível com outros poderes. Não digo nem com o Executivo, que não é modelo para isso, já que um ministro ganha 8 000 reais líquidos. Hoje, o Legislativo está emparedado, intimidado, e ninguém quer enfrentar essa questão. Mas é uma questão justa.

Veja — *Em sua avaliação, a absolvição do senador Renan Calheiros foi uma decisão correta dos senadores?*

Garibaldi — A absolvição de Renan penalizou o Legislativo. Mas é uma questão difícil. Quero ter todo o cuidado de falar de uma pessoa que era colega. Quer dizer, é colega. Ele anda aparecendo menos, mas ainda está lá. Pelo coleguismo, todos têm cuidado, pensam muito antes de decidir. Eu até hoje não sei qual punição ele merecia. É difícil julgar um par, é um julgamento muito político. Eu tive duas posições. No primeiro julgamento, fui a favor da cassação. No segundo, fui contra. Esse tipo de julgamento é um dilema para o Legislativo. Mas, sem dúvida, prevaleceu mesmo a imagem da impunidade.

Veja — *Analistas dizem que a imagem péssima do Legislativo, principalmente em razão dos casos de corrupção, tem atraído cada vez mais pessoas desqualificadas para a política. O senhor concorda com isso?*

Garibaldi — A política hoje é o seguinte: quem já entrou sem dinheiro tenta sobreviver. Mas quem é liso não tem mais vez. Só vão entrar os endinheirados ou quem está atrás de mais dinheiro.

Veja — *Como fazer para resgatar a imagem do Congresso?*

Garibaldi — Não quero dourar a pílula.

A situação está muito difícil. A discussão das medidas provisórias pode ser uma retomada de caminho. Câmara e Senado estavam funcionando como duas entidades distintas e, agora, começam a se reunir, a tentar falar a mesma língua. Eu gostaria de ver até o fim do meu curto mandato, em fevereiro, si-

“A maioria dos parlamentares segue a lógica de votar com o governo, liberar as emendas, emplacar um cargo para um aliado e colher os dividendos nas eleições seguintes. Os políticos se contentam com isso e, sem saber, fazem um mal danado ao Legislativo”

nais dessa reação. Há muita gente boa no Congresso, mas a maioria está desanimada. Muita gente está lá apenas para aprovar umas emendazinhas e conseguir uns cargos para se reeleger. A maioria dos parlamentares segue a lógica de votar com o governo, liberar as emendas, emplacar um cargo para um aliado e colher os dividendos nas eleições seguintes. Os políticos se contentam com isso e, sem saber, fazem um mal danado ao Legislativo. A Casa pode desmoronar do jeito que vai.

Veja — *O Palácio do Planalto utilizou um dossiê com gastos secretos do presidente Fernando Henrique para tentar intimidar a oposição e inviabilizar a CPI dos Carões. O senhor acha que a revelação do dossiê vai fazer com que a CPI ande?*

Garibaldi — O episódio do dossiê foi bom para dar um alento a essa comissão, para a investigação pegar. Tem de investigar, tem de abrir tudo. Fernando Henrique fez uma carta para Arthur Vir-

gílio pedindo para abrir todas as suas contas. Lula devia seguir o exemplo e fazer uma carta para o Romero Jucá (*Líder do governo no Senado*) para abrir tudo isso aí. Não há nenhum problema de segurança nacional. Não vejo como essas despesas possam ameaçar um governo. Usar argumento de segurança nacional é coisa de ditadura, de regime autoritário. Essa tese não combina com a democracia. O lixo do presidente da República não é diferente do lixo de nenhum contribuinte. A mordomia faz parte do poder. Lula como presidente da República e eu aqui como presidente do Senado temos direito a uma certa mordomia. Mas isso deve ser totalmente transparente.

Veja — *A maneira mais comum de o governo do PT tentar evitar uma investigação no Congresso é apelar para a tese de que o governo anterior fez o mesmo. Essa disputa para ver quem errou primeiro não provoca uma descrença na classe política?*

Garibaldi — Ajuda muito a desmoralizar os políticos. Não quero dizer que não se deva comparar uma administração com a outra. Mas comparar seus feitos, não comparar para ver quem é pior, quem fez o errado antes. Há um nivelamento por baixo. O que a população espera é que se corrija o erro, não que se faça a exaltação do errado. Lá no Nordeste, há um dito popular assim: todo mundo calça 40. Significa que são todos iguais. Quando vejo essa troca de acusações entre PT e PSDB, lembro logo da frase. Todos eles calçam 40.

Veja — *Mas o senhor é do PMDB, partido que esteve ao lado dos tucanos, hoje apóia os petistas e, assim, vai se perpetuando no poder, independentemente dos governos, há vinte anos. O seu partido também não calça 40?*

Garibaldi — Dentro do PMDB há uma corrente que quer nadar contra essa maré. Mas essa prática do fisiologismo termina nivelando todo mundo por baixo. A imagem hoje é a de quem é do PMDB não presta. É uma injustiça generalizar, todo partido tem gente fisiológica e gente séria, mas o meu partido deu motivos. Para enfrentar isso, o partido precisaria oferecer a outra face, a face boa. Mas qual será essa face boa, essa ilha de excelência?

Veja — Qual?

Garibaldi — Pensando em 2010, é difícil o partido tirar um candidato dessa massa sem lideranças. O PMDB não tem candidato. Ou vai de Aécio Neves, se ele vier para o partido, ou não tem ninguém. Poderia ser o Sérgio Cabral, mas ele está encontrando muitas dificuldades no governo do Rio.

Veja — Há alguma chance real de o governador de Minas, Aécio Neves, trocar o PSDB pelo PMDB?

Garibaldi — Eu não sou um dos articuladores desse projeto. Mas, se der certo, eu embarco nessa candidatura.

Veja — O presidente Lula aposta em Dilma Rousseff como sua candidata à sucessão e deu a ela o comando do PAC, para tentar fazê-la decolar. Lula e o PAC são suficientes para fazer de Dilma a próxima presidente?

Garibaldi — Se Dilma é a mãe do PAC, a candidatura dela vai depender dos filhos. Se esse PAC crescer mesmo, se esses filhos chegarem aos 16 anos e se tornarem eleitores, com o título no bolso, ela terá chance. Agora, se Dilma permanecer apenas com esse papel de coordenadora e o PAC não for esse canteiro lindo de obras, for só uma sigla, vai ser difícil demais emplacar.

Veja — O senhor acha que o PT, na hipótese de não encontrar um candidato ideal à sucessão, pode lançar uma ofensiva para dar um terceiro mandato a Lula?

Garibaldi — Pode, sim. Cada cidadão tem sua opinião, e eu vou dar a minha: eu não acredito que Lula vá topa essa parada. Ele está com uma imagem que não foi fácil conquistar, muito melhor do que quando ele iniciou essa luta para chegar à Presidência e ouvia gente dizendo que ia sair do país se ele ganhasse. Não houve debandada, não houve crise na economia. O presidente não vai querer jogar tudo isso fora por uma aventura do terceiro mandato. O que ele pode é querer voltar na eleição seguinte.

Veja — Qual o ponto forte do governo Lula?

Garibaldi — É uma coisa óbvia. Lula é um homem que foi fiel, pelo menos no imaginário popular, às suas origens. Chegou à Presidência, manteve a políti-

ca econômica e voltou-se para a população mais pobre. Expandiu as bolsas e deu mais assistência aos pobres. Não sei se no futuro esses programas vão ser considerados bons, já que no interior do Nordeste muita gente não quer mais trabalhar porque está recebendo essa Bolsa Família. Prefere o dinheiro fácil a pegar

“O lixo do presidente da República não é diferente do lixo de nenhum contribuinte. A mordomia faz parte do poder. Lula como presidente da República e eu como presidente do Senado temos direito a uma certa mordomia. Mas isso deve ser totalmente transparente”

no cabo da enxada. Agora, para a fome não há outra receita a não ser encher a barriga. Por isso o Lula é popular. Por isso não há quem possa hoje subir à tribuna do Senado e dizer que o Bolsa Família não é um bom programa.

Veja — E os pontos fracos?

Garibaldi — O problema é que Lula vê as coisas com um certo maniqueísmo. Tudo o que ele faz é bom. E quem fala mal dele, até quando é uma crítica bem-intencionada, é ruim. Então, ele passou a ser um divisor de águas, um dono da verdade. É lógico que existem falhas no governo dele. A reforma agrária dele não é boa. Ele não segura a exacerbação do MST. A política de Lula para o homem do campo é muito ruim. No Nordeste não tem mais ninguém vivendo direito da agricultura. Não existe grande produtor, não existe médio e o agricultor familiar só planta para subsistência. Outra falha é a falta de política de desenvolvimento regional, de investimento nas voçações econômicas das regiões.

Veja — O senhor foi relator da CPI dos Bingos, que desvendou uma série de escândalos no governo. Como o senhor avalia a corrupção no Executivo?

Garibaldi — O governo Lula foi muito frágil com a corrupção. Adotou uma política, para mim errada, de dizer que ninguém errou, que os corruptos foram vítimas de complôs, de circunstâncias. Sempre criando atenuantes. E se você cria atenuante cria impunidade. O próprio presidente adotou essa política muito compassiva com os auxiliares. Se o presidente não pune, não manda apurar, abre a porta para mais corrupção. Lula deveria ter cortado o mal pela raiz. Como não cortou, ficou sem condição de debelar a corrupção.

Veja — O senhor deve ouvir falar de reformas tributária e política desde que entrou na vida pública. Por que elas nunca saem?

Garibaldi — O país precisa muito de reforma política, previdenciária e tributária, mas já desperdiçamos muitas oportunidades. Lula e Fernando Henrique foram eleitos e reeleitos com grandes votações, tinham condições de enfrentar as resistências, mas não se empenharam. Isso só se faz no começo do governo, quando a popularidade é alta. Eu culpo essa falta de coragem dos últimos governantes para enfrentar essas questões mais a fundo. Isso é coisa para estadista. E falta estadista em nosso país.

Veja — Há alguma chance de aprovar a reforma tributária que está no Congresso até o fim do governo Lula?

Garibaldi — Este ano parece ser péssimo no Congresso por causa da eleição. Aparentemente, ninguém aposta um real que a reforma tributária saia. Mas eu aposto que essa reforma tributária, que não é a ideal, pode sair se o governo se empenhar com ela, for tolerante e dialogar com todos os lados envolvidos.

Veja — A vida do senhor mudou muito depois que assumiu a presidência do Senado?

Garibaldi — Mudou demais, meu filho, está muito mais complicada. Hoje eu tenho de atender a muitos compromissos em todos os estados. Estou correndo muito, me desdobrando muito. Estou fazendo o mesmo, mas com mais intensidade. Politicamente é muito bom, dá muito mais visibilidade. Mas dá um trabalho... ■

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra, como orador inscrito, ao Senador Neuto de Conto. (Pausa.)

O Senador Leomar Quintanilha...

Concedo a palavra ao Senador José Nery.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA.) – (*Fora do microfone.*) – Sr. Presidente, o Senador Leomar Quintanilha me cedeu a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sim; o Senador Leomar Quintanilha cedeu a palavra a V. Ex^a. Portanto, com a palavra o Senador Mário Couto.

Antes, V. Ex^a vai me permitir dizer que amanhã teremos a audiência solicitada por V. Ex^a...

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – (*Fora do microfone.*) – Amanhã não, porque amanhã não dá para...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Amanhã não teremos condições de reunir todos os interessados.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – No início da próxima semana, Sr. Presidente. Eu lhe agradecerá.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – No início da próxima semana, V. Ex^a fique já certo de que teremos a audiência solicitada por V. Ex^a, com a presença das lideranças de entidades e de organizações não-governamentais.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Agradeço a V. Ex^a, pela necessidade do fato.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente. Acredito que, na próxima terça-feira, estaremos com V. Ex^a, para que tenhamos o apoio do Senado Federal aos madeireiros.

O Sr. Expedito Júnior (Bloco/PR – RO) – Senador Mário Couto?

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Pois não, Senador.

O Sr. Expedito Júnior (Bloco/PR – RO) – Nós poderíamos fazer isso também com os demais Estados da Região Amazônica. Se V. Ex^a permitir, vou querer trazer também...

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Lógico, lógico. V. Ex^a já está designado coordenador, para que recolha assinaturas para o meu requerimento que darei entrada hoje, a fim de que possamos falar, primeiro, com o Presidente e, depois, com a Ministra, com todos os Senadores da Amazônia Legal, Senador Expedito. Ajude-me nessa tarefa. Fico muito honrado.

O Sr. Expedito Júnior (Bloco/PR – RO) – Obrigado.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, Senador Garibaldi Alves, Senador José Nery, do meu Estado, antes de começar meu pronunciamento na tarde de hoje, embora saiba que não é normal,

quero abrir um precedente para agradecer ao meu Partido – e faço isso muito sensibilizado, Senador Arthur Virgílio.

Minha filha de três anos de idade, Senador, foi ao Pará comigo e, infelizmente, lá teve uma crise de pneumonia grave, associada a um problema abdominal grave. Tivemos de levá-la, às pressas, ontem, a São Paulo.

Quero aqui deixar, sensibilizado, meus agradecimentos ao Governador José Serra, de São Paulo, que me tratou com muito carinho e com muita atenção; ao nosso Líder, que, imediatamente, sensibilizado com a questão, ajudou-me a coordenar a transferência da minha filha de Belém para São Paulo; ao Senador Sérgio Guerra, Presidente do meu Partido, que demonstrou, mais uma vez, sua sensibilidade; ao Senador Flexa Ribeiro e a todos os Senadores do meu Partido. Muito obrigado. Isso não tem preço para se pagar.

Sr. Presidente, estive no Pará e visitei alguns Municípios do interior. Primeiro, fui a Primavera, um Município do nordeste do Estado, com meu querido Prefeito Celso Gomes. Lá estivemos reunidos, num ginásio lotado, e sempre olhando as questões do Município, Senador Marconi Perillo. Quero aqui deixar meu abraço fraterno a todos aqueles que estiveram presentes e ao Município próspero da região do nordeste do Pará, Primavera.

De lá, Senador, nós fomos visitar os Municípios que estão em crise em função da Operação Arco de Fogo, instalada na região amazônica. É preciso que o povo brasileiro entenda, perceba e saiba como foi feita essa operação. Há muito, Senador, vimos a esta tribuna clamar para que a Amazônia não seja vendida, não seja devastada, seja respeitada por todos os brasileiros; contudo, infelizmente, Senador Mão Santa, o que o Governo Federal coordenou por meio dessa ação foi um castigo para o Estado do Pará e para todos os Estados da Região Amazônica.

Senador Expedito Júnior, a ação foi feita para prender bandidos. Se assim fosse feito, Senador, estaria ótimo. Bandidos que derrubam árvores da Amazônia, irregularmente. O meu Deus, se assim fosse feito! Mas não foi feito assim, Senador. Ao contrário, Senador. Misturaram, num saco só, todos aqueles que são leais e todos aqueles que são bandidos. Não procuraram saber, não procuraram investigar, não procuraram poupar aqueles que se preocupam com a legalidade. Se quem é leal, quem pratica a legalidade neste País merece punição, aí, Senador, estamos perdidos!

Oito mil desempregados! Oito mil desempregados em Tailândia, Município do nordeste do Pará! E o Município de Breves, no meu Marajó querido? Se nada dão ao Marajó, se nada fazem pelo Marajó, nem o Presidente, nem a Governadora do meu Estado, ainda maltratam o Marajó. Ainda desempregam as pessoas no Marajó.

Vá lá, Senador! Mão Santa, dê um pulo ao Marajó, no Município de Breves, o maior da Ilha de Marajó.

Quase cem mil habitantes, 45 mil eleitores. Dê um pulo lá para ver como está a população daquele Município com essa operação.

O Governo é assim, Mão Santa. O Governo é desorganizado, Mão Santa! O Governo não procura fazer um plano de ação. O Governo não procura saber quem presta e quem não presta, Mão Santa. As ações do Governo são todas desastrosas!

É lamentável que a Governadora do nosso Estado ainda vá à televisão para criticar os moradores daqueles Municípios. Chamar, por exemplo, Senador – isso é lamentável – os moradores do Município de Tailândia de cachaceiros?! Trabalhadores, trabalhadores honestos, como os do meu Marajó. E sabe que, a toda hora, bate o desemprego à porta de cada um. Madeiras fechando, aquelas que trabalham dentro da regularidade, com plano de manejo – e nunca mais se soube o que é aprovar um. Centenas de planos de manejo, Senador Mão Santa, Senador Expedito, e o Ibama... Já falei aqui que o Ibama não tem a menor estrutura, Senador José Nery, no nosso Estado.

O Governo Federal, a primeira coisa que o Governo Federal... E a Ministra Marina Silva, que me parecia ser uma das melhores desse Governo Lula, agora me decepciona. Não há um plano de manejo, Senador Expedito Júnior. Não há um plano de manejo liberado. Nenhum! Centenas de planos de manejo acumulados. E o Governo não mede a mínima conseqüência, não sabe quem é bandido e quem é gente séria.

Não queremos bandido na Amazônia; não queremos desmatar a Amazônia irregularmente, mas não queremos vê-la com seus filhos todos na miséria, sem ter como trabalhar e criar com dignidade sua família.

Senador, não vamos concordar com isso. Aqueles que estão na irregularidade que sejam punidos; aqueles que estão na irregularidade que sejam colocados na cadeia; porém, aqueles que trabalham na regularidade, conforme os planos de reflorestamento estabelecidos pelo Governo, conforme os planos de manejo; aqueles que dão emprego ao brasileiro e à brasileira não podem fechar suas portas por determinação do Governo Federal – não podem e não devem!

Mozarildo Cavalcanti querido, nós, Senadores da Amazônia Legal, temos que dar uma resposta a isso. Não podemos cruzar os braços, Senador Mozarildo Cavalcanti. Não podemos ver a segunda maior produção da Amazônia ser levada à falência. No meu Estado, a madeira é o segundo maior item da pauta de exportação. Primeiro, o minério; segundo, a madeira.

A madeira é o setor que mais emprega no meu Estado. O Estado do Pará, Senadores, exportou US\$7,9 bilhões. É o sexto maior exportador do Brasil, e a madeira é o segundo maior produto de exportação deste País. O Pará não pode ser condenado!

Presidente Lula, o Marajó votou em V. Ex^a em massa. Presidente Lula, o Pará votou em V. Ex^a em massa. O que adianta dar bolsa-emprego, Presidente Lula, e desempregar o setor madeireiro!? O que adianta

Presidente? Isso é demagogia; isso é usar o povo politicamente. Onde nós estamos, Senador Expedito? Isso é muito caro! Se houvesse realmente uma intenção de preservar o brasileiro empregado, de dar emprego ao brasileiro, não fariam o que estão fazendo no Estado do Pará e em outros Estados da Amazônia. Não fechariam as indústrias de madeira de modo perverso, de modo irregular, de modo autoritário. Nem na ditadura eu vi um fato tão cruel como esse.

Não sei que rumos vamos tomar nos nossos Estados, Senadores. Contudo, se nós, que somos os legítimos representantes do povo da Amazônia, não tomarmos nenhuma posição em relação a isso, o povo da Amazônia haverá de nos culpar, haverá de nos chamar de indolentes, haverá de se arrepender de nos ter mandado para cá.

Ou nós tomamos uma decisão de Senadores que querem ver o seu Estado gerando emprego, que querem ver o seu povo digno, trabalhando, ou, então, Senador Expedito, eles haverá de ter razão quando olharem para o rosto de cada um de nós – cada cidadão da Amazônia, do meu Estado, de Breves, de Tailândia ou de outros municípios do interior do meu Estado – e afirmarem que estão arrependidos de terem nos mandado para cá representá-los.

Vamos honrar, Senador, cada homem e mulher que nos mandou para cá, defendendo a geração de emprego no meu Estado, no seu Estado, no Estado de Roraima, no Acre, em Rondônia; enfim, vamos honrá-los. E nós só poderemos honrá-los se aqui nós começarmos uma batalha, e eu comecei muitas aqui e de algumas já saí vitorioso.

Lembro-me do Sarah Kubitscheck, hospital do meu Estado; lembro-me da Transamazônica; lembro-me das eclusas, Senador, que nós já conseguimos para o nosso Estado; lembro-me dos aposentados, que nós vamos votar agora. Só não votamos ainda por causa da pauta que está trancada, mas, tão logo seja liberada, votaremos. Por que, agora, não iríamos conseguir, Senador, com o apoio de todos os Senadores amazônidas, sucesso para que voltem com dignidade os paraenses e trabalhadores da Amazônia aos seus empregos?

Pois não, Senador. Eu vou terminar com o seu aparte.

O Sr. Expedito Júnior (Bloco/PR – RO) – V. Ex^a não faz hoje só uma defesa do seu Estado; faz uma defesa praticamente de toda a região amazônica, e eu quero lhe cumprimentar por isso. Quando V. Ex^a usa da tribuna – e tenho acompanhado os seus discursos todos os dias –, ou está defendendo o povo do seu Estado, ou está defendendo os aposentados do Brasil. E eu não poderia deixar de apartear-lo exatamente hoje quando, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – está aqui o Senador Gilberto, que inclusive também é do Mato Grosso e estava presente –, aprovamos a criação de uma subcomissão, inclusive...

O SR. PRESIDENTE (José Nery. PSOL – PA. Fazendo soar a campanha.) – Informo a V. Ex^a...

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Já vou descer da tribuna, Presidente.

O Sr. Expedito Júnior (Bloco/PR – RO) – ... inclusive proposta pelo Senador Flexa Ribeiro. E, já a partir de amanhã, estaremos fazendo uma agenda positiva. Parece-me que uma das primeiras decisões da subcomissão é a vinda da Ministra Marina Silva e, em seguida, dos governadores, para que possamos deslocar esse grupo de parlamentares até os Estados, **in loco**, para saber o que está acontecendo em cada Estado. Eu sei, por exemplo, o que está acontecendo em Rondônia; V. Ex^a sabe o que está acontecendo no Pará; está aqui o Senador Arthur Virgílio, e não é diferente também no Amazonas. Enfim, não podem tratar o madeireiro, não podem tratar o setor da nossa economia como bandido, com vem tratando. Sei que não é diferente também no seu Estado. E o que é mais perverso é que o Ministério do Meio Ambiente não tem sequer um projeto de sustentabilidade para os amazônidas. Não tem sequer um projeto. Desafio a Ministra Marina Silva a apresentar aqui um projeto de sustentabilidade para a nossa região. Querem, sim, mandar no que é nosso; querem exigir que o povo do nosso Estado, do seu e do meu, seja tratado como bandido, como estão fazendo hoje com os madeireiros, com os pequenos produtores do nosso Estado; pequenos produtores esses que, quando desmataram, estavam sob a égide de um Código Florestal da década de 70, que permitia até 50% de desmatamento. Infelizmente, hoje, essa política perversa... O grande responsável por tudo isso que está passando o povo do nosso Estado, Presidente Nery, é exatamente o próprio Governo. Muito obrigado.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Desço desta tribuna, Sr. Presidente, dizendo o seguinte, Senador Arthur Virgílio: o Presidente da República, em vez de estar segurando as informações das suas contas, dos gastos corporativos, deveria dar mais atenção a esta causa muito justa dos milhares e milhares de desempregados com a Operação Arco de Fogo.

Senador, vou externar o meu sentimento ao descer desta tribuna. Já participei de uma comissão neste Senado. E, sinceramente, se esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Cartões Corporativos, Senador Arthur Virgílio, terminar bloqueada; se esta CPMI for jogada no lixo, como jogaram a CPI do Apagão Aéreo, posso afirmar a V. Ex^a, com certeza, que nós não estamos mais vivendo uma democracia neste País. Fique sabendo V. Ex^a e outros Senadores que, se o mecanismo que tem a minoria para usar, que é a apuração de irregularidades – objetivo dessa CPMI – dos gastos com os cartões corporativos, for jogado mais uma vez no lixo, a democracia deste País, que está sob suspeita há muito tempo, esse fato se concretizando, Senador Nery, V. Ex^a pode ter a certeza de

que a democracia deste Senado, desta Casa legislativa e deste País está abalada.

Muito obrigado, Presidente.

Durante o discurso do Sr. Mário Couto, o Sr. Garibaldi Alves Filho, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Efraim Morais, 1º Secretário..

Durante o discurso do Sr. Mário Couto, o Sr. Efraim Morais, 1º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. José Nery.

O SR. PRESIDENTE (José Nery. PSOL – PA) – Obrigado, Senador Mário Couto.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Nery. PSOL – PA) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, encaminho à mesa voto de lembrança em homenagem à memória do ex-Senador Benjamin Farah, que, se vivo fosse, estaria completando 98 anos de idade nesse mês de março de 2008.

Trata-se de um parlamentar ilustre. Deputado estadual, deputado federal, senador, com muitos benefícios prestados à causa do servidor público deste País. Usava a tribuna praticamente todos os dias. Propôs – e muitos foram aprovados – cerca de mil projetos de lei ao longo de sua carreira, tão profícua. Notável figura humana.

Homenageio sua família.

Sr. Presidente, além disso, peço a V. Ex^a que acolha nos Anais da Casa pronunciamento pelo qual advirto que faz 80 dias que os advogados da União estão em greve. São 15 mil procuradores, da União, da Fazenda, do Banco Central e da Defensoria Pública da União, carreiras, sem dúvida, estratégicas para o Estado.

Por que a greve? Porque o Governo – e eu peço que vá para os Anais também o termo de compromisso que o Governo não cumpriu. Isso já não é novidade! – não cumpriu um compromisso. Eles se sentem marginalizados.

Peço que toda a documentação em que eles fazem a comparação com outras carreiras, mais o manifesto que lançaram à Nação, falando do descumprimento do acordo, do descumprimento à Constituição Federal, tudo isso seja acolhido pelos Anais da Casa junto com a homenagem que faço ao notável ex-Deputado e ex-Senador Benjamin Miguel Farah.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do inciso I, § 2º, art. 210, do Regimento Interno.)

TERMO DE COMPROMISSO

Estabelece parâmetros para fins de revisão das tabelas remuneratórias das carreiras da área jurídica da União.

Pelo presente Termo de Compromisso, de um lado, a representação governamental, neste ato, composta pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Advocacia Geral da União, e de outro as entidades que compõem o Fórum Nacional da Advocacia Pública Federal, na qualidade de representantes da categoria: ANPAF – Associação Nacional dos Procuradores Federais, ANAJUR – Associação Nacional dos Membros das Carreiras da Advocacia Geral da União, ANDPU – Associação Nacional dos Defensores Públicos da União, ANAUNI – Associação Nacional dos Advogados da União, APBC – Associação Nacional dos Procuradores do Banco Central do Brasil, ANPPREV/SINPROPREV – Associação Nacional dos Procuradores Federais da Previdência Social, APAFERJ – Associação dos Procuradores Federais no Estado do Rio de Janeiro e SINPROFAZ – Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional, têm como justo e acordado o seguinte:

Clausula Primeira: A representação governamental compromete-se a assegurar a melhoria dos subsídios das Carreiras Jurídicas, constante do anexo I da Lei nº 11.358, de 19 de outubro de 2006, na forma da tabela anexa, com efeitos financeiros a partir de 01 de novembro de 2007, abril de 2008, novembro de 2008 e abril de 2009;

Clausula Segunda: A representação governamental encaminhará à Casa Civil da Presidência da República proposta de instrumento legal que contemple a reestruturação de tabelas remuneratórias dos servidores das carreiras jurídicas;

AGU/Entidades Sindicais/SRH-MP – Termo de Compromisso 01/11/2007.

Senhor Presidente, Senhoras e
Senhores Senadores,

Faz 80 dias que os advogados da União estão em greve. São 15 mil procuradores, da União, da Fazenda, do Banco Central e Defensoria Pública da União, carreiras, sem dúvida, estratégicas para o Estado.

Por quê a greve?

Sem entrar em outras considerações, os procuradores sentem-se marginalizados pelo Governo e perplexos pelo não cumprimento do Termo de Compromisso entre eles e o Ministério do Planejamento.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

LEI COMPLEMENTAR 75/93	MINISTERIO PÚBLICO FEDERAL	SUBSIDIOS Lei 11.144/05
	Subprocurador-Geral da República	R\$ 23.275,00
	Procurador Regional da República	R\$ 22.111,25
	Procurador da República	R\$ 21.005,68
LEI COMPLEMENTAR 35/79	MAGISTRATURA FEDERAL	SUBSIDIOS Lei 11.143/05
	Desembarador Federal	R\$ 22.111,25
	Juiz Federal	R\$ 21.005,68
LEI COMPLEMENTAR 73/93	ADVOCACIA-GERAL DA UNIAO	SUBSIDIOS Lei 11.358/06
	Especial	R\$ 14.954,90
	Primeira Categoria	R\$ 12.751,39
SEM LEI COMPLEMENTAR	Segunda Categoria	R\$ 11.238,98
	Diferença MP e Justiça	32,36%
		39,29%
LEI COMPLEMENTAR 73/93	POLICIA FEDERAL	SUBSIDIOS Lei 11.538/07
	Especial	R\$ 19.699,82
	Primeira Categoria	R\$ 17.498,40
SEM LEI COMPLEMENTAR	Segunda Categoria	R\$ 14.970,60
	Diferença MP e Justiça	11%
		17%
LEI COMPLEMENTAR 73/93	ADVOCACIA-GERAL DA UNIAO	SUBSIDIOS em 2008 pelo ACORDO
	Especial	R\$ 18.053,57
	Primeira Categoria	R\$ 16.006,29
SEM LEI COMPLEMENTAR	Segunda Categoria	R\$ 14.049,53
	Diferença MP e Justiça	18,35%
		23,80%
LEI COMPLEMENTAR 73/93	ADVOCACIA-GERAL DA UNIAO	SUBSIDIOS em 2009 pelo ACORDO
	Especial	R\$ 19.699,82
	Primeira Categoria	R\$ 17.498,40
SEM LEI COMPLEMENTAR	Segunda Categoria	R\$ 14.970,60
	Diferença MP e Justiça	11%
		17%
SEM LEI COMPLEMENTAR		25%

	I	U	U	U	E	F	G	H
72	VALORES DA AUDIÊNCIA DE RECEITA FEDERAL CORRIGIDOS PELA INFLAÇÃO							
	CATEGORIA A				CATEGORIA B			
	Resultado da Correção pelo IGP-M				Resultado da Correção pelo IGP-M			
-72	Dados básicos da correção pelo IGP-M:				Dados básicos da correção pelo IGP-M:			
73	Data inicial:	jul/98		Data inicial:	jul/98		Data inicial:	jul/98
74	Data final:	fev/08		Data final:	fev/08		Data final:	fev/08
75	Valor nominal:	R\$ 4.684,97		Valor nominal:	R\$ 4.628,82		Valor nominal:	R\$ 4.558,99
76	Dados calculados:				Dados calculados:			
77	Índice de correção no período:	2,5628632		Índice de correção no período:	2,5628632		Índice de correção no período:	2,5628632
78	Valor percentual correspondente:	156,29%		Valor percentual correspondente:	156,29%		Valor percentual correspondente:	156,29%
79	Valor corrigido na data final:	R\$ 12.006,94		Valor corrigido na data final:	R\$ 11.863,03		Valor corrigido na data final:	R\$ 11.684,07
80	DIFERENÇA: ATUAL - CORRIGIDO (%)				DIFERENÇA: ATUAL - CORRIGIDO (%)			
81	9,36%				0,65%			
82	fonte: Banco Central do Brasil (www.bcb.gov.br)							
83								
84								
85	VALORES DO CICLO DE GESTÃO CORRIGIDOS PELA INFLAÇÃO							
	CATEGORIA A				CATEGORIA B			
	Resultado da Correção pelo IGP-M				Resultado da Correção pelo IGP-M			
86	Dados básicos da correção pelo IGP-M:				Dados básicos da correção pelo IGP-M:			
87	Data inicial:	jul/98		Data inicial:	jul/98		Data inicial:	jul/98
88	Data final:	fev/08		Data final:	fev/08		Data final:	fev/08
89	Valor nominal:	R\$ 3.767,75		Valor nominal:	R\$ 3.621,76		Valor nominal:	R\$ 3.440,20
90	Dados calculados:				Dados calculados:			
91	Índice de correção no período:	2,5628632		Índice de correção no período:	2,5628632		Índice de correção no período:	2,5628632
92	Valor percentual correspondente:	156,29%		Valor percentual correspondente:	156,29%		Valor percentual correspondente:	156,29%
93	Valor corrigido na data final:	R\$ 9.656,23		Valor corrigido na data final:	R\$ 9.282,08		Valor corrigido na data final:	R\$ 8.816,76
94	DIFERENÇA: ATUAL - CORRIGIDO (%)				DIFERENÇA: ATUAL - CORRIGIDO (%)			
95	19,18%				9,26%			
96	fonte: Banco Central do Brasil (www.bcb.gov.br)							
97								

A	B	C	D	E	F	G	H
39	VALORES DA AGUIPEN CORRIGIBOS REFINAÇÃO						
40	CATEGORIA ESPECIAL						
41	Resultado da Correção pelo IGP-M		PRIMEIRA CATEGORIA	Resultado da Correção pelo IGP-M		SEGUNDA CATEGORIA	Resultado da Correção pelo IGP-M
42	Dados básicos da correção pelo IGP-M:		Dados básicos da correção pelo IGP-M:	Dados básicos da correção pelo IGP-M:		Dados básicos da correção pelo IGP-M:	
43	Data inicial: jun/98		Data inicial: jun/98	Data inicial: jun/98		Data inicial: jun/98	
44	Data final: fev/08		Data final: fev/08	Data final: fev/08		Data final: fev/08	
45	Valor nominal: R\$ 5.452,72		Valor nominal: R\$ 5.308,98	Valor nominal: R\$ 5.308,98		Valor nominal: R\$ 5.193,57	
47	Dados calculados:		Dados calculados:	Dados calculados:		Dados calculados:	
48	Índice de correção no período: 2,572602		Índice de correção no período: 2,572602	Índice de correção no período: 2,572602		Índice de correção no período: 2,572602	
49	Valor percentual correspondente: 157,26%		Valor percentual correspondente: 157,26%	Valor percentual correspondente: 157,26%		Valor percentual correspondente: 157,26%	
50	Valor corrigido na data final: R\$ 14.027,68		Valor corrigido na data final: R\$ 13.657,89	Valor corrigido na data final: R\$ 13.657,89		Valor corrigido na data final: R\$ 13.360,99	
51	DIFERENÇA: ATUAL - CORRIGIDO (%)		DIFERENÇA: ATUAL - CORRIGIDO (%)	DIFERENÇA: ATUAL - CORRIGIDO (%)		DIFERENÇA: ATUAL - CORRIGIDO (%)	
52	6%		-7,60%	-7,60%		-18,88%	
52	fonte: Banco Central do Brasil (www.bcb.gov.br)						
53	VALORES DA RÓCICA FEDERAL CORRIGIBOS REFINAÇÃO						
54	CATEGORIA ESPECIAL						
55	Resultado da Correção pelo IGP-M		PRIMEIRA CATEGORIA	Resultado da Correção pelo IGP-M		SEGUNDA CATEGORIA	Resultado da Correção pelo IGP-M
56	Dados básicos da correção pelo IGP-M:		Dados básicos da correção pelo IGP-M:	Dados básicos da correção pelo IGP-M:		Dados básicos da correção pelo IGP-M:	
57	Data inicial: jun/98		Data inicial: jun/98	Data inicial: jun/98		Data inicial: jun/98	
58	Data final: fev/08		Data final: fev/08	Data final: fev/08		Data final: fev/08	
59	Valor nominal: R\$ 4.719,85		Valor nominal: R\$ 4.657,28	Valor nominal: R\$ 4.657,28		Valor nominal: R\$ 3.980,61	
61	Dados calculados:		Dados calculados:	Dados calculados:		Dados calculados:	
62	Índice de correção no período: 2,572602		Índice de correção no período: 2,572602	Índice de correção no período: 2,572602		Índice de correção no período: 2,572602	
63	Valor percentual correspondente: 157,26%		Valor percentual correspondente: 157,26%	Valor percentual correspondente: 157,26%		Valor percentual correspondente: 157,26%	
64	Valor corrigido na data final: R\$ 12.142,30		Valor corrigido na data final: R\$ 11.981,33	Valor corrigido na data final: R\$ 11.981,33		Valor corrigido na data final: R\$ 10.240,53	
65	DIFERENÇA: ATUAL - CORRIGIDO (%)		DIFERENÇA: ATUAL - CORRIGIDO (%)	DIFERENÇA: ATUAL - CORRIGIDO (%)		DIFERENÇA: ATUAL - CORRIGIDO (%)	
65	57%		42%	42%		42%	
66	fonte: Banco Central do Brasil (www.bcb.gov.br)						
67							
68							
69							

1	A	B	C	D	E	F	G	H
3	AGU/PFN							
	CATEGORIA	1998	2000	2001	2002	2003	2004	2005
4	ESPECIAL	R\$ 5.452,72	R\$ 5.452,72	R\$ 5.452,72	R\$ 7.143,43	R\$ 7.274,78	R\$ 7.961,21	R\$ 9.822,85
5	PRIMEIRA	R\$ 5.308,98	R\$ 5.308,98	R\$ 5.308,98	R\$ 6.216,03	R\$ 6.338,06	R\$ 7.195,86	R\$ 8.992,74
6	SEGUNDA	R\$ 5.193,57	R\$ 5.193,57	R\$ 5.193,57	R\$ 5.195,02	R\$ 5.306,84	R\$ 6.163,34	R\$ 7.872,88
7								
8	CATEGORIA	2006	2007	2008				
9	ESPECIAL	R\$ 11.850,00	R\$ 12.900,42	R\$ 14.954,90				
10	PRIMEIRA	R\$ 10.900,00	R\$ 11.746,95	R\$ 12.751,39				
11	SEGUNDA	R\$ 9.500,00	R\$ 10.497,56	R\$ 11.238,98				
12								
13	DELEGADO DE POLICIA FEDERAL							
15	CATEGORIA	1998	2000	2001	2002	2003	2004	2005
16	ESPECIAL	R\$ 4.719,85	R\$ 8.967,71	R\$ 8.967,71	R\$ 9.281,73	R\$ 9.434,44	R\$ 10.426,46	R\$ 11.083,19
17	PRIMEIRA	R\$ 4.657,28	R\$ 8.848,83	R\$ 8.848,83	R\$ 9.158,63	R\$ 9.310,15	R\$ 10.292,46	R\$ 10.937,12
18	SEGUNDA	R\$ 3.980,61	R\$ 7.563,17	R\$ 7.563,17	R\$ 7.827,81	R\$ 7.965,97	R\$ 8.805,54	R\$ 9.356,67
19	TERCEIRA	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE	INEXISTENTE
20								
21	CATEGORIA	2006	2007	2008				
22	ESPECIAL	R\$ 15.391,48	R\$ 16.683,98	R\$ 19.053,57				
23	PRIMEIRA	R\$ 14.217,69	R\$ 15.201,90	R\$ 17.006,29				
24	SEGUNDA	R\$ 12.163,46	R\$ 13.005,60	R\$ 14.549,53				
25	TERCEIRA	R\$ 10.862,14	R\$ 11.614,10	R\$ 12.992,70				
26								
27	AUDITOR FISCAL DA RECEITA FEDERAL							
28								
29	CATEGORIA	1998	2008					
30	A	R\$ 4.684,97	R\$ 13.130,75					
31	B	R\$ 4.628,82	R\$ 11.785,88					
32	C	R\$ 4.558,99	R\$ 10.484,67					
33	D	R\$ 4.453,66	INEXISTENTE					
34								
35								
36								
37								
38								

CICLO DE GESTAO		
CATEGORIA	1998	2008
A	R\$ 3.767,75	R\$ 11.508,27
B	R\$ 3.621,76	R\$ 10.141,55
C	R\$ 3.440,20	R\$ 9.174,27
D	R\$ 3.166,34	R\$ 8.649,39

AUDITOR FISCAL DA RECEITA FEDERAL		
CATEGORIA	1998	2008
A	R\$ 4.684,97	R\$ 13.130,75
B	R\$ 4.628,82	R\$ 11.785,88
C	R\$ 4.558,99	R\$ 10.484,67
D	R\$ 4.453,66	INEXISTENTE

FORUM NACIONAL DA ADVOCACIA PÚBLICA FEDERAL

Forum Nacional da Advocacia Pública Federal

Senhoras e Senhores Cidadãos, Sociedade brasileira,

AS CARREIRAS

As Carreiras de Advogado da União, Procurador da Fazenda Nacional, Procurador Federal, Procurador do Banco Central e Defensor Pública da União são estratégicas para o Estado brasileiro. Referidas carreiras são responsáveis diretamente pela defesa da União, suas autarquias e fundações em juízo. São os mais necessitados, execução das políticas públicas do Governo Federal, incluindo as obras do PAC, a arrecadação tributária e não tributária da União, além dos contratos e convênios mantidos por toda a Administração Pública Federal.

O DESCUMPRIMENTO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

A CF/88 fixa a paridade remuneratória entre as carreiras jurídicas da União. Há dez anos que essa norma constitucional vem sendo desrespeitada desde longa data um advogado público federal ganha praticamente menos da metade do que um membro do Ministério Público Federal.



A LONGA NEGOCIAÇÃO EM 2007

Desde os primeiros meses de 2007 que as Carreiras da Advocacia Pública Federal, por intermédio do Fórum Nacional da Advocacia Pública Federal, vem discutindo com o governo a recomposição salarial das Carreiras. O governo, num primeiro instante, afirmou, com todas as letras, que iria conceder o aumento via honorários advocatícios, que pertencem aos advogados e que são desviados para compor o superávit primário. O Conselho Federal da OAB já se manifestou a respeito, registrando a ilegalidade desse procedimento, na medida em que os honorários pertencem aos advogados. Essa promessa, feita VÁRIAS VEZES pelo governo federal, durante longa negociação, acabou não sendo implementada.

Como não cumpriu a promessa dos honorários restou ao Fórum Nacional negociar uma outra forma de recomposição da remuneração. Depois de várias reuniões, paralisações, atos públicos em frente ao Palácio do Planalto, Ministério da Fazenda e Planejamento, o governo federal reconheceu que o aumento era mais do que devido e, dessa forma, elaborou um ACORDO COLETIVO DE RECOMPOSIÇÃO SALARIAL, que foi assinado, em 1º.11.2007, por todas as entidades que compõem o Fórum e por duas autoridades do primeiro escalão do governo federal, vinculadas ao Planejamento e à AGU.

A CPMF E O DESCUMPRIMENTO DO ACORDO

Referido acordo salarial, reproduzido no verso deste documento, é minucioso, detalhado, preciso e claro ao estabelecer inclusive período de vigência, novembro de 2007. Foi assinado no calor da discussão, no Congresso Nacional, da emenda de prorrogação da CPMF, no período da discussão da CPMF. EM NENHUM MOMENTO o acordo menciona a aprovação da CPMF como elemento essencial ao seu cumprimento.

O governo federal, lamentavelmente, não está honrando com a palavra empenhada, objeto, repita-se, do acordo minucioso e detalhado mencionado anteriormente.

A GREVE DAS CARREIRAS DA ADVOCACIA PÚBLICA FEDERAL

Considerando a quebra do Acordo Coletivo assinado em 1º.11.2007; o não cumprimento da palavra empenhada e a frustração entre os membros das Carreiras, não restou outra alternativa senão a decretação de greve por tempo indeterminado, a partir de 17.01.2008, consoante deliberação UNÂNIME de Assembléia realizada em Brasília, no dia 08 de janeiro de 2007, ratificada por assembléias estaduais de todas as Carreiras nos Estados. Tal como determina a Lei nº 7.783/89.

ATENDIMENTO À POPULAÇÃO DURANTE A GREVE

A Greve é uma medida extrema, decorrente da falta de diálogo ou presente A QUEBRADO CUMPRIMENTO DE ACORDO COLETIVO ANTES DE SER ADOTADO. A greve traz transtornos para os contribuintes ou usuários de serviços públicos. Contudo, não podemos ficar inertes ao DESRESPEITO DO GOVERNO, A QUEBRADO ACORDO COLETIVO. A lei nos autoriza.

Informamos que serão mantidos os serviços essenciais, e, como manda a lei, 30% (trinta por cento) da força de trabalho da Procuradoria Federal e do Conselho da Advocacia Pública Federal para cumprir a lei e amenizar os transtornos causados à população. Pedimos a compreensão e apoio de todos. A valorização das Carreiras da Advocacia Pública Federal é de interesse de toda a sociedade brasileira, na medida em que ela defende o patrimônio público.

Forum Nacional da Advocacia Pública Federal

PAUTA MÍNIMA DE REMINDICAÇÃO:

1. Cumprimento imediato do acordo coletivo com publicação de Medida Provisória, conforme acordado no termo de compromisso em anexo.

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.
Secretaria de Recursos Humanos
Espaço do Ministério, Bloco "C", 7º andar.
Sala 700 Cep: 70.046-900 - Brasília-DF

TERMO DE COMPROMISSO

Estabelece parâmetros para fim de revisão das tabelas remuneratórias das carreiras da área jurídica da União.

ACORDO DESCUMPRIDO

Pelo presente Termo de Compromisso, de um lado, a representação governamental, nomeada, convocada pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e da Advocacia Pública da União, e de outro as entidades que compõem o Fórum Nacional da Advocacia Pública Federal, na qualidade de representantes da categoria, ANPAF - Associação Nacional dos Procuradores Federais, ANAULR - Associação Nacional dos Membros das Carreiras de Advogados Gêni da União, ANIUPU - Associação Nacional dos Defensores Públicos da União, ANAUNI - Associação Nacional dos Advogados da União, APDC - Associação Nacional dos Procuradores do Banco Central do Brasil, ANPPREV/SINPPROPREV - Associação Nacional dos Procuradores Federais da Previdência Social, APAFERU - Associação dos Procuradores Federais do Estado do Rio de Janeiro e SINPROFAZ - Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional, têm como justo e acordado o seguinte:

Cláusula Primeira: A representação governamental comprometida a assegurar a publicação das tabelas das Carreiras Jurídicas no curso do processo nº 1.06.07.11.333, a partir de 19 de outubro de 2007, em forma de tabela anexa, com efeitos financeiros a partir de 01 de novembro de 2007, abril de 2008, novembro de 2008 e abril de 2009;

Cláusula Segunda: A representação governamental, encaminhada a Casa Civil da Presidência da República proposta de instrumento legal que contemple a reestruturação de tabelas remuneratórias dos servidores das carreiras jurídicas.

ANPAF - Associação Nacional dos Procuradores Federais - Termo de Compromisso nº 11/2007.

Cláusula Terceira: A representação sindical reconhece como adequado e compatível com a reestruturação remuneratória dos servidores da área jurídica da União, o acordo firmado neste Termo de Compromisso, desde que sua vigência entre as partes até 2010.

Cláusula Quarta: A representação sindical, na defesa do interesse público, compatível com o compromisso dos órgãos de Advocacia-Gêni da União e da Procuradoria-Gêni Federal na implementação do instrumento de trabalho que propõem o controle da produtividade, eficiência, eficácia e qualificação dos serviços jurídicos prestados por esses órgãos, de forma que possam desempenhar suas funções dentro do mais elevado nível de advocacia pública.

E, por fim, tendo-se por justo e acordado as cláusulas e condições constantes deste Termo, assinam o presente documento.

Brasília, 01 de novembro de 2007.

DIVANIRTAIVA FERREIRA
Secretário de Recursos Humanos
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

EVANILDO COSTA OAMA
Advogado-Gêni da União, Substituto

MEIRE LUCIA OLIVEIRA MONTENEGRO
FORUM NACIONAL DA ADVOCACIA PUBLICA FEDERAL, e
ANPPREV/SINPPROPREV - Associação Nacional dos Procuradores Federais da Previdência Social.

NICOLA BARBOSA DE AZEVEDO DA MOTTA
Advogado-Gêni da União

ANPAF - Associação Nacional dos Procuradores Federais - Termo de Compromisso nº 11/2007.

ROBERTO BRILHADO OLIVEIRA
ANPAF - Associação Nacional dos Procuradores Federais

HAMAM TABRASA DE MORAES E CORDOVA
ANDPU - Associação Nacional dos Defensores Públicos da União

JOSE WANDERLEY KOZIMA
ANAUNI - Associação Nacional dos Advogados da União

JOSE RODRIGO ARAUJO MESSIAS
APBC - Associação Nacional dos Procuradores do Banco Central do Brasil

JOAO CARLOS SOUZA
SINPROFAZ - Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional

JOSE MARCIO ARAUJO ALEMANY
APAFERU - Associação dos Procuradores Federais do Estado do Rio de Janeiro

ACORDO DESCUMPRIDO

REQUERIMENTO Nº /2008

Requer VOTO DE LEMBRANÇA em homenagem à memória do ex-Senador BENJAMIN FARAH, que, se vivo fosse, estaria completando 97 anos no mês de março de 2008.

REQUEIRO, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, VOTO DE LEMBRANÇA em homenagem à memória do ex-Senador BENJAMIN FARAH, que, se estivesse vivo, teria completado em março de 2008, 97 anos de existência.

Requeiro, ainda, que o Voto de Lembrança seja levado ao conhecimento dos familiares do homenageado.

JUSTIFICATIVA

No mês de março de 2008, estaria completando quase um século de existência, se vivo fosse, o ex-Senador BENJAMIN FARAH, ilustre homem público que honrou o Senado da República, como representante do Rio de Janeiro no ano de 1970.

Professor e médico, Benjamin Farah legou ao Brasil uma jornada de civismo e dedicação à política. Deputado Federal em dois mandatos e Senador por um, ele ocupava a tribuna quase todos os dias e propôs quase mil projetos de leis. É essa notável figura humana que hoje homenageio, requerendo ao Senado da República este voto de lembrança.

Sala das Sessões, de abril de 2008


Senador **ARTHUR VIRGÍLIO**
Líder do PSDB

O SR. PRESIDENTE (José Nery. PSOL – PA) – Senador Arthur Virgílio, o requerimento de V. Ex^a será acolhido na forma do Regimento, bem como os textos para a inclusão nos Anais da Casa.

Concedo a palavra ao Senador Efraim Moraes como Líder do Democratas, ou melhor, como Líder da Minoria.

O SR. EFRAIM MORAIS (DEM – PB. Pela Liderança da Minoria. Sem revisão do orador.) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Nery.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, como sertanejo e nordestino, muitas vezes vim a esta tribuna, como também na Câmara dos Deputados, pedir socorro ao Governo Federal para a seca no Nordeste, principalmente no meu Estado da Paraíba. Mas, hoje, em sentido contrário, Senador Mão Santa, venho a esta tribuna solicitar do Governo Federal apoio para o meu Estado da Paraíba, que já se encontra em estado de emergência pelo excesso de chuvas.

Sr. Presidente, para que se tenha uma idéia, as chuvas na Paraíba já mataram 11 pessoas até o último domingo e deixaram 4 mil desabrigados no meu Estado.

É lamentável que isso venha a ocorrer, embora exista aquele momento de alegria do sertanejo, do nordestino, com as chegadas das chuvas, mas elas vieram em grande quantidade. A partir daí, Senador Mão Santa, aqueles que plantaram no tempo certo, no tempo correto, da mesma forma que quando falta chuva, na seca, perdem, agora, por excesso de água, também perderam as suas plantações.

Sr. Presidente, o governo estadual solicitou o auxílio do Exército brasileiro, que já se encontra presente em algumas cidades. Eu posso garantir a presença do Exército na minha cidade de Santa Luzia, porque tive a oportunidade de contatar com o Juiz de Direito de lá, Dr. Brasilino Leite, onde foi proibido pelo próprio Exército aquele famoso banho de açude, pois já houve vítimas em Santa Luzia. E o que temos de informação é a tendência de novas precipitações na Paraíba, no Nordeste. Corre risco de rompimento de barragens. Os rios estão transbordando.

E a nossa preocupação é pedir ajuda, e rápido. Observamos que o Governo Federal precisa, de imediato, chegar a essas vítimas.

Há BRs na Paraíba, obras federais, que foram rompidas. É verdade que o Dnit de pronto chegou até essas obras e as estão recuperando. Da mesma forma, as estradas estaduais que romperam o DER também esteve presente. E aqui eu queria parabenizar o governo do Estado e louvar sua ação, por intermédio do Vice-Governador que está governando o Estado, em exercício, em função do afastamento do Governador

Cássio Cunha Lima para tratar de assuntos de saúde da sua família.

Observamos o seguinte, para que V. Ex^a tenha uma idéia: no fim de semana, cinco pessoas morreram na cidade de Itabaiana.

Em Itabaiana [...], seis homens que nadavam no rio Paraíba foram levados pela força da correnteza. [...]

No domingo, um corpo foi encontrado e, até o final da tarde de ontem, mais quatro corpos haviam sido localizados pelos bombeiros [...].

Na minha cidade, Santa Luzia, duas pessoas morreram afogadas. O excesso de água está deixando os reservatórios mais profundos. E chamamos a atenção de crianças, de adultos para que não se aproximem desses sangradores. Mas, lamentavelmente, a Paraíba atravessa este momento. Repito que, para nós, nordestinos, é uma alegria quando chega a chuva, mas, desta vez, meu caro Expedito Júnior, chuva demais, o que vem realmente complicando a questão do nosso Estado.

A cidade de Sousa está totalmente isolada. Outras cidades de Cajazeiras no alto sertão da Paraíba estão totalmente isoladas pelo excesso de chuva.

Foi formada uma força-tarefa estadual com a presença de pessoas ligadas às equipes de defesa civil. Queria aqui registrar o trabalho que vem sendo desenvolvido pelas equipes do Corpo de Bombeiros da Paraíba, da Polícia Militar e da Defesa Civil, bem como do Secretário de Infra-Estrutura Francisco Evangelista, que tem desenvolvido um trabalho, dia e noite, em busca de oferecer melhores condições à nossa região.

(Interrupção do som.)

O SR. EFRAIM MORAIS (DEM – PB) – São mais de quatro mil desabrigados. O Governo começa a distribuir colchões, começa a distribuir alimentos, começa a relocar as pessoas que estão próximas dessas enchentes. Mas, na realidade, os recursos são poucos, e pedimos aqui que o Governo Federal não deixe passar a necessidade maior, que é este momento.

Um apelo ao Ministro Geddel Vieira: que, de imediato, determine a liberação de recursos, para que o governo de Estado possa, ao lado do Dnit, da Defesa Civil, do Corpo de Bombeiros, da Polícia Militar, efetuar a defesa daqueles que mais precisam.

Então, o Governador José Lacerda, em exercício, intensificou a assistência às cidades, mas, repito, continua chovendo.

E, antes de vir a esta tribuna – vou pedir mais dois minutos para concluir, Sr. Presidente –, contactei com algumas regiões da Paraíba, e as chuvas continuam

torrencialmente. O que significa dizer que se precisa, mais do que nunca, da presença do Governo para que algo venha a acontecer.

As chuvas chegam a causar até destruição na própria capital do Estado, em João Pessoa. E, nesse final de semana, além das chuvas, ventos fortes destelharam casas, derrubaram árvores. Enfim, é uma situação difícil, e o Governo Federal precisa socorrer imediatamente os nossos irmãos nordestinos do Estado da Paraíba.

Aqui fica o meu apelo, para que possamos, na realidade, encontrar uma forma de ajudar esses desabrigados. Muitos deles – a maioria – fizeram suas plantações, mas, pelo excesso de água, perderam essas plantações. É preciso que o Governo, neste momento, chegue mais próximo desses irmãos abandonados do meu querido Estado da Paraíba.

(Interrupção do som.)

O SR. EFRAIM MORAIS (DEM – PB) – Sr. Presidente, lamentavelmente, nós, que esperamos tanto pelas chuvas e que tivemos, no ano passado, nada mais nada menos que nove meses sem chover na Paraíba, quando as recebemos agora, recebemos água demais. São vários – vários! – os açudes que estão sangrando, mas a capacidade já começa a preocupar, em função de cidades. Por exemplo, Cabaceiras, que é a cidade tida como aquela em que menos chove no Brasil, cuja média de chuva é de centos e poucos milímetros por ano, agora, de uma vez, tivemos chuva quase de 300 milímetros em um só dia.

Lamentavelmente, essa é a situação, e esperamos ajuda do Governo Federal, porque o governo estadual – por meio do Vice-Governador José Lacerda Neto e dos órgãos da Defesa Civil, da Infra-Estrutura, do DER, da Cagepa, da Polícia Militar, enfim, todos – está fazendo a sua parte.

Deixo aqui o meu apelo, para que, amanhã, o Governo não diga que não houve quem apelasse em nome daqueles que estão precisando. Apelo, repito, ao Governo Federal para que, de imediato, determine uma visita ao nosso Estado e, também de imediato, libere recursos para atender aos desabrigados do meu Estado, a Paraíba.

Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (José Nery. PSOL – PA) – Obrigado, Senador Efraim Moraes, que falou em nome da Liderança da Minoria. Nós nos solidarizamos com o povo da Paraíba e fazemos votos de que as autoridades do Governo Federal atendam ao pleito e socorram, com a devida urgência, todas as vítimas das enchentes do Estado da Paraíba.

Concedo a palavra, por dez minutos, ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Nery. PSOL – PA) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a V. Ex^a minha inscrição pela Liderança da Minoria.

O SR. PRESIDENTE (José Nery. PSOL – PA) – Pela Liderança da Minoria, o Senador Efraim Moraes acaba de se pronunciar.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Nery. PSOL – PA) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente José Nery, eu queria que V. Ex^a me informasse mais ou menos a respeito do tempo em que o PL n^o 58 vai ser votado nesta Casa. Essa informação é de interesse nacional, porque todos os aposentados, aposentadas e pensionistas deste País estão esperando a votação desses dois ou três projetos que são de interesse deles e que já estão na pauta, graças a Deus! Passaram nove meses engavetados, e conseguimos retirá-los da gaveta. Mas não quero que passem nove meses sobre a mesa.

O Presidente Garibaldi, como sempre, atencioso, providenciou e colocou a matéria na pauta. Ainda há pouco, consultei o Presidente e disse-lhe que hoje não seria votado por que a pauta está trancada.

Faço minha primeira pergunta: haverá Ordem do Dia hoje? Qual é a previsão? Há algum acordo de liderança para desbloqueio da pauta?

Sabemos que este Senado está acorrentado pelas medidas provisórias. Isso não é novidade. A cada dia que passa, o Presidente Lula gosta mais, porque o Congresso não funciona, o Senado não funciona. O Presidente faz o que quer, mas os aposentados deste País têm o direito de saber pelo menos quando os projetos de interesse deles vão ser votados nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (José Nery. PSOL – PA) – Senador Mário Couto, respondendo a V. Ex^a, informo, em primeiro lugar, que há o compromisso estabelecido nas discussões anteriores com o Presidente Garibaldi Alves de que, logo que a pauta seja liberada pela votação das medidas provisórias, haverá a votação do projeto de lei dos aposentados. Quanto à votação de projetos constantes da Ordem do Dia, a decisão está sendo tomada agora, numa reunião dos Líderes, no gabinete da Presidência.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Agradeço a V. Ex^a, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Nery. PSOL – PA) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Mário Couto, pedindo desculpas ao Senador Mozarildo Cavalcanti, que aguarda na tribuna e que disporá de dez minutos para seu pronunciamento.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, antes de entrar no mérito do meu pronunciamento, saúdo os policiais do Distrito Federal, especialmente os dos ex-Territórios federais, que não tiveram a mesma sorte dos policiais do Distrito Federal, pois estão fora dessa medida provisória que deverá ser votada. Eles prestam igual serviço, mas, como os Territórios foram transformados em Estado, eles são considerados em extinção – não digo dos quadros; o Governo Federal os trata como pessoas que estão em extinção.

Quero registrar aqui meu protesto e minha solidariedade ao representante da Associação dos Policiais de Roraima, Delman Veras, e aos da Associação dos Policiais de Rondônia e do Amapá.

Sr. Presidente, volto à tribuna, para novamente denunciar a imoralidade e o atentado às pessoas em Roraima e à soberania de nosso País.

Ontem, o jornal **O Estado de S.Paulo** publicou matéria, claramente antecipando o que aconteceria no Estado de Roraima com relação a conflitos na chamada reserva indígena Raposa Serra do Sol.

Fui Presidente da Comissão Temporária Externa do Senado, e, num acordo feito com o então Líder do Governo, Aldo Rebelo, tendo como Relator o Senador Delcídio Amaral – e outra, na Câmara, era relatada pelo Deputado Lindberg Farias –, apresentamos, por sugestão do Presidente Lula, a saída para demarcar essa região. Não é que não quiséssemos demarcar; o que queríamos era demarcar na dosagem certa. Gosto sempre de usar a palavra “dosagem”, porque sou médico, e, para mim, na vida, tudo é questão de dosagem. Um remédio aplicado na dosagem errada vira veneno.

O que aconteceu na questão da reserva indígena Raposa Serra do Sol foi, primeiro, uma irresponsabilidade do Presidente Lula com o povo de Roraima, com as comunidades indígenas daquela região e com o País.

Eu disse isso e mostrei – volto a mostrar – o mapa do Estado de Roraima. As áreas em vermelho são reservas indígenas que correspondem a mais de 50% do território do Estado. Onde estão essas reservas indígenas? Na linha de fronteira com a Venezuela e com a Guiana. Elas não estão no meio do Estado, não. Elas estão na linha de fronteira. Por coincidência, nessas reservas, há mais minerais do que índios. Nossa população é de 8% de índios, e há mais de 50% de reservas indígenas.

Esse assunto foi, infelizmente, destrutado ou desqualificado pelo Presidente Lula, obedecendo a um núcleo duro, “comunistóide”, socialista-estatizante, que domina o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e a Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

Hoje, o que há em Roraima, nessa reserva indígena Raposa Serra do Sol? Um conflito instalado entre índios e índios. E o pior é que deturpam a verdade sempre, ou melhor, mentem ao dizer “estamos apenas com problemas para retirar seis ou sete arrozeiros da região”. São 468 proprietários, Sr. Presidente.

O jornal **O Globo** de hoje diz: “Polícia Federal e índios entram em confronto em Roraima”. O conflito se dá entre a Polícia Federal e os índios. E um dos índios que apareceu no “Jornal Nacional” é um vereador do Município de Pacaraima. Esse é o índio que tem de ficar em uma reserva que ele não quer!

Sr. Presidente, quero denunciar a ação do delegado comandante da operação, que abordou, segundo relatos – estou com os relatos aqui –, o Prefeito do Município de Pacaraima. Ele encostou a cara na cara do Prefeito e disse: “Você está perturbando a ordem pública”. E o Prefeito disse: “Afasto sua cara da minha, que você está com mau hálito”. Ele, então, disse: “Está preso por desacato à autoridade”. Ora, se ele dissesse que o comandante era bonito, estaria preso por desacato à autoridade, porque, talvez, estivesse insinuando que ele não era muito másculo. Se ele dissesse que ele era feio, estaria preso também por desacato à autoridade, porque ele se julgaria muito bonito. O certo é que o Prefeito foi preso de maneira truculenta.

Lá, na ponte onde estava a interdição, existem moradores do Município que não aceitam essa demarcação.

A operação é chamada Upatakón III. “Upatakón”, para os macuxis, Sr. Presidente Nery, significa “nossa terra”. Mas a “nossa terra” é de quem? É de quem, nesse caso? A Organização das Nações Unidas (ONU) acabou de aprovar, com o voto do Brasil, uma declaração dos direitos indígenas que dá autonomia a esses territórios. Então, essa terra não vai ser nossa mais, não, no futuro.

Mas há coisa pior. Quero ler, primeiro, um manifesto da Associação dos Excluídos da Região Raposa Serra do Sol, que é uma entidade registrada, composta por essas quatrocentas famílias que foram expulsas, que estão jogadas na cidade, nas periferias da cidade. O manifesto, assinado pelo seu Vice-Presidente, Eloi Lucena Coelho Júnior, diz:

A Associação dos Excluídos da Região Raposa Serra do Sol, pessoa jurídica inscrita

na CNPJ/MF sob o número 09.286.094/0001-81, através de seu Vice-Presidente, Eloi Luce-na Coelho Júnior, vem a público apresentar o seguinte manifesto:

Considerando que a discussão judicial envolvendo a desocupação da área Raposa/Serra do Sol ainda não foi definida pelo Supremo Tribunal Federal, não sendo determinada a justa indenização pelas benfeitorias de centenas de famílias que, durante mais de um século, desenvolveram econômica e socialmente a região;

Considerando que algumas comunidades indígenas, comandadas pelo Conselho Indigenista de Roraima – CIR, têm criado um ambiente de terror, ameaça e humilhação a nossos associados, buscando intimidá-los e expulsá-los de suas casas, mesmo antes da justa indenização que lhes cabe;

Considerando, ainda, que no dia de ontem se iniciou a denominada Operação Upatakón III, que visa expulsar todos os moradores não-índios da área Raposa/Serra do Sol, já existindo, inclusive, vítimas da arbitrariedade da Polícia Federal, mesmo antes do pagamento das elevadas indenizações [corrijo: o documento diz “devidas indenizações”, já que elevadas não há nenhuma];

Considerando, por fim, as 468 famílias de não-índios que vivem na região Raposa/Serra do Sol, que estão em situação de risco de morte;

Vem a público repudiar os atos do Governo Federal contra o Estado de Roraima, atacando cidadãos humildes e suas famílias, que não possuem condições financeiras de arcar com os custos de mudança de seus pertences, de seus animais e de seus filhos, não tendo sequer local parra colocar esses objetos e pessoas.

Mais uma vez, o Governo Federal vem a Roraima demonstrar a falta de compromisso com nosso povo.

Boa Vista/RR, 1º de abril de 2008.

O Sr. Jefferson Péres (PDT – AM) – Senador Mozarildo Cavalcanti, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Em seguida, eu lhe concederei o aparte com muito prazer, já que V. Ex^a foi membro da Comissão Temporária Externa que estudou essa questão.

Cito um relato do Prefeito preso pela Polícia Federal:

Ao ter conhecimento que a Operação Upatakón III teria início na segunda-feira (31-3-2008), me desloquei para a Vila do Surumu no domingo (30-3-2008), para acompanhar a ação da Polícia Federal na localidade.

Na segunda-feira, por volta de 13 horas, chegou uma equipe da Polícia Federal, comandada pelo Delegado Fernando Romero, encontrando várias pessoas, juntamente comigo, na ponte do rio Surumu.

O Delegado Romero, em tom ameaçador e agressivo, me abordou, gritando com o dedo em riste, perguntando qual o motivo que eu estava obstruindo a ponte, sempre gritando e colocando o seu rosto colado ao meu, momento em que eu mandei que o delegado tirasse o dedo do meu rosto, quando ele determinou minha prisão, sendo eu algemado de forma agressiva sem que houvesse qualquer reação da minha parte.

Fui deslocado até a cidade de Boa Vista, todo o tempo algemado, e fiquei detido na Superintendência da Polícia Federal até aproximadamente às 22 horas, sendo acusado de desobediência, desacato e outros crimes.

Menciono também o relato do Deputado Federal Márcio Junqueira:

Sabendo do início da Operação Upatakón III programado para esta segunda-feira (31-3-2008), me desloquei para a Vila do Surumu ainda no sábado e permaneci lá até segunda-feira pela manhã, com o intuito de acompanhar a manifestação pacífica organizada por seus moradores, bem como acompanhar a ação da Polícia Federal naquela localidade.

Na manhã de segunda-feira, após acompanhar a manifestação dos moradores da Vila Surumu, comecei o deslocamento para a cidade de Boa Vista, e, chegando ao igarapé do Araçá, percebemos que a ponte havia sido queimada e que não tinha condições de transportar aquele obstáculo; percebi, ainda, a presença de viaturas da Polícia Federal do outro lado da ponte; fiz o retorno com o carro para a Vila Surumu, com o objetivo de utilizar outra via de acesso para a cidade de Boa Vista, quando fui alertado por pessoas da minha equipe de que deveria parar o veículo, caso contrário os policiais federais poderiam atirar em nós;

nesse momento, percebi que havia quatro policiais, dois de cada lado do veículo, com armas apontadas para nós; aos gritos, foi-nos or-

denado que saíssemos do carro com as mãos na cabeça e nos identificássemos; me identifiquei como Deputado Federal e tentei continuar meu trajeto rumo à Vila do Surumu, mas fui impedido pelo Delegado Fernando Romero e seus agentes, que apontavam suas armas para mim e minha equipe; um dos agentes ainda me ofendeu dizendo “mais um boiola”; nesse momento, continuei o trajeto até a Vila.

Logo após chegarmos à Vila do Surumu, poucos minutos depois chegou a equipe dos policiais federais, coordenada pelo Delegado Fernando Romero; em tom agressivo, o delegado começou a gritar com o Sr. Paulo César Justo Quartiero, colocando o dedo em riste no rosto do cidadão, que não esboçava nenhuma reação, como as imagens podem confirmar.

Tudo isso foi filmado.
E continua:

... logo, sem qualquer justificativa, o delegado deu voz de prisão ao Paulo César, algemando-o e o empurrando, quase o derrubando de cima da ponte.

Nesse mesmo momento ouviu-se uma explosão, que depois soube-se que atingiu o rapaz Renato Quartiero, filho de Paulo César.

Depois da prisão de Paulo César, consegui me deslocar para Boa Vista e fui até à sede da Superintendência da Polícia Federal e registrei os fatos para que seja apurada a conduta do delegado Fernando Romero.

Antes de comentar, gostaria de ouvir o Senador Jefferson Péres.

O Sr. Jefferson Péres (PDT – AM) – Senador Mozarildo Cavalcanti, fiz parte da subcomissão que, à época, examinou a criação ou não da reserva Raposa/ Serra do Sol. Estive em Roraima em sua companhia, ouvimos entidades e participamos de debates na Assembleia. A comissão visitou a futura reserva. Sinto-me muito à vontade para falar porque sou favorável à criação de reservas indígenas, principalmente, Senador Mozarildo, quando se trata de índios aldeados, índios que vivem em estágio tribal, como os ianomâmis, que até evitam contato com os brancos, com os não-índios, e têm todo o direito de viver em suas terras ancestrais e defender a sua cultura...

(Interrupção do som.)

O Sr. Jefferson Péres (PDT – AM) – Mas no caso da reserva Raposa/ Serra do Sol, acho que o Governo Federal cometeu um grave erro, Senador. Ali vivem cinco etnias – uapixanas, ingaricós e mais

três outras –, quase todos índios aculturados. Vivem ali também não-índios, alguns há mais de trinta anos, como, hoje, arroteiros, alguns na quinta geração, Sr. Presidente. Estão ali desde o Brasil colonial. Estão na quinta ou sexta geração. Então, no máximo, se poderiam criar ali cinco reservas, cinco ilhas indígenas. Mas toda a área ser transformada em reserva indígena, onde não podem penetrar a Polícia Federal nem as Forças Armadas...

(Interrupção do som.)

O Sr. Jefferson Péres (PDT – AM) – ... na fronteira com a Venezuela e com a Guiana? O Governo Federal cometeu um grave erro, a meu ver, e eu não sei quais serão as conseqüências disso.

O SR. PRESIDENTE (José Nery. PSOL – PA) – Solicito ao Senador Mozarildo que conclua o seu pronunciamento.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Agradeço. Vou concluir, Sr. Presidente, embora eu gostasse muito de detalhar mais fatos aqui, para que a população brasileira entenda bem essa história.

Como disse o Senador Jefferson Péres, ninguém é contra a demarcação de reserva indígena, não. Roraima já tem 37 reservas indígenas demarcadas. Uma a mais, uma a menos não alteraria, não.

O problema foi a forma e o modelo como foi feito. Agora, o que quero pedir novamente desta tribuna é respeito às pessoas que estão lá. São 468 famílias retiradas dos seus lares por uma decisão de um núcleo duro aqui de Brasília que desconheceu toda a realidade do trabalho que fizemos.

Quero pedir, por fim, Sr. Presidente, que conste como parte integrante do meu pronunciamento toda essa matéria lida, assim como o material publicado nos jornais de Boa Vista, capital do meu Estado.

(Interrupção do som.)

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Antes de encerrar, quero dizer que estarei me deslocando ao meu Estado possivelmente na sexta-feira para ficar lá junto com meus irmãos e irmãs que estão sendo, ao modelo da Rússia antiga ou de época ainda mais remota, do tempo de Stalin e Hitler, retirados de maneira compulsória do lugar em que escolheram para viver.

Muito obrigado.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

PF e índios entram em confronto em Roraima

Índigenas contrários à demarcação de reserva queriam um ponto. Arrozeiro que liderou manifestação é preso em flagrante

Ana Marques* e Evandro Ebril

• BOA VISTA (RORAIMA) — Depois de entrar em confronto com índios, a Polícia Federal prendeu ontem Paulo César Quartiero, o maior plantador de arroz da reserva indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima. Ele foi preso em flagrante acusado de tentar atear fogo numa ponte que dá acesso ao interior da reserva, próximo à Vila Surumu. Quartiero, que se recusa a deixar a reserva, seria um dos principais alvos de uma operação que vinha sendo preparada pela PF para ser deflagrada semana que vem. Mas o conflito de ontem antecipou a prisão.

O confronto aconteceu depois que moradores das vilas próximas e índios contrários à retirada dos arrozeiros queimaram uma ponte que dá acesso à reserva. Com paus, pedras e flechas, eles impediram a entrada dos agentes federais. Também invadiram a escola da vila, onde seria instalada a base de trabalho da Polícia Federal. O filho de Quartiero, Renato Quartiero, foi ferido pela explosão de uma bomba caseira, confeccionada pelos próprios manifestantes.

Prisão antecipa operação de desocupação de reserva
Desde o início da madrugada de ontem, o clima era tenso. Segundo o grupo que coordena a operação de pessoas contrárias à homologação da reserva fizeram pliques com tratores e caminhões pertencentes aos produtores de arroz. A resistência à passagem dos policiais foi liderada por Quartiero, preso sob a acusação de dano ao patrimônio público e desacato a autoridade. Ele foi levado à sede da superintendência da PF em Boa Vista, onde foi interrogado.

Sesquedo José Negreiros, assessor de imprensa da PF em Roraima, Quartiero foi indultado por desacato a autoridade e desobediência. Incluiu-se à desordem e bloqueio de via federal — crimes atenuáveis — o que permitiu a sua liberação, após o interrogatório. O advogado

Luiz Roberto Valdeir Albuquerque, que liderou a operação da PF, baixada de Uptakoon.

Não há ordem judicial, e ações contra a homologação estão tramitando no Supremo Tribunal Federal — disse o presidente de Quartiero, sob o pou o início da operação, prevista para começar dia 16. A vila para retirada dos não-índios da reserva estava programada há cerca de três anos, desde que o presidente Lula assinou o decreto que homologou a demarcação da terra indígena, em abril de 2005. Desde a semana passada, dezenas de agentes federais foram para Boa Vista e fizeram incursões na reserva, para analisar a área e preparar a ação.

Fazendeiro responderá por crime ambiental

A ação é coordenada pela Casa Civil. Participam a Polícia Federal, Inara, Ibará e Uptakoon. Quartiero é o grande alvo. Para retirá-lo da terra, os coordenadores da operação declararam que vão enquadrá-lo por crime ambiental. Nas suas fazendas, ele desmatou terra ilegalmente, desviou curso de rio e destruiu mata ciliar.

— Será mais fácil pegar o crime ambiental do que por invasão de terra indígena, que pode ser contestado na Justiça — disse ontem um integrante do grupo que coordena a operação e prefere não ser identificado.

A Operação Uptakoon deverá contar com um contingente de 250 agentes da Polícia Federal e cerca de cem policiais da Força Nacional de Segurança. Desta vez, a PF não pediu o apoio do Exército. Ano passado, estava prevista uma operação semelhante. Os militares for um chamado a participar, mas se recusaram, por defenderem a presença dos rizicultores na região de fronteira. O deslocamento com detabes da operação enviado pela PF ao Município da Defesa vazou e foi entregue a parlamentares de Roraima contrários à demarcação. ■

(*) Especialista O GLOBO

Saiba mais sobre o conflito

A Reserva Raposa Serra do Sol, localizada na fronteira com a Guiana e Guayana Francesa, tem uma área de 167 mil hectares. Lá, cerca de 50 mil índios vivem cerca de 100 km de distância de Boa Vista. O governo Lula foi responsável pela criação da reserva em 2005.

INVASÃO DOS RIZICULTORES

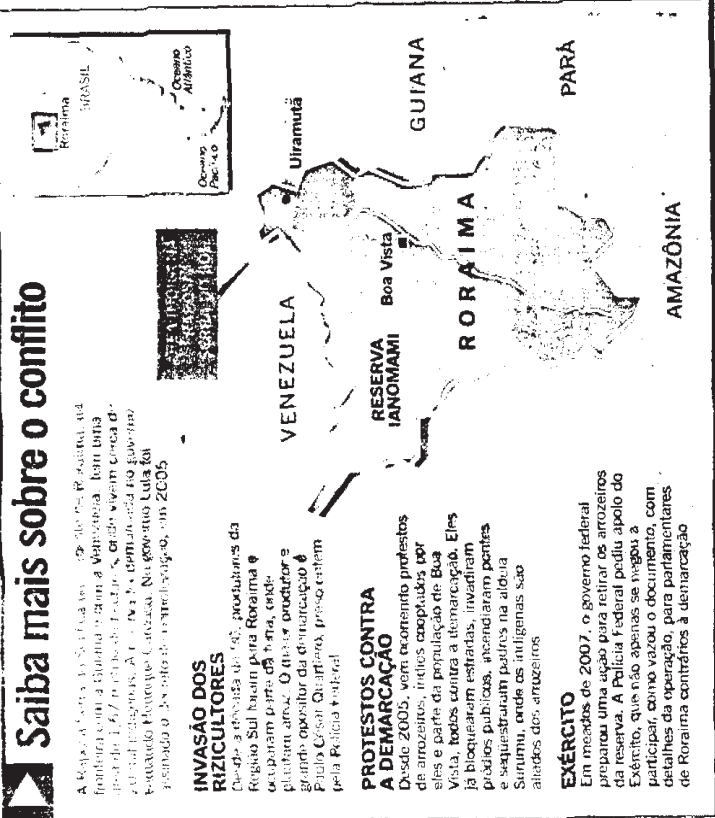
Desde a década de 1980, produtores da região Sul baam para Roraima e ocuparam parte da terra, onde plantam arroz. O maior produtor e grande opositor da demarcação é Paulo César Quartiero, preso ontem pela Polícia Federal.

PROTESTOS CONTRA A DEMARCAÇÃO

Desde 2005, vem ocorrendo protestos de arrozeiros, índios, agricultores, ribeirões e parte da população de Boa Vista, todos contra a demarcação. Eles já bloquearam estradas, invadiram prédios públicos, atenderam pontos e saquearam pontos na albuia Surumu, onde os indígenas são aliados dos arrozeiros.

EXÉRCITO

Em meados de 2007, o governo federal preparou uma ação para retirar os arrozeiros da reserva. A Polícia Federal pediu apoio do Exército, que não apenas se negou a participar, como vazou o documento, com detalhes da operação, para parlamentares de Roraima contrários à demarcação.



Líder do MST é morto na frente dos filhos

• CURTIBA. Eli Dallemole, líder do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em Ortigueira, no norte do Paraná, foi assassinado domingo à noite dentro de sua casa: dois homens encapuzados o executaram com quatro tiros à queima-roupa, na frente da mulher e dos três filhos de 19, 16 e 11 anos.

A Polícia Militar do Paraná prendeu cinco suspeitos, incluindo o proprietário da fazenda Copramil e presidente do Sindicato dos Comerciantes de Cornélio Procopio, Adilson Honorio de Carvalho, de 35 anos. Além de envolvimento na morte do trabalhador rural, os detidos são suspeitos de participar de uma tentativa de expulsão dos acampados na fazenda Copramil, em 8 de março.

Nasquele dia foram queimados barracos do acampamento na fazenda. Também foram presos Genivaldo Carlos de Freitas, de 32 anos, José Moacir Courdeiro, de 35, Odemar Souza Matos, de 34 e Valdir Aparecido Ortiz, de 27.

Dallemole entrou no MST em 1985 e fazia parte da direção estadual do movimento. Era uma das testemunhas da polícia no desmonte das milícias que estavam agindo na região. Cerca de 200 sem-terra fizeram ontem uma passeata em Ortigueira denunciando a existência de milícias que estavam agindo por ordem dos fazendeiros. O enterro de Dallemole será hoje.

O FAZENDEIRO

Paulo César Quartiero, maior plantador de arroz da reserva indígena Raposa Serra do Sol: preso em flagrante por atear fogo a uma ponte que dá acesso à reserva, e é seria o principal alvo de operação da PF

RAPOSA SERRA DO SOL - Federal confirma Operação Upatakon 3

ANDREZZA TRAJANO

A Polícia Federal confirmou ontem para a Folha, com exclusividade, que a Operação Upatakon 3 está em atividade. A operação encontra-se em fase de planejamento e coordenação. Posteriormente resultará na retirada dos não-índios da terra indígena Raposa Serra do Sol.

Policiais federais de diversas partes do país estão chegando a Roraima em um avião de marca Embraer 145, com capacidade para 40 pessoas, pertencente ao Departamento de Polícia Federal (DPF). Policiais federais após desembarque na Base Aérea de Boa Vista na tarde de sexta-feira

Na quinta-feira, às 18h40, os primeiros policiais desembarcaram no avião da PF, na Base Aérea de Boa Vista. No mesmo dia vários carros novos, sem placa, estavam estacionados em frente da sede da PF, no bairro Canarinho.

Ontem à tarde, por volta das 17h, mais de 20 policiais chegaram ao Estado para se unir aos demais profissionais. A maioria é de Belém (PA) e Macapá (AP). Os policiais desembarcaram na Base Aérea e seguiram em um ônibus da PF para a superintendência regional.

A operação está em total atividade, no entanto, ainda não está ocorrendo a retirada - chamada de desintrusão. O momento da operação é destinado ao planejamento, coordenação, formação de equipe e apoio nas atividades da superintendência regional.

Mais detalhes sobre o total do efetivo, tempo da operação, valor empregado na ação e a data de retirada dos não-índios não puderam ser informados para não atrapalhar a operação, segundo a PF.

Famílias retiradas da Raposa vão contestar indenizações

Os produtores rurais e fazendeiros da Raposa Serra do Sol vão contestar na próxima semana, perante o Supremo Tribunal Federal (STF), em uma Ação de Consignação e Pagamento, os valores da indenização propostos pela Fundação Nacional do Índio (Funai). Eles entendem que o valor oferecido a título de indenização pelas benfeitorias nas terras está muito inferior ao que realmente deveria ser pago pelo Governo Federal.

Um dos 53 casos que integrará a ação de contestação é o do produtor rural Lawrence Marly Hartz. "A Funai está oferecendo a ele a importância de R\$ 489.010,56 pelas benfeitorias realizadas na propriedade ao longo de vários anos. Enquanto que no laudo elaborado por especialistas, a pedido da família, para saber qual seria o real valor da sua indenização, os peritos chegaram à importância de R\$ 2.138.776,00", informou o advogado das famílias, Luiz Valdemar Albrecht. "Há uma diferença abissal em todos os processos, e isso decorre que esta avaliação da Funai

foi feita por quem tem o dever de indenizar, por isso se procurou diminuir ao máximo", salientou o advogado.

Em alguns dos processos, segundo Albrecht, o valor proposto pela Funai chega a ser seis vezes menor do que o indicado pelos laudos técnicos dos peritos contratados pelas famílias. É o caso do produtor Adolfo Esbel, da fazenda Manga Braba. A Funai está oferecendo a título de indenização, segundo Albrecht, R\$ 134.012,72, enquanto que o laudo dos peritos contratados indicam um valor de R\$ 1.144.486,00.

No espólio de outro agricultor, Joaquim Ribeiro, oferta indenizatória feita pela fundação foi de R\$ 275.264,74, bem diferente do valor apurado pelos peritos, de R\$ 1.856.380,00.

"Na verdade, isto parece mais um confisco de patrimônio. Esta prática que está sendo usada aqui também foi utilizada com todos os outros produtores indenizados pela Funai em Roraima, por aí se pode ter a noção do prejuízo que a fundação já causou à economia de dezenas de famílias e à própria região", assinalou o

advogado, frisando que entre os arroteiros as distorções seriam ainda mais gritantes. "Os laudos relacionados às benfeitorias dos rizeiros são mais demorados porque o volume de investimento é muito maior, envolvendo desde a maquinaria até o trabalho de solo", complementou.

LAUDOS - Os laudos solicitados pelas famílias, de acordo com o advogado Luiz Valdemar Albrecht, foram todos realizados por peritos com larga experiência na elaboração de documentos de avaliação em processos indenizatórios promovidos em outros estados brasileiros, inclusive envolvendo demandas entre Funai e agricultores e fazendeiros.

"Portanto, são pessoas com grande conhecimento técnico e esses laudos estão averbados no Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura de Roraima para que se tornem um documento de conhecimento público e revestido de todas as formalidades técnicas exigidas pela Associação das Normas Técnicas", acrescentou Albrecht.

O administrador regional da Funai, Gonçalo Teixeira, foi procurado pela Folha para falar sobre o assunto, mas ele não foi localizado nem atendeu às três ligações realizadas ao longo do dia.

Produtores estão apreensivos

O advogado Luiz Valdemar Albrecht, que está acompanhando as famílias de não-índios que vivem na área da Raposa Serra do Sol, frisou ontem que a questão da retirada dessas pessoas está sub judice. "Não acreditamos que se tome qualquer medida de força por parte do Governo Federal, no sentido de retirar esses produtores da Raposa Serra do Sol. Qualquer medida que o governo tome sem que esteja respaldada em ordem judicial, será uma medida arbitrária e completamente ilegal", alertou.

Albrecht também comentou que existe uma apreensão natural dos produtores rurais com toda essa movimentação da Polícia Federal "porque, em determinados momentos, o Governo Federal já demonstrou que não escutou o Judiciário e agiu por conta própria, mas eles não esperam que, num país democrático como o Brasil, o Executivo tomar sob ato de força, assumindo uma postura ditatorial, no sentido de fazer valer a justiça que melhor lhe convém".

Caso a operação para a retirada dos não-índios pela Polícia Federal se concretize, o Governo Federal está abrindo um passivo jurídico altíssimo, segundo Albrecht. "Todas essas pessoas terão um grave dano moral a ser buscado na Justiça e a nação brasileira vai ter que indenizar essas pessoas. Isto é tortura psicológica e agressão à liberdade do cidadão e ao ordenamento legal e jurídico em vigor no país", observou.

De acordo com o advogado, a expectativa das famílias é que se cumpram todos os procedimentos legais como é feito em outras áreas indígenas no Brasil. "Nessas reservas indígenas, a Funai, para desintrusar os não-índios, age judicialmente e aqui a expectativa é que também sejamos todos iguais perante a Lei. Queremos que se adote essa modalidade que é legal e constitucional, jamais uma atitude de força, onde as pessoas vão ser expulsas de suas propriedades onde há um direito que eles têm de discutir o valor da indenização. A própria Funai reconhece que elas têm direito a uma indenização", salientou. (AV)

UPATAKON 3 - Ministro diz que operação está congelada

Da Redação

Os deputados federais Márcio Junqueira (DEM) e Maria Helena (PMDB) estiverem ontem em audiência com o ministro da Justiça, Tarso Genro, onde trataram da questão Raposa Serra do Sol.

Ao sair da reunião, ontem à noite, Junqueira afirmou para a Folha que o ministro garantiu aos parlamentares que a Operação Upatakun 3, para retirar os não-índios da terra indígena, não será realizada nos próximos dias, como voltou a ser cogitado.

Segundo o parlamentar, Tarso Genro pediu aos parlamentares que elaborassem um documento assinado por toda a bancada na Câmara e no Senado pedindo que o processo de retirada dos arroteiros da Raposa Serra do Sol seja judicializado, ou seja, que a retirada dos produtores ocorra somente após a decisão da Justiça.

O deputado afirmou que eles vão começar a correr atrás das assinaturas para que o documento seja entregue de forma imediata ao Governo Federal.

Reunião com Polícia Federal agrada lideranças do CIR

Lideranças ligadas ao Conselho Indígena de Roraima (CIR) estiveram reunidas na manhã de ontem com o coordenador-geral de Defesa Institucional da Polícia Federal, delegado Fernando Segóvia, e representantes de órgãos federais para discutir a operação de retirada dos não-índios de dentro da terra indígena Raposa Serra do Sol, a Upatakon 3.

Pela primeira vez depois da homologação da terra, o coordenador-geral do CIR, Dionito José de Souza, disse ter sentido firmeza de que realmente a operação vai sair do papel. "Nas reuniões anteriores ninguém dava certeza de nada. Agora vimos os órgãos dizendo que "vamos fazer, vai acontecer". Essa foi a primeira vez que todos juntos falaram a mesma língua", disse.

Pelo teor da reunião, Dionito acredita que a operação não tarde em acontecer, mencionando inclusive prazo. "Eu acredito que será em 30 dias", opinou, informando que, apesar de a Polícia Federal querer que a retirada aconteça de maneira pacífica, ele não acredita que os arroteiros cedam facilmente. "Eu acho que eles vão resistir e a Polícia Federal terá que tomar medidas mais sérias", disse.

Durante o encontro, as lideranças indígenas souberam que alguns produtores já estão sendo retirados da área e serão reassentados. De acordo com ele, o superintendente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Titonho Beserra, afirmou que disponibilizará terra para atender todos os arroteiros e não-índios que permanecem na terra indígena.

Dionito destacou que tão logo seja realizada a desocupação da Raposa Serra do Sol, os indígenas tomarão posse da terra onde os rizicultores atuam para iniciar a produção das comunidades. Entre os projetos para desenvolvê-las está o convênio com a Funai (Fundação Nacional do Índio), de pouco mais de R\$ 1 milhão para compra de gado.

A coordenação do CIR, as coordenações regionais da Raposa Serra do Sol, juntamente com técnicos da Funai, se reúnem nesta sexta-feira, 28, para fechar detalhes da parceria. "Queremos trabalhar na área que nos pertence e vamos trabalhar com o que temos. Estamos fechando convênio para ajudar a desenvolver ainda mais nossas comunidades", comentou.

Estiveram presentes o Ministério Público Federal, ANA (Agência Nacional de Águas), Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais), Incra, Advocacia-Geral da União (AGU), Polícia Federal e a coordenação do Comitê Gestor das ações do Governo Federal em Roraima. (RL)

ANDAMENTO – O coordenador-geral de Defesa da PF, delegado Segóvia, que desembarcou em Boa Vista na tarde de terça-feira, deixou o Estado na tarde de ontem. Na entrevista concedida à Folha, ele confirmou que sua visita era para ultimar a execução da Upatakon 3, que para deflagrar, depende apenas de os órgãos do governo estarem prontos, sem dar mais detalhes. (RL)

MPF recomenda que Lula mande retirar arroteiros de terra indígena

Temendo a violência entre indígenas e não indígenas no interior da terra indígena Raposa Serra do Sol, o Ministério Público Federal (MPF) encaminhou recomendação ao presidente da República, Lula da Silva (PT), bem como ao ministro da Justiça para a imediata retirada dos ocupantes não-indígenas da reserva indígena.

O documento estabelece prazo para que o presidente e o ministro da Justiça informem se acatarão ou não e, nesse caso, as razões para não cumprir a recomendação. A recomendação foi encaminhada ao procurador-geral da República, Antônio Fernando de Souza, que por sua vez a protocolou aos destinatários.

Para o MPF, a recomendação decorre da morosidade do Estado brasileiro na retirada dos ocupantes não-indígenas da área Raposa Serra do Sol. O MPF recomenda ao presidente "que tome todas as medidas necessárias ao fiel cumprimento do artigo 5º da portaria 534 de 13 de abril de 2005, promovendo a imediata efetiva desintrusão da área indígena Raposa Serra do Sol".

No documento consta ainda recomendação ao diretor-geral da Polícia Federal para o cumprimento do decreto de homologação da área indígena, "mediante efetiva, ostensiva e permanente fiscalização do local, para garantia da segurança e ordem públicas, e respeito aos direitos reconhecidos às comunidades indígenas da região".

O documento esclarece ainda que, embora a recomendação não seja obrigatória, as autoridades e a União poderão responder pelas consequências, em especial, por danos morais coletivos, causados às comunidades indígenas do Estado de Roraima.

Procurador recomenda que Junqueira não entre na Raposa sem autorização

O procurador-geral da República, Antônio Fernando de Souza, também encaminhou recomendação ao deputado federal Márcio Junqueira (DEM) para que ele não entre na Raposa Serra do Sol sem antes pedir autorização das comunidades indígenas.

"Com base em representação do CIR (Conselho Indígena de Roraima), bem como depoimentos de indígenas noticiando a ocorrência de invasões e filmagens realizadas pelo deputado federal Márcio Junqueira (DEM) nas terras indígenas Raposa Serra do Sol e Anaro, o MPF/RR, por meio do procurador-geral da República, encaminhou recomendação ao parlamentar", informa a Assessoria de Comunicação do MPF.

O procurador recomendou que o deputado federal se abstenha de ingressar em terras indígenas, bem como nelas realizar filmagens, sem a devida autorização das comunidades interessadas.

O documento frisa que o parlamentar não é obrigado a acatar a recomendação, mas alertou que Junqueira poderá responder "por danos morais coletivos causados às comunidades indígenas".

"Por se tratar de membro do Congresso Nacional, a recomendação foi encaminhada pelo procurador-geral da República, Antônio Fernando de Souza, conforme estabelece a Lei Complementar 075/93. O documento encaminhado concede prazo para que o deputado informe se acatará ou não, e, nesse caso, as razões para não cumprir a recomendação", frisou a assessoria.

Presidente da Assembléia avalia que Upatakon é agressão desnecessária

Da Redação

O presidente da Assembléia Legislativa, Mecias de Jesus (PR), lamentou o desenrolar da Operação Upatakon 3, para retirada de não-índios da área Raposa Serra do Sol, com o uso de força policial. Ele entende que a violência seja desnecessária.

"Não queremos isso. Mas qualquer sangue derramado deve ser debitado na conta do presidente da República, do ministro da Justiça e do ministro da Defesa. Todos eles sabiam da gravidade do problema. Todos sabem que existem ações no Supremo e por que não esperar a decisão judicial, antes de uma medida de força?", declarou.

Mecias reitera a posição do Legislativo Estadual, contrária à exacerbação dos ânimos. Disse que o Governo Federal sempre teve a situação sobre controle, podendo resolver de forma que engrandecesse a biografia do presidente Lula em Roraima. Mas, não que o marcasse como o presidente que mandou desalojar famílias ainda residindo na reserva indígena porque o Governo Federal não pagou as indenizações justas e nem as reassentou em outras áreas.

O presidente da Assembléia disse que a questão fundiária se divide basicamente em dois tópicos: a situação dos rizicultores de um lado e do outro as famílias de pequenos criadores e até famílias de cidadãos que são retirados sem perspectiva de solução de seus problemas.

Em todos os casos, segundo ele, custaria muito pouco para o Governo Federal resolver tudo de forma simples, sem os arroubos de autoritarismo. Para ele, os aliados do presidente e dirigentes dos órgãos federais poderiam ter feito mais. Por exemplo, convencido o governo da desnecessidade de uma operação nestas proporções.

"A sensação que temos é de completa impotência, já que historicamente a assembléia sempre se posicionou pelo entendimento, por uma solução justa e pacífica, mas constitucionalmente não dispõe dos meios para solucionar os problemas", detalhou.

O deputado argumenta que ao longo destes anos, foram dezenas de encontros, seminários, visitas de autoridades federais, deputados federais, senadores, ministros e até o vice-presidente da República, sempre com a promessa de que o Estado não seria agredido, ou as pessoas injustiçadas. "Se há uma instituição que não se omitiu foi o Legislativo Estadual, que mesmo sem as condições de resolver os problemas, não fugiu da discussão e continua fazendo o seu papel, criticando a forma como o Governo Federal se posiciona diante dessa questão".

INDÍGENAS – Na avaliação do deputado, para garantir os direitos dos indígenas, o Governo Federal não precisa negar ou pisotear os direitos de não-índios. O parlamentar entende que a discussão em torno da quantidade e do tamanho das reservas já seja assunto quase pacificado.

Diz que se novas investidas para ampliar ou criar novas reservas não forem feitas, a sociedade já aceita a idéia do Estado ter perdido mais de 50% de suas terras para as comunidades indígenas. Ao mesmo tempo não quer que os índios sejam abandonados e continuem vivendo as mesmas dificuldades de duas ou três décadas atrás.

“Várias famílias receberam indenizações injustas. Outros produtores discutem a questão judicialmente. Os aliados do presidente Lula, o Governo do Estado e principalmente a bancada federal precisam conscientizar o Governo Federal de que o tratamento dispensado ao Estado é injusto”, declarou. (C.P)

Quartiero é preso pela PF em Surumu

Cyneida Correa

O clima de tensão transformou-se em conflito com táticas de guerrilha na reserva indígena Raposa Serra do Sol. O presidente da Associação dos Rizicultores de Roraima, Paulo César Quartiero, foi preso ontem pela Polícia Federal em Surumu acusado de quatro crimes: desacato a autoridade, desobediência, obstrução de rodovia federal e incitação à desordem pública. Ele foi solto por volta das 21 horas.

Momento em que Paulo César Quartiero recebeu voz de prisão dos agentes

O filho do rizicultor, Renato Quartiero, 24, foi ferido com a explosão de uma bomba, na ponte do Surumu, cerca de 120 quilômetros da Capital Boa Vista. “Ele está muito machucado. A gente viu que ele tem dedos quebrados, lesões pelo corpo e que um dos olhos foi atingido pelos estilhaços da bomba”, contou a mãe do rapaz, Ericina Quartiero, que ontem estava com ele em um hospital particular de Boa Vista. Segundo ela, os médicos ainda não apresentaram boletim sobre o quadro de saúde do filho, mas aparentemente ele estaria fora de perigo.

O advogado Valdemar Albrecht, que defende o arroteiro, negou que os crimes tenham sido praticados por seu cliente. Segundo ele, Quartiero estava no Surumu na condição de prefeito de Pacaraima reconduzido ao cargo pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), para averiguar a Operação Upatakon 3, desencadeada pela Polícia Federal na semana passada.

Em Boa Vista, a Polícia Federal interditou a avenida Ville Roy e cerca de 35 agentes federais armados com metralhadoras e bombas de efeito moral cuidam da segurança da Superintendência da PF.

Por volta das 17h, quando o veículo conduzindo o prefeito preso chegou ao local, a tensão aumentou e os policiais fizeram uma barreira para evitar acesso de estranhos ao veículo que o conduzia. Um dos policiais manteve o dedo na granada de efeito moral até obter a certeza que o acusado estava dentro da sede da superintendência.

No local, várias pessoas, entre amigos, funcionários e populares que queriam saber informações sobre a prisão ficaram nas calçadas e no meio-fio esperando o resultado da prisão. Quartiero foi liberado após pagamento de fiança de R\$ 500,00 e fez discurso na saída da Polícia Federal.

CIR - Com o acirramento dos ânimos na terra indígena Raposa Serra do Sol, o Conselho Indígena de Roraima (CIR) pediu proteção às comunidades indígenas. Segundo o coordenador, Dionito José de Sousa, os indígenas se sentem “vulneráveis e ameaçados”.

O pedido foi feito no início da noite a representantes da Funai, Advocacia-Geral da União (AGU), Polícia Federal, Ministério Público Federal e ao Comitê Gestor do Governo Federal em Roraima.

← VOLTAR

Polícia Federal nega que tenha jogado bomba que acertou filho de Quartiero

Da Redação

Na primeira entrevista coletiva na condição de coordenador regional da Operação Upatakon 3, o delegado Fernando Romero disse que a ação da Polícia Federal na Raposa Serra do Sol visa assegurar a paz durante a retirada dos não-índios. "A Polícia Federal não está aqui para fazer qualquer tipo de violência. Estamos em operação de paz, para evitar qualquer problema na retirada dos não-índios da terra indígena Raposa Serra do Sol", enfatizou.

Delegado Fernando Romero mostra artefatos e armas não-letais usados na operação

Ele contou em detalhes a operação que levou à prisão de Quartiero e disse que a ida dos policiais até a reserva ocorreu a pedido de familiares de não-índios que vivem no local e queriam informações sobre a situação. "Fomos surpreendidos pelos ataques, por pregos jogados na estrada e até bombas caseiras que explodiam quando o carro passava e poderiam ter provocado uma tragédia, pois algumas delas estavam inclusive em cabeceiras de ponte. Pedimos que eles desocupassem a ponte e se recusaram. Começou uma discussão e eles exigiram que nos identificássemos quando nós é que queríamos a identificação deles. O senhor Quartiero disse que eu estava falando alto e que estava com mau hálito e ficou o tempo inteiro debochando, afirmando que nós, enquanto policiais federais, estávamos ali apenas pelo dinheiro e que não amávamos nosso país. Foi preso por desacato, desobediência, obstrução de rodovia federal e incitação à desordem pública", disse.

O delegado Romero mostrou os armamentos usados pelos policiais nas suas incursões na Raposa. Ele apresentou granadas de gás de pimenta e lacrimogêneo, bombas de efeito moral e munição de borracha, além de spray de pimenta, todos não-letais.

←-I VOLTAR

RAPOSA SERRA DO SOL - Sodiur ameaça reação contra o CIR

TIANA BRAZÃO

Foto: Jader Souza

O vice-presidente da Sociedade dos Índios em Defesa de Roraima (Sodiur), Silvio da Silva, afirmou na tarde de ontem que índios ligados à entidade vão atear fogo nos veículos do Conselho Indígena de Roraima (CIR), caso eles sejam impedidos de ingressar na reserva indígena Raposa Serra do Sol.

Comboio da Polícia Federal na região de Surumu, que vive momento tenso

A declaração de Silvio foi dada na tarde de ontem, após os incidentes ocorridos na reserva, quando pontes foram incendiadas, uma pessoa ficou ferida por uma bomba e uma pessoa foi presa pela Polícia Federal (veja mais nas páginas 5A e 14A). Ele disse que a Sodiur está prevendo uma guerra entre as etnias, visto que o CIR estaria tentando coordenar a entrada e saída da área homologada.

"Impediram a entrada do deputado federal Márcio Junqueira, eles querem mandar. Mas nós também somos índios e vamos liberar a entrada porque a área é nossa também", disse, acompanhado de outras lideranças.

Silvio contou que na manhã de ontem, quando se dirigiram até as comunidades de Ticoça, Camararém e Flechal, para verificar os tanques de alevinos, foram impedidos de passar por causa da destruição do fogo. Ele denunciou que indígenas da Guiana atravessam a fronteira para se juntar aos indígenas ligados ao CIR e supostamente criar impressão de que são maioria.

Ele acrescentou que, se for para retirar os rizicultores, que sejam retirados os representantes de Organizações Não-Governamentais (ONGs) e da Igreja Católica que há muitos anos estão no local. "Se for pra tirar os não-índios, que saiam todos. Vamos catar os gringos, os americanos, os índios que não são brasileiros e que estão na nossa área. Eu já disse isso ao delegado da Polícia Federal, tem que ser de igual para igual", declarou.

Silvio foi taxativo ao afirmar que o CIR está querendo mandar na região e que existe um grupo de índios que vai reagir caso sejam impedidos de entrar na área indígena. Segundo ele, até a quinta feira, 03, vão tentar ingressar na reserva para vistoriar a criação de peixes e, caso não tenham autorização do CIR para prosseguir viagem até os tanques, vão entrar em conflito definitivamente com os índios ligados ao Conselho.

"Existe caminhão da Funai levando índios do CIR para pressionar a retirada dos arroteiros. Se eles não deixarem a gente passar, vamos destruir o caminhão deles através de fogo. E vamos destruir até a missão do Surumu, onde estão os padres no Maturuca. Se eles querem, vai ser assim", ameaçou.

RELATO DO SENHOR PAULO CÉSAR QUARTIERO

Ao ter conhecimento que a Operação Upatakon III teria início na segunda-feira (31/03/2008), me desloquei para a Vila do Surumú no domingo (30/03/2008), para acompanhar a ação da polícia federal na localidade.

Na segunda-feira, por volta de 13:00 horas, chegou uma equipe da polícia federal comandada pelo delegado Fernando Romero, encontrando várias pessoas, juntamente comigo, na ponte do Rio Surumú.

O delegado Romero, em tom ameaçador e agressivo, me abordou gritando com o dedo em riste, perguntando qual o motivo que eu estava obstruindo a ponte, sempre gritando e colocando seu rosto ao meu, momento em que eu mandei pra que o delegado tirasse o dedo do meu rosto, quando ele determinou minha prisão, sendo eu algemado de forma agressiva sem que houvesse qualquer reação da minha parte.

Fui deslocado até a Cidade de Boa Vista, todo o tempo algemado e fiquei detido na Superintendência da Polícia Federal até aproximadamente às 22:00 horas, sendo acusado de desobediência, desacato e outros crimes.

Era o que tinha a relatar



Paulo César Justo Quartiero

RELATO DO DEPUTADO FEDERAL MÁRCIO JUNQUEIRA

Sabendo do início da Operação Upatakon III programado para esta segunda-feira (31/03/2008) me desloquei para a Vila do Surumú, ainda no sábado e permaneci lá até segunda pela manhã, com o intuito de acompanhar a manifestação pacífica organizada por seus moradores, bem como acompanhar a ação da polícia federal naquela localidade.

Na manhã de segunda-feira, após acompanhar a manifestação dos moradores da Vila Surumú, comeci o deslocamento para a Cidade de Boa Vista, chegando ao igarapé do Araçá percebemos que a ponte havia sido queimada e que não tinha condições de transpor aquele obstáculo; percebi, ainda, a presença de viaturas da Polícia Federal do outro lado da ponte; fiz o retorno com o carro para a Vila Surumú, com o objetivo de utilizar outra via de acesso para a Cidade de Boa Vista, quando fui alertado por pessoas da minha equipe de que deveria parar o veículo; caso o contrário os policiais federais poderiam atirar em nós; nesse momento percebi que haviam quatro policiais, dois de cada lado do veículo, com armas apontadas para nós; aos gritos foi nos ordenado que saíssemos do carro com as mãos na cabeça e que nos identificássemos; me identifiquei como Deputado Federal e tentei continuar meu trajeto rumo a Vila do Surumú, mas fui impedido pelo delegado Fernando Romero e seus agentes que apontavam suas armas para mim e minha equipe; um dos agentes ainda me ofendeu dizendo: "mais um boiolo", nesse momento continuei o trajeto rumo a Vila.

Logo após chegarmos a Vila do Surumú, poucos minutos depois chegou a equipe dos policiais federais, coordenadas pelo delegado Fernando Romero, em tom agressivo o delegado começou a gritar com o Sr. Paulo César Justo Quartiero, colocando o dedo, em riste, no rosto do cidadão que não esboçava nenhuma reação, como as imagens podem confirmar, logo, sem qualquer justificativa, o delegado deu voz de prisão ao Paulo César, algemando-o e o empurrando, quase o derrubando de cima da ponte.

Nesse mesmo momento ouviu-se uma explosão, que depois soubesse que atingiu o rapaz Renato Quartiero, filho de Paulo César.

Depois da prisão do Paulo César consegui me deslocar para Boa Vista e fui até a sede da Superintendência da Polícia Federal e registrei os fatos para que seja apurada a conduta do delegado Fernando Romero.

Era o que tinha a relatar.


Márcio Henrique Junqueira
Deputado Federal

RELATO DO DEPUTADO FEDERAL MÁRCIO JUNQUEIRA

Sabendo do início da Operação Upatikon III programado para esta segunda-feira (31/03/2008) me desloquei para a Vila do Surumú, ainda no sábado e permaneci lá até segunda pela manhã, com o intuito de acompanhar a manifestação pacífica organizada por seus moradores, bem como acompanhar a ação da polícia federal naquela localidade.

- Na manhã de segunda-feira, após acompanhar a manifestação dos moradores da Vila Surumú, comecei o deslocamento para a Cidade de Boa Vista, chegando ao igarapé do Araçá percebemos que a ponte havia sido queimada e que não tinha condições de transpor aquele obstáculo; percebi, ainda, a presença de viaturas da Polícia Federal do outro lado da ponte; fiz o retorno com o carro para a Vila Surumú, com o objetivo de utilizar outra via de acesso para a Cidade de Boa Vista, quando fui alertado por pessoas da minha equipe de que deveria parar o veículo, caso o contrário os policiais federais poderiam atirar em nós; nesse momento percebi que haviam quatro policiais, dois de cada lado do veículo, com armas apontadas para nós; aos gritos foi nos ordenado que saíssemos do carro com as mãos na cabeça e que nos identificássemos; me identifiquei como Deputado Federal e tentei continuar meu trajeto rumo a Vila do Surumú, mas fui impedido pelo delegado Fernando Romero e seus agentes que apontavam suas armas para mim e minha equipe; um dos agentes ainda me ofendeu dizendo: "mais um boiola", nesse momento continuei o trajeto rumo a Vila.

Logo após chegarmos a Vila do Surumú, poucos minutos depois chegou a equipe dos policiais federais, coordenadas pelo delegado Fernando Romero, em tom agressivo o delegado começou a gritar com o Sr. Paulo César Justo Quartiero, colocando o dedo, em riste, no rosto do cidadão que não esboçava nenhuma reação, como as imagens podem confirmar, logo, sem qualquer justificativa, o delegado deu voz de prisão ao Paulo Cesar, algemando-o e o cuspitando, quase o derrubando de cima da ponte.

Nesse mesmo momento ouviu-se uma explosão, que depois soube que atingiu o rapaz Renato Quartiero, filho de Paulo César.

Depois da prisão do Paulo César consegui me deslocar para Boa Vista e fui até a sede da Superintendência da Polícia Federal e registrei os fatos para que seja apurada a conduta do delegado Fernando Romero.

Era o que tinha a relatar.

Márcio Henrique Junqueira
Deputado Federal

MANIFESTO

A ASSOCIAÇÃO DOS EXCLUÍDOS DA REGIÃO RAPOSA SERRA DO SOL, pessoa jurídica inscrita na CNPJ/MF sob o nº 09.286.094/0001-81, através de seu vice-presidente, **Eloi Lucena Coelho Júnior**, vem a público apresentar o seguinte manifesto:

Considerando que a discussão judicial envolvendo a ocupação da área da Raposa/Serra do Sol ainda não foi definida pelo Supremo Tribunal Federal, não sendo determinada a justa indenização pelas benfeitorias de centenas de famílias que, durante mais de um século, desenvolveram econômica e socialmente a região.

Considerando que algumas comunidades indígenas, cominadas pelo Conselho Indígena de Roraima – CIR, têm criado um ambiente de terror, ameaça e humilhação a nossos associados, buscando intimidá-los e expulsá-los de suas casas, mesmo antes da justa indenização que lhes cabe.

Considerando, ainda, que no dia de ontem se iniciou a denominada Operação Upatakon III, que visa expulsar todos os moradores não índios da área da Raposa/Serra do Sol, já existindo inclusive vítimas da arbitrariedade da Polícia Federal, mesmo antes do pagamento das devidas indenizações.

Considerando, por fim, as 468 famílias de não índios que vivem na região Raposa/Serra do Sol que estão em situação de risco de morte.

Vem a público repudiar os atos do Governo Federal contra o Estado de Roraima, atacando cidadãos humildes e suas famílias, que não possuem condições financeiras de arcar com os custos de mudança de seus pertences, de seus animais e de seus filhos, não tendo sequer local para colocar esses objetos e pessoas.

Mais uma vez o Governo Federal vem a Roraima demonstrar a falta de compromisso com nosso povo.

Boa Vista/RR, 1 de Abril de 2008.

Eloi Lucena Coelho Júnior
Eloi Lucena Coelho Júnior

MANIFESTO

A ASSOCIAÇÃO DOS EXCLUÍDOS DA REGIÃO RAPOSA SERRA DO SOL, pessoa jurídica inscrita na CNPJ/MJ sob o nº 09.286.094/0001-81, através de seu vice-presidente, **Eloi Lucena Coelho Júnior**, vem a público apresentar o seguinte manifesto:

Considerando que a discussão judicial envolvendo a desocupação da área da Raposa/Serra do Sol ainda não foi definida pelo Supremo Tribunal Federal, não sendo determinada a justa indenização pelas benfeitorias de centenas de famílias que, durante mais de um século, desenvolveram econômica e socialmente a região.

Considerando que algumas comunidades indígenas, dominadas pelo Conselho Indígena de Roraima – CIR, têm criado um ambiente de terror, ameaça e humilhação a nossos associados, buscando intimidá-los e expulsá-los de suas casas, mesmo antes da justa indenização que lhes cabe.

Considerando, ainda, que no dia de ontem se iniciou a denominada Operação Upatakon III, que visa expulsar todos os moradores não índios da área da Raposa/Serra do Sol, já existindo inclusive vítimas da arbitrariedade da Polícia Federal, mesmo antes do pagamento das devidas indenizações.

Considerando, por fim, as 468 famílias de não índios que vivem na região Raposa/Serra do Sol que estão em situação de risco de morte.

Vem a público repudiar os atos do Governo Federal contra o Estado de Roraima, atacando cidadãos humildes e suas famílias, que não possuem condições financeiras de arcar com os custos de mudança de seus pertencentes, de seus filhos, não tendo sequer local para colocar esses objetos e pessoas.

Mais uma vez o Governo Federal vem a Roraima demonstrar a falta de compromisso com nosso povo.

Boa Vista/RR, 1 de Abril de 2008

Eloi Lucena Coelho Júnior

O SR. PRESIDENTE (José Nery. PSOL – PA) – V. Ex^a será atendido nos termos regimentais.

Quero apresentar o ensejo para registrar a presença entre nós do ex-Senador e atual Vice-Governador de Santa Catarina, Leonel Pavan, que muito nos honra com a sua presença nesta tarde.

Seja bem-vindo. Aqui também é a sua Casa.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Nery. PSOL – PA) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, antes de tocar no assunto que vou tratar, quero abraçar a corporação que aqui está, o Corpo de Bombeiros, tão importante para a vida da sociedade, tão importante para a vida social, na defesa de famílias, de sociedades inteiras.

O Brasil sabe porque essa simpatia toda pelo Corpo de Bombeiros.

O Corpo de Bombeiros é como se fosse o Fluminense: ninguém torce contra. Eu sou Flamengo. Eu sou Flamengo. O Flamengo, muita gente torce contra, mas a maioria é Flamengo. No entanto, todo mundo torce pelo Corpo de Bombeiros.

Abraço a corporação do meu Estado, ao abraçar esta corporação que está conosco aqui, dizendo que todos os esforços que visem ajudar o Corpo de Bombeiros certamente o Parlamento brasileiro precisa fazer.

Sr. Presidente, quero registrar bem rapidamente que acabamos de votar agora, na CPI da Pedofilia – porque decidimos que os projetos e instrumentos para a sociedade vamos votar ao longo do funcionamento da CPI; não vamos esperar um relatório final para fazer uma proposição que não chegue a lugar nenhum –, votamos a chamada Difusão Vermelha, Sr. Presidente. É muito importante. O Cacciola só está preso porque o Reino Unido tem a Difusão Vermelha, assim como a Itália. Há um mandado de prisão no Brasil. Se eles não tivessem, ele estaria solto.

Hoje, há pedófilos do mundo inteiro – não são os que fazem turismo sexual – que vêm fazer turismo de pedofilia no Brasil. Eles têm mandado de prisão nos seus países de origem e vêm para o Brasil porque aqui é um paraíso e porque aqui não tem Difusão Vermelha.

Acabamos de aprová-la agora. O Senador Demóstenes está indo ao Conselho de Líderes, junto com o Presidente Garibaldi, para que, na abertura da

pauta, esse projeto seja colocado imediatamente para ser votado aqui no plenário, porque todo mundo é a favor – queremos combater a pedofilia –, e para que seja votado imediatamente na Câmara.

Assim, entregamos a Difusão Vermelha. Todo pedófilo com prisão pedida no seu país que esteja na Interpol poderá ser preso imediatamente no Brasil.

Eu gostaria de registrar para o Brasil esse avanço em favor e em nome das crianças brasileiras.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Nery. PSOL – PA) – Agradeço ao Senador Magno Malta.

Pela ordem, Senador Flexa Ribeiro. Peço que seja bastante breve, porque há oradores inscritos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente José Nery, V. Ex^a foi muito econômico nos elogios ao nosso nobre Senador e atual Vice-Governador de Santa Catarina Leonel Pavan.

Leonel Pavan, enquanto aqui esteve, defendendo com muito brilho e com muita determinação o Estado de Santa Catarina, nos honrou com a sua companhia na bancada do Partido da Social Democracia Brasileira.

Ao deixar pelo meio o seu mandato de Senador, disputando a vice-governança do Estado de Santa Catarina, já se credencia para o exercício da governança, tendo a certeza da reeleição, porque o povo de Santa Catarina saberá escolher os seus governantes já no processo de 2010.

Então, para nós do PSDB, os elogios que possam ser feitos ao trabalho do Senador Leonel Pavan precisam ser inscritos nos Anais desta Casa. E, todas as vezes que ele até aqui vem, continua sendo também o Senador por Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (José Nery. PSOL – PA) – Agradecemos a V. Ex^a a manifestação e gostaríamos de dizer que nos associamos igualmente nessas considerações elogiosas ao digno representante do povo de Santa Catarina.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Gostaria que V. Ex^a me informasse a respeito do Requerimento nº 158, de 2008, em que solicito que o Projeto de Lei da Câmara nº 29, de 2003, que dispõe sobre a Política Pesqueira Nacional e que regulamenta a atividade pesqueira e dá outras providências, seja encaminhado à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Então, eu gostaria de saber de V. Ex^a quando é que vamos aprovar esse requerimento e encaminhá-lo, para que possamos dar seqüência a essa importante

atividade para nosso Estado, o Estado do Pará, que é o maior produtor de pescado do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (José Nery. PSOL – PA)

– Senador Flexa Ribeiro, informo a V. Ex^a que, tão logo a pauta seja desobstruída, o requerimento de V. Ex^a será incluído para apreciação.

Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Renato Casagrande e, logo após, ao Senador Expedito Júnior, pedindo que não excedam os dois minutos, porque há oradores inscritos.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu serei muito breve.

Quero agradecer a oportunidade, Sr. Presidente, e fazer um registro. Semana passada, tivemos a honra de receber no Estado do Espírito Santo o Conselho Nacional de Órgãos Fazendários Municipais, o Confaz-M. Trata-se de uma entidade apoiada pela Confederação Nacional dos Municípios e pelas entidades dos Estados, dos prefeitos dos Municípios.

Essa entidade se reuniu e aprovou a Carta de Vitória. Ficaram três dias num grande debate, que envolveu o tema da reforma tributária, naturalmente, e a preocupação e as sugestões dos Municípios, por meio dos seus secretários municipais de fazenda, dos prefeitos e vereadores presentes, com relação ao tema. Houve debates sobre a questão do desenvolvimento sustentável, sobre a articulação dos Municípios e sobre um novo pacto federativo, que acho fundamental, pois, a partir de 88, quando nós consolidamos os Municípios como entes da Federação, passamos a ter um avanço na construção da nossa Federação.

Então, quero deixar registrada a Carta de Vitória, que termina aprovando uma grande mobilização, que é a Marcha dos Prefeitos, que ocorrerá agora, no mês de abril, quando os prefeitos todos estarão em Brasília para discutir sua pauta, sua agenda com o Congresso Nacional e com o Governo Federal.

Assinam essa carta o Coordenador do Confaz Municipal, Guerino Balestrassi, Prefeito de Colatina e Presidente da Associação dos Municípios do Estado do Espírito Santo, e o Sr. Paulo Ziulkoski, Presidente da Confederação Nacional dos Municípios.

Então, faço este registro, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Nery. PSOL – PA)

– Agradecemos ao Senador Renato Casagrande.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Expedito Júnior.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu

não estava atento quando V. Ex^a estava à Mesa e respondeu à indagação do Senador Mário Couto sobre a Ordem do Dia.

Vamos hoje votar a Medida Provisória nº 401?

O SR. PRESIDENTE (José Nery. PSOL – PA)

– Senador Expedito Júnior, neste momento ocorre no gabinete da Presidência uma reunião entre os líderes partidários e dos blocos para deliberação sobre a votação de matérias que constam da pauta. Temos de aguardar uma definição.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) –

Gostaria, Sr. Presidente, de fazer um chamamento aos Senadores dos ex-Territórios. Ouvi agora há pouco o Senador Mozarildo. Nada contra os policiais militares e bombeiros do Distrito Federal, mas nós temos de buscar um entendimento.

Hoje, se decidirem votar a Medida Provisória nº 401, até votarei. Farei, inclusive, um chamamento aos Senadores. Temos aqui três, quatro Estados. De repente, podemos trazer para cá de 12 a 15 Senadores e tentar buscar um entendimento para que não permitamos mais que se excluam os ex-Territórios, como estão fazendo.

Eu vi, há poucos dias aqui, o Senador Papaléo fazendo um discurso cobrando do Governo que olhasse também com atenção especial os servidores dos ex-Territórios. E eu não posso permitir – tenho certeza de que coadunam comigo o Senador Mozarildo e todos os Senadores dos ex-Territórios – que continuem com essa política perversa contra os servidores dos ex-Territórios.

Eu até voto a Medida Provisória nº 401, mas quero buscar o entendimento antes, para que se faça alguma coisa também pelos servidores dos ex-Territórios.

O SR. PRESIDENTE (José Nery. PSOL – PA)

– Obrigado, Senador Expedito Júnior.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Sr.

Presidente...

O SR. PRESIDENTE (José Nery. PSOL – PA)

– Pela ordem, Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI. Pela

ordem. Sem revisão do orador.) – Em primeiro lugar, quero fazer um registro muito prazeroso para mim, que é o de vê-lo presidir esta Casa neste momento, com serenidade e altivez e, acima de tudo, com postura presidencial louvável.

Quero fazer este registro, parabenizando o povo do Pará, Senador José Nery.

O SR. PRESIDENTE (José Nery. PSOL – PA.)

– Obrigado a V. Ex^a.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Mas quero me congratular com o Senador Expedito Júnior.

O pior dos mundos, Senador Mozarildo, seria, num momento como este, se querer modificar o projeto que beneficia a polícia do Distrito Federal, por um motivo muito simples: o projeto retornaria à Câmara dos Deputados, e eles seriam prejudicados. Louvo V. Ex^a e assumo, de antemão, o compromisso de também ajudá-los numa solução que atenda aos ex-Territórios. V. Ex^a está coberto de razão.

Agora, estamos vivendo, Sr. Presidente, um momento de crescimento desordenado da insegurança nas grandes cidades. E a polícia de Brasília, justiça se faça, se não é um modelo perfeito, é disparada a que melhor atende a população no País. Não apoiá-la num momento como este seria um desestímulo que nos traria grandes prejuízos. Vamos ser justos. Evidentemente, não há corporação perfeita, mas, se examinarmos, com relação às outras, está anos-luz à frente, pelo treinamento, pela categoria de seus membros. Daí por que acho que esses gestos servem inclusive para estimular as outras polícias, que têm problemas de várias naturezas. Nós, que somos de Brasília, temos de ter o cuidado.

Um poeta pernambucano, contemporâneo do Jarbas Vasconcelos, dizia sobre Olinda o que digo de Brasília. Ele dizia de Olinda o seguinte:

*Olinda é só para os olhos,
Não se apalpa, é só desejo.
Ninguém diz: é lá que eu moro
Diz somente: é lá que eu vejo.*

Brasília é isso. E todos os que vêm aqui ver ficam temporariamente – a grande maioria volta para sua terra – e sabem o tratamento que recebem da Polícia Militar do Distrito Federal.

Portanto, sem ser parlamentar do Distrito Federal, sem ser Senador daqui, associo-me aos três Senadores do DF, na certeza de que haverá compreensão, inclusive por parte da base do Governo, para votar essa matéria hoje.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Nery. PSOL – PA) – Obrigado ao Senador Heráclito Fortes.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Sr. Presidente, só um minutinho.

O SR. PRESIDENTE (José Nery. PSOL – PA) – Trinta segundos.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Não irei usar o artigo 14, porque fui citado.

O SR. PRESIDENTE (José Nery. PSOL – PA) – Trinta segundos.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu também não penso diferente do Senador Heráclito. Acho que realmente temos de votar essa medida provisória, mas temos de chamar a atenção para que se faça alguma coisa pelos servidores dos ex-Territórios agora, antes de votarmos a Medida Provisória nº 401. Não se pode tratar com discriminação os servidos dos ex-Territórios, da forma como estão sendo tratados neste momento.

O SR. PRESIDENTE (José Nery. PSOL – PA) – Obrigado, Senador Expedito Júnior.

Concedo a palavra ao Senador Mão Santa, como orador inscrito, por dez minutos.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Presidente José Nery, que comanda esta sessão de 1º de abril – é o dia da mentira, mas V. Ex^a simboliza a verdade, do Partido de Heloísa Helena –; parlamentares presentes, brasileiras e brasileiros que nos assistem pelo sistema de comunicação do Senado Federal, o Heráclito Fortes falou por todos nós: há necessidade das Forças Armadas, da força policial. E eu falo isso com muita tranquilidade, Mozarildo, porque eu sou oficial da reserva.

Eu queria dizer – atentai bem, brasileiras e brasileiros –, ô Jarbas, só nós, só nós aqui somos a última retaguarda de esperança da manutenção da democracia. É por isso que nós estamos aqui. Tem mais, não. Este Governo que está aí já corrompeu todo o País. Alopado ali – eles mesmos é que dizem – é um por cima do outro.

Quanto ao Judiciário, o Presidente se vira para um símbolo do rei Salomão, Marco Aurélio, em inteligência: “Saia daí, venha ser vereador para poder falar”. Nunca dantes se viu tanta ignorância casada com ousadia. A ignorância é audaciosa. Olhem, dizer para o Presidente do TSE: “Não meta o bico aqui, não. Saia daí, seu juizinho, e venha ser vereador para poder falar”...

Então, atentai bem, ó Jefferson Péres, V. Ex^a simboliza muito, aliás, parece até com Rui Barbosa, firme. Desça daí e venha ser vereador se quiser falar – o Presidente do Tribunal Superior Eleitoral.

Qualquer um, brasileiro ou brasileira que estivesse fazendo o que está sendo feito, iria comprometer a polícia e mandar prender. Campanha ostensiva, abusiva, com corrupção, com o dinheiro de vocês.

E vêm as pesquisas – Adolf Hitler, *Minha Luta* (Mein Kampf) – e dizem que todo mundo quer o Luiz Inácio. Neste País se compra tudo, como é que não se compra uma pesquisa falsa?

Garrastazu Médici não conheci pessoalmente. Conheci Castello Branco, gente boa; Geisel, pessoalmente; e o Figueiredo. Cheguei até a tomar uns dois copos com o Figueiredo, ele era autêntico. Mas esse Garrastazu Médici ficou para a história como o que torturou, prendeu, exilou. E ele teve 84% nas pesquisas; Hitler, 96%.

Atentai bem, Jefferson. Olhai militares, vocês simbolizam, Heráclito já disse que são os melhores. Ó Jarbas, somos vão ali naqueles vídeos e vejam aquele filme “300”, sobre Esparta. Foram 300 heróis de Esparta que evitaram que o rei Xerxes, da Pérsia, invadisse a Grécia. Nós somos 35 aqui.

Agora, Luiz Inácio é sabido. Ele sabe que aqui não passa esse negócio de terceiro mandato. Vocês viram os 35, homens e mulheres, iguais aos 300 de Esparta. Não foi o Exército, a Aeronáutica, não foi a ABI ou a UNE. Isso tudo não foi não. Fomos nós que enterramos a CPMF. E o negócio de terceiro mandato o Luiz Inácio já sabe; os aloprados já sabem. Precisa mudar aqui a lei.

E não embarca nessa canoa o Presidente Sarney. Eu não tenho procuração dele, mas sou vizinho dele. Ele tem cinco ou seis votos aqui de cabresto. É, Jefferson, a análise é minha, pessoal. Não estou consultando ele, não. Não falo por ele, não! Mas o Sarney ficou na história como ícone da transição democrática da paz. É essa a biografia do Presidente Sarney! Com paciência, ele conseguiu tirar o Governo ditatorial para o Governo republicano do povo, para o povo, pelo povo. Essa é a biografia de Sarney. Ele quer o prestígio político e vai ter. É análise minha, não estou consultando ele, não. Sou apenas vizinho, e sei fazer essa análise psicológica – sou do Piauí e ele, do Maranhão.

Então, aqui com os 35 e os seis do Sarney já era. E eles sabem disso.

Então, como Hitler, está aqui em Mein Kampf Minha Luta), ele está exacerbando o povo contra isso aqui. Ai publica que aqui não tem 1% de credibilidade. Não tem uma ova! Aqui, todos nós somos filhos da democracia e do povo. Outro dia, um dos nossos tombou, lá no Mato Grosso – Jonas. Eu vi um povo, uma cidade chorar, lamentar um de nós. Ô Luiz Inácio, some aqui os votos! Nós somos filhos da democracia, do povo e do voto.

Mas, hoje, neste País – está aí a Polícia – eu quero lhe dizer que os sem-terra são mais fortes do que vocês, as margaridas são mais do que vocês. Eu sou oficial da reserva e Senador. Na Aeronáutica, só 10% dos aviões conseguem voar. Na Marinha, 50% são sucatas. E, se nós tivermos uma guerra aqui – quem diz sou eu aqui, Senador da República, oficial da reserva – nós só ganharíamos da América do Sul, do Paraguai e da Bolívia.

E, de repente, atentai bem, quem fez esse homem, Goebbels? Jefferson Péres – Thomas Jefferson. Olhe, já não pode aquele, não é, Jéferson? Olha lá. Jefferson Péres, atentai bem! Olha o perigo! Goebbels fez o Hitler, era o comunicador dele, era a mídia. Está todo riscadinho. Eu queria que o Luiz Inácio lesse, ao menos, os pedaços riscados, todos. Então, olha o que os aloprados estão fazendo. Goebbels disse: “Uma mentira repetida, repetida, repetida, se torna verdade”. Aí, a mentira, a mentira, a mentira, a mentira... Já tem até a mãe do PAC. Mas eu vou dizer, segundo o livro, como é que ela está qualificada aqui. Lá eles não diziam “senhores e senhoras”, mas “companheiros e companheiras”. Vejam aonde estamos indo.

Mozarildo, ouça: “A cor vermelha [não há esse negócio de gravata vermelha?] de nossos cartazes foi por nós escolhida, após reflexão exata e profunda, com o fito de excitar a esquerda, de revoltá-la e induzi-la a frequentar nossas assembleias: isso tudo nem que fosse só para nos permitir entrar em contato e falar com essa gente”.

Atentai bem: “Não podiam ficar sossegados, quando tinham uma notícia nova; costumavam, a maior parte das vezes, cacarejar antes mesmo de pôr o ovo”. Vejam aí o PAC. Estão cacarejando. Ele diz que é a mãe do PAC. Manda o outro dizer que é Presidente. Mário Couto, é a galinha cacarejadora. Aqui, Hitler fazia isso.

Atentai bem, pág. 304, Adolfo Hitler, em **Minha Luta**: “Não podiam eles ficar sossegados, quando tinham uma notícia nova; costumavam, a maior parte das vezes, cacarejar antes mesmo de pôr o ovo.” É o PAC.

O Sr. Jefferson Péres (PDT – AM) – Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Antes de pôr o ovo, a mãe do PAC está cacarejando. Ela é a galinha cacarejadora deste Governo.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (José Nery. PSOL – PA) – Senador Mão Santa, o tempo de V. Ex^a já está esgotado, mas em deferência ao Senador Jefferson Péres e a V. Ex^a...

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – E a um pedido da Heloísa Helena, aquela mulher que devia...

O SR. PRESIDENTE (José Nery. PSOL – PA) – ...dou mais dois minutos para que possa concluir.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – ... ser Senadora permanente.

O Sr. Jefferson Péres (PDT – AM.) – V. Ex^a sabe como era o nome oficial do partido nazista? Partido nazista é abreviatura de nacional. O nome oficial do partido era Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Está aqui! V. Ex^a já leu e releu. Eu grifei. Está aqui exatamente esse nome. Mas eu ia dizer do perigo. Atentai bem! Olha aí, isso é simples. O Luiz Inácio, o que ele quer? Ele tem aqui só nós. Ele já corrompeu todo mundo. Todo mundo! Não vou citar para não coisar. Só aqui. Ali, ele disse que tinham trezentos picaretas na Câmara Federal. Eu acho que aumentou, porque ali passa tudo.

Atentai bem, olhem a imoralidade desse documento! Eu pensei, eu me decepcionei... Eu já vi Senador discursar, Deputado Federal, o terceiro mandado para o Luiz Inácio. Mas esse homem, eu pensei que ele era equilibrado. Atentai bem, “Brasileiros desejam que Lula fique mais tempo no poder”, diz Alencar. O Vice-Presidente da República, com todo o respeito, é um homem de muito dinheiro, mas nós estamos aqui porque acreditamos em Deus, acreditamos no amor à família, à Pátria; acreditamos no estudo, que leva à sabedoria e no trabalho, a respeito do qual Rui Barbosa dizia: “A primazia é do trabalhador e do trabalho. Eles é que fazem a riqueza”. Esse homem, e mais, Alencar, se manque, sabedoria, está no livro de Deus, vale mais do que ouro e prata. Aqui deve ser a casa, como é na história do Senado, dos pais da Pátria. Por isso que estou aqui. V. Ex^a faz um rapapé...

O SR. PRESIDENTE (José Nery. PSOL – PA) – Senador Mão Santa, solicito que V. Ex^a conclua em um minuto.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Só para terminar. Em um minuto, Cristo fez o Pai-Nosso. O Pai-Nosso, a gente balbucia, e vamos aos céus.

Mas olhem a vergonha. Aí está Alencar, totalmente decepcionante. É o homem mais rico, tem a fábrica maior de tecido da Argentina. Ele casou o trabalhador com os ricos, banqueiros, os poderosos. Então, ele ainda diz: “Por quê? Porque o Lula está bem, o Lula vai bem (...)”. Tem até o terceiro mandato. Aí ele diz que Franklin Delano Roosevelt teve três. Ó Alencar, ele teve foi quatro. V. Ex^a tem dinheiro, mas o melhor é estudar a história democrática. Eram outras épocas, houve a guerra mundial, e os americanos viram que não era bom. Ele morreu no quarto mandato; elegeu aí o seu sucessor. Tuma, a mulher dele saiu em campanha...

(Interrupção do som)

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – ...e os nossos americanos viram que isso não era bom. Então, eu queria isso.

O SR. PRESIDENTE (José Nery. PSOL – PA) – Senador Mão Santa, peço a V. Ex^a para concluir.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Então, Ó Deus, Ó Deus, como Castro Alves dizia: “Onde estás, meu Deus?”

É aqui a última fronteira de resistência! Nós enterramos a CPMF. Nós dissemos aqui, pela competência, que aumentaria a arrecadação, porque é a competência que nos trouxe aqui. Dissemos que aumentaria, que o dinheiro sairia das mãos dos alopados para as mães de família e dos trabalhadores, que aumentaria o ICMS e o IPI. E aconteceu.

Da mesma maneira, vamos enterrar esse sonho de Cuba, de Venezuela, de Equador, de Bolívar e de Nicarágua...

(Interrupção do som.)

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – ...porque aqui é o Brasil, neste Senado de Rui Barbosa, que disse que o homem que não luta pelos seus direitos não merece viver.

A democracia é um direito do povo brasileiro.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Nery. PSOL – PA) – Agradeço ao Senador Mão Santa.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, fui procurado por um médico do Rio de Janeiro, que denunciou propinas no Instituto Médico Legal do Rio de Janeiro, e que está sendo ameaçado de morte. Trata-se do médico Daniel Ponte, que é médico-legista, professor universitário e que foi vice-diretor da instituição. Ele denunciou crimes como a cobrança de pagamento para liberação de cadáveres, convênios irregulares com funerárias e roubo de material. Entre os acusados, está o próprio Chefe da Casa Civil do Governo anterior. Dois policiais que lhe repassaram informações morreram recentemente: um deles, em acidente de moto e o outro, assassinado a tiros há duas semanas. Apesar disso, o denunciante continua sem proteção de uma escolta. Ele teve proteção durante apenas dez dias no final de dezembro e início de janeiro. De lá para cá, não contou mais com proteção policial. Em sua denúncia, ele revelou que funcionários do IML cobravam R\$250,00 pela liberação dos corpos, ficavam com 10% e encaminhavam o restante à chefia da Polícia Civil.

O Sr. Daniel Ponte continua ameaçado de morte, Sr. Presidente, e veio ao Senado Federal pedir providências das autoridades. Nós queremos transferir, neste

momento, ao Ministro da Justiça, Tarso Genro, essa solicitação do professor Daniel Ponte. Cabe ao Ministério da Justiça prestar atenção ao que está ocorrendo no Rio de Janeiro e oferecer segurança policial ao médico Daniel Ponte. Esperamos que o Ministro Tarso Genro tome as providências necessárias.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Nery. PSOL – PA) – Senador Alvaro Dias, torcemos e queremos que o Ministério da Justiça atenda aos apelos de V. Ex.^a e contribua para garantir a segurança de quem denuncia irregularidades.

Concedo a palavra, como orador inscrito, ao Senador Marco Maciel por dez minutos. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro por permuta com o Senador Mão Santa.

Senador Flexa Ribeiro, V. Ex.^a dispõe de dez minutos para o seu pronunciamento.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr.^{as} Senadoras, Srs. Senadores, venho hoje à tribuna do Senado Federal para, por meio da TV Senado e da Rádio Senado, falar com os nossos amigos e as nossas amigas do Pará, em especial da Ilha do Marajó, Senador Mário Couto, local em que estivemos para o II Encontro Regional do PSDB neste final de semana. Foi uma viagem bastante produtiva em que tivemos a oportunidade de discutir a organização partidária, o movimento do PSDB Mulher, do PSDB Jovem, a formação ideológica por meio do Instituto Teotônio Vilela, e também de rever os nossos companheiros daquela maravilhosa ilha, a Ilha do Marajó. Lá fomos recebidos pelo Prefeito de Breves, cidade escolhida como pólo regional para esse nosso II Encontro, o nosso amigo e companheiro Luiz Rebelo.

Tivemos também a presença do Vereador Camilo Gonçalves, Presidente da Câmara Municipal, e vários outros Vereadores aos quais eu saúdo nas pessoas dos Vereadores Everson Lobato e Eloi Azevedo, Presidente da Câmara Municipal de Curralinho, que teve a oportunidade de se pronunciar em nome de todos os Vereadores dos demais Municípios da Ilha do Marajó que lá estavam presentes e que não eram do Município que nos recebia para o encontro, o Município de Breves.

A nossa comitiva, bastante representativa, contou com o nosso Senador Mário Couto, líder inconteste daquela ilha e que teve o privilégio de lá nascer. O Senador Mário Couto é marajoara, como dizemos no Pará, nascido no Município de Salvaterra, e teve toda a sua vida política dedicada primeiramente à Ilha do

Marajó. Depois, os avanços da sua liderança se espraçou por todo o Estado do Pará, fazendo com que ele até aqui chegasse, como Senador da República, com mais de 1,5 milhão de votos no último pleito. O Senador Mário Couto esteve conosco em Breves nesse segundo encontro com os nossos Deputados Estaduais, como o Deputado César Colares, também uma liderança daquela região, o Deputado Manoel Pioneiro, a Deputada Tetê Santos, o ex-Deputado Bira Barbosa, que sempre dizemos que é eterno deputado, ele também filho do Marajó.

Então esse encontro dá uma demonstração, Senador Garibaldi Alves, de que o PSDB do Estado do Pará é um partido fortalecido, um partido vibrante, um partido que se prepara para o processo eleitoral que se avizinha e tem o apoio do nosso Presidente nacional, Senador Sérgio Guerra, que nos dá condições para que possamos não só reeleger os Prefeitos que têm direito a um segundo mandato, mas também aumentar o número de Prefeitos do PSDB e aumentar a bancada de Vereadores.

Para conhecimento, Senador Garibaldi Alves, o PSDB do Pará tem a maior bancada na Assembléia Legislativa do Estado, com 10 Deputados estaduais; tem três Deputados federais, o Deputado Nilson Pinto, o Deputado Zenaldo Coutinho, que é Líder da Minoria na Câmara e o Deputado Wandenkolk Gonçalves; e aqui no Senado Federal temos esse combativo Senador Mário Couto e o Senador Flexa Ribeiro, eu mesmo, que tenho a honra de presidir, Senador Garibaldi Alves, o Diretório Regional do PSDB.

Eu quero aqui fazer um breve relato desse nosso encontro e agradecer ao Prefeito Luiz Rebelo, ao vice-Prefeito Idjalma, ao Sr. Mimo Rebelo, pai de Luiz Rebelo, que já foi prefeito de Breves e que é um companheiro nosso desde 1993. É uma liderança inconteste daquela região como empresário de sucesso no Estado do Pará. Depois da nossa reunião em que ouvimos vários candidatos a Prefeito, vários candidatos a Vereadores de diversos Municípios do Arquipélago do Marajó. Participamos, à noite, de uma sessão especial da Câmara Municipal de Breves. Para tratar do quê, Senador Garibaldi Alves? Simplesmente para tratarmos da crise do setor madeireiro do Estado do Pará.

O Senador Mário Couto teve a oportunidade de aqui se pronunciar e pedir a V. Ex.^a, o que eu mesmo reitero, para que V. Ex.^a, como Presidente do Senado, possa abrir os contados para que os Senadores não só do Pará, mas os Senadores de toda a Região Amazônica, que está sendo inviabilizada pela ação desmedida do Ministério de Meio Ambiente. Digo desmedida

porque nós não queremos e não iremos dar apoio à ação ilegal do setor madeireiro. Queremos tão-somente que o segmento organizado que representa a segunda economia do Estado do Pará...

Senador Garibaldi Alves, só para V. Ex.^a tomar conhecimento, foi relatado nessa sessão especial da Câmara de Vereadores de Breves sediada em uma área de floresta da Ilha de Marajó... Explico: a ilha do Marajó tem área de floresta, onde ficam Breves e Portel, e tem área de campos, sem floresta. Mas na área de floresta já se explora madeira há 200 anos. E a floresta se recupera naturalmente porque não há devastação nessa área da Ilha do Marajó.

Como eu disse, o Ministério do Meio Ambiente parte de uma premissa, que todos aceitamos, que devemos explorar conscientemente as riquezas florestais, mas não permite, por meio de licenciamento, que as empresas organizadas façam o manejo florestal, fazendo com que o Estado do Pará hoje viva quase que...

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Inscreva-me para um aparte, Senador.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Com muita honra, Senador Mário Couto.

(...) fazendo com que o Pará hoje viva quase que em estado de guerra, já iniciada no Município de Tailândia, que se transformou com a presença da Força Nacional, da Polícia Federal, da Polícia Militar, enviada pela Governadora Ana Júlia, para prender, agir de forma ostensiva contra os trabalhadores, tendo sido perdidos, só no Município de Tailândia, mais de oito mil postos de trabalho. Tivemos a informação de que, no Município de Breves, só no primeiro trimestre deste ano, mais de mil empregos também foram perdidos.

Nessa reunião que tivemos na Câmara Municipal, contamos com a participação não só do setor empresarial, do setor madeireiro lá da Ilha do Marajó, como também dos trabalhadores.

Senador José Agripino, os empregados, de corpo presente na sessão, disseram que não precisam de esmola, não querem atendimento assistencialista; eles querem, sim, o direito de ter o seu emprego garantido.

Então, Senador Garibaldi Alves, o Senador Mário Couto já lhe fez a solicitação e eu a retomo no sentido de que V. Ex.^a assuma essa posição de, como Presidente do Senado, abra as portas para que possam os Senadores não só do Pará mas também de todos os Estados da Amazônia Legal possam dialogar com o Ministério de Meio Ambiente e com o Ministério de Desenvolvimento Agrário para que juntos com o Governo do Estado, com a Governadora Ana Júlia, no caso do

Pará, e com os outros Governadores, com o Secretário de Meio Ambiente, para que possamos encontrar os meios de explorar as riquezas da floresta da nossa Amazônia de forma legal, consciente e ecologicamente sustentável.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Flexa Ribeiro, o tempo de V. Ex.^a já está esgotado.

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Senador...

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Já encerro. Vou conceder um aparte ao Senador Mário Couto e, em seguida...

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Senador Flexa Ribeiro, primeiramente quero parabenizar V. Ex.^a pela administração do nosso Partido no Estado do Pará e pelos seminários que V. Ex.^a está promovendo em todo o Estado. Há 143 municípios no Estado do Pará e V. Ex.^a, corajosamente, começou esse trabalho, que, se Deus quiser, chegará a todos os municípios. Senador Flexa Ribeiro, chega de maltratar o nosso Estado. Nós não podemos mais permitir isso, Senador. As indústrias madeireiras do Estado do Pará constituem a parte produtiva do nosso Estado. Olhem esse dado, Senador Flexa Ribeiro e paraenses: é o setor da economia paraense que mais emprega. Senador Flexa Ribeiro, que mais emprega e querem destruí-lo e deixar milhões e milhões de paraenses desempregados. Nós não podemos aceitar isso. Quando V. Ex.^a fala em Governadora, quando em falo em Governadora, não pense S. Ex.^a que queremos criticá-la. Não é isso; nós queremos defender o Estado do Pará e disso nós não vamos abrir mão, Senador. Custe o que custar, nós não vamos abrir mão dessa luta. Essa guerra está declarada por V. Ex.^a, por mim e pelos Senadores da Amazônia, que não querem ver os seus Estados gerando mais assassinos, mais bandidos, mais ladrões, porque o povo vai ficar desempregado. É assim que querem combater a violência? É desta maneira: desempregando o povo? Senador, está aberta a guerra. Aqueles que querem nos acompanhar que levantem a nossa bandeira! Muito obrigado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Agradeço ao nobre Senador Mário Couto. Tenho certeza, Senador Mário Couto, de que o Senador José Nery também estará ao nosso lado e ao lado de todos os Senadores da Amazônia Legal para que possamos, de forma consciente e ordenada, chegar a uma solução para essa crise que realmente vai transformar não só o Pará mas também a Amazônia como um todo numa área conflagrada do território brasileiro.

Eu quero aqui, Presidente Garibaldi Alves, agradecer aos nossos Pares da Comissão de Meio Ambiente, porque instalamos hoje uma subcomissão para acompanhar a crise ambiental na Amazônia, e, por concordância e gentileza dos meus Pares, tive a honra de presidi-la, tendo como vice-Presidente o Senador Sibá Machado. O Relator é o Senador Expedito Júnior. Essa Comissão tem como membro um Senador de cada unidade da Amazônia Legal. Nós vamos, por meio dessa Comissão, Senador Garibaldi Alves, com o seu apoio, como Presidente do Senado, chegar a todos os Estados da Federação brasileira e vamos...

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Senador Flexa Ribeiro, eu só quero fazer uma correção. Eu acabei de receber um *e-mail* do Município de Paragominas, Estado do Pará, do nobre Deputado estadual Bosco Gabriel. Eu quero aqui – sei também que V. Ex^a tem esse desejo de mandar um abraço a ele –, dizer-lhe que nós não nos esquecemos de Paragominas e que estamos nessa guerra junto com eles.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Paragominas, Senador Garibaldi Alves, é um município modelo nessa questão ambientalmente sustentável. Paragominas, apesar de ter sido indevidamente incluído entre os 32 municípios da Amazônia que participam da Operação Arco de Fogo, é hoje, um município que já assinou um termo de ajuste de conduta entre o empresariado e o Executivo Municipal, por intermédio do vice-Prefeito Adnam, e o setor governamental, para torná-lo município verde, onde não será abatida mais nenhuma árvore; ao contrário, o Município terá suas florestas totalmente repovoadas. Senador Mozarildo, V. Ex^a é um amazônida e sabe – apesar de o Estado de Roraima ter mais áreas de campo do que de florestas – das dificuldades que os nossos companheiros da Amazônia têm.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Flexa Ribeiro...

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Vou encerrar agradecendo ao Presidente Garibaldi Alves Filho o apoio que vai nos dar. Retornarei à tribuna amanhã ou quinta-feira para continuar a falar sobre o trabalho dessa Subcomissão da Comissão de Meio Ambiente, que vai acompanhar a ação do Ministério do Meio Ambiente e dos Governos, principalmente do Governo do Pará, na Amazônia Legal.

Durante o discurso do Sr. Flexa Ribeiro, o Sr. José Nery, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Garibaldi Alves Filho, Presidente.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador José Nery.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Garibaldi Alves, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero manifestar meu apoio e a minha solidariedade aos funcionários dos Correios que se encontram em greve nacional pelo atendimento das suas reivindicações desde o dia de ontem.

Faço um apelo à sensibilidade do Ministro das Comunicações e das demais autoridades do Governo Federal para que, por meio de uma mesa de negociação, cheguem a um acordo, a um entendimento. A greve é justa e está acontecendo pela falta de diálogo e de disposição para o atendimento das reivindicações da categoria.

Sr. Presidente, a categoria reivindica o adicional de periculosidade de 30%, um reajuste imediato de 20%, reposição salarial de 6,6% e elevação do piso salarial de R\$448,00 para R\$931,41, o que nos parece justo para uma categoria que presta relevantes serviços ao nosso povo e ao nosso País.

Espero, Sr. Presidente, que a nossa solidariedade, a solidariedade do Senado Federal, possa contribuir para que haja, de fato, uma negociação e possamos chegar a um acordo e ao atendimento da categoria que se encontra em greve.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a.

Faço um apelo aos Senadores e às Senadoras que ainda não se encontram no plenário para que venham votar pois vamos iniciar a Ordem do Dia logo após o discurso do Senador Antonio Carlos Valadares.

Com a palavra o Senador Antonio Carlos.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Senador Garibaldi, só uma informação rápida. Peço desculpas...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pois não, Senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Gostaria que a Secretaria de V. Ex^a nos informasse se ficou confirmado que V. Ex^a vai receber os Senadores e os prefeitos para tratar desse problema dos madeireiros do Estado do Pará na terça-feira e a que horas, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Mário Couto, V. Ex^a vai me dar um

crédito de confiança, mas não é de horas nem de dias, é de minutos, para eu dar essa resposta a V. Ex^a.

Mais uma vez faço um apelo aos Senadores e às Senadoras para que venham ao plenário.

Com a palavra o Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, as águas da região Nordeste – é sobre isso que vou falar nesta tarde –, o bom abastecimento hídrico para as comunidades pobres e para o homem e a mulher do semi-árido, do campo e da cidade são questões que estão entre as minhas preocupações e entre as de todos os Senadores da nossa região, e tenho voltado a esta tribuna para tratar deste tema mais de uma vez, como é do conhecimento de todos.

Hoje, quero chamar a atenção para o problema do São Francisco, da revitalização do Velho Chico, e quero começar partindo de uma reflexão bem simples sobre o problema da água para o semi-árido. Quero começar lembrando, Sr. Presidente, uma informação que nem sempre é devidamente divulgada. No caso, quero partir do exemplo do mega-açude do Castanhão.

Esse megaaçude foi uma das grandes inaugurações do Presidente Lula. Estamos falando aqui de um açude oceânico, orgulho da engenharia hidráulica nacional, inaugurado no Vale do Jaguaribe, no Ceará. Concluído em 2003, ele vem a ser o maior açude construído pela mão do homem, o maior açude do planeta, cujas reservas de água correspondem a quase três vezes o volume da Baía da Guanabara.

São quase sete bilhões de metros cúbicos na sua concha hidráulica. Para que se tenha uma idéia, o maior açude dos Estados Unidos, o **Elephant Bute**, passa longe, tem menos da metade da capacidade do nosso Castanhão. Enquanto o norte-americano armazena três bilhões, o nosso açude chega a quase sete bilhões, como já mencionei.

Outros exemplos: o famoso açude de Orós, que também fica no Vale do Jaguaribe, construído em 1960 pelo Presidente JK, armazena 2,5 bilhões de metros cúbicos, é apenas um pouco maior do que a Baía da Guanabara. O do Castanhão são três guanabaras. Agora, vejam bem: a Baía da Guanabara é a terceira maior do mundo em volume de água.

Quero começar a falar da revitalização do São Francisco a partir do Castanhão por uma razão muito simples: este açude é apenas uma amostra do tamanho da rede de açudagem que está instalada no nosso

semi-árido nordestino. Mesmo em sua grandiosidade, o Castanhão é apenas uma pequena amostra.

A realidade, que pouca gente sabe e que tem que ser levada em conta nesse atual debate das águas, é que, na verdade, o Nordeste, e mais precisamente o semi-árido, é nada mais, nada menos do que a região mais açudada do planeta, aquela região que tem mais açudes no mundo inteiro.

Como bem argumenta o engenheiro civil especializado em hidrologia e geologia, Dr. Manoel Bonfim Ribeiro, ex-diretor regional do DNOCS e da Chesf, “o Nordeste é mais açudado do que a Índia, mais que o Egito, mais que os Estados Unidos. Nossos açudes, afirma ele, são os melhores do mundo, melhores projetos, melhores construções.” E afirmo que os nossos engenheiros são os melhores barrageiros do planeta.

Se fizermos um inventário, Sr. Presidente, segundo os especialistas, nós chegamos ao início do século XXI contando com a construção de 70 mil açudes públicos, particulares e de cooperação. Temos 70 mil açudes. Mais de 10% deles são açudes plurianuais, atravessam secas e secas com grande volume de água. Com a fortíssima evaporação do Nordeste, eles perdem metade do seu volume, mas renovam as suas águas nos anos seguintes.

Os especialistas, como o Dr. Manoel Bomfim, nos convidam para um exercício de imaginação. Vamos pensar o semi-árido sem as águas do São Francisco. Vamos fazer de conta que o semi-árido não precisa do São Francisco. Vamos pensar na rede açudes já disponível hoje, incluindo o Castanhão. Vamos chegar a conclusões interessantes.

Se levarmos em conta o total da água acumulada em apenas três Estados, três Estados que estão entre os beneficiários da transposição do São Francisco, no total dos três Estados, teremos 26 ou quase 27 bilhões de metros cúbicos. Ou seja, 11 vezes a Baía da Guanabara.

Se agora totalizarmos toda água armazenada em açudes de todo o Semi-Árido, a quantidade de água é absolutamente impressionante! Todos os açudes somados, todos os setenta mil reservatórios dão um total de 35 bilhões de m³. Ou seja, nós temos quinze baías da Guanabara em açudes no Nordeste do nosso País.

Se pensarmos nessa imensidão de água doce já disponível, já armazenada, inclusive com a ajuda do atual Governo, que inaugurou o Castanhão e dos governos anteriores, seremos tentados a pensar de acordo com os especialistas – os hidrólogos, os ge-

ólogos, os engenheiros – da seguinte forma: a infraestrutura hídrica do Semi-Árido já está pronta. Ela já dispõe de água suficiente para abastecer a nossa região. Falta um programa de distribuição adequado, falta um sistema de tubulações, de adutoras para atender as nossas populações. Basta acrescentar implúvios, cisternas aéreas, terrestres e de superfície por todos os cantos do semi-árido. São baratas, simples, colhem água das chuvas e resolvem o problema de milhões e milhões de famílias na época da estiagem.

Basta uma medida aqui e outra ali e, no final de contas, teremos o problema da água resolvido por meio do método da boa gestão, do bom aproveitamento, da boa distribuição.

Um sistema que fosse organizado em torno de três subsistemas tipo adutoras, implúvios e poços tubulares – eu disse aqui em outro discurso que o grande depósito subterrâneo Maranhão-Piauí daria para abastecer 2/3 da população brasileira – atenderia de bom grado o nosso semi-árido. Esta vem a ser a opinião dos especialistas qualificados. Resta promover debate a respeito, resta checar tais informações, resta planificar.

Voltarei a este tema em outra oportunidade, Sr. Presidente.

Um engenheiro do DNOCS, Albano Ildelfonso, Diretor do DNOCS, já em 1945, profeticamente, clamava: “Para que ir buscar água fora, quando temos o suficiente?”

Diante desse quadro, talvez não seja o caso de nos perguntarmos se, neste momento, o mais urgente não será a plena, imediata e total revitalização do São Francisco?

Sr. Presidente Garibaldi, V. Ex^a, como Senador do Rio Grande do Norte, é um dos lutadores pela transposição. E sabem V. Ex^a e os demais Senadores que existe uma proposta de emenda constitucional, em tramitação na Câmara dos Deputados há mais de cinco anos, propondo a revitalização do rio São Francisco por um período de vinte anos, que daria recursos da ordem de R\$250 milhões/ano. Porque o Governo pode ser favorável à revitalização, mas o outro governo pode deixar de lado, como já aconteceu tanto na história administrativa do nosso País. Se tivermos recursos permanentes assegurados na nossa Carta Magna em favor de uma revitalização permanente, haveremos de salvar, Sr. Presidente, o Velho Chico. Portanto, como Presidente do Congresso Nacional e homem do Rio Grande do Norte que tanto luta pela transposição, também lute pela revitalização.

Sou do Estado do Sergipe. V. Ex^a sabe a resistência da população contra a transposição, mas, se V. Ex^a conseguir submeter à votação na Câmara dos Deputados, falando com o nosso Presidente, com o qual já falei 10 mil vezes, com as Lideranças dos Partidos, inclusive com o colega de V. Ex^a, o Deputado Federal Henrique Alves, com o qual falei hoje, a fim de submeter essa emenda constitucional à votação, haveremos de aliviar o sofrimento do sertanejo do semi-árido, principalmente na Bahia, Sergipe e Alagoas.

Peço a V. Ex^a, Sr. Presidente, que dê prioridade ao andamento dessa proposta, que já foi aprovada em todas as instâncias da Câmara dos Deputados. Só falta uma votação de plenário para que seja finalizada e tenhamos recursos necessários para salvar o Velho Chico.

Agradeço a V. Ex^a, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Antonio Carlos Valadares, o Sr. Garibaldi Alves Filho, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

Durante o discurso do Sr. Antonio Carlos Valadares, o Sr. Mão Santa, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Garibaldi Alves Filho, Presidente

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item extrapauta:

MENSAGEM Nº 275, DE 2007

(Escolha de Chefe de Missão Diplomática)

Mensagem nº 275, de 2007 (nº 986, de 2007, na Casa de origem), pela qual o Presidente da República submete à apreciação do Senado a escolha da Sr^a *Maria Auxiliadora Figueiredo*, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República da Costa do Marfim, e, cumulativamente, o de Embaixadora do Brasil junto à República da Libéria e República de Serra Leoa, desde que obtido o *agrément* do Governo daquele país.

Leitura do parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O Relator é o Senador César Borges.

S. Ex^a não está presente. Designo para fazer a leitura do parecer o Senador Delcídio Amaral.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 211, DE 2008 – CRE:

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS. Para leitura parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o nome proposto ao Plenário foi aprovado por quinze votos favoráveis, nenhum contrário, nenhum em branco, nenhum nulo e nenhuma abstenção.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Em discussão o parecer.

Com a palavra o Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu entrava em plenário, quando V. Ex^a anunciou a mensagem. Não entendi. O relatório já foi feito na devida Comissão. Não estou entendendo o que está sendo feito aqui agora.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a tem razão. A leitura do relatório já foi feita na Comissão. Eu peço desculpas a V. Ex^a, que tem razão.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Agradeço a V. Ex^a. É apenas a votação da autoridade. Quem seria no caso?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Maria Auxiliadora Figueiredo, para Ministra de Segunda Classe do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República da Costa do Marfim, Embaixadora junto à República da Libéria e República de Serra Leoa. É uma verdadeira Ulysses Guimarães, Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Sr. Presidente, eu louvo o Ministério das Relações Exteriores por ter mandado o nome da Sr^a Maria Auxiliadora Figueiredo. Trata-se de uma diplomata futura dessa nova geração. E acho que esta Casa fará, com todo o merecimento e com toda a justiça, a aprovação do seu nome para exercer as funções ora indicadas. Quero crer que a Embaixadora terá uma missão importante na integração do Brasil com os países africanos, junto aos quais ela terá a responsabilidade de nos representar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Continua em discussão o parecer. (Pausa.)

Não mais havendo quem peça a palavra, declaro encerrada a discussão.

Passa-se à votação, que, de acordo com a deliberação do Senado do dia 6 de maio de 1998 e nos termos do disposto no art. 383, inciso VII, do Regimento Interno, deve ser procedida por escrutínio secreto, em sessão pública.

Vamos abrir o painel para que as Sr^{as} e os Srs Senadores possam votar. (Pausa.)

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação)

Se os Srs. Líderes desejarem encaminhar ...

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente...

O Sr. Garibaldi Alves, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Delcídio Amaral.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Só para comunicar aos membros da Bancada do PMDB que porventura estiverem em seus gabinetes que venham ao plenário, pois estamos em votação de autoridades.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Obrigado, Senador Raupp.

Peço às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que venham ao plenário do Senado, porque estamos em processo de votação de autoridades.

Estamos votando a Mensagem nº 275, de 2007, que designa a Dr^a Maria Auxiliadora Figueiredo para a Embaixada da Costa do Marfim.

Prorrogo a sessão por mais uma hora para o bom andamento dos trabalhos, Senador Mozarildo Cavalcanti.

O Sr. Delcídio Amaral, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Garibaldi Alves Filho, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Todos as Sr^{as} e os Srs. Senadores já votaram? Vou encerrar a votação. (Pausa.)

Está encerrada a votação.

Vou abrir o painel. (Pausa.)

(Procede-se à apuração.)

MENSAGEM Nº 275, DE 2007 (ESCOLHA DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA)

Sra. MARIA AUXILIADORA FIGUEIREDO, PARA EXERCER O CARGO DE EMBAIXADORA DO BRASIL JUNTO À REPÚBLICA DA COSTA DO MARFIM, E, CUMULATIVAMENTE, JUNTO À REPÚBLICA DA LIBÉRIA, E REPÚBLICA DE SERRA LEOA, DESDE QUE OBTIDO O AGRÊMENT DO GOVERNO DAQUELE PAÍS

Num.Sessão: 1
Data Sessão: 1/4/2008

Num.Votação: 1
Hora Sessão: 14:00:00

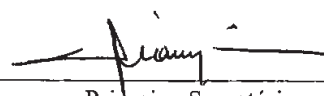
Abertura: 1/4/2008 17:56:32
Encerramento: 1/4/2008 18:07:29

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
DEM	DF	ADELMIR SANTANA	Votou
PSDB	PR	ALVARO DIAS	Votou
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	Votou
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	Votou
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO	Votou
DT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	Votou
Bloco-PT	MS	DELCLÍDIO AMARAL	Votou
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	Votou
DEM	PB	EFRAIM MORAIS	Votou
DEM	MG	ELISEU RESENDE	Votou
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	Votou
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	Votou
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	Votou
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	Votou
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	Votou
Bloco-PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	Votou
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	Votou
PMDB	ES	GERSON CAMATA	Votou
PTB	DF	GIM ARGELLO	Votou
DEM	PI	HERÁCLITO FORTES	Votou
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	Votou
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	Votou
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	Votou
DT	AM	JEFFERSON PÉRES	Votou
Bloco-PT	AM	JOÃO PEDRO	Votou
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	Votou
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	Votou
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	Votou
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	Votou
	MA	LOBÃO FILHO	Votou
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	Votou
PMDB	PI	MÃO SANTA	Votou
Bloco-PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	Votou
DEM	PE	MARCO MACIEL	Votou
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	Votou
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	Votou
PSDB	MS	MARISA SERRANO	Votou
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	Votou
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	Votou
PDT	PR	OSMAR DIAS	Votou
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	Votou
PMDB	RJ	PAULO DUQUE	Votou
PMDB	RS	PEDRO SIMON	Votou
DEM	SC	RAIMUNDO COLOMBO	Votou
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	Votou
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	Votou
PMDB	RR	ROMERO JUCA	Votou
DEM	RN	ROSALBA CIARLINI	Votou
PMDB	MA	ROSEANA SARNEY	Votou
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	Votou
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	Votou
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	Votou
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	Votou
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	Votou
PMDB	MS	VALTER PEREIRA	Votou

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PSC	SE	VIRGINIO DE CARVALHO	Votou

Presidente: GARIBALDI ALVES FILHO

Votos SIM : 51
Votos NÃO : 05 Total : 56
Votos ABST. : 00


Primeiro-Secretário

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Votaram SIM 51 Srs. Senadores; e, NÃO, 05. Não houve abstenção.
Total: 56 votos.

Está aprovada a indicação feita pelo Exmº Senhor Presidente da República da Srª Maria Auxiliadora Figueiredo para ser Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores junto à República da Costa do Marfim, junto à República da Libéria, junto à República de Serra Leoa.

Será feita a devida comunicação ao Senhor Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – **Item extrapauta:**

MENSAGEM Nº 34, DE 2008

(Escolha de Chefe de Missão Diplomática)

Mensagem nº 34, de 2008 (nº 7/2008, na origem), pela qual o Presidente da República submete à apreciação do Senado a indicação da Senhora *Débora Vainer Barenboim*, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República da Eslovênia.

Sobre a mesa, parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Eduardo Azeredo, que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Efraim Moraes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Sr. Presidente, novamente há um erro. O relatório já foi proferido na Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas é apenas a leitura do parecer. Não há necessidade, na visão de V. Exª?

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Não, apenas comunica-se que a leitura do parecer foi feita no plenário da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves. PMDB – RN) – V. Exª insiste na leitura do parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional? V. Exª acha dispensável?

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – É apenas a leitura comunicando a aprovação, no caso. Não é o parecer em si, apenas comunicando que foi aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves. PMDB – RN) – É uma questão que me parece semântica.

Com a palavra o Sr. 1º Secretário, Senador Efraim Moraes, para leitura do parecer.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 212, DE 2008 – CRE:

O SR. EFRAIM MORAIS (DEM – PB. Para leitura do parecer. Sem revisão do orador.) – “Concluída a votação, procedeu-se à contagem dos votos e, apurados os votos, tivemos o seguinte resultado:

Votos favoráveis : 15.

Votos contrários: Nenhum.

Votos em branco: Nenhum.

Sem votos: Nulo.

Sem abstenções.

Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a sessão, lavrando o resultado e aprovado por 15 votos.”

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves. PMDB – RN) – Passa-se à votação que, de acordo com a deliberação do Senado do dia 6 de maio de 1998, e nos termos do disposto no art. 383, inciso VII, do Regimento Interno, deve ser procedida por escrutínio secreto, em sessão pública.

As Srªs e os Srs. Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação.)

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pela ordem, com a palavra o Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Antes que o quórum seja alcançado, eu gostaria de fazer um registro que considero muito relevante nesta data de hoje, 1º de abril de 2008.

Há 44 anos, a sede da União Nacional dos Estudantes e da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas foi invadida, sofrendo, assim, o movimento estudantil um dos seus piores golpes em toda a nossa história. A sede da UNE, situada ali na Rua Praia do

Flamengo, 132, no Rio de Janeiro, foi invadida, saqueada e queimada.

A partir de 1964, então, teve início o regime que conhecemos, o regime militar, e a história da UNE se confunde de forma mais dramática com a do Brasil. A ditadura perseguiu, prendeu, torturou e executou centenas de brasileiros, muitos deles estudantes universitários e secundaristas.

O regime militar retirou a representatividade da UNE por meio da Lei Suplicy de Lacerda e a entidade passou a atuar na ilegalidade. As universidades eram vigiadas; intelectuais e artistas reprimidos.

No acampamento pela retomada do terreno na Praia do Flamengo, em fevereiro de 2006, o reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Professor Aloísio Teixeira, disse que viveu todo o momento do incêndio da sede da UNE e da Ubes. Ele contou que, em 31 de março, quando foi consolidado o golpe militar no Brasil, ele passou a noite na sede, porque aconteceu lá uma assembléia dos estudantes.

No dia seguinte, houve uma reunião dos militantes na Faculdade de Filosofia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. E, depois, eles resolveram passar na Escola de Direito para saber como estavam as coisas. Foi quando a polícia invadiu o local e eles surgiram de carro. “Quando nós chegamos no início da Avenida Beira-Mar – disse o reitor –, já vimos, de longe, uma cortina de fumaça. Mas ninguém acreditou, quando percebemos que era a sede da União Nacional dos Estudantes que estava sendo incendiada”.

Relembra: “Eles sabiam que ali era o principal centro da resistência ao golpe que estava em marcha. Talvez o incêndio tenha sido o ato mais simbólico, que representou a consolidação do golpe”, completa.

Nesse dia, a primeira e violenta manifestação de intolerância da ditadura voltou-se contra a sede das entidades estudantis. Anos depois, o que sobrou do velho casarão foi demolido por ordem do ex-Presidente do Governo militar João Figueiredo, em 1980.

Após recuperarem a posse do terreno da rua Praia do Flamengo, em fevereiro de 2006, estudan-

tes lutam, hoje, pela reconstrução da sede. A UNE e a Ubes querem que o mesmo Estado que a destruiu a reconstrua, devolvendo à juventude brasileira aquilo que lhe foi tirado.

É preciso viabilizar a reconstrução da histórica sede da União Nacional dos Estudantes como forma de garantia da reparação dos danos causados à organização dos estudantes brasileiros pelo Estado.

Ao registrar, Sr. Presidente, esse episódio da história política do Brasil que afetou dramaticamente os estudantes brasileiros, quero pedir o apoio de todos os Senadores para que participem de ato que será realizado pela UNE e pela Ubes nessa quinta-feira no Congresso Nacional, que tem o propósito de reivindicar do Estado que reconstrua a sede da União Nacional dos Estudantes.

Quase todos nós Senadores e também Deputados Federais assinaram uma solicitação, um ofício que será encaminhado ao Presidente da República pedindo que encaminhe ao Congresso Nacional uma proposta que garanta os recursos para a reconstrução da histórica sede da União Nacional dos Estudantes.

Sr. Presidente, era o registro que gostaria de fazer neste momento para que a história deixe marcado, mais uma vez, esse episódio, sobretudo no momento em que vivemos, um momento de democracia, que permite a reconstrução da sede da União Nacional dos Estudantes e da União Brasileira de Estudantes Secundaristas.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Inácio Arruda, o Sr. Garibaldi Alves Filho, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Efraim Morais, 1º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)
– Não havendo mais Senadores que desejem votar, vamos encerrar a votação.

Está encerrada a votação.

Vamos ao resultado.

(Procede-se à apuração.)

MENSAGEM Nº 34, DE 2008 (ESCOLHA DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA)

Sra. DÉBORA VAINER BARENBOIM, PARA EXERCER O CARGO DE EMBAIXADORA DO BRASIL JUNTO À REPÚBLICA DA ESLOVÊNIA

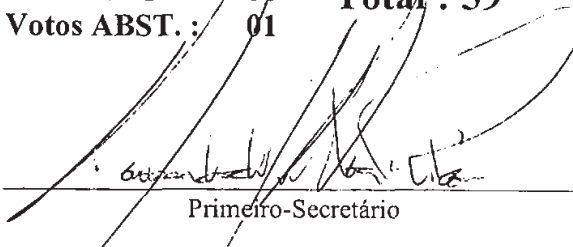
Num.Sessão: 1
Data Sessão: 1/4/2008Num.Votação: 2
Hora Sessão: 14:00:00Abertura: 1/4/2008 18:11:22
Encerramento: 1/4/2008 18:17:57

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
DEM	DF	ADELMIR SANTANA	Votou
PSDB	PR	ALVARO DIAS	Votou
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	Votou
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	Votou
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	Votou
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO	Votou
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	Votou
Bloco-PT	MS	DELÍCIO AMARAL	Votou
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLIICY	Votou
DEM	PB	EFRAIM MORAIS	Votou
DEM	MG	ELISEU RESENDE	Votou
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	Votou
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	Votou
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	Votou
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	Votou
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	Votou
Bloco-PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	Votou
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	Votou
PMDB	ES	GERSON CAMATA	Votou
DEM	MT	GILBERTO GOELLNER	Votou
PTB	DF	GIM ARGELLO	Votou
DEM	PI	HERÁCLITO FORTES	Votou
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	Votou
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	Votou
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	Votou
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	Votou
Bloco-PT	AM	JOÃO PEDRO	Votou
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	Votou
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	Votou
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	Votou
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	Votou
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	Votou
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	Votou
-	MA	LOBÃO FILHO	Votou
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	Votou
PMDB	PI	MÃO SANTA	Votou
Bloco-PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	Votou
DEM	PE	MARCO MACIEL	Votou
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	Votou
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	Votou
PSDB	MS	MARISA SERRANO	Votou
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	Votou
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	Votou
PDT	PR	OSMAR DIAS	Votou
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	Votou
PMDB	RJ	PAULO DUQUE	Votou
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	Votou
PMDB	RS	PEDRO SIMON	Votou
DEM	SC	RAIMUNDO COLOMBO	Votou
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	Votou
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	Votou
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	Votou
DEM	RN	ROSALBA CIARLINI	Votou
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	Votou
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	Votou
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	Votou
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	Votou

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PMDB	MS	VALTER PEREIRA	Votou
PSC	SE	VIRGINIO DE CARVALHO	Votou

Presidente: GARIBALDI ALVES FILHO

Votos SIM : 52
 Votos NÃO : 06
 Votos ABST. : 01
Total : 59



Primeiro-Secretário

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– Votaram SIM 52 Srs. Senadores; e, NÃO, 6.

Houve uma abstenção.

Total: 59 votos.

Está aprovado.

Será feita a devida comunicação ao Senhor Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– **Item extrapauta:**

MENSAGEM Nº 40, DE 2008

Mensagem nº 40, de 2008 (nº 27/2008, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Sr. *Virgílio Moretzsohn de Andrade*, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino do Marrocos.

Sobre a mesa, parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador João Tenório, que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Delcídio Amaral.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 213, DE 2008 – CRE

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT-MS). Para leitura do parecer. Sem revisão do orador.) – A indicação do nome do Sr. Virgílio Moretzsohn de Andrade obteve a aprovação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional com 15 votos favoráveis e um voto contrário, não tendo havido votos em branco, nulos ou abstenção. Foi aprovado o Parecer na Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– Discussão do parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, declaro encerrada a discussão.

Passa-se à votação, que, de acordo com a deliberação do Senado do dia 6 de maio de 1998 e nos termos do disposto no art. 383, inciso VII, do Regimento Interno, deve ser procedida por escrutínio secreto, em sessão pública.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, além

de convocar os Senadores do PSDB para comparecerem à votação, de modo a analisarmos os ilustres nomes dos Embaixadores apresentados pelo Governo à Comissão de Relações Exteriores e devidamente aprovados pela Comissão de Relações Exteriores, comunico à Mesa que estou encaminhando a V. Ex^a o seguinte requerimento:

Em fevereiro deste ano, mais precisamente no dia 19, o jornal Folha de S.Paulo publicou matéria na qual foram explicitados dados fiscais sigilosos do PSDB.

O vazamento para a imprensa dessas informações fiscais sigilosas me motivou a apresentar requerimento ao Ministro da Fazenda, Guido Mantega, solicitando informações sobre a abertura de processo administrativo fiscal para verificar a correção da contabilidade de partidos políticos.

Além disso, meu Partido cobrou do Ministro da Fazenda e do Secretário da Receita Federal providências para que todos os responsáveis pelo vazamento daquelas informações fossem responsabilizados. A partir daí, o Ministro da Fazenda, Dr. Guido Mantega, instaurou uma comissão de sindicância – ato publicado no Diário Oficial da União do dia 20 de fevereiro – para apurar o vazamento no prazo de 30 dias.

Ocorre, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que esse prazo já venceu, e, até o momento, não nos chegou qualquer conclusão sobre a sindicância interna.

Portanto, estou aqui para cobrar do Ministro da Fazenda e do Secretário da Receita Federal as providências sobre as responsabilidades no vazamento dessas informações fiscais relativas ao PSDB. O próprio Ministro Mantega se mostrou irritado com o fato, informando que os responsáveis serão punidos.

Espero que a Receita dê logo uma explicação sobre isso e diga de onde e de quem partiu esse vazamento.

Aliás, Sr. Presidente, já chega de vazamentos neste País. Estamos vivendo uma democracia, e é preciso que todos se conscientizem disso, sobretudo os que lideram este Governo, que, a cada dia, tem mais fatos inexplicáveis a explicar ao País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– A Mesa recebe o requerimento encaminhado por V. Ex^a.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB

– ES) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– Senador Casagrande.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Enquanto aguardamos um quórum maior, Sr. Presidente, quero fazer um registro na Casa de que, nos próximos dias, estaremos comemorando e lembrando os dois anos da Anac.

Faço uma reflexão sobre a atuação da Anac, sobre o caos aéreo que vivenciamos, sobre as últimas decisões tomadas pela Anac, sobre as últimas decisões tomadas pelo setor empresarial de fazer investimentos aqui no Brasil, sobre as últimas decisões do Governo em termos de investimentos e da parceria com a iniciativa privada no setor de infra-estrutura aeroportuária. Então, faço uma reflexão, usando como base e lembrando o aniversário da Anac, sobre aquilo que avançamos, do ponto mais agudo de crise que vivenciamos no setor aéreo e às perspectivas que temos daqui para frente.

Deixo registrada, na Casa, uma reflexão, Sr. Presidente, sobre esse momento que vivenciamos com relação à aviação civil comercial brasileira.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ)

– Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– Senador Crivella, V. Ex^a tem a palavra, pela ordem.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ.

Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas para trazer um comunicado à Casa.

Hoje, no jornal *O Globo*, na manchete, sai um comunicado de que o Rio pede socorro. São 67 vítimas da dengue, muitas delas crianças.

A verdade é, Sr. Presidente, que o Município do Rio de Janeiro, que é o epicentro dessa crise, tem apenas 5% de cobertura do programa Saúde da Família. O programa Saúde da Família, consagrado no Brasil inteiro, é aquele programa que bota fechadura na porta antes de a porta ser arrombada, trata das famílias antes de ficarem doentes e dá educação também, para que as pessoas não permitam que o mosquito da dengue, que é o vetor, se prolifere.

Então, faço aqui um apelo, Sr. Presidente, às autoridades municipais do Rio de Janeiro, da cidade, da capital, para que possamos aumentar a cobertura do programa Saúde da Família, a fim de evitar que esses casos aumentem.

É preciso visitar comunidade por comunidade, bater casa a casa, cada casa de cada rua, cada rua de cada bairro, cada praça, para debelarmos esta grave crise que atormenta o cotidiano do povo da minha cidade, do meu Estado.

Era esse o apelo que faria, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– Agradeço a V. Ex^a.

Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero assinalar aqui uma boa nova, pois, segundo o Repórter UOL, da Internet, “Brasil e Espanha anunciam medidas para acabar com a crise de repatriações”:

Representantes dos governos do Brasil e da Espanha [Senador Heráclito Fortes, a nossa Comissão, presidida por V. Ex^a, muito se preocupou com este assunto] anunciaram uma série de medidas para acabar com a crise de repatriações de cidadãos dos dois países, durante reunião realizada nesta terça-feira, em Madri.

Os dois governos iniciarão intercâmbio entre as polícias federais, divulgarão de maneira mais ampla as regras de imigração, farão reuniões mais regulares para assegurar o cumprimento das normas. A Espanha se comprometeu a permitir que os brasileiros inadmitidos tenham acesso às malas e a medicamentos e que tenham maior flexibilidade para comprar passagens de volta. Além disso, os turistas poderão sacar dinheiro em um caixa eletrônico instalado na imigração.

‘Entramos em um acordo e não vejo como não acabar de vez com a crise. Para o Governo brasileiro, a situação está terminada’, afirmou o Diretor do Departamento Consular do Itamaraty e de Brasileiros no Exterior, Ministro Eduardo Gradilone, que participou da reunião entre a Subsecretária espanhola de Assuntos Exteriores, María Jesús Figa, e o Subsecretário-Geral para as Comunidades Brasileiras no Exterior, Oto Agripino Maia [que, por sinal, é

irmão do nosso colega, Líder do Democratas no Senado, Senador José Agripino Maia.]

De acordo com o Ministro brasileiro, o Governo espanhol assumiu o compromisso de atender a uma série de pedidos brasileiros para evitar repatriações injustas e respeitar os extraditados. Os dois países enfatizaram a intenção de aumentar o diálogo.

A Espanha deverá deixar suas regras de imigração mais claras aos brasileiros. Haverá uma melhor divulgação para o público, entidades e empresas turísticas”, disse Gradilone.

Ao colega Presidente Heráclito Fortes encaminho a informação que, do ponto de vista das relações entre os povos irmãos da Espanha e do Brasil, é alvissareira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes e, em seguida, a V. Ex^a, Senador Arthur Virgílio.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, se, por um lado, vejo com muita alegria o anúncio feito pelo Senador Eduardo Suplicy, porque mostra que já há um avanço nesse impasse, a minha cautela é com relação ao atendimento na prática, porque a complicação, o mal-estar não está ocorrendo entre as autoridades diplomáticas, mas, sim, no atendimento feito pelo setor policial naquele aeroporto.

A minha preocupação, Senador Suplicy, é de que os maus-tratos continuem por parte dos que fazem o atendimento e o recebimento, inclusive não levando ao pé da letra o texto que V. Ex^a acaba de ler.

De qualquer maneira, fica demonstrada a boa vontade e o esforço feito pelas duas partes, o que é já um grande começo.

Muito obrigado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, estive hoje acompanhando o coordenador da Bancada do Amazonas, Deputado Átila Lins, e a Deputada Vanessa Grazziotin, com o Ministro Nelson Jobim, para

tratarmos de alguns assuntos que resumo para V. Ex^a. Primeiro, a adequação do Aeroporto de Manaus à idéia de transformá-lo num aeroporto tipo “hub”, aquele aeroporto que é começo e fim, inclusive de jornadas internacionais.

Outro dado é a preocupação que temos com a falência da navegação aérea regional. O Ministro fala em incentivos e em ressuscitar o projeto, que é muito bom, do Senador Mozarildo Cavalcanti, que cuida do tema.

Terceiro, Sr. Presidente, tratamos da iminência, do perigo de 11 aeroportos do Amazonas serem interditados, inclusive o de Parintins, às vésperas dessa belíssima festa do Boi-Bumbá.

Dissemos que a alternativa aos aeroportos é a precariedade da navegação fluvial, que, não raro, resulta em desastres, como aquele recentemente noticiado tão fartamente pela imprensa nacional.

O Ministro ficou de ir a Manaus, a convite da Secretária de Turismo do Estado, que estava conosco, para discutir navegação regional e outros temas, mas se comprometeu também a envidar todos os esforços para fazer uma ação emergencial que mantenha em funcionamento o Aeroporto de Parintins, ao mesmo tempo em que está inventariando os outros dez aeroportos, de modo que não tenhamos o isolamento dessas cidades, com prejuízos para a vida das pessoas, para doentes que querem tratar-se em Manaus; prejuízos de mercadorias que não podem ser transportadas, ficando alternativa única a da navegação fluvial, que é perigosa, é precária. Em outras palavras, a saída é o Ministro Jobim fazer um esforço e buscar adequar às necessidades mínimas de segurança esses aeroportos. A saída não é fechá-los. O Ministro foi muito compreensível, muito sensível. Eu creio que tanto a Deputada Vanessa quanto o Deputado Átila e, eu digo por mim, com certeza eu próprio, saímos de lá imaginando que foi uma conversa proveitosa, que haverá de dar frutos conseqüentes para a navegação aérea no meu Estado, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O Sr. Efraim Morais, 1º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Garibaldi Alves Filho, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Vou encerrar a votação. (Pausa.)

Está encerrada a votação.

Vou abrir o painel. (Pausa.)

(Procede-se à apuração.)

MENSAGEM Nº 40, DE 2008 (ESCOLHA DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA)

Sr. VIRGÍLIO MORETZSOHN DE ANDRADE, PARA EXERCER O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO AO REINO DO MARROCOS.

Num.Sessão: 1
Data Sessão: 1/4/2008

Num.Votação: 3
Hora Sessão: 14:00:00

Abertura: 1/4/2008 18:20:17
Encerramento: 1/4/2008 18:32:36

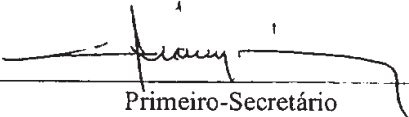
Partido	UF	Nome do Senador	Voto
DEM	DF	ADELMIR SANTANA	Votou
PSDB	PR	ALVARO DIAS	Votou
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	Votou
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	Votou
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO	Votou
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	Votou
Bloco-PT	MS	DELCÍDIO AMARAL	Votou
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	Votou
DEM	PB	EFRAIM MORAIS	Votou
DEM	MG	ELISEU RESENDE	Votou
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	Votou
Bloco-PR	RO	EXPEDITO JÚNIOR	Votou
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	Votou
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	Votou
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	Votou
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	Votou
Bloco-PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	Votou
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	Votou
PMDB	ES	GERSON CAMATA	Votou
DEM	MT	GILBERTO GOELLNER	Votou
PTB	DF	GIM ARGELLO	Votou
DEM	PI	HERÁCLITO FORTES	Votou
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	Votou
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	Votou
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	Votou
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	Votou
Bloco-PT	AM	JOÃO PEDRO	Votou
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	Votou
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	Votou
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	Votou
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	Votou
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	Votou
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	Votou
-	MA	LOBÃO FILHO	Votou
PMDB	PI	MÃO SANTA	Votou
Bloco-PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	Votou
DEM	PE	MARCO MACIEL	Votou
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	Votou
PSDB	MS	MARISA SERRANO	Votou
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	Votou
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	Votou
PDT	PR	OSMAR DIAS	Votou
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	Votou
PMDB	RJ	PAULO DUQUE	Votou
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	Votou
PMDB	RS	PEDRO SIMON	Votou
DEM	SC	RAIMUNDO COLOMBO	Votou
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	Votou
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	Votou
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	Votou
DEM	RN	ROSALBA CIARLINI	Votou
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	Votou
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	Votou
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	Votou
PMDB	MS	VALTER PEREIRA	Votou
PSC	SE	VIRGINIO DE CARVALHO	Votou

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
---------	----	-----------------	------

Presidente: EFRAIM MORAIS

Votos SIM : 49
Votos NÃO : 06
Votos ABST. : 01

Total : 56


Primeiro-Secretário

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Votaram SIM 49 Srs. Senadores; e, NÃO, 6.

Houve uma abstenção.

Total: 56 votos.

Está aprovado o nome do Sr. Virgílio Moretzsohn de Andrade, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino do Marrocos.

Será feita a devida comunicação ao Senhor Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – **Item extrapauta:**

MENSAGEM Nº 44, DE 2008

(Escolha de Chefe de Missão Diplomática)

Mensagem nº 44, de 2008 (nº 51/2008, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor *Luiz Felipe Mendonça Filho*, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de El Salvador.

Sobre a mesa, parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Antonio Carlos Valadares, que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Efraim Morais.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 214, DE 2008 – CRE:

O SR. EFRAIM MORAIS (DEM – PB. Para leitura do parecer.) – Feita a votação, Sr. Presidente, votaram 16 Srs. Senadores e Senadoras. Foram 15 votos favoráveis; houve um voto contrário. Não tivemos votos em branco nem nulos nem abstenção.

Foi aprovado o nome do candidato.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Passa-se à votação que, de acordo com a deliberação do Senado do dia 6 de maio de 1998, e nos termos do disposto no art. 383, VII, do Regimento Interno, deve ser procedida por escrutínio secreto, em sessão pública.

As Sr^{as} e Srs. Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra, o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, há uma iniciativa do Senador Expedito Júnior, que, aliás, foi levada ao conhecimento de V. Ex^a, no sentido de que V. Ex^a, por sua vez, leve esse entendimento ao Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Arlindo Chinaglia,

em torno da Proposta de Emenda Constitucional nº 483, de 2005, que trata da transposição de servidores públicos do extinto Território Federal de Rondônia para o quadro em extinção da administração federal.

O requerimento, que foi trazido aos Líderes da Casa pelo Senador Expedito Júnior, conta com o apoio de todos os Líderes da Casa, sem exceção: Líderes da Oposição, Líder do Governo e todos os Líderes dos Partidos da base governista. É o requerimento que trata da transposição, Sr. Presidente, de servidores públicos do extinto Território Federal de Rondônia para o quadro em extinção da administração federal.

O pedido que se faz – aqui, represento o Senador Expedito Júnior – é no sentido de que V. Ex^a entre em entendimento com o Presidente Arlindo Chinaglia, para que se inclua na Ordem do Dia da Câmara dos Deputados a PEC nº 483, de 2005, que cuida desse assunto.

Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Expedito Júnior.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, essa PEC é de autoria da Senadora Fátima Cleide e já foi votada aqui no Senado Federal. Tanto eu quanto o Senador Raupp e a Senadora Fátima Cleide estamos pedindo a V. Ex^a esse entendimento com a Câmara dos Deputados, como já fiz hoje, aqui, no Senado. Agora, o que estamos fazendo é colhendo assinaturas, como disse o Líder do PSDB, Senador Arthur Virgílio, que praticamente já colheu a assinatura de todos os Líderes. Ou seja, há o entendimento nesta Casa de que pode ser buscado esse acordo na Câmara dos Deputados.

Então, faço esse apelo a V. Ex^a, mais uma vez, com esse requerimento, para que se possa votar na Câmara dos Deputados a PEC, que é de autoria da Senadora Fátima Cleide, e que, com certeza, vai corrigir uma injustiça e uma distorção com os servidores do extinto Território de Rondônia, Sr. Presidente.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves. PMDB – RN) – Com a palavra, a Senadora Fátima Cleide.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, é apenas para dizer do meu agradecimento ao grande esforço da Oposição em fazer com que essa matéria seja apreciada pela Câmara e dizer, para fazer justiça, que todos os Senadores e Deputados Federais do Estado de Rondônia defendem a aprovação dessa matéria, ao contrário do que tem sido dito no meu Estado, que a autora da matéria, em uma incoerência, não estaria a fim de que essa matéria fosse aprovada, até por motivos eleitoreiros.

Então, Sr. Presidente, quero aqui registrar o meu agradecimento aos Líderes da Oposição e ao Senador que propõe o requerimento, para que possamos, efetivamente, apor a verdade e pedir à Câmara que tenha o máximo de cuidado e carinho para com a apreciação dessa matéria, que tanta expectativa causa ao povo de Rondônia.

Quero agradecer pelos diversos pronunciamentos feitos em defesa da apreciação urgente dessa matéria, em especial ao Senador Valdir Raupp, que foi uma das pessoas que, tão logo a apresentei, colocou sua assinatura também, e dizer que nós todos estamos na expectativa da apreciação urgente dessa matéria.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Senador Garibaldi Alves, gostaria de cumprimentá-lo pelo conteúdo de sua entrevista às Páginas Amarelas da *Veja*, sob o título “O Congresso na UTI”, em que V. Ex^a faz inúmeras observações importantes para todos nós Senadores.

Ao mencionar que “o Congresso está na UTI, e ninguém do mundo político percebe que esse despreço pelo Poder Legislativo é uma coisa que está minando as suas bases de sustentação e que, a qualquer hora, poderá haver um momento de maior tensão, de crise...”, V. Ex^a assinala algo importante para todos nós Senadores: precisamos, de fato, reagir na direção de mudar esse estado de coisas.

Senador Garibaldi, quando V. Ex^a menciona na entrevista que “há muita gente boa no Congresso, mas a maioria está desanimada”, quero dizer que não sou daqueles que estão desanimados. Quero trabalhar o mais sério possível e em outra direção que não é aquela que V. Ex^a assinala, ao dizer que “muita gente está lá apenas para aprovar umas emendazinhas e conseguir uns cargos para se eleger. A maioria dos Parlamentares segue a lógica de votar com o Governo, liberar as emendas, emplacar um cargo para um aliado e colher os dividendos nas eleições seguintes”.

Ora, é importante que os Senadores estejam aqui para votar de acordo com o que avaliam ser o melhor para a Nação, para o povo brasileiro, e não por causa de nomeações de cargos ou emendazinhas. É importante que V. Ex^a chame atenção para esse aspecto.

Quando V. Ex^a assinala que a discussão das medidas provisórias precisa ser feita e espera que, até fevereiro próximo, estejamos com essa questão superada e mais bem arrumada, coloca-se na direção certa. Quando V. Ex^a também defende maior transparência sobre os atos da Administração, tanto no Executivo quanto no Congresso Nacional, refere-se a algo com o que estou plenamente de acordo.

Quando V. Ex^a observa que será muito melhor assinalarmos mais os aspectos positivos de cada Administração do que compararmos os podres de cada lado, também o faz na direção certa.

Quando V. Ex^a avalia que o Presidente Lula não quer que haja um terceiro mandato seguido, mas constitucionalmente poderá aguardar o mandato para, depois, eventualmente, reeleger-se, fazendo um diagnóstico de que ele não vai solicitar isso, estou de pleno acordo.

São alguns pontos que gostaria de explicitar, entendendo que V. Ex^a contribuiu positivamente para que o Congresso Nacional aja melhor.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço ao Senador Eduardo Suplicy e concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio. Depois, vamos encerrar a votação e proclamar o resultado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, antes de mais nada, quero me penitenciar de um desleixo, porque eu não sabia que a PEC a que se referia o documento que aqui apresentei ainda há pouco, que teve a iniciativa do Senador Expedito Júnior para recolhimento da assinatura dos Líderes, é de autoria da Senadora Fátima Cleide; senão teria citado o nome de S. Ex^a, como sei também do interesse do Senador Valdir Raupp de ver essa matéria aprovada. Agora, ressalto mais uma vez a iniciativa que teve o Senador Expedito de recolher a assinatura de todos os Líderes da Casa, o que significa a vontade do Senado de ver essa negociação.

Mas, Sr. Presidente, presto contas de que encaminhei à Mesa requerimento convocando a Sr^a Ministra-Chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, para que preste esclarecimentos sobre a denúncia do cometimento de crime de responsabilidades, tendo em vista a formulação de dossiê sobre as contas sigilosas do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e sua esposa, a Sr^a Ruth Cardoso.

Informo ainda que estamos tomando as seguintes iniciativas: a convocação da Ministra para prestar esclarecimentos à Comissão de Justiça da Casa e à Comissão de Fiscalização e Controle, renovando o compromisso, Sr. Presidente, com a atitude que já havia sido adotada pelo meu Partido, pela minha palavra, quando aqui me pronunciei em comunicação de Liderança, na tarde de hoje.

A partir de hoje, todas as negativas de quebra de sigilo, todas as “tratoragens” que aconteçam na Comissão Parlamentar de Inquérito dos Cartões Corporativos terão como resposta trazermos a matéria para o plenário. No plenário, outros, ou seja, todos terão que mostrar as suas faces. Ninguém vai se escudar mais em meia dúzia da CPI. Vão todos ter que mostrar a sua face e vão ter que dizer aqui, majoritariamente, que não querem quebra de sigilo, que não querem in-

investigação profunda de delitos que se acumularam e que estão enodoando a vida pública do País.

Portanto, presto essa satisfação a V. Ex^a, dizendo que estamos absolutamente convencidos de que temos duas opções muito claras nesse episódio: a primeira é apurar tudo; e a segunda é apurar tudo, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Marconi Perillo, mas antes vou proclamar o resultado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

MENSAGEM Nº 44, DE 2008 (ESCOLHA DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA)

Sr. LUIZ FELIPE MENDONÇA FILHO, PARA EXERCER O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO À REPÚBLICA DE EL SALVADOR

Num.Sessão: 1	Num.Votação: 4	Abertura: 1/4/2008 18:34:50
Data Sessão: 1/4/2008	Hora Sessão: 14:00:00	Encerramento: 1/4/2008 18:43:55

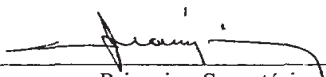
Partido	UF	Nome do Senador	Voto
DEM	DF	ADELMIR SANTANA	Votou
PSDB	PR	ALVARO DIAS	Votou
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	Votou
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	Votou
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	Votou
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO	Votou
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	Votou
Bloco-PT	MS	DELCLÍDIO AMARAL	Votou
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES	Votou
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPPLY	Votou
DEM	PB	EFRAIM MORAIS	Votou
DEM	MG	ELISEU RESENDE	Votou
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	Votou
Bloco-PR	RO	EXPEDITO JÚNIOR	Votou
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	Votou
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	Votou
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	Votou
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	Votou
Bloco-PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	Votou
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	Votou
DEM	MT	GILBERTO GOELLNER	Votou
PTB	DF	GIM ARGELLO	Votou
DEM	PI	HERÁCLITO FORTES	Votou
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	Votou
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	Votou
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	Votou
Bloco-PT	AM	JOÃO PEDRO	Votou
PSDB	AL	JOÃO TENÓRIO	Votou
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	Votou
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	Votou
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	Votou
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	Votou
DEM	TO	KÁTIA ABREU	Votou
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	Votou
-	MA	LOBÃO FILHO	Votou
Bloco-PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	Votou
DEM	PE	MARCO MACIEL	Votou
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	Votou
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	Votou
PSDB	MS	MARISA SERRANO	Votou
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	Votou
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	Votou
PDT	PR	OSMAR DIAS	Votou
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	Votou
PMDB	RJ	PAULO DUQUE	Votou
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	Votou
PMDB	RS	PEDRO SIMON	Votou
DEM	SC	RAIMUNDO COLOMBO	Votou
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	Votou
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	Votou
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	Votou
DEM	RN	ROSALBA CIARLINI	Votou
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	Votou
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	Votou
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	Votou
PMDB	MS	VALTER PEREIRA	Votou
PSC	SE	VIRGINIO DE CARVALHO	Votou

Operador: HELIO FERREIRA LIMA

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
---------	----	-----------------	------

Presidente: GARIBALDI ALVES FILHO

Votos SIM : 51
 Votos NÃO : 06 Total : 57
 Votos ABST. : 00


 Primeiro-Secretário

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Votaram SIM 51 Srs. Senadores; e, NÃO, 06. Não houve abstenção.

Total: 57 votos.

Está aprovado o nome do Ministro Luiz Felipe Mendonça Filho para Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil perante a República de El Salvador.

Será feita a devida comunicação ao Senhor Presidente da República.

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Sr. Presidente, uma questão de ordem para justificar meu voto.

Gostaria de justificar que, nas três votações anteriores, votei com a orientação do Partido. Gostaria que pudesse registrar, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A Ata dos nossos trabalhos conterà o voto de V. Ex^a.

O SR. JOÃO TENÓRIO (PSDB – AL) – Sr. Presidente, só para registrar que, nos três votos anteriores, também acompanhei.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a será atendido, nos termos regimentais.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Marconi Perillo.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, vou aguardar V. Ex^a anunciar o próximo projeto. V. Ex^a pode anunciar o próximo projeto e, depois, faço a questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – São cinco embaixadores.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Então, anuncie. Exato. Coloque em votação, que pedimos pela ordem, Presidente, para economia processual.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – **Item extrapauta:**

MENSAGEM Nº 45, DE 2008

(Escolha de Chefe de Missão Diplomática)

Mensagem nº 45, de 2008 (nº 52/2008, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor *Carlos Alberto Simas Magalhães*, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Polônia.

Sobre a mesa, parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Cristovam Buarque, que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Efraim Morais.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 215, DE 2008 – CRE

O SR. EFRAIM MORAIS (DEM – PB. Para leitura do parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a indicação do nome do Sr. Carlos Alberto Simas Magalhães obteve a aprovação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com 15 votos favoráveis e um voto contrário. Não tivemos votos em branco, nulos nem abstenções. Foi aprovado o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a.

Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passa-se à votação que, de acordo com a deliberação do Senado do dia 6 de maio de 1998, e nos termos do disposto no art. 383, VII, do Regimento Interno, deve ser procedida por escrutínio secreto, em sessão pública.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação.)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Magno Malta.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Senador, eu havia pedido primeiro.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves. PMDB – RN) – Vai ser o segundo com a prerrogativa de primeiro.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Se ele quiser falar primeiro, porque primeiro os mais velhos...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, queria comunicar a esta Casa que acabamos de ter um encontro com o Sr. Procurador da República Antônio Fernando, eu, o Senador Demóstenes e a Diretoria da CPI da Pedofilia. Ficamos muito felizes com a reação do Dr. Antônio Fernando, que colocará à disposição da CPI um procurador federal para que seja interlocutor,

juntamente com os procuradores que virão cedidos pela Conamp [Associação Nacional dos Membros do Ministério Público], pelo Conselho de Procuradores do Brasil, junto com a Polícia Federal, na construção de uma legislação que tipifique este crime nefasto de pedofilia no Brasil.

Encerro, Sr. Presidente, registrando que, há três dias, o jornal *O Globo*, mais uma vez, trouxe matéria falando da ausência do Estado na segurança pública e a capa de **O Globo** – fico até feliz – traz a figura do pastor Marco Pereira, do Rio de Janeiro, num trabalho de recuperação de presos, traficantes e drogados. Ele resgatou um cidadão do tribunal do tráfico, foi tirado da mão do tribunal, do meio de traficantes armados, prontos para dar a sentença final. Esse pastor corajoso, determinado, é exemplo de tantos no Brasil que lutam na recuperação de drogados. Está na capa de *O Globo* de três dias atrás, matéria que reconhece o valor do trabalho da igreja. Acho isso muito importante e é necessário que a mídia, como um todo, reconheça esse trabalho.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Continua o processo de votação.

Pela ordem, o ministro – o ministro, olha aí –, Senador Marconi Perillo.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Quem sabe.

Sr. Presidente, todos os brasileiros têm acompanhado a gravíssima crise de saúde pública vivida pela população do Rio de Janeiro. Segundo pesquisa recente do *Datafolha*, pela primeira vez, na gestão do Presidente Lula, o item saúde pública é considerado o principal problema do Brasil para 29% dos entrevistados, sendo que, para a população do Rio de Janeiro, 41% dos entrevistados crêem ser hoje a saúde pública o principal gargalo do Governo do Presidente Lula. São mais de 50 mortes vítimas de dengue hemorrágica ocorridas até o dia de ontem.

Mas o que é lamentável, Sr. Presidente, é que, desde o dia 28 de março do ano passado, apresentei um projeto que visa a regulamentar a Emenda nº 29, que vincula recursos financeiros dos Estados, dos Municípios e da União à saúde. Outro projeto, de iniciativa do Senador Tião Viana, acabou tendo prioridade. Ocorre que há meses também estamos aguardando que esse projeto seja colocado em votação, e até agora essa providência não foi tomada.

Meu projeto, que foi apresentado em fevereiro do ano passado, não foi relatado porque havia outro projeto, do Senador Tião Viana. No dia 07 de novembro do ano passado, Sr. Presidente, entrei com recurso junto à Presidência para que meu projeto pudesse ter seqüência. Lamentavelmente, até a presente data, esse

recurso não foi apreciado por V. Ex^a nem pela Mesa do Senado, tampouco pelo Plenário do Senado. É um projeto importantíssimo, Sr. Presidente, porque tem como objetivo regulamentar a Emenda nº 29, que destina recursos para a saúde dos brasileiros, definindo que áreas e setores merecerão a destinação dos recursos que são vinculados constitucionalmente e que devem ser investidos na saúde pública do brasileiro.

Nós vivemos hoje, repito, uma das piores epidemias da história do Rio de Janeiro; uma das piores epidemias deste País, que envergonha o Brasil como Nação e que estraga muito o potencial da cidade do Rio de Janeiro (Cidade Maravilhosa), um dos principais destinos turísticos não só do Brasil, mas do mundo.

De modo que fica aqui, Sr. Presidente, o meu apelo a V. Ex^a, que tem tido sensibilidade, que tem tido coragem de administrar esta Casa com altivez e independência, apelo para que se aprecie não apenas e com urgência o projeto de iniciativa do Senador Tião Viana, além do projeto de minha iniciativa, já que tive a experiência de ser Governador, de ter colaborado com a aprovação da PEC 29. Eu aguardo e aguardo, há longos anos, pela regulamentação da PEC 29. Com isso, com certeza, a saúde pública no Brasil vai melhorar consideravelmente. Muito obrigado pela atenção de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Logo darei as informações a V. Ex^a.

Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Garibaldi Alves, encaminhei à Mesa um documento em que requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno e ouvido o Plenário, que seja consignado nos **Anais do Senado** voto de congratulação ao jornal **O Liberal**, do Estado do Pará, meu Estado, pelo prêmio Mérito Lojista Nacional na categoria mídia jornal impresso. Requeiro, ademais, que o voto de aplauso seja levado ao conhecimento da Presidente, Sr^a Lucidéia Maiorana, e do seu Presidente Executivo, jornalista Rômulo Maiorana Júnior.

Sr. Presidente, esta é a 29^a edição do prêmio Mérito Lojista. O jornal **O Liberal** já foi indicado 23 vezes, tornando-se o maior vencedor do prêmio. O Mérito Lojista é concedido pela Confederação Nacional dos Dirigente Lojistas – CNDL, desde 1980, resultado da escolha popular de marcas, produtos e serviços mais representativos em cada Estado e no Brasil.

Por meio deste requerimento, quero congratular-me com a direção do jornal **O Liberal**, com seus jornalistas, por receberem, por 23 anos seguidos, o prêmio Mérito Lojista concedido pelo CNDL.

Faço esta intervenção também em nome dos Senadores Mário Couto e Ademar Santana que, juntamente comigo, subscrevem o requerimento.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Peça a palavra para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, peça a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Presidente, gostaria da sua atenção e do seu apoio, mais uma vez.

Soube agora que, pelo acordo de lideranças, haverá a discussão de uma medida provisória – não sei se é verdadeira a informação – e que outras medidas estariam bloqueando a pauta. São várias e várias medidas provisórias. Ainda mais, estão tramitando na Câmara dos Deputados mais ou menos 17 medidas provisórias. O que me traz a certeza – se todo este meu raciocínio está correto – de que tão cedo, ou seja, talvez nem este ano, poderemos votar o PL nº58, do Senador Paim, relativo aos aposentados deste País.

Eu gostaria da ajuda de V. Ex^a. Tenho certeza, e V. Ex^a já demonstrou, vi o interesse ainda há pouco de V. Ex^a, quando lia uma pesquisa. Na hora não quis comentar, mas não tenho nenhuma dúvida de que o reflexo dessa pesquisa se deva também à administração de V. Ex^a, que tem sido profícua. Tenho certeza de que essa pesquisa que já credencia melhor o Senado Federal diante da população seja também em função da sua administração. Veja bem...

Vou esperar o Senador Jucá acabar de falar com V. Ex^a,

É um assunto muito importante, Senador Jucá, para a sociedade brasileira. Deixe o Presidente prestar atenção em mim. Deixa o homem trabalhar, ô Senador Jucá.

Posso falar, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pode.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Presidente, em função disso, queria que V. Ex^a me ajudasse. Sensível como V. Ex^a é, não acredito, de forma alguma, que V. Ex^a...

Meu Deus do Céu! Senador Flexa, pelo amor de Deus, Senador.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Estou pedindo pelos aposentados aqui.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a está com a palavra, Senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Presidente, eu queria que V. Ex^a, que, tenho certeza, é sensível, na próxima reunião dos Líderes, colocasse essa questão na pauta. Presidente, com certeza, V. Ex^a não quer, nem eu, radicalizar. Não queremos, Presidente, nem V. Ex^a, nem eu. A qualquer momento – estou olhando para V. Ex^a e dizendo – vou fazer uma vigília. Senador, não

consigo entender por que esta Casa fica totalmente amordaçada. O que estou fazendo aqui? Estou ficando revoltado, Presidente. O que estou fazendo nesta Casa, se não consigo votar um projeto de lei que está há tanto tempo aqui?

Presidente, pelo amor de Deus, resolva essa questão dos aposentados. Ponha o projeto em pauta, consiga isso. Faça um acordo com as Lideranças para que esse projeto seja votado imediatamente.

É o apelo que faço, com todo respeito que tenho a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a e asseguro que junto com as Lideranças vamos encontrar uma solução para colocar na Ordem do Dia o projeto do Senador Paim, que diz respeito à remuneração dos aposentados.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu elaborei um requerimento, que levarei a todas as Bancadas do Nordeste, pedindo ao Presidente da Câmara dos Deputados que coloque em votação, o mais rápido possível, a Proposta de Emenda à Constituição que trata da revitalização do Rio São Francisco, que está na pauta daquela Casa desde 2002.

As medidas provisórias trancam a pauta, mas outras emendas constitucionais do interesse da Câmara dos Deputados – embora as medidas provisórias interfiram no andamento das matérias – foram aprovadas.

Então, tenho certeza de que V. Ex^a, como um Senador do Nordeste – a revitalização é consenso na região –, também lutará e haverá de contribuir para que a tramitação ocorra o mais rápido possível, ainda este ano, na Câmara dos Deputados, porque como houve alteração da proposta aprovada pelo Senado Federal ela terá que voltar a esta Casa.

Portanto, eu gostaria de pedir, mais uma vez, o empenho de V. Ex^a e dos nobres Pares para a importância e a prioridade dessa matéria para a salvação do Velho Chico.

Agradeço a V. Ex^a, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a. Vou me empenhar para que essa matéria seja votada brevemente, como é o desejo de V. Ex^a.

Vou primeiro abrir o painel e apurar a votação. Vou proclamar o resultado.

(Procede-se à apuração.)

MENSAGEM Nº 45, DE 2008 (ESCOLHA DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA)

Sr. CARLOS ALBERTO SIMAS MAGALHÃES, PARA EXERCER O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO À REPÚBLICA DA POLÔNIA.

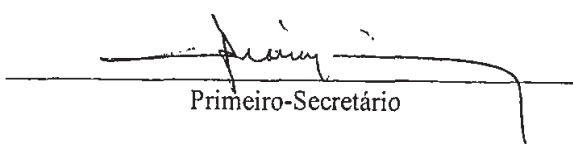
Num.Sessão: 1
Data Sessão: 1/4/2008

Num.Votação: 5
Hora Sessão: 14:00:00

Abertura: 1/4/2008 18:49:21
Encerramento: 1/4/2008 19:04:25

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
DEM	DF	ADELMIR SANTANA	Votou
PSDB	PR	ALVARO DIAS	Votou
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	Votou
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	Votou
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	Votou
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO	Votou
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	Votou
Bloco-PT	MS	DELCLÍDIO AMARAL	Votou
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLYCY	Votou
DEM	PB	EFRAIM MORAIS	Votou
DEM	MG	ELISEU RESENDE	Votou
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	Votou
Bloco-PR	RO	EXPEDITO JÚNIOR	Votou
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	Votou
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	Votou
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	Votou
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	Votou
Bloco-PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	Votou
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	Votou
DEM	MT	GILBERTO GOELLNER	Votou
PMDB	AP	GILVAM BORGES	Votou
PTB	DF	GIM ARGELLO	Votou
DEM	PI	HERÁCLITO FORTES	Votou
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	Votou
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	Votou
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	Votou
PSDB	AL	JOÃO TENÓRIO	Votou
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	Votou
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	Votou
DEM	TO	KÁTIA ABREU	Votou
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	Votou
-	MA	LOBÃO FILHO	Votou
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	Votou
Bloco-PR	ES	MAGNO MALTA	Votou
PMDB	PI	MÃO SANTA	Votou
Bloco-PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	Votou
DEM	PE	MARCO MACIEL	Votou
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	Votou
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	Votou
PSDB	MS	MARISA SERRANO	Votou
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	Votou
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	Votou
PDT	PR	OSMAR DIAS	Votou
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	Votou
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	Votou
PMDB	RS	PEDRO SIMON	Votou
DEM	SC	RAIMUNDO COLOMBO	Votou
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	Votou
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	Votou
PMDB	RR	ROMERO JUCA	Votou
DEM	RN	ROSALBA CIARLINI	Votou
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	Votou
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	Votou
PSC	SE	VIRGINIO DE CARVALHO	Votou

Votos SIM : 45
Votos NÃO : 09 Total : 54
Votos ABST. : 00


Primeiro-Secretário

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Votaram SIM 45 Srs. Senadores; e, NÃO, 9. Não houve abstenção.

Total: 54 votos.

Será feita a comunicação ao Senhor Presidente da República da decisão desta Casa, aprovando a escolha do Sr. Carlos Alberto Simas Magalhães para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Polônia.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves filho. PMDB – RN) – **Item 1:**

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 400, DE 2007

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do §6º do art. 62 da Constituição Federal.)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 400, de 2007, que *abre crédito extraordinário em favor da Presidência da República e do Ministério da Saúde, no valor global de cinquenta milhões de reais, para os fins que especifica.*

A matéria constou da Ordem do Dia da última sessão deliberativa ordinária, quando teve sua apreciação transferida para hoje.

Antes de submeter a matéria ao Plenário, a Presidência presta os seguintes esclarecimentos:

- à Medida Provisória foram apresentadas 2 emendas.
- a proposição foi remetida à Câmara dos Deputados no dia 12 de novembro de 2007, tendo sido apreciada naquela Casa no dia 27 de fevereiro;
- o Relator da matéria naquela Casa foi o Deputado José Rocha (PR – BA);
- o prazo de vigência de sessenta dias foi prorrogado por igual período pelo Ato do Presidente do Congresso Nacional nº 74, de 2007, e se esgotará no dia 8 de abril;
- a Medida Provisória foi recebida formalmente pelo Senado Federal no dia 13 de março.

Transcorre hoje a sexta sessão da matéria constando da pauta.

Prestados esses esclarecimentos, passa-se à apreciação da matéria.

Concedo a palavra ao nobre Senador Romero Jucá, Relator revisor da matéria.

PARECER Nº 216, DE 2008 – PLEN

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, vou apresentar primeiro o voto quanto à constitucionalidade e à juridicidade. O voto é

favorável, até porque o Supremo Tribunal Federal já se manifestou nesta semana sobre essa questão.

Portanto, quanto à constitucionalidade o voto é favorável. Quanto ao mérito, eu me pronunciarei depois da votação do primeiro item.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O parecer preliminar do Relator revisor, Senador Romero Jucá, é pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e pela adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória, nos termos do art. 8º da Resolução nº 1, de 2002 – CN.

Em votação os pressupostos de relevância e urgência e adequação financeira e orçamentária.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PSDB é terminantemente contra a aprovação de qualquer medida provisória que trate de crédito extraordinário por entender, e está virando um jargão, que isso prostitui, conspurca a execução do Orçamento. Comissão de Orçamento, aliás, da qual muito honrosamente não estamos nem fazendo parte. Ainda agora me disseram: “está acontecendo uma confusão lá”. Eu disse ao jornalista agora: não é comigo, não tenho nada a ver com aquilo. Estou fora daquela Comissão.

Propus, e V. Ex^a se mostrou simpático à idéia, extinguir-se a Comissão e fazê-la funcionar sob a forma proposta pelo Senador Sérgio Guerra, ou seja, as comissões temáticas tratariam de cada tema e depois tudo desaguaria em uma comissão de sistematização, como aconteceu na Constituinte. Muito bem...

Sobre essa matéria temos ADINs no Supremo Tribunal Federal. Temos também a convicção, acima da questão jurídica, de que politicamente não dá. Essa é uma das formas que o Governo encontra de inibir, de diminuir e de humilhar a posição do Parlamento.

Portanto, nós nos posicionaremos na admissibilidade contra e, daqui a pouco, iremos no mérito novamente fazer carga contra a aprovação dessa medida provisória, que é mais uma das desnecessidades impostas pelo Governo para paralisar a pauta de trabalho do Congresso Nacional.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho – PMDB-RN) – Concedo a palavra, para encaminhar a votação, ao Senador José Agripino Maia.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, com relação à urgência, relevância e constitucionalidade. Essa matéria abre um crédito extraordinário no valor de R\$50 milhões dos quais R\$20 milhões para a TV Pública, que é o assunto mais urgente do mundo inteiro para o atual Governo. Para o País não é. Por uma questão de coerência, pelo que nós vínhamos fazendo há perto de um ano, nós votamos sistematicamente contra medida provisória que trate de crédito extraordinário.

Mas há uma pérola nesta medida provisória que eu vou fazer questão de, na discussão do mérito, colocá-la para o conhecimento da Casa. Quais são os recursos que, pela medida provisória que criou a TV Pública, que está recebendo esses R\$20 milhões de presente adicionais, estão reservados e quais são as fontes desses recursos para subsidiar a TV Pública? Eu me reservarei a oportunidade de falar sobre isso na discussão do mérito da matéria.

No momento, nós manifestamos nossa posição peremptória contra a urgência, relevância e constitucionalidade, até porque nós temos, junto com os tucanos, algumas Adins – Ações Diretas de Inconstitucionalidades, ajuizadas, no Supremo, contra a edição de medida provisória que trate de concessão de crédito extraordinário.

O nosso voto, portanto, é contrário.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho – PMDB-RN) – Para encaminhar sobre os pressupostos de relevância, urgência, adequação financeira e orçamentária, com a palavra a Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, não diria nem para argumentar, mas para ilustrar, ressaltar que foram aprovadas, reiteradas vezes, no plenário, medidas provisórias sobre a questão de crédito. Apesar de termos tido alguns questionamentos quanto ao fato de medida provisória não ser distribuída de forma equitativa entre Oposição e Governo, cito medidas provisórias, não no Governo que antecedeu o Presidente Lula, mas no atual Governo do Presidente Lula, que foram relatadas pelos Partidos de Oposição.

A Senadora Lúcia Vânia emitiu parecer favorável à MP 376, que era de crédito; o Senador João Tenório, à MP 279, de 2006; o Senador Flexa Ribeiro, à MP 260, de 2005; e o Senador Antero Paes de Barros, à MP 261, de 2005.

Há também uma lista de Senadores do Democratas que emitiram parecer favorável pela constituio-

nalidade, urgência, como a Senadora Kátia Abreu, à MP 326, de 2006; o Senador Rodolpho Tourinho, cuja ausência nós todos sentimos no Senado, à MP 162, de 2004, e à MP 257, de 2005; e o Senador Romeu Tuma, que, antes de mudar para o PTB, relatou várias MPs, como a 287, 290, 310 e 333.

Portanto, há um número significativo de MPs relatadas pelo PSDB e pelo Democratas, tratando de crédito. Ressalte-se que todos os questionamentos hoje levantados não o foram à época.

Por isso, até seguindo os pareceres emitidos anteriormente pelo PSDB e pelo Democratas, o nosso encaminhamento é pela aprovação dos pressupostos de urgência e relevância.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pela ordem, com a palavra o Senador Arthur Virgílio e, depois, o Senador Heráclito Fortes.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, na qualidade de Líder PSDB e uma figura que se acredita respeitada no seu Partido, eu estou convocando todos os tucanos brasileiros a não matar ninguém, senão petista vai começar a matar gente nessa terra, com essa história de que fizeram, então nós vamos fazer também.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, o argumento usado pela Liderança do PT é por demais falho. Dizia Petrônio Portella que só não muda quem se demite do direito de pensar. É evidente que a Oposição colaborou com o Governo antes dos abusos. Ocorre que o Governo vem abusando, sistematicamente, do instituto da medida provisória e seu uso passou a ser banalizado. Nós chegamos aqui à sofisticação de o próprio Líder do Governo, Senador Romero Jucá, retirar de pauta uma medida provisória considerada urgente, urgentíssima. Não é verdade, Senador Romero? Então esses argumentos não são válidos. Aliás, se válidos fossem, nós perguntaríamos o seguinte: o PT defendeu antes, foi contra os transgênicos, mudou de opinião. Como o PT combateu corrupção neste País! Mudou de pensamento. Então, nós não podemos usar esse argumento. Nós temos que viver o presente. Nós temos que construir o futuro. Medida provisória no Brasil tem sido uma desmoralização, um atraso. Esse desgaste que o Executivo quer fazer com o Legislativo, através da desordenada remessa de medidas provisórias nesta Casa tem que ter um fim. Que me desculpem os con-

servadores, mas os democratas mudaram de idéia, os tucanos mudaram de idéia. Isso faz parte da vida. Medida provisória, jamais!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Não, Sr. Presidente, eu pediria que nós votássemos os pressupostos de constitucionalidade, e, posteriormente, eu vou me manifestar quanto ao mérito.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, hoje, eu me referia à entrevista que V. Ex^a deu. Está ajudando a conquistar a credibilidade do Senado a atuação que V. Ex^a vem tendo, diante da administração da Casa. E disse que as medidas provisórias têm sido, sim, um problema. Mas não só as medidas provisórias, há outros problemas. Os Senadores também têm de colaborar um pouco para que possamos votar as matérias, destrancar a pauta e votar os projetos.

Eu vou votar esta medida provisória, Sr. Presidente, mas vou votar “não”, cumprir a minha obrigação de votar. Estou falando como Líder do PDT, já que o Líder Jefferson Péres não está. Eu voto “não”, até porque não adianta ficar falando que é inconstitucional votarmos medidas provisórias para a abertura de crédito, e continuar votando, dizer que o Governo tem plagiado por meio de medidas provisórias os projetos dos Senadores.

E aqui foi assumido comigo um compromisso sobre o projeto que determina critérios para estabelecimento de tempo de direção de motorista de ônibus e de caminhão, para dar mais segurança às rodovias do País. Esse projeto foi plagiado. Trata-se de um projeto meu, aprovado em 2001, na Câmara, e o compromisso assumido comigo é que esse projeto seria votado na Câmara dos Deputados, pelo menos pautado na Câmara dos Deputados. É um compromisso não cumprido.

Então, enquanto não cumprirem esse compromisso e pautarem esse projeto na Câmara dos Deputados, eu vou continuar votando contra as medidas provisórias. E faço isso agora, Sr. Presidente, liberando a Bancada, mas votando contra.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador Romero Jucá. (Pausa.)

Então, continua em votação, em primeiro lugar, os pressupostos de relevância, urgência e adequação financeira e orçamentária.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovados.

Passa-se à apreciação do mérito.

Discussão da Medida Provisória.

Com a palavra, para relatar a respeito do mérito da matéria, o Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Como Relator. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu gostaria da atenção dos Srs. Líderes para registrar algumas questões.

Primeiro, tanto no Senado Federal quanto na Câmara dos Deputados, faz-se um esforço no sentido de procurar abrir a pauta, votando a maioria das medidas provisórias que trancam as pautas das duas Casas, e, ao mesmo tempo, de criar uma nova fórmula de votação. V. Ex^a, como Presidente do Senado, tem encabeçado essa luta. Hoje à tarde, na Câmara dos Deputados, a Oposição fez um acordo com a base do Governo e foi programada a votação de três medidas provisórias.

Então, dentro desse clima de entendimento – inclusive para liberar a pauta para votarmos a Medida Provisória nº 401, em homenagem à Polícia Militar, à Polícia Civil e aos Bombeiros do GDF –, estamos dando parecer de que essa medida provisória, no seu aspecto de objeto, perde o objeto, porque já foi toda empenhada. Assim, meu parecer será contrário na questão do objeto e pela derrubada da medida provisória, para que tenhamos a condição de, cumprindo o acordo com PSDB, Democratas e todas as Lideranças, votarmos a medida provisória seguinte.

Quero registrar que esse não será um comportamento permanente. Essa medida provisória está toda empenhada e liquidada, não é o caso das medidas provisórias seguintes. Portanto, não gera um comportamento do Governo, mas gera, sim, uma ação proativa do Governo no sentido de construir um entendimento para que possamos continuar votando, construir um clima de negociação e, como eu disse, votar a Medida Provisória nº 401.

Quanto ao mérito, o meu parecer é pela perda do objeto. Vou encaminhar contrário no mérito, Sr. Presidente.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Peço a palavra para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves. PMDB – RN) – Em discussão.

Com a palavra o Senador Arthur Virgílio.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Sr. Presidente...

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Sr. Presidente, quero me inscrever também.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves. PMDB – RN) – Logo depois, o Senador Cristovam Buarque, o Senador José Agripino, o Senador Flexa Ribeiro e o Senador Mário Couto. São esses os inscritos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu devo ressaltar dois pontos que julgo fulcrais para a compreensão dessa questão. Em primeiro lugar, a atitude louvável do Líder Romero Jucá abre dois espaços significativos. S. Ex^a, de maneira muito expressiva, muito clara, disse que não significa que isso será uma atitude permanente. Eu respeito. É uma atitude.

Na minha cabeça, porém, começa a se formar uma consciência na Casa contra a aceitação de medidas provisórias que tratem de crédito extraordinário. Segundo, depois de constatarmos que o gesto do Líder fortalece a nossa crença, dá credibilidade a nossa tese, Sr. Presidente, devo dizer que nós estamos acabando de ver como é desnecessária essa medida provisória, como ela não precisaria ter sido editada, como ela poderia ter tomado outra forma, como ela deveria ter seguido o curso normal das águas do processo legislativo.

Vimos que o dinheiro já foi gasto e que tem um jeito que se dá para resolver essa questão. Então, dá para se dispensar esta medida provisória; ou seja, esta, de forma alguma, haveria de ser considerada, por um governo concretamente equilibrado, justo, como relevante e urgente, tanto que, até para facilitar a questão do soldo, que merece ser majorado, dos bombeiros e dos policiais militares da Polícia do Distrito Federal, o Líder Jucá abre espaço e diz: “Olha, essa medida aqui é descartável. A outra não é”.

A outra, desde o início, nós da Oposição dizíamos que ela era importante. Primeiro, queremos apoiar a luta, que tem sido muito clara, do Governador José Roberto Arruda para se impor a idéia da segurança no Distrito Federal. Há estatísticas que são assustadoras: a cada nove horas, assalta-se um posto de gasolina no Distrito Federal. Já existem zonas de absoluto perigo. Isto aqui já foi uma ilha de excelência em matéria de segurança, mas, a partir de certos... Não vou discutir a sociologia do problema. Quero apenas dizer que o Governador Arruda herdou isso. Não quero colocar a culpa em nenhuma gestão, mas o processo de ocupação de terra aqui, tudo isso foi levando ao ponto a que chegou o Distrito Federal.

Então, quero, neste momento, dar mais um voto de confiança ao Governador Arruda.

Gostaria de dizer que a cidade que nos acolhe merece ser tratada com esse respeito. E queremos que essa polícia que nos protege também proteja muito adequadamente a população.

Nós do PSDB votaríamos a favor de qualquer medida provisória que significasse aumento de soldo para se reforçar a segurança pública em qualquer Estado da Federação, em qualquer Unidade Federativa.

Muito bem. Estamos vendo aqui, claramente, Sr. Presidente, um paralelo entre uma medida desimportante, insignificante, sem nenhuma relevância, que não deveria ter sido editada, sobre a qual o Líder do Governo diz “essa eu posso jogar fora”, e outra importante, de mérito, que não deveria estar misturada com o bugalho. Nada de misturar alhos com bugalhos.

Portanto, Sr. Presidente, o PSDB reafirma a sua coerência de votar contra todas as medidas provisórias que tratem de crédito extraordinário. Aceitaremos até discutir, em casos excepcionais, havendo a previsibilidade, se não valeria a pena estabelecermos quais seriam as exceções. Mas o ordinário... Significa compactuarmos, se aprovarmos as medidas provisórias de crédito extraordinário, com a diminuição e a humilhação impostas ao Congresso Nacional, Sr. Presidente.

Desse modo, o PSDB encaminha o voto contra a medida provisória, entendendo que foi um belo gesto que, a meu ver, começa, por mais que não seja essa a intenção, a marcar, mais do que uma consciência, começa a marcar uma jurisprudência do Senado Federal contra medidas provisórias para crédito extraordinário, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Ainda há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao Senador Cristovam Buarque, ex-Governador do Distrito Federal.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas gostaria de dar apoio à proposta do Senador Romero Jucá no sentido de encontrarmos solução rápida para garantir que essa medida provisória se transforme numa lei definitiva e os nossos PMs e bombeiros possam, com tranquilidade, saber qual será o salário de cada um deles no futuro.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador José Agripino, Líder do Democratas.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu não vou me alongar muito, mas eu não poderia deixar de manifestar, Senador Flexa

Ribeiro, a minha indignação com fatos que mandei levantar, Senador Eliseu, porque essa medida provisória destina, através de crédito extraordinário, R\$50 milhões, dos quais R\$20 milhões para a TV Pública, para a famosa Empresa Brasil de Comunicação. Vin-te milhões!

Será que é urgente, é relevante alocar dinheiro para a TV Pública? Será que esse é um assunto mais importante do que tantos outros que estão acontecendo neste País, por exemplo, os desabrigados das chuvas que neste momento caem no nosso Nordeste, ou o combate à dengue, ou tantas outras finalidades muito mais nobres?

Mas tudo bem. Como vamos votar contra, eu já busquei argumentos para que, em função desses argumentos, eu pudesse convencer alguns mais a votar contra.

Mas eu mandei, Senador Mão Santa, que a minha assessoria procurasse levantar as fontes de suprimento para que a EBC – Empresa Brasil de Comunicação, sobrevivesse. E eu encontrei, Senador Garibaldi, uma pérola. Nós votamos a MP nº 398, aquela da madrugada fatídica. A MP nº 398 instituiu a TV Pública e garantiu recursos para que ela existisse, a começar por R\$278.854.334,00, alocados e aprovados no Orçamento Geral da União, a LOA. Mas, na MP nº 398, foi aprovado um dispositivo que destina recursos garantidos pela Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991.

Preste atenção, Senador Garibaldi. Senador Arthur Virgílio, onde é que está V. Ex^a? Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a é do Amazonas, não é isso? Senador Expedito Júnior, V. Ex^a é de Rondônia. Senador Flexa, V. Ex^a é do Pará. Eu sou do Rio Grande do Norte, e o Senador Garibaldi é do Rio Grande do Norte. O Senador Efraim é da Paraíba.

Senador Efraim, lembra-se do FNE? Lembra-se do FCO? O FCO é o Fundo do Centro-Oeste, e FNE é o Fundo do Nordeste. Senador Efraim, V. Ex^a sabia que nós do Nordeste, através do nosso minguido fundo constitucional, estamos garantindo dinheiro para a TV pública?

Pela Lei nº 8.313, que é fonte de recursos, Senador João Tenório, a TV pública hoje leva 1% dos fundos constitucionais. Do pouco dinheiro do Nordeste, a TV pública leva. Isso é um escárnio completo. Queda e coice! Além de não haver dinheiro para o Nordeste, do pouco que se tem ainda é tirado para a TV pública. Pela Lei 8.313, de 23 de dezembro de 1991, 1% dos fundos de investimentos regionais vai para o FNC, que é o Fundo Nacional de Cultura, que é injetado na TV pública. Passou despercebido isso.

Dinheiro da loteria esportiva: 3% da loteria esportiva vai para o FNC, que vai para a TV pública; 5% do Fistel vai para a TV pública. Está tudo bem, mas o dinheiro do Nordeste?

Senador Romero Jucá, V. Ex^a que é lá de Roraima sabia que está mandando dinheiro do seu Estado de Roraima, dinheiro que poderia estar sendo aplicado em investimentos no seu Estado, lá para a TV pública?

Então, há coisas que a gente vota contra, empenha-se, e há coisas que revoltam. Esse é um assunto que revolta.

É claro que o Líder do Governo já manifestou aqui sua posição pelo acordo para votarmos os recursos para os bombeiros, a Polícia Civil e a Polícia Militar de Brasília. Já fez o entendimento de “retirar” – entre aspas – a MP que trata desses R\$50 milhões, para que ela não obstaculize a apreciação da MP que dá dinheiro para as polícias. Mas eu não poderia deixar de vir a esta tribuna para registrar minha indignação pelo fato de a TV Pública – um fato que não tem nem urgência, nem relevância, nem importância para o povo do Brasil – estar levando inclusive parte dos recursos dos fundos constitucionais regionais: o FCO, o FNO e o FNE.

Nosso voto seria peremptoriamente contra essa medida provisória.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Para discutir, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra, para discutir, conforme a inscrição dos oradores, o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Agradeço ao nobre Presidente, Senador Garibaldi Alves.

Até quando a Oposição quer ajudar na aprovação, fica difícil, porque o próprio Líder do Governo, nobre Senador Romero Jucá, nos coloca na situação, perante a sociedade brasileira, através da TV e da Rádio Senado, de dizer aqui e agora para todos que nos vêem e nos ouvem que a medida provisória pode ser rejeitada porque o dinheiro já foi gasto. Ou seja, considero isso uma falta de respeito para com o Senado Federal.

Se não há necessidade de aprovarmos crédito suplementar através de medida provisória, essa é uma demonstração, Senador Romero Jucá, que a Oposição está correta. V. Ex^a já disse que o Supremo se posicionou pela constitucionalidade, mas parece-me que a constitucionalidade que V. Ex^a colocou na praticidade não funciona, porque, se o Governo tem o poder de, ao editar a medida, fazer a alocação e os gastos dos recursos, para que vamos ficar trancando pauta, gastando tempo do Senado Federal e da Câ-

mara quando V. Ex^a, a bel-prazer, retira ou rejeita as medidas provisórias que são consideradas de urgência e relevância pelo Governo?

Quero só registrar, Senador Garibaldi Alves, e lamentar que o Governo faça uso, de forma inconseqüente, das medidas provisórias e ainda mais sobre o que o Senador José Agripino colocou aqui, Senador Romero Jucá. V. Ex^a, como homem da Amazônia, não poderia nunca aceitar retirar recursos que já são insuficientes dos Fundos Constitucionais, tanto do Norte como do Nordeste, quanto do Centro-Oeste, para aplicar esse recurso na TV Pública. Como é que V. Ex^a, como Senador tão laborioso e defensor dos interesses da Amazônia e do seu Estado, Roraima, pode concordar com a retirada de recursos que já são insuficientes para nossas regiões?

Lamento e eu gostaria de dizer que o voto do PSDB é pela rejeição.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, apenas para prestar um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Como Relator. Sem revisão do orador.) – Lamento que o Senador Flexa Ribeiro não tenha lido a Medida Provisória, porque esta diz que os recursos necessários à abertura de crédito são R\$20 milhões do superávit financeiro, R\$25 milhões do excesso de arrecadação do lucro líquido das pessoas jurídicas e R\$5 milhões de anulação parcial de dotação orçamentária.

Essa medida provisória pode ser derrubada por perda de objeto, porque ela é do ano passado, e esses recursos já foram gastos, inclusive R\$30 milhões no atendimento à saúde pública. Portanto, como o objeto já foi cumprido, no gesto de entendimento combinado com a Oposição, nós resolvemos optar pela perda do objeto e rejeitar, no mérito, a medida provisória.

Era só um esclarecimento.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pelo art. 14, Sr. Presidente. Fui citado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador Mário Couto, conforme a inscrição.

V. Ex^a quer inscrever-se, Senador Osmar Dias?

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Não, é só pela ordem. Enquanto ele chega lá, eu falo. Pode ser?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Então, pela ordem, pode falar V. Ex^a.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é só para fazer uma correção. Eu disse aqui que o Governo não

tinha cumprido comigo o compromisso de colocar em votação o projeto de lei do tempo dos motoristas de caminhão e de ônibus. Acontece que há um requerimento de urgência, que me foi apresentado agora, na Câmara dos Deputados, e esse requerimento pede a colocação na pauta. Portanto, estou retificando aqui o que falei, corrigindo uma injustiça que pratiquei, para dizer que o meu voto vai continuar sendo “não”.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Presidente Garibaldi, eu li a sua entrevista na revista *Veja* e aproveito esta oportunidade para dizer que existe acordo para que se vote “não” neste caso da medida provisória. E quero aproveitar que estamos falando em medida provisória, para fazer alguns comentários.

V. Ex^a deu uma entrevista à revista *Veja*, preocupado com a democracia deste Poder. E cita o caso das medidas provisórias. V. Ex^a entrou nesta Presidência e, no seu primeiro discurso de posse, falou nas medidas provisórias.

Tenho a ampla convicção de que V. Ex^a não é favorável ao excesso de medidas provisórias. Há, na realidade, hoje, comprovadamente – e V. Ex^a tem consciência disso – um excesso de medidas provisórias, a ponto de se chegar a este caso: a um acordo para se rejeitar esta medida provisória. Por quê, Presidente? Olhe como a democracia é estraçalhada! Olhe como este Poder está perdendo, como V. Ex^a falou em sua entrevista, o seu real objetivo: o de legislar. Quando uma medida provisória vem para este Senado, os recursos já foram gastos, Presidente. Agora, ratificado pelo próprio Líder do Governo. Já foram gastos os recursos! E o que é que temos de fazer aqui? Obedecer à ordem do rei! Tem de votar! Mesmo sabendo que os recursos já foram gastos... O que é que se discute aqui, se os recursos já foram gastos? É lamentável, Presidente.

Portanto, eu quero dizer a V. Ex^a que tenha a certeza de que confio muito em V. Ex^a. Parabéns, por sua entrevista, que me inspirou muita confiança e, por isso, desejo aplaudi-lo pela entrevista. Espero que V. Ex^a continue combatendo, juntamente com todos aqueles Senadores que primam pela democracia deste País, deste Senado. Que possamos cada vez mais evitar as medidas provisórias.

Veja o caso dos aposentados, Sr. Presidente. Ninguém consegue votar o projeto de uma classe que está passando necessidades neste País. Todos nós sabemos disso. Não acredito que nenhum Senador tenha coragem de dar o seu voto contrário ao projeto do Senador Paulo Paim. Não acredito pela condição em que vivem

os nossos aposentados e as nossas aposentadas deste País, Senador Valdir Raupp. Não acredito! Não conseguimos votar porque estão aí as medidas provisórias, essas medidas ditatoriais, essas medidas que determinam o que a gente tem de fazer. Ninguém pode mais, Senador Mão Santa, conviver com isso.

Espero, Sr. Presidente, que, ao descer desta tribuna, V. Ex^a continue com o seu pensamento firme. Precisamos trabalhar, Sr. Presidente, precisamos legislar. A sociedade brasileira nos cobra, nos acompanha, acompanha o trabalho de todo o Senado, sabe que estamos aqui presos por medidas provisórias, Senador Flexa Ribeiro. Não conseguimos votar aquilo que é da nossa obrigação real, que é legislar e votar projetos de lei. Qual é a dificuldade? O Presidente Lula é recordista em medidas provisórias. Por que, nesse caso, não se fez o projeto do Executivo, normal, para que se pudesse discutir, que passasse pelas comissões, que respeitasse o Senado Federal? A cada dia que passa, Presidente, fico mais temeroso, V. Ex^a será um dos grandes responsáveis, nesse mandato tampão, de evitar essas medidas provisórias.

Ao descer desta tribuna, saiba da minha confiança em V. Ex^a.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Sr. Presidente, me inscreva para falar, por favor, para discutir essa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a está inscrito para encaminhar a votação.

Com a palavra o Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, esta medida provisória é fundamental para o Estado do Rio de Janeiro. Dos R\$ 50 milhões, R\$ 30 milhões são para a saúde do Rio. Estamos vivendo uma epidemia perigosíssima. Já tivemos uma crise, isso é crise cíclica, tivemos uma crise em 2002, quando circulava o mosquito do tipo 1. Agora, Sr. Presidente, o mosquito que circula é do tipo 2 e 3. As crianças que nasceram em 2003, 2004, 2005, 2006 e 2007 e não foram inoculadas pelo mosquito do tipo 1 estão agora com o caso mais grave de dengue. E esses casos de dengue que evoluem para a dengue hemorrágica são uma tragédia. Precisamos de sete doadores, sete doadores para salvar uma vida, porque as crianças precisam de muito sangue, muitas plaquetas, muito plasma. Sete doadores para salvar uma vida!

Sr. Presidente, estamos fazendo hospitais de campanha, as Forças Armadas fizeram três; abrimos

tendas para socorrer as pessoas por todo o Estado, uma iniciativa louvável do Governador do Rio de Janeiro.

Na rede pública, mesmo hospitais de alta complexidade estão abrindo leitos para atender a essas pessoas.

Agora, Sr. Presidente, nós não podemos aceitar que os 117 postos de saúde da rede municipal não abram 24 horas. Faço aqui um apelo dramático: no momento em que votamos essa MP de R\$50 milhões, dos quais R\$30 milhões para a saúde, sendo que grande parte desse dinheiro é para o combate da Aids e da dengue, que o nosso Prefeito do Rio de Janeiro, César Maia, tome a decisão política, importantíssima para nós, de manter os postos de saúde abertos 24 horas, porque o Rio de Janeiro é o epicentro dessa crise. Agora, é preciso que todos nós, independentemente de partido, unamo-nos nesse esforço.

Sr. Presidente, se os postos de saúde da rede municipal do Rio de Janeiro ficassem abertos 24 horas, seria um alívio para as pessoas. Por quê? Porque a rede privada já está engarrafada, não há mais leitos nela. Os três hospitais de campanha abertos pelo Exército, Marinha e Aeronáutica estão atendendo, mas de forma setorizada. Eles não têm capilaridade como a nossa rede pública municipal de postos de saúde. Então, isso é muito importante.

Se houver necessidade de recursos, é certo que temos de ajudar. Os Governos federal e estadual precisam dar as mãos e nós precisamos nos unir agora para colocar à disposição da nossa população os medicamentos, os médicos, os leitos, o tratamento necessário e, inclusive, o sangue.

É preciso também que o carioca... O carioca é, Sr. Presidente, em toda essa coleção de pessoas ilustres, de nacionais que existem do Oiapoque ao Chuí, é um ser especial. Sem sombra de dúvida, seu espírito de solidariedade, de amor ao próximo e de simpatia comove a todos.

Estivemos, eu, minha esposa e meus companheiros de Partido, no sábado, Sr. Presidente, no Hemocentro para fazer doação e encontramos uma fila enorme. Havia centenas de pessoas ali também para doar, para dar a sua parcela de sacrifício e, de alguma forma, ajudar nessa grave crise que hoje acomete o nosso Estado.

Então, se, por um lado, estamos mobilizando bombeiros, militares – são 2.400 homens caçando os focos infestados de mosquitos para matá-los antes que piquem as pessoas –, é preciso também, na outra ponta, que venhamos a atender a centenas, milhares, dezenas de milhares de crianças que agora estão entupindo as redes pública e privada.

Por isso, neste momento, faço este apelo veemente. Tenho certeza de que serei ouvido porque confio no espírito público, confio na lucidez desse político – um dos maiores do seu tempo, no Rio de Janeiro – que é o nosso Prefeito César Maia, que, certamente, há de ouvir esse apelo, há de mandar abrir e, se for necessário, fazer todos os convênios e os repasses de recursos para que não falte à população carente, a nossa gente sofrida e valente do Rio de Janeiro, o remédio e o atendimento de que precisam neste momento.

Sr. Presidente, essa MP é fundamental, pois trata disso.

A partir de agora, também no Rio de Janeiro, assumimos um compromisso cívico: nós todos, cariocas e fluminenses, vamos lutar, incessantemente, para não mais acontecer uma epidemia como essa no ano que vem na Baixada Fluminense ou entre as crianças da nossa cidade do Rio de Janeiro.

Precisamos manter a nossa perspectiva iluminada, que é não de cidade da dengue, mas de cidade maravilhosa, de encantos mil, a mais linda do Brasil, e vai continuar sendo.

Por isso, neste momento, é importantíssimo nós todos, unidos, podermos debelar esse mosquito, esse pequenino mosquito que tem causado tanta tristeza e dor na nossa cidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA (PTB – MA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador José Sarney.

Em seguida, darei a palavra a V. Ex^a, Senador Epitácio Cafeteira.

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, ouvi, nesta Casa, que o Sr. Líder do Governo votaria contra a Medida por falta de objeto, para apressar a votação da outra medida provisória que trata dos vencimentos dos bombeiros e militares do Distrito Federal. Mas estou vendo que, na realidade, em vez de tomarmos essa medida para apressar, estamos retardando a votação com assuntos os mais variados.

Então, neste sentido, quero dizer a V. Ex^a que vamos votar essa medida relativa aos soldos dos bombeiros e militares do Distrito Federal, mas que ela também implica uma injustiça muito grande em relação aos outros militares dos ex-territórios brasileiros, que pertenciam à Polícia do Distrito Federal. Com a separação deles da Polícia do Distrito Federal, eles ficaram como um quadro que, há mais de dez anos, não recebe aumento de vencimento e estão numa situação dolorosa ao longo desse tempo todo.

Há quatro anos, levantei aqui, numa votação similar a esta, perante o Senado, a injustiça que isso significava. O então Líder do Governo, o Senador Mercadante, assumiu o compromisso de que, imediatamente, o Governo mandaria uma medida para corrigir essa injustiça. Hoje, vemos outra medida provisória nesse sentido, mas, da mesma maneira, foram deixados de lado todos os policiais militares dos ex-territórios.

Sei perfeitamente que não queremos prejudicar os militares e os bombeiros do Distrito Federal, mas, na realidade, aproveitamos este momento para, uma vez mais, pedir que seja reparada uma injustiça. E nesse sentido já fiz um apelo ao Sr. Líder do Governo, ao Ministro do Planejamento, pois, se vamos votar essa medida, por outro lado, deve haver o compromisso de corrigir essa injustiça, que não pode mais continuar contra esses homens que prestaram serviços ao Brasil em suas diversas regiões, que prestam serviços à segurança e se encontram em uma situação deplorável de abandono, sendo repetitivamente colocados à margem desse processo de aumento de vencimentos.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a, Senador José Sarney.

Concedo a palavra ao Senador Epitácio Cafeteira.

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA (PTB – MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é uma questão de ordem.

O Relator foi contra, os outros Partidos todos se pronunciaram contra. Então, parece-me que todos estão “chovendo no molhado”. Peço a V. Ex^a que ponha em votação esta medida provisória, até porque precisamos votar, depois, a outra medida provisória referente aos militares daqui de Brasília.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Faço um apelo ao Senador Flexa Ribeiro para que possamos votar imediatamente.

Vamos votar, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Vamos votar, Sr. Presidente, mas quero fazer um registro, se V. Ex^a me permitir.

O Senador Romero Jucá disse, há pouco, que eu não tinha lido a medida provisória que fazia referência a recursos de 2007. Quero dizer ao Senador Romero Jucá que li, sim, tinha conhecimento do texto, sabia do objeto da medida provisória. Ele poderia ter derrubado essa medida provisória na Câmara Federal, em vez de trazê-la para cá algo que já tinha perdido o objeto. É questão de economia processual.

Agora, quero fazer um apelo ao Senador Romero Jucá. Senador Romero Jucá, faça um apelo em nome do Senador Marcelo Crivella: coloque recursos

para que o Estado do Rio de Janeiro possa ser atendido no programa de combate à dengue. Ponha mais recursos lá.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Flexa Ribeiro, o tempo de V. Ex^a está esgotado, infelizmente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Era o que eu tinha a dizer.

Agradeço a V. Ex^a

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não mais havendo quem peça a palavra, declaro encerrada a discussão.

Em votação a Medida Provisória, sem prejuízo das emendas.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam permaneceram sentados. (Pausa.)

Está rejeitada a matéria.

Rejeitada, a matéria vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, nos termos do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002 – CN.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA (PTB – MA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Epitácio Cafeteira.

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA (PTB – MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu gostaria de lhe comunicar que eu acompanhava o voto do relator, votando contra.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O voto de V. Ex^a...

(Interrupção do som.)

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Expedito Júnior.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um apelo ao Líder do Governo, Senador Romero Jucá. Nós agora vamos discutir a Medida Provisória nº 401. Ouvi há pouco o Senador José Sarney e faço um apelo a todos os Senadores dos ex-Territórios: enquanto não se produzir um entendimento no sentido de que seja revista essa questão com os servidores dos ex-Territórios, não votemos esta medida provisória hoje.

Sou favorável. Temos que votar esta Medida Provisória. Temos que reconhecer essa questão do Dis-

trito Federal, mas não é possível, Sr. Presidente, que votemos matérias e mais matérias, e a discriminação contra os servidores dos ex-Territórios continue nesta Casa.

Então, faço um apelo ao Líder Romero Jucá e aos demais Senadores dos ex-Territórios para que possamos buscar o entendimento. Faço este apelo ao Líder do PSDB, Senador Arthur Virgílio, que também é da nossa região, da Região Amazônica.

O Senador José Sarney já falou de um acordo que foi feito ainda quando foi construído e pavimentado um caminho para que pudéssemos ajudar os servidores dos ex-Territórios.

Faço este apelo ao Líder Senador Romero Jucá para que possamos buscar este entendimento.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, durante toda a semana, debruçamos sobre esta matéria, porque, além de ter recebido pessoalmente os representantes da Polícia Militar dos ex-Territórios, inclusive do meu Estado de Roraima, fui procurado pelo Senador José Sarney, que, da vez passada, quando da votação de reajuste de policiais militares do GDF, cobrou deste Plenário e teve a palavra do então Senador Mercadante de que a questão seria resolvida. Fui procurado pelo Senador Raupp, que também recebeu policiais militares dos ex-Territórios. Fui procurado pelo Senador Expedito, pela Senadora Fátima Cleide. Fui procurado pelo Senador Gilvam Borges, pelo Senador Papaléo Paes. Enfim, todos os Senadores e todas as Senadoras dos ex-Territórios têm uma posição única e firme de que os policiais militares e bombeiros dos ex-Territórios devem ter o mesmo tratamento que os policiais do GDF. Era assim até um tempo atrás.

Nós procuramos um caminho para resolver essa questão. Foi feita inclusive, defendida pelo Senador Raupp e pelo Senador Sarney, uma emenda para que se colocasse no texto o aumento com a gratificação também para os policiais dos ex-Territórios. Acontece que, nesse texto, o projeto da medida provisória dá como fonte de pagamento o Fundo Constitucional do GDF. Portanto, não poderia haver uma emenda colocando despesas em Roraima, no Amapá e em Rondônia sendo custeadas pelo Fundo Constitucional do GDF.

O que eu fiz? Mantive contato com o Ministro Paulo Bernardo e recebi a garantia do Ministro Paulo Bernardo de que o aumento dos militares dos ex-Territórios será tratado quando da discussão do aumento dos militares ou do aumento do pessoal civil. Na primeira

oportunidade, nós iremos tratar disso. Fica aqui o meu compromisso, inclusive de emendar, aqui no plenário, se não vier na proposta do Executivo, o aumento dos policiais militares e bombeiros dos ex-Territórios.

Portanto, eu quero aqui, para que possamos votar hoje a Medida Provisória nº 401, atendendo à questão levantada pelo Presidente Sarney, pelo Senador Valdir Raupp, pelo Senador Expedito, pela Senadora Fátima Cleide, enfim, por todos os Senadores, como o Senador Gilvam Borges, e por mim também, eu quero aqui dar a garantia do Governo de que nós iremos construir uma solução para os policiais dos ex-Territórios e pedir, portanto, a aprovação da forma como está da Medida Provisória nº 401, que faz justiça aos policiais civis e militares e bombeiros do GDF.

Essa é a minha posição e a posição do Governo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador Valdir Raupp; em seguida, o Senador Papaléo Paes; e, depois, o Vereador...

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Senador, já foi, assim como eu também já fui Vereador.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Inscrevame, Presidente, para discutir a matéria. É o Senador Mário Couto.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas nós não começamos ainda.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Ainda não? Então, aguardo.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Era isso que eu queria perguntar, Sr. Presidente, se esta matéria já está em discussão. Pelo que eu estou vendo, ainda não terminou o Item nº 1, e já estão discutindo...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Já terminou.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Já terminou?

O SR. ADEMIR SANTANA (DEM – DF) – Pela ordem.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Eu já posso discutir, Sr. Presidente?

O SR. ADEMIR SANTANA (DEM – DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, esta matéria vem sendo discutida ainda quando se discutia a matéria anterior. Quer dizer, causa espécie. Parece-me uma matéria que interessa a todos. Agora, é importante que a gente siga as normas da discussão. Discutia-se esta matéria desde quando estávamos discutindo o item anterior.

Na verdade, nós temos um apreço especial por todos esses Territórios, por todos os policiais do Rio

de Janeiro, mas é preciso que fique compreendido que esta matéria trata apenas de uma questão ligada ao Fundo Constitucional do Distrito Federal, aos policiais do Distrito Federal.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – **Item 2:**

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 4, DE 2008
(Proveniente da Medida Provisória nº 401, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 4, de 2008, que altera as Leis nºs 11.134, de 15 de julho de 2005, que dispõe sobre a remuneração devida aos militares da Polícia Militar do Distrito Federal e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, e 11.361, de 19 de outubro de 2006, que dispõe sobre os subsídios das carreiras de Delegado de Polícia do Distrito Federal e de Polícia Civil do Distrito Federal; e revoga as Leis nºs 10.874, de 1º de junho de 2004, e 11.360, de 19 de outubro de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 401, de 2007).

A matéria constou da Ordem do Dia da última sessão deliberativa ordinária, quando deixou de ser apreciada em virtude da não deliberação do Item 1 da pauta.

Antes de submeter a matéria ao Plenário, a Presidência presta os seguintes esclarecimentos:

- foram apresentadas à Medida Provisória 6 emendas;
- a proposição foi remetida à Câmara dos Deputados no dia 29 de novembro de 2007, tendo sido apreciada naquela Casa no dia 4 de março;
- o Relator da matéria naquela Casa foi o Deputado Laerte Bessa (Bloco/PMDB – DF);
- o prazo de vigência de sessenta dias foi prorrogado por igual período pelo Ato do Presidente do Congresso Nacional nº 1, de 2008, e se esgotará no próximo dia 24 de abril;
- a Medida Provisória foi recebida formalmente pelo Senado Federal no dia 13 de março.

Transcorre hoje a sexta sessão da matéria constando da pauta.

Prestados esses esclarecimentos, passa-se à apreciação da matéria.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Pela ordem, Sr. Presidente, como V. Ex^a prometeu.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador Papaléo Paes.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ouvimos atentos o Senador José Sarney

se referir a esta questão da medida provisória que vai para votação agora. Quero participar também da preocupação sobre esta medida provisória, visto que todos nós que somos representantes dos ex-Territórios, do Distrito Federal e do Rio de Janeiro temos obrigação de votar a favor dos ex-Territórios e do ex-Distrito Federal. Ninguém aqui que pertença ao Bloco do Governo vai votar jamais contra os seus Estados para satisfazer o Governo, porque isso é uma questão de justiça. A justiça diz o quê? A justiça diz que a lei ampara os servidores dos ex-Territórios e do Distrito Federal, independentemente da questão relacionada a fundo.

Com isso, não estamos, de forma alguma, contra o reajuste dos bombeiros e dos policiais do Distrito Federal. Absolutamente. Acho até que esse reajuste é insignificante para o merecimento das senhoras e dos senhores. Porém, temos de lutar aqui.

Já passamos por uma situação semelhante. Houve uma promessa em votação anterior de uma medida provisória que tratava do mesmo assunto. Houve uma promessa do Senador Mercadante, então Líder do Governo aqui, e do atual Presidente da Câmara dos Deputados de que seria corrigida essa distorção. E nós esperamos. Venceu o prazo – e nem foi dado prazo. E nós esperamos.

Bom, no momento, estamos aqui ouvindo o Senador Romero Jucá como Líder do Governo aqui no Senado. Agora, o Senador Romero Jucá, que todos nós conhecemos, como político competente, como um homem competente, que cumpre as suas palavras, está fazendo este compromisso de palavra, mas esse gesto de Governo não depende dele, depende do Ministro do Planejamento, por exemplo, a quem ele fez referência aqui, que é avesso a qualquer tipo de reajuste a servidores de ex-Território, porque somos um quadro em extinção, e esse quadro em extinção está recebendo uma punição como se esses servidores não fizessem parte mais do quadro do Governo, como se esses servidores não existissem, como se não tivessem os mesmos direitos de outros, bem como os aposentados e pensionistas, que recebem essa punição em dobro, não recebendo o reajuste que o servidor público federal normalmente tem para receber e, ao mesmo tempo, servidores pensionistas e aposentados recebem uma outra punição devido à política de reajuste que o Governo adotou.

Então, Sr. Presidente, eu quero perguntar ao Senador Romero Jucá, a quem respeito como Líder do Governo, como um colega que se relaciona muito bem com todos nós, que nos respeita muito, se existe um prazo, porque o prazo que o Senador Aloizio Mercadante deu foi um prazo infinito, que não aconteceu até hoje. Então, eu queria que o Senador Romero Jucá nos

falasse sobre o prazo, para que pudéssemos assumir compromisso, senão nós vamos tomar as decisões que podemos tomar aqui.

Por exemplo, vamos fazer uma votação de painel para ver, pelo menos, quem marcou sua posição a respeito de ser favorável ou não ao seu Estado.

Então, quero saber do prazo. Se concordarmos, Senador Expedito Júnior, vamos depositar confiança no Senador Jucá. Se não concordarmos, sugiro que peçamos verificação de quórum para saber qual é o posicionamento de cada Senador, principalmente dos Senadores que têm compromisso com os ex-Territórios e com o Distrito Federal. Fiz a pergunta ao Senador Romero Jucá, porque o PSDB está-nos acompanhando, está sensível a esta causa. E queríamos ter um acordo firmado com um compromisso a ser cumprido.

Portanto, peço ao Senador Romero Jucá, se V. Ex^a permitir, Sr. Presidente, que S. Ex^a fale publicamente, porque estamos na presença de servidores do Distrito Federal e de servidores de ex-Territórios.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, apenas para registrar que o prazo será o mais curto possível, ainda neste ano, e queremos negociar com o Ministério do Planejamento nos próximos aumentos remetidos ao Congresso.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Já está aberta a discussão, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Nem começou ainda.

Senador Valdir Raupp, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Eu queria discutir a matéria, mas ela já está em discussão?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não, porque não estão permitindo...

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Estou vendo a discussão se prolongando, mas a matéria ainda não está em discussão.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A matéria está em discussão, finalmente.

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA (PTB – MA) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Sr. Presidente, eu devo ser um dos primeiros inscritos.

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF) – Sr. Presidente, uma questão de ordem. Não há leitura do relatório?

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Ainda não.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA (PTB – MA) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Então, já que se vai discutir, tem-se de ler o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Vamos inscrever os oradores que pretendem discutir a matéria. Tem preferência o Senador Adelmir Santana.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Sr. Presidente, já fiz a inscrição e fui um dos primeiros a ser inscritos com a Cláudia.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Valdir Raupp, Expedito Júnior, Papaléo Paes, José Agripino, Arthur Virgílio, Gilvam Borges.

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA (PTB – MA) – Sr. Presidente, eu já me inscrevi há muito tempo.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Epitácio Cafeteira. Lembre-se de que os últimos serão os primeiros de acordo com o Evangelho.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Presidente Garibaldi, gostaria de me inscrever.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Mário Couto está inscrito.

Concedo a palavra ao Senador Adelmir Santana para pronunciar o seu parecer.

PARECER Nº 217, DE 2008 – PLEN

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, trata-se de uma matéria que me parece causou uma boa impressão entre todos os Parlamentares, porque foi objeto de discussões mesmo antes de entrar no processo de discussão. É uma matéria que trata, como todos sabem, da remuneração dos militares bombeiros e militares em geral da Polícia do Distrito Federal, dos policiais civis, matéria essa que mereceu, já de antemão, o pronunciamento favorável dos Srs. Senadores.

A Polícia do Distrito Federal, tanto militar quanto civil, merece, da nossa parte, todo apreço, por se tratar de uma polícia extremamente bem treinada e que vem de um longo serviço prestado ao Distrito Federal.

Esta matéria parece-me ter unanimidade exatamente porque é aqui que se encontram os Poderes da República, é aqui que se encontram as Embaixadas, os órgãos internacionais, e é preciso, cer-

tamente, ter uma polícia motivada, bem treinada e, acima de tudo, com remuneração justa, para prestar o serviço de que o Distrito Federal necessita.

Em que pesem as colocações relativas aos Territórios ou ao antigo Distrito Federal, todos nós temos apreço por esses componentes. Entretanto, é bom que se destaque que essa medida provisória é fruto de um acordo do Governo do Distrito Federal com o Governo Federal, baseado, naturalmente, no Fundo Constitucional do Distrito Federal.

Acolheríamos todas essas proposições. Entretanto, é preciso que lembremos também que, como se trata do Fundo Constitucional do Distrito Federal, não há como incorporar outros segmentos, porque seria ferir o princípio constitucional de criarmos inclusive uma fonte de despesas.

Portanto, o nosso voto é pela aprovação para essa valorosa corporação de militares e policiais civis do Distrito Federal.

É o seguinte o parecer, na íntegra:

PARECER Nº , DE 2008

De Plenário, sobre o Projeto de Lei de Conversão nº 4, de 2008, proveniente da Medida Provisória nº 401, de 13 de novembro de 2007, que altera as Leis nºs 11.134, de 15 de julho de 2005, e 11.361, de 19 de outubro de 2006, dispõe sobre a remuneração devida aos militares da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal e sobre os subsídios das carreiras de Delegado de Polícia do Distrito Federal e de Polícia Civil do Distrito Federal.

Relator-Revisor: Senador **Adelmir Santana**

I – Relatório

Nos termos do art. 7º da Resolução nº 1, de 2002-CN, vem ao exame desta Casa o Projeto de Lei de Conversão (PLV) nº 4, de 2008, proveniente da Medida Provisória (MPv) nº 401, de 2007, com a ementa transcrita na epígrafe, que dispõe sobre alterações na estrutura de remuneração dos Policiais Militares, Bombeiros Militares e Policiais Civis do Distrito Federal.

O art. 1º da MPv altera o valor da Gratificação de Condição Especial de Função Militar (GCEF) instituída pela Lei nº 11.134, de 2005, em favor de todos os escalões da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal. A gratificação, que era baseada em

percentual do soldo de coronel, passa a vigorar com valor fixo e uniforme de R\$351,49.

O art. 2º fixa novos valores da Vantagem Pecuniária Especial – VPE que integra a estrutura remuneratória dos militares do Distrito Federal.

O art. 3º procede ao reajuste dos valores dos subsídios da Carreira Policial Civil do DF, mediante programação de valores com efeitos financeiros em 1º de setembro de 2007, 1º de fevereiro de 2008 e 1º de fevereiro de 2009. Os valores iniciais e finais das carreiras passam a ser os seguintes:

Carreiras de Delegado e Perito Criminal

	a partir de 01/09/2007	a partir de 01/02/2009
Valor inicial	11.614,10	13.368,68
Valor final	16.683,98	19.699,82

Carreiras de Agente, Escrivão e Papiloscopista

	a partir de 01/09/2007	a partir de 01/02/2009
Valor inicial	6.594,30	7.514,33
Valor Final	10.241,21	11.879,08

A Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MPv teve seus membros designados, mas não chegou a ser instalada.

Foram apresentadas perante a Comissão Mista seis emendas, das quais nenhuma mereceu acolhimento na Casa de origem.

A Câmara dos Deputados aprovou a Medida Provisória sob exame com pequenas alterações de redação, transformando-a no Projeto de Lei de Conversão nº 4, de 2008.

II – Análise

Determina o art. 8º da Resolução nº 1, de 2002-CN que o Plenário de cada uma das Casas apreciará, antes do exame do mérito, o atendimento ou não dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência, e sua adequação financeira e orçamentária.

No que respeita aos pressupostos de relevância e urgência, são considerados atendidos, especialmente em face do propósito de atualizar a remuneração dos membros das carreiras de Polícia Civil e Militar e do Corpo de Bombeiros Militar, para atender a acordo celebrado com as categorias.

Sobre a adequação orçamentária e financeira do ato normativo sob exame, além do parecer favorável recebido na Casa de origem, deve ser levado em conta que, segundo a exposição de motivos que acompanha a proposição,

Em relação aos militares da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, as medidas propostas produzem efeitos financeiros a partir de 1º de setembro

de 2007, alcançando em seus efeitos 28.207 (vinte e oito mil, duzentos e sete) militares da ativa, aposentados e pensionistas com acréscimo de despesa da ordem de R\$69.697.595,00 em 2007, e de R\$181.641.026,00, em 2008 e 2009. Por sua vez, a proposta de alteração dos subsídios dos integrantes das Carreiras de Delegado de Polícia do Distrito Federal e Polícia Civil do Distrito Federal, será concedida em três etapas, a partir de 1º de setembro de 2007, de 1º de fevereiro de 2008, e de 1º de fevereiro de 2009, alcançando em seus efeitos 7.886 (sete mil, oitocentos e oitenta e seis) servidores ativos, aposentados e pensionistas, com acréscimo de despesa da ordem de R\$30.572.174,00 em 2007, de R\$199.893.868,00 em 2008, de R\$242.721.999,00 em 2009 e de R\$245.458.890,00 em 2010. O impacto total decorrente da implementação das propostas é da ordem R\$100.269.769,00 em 2007, de R\$381.534.894,00 em 2008, de R\$424.363.025,00 em 2009 e de R\$427.099.916,00 em 2010.

O Inciso XIV, art. 21, da Constituição Federal estabelece que compete à União “organizar e manter a polícia civil, a polícia militar e o corpo de bombeiros militar do Distrito Federal, bem como prestar assistência financeira ao Distrito Federal para a execução de serviços públicos, por meio de fundo próprio”.

Em atendimento àquela determinação constitucional, a Lei nº 10.633, de 27 de dezembro de 2002, instituiu o Fundo Cons-

titucional do Distrito Federal – FCDF, composto por recursos da União, de modo que o acréscimo de despesa decorrente da implementação das medidas ora propostas comporta-se no montante de recursos repassados anualmente para o FCDF, não implicando, portanto, em acréscimo de despesa para a União.

Do ponto de vista da constitucionalidade e juridicidade, não há qualquer reparo a fazer. O ato legislativo sob exame foi editado de acordo com o procedimento previsto no art. 62 da Carta Política, e seu conteúdo material não esbarra em nenhum dos limites fixados no § 1º do mesmo artigo e no art. 246 do Estatuto Supremo.

Quanto ao mérito, resta sobejamente justificado neste caso, pois se trata de tornar mais competitiva e atrativa a remuneração das carreiras envolvidas, à semelhança do que já foi feito em relação a outras carreiras do Serviço Público federal, especialmente no tocante ao paradigma da Polícia Federal.


No tocante às emendas apresentadas, podem ser classificadas em dois grupos ou conjuntos. As do primeiro, visam a estender os novos níveis remuneratórios aos integrantes da Polícia Civil e Militar dos ex-Territórios do Acre, Amapá, Rondônia e Roraima. As do segundo grupo estendem os novos valores remuneratórios aos policiais civis e militares remanescentes das respectivas corporações na antiga Capital, Rio de Janeiro, bem como aos seus pensionistas.

Todas esbarram na vedação constitucional de aumento de despesas em proposições legislativas de iniciativa exclusiva do Presidente da República (CF, art. 63, I).

III – Voto

Assim, à vista do exposto, manifestamo-nos pela admissibilidade da Medida Provisória nº 401, de 2007, e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei de Conversão nº 4, de 2008, dela proveniente.

Sala das Sessões, 1º de abril de 2008.



, Relator-revisor

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Em discussão o parecer preliminar do Relator revisor, Senador Adelmir Santana, que é pelo atendi-

mento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e pela adequação financeira e orçamentária da medida provisória, nos termos do art. 8º da Resolução nº 01, de 2002 – CN.

No mérito, pela aprovação do projeto de lei de conversão.

Em votação os pressupostos de relevância e urgência e adequação financeira e orçamentária.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovados.

Passa-se à apreciação do mérito.

Discussão do Projeto de Lei de Conversão, da Medida Provisória e das emendas, em turno único.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Para discutir, com a palavra o Senador Valdir Raupp; depois, o Senador Expedito Júnior.

Há oito oradores inscritos. Vamos dar três minutos para cada orador.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não quero, de maneira alguma, obstaculizar o pleito do Corpo de Bombeiros e da Polícia Militar do Distrito Federal, até porque tenho um grande carinho por essas polícias que dão proteção às nossas famílias.

Final de contas, o Distrito Federal é a Capital de todo o País, de todos os brasileiros. Mas, Sr. Presidente, por outro lado, não podemos permitir que os ex-Territórios possam ficar de fora. As carreiras dos policiais dos ex-Territórios sempre estiveram atreladas à dos policiais do Distrito Federal. Por isso, coloco um destaque à emenda que veio da Câmara dos Deputados, destaque à emenda de votação em separado.

Nos termos do art. 312, inciso II, do Regimento Interno, requeiro destaque para votação em separado da Emenda nº 3 à Medida Provisória nº 401, de 2007.

Sr. Presidente, esta emenda diz o seguinte:

Art. 1º-A A Gratificação de Condição Especial de Função Militar – GCEF, instituída pelo art. 2º da Lei nº 10.874, de 1º de junho de 2004, é devida, mensal e regularmente, em caráter privativo aos militares da Polícia Militar do Distrito Federal e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal e dos ex-Territórios de Amapá, Rondônia e Roraima.

Art. 2º O Anexo I da Lei nº 11.134, de 15 de junho de 2005, passa a vigorar nos termos do Anexo I, aplicando às Polícias Militares e aos Bombeiros dos ex-Territórios do Amapá, Rondônia e Roraima.

Art. 3º Os Anexos I e II da Lei nº 11.361, de 19 de outubro de 2006, passam a vigorar na forma dos Anexos II e III, aplicando às Polícias Militares e Bombeiros dos ex-Territórios do Amapá, Rondônia e Roraima.

A justificação, Sr. Presidente.

Considerando que as Polícias e os Bombeiros dos ex-Territórios prestam atividades similares aos do Distrito Federal, é salutar que haja a devida equivalência da norma jurídica e da isonomia, evitando assim disparidades de carreira policial.

Mais uma vez, Sr. Presidente, quero aqui enfatizar que o reajuste é devido aos Bombeiros e à Polícia Militar do Distrito Federal que, como já falei, prestam relevantes serviços não só à população do Distrito Federal e, sim, a todos os brasileiros que passam e que moram aqui no Distrito Federal.

Por outro lado, estamos vendo o sofrimento dos policiais militares e bombeiros dos ex-territórios, que enfrentam também um grau de violência talvez superior ao de Brasília. Rondônia, o meu Estado, em especial a nossa capital Porto Velho, consta aqui na lista da quarta ou quinta cidade mais violenta do nosso País. Esses policiais enfrentam também, no dia-a-dia, essa violência que assola a capital do meu Estado. Por isso, merece também essa gratificação, esse reajuste, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Expedito Júnior.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, se fosse possível, gostaria que o Líder Valdir Raupp me prestasse um esclarecimento. Esse seu destaque, meu caro Senador, não fará com que a proposta volte à Câmara dos Deputados?

Se isso acontecer, meu caro, é um apelo que faço a V. Ex^a, Líder de um partido importante nesta Casa e um conciliador... Assumiríamos aqui um compromisso de votar matéria específica para os ex-territórios. Agora, não é justo que se retorne à Câmara essa matéria que já vem, há algum tempo, tramitando nesta Casa.

O apelo que faço a V. Ex^a é de que abra mão do destaque para não prejudicar a tramitação desse projeto, que beneficia a Polícia Militar do Distrito Federal. Seria uma injustiça que se comete exatamente com uma categoria qualificada e que é responsável pela segurança de todos nós, do mais humilde dos brasileiros ao Presidente da República.

É o apelo que faço a V. Ex^a, que, como Líder de um partido como o PMDB, haverá de compreender o sentido desse apelo. V. Ex^a, com certeza, terá condições suficientes para, de maneira objetiva, apresentar uma proposta com o apoio do Governo, que V. Ex^a tão bem defende, para que possamos atender aos benefícios, sem frustrar, na noite de hoje, os servidores que aqui se encontram.

Era o apelo que faria a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, esse destaque foi assinado por mim, pelo Senador José Sarney, pelo Senador Romero Jucá.

Eu já ouvi aqui o pronunciamento do Senador José Sarney, cobrando do Líder do Governo, Senador Romero Jucá, uma posição a respeito desse reajuste, dessa contemplação dos servidores do ex-territórios. Ouvi também o Líder do Governo falando que esse compromisso era assumido. Mas, por outro lado, o Senador José Sarney já falou que, no passado, o Senador Aloizio Mercadante, como Líder do Governo – com todo o respeito, pois acho que S. Ex^a nem está presente aqui –, assumiu o mesmo compromisso.

Está aqui, no cafezinho do Senado, o chefe dos Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, juntamente com o assessor parlamentar, e estão nos assegurando que, juntamente com as carreiras das Forças Armadas, para as quais em breve será encaminhada matéria ao Congresso Nacional, serão incluídas essas categorias. Mas nós precisamos de alguma manifestação um pouco mais clara a esse respeito, para que possamos então, num consenso dos Senadores dos ex-territórios, fazer esse entendimento, viu Senador Expedito? Mas tem que ser um consenso, para que possamos sair daqui com esse consenso e com essa proposta firme e, assim, realmente os servidores dos ex-territórios possam receber esse benefício.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – O prestígio de V. Ex^a no Governo, como Líder atuante, será o suficiente para fazer com que os seus companheiros assumam esse compromisso.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Heráclito Fortes, V. Ex^a já terminou. Obrigado.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Terminei, Sr. Presidente, na certeza de que o Senador Raupp vai atender esse apelo.

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA (PTB – MA) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador Expedito Júnior.

V. Ex^a está inscrito. É o segundo para discutir.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu ouvi aqui o Senador Raupp e também ouvi aqui o Senador Heráclito. Na verdade, o Senador Heráclito Fortes tem razão, porque nada do que nós possamos mexer aqui no Senado permanece na Câmara. Eu não tenho dúvida de que, lá na Câmara, é um “rolo compressor”, e lá o Governo tem maioria absoluta e derruba tudo. Então, tudo o que nós conseguirmos aprovar, como destaques, por exemplo... Eu também gostaria de apresentar um destaque, mas não vou fazê-lo. Mas eu vou acatar a proposta do Senador Romero Jucá, até por entender que S. Ex^a, Líder do Governo, diferentemente do Senador Mercadante, é um homem que também representa aqui um ex-território, agora o Estado de Roraima.

Então, nós temos de dar credibilidade ao acordo proposto pelo Senador Romero Jucá. Mas quero também concordar com o Senador Raupp. É importante que fique claro, pois, agora há pouco, o Senador Papaléo fez uma pergunta ao Líder do Governo, e a resposta não foi clara!

É importante, Sr. Presidente, que o Líder do Governo – e o Senador Raupp, como Líder do maior Partido nesta Casa, acaba de anunciar a presença de representantes do Ministério do Planejamento – construa esse entendimento para que nós possamos, desta vez, não sair daqui feito menino que ganhou um pirulito, alegre, satisfeito e contente, achando que estamos atendendo os servidores do ex-territórios, e nada acontece.

Seria importante, Senador Heráclito, que ninguém apresentasse nenhum destaque, que o Senador Valdir Raupp repensasse também e que retirasse o destaque. Mas que certamente nós tivéssemos um entendimento.

Faço um apelo ao Líder Agripino, ao meu Líder João Ribeiro, que está aqui presente, e ao Líder Arthur Virgílio para que possamos construir esse entendimento com o Líder do Governo e justificar o nosso voto.

Não tenho dúvidas, Senador Adelmir, quando V. Ex^a fala do apreço que tem pela Polícia do Distrito Federal. Não tenho dúvida de que esse sentimento é unanimidade aqui nesta Casa. Todos têm apreço pela Polícia do Distrito Federal. Mas o que queremos é ressaltar nosso direito de ex-território, para que não sejam discriminados os servidores dos ex-territórios.

O que estamos querendo buscar aqui é o entendimento. Ninguém quer votar contra, queremos votar favoravelmente, mas desde que fique claro o entendimento do Líder do Governo, Senador Romero Jucá, para com a Base e a Oposição também.

Durante o discurso do Sr. Expedito Júnior, o Sr. Garibaldi Alves Filho, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Sr. Presidente, tenho uma proposta concreta e objetiva.

Há vários oradores inscritos para discutir a matéria. Proponho-me, inclusive, a inscrever-me para discuti-la. Enquanto isso, Líder Valdir Raupp, vamos localizar o Senador Romero Jucá. S. Ex^a não deve estar muito longe daqui, não deve estar escondido, deve estar nos ouvindo. Vai atender o apelo de que venha ao plenário para possibilitar esse entendimento.

O apelo que farei a V. Ex^a é de que não coloque em votação até haver um entendimento entre os líderes, já que há, inclusive, um funcionário do Ministério do Planejamento. Um Secretário Executivo, não é isso?

Então, iríamos alongando essa discussão até que esse acordo fosse feito, para que todos fossem atendidos e não houvesse nenhum prejuízo a essa reivindicação justa que o Governo do Distrito Federal faz para seus servidores da área de segurança.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a manifestação conciliadora do Senador Heráclito Fortes.

Com a palavra o Senador Papaléo Paes, por três minutos, nos termos do acordo

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Sr. Presidente, o Senador Garibaldi nos prometeu cinco minutos para cada um.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Secretária da Mesa me informou que foram três minutos.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Então, pronto, já começou a redução de tempo. Depois, o Mão Santa falará por todos nós.

Sr. Presidente, é com relação à medida provisória. Entendo o posicionamento do Senador Heráclito Fortes quando defende, vamos dizer, a não alteração da medida provisória para não prejudicar os servidores do Distrito Federal. Entendo completamente. Mas acredito que o Senador Heráclito esteja equivocado sobre as conseqüências desse reajuste. Esse reajuste aos servidores, Senador Heráclito, é justo, muito justo, não estamos entrando nesse mérito. Mas é injusto com os

ex-territórios, e é injusto com o Distrito Federal, com o Estado do Rio de Janeiro, com os servidores.

A emenda do Senador Raupp, uma emenda louvável, seria inócua, completamente inócua, porque, se fosse aprovada aqui, teria de retornar para a Câmara. Mas sabemos que, na Câmara, o Governo tem domínio total e derrubaria a emenda e aprovaria o texto que veio para cá. Então, não vamos... Eu sei que é boa a intenção do Senador Raupp, mas existe muito má intenção por trás disso, que não é o caso do Senador Raupp, mas consequência da vontade do Governo lá adiante. Se o Governo estivesse bem-intencionado nesse reajuste, ele teria usado a lei e estendido o reajuste aos servidores dos ex-territórios e aos servidores do ex-Distrito Federal.

Então, não estamos discutindo o mérito. Os servidores do Distrito Federal têm direito, sim. Mas tanto direito quanto os senhores servidores do Distrito Federal têm os servidores dos ex-territórios.

Fiz uma pergunta ao Senador Romero Jucá dando prazo, porque realmente sempre ficamos com o pé atrás.

Sempre participamos do processo de querer ajudar e de não prejudicar o bom andamento das sessões e das votações nesta Casa, mas quero lembrar ao Senador Romero Jucá que, na noite em que derubamos a CPMF – votei contra a CPMF mesmo –, ele prometeu que, se aprovássemos a DRU – e votei contra também, mas foi aprovada, porque o PSDB e o Democratas votaram a favor –, não teríamos reajuste, nem criação de imposto sem discussão para o ano seguinte. O Governo não atendeu ao apelo do seu próprio Líder, o Senador Romero Jucá, e nos passou a perna mais uma vez. Esse é um exemplo.

Não quero, Senador Romero Jucá, que V. Ex^a considere o final do ano como bem breve. Pode até ser bem breve, mas, para esses servidores que já estão sendo prejudicados seguidamente, é muito longo esse tempo.

Sinceramente, quero dizer aos servidores do meu querido Estado do Amapá e dos ex-territórios que somos prejudicados representativamente por vocês e pelos demais servidores que eu não estou aqui fazendo jogo de cena, não. Não estou fazendo jogo de cena. Por mim, se eu tivesse outros que pudessem me acompanhar, eu pediria verificação de quórum para vermos no painel quem vota contra e quem vota a favor do seu Estado.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Se não houver o acordo, eu peço verificação de quórum junto com V. Ex^a.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Então, se eu conseguir aqui mais três companheiros Senado-

res para pedirmos verificação de quórum, nós vamos fazer isso. Se o Governo disser: “Não, o prazo é para tal mês ou para tal dia”, nós não pediremos. Mas, se nós tivermos que perder, vamos perder de pé, perder no painel, mas sabendo quem votou a favor ou contra o servidor.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a.

Com a palavra, o Senador Eptácio Cafeteira, Líder do PTB.

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA (PTB – MA. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu sempre, em vários mandatos eletivos que o povo me concedeu, na hora em que entra uma matéria que destoa da realidade, como é o caso dos militares de Brasília, vejo que é essa a hora de o representante do território entrar e tomar uma posição. Não é agora, na hora da votação, que se vai querer que junte tudo.

Então, aqui, do jeito que nós estamos, nenhum Senador vai ser derrotado. Derrotada está sendo a Polícia daqui, o bombeiro de Brasília. Esse, sim, vai ser derrotado: fica aqui à noite, esperando a votação de uma matéria específica, e os Srs. Senadores resolvem mexer em tudo.

O meu voto seria a favor do militar de Brasília. Digo seria, porque já ouço a notícia de que vai haver um acordo e não se vai votar nada pelos militares de Brasília.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Eptácio Cafeteira.

O Senador Romero Jucá pediu a palavra para uma proposta de entendimento.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Sr. Presidente Tião Viana!

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador Mário Couto, pela ordem.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Estamos discutindo a matéria ou está havendo questionamentos esporádicos?

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Discussão da matéria, Senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Gostaria de discutir, então.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a está inscrito.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Se V. Ex^a me permitisse dar a minha opinião, até declinaria de discutir a matéria. (Pausa.)

Rapidamente, quero dar a minha opinião.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Temos um tempo de três minutos para cada orador.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Declinaria da discussão, só queria colocar...

Sr. Presidente, o Senador Suplicy está preocupado porque eu estava sentado falando com V. Ex^a. Mas agora é que vou fazer o meu questionamento, estava apenas pedindo para fazer. Entenda o Senador Suplicy.

Sr. Presidente, como a matéria veio por medida provisória, é deplorável. O mérito da questão é indiscutível. Não aceito conceber que alguém possa votar contra uma matéria que traz benefícios a uma classe.

Todavia, não sei se o Líder do Governo ainda goza do prestígio que gozava com o Presidente da República, não sei. Não sei, Senador Papaléo, porque há muito o Líder do Governo vem falhando. Acho que não tem aquele mesmo prestígio de antigamente. S. Ex^a falhou comigo e com o Senador Flexa Ribeiro na questão do transporte escolar. Já se passaram nove meses, Sr. Presidente! Falhou também com o compromisso da DRU.

Eu quero dar apenas uma sugestão aos Senadores dos ex-territórios: que possamos interromper esta sessão por cinco minutos, Sr. Presidente. Que possamos interromper esta sessão por cinco minutos. Os Senadores dos ex-territórios se sentariam com o Governo, que está aqui, informaram que está aqui. Junto com o próprio Líder, vamos dar mais um crédito ao Líder.

Senador Romero Jucá, vamos dar mais um crédito a V. Ex^a, que é de ex-território. Não acredito que V. Ex^a vai falhar. Logo após, votaremos com o acordo global a favor da matéria.

Assim, solucionaríamos essa questão que é de fundamental importância para uma classe tão merecedora do nosso voto. Não custa nada. Em três minutos, sentamo-nos com o Governo, com o próprio Líder. Caso contrário, Sr. Presidente, acho complicado que tenhamos unanimidade em função da expectativa de podermos, mais tarde, vir a reclamar a mesma coisa que eu estou reclamando aqui hoje. Onde está a solução prometida do transporte escolar? E foi feito acordo. Onde está a negociação feita com referência à DRU?

Espero que os Senadores dos ex-territórios tenham a consciência de que devem deixar isso muito bem amarrado, senão vão lamentar tanto quanto eu.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana – Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao Líder Romero Jucá para possível entendimento.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}

e Srs. Senadores, quero dizer que, quando se iniciou a discussão desta matéria, eu fiz questão de usar da palavra para marcar a posição do Governo.

Vou repetir aqui o que eu disse. Primeiro, os entendimentos que eu fiz aqui, eu tenho procurado cumprir. O Senador Mário Couto sabe que, sobre a questão da medida provisória que diz respeito ao transporte escolar, não houve o fechamento do tema entre Municípios, Estados e Governo Federal. E é por isso que a medida provisória não foi editada ainda. A proposta do Governo é resolver isso até a Marcha dos Prefeitos. Nós estamos cobrando do Governo e do Ministério da Educação essa posição.

Quero dizer o seguinte: eu sou um Senador representante do ex-território de Roraima. Tenho defendido a Polícia Civil e a Polícia Militar. Para a Polícia Civil, nós conseguimos a paridade com a Polícia Federal. Foi tudo equacionado. A Polícia Militar nós estamos defendendo aqui e agora. Não poderia ser neste instrumento de medida provisória porque o recurso definido para esse gasto é o Fundo Constitucional do Distrito Federal. Portanto, eu disse no início, não era possível se fazer uma despesa de ex-territórios no Fundo Constitucional do Distrito Federal.

O que eu fiz? Atendendo a um apelo de todas as Sr^{as} e os Srs. Senadores dos ex-territórios, conversei com o Ministro Paulo Bernardo e combinei com S. Ex^a que o aumento dos Policiais Militares e Bombeiros dos ex-territórios virá, provavelmente, no aumento dos militares. Por quê?

Porque eu estou defendendo que seja englobado de modo que, todas as vezes em que houver aumento dos militares, haja também aumento para o quadro em extinção dos policiais militares e bombeiros dos ex-territórios. Então, isso está negociado.

Não vou marcar data, porque não sei em que data o Governo vai mandar o aumento dos bombeiros. Não depende de mim, depende do Ministério do Planejamento. A posição do Governo é a de mandar. E vou garantir mais: se o Governo não mandar a proposta dos policiais militares e bombeiros, nós iremos emendar aqui, porque, aí sim, haverá fonte específica de recursos para essa despesa.

Esse é meu posicionamento. Estou aqui defendendo os policiais militares dos ex-territórios, principalmente os de Roraima, que aqui represento. Portanto, deixo aqui meu posicionamento. Disse isso no começo e o digo agora novamente.

Peço ao Senador Valdir Raupp que retire o destaque para que possamos inserir esse aumento no reajuste dos militares que o Governo vai encaminhar ao Congresso. Não é justo atrapalharmos a votação da

matéria relativa aos policiais e bombeiros do GDF se temos como resolver isso em outro instrumento.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Presidência vai assegurar a palavra dos inscristos.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Oxalá os Prefeitos marchem logo, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador José Agripino, Líder do Democratas, e, em seguida, ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a palavra do Líder Romero Jucá foi esclarecedora. Faço um apelo aos Senadores Expedito Júnior, Valdir Raupp – o Senador José Sarney já não se encontra – em nome da eficácia. Vejam bem, se a MP for aprovada e os destaques das emendas mencionadas forem aprovados, com certeza absoluta, por inconstitucionalidade, por falta de origem orçamentária, por falta de recursos, a emenda será vetada no Palácio do Planalto.

Nós estamos tratando da concessão de uma gratificação adicional a policiais civis, militares e bombeiros de Brasília, com uma verba específica constante do Fundo Constitucional do Distrito Federal, criado há alguns anos e aprovado com o meu voto, que hoje conta com recursos da ordem de R\$6 bilhões, para aplicar na educação, saúde e segurança de Brasília.

O que nós temos de fazer é votar essa matéria e tomar um compromisso dos Líderes de que essa matéria solicitada pelo Senador Expedito, pelo Senador Valdir Raupp e pelo Senador José Sarney seja compromisso dos Líderes, ou seja quando for enviada a proposta de aumento dos militares ou qualquer matéria correlata, a primeira que chegar, se isso já não vier com a proposta mencionada na emenda, nós emendarmos aqui por acordo de Líderes, acordados os Líderes do Governo e os Líderes da Oposição.

Acho que, com isso, daremos pragmatismo à proposta e poderemos votar logo a concessão do aumento pretendido pelos policiais de Brasília, que nos move nesta sessão.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador Arthur Virgílio e, a seguir, Senador Gilvam Borges.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a matéria é meritória. Ela é o exemplo típico da matéria que pode mesmo vir à nossa análise sob a forma de medida provisória. Por quê? Porque ela é urgente, afinal de contas, é para se enfrentar a insegurança pública no Distrito Federal; e ela é relevante, porque ela trata precisamente dos soldos dos profissionais que estão

aí para garantir a segurança dos cidadãos que habitam o Distrito Federal. E temos a honra, nós, Senadores e Deputados, de ser hóspedes do Governador José Roberto Arruda e do povo do Distrito Federal.

Eu tenho muita confiança no Governo do Governador Arruda. Tenho certeza de que está correndo os riscos certos, assumindo os desgastes com coragem, cumprindo o seu papel de verdadeiro administrador, aquele que pensa no futuro, não pensa na popularidade mais fácil do curto prazo, mas acabará obtendo o reconhecimento da população dentro desse seu período de governo, e acredito na sua política de segurança pública.

Portanto, nada mais justo do que o meu Partido, o PSDB, apoiar a reivindicação que fazem os policiais militares e os bombeiros do Distrito Federal. Por isso, inclusive, nós concordamos em facilitar as votações de hoje, sem termos ainda uma definição quanto aos acordos e desacordos em relação à pauta futura.

Eu gostaria, Sr. Presidente, até para viabilizarmos esse belo momento, de enfatizar aos Senadores de Rondônia – Senadora Fátima Cleide, Senador Valdir Raupp, Senador Expedito Júnior, que teve hoje um desempenho muito significativo, colecionando a assinatura de Líderes, a começar pelo Líder Raupp, para viabilizar determinado benefício aos servidores públicos de Rondônia – que nós aqui queremos atestar o acordo que poderá nascer da conversa, supervisionada por todos nós e pela Mesa, com o Líder do Governo Romero Jucá.

O que pedem os Senadores do Amapá – Papaléo Paes, Gilvam Borges e José Sarney – e o que pedem os Senadores de Rondônia – Expedito Júnior, Valdir Raupp e Fátima Cleide – é justo, Sr. Presidente. É justo.

Agora, o Senador José Agripino e eu fazemos um apelo no sentido de que não impeçamos a aprovação dessa medida provisória que beneficia, no curtíssimo prazo, a segurança pública no Distrito Federal; que não frustremos as expectativas dos policiais militares e dos bombeiros que aqui estão nas galerias, mas sobretudo não frustremos as expectativas dos cidadãos de Brasília, que estão precisando ver uma polícia cada vez mais bem aparelhada, cada vez mais bem remunerada, para fazer face ao desafio da insegurança, contra a insegurança, ao desafio, portanto, de dar segurança aos cidadãos. Acredito que vamos chegar a bom termo na negociação com o Governo.

Fica aqui o apelo e fica também já a declaração de voto do PSDB, que é claramente a favor de uma medida provisória que é meritória e que é boa para o povo do Distrito Federal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Agradeço a V. Ex^a.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Com a palavra o Senador Gilvam Borges e, a seguir, o Senador Gim Argello e, depois, o Senador Adelmir Santana.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, brutal a forma como essa medida provisória chega ao Senado Federal, sem tirar o mérito da garbosa Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros de Brasília, os quais nos orgulham muito.

É justa essa medida, mas a questão é que estamos hoje para os entendimentos necessários. O Senador Gim Argello me abordou há pouco... Eu estou com um requerimento pronto para apresentar, como os outros colegas que estão indignados.

Ora, está correto, Sr. Presidente! É o Fundo Constitucional do DF. Justo. Injusto é chegar uma medida provisória em que o próprio Ministério do Planejamento já deveria ter corrigido isso, porque, conforme a história, os ex-territórios sempre estão associados com o DF. São territórios, e o próprio Rio de Janeiro...

Quero aqui deixar registrada a minha indignação, Sr. Presidente.

O Amapá, o Acre, Roraima, Rio de Janeiro, os Estados que já deveriam estar na medida provisória com a devida alocação dos recursos do Governo Federal, indicando a fonte.

Agora, o Ministro Jobim está reunido com o Ministro Paulo Bernardo discutindo o aumento os militares no País todo e deve nos garantir a associação dos ex-territórios. São carreiras em extinção. Nós somos os guardiões das fronteiras com os países da América Latina, e aqui não poderemos, em hipótese alguma, aceitar essa discriminação que é feita pela medida provisória, não pelos policiais militares e pelo Corpo de Bombeiros do DF. Quanto a eles, está justo, está correto, é constitucional. É um fundo constitucional que garante a segurança da Capital federal. Correto, mas não é essa a questão.

A indignação dos Parlamentares no Senado Federal é justamente com essa questão. E o Senador Romero Jucá, que é o Líder do Governo, que me perdoe e permita-nos o nosso registro aqui: é inadmissível a péssima negociação que foi utilizada.

Ele, como ponta de lança e representante do Governo neste Parlamento, não teve condições de corrigir essa situação na Câmara. E hoje estamos numa situação vexatória aqui.

Por isso, precisamos de uma posição, sim. Não vou apresentar o requerimento para aguardar esse entendimento. E o Senador Romero, como Líder do Governo, tem a responsabilidade de vir aqui e encontrar uma alternativa para essa situação. Isso é um absurdo.

Estão de parabéns, sim, os Policiais Militares do DF e o Corpo de Bombeiros, porque eles merecem. É constitucional. O problema foi nosso. O problema foi de Governo. O problema foi de articulação política.

Quero deixar registrada a indignação e, pelo apelo que me foi feito, não vou apresentar o requerimento. Vou aguardar o desfecho dessa situação. O Senador Romero é um grande Líder da região, é um Líder nacional e é um Líder do Governo nesta Casa. Ele deve se apresentar e dar uma resposta...

(Interrupção do som.)

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – ... para que possamos finalizar e garantir definitivamente essa votação, porque é uma votação justa.

O HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Agradeço a V. Ex^a.

Faço apenas um esclarecimento ao Plenário. Pelo que a Mesa pôde entender e interpretar das discussões apresentadas por todos os Senadores, o Líder Romero Jucá já acolheu o entendimento nos termos apresentados.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Então, entendo que poderíamos objetivar essa discussão.

O SR. JOÃO RIBEIRO (Bloco/PR – TO) – Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Sr. Presidente, peço a palavra apenas para um esclarecimento.

Sr. Presidente, agradeço a V. Ex^a e quero dizer que, pela primeira vez, em seis anos de Senado, estamos numa discussão em que todos têm razão.

É preciso que se atente para este fato: todos têm razão tanto em relação à tese defendida aqui da aprovação, hoje, do projeto que beneficia o Distrito Federal, quanto em relação à garantia dos servidores dos ex-territórios. A discussão feita aqui é sobre uma maneira de o projeto, hoje em pauta, não ser remetido à Câmara, porque seria jogar por terra todo um trabalho realizado ao longo dos meses.

O que estamos vendo aqui, Sr. Presidente, é um compromisso de todas as Lideranças de votar, o mais

rápido possível, uma solução para os policiais, os bombeiros, a área de segurança dos antigos territórios. O Senador Romero Jucá assumiu inclusive o compromisso de trazer ao plenário essa questão. Eu apenas queria fazer um apelo, meu caro Senador João Pedro, no sentido de que o Partido dos Trabalhadores também se manifeste nesta noite não só por ser governo, mas pela sua origem. Esse silêncio de conciliação está me incomodando. Gostaria que também houvesse, por parte das Lideranças do Partido dos Trabalhadores, uma manifestação que, tenho certeza, será muito positiva e produtiva para esses entendimentos. O Senador Romero Jucá é Líder do Governo, mas não é do Partido do Governo, e sabemos que ele tem as suas limitações. Por isso, é fundamental que o Partido dos Trabalhadores saia do anonimato nessa luta e coloque a sua digital em favor da solução desse impasse.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. JOÃO RIBEIRO (Bloco/PR – TO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador Adelmir Santana.

O SR. JOÃO RIBEIRO (Bloco/PR – TO) – Como Líder, Sr. Presidente.

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF) – Sr. Presidente, eu queria fazer aqui um apelo.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Nós temos ainda inscritos o Senador Adelmir Santana, o Senador Gim Argello, o Senador Mário Couto e o Senador João Ribeiro.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Senador Tião, eu quero antecipar o pedido de verificação de quórum. Eu espero que não haja nenhum artifício para impedir o nosso pedido de verificação de quórum.

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria fazer um apelo à Casa, com base nas colocações feitas pelos Líderes dos Democratas e dos tucanos, no sentido de que votemos esta matéria, que é relacionada ao Fundo Constitucional do Distrito Federal, fundo esse que é direcionado exatamente à segurança, à Polícia Militar, ao Corpo de Bombeiros Militar e aos Policiais Civis, e também à área de educação e à área de saúde.

O apelo que eu faço ao Líder Raupp, Sr. Presidente, é que tire a emenda de destaque, levando em conta o entendimento havido com a liderança do Governo para as questões dos territórios. Não votarmos essa matéria hoje significa um prejuízo para 36 mil famílias, que estão vinculadas a essas forças, as forças militares, que tão bem foram destacadas aqui por vários Líderes que se pronunciaram.

Então, não vejo sentido em querermos beneficiar outras regiões do País, em que pese todos merecerem, levando em conta um fundo que é apenas do Distrito Federal. A emenda, portanto, é inconstitucional, porque ela cria despesas que não podem estar vinculadas a esse fundo. O fundo é do Distrito Federal.

Faço um apelo ao Líder Raupp, levando em conta o entendimento feito com a Liderança do Governo, no sentido de que retire e que votemos essa matéria na noite de hoje. É o apelo que faço a V. Ex.^a, Líder Raupp.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Presidência prorroga os trabalhos por mais uma hora, mesmo não havendo necessidade, porque estamos tratando de uma matéria em regime de urgência.

Senador João Ribeiro e Senador Cristovam.

Senador Raupp, V. Ex.^a fica como terceiro inscrito.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Sr. Presidente, eu também quero me inscrever.

O SR. JOÃO RIBEIRO (Bloco/PR – TO) – Sr. Presidente, V. Ex. me deu a palavra?

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex.^a tem a palavra agora.

O SR. JOÃO RIBEIRO (Bloco/PR – TO. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, também a exemplo de outros Senadores que me antecederam, eu quero fazer um apelo ao Senador Expedito, que é do meu Partido, do PR, para que realmente façamos esse acordo e possamos votar matéria tão importante para essa categoria ligada à segurança pública do Distrito Federal.

Quero dizer que o compromisso com os ex-territórios é um compromisso de todos os Líderes, como disse aqui o Senador José Agripino. Portanto, o compromisso não é apenas do Senador Romero Jucá, que fala como Líder do Governo. Apenas para respaldar aquilo que colocou o Senador Romero Jucá, quero dizer que não vejo como não prosperar um acordo feito com todos os Líderes. Portanto, não vejo como, nem necessidade, uma vez que o Senador Romero Jucá fala em nome do Governo, que o Partido dos Trabalhadores tenha que se manifestar. Mas, se houver necessidade, que se manifeste.

Estamos aqui para votar, para dizer exatamente que estamos de acordo e solicitar do Senador Expedito que aceite o acordo, que, tenho certeza, será cumprido.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador Valdir Raupp. A seguir, Senador Cristovam Buarque e Senador Expedito Júnior.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, sou um homem de diálogo, de entendimento, até porque já fui Prefeito por dois mandatos, Governador do meu Estado e dialoguei muito com categorias, com sindicatos de todas as classes. Não seria eu, como já falei no início do meu pronunciamento, na primeira fala, que iria atrapalhar o pleito dos Policiais Militares e Bombeiros de Brasília, até porque já manifestei aqui meu carinho por essas classes.

Acho que está bem claro o compromisso do Governo, na pessoa do Líder Romero Jucá. Recebi aqui a informação também que o Ministro das Forças Armadas, o Ministro da Defesa, Nelson Jobim, e o Ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, já estão discutindo um entendimento para o reajuste das categorias militares de todas as Armas e de todas as Forças, onde serão incluídos os servidores militares e bombeiros dos ex-Territórios de Rondônia, Roraima, Amapá e Rio de Janeiro, nossa antiga capital, ex-capital federal. Eu só faria um apelo ao Líder para que isso não demorasse muito.

Senador Expedito e Senadores dos ex-Territórios, o salário, o soldo das Forças Armadas está um tanto defasado, e sei que o Ministro Jobim vai acelerar essa discussão com o Governo, com o Ministro do Planejamento. Tão breve haja esse entendimento, virá para o Congresso Nacional. Com a manifestação de todos os Líderes – do Líder do Democratas, Senador José Agripino; do Líder do PSDB, Senador Arthur Virgílio e dos demais Líderes nesta Casa – esse entendimento não tenho dúvida de que irá acontecer. Se todos os Líderes estão empenhando o seu compromisso é porque as Bancadas certamente irão apoiar esse pleito dos servidores militares dos ex-territórios.

Dessa forma, retiro o pedido de destaque para que a matéria seja votada e seja acelerado o pleito dos militares e bombeiros do Distrito Federal. Muito obrigado Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Com a palavra o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, com a mesma ênfase com que o Senador Raupp conclui, dando apoio ao salário dos nossos PMs em Brasília, quero empenhar todo o meu apoio ao salário dos policiais nos ex-Territórios do Brasil inteiro.

Agora, não podemos esperar: vamos votar hoje e garantir a tranqüilidade à classe policial do Distrito Federal. Por isso, a saída seria todo o apelo que tem sido feito aqui para que seja retirada emenda, para que o projeto já fique aprovado definitivamente e que

o Senador Jucá se comprometa a trazer aqui o projeto para que se leve um salário digno aos PMs de todos os Territórios brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador Expedito e Senador Gim Argello.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria primeiramente de discordar do Senador Romero Jucá – e agora há pouco eu falava isso aqui para ele. A emenda que destaquei aqui deixa claro que as fontes dos recursos não são do fundo.

O Deputado Eduardo Valverde, que apresentou a emenda, aponta a fonte do recurso, que é da União e não do fundo. Mas é preferível, nesta hora e neste momento, produzir – eu já disse isso na minha fala – esse acordo agora, porque tenho certeza de que não adianta nada apresentarmos aqui destaque e votarmos na marra, fazendo com que essa matéria retorne à Câmara, onde, com certeza, vai ser derrubada.

Estou aqui olhando para o Senador José Agripino, que com certeza, tem entre seus liderados Senadores e Deputados Federais que fazem parte dos ex-Territórios; para o Senador Arthur Virgílio, que também certamente tem entre seus liderados os que façam parte dos ex-Territórios; para o Senador Raupp, que é Líder do PMDB, maior Partido desta Casa; para o Senador João Ribeiro, que me fez um pedido agora há pouco. E quero, é lógico, acreditar na palavra do Líder do Governo, Senador Romero Jucá. E vou fazer um apelo aos três Senadores do Distrito Federal – o Gim, o Cristovam e o Senador Adelmir, que foi o Relator – para que tenham esse mesmo empenho que estão tendo com os policiais aqui do DF para com os policiais dos ex-Territórios e que esse compromisso que o Senador Romero Jucá assumiu aqui, na discussão do aumento do reajuste dado aos servidores, aos policiais das Forças Armadas, seja estendido aos ex-Territórios.

Palavra dada, palavra cumprida. Não temos mais o que discutir aqui. Vamos votar a matéria.

Eu gostaria, Sr. Presidente Tião Viana, de retirar o destaque que apresentei. Vou atender ao pedido dos Líderes, ao pedido dos três Senadores pelo DF e, também, ao do Líder do Governo, para que nós possamos votar aqui e agora. Até tínhamos número suficiente para fazer o pedido de verificação, mas, dando crédito à palavra, principalmente dos Líderes, nós vamos abrir mão. Mas tenho certeza de que, ainda nesta semana, estará chegando a esta Casa o pedido de reajuste dos militares. Então eu gostaria de contar com o apoio de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – O Senador Expedito Júnior esclarece que retira o destaque para a Emenda nº 3.

Lembro que o Senador Raupp, o Senador Arthur Virgílio e o Senador Gilvam Borges têm destaques para a Emenda nº 3. O Senador Gilvam Borges, o Senador Raupp e o Senador Arthur Virgílio, para a Emenda nº 5; e o Senador Gilvam, ainda, para a Emenda nº 6.

A Presidência entende que está havendo uma fase de entendimento. Pede o posicionamento dos Srs. Senadores.

Senador Gim Argello e Senador Papaléo.

O SR. GIM ARGELLO (PTB – DF. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vejo essa discussão como muito boa para este Plenário, tendo em vista que é fruto de um grande entendimento. E gostaria de, neste momento, agradecer ao Senador Arthur Virgílio, do PSDB; ao Senador Agripino, do Democratas; a Valdir Raupp, Líder do PMDB; e também de empenhar a minha palavra, a palavra do Senador Adelmir Santana e a do Senador Cristovam Buarque de que, quando chegar o aumento dos militares dos ex-Territórios, nós vamos ter o mesmo empenho, Senador Expedito Júnior, o mesmo empenho para defender o aumento daquelas categorias. Por quê? Porque nós acreditamos que, só assim, vamos construir uma polícia como é a Polícia do Distrito Federal: uma polícia ordeira, trabalhadora; uma polícia séria, uma polícia que orgulha todos os brasileiros e todos os brasileiros. O Corpo de Bombeiros do Distrito Federal é motivo de orgulho. A Polícia Militar do Distrito Federal é motivo de orgulho. Da mesma forma é a nossa Polícia Civil. Por quê? Porque é fruto de um bom salário, a verdade é essa. Isso nós queremos para todo o País, para que todos possam ter uma polícia de que possam se orgulhar, como é o caso da do Distrito Federal.

Por isso, nós não sentimos insegurança no nosso querido Distrito Federal. São pessoas preparadas, são policiais preparados, ordeiros e, acima de tudo, que respeitam a nossa lei.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador Papaléo Paes, Senador Eduardo Suplicy e Senador Valter Pereira, a Mesa faz um apelo ao entendimento dos Srs. Senadores.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Serei breve, Sr. Presidente.

Lamentamos que um assunto tão importante quanto o reajuste dos servidores dos ex-Territórios não seja levado a sério aqui por algumas Lideranças. Lamento ver às vezes Lideranças deixarem muitos Parlamentares na mão, sem apoio nenhum, tendo em vista que essa questão não é partidária. A questão não será decidida pelo Democratas, pelo PT, pelo PSDB,

pelo PCdoB. É uma questão pessoal, relacionada aos ex-Territórios. Temos o direito de reivindicar o que a lei determina. A lei determina reajustes iguais para o Distrito Federal e para os ex-Territórios.

Lamento muito – e fiz um depoimento ontem – que alguns Parlamentares se sujeitem a votar contra os interesses dos seus Estados só para ficarem ao lado do Governo. Certo? Isso deixa uma suspeita sobre essas questões. Como é que eu, Papaléo, vou votar contra o meu Estado para ficar ao lado do Governo? Só se eu tiver algum interesse pessoal e mais nada, e mais nada! Nada justificaria o meu voto contra o Estado do Amapá, se eu não tivesse um benefício pessoal. E volto a dizer ao povo do meu Estado, que me conhece muito bem: meu voto aqui dentro é pelo meu Estado, é voto de consciência. Não tem ninguém aqui que me faça mudar o voto que decidi a favor do meu Estado. Ninguém! Nenhum grupo político, porque não fui eleito por grupo político nenhum, por vereador nenhum, porque, quando eu ia para o meu palanque, nenhum deputado me pedia voto. Então fui eleito pelo voto do povo do meu Estado. Quem não acreditar telefone para qualquer cidadão de lá, que vai dizer: não foi dinheiro, não foi...

(Interrupção do som.)

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Quero deixar bem claro, então por isso ...

(Interrupção do som.)

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – ...lamento profundamente que alguns Parlamentares deixem de defender o seu Estado, o seu povo para ficarem ao lado do Governo. E o exemplo maior disso está nessa CPI dos Cartões Corporativos, onde vemos – ainda não vi Senador fazer o papel de pau-mandado lá – como já vi alguns Deputados participando, o que dá vergonha. Não sei como aquelas pessoas não têm vergonha de chegar a sua casa, olhar para sua esposa, para seus filhos, quando estão defendendo da maneira que defendem o Governo, de maneira indiscriminada, jogando fora sua vida, seu caráter, sua personalidade, sei lá o quê. Quem não estiver gostando do que estou falando é porque está caindo a carapuça na cabeça.

Então, quero deixar bem claro que o meu voto é contra essa medida discriminatório do Governo contra os ex-servidores.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Eu não quero, de forma alguma, colocar em julgamento o mérito desse merecimento dos bombeiros e dos servidores da segurança pública do Distrito Federal. Não é nada

disso, não é nada contra os senhores e as senhoras. Estamos lutando a favor dos ex-territórios.

Poderíamos derrubar agora essa medida provisória. Era só pedir verificação de quórum. O Governo não tem 41 votos aqui, porque a maioria, principalmente o PT, saiu. Está aqui a Senadora Serys, está aqui o Senador João Pedro, que ficou calado, e o Senador Suplicy, o primeiro que vai falar. A discussão é de salário, e o primeiro que vai falar é Senador Suplicy. Espero que V. Ex^a mantenha a coerência a favor dos trabalhadores dos ex-territórios.

Quero deixar bem claro o meu protesto e dizer que fazer acordo com o Governo é temerário, porque nós não sabemos se ele irá ou não cumpri-lo.

(Interrupção do som.)

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Nos acordos que fizemos com o Governo, nós da Oposição sempre fomos traídos pelo não cumprimento desse acordo. Mas como o Senador Expedito goza do meu crédito, os Senadores Gilvam Borges e Mário Couto queriam nos acompanhar no pedido de verificação de quórum e considerando os Senadores e Deputados do Distrito Federal, enfim, pessoas lúcidas que se comprometem conosco a lutar pelo reajuste dos servidores dos ex-territórios, policiais e afins, confiamos em S. Ex^{as} e aguardaremos em breve que a justiça seja reposta para os servidores que merecem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Presidência esclarece ao Plenário que o Senador Arthur Virgílio e o Senador Valdir Raupp retiraram os destaques em relação à Emenda 5 e em relação à Emenda 3, considerando, inclusive, a importância de essa matéria não ter que voltar à Câmara dos Deputados, atendendo, assim, ao entendimento de outros parlamentares.

Da mesma forma, o Senador Gilvam Borges pede a retirada dos destaques.

Há um caminho de entendimento e eu cumprimento os Srs. Senadores.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Eu declino...

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador Suplicy e Senador Valter...

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Eu declino, Senador Presidente. Eu gostaria de declinar para a votação, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a, Senador.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Em benefício do entendimento, eu agradeço e peço para falar, muito brevemente, logo após a votação.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Presidência ainda tem um requerimento para ser votado após este item, o qual se refere ao afastamento do Senador Cícero Lucena.

Com a palavra o Senador Valter Pereira.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas para deixar muito clara uma circunstância que precisa do entendimento de quem vai votar neste instante: é louvável todas as tentativas que foram feitas no sentido de ampliar esses benefícios aos territórios. Todavia, uma das críticas mais contundentes que têm sido feitas aqui é exatamente sobre o aparecimento de matérias estranhas ao objeto de medidas provisórias ou de projetos de lei que são submetidos à apreciação e à votação desta Casa.

No caso específico, as emendas que foram retiradas estavam embutindo matérias estranhas ao que consta do projeto.

Veja, por exemplo, o art. 4º diz claramente: “As despesas decorrentes da aplicação desta medida provisória correrão a conta do Fundo Constitucional do Distrito Federal, criado pela Lei nº10.633, de 27 de dezembro de 2002.

Ora...

(Interrupção do som.)

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Se essas despesas vão correr a conta do FCDF, qualquer outra despesa que for embutida e que não dispuser especificamente de custeio do Distrito Federal será uma matéria estranha e, portanto, deve efetivamente ser afastada.

Portanto, ao retirar as emendas, o projeto fica saneado e em condições de ser votado com absoluta regularidade.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não mais havendo quem peça a palavra, declaro encerrada a discussão.

Em votação o Projeto de Lei de Conversão, que tem preferência regimental.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o Projeto de Lei de Conversão, ficam prejudicadas a medida provisória e as emendas a ela apresentadas.

A matéria vai à sanção.

A Presidência cumprimenta o Plenário do Senado Federal, as Senadoras e os Senadores, pelo entendimento construído a favor dos trabalhadores brasileiros. (Palmas.)

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 4, DE 2008 **(Proveniente da Medida Provisória nº 401, de 2007)**

Altera as Leis nºs 11.134, de 15 de julho de 2005, que dispõe sobre a remuneração devida aos militares da Polícia Militar do Distrito Federal e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, e 11.361, de 19 de outubro de 2006, que dispõe sobre os subsídios das carreiras de Delegado de Polícia do Distrito Federal e de Polícia Civil do Distrito Federal; e revoga as Leis nºs 10.874, de 1º de junho de 2004, e 11.360, de 19 de outubro de 2006.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 11.134, de 15 de julho de 2005, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 1º-A:

“Art. 1º-A A Gratificação de Condição Especial de Função Militar - GCEF, instituída pelo art. 2º da Lei nº 10.874, de 1º de junho de 2004, é devida mensal e regularmente aos militares da Polícia Militar do Distrito Federal e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, no valor de R\$ 351,49 (trezentos e cinquenta e um reais e quarenta e nove centavos).

Parágrafo único. A GCEF integra os proventos na inatividade remunerada dos militares da Polícia Militar do Distrito Federal e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal.”

Art. 2º O Anexo I da Lei nº 11.134, de 15 de julho de 2005, passa a vigorar nos termos do Anexo I desta Lei.

Art. 3º Os Anexos I e II da Lei nº 11.361, de 19 de outubro de 2006, passam a vigorar na forma dos Anexos II e III desta Lei.

Art. 4º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta do Fundo Constitucional do Distrito Federal - FCDF, criado pela Lei nº 10.633, de 27 de dezembro de 2002.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos financeiros:

I - quanto à remuneração dos militares da Polícia Militar do Distrito Federal e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal: a partir de 1º de setembro de 2007; e

II - quanto à remuneração dos policiais civis do Distrito Federal: nos termos da nova redação dada por esta Lei aos Anexos I e II da Lei nº 11.361, de 19 de outubro de 2006.

Art. 6º Ficam revogados:

I - a Lei nº 10.874, de 1º de junho de 2004;

II - a Lei nº 11.360, de 19 de outubro de 2006; e

III - o Anexo III da Lei nº 11.361, de 19 de outubro de 2006.

ANEXO I

(Anexo I da Lei nº 11.134, de 15 de julho de 2005)

VANTAGEM PECUNIÁRIA ESPECIAL - VPE

POSTO/GRADUAÇÃO	VALOR EM R\$
OFICIAIS SUPERIORES	
Coronel	4.394,94
Tenente-Coronel	4.218,87
Major	3.829,44
OFICIAIS INTERMEDIÁRIOS	
Capitão	3.230,94
OFICIAIS SUBALTERNOS	
1º Tenente	2.876,38
2º Tenente	2.687,90
PRAÇAS ESPECIAIS	
Aspirante a Oficial	2.248,74
Cadete (último ano) da Academia de Polícia Militar ou Bombeiro Militar	1.201,48
Cadete (demais anos) da Academia de Polícia Militar ou Bombeiro Militar	824,82
PRAÇAS GRADUADAS	
Subtenente	2.135,68
1º Sargento	1.911,57
2º Sargento	1.704,95
3º Sargento	1.540,16

Cabo	1.305,91
DEMAIS PRAÇAS	
Soldado - 1ª Classe	1.233,96
Soldado - 2ª Classe	824,82

ANEXO II

(Anexo I da Lei nº 11.361, de 19 de outubro de 2006)
TABELA DE SUBSÍDIOS PARA A CARREIRA DE DELEGADO DE POLÍCIA
DO DISTRITO FEDERAL

EM R\$

CARGO	CATEGORIA	EFEITOS FINANCEIROS		
		A PARTIR DE 1º SET 2007	A PARTIR DE 1º FEV 2008	A PARTIR DE 1º FEV 2009
Delegado de Polícia	ESPECIAL	16.683,98	19.053,57	19.699,82
	PRIMEIRA	15.201,90	17.006,29	17.498,40
	SEGUNDA	13.005,60	14.549,53	14.970,60
	TERCEIRA	11.614,10	12.992,70	13.368,68

ANEXO III

(Anexo II da Lei nº 11.361, de 19 de outubro de 2006)
TABELA DE SUBSÍDIOS PARA A CARREIRA DE POLÍCIA CIVIL DO
DISTRITO FEDERAL

a) Quadro I

EM R\$

CARGO	CATEGORIA	EFEITOS FINANCEIROS		
		A PARTIR DE 1º SET 2007	A PARTIR DE 1º FEV 2008	A PARTIR DE 1º FEV 2009
Perito Criminal	ESPECIAL	16.683,98	19.053,57	19.699,82
	PRIMEIRA	15.201,90	17.006,29	17.498,40
Perito Médico- Legista	SEGUNDA	13.005,60	14.549,53	14.970,60
	TERCEIRA	11.614,10	12.992,70	13.368,68

b) Quadro II

EM R\$

CARGO	CATEGORIA	EFEITOS FINANCEIROS		
		A PARTIR DE 1º SET 2007	A PARTIR DE 1º FEV 2008	A PARTIR DE 1º FEV 2009
Agente de po- lícia	ESPECIAL	10.241,21	11.528,11	11.879,08
	PRIMEIRA	8.226,20	9.202,62	9.468,92
Escrivão de Po- lícia	SEGUNDA	6.915,80	7.678,09	7.885,99
	TERCEIRA	6.594,30	7.317,18	7.514,33

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Está encerrada a Ordem do Dia.

São os seguintes os itens adiados:

3

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 402, DE 2007

(*Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal*)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 402, de 2007, que *abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de um bilhão, seiscentos e quarenta e seis milhões, trezentos e trinta e nove mil, setecentos e sessenta e cinco reais, para os fins que especifica.*

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 22.2.2008)

Prazo final (prorrogado): 6.5.2008

4

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 5, DE 2008

(*Proveniente da Medida Provisória nº 403, de 2007*)
(*Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal*)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 5, de 2008, que *dispõe sobre o exercício da atividade de franquia postal, revoga o § 1º do art. 1º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 403, de 2007).*

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 23.2.2008)

Prazo final (prorrogado): 7.5.2008

5

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 6, DE 2008

(*Proveniente da Medida Provisória nº 404, de 2007*)
(*Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal*)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 6, de 2008, que *altera o art. 41-A da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, modificando a data de pagamento dos benefícios da Previdência Social (proveniente da Medida Provisória nº 404, de 2007).*

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 9.3.2008)

Prazo final: 23.3.2008

6

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 11, DE 2008

(*Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno.*)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 84, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator ad hoc: Senador Antonio Carlos Júnior), que *aprova a Programação Monetária para o quarto trimestre de 2007.*

7

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 48, DE 2003

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.*

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator *ad hoc*: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de subemenda que apresenta.

8

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 38, DE 2004

(*Votação nominal*)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que *altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar.*

Pareceres sob nºs 1.058, de 2006, e 1.185, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), contrário.

9

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**Nº 50, DE 2006***(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, que *inclui o art. 50A e altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto parlamentar.*

Pareceres sob nºs 816 e 1.186, de 2007 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 1, de Plenário) Relator ad hoc: Senador Flexa Ribeiro, pela aprovação parcial, nos termos da Subemenda-CCJ (Substitutivo), que oferece.

10

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**Nº 86, DE 2007***(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que *altera o § 2º do art. 55 da Constituição Federal (determina o voto aberto para a perda de mandato de Deputados e Senadores).*

Pareceres sob nºs 817 e 1.187, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta), Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2-Plen), Relator ad hoc: Senador Flexa Ribeiro, favorável, com Subemenda, que apresenta.

11

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**Nº 57, DE 2005**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que *dá nova redação ao § 4º do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados.*

Pareceres da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sob nºs

– 779, de 2006, 1º pronunciamento (sobre a Proposta): Relator: Senador Ramez Tebet, favorável;

– 272, de 2007, 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 1-Plen): Relator: Senador Adelmir Santana, favorável, com a Emenda nº 2-CCJ, de redação; e

– 100, de 2008, 3º pronunciamento (em reexame, nos termos do Requerimento nº 128, de 2008), Relator Senador Adelmir Santana, ratificando seus pareceres anteriores, apresentando, ainda, as Emendas nºs 3 e 4-CCJ.

12

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**Nº 20, DE 1999**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.*

Parecer sob nº 478, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; e pela rejeição das demais matérias que tramitam em conjunto, com votos contrários dos Senadores Sibá Machado, Eduardo Suplicy, Epitácio Cafeteira, Antônio Carlos Valadares, Pedro Simon, Romero Jucá, e das Senadoras Serys Slhessarenko, Lúcia Vânia e, em separado, do Senador Aloizio Mercadante e da Senadora Patrícia Saboya.

13

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**Nº 18, DE 1999**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá, que *altera a redação do art. 228 da Constituição Federal.*

14

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 3, DE 2001**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.*

15

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 26, DE 2002**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 26, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Iris Rezende, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, para reduzir a idade prevista para a imputabilidade penal, nas condições que estabelece.*

16

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 90, DE 2003**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 90, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Magno Malta, que *inclui parágrafo único no artigo 228, da Constituição Federal, para considerar penalmente imputáveis os maiores de treze anos que tenham praticado crimes definidos como hediondos.*

17

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 9, DE 2004**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 90, de 2003)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Papaléo Paes, que *acrescenta parágrafo ao artigo 228 da Constituição Federal, para determinar a imputabilidade penal quando o menor apresentar idade psicológica igual ou superior a dezoito anos.*

18

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2000**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2000 (nº 885/95, na Casa de origem), que *estabelece diretrizes gerais de programa nacional de habitação para mulheres com responsabilidade de sustento da família.*

Parecer sob nº 437, de 2007, da Comissão Diretora, Relator: Senador Gerson Camata, oferecendo a redação do vencido.

19

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 6, DE 2003**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003 (nº 2.820/2000, na Casa de origem), que *altera os arts. 47 e 56 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. (Dispõe sobre a administração e o conselho fiscal das sociedades cooperativas).*

Parecer sob nº 95, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Efraim Moraes, oferecendo a redação do vencido.

20

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 26, DE 2000**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2000, que *altera a Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, para tratar do comparecimento do Presidente do Banco Central do Brasil na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal e para extinguir a obrigatoriedade de apresentação da programação monetária trimestral e a vinculação legal entre emissão de moeda e reservas cambiais.*

Parecer sob nº 66-A, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Flexa Ribeiro, oferecendo a redação do vencido.

21

**SUBSTITUTIVO DA CÂMARA AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 57, DE 2001**

Discussão, em turno único, do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 57, de 2001 (nº 5.270/2001, naquela Casa), que altera o art. 36 do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca e dá outras providências.

Pareceres sob nºs 1.345 e 1.346, de 2007, das Comissões

– de Agricultura e Reforma Agrária, Relator: Senador João Durval, favorável, com as adequações redacionais propostas; e

– de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator ad hoc: Senador Renato Casagrande, favorável.

22

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2003 (nº 5.657/2001, na Casa de origem), que *acrescenta dispositivo à Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB (prescrição em cinco anos da ação de prestação de contas do advogado para o seu cliente, ou de terceiros por conta dele).*

Parecer favorável, sob nº 1.162, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

23

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 75, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2004 (nº 1.071/2003, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 10.334, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a obrigatoriedade de fabricação e comercialização de lâmpadas incandescentes para uso em tensões de valor igual ou superior ao da tensão nominal da rede de distribuição, e dá outras providências.*

Parecer favorável sob nº 87, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Delcídio Amaral.

24

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 24, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2005 (nº 4.465/2001, na Casa de origem), que altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 (inclui novo trecho na Relação Descritiva das rodovias no Sistema Rodoviário Nacional).

Parecer favorável, sob nº 1.534, de 2005 da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Relator ad hoc: Senador Rodolpho Tourinho.

25

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 103, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2005 (nº 45/99, na Casa de origem), que *veda a exigência de carta de fiança aos candidatos a empregos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.*

Parecer sob nº 198, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator ad hoc: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que apresenta.

26

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 111, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 111, de 2005 (nº 3.796/2004, na Casa de origem), que *dispõe sobre a Política Nacional de Orientação, Combate e Controle dos Efeitos Danosos da Exposição ao Sol à Saúde e dá providências correlatas.*

Pareceres sob n^{os} 603 e 604, de 2007, das Comissões:

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Magno Malta, favorável, com as Emendas n^{os} 1 e 2-CCJ, de redação, que apresenta; e

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Papaléo Paes, favorável, nos termos da Emenda n^o 3-CAS (Substitutivo), que oferece.

27

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 118, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n^o 118, de 2005 (n^o 1.153/2003, na Casa de origem), que *modifica o inciso II do caput do art. 44 da Lei n^o 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (dispõe sobre o aproveitamento de matérias cursadas em seminários de filosofia ou teologia)*.

Parecer sob n^o 924, de 2006, da Comissão de Educação, Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves, favorável, nos termos da Emenda n^o 1-CE (Substitutivo), que oferece.

28

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 1, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n^o 1, de 2006 (n^o 1.696/2003, na Casa de origem), que *altera o § 2^o do art. 12 da Lei n^o 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde (acrescenta o planejamento familiar nos casos de cobertura dos planos ou seguros privados de assistência à saúde)*.

Parecer favorável, sob n^o 145, de 2007, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

29

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 2, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n^o 2, de 2006 (n^o 1.984/2003, na Casa de origem), que *altera o inciso XIII do caput do art. 7^o da Lei n^o 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 (inclui as normas técnicas como obras protegidas pela legislação dos direitos autorais)*.

Parecer favorável, sob n^o 376, de 2006, da Comissão de Educação, Relator: Senador Roberto Saturnino.

30

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 4, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n^o 4, de 2006 (n^o 4.730/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação aos arts. 830 e 895 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n^o 5.452, de 1^o de maio de 1943 (dispõe sobre a autenticidade de peças oferecidas para prova no processo trabalhista e sobre o cabimento de recurso ordinário para instância superior)*.

Parecer favorável sob o n^o 697, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator Senador Eduardo Suplicy.

31

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 11, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n^o 11, de 2006 (n^o 2.822/2003, na Casa de origem), que *acrescenta parágrafo único ao art. 1^o da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n^o 5.452, de 1^o de maio de 1943, para dispor sobre a boa-fé nas relações de trabalho*.

Parecer sob n^o 542, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda n^o 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

32

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n^o 27, de 2006 (n^o 819/2003, na Casa de origem), que *denomina “Rodovia Ministro Alfredo Nasser” a rodovia BR-174, entre a cidade de Cáceres – MT e a fronteira com a Venezuela*.

Parecer sob o n^o 1.175, de 2006, da Comissão de Educação, Relator ad hoc: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda n^o 1-CE, que oferece.

33

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 43, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n^o 43, de 2006 (n^o 4.505/2004, na Casa de origem), que *dispõe sobre o re-*

conhecimento do dia 26 de outubro como Dia Nacional dos Trabalhadores Metroviários.

Parecer favorável, sob nº 926, de 2006, da Comissão de Educação, Relator: Senador Paulo Paim.

34

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 90, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 2006 (nº 6.248/2005, na Casa de origem), que *acrescenta o § 3º-C ao art. 30 da Lei n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências (determina que cartórios de registros públicos afixem, em locais de fácil leitura e acesso, quadros contendo os valores das custas e emolumentos).*

Parecer favorável, sob nº 1.163, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Valter Pereira.

35

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2007 (nº 1.791/1999, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional dos Surdos.*

Parecer favorável, sob nº 979, de 2007, da Comissão de Educação, Relator “ad hoc”: Senador Flávio Arns.

36

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2007 (nº 3.986/2004, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional do Vaqueiro.*

Parecer favorável sob o nº 722, de 2007, da Comissão de Educação, Relator “ad hoc”: Senador Valter Pereira.

37

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 42, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2007 (nº 1/2007, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dispõe sobre o valor do salário mínimo a partir de 2007 e estabelece*

diretrizes para a sua política de valorização de 2008 a 2023.

Pareceres sob nºs

– 601, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Osmar Dias, favorável; e

– 93, de 2008, da Comissão de Assuntos Sociais (em audiência, nos termos do Requerimento nº 958, de 2007), Relator: Senador Valdir Raupp, favorável, com a Emenda nº 1 – CAS, que apresenta.

38

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 30, DE 2003

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003) (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003, de autoria do Senador Sérgio Cabral, que acrescenta artigos à Lei nº 8.078/90 – Código do Consumidor, obrigando a comunicação prévia da inclusão do consumidor em cadastros, bancos de dados, fichas ou registros de inadimplentes, e obrigando os fornecedores de bens e serviços a fixar data e turno para a entrega de bens e prestação de serviços.

Parecer sob nº 288, de 2007, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Gerson Camata, favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CMA, e subemenda que apresenta; e contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, que tramita em conjunto.

39

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 306, DE 2003

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003) (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)

Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, de autoria do Senador Valmir Amaral, que acrescenta artigo à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), tipificando como crime a manutenção de informações negativas sobre consumidor em cadastros, banco de dados, fichas ou registros por período superior a cinco anos.

40

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 169, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 7, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que altera dispositivo da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.

Parecer sob nº 459, de 2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), que oferece.

41

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 140, DE 2007 – COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda, que oferece.

42

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 277, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 9, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2007, de autoria do Senador Flávio Arns, que acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para definir condições de qualidade da oferta de educação escolar para crianças de cinco e seis anos de idade.

Parecer sob nº 874, de 2007, da Comissão de Educação, Relator: Senador Wilson Matos, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

43

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 702, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 702, de 2007, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito do Apagão Aéreo, que altera a Lei nº 7.565, de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para prever a divulgação da lista de passageiros nos casos de acidentes aéreos.

44

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 703, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 703, de 2007, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito do Apagão Aéreo, que altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para dispor sobre a distribuição de horários de pouso e decolagem (slots) em aeroportos congestionados.

45

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 704, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 704, de 2007, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito do Apagão Aéreo, que altera a Lei nº 6.009, de 26 de dezembro de 1973, que dispõe sobre a utilização e a exploração dos aeroportos, das facilidades à navegação aérea e dá outras providências; e o Decreto-Lei nº 1.896, de 17 de dezembro de 1981, que dispõe sobre a utilização de instalações e serviços destinados a apoiar e tornar segura a navegação aérea; e revoga a Lei nº 7.920, de 12 de dezembro de 1989; a Lei nº 8.399, de 7 de janeiro de 1992; e a Lei nº 9.825, de 23 de agosto de 1999, para desonerar as tarifas aeroportuárias e aeronáuticas e autorizar a sua gradação conforme o grau de saturação e o horário de utilização dos respectivos serviços.

46

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 32, DE 2008

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que altera o art. 10 da Lei nº 6.938,

de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, para introduzir critérios relacionados com as mudanças climáticas globais no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos com horizonte de operação superior a vinte e cinco anos.

47

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 33, DE 2008

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que dispõe sobre a Redução Certificada de Emissão (RCE) (unidade padrão de redução de emissão de gases de efeito estufa).

48

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 34, DE 2008

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 34, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que dispõe sobre a concessão de subvenção à implementação de Servidão Florestal, de Reserva Particular do Patrimônio Natural e de reserva legal, e sobre a possibilidade de recebimento da subvenção na forma de abatimento de dívidas de crédito rural.

49

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 35, DE 2008

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 35, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que altera dispositivo da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para viabilizar o acesso, ao Sistema Elétrico Interligado Nacional, dos autoprodutores de energia elétrica.

50

PARECER Nº 106, DE 2008

Discussão, em turno único, do Parecer nº 106, de 2008, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator

ad hoc: Senador Flávio Arns, concluindo favoravelmente à Indicação nº 2, de 2007, da Senadora Serys Slhessarenko, que sugere à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, por seu intermédio, à Subcomissão de Trabalho Escravo, para analisar todas as matérias que tratem do tema e que se encontram em tramitação na Casa.

51

REQUERIMENTO Nº 1.302, DE 2004

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.302, de 2004, da Senadora Serys Slhessarenko, solicitando a instituição, no âmbito do Senado Federal, da Semana de Ciência e Tecnologia, a ser celebrada anualmente no mês de outubro, com o objetivo de mobilizar a população brasileira para questões científicas.

Pareceres favoráveis, sob nºs 448 a 451, de 2007, das Comissões de Educação, Relator: Senador Juvêncio da Fonseca; de Assuntos Sociais, Relator: Senador Cristovam Buarque; de Serviços de Infra-Estrutura, Relator *ad hoc*: Senador Eduardo Azeredo; e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, Relator: Senador Valter Pereira.

52

REQUERIMENTO Nº 778, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 778, de 2007, iniciativa da Senadora Kátia Abreu, solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos encontra-se esgotado.

53

REQUERIMENTO Nº 914, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 914, de 2007, do Senador Mozaildo Cavalcanti, solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2007, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado.

54

REQUERIMENTO Nº 1.242, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.242, de 2007, do Senador Arthur Virgílio, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2007-Complementar, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.

55

REQUERIMENTO Nº 1.494, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.494, de 2007, do Senador Sérgio Zambiasi, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2006, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria.

56

REQUERIMENTO Nº 1.495, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.495, de 2007, do Senador Geraldo Mesquita Júnior, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 510, de 1999, e 505, de 2007, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria.

57

REQUERIMENTO Nº 115, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 115, de 2008, do Senador Cícero Lucena e outros Senhores Senadores, solicitando a criação de Comissão Temporária Externa, composta por cinco membros titulares e igual número de suplentes, para, no prazo de doze meses, acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco.

58

REQUERIMENTO Nº 158, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 158, de 2008, do Senador Flexa Ribeiro, solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 29, de 2003, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária.

59

REQUERIMENTO Nº 175, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 175, de 2008, do Senador Marconi Perillo, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 121 e 156, de 2007-Complementares, com o Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2007-Complementar, por regularem a mesma matéria.

60

REQUERIMENTO Nº 176, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 176, de 2008, do Senador Flexa Ribeiro, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 303, de 2005, com os Projetos de Lei do Senado nºs 370, de 1999; 145, de 2000; e o Projeto de Lei da Câmara nº 151, de 2001, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria.

61

REQUERIMENTO Nº 186, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 186, de 2008, do Senador Expedito Júnior, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 210, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

62

REQUERIMENTO Nº 199, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 199, de 2008, do Senador Romero

Jucá, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado n^{os} 7, de 2005 e 17, de 2006-Complementar, com os Projetos de Lei do Senado n^{os} 129 e 183, de 2003 e 291, de 2005, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria.

63

REQUERIMENTO Nº 210, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 210, de 2008, do Senador Aloizio Mercadante, solicitando que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2004, que tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado n^{os} 187, 2002; 44, de 2004; e 113, de 2006; além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos.

64

REQUERIMENTO Nº 247, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 247, de 2008, da Senador Paulo Paim e outros Senhores Senadores, solicitando, nos termos do art. 336, inciso III, do Regimento Interno, urgência para o Projeto de Lei do Senado nº 296, de 2003.

65

REQUERIMENTO Nº 248, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 248, de 2008, do Senador Paulo Paim, solicitando a dispensa do parecer da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o Projeto de Lei do Senado nº 58, de 2003, cujo prazo encontra-se esgotado.

66

REQUERIMENTO Nº 256, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 256, de 2008, do Senador Romero Jucá, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado n^{os} 280, de 2004; 132, 191 e 467, de 2007, com o Projeto de Lei do Senado nº 167, de 2003, que já se encontra apensado aos de n^{os} 210, de 2003; 75 e 323, de 2004; e 87, de 2005, por versarem sobre a mesma matéria.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Em votação os **Requerimentos n^{os} 349 e 350, de 2008**, de autoria do Senador Cícero Lucena, lidos anteriormente.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovados.

Ficam concedidas as licenças solicitadas.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Tendo em vista que a **Medida Provisória nº 399, de 2007**, teve seu prazo de vigência esgotado no dia 27 último, a matéria vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, para a elaboração do Projeto de Decreto Legislativo, nos termos do art. 11, **caput**, e § 1^o da Resolução nº 1, de 2002 – CN.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Presidência, tendo se esgotado o prazo, sem apresentação de recurso, da declaração de prejudicialidade dos vetos presidenciais apostos aos Projetos de Lei da Câmara n^{os} 92/1996, 60/1999, 4/2002, 74/2003, 24/2004 e 51/2006 (art. 6^o); do Projeto de Lei do Senado nº 119/1999; dos Projetos de Lei de Conversão n^{os} 18/2004, 19/2004, 24/2004, 29/2004, 9/2006 e 29/2006; e dos Projetos de Lei do Congresso Nacional n^{os} 30/2003, 51/2004, 134/2004, 4/2005, 2/2006 e 15/2006, determina o arquivamento das matérias, nos termos do art. 334 do Regimento Interno do Senado Federal, primeiro subsidiário do Regimento Comum.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PARECER Nº 218, DE 2008

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.327, de 2007, que requer, com fundamento no art. 50, § 2^o da Constituição Federal, combinado com o art. 216, Inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Senhor Ministro de Estado da Defesa sobre viagens realizadas por ministros de Estado em aviões da FAB, no período de 2 de janeiro de 2003 a 9 de novembro de 2007.

Relator: Senador **César Borges**

I – Relatório

Vem ao exame da Mesa o Requerimento nº 1.327, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, que solicita, de acordo com o disposto no art. 50, § 2^o, da Constituição Federal, e no art. 216, do Regimento Interno do Senado Federal, informações

ao Ministro de Estado da Defesa sobre viagens realizadas por Ministros de Estado em aviões da FAB, no período de 2 de janeiro de 2003 a 9 de novembro de 2007.

II – Análise

O Requerimento tem por fundamento o § 2º do art. 50 da Constituição Federal, que faculta às Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal o encaminhamento de pedidos escritos de informação a Ministros de Estado.

O pedido está fundado na competência exclusiva do Congresso Nacional para a fiscalização e o controle, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, dos atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta, nos termos do art. 49, X, da Constituição Federal. No plano regimental, está em consonância com o disposto no art. 216 do Regimento Interno que, por sua vez, em seu inciso I, somente admite a formulação de requerimentos de informação que tenham por finalidade o esclarecimento de qualquer assunto submetido à apreciação desta Casa ou atinente a sua competência fiscalizadora, não admitindo sua utilização para pedido de providências ou medidas administrativas.

O Requerimento também está de acordo com as disposições do Ato da Mesa nº 01, de 2001, especialmente com o § 1º do art. 1º, que estabelece a necessidade de que seja “dirigido a Ministro de Estado ou a titular de órgão diretamente subordinado à Presidência da República, ainda que contenha pedido relativo a órgão ou entidade da administração pública indireta sob sua supervisão”.

III – Voto

Ante o exposto e em face da constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do requerimento em exame, opinamos pela sua aprovação, a fim de que esta Mesa solicite ao Ministro da Defesa as informações requeridas.

Sala de Reuniões,


, Presidente


, Relator



PARECER Nº 219, DE 2008

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.346, de 2007, relativo a pedido de informação à Ministra de Estado do Meio Ambiente sobre os resultados de auditoria interna realizada pelo Ibama e os conseqüentes indícios de desvio de recursos e irregularidades em gastos.

Relator: Senador **César Borges**

I – Relatório

O Senador Arthur Virgílio, com base no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e nos termos do art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, apresentou o Requerimento nº 1.346, de 2007, no qual solicita informações à Ministra de Estado do Meio Ambiente sobre os resultados de auditoria interna realizada pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e os conseqüentes indícios de desvio de recursos e irregularidades em gastos.

O autor justifica o requerimento pela necessidade de dar transparência aos resultados da referida auditoria, dar publicidade a atos da administração pública e, ao mesmo tempo, buscar informações sobre as recomendações apontadas pela auditoria com o objetivo de evitar a repetição de tais irregularidades.

Nos termos do art. 216, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal e do art. 3º do Ato da Mesa nº 1, de 2001, a proposição foi despachada à Mesa para decisão.

II – Análise

O art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que regulamenta o pedido de informações, previsto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, assim reza:

Art. 216. Os requerimentos de informações estão sujeitos às seguintes normas:

I – serão admissíveis para esclarecimento de qualquer assunto submetido à apreciação do Senado ou atinente a sua competência fiscalizadora;

II – não poderão conter pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação sobre propósito da autoridade a quem se dirija;

.....

O presente requerimento de informações formula nove questões à Ministra de Estado do Meio Ambiente sobre os resultados de auditoria interna no Ibama, que constatou indícios de desvio de recursos e irregularidades em gastos superiores a R\$3,3 milhões, conforme matéria publicada no jornal **Folha de S.Paulo** na sua edição de 12 de novembro de 2007.

As questões formuladas não se referem a qualquer informação de caráter sigiloso, nos termos da Lei Complementar nº 105, de 2001. Entretanto, a questão de número nove refere-se a atos da Controladoria Geral da União, mostrando-se inoportuno endereçá-la à Ministra de Estado do Meio Ambiente.

Além disso, seria conveniente ao objetivo do requerimento especificar de forma mais detalhada sobre que auditoria se indaga. Esse dado pode ser obtido na matéria jornalística que motivou a elaboração do Requerimento. Trata-se dos seguintes programas: BRA 01/030 e BRA 01/031, a cargo da Diretoria de Proteção Ambiental daquele órgão.

III – Voto

Pelas razões acima expostas, somos pela aprovação do Requerimento nº 1.346, de 2007, na forma seguinte:

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas as seguintes informações à Ministra de Estado do Meio Ambiente sobre os resultados de auditoria interna realizada pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) em que foram analisados dois programas: BRA 01/030, que previne e combate incêndios na Amazônia, Cerrado, Caatinga, Pantanal e áreas remanescentes de Mata Atlântica; e BRA 01/031, voltado para fiscalização e preservação ambiental.

1. Qual a data de início e de conclusão da auditoria interna realizada pelo Ibama?

2. Quais foram as irregularidades constatadas?

3. Em quais órgãos ou departamentos foram identificadas essas irregularidades?

4. Quais foram os funcionários do Ibama investigados nessa auditoria?

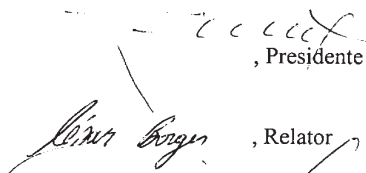
5. Qual foi o prejuízo total levantado pela auditoria?


6. Quais foram as recomendações apontadas pela auditoria no sentido de se evitar que tais irregularidades continuem a ocorrer?

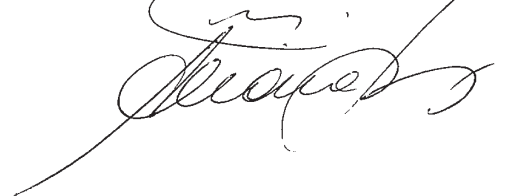
7. Quais foram as medidas adotadas pelo Ibama para responsabilizar os envolvidos nas irregularidades?

8. A Controladoria Geral da União (CGU) foi informada das irregularidades encontradas?

Sala de Reuniões,

 , Presidente

 , Relator



PARECER Nº 220, DE 2008

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.473, de 2007, que requer que sejam prestadas pelo Ministro de Estado de Minas e Energia informações relativas ao custo de disponibilidade.

Relator: Senador **César Borges**

I – Relatório

Vem para a apreciação da Mesa Diretora do Senado Federal o Requerimento nº 1.473, de 2007, de autoria da Senadora Lúcia Vânia. O Requerimento sob análise solicita ao Ministro de Estado de Minas e Energia informações sobre o impacto da extinção do chamado “custo de disponibilidade”.

O requerimento é justificado pela necessidade de colher subsídios para a apresentação de Parecer ao Projeto de Lei do Senado nº 38, de 2007, de autoria do Senador Osmar Dias, que propõe a extinção do custo em questão. Várias manifestações contrárias ao citado PLS foram trazidas à consideração da Senadora Lúcia Vânia, Relatora do PLS e autora do Requerimento sob análise.

É intenção do presente Requerimento aduzir mais elementos sobre o assunto, visando à formação de convicção da Autora, com vistas à elaboração de Parecer ao Projeto de Lei do Senado nº 38, de 2007.

II – Análise

Visando ao exercício de suas atribuições constitucionais, os senadores necessitam de informações,

de natureza e alcance diversos, inseridas entre aquelas enquadradas na esfera de competência da União.

Sob esse prisma, o Requerimento nº 1.473, de 2007, é dirigido ao Ministro de Estado de Minas e Energia, que detém competência legal para prestar as informações requeridas. Atende-se assim, ao que preceitua o § 2º do art. 50 da Constituição Federal.

A proposição é aderente aos dispositivos constitucionais que regem os pedidos escritos de informações a Ministros de Estado. O requerimento atende, também, às exigências dos arts. 215, I, a, e 216 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

Nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 30 de janeiro de 2001, a deliberação do pedido no âmbito desta Comissão Diretora requer que a solicitação de informações não se enquadre no conceito de “informações sigilosas”, definido no **caput** do art. 8º do referido instrumento. Como as informações solicitadas no requerimento sob análise não se enquadram entre aquelas de caráter sigiloso e são atinentes à competência fiscalizadora do Senado Federal, conclui-se que a proposição atende aos preceitos regimentais para sua aprovação.

Nos termos do inciso IV do art. 216 do RISF, a aprovação do presente Requerimento interrompe a tramitação do PLS nº 38, de 2007, até o recebimento das informações requeridas.

III – Voto

Em vista do exposto, opinamos pela admissibilidade do Requerimento nº 1.473, de 2007.

Sala de Reuniões,

Handwritten signatures of the President and the Reporter of the Commission. The President's signature is at the top, followed by the Reporter's signature. Below the signatures are the printed names 'Presidente' and 'Relator'.

PARECER Nº 221, DE 2008

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 8, de 2008, que requer, nos termos do disposto no § 2º do art. 50 da Constituição Federal, bem como nos dispositivos regimentais aplicáveis à espécie, informações detalhadas, com cópia de extratos e outros documentos pertinentes, ao Ministro da Ciência e Tecnologia sobre os gastos com o cartão de pagamento do Governo Federal – cartão corporativo –

realizados pelo Ministro ou pelo ecônomo responsável, nos anos de 2006 e 2007.

Relator: Senador **César Borges**

I – Relatório

Vem ao exame da Mesa do Senado Federal o Requerimento nº 8, de 2008, de autoria do eminente Senador Alvaro Dias, que requer, nos termos do disposto no § 2º do art. 50 da Constituição Federal, bem como nos dispositivos regimentais aplicáveis à espécie, informações detalhadas, com cópia de extratos e outros documentos pertinentes, ao Ministro da Ciência e Tecnologia sobre os gastos com o cartão de pagamento do Governo Federal – cartão corporativo – realizados pelo ministro ou pelo ecônomo responsável, nos anos de 2006 e 2007.

O pedido é justificado pela necessidade de o Senado Federal conhecer, em cumprimento de sua função fiscalizadora dos gastos públicos federais, a forma como está sendo gerida a utilização destes cartões.

II – Análise

O tema desse requerimento já foi objeto de exame pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, quando matéria similar tramitou nesta Casa, tendo em vista a possibilidade de a questão envolver a entrega, ao Senado Federal, de documentos que contêm informações protegidas por sigilo.

Examinando a matéria, aquela douta comissão decidiu, em sessão realizada no dia 1º de junho de 2005, pelo encaminhamento do requerimento [...] à decisão da Colenda Mesa do Senado Federal, na forma do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, uma vez que o mesmo não contém solicitação de informações protegidas por sigilo cuja liberação depende de procedimento legislativo próprio.

Assim, a proposição encontra-se de acordo com os dispositivos constitucionais e regimentais que regem os pedidos de informações a autoridades do Poder Executivo.

Igualmente, atende aos requisitos de admissibilidade exigidos pelo Ato da Mesa nº 1, de 2001, uma vez que o requerimento se encontra dirigido à autoridade ministerial competente, refere-se a matéria submetida à apreciação do Senado Federal e atinente à sua competência fiscalizadora e não contém tema vedado por aquele diploma legal e nem sujeito a outras restrições, salvo, conforme acentua a manifestação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, se, eventualmente, envolver o acesso a dados cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

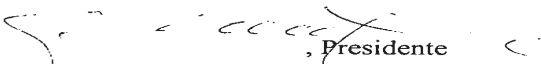

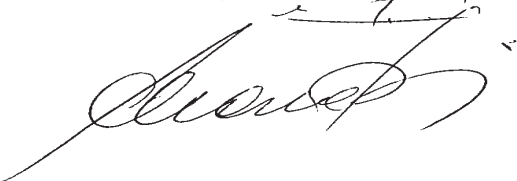
Nessa hipótese, cabe ao Poder Executivo informar a situação, motivá-la, e tomar as providências

necessárias quando da transferência dos documentos para o Senado Federal, que cuidará para que esses documentos tenham, internamente, o tratamento que o seu conteúdo exige.

III – Voto

Do exposto, manifestamo-nos favoravelmente à aprovação do Requerimento nº 8, de 2008.

Sala da Comissão,

 , Presidente
 , Relator


PARECER Nº 222, DE 2008

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 10, de 2008, que requer, nos termos do disposto no § 2º do art. 50 da Constituição Federal, bem como nos dispositivos regimentais aplicáveis à espécie, informações detalhadas, com cópia de extratos e outros documentos pertinentes, ao Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento sobre os gastos com o Cartão de Pagamento do Governo Federal – cartão corporativo – realizados pelo Ministro ou pelo ecônomo responsável, nos anos de 2006 e 2007.

Relator: Senador **César Borges**

I – Relatório

Vem ao exame da Mesa do Senado Federal o Requerimento nº 10, de 2008, de autoria do eminente Senador Alvaro Dias, que requer, nos termos do disposto no § 2º do art. 50 da Constituição Federal, bem como nos dispositivos regimentais aplicáveis à espécie, informações detalhadas, com cópia de extratos e outros documentos pertinentes, ao Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento sobre os gastos com o Cartão de Pagamento do Governo Federal – cartão corporativo – realizados pelo Ministro ou pelo ecônomo responsável, nos anos de 2006 e 2007.

O pedido é justificado pela necessidade de o Senado Federal conhecer, em cumprimento de sua função fiscalizadora dos gastos públicos federais, a forma como está sendo gerida a utilização destes cartões.

II – Análise

O tema desse requerimento já foi objeto de exame pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, quando matéria similar tramitou nesta Casa, tendo em vista a possibilidade de a questão envolver a entrega, ao Senado Federal, de documentos que contêm informações protegidas por sigilo.

Examinando a matéria, aquela douta Comissão decidiu, em sessão realizada no dia 1º de junho de 2005, pelo encaminhamento do Requerimento [...] à decisão da Colenda Mesa do Senado Federal, na forma do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, uma vez que o mesmo não contém solicitação de informações protegidas por sigilo cuja liberação depende de procedimento legislativo próprio.

Assim, a proposição encontra-se de acordo com os dispositivos constitucionais e regimentais que regem os pedidos de informações a autoridades do Poder Executivo.

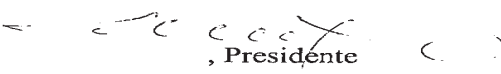

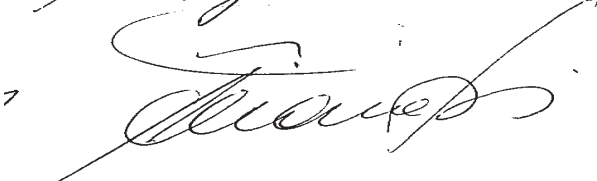
Igualmente, atende aos requisitos de admissibilidade exigidos pelo Ato da Mesa nº 1, de 2001, uma vez que o requerimento se encontra dirigido à autoridade ministerial competente, refere-se a matéria submetida à apreciação do Senado Federal e atinente à sua competência fiscalizadora e não contém tema vedado por aquele diploma legal e nem sujeito a outras restrições, salvo, conforme acentua a manifestação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, se, eventualmente, envolver o acesso a dados cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

Nessa hipótese, cabe ao Poder Executivo informar a situação, motivá-la, e tomar as providências necessárias quando da transferência dos documentos para o Senado Federal, que cuidará para que esses documentos tenham, internamente, o tratamento que o seu conteúdo exige.

III – Voto

Do exposto, manifestamo-nos favoravelmente à aprovação do Requerimento nº 10, de 2008.

Sala da Comissão,

 , Presidente
 , Relator


PARECER N° 223, DE 2008

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento n° 12, de 2008, que requer, nos termos do disposto no § 2° do art. 50 da Constituição Federal, bem como nos dispositivos regimentais aplicáveis à espécie, informações detalhadas, com cópia de extratos e outros documentos pertinentes, ao Ministro da Cultura sobre os gastos com o Cartão de Pagamento do Governo Federal – cartão corporativo – realizados pelo Ministro ou pelo ecônomo responsável, nos anos de 2006 e 2007.

Relator: Senador **César Borges**

I – Relatório

Vem ao exame da Mesa do Senado Federal o Requerimento n° 12, de 2008, de autoria do eminente Senador Alvaro Dias, que requer, nos termos do disposto no § 2° do art. 50 da Constituição Federal, bem como nos dispositivos regimentais aplicáveis à espécie, informações detalhadas, com cópia de extratos e outros documentos pertinentes, ao Ministro da Cultura sobre os gastos com o Cartão de Pagamento do Governo Federal – cartão corporativo – realizados pelo Ministro ou pelo ecônomo responsável, nos anos de 2006 e 2007.

O pedido é justificado pela necessidade de o Senado Federal conhecer, em cumprimento de sua função fiscalizadora dos gastos públicos federais, a forma como está sendo gerida a utilização destes cartões.

II – Análise

O tema desse requerimento já foi objeto de exame pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, quando matéria similar tramitou nesta Casa, tendo em vista a possibilidade de a questão envolver a entrega, ao Senado Federal, de documentos que contêm informações protegidas por sigilo.

Examinando a matéria, aquela douta Comissão decidiu, em sessão realizada no dia 1° de junho de 2005, pelo encaminhamento do Requerimento [...] à decisão da Colenda Mesa do Senado Federal, na forma do art. 50, § 2°, da Constituição Federal, uma vez que o mesmo não contém solicitação de informações protegidas por sigilo cuja liberação depende de procedimento legislativo próprio.

Assim, a proposição encontra-se de acordo com os dispositivos constitucionais e regimentais que regem os pedidos de informações a autoridades do Poder Executivo.

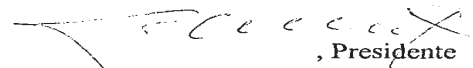
Igualmente, atende aos requisitos de admissibilidade exigidos pelo Ato da Mesa n° 1, de 2001, uma vez que o requerimento se encontra dirigido à autoridade ministerial competente, refere-se a matéria submetida à apreciação do Senado Federal e atinente à sua competência fiscalizadora e não contém tema vedado por aquele diploma legal e nem sujeito a outras restrições, salvo, conforme acentua a manifestação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, se, eventualmente, envolver o acesso a dados cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

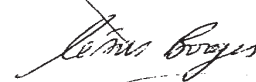
Nessa hipótese, cabe ao Poder Executivo informar a situação, motivá-la, e tomar as providências necessárias quando da transferência dos documentos para o Senado Federal, que cuidará para que esses documentos tenham, internamente, o tratamento que o seu conteúdo exige.

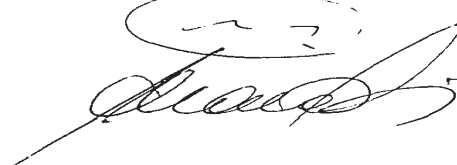
III – Voto

Do exposto, manifestamo-nos favoravelmente à aprovação do Requerimento n° 12, de 2008.

Sala da Comissão,


, Presidente


, Relator



PARECER N° 224, DE 2008

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento n° 13, de 2008, que requer, nos termos do disposto no § 2° do art. 50 da Constituição Federal, bem como nos dispositivos regimentais aplicáveis à espécie, informações detalhadas, com cópia de extratos e outros documentos pertinentes, ao Ministro do Esporte sobre os gastos com o Cartão de Pagamento do Governo Federal – cartão corporativo – realizados pelo Ministro ou pelo ecônomo responsável, nos anos de 2006 e 2007.

Relator: Senador **César Borges**

I – Relatório

Vem ao exame da Mesa do Senado Federal o Requerimento n° 13, de 2008, de autoria do eminente

Senador Alvaro Dias, que requer, nos termos do disposto no § 2º do art. 50 da Constituição Federal, bem como nos dispositivos regimentais aplicáveis à espécie, informações detalhadas, com cópia de extratos e outros documentos pertinentes, ao Ministro do Esporte sobre os gastos com o Cartão de Pagamento do Governo Federal – cartão corporativo – realizados pelo Ministro ou pelo ecônomo responsável, nos anos de 2006 e 2007.

O pedido é justificado pela necessidade de o Senado Federal conhecer, em cumprimento de sua função fiscalizadora dos gastos públicos federais, a forma como está sendo gerida a utilização destes cartões.

II – Análise

O tema desse requerimento já foi objeto de exame pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, quando matéria similar tramitou nesta Casa, tendo em vista a possibilidade de a questão envolver a entrega, ao Senado Federal, de documentos que contêm informações protegidas por sigilo.

Examinando a matéria, aquela douta Comissão decidiu, em sessão realizada no dia 1º de junho de 2005, pelo encaminhamento do Requerimento

[...] à decisão da Colenda Mesa do Senado Federal, na forma do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, uma vez que o mesmo não contém solicitação de informações protegidas por sigilo cuja liberação depende de procedimento legislativo próprio.

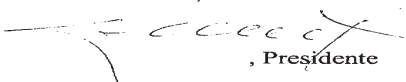
Assim, a proposição encontra-se de acordo com os dispositivos constitucionais e regimentais que regem os pedidos de informações a autoridades do Poder Executivo.

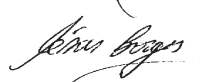
Igualmente, atende aos requisitos de admissibilidade exigidos pelo Ato da Mesa nº 1, de 2001, uma vez que o requerimento se encontra dirigido à autoridade ministerial competente, refere-se a matéria submetida à apreciação do Senado Federal e atinente à sua competência fiscalizadora e não contém tema vedado por aquele diploma legal e nem sujeito a outras restrições, salvo, conforme acentua a manifestação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, se, eventualmente, envolver o acesso a dados cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

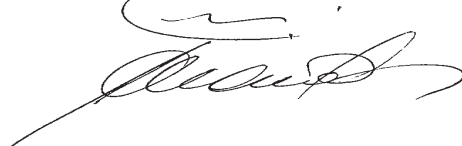
Nessa hipótese, cabe ao Poder Executivo informar a situação, motivá-la, e tomar as providências necessárias quando da transferência dos documentos para o Senado Federal, que cuidará para que esses documentos tenham, internamente, o tratamento que o seu conteúdo exige.

III – Voto

Do exposto, manifestamo-nos favoravelmente à aprovação do Requerimento nº 13, de 2008.
Sala da Comissão,


, Presidente


, Relator



PARECER Nº 225, DE 2008

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 14, de 2008, que requer, nos termos do disposto no § 2º do art. 50 da Constituição Federal, bem como nos dispositivos regimentais aplicáveis à espécie, informações detalhadas, com cópia de extratos e outros documentos pertinentes, ao Ministro da Previdência Social sobre os gastos com o Cartão de Pagamento do Governo Federal – cartão corporativo – realizados pelo Ministro ou pelo ecônomo responsável, nos anos de 2006 e 2007.

Relator: Senador **César Borges**

I – Relatório

Vem ao exame da Mesa do Senado Federal o Requerimento nº 14, de 2008, de autoria do eminente Senador Alvaro Dias, que requer, nos termos do disposto no § 2º do art. 50 da Constituição Federal, bem como nos dispositivos regimentais aplicáveis à espécie, informações detalhadas, com cópia de extratos e outros documentos pertinentes, ao Ministro da Previdência Social sobre os gastos com o Cartão de Pagamento do Governo Federal – cartão corporativo – realizados pelo Ministro ou pelo ecônomo responsável, nos anos de 2006 e 2007.

O pedido é justificado pela necessidade de o Senado Federal conhecer, em cumprimento de sua função fiscalizadora dos gastos públicos federais, a forma como está sendo gerida a utilização destes cartões.

II – Análise

O tema desse requerimento já foi objeto de exame pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, quando matéria similar tramitou nesta Casa, tendo em vista a possibilidade de a questão envolver a entrega, ao Senado Federal, de documentos que contêm informações protegidas por sigilo.

Examinando a matéria, aquela douta Comissão decidiu, em sessão realizada no dia 1º de junho de 2005, pelo encaminhamento do Requerimento [...] à decisão da Colenda Mesa do Senado Federal, na forma do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, uma vez que o mesmo não contém solicitação de

informações protegidas por sigilo cuja liberação depende de procedimento legislativo próprio.

Assim, a proposição encontra-se de acordo com os dispositivos constitucionais e regimentais que regem os pedidos de informações a autoridades do Poder Executivo.

Igualmente, atende aos requisitos de admissibilidade exigidos pelo Ato da Mesa nº 1, de 2001, uma vez que o requerimento se encontra dirigido à autoridade ministerial competente, refere-se a matéria submetida à apreciação do Senado Federal e atinente à sua competência fiscalizadora e não contém tema vedado por aquele diploma legal e nem sujeito a outras restrições, salvo, conforme acentua a manifestação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, se, eventualmente, envolver o acesso a dados cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

Nessa hipótese, cabe ao Poder Executivo informar a situação, motivá-la, e tomar as providências necessárias quando da transferência dos documentos para o Senado Federal, que cuidará para que esses documentos tenham, internamente, o tratamento que o seu conteúdo exige.

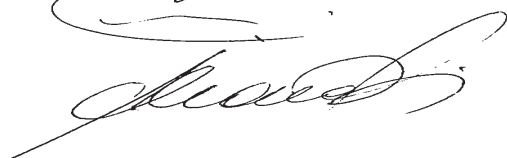
III – Voto

Do exposto, manifestamo-nos favoravelmente à aprovação do Requerimento nº 14, de 2008.

Sala da Comissão,

 , Presidente

 , Relator



PARECER Nº 226, DE 2008

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 15, de 2008, que requer, nos termos do disposto no § 2º do art. 50 da Constituição Federal, bem como nos dispositivos regimentais aplicáveis à espécie, informações detalhadas, com cópia de extratos e outros documentos pertinentes,

ao ministro da Saúde sobre os gastos com o Cartão de Pagamento do Governo Federal – cartão corporativo – realizados pelo ministro ou pelo ecônomo responsável, nos anos de 2006 e 2007.

Relator: Senador **César Borges**

I – Relatório

Vem ao exame da Mesa do Senado Federal o Requerimento nº 15, de 2008, de autoria do eminente Senador Alvaro Dias, que requer, nos termos do disposto no § 2º do art. 50 da Constituição Federal, bem como nos dispositivos regimentais aplicáveis à espécie, informações detalhadas, com cópia de extratos e outros documentos pertinentes, ao ministro da Saúde sobre os gastos com o Cartão de Pagamento do Governo Federal – cartão corporativo – realizados pelo ministro ou pelo ecônomo responsável, nos anos de 2006 e 2007.

O pedido é justificado pela necessidade de o Senado Federal conhecer, em cumprimento de sua função fiscalizadora dos gastos públicos federais, a forma como está sendo gerida a utilização destes cartões.

II – Análise

O tema desse requerimento já foi objeto de exame pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, quando matéria similar tramitou nesta Casa, tendo em vista a possibilidade de a questão envolver a entrega, ao Senado Federal, de documentos que contêm informações protegidas por sigilo.

Examinando a matéria, aquela douta comissão decidiu, em sessão realizada no dia 1º de junho de 2005, pelo encaminhamento do Requerimento [...] à decisão da Colenda Mesa do Senado Federal, na forma do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, uma vez que o mesmo não contém solicitação de informações protegidas por sigilo cuja liberação depende de procedimento legislativo próprio.

Assim, a proposição encontra-se de acordo com os dispositivos constitucionais e regimentais que regem os pedidos de informações a autoridades do Poder Executivo.

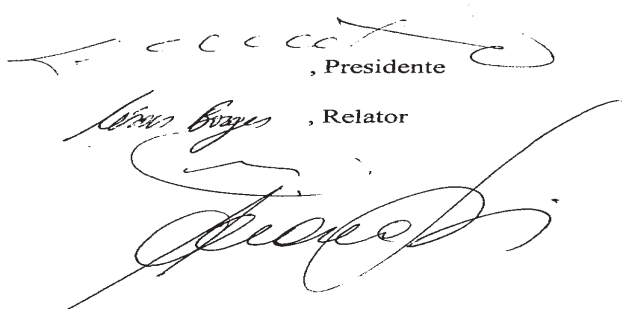
Igualmente, atende aos requisitos de admissibilidade exigidos pelo Ato da Mesa nº 1, de 2001, uma vez que o requerimento se encontra dirigido à autoridade ministerial competente, refere-se a matéria submetida à apreciação do Senado Federal e atinente à sua competência fiscalizadora e não contém tema vedado por aquele diploma legal e nem sujeito a outras restrições, salvo, conforme acentua a manifestação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, se, eventualmente, envolver o acesso a dados cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

Nessa hipótese, cabe ao Poder Executivo informar a situação, motivá-la, e tomar as providências necessárias quando da transferência dos documentos para o Senado Federal, que cuidará para que esses documentos tenham, internamente, o tratamento que o seu conteúdo exige.

III – Voto

Do exposto, manifestamo-nos favoravelmente à aprovação do Requerimento nº 15, de 2008.

Sala da Comissão,



, Presidente
 César Borges, Relator

PARECER Nº 227, DE 2008

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 16, de 2008, que requer, nos termos do disposto no § 2º do art. 50 da Constituição Federal, bem como nos dispositivos regimentais aplicáveis à espécie, informações detalhadas, com cópia de extratos e outros documentos pertinentes, à Ministra do Turismo sobre os gastos com o Cartão de Pagamento do Governo Federal – cartão corporativo – realizados pela ministra ou pelo ecônomo responsável, nos anos de 2006 e 2007.

Relator: Senador César Borges

I – Relatório

Vem ao exame da Mesa do Senado Federal o Requerimento nº 16, de 2008, de autoria do eminente Senador Alvaro Dias, que requer, nos termos do disposto no § 2º do art. 50 da Constituição Federal, bem como nos dispositivos regimentais aplicáveis à espécie, informações detalhadas, com cópia de extratos e outros documentos pertinentes, à ministra do Turismo sobre os gastos com o Cartão de Pagamento do Governo Federal – cartão corporativo – realizados pela ministra ou pelo ecônomo responsável, nos anos de 2006 e 2007.

O pedido é justificado pela necessidade de o Senado Federal conhecer, em cumprimento de sua função fiscalizadora dos gastos públicos federais, a forma como está sendo gerida a utilização destes cartões.

II – Análise

O tema desse requerimento já foi objeto de exame pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, quando matéria similar tramitou nesta Casa, tendo em vista a possibilidade de a questão envolver a entrega, ao Senado Federal, de documentos que contêm informações protegidas por sigilo.

Examinando a matéria, aquela douta comissão decidiu, em sessão realizada no dia 1º de junho de 2005, pelo encaminhamento do Requerimento

[...] à decisão da Colenda Mesa do Senado Federal, na forma do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, uma vez que o mesmo não contém solicitação de informações protegidas por sigilo cuja liberação depende de procedimento legislativo próprio.

Assim, a proposição encontra-se de acordo com os dispositivos constitucionais e regimentais que regem os pedidos de informações a autoridades do Poder Executivo.

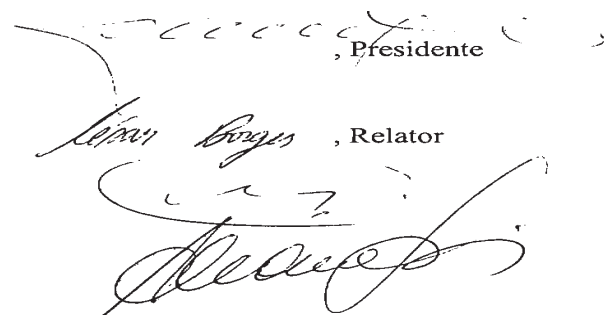
Igualmente, atende aos requisitos de admissibilidade exigidos pelo Ato da Mesa nº 1, de 2001, uma vez que o requerimento se encontra dirigido à autoridade ministerial competente, refere-se a matéria submetida à apreciação do Senado Federal e atinente à sua competência fiscalizadora e não contém tema vedado por aquele diploma legal e nem sujeito a outras restrições, salvo, conforme acentua a manifestação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, se, eventualmente, envolver o acesso a dados cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

Nessa hipótese, cabe ao Poder Executivo informar a situação, motivá-la, e tomar as providências necessárias quando da transferência dos documentos para o Senado Federal, que cuidará para que esses documentos tenham, internamente, o tratamento que o seu conteúdo exige.

III – Voto

Do exposto, manifestamo-nos favoravelmente à aprovação do Requerimento nº 16, de 2008.

Sala da Comissão,



, Presidente
 César Borges, Relator

PARECER Nº 228, DE 2008

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 17, de 2008, do Senador Alvaro Dias, que requer, nos termos do § 2º do art. 50, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam prestadas pelo Ministério das Relações Exteriores informações a respeito do carro colocado à disposição do Sr. José Dirceu de Oliveira e Silva pela Embaixada brasileira em Madri.

Relator: Senador **Magno Malta**.

I – Relatório

Esta Mesa é chamada a opinar sobre o Requerimento nº 17, de 2008.

O referido Requerimento, de autoria do Ex^{mo} Sr. Senador Alvaro Dias, está datado de 7 de fevereiro de 2008, e fundamenta-se no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado ao art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal. Por meio dele, o eminente Senador requer ao Ministério das Relações Exteriores sejam prestadas informações a respeito de carro colocado à disposição do Sr. José Dirceu de Oliveira e Silva quando de sua passagem por Madri.

A Justificação faz referência a matéria publicada pela revista Piauí, edição nº 16, de janeiro deste ano.

Recorda que o Sr. José Dirceu não é funcionário a serviço da República Federativa do Brasil, não havendo, portanto, respaldo legal para que o Embaixador brasileiro em Madri utilizasse um bem público em benefício de um particular.

Lembra, ainda, que cabe ao Congresso Nacional a fiscalização dos atos do Poder Executivo, o que justifica o presente pedido de informações, cujo objetivo é de esclarecer o ocorrido e inibir possíveis liberalidades dos agentes públicos em relação ao uso de bens de propriedade do Estado.

II – Análise

O art. 50, § 2º, da Constituição Federal, prevê que as Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal poderão encaminhar pedidos escritos de informação a Ministros de Estado ou a quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República, importando em crime de responsabilidade a recusa, ou o não-atendimento no prazo de trinta dias, bem como a prestação de informações falsas.

Segundo dispõem os arts. 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, os requerimentos de informação dependem de decisão da Mesa (art. 215, inciso I, letra a, e art. 216, inciso III).

O Requerimento em tela é versado em boa técnica legislativa e obedece aos parâmetros estabelecidos pela Constituição Federal e pelo Regimento Interno do Senado. Cabe, efetivamente, ao Congresso Nacional, o exercício de função fiscalizadora sobre os atos do Poder Executivo.

Ademais, o Requerimento é de todo pertinente ao solicitar informações ao Ministério das Relações Exteriores sobre ato de órgão do Poder Executivo que, aparentemente, configura injustificável liberalidade por parte de agente público em relação ao uso de bem de propriedade do Estado.

III – Voto

Por todo o exposto, votamos favoravelmente à aprovação do Requerimento nº 17, de 2008.

Sala de Reuniões,

Handwritten signatures and stamps of the President and Relator of the Senate. The President's signature is at the top right, with the name 'Zucco' and the title 'Presidente' written below it. The Relator's signature is in the middle, with the name 'Magno Malta' and the title 'Relator' written below it. There is also a signature at the bottom left, possibly of the author, with the name 'Alvaro Dias' and the title 'Senador' written below it. A stamp with the number '1-200800593' is visible on the left side.

PARECER Nº 229, DE 2008

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 18, de 2008, que requer, nos termos do disposto no § 2º do art. 50 da Constituição Federal, bem como nos dispositivos regimentais aplicáveis à espécie, informações detalhadas, com cópia de extratos e outros documentos pertinentes, ao Secretário Especial de Aquicultura e Pesca sobre os gastos com o Cartão de Pagamento do Governo Federal – cartão corporativo – realizados pelo Secretário ou pelo ecônomo responsável, nos anos de 2006 e 2007.

Relator: Senador **César Borges**

I – Relatório

Vem ao exame da Mesa do Senado Federal o Requerimento nº 18, de 2008, de autoria do eminente

te Senador Alvaro Dias, que requer, nos termos do disposto no § 2º do art. 50 da Constituição Federal, bem como nos dispositivos regimentais aplicáveis à espécie, informações detalhadas, com cópia de extratos e outros documentos pertinentes, ao Secretário Especial de Aquicultura e Pesca sobre os gastos com o Cartão de Pagamento do Governo Federal – cartão corporativo – realizados pelo Secretário ou pelo ecônomo responsável, nos anos de 2006 e 2007.

O pedido é justificado pela necessidade de o Senado Federal conhecer, em cumprimento de sua função fiscalizadora dos gastos públicos federais, a forma como está sendo gerida a utilização destes cartões.

II – Análise

O tema desse requerimento já foi objeto de exame pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, quando matéria similar tramitou nesta Casa, tendo em vista a possibilidade de a questão envolver a entrega, ao Senado Federal, de documentos que contêm informações protegidas por sigilo.

Examinando a matéria, aquela douta Comissão decidiu, em sessão realizada no dia 1º de junho de 2005, pelo encaminhamento do Requerimento [...] à decisão da Colenda Mesa do Senado Federal, na forma do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, uma vez que o mesmo não contém solicitação de informações protegidas por sigilo cuja liberação depende de procedimento legislativo próprio.

Assim, a proposição encontra-se de acordo com os dispositivos constitucionais e regimentais que regem os pedidos de informações a autoridades do Poder Executivo.

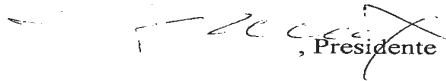
Igualmente, atende aos requisitos de admissibilidade exigidos pelo Ato da Mesa nº 1, de 2001, uma vez que o requerimento se encontra dirigido à autoridade ministerial competente, refere-se a matéria submetida à apreciação do Senado Federal e atinente à sua competência fiscalizadora e não contém tema vedado por aquele diploma legal e nem sujeito a outras restrições, salvo, conforme acentua a manifestação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, se, eventualmente, envolver o acesso a dados cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.


Nessa hipótese, cabe ao Poder Executivo informar a situação, motivá-la, e tomar as providências necessárias quando da transferência dos documentos para o Senado Federal, que cuidará para que esses documentos tenham, internamente, o tratamento que o seu conteúdo exige.

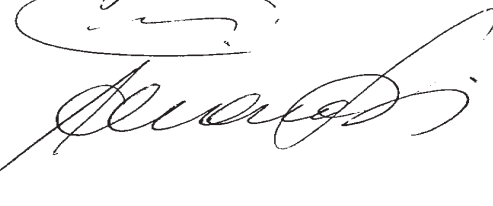
III – Voto

Do exposto, manifestamo-nos favoravelmente à aprovação do Requerimento nº 18, de 2008.

Sala da Comissão,

 , Presidente

 , Relator



PARECER Nº 230, DE 2008

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 19, de 2008, que requer, nos termos do disposto no § 2º do art. 50 da Constituição Federal, bem como nos dispositivos regimentais aplicáveis à espécie, informações detalhadas, com cópia de extratos e outros documentos pertinentes, ao Secretário Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial sobre os gastos com o Cartão de Pagamento do Governo Federal – cartão corporativo – realizados pelo Secretário ou pelo ecônomo responsável, nos anos de 2006 e 2007.

Relator: Senador **César Borges**

I – Relatório

Vem ao exame da Mesa do Senado Federal o Requerimento nº 19, de 2008, de autoria do eminente Senador Alvaro Dias, que requer, nos termos do disposto no § 2º do art. 50 da Constituição Federal, bem como nos dispositivos regimentais aplicáveis à espécie, informações detalhadas, com cópia de extratos e outros documentos pertinentes, ao Secretário Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial sobre os gastos com o Cartão de Pagamento do Governo Federal – cartão corporativo – realizados pelo Secretário ou pelo ecônomo responsável, nos anos de 2006 e 2007.

O pedido é justificado pela necessidade de o Senado Federal conhecer, em cumprimento de sua função fiscalizadora dos gastos públicos federais, a forma como está sendo gerida a utilização destes cartões.

II – Análise

O tema desse requerimento já foi objeto de exame pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, quando matéria similar tramitou nesta Casa, tendo em vista a possibilidade de a questão envolver a entrega, ao Senado Federal, de documentos que contêm informações protegidas por sigilo.

Examinando a matéria, aquela douta Comissão decidiu, em sessão realizada no dia 1º de junho de 2005, pelo encaminhamento do Requerimento [...] à decisão da Colenda Mesa do Senado Federal, na forma do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, uma vez que o mesmo não contém solicitação de informações protegidas por sigilo cuja liberação depende de procedimento legislativo próprio.

Assim, a proposição encontra-se de acordo com os dispositivos constitucionais e regimentais que regem os pedidos de informações a autoridades do Poder Executivo.


Igualmente, atende aos requisitos de admissibilidade exigidos pelo Ato da Mesa nº 1, de 2001, uma vez que o requerimento se encontra dirigido à autoridade ministerial competente, refere-se a matéria submetida à apreciação do Senado Federal e atinente à sua competência fiscalizadora e não contém tema vedado por aquele diploma legal e nem sujeito a outras restrições, salvo, conforme acentua a manifestação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, se, eventualmente, envolver o acesso a dados cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

Nessa hipótese, cabe ao Poder Executivo informar a situação, motivá-la, e tomar as providências necessárias quando da transferência dos documentos para o Senado Federal, que cuidará para que esses documentos tenham, internamente, o tratamento que o seu conteúdo exige.

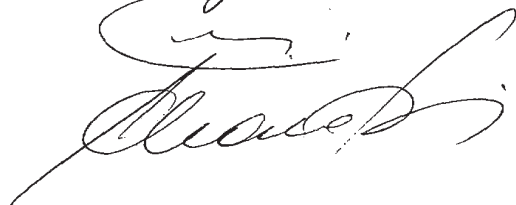
III – Voto

Do exposto, manifestamo-nos favoravelmente à aprovação do Requerimento nº 19, de 2008.

Sala da Comissão,


, Presidente


, Relator



PARECER Nº 231, DE 2008

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 25, de 2008, do Senador Expedito Júnior, que requer, ao Ministro de Estado de Minas e Energia, informações sobre o cronograma oficial e a previsão de investimentos das obras do gasoduto Urucu-Porto Velho.

Relator: Senador **Alvaro Dias**

I – Relatório

Por intermédio do Requerimento nº 25, de 2008, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, a, e 216 do Regimento Interno do Senado Federal (CRISE), o Senador Expedito Júnior solicita que se requeira ao Excelentíssimo Sr. Ministro de Estado de Minas e Energia informações sobre o cronograma oficial e a previsão de investimentos das obras do gasoduto Urucu-Porto Velho.

O ilustre Senador apresenta um rol de questões a serem respondidas pelo Exmº Sr. Ministro de Estado de Minas e Energia. O requerente justifica seu pleito pela necessidade de obter as referidas informações para subsidiar sua atuação parlamentar.

As questões a serem encaminhadas ao Exmº Sr. Ministro de Estado de Minas e Energia são as seguintes:

“1) Qual o valor oficial já investido na construção do gasoduto Urucu-Porto Velho?”

2) Qual a previsão de investimentos para a conclusão das obras do gasoduto Urucu-Porto Velho?

3) Qual o cronograma oficial das obras de construção do gasoduto Urucu-Porto Velho?

4) Tendo em vista que o licenciamento ambiental para a instalação do gasoduto Urucu-Porto Velho foi outorgado em 2005: a autorização da ANP, para construção do gasoduto, data de abril de 2006, e o Decreto de Utilidade Pública data de agosto de 2005, qual a razão oficial para as obras de construção do gasoduto Urucu-Porto Velho estarem paradas?”

II – Análise

O Requerimento nº 25, de 2008, atende ao disposto no art. 216 do Regimento Interno, bem como ao Ato da Mesa nº 1, de 2001.

O ilustre requerente possui legítimo interesse em obter as informações requeridas. Como um dos representantes do Estado de Rondônia nesta Casa, o Senador Expedito Júnior está no mais escorreito exercício das prerrogativas de seu mandato parla-

mentar. O gasoduto Urucu-Porto Velho é de singular importância para a economia de Rondônia e para a melhoria da qualidade de vida da população rondonense. As informações requeridas servirão não apenas ao Senador Expedito Júnior, mas a todo corpo de senadores.

Além do Senado Federal, também o contribuinte brasileiro tem o direito de ser esclarecido quanto às condições atuais e ao andamento que se pretende dar à obra do gasoduto Urucu-Porto Velho, empreitada de especial relevância no momento atual, em que se vislumbra clara possibilidade de escassez de oferta do gás natural boliviano.

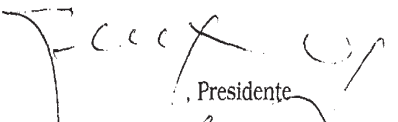
Lembro a meus Pares da competência constitucional atribuída ao Poder Legislativo, de exercer o controle externo da Administração Pública.

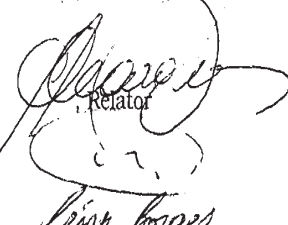
Acredito, pois, no acerto do Requerimento nº 25, de 2008, aduzindo a imprescindibilidade de o Senado Federal ter acesso às informações nele requeridas.


III – Voto

À vista do exposto, o voto é favorável à aprovação do Requerimento nº 25, de 2008.

Sala de Reuniões,


Presidente


Relator



PARECER Nº 232, DE 2008

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 55, de 2008, relativo a envio de informações pelo Ministro de Estado da Saúde.

Relator; Senador **Tião Viana**

I – Relatório

O Senador Arthur Virgílio, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, I, do Regimento Interno do Senado Federal, encaminhou a esta Mesa o Requerimento nº 55, de 2008, no qual solicita informações da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) ao Ministro de Estado da Saúde.

A partir de denúncias veiculadas pela imprensa sobre a precariedade da assistência médica aos indíge-

nas do vale do Javari, no Amazonas, o Ministro é instado a prestar informações sobre a procedência dessas denúncias, sobre possíveis dificuldades da Funasa em manter profissionais de saúde naquela região e sobre as ações do Ministério da Saúde nessa área.

II – Análise

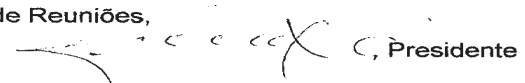
A proposição encontra-se de acordo com os dispositivos constitucionais e regimentais que regem os pedidos de informações a autoridades do Poder Executivo, bem como com as normas de admissibilidade estabelecidas pelo Ato da Mesa nº 1, de 2001.

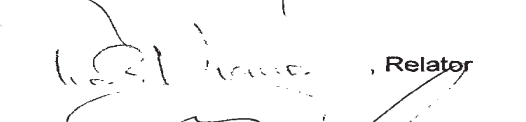
Está, igualmente, amparada no inciso X do art. 49 da Constituição Federal, que dá ao Congresso Nacional a prerrogativa de fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta.

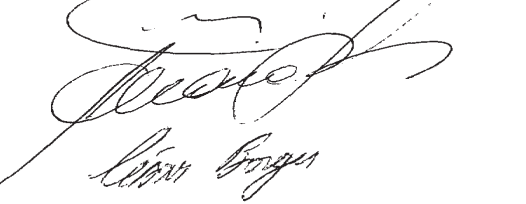
III – Voto

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Requerimento nº 55, de 2008.

Sala de Reuniões,


Presidente


Relator



PARECER Nº 233, DE 2008

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 57, de 2008, que requer, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado das Relações Exteriores sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta.

Relator: Senador **César Borges**

I – Relatório

Vem ao exame da Mesa do Senado Federal o Requerimento nº 57, de 2008, de autoria do eminente Senador Arthur Virgílio, que requer, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Se-

nado Federal, informações ao Ministro de Estado das Relações Exteriores sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta, no período de 2003 a 2007.

São solicitadas diversas informações sobre o tema, todas envolvendo os gastos com os cartões corporativos e seus responsáveis, bem como as respectivas prestações de contas.

O pedido é justificado pela necessidade de se verificar o que foi gasto com os cartões corporativos e se as despesas são permitidas pela legislação, visando dar mais transparência à forma com que estão sendo efetuadas essas despesas, na tentativa de realizar um controle detalhado desses gastos.

II – Análise

O tema desse requerimento já foi objeto de exame pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, quando matéria similar tramitou nessa Casa, tendo em vista a possibilidade de a questão envolver a entrega, ao Senado Federal, de documentos que contêm informações protegidas por sigilo.

Examinando a matéria, aquela douta Comissão decidiu, em sessão realizada no dia 1º de junho de 2005, pelo encaminhamento do Requerimento [...] à decisão da Colenda Mesa do Senado Federal, na forma do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, uma vez que o mesmo não contém solicitação de informações protegidas por sigilo cuja liberação depende de procedimento legislativo próprio.

Assim, a proposição encontra-se de acordo com os dispositivos constitucionais e regimentais que regem os pedidos de informações a autoridades do Poder Executivo.

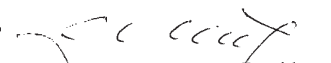
Igualmente, atende aos requisitos de admissibilidade exigidos pelo Ato da Mesa nº 1, de 2001, uma vez que o requerimento se encontra dirigido à autoridade ministerial competente, refere-se a matéria submetida à apreciação do Senado Federal e atinente à sua competência fiscalizadora e não contém tema vedado por aquele diploma legal e nem sujeito a outras restrições, salvo, conforme acentua a manifestação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, se, eventualmente, envolver o acesso a dados cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

Nessa hipótese, cabe ao Poder Executivo informar a situação, motivá-la, e tomar as providências necessárias quando da transferência dos documentos para o Senado Federal, que cuidará para que esses documentos tenham, internamente, o tratamento que o seu conteúdo exige.

III – Voto

Do exposto, manifestamo-nos favoravelmente à aprovação do Requerimento nº 57, de 2008.

Sala da Comissão,


, Presidente


, Relator

PARECER Nº 234, DE 2008

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 58, de 2008, que requer, com fundamento no art. 50, § 2º da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado de Minas e Energia sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta.

Relator: Senador **César Borges**

I – Relatório

Vem ao exame da Mesa do Senado Federal o Requerimento nº 58, de 2008, de autoria do eminente Senador Arthur Virgílio, que requer, com fundamento no art. 50, § 2º da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado de Minas e Energia sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta, no período de 2003 a 2007.

São solicitadas diversas informações sobre o tema, todas envolvendo os gastos com os cartões corporativos e seus responsáveis, bem como as respectivas prestações de contas.

O pedido é justificado pela necessidade de se verificar o que foi gasto com os cartões corporativos e se as despesas são permitidas pela legislação, visando dar mais transparência à forma com que estão sendo efetuadas essas despesas, na tentativa de realizar um controle detalhado desses gastos.

II – Análise

O tema desse requerimento já foi objeto de exame pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania,

quando matéria similar tramitou nessa Casa, tendo em vista a possibilidade de a questão envolver a entrega, ao Senado Federal, de documentos que contêm informações protegidas por sigilo.

Examinando a matéria, aquela douta Comissão decidiu, em sessão realizada no dia 1º de junho de 2005, pelo encaminhamento do Requerimento (...) à decisão da Colenda Mesa do Senado Federal, na forma do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, uma vez que o mesmo não contém solicitação de informações protegidas por sigilo cuja liberação depende de procedimento legislativo próprio.

Assim, a proposição encontra-se de acordo com os dispositivos constitucionais e regimentais que regem os pedidos de informações a autoridades do Poder Executivo.

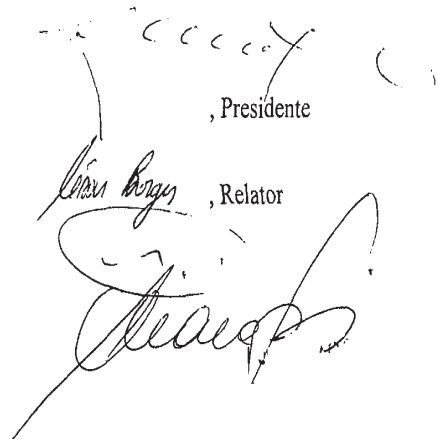
Igualmente, atende aos requisitos de admissibilidade exigidos pelo Ato da Mesa nº 1, de 2001, uma vez que o requerimento se encontra dirigido à autoridade ministerial competente, refere-se a matéria submetida à apreciação do Senado Federal e atinente à sua competência fiscalizadora e não contém tema vedado por aquele diploma legal e nem sujeito a outras restrições, salvo, conforme acentua a manifestação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, se, eventualmente, envolver o acesso a dados cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

Nessa hipótese, cabe ao Poder Executivo informar a situação, motivá-la, e tomar as providências necessárias quando da transferência dos documentos para o Senado Federal, que cuidará para que esses documentos tenham, internamente, o tratamento que o seu conteúdo exige.

III – Voto

Do exposto, manifestamo-nos favoravelmente à aprovação do Requerimento nº 58, de 2008.

Sala da Comissão,



, Presidente

, Relator

PARECER Nº 235, DE 2008

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 59, de 2008, que requer, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações à Ministra de Estado do Meio Ambiente sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta.

Relator: Senador César Borges

I – Relatório

Vem ao exame da Mesa do Senado Federal o Requerimento nº 59, de 2008, de autoria do eminente Senador Arthur Virgílio, que requer, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal informações à Ministra de Estado do Meio Ambiente sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta, no período de 2003 a 2007.

São solicitadas diversas informações sobre o tema, todas envolvendo os gastos com os cartões corporativos e seus responsáveis, bem como as respectivas prestações de contas.

O pedido é justificado pela necessidade de se ficar o que foi gasto com os cartões corporativos e se as despesas são permitidas pela legislação, visando dar mais transparência à forma com que estão sendo efetuadas essas despesas, na tentativa de realizar um controle detalhado desses gastos.

II – Análise

O tema desse requerimento já foi objeto de exame pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, quando matéria similar tramitou nessa Casa, tendo em vista a possibilidade de a questão envolver a entrega, ao Senado Federal, de documentos que contêm informações protegidas por sigilo.

Examinando a matéria, aquela douta Comissão decidiu, em sessão realizada no dia 1º de junho de 2005, pelo encaminhamento do Requerimento [...] à decisão da Colenda Mesa do Senado Federal, na forma do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, uma vez que o mesmo não contém solicitação de informações protegidas por sigilo cuja liberação depende de procedimento legislativo próprio.

Assim, a proposição encontra-se de acordo com os dispositivos constitucionais e regimentais que regem os pedidos de informações a autoridades do Poder Executivo.

Igualmente, atende aos requisitos de admissibilidade exigidos pelo Ato da Mesa nº 1, de 2001, uma vez que o requerimento se encontra dirigido à autoridade ministerial competente, refere-se a matéria submetida à apreciação do Senado Federal e atinente à sua competência fiscalizadora e não contém tema vedado por aquele diploma legal e nem sujeito a outras restrições, salvo, conforme acentua a manifestação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, se, eventualmente, envolver o acesso a dados cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

Nessa hipótese, cabe ao Poder Executivo informar a situação, motivá-la, e tomar as providências necessárias quando da transferência dos documentos para o Senado Federal, que cuidará para que esses documentos tenham, internamente, o tratamento que o seu conteúdo exige.

III – Voto

Do exposto, manifestamo-nos favoravelmente à aprovação do Requerimento nº 59, de 2008.

Sala da Comissão,

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

PARECER Nº 236, DE 2008

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 60, de 2008, que requer, com fundamento no art. 50, § 2º da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações à Ministra de Estado do Turismo sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta.

Relator: Senador **César Borges**

I – Relatório

Vem ao exame da Mesa do Senado Federal o Requerimento nº 60, de 2008, de autoria do eminente Senador Arthur Virgílio, que requer com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado

com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações à Ministra de Estado do Turismo sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta, no período de 2003 a 2007.

São solicitadas diversas informações sobre o tema, todas envolvendo os gastos com os cartões corporativos e seus responsáveis, bem como as respectivas prestações de contas.

O pedido é justificado pela necessidade de se verificar o que foi gasto com os cartões corporativos e se as despesas são permitidas pela legislação, visando dar mais transparência à forma com que estão sendo efetuadas essas despesas, na tentativa de realizar um controle detalhado desses gastos.

II – Análise

O tema desse requerimento já foi objeto de exame pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, quando matéria similar tramitou nessa Casa, tendo em vista a possibilidade de a questão envolver a entrega, ao Senado Federal, de documentos que contém informações protegidas por sigilo.

Examinando a matéria, aquela douta Comissão decidiu, em sessão realizada no dia 1º de junho de 2005, pelo encaminhamento do Requerimento [...] à decisão da Colenda Mesa do Senado Federal, na forma do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, uma vez que o mesmo não contém solicitação de informações protegidas por sigilo cuja liberação depende de procedimento legislativo próprio.

Assim, a proposição encontra-se de acordo com os dispositivos constitucionais e regimentais que regem os pedidos de informações a autoridades do Poder Executivo.

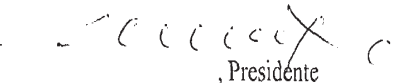
Igualmente, atende aos requisitos de admissibilidade exigidos pelo Ato da Mesa nº 1, de 2001, uma vez que o requerimento se encontra dirigido à autoridade ministerial competente, refere-se a matéria submetida à apreciação do Senado Federal e atinente à sua competência fiscalizadora e não contém tema vedado por aquele diploma legal e nem sujeito a outras restrições, salvo, conforme acentua a manifestação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, se, eventualmente, envolver o acesso a dados cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

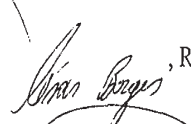
Nessa hipótese, cabe ao Poder Executivo informar a situação, motivá-la, e tomar as providências necessárias quando da transferência dos documentos para o Senado Federal, que cuidará para que esses documentos tenham, internamente, o tratamento que o seu conteúdo exige.

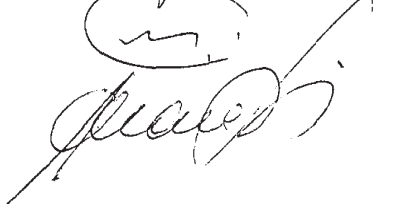
III – Voto

Do exposto, manifestamo-nos favoravelmente à aprovação do Requerimento nº 60, de 2008.

Sala da Comissão,


, Presidente


, Relator



PARECER Nº 237, DE 2008

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 61, de 2008, que requer, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado dos Transportes sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta.

Relator: Senador **César Borges**

I – Relatório

Vem ao exame da Mesa do Senado Federal o Requerimento nº 61, de 2008, de autoria do eminente Senador Arthur Virgílio, que requer com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações à Ministro de Transportes sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta, no período de 2003 a 2007.

São solicitadas diversas informações sobre o tema, todas envolvendo os gastos com os cartões corporativos e seus responsáveis, bem como as respectivas prestações de contas.

O pedido é justificado pela necessidade de se verificar o que foi gasto com os cartões corporativos e se as despesas são permitidas pela legislação, visando dar mais transparência à forma com que estão sendo efetuadas essas despesas, na tentativa de realizar um controle detalhado desses gastos.

II – Análise

O tema desse requerimento já foi objeto de exame pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, quando matéria similar tramitou nessa Casa, tendo em vista a possibilidade de a questão envolver a entrega, ao Senado Federal, de documentos que contém informações protegidas por sigilo.

Examinando a matéria, aquela douta Comissão decidiu, em sessão realizada no dia 1º de junho de 2005, pelo encaminhamento do Requerimento [...] à decisão da Colenda Mesa do Senado Federal, na forma do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, uma vez que o mesmo não contém solicitação de informações protegidas por sigilo cuja liberação depende de procedimento legislativo próprio.

Assim, a proposição encontra-se de acordo com os dispositivos constitucionais e regimentais que regem os pedidos de informações a autoridades do Poder Executivo.

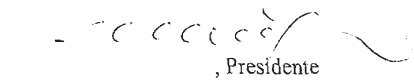
Igualmente, atende aos requisitos de admissibilidade exigidos pelo Ato da Mesa nº 1, de 2001, uma vez que o requerimento se encontra dirigido à autoridade ministerial competente, refere-se a matéria submetida à apreciação do Senado Federal e atinente à sua competência fiscalizadora e não contém tema vedado por aquele diploma legal e nem sujeito a outras restrições, salvo, conforme acentua a manifestação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, se, eventualmente, envolver o acesso a dados cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

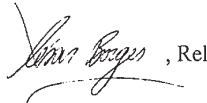
Nessa hipótese, cabe ao Poder Executivo informar a situação, motivá-la, e tomar as providências necessárias quando da transferência dos documentos para o Senado Federal, que cuidará para que esses documentos tenham, internamente, o tratamento que o seu conteúdo exige.


III – Voto

Do exposto, manifestamo-nos favoravelmente à aprovação do Requerimento nº 61, de 2008.

Sala da Comissão,


, Presidente


, Relator



PARECER Nº 238, DE 2008

Da Mesa Do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 62, de 2008, que requer, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado do Trabalho e Emprego sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta.

Relator: Senador **César Borges**

I – Relatório

Vem ao exame da Mesa do Senado Federal o Requerimento nº 62, de 2008, de autoria do eminente Senador Arthur Virgílio, que requer, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso 1, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado do Trabalho e Emprego sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta, no período de 2003 a 2007.

São solicitadas diversas informações sobre o tema, todas envolvendo os gastos com os cartões corporativos e seus responsáveis, bem como as respectivas prestações de contas.

O pedido é justificado pela necessidade de se verificar o que foi gasto com os cartões corporativos e se as despesas são permitidas pela legislação, visando dar mais transparência à forma com que estão sendo efetuadas essas despesas, na tentativa de realizar um controle detalhado desses gastos.

II – Análise

O tema desse requerimento já foi objeto de exame pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, quando matéria similar tramitou nessa Casa, tendo em vista a possibilidade de a questão envolver a entrega, ao Senado Federal, de documentos que contém informações protegidas por sigilo.

Examinando a matéria, aquela douta Comissão decidiu, em sessão realizada no dia 1º de junho de 2005, pelo encaminhamento do Requerimento [...] à decisão da Colenda Mesa do Senado Federal, na forma do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, uma vez que o mesmo não contém solicitação de informações protegidas por sigilo cuja liberação depende de procedimento legislativo próprio.

Assim, a proposição encontra-se de acordo com os dispositivos constitucionais e regimentais que regem os pedidos de informações a autoridades do Poder Executivo.

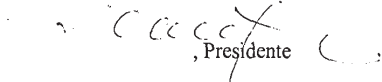
Igualmente, atende aos requisitos de admissibilidade exigidos pelo Ato da Mesa nº 1, de 2001, uma vez que o requerimento se encontra dirigido à autoridade ministerial competente, refere-se a matéria submetida à apreciação do Senado Federal e atinente à sua competência fiscalizadora e não contém tema vedado por aquele diploma legal e nem sujeito a outras restrições, salvo, conforme acentua a manifestação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, se, eventualmente, envolver o acesso a dados cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.


Nessa hipótese, cabe ao Poder Executivo informar a situação, motivá-la, e tomar as providências necessárias quando da transferência dos documentos para o Senado Federal, que cuidará para que esses documentos tenham, internamente, o tratamento que o seu conteúdo exige.

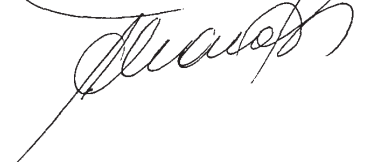
III – Voto

Do exposto, manifestamo-nos favoravelmente à aprovação do Requerimento nº 62, de 2008.

Sala da Comissão,


Presidente


Relator



PARECER Nº 239, DE 2008

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 63, de 2008, que requer, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Secretário Especial de Portos da Presidência da República sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta.

Relator: Senador **César Borges**

I – Relatório

Vem ao exame da Mesa do Senado Federal o Requerimento nº 63, de 2008, de autoria do eminente Senador Arthur Virgílio, que requer com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Se-

nado Federal, informações ao Secretário Especial de Portos da Presidência da República sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta, no período de 2003 a 2007.

São solicitadas diversas informações sobre o tema, todas envolvendo os gastos com os cartões corporativos e seus responsáveis, bem como as respectivas prestações de contas.

O pedido é justificado pela necessidade de se verificar o que foi gasto com os cartões corporativos e se as despesas são permitidas pela legislação, visando dar mais transparência à forma com que estão sendo efetuadas essas despesas, na tentativa de realizar um controle detalhado desses gastos.

II – Análise

O tema desse requerimento já foi objeto de exame pela Comissão de Constituição, Justiça e cidadania, quando matéria similar tramitou nessa Casa, tendo em vista a possibilidade de a questão envolver a entrega, ao Senado Federal, de documentos que contém informações protegidas por sigilo.

Examinando a matéria, aquela douta Comissão decidiu, em sessão realizada no dia 1º de junho de 2005, pelo encaminhamento do Requerimento [...] à decisão da Colenda Mesa do Senado Federal, na forma do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, uma vez que o mesmo não contém solicitação de informações protegidas por sigilo cuja liberação depende de procedimento legislativo próprio.

Assim, a proposição encontra-se de acordo com os dispositivos constitucionais e regimentais que regem os pedidos de informações a autoridades do Poder Executivo.

Igualmente, atende aos requisitos de admissibilidade exigidos pelo Ato da Mesa nº 1, de 2001, uma vez que o requerimento se encontra dirigido à autoridade ministerial competente, refere-se a matéria submetida à apreciação do Senado Federal e atinente à sua competência fiscalizadora e não contém tema vedado por aquele diploma legal e nem sujeito a outras restrições, salvo, conforme acentua a manifestação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, se, eventualmente, envolver o acesso a dados cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

Nessa hipótese, cabe ao Poder Executivo informar a situação, motivá-la, e tomar as providências necessárias quando da transferência dos documentos para o Senado Federal, que cuidará para que esses documentos tenham, internamente, o tratamento que o seu conteúdo exige.

III – Voto

Do exposto, manifestamo-nos favoravelmente à aprovação do Requerimento nº 63, de 2008.

Sala da Comissão,

Handwritten signatures of the President and the Reporter of the Commission. The President's signature is at the top, followed by the Reporter's signature. The text 'Presidente' and 'Relator' are printed below the respective signatures.

PARECER Nº 240, DE 2008

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 64, de 2008, que requer, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta.

Relator: Senador **César Borges**

I – Relatório

Vem ao exame da Mesa do Senado Federal o Requerimento nº 64, de 2008, de autoria do eminente Senador Arthur Virgílio, que requer com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta, no período de 2003 a 2007.

São solicitadas diversas informações sobre o tema, todas envolvendo os gastos com os cartões corporativos e seus responsáveis, bem como as respectivas prestações de contas.

O pedido é justificado pela necessidade de se verificar o que foi gasto com os cartões corporativos e se as despesas são permitidas pela legislação, visando dar mais transparência à forma com que estão sendo

efetuadas essas despesas, na tentativa de realizar um controle detalhado desses gastos.

II – Análise

O tema desse requerimento já foi objeto de exame pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, quando matéria similar tramitou nessa Casa, tendo em vista a possibilidade de a questão envolver a entrega, ao Senado Federal, de documentos que contêm informações protegidas por sigilo.

Examinando a matéria, aquela douta Comissão decidiu, em sessão realizada no dia 1º de junho de 2005, pelo encaminhamento do Requerimento [...] à decisão da Colenda Mesa do Senado Federal, na forma do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, uma vez que o mesmo não contém solicitação de informações protegidas por sigilo cuja liberação depende de procedimento legislativo próprio.

Assim, a proposição encontra-se de acordo com os dispositivos constitucionais e regimentais que regem os pedidos de informações a autoridades do Poder Executivo.

Igualmente, atende aos requisitos de admissibilidade exigidos pelo Ato da Mesa nº 1, de 2001, uma vez que o requerimento se encontra dirigido à autoridade ministerial competente, refere-se a matéria submetida à apreciação do Senado Federal e atinente à sua competência fiscalizadora e não contém tema vedado por aquele diploma legal e nem sujeito a outras restrições, salvo, conforme acentua a manifestação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, se, eventualmente, envolver o acesso a dados cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

Nessa hipótese, cabe ao Poder Executivo informar a situação, motivá-la, e tomar as providências necessárias quando da transferência dos documentos para o Senado Federal, que cuidará para que esses documentos tenham, internamente, o tratamento que o seu conteúdo exige.

III – Voto

Do exposto, manifestamo-nos favoravelmente à aprovação do Requerimento nº 64, de 2008.

Sala da Comissão,

_____, Presidente
 _____, Relator

PARECER Nº 241, DE 2008

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 65, de 2008, que requer, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado Chefe da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta.

Relator: Senador **César Borges**

I – Relatório

Vem ao exame da Mesa do Senado Federal o Requerimento nº 65, de 2008, de autoria do eminente Senador Arthur Virgílio, que requer, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta, no período de 2003 a 2007.

São solicitadas diversas informações sobre o tema, todas envolvendo os gastos com os cartões corporativos e seus responsáveis, bem como as respectivas prestações de contas.

O pedido é justificado pela necessidade de se ficar o que foi gasto com os cartões corporativos e se as despesas são permitidas pela legislação, visando dar mais transparência à forma com que estão sendo efetuadas essas despesas, na tentativa de realizar um controle detalhado desses gastos.

II – Análise

O tema desse requerimento já foi objeto de exame pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, quando matéria similar tramitou nessa Casa, tendo em vista a possibilidade de a questão envolver a entrega, ao Senado Federal, de documentos que contêm informações protegidas por sigilo.

Examinando a matéria, aquela douta Comissão decidiu, em sessão realizada no dia 1º de junho de 2005, pelo encaminhamento do Requerimento [...] à decisão da Colenda Mesa do Senado Federal, na forma do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, uma vez que o mesmo não contém solicitação de informações protegidas por sigilo cuja liberação depende de procedimento legislativo próprio.

Assim, a proposição encontra-se de acordo com os dispositivos constitucionais e regimentais que re-

gem os pedidos de informações a autoridades do Poder Executivo.

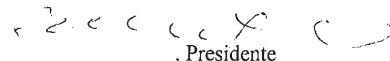
Igualmente, atende aos requisitos de admissibilidade exigidos pelo Ato da Mesa nº 1, de 2001, uma vez que o requerimento se encontra dirigido à autoridade ministerial competente, refere-se a matéria submetida à apreciação do Senado Federal e atinente à sua competência fiscalizadora e não contém tema vedado por aquele diploma legal e nem sujeito a outras restrições, salvo, conforme acentua a manifestação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, se, eventualmente, envolver o acesso a dados cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.


Nessa hipótese, cabe ao Poder Executivo informar a situação, motivá-la, e tomar as providências necessárias quando da transferência dos documentos para o Senado Federal, que cuidará para que esses documentos tenham, internamente, o tratamento que o seu conteúdo exige.

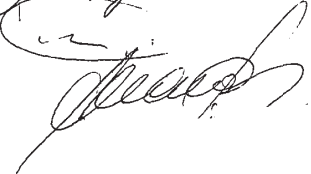
III – Voto

Do exposto, manifestamo-nos favoravelmente à aprovação do Requerimento nº 65, de 2008.

Sala da Comissão,


 , Presidente


 , Relator



PARECER Nº 242, DE 2008

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 66, de 2008, que requer, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta, no período de 2003 a 2007.

Relator: Senador **César Borges**

I – Relatório

Vem ao exame da Mesa do Senado Federal o Requerimento nº 66, de 2008, de autoria do eminente Senador Arthur Virgílio, que requer, com fundamento no

art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta, no período de 2003 a 2007.

São solicitadas diversas informações sobre o tema, todas envolvendo os gastos com os cartões corporativos e seus responsáveis, bem como as respectivas prestações de contas.

O pedido é justificado pela necessidade de se verificar o que foi gasto com os cartões corporativos e se as despesas são permitidas pela legislação, visando dar mais transparência à forma com que estão sendo efetuadas essas despesas, na tentativa de realizar um controle detalhado desses gastos.

II – Análise

O tema desse requerimento já foi objeto de exame pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, quando matéria similar tramitou nessa Casa, tendo em vista a possibilidade de a questão envolver a entrega, ao Senado Federal, de documentos que contêm informações protegidas por sigilo.

Examinando a matéria, aquela douta Comissão decidiu, em sessão realizada no dia 1º de junho de 2005, pelo encaminhamento do Requerimento [...] à decisão da Colenda Mesa do Senado Federal, na forma do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, na vez que o mesmo não contém solicitação de informações protegidas por sigilo cuja liberação depende de procedimento legislativo próprio.

Assim, a proposição encontra-se de acordo com os dispositivos constitucionais e regimentais que regem os pedidos de informações a autoridades do Poder Executivo.


Igualmente, atende aos requisitos de admissibilidade exigidos pelo Ato da Mesa nº 1, de 2001, uma vez que o requerimento se encontra dirigido à autoridade ministerial competente, refere-se a matéria submetida à apreciação do Senado Federal e atinente à sua competência fiscalizadora e não contém tema vedado por aquele diploma legal e nem sujeito a outras restrições, salvo, conforme acentua a manifestação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, se, eventualmente, envolver o acesso a dados cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

Nessa hipótese, cabe ao Poder Executivo informar a situação, motivá-la, e tomar as providências necessárias quando da transferência dos documentos para o Senado Federal, que cuidará para que esses documentos tenham, internamente, o tratamento que o seu conteúdo exige.

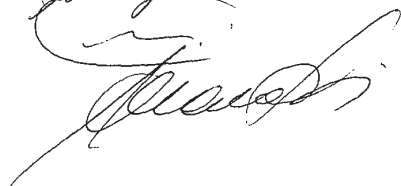
III – Voto

Do exposto, manifestamo-nos favoravelmente à aprovação do Requerimento nº 66, de 2008.

Sala da Comissão,


, Presidente


, Relator



PARECER Nº 243, DE 2008

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 67, de 2008, que requer, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Secretário Especial de Aqüicultura e Pesca sobre a utilização de cartões corporati vos por parte dos servidores dessa Pasta.

Relator: Senador **César Borges**

I – Relatório

Vem ao exame da Mesa do Senado Federal o Requerimento nº 67, de 2008, de autoria do eminente Senador Arthur Virgílio, que requer com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República sobre a utilização de cartões corporati vos por parte dos servidores dessa Pasta, no período de 2003 a 2007.

São solicitadas diversas informações sobre o tema, todas envolvendo os gastos com os cartões corporativos e seus responsáveis, bem como as respectivas prestações de contas.

O pedido é justificado pela necessidade de se verificar o que foi gasto com os cartões corporativos e se as despesas são permitidas pela legislação, visando dar mais transparência à forma com que estão sendo efetuadas essas despesas, na tentativa de realizar um controle detalhado desses gastos.

II – Análise

O tema desse requerimento já foi objeto de exame pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania,

quando matéria similar tramitou nessa Casa, tendo em vista a possibilidade de a questão envolver a entrega, ao Senado Federal, de documentos que contém informações protegidas por sigilo.

Examinando a matéria, aquela douda Comissão decidiu, em sessão realizada no dia 1º de junho de 2005, pelo encaminhamento do Requerimento [...] à decisão da Colenda Mesa do Senado Federal, na forma do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, uma vez que o mesmo não contém solicitação de informações protegidas por sigilo cuja liberação depende de procedimento legislativo próprio.

Assim, a proposição encontra-se de acordo com os dispositivos constitucionais e regimentais que regem os pedidos de informações a autoridades do Poder Executivo.

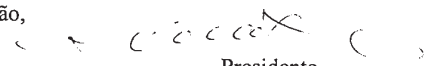
Igualmente, atende aos requisitos de admissibilidade exigidos pelo Ato da Mesa nº 1, de 2001, uma vez que o requerimento se encontra dirigido à autoridade ministerial competente, refere-se a matéria submetida à apreciação do Senado Federal e atinente à sua competência fiscalizadora e não contém tema vedado por aquele diploma legal e nem sujeito a outras restrições, salvo, conforme acentua a manifestação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, se, eventualmente, envolver o acesso a dados cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

Nessa hipótese, cabe ao Poder Executivo informar a situação, motivá-la, e tomar as providências necessárias quando da transferência dos documentos para o Senado Federal, que cuidará para que esses documentos tenham, internamente, o tratamento que o seu conteúdo exige.

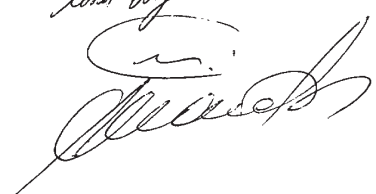
III – Voto

Do exposto, manifestamo-nos favoravelmente à aprovação do Requerimento nº 67, de 2008.

Sala da Comissão,


, Presidente


, Relator



PARECER Nº 244, DE 2008

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 68, de 2008, que requer,

com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta.

Relator: Senador **César Borges**

I – Relatório

Vem ao exame da Mesa do Senado Federal o Requerimento nº 68, de 2008, de autoria do eminente Senador Arthur Virgílio, que requer, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta, no período de 2003 a 2007.

São solicitadas diversas informações sobre o tema, todas envolvendo os gastos com os cartões corporativos e seus responsáveis, bem como as respectivas prestações de contas.

O pedido é justificado pela necessidade de se verificar o que foi gasto com os cartões corporativos e se as despesas são permitidas pela legislação, visando dar mais transparência à forma com que estão sendo efetuadas essas despesas, na tentativa de realizar um controle detalhado desses gastos.

II – Análise

O tema desse requerimento já foi objeto de exame pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, quando matéria similar tramitou nessa Casa, tendo em vista a possibilidade de a questão envolver a entrega, ao Senado Federal, de documentos que contém informações protegidas por sigilo.

Examinando a matéria, aquela douta Comissão decidiu, em sessão realizada no dia 1º de junho de 2005, pelo encaminhamento do Requerimento [...] à decisão da Colenda Mesa do Senado Federal, na forma do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, uma vez que o mesmo não contém solicitação de informações protegidas por sigilo cuja liberação depende de procedimento legislativo próprio.

Assim, a proposição encontra-se de acordo com os dispositivos constitucionais e regimentais que regem os pedidos de informações a autoridades do Poder Executivo.

Igualmente, atende aos requisitos de admissibilidade exigidos pelo Ato da Mesa nº 1, de 2001,

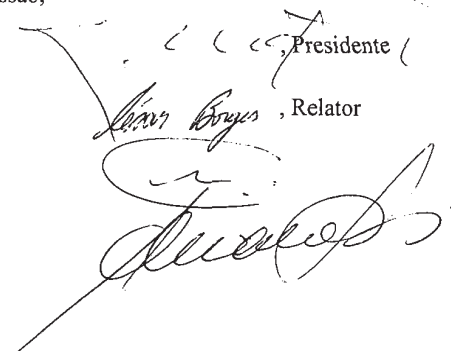
uma vez que o requerimento se encontra dirigido à autoridade ministerial competente, refere-se a matéria submetida à apreciação do Senado Federal e atinente à sua competência fiscalizadora e não contém tema vedado por aquele diploma legal e nem sujeito a outras restrições, salvo, conforme acentua a manifestação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, se, eventualmente, envolver o acesso a dados cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

Nessa hipótese, cabe ao Poder Executivo informar a situação, motivá-la, e tomar as providências necessárias quando da transferência dos documentos para o Senado Federal, que cuidará para que esses documentos tenham, internamente, o tratamento que o seu conteúdo exige.

III – Voto

Do exposto, manifestamo-nos favoravelmente à aprovação do Requerimento nº 68, de 2008.

Sala da Comissão,


Presidente
César Borges, Relator

PARECER Nº 245, DE 2008

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 69, de 2008, que requer, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta.

Relator: Senador **César Borges**

I – Relatório

Vem ao exame da Mesa do Senado Federal o Requerimento nº 69, de 2008, de autoria do eminente Senador Arthur Virgílio, que requer, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado

Federal, informações ao Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta, no período de 2003 a 2007.

São solicitadas diversas informações sobre o tema, todas envolvendo os gastos com os cartões corporativos e seus responsáveis, bem como as respectivas prestações de contas.

O pedido é justificado pela necessidade de se verificar o que foi gasto com os cartões corporativos e se as despesas são permitidas pela legislação, visando dar mais transparência à forma com que estão sendo efetuadas essas despesas, na tentativa de realizar um controle detalhado desses gastos.

II – Análise

O tema desse requerimento já foi objeto de exame pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, quando matéria similar tramitou nessa Casa, tendo em vista a possibilidade de a questão envolver a entrega, ao Senado Federal, de documentos que contêm informações protegidas por sigilo.

Examinando a matéria, aquela douta Comissão decidiu, em sessão realizada no dia 1º de junho de 2005, pelo encaminhamento do Requerimento [...] à decisão da Colenda Mesa do Senado Federal, na forma do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, uma vez que o mesmo não contém solicitação de informações protegidas por sigilo cuja liberação depende de procedimento legislativo próprio.

Assim, a proposição encontra-se de acordo com os dispositivos constitucionais e regimentais que regem os pedidos de informações a autoridades do Poder Executivo.

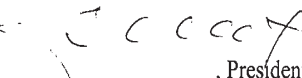
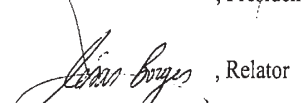
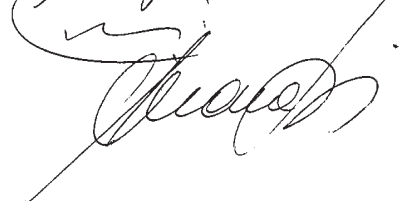
Igualmente, atende aos requisitos de admissibilidade exigidos pelo Ato da Mesa nº 1, de 2001, uma vez que o requerimento se encontra dirigido à autoridade ministerial competente, refere-se a matéria submetida à apreciação do Senado Federal e atinente à sua competência fiscalizadora e não contém tema vedado por aquele diploma legal e nem sujeito a outras restrições, salvo, conforme acentua a manifestação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, se, eventualmente, envolver o acesso a dados cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

Nessa hipótese, cabe ao Poder Executivo informar a situação, motivá-la, e tomar as providências necessárias quando da transferência dos documentos para o Senado Federal, que cuidará para que esses documentos tenham, internamente, o tratamento que o seu conteúdo exige.

III – Voto

Do exposto, manifestamo-nos favoravelmente à aprovação do Requerimento nº 69, de 2008.

Sala da Comissão,

 , Presidente
 , Relator


PARECER Nº 246, DE 2008

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 70, de 2008, que requer, com fundamento no art. 50, § 2º da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado da Saúde sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta.

Relator: Senador **César Borges**

I – Relatório

Vem ao exame da Mesa do Senado Federal o Requerimento nº 70, de 2008, de autoria do eminente Senador Arthur Virgílio, que requer, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado da Saúde sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta, no período de 2003 a 2007.

São solicitadas diversas informações sobre o tema, todas envolvendo os gastos com os cartões corporativos e seus responsáveis, bem como as respectivas prestações de contas.

O pedido é justificado pela necessidade de se verificar o que foi gasto com os cartões corporativos e se as despesas são permitidas pela legislação, visando dar mais transparência à forma com que estão sendo efetuadas essas despesas, na tentativa de realizar um controle detalhado desses gastos.

II – Análise

O tema desse requerimento já foi objeto de exame pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, quando matéria similar tramitou nessa Casa, tendo em vista a possibilidade de a questão envolver a entrega, ao Senado Federal, de documentos que contêm informações protegidas por sigilo.

Examinando a matéria, aquela douta Comissão decidiu, em sessão realizada no dia 1º de junho de 2005, pelo encaminhamento do Requerimento [...] à decisão da Colenda Mesa do Senado Federal, na forma do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, uma vez que o mesmo não contém solicitação de informações protegidas por sigilo cuja liberação depende de procedimento legislativo próprio.

Assim, a proposição encontra-se de acordo com os dispositivos constitucionais e regimentais que regem os pedidos de informações a autoridades do Poder Executivo.

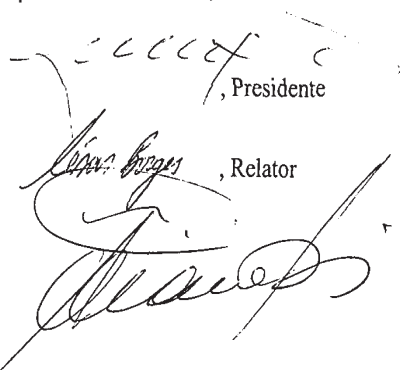
Igualmente, atende aos requisitos de admissibilidade exigidos pelo Ato da Mesa nº 1, de 2001, uma vez que o requerimento se encontra dirigido à autoridade ministerial competente, refere-se a matéria submetida à apreciação do Senado Federal e atinente à sua competência fiscalizadora e não contém tema vedado por aquele diploma legal e nem sujeito a outras restrições, salvo, conforme acentua a manifestação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, se, eventualmente, envolver o acesso a dados cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

Nessa hipótese, cabe ao Poder Executivo informar a situação, motivá-la, e tomar as providências necessárias quando da transferência dos documentos para o Senado Federal, que cuidará para que esses documentos tenham, internamente, o tratamento que o seu conteúdo exige.

III – Voto

Do exposto, manifestamo-nos favoravelmente à aprovação do Requerimento nº 70, de 2008.

Sala da Comissão,



_____, Presidente

_____, Relator

PARECER Nº 247, DE 2008

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 71, de 2008, que requer, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado da Previdência Social sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta.

Relator: Senador **César Borges**

I – Relatório

Vem ao exame da Mesa do Senado Federal o Requerimento nº 71, de 2008, de autoria do eminente Senador Arthur Virgílio, que requer, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado da Previdência Social sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta, no período de 2003 a 2007.

São solicitadas diversas informações sobre o tema, todas envolvendo os gastos com os cartões corporativos e seus responsáveis, bem como as respectivas prestações de contas.

O pedido é justificado pela necessidade de se ficar o que foi gasto com os cartões corporativos e se as despesas são permitidas pela legislação, visando dar mais transparência à forma com que estão sendo efetuadas essas despesas, na tentativa de realizar um controle detalhado desses gastos.

II – Análise

O tema desse requerimento já foi objeto de exame pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, quando matéria similar tramitou nessa Casa, tendo em vista a possibilidade de a questão envolver a entrega, ao Senado Federal, de documentos que contêm informações protegidas por sigilo.

Examinando a matéria, aquela douta Comissão decidiu, em sessão realizada no dia 1º de junho de 2005, pelo encaminhamento do Requerimento [...] à decisão da Colenda Mesa do Senado Federal, na forma do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, uma vez que o mesmo não contém solicitação de informações protegidas por sigilo cuja liberação depende de procedimento legislativo próprio.

Assim, a proposição encontra-se de acordo com os dispositivos constitucionais e regimentais que regem os pedidos de informações a autoridades do Poder Executivo.

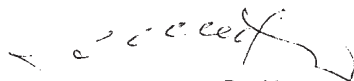
Igualmente, atende aos requisitos de admissibilidade exigidos pelo Ato da Mesa nº 1, de 2001, uma vez que o requerimento se encontra dirigido à autoridade ministerial competente, refere-se a matéria submetida à apreciação do Senado Federal e atinente à sua competência fiscalizadora e não contém tema vedado por aquele diploma legal e nem sujeito a outras restrições, salvo, conforme acentua a manifestação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, se, eventualmente, envolver o acesso a dados cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

Nessa hipótese, cabe ao Poder Executivo informar a situação, motivá-la, e tomar as providências necessárias quando da transferência dos documentos para o Senado Federal, que cuidará para que esses documentos tenham, internamente, o tratamento que o seu conteúdo exige.

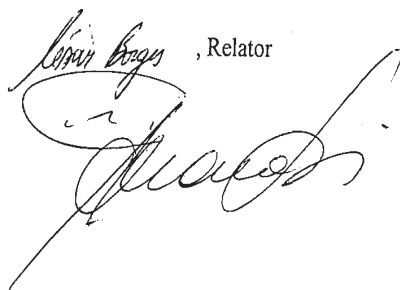
III – Voto

Do exposto, manifestamo-nos favoravelmente à aprovação do Requerimento nº 71, de 2008.

Sala da Comissão,



, Presidente



, Relator

PARECER Nº 248, DE 2008

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 72, de 2008, que requer, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta.

Relator: Senador **César Borges**

I – Relatório

Vem ao exame da Mesa do Senado Federal o Requerimento nº 72, de 2008, de autoria do eminente

Senador Arthur Virgílio, que requer, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações à Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta, no período de 2003 a 2007.

São solicitadas diversas informações sobre o tema, todas envolvendo os gastos com os cartões corporativos e seus responsáveis, bem como as respectivas prestações de contas.

O pedido é justificado pela necessidade de se verificar o que foi gasto com os cartões corporativos e se as despesas são permitidas pela legislação, visando dar mais transparência à forma com que estão sendo efetuadas essas despesas, na tentativa de realizar um controle detalhado desses gastos.

II – Análise

O tema desse requerimento já foi objeto de exame pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, quando matéria similar tramitou nessa Casa, tendo em vista a possibilidade de a questão envolver a entrega, ao Senado Federal, de documentos que contém informações protegidas por sigilo.

Examinando a matéria, aquela douta Comissão decidiu, em sessão realizada no dia 1º de junho de 2005, pelo encaminhamento do Requerimento [...] à decisão da Colenda Mesa do Senado Federal, na forma do art. 50, § 2º, da Constituição Federal uma vez que o mesmo não contém solicitação de informações protegidas por sigilo cuja liberação depende de procedimento legislativo próprio.

Assim, a proposição encontra-se de acordo com os dispositivos constitucionais e regimentais que regem os pedidos de informações a autoridades do Poder Executivo.

Igualmente, atende aos requisitos de admissibilidade exigidos pelo Ato da Mesa nº 1, de 2001, uma vez que o requerimento se encontra dirigido à autoridade ministerial competente, refere-se a matéria submetida à apreciação do Senado Federal e atinente à sua competência fiscalizadora e não contém tema vedado por aquele diploma legal e nem sujeito a outras restrições, salvo, conforme acentua a manifestação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, se, eventualmente, envolver o acesso a dados cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

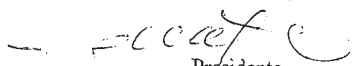
Nessa hipótese, cabe ao Poder Executivo informar a situação, motivá-la, e tomar as providências necessárias quando da transferência dos documentos para o Senado Federal, que cuidará para que esses

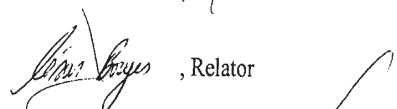
documentos tenham, internamente, o tratamento que o seu conteúdo exige.

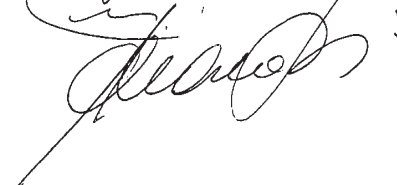
III — Voto

Do exposto, manifestamo-nos favoravelmente à aprovação do Requerimento nº 72, de 2008.

Sala da Comissão,


, Presidente


, Relator



PARECER Nº 249, DE 2008

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 73, de 2008, que requer, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado Advogado-Geral da União sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta.

Relator: Senador **César Borges**

I – Relatório

Vem ao exame da Mesa do Senado Federal o Requerimento nº 73, de 2008, de autoria do eminente Senador Arthur Virgílio, que requer com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado Advogado-Geral da União sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta, no período de 2003 a 2007.

São solicitadas diversas informações sobre o tema, todas envolvendo os gastos com os cartões corporativos e seus responsáveis, bem como as respectivas prestações de contas.

O pedido é justificado pela necessidade de se verificar o que foi gasto com os cartões corporativos e se as despesas são permitidas pela legislação, visando dar mais transparência à forma com que estão sendo efetuadas essas despesas, na tentativa de realizar um controle detalhado desses gastos.

II – Análise

O tema desse requerimento já foi objeto de exame pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, quando matéria similar tramitou nessa Casa, tendo em vista a possibilidade de a questão envolver a entrega, ao Senado Federal, de documentos que contêm informações protegidas por sigilo.

Examinando a matéria, aquela douta Comissão decidiu, em sessão realizada no dia 1º de junho de 2005, pelo encaminhamento do Requerimento [...] à decisão da Colenda Mesa do Senado Federal, na forma do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, uma vez que o mesmo não contém solicitação de informações protegidas por sigilo cuja liberação depende de procedimento legislativo próprio.

Assim, a proposição encontra-se de acordo com os dispositivos constitucionais e regimentais que regem os pedidos de informações a autoridades do Poder Executivo.

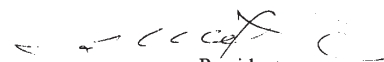
Igualmente, atende aos requisitos de admissibilidade exigidos pelo Ato da Mesa nº 1, de 2001, uma vez que o requerimento se encontra dirigido à autoridade ministerial competente, refere-se a matéria submetida à apreciação do Senado Federal e atinente à sua competência fiscalizadora e não contém tema vedado por aquele diploma legal e nem sujeito a outras restrições, salvo, conforme acentua a manifestação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, se, eventualmente, envolver o acesso a dados cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

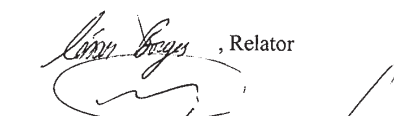
Nessa hipótese, cabe ao Poder Executivo informar a situação, motivá-la, e tomar as providências necessárias quando da transferência dos documentos para o Senado Federal, que cuidará para que esses documentos tenham, internamente, o tratamento que o seu conteúdo exige.

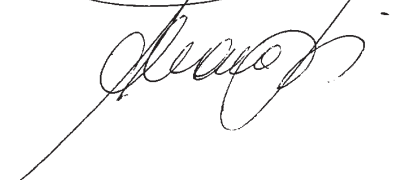
III – Voto

Do exposto, manifestamo-nos favoravelmente à aprovação do Requerimento nº 73, de 2008.

Sala da Comissão,


, Presidente


, Relator



PARECER N° 250, DE 2008

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento n° 74, de 2008, que requer, com fundamento no art. 50, § 2° da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado da Educação sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta.

Relator: Senador César Borges

I – Relatório

Vem ao exame da Mesa do Senado Federal o Requerimento n° 74, de 2008, de autoria do eminente Senador Arthur Virgílio, que requer, com fundamento no art 50, § 2°, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado da Educação sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta, no período de 2003 a 2007.

São solicitadas diversas informações sobre o tema, todas envolvendo os gastos com os cartões corporativos e seus responsáveis, bem como as respectivas prestações de contas.

O pedido é justificado pela necessidade de se verificar o que foi gasto com os cartões corporativos e se as despesas são permitidas pela legislação, visando dar mais transparência à forma com que estão sendo efetuadas essas despesas, na tentativa de realizar um controle detalhado desses gastos.

II – Análise

O tema desse requerimento já foi objeto de exame pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, quando matéria similar tramitou nessa

Casa, tendo em vista a possibilidade de a questão envolver a entrega, ao Senado Federal, de documentos que contém informações protegidas por sigilo.

Examinando a matéria, aquela douta Comissão decidiu, em sessão realizada no dia 10 de junho de 2005, pelo encaminhamento do Requerimento [...] à decisão da Colenda Mesa do Senado Federal, na forma do art. 50, § 2° da Constituição Federal, uma vez que o mesmo não contém solicitação de informações protegidas por sigilo cuja liberação depende de procedimento legislativo próprio.

Assim, a proposição encontra-se de acordo com os dispositivos constitucionais e regimentais que regem os pedidos de informações a autoridades do Poder Executivo.

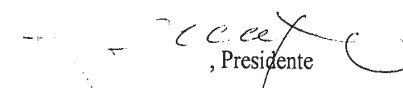
Igualmente, atende aos requisitos de admissibilidade exigidos pelo Ato da Mesa n° 1, de 2001, uma vez que o requerimento se encontra dirigido à autoridade ministerial competente, refere-se a matéria submetida à apreciação do Senado Federal e atinente à sua competência fiscalizadora e não contém tema vedado por aquele diploma legal e nem sujeito a outras restrições, salvo, conforme acentua a manifestação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, se, eventualmente, envolver o acesso a dados cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

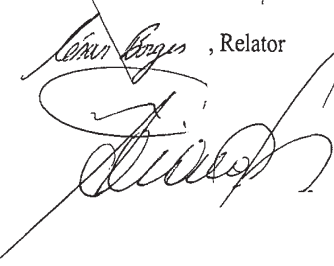
Nessa hipótese, cabe ao Poder Executivo informar a situação, motivá-la, e tomar as providências necessárias quando da transferência dos documentos para o Senado Federal, que cuidará para que esses documentos tenham, internamente, o tratamento que o seu conteúdo exige.

III – Voto

Do exposto, manifestamo-nos favoravelmente à aprovação do Requerimento n° 74, de 2008.

Sala da Comissão,


 , Presidente


 , Relator

PARECER N° 251, DE 2008

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento n° 75, de 2008, que requer, com fundamento no art. 50, § 2° da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta.

Relator: Senador César Borges

I – Relatório

Vem ao exame da Mesa do Senado Federal o Requerimento no 75, de 2008, de autoria do eminente Senador Arthur Virgílio, que requer, com fundamento no art 50, § 2°, da Constituição Federal, combinado

com o art. 216, inciso I do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta, no período de 2003 a 2007.

São solicitadas diversas informações sobre o tema, todas envolvendo os gastos com os cartões corporativos e seus responsáveis, bem como as respectivas prestações de contas.

O pedido é justificado pela necessidade de se verificar o que foi gasto com os cartões corporativos e se as despesas são permitidas pela legislação, visando dar mais transparência à forma com que estão sendo efetuadas essas despesas, na tentativa de realizar um controle detalhado desses gastos.

II — Análise

O tema desse requerimento já foi objeto de exame pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, quando matéria similar tramitou nessa Casa, tendo em vista a possibilidade de a questão envolver a entrega, ao Senado Federal, de documentos que contêm informações protegidas por sigilo.

Examinando a matéria, aquela douta Comissão decidiu, em sessão realizada no dia 1º de junho de 2005, pelo encaminhamento do Requerimento [...] à decisão da Colenda Mesa do Senado Federal, na forma do art. 50, § 2º da Constituição Federal, uma vez que o mesmo não contém solicitação de informações protegidas por sigilo cuja liberação depende de procedimento legislativo próprio.

Assim, a proposição encontra-se de acordo com os dispositivos constitucionais e regimentais que regem os pedidos de informações a autoridades do Poder Executivo.

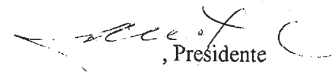
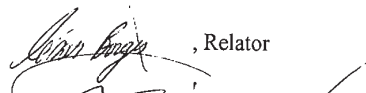

Igualmente, atende aos requisitos de admissibilidade exigidos pelo Ato da Mesa nº 1, de 2001, uma vez que o requerimento se encontra dirigido à autoridade ministerial competente, refere-se a matéria submetida à apreciação do Senado Federal e atinente à sua competência fiscalizadora e não contém tema vedado por aquele diploma legal e nem sujeito a outras restrições, salvo, conforme acentua a manifestação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, se, eventualmente, envolver o acesso a dados cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

Nessa hipótese, cabe ao Poder Executivo informar a situação, motivá-la, e tomar as providências necessárias quando da transferência dos documentos para o Senado Federal, que cuidará para que esses documentos tenham, internamente, o tratamento que o seu conteúdo exige.

III – Voto

Do exposto, manifestamo-nos favoravelmente à aprovação do Requerimento nº 75, de 2008.

Sala da Comissão,

 , Presidente
 , Relator


PARECER Nº 252, 2008

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 76, de 2008, que requer, com fundamento no art. 50, § 20, da Constituição Federal, combinado com o art 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado da Defesa sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta.

Relator: Senador **César Borges**

I – Relatório

Vem ao exame da Mesa do Senado Federal o Requerimento nº 76, de 2008, de autoria do eminente Senador Arthur Virgílio, que requer com fundamento no art. 50, § 2º da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado da Defesa sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta, no período de 2003 a 2007.

São solicitadas diversas informações sobre o tema, todas envolvendo os gastos com os cartões corporativos e seus responsáveis, bem como as respectivas prestações de contas.

O pedido é justificado pela necessidade de se verificar o que foi gasto com os cartões corporativos e se as despesas são permitidas pela legislação, visando dar mais transparência à forma com que estão sendo efetuadas essas despesas, na tentativa de realizar um controle detalhado desses gastos.

II – Análise

O tema desse requerimento já foi objeto de exame pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania,

quando matéria similar tramitou nessa Casa, tendo em vista a possibilidade de a questão envolver a entrega, ao Senado Federal, de documentos que contêm informações protegidas por sigilo.

Examinando a matéria, aquela douta Comissão decidiu, em sessão realizada no dia 10 de junho de 2005, pelo encaminhamento do Requerimento [...] à decisão da Colenda Mesa do Senado Federal, na forma do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, uma vez que o mesmo não contém solicitação de informações protegidas por sigilo cuja liberação depende de procedimento legislativo próprio.

Assim, a proposição encontra-se de acordo com os dispositivos constitucionais e regimentais que regem os pedidos de informações a autoridades do Poder Executivo.

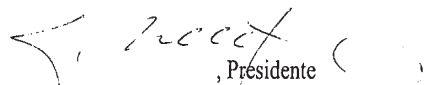
Igualmente, atende aos requisitos de admissibilidade exigidos pelo Ato da Mesa nº 1, de 2001, uma vez que o requerimento se encontra dirigido à autoridade ministerial competente, refere-se a matéria submetida à apreciação do Senado Federal e atinente à sua competência fiscalizadora e não contém tema vedado por aquele diploma legal e nem sujeito a outras restrições, salvo, conforme acentua a manifestação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, se, eventualmente, envolver o acesso a dados cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

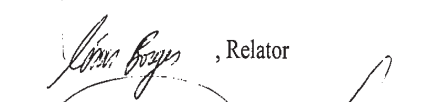
Nessa hipótese, cabe ao Poder Executivo informar a situação, motivá-la, e tomar as providências necessárias quando da transferência dos documentos para o Senado Federal, que cuidará para que esses documentos tenham, internamente, o tratamento que o seu conteúdo exige.

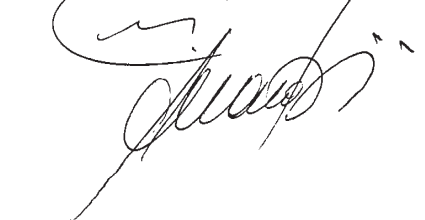
III – Voto

Do exposto, manifestamo-nos favoravelmente à aprovação do Requerimento nº 76, de 2008.

Sala da Comissão,


 , Presidente


 , Relator



PARECER Nº 253, DE 2008

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 77, de 2008, que requer, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta.

Relator: Senador César Borges

I – Relatório

Vem ao exame da Mesa do Senado Federal o Requerimento nº 77, de 2008, de autoria do eminente Senador Arthur Virgílio, que requer, com fundamento no art. 50, § 2º da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta, no período de 2003 a 2007.

São solicitadas diversas informações sobre o tema, todas envolvendo os gastos com os cartões corporativos e seus responsáveis, bem como as respectivas prestações de contas.

O pedido é justificado pela necessidade de se verificar o que foi gasto com os cartões corporativos e se as despesas são permitidas pela legislação, visando dar mais transparência à forma com que estão sendo efetuadas essas despesas, na tentativa de realizar um controle detalhado desses gastos.

II – Análise

O tema desse requerimento já foi objeto de exame pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, quando matéria similar tramitou nessa Casa, tendo em vista a possibilidade de a questão envolver a entrega, ao Senado Federal, de documentos que contêm informações protegidas por sigilo.

Examinando a matéria, aquela douta Comissão decidiu, em sessão realizada no dia 1º de junho de 2005, pelo encaminhamento do Requerimento [...] à decisão da Colenda Mesa do Senado Federal, na forma do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, uma vez que o mesmo não contém solicitação de informações protegidas por sigilo cuja liberação depende de procedimento legislativo próprio.

Assim, a proposição encontra-se de acordo com os dispositivos constitucionais e regimentais que regem os pedidos de informações a autoridades do Poder Executivo.

Igualmente, atende aos requisitos de admissibilidade exigidos pelo Ato da Mesa nº 1, de 2001, uma vez que o requerimento se encontra dirigido à autoridade ministerial competente, refere-se a matéria submetida à apreciação do Senado Federal e atinente à sua competência fiscalizadora e não contém tema vedado por aquele diploma legal e nem sujeito a outras restrições, salvo, conforme acentua a manifestação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, se, eventualmente, envolver o acesso a dados cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

Nessa hipótese, cabe ao Poder Executivo informar a situação, motivá-la, e tomar as providências necessárias quando da transferência dos documentos para o Senado Federal, que cuidará para que esses documentos tenham, internamente, o tratamento que o seu conteúdo exige.

III – Voto

Do exposto, manifestamo-nos favoravelmente à aprovação do Requerimento nº 77, de 2008.

Sala da Comissão,

Sala da Comissão,

Handwritten signatures of the President and the Reporter of the Commission. The President's signature is at the top, followed by the Reporter's signature. Below the signatures are the printed names and titles: 'Presidente' and 'Relator'.

PARECER Nº 254, DE 2008

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 78, de 2008, que requer, com fundamento no art. 50, § 2º da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta, no período de 1999 a 2002.

Relator: Senador **César Borges**

I – Relatório

Vem ao exame da Mesa do Senado Federal o Requerimento nº 78, de 2008, de autoria do eminente Senador Arthur Virgílio, que requer, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com

o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta, no período de 1999 a 2002.

São solicitadas diversas informações sobre o tema, todas envolvendo os gastos com os cartões corporativos e seus responsáveis, bem como as respectivas prestações de contas.

O pedido é justificado pela necessidade de se verificar o que foi gasto com os cartões corporativos e se as despesas são permitidas pela legislação, visando dar mais transparência à forma com que estão sendo efetuadas essas despesas, na tentativa de realizar um controle detalhado desses gastos.

II – Análise

O tema desse requerimento já foi objeto de exame pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, quando matéria similar tramitou nessa Casa, tendo em vista a possibilidade de a questão envolver a entrega, ao Senado Federal, de documentos que contém informações protegidas por sigilo.

Examinando a matéria, aquela douta Comissão decidiu, em sessão realizada no dia 1º de junho de 2005, pelo encaminhamento do Requerimento [...] à decisão da Colenda Mesa do Senado Federal, na forma do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, uma vez que o mesmo não contém solicitação de informações protegidas por sigilo cuja liberação depende de procedimento legislativo próprio.

Assim, a proposição encontra-se de acordo com os dispositivos constitucionais e regimentais que regem os pedidos de informações a autoridades do Poder Executivo.

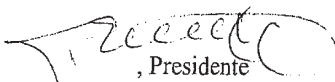
Igualmente, atende aos requisitos de admissibilidade exigidos pelo Ato da Mesa nº 1, de 2001, uma vez que o requerimento se encontra dirigido à autoridade ministerial competente, refere-se a matéria submetida à apreciação do Senado Federal e atinente à sua competência fiscalizadora e não contém tema vedado por aquele diploma legal e nem sujeito a outras restrições, salvo, conforme acentua a manifestação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, se, eventualmente, envolver o acesso a dados cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

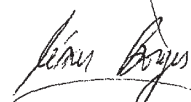
Nessa hipótese, cabe ao Poder Executivo informar a situação, motivá-la, e tomar as providências necessárias quando da transferência dos documentos para o Senado Federal, que cuidará para que esses documentos tenham, internamente, o tratamento que o seu conteúdo exige.


III – Voto

Do exposto, manifestamo-nos favoravelmente à aprovação do Requerimento nº 78, de 2008.

Sala da Comissão,


, Presidente


, Relator



PARECER Nº 225, DE 2008

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 79, de 2008, que requer, com fundamento no art. 50, § 2º da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações à Secretária Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta.

Relator: Senador **César Borges**

I – Relatório

Vem ao exame da Mesa do Senado Federal o Requerimento nº 79, de 2008, de autoria do eminente Senador Arthur Virgílio, que requer, com fundamento no art. 50, § 2º da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações à Secretária Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta, no período de 2003 a 2007.

São solicitadas diversas informações sobre o tema, todas envolvendo os gastos com os cartões corporativos e seus responsáveis, bem como as respectivas prestações de contas.

O pedido é justificado pela necessidade de se verificar o que foi gasto com os cartões corporativos e se as despesas são permitidas pela legislação, visando dar mais transparência à forma com que estão sendo efetuadas essas despesas, na tentativa de realizar um controle detalhado desses gastos.

II – Análise

O tema desse requerimento já foi objeto de exame pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, quando matéria similar tramitou nessa Casa, tendo em

vista a possibilidade de a questão envolver a entrega, ao Senado Federal, de documentos que contêm informações protegidas por sigilo.

Examinando a matéria, aquela douta Comissão decidiu, em sessão realizada no dia 1º de junho de 2005, pelo encaminhamento do Requerimento [...] à decisão da Colenda Mesa do Senado Federal, na forma do art. 50, § 2º da Constituição Federal, uma vez que o mesmo não contém solicitação de informações protegidas por sigilo cuja liberação depende de procedimento legislativo próprio.

Assim, a proposição encontra-se de acordo com os dispositivos constitucionais e regimentais que regem os pedidos de informações a autoridades do Poder Executivo.

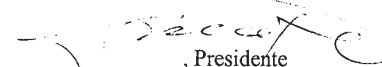
Igualmente, atende aos requisitos de admissibilidade exigidos pelo Ato da Mesa nº 1, de 2001, uma vez que o requerimento se encontra dirigido à autoridade ministerial competente, refere-se a matéria submetida à apreciação do Senado Federal e atinente à sua competência fiscalizadora e não contém tema vedado por aquele diploma legal e nem sujeito a outras restrições, salvo, conforme acentua a manifestação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, se, eventualmente, envolver o acesso a dados cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

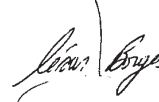
Nessa hipótese, cabe ao Poder Executivo informar a situação, motivá-la, e tomar as providências necessárias quando da transferência dos documentos para o Senado Federal, que cuidará para que esses documentos tenham, internamente, o tratamento que o seu conteúdo exige.


III – Voto

Do exposto, manifestamo-nos favoravelmente à aprovação do Requerimento nº 79, de 2008.

Sala da Comissão,


, Presidente


, Relator



PARECER Nº 256, DE 2008

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 80, de 2008, que requer, com fundamento no art. 50, § 2º da Consti-

tuição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta.

Relator: Senador **César Borges**

I – Relatório

Vem ao exame da Mesa do Senado Federal o Requerimento nº 80, de 2008, de autoria do eminente Senador Arthur Virgílio, que requer, com fundamento no art 50, § 2º da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta, no período de 2003 a 2007.

São solicitadas diversas informações sobre o tema, todas envolvendo os gastos com os cartões corporativos e seus responsáveis, bem como as respectivas prestações de contas.

O pedido é justificado pela necessidade de se verificar o que foi gasto com os cartões corporativos e se as despesas são permitidas pela legislação, visando dar mais transparência à forma com que estão sendo efetuadas essas despesas, na tentativa de realizar um controle detalhado desses gastos.

II – Análise

O tema desse requerimento já foi objeto de exame pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, quando matéria similar tramitou nessa Casa, tendo em vista a possibilidade de a questão envolver a entrega, ao Senado Federal, de documentos que contêm informações protegidas por sigilo.

Examinando a matéria, aquela douta Comissão decidiu, em sessão realizada no dia 1º de junho de 2005, pelo encaminhamento do Requerimento [...] à decisão da Colenda Mesa do Senado Federal, na forma do art. 50, § 2º da Constituição Federal, uma vez que o mesmo não contém solicitação de informações protegidas por sigilo cuja liberação depende de procedimento legislativo próprio.

Assim, a proposição encontra-se de acordo com os dispositivos constitucionais e regimentais que regem os pedidos de informações a autoridades do Poder Executivo.

Igualmente, atende aos requisitos de admissibilidade exigidos pelo Ato da Mesa nº 1, de 2001, uma vez que o requerimento se encontra dirigido à

autoridade ministerial competente, refere-se a matéria submetida à apreciação do Senado Federal e atinente à sua competência fiscalizadora e não contém tema vedado por aquele diploma legal e nem sujeito a outras restrições, salvo, conforme acentua a manifestação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, se, eventualmente, envolver o acesso a dados cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

Nessa hipótese, cabe ao Poder Executivo informar a situação, motivá-la, e tomar as providências necessárias quando da transferência dos documentos para o Senado Federal, que cuidará para que esses documentos tenham, internamente, o tratamento que o seu conteúdo exige.

III – Voto

Do exposto, manifestamo-nos favoravelmente à aprovação do Requerimento nº 80, de 2008.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

PARECER Nº 257, DE 2008

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento no 81, de 2008, que requer, com fundamento no art. 50, § 2º da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta.

Relator: Senador **César Borges**

I – Relatório

Vem ao exame da Mesa do Senado Federal o Requerimento no 81, de 2008, de autoria do eminente Senador Arthur Virgílio, que requer, com fundamento no art. 50, § 2º da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento

Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta, no período de 2003 a 2007.

São solicitadas diversas informações sobre o tema, todas envolvendo os gastos com os cartões corporativos e seus responsáveis, bem como as respectivas prestações de contas.

O pedido é justificado pela necessidade de se verificar o que foi gasto com os cartões corporativos e se as despesas são permitidas pela legislação, visando dar mais transparência à forma com que estão sendo efetuadas essas despesas, na tentativa de realizar um controle detalhado desses gastos.

II – Análise

O tema desse requerimento já foi objeto de exame pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, quando matéria similar tramitou nessa Casa, tendo em vista a possibilidade de a questão envolver a entrega, ao Senado Federal, de documentos que contêm informações protegidas por sigilo.

Examinando a matéria, aquela douta Comissão decidiu, em sessão realizada no dia 1º de junho de 2005, pelo encaminhamento do Requerimento [...] à decisão da Colenda Mesa do Senado Federal, na forma do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, uma vez que o mesmo não contém solicitação de informações protegidas por sigilo cuja liberação depende de procedimento legislativo próprio.

Assim, a proposição encontra-se de acordo com os dispositivos constitucionais e regimentais que regem os pedidos de informações a autoridades do Poder Executivo.

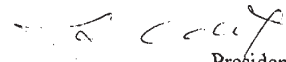
Igualmente, atende aos requisitos de admissibilidade exigidos pelo Ato da Mesa nº 1, de 2001, uma vez que o requerimento se encontra dirigido à autoridade ministerial competente, refere-se a matéria submetida à apreciação do Senado Federal e atinente à sua competência fiscalizadora e não contém tema vedado por aquele diploma legal e nem sujeito a outras restrições, salvo, conforme acentua a manifestação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, se, eventualmente, envolver o acesso a dados cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

Nessa hipótese, cabe ao Poder Executivo informar a situação, motivá-la, e tomar as providências necessárias quando da transferência dos documentos para o Senado Federal, que cuidará para que esses documentos tenham, internamente, o tratamento que o seu conteúdo exige.

III – Voto

Do exposto, manifestamo-nos favoravelmente à aprovação do Requerimento nº 81, de 2008.

Sala da Comissão,


, Presidente


, Relator



PARECER Nº 258, DE 2008

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 82, de 2008, que requer, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado da Justiça sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta.

Relator: Senador **César Borges**

I – Relatório

Vem ao exame da Mesa do Senado Federal o Requerimento nº 82, de 2008, de autoria do eminente Senador Arthur Virgílio, que requer com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado da Justiça sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta, no período de 2003 a 2007.

São solicitadas diversas informações sobre o tema, todas envolvendo os gastos com os cartões corporativos e seus responsáveis, bem como as respectivas prestações de contas.

O pedido é justificado pela necessidade de se verificar o que foi gasto com os cartões corporativos e se as despesas são permitidas pela legislação, visando dar mais transparência à forma com que estão sendo efetuadas essas despesas, na tentativa de realizar um controle detalhado desses gastos.

II – Análise

O tema desse requerimento já foi objeto de exame pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, quando matéria similar tramitou nessa Casa, tendo em vista a possibilidade de a questão envolver a entrega, ao Senado Federal, de documentos que contêm informações protegidas por sigilo.

Examinando a matéria, aquela douta Comissão decidiu, em sessão realizada no dia 1º de junho de 2005, pelo encaminhamento do Requerimento [...] à decisão da Colenda Mesa do Senado Federal, na forma do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, uma vez que o mesmo não contém solicitação de informações protegidas por sigilo cuja liberação depende de procedimento legislativo próprio.

Assim, a proposição encontra-se de acordo com os dispositivos constitucionais e regimentais que regem os pedidos de informações a autoridades do Poder Executivo.

Igualmente, atende aos requisitos de admissibilidade exigidos pelo Ato da Mesa nº 1, de 2001, uma vez que o requerimento se encontra dirigido à autoridade ministerial competente, refere-se a matéria submetida à apreciação do Senado Federal e atinente à sua competência fiscalizadora e não contém tema vedado por aquele diploma legal e nem sujeito a outras restrições, salvo, conforme acentua a manifestação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, se, eventualmente, envolver o acesso a dados cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

Nessa hipótese, cabe ao Poder Executivo informar a situação, motivá-la, e tomar as providências necessárias quando da transferência dos documentos para o Senado Federal, que cuidará para que esses documentos tenham, internamente, o tratamento que o seu conteúdo exige.

III – Voto

Do exposto, manifestamo-nos favoravelmente à aprovação do Requerimento nº 82, de 2008.

Sala da Comissão,


, Presidente


, Relator

PARECER Nº 259, DE 2008

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 83, de 2008, que requer, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado da Integração Nacional sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta.

Relator: Senador **César Borges**

I – Relatório

Vem ao exame da Mesa do Senado Federal o Requerimento nº 83, de 2008, de autoria do eminente Senador Arthur Virgílio, que requer com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado da Integração Nacional sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta, no período de 2003 a 2007.

São solicitadas diversas informações sobre o tema, todas envolvendo os gastos com os cartões corporativos e seus responsáveis, bem como as respectivas prestações de contas.

O pedido é justificado pela necessidade de se ficar o que foi gasto com os cartões corporativos e se as despesas são permitidas pela legislação, visando dar mais transparência à forma com que estão sendo efetuadas essas despesas, na tentativa de realizar um controle detalhado desses gastos.

II – Análise

O tema desse requerimento já foi objeto de exame pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, quando matéria similar tramitou nessa Casa, tendo em vista a possibilidade de a questão envolver a entrega, ao Senado Federal, de documentos que contêm informações protegidas por sigilo.

Examinando a matéria, aquela douta Comissão decidiu, em sessão realizada no dia 1º de junho de 2005, pelo encaminhamento do Requerimento [...] à decisão da Colenda Mesa do Senado Federal, na forma do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, uma vez que o mesmo não contém solicitação de informações protegidas por sigilo cuja liberação depende de procedimento legislativo próprio.

Assim, a proposição encontra-se de acordo com os dispositivos constitucionais e regimentais que regem os pedidos de informações a autoridades do Poder Executivo.

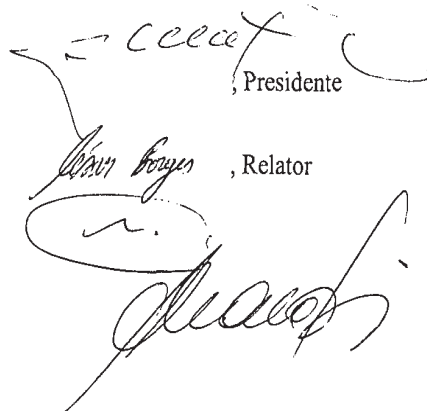
Igualmente, atende aos requisitos de admissibilidade exigidos pelo Ato da Mesa nº 1, de 2001, uma vez que o requerimento se encontra dirigido à autoridade ministerial competente, refere-se a matéria submetida à apreciação do Senado Federal e atinente à sua competência fiscalizadora e não contém tema vedado por aquele diploma legal e nem sujeito a outras restrições, salvo, conforme acentua a manifestação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, se, eventualmente, envolver o acesso a dados cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

Nessa hipótese, cabe ao Poder Executivo informar a situação, motivá-la, e tomar as providências necessárias quando da transferência dos documentos para o Senado Federal, que cuidará para que esses documentos tenham, internamente, o tratamento que o seu conteúdo exige.

III – Voto

Do exposto, manifestamo-nos favoravelmente à aprovação do Requerimento nº 83, de 2008.

Sala da Comissão,



Handwritten signature of the President of the Commission, with the name 'Presidente' written below it.

Handwritten signature of the Reporter, with the name 'Relator' written below it.

PARECER Nº 260, DE 2008

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 84, de 2008, que requer, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado da Fazenda sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta.

Relator: Senador **César Borges**

I – Relatório

Vem ao exame da Mesa do Senado Federal o Requerimento nº 84, de 2008, de autoria do eminente Senador Arthur Virgílio, que requer com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado

com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado da Fazenda sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta, no período de 2003 a 2007.

São solicitadas diversas informações sobre o tema, todas envolvendo os gastos com os cartões corporativos e seus responsáveis, bem como as respectivas prestações de contas.

O pedido é justificado pela necessidade de se verificar o que foi gasto com os cartões corporativos e se as despesas são permitidas pela legislação, visando dar mais transparência à forma com que estão sendo efetuadas essas despesas, na tentativa de realizar um controle detalhado desses gastos.

II – Análise

O tema desse requerimento já foi objeto de exame pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, quando matéria similar tramitou nessa Casa, tendo em vista a possibilidade de a questão envolver a entrega, ao Senado Federal, de documentos que contêm informações protegidas por sigilo.

Examinando a matéria, aquela douta Comissão decidiu, em sessão realizada no dia 1º de junho de 2005, pelo encaminhamento do Requerimento [...] à decisão da Colenda Mesa do Senado Federal, na forma do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, uma vez que o mesmo não contém solicitação de informações protegidas por sigilo cuja liberação depende de procedimento legislativo próprio.

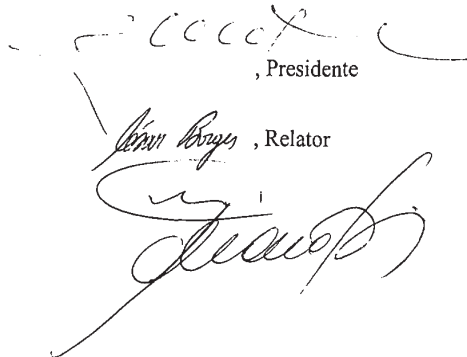
Assim, a proposição encontra-se de acordo com os dispositivos constitucionais e regimentais que regem os pedidos de informações a autoridades do Poder Executivo.

Igualmente, atende aos requisitos de admissibilidade exigidos pelo Ato da Mesa nº 1, de 2001, uma vez que o requerimento se encontra dirigido à autoridade ministerial competente, refere-se a matéria submetida à apreciação do Senado Federal e atinente à sua competência fiscalizadora e não contém tema vedado por aquele diploma legal e nem sujeito a outras restrições, salvo, conforme acentua a manifestação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, se, eventualmente, envolver o acesso a dados cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

Nessa hipótese, cabe ao Poder Executivo informar a situação, motivá-la, e tomar as providências necessárias quando da transferência dos documentos para o Senado Federal, que cuidará para que esses documentos tenham, internamente, o tratamento que o seu conteúdo exige.

III – Voto

Do exposto, manifestamo-nos favoravelmente à aprovação do Requerimento nº 84, de 2008.
Sala da Comissão,



, Presidente
, Relator

PARECER Nº 261, DE 2008

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 85, de 2008, que requer, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado do Esporte sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta César Borges

Relator: Senador **César Borges**

I – Relatório

Vem ao exame da Mesa do Senado Federal o Requerimento nº 85, de 2008, de autoria do eminente Senador Arthur Virgílio, que requer com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado do Esporte sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta, no período de 2003 a 2007.

São solicitadas diversas informações sobre o tema, todas envolvendo os gastos com os cartões corporativos e seus responsáveis, bem como as respectivas prestações de contas.

O pedido é justificado pela necessidade de se verificar o que foi gasto com os cartões corporativos e se as despesas são permitidas pela legislação, visando dar mais transparência à forma com que estão sendo efetuadas essas despesas, na tentativa de realizar um controle detalhado desses gastos.

II – Análise

O tema desse requerimento já foi objeto de exame pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania,

quando matéria similar tramitou nessa Casa, tendo em vista a possibilidade de a questão envolver a entrega, ao Senado Federal, de documentos que contêm informações protegidas por sigilo.

Examinando a matéria, aquela douta Comissão decidiu, em sessão realizada no dia 1º de junho de 2005, pelo encaminhamento do Requerimento [...] à decisão da Colenda Mesa do Senado Federal, na forma do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, uma vez que o mesmo não contém solicitação de informações protegidas por sigilo cuja liberação depende de procedimento legislativo próprio.

Assim, a proposição encontra-se de acordo com os dispositivos constitucionais e regimentais que regem os pedidos de informações a autoridades do Poder Executivo.

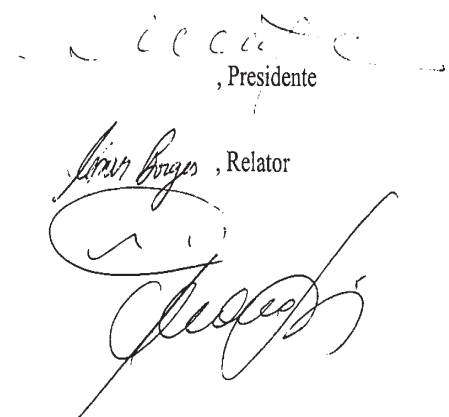
Igualmente, atende aos requisitos de admissibilidade exigidos pelo Ato da Mesa nº 1, de 2001, uma vez que o requerimento se encontra dirigido à autoridade ministerial competente, refere-se a matéria submetida à apreciação do Senado Federal e atinente à sua competência fiscalizadora e não contém tema vedado por aquele diploma legal e nem sujeito a outras restrições, salvo, conforme acentua a manifestação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, se, eventualmente, envolver o acesso a dados cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

Nessa hipótese, cabe ao Poder Executivo informar a situação, motivá-la, e tomar as providências necessárias quando da transferência dos documentos para o Senado Federal, que cuidará para que esses documentos tenham, internamente, o tratamento que o seu conteúdo exige.

III – Voto

Do exposto, manifestamo-nos favoravelmente à aprovação do Requerimento nº 85, de 2008.

Sala da Comissão,



, Presidente
, Relator

PARECER Nº 262, DE 2008

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 86, de 2008, que requer, com fundamento no art. 50, § 2º da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado da Cultura sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta.

Relator: Senador **César Borges**

I – Relatório

Vem ao exame da Mesa do Senado Federal o Requerimento nº 86, de 2008, de autoria do eminente Senador Arthur Virgílio, que requer, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado da Cultura sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta, no período de 2003 a 2007.

São solicitadas diversas informações sobre o tema, todas envolvendo os gastos com os cartões corporativos e seus responsáveis, bem como as respectivas prestações de contas.

O pedido é justificado pela necessidade de se verificar o que foi gasto com os cartões corporativos e se as despesas são permitidas pela legislação, visando dar mais transparência à forma com que estão sendo efetuadas essas despesas, na tentativa de realizar um controle detalhado desses gastos.

II – Análise

O tema desse requerimento já foi objeto de exame pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, quando matéria similar tramitou nessa Casa, tendo em vista a possibilidade de a questão envolver a entrega, ao Senado Federal, de documentos que contêm informações protegidas por sigilo.

Examinando a matéria, aquela douta Comissão decidiu, em sessão realizada no dia 1º de junho de 2005, pelo encaminhamento do Requerimento [...] à decisão da Colenda Mesa do Senado Federal, na forma do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, uma vez que o mesmo não contém solicitação de informações protegidas por sigilo cuja liberação depende de procedimento legislativo próprio.

Assim, a proposição encontra-se de acordo com os dispositivos constitucionais e regimentais que regem os pedidos de informações a autoridades do Poder Executivo.

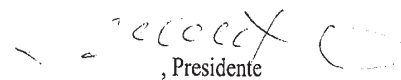
Igualmente, atende aos requisitos de admissibilidade exigidos pelo Ato da Mesa nº 1, de 2001, uma vez que o requerimento se encontra dirigido à autoridade ministerial competente, refere-se a matéria submetida à apreciação do Senado Federal e atinente à sua competência fiscalizadora e não contém tema vedado por aquele diploma legal e nem sujeito a outras restrições, salvo, conforme acentua a manifestação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, se, eventualmente, envolver o acesso a dados cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

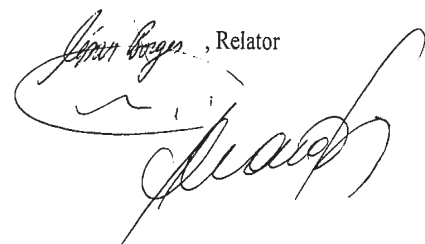
Nessa hipótese, cabe ao Poder Executivo informar a situação, motivá-la, e tomar as providências necessárias quando da transferência dos documentos para o Senado Federal, que cuidará para que esses documentos tenham, internamente, o tratamento que o seu conteúdo exige.

III – Voto

Do exposto, manifestamo-nos favoravelmente à aprovação do Requerimento nº 86, de 2008.

Sala da Comissão,


Presidente


Relator

PARECER Nº 263, DE 2008

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 87, de 2008, que requer, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado do Controle e da Transparência sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta.

Relator: Senador **César Borges**

I – Relatório

Vem ao exame da Mesa do Senado Federal o Requerimento nº 87, de 2008, de autoria do eminente Senador Arthur Virgílio, que requer, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combina-

do com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado do Controle e da Transparência sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta, no período de 2003 a 2007.

São solicitadas diversas informações sobre o tema, todas envolvendo os gastos com os cartões corporativos e seus responsáveis, bem como as respectivas prestações de contas.

O pedido é justificado pela necessidade de se verificar o que foi gasto com os cartões corporativos e se as despesas são permitidas pela legislação, visando dar mais transparência à forma com que estão sendo efetuadas essas despesas, na tentativa de realizar um controle detalhado desses gastos.

II – Análise

O tema desse requerimento já foi objeto de exame pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, quando matéria similar tramitou nessa Casa, tendo em vista a possibilidade de a questão envolver a entrega, ao Senado Federal, de documentos que contêm informações protegidas por sigilo.

Examinando a matéria, aquela douta Comissão decidiu, em sessão realizada no dia 1º de junho de 2005, pelo encaminhamento do Requerimento [...] à decisão da Colenda Mesa do Senado Federal, na forma do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, uma vez que o mesmo não contém solicitação de informações protegidas por sigilo cuja liberação depende de procedimento legislativo próprio.

Assim, a proposição encontra-se de acordo com os dispositivos constitucionais e regimentais que regem os pedidos de informações a autoridades do Poder Executivo.

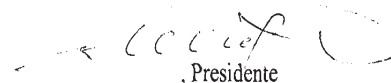
Igualmente, atende aos requisitos de admissibilidade exigidos pelo Ato da Mesa nº 1, de 2001, uma vez que o requerimento se encontra dirigido à autoridade ministerial competente, refere-se a matéria submetida à apreciação do Senado Federal e atinente à sua competência fiscalizadora e não contém tema vedado por aquele diploma legal e nem sujeito a outras restrições, salvo, conforme acentua a manifestação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, se, eventualmente, envolver o acesso a dados cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

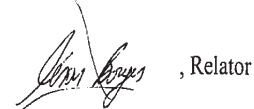
Nessa hipótese, cabe ao Poder Executivo informar a situação, motivá-la, e tomar as providências necessárias quando da transferência dos documentos para o Senado Federal, que cuidará para que esses documentos tenham, internamente, o tratamento que o seu conteúdo exige.

III – Voto

Do exposto, manifestamo-nos favoravelmente à aprovação do Requerimento nº 87, de 2008.

Sala da Comissão,


, Presidente


, Relator



PARECER Nº 264, DE 2008

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 88, de 2008, que requer, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado das Comunicações sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta.

Relator: Senador **César Borges**

I – Relatório

Vem ao exame da Mesa do Senado Federal o Requerimento nº 88, de 2008, de autoria do eminente Senador Arthur Virgílio, que requer, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado das Comunicações sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta, no período de 2003 a 2007.

São solicitadas diversas informações sobre o tema, todas envolvendo os gastos com os cartões corporativos e seus responsáveis, bem como as respectivas prestações de contas.

O pedido é justificado pela necessidade de se verificar o que foi gasto com os cartões corporativos e se as despesas são permitidas pela legislação, visando dar mais transparência à forma com que estão sendo efetuadas essas despesas, na tentativa de realizar um controle detalhado desses gastos.

II - Análise

O tema desse requerimento já foi objeto de exame pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, quando matéria similar tramitou nessa Casa, tendo em vista a possibilidade de a questão envolver a entrega, ao Senado Federal, de documentos que contêm informações protegidas por sigilo.

Examinando a matéria, aquela douta Comissão decidiu, em sessão realizada no dia 1º de junho de 2005, pelo encaminhamento do Requerimento [...] à decisão da Colenda Mesa do Senado Federal, na forma do art 50, § 2º, da Constituição Federal, uma vez que o mesmo não contém solicitação de informações protegidas por sigilo cuja liberação depende de procedimento legislativo próprio.

Assim, a proposição encontra-se de acordo com os dispositivos constitucionais e regimentais que regem os pedidos de informações a autoridades do Poder Executivo.

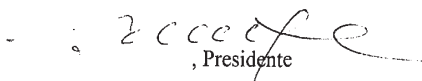
Igualmente, atende aos requisitos de admissibilidade exigidos pelo Ato da Mesa nº 1, de 2001, uma vez que o requerimento se encontra dirigido à autoridade ministerial competente, refere-se a matéria submetida à apreciação do Senado Federal e atinente à sua competência fiscalizadora e não contém tema vedado por aquele diploma legal e nem sujeito a outras restrições, salvo, conforme acentua a manifestação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, se, eventualmente, envolver o acesso a dados cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

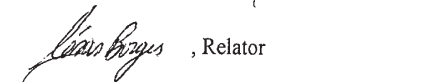
Nessa hipótese, cabe ao Poder Executivo informar a situação, motivá-la, e tomar as providências necessárias quando da transferência dos documentos para o Senado Federal, que cuidará para que esses documentos tenham, internamente, o tratamento que o seu conteúdo exige.

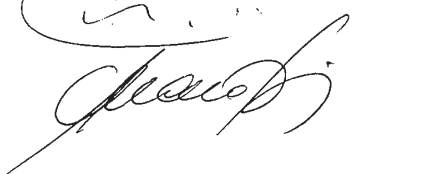
III – Voto

Do exposto, manifestamo-nos favoravelmente à aprovação do Requerimento nº 88, de 2008.

Sala da Comissão,


 , Presidente


 , Relator



PARECER Nº 265, DE 2008

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 89, de 2008, que requer, com fundamento no art. 50, § 2º da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta.

Relator: Senador **César Borges**

I – Relatório

Vem ao exame da Mesa do Senado Federal o Requerimento nº 89, de 2008, de autoria do eminente Senador Arthur Virgílio, que requer, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta, no período de 2003 a 2007.

São solicitadas diversas informações sobre o tema, todas envolvendo os gastos com os cartões corporativos e seus responsáveis, bem como as respectivas prestações de contas.

O pedido é justificado pela necessidade de se verificar o que foi gasto com os cartões corporativos e se as despesas são permitidas pela legislação, visando dar mais transparência à forma com que estão sendo efetuadas essas despesas, na tentativa de realizar um controle detalhado desses gastos.

II – Análise

O tema desse requerimento já foi objeto de exame pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, quando matéria similar tramitou nessa Casa, tendo em vista a possibilidade de a questão envolver a entrega, ao Senado Federal, de documentos que contêm informações protegidas por sigilo.

Examinando a matéria, aquela douta Comissão decidiu, em sessão realizada no dia 1º de junho de 2005, pelo encaminhamento do Requerimento [...] à decisão da Colenda Mesa do Senado Federal, na forma do art 50, § 2º da Constituição Federal, uma vez que o mesmo não contém solicitação de informações protegidas por sigilo cuja liberação depende de procedimento legislativo próprio.

Assim, a proposição encontra-se de acordo com os dispositivos constitucionais e regimentais que regem os pedidos de informações a autoridades do Poder Executivo.

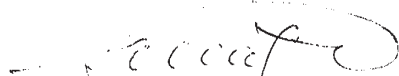
Igualmente, atende aos requisitos de admissibilidade exigidos pelo Ato da Mesa nº 1, de 2001, uma vez que o requerimento se encontra dirigido à autoridade ministerial competente, refere-se a matéria submetida à apreciação do Senado Federal e atinente à sua competência fiscalizadora e não contém tema vedado por aquele diploma legal e nem sujeito a outras restrições, salvo, conforme acentua a manifestação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, se, eventualmente, envolver o acesso a dados cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

Nessa hipótese, cabe ao Poder Executivo informar a situação, motivá-la, e tomar as providências necessárias quando da transferência dos documentos para o Senado Federal, que cuidará para que esses documentos tenham, internamente, o tratamento que o seu conteúdo exige.

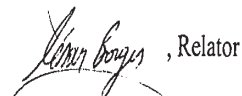
III – Voto

Do exposto, manifestamo-nos favoravelmente à aprovação do Requerimento nº 89, de 2008.

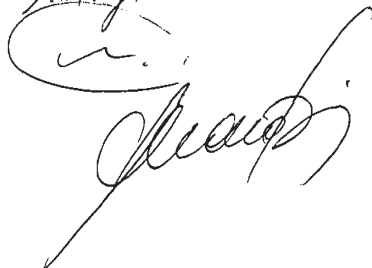
Sala da Comissão,



, Presidente



, Relator



PARECER Nº 266, DE 2008

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 90, de 2008, que requer, com fundamento no art. 50, § 2º da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado das Cidades sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta.

Relator: Senador **César Borges**

I – Relatório

Vem ao exame da Mesa do Senado Federal o Requerimento nº 90, de 2008, de autoria do eminente

Senador Arthur Virgílio, que requer com fundamento no art. 50, § 2º da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado das Cidades sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta, no período de 2003 a 2007.

São solicitadas diversas informações sobre o tema, todas envolvendo os gastos com os cartões corporativos e seus responsáveis, bem como as respectivas prestações de contas.

O pedido é justificado pela necessidade de se verificar o que foi gasto com os cartões corporativos e se as despesas são permitidas pela legislação, visando dar mais transparência à forma com que estão sendo efetuadas essas despesas, na tentativa de realizar um controle detalhado desses gastos.

II – Análise

O tema desse requerimento já foi objeto de exame pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, quando matéria similar tramitou nessa Casa, tendo em vista a possibilidade de a questão envolver a entrega, ao Senado Federal, de documentos que contêm informações protegidas por sigilo.

Examinando a matéria, aquela douta Comissão decidiu, em sessão realizada no dia 10 de junho de 2005, pelo encaminhamento do Requerimento (...) à decisão da Colenda Mesa do Senado Federal, na forma do art. 50, § 2º da Constituição Federal, uma vez que o mesmo não contém solicitação de informações protegidas por sigilo cuja liberação depende de procedimento legislativo próprio.

Assim, a proposição encontra-se de acordo com os dispositivos constitucionais e regimentais que regem os pedidos de informações a autoridades do Poder Executivo.

Igualmente, atende aos requisitos de admissibilidade exigidos pelo Ato da Mesa nº 1, de 2001, uma vez que o requerimento se encontra dirigido à autoridade ministerial competente, refere-se a matéria submetida à apreciação do Senado Federal e atinente à sua competência fiscalizadora e não contém tema vedado por aquele diploma legal e nem sujeito a outras restrições, salvo, conforme acentua a manifestação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, se, eventualmente, envolver o acesso a dados cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

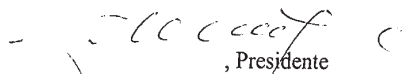
Nessa hipótese, cabe ao Poder Executivo informar a situação, motivá-la, e tomar as providências necessárias quando da transferência dos documentos para o Senado Federal, que cuidará para que esses

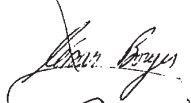
documentos tenham, internamente, o tratamento que o seu conteúdo exige.

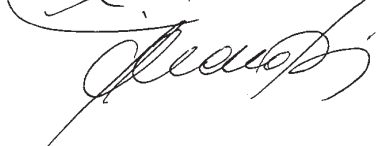
III – Voto

Do exposto, manifestamo-nos favoravelmente à aprovação do Requerimento nº 90, de 2008.

Sala da Comissão,


, Presidente


, Relator



PARECER Nº 267, DE 2008

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 91, de 2008, que requer, com fundamento no art. 50, § 2º da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações à Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta.

Relator: Senador **César Borges**

I – Relatório

Vem ao exame da Mesa do Senado Federal o Requerimento nº 91, de 2008, de autoria do eminente Senador Arthur Virgílio, que requer com fundamento no art. 50, § 2º da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações à Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta, no período de 2003 a 2007.

São solicitadas diversas informações sobre o tema, todas envolvendo os gastos com os cartões corporativos e seus responsáveis, bem como as respectivas prestações de contas.

O pedido é justificado pela necessidade de se verificar o que foi gasto com os cartões corporativos e se as despesas são permitidas pela legislação, visando dar mais transparência à forma com que estão sendo efetuadas essas despesas, na tentativa de realizar um controle detalhado desses gastos.

II – Análise

O tema desse requerimento já foi objeto de exame pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, quando matéria similar tramitou nessa Casa, tendo em vista a possibilidade de a questão envolver a entrega, ao Senado Federal, de documentos que contém informações protegidas por sigilo.

Examinando a matéria, aquela douta Comissão decidiu, em sessão realizada no dia 10 de junho de 2005, pelo encaminhamento do Requerimento à decisão da Colenda Mesa do Senado Federal, na forma do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, uma vez que o mesmo não contém solicitação de informações protegidas por sigilo cuja liberação depende de procedimento legislativo próprio.

Assim, a proposição encontra-se de acordo com os dispositivos constitucionais e regimentais que regem os pedidos de informações a autoridades do Poder Executivo.

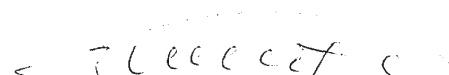
Igualmente, atende aos requisitos de admissibilidade exigidos pelo Ato da Mesa nº 1, de 2001, uma vez que o requerimento se encontra dirigido à autoridade ministerial competente, refere-se a matéria submetida à apreciação do Senado Federal e atinente à sua competência fiscalizadora e não contém tema vedado por aquele diploma legal e nem sujeito a outras restrições, salvo, conforme acentua a manifestação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, se, eventualmente, envolver o acesso a dados cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

Nessa hipótese, cabe ao Poder Executivo informar a situação, motivá-la, e tomar as providências necessárias quando da transferência dos documentos para o Senado Federal, que cuidará para que esses documentos tenham, internamente, o tratamento que o seu conteúdo exige.

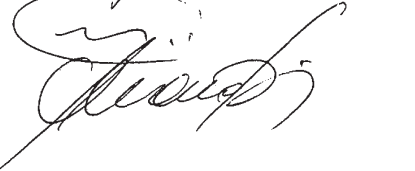
III - Voto

Do exposto, manifestamo-nos favoravelmente à aprovação do Requerimento nº 91, de 2008.

Sala da Comissão,


, Presidente


, Relator



PARECER Nº 268, DE 2008

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 92, de 2008, que requer, com fundamento no art. 50, § 2º da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Secretário Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta.

Relator: Senador **César Borges**

I – Relatório

Vem ao exame da Mesa do Senado Federal o Requerimento nº 92, de 2008, de autoria do eminente Senador Arthur Virgílio, que requer, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Secretário Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta, no período de 2003 a 2007.

São solicitadas diversas informações sobre o tema, todas envolvendo os gastos com os cartões corporativos e seus responsáveis, bem como as respectivas prestações de contas.

O pedido é justificado pela necessidade de se verificar o que foi gasto com os cartões corporativos e se as despesas são permitidas pela legislação, visando dar mais transparência à forma com que estão sendo efetuadas essas despesas, na tentativa de realizar um controle detalhado desses gastos.

II – Análise

O tema desse requerimento já foi objeto de exame pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, quando matéria similar tramitou nessa Casa, tendo em vista a possibilidade de a questão envolver a entrega, ao Senado Federal, de documentos que contêm informações protegidas por sigilo.

Examinando a matéria, aquela douta Comissão decidiu, em sessão realizada no dia 10 de junho de 2005, pelo encaminhamento do Requerimento [...] à decisão da Colenda Mesa do Senado Federal, na forma do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, uma vez que o mesmo não contém solicitação de informações protegidas por sigilo cuja liberação depende de procedimento legislativo próprio.

Assim, a proposição encontra-se de acordo com os dispositivos constitucionais e regimentais que re-

gem os pedidos de informações a autoridades do Poder Executivo.

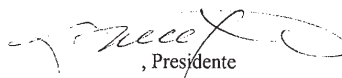
Igualmente, atende aos requisitos de admissibilidade exigidos pelo Ato da Mesa nº 1, de 2001, uma vez que o requerimento se encontra dirigido à autoridade ministerial competente, refere-se a matéria submetida à apreciação do Senado Federal e atinente à sua competência fiscalizadora e não contém tema vedado por aquele diploma legal e nem sujeito a outras restrições, salvo, conforme acentua a manifestação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, se, eventualmente, envolver o acesso a dados cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

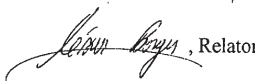
Nessa hipótese, cabe ao Poder Executivo informar a situação, motivá-la, e tomar as providências necessárias quando da transferência dos documentos para o Senado Federal, que cuidará para que esses documentos tenham, internamente, o tratamento que o seu conteúdo exige.

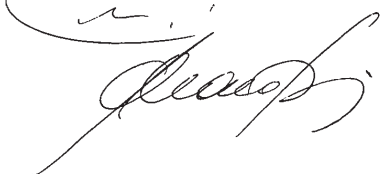
III – Voto

Do exposto, manifestamo-nos favoravelmente à aprovação do Requerimento nº 92, de 2008.

Sala da Comissão,


 , Presidente


 , Relator



PARECER Nº 269, DE 2008

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 93, de 2008, que requer, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal informações ao Ministro de Estado Presidente do Banco Central do Brasil sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta.

Relator: Senador **César Borges**

I – Relatório

Vem ao exame da Mesa do Senado Federal o Requerimento nº 93, de 2008, de autoria do eminente Senador Arthur Virgílio que requer com fundamento no art. 50, § 2º da Constituição Federal, combinado com

o art 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado Presidente do Banco Central do Brasil sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta, no período de 2003 a 2007.

São solicitadas diversas informações sobre o tema, todas envolvendo os gastos com os cartões corporativos e seus responsáveis, bem como as respectivas prestações de contas.

O pedido é justificado pela necessidade de se verificar o que foi gasto com os cartões corporativos e se as despesas são permitidas pela legislação, visando dar mais transparência à forma com que estão sendo efetuadas essas despesas, na tentativa de realizar um controle detalhado desses gastos.

II – Análise

O tema desse requerimento já foi objeto de exame pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, quando matéria similar tramitou nessa Casa, tendo em vista a possibilidade de a questão envolver a entrega, ao Senado Federal, de documentos que contêm informações protegidas por sigilo.

Examinando a matéria, aquela douta Comissão decidiu, em sessão realizada no dia 10 de junho de 2005, pelo encaminhamento do Requerimento [...] decisão da Colenda Mesa do Senado Federal, na forma do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, uma vez que o mesmo não contém solicitação de informações protegidas por sigilo cuja liberação depende de procedimento legislativo próprio.

Assim, a proposição encontra-se de acordo com os dispositivos constitucionais e regimentais que regem os pedidos de informações a autoridades do Poder Executivo.

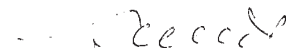
Igualmente, atende aos requisitos de admissibilidade exigidos pelo Ato da Mesa nº 1, de 2001, uma vez que o requerimento se encontra dirigido à autoridade ministerial competente, refere-se a matéria submetida à apreciação do Senado Federal e atinente à sua competência fiscalizadora e não contém tema vedado por aquele diploma legal e nem sujeito a outras restrições, salvo, conforme acentua a manifestação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, se, eventualmente, envolver o acesso a dados cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.


Nessa hipótese, cabe ao Poder Executivo informar a situação, motivá-la, e tomar as providências necessárias quando da transferência dos documentos para o Senado Federal, que cuidará para que esses documentos tenham, internamente, o tratamento que o seu conteúdo exige.

III – Voto

Do exposto, manifestamo-nos favoravelmente à aprovação do Requerimento nº 93, de 2008.

Sala da Comissão,


, Presidente

 , Relator



PARECER Nº 270, DE 2008

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 94, de 2008, que requer, com fundamento no art. 50, § 2º da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado Extraordinário de Assuntos Estratégicos sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dos órgãos e entidades subordinados a essa autoridade.

Relator: Senador **Cesar Borges**

I – Relatório

Vem ao exame da Mesa do Senado Federal o Requerimento nº 94, de 2008, de autoria do emine–nte Senador Arthur Virgílio, que requer com fundamento no art. 50, § 2º da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado Extraordinário de Assuntos Estratégicos sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dos órgãos e entidades subordinados a essa autoridade, no período de 2003 a 2007.

São solicitadas diversas informações sobre o tema, todas envolvendo os gastos com os cartões corporativos e seus responsáveis, bem como as respectivas prestações de contas.

O pedido é justificado pela necessidade de se verificar o que foi gasto com os cartões corporativos e se as despesas são permitidas pela legislação, visando dar mais transparência à forma com que estão sendo efetuadas essas despesas, na tentativa de realizar um controle detalhado desses gastos.

II – Análise

O tema desse requerimento já foi objeto de exame pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, quando matéria similar tramitou nessa Casa, tendo em vista a possibilidade de a questão envolver a entrega, ao Senado Federal, de documentos que contêm informações protegidas por sigilo.

Examinando a matéria, aquela douta Comissão decidiu, em sessão realizada no dia 1º de junho de 2005, pelo encaminhamento do Requerimento [...] à decisão da Colenda Mesa do Senado Federal, na forma do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, uma vez que o mesmo não contém solicitação de informações protegidas por sigilo cuja liberação depende de procedimento legislativo próprio.

Assim, a proposição encontra-se de acordo com os dispositivos constitucionais e regimentais que regem os pedidos de informações a autoridades do Poder Executivo.

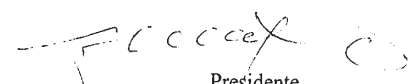
Igualmente, atende aos requisitos de admissibilidade exigidos pelo Ato da Mesa nº 1, de 2001, uma vez que o requerimento se encontra dirigido à autoridade ministerial competente, refere-se a matéria submetida à apreciação do Senado Federal e atinente à sua competência fiscalizadora e não contém tema vedado por aquele diploma legal e nem sujeito a outras restrições, salvo, conforme acentua a manifestação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, se, eventualmente, envolver o acesso a dados cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

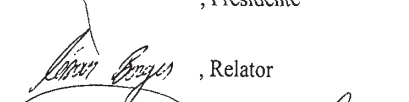
Nessa hipótese, cabe ao Poder Executivo informar a situação, motivá-la, e tomar as providências necessárias quando da transferência dos documentos para o Senado Federal, que cuidará para que esses documentos tenham, internamente, o tratamento que o seu conteúdo exige.

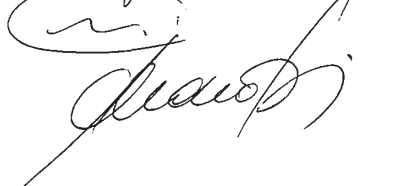
III – Voto

Do exposto, manifestamo-nos favoravelmente à aprovação do Requerimento nº 94, de 2008.

Sala da Comissão,


, Presidente


, Relator



PARECER Nº 271, DE 2008

Da Mesa do Senado Federal, ao Requerimento nº 95, de 2008, que requer, com fundamento no art. 50, § 2º da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministério da Justiça sobre a entrada e saída em território nacional, períodos e locais de estadia dos cidadãos estrangeiros citados no requerimento.

Relator: Senador **Gerson Camata**

I — Relatório

O presente Requerimento, de autoria do ilustre Senador Demóstenes Torres, solicita que o Ministério da Justiça informe sobre a entrada e saída em território nacional dos seguintes cidadãos estrangeiros, com as respectivas datas, períodos e locais de estadia: Guido Alejandro Antonini Wilson, nacionalidades americana e venezuelana, Carlos Kauffmann, de nacionalidade venezuelana, Franklin Duran, Moisés Maionica Pajovic, ambos de nacionalidade venezuelana, Rodolfo Wanseele Paciello, uruguaio, e José Antônio Canchica Gómez, também venezuelano.

Na justificação, o nobre autor do Requerimento relata que os cidadãos citados foram detidos numa prisão federal de Miami, acusados pelo FBI de atuar ilegalmente nos Estados Unidos como agentes do governo da Venezuela. Menciona que, na Argentina, eles estão diretamente envolvidos no episódio de apreensão de uma mala com 800 mil dólares, provavelmente destinados a interferir nas eleições presidenciais. No curso das investigações, atestou-se que alguns deles haviam estado na América Latina, inclusive no Brasil.

Assim, compete ao Senado, na sua função fiscalizadora, saber se as referidas pessoas estiveram ou ainda estão no país, sendo dever do Ministério da Justiça deter o controle da entrada e saída de estrangeiros em território nacional, principalmente aqueles que podem trazer riscos ao bom funcionamento das instituições.

II – Análise

O Requerimento mostra-se em consonância com as regras constitucionais e regimentais que regem a questão da fiscalização dos atos do Poder Executivo por parte das duas Casas do Congresso Nacional. Tal competência, conferida ao Parlamento, assume nos dias de hoje a mesma importância de seu papel de elaborador das leis.

Com efeito, o § 2º do art. 50 da Constituição concede às Mesas das duas Casas do Congresso a facul-

dade de encaminhar pedidos escritos de informação a Ministros e outras autoridades.

Ademais, o pedido de informações sob análise mostra-se afinado com os dispositivos regimentais que regulam o assunto, e não se enquadra em nenhuma das proibições constantes do inciso II do art. 216 do Regimento Interno do Senado, referentes à vedação de pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação sobre propósito da autoridade a quem se dirija. Compatibiliza-se com o inciso I do mesmo artigo, que admite o Requerimento para esclarecimento de qualquer assunto submetido à apreciação do Senado ou atinente a sua competência fiscalizadora.

A questão que se quer averiguar é de fato relevante, dada a gravidade dos riscos que oferece a permanência em território nacional de elementos criminosos, sobre os quais pesam as acusações mencionadas.

III – Voto

Ante o exposto, opinamos pela aprovação do Requerimento nº 95 de 2008, por constitucional e jurídico, e por atender plenamente às normas regimentais sobre a matéria.

Sala de Reuniões,

The image shows two handwritten signatures. The top signature is in blue ink and is accompanied by a circular stamp that reads "Presidente". The bottom signature is in black ink and is accompanied by a circular stamp that reads "Relator". There are also some smaller, less legible markings and a small arrow pointing to the right.

PARECER Nº 272, DE 2008

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 110, de 2008, ao Ministro de Estado do Controle e da Transparência, solicitando informações sobre denúncias de recebimento de ajuda de custo e auxílio-mudança irregulares pelo Ministro-Chefe da Secretaria Especial de Portos da Presidência da República e pelo Secretário Executivo do Ministério da Fazenda.

Relator: Senador **Alvaro Dias**

I – Relatório

Submete-se ao exame da Mesa do Senado Federal o Requerimento nº 110, de 2008, de autoria do ilustre Senador Romeu Tuma, ao Ministro de Estado do Controle e da Transparência (titular da Controladoria-Geral da União – CGU), solicitando a este órgão da Presidência da República as seguintes informações acerca dos pagamentos de ajuda de custo e auxílio-moradia aos Senhores Pedro Brito, Ministro-Chefe da Secretaria Especial de Portos da Presidência da República (SEP/PR), e Nelson Machado, Secretário Executivo do Ministério da Fazenda (MF):

1) cópia de todos os documentos referentes ao recebimento, por eles, de recursos públicos a título de ajuda de custos, auxílio-mudança e outros não nominados aqui, mas que seriam para fins de custear a mudança de Unidade Federativa, por motivo de assunção de nova função pública, do exercício de 2007 até a presente data;

2) no caso de haver, nessa CGU, investigação, prestação de contas ou qualquer outro procedimento referente ao assunto citado, cópias dos respectivos documentos; e

3) arquivo eletrônico com cópias de toda a documentação de que tratam os itens 1 e 2.

O Requerimento em exame é fruto de notícias veiculadas na mídia, em que se sugere mau uso do dinheiro público no pagamento do auxílio-mudança do Ministro-Chefe da SEP/PR e do Secretário Executivo do MF. Segundo o noticiado, ambos já ocupavam cargos em Brasília, sendo que o último recebeu R\$18 mil quando deixou o Ministério da Previdência Social e foi para a Pasta atual, enquanto o primeiro recebeu dois auxílios desta natureza no período de dois meses, despesa que não se encontrava registrada no Portal da Transparência à época da matéria jornalística (14-2-2008).

II – Análise

Trata-se de expediente legislativo destinado a fornecer informações ao Congresso Nacional, no exercício de sua função de fiscalização do Poder Executivo, nos termos do art. 49, inciso X, da Constituição Federal, a fim de possibilitar o conhecimento de informações e explicações do Poder Executivo, por meio da CGU, sobre denúncias de recebimento de ajuda de custo e auxílio-mudança irregulares pelo Ministro-Chefe da Secretaria Especial de Portos da Presidência da República e pelo Secretário Executivo do Ministério da Fazenda.

O § 1º do art. 1º do Ato da Mesa nº 1, de 2001, que disciplina internamente o encaminhamento de requerimento de informações, prevê que a autoridade à qual deve ser encaminhado o requerimento de informações é sempre o Ministro de Estado ou a autoridade máxima de órgão diretamente vinculado à Presidência da República. Assim, no caso em exame, o requerimento está endereçado à autoridade certa, o Ministro de Estado do Controle e da Transparência, titular da CGU.

A indagação parece-nos relevante em seu mérito e não esbarra em óbices constitucionais, sendo o teor do Requerimento amparado pelo art. 50, § 2º, da Constituição, bem como pelo art. 216, I, do Regimento Interno desta Casa.

Ademais, atende completamente aos requisitos de admissibilidade previstos no art. 2º do Ato da Mesa nº 1, de 2001.

III – Voto

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Requerimento nº 110, de 2008, nos exatos termos em que foi proposto.

Sala de Reuniões,

Handwritten signatures of the President and the Reporter of the Senate. The President's signature is on the left, and the Reporter's signature is on the right. Below the Reporter's signature is a large, stylized signature, likely of the author of the report, Sergio Zambiasi.

PARECER Nº 273, DE 2008

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 121, de 2008, do Senhor Senador Sergio Zambiasi, que requer, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com os arts. 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam prestadas informações pelo Exceletíssimo Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores sobre a proposição para apreciação do texto do Acordo para a Criação de Escolas e/ou Institutos Binacionais Fronteiriços Profissionais e/ou Técnicos e para Habilitação de Cursos Técnicos Binacionais Fronteiriços, firmado em Brasília no dia 1º de abril de 2005,

entre o Brasil e a República Oriental do Uruguai.

Relator: Senador **Magno Malta**

I – Relatório

Vem ao exame da Mesa o Requerimento nº 121, de 2008, de autoria do Senador Sergio Zambiasi, acima ementado.

O Requerimento foi apresentado pelo autor em 19 de fevereiro de 2008 e distribuído ao relator signatário no dia 6 de março subsequente.

II – Análise

O Requerimento tem por fundamento o § 2º do art. 50 da Constituição Federal, que faculta às Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal o encaminhamento de pedidos escritos de informação a Ministros de Estado.

O pedido está fundado na competência exclusiva do Congresso Nacional para a fiscalização e o controle, diretamente, ou por quaisquer de suas Casas, dos atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta, nos termos do art. 49, X, da Constituição Federal. No plano regimental, está em consonância com o disposto no art. 216 do Regimento Interno que, por sua vez, em seu inciso I, somente admite a formulação de requerimentos de informação que tenham por finalidade o esclarecimento de qualquer assunto submetido à apreciação desta Casa ou atinente à sua competência fiscalizadora, não admitindo sua utilização para pedido de providências ou medidas administrativas.

O Requerimento também está de acordo com as disposições do Ato da Mesa nº 1, de 2001, especialmente com o § 1º do art. 1º, que estabelece a necessidade de que seja “dirigido a Ministro de Estado ou a titular de órgão diretamente subordinado à Presidência da República, ainda que contenha pedido relativo a órgão ou entidade da administração pública indireta sob sua supervisão”.

Há ainda que se ressaltar que o Requerimento não implica em pedido de providências do Ministério, o que não seria permitido pela disciplina regimental. Cuida-se apenas de solicitação de informações sobre o andamento do ato internacional já assinado pelo Brasil e cuja rotina procedimental prevê o encaminhamento ao Congresso para sua aprovação. Nas palavras de seu autor, “as informações solicitadas são de vital importância para que esta Casa tome conhecimento do encaminhamento do documento para apreciação legislativa e, ao mesmo tempo, dar satisfação às populações interessadas”.

Ressalte-se, por fim, que o Acordo já foi devidamente aprovado pelo Congresso uruguaio em 2 de

maio de 2007, necessitando a ratificação brasileira para sua entrada em vigor.

III – Voto

Ante o exposto e em face da constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do requerimento em exame, opinamos pela sua aprovação, a fim de que esta Mesa solicite ao Ministro de Estado das Relações Exteriores as informações requeridas.

Sala de Reuniões,

Handwritten signatures of the President and the Reporter for Parecer N° 274, DE 2008.

PARECER N° 274, DE 2008

Da Mesa do Senado Federal, sobre o
Requerimento n° 122, de 2008.

Relator: Senador **Efraim Morais**

I – Relatório

O Requerimento n° 122, de 2008, de autoria do Senador Alvaro Dias, nos termos do art. 50, § 2°, da Constituição Federal, bem como nos dispositivos regimentais aplicáveis à espécie, solicita ao Senhor Ministro de Estado da Educação informações sobre despesas da Fundação Universidade de Brasília e da Editora da Universidade de Brasília – Editora UnB, compreendendo anos de 2005, 2006 e 2007.

O nobre parlamentar argumenta que a Universidade de Brasília, até recentemente considerada uma universidade modelo, no entanto, a precária situação em que se encontra a Universidade, conforme noticiado pelos meios de comunicação, faz supor que os recursos disponíveis não estão sendo devidamente aplicados.

A Editora UnB, conforme dados do Portal da Transparência, pagou à Fundação Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico da

Saúde, quase R\$14 milhões de um total de R\$25 milhões classificados como serviços de terceiros. “Que

serviço uma fundação de saúde estaria prestando a uma editora” é uma das questões que o nobre parlamentar deseja esclarecer, utilizando suas prerrogativas constitucionais de fiscalização do Poder Executivo.

II – Voto

Considerando que o Requerimento n° 122, de 2008, insere-se na competência fiscalizadora do Congresso Nacional, conforme dispõe o art. 49, X, da Constituição Federal, estando de acordo com o Regimento Interno do Senado Federal e com o Ato da Mesa n° 1, de 2001, somos favoráveis à aprovação do Requerimento n° 122, de 2008, de autoria do Senador Alvaro Dias.

Sala de Reuniões,

Handwritten signatures of the President and the Reporter for Parecer N° 275, DE 2008.

PARECER N° 275, DE 2008

Da Mesa do Senado Federal, sobre o
Requerimento n° 123, de 2008.

Relator: Senador **Efraim Morais**

I – Relatório

O Requerimento n° 123, de 2008, de autoria do Senador Alvaro Dias, nos termos do art. 50, § 2°, da Constituição Federal, bem como nos dispositivos regimentais aplicáveis à espécie, solicita ao Senhor Ministro de Estado da Educação informações sobre as fontes de receitas e despesas do Hospital Universitário – HUB, compreendendo os anos de 2005, 2006 e 2007.

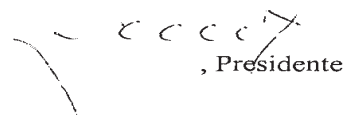
O nobre parlamentar argumenta que a Universidade de Brasília, até recentemente considerada uma universidade modelo, no entanto, a precária situação em que se encontra a Universidade, conforme noticiado pelos meios de comunicação, faz supor que os recursos disponíveis não estão sendo devidamente aplicados. Diante de tal situação, cabe ao Senado Federal tomar conhecimento detalhado da real situação, utilizando

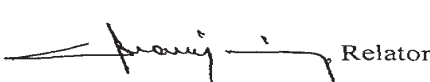
suas prerrogativas constitucionais de fiscalização do Poder Executivo.

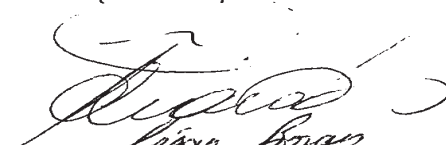
II – Voto

Considerando que o Requerimento nº 123, de 2008, insere-se na competência fiscalizadora do Congresso Nacional, conforme dispõe o art. 49, X, da Constituição Federal, estando de acordo com o Regimento Interno do Senado Federal e com o Ato da Mesa nº 1, de 2001, somos favoráveis à aprovação do Requerimento nº 123, de 2008, de autoria do Senador Alvaro Dias.

Sala de Reuniões,


 , Presidente


 Relator


 Alvaro Dias

PARECER Nº 276, DE 2008

Da Mesa do Senado Federal, sobre o
 Requerimento nº 124, de 2008.

Relator: Senador **Efraim Morais**

I – Relatório

O Requerimento nº 124, de 2008, de autoria do Senador Alvaro Dias, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, bem como nos dispositivos regimentais aplicáveis à espécie, solicita ao Senhor Ministro de Estado da Educação cópia dos processos relativos aos repasses de recursos da Editora da Universidade de Brasília para a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico na Área de Saúde, bem como a prestação de contas de cada repasse ou convênio.

O nobre parlamentar argumenta que a Universidade de Brasília, até recentemente considerada uma universidade modelo, possui, além dos recursos repassados pelo Tesouro Nacional, como fonte de recursos, receitas de aluguéis e venda de imóveis.

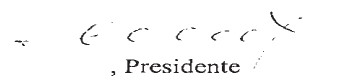
No entanto, a precária situação em que se encontra a Universidade, conforme noticiado pelos meios de comunicação, faz supor que os recursos disponíveis não estão sendo devidamente aplicados, sendo que a Editora UnB repassou à Fundação de Apoio ao

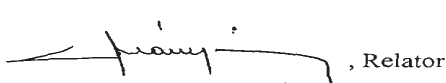
Desenvolvimento Científico e Tecnológico na Área de Saúde, recursos classificados no Programa Identidade Étnica e Patrimônio Cultural dos Povos Indígenas, do Orçamento da União, que necessita ser melhor esclarecido, utilizando-se as prerrogativas constitucionais de fiscalização do Poder Executivo.

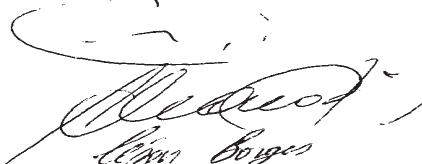
II – Voto

Considerando que o Requerimento nº 124, de 2008, insere-se na competência fiscalizadora do Congresso Nacional, conforme dispõe o art. 49, X, da Constituição Federal, estando, de acordo com o Regimento Interno do Senado Federal e com o Ato da Mesa nº 1, de 2001, especialmente o art. 6º, que trata de remessa de documentos, somos favoráveis à aprovação do Requerimento nº 124, de 2008, de autoria do Senador Alvaro Dias.

Sala de Reuniões,


 , Presidente


 Relator


 Alvaro Dias

PARECER Nº 277, DE 2008

Da Mesa do Senado Federal, sobre o
 Requerimento nº 125, de 2008.

Relator: Senador **Efraim Morais**

I – Relatório

O Requerimento nº 125, de 2008, de autoria do Senador Alvaro Dias, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, bem como nos dispositivos regimentais aplicáveis à espécie, solicita ao Senhor Ministro de Estado da Educação informações sobre os imóveis de propriedade da Fundação Universidade de Brasília, apontando a relação dos terrenos de sua propriedade, construções realizadas nos terrenos, empresas responsáveis pelas obras, e as receitas com alienações e aluguéis dos imóveis, acompanhadas de documentos comprobatórios.

O nobre parlamentar argumenta que a Universidade de Brasília, até recentemente considerada uma universidade modelo, possui, além dos recursos repas-

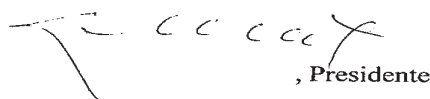
sados pelo Tesouro Nacional, como fonte de recursos, receitas de aluguéis e venda de imóveis.

No entanto, a precária situação em que se encontra a Universidade, conforme noticiado pelos meios de comunicação, faz supor que os recursos disponíveis não estão sendo devidamente aplicados. Diante de tal situação, cabe ao Senado Federal tomar conhecimento detalhado da real situação, utilizando suas prerrogativas constitucionais de fiscalização do Poder Executivo.

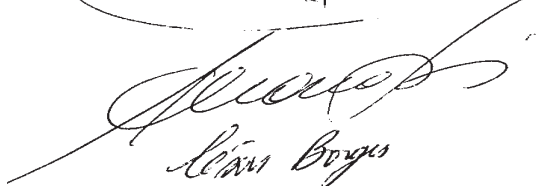
II – Voto

Considerando que o Requerimento nº 125, de 2008, insere-se na competência fiscalizadora do Congresso Nacional, conforme dispõe o art. 49, X, da Constituição Federal, estando de acordo com o Regimento Interno do Senado Federal e com o Ato da Mesa nº 1, de 2001, somos favoráveis à aprovação do Requerimento nº 125, de 2008, de autoria do Senador Alvaro Dias.

Sala de Reuniões,


, Presidente


, Relator


Gerson Camata

PARECER Nº 278, DE 2008

Da Mesa do Senado Federal sobre o Requerimento nº 141, de 2008, em que o Senador Magno Malta solicita informações ao Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Relator: Senador **Gerson Camata**

I – Relatório

Veio a exame deste Colegiado o anexo Requerimento nº 141, de 2008, para que seja encaminhado ao Senhor Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão pedido de informações a respeito da provável data do pagamento dos precatórios judiciais dos servidores públicos federais das instituições de ensino superior.

Para justificar a proposição, o ilustre signatário assevera que “o requerimento tem como embasamento

abaixo-assinado da classe em questão, que alega estar sendo o pagamento protelado por vários anos”. “Como é sabido – conclui o eminente Autor –, os professores são uma necessidade extrema ao País permeado pelo analfabetismo, tendo baixa remuneração. Se há algum precatório a ser pago, a classe merece tê-lo finalizado com a rapidez possível”.

O requerimento sob exame veio a esta Mesa na forma e para os fins previstos no art. 216 do Regimento Interno, em consonância com o disposto no Ato da Mesa nº 1, de 2001, que regulamenta a tramitação de requerimento de informação.

II – Análise

Cabe à Mesa do Senado Federal examinar se o pedido atende aos requisitos de admissibilidade previstos nas normas atinentes aos requerimentos de informações.


Na conformidade do que dispõe a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, alterada pela Lei nº 10.869, 13 de maio de 2004, o órgão destinatário enquadra-se na dicção do art. 50 da Constituição Federal.

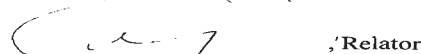
O pedido está dirigido à autoridade competente e atende aos demais preceitos constitucionais e regimentais que regem as solicitações de informações a autoridades do Poder Executivo, bem como às normas de admissibilidade estabelecidas pelo Ato da Mesa nº 1, de 2001.

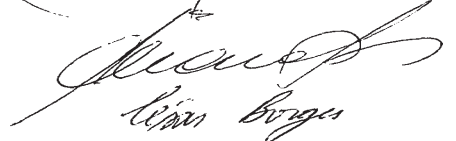
III – Voto

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Requerimento nº 141, de 2008.

Sala de Reuniões,


, Presidente


, Relator


Gerson Camata

PARECER Nº 279, DE 2008

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 147, de 2008, de autoria do Senador Jefferson Péres, que “requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e 216, caput e inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicita-

das ao Ministro de Estado dos Transportes informações sobre os contratos, em execução, de obras viárias e portuárias no Estado do Amazonas”.

Relator: Senador **Gerson Camata**

I – Relatório

O Senador Jefferson Péres, com base no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e no art. 216 do Regimento Interno, encaminha a esta Mesa o Requerimento nº 147, de 2008, dirigido ao senhor Ministro dos Transportes.

O objetivo é obter informações diversas (valor dos contratos, nome das empresas participantes dos serviços e sua natureza, além dos prazos para sua conclusão) acerca de obras em execução nos trechos das rodovias BR-320 e BR-319, bem como da construção do porto de Humaitá, todas no Estado do Amazonas.

II – Análise

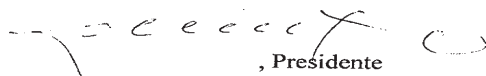
A proposição obedece às normas constitucionais e regimentais concernentes aos pedidos de informações a autoridades do Poder Executivo, bem como ao disposto no Ato da Mesa do Senado Federal nº 1, de 2001, que rege a matéria.


Ademais, guarda consonância com o dever constitucional desta Casa de fiscalizar os atos do Poder Executivo.

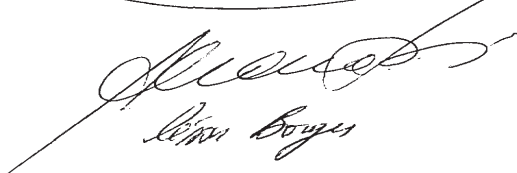
III – Voto

À luz do exposto, voto favoravelmente à aprovação do Requerimento nº 147, de 2008.

Sala de Reuniões,


 , Presidente


 , Relator


 Gerson Camata

PARECER Nº 280, DE 2008

**Da Mesa do Senado Federal, sobre o
 Requerimento nº 166, de 2008.**

Relator: Senador **Gerson Camata**

I – Relatório

Trata-se de examinar o Requerimento nº 166, de 2008, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, para que seja encaminhado ao Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior pedido de informações a respeito da tributação sobre exportação de couro, à alíquota de nove por cento, conforme Resolução nº 42, de 19 de dezembro de 2006, da Câmara de Comércio Exterior (CAMEX).

O requerimento se desdobra em sete questionamentos objetivos, que, em resumo, buscam investigar as razões de política econômica e de mercado, inclusive levando em conta as Resoluções adotadas em relação à indústria calçadista, que levaram a Camex, mediante a citada Resolução nº 42/2006, a manter a incidência de nove por cento na exportação de couro, contrariando as Resoluções nº 1, de 2004, e nº 42, de 2005, que previam a progressiva redução a zero.

Além disso, questiona-se sobre os efeitos positivos e negativos verificados desde o ano de 2000, em decorrência dessa política de tributação sobre a exportação de couro; se as condições de mercado ainda justificam a sua manutenção e quais as condições necessárias e suficientes para que finalmente a Camex venha a reduzir ou eliminar a tributação de que se trata.

Na justificativa são arrolados diversos argumentos de ordem econômica, concluindo por afirmar que o Congresso Nacional delegou ao Poder Executivo a competência para dispor sobre a incidência do Imposto de Exportação, mas não abriu mão de fiscalizar e de monitorar os atos do Poder Executivo. Conclui também que o Congresso Nacional, para avaliar a procedência das reclamações dos setores prejudicados, precisa conhecer as razões de política cambial, de comércio exterior e industrial que motivaram a Camex a criar e manter a referida incidência.

O referido requerimento veio a esta Mesa, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal.

II – Análise

Cabe à Mesa examinar se o pedido atende aos requisitos de admissibilidade previstos nas normas atinentes aos requerimentos de informações.

O requerimento atende o disposto no § 2º do art. 50 da Constituição Federal, que trata de pedidos escritos de informação a Ministros de Estado, e tem por escopo ações do Poder Executivo que se submetem à fiscalização e controle desta Casa, tendo em vista a competência exclusiva do Congresso Nacional estabelecida no art. 49 da Carta de 1988.

De acordo com o art. 27, IX, e, da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências, com as modificações introduzidas pela Lei nº 10.869, de 13 de maio de 2004, cabe ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior a regulamentação e execução dos programas e atividades relativas ao comércio exterior.

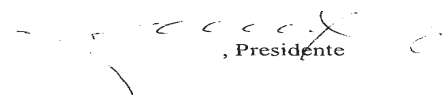
Especificamente, nos termos do art. 2º, XIII, do Decreto nº 4.732, de 10 de junho de 2003, compete à Câmara de Comércio Exterior, presidido pelo titular daquele Ministério, fixar as alíquotas do Imposto de Exportação, respeitadas as condições estabelecidas no Decreto-Lei nº 1.578, de 11 de outubro de 1977.

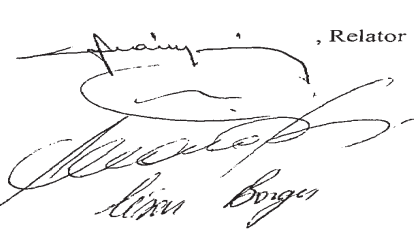
Portanto, o pedido está dirigido à autoridade competente e atende aos dispositivos constitucionais e regimentais que regem os pedidos de informações a autoridades do Poder Executivo, bem como às normas de admissibilidade estabelecidas pelo Ato da Mesa nº 1, de 2001.

III – Voto

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Requerimento nº 166, de 2008.

Sala de Reuniões,


_____, Presidente


_____, Relator

PARECER Nº 281, DE 2008

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 171, de 2008.

Relator: Senador **Efraim Morais**

I — Relatório

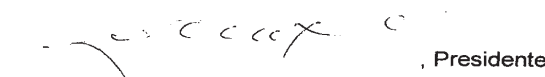
O Requerimento nº 171, de 2008, de autoria do Senador Heráclito Fortes, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com os arts. 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, solicita ao Senhor Ministro de Estado da Fazenda informações a respeito do contrato firmado entre o Banco do Estado do Piauí (BEP) e o Banco do Brasil com vistas à transferência do pagamento da folha de servidores do Estado para o Banco do Brasil.

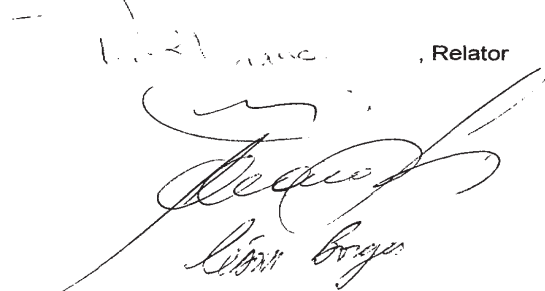
O nobre parlamentar argumenta que diversos acórdãos proferidos pelo Supremo Tribunal Federal — STF, estabeleceram que contratos de exclusividade de depósitos de folhas de pagamentos dos diversos órgãos governamentais deveriam ser precedidos de licitação pública. O que não ocorreu no presente caso, justamente quando o processo de incorporação do BEP pelo Banco do Brasil está sendo examinado pelo Senado Federal.

II – Voto

Considerando que o Requerimento nº 171, de 2008, insere-se na competência fiscalizadora do Congresso Nacional, conforme dispõe o art. 49, X, da Constituição Federal, estando, de acordo com o Regimento Interno do Senado Federal e com o Ato da Mesa nº 1, de 2001, somos favoráveis à aprovação do Requerimento nº 171, de 2008, de autoria do Senador Heráclito Fortes.

Sala de Reuniões,


_____, Presidente


_____, Relator

PARECER Nº 282, DE 2008

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 192, de 2008, ao Ministro de Estado das Comunicações, solicitando informações detalhadas sobre entendimentos relacionados com a compra da empresa aérea VarigLog pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Relator: Senador **Tião Viana**

I – Relatório

Submete-se ao exame da Mesa do Senado Federal o Requerimento (RQS) nº 192, de 2008, de autoria do ilustre Senador Adelmir Santana, ao Ministro de Estado das Comunicações (MC), solicitando a esse órgão federal informações detalhadas sobre entendimentos relacionados com a possível compra da empresa aérea VarigLog pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT).

De acordo com o RQS, a mídia, em fevereiro de 2008, veiculou notícias dando conta de que o Presidente da ECT, Senhor Carlos Henrique Custódio, com conhecimento do Senador Hélio Costa, atual titular da Pasta das Comunicações, tem mantido entendimentos com a empresa aérea VarigLog no sentido de efetuar a sua compra (**Folha de S. Paulo**, 10-2-2008; **Jornal do Commercio**, 12 e 13-2-2008; *site Terra*, 12-2-2008; revista **IstoÉ**, 13-2-2008; **O Estado de S. Paulo**, 13-2-2008; **Zero Hora**/Informe Econômico, 13-2-2008).

Com o objetivo de esclarecer o episódio, o Senador Adelmir Santana entendeu por bem a formulação do RQS ora sob exame, a cuja análise se procede em seguida.

II – Análise

Trata-se de expediente legislativo destinado a fornecer informações e explicações ao Congresso Nacional, no exercício de sua função de fiscalização do Poder Executivo, nos termos do art. 49, inciso X, da Constituição Federal, com o fito de esclarecer o episódio já relatado.

O § 1º do art. 1º do Ato da Mesa nº 1, de 2001, que disciplina internamente o encaminhamento de requerimento de informações, prevê que a autoridade à qual deve ser encaminhado o requerimento de informações é sempre o Ministro de Estado ou a autoridade máxima de órgão diretamente vinculado à Presidência da República. Assim, no caso em exame, o requerimento está endereçado à autoridade certa, o Ministro de Estado das Comunicações.

As indagações parecem-nos relevantes em seu mérito e não esbarram em óbices constitucionais, sendo o teor do Requerimento amparado pelo art. 50, § 2º, da Constituição, bem como pelo art. 216, I, do Regimento Interno desta Casa.

Ademais, atende aos requisitos de admissibilidade previstos no art. 2º do Ato da Mesa nº 1, de 2001.

Ressalvas sejam feitas apenas aos questionamentos nºs 13 e 16. No primeiro caso, não se trata de uma pergunta, mas de uma introdução ao questionamento nº 14, razão por que deveriam estar juntos. No segundo, a última pergunta (“Em caso afirmativo, o que isso muda na negociação?”) possui caráter especulativo, contrariando, portanto, o art. 2º, I, do Ato da Mesa nº 1, de 2001.

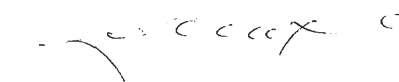

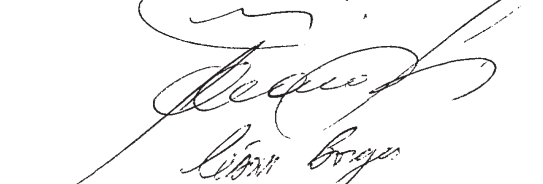
III – Voto

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Requerimento nº 192, de 2008, procedendo-se às seguintes alterações:

a) fusão dos questionamentos nºs 13 e 14, renumerando-se os posteriores; e

b) supressão da última pergunta do questionamento nº 16 (renumerado para 15), qual seja, “Em caso afirmativo, o que isso muda na negociação?”.

Sala de Reuniões,

 , Presidente
 , Relator


PARECER Nº 283, DE 2008

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 206, de 2008, ao Ministro de Estado da Fazenda, solicitando o valor da renúncia fiscal relativa aos produtos que especifica.

Relator: Senador **Tião Viana**

I – Relatório

Submete-se ao exame da Mesa do Senado Federal o Requerimento (RQS) nº 206, de 2008, de autoria do ilustre Senador Valdir Raupp, ao Ministro de Estado da Fazenda (MF), solicitando a este órgão federal o valor da renúncia de arrecadação de receita devido à possível redução a zero das alíquotas da contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins incidentes sobre a receita bruta auferida por comerciantes atacadistas e varejistas, com a venda dos produtos classificados nos códigos 8712 (cadeiras e outros ciclos, incluindo triciclos, sem motor), 8713 (cadeiras de rodas e outros veículos para inválidos) e 8714 (partes e acessórios dos veículos das posições 8711 a 8713) da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (TIPI), bem como fontes de possíveis compensações.

De acordo com a justificativa ao RQS, o aumento das alíquotas de PIS e Cofins por ocasião da transformação de tais contribuições para o regime **ad valorem**, por meio da Lei nº 10.637, de 2002, onerou fortemente o setor de bicicletas e motocicletas na base, sem, no entanto, desonerá-lo na ponta. Some-se a isso o fato

de que veículos como automóveis, ônibus e caminhões, de alto valor agregado, já são desonerados por lei, enquanto bicicletas e motocicletas, produtos de baixo valor agregado, estão sujeitos a alíquotas mais altas.

II – Análise

Trata-se de expediente legislativo destinado a fornecer informações ao Congresso Nacional, no exercício de sua função de fiscalização do Poder Executivo, nos termos do art. 49, inciso X, da Constituição Federal, a fim de possibilitar o conhecimento de informações do Poder Executivo, por meio do MF, sobre o valor da renúncia fiscal relativa aos produtos que especifica, bem como fontes de possíveis compensações.

O § 1º do art. 1º do Ato da Mesa nº 1, de 2001, que disciplina internamente o encaminhamento de requerimento de informações, prevê que a autoridade à qual deve ser encaminhado o requerimento de informações é sempre o Ministro de Estado ou a autoridade máxima de órgão diretamente vinculado à Presidência da República. Assim, no caso em exame, o requerimento está endereçado à autoridade certa, o Ministro de Estado da Fazenda.

A indagação parece-nos relevante em seu mérito e não esbarra em óbices constitucionais, sendo o teor do Requerimento amparado pelo art. 50, § 2º, da Constituição, bem como pelo art. 216, I, do Regimento Interno desta Casa.

Ademais, atende completamente aos requisitos de admissibilidade previstos no art. 2º do Ato da Mesa nº 1, de 2001.

III – Voto

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Requerimento nº 206, de 2008, nos exatos termos em que foi proposto.

Sala de Reuniões,

Handwritten signatures and stamps of the President and the Reporter of the Commission. The President's signature is at the top left, and the Reporter's signature is at the bottom left. There are circular stamps next to each signature.

PARECER Nº 284, DE 2008

Da Comissão Diretora, sobre a Emenda de Plenário nº 1 ao Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 139, de 2006, que altera

o Decreto-Lei no 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, para prever a videoconferência como regra no interrogatório judicial.

Relator: Senador **Tião Viana**

I – Relatório

O PLS nº 139, de 2006, foi incluído na Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 5-12-2007, para discussão, em turno único, da redação final. Na oportunidade, foi apresentada a Emenda de Plenário nº 1, de autoria do Senador Romero Jucá. Em vista disso, a matéria foi encaminhada à Comissão Diretora, para proferir parecer sobre a referida emenda, nos termos do art. 323 do Regimento Interno do Senado Federal.

A emenda altera a redação do § 1º do art. 185 do Código de Processo Penal (CPP), que o PLS pretende alterar, para substituir a expressão “funcionários do Ministério Público” por “servidores de carreira do Ministério Público”. Na justificação, o autor da emenda ressalta que a alteração é necessária para adequar o texto ao ordenamento jurídico vigente.

II – Análise

A Constituição Federal adota o termo “servidores públicos” em vez de “funcionários públicos”. Por essa razão, a substituição deste por aquele é mesmo necessária para adequar a lei ao ordenamento jurídico inaugurado pela Carta de 1988.

Contudo, observo que a alteração de “funcionários” para “servidores de carreira” promoveria uma alteração de mérito no texto do PLS, ao restringir a abrangência do dispositivo constante da proposição. Ocorre que, nessa fase do processo legislativo, apenas se admitem emendas de redação.

Com efeito, “funcionários” ou “servidores” do Ministério Público podem ser todos os que ocupam cargo nesse órgão, efetivos ou não, independentemente de estarem organizados em carreira. A título de exemplo, o chefe de gabinete de um procurador-geral de Estado, mesmo não integrando uma carreira, poderia perfeitamente funcionar na diligência estabelecida na parte final do § 1º do art. 185 do CPP, na forma proposta pelo PLS.

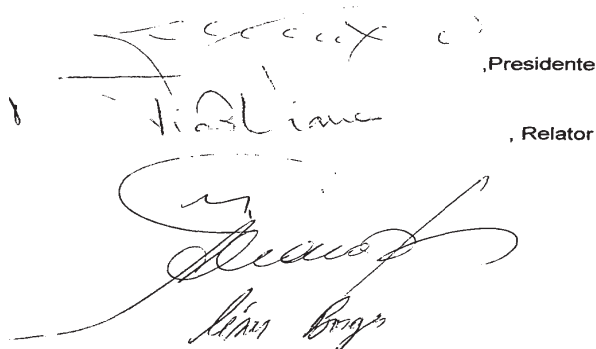
III – Voto

Por todo o exposto, voto pela aprovação da Emenda de Plenário nº 1 ao PLS nº 139, de 2006, com a seguinte subemenda:

SUBEMENDA Nº 1 – COMISSÃO DIRETORA

Suprima-se a expressão “de carreira” constante da redação proposta pela Emenda de Plenário nº 1 ao § 1º do art. 185 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal).

Sala de Reuniões,



_____, Presidente

_____, Relator

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana Bloco/PT – AC)

– A Presidência comunica ao Plenário que a Mesa do Senado Federal aprovou, em reunião realizada em 27 de março do corrente, os seguintes Requerimentos de Informações, nos termos de seus relatórios: n.ºs 1.327, 1.346 e 1.473, de 2007; n.ºs 8, 10, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 25, 55, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 110, 121, 122, 123, 124, 125, 141, 147, 166, 171, 192 e 206, de 2008.

A Mesa aprovou, ainda, o envio à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ – do Requerimento nº 134, de 2008, de informação.

Informa, também, que, após apresentação do relatório favorável, nos termos de substitutivo que apresenta o Relator ao Projeto de Resolução do Senado nº 38, de 2007, foi concedida vista coletiva da matéria.

Comunica, por fim, que foi aprovado parecer favorável, com subemenda à emenda de redação apresentada à redação final do Projeto de Lei do Senado nº 139, de 2006.

Tendo em vista a aprovação do Requerimento nº 1.473, de 2007, de informação, fica interrompida a tramitação do Projeto de Lei do Senado nº 38, de 2007, nos termos do inciso IV do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal.

Serão cumpridas as decisões da Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– A Presidência concede ainda a palavra, pela ordem, por dois minutos, ao Senador Eduardo Suplicy.

Faço um apelo de que sejam dois minutos.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em

primeiro lugar, quero aqui externar o nosso sentimento de solidariedade e pêsames à Senadora Serys Slhessarenko, cujo pai, aos 88 anos, Sr. João Maria dos Santos – ele que continuou sempre a trabalhar como agricultor em um sítio perto 60 ou 70 quilômetros de Cuiabá –, há 20 dias, estava trabalhando, cavalgando, e, infelizmente, sofreu uma queda do cavalo e veio a falecer. Transmito aqui o nosso sentimento de pesar à família da Senadora Serys Slhessarenko pela perda de seu pai.

Quero também renovar o apelo, inclusive, ao Sr. Manoel Marulanda e às Farc para que libertem de pronto a Senadora Ingrid Betancourt, que está, segundo a informação hoje divulgada, em greve de fome, aguardando a sua libertação.

Espero que haja esse entendimento com o governo do Presidente Alvaro Uribe e as Farc para, inclusive, viabilizar a pacificação da América do Sul.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana – Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr.ªs e Srs. Senadores, quero transmitir à nossa, à minha leal adversária e querida amiga e colega de Senado Senadora Serys Slhessarenko os meus mais sentidos pêsames – que são os pêsames de todo o PSDB –, a ela e à sua família – parte da qual, aliás, radicada na minha cidade de Manaus –, pelo falecimento de seu pai aos oitenta e oito anos. Foi alguém que viveu bem, que andava a cavalo até há pouco tempo, que viveu bem. Mas a perda é atemporal, não tem relação com o tempo. A perda é enorme. O que nós desejamos para os nossos maiores e para os nossos menores é a vida eterna. Isso é até da nossa cultura, enfim, é da nossa cultura religiosa, seja aqueles que são mais arraigadamente religiosos, seja aqueles que não são. Mas nós nos apegamos demasiadamente à vida terrena, por mais que falemos na vida eterna.

E perdi minha mãe – ela com 90 anos de idade. É uma perda que não dá para repor até hoje. É um motivo para reunião da família, é motivo para muita lembrança. O que acontece é que aquela dor cede lugar a uma saudade amena em que, no lugar da lembrança de sofrimento, com o tempo, começamos a nos lembrar das coisas boas que se viveu com o ente tão querido. Enfim, perdi meu pai muito cedo. Meu pai foi devastado por um câncer e morreu aos 66 anos de idade. Minha mãe chegou aos 90, enfim.

Mas eu sei o que está sentindo a Senadora Serys Slhessarenko. Portanto, o meu abraço a ela muito

carinhoso, em nome de minha família e em nome do meu Partido.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a e ao PSDB, Senador Arthur Virgílio.

Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, associe-me aos Senadores que já falaram e apresento à minha cara Senadora Serys Slhessarenko os meus profundos votos de pesar pelo falecimento de seu pai.

Senador Tião Viana, há poucos minutos, eu conversava com a nossa colega Serys, que conseguiu driblar a dor e o sofrimento, porque, em nenhum momento, demonstrou o que está sentindo e o que está passando.

Temos pela Senadora um apreço muito grande. Temos posições políticas diferentes, somos adversários, mas temos uma relação de amizade e respeito que é muito importante para mim.

Senadora Serys Slhessarenko, tenha certeza de que seus amigos estão compartilhando com V. Ex^a deste momento de dor. Transmita isso a seus familiares, a seus filhos.

Tenho tido a oportunidade de ver a Serys circulando nas dependências da Casa com os filhos e percebo o apreço e o carinho que tem por eles. Evidentemente, aprendeu isso com o pai.

Essa é uma virtude que você traz de casa, que aprende, que transfere e transmite. A maneira como você trata, como educa seus filhos, tenho certeza, é um exemplo que aprendeu com seus pais. Tenho certeza de que seu pai, aos 87 anos, cumpriu, com toda alegria e determinação, a sua missão na Terra e nos deixou orgulhoso da filha, que é um exemplo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senadora Serys Slhessarenko, receba, em nome do Presidente Garibaldi Alves e de toda a Mesa do Senado Federal, o sentimento de solidariedade, de partilha, de dor e de saudade que V. Ex^a tem de seu pai nesta hora.

Saiba que o seu exercício nesta Casa em defesa da vida, dos direitos das minorias, em defesa de sentimento de amor ao próximo, seguramente, esses sentimentos fazem parte da sua formação, que deve ter sido encaminhada por seu pai e por toda a sua família.

Saudades vivas do seu pai.

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senadora Kátia Abreu...

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu também gostaria de deixar meu sentimento de pesar para a Senadora Serys pelo falecimento do seu pai. Apenas Deus e o Espírito Santo podem confortar-lhe neste momento. Todos nós estamos em oração para que esse conforto possa ser redobrado a você e a toda a sua família, pelo exemplo de pai que você teve durante toda a sua vida. Tenha sempre essas boas lembranças de tudo o que ele lhe ensinou. Pelo seu perfil, pelo seu caráter, tenho certeza que seu pai era um homem extraordinário.

Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um registro, se me permite.

Eu tive o prazer e a alegria de conhecer, no sábado e no domingo, nesse final de semana, mais um pedaço do Brasil que encanta e enche os nossos olhos de alegria. Eu tive o prazer e a alegria de conhecer a Ilha de Marambaia, no Rio de Janeiro. Parte da ilha é da Força Aérea, parte é do Exército, e parte é da Marinha. É um dos lugares mais lindos deste País, entre tantos outros, se é possível selecionar um mais bonito do que outro.

É uma ilha onde a Marinha faz todo o treinamento dos nossos fuzileiros navais. São 330 fuzileiros navais treinados todos os anos na Marinha.

Eu quero parabenizar o Almirante Monteiro, que é o Comandante-Geral dos Fuzileiros Navais de todo o Brasil, que dispõe de 15 mil fuzileiros navais. Ele administra essa ilha e todo esse treinamento e tem o comando dessa Força tão importante para nós brasileiros.

Também lá me recebeu o Almirante Renato, que é o Comandante da Ilha, desse trabalho de treinamento pessoal dos fuzileiros; o Comandante Capistrano, que é o Assessor Parlamentar da Marinha; e também o Almirante Alexandre, a quem deixo as minhas congratulações, pois se tornou Almirante, aumentando a sua patente nessa segunda-feira, ontem, para Almirante da Marinha Brasileira.

Esse local, Sr. Presidente, tem passado por vários transtornos. A Ilha de Marambaia foi incluída no Decreto dos Quilombolas como uma área quilombola, sendo que é uma área que foi comprada pela Marinha por mais de cem anos, Sr. Presidente. É um lugar de segurança nacional. Os pescadores que lá moram – são cinquenta casas –, algumas famílias que lá moram vivem em perfeita harmonia com os fuzileiros navais, convivendo em mútua ajuda no dia-a-dia. São pescadores, de todas as raças, de todas as cores, jovens, crianças e idosos que moram lá há algum tempo e que

não incomodam, de maneira alguma, esse trabalho da Marinha no treinamento dos fuzileiros navais.

Mas nós não podemos permitir, Sr. Presidente, que algumas ONGs que têm interesses outros que nós não conhecemos profundamente queiram transformar uma ilha de segurança nacional, uma ilha de treinamento dos nossos fuzileiros navais em uma área quilombola, sendo que ela não é quilombola.

Queremos que os quilombos do Brasil sejam verdadeiramente reconhecidos, que lhes sejam dadas as terras merecidas e que sejam registradas as suas terras, para que eles possam utilizá-las e possam retirar financiamentos bancários, mas não podemos permitir que determinadas ONGs, falsas ONGs interesseiras, possam trazer transtornos à ordem neste País e descumprimento da nossa Constituição.

Pelo que consta na história brasileira, os quilombos...

(Interrupção do som.)

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Sr. Presidente, mais um minuto, por favor, para encerrar.

Os quilombos foram formados, durante anos e anos, por centenas de anos, pelo Brasil afora, justamente por grupos de negros escravos que fugiam da escravidão imoral que persistiu por tanto tempo neste País. A Ilha de Marambaia, muito pelo contrário, era uma ilha-cativeiro na época da escravidão, para onde um determinado cidadão, que era o dono da ilha, importava escravos da África e fazia ali uma quarentena.

Então, a Ilha de Marambaia não pode ter sido uma ilha onde os quilombolas tenham buscado abrigo e para onde possam ter fugido, para se proteger, com razão. A Ilha de Marambaia era, à época, uma senzala de seleção dos escravos que tinham saúde e idade. Ali era feito um descarte de seres humanos como se fossem animais.

A Ilha de Marambaia hoje, graças a Deus, foi transformada em uma grande ilha de utilidade para o Brasil, onde as Forças Armadas – importantes para nossa segurança nacional e para nossa soberania – vêm cuidando da questão ambiental.

Toda a ilha é uma área de preservação permanente. Lá não há um palmo sequer que possa ser utilizado para produção, a não ser para a pesca marítima, porque toda ela é composta de morros que têm mais de quarenta e cinco graus, e, como a lei ambiental demonstra, essas áreas de morros são todas de preservação permanente, portanto intocáveis. Não podemos admitir que uma ilha desse tamanho, que não pode produzir absolutamente nada para a alimentação a não ser a utilização do mar para a pesca, que hoje é utilizado por essas famílias, mas que ONGs queiram

impor esse prejuízo à soberania nacional, impedindo que as nossas Forças Armadas possam ser preparadas para a nossa defesa nacional.

Nós já estamos, há bastante tempo, desprezando as nossas Forças Armadas, com relação a seus salários, com relação a investimentos. Nós, que já tivemos, em 1902, a segunda Marinha do mundo, perdendo apenas para a Inglaterra, hoje sequer somos a primeira Marinha da América do Sul.

Então, Sr. Presidente, nós temos que fortalecer as Forças Armadas porque o País precisa disso. Nós precisamos reforçar o Orçamento das Forças Armadas para que o Brasil possa se desenvolver economicamente, mas também se sentir um País seguro, especialmente nas nossas fronteiras, onde corremos riscos todos os dias, especialmente o seu Estado, Senador Tião Viana, o Acre, especialmente o Amazonas, especialmente Rondônia, especialmente Roraima, onde temos um problema real acontecendo nesses países, como vimos agora no Equador, as Farcs na Bolívia, o comportamento dúbio da Venezuela... Nós temos que estar preparados para proteger o nosso País, desenvolvendo o emprego, a indústria, o comércio, a riqueza, mas não esquecendo que precisamos de soberania nacional, que precisamos da proteção das Forças Armadas e que precisamos também respeitar o espaço que elas ocupam.

Quero, mais uma vez, reiterar a maravilha da Ilha de Marambaia, que está sendo utilizada ambientalmente de forma correta, para treinamento do Corpo dos Fuzileiros Navais do Brasil.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Não há mais oradores inscritos.

O Sr. Senador Gerson Camata enviou discurso à Mesa para ser publicado na forma do disposto no art. 203, combinado com o art. 210, inciso I e o § 2º, do Regimento Interno.

S. Exª será atendido.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srª e Srs. Senadores, maior manifestação religiosa do Espírito Santo e uma das maiores do País, a Festa da Penha, que tem seu ponto culminante na segunda-feira, dia 31, ganha este ano um significado especial, por comemorar 450 anos de devoção a Nossa Senhora da Penha, padroeira do Estado, e da presença dos padres franciscanos em terras capixabas.

Foi no ano de 1558 que chegou a Vila Velha o franciscano espanhol Frei Pedro Palacios. Em 1562, Frei Pedro construiu uma Capela dedicada a São Francisco de Assis, no local hoje denominado Largo do Convento. Durante mais de 6 anos, sua morada teria sido uma

gruta, embaixo de uma grande pedra situada no sopé da montanha onde está o Convento, com 1 metro de altura e 3 metros de extensão.

Segundo a crença popular, Frei Pedro tinha como travesseiro uma pedra e nada mais, pois fazia parte das regras de sua Ordem viver na pobreza. Logo adiante da gruta, está o nicho onde, segundo historiadores, ele colocava o painel com a imagem de Nossa Senhora das Alegrias que trouxera de Portugal, e diante do qual orava com o povo.

Conta a lenda que o painel desapareceu por três vezes do nicho, sendo sempre encontrado no alto do morro com 154 metros de altura onde estava situada a gruta. Os moradores do local consideraram a ocorrência uma mensagem de Nossa Senhora para que seu templo fosse construído no alto do rochedo. Assim, em 1568, foi edificada no cume uma capela que recebeu a imagem de Nossa Senhora da Penha, vinda de Portugal em 1569, encomendada por Frei Pedro.

A Capela de Nossa Senhora da Penha sofreu várias ampliações, e junto a ela foi construído, em várias etapas, o Convento da Penha, hoje o principal monumento religioso do Espírito Santo. Síntese da fé de um povo, a Festa de Nossa Senhora da Penha leva ao Convento todos os anos milhares de fiéis. Como diz Frei Bertolino Tholl, guardião e reitor do Convento e Santuário, ele é o centro da espiritualidade do povo capixaba.

Testemunha da trajetória do Espírito Santo, desde os primórdios do povoamento do território capixaba, o Convento é um símbolo histórico, o mais representativo do Estado, e um patrimônio arquitetônico, que guarda em sua igreja obras de artistas consagrados como Vitor Meireles e o escultor italiano Carlo Crepaz.

Em seu altar-mor, está a imagem da Virgem da Penha que Frei Pedro mandou esculpir em Portugal há mais de quatro séculos, ladeada por anjos e querubins e pelas imagens dos maiores santos franciscanos, São Francisco de Assis e Santo Antônio de Lisboa e de Pádua.

Este ano, a Festa da Penha começou no dia 23, com a chegada da imagem de Nossa Senhora da Penha, vinda do município de Santa Leopoldina, à Praia, em Vila Velha, local da gruta que serviu de abrigo a Frei Pedro Palacios.

O Arcebispo de Vitória, Dom Luiz Mancilha Vilela, leu uma carta, assinada pelo Papa Bento XVI, saudando os capixabas pela comemoração dos 450 anos da chegada de Frei Pedro e pela devoção a Nossa Senhora da Penha.

“Quando, nesse lendário morro da Penha, Frei Pedro Palacios trouxe Nossa Senhora, representada na sua venerável Imagem da Penha, não poderia con-

ceber que a devoção a Maria alcançaria tamanha relevância em vosso país e na cidade de Vitória, engastada na costa oriental e banhada pelo majestoso Oceano Atlântico”, afirma o Pontífice em sua carta.

Ontem, quando a missa de encerramento foi presidida pelo núncio apostólico do Brasil, Dom Lorenzo Baldisseri, o povo do Espírito Santo demonstrou mais uma vez com fervor, a devoção ressaltada pelo Papa Bento XVI. É uma tradição que, depois de quatro séculos e meio de existência, tornou-se imorredoura, parte essencial do acervo espiritual capixaba, reunindo, ao longo de sua realização, centenas de milhares de fiéis.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas, a seguinte:

ORDEM DO DIA

1

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 402, DE 2007

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 402, de 2007, que *abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de um bilhão, seiscentos e quarenta e seis milhões, trezentos e trinta e nove mil, setecentos e sessenta e cinco reais, para os fins que especifica.*

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 22.2.2008)

Prazo final (prorrogado): 6.5.2008

2

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 5, DE 2008

*(Proveniente da Medida Provisória nº 403, de 2007)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 5, de 2008, que *dispõe sobre o exercício da atividade de franquias postal, revoga o § 1º do art. 1º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 403, de 2007).*

Relator revisor: Senador Osmar Dias
(Sobrestando a pauta a partir de:
23.2.2008)
Prazo final (prorrogado): 7.5.2008

3

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 6, DE 2008

(Proveniente da Medida Provisória nº 404, de 2007)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 6, de 2008, que altera o art. 41-A da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, modificando a data de pagamento dos benefícios da Previdência Social (proveniente da Medida Provisória nº 404, de 2007).

Relator revisor:
(Sobrestando a pauta a partir de:
9.3.2008)

Prazo final (prorrogado): 22.5.2008

4

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 11, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 84, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator *ad hoc*: Senador Antonio Carlos Júnior), que aprova a Programação Monetária para o quarto trimestre de 2007.

5

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 48, DE 2003

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator *ad hoc*: Senador João Batista

Motta, favorável, nos termos de subemenda que apresenta.

6

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 38, DE 2004

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar.

Pareceres sob nºs 1.058, de 2006, e 1.185, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), contrário.

7

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 50, DE 2006

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, que inclui o art. 50A e altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto parlamentar.

Pareceres sob nºs 816 e 1.186, de 2007 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 1, de Plenário) Relator *ad hoc*: Senador Flexa Ribeiro, pela aprovação parcial, nos termos da Subemenda-CCJ (Substitutivo), que oferece.

8

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 86, DE 2007

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2007, ten-

do como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que *altera o § 2º do art. 55 da Constituição Federal (determina o voto aberto para a perda de mandato de Deputados e Senadores)*.

Pareceres sob nºs 817 e 1.187, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta), Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2-Plen), Relator ad hoc: Senador Flexa Ribeiro, favorável, com Subemenda, que apresenta.

9

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**Nº 57, DE 2005**

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que *dá nova redação ao § 4º do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados*.

Pareceres da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sob nºs

– 779, de 2006, 1º pronunciamento (sobre a Proposta): Relator: Senador Ramez Tebet, favorável;

– 272, de 2007, 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 1-Plen): Relator: Senador Adelmir Santana, favorável, com a Emenda nº 2-CCJ, de redação; e

– 100, de 2008, 3º pronunciamento (em reexame, nos termos do Requerimento nº 128, de 2008), Relator Senador Adelmir Santana, ratificando seus pareceres anteriores, apresentando, ainda, as Emendas nºs 3 e 4-CCJ.

10

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**Nº 20, DE 1999**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o art. 228 da Constituição Federal,*

reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.

Parecer sob nº 478, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; e pela rejeição das demais matérias que tramitam em conjunto, com votos contrários dos Senadores Sibá Machado, Eduardo Suplicy, Epitácio Cafeteira, Antonio Carlos Valadares, Pedro Simon, Romero Jucá, e das Senadoras Serys Slhessarenko, Lúcia Vânia e, em separado, do Senador Aloizio Mercadante e da Senadora Patrícia Saboya.

11

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**Nº 18, DE 1999**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá, que *altera a redação do art. 228 da Constituição Federal.*

12

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**Nº 3, DE 2001**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.*

13

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**Nº 26, DE 2002**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Cons-

tituição nº 26, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Iris Rezende, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, para reduzir a idade prevista para a imputabilidade penal, nas condições que estabelece.*

14

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 90, DE 2003**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 90, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Magno Malta, que *inclui parágrafo único no artigo 228, da Constituição Federal, para considerar penalmente imputáveis os maiores de treze anos que tenham praticado crimes definidos como hediondos.*

15

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 9, DE 2004**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 90, de 2003)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Papaléo Paes, que *acrescenta parágrafo ao artigo 228 da Constituição Federal, para determinar a imputabilidade penal quando o menor apresentar idade psicológica igual ou superior a dezoito anos.*

16

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2000**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2000 (nº 885/95, na Casa de origem), que *estabelece diretrizes gerais de programa nacional de habitação para mulheres com responsabilidade de sustento da família.*

Parecer sob nº 437, de 2007, da Comissão Diretora, Relator: Senador Gerson Camata, oferecendo a redação do vencido.

17

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 6, DE 2003**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003 (nº 2.820/2000, na Casa de origem), que *altera os arts. 47 e 56 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. (Dispõe sobre a administração e o conselho fiscal das sociedades cooperativas).*

Parecer sob nº 95, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Efraim Morais, oferecendo a redação do vencido.

18

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 26, DE 2000**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2000, que *altera a Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, para tratar do comparecimento do Presidente do Banco Central do Brasil na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal e para extinguir a obrigatoriedade de apresentação da programação monetária trimestral e a vinculação legal entre emissão de moeda e reservas cambiais.*

Parecer sob nº 66-A, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Flexa Ribeiro, oferecendo a redação do vencido.

19

**SUBSTITUTIVO DA CÂMARA AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 57, DE 2001**

Discussão, em turno único, do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 57, de 2001 (nº 5.270/2001, naquela Casa), que *altera o art. 36 do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca e dá outras providências.*

Pareceres sob nºs 1.345 e 1.346, de 2007, das Comissões

– de Agricultura e Reforma Agrária, Relator: Senador João Durval, favorável, com as adequações redacionais propostas, e

– de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator ad hoc: Senador Renato Casagrande, favorável.

20

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 22, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 2003 (nº 5.120/2001, na Casa de origem), que *dispõe sobre as atividades das Agências de Turismo*.

Pareceres sob os nºs 1.049 e 1.050, de 2007, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável com as Emendas nºs 1 a 12 – CCJ, que apresenta; e

– de Desenvolvimento Regional e Turismo, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, favorável com as Emendas nºs 13 a 18 – CDR, a Subemenda nº 1-CDR à Emenda nº 9-CCJ, e pela aprovação das Emendas nºs 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 11 e 12 – CCJ.

21

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2003 (nº 5.657/2001, na Casa de origem), que *acrescenta dispositivo à Lei n.º 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB (prescrição em cinco anos da ação de prestação de contas do advogado para o seu cliente, ou de terceiros por conta dele)*.

Parecer favorável, sob nº 1.162, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

22

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 75, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2004 (nº 1.071/2003, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 10.334, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a obrigatoriedade de fabricação e comercialização de lâmpadas incandescentes para uso em tensões de valor igual ou superior ao da tensão nominal da rede de distribuição, e dá outras providências*.

Parecer favorável sob nº 87, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Delcídio Amaral.

23

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 24, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2005 (nº 4.465/2001, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 (inclui novo trecho na Relação Descritiva das rodovias no Sistema Rodoviário Nacional)*.

Parecer favorável, sob nº 1.534, de 2005, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Relator *ad hoc*: Senador Rodolpho Tourinho.

24

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 103, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2005 (nº 45/99, na Casa de origem), que *veda a exigência de carta de fiança aos candidatos a empregos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT*.

Parecer sob nº 198, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que apresenta.

25

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 111, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 111, de 2005 (nº 3.796/2004, na Casa de origem), que *dispõe sobre a Política Nacional de Orientação, Combate e Controle dos Efeitos Danosos da Exposição ao Sol à Saúde e dá providências correlatas*.

Pareceres sob nºs 603 e 604, de 2007, das Comissões:

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Magno Malta, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, de redação, que apresenta; e

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Papaléo Paes, favorável, nos termos da Emenda nº 3-CAS (Substitutivo), que oferece.

26

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 118, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2005 (nº 1.153/2003,

na Casa de origem), que *modifica o inciso II do caput do art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (dispõe sobre o aproveitamento de matérias cursadas em seminários de filosofia ou teologia).*

Parecer sob nº 924, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

27

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 1, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2006 (nº 1.696/2003, na Casa de origem), que *altera o § 2º do art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde (acrescenta o planejamento familiar nos casos de cobertura dos planos ou seguros privados de assistência à saúde).*

Parecer favorável, sob nº 145, de 2007, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

28

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 2, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2006 (nº 1.984/2003, na Casa de origem), que *altera o inciso XIII do caput do art. 7º da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 (inclui as normas técnicas como obras protegidas pela legislação dos direitos autorais).*

Parecer favorável, sob nº 376, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Roberto Saturnino.

29

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 4, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2006 (nº 4.730/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação aos arts. 830 e 895 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (dispõe sobre a autenticidade de peças oferecidas para prova*

no processo trabalhista e sobre o cabimento de recurso ordinário para instância superior).

Parecer favorável sob o nº 697, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator Senador Eduardo Suplicy .

30

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 11, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2006 (nº 2.822/2003, na Casa de origem), que *acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a boa-fé nas relações de trabalho.*

Parecer sob nº 542, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

31

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2006 (nº 819/2003, na Casa de origem), que *denomina “Rodovia Ministro Alfredo Nasser” a rodovia BR-174, entre a cidade de Cáceres – MT e a fronteira com a Venezuela.*

Parecer sob o nº 1.175, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator *ad hoc*: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CE, que oferece.

32

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 43, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 2006 (nº 4.505/2004, na Casa de origem), que *dispõe sobre o reconhecimento do dia 26 de outubro como Dia Nacional dos Trabalhadores Metroviários.*

Parecer favorável, sob nº 926, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Paulo Paim.

33

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 90, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 2006 (nº 6.248/2005, na Casa de origem), que *acres-*

centa o § 3º-C ao art. 30 da Lei n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências (determina que cartórios de registros públicos afixem, em locais de fácil leitura e acesso, quadros contendo os valores das custas e emolumentos).

Parecer favorável, sob nº 1.163, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Valter Pereira.

34

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2007 (nº 1.791/1999, na Casa de origem), que institui o Dia Nacional dos Surdos.

Parecer favorável, sob nº 979, de 2007, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator "ad hoc": Senador Flávio Arns.

35

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2007 (nº 3.986/2004, na Casa de origem), que institui o Dia Nacional do Vaqueiro.

Parecer favorável sob o nº 722, de 2007, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator "ad hoc": Senador Valter Pereira.

36

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 42, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2007 (nº 1/2007, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre o valor do salário mínimo a partir de 2007 e estabelece diretrizes para a sua política de valorização de 2008 a 2023.

Pareceres sob nºs

– 601, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Osmar Dias, favorável; e

– 93, de 2008, da Comissão de Assuntos Sociais (em audiência, nos termos do Requerimento nº 958, de 2007), Relator: Senador

Valdir Raupp, favorável, com a Emenda nº 1-CAS, que apresenta.

37

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 30, DE 2003

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003)
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003, de autoria do Senador Sérgio Cabral, que acrescenta artigos à Lei nº 8.078/90 – Código do Consumidor, obrigando a comunicação prévia da inclusão do consumidor em cadastros, bancos de dados, fichas ou registros de inadimplentes, e obrigando os fornecedores de bens e serviços a fixar data e turno para a entrega de bens e prestação de serviços.

Parecer sob nº 288, de 2007, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Gerson Camata, favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CMA, e subemenda que apresenta, e contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, que tramita em conjunto.

38

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 306, DE 2003

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003)
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)

Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, de autoria do Senador Valmir Amaral, que acrescenta artigo à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), tipificando como crime a manutenção de informações negativas sobre consumidor em cadastros, banco de dados, fichas ou registros por período superior a cinco anos.

39

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 169, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 7, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que altera dispositivo da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que

dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.

Parecer sob nº 459, de 2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), que oferece.

40

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 140, DE 2007 – COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda que oferece.

41

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 277, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 9, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2007, de autoria do Senador Flávio Arns, que acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para definir condições de qualidade da oferta de educação escolar para crianças de cinco e seis anos de idade.

Parecer sob nº 874, de 2007, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Wilson Matos, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

42

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 702, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 702, de 2007, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito do Apagão Aéreo, que altera a Lei nº 7.565, de

1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para prever a divulgação da lista de passageiros nos casos de acidentes aéreos.

43

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 703, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 703, de 2007, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito do Apagão Aéreo, que altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para dispor sobre a distribuição de horários de pouso e decolagem (slots) em aeroportos congestionados.

44

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 704, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 704, de 2007, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito do Apagão Aéreo, que altera a Lei nº 6.009, de 26 de dezembro de 1973, que dispõe sobre a utilização e a exploração dos aeroportos, das facilidades à navegação aérea e dá outras providências; e o Decreto-Lei nº 1.896, de 17 de dezembro de 1981, que dispõe sobre a utilização de instalações e serviços destinados a apoiar e tornar segura a navegação aérea, e revoga a Lei nº 7.920, de 12 de dezembro de 1989; a Lei nº 8.399, de 7 de janeiro de 1992; e a Lei nº 9.825, de 23 de agosto de 1999, para desonerar as tarifas aeroportuárias e aeronáuticas e autorizar a sua gradação conforme o grau de saturação e o horário de utilização dos respectivos serviços.

45

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 32, DE 2008

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que altera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, para introduzir critérios relacionados com as mudanças climáticas globais no processo de licenciamento ambiental

de empreendimentos com horizonte de operação superior a vinte e cinco anos.

46

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 33, DE 2008

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *dispõe sobre a Redução Certificada de Emissão (RCE) (unidade padrão de redução de emissão de gases de efeito estufa).*

47

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 34, DE 2008

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 34, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *dispõe sobre a concessão de subvenção à implementação de Servidão Florestal, de Reserva Particular do Patrimônio Natural e de reserva legal, e sobre a possibilidade de recebimento da subvenção na forma de abatimento de dívidas de crédito rural.*

48

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 35, DE 2008

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 35, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *altera dispositivo da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para viabilizar o acesso, ao Sistema Elétrico Interligado Nacional, dos autoprodutores de energia elétrica.*

49

PARECER Nº 106, DE 2008

Discussão, em turno único, do Parecer nº 106, de 2008, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns, *concluindo favoravelmente à Indicação nº 2, de 2007, da Senadora Serys Slhessarenko, que sugere à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, por seu intermédio, à Subcomissão de Trabalho Escravo, para analisar todas*

as matérias que tratem do tema e que se encontram em tramitação na Casa.

50

REQUERIMENTO Nº 1.302, DE 2004

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.302, de 2004, da Senadora Serys Slhessarenko, *solicitando a instituição, no âmbito do Senado Federal, da Semana de Ciência e Tecnologia, a ser celebrada anualmente no mês de outubro, com o objetivo de mobilizar a população brasileira para questões científicas.*

Pareceres favoráveis, sob nºs 448 a 451, de 2007, das Comissões de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Juvêncio da Fonseca; de Assuntos Sociais, Relator: Senador Cristovam Buarque; de Serviços de Infra-Estrutura, Relator *ad hoc*: Senador Eduardo Azeredo; e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, Relator: Senador Valter Pereira.

51

REQUERIMENTO Nº 778, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 778, de 2007, de autoria da Senadora Kátia Abreu, *solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado.*

52

REQUERIMENTO Nº 914, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 914, de 2007, do Senador Mozarildo Cavalcanti, *solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2007, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado.*

53

REQUERIMENTO Nº 1.242, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.242, de 2007, do Senador Arthur Virgílio, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei*

do Senado nº 266, de 2007-Complementar, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.

54

REQUERIMENTO Nº 1.494, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.494, de 2007, do Senador Sérgio Zambiasi, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2006, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria.*

55

REQUERIMENTO Nº 1.495, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.495, de 2007, do Senador Geraldo Mesquita Júnior, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 510, de 1999, e 505, de 2007, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria.*

56

REQUERIMENTO Nº 115, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 115, de 2008, do Senador Cícero Lucena e outros Senhores Senadores, *solicitando a criação de Comissão Temporária Externa, composta por cinco membros titulares e igual número de suplentes, para, no prazo de doze meses, acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco.*

57

REQUERIMENTO Nº 158, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 158, de 2008, do Senador Flexa Ribeiro, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei da*

Câmara nº 29, de 2003, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária.

58

REQUERIMENTO Nº 175, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 175, de 2008, do Senador Marconi Perillo, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 121 e 156, de 2007-Complementares, com o Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2007-Complementar, por regularem a mesma matéria.*

59

REQUERIMENTO Nº 176, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 176, de 2008, do Senador Flexa Ribeiro *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 303, de 2005, com os Projetos de Lei do Senado nºs 370, de 1999; 145, de 2000; e o Projeto de Lei da Câmara nº 151, de 2001, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria.*

60

REQUERIMENTO Nº 186, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 186, de 2008, do Senador Expedito Júnior, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 210, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.*

61

REQUERIMENTO Nº 199, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 199, de 2008, do Senador Romero Jucá, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 7, de 2005 e 17, de 2006-Complementar, com os Projetos de Lei do Senado nºs 129 e 183, de 2003 e 291, de 2005, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria.*

62

REQUERIMENTO Nº 210, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 210, de 2008, do Senador Aloizio Mercadante, *solicitando que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2004, que tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 187, 2002; 44, de 2004; e 113, de 2006; além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos.*

63

REQUERIMENTO Nº 247, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 247, de 2008, da Senador Paulo Paim e outros Senhores Senadores, *solicitando, nos termos do art. 336, inciso III, do Regimento Interno, urgência para o Projeto de Lei do Senado nº 296, de 2003.*

64

REQUERIMENTO Nº 248, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 248, de 2008, do Senador Paulo Paim, *solicitando a dispensa do parecer da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o Projeto*

de Lei do Senado nº 58, de 2003, cujo prazo encontra-se esgotado.

65

REQUERIMENTO Nº 256, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 256, de 2008, do Senador Romero Jucá, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 280, de 2004; 132, 191 e 467, de 2007, com o Projeto de Lei do Senado nº 167, de 2003, que já se encontra apensado aos de nºs 210, de 2003; 75 e 323, de 2004; e 87, de 2005, por versarem sobre a mesma matéria.*

66

REQUERIMENTO Nº 341, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 341, de 2008, de iniciativa da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, *solicitando a criação de Comissão Temporária Externa, composta por três membros, destinada a representar o Senado Federal na Conferência Mundial da Paz, que ocorrerá em Caracas, Venezuela, entre os dias 8 e 13 de abril de 2008.*

Ata da 42ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 2 de abril de 2008

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência dos Srs. Efraim Moraes, Gerson Camata,
Papaléo Paes, Epitácio Cafeteira, Mão Santa e Romeu Tuma

ÀS 14 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES
AS SRAS. E OS SRS. SENADORES:

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

Senado Federal

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 2/4/2008 07:42:30 até 2/4/2008 20:32:14

Partido	UF	Nome	Pres	Voto	Partido	UF	Nome	Pres	Voto
DEM	DF	ADELMIR SANTANA	X		DEM	SC	RAIMUNDO COLOMBO	X	
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	X		PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	X		Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	X	
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X		PMDB	RR	ROMERO JUCA	X	
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	X		PTB	SP	ROMEU TUMA	X	
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X		DEM	RN	ROSALBA CIARLINI	X	
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	X		PMDB	MA	ROSEANA SARNEY	X	
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X		PSDB	PE	SERGIO GUERRA	X	
PTB	PB	CARLOS DUNGA	X		PTB	RS	SERGIO ZAMBIASI	X	
Bloco-PR	BA	CÉSAR BORGES	X		Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	X	
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X		Bloco-PT	AC	SIBA MACHADO	X	
Bloco-PT	MS	DELCIDIO AMARAL	X		Bloco-PT	AC	TIAO VIANA	X	
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES	X		PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLIÇY	X		PMDB	MS	VALTER PEREIRA	X	
DEM	PB	EFRAIM MORAIS	X		PSC	SE	VIRGINIO DE CARVALHO	X	
DEM	MG	ELISEU RESENDE	X		PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRAX	X	
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X						
Bloco-PR	RO	EXPEDITO JUNIOR	X						
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	X						
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	X						
Bloco-PT	PR	FLAVIO ARNS	X						
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X						
Bloco-PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	X						
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X						
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X						
PMDB	ES	GERSON CAMATA	X						
DEM	MT	GILBERTO GOELLNER	X						
PMDB	AP	GILVAM BORGES	X						
PTB	DF	GIM ARGELLO	X						
DEM	PI	HERÁCLITO FORTES	X						
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	X						
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	X						
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X						
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	X						
Bloco-PT	AM	JOÃO PEDRO	X						
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	X						
PSDB	AL	JOÃO TENÓRIO	X						
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	X						
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	X						
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	X						
P-SOL	PA	JOSÉ NERY	X						
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X						
DEM	TO	KÁTIA ABREU	X						
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X						
	MA	LOBÃO FILHO	X						
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X						
Bloco-PR	ES	MAGNO MALTA	X						
PMDB	PI	MÃO SANTA	X						
Bloco-PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	X						
DEM	PE	MARCO MACIEL	X						
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	X						
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	X						
PSDB	MS	MARISA SERRANO	X						
MDB	SC	NEUTO DE CONTO	X						
DT	PR	OSMAR DIAS	X						
SDB	AP	PAPALÉO PAES	X						
DT	CE	PATRICIA SABOYA	X						
MDB	RJ	PAULO DUQUE	X						
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X						
MDB	RS	PEDRO SIMON	X						

Compareceram: 76 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – A lista de presença acusa o comparecimento de 76 Srs. Senadores.

Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – A Presidência recebeu o **Ofício nº 103, de 2008**, da Câmara Municipal de Vereadores de Venâncio Aires – RS, encaminhando manifestação de apoio à aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 58, de 2003.

O expediente será juntado ao processado da referida matéria, que se encontra na Ordem do Dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do **Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2007**, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que *inscreve o nome de Maria Quitéria de Jesus, no livro dos Heróis da Pátria*.

Tendo sido aprovada em apreciação terminativa pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, a matéria vai à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – A Presidência recebeu o **Aviso nº 16, de 2008** (nº 264/2008, na origem), do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão 489/2008, proferido nos autos do processo nº TC-017.237/2006-6, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentaram, referente a Auditoria Operacional realizada no Programa de Desenvolvimento Sustentável da Aqüicultura.

A matéria vai, em 1ª autuação, à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; e, em 2ª autuação, à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – A Presidência recebeu o **Aviso nº 17, de 2008** (nº 271/2008, na origem), do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão 494/2008, proferido nos autos do processo nº TC – 001.903/2006 – 5, bem como o Relatório e do Voto que o fundamentaram, referente a Auditoria Operacional realizada no Programa Nacional de Saúde do Escolar – PNSE.

O expediente, juntado ao processado do Aviso nº 52, de 2002, vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 359, DE 2008

Retirada do PLS nº 608, de 2007

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 256, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada do Projeto de Lei do Senado nº 608, de 2007, de minha autoria, tendo em vista a perda de objeto da matéria, uma vez que o Senado Federal rejeitou a renovação da contribuição provisória sobre movimentação ou transmissão de valores e de créditos e direitos de natureza financeira (CPMF)

Sala das Sessões, 2 de abril de 2008. – Senador **Antonio Carlos Valadares**, PSB/SE.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Defiro o requerimento.

O Projeto de Lei do Senado nº 608, de 2007, vai ao arquivo e os Projetos de Lei do Senado nºs 207, de 2003, e 553, de 2007, que tramitam em conjunto, retornam ao exame da Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 360, 2008

Requeiro nos termos do artigo 256 do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada, em caráter definitivo do Requerimento nº 351/2008, tendo em vista estar apresentado outro de igual teor com um maior número de signatários.

Sala das Sessões, 2 de abril de 2008. – Senador **Eduardo Matarazzo Suplicy**

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – A Presidência defere o requerimento, nos termos do art. 256, § 2º, inciso I, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 361, DE 2008

Com fundamento nos arts. 222 e 223 do Regimento Interno do Senado Federal requeiro Voto de Solidariedade à Srª Yolanda Pulecio, mãe, e família de Ingrid Betancourt, ex-candidata à presidência da Colômbia seqüestrada pelas Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) em 2002, e apelo para que as FARC a libertem, o mais breve possível, contribuindo assim para o sucesso do acordo humanitário proposto pelo governo colombiano para a troca de reféns por rebeldes presos, acordo que também atende apelo do Presidente da França, Nicolas Sarkozy, e da Comunidade das Nações.

Justificação

A angústia da família de Ingrid aumentou no último sábado depois da divulgação de notícias alarmantes sobre o estado de saúde da refém e dos esforços para que ela seja liberada.

Conforme relatos de reféns recentemente libertos pelas Farc, a franco-colombiana, Ingrid Betancourt, que está seqüestrada desde 23 de fevereiro de 2002, sofre de leishmaniose e hepatite B, além de estar em profunda depressão.

Na quinta-feira, dia 27, o governo colombiano anunciou, por intermédio do alto comissário para a Paz, Luis Carlos Restrepo, a intenção de trocar rebeldes das Farc por reféns. O ministro do Interior e da Justiça da Colômbia, Holguín Sardi, já assinou decreto neste sentido.

O governo francês se disse disposto, nesta segunda-feira, a examinar qualquer proposta que possa facilitar uma solução para a crise dos reféns na Colômbia, inclusive receber membros das Farc. As informações sobre o estado de saúde de Ingrid Betancourt e as declarações sobre possíveis negociações para sua libertação levaram o Presidente Nicolas Sarkozy a enviar um avião equipado com recursos médicos para a Guiana, pronto para dar atenção médica apropriada a franco-colombiana Ingrid Betancourt.

A Federação Internacional dos Comitês Ingrid Betancourt (FICIB) declarou-se satisfeita no domingo com a iniciativa de Sarkozy e pediu ao presidente colombiano Alvaro Uribe que interrompa “todas as ações militares”. A senadora Piedad Córdoba, da Colômbia, vem se empenhando sobremaneira nos últimos anos para que esta libertação seja concretizada.

O publicitário Juan Carlos Lecompte, marido de Ingrid Betancourt, se encontra em São Paulo a convite do presidente do Partido Verde, José Luiz Penna, onde procura apoios para a libertação de sua esposa. Nesta tarde ele está participando do Programa do Jô Soares. Ele expressou a mim o seu desejo de conversar com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva para que também ele possa se empenhar para a realização dos passos que permitam a libertação de Ingrid Betancourt, de todos que estão prisioneiros e a instituição de instrumentos que permitam a pacificação da Colômbia com base na consecução dos princípios de justiça.

O Senado Federal assim como o Estado brasileiro tem a tradição de apoiar e trabalhar pela união entre as nações e pela solução pacífica dos conflitos. É importante que possamos nos somar e nos solidarizarmos com todas as ações que vissem a conseguir a

liberação das pessoas seqüestradas pelas Farc, bem como com a reintegração de seus membros à sociedade colombiana.

Sala das Sessões, 31 de março de 2008. Senador Eduardo Matarazzo Suplicy.

Sala das Sessões, em 31 de março de 2008.

Senador EDUARDO MATARAZZO SÚPLICY

(A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Nos termos do art. 222, § 1º, do Regimento Interno, o requerimento será despachado à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 362, DE 2008

Requeiro, nos termos do art. 218 do Regimento Interno, e de acordo com as tradições da Casa, a inserção em ata de Voto de Pesar pelo falecimento do advogado Luiz Rosalvo Fin. Requeiro, ainda, que a Mesa apresente condolências a sua família.

Sala das Sessões, 2 de abril de 2008. – **Augusto Botelho**, Senador da República.

REQUERIMENTO Nº 363, DE 2008

Requer Voto de Aplauso ao povo de Uruará, no Amazonas, pela realização, no dia 2 de abril de 2008, da Festa do Tucumã.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos **Anais** do Senado, Voto de Aplauso ao povo de Uruará, no Amazonas, pela realização da Festa do Tucumã.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento do Prefeito de Uruará, Antônio Taumaturgo Caldas Coelho e, por seu intermédio, ao Presidente e demais membros da Câmara Municipal, bem, como e principalmente, à população da cidade.

Justificação

O Município de Uruará, no médio Amazonas, é um dos mais importantes e progressistas do meu Estado. Ali anualmente se realiza a Festa do Tucumã, fruto de palmeira muito comum e apreciada na região. Da polpa do tucumã é produzida uma espécie de **cheeseburger**, popularmente apelidado de Xcaboclinho.

Sala das Sessões, 2 de abril de 2008. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 364, DE 2008

Requer Voto de Aplauso ao povo de Rio Preto da Eva, no Amazonas, pelo transcurso do XXVI aniversário de criação do município.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos **Anais** do Senado, Voto de Aplauso ao povo de Rio Preto da Eva, no Amazonas, pelo transcurso do seu XXVI aniversário de criação.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento do Prefeito de Rio Preto da Eva, Sr. Anderson José de Souza e, por seu intermédio, ao Presidente e demais membros da Câmara Municipal, bem, como e principalmente, à população da cidade.

Justificação

O Município de Rio Preto da Eva, no Amazonas, completou em março de 2008 seu XXVI aniversário. A cidade é uma das mais importantes e progressistas do meu Estado. A data sugere o Voto de Aplauso que proponho ao Senado da República. O povo de Rio Preto da Eva é merecedor da homenagem.

Sala das Sessões, 2 de abril de 2008. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 365, DE 2008

Requer, ao Ministro da Justiça, informações da Polícia Federal, acerca da dimensão do tráfico de mulheres do Amazonas para casas de prostituição em garimpos na região de fronteira.

Requeiro, nos termos do art. 216, I, do Regimento Interno, combinado com o disposto no art. 50,

§ 2º, da Constituição Federal, que sejam solicitadas, ao Senhor Ministro da Justiça, informações da Polícia Federal acerca do tráfico de mulheres do Amazonas para casas de prostituição em garimpos da região de fronteira.

Justificação

O jornal **Diário do Amazonas** publica matéria baseada em informações do chefe da divisão de Direitos Humanos da Polícia Federal em Brasília, dando conta da existência de tráfico de mulheres do Amazonas para casas de prostituição em garimpos da região de fronteira.

No Título IV, Capítulo I, a Constituição Federal prescreve as atribuições do Congresso Nacional, contemplando, no inciso X do art. 49, as suas prerrogativas de fiscalizar e controlar, diretamente ou por qualquer de suas casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta. No caso em tela, estou solicitando esclarecimentos diante das informações veiculadas pelo chefe do setor de direitos humanos, da Polícia Federal, para que esta Casa fique inteirada dos mecanismos de controle e repressão a essa prática criminosa.

Sala das Sessões, 2 de abril de 2008. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

(À Mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 366, DE 2008

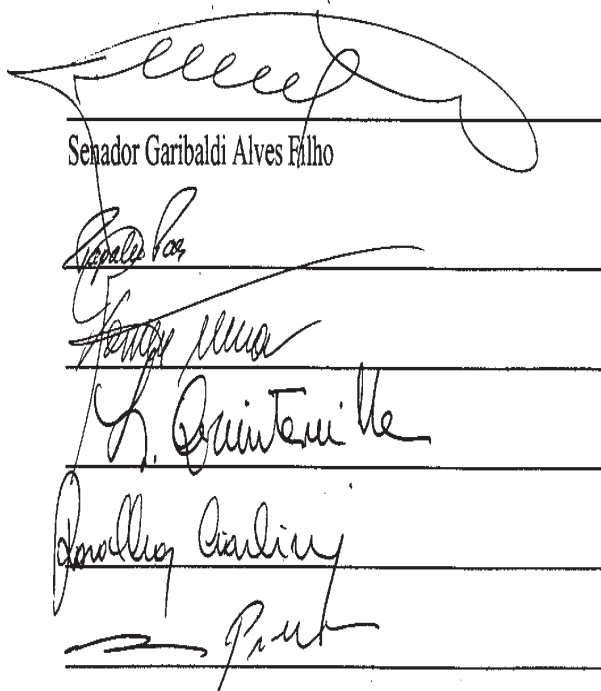
Nos termos do artigo 160 do Regimento Interno, requeremos que o tempo destinado aos oradores do período do expediente da sessão do dia 17 de abril de 2008, seja destinado a homenagear o jornalista Assis Chateaubriand, tendo em vista o transcurso dos 40 anos do seu falecimento.

Justificação

Assis Chateaubriand, jornalista que escreveu num dos principais momentos da vida nacional, especialmente o período de 1925 a 1960. Legou às gerações vindouras os melhores exemplos de civismo e dedicação à Pátria e ao seu povo. Atuou em múltiplas atividades, além do jornalismo – advocacia, política, diplomacia, agropecuária etc. Foi o idealista de um programa de elevação do nível cívico e cultural do povo brasileiro,

através da motivação ao debate das grandes questões nacionais e do incentivo ao desenvolvimento das ciências, das artes e das letras. Morto em 4 de abril de 1968, deixou registrado em uma de suas frases o seu entusiasmo pela vida e a sua tenacidade pelo trabalho: “*Quero morrer em pleno ato de viver*”. Resta-nos, pois, nada mais justo do que reverenciarmos o nobre jornalista com uma comemoração especial em homenagem aos 40 anos de sua passagem.

Sala das Sessões, 2 de abril de 2008.



Senador Garibaldi Alves Filho

Senador Papaléo Paes

Senador Gerson Camata

Senador Quintanilha

Senador Alvaro Dias

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – O requerimento que acaba de ser lido será publicado e apreciado oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 367, DE 2008

Requeiro nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, de acordo com as tradições da Casa, a inserção em Ata de Voto de Louvor aos Municípios paranaenses de Jesuítas, Marilena, Pinhais, Realeza e São Jorge D’Oeste, os quais foram selecionados pela Pesquisa do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) com apoio do Ministério de Educação (MEC), como integrantes de uma seleta relação de 37 municípios brasileiros que oferecem ensino público de qualidade.

Justificação

O estudo “Redes de aprendizagem – Boas práticas de municípios que garantem o direito de aprender” mapeou cidades nas quais, o que faz a diferença é a escola pública e não a escolaridade dos pais, a renda familiar ou o desenvolvimento socioeconômico. Nesse contexto, é mister destacar que os pesquisadores identificaram dez ações adotadas por esses municípios que, segundo o estudo, garantiram melhor desempenho dos alunos:

- 1 – ensino de resultados: escolas traçam metas para que os alunos aprendam;
- 2 – método de ensino integrado para todas as escolas do município;
- 3 – planejamento do ensino com a participação dos pais;
- 4 – avaliações regulares;
- 5 – valorização dos professores;
- 6 – formação contínua dos professores;
- 7 – estímulo à leitura;
- 8 – atenção individual aos alunos;
- 9 – atividades extraclasse e
- 10 – parcerias em esportes, cultura, assistência social e saúde.

A propósito, gostaria de reproduzir frase emblemática de um professor de Marilena, no contexto da seleção dos municípios que apresentam desempenho superior ao resto do País em indicadores do ensino básico (níveis fundamental e médio): “*A gente não deixa nenhum aluno para trás*”.

Os cinco municípios do Paraná que se destacam por oferecerem ensino público diferenciado merecem o nosso aplauso. As estratégias adotadas nas escolas dos municípios em epígrafe devem ser valorizadas e disseminadas por todo o Estado do Paraná.

Pelo incontestável papel em prol da formação cidadã e do desenvolvimento social, educacional, político do Paraná, os municípios listados, bem como o magistério local e a população em geral são merecedores do mais profundo respeito da comunidade paranaense e brasileira, razão pela qual, com base no artigo 222 do Regimento Interno do Senado, requeiro este voto de louvor e congratulações.

Sala das sessões, 2 de abril de 2008. – Senador **Alvaro Dias**.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – A Presidência encaminhará o voto solicitado.

O requerimento vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, Projeto de Lei do Senado que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 115, DE 2008**Altera a Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, Estatuto do Índio, para regular a parceria em Terras Indígenas.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, passa a vigorar acrescida dos seguintes artigos:

Art. 24-A. É garantida ao índio a exploração da terra indígena por meio de parceria nas modalidades agrícola, pecuária e turística, preservada a exclusividade da posse indígena.

§ 1º Para efeitos do disposto no **caput** deste artigo, define-se parceria como o contrato celebrado entre uma entidade jurídica constituída exclusivamente por índios e outra, constituída por não-índios, em que ambas as partes se propõem a desenvolver atividades de exploração agrícola, pecuária ou turística em terras indígenas.

§ 2º É vedado, para fins desta Lei, a celebração de contrato entre pessoas físicas.

§ 3º Nos contratos de parceria indígena constarão cláusulas que assegurem:

I – a participação indígena nos resultados do empreendimento de, no mínimo, cinco por cento sobre o lucro líquido obtido no decorrer do período de tempo acordado no contrato;

II – prazo mínimo de três anos de vigência do contrato.

§ 4º É lícito o rateio entre as partes dos custos de edificações e benfeitorias necessárias para o empreendimento;

§ 5º Ao término do contrato de parceria indígena a entidade jurídica constituída por não-indígenas não terá direito a indenização pelas benfeitorias e edificações por ela realizadas sobre a Terra Indígena onde se realizar o empreendimento.

Art. 24-B. Os contratos de parceria de que trata esta lei deverão ser previamente aprovados pelos órgãos do Poder Executivo responsáveis pela política indigenista.

Art. 24-C”. Na exploração da terra indígena mediante parceria, serão observadas, no que couberem, as disposições da legislação agrária, ambiental e indigenista.”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Aprovado, em 1973, o Estatuto do Índio constitui importante instrumento de proteção às terras e às comunidades indígenas, na medida em que busca garantir diversas

formas de assistência ao índio. Após trinta e quatro anos de sua edição, o Estatuto ainda é, hoje, a principal norma legal que dispõe sobre as relações do Estado e da sociedade brasileira com as comunidades indígenas.

Posteriormente, com o advento, em 1988, da promulgação da nova Constituição Brasileira, deu-se início a uma nova realidade para as comunidades indígenas. Certamente, um dos principais avanços da nova Lei Maior foi o capítulo que consagrou os direitos indígenas: rompendo uma tradição secular, a Constituição Cidadã – como é conhecida – reconheceu aos índios o direito de viver de acordo com sua própria cultura.

Contudo, em que pesem os avanços ocorridos desde 1988, ainda se pode observar na política indigenista brasileira uma significativa contradição: enquanto se clama pela aceleração das demarcações de terras de índios, impõem-se naturalmente barreiras ao desenvolvimento social e econômico das comunidades indígenas. Sozinhas, essas comunidades encontram sérias dificuldades em explorar suas terras em benefício próprio e, muitas vezes, pressionadas pela necessidade de sobrevivência, permitem-se firmar parcerias ilegais e lesivas ao meio ambiente.

Tais parcerias resultam em conflitos e degradação ambiental, que a homologação de terras por si só não consegue evitar. Homologação de terras não garante que o desenvolvimento das comunidades aconteça de forma adequada.

Assim, entendemos ser imprescindível regular as relações entre índios e não-índios no que diz respeito à parceria, para que as atividades desenvolvidas em terras indígenas promovam o desenvolvimento e a sustentabilidade das comunidades, com o devido respeito à identidade e à autonomia das culturas indígenas. Afinal, a despeito de toda política protecionista, não têm sido atendidas as necessidades crescentes dos índios e de suas comunidades.

Existe, hoje, um entendimento equivocado de que toda relação de parceria do índio com o não-índio resulta em exploração das comunidades indígenas e na má utilização dos recursos circunscritos a seu território. Isso decorre da falta de diretiva expressa de que essa relação pode se dar na forma de parceria, em que seja forçosamente preservada a exclusividade da posse indígena.

Nesse caso, a parceria é o melhor caminho. Afinal, parceria, em suas várias modalidades, tem por escopo a formação de uma unidade empreendedora, em que, de um lado, situa-se quem detém a posse da terra e, de outro, um conjunto de pessoas que se propõe a auxiliar na exploração econômica dos recursos. No final, são repartidos os riscos, os lucros, os frutos ou produtos do que for produzido. E essa relação jurídica pressupõe que não haja subordinação entre os contratantes. É uma associação de interesses econômicos comuns.

Em face do exposto, apresentamos o presente projeto de lei, entendendo ser esta uma importante iniciativa para, definitivamente, afastar dúvidas quanto à legalidade da parceria entre índios e não-índios e possibilitar o desenvolvimento de atividades econômicas em terras indígenas.

Esperamos, dessa forma, contar com o apoio dos nobres pares para aprovação deste projeto de lei.

Em 2 de abril de 2008. – Senador **Augusto Boitelho**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 6.001, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1973

Dispõe sobre o Estatuto do Índio.

TÍTULO I

Dos Princípios e Definições

Art. 1º Esta Lei regula a situação jurídica dos índios ou silvícolas e das comunidades indígenas, com o propósito de preservar a sua cultura e integrá-los, progressiva e harmonicamente à comunhão nacional.

Parágrafo único. Aos índios e às comunidades indígenas se estende a proteção das leis do País, nos mesmos termos em que se aplicam os demais brasileiros, resguardados os usos, costumes e tradições indígenas, bem como as condições peculiares reconhecidas nesta Lei.

Art. 2º cumpre à União, aos Estados e aos Municípios, bem como aos órgãos das respectivas administrações indiretas, nos limites de sua competência, para a proteção das comunidades indígenas e a preservação dos seus direitos;

I – estender aos índios os benefícios da legislação comum, sempre que possível a sua aplicação;

II – prestar assistência aos índios e às comunidades indígenas ainda não integradas à comunhão nacional;

III – respeitar, ao proporcionar aos índios meio para seu desenvolvimento, as peculiaridades inerentes à sua condição;

IV – assegurar aos índios a possibilidade de livre escolha dos seus meios de vida e subsistência;

V – garantir aos índios a permanência voluntária no seu habitat, proporcionando-lhes ali recursos para seu desenvolvimento e progresso;

VI – respeitar, no processo de integração de índio à comunhão nacional, a coesão das comunidades indígenas, os seus valores culturais, tradições, usos e costumes;

VII – executar sempre que possível mediante a colaboração dos índios, os programas e projetos tendentes a beneficiar as comunidades indígenas;

VIII – utilizar a cooperação de iniciativa e as qualidades pessoais do índio, tendo em vista a melhoria

de suas condições de vida e a sua integração no processo de desenvolvimento;

IX – garantir aos índios e comunidades indígenas, nos termos de Constituição, a posse permanente das terras que habitam, reconhecendo-lhes o direito ao usufruto exclusivo das riquezas naturais e de todas as utilidades naquelas terras existentes;

X – garantir aos índios o pleno exercício dos direitos civis e políticos que em fase da legislação lhes couberem.

Parágrafo único. Vetado.

Art. 3º Para os efeitos de lei ficam estabelecidas as definições a seguir discriminadas:

I – Índio ou Silvícola – É todo indivíduo de origem e ascendência pré-colombiana que se identifica e é intensificado como pertencente a um grupo étnico cujas características culturais o distinguem da sociedade nacional;

II – Comunidade Indígena ou Grupo Tribal – É um conjunto de famílias ou comunidades índias, quer vivendo em estado de completo isolamento em relação aos outros setores da comunhão nacional, quer em contatos intermitentes ou permanentes sem, contudo estarem neles integrados.

Art. 4º Os índios são considerados:

I – Isolados – Quando vivem em grupos desconhecidos ou de que se possuem poucos e vagos informes através de contatos eventuais com elementos da comunhão nacional;

II – Em vias de integração – Quando, em contato intermitente ou permanente com grupos estranhos, conservem menor ou maior parte das condições de sua vida nativa, mas aceitam algumas práticas e modos de existência comuns aos demais setores da comunhão nacional, da qual vão vez mais para o próprio sustento;

III – Integrados – Quando incorporados à comunhão nacional e reconhecidos no pleno exercício dos direitos civis, ainda que conservem usos, costumes e tradições característicos da sua cultura.

TÍTULO II

Dos Direitos Civis e Políticos

CAPÍTULO I

Dos Princípios

Art. 5º Aplicam-se aos índios ou silvícolas as normas dos artigos 145 e 146, da Constituição Federal, relativas à nacionalidade e à cidadania.

Parágrafo único. O exercício dos direitos civis e políticos pelo índio dependem da verificação das condições especiais estabelecidas nesta Lei e na legislação pertinente.

Art. 6º Serão respeitados os usos, tradições costumes das comunidades indígenas e seus efeitos, nas

relações *de* família, na ordem de sucessão, no regime de propriedade nos atos ou negócios realizados entre índios, salvo se optarem pela aplicação do direito comum.

Parágrafo único. Aplicam-se as normas de direito comum às relações entre índios não integrados e pessoas estranhas à comunidade indígena, executados os que forem menos favoráveis a eles e ressalvado o disposto nesta Lei.

CAPÍTULO II Da Assistência ou Tutela

Art. 7º Os índios e as comunidades indígenas ainda não integrados à comunhão nacional ficam sujeitos ao regime tutelar estabelecido nesta Lei.

§ 1º Ao regime tutelar estabelecido nesta lei aplicam-se no que couber, os princípios e as normas da tutela do direito comum, independentemente, todavia, o exercício da tutela da especialização de bens imóveis em hipoteca legal, bem como da prestação de caução real ou fidejussória.

§ 2º Incumbe a tutela à União, que a exercerá através do competente órgão federal de assistência aos silvícolas.

§ 3º São nulos os atos praticados entre índios não integrados e qualquer pessoa estranha à comunidade indígena quando não tenha havido assistência do órgão tutelar competente.

Parágrafo único. Não se aplica a regra deste artigo no caso em que o índio revele consciência e conhecimento do ato praticado, desde que não lhe seja prejudicial, e da extensão dos seus efetivos.

Art. 9º Qualquer índio poderá requerer ao Juízo competente a sua liberação do regime tutelar previsto nesta lei, investindo-se na plenitude da capacidade civil, desde que preencha os requisitos seguintes:

I – idade mínima de 21 anos;

II – conhecimento da língua portuguesa;

III – habilitação para o exercício de atividade útil, na comunhão nacional;

IV – razoável compreensão dos usos e costumes da comunhão nacional.

Parágrafo único. O juiz decidirá após instrução sumária, ouvidos o órgão de assistência ao índio e o Ministério Público transcrita, a sentença concessiva no registro civil.

Art. 10. Satisfeitos os requisitos do artigo anterior, e a pedido escrito do interessado, o órgão de assistência poderá reconhecer ao índio, mediante declaração formal, a condição de integrado, cessando toda restrição à capacidade, desde que, homologado juridicamente o ato, seja inscrito no registro civil.

Art. 11. Mediante decreto do Presidente da República poderá ser declarada a emancipação da comunidade indígena e de seus membros, quando ao regime

tutelar estabelecido em lei; desde que requerida pela maioria dos membros do grupo e comprovada, em inquérito realizado pelo órgão federal competente, a sua plena integração na comunhão nacional.

Parágrafo único. Para os efeitos do disposto neste artigo, exigir-se-á o preenchimento, pelos requerentes, dos requisitos estabelecidos no artigo 9º.

CAPÍTULO III Do Registro Civil

Art. 12. Os nascimentos e óbitos, e os casamentos civis dos índios não integrados, serão registrados de acordo com a legislação comum, atendidas as peculiaridades de sua condição quanto à qualificação do nome, prenome e filiação.

Parágrafo único. O registro civil será feito a pedido do interessado ou da autoridade administrativa competente.

Art. 13. Haverá livros próprios, no órgão competente de assistência, para o registro administrativo de nascimentos e óbitos dos índios, da cessação de sua incapacidade e dos casamentos contraídos segundo os costumes tribais.

Parágrafo único. O registro administrativo constituirá, quanto couber, documento hábil para proceder ao registro civil do alto correspondente, admitido, na falta deste, como meio subsidiário de prova.

CAPÍTULO IV Das condições de trabalho

Art. 14. Não haverá discriminação entre trabalhadores indígenas e os demais trabalhadores, aplicando-se-lhes todos os direitos e garantias das leis trabalhistas e de previdência social.

Parágrafo único. É permitida a adaptação de condições de trabalho aos usos e costumes da comunidade a que pertencer o índio.

Art. 15. Será nulo o contrato de trabalho ou de locação de serviços realizados com os índios de que trata o art. 4º, I.

Art. 16. Os contratados de trabalho ou de locação de serviços realizados com indígenas em processo de integração ou habitantes de parques ou colônias agrícolas dependerão de prévia aprovação do órgão de proteção ao índio, obedecendo, quando necessário, a normas próprias.

§ 1º será estimulada a realização de contratos por equipe, ou a domicílio, sob a orientação do órgão competente, de modo a favorecer a continuidade da vida comunitária.

§ 2º Em qualquer caso de prestação *de* serviços por indígenas não integrados, o órgão de proteção ao índio exercerá permanentes fiscalização das condições de trabalho, denunciados os abusos e providenciando as providências a aplicação das sanções cabíveis.

§ 3º O órgão de assistência ao indígena propiciará o acesso, aos seus quadros, de índios integrados, estimulando a sua especificação indigenista.

TÍTULO III Das Terras dos Índios

CAPÍTULO I Das Disposições Gerais

Art. 17. Reputam-se terras indígenas:

I – as terras ocupadas ou habitadas pelos silvícolas, a que se referem os artigos 4º, IV, e 198, da Constituição;

II – as áreas reservadas de que trata o Capítulo III deste Título;

III – as terras de domínio das comunidades indígenas ou de silvícolas.

Art. 18. As terras indígenas não poderão ser objeto de arrendamento ou de qualquer ato ou negócio jurídico que restrinja o pleno exercício da posse direta pela comunidade indígena ou pelos silvícolas.

§ 1º Nessas áreas, é vedada a qualquer pessoa estranha aos grupos tribais ou comunidades indígenas a prática da caça, pesca ou coleta de frutos, assim como de atividade agropecuárias ou extrativa.

§ 2º vetado.

Art. 19. As terras indígenas, por iniciativa e sob orientação do órgão federal de assistência ao índio, serão administrativamente demarcadas, de acordo com o processo estabelecido em decreto do Poder Executivo.

§ 1º A demarcação promovida nos termos deste artigo, homologada pelo Presidente da República, será registrada em livro próprio do Serviço do Patrimônio da União (SPU) e do registro imobiliário da comarca da situação das terras.

§ 2º Contra a demarcação processada nos termos deste artigo não caberá a concessão do interdito possessório, facultado aos interessados contra ela recorrer à ação petítória ou à demarcatória.

Art. 20. Em caráter experimental e por qualquer dos motivos adiante enumerados, poderá a União intervir, se não houver solução alternativa, em áreas indígenas, determinada a providência por decreto do Presidente da República.

§ 1º A intervenção poderá ser decretada:

a) para por termo à luta entre grupos tribais;

b) para combater graves surtos epidêmicos, que possam acarretar o extermínio da comunidade indígena, ou qualquer mal que ponha em risco a integridade do silvícola ou do grupo tribal;

c) por imposição da segurança nacional;

d) para a realização de obras públicas que interessem ao desenvolvimento nacional;

e) para reprimir a turbacão ou esbulho em larga escala;

f) para exploração de riquezas do subsolo de relevante interesse para a segurança e o desenvolvimento nacional;

§ 2º A intervenção executar-se-á nas condições estipuladas no decreto e sempre por meios suasórios, dela podendo resultar, segundo a gravidade do fato, uma ou algumas das medidas seguintes:

a) contenção de hostilidades, evitando-se o emprego de força contra os índios;

b) deslocamento de grupos tribais de uma para outra área;

c) remoção de grupos tribais de uma outra área;

§ 3º Somente caberá a remoção de grupo tribal quando de todo impossível ou desaconselhável a sua permanência na área sob intervenção, destinando-se à comunidade indígena removida área equivalente à anterior, inclusive quanto às condições ecológicas.

§ 4º A comunidade indígena removida será integralmente ressarcida dos prejuízos decorrentes da remoção.

§ 5º O ato de intervenção terá a assistência direta do órgão federal que exercita tutela do índio.

Art. 21. As terras espontânea e definitivamente abandonadas por comunidade indígena ou grupo tribal reverterão, por proposta do órgão federal de assistência ao índio e mediante ato declamatório do Poder Executivo, à posse e ao domínio pleno da União.

CAPÍTULO I Das Terras Ocupadas

Art. 22. Cabe aos índios ou silvícolas a posse permanente das terras que habitam e o direito ao usufruto exclusivo das riquezas naturais e de todas as utilidades naquelas terras existentes.

Parágrafo único. As terras ocupadas pelos índios, nos termos deste artigo, são bens inalienáveis da União (artigos 4º, IV, e 198 da Constituição Federal).

Art. 23. Considera-se posse do índio ou silvícola a ocupação efetiva de terra, que, de acordo com os usos, costumes e tradições tribais detêm e onde habita ou exerce atividade indispensável à sua subsistência ou economicamente útil.

Art. 24. O usufruto assegurado aos índios ou silvícolas compreende o direito à posse, uso e percepção das riquezas naturais e de todas as utilidades existentes nas terras ocupadas, bem assim ao produto da exploração econômica de tais riquezas naturais e utilidades.

§ 1º Incluem-se, no usufruto, que se estende aos acessórios e seus acrescidos, o uso dos mananciais e das águas dos trechos das vias fluviais compreendidos nas terras ocupadas.

§ 2º É garantido ao índio o exclusivo exercício da caça e pesca nas áreas por ele ocupadas, devendo ser executadas por forma suasória as medidas de polícia que em relação a ele eventualmente tiverem que ser aplicadas.

Art. 25. O reconhecimento do direito dos índios e grupos tribais à posse permanente das terras por eles habitadas, nos termos do artigo 198, da Constituição Federal, independerá de sua demarcação, e será assegurado pelo órgão federal de assistência aos silvícolas, atendendo à situação atual e ao consenso histórico sobre a antigüidade da ocupação, sem prejuízo das medidas cabíveis que, na omissão ou erro do referido órgão, tomar qualquer dos Poderes da República.

CAPÍTULO III Das Áreas Reservadas

Art. 26. A União poderá estabelecer, em qualquer parte do território nacional, áreas distintas à posse e ocupação pelos índios, onde possam viver e obter meios de subsistência, com direito ao usufruto e utilização das riquezas naturais indígenas, podendo organizar-se sob uma das seguintes modalidades:

- a) reserva indígena;
- b) parque indígena;
- c) colônia agrícola indígena;
- d) território federal indígena;

Art. 27. Reserva Indígena é uma área destinada a servir de habitat a grupos indígenas, com os meios suficientes à sua subsistência.

Art. 28. Parque Indígena é a área contida em terra para posse dos índios, cujo grau de integração permita assistência econômica, educacional e sanitária dos órgãos da União, em que se preservem as reservas de flora e fauna e as belezas naturais da região.

§ 1º Na administração dos parques serão respeitadas a liberdade, usos, costumes e tradições dos índios.

§ 2º As medidas de polícia, necessárias à ordem interna e à preservação das riquezas existentes na área do parque, deverão ser tomadas por meios suasórios e de acordo com interesse dos índios que nela habitam.

§ 3º O loteamento das terras do parque indígena obedecerá ao regime de propriedade, usos e costumes tribais, bem como as normas administrativas nacionais, que deverão ajustar-se aos interesses das comunidades indígenas.

Art. 29. Colônia agrícola é a área destinada à exploração agropecuária, administrada pelo órgão de assistência ao índio, onde convivam tribos acumuladas e membros da comunidade nacional.

Art. 30. Território federal indígena é a unidade administrativa subordinada à União, instituída em re-

gião na qual pelo menos um terço da população seja formado por índios.

Art. 31. As disposições deste Capítulo serão aplicadas, no que couber, às áreas em que a posse decorra da aplicação do artigo 198, da Constituição Federal.

CAPÍTULO IV Das Terras de Domínio Indígena

Art. 32. São de propriedade plena do índio ou da comunidade indígena, conforme o caso, as terras havidas por qualquer das formas de aquisição do domínio, nos termos da legislação civil.

Art. 33. O índio integrado ou não, que ocupe como próprio, por dez anos consecutivos, trechos de terras inferior a cinqüenta hectares, adquirir-lhe-á propriedade plena.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica às terras do domínio da União, ocupadas por grupos tribais, às áreas reservadas de que trata esta Lei, nem às terras de propriedade coletiva de grupo tribal.

CAPÍTULO V Da Defesa das Terras Indígenas

Art. 34. O órgão federal de assistência ao índio poderá solicitar a colaboração das Forças Armadas e Auxiliares da Polícia Federal, para assegurar a proteção das terras ocupadas pelos índios e pelas comunidades indígenas.

Art. 35. Cabe ao órgão federal de assistência ao índio a defesa jurídica ou extrajudicial dos direitos dos silvícolas e das comunidades indígenas.

Art. 36. Sem prejuízos do disposto no artigo anterior compete à União adotar as medidas administrativas ou propor, por intermédio do Ministério Público Federal, as medidas judiciais adequadas à proteção da posse dos silvícolas sobre as terras que habitam.

Parágrafo único. Quando as medidas judiciais previstas neste artigo, forem propostas pelo órgão federal de assistência, ou contra ele, a União será litisconsorte ativa ou passiva.

Art. 37. Os grupos tribais ou comunidades indígenas são partes legítimas para a defesa dos seus direitos em juízo, cabendo-lhes, no caso, a assistência do Ministério Público Federal ou do órgão de proteção ao índio.

Art. 38. As terras indígenas são inusucapáveis e sobre elas não poderá recair desapropriação, salvo o previsto no artigo 20.

TÍTULO IV Dos Bens e Renda do Patrimônio Indígena

Art. 39. Constituem bens do Patrimônio Indígena:

I – as terras pertencentes ao domínio dos grupos tribais ou comunidades indígenas;

II – O usufruto exclusivo das riquezas naturais e de todas as utilidades existentes nas terras ocupadas por grupos tribais ou comunidades indígenas e nas áreas a eles reservadas.

III – os bens móveis ou imóveis, adquiridos a qualquer título.

Art. 40. São titulares do patrimônio indígena:

I – população indígena do País, no tocante a bens ou rendas pertencentes ou destinadas aos silvícolas, sem discriminação de pessoas ou grupos tribais;

II – o grupo tribal ou comunidades indígenas determinada, quanto à posse e usufruto das terras por ele exclusivamente ocupadas, ou eles destinadas;

III – a comunidade indígenas ou grupos tribal nomeados no título aquisitivo da propriedade, em relação aos respectivos imóveis.

Art. 41. Não integram o Patrimônio Indígena:

I – as terras de exclusiva posse ou domínio do índio ou silvícola, individualmente considerados, e o usufruto das respectivas riquezas naturais e utilidades;

II – a habitação, os móveis e utensílios doméstico, os objetos de uso pessoal, os instrumentos de trabalho e os produtos da lavoura, caça, pesca e coleta ou do trabalho em geral dos silvícolas.

Art. 42. Cabe ao órgão de assistência a gestão do Patrimônio Indígena propiciando-se, porém a participação dos silvícolas e dos grupos tribais na administração dos próprios bens, sendo-lhes totalmente confiado o encargo, quando demonstrem capacidade efetiva para o seu exercício.

Parágrafo único. O arrolamento dos bens do Patrimônio Indígena será permanentemente atualizado, procedendo-se à fiscalização rigorosa de gestão, mediante controle interno e externo a fim de tornar efetiva a responsabilidade dos seus administradores.

Art. 43. A renda indígena é a resultante da aplicação de bens e utilidades integrantes do patrimônio Indígena, sob a responsabilidade do órgão de assistência ao índio.

§ 1º A renda indígena será preferencialmente reaplicada em atividades rentáveis ou utilizada em programas de assistência ao índio.

§ 2º A reaplicação prevista no parágrafo anterior reverterá principalmente em benefício da comunidade que produziu os primeiros resultados econômicos.

Art. 44. As riquezas do solo, nas áreas indígenas, somente pelos silvícolas podem ser exploradas, cabendo-lhes com exclusividade o exercício da garimpagem, fiação e cata das áreas referidas.

Art. 45. A exploração das riquezas do subsolo nas áreas pertencentes aos índios, ou domínio da União, mas na posse de comunidades indígenas, far-

se-á nos termos da legislação vigente, observando o disposto nesta lei.

§ 1º O Ministério do interior, por meio do órgão competente de assistência aos índios, representará os interesses da União, como proprietário do solo, mas a participação no resultado da exploração, as indenizações e a renda devida pela ocupação do terreno, reverterão em benefício dos índios e constituirão fontes de renda indígena.

§ 2º Na salvaguarda dos interesses do patrimônio Indígena e do bem estar dos silvícolas, a autorização de pesquisa ou lavra, a terceiros, nas posses tribais, estará condicionada a prévio entendimento com o órgão de assistência ao índio.

Art. 46. O corte de madeira nas florestas indígenas consideradas no regime de preservação permanente, de acordo com a letra g e § 2º, do artigo 3º, do Código Florestal, está condicionado à existência de programas ou projetos, para o aproveitamento das terras respectivos na exploração agropecuária, na indústria ou no reflorestamento.

TÍTULO V

Da Educação, Cultura e Saúde

Art. 47. É assegurado o respeito ao patrimônio cultural das comunidades indígenas, seus valores artísticos e meios de exploração.

Art. 48. Estende-se à população indígena, com as necessárias adaptações, o sistema de ensino em vigor no País.

Art. 49. A alfabetização dos índios far-se-á na língua do grupo a que pertençam, e em português, salvaguardado o uso da primeira.

Art. 50. A educação do índio será orientada para a integração na comunhão nacional mediante processo de gradativa compreensão dos problemas gerais e valores da sociedade nacional, bem como do aproveitamento das suas aptidões individuais.

Art. 51. A assistência aos menores, para fins educacionais, será prestada, quando possível, sem afastá-los do convívio familiar ou tribal.

Art. 52. Será proporcionada ao índio a formação profissional adequada, de acordo com seu grau de culturação.

Art. 53. O artesanato e as indústrias rurais serão estimulados, no sentido de elevar o padrão de vida do índio com a conveniente adaptação às condições técnicas nomeadas.

Art. 54. Os índios têm direito aos meios de proteção à saúde facultados à comunhão nacional.

Parágrafo único. Na infância, na maternidade, na doença e na velhice, deve ser assegurada ao silvícola especial assistência dos poderes públicos, em estabelecimentos a esse destinados.

Art. 55. O regime geral da previdência social será extensivo aos índios, atendidas as condições sociais, econômicas e culturais das comunidades beneficiadas.

TÍTULO VI Das Normas Penais

CAPÍTULO I Dos Princípios

Art. 56. No caso de condenação de índio por infração penal, a pena deverá ser atenuada e na sua aplicação o juiz atenderá também ao grau de integração silvícola.

Parágrafo único. As penas de reclusão e de detenção serão cumpridas, se possível, em regime especial de semiliberdade, no local de funcionamento do órgão federal de assistência aos índios mais próximo da habitação do condenado.

Art. 57. Será tolerada aplicação, pelos grupos tribais, de acordo com as instituições próprias, de sanções penais ou disciplinares contra os seus membros, desde que não revistam caráter cruel ou infamante, proibida em qualquer caso a pena de morte.

CAPÍTULO II Dos Crimes contra os Índios

Art. 58. Constituem crimes contra os índios e a cultura indígena:

I – escarnecer de cerimônia, rito, uso, costumes ou tradição culturais indígenas, vilipendiá-los ou perturbar, de qualquer modo, a sua prática. Pena – detenção de um a três meses;

II – utilizar o índio ou comunidade indígena como objeto de propaganda turística ou de exibição para fins lucrativos. Pena – detenção de dois a seis meses;

III – propiciar, por qualquer meio, a aquisição, o uso e a disseminação de bebidas alcoólicas, nos grupos tribais ou entre índios não integrados. Pena – detenção de seis meses a dois anos;

Parágrafo único. As penas estatuídas neste artigo são agravadas de um terço, quando o crime for praticado por funcionário ou empregado do órgão de assistência ao índio.

Art. 59. No caso de crime contra a pessoa, o patrimônio ou os costumes, em que o ofendido seja índio não integrado ou comunidade indígena, a pena será agravada de um terço.

TÍTULO VII Disposições Gerais

Art. 60. Os bens e rendas do Patrimônio Indígena gozam de plena isenção tributária.

Art. 61. São extensivos os interesses do Patrimônio Indígena os privilégios da Fazenda Pública, quanto

à impenhorabilidade de bens, rendas e serviços, ações especiais; prazos processuais, juros e custas.

Art. 62. Ficam declaradas a nulidade e a extinção dos efeitos jurídicos dos atos de qualquer natureza que tenham por objeto o domínio, a posse ou a ocupação das terras habitadas pelos índios ou comunidades indígenas.

§ 1º Aplica-se o dispositivo neste artigo as terras que tenham sido desocupadas pelos índios ou comunidades indígenas em virtude de ato ilegítimo de autoridade e particular.

§ 2º Ninguém terá direito a ação ou indenização contra a União, o órgão de assistência ao índio ou os silvícolas em virtude da nulidade e extinção de que trata este artigo, ou de suas conseqüências econômicas.

§ 3º Em caráter excepcional e a juízo exclusivo do dirigente do órgão de assistência ao índio, será permitida a continuação, por prazo razoável, dos efeitos dos contratos de arrendamento em vigor da data desta Lei, desde que a sua extinção acarrete graves conseqüências sociais.

Art. 63. Nenhuma medida judicial será concedida liminarmente em causas que envolvam interesse de silvícolas ou do Patrimônio Indígena, sem prévia audiência da União e do órgão de proteção ao índio.

Art. 64. Vetado

Parágrafo único. Vetado.

Art. 65. O Poder Executivo fará, no prazo de cinco anos, a demarcação das terras indígenas, ainda não demarcadas.

Art. 66. O órgão de proteção ao silvícola fará divulgar e respeitar as normas da Convenção nº 107, promulgada pelo Decreto nº 58.824, de 14 de julho de 1966.

Art. 67. É mantida a Lei nº 5.371, de 5 de dezembro de 1967.

Art. 68. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 19 de dezembro de 1973; 152º da Independência e 85º da República. – **EMÍLIO G. MÉDICI – Alfredo Buzaid – Antônio Delfim Netto – José Costa Cavalcanti.**

Publicado no **Diário Oficial** de 21 de dezembro de 1973.

(Às Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa; e de Assuntos Sociais, cabendo à última decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – O projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido às Comissões competentes.

Sobre a mesa, pareceres que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papatéo Paes.

São lidos os seguintes:

PARECER Nº 285, DE 2008

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 117, de 2007 (PLC nº 1.213, de 2007, na origem), que acresce o art. 543-C à Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, estabelecendo o procedimento para o julgamento de recursos repetitivos no âmbito do Superior Tribunal de Justiça.

Relatora: Senadora **Serys Slhessarenko**

Relator *ad hoc*: Senador **Sibá Machado**

I – Relatório

Submete-se a exame o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 117, de 2007 (PLC nº 1.213, de 2007, na origem), encaminhado, nos termos do art. 61 da Constituição Federal pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, que acresce o art. 543-C à Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, estabelecendo o procedimento para o julgamento de recursos repetitivos no âmbito do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

O PLC em exame tem por objetivo criar mecanismo que amenize o problema representado pelo excesso de demanda existente no STJ. Com efeito, incontáveis processos são baseados em matérias idênticas, com entendimento já pacificado nessa Corte.

O projeto em apreço espelha-se no procedimento previsto na Lei nº 11.418, de 2006, que criou mecanismo simplificado para o julgamento de recursos múltiplos, fundados em matéria idêntica, no Supremo Tribunal Federal (STF).

Assim é que em caso de multiplicidade de recursos fundados na mesma matéria, a Suprema Corte poderá julgar um ou mais deles representativos da controvérsia, sobrestando a tramitação dos demais. A decisão pela inadmissibilidade dos recursos selecionados fará com que seja negado seguimento às demais ações idênticas. Sendo de mérito a decisão, os tribunais de origem poderão se retratar ou considerar prejudicados os recursos. Uma vez mantida a decisão contrária ao entendimento firmado no Supremo Tribunal Federal, o recurso retornará para que a Corte Suprema o julgue, podendo cassar a decisão atacada ou mudar o entendimento firmado, ainda que apenas para o caso específico, dentro das suas peculiaridades.

A proposta em exame busca disponibilizar mecanismo semelhante para o julgamento do recurso especial perante o Superior Tribunal de Justiça. Nos termos de seu art. 1º, § 1º, o presidente do tribunal de origem, ao verificar a multiplicidade de recursos espe-

ciais fundados na mesma matéria, poderá selecionar um ou mais processos representativos da controvérsia e encaminhá-los ao Superior Tribunal de Justiça, suspendendo os demais recursos idênticos até o pronunciamento definitivo dessa Corte.

Caso não seja adotada a providência acima descrita, o relator no STJ, ao identificar que sobre a controvérsia já existe jurisprudência firmada ou que a matéria já está afeta ao colegiado, poderá determinar a suspensão, nos tribunais de origem, dos recursos onde a controvérsia já esteja estabelecida, conforme o § 2º, art. 1º, da proposição.

A fim de garantir que o contraditório seja amplamente exercido, o relator poderá solicitar informações aos tribunais federais ou estaduais a respeito da controvérsia (art. 1º, § 3º). Ainda, considerando o relator a relevância da matéria, poderá admitir a manifestação de pessoas, órgãos ou entidades com interesse na controvérsia (art. 1º, § 4º). Após, terá vista o Ministério Público pelo prazo de quinze dias. A seguir o processo será incluído na pauta do órgão competente e terá preferência sobre os demais, com exceção daqueles que envolvam réu preso e os **habeas corpus** (art. 1º, § 6º).

Uma vez publicado o acórdão do STJ, os recursos especiais sobrestados na origem terão seguimento denegado na hipótese de o acórdão recorrido coincidir com a orientação daquele tribunal superior, ou serão novamente examinados pelo tribunal de origem, na hipótese de o acórdão recorrido divergir da orientação do STJ (art. 1º § 7º). Nesta última hipótese, mantida a decisão divergente, far-se-á o exame de admissibilidade do recurso especial.

Ao projeto foram apresentadas duas emendas de autoria do Senador Flexa Ribeiro.

II – Análise

A matéria tratada na Proposição em exame é de competência desta Comissão, quanto à regimentalidade, constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa, bem como quanto ao mérito.

O PLC nº 117, de 2007, é oportuno e conveniente, em razão de proporcionar maior celeridade à prestação jurisdicional.

Inegável o volume de processos que todos os dias se acumulam nos tribunais brasileiros, o que impossibilita o julgamento com rapidez e eficácia, trazendo morosidade ao Poder Judiciário e descontentamento a todos.

A simplificação no julgamento dos processos múltiplos, com idêntico fundamento, é medida salutar e importante para desafogar os tribunais. A inovação contida no projeto em exame, a oitiva de terceiros interessados no processo, fortalece o princípio da se-

gurança jurídica, do contraditório e da ampla defesa na prolação da decisão judicial.

A proposição atende aos pressupostos de constitucionalidade e juridicidade e encontra-se lavrada em boa técnica legislativa. E, quanto ao mérito, merece o nosso apoio em razão de as alterações propostas resultarem em aperfeiçoamento da legislação processual vigente.

Cumpra salientar que o projeto vem atender aos anseios de racionalização procedimental em razão daqueles processos tidos por repetitivos, no âmbito do STJ, possibilitando o auxílio, através dos tribunais locais, na escolha dos chamados precedentes paradigmáticos. Neste ponto encontramos um dado muito interessante, em momento algum o projeto propõe a irrecorribilidade da decisão que determina a suspensão do trâmite dos demais recursos – que ficariam nos tribunais locais aguardando o julgamento dos paradigmas eleitos – senão antes, a própria lei processual reserva o agravo do art. 544 CPC, como instrumento eficaz para, não se conformando a parte com a decisão que sobrestou seu recurso, instar sua apreciação.

Com relação às emendas apresentadas pelo nobre Senador Flexa Ribeiro, entendemos que elas não devem ser acatadas por não representarem avanços ao texto legal que ora analisamos.

A emenda nº 1 busca retirar a previsão da inclusão do processo em pauta de “Seção”, alterando o § 6º do artigo 543-C proposto pelo projeto de lei. Desta forma, fica previsto apenas a inclusão em pauta da Corte Especial. Não nos parece razoável, pois a redação original é a que mais se coaduna com a organização do Superior Tribunal de Justiça, uma vez que o STJ tem seu funcionamento por áreas de especialização, fixadas em função da natureza da relação jurídica litigiosa, conforme determinam os artigos 8º e 9º do seu Regimento Interno.

Portanto, acatar a alteração proposta significa ir de encontro às regras de funcionamento do Tribunal. A manutenção da expressão “Seção” no texto da Lei é o mais indicado.

É importante que se tenha claro que diferentemente do que ocorre no Supremo Tribunal Federal, no Superior Tribunal de Justiça a atuação é especializada, pois os Ministros se dedicam ao estudo e à interpretação das leis federais em determinadas matérias, conforme o órgão julgador a que pertençam, com exceção da Corte Especial, cuja competência está definida nos artigos 8º e 11 do Regimento Interno do STJ. Logo, não haveria prejuízo, pois em alguns casos o assunto será tratado nas Seções especializadas e em outros, na Corte Especial.

Além disso, a competência dos órgãos julgadores é matéria que deve ser disciplinada no âmbito do

Regimento Interno do STJ. Importa frisar que, após aprovada a alteração da Lei, o STJ deverá regulamentar a inovação processual.

A emenda nº 2 propõe a alteração do § 7º ao artigo 543-C proposto pelo projeto de lei, com vistas a estabelecer quorum mínimo de dois terços dos Ministros integrantes da Corte Especial para que a aprovação da súmula tenha efeito vinculante.

Entendemos que deve ser mantido o texto original, visto que a qualificação de quorum também é matéria tipicamente regimental, sendo desnecessária tal regulamentação em Lei.

Devemos ainda ressaltar que o assunto não tem o alcance jurisdicional da Súmula Vinculante, pois não se propõe subordinar os Tribunais às decisões do Superior Tribunal de Justiça, mas apenas criar procedimento para julgar matérias repetitivas, podendo o Tribunal de origem divergir do STJ, nos termos do § 8º do art. 543-C, em discussão. Súmula vinculante é prerrogativa exclusiva do Supremo Tribunal Federal, insculpida na Constituição Federal em seu artigo 113-A.

III – Voto

Em face de todo o exposto, voto pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa, e no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 117, de 2007, pela rejeição das Emendas nº 1 e 2 apresentadas e pela apresentação da seguinte emenda de redação:

EMENDA Nº 1 – CCJ

Dê-se ao PLS nº 117, de 2007, a seguinte redação:

Art. 1º

§ 3º O relator poderá solicitar informações, a serem prestadas no prazo de quinze dias, aos tribunais federais ou estaduais a respeito da controvérsia.

§ 5º Recebidas as informações e, se for o caso, após cumprido o disposto no § 4º deste artigo, terá vista o Ministério Público pelo prazo de quinze dias.

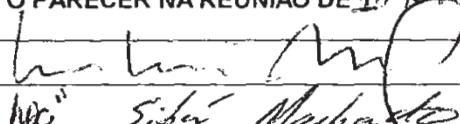
§ 6º Transcorrido o prazo para o Ministério Público e remetida cópia do relatório aos demais Ministros, o processo será incluído em pauta na seção ou na Corte Especial, devendo ser julgado com preferência sobre os demais feitos, ressalvados os que envolvam réu preso e os pedidos de **Habeas corpus**.

Sala da Comissão, 19 de março de 2008.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PLC Nº 117 DE 2007

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 19/02/2008, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: 	
RELATOR: "ad hoc" <u>Siba Machado</u> <u>Ben Siba Machado</u>	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB e PP)¹	
SERYS SLHESSARENKO	1. JOÃO RIBEIRO
SIBÁ MACHADO <i>(Relator) "ad hoc"</i>	2. INÁCIO ARRUDA
EDUARDO SUPLYC <i>(Relator) "ad hoc"</i>	3. CÉSAR BORGES
ALOIZIO MERCADANTE	4. MARCELO CRIVELLA
IDELI SALVATTI	5. MAGNO MALTA
ANTONIO CARLOS VALADARES	6. JOSÉ NERY (PSOL) ²
PMDB	
JARBAS VASCONCELOS <i>(Relator)</i>	1. ROSEANA SARNEY
PEDRO SIMON	2. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
ROMERO JUCÁ	3. LEOMAR QUINTANILHA
ALMEIDA LIMA	4. VALDIR RAUPP <i>(Relator)</i>
VALTER PEREIRA	5. JOSÉ MARANHÃO <i>(Relator)</i>
GILVAM BORGES	6. NEUTO DE CONTO
BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	
ADELMIR SANTANA	1. ELISEU RESENDE
MARCO MACIEL <i>(Presidente)</i>	2. JAYME CAMPOS
DEMÓSTENES TORRES	3. JOSÉ AGRIPINO
KÁTIA ABREU	4. ALVARO DIAS ³
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	5. MARIA DO CARMO ALVES
ARTHUR VIRGÍLIO	6. FLEXA RIBEIRO
EDUARDO AZEREDO <i>(Relator)</i>	7. JOÃO TENÓRIO
LÚCIA VÂNIA	8. MARCONI PÉRILLO
TASSO JEREISSATI <i>(Relator)</i>	9. MÁRIO COUTO
PTB⁴	
EPITÁCIO CAFETEIRA	1. MOZARILDO CAVALCANTI
PDT	
JEFFERSON PÉRES	1. OSMAR DIAS <i>(Relator)</i>

Atualizada em: 14/02/2008

¹ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22/11/2007 (DSF de 28/11/07).

² Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo;

³ Vaga cedida pelo Democratas;

⁴ Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....
Art. 103-A. O Supremo Tribunal Federal poderá, de ofício ou por provocação, mediante decisão de dois terços dos seus membros, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, aprovar súmula que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal, bem como proceder à sua revisão ou cancelamento, na forma estabelecida em lei. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004) (Vide Lei nº 11.417, de 2006).

§ 1º A súmula terá por objetivo a validade, a interpretação e a eficácia de normas determinadas, acerca das quais haja controvérsia atual entre órgãos judiciários ou entre esses e a administração pública que acarrete grave insegurança jurídica e relevante multiplicação de processos sobre questão idêntica.

§ 2º Sem prejuízo do que vier a ser estabelecido em lei, a aprovação, revisão ou cancelamento de súmula poderá ser provocada por aqueles que podem propor a ação direta de inconstitucionalidade.

§ 3º Do ato administrativo ou decisão judicial que contrariar a súmula aplicável ou que indevidamente a aplicar, caberá reclamação ao Supremo Tribunal Federal que, julgando-a procedente, anulará o ato administrativo ou cassará a decisão judicial reclamada, e determinará que outra seja proferida com ou sem a aplicação da súmula, conforme o caso.

.....
LEI Nº 5.869, DE 11 DE JANEIRO DE 1973

Vide texto compilado

Institui o Código de Processo Civil.

.....
Art. 544. Não admitido o recurso extraordinário ou o recurso especial, caberá agravo de instrumento, no prazo de 10 (dez) dias, para o Supremo Tribunal Federal ou para o Superior Tribunal de Justiça, conforme o caso. (Revogado e alterado pela Lei nº 8.950 de 13-12-1994)

§ 1º O agravo de instrumento será instruído com as peças apresentadas pelas partes, devendo constar obrigatoriamente, sob pena de não conhecimento, cópias do acórdão recorrido, da certidão da respectiva intimação, da petição de interposição do recurso denegado, das contra-razões, da decisão agravada, da certidão da respectiva intimação e das procurações outorgadas aos advogados do agravante e do agravado. As cópias das peças do processo poderão ser declaradas autênticas pelo próprio advogado, sob sua responsabilidade pessoal. (Redação dada pela Lei nº 10.352, de 26-12-2001)

§ 2º A petição de agravo será dirigida à presidência do tribunal de origem, não dependendo do pagamento de custas e despesas postais. O agravado será intimado, de imediato, para no prazo de 10 (dez) dias oferecer resposta, podendo instruí-la com cópias das peças que entender conveniente. Em seguida, subirá o agravo ao tribunal superior, onde será processado na forma regimental. (Redação dada pela Lei nº 10.352 de 26-12-2001)

§ 3º Poderá o relator, se o acórdão recorrido estiver em confronto com a súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça, conhecer do agravo para dar provimento ao próprio recurso especial; poderá ainda, se o instrumento contiver os elementos necessários ao julgamento do mérito, determinar sua conversão, observando-se, daí em diante, o procedimento relativo ao recurso especial. (Redação dada pela Lei nº 9.756 de 17-12-1998)

§ 4º O disposto no parágrafo anterior aplica-se também ao agravo de instrumento contra denegação de recurso extraordinário, salvo quando, na mesma causa, houver recurso especial admitido e que deva ser julgado em primeiro lugar. (Incluído pela Lei nº 8.950 de 13-12-1994)

.....
LEI Nº 11.418, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2006

Acrescenta à Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, dispositivos que regulamentam o § 3º do art. 102 da Constituição Federal.

DOCUMENTO ANEXADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA NOS TERMOS DO ART. 250 – RISF

RELATÓRIO

Relatora: Senadora **Serys Slhessarenko**

I – Relatório

Submete-se a exame o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 117, de 2007 (PLC nº 1.213, de 2007, na origem), encaminhado, nos termos do art. 61 da Constituição Federal pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, que acresce o art. 543-C à Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Códigos de Processo Civil, estabelecendo o procedimento para o julgamento de recursos repetitivos no âmbito do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

O PLC em exame tem por objetivo criar mecanismo que amenize o problema representado pelo excesso de demanda existente no STJ. Com efeito, incontáveis processos são baseados em matérias idênticas, com entendimento já pacificado nessa Corte.

O projeto em apreço espelha-se no procedimento previsto na Lei nº 11.418, de 2006, que criou mecanismo simplificado para o julgamento de recursos múltiplos, findados em matéria idêntica, no Supremo Tribunal Federal (STF).

Assim é que em caso de multiplicidade de recursos fundados na mesma matéria, a Suprema Corte poderá julgar um ou mais deles representativos da controvérsia, sobrestando a tramitação dos demais. A decisão pela inadmissibilidade dos recursos selecionados fará com que seja negado seguimento às demais ações idênticas. Sendo de mérito a decisão, os tribunais de origem poderão se retratar ou considerar prejudicados os recursos. Uma vez mantida a decisão contrária ao entendimento firmado no Supremo Tribunal Federal, o recurso retornará para que a Corte Suprema o julgue, podendo cassar a decisão atacada ou mudar o entendimento firmado, ainda que apenas para o caso específico, dentro das suas peculiaridades.

A proposta em exame busca disponibilizar mecanismo semelhante para o julgamento do recurso especial perante o Superior Tribunal de Justiça. Nos termos de seu art. 1º, § 1º, o presidente do tribunal de origem, ao verificar a multiplicidade de recursos especiais fundados na mesma matéria, poderá selecionar um ou mais processos representativos da controvérsia e encaminhá-los ao Superior Tribunal de Justiça, suspendendo os demais recursos idênticos até o pronunciamento definitivo dessa Corte.

Caso não seja adotada a providência acima descrita, o relator no STJ, ao identificar que sobre a controvérsia já existe jurisprudência firmada ou que a matéria já está afeta ao colegiado, poderá determinar a suspensão, nos tribunais de origem, dos recursos onde a controvérsia já esteja estabelecida, conforme o § 2º, art. 1º, da proposição.

A fim de garantir que o contraditório seja amplamente exercido, o relator poderá solicitar informações aos tribunais federais ou estaduais a respeito da controvérsia (art. 1º, § 3º). Ainda, considerando o relator a relevância da matéria, poderá admitir a manifestação de pessoas, órgãos ou entidades com interesse na controvérsia (art. 1º, § 41). Após, terá vista o Ministério Público pelo prazo de quinze dias. A seguir o processo será incluído na pauta do órgão competente e terá preferência sobre os demais, com exceção daqueles que envolvam réu preso e os **habeas corpus** (art. 1º, § 6º).

Uma vez publicado o acórdão do STJ, os recursos especiais sobrestados na origem terão seguimento denegado na hipótese de o acórdão recorrido coincidir com a orientação daquele tribunal superior, ou serão novamente examinados pelo tribunal de origem, na hipótese de o acórdão recorrido divergir da orientação do STJ (art. 1º, § 7º). Nesta última hipótese, mantida a decisão divergente, far-se-á o exame de admissibilidade do recurso especial.

Não foram apresentadas emendas.

II – Análise

A matéria tratada na Proposição em exame é de competência desta Comissão, quanto à regimentalidade, constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa, bem como quanto ao mérito.

O PLC nº 117, de 2007; é oportuno e conveniente, em razão de proporcionar maior celeridade à prestação jurisdicional.

Inegável o volume de processos que todos os dias se acumulam nos tribunais brasileiros, o que impossibilita o julgamento com rapidez e eficácia, trazendo morosidade ao Poder Judiciário e descontentamento a todos.

A simplificação no julgamento dos processos múltiplos, com idêntico fundamento, é medida salutar e importante para desafogar os tribunais. A inovação contida no projeto em exame, a oitiva de terceiros interessados no processo, fortalece o princípio da segurança jurídica, do contraditório e da ampla defesa na prolação da decisão judicial.

A proposição atende aos pressupostos de constitucionalidade e juridicidade e encontra-se lavrada em boa técnica legislativa. E, quanto ao mérito, merece o nosso apoio em razão de as alterações propostas resultarem em aperfeiçoamento da legislação processual vigente.

III – Voto

Em face de todo o exposto, voto pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa, e no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 117, de 2007, com a emenda de redação que a seguir apresento:

EMENDA Nº – CCJ

Dê-se ao PLS nº 117, de 2007, a seguinte redação:

Art. 1º

§ 3º O relator poderá solicitar informações, a serem prestadas no prazo de quinze dias, aos tribunais federais ou estaduais a respeito da controvérsia.

§ 5º Recebidas as informações e, se for o caso, após cumprido o disposto no § 4º deste artigo, terá vista o Ministério Público pelo prazo de quinze dias.

§ 6º Transcorrido o prazo para o Ministério Público e remetida cópia do relatório aos demais Ministros, o processo será incluído em pauta na seção ou na Corte Especial, devendo ser julgado com preferência sobre os demais feitos, ressalvados os que envolvam réu preso e os pedidos de **Habeas corpus**.

Sala da Comissão, – **Serys Silhessarenko**, Relatora.

PARECER Nº 286, DE 2008

Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo (CDR), sobre o substituto da Câmara ao projeto de lei dos Senado nº 93, de 2006, (nº 7.648/2006, naquela Casa), de autoria

do Senador Flexa Ribeiro, que altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 – Estatuto da Cidade a fim de prorrogar o prazo para a elaboração dos planos diretores municipais.

Relator: Senador **Gim Argello**

I – Relatório

De autoria do Senador Flexa Ribeiro, o projeto em pauta, apresentado no dia 19 de abril de 2006, foi formulado com o propósito de prorrogar para 30 de dezembro de 2007 o prazo para a aprovação dos planos diretores municipais, estabelecido no art. 50 do Estatuto da Cidade.

Ao justificar sua iniciativa, o autor destacou a importância do plano diretor, instrumento básico da política de desenvolvimento urbano executada pelo poder municipal, norma de elaboração obrigatória para as cidades com mais de 20 mil habitantes, como determina o art. 182 da Constituição Federal. Para ele, não menos importante como papel institucional do plano diretor é sua condição, também atribuída pela Constituição, de referência para o cumprimento da função social da propriedade urbana.

Ao regular o mencionado dispositivo constitucional, a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, denominada Estatuto da Cidade, estabeleceu o prazo de cinco anos para a aprovação do plano diretor nos municípios que ainda não o tivessem elaborado. Como o vencimento desse prazo ocorreria em outubro de 2006 e seu inadimplemento, nos termos do art. 52 do Estatuto da Cidade, implicaria a caracterização de improbidade administrativa, o autor do projeto, diante da constatação de que muitos municípios não lograriam cumpri-lo, em face de variadas causas e dificuldades, tomou a iniciativa de propor o adiamento do prazo originalmente assinado para o dia 30 de dezembro de 2007.

A prorrogação do prazo em pouco mais de um ano teria, assim, o objetivo de assegurar o aporte técnico e a adoção de metodologia participativa na elaboração dos planos, conforme determinação do próprio Estatuto da Cidade.

Distribuído a esta Comissão para decisão terminativa, o projeto foi aprovado por unanimidade. Remetido à Câmara dos Deputados, foi examinado nas Comissões de Desenvolvimento Urbano e de Constituição e Justiça e de Cidadania, que concluíram por um substitutivo que altera o texto oriundo do Senado em três aspectos. A primeira alteração, promovida em decorrência dos próprios prazos de tramitação legislativa, pretende fixar o vencimento do prazo no dia 30 de junho de 2008. A segunda assinala o prazo intermediário de 28 de fevereiro de 2008, não previsto no projeto aprovado nesta Casa, para que o Executivo Municipal envie à respectiva Câmara o projeto de lei do plano diretor. Por fim, a Câmara dos Deputados adita, à cláusula de vigência da lei proposta, comando no sentido de fazer retroagir seus efeitos a 10 de outubro de 2006, data em que expirou o prazo fixado no Estatuto da Cidade.

II – Análise

Cumpra agora ao Senado Federal manifestar-se quanto às alterações promovidas pela Câmara dos Deputados.

De fato, a ausência do plano diretor traz inúmeras conseqüências substantivas para a gestão urbana, uma vez que tanto a Constituição quanto o Estatuto da Cidade condicionam a aplicação de diversos instrumentos de política urbana à sua previsão na lei municipal do plano diretor. Inserem-se nesse contexto, por exemplo, os seguintes institutos jurídicos: parcelamento ou edificação compulsórios, IPTU progressivo no tempo, desapropriação com pagamento em títulos da dívida pública, direito de preempção, operação urbana consorciada, transferência do direito de construir e outorga onerosa do direito de construir.

De outra parte, tão importante quanto os aspectos técnicos envolvidos é o processo participativo requerido para a elaboração do plano diretor. Somente com a participação dos vários segmentos sociais presentes nas cidades é possível pactuar, ou repactuar, o processo de desenvolvimento urbano, de maneira a torná-lo sustentável em seus aspectos econômicos, sociais, culturais e ambientais.

Ocorre, contudo, que, embora a campanha promovida pelo Ministério das Cidades no sentido de estimular e apoiar a elaboração dos planos diretores tenha sido muito bem sucedida, cerca de 25% dos municípios em que a tarefa é obrigatória, por várias razões, ainda não a concluíram.

Como o plano diretor é o produto final de um processo de planejamento cuja implementação depende da existência de um conjunto de pré-requisitos, os quais, lamentavelmente, inexistem na maior parte dos municípios, trata-se, na prática, de enfrentar grandes desafios, circunstância que toma justa a dilação proposta em relação ao prazo legal.

Merecem acolhida, assim, as alterações propostas pela Câmara dos Deputados no sentido de fixar o novo prazo em 30 de junho de 2008, e de fazer prevalecer os efeitos dessa prorrogação desde o vencimento do prazo original. Já a emenda da Câmara consubstanciada no parágrafo único aditado à nova redação do art. 50, fixando o prazo intermediário de 28 de fevereiro de 2008, não pode ser acolhida. De uma parte, porque o vencimento do prazo proposto tornou a norma inaplicável. De outra, porque se evidencia ser desnecessário um prazo intermediário que em nada modificaria a incidência do prazo final.

III – Voto

Ante o exposto, nos termos do art. 287 do Regimento Interno, voto pela aprovação das emendas da Câmara dos Deputados que alteram o art. 2º do PLS nº 93, de 2006, bem como a redação dada pelo art. 1º para o **caput** do art. 50 da Lei nº 10.257, de 2001, e pela rejeição da emenda da Câmara dos Deputados que adita parágrafo único ao mencionado art. 50.

Sala da Comissão, 27 de março de 2008.

SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 93, DE 2006	
ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 27/03/2008 OS (AS) SENHORES (AS) SENADORES (AS)	
PRESIDENTE: SENADORA LÚCIA VÂNIA <i>Lúcia Vânia</i>	
RELATOR: SENADOR GIM ARGELLO <i>Gim Argello</i>	
TITULARES	SUPLENTES
<i>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</i>	
FÁTIMA CLEIDE	1- SIBÁ MACHADO
PATRÍCIA SABOYA (PDT)	2- EXPEDITO JÚNIOR
JOÃO PEDRO	3- INÁCIO ARRUDA <i>Inácio Arruda</i>
JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB)	4- ANTONIO CARLOS VALADARES <i>Antonio Carlos Valadares</i>
	5. JOSÉ NERY (PSOL) <i>Aguiar</i>
<i>PMDB</i>	
JOSÉ MARANHÃO	1- LEOMAR QUINTANILHA
GIM ARGELLO (PTB) - RELATOR <i>Gim Argello</i>	2- WELLINGTON SALGADO
VAGO	3- PEDRO SIMON
VALTER PEREIRA	4- VALDIR RAUPP
<i>BLOCO DA MINORIA (PSDB E DEM)</i>	
DEMÓSTENES TORRES (DEM)	1- GILBERTO GOELLNER (DEM)
ADELMIR SANTANA (DEM)	2- JAYME CAMPOS (DEM)
MARCO MACIEL (DEM)	3- KÁTIA ABREU (DEM)
ROSALBA CIARLINI (DEM)	4- MARIA DO CARMO ALVES (DEM)
LÚCIA VÂNIA (PSDB)	5- TASSO JEREISSATI (PSDB)
MARISA SERRANO (PSDB)	6- FLEXA RIBEIRO (PSDB) <i>Flexa Ribeiro</i>
CÍCERO LUCENA (PSDB) <i>Cícero Lucena</i>	7- JOÃO TENÓRIO (PSDB)
<i>PTB</i>	
MOZARILDO CAVALCANTI <i>Mozarildo Cavalcanti</i>	
<i>PDT</i>	
JEFFERSON PÉRES	1- OSMAR DIAS

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 10.257, DE 10 DE JULHO DE 2001

Mensagem de Veto nº 730

**Regulamenta os arts. 182 e 183 da
Constituição Federal estabelece diretrizes
gerais da política urbana, e dá outras pro-
vidências.**

.....
Art. 50. Os municípios que estejam enquadrados na obrigação prevista nos incisos I e II do art. 41 desta Lei que não tenham plano diretor aprovado na data de entrada em vigor desta Lei deverão aprová-lo no prazo de cinco anos.

.....
Art. 52. Sem prejuízo da punição de outros agentes públicos envolvidos e da aplicação de outras sanções cabíveis, o prefeito incorre em improbidade administrativa, nos termos da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992 quando:

I – (VETADO)

II – deixar de proceder, no prazo de cinco anos, o adequado aproveitamento do imóvel incorporado ao patrimônio público, conforme o disposto no § 4º do art. 8º desta lei;

III – utilizar áreas obtidas por meio do direito de preempção em desacordo com o disposto no art. 26 desta Lei;

IV – aplicar os recursos auferidos com a outorga onerosa do direito de construir e de alteração de uso em desacordo com o previsto no art. 31 desta lei;

V – aplicar os recursos auferidos com operações consorciadas em desacordo com o previsto no § 1º do art. 33 desta lei;

VI – impedir ou deixar de garantir os requisitos contidos nos incisos I a III do § 4º do art. 40 desta lei;

VII – deixar de tomar as providências necessárias para garantir a observância do disposto no § 3º do art. 40 e no art. 50 desta lei;

VIII – adquirir imóvel objeto de direito de preempção, nos termos dos arts. 25 a 27 desta lei, pelo valor da proposta apresentada, se este for, comprovadamente, superior ao de mercado.

.....
O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Os pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Foi lido anteriormente o **Parecer nº 285, de 2008**, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o **Projeto de Lei da Câmara nº 117, de 2007** (nº 1.213/2007, na Casa de origem), que acresce o art. 543-C à Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, estabelecendo o procedimento para o julgamento de recursos repetitivos no âmbito do Superior Tribunal de Justiça.

A matéria ficará perante a mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, **d**, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

Ofício nº 40/08-GLPSDB

Brasília, 2 de abril de 2008

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico ao Senador Mário Couto, para integrar como titular a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em vaga destinada ao Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB.

Na oportunidade, renovo protestos de apreço e distinta consideração.

Atenciosamente, – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – A Presidência designa o Senador Mário Couto para integrar, como titular, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, nos termos do expediente lido.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

Of. n º 50/2008/GLPTB

Brasília, 2 de abril de 2008

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais comunico a Vossa Excelência a indicação do Senhor Senador Carlos Dunga para integrar a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA, como membro titular, em vaga destinada ao Partido Trabalhista Brasileiro – PTB.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protestos e estima e consideração. – Senador **Epitácio Cafeteira**, Líder do PTB.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – A Presidência designa o Senador Carlos Dunga para integrar como titular a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, nos termos do expediente lido.

Há oradores inscritos.

O primeiro orador inscrito é S. Ex^a o Sr. Senador Francisco Dornelles. Pergunto ao Senador Osmar Dias se S. Ex^a deseja fazer alguma intervenção, pela ordem.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Peço a palavra pela ordem, Presidente, para solicitar a V. Ex^a minha inscrição para uma comunicação inadiável. Antes, porém, solicito a inscrição de V. Ex^a, em primeiro lugar, para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Muito obrigado a V. Ex^a pela lembrança.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – A do Senador Paulo Paim em segundo lugar.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – S. Ex^a está inscrito.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – E eu, em terceiro lugar.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – V. Ex^a está inscrito também.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Muito obrigado.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Senador Papaléo Paes, tem a palavra, pela ordem.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – E eu, com muita honra, sento-me no banco reserva, para ser o primeiro reserva dessa equipe.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – V. Ex^a já está inscrito.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Vamos à lista dos oradores inscritos.

Tem a palavra S. Ex^a, o Sr. Senador Francisco Dornelles, pelo tempo regimental de dez minutos.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é muito triste o tratamento que o Governo Federal tem dado a acordos salariais que foram assumidos com algumas carreiras de servidores federais.

Tenho aqui um exemplo claro do que está ocorrendo. As carreiras da Advocacia Pública da União, composta de Procuradores da Fazenda, do Banco Cen-

tral, dos Advogados da União, Procuradores Federais e Defensores Públicos têm um termo de compromisso assinado por dois Ministérios: o Ministério do Planejamento e a Advocacia-Geral da União.

Os valores deveriam ter sido implantados em 1º de novembro de 2007. No entanto, Sr. Presidente, até o momento, a categoria não viu o cumprimento do acordo.

Os advogados públicos federais estão em greve há quase 80 dias, exigindo o cumprimento do referido acordo. Ocorre que o acordo com a Advocacia Pública é fruto de uma longa negociação, que durou sete meses. E, após todo esse período, lavrado o acordo, a categoria ainda aguardou o cumprimento da palavra empenhada pelo Governo. Nessa ocasião, Sr. Presidente, mais uma vez, o Governo assumiu o compromisso com a categoria de que, tão logo se encerrasse tal momento político, o acordo seria integralmente cumprido. A categoria, demonstrando compreensão com o momento difícil por que passava o Governo, deu voto de confiança à palavra dos Ministros envolvidos, e esperou por dois meses e meio o integral cumprimento desse acordo. Porém, o Governo se recusou a implementá-lo, razão pela qual não restou outra alternativa senão a greve.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é inacreditável que, diante de todos esses fatos, ainda insista o Governo em descumprir o acordo celebrado com a Advocacia Pública Federal.

Após quase 80 dias, nenhuma proposta de cumprimento do acordo foi apresentada. Pelo contrário. O Ministério do Planejamento recusa-se sequer a receber a categoria para chegar ao desfecho da questão, como se não importasse com os enormes prejuízos que uma greve dessa magnitude acarreta às políticas públicas do Governo.

Para finalizar esta intervenção, Sr. Presidente, quero fazer um apelo ao ilustre Ministro Paulo Bernardo, a quem reitero meu maior respeito e consideração, que reabra as negociações com os representantes da Advocacia Pública Federal, de forma a honrar os compromissos assumidos pelo Governo.

Em seguida, Sr. Presidente, quero fazer referência a um assunto tratado por V. Ex^a na sessão de ontem do Senado, para cumprimentá-lo pela maneira feliz com que V. Ex^a colocou a matéria, mostrando a importância de as autoridades federais, estaduais e municipais fazerem uma política para acabar com o surto de dengue no Rio de Janeiro.

Desejo, agora, referir-me à Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro, que mantém cinco hospitais e dois educandários, e que está-se associando, mais uma vez, ao esforço que existe no Estado contra a

terrível epidemia de dengue. A Santa Casa de Misericórdia está oferecendo os serviços de seus técnicos e servidores que, gratuitamente, dedicarão esforços, juntando-se aos Poderes Públicos federal, estadual e municipal, na luta heróica ao combate da dengue que, num esforço conjunto, deve ser erradicada de forma a eliminar essa verdadeira catástrofe, que tantos males têm trazido à população carioca e fluminense.

Nesse sentido, desejo congratular-me com o grande trabalho e espírito público da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro e com o seu Superintendente-Geral, Dr. Zarur, que tem executado um maravilhoso trabalho. A Santa Casa está apta a oferecer 1.800 leitos em seus hospitais privados para o combate à dengue.

Sr. Presidente, finalmente, quero, hoje, prestar uma homenagem ao Ex^o Sr. Ministro Gilmar Mendes, recentemente eleito para ocupar, a partir do mês que vem, a Presidência do Supremo Tribunal Federal.

Membro do Supremo Tribunal Federal desde 2002, o Ministro Gilmar Mendes coroa, com a dupla Presidência que agora assume, uma brilhante carreira jurídica, que já o fez passar pelo Ministério Público Federal e pela Advocacia-Geral da União.

Sr. Presidente, peço a V. Ex^a que publique, na íntegra, o meu pronunciamento de homenagem ao Ministro Gilmar Mendes.

O Sr. Gerson Camata (PMDB – ES) – Permita-me um aparte, Senador?

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Concedo o aparte ao Senador Gerson Camata.

O Sr. Gerson Camata (PMDB – ES) – Ilustre Senador Francisco Dornelles quero, com V. Ex^a, solidarizar-me com o povo do Rio de Janeiro pela crise que enfrenta e também cumprimentar a Santa Casa de Misericórdia por ter entrado nesse esquema para resolver o problema, e não para discuti-lo. Ouvi, por exemplo, no pesado fim de semana em que morreram crianças, a notícia de que “na próxima segunda-feira vai-se reunir o gabinete de crise”. Quando tem gente morrendo, tem-se de reunir agora, daqui a cinco minutos; não se pode deixar para se reunir na segunda-feira. V. Ex^a informa que a Santa Casa destinou 1.800 leitos, mais até do que ofereceu o Hospital das Forças Armadas – o que também é ótimo, excelente, porque todo esforço é importante. A Santa Casa, então, parte para a ação. Merece, portanto, os cumprimentos que V. Ex^a apresenta a ela. Também não poderia deixar de me solidarizar e secundar o pronunciamento de V. Ex^a em relação a esse grande brasileiro que é o Ministro Gilmar Mendes. Em toda atividade que exerceu, sempre foi modesto, tranquilo, mas sempre pontecendo pelo

grande conhecimento jurídico, pela excelência dos seus pareceres e das suas sentenças. S. Ex^a agora assume um dos mais altos cargos da Magistratura brasileira, presidindo esse Conselho tão importante, que foi criado aqui na reforma do Judiciário, conduzida por este Senado. Portanto, esses assuntos que V. Ex^a hoje coloca na pauta do Senado são importantes e vão fazer história para o Brasil.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Muito obrigado, Senador Gerson Camata, pelo aparte. Sou testemunha do grande trabalho executivo realizado por V. Ex^a no Governo do Espírito Santo, e sei que, em determinados momentos, teve de tomar atitudes bastante duras para enfrentar crises.

Agora, no Rio de Janeiro, precisamos fazer quase que um esforço de guerra. Não podemos separar o que é federal, o que é público, o que é privado. A presença da Santa Casa é um dado importante, porque vem reforçar esse trabalho conjunto que agora está sendo desenvolvido.

E digo a V. Ex^a que o Ministro Gilmar Mendes, como Advogado-Geral da União, fez um trabalho fantástico. O Supremo deve se orgulhar do Presidente que ganhou.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR FRANCISCO DORNELLES

O SR. FRANCISCO DORNELLES (PP – RJ. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, gostaria hoje de prestar uma breve homenagem ao Excelentíssimo Senhor Ministro Gilmar Mendes, recentemente eleito para ocupar, a partir do mês que vem, a presidência do Supremo Tribunal Federal – o que o torna chefe de um dos três Poderes que constituem a República – e do Conselho Nacional de Justiça, por aprovação, no dia 25/03, aqui nesta Casa, da indicação de seu nome.

Membro do STF desde 2002, o Ministro Gilmar Mendes coroa com a dupla presidência que agora assume uma brilhante carreira jurídica, que já o fez passar pelo Ministério Público Federal e pela Advocacia-Geral da União, entre outros órgãos importantes – passou também pelo Executivo, mais precisamente pela Casa Civil, e pelo Legislativo, quando assessorou a relatoria da Revisão Constitucional de 1993. Seu trânsito pelos três Poderes certamente lhe deu uma experiência ímpar, que saberá usar, tenho certeza, no delicado papel de chefe do Poder Judiciário, que agora assume.

Igual brilho demonstrou na área acadêmica, em que se destaca por seus numerosos estudos de direito constitucional, matéria que ocupa seu interesse desde

os tempos do mestrado, completado sob a orientação do ex-Ministro do Supremo José Carlos Moreira Alves, e do doutorado, obtido na Universidade de Münster, na Alemanha. Ambas as vertentes de sua trajetória – na carreira jurídica e na área acadêmica –, completando-se e somando-se, capacitam-no de forma excelente para a função que hoje ocupa, como Ministro e Presidente da mais alta corte do País.

Nas novas funções que começou a assumir, com sua posse como presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Ministro Gilmar Mendes enfrentará a dura tarefa de suceder à Ministra Ellen Gracie, figura que já se inscreveu na história política brasileira como a primeira mulher a ter assento na Corte Suprema e, mais do que isso, a presidi-la – e presidi-la, Senhoras Senadoras, Senhores Senadores, com competência exemplar e equilíbrio notável, em um momento em que o Supremo Tribunal esteve em evidência várias vezes. Presto a ela aqui também minhas homenagens.

Senhor Presidente, Senhoras Senadoras e Senhores Senadores,

Não há como exagerar o importantíssimo e fundamental papel desempenhado, no equilíbrio institucional, pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal. Se o coração do Estado está no Legislativo, a razão está, em última instância, no Judiciário. É reconfortante saber que podemos contar, na Corte mais alta, com pessoas do quilate de Gilmar Mendes e Ellen Gracie – figuras que engrandecem a classe jurídica e, em especial, todo o serviço público brasileiro.

Deixo aqui, enfim, minhas congratulações ao Ministro Gilmar Mendes, desejando-lhe todo o sucesso em suas novas atribuições, e meus cumprimentos à Ministra Ellen Gracie, pelo seu notável trabalho à frente do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça.

Era o que tinha a dizer, Senhor Presidente.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Francisco Dornelles, o Sr. Gerson Camata, 2º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Papaléo Paes, Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Muito obrigado, Senador Francisco Dornelles.

Concedo a palavra ao nobre Senador Raimundo Colombo, pela Liderança da Minoria e, em seguida, fará uso da palavra o Senador Gerson Camata, para uma comunicação inadiável.

O SR. RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC. Pela Liderança da Minoria. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Papaléo Paes, muito obrigado.

Senador Gerson Camata, obrigado pela gentileza de me permitir também falar agora.

Hoje, o que quero dizer aqui é que a sociedade escolhe o seu governo e escolhe o grupo da oposição. É nosso dever, na oposição, fiscalizar; é nosso dever propor; é nosso dever fazer o contraponto. Vejo todas as bravatas e toda a empolgação do Presidente Lula, por quem tenho o maior respeito, mas é assim que considero a sua atuação e seus discursos. Tenho visto Sua Excelência praticamente criando um clima de euforia em relação ao crescimento econômico do País.

De fato, existe o crescimento econômico. Não há como negar isso.

Vou citar, fundamentalmente, duas razões, e depois comparar com outros países. A primeira delas é, com certeza, a estabilidade econômica. Antes, a pessoa comprava um carro, era uma dificuldade, com a inflação, no máximo em 12 meses, enfim. Hoje, compra-se um automóvel em 84 meses; uma geladeira, em 72 meses. Isso, evidentemente, em decorrência da estabilidade econômica, que permitiu esse crescimento do poder interno de compra. O segundo aspecto é a economia internacional. Desde a Segunda Guerra Mundial, este é o período mais prolongado e mais próspero da economia do mundo.

Agora, vamos comparar com outros países para termos uma noção do que está acontecendo. Por exemplo, os países que compõem o Bric – Brasil, Rússia, Índia e China –, como foi o crescimento deles nesse período? Se observarmos uma média histórica de 2003 a 2007, veremos que, em primeiro lugar, ficou a China, com 10,6% de média de crescimento; em segundo lugar, ficou a Índia com 8,5%; em terceiro, a Rússia, com 6,9%; e o Brasil, senhores, cresceu 3,8%.

Cresceu, é verdade. É um fato. Isso é muito bom para todos nós, e não há nenhum ciúme nisso, absolutamente. Agora, é bom comparar. Se nós observarmos, dos 39 países emergentes, o Brasil é o 35º. Nós crescemos mais do que o Haiti, El Salvador, México e Guatemala, na média. No último ano, nós crescemos 5,4%.

É bom anunciar aqui que o Brasil cresceu. É muito bom. Mas é importante comparar e ver que não há motivos para se sair dizendo que o Governo é o maior de todos e que “nunca antes neste País”, como se diz, tudo se modificou, tudo se transformou, e nós vivemos no melhor dos mundos. Essa não é a realidade.

O Brasil está perdendo uma oportunidade de crescer de forma igual a esses outros países, e não o faz exatamente pelo custo do Governo, pelo excesso de impostos.

Se observarmos o preço da gasolina, quanto é que se paga em outros países da América Latina? Na

Argentina, R\$1,40; no Paraguai, R\$1,30; na Bolívia, R\$1,10. E no Brasil, quanto é? Por que no Brasil é tão caro? Porque temos de sustentar este Governo e essa ganstança do Governo, que não é apenas a do Governo Lula, mas é uma ganstança histórica, do Estado brasileiro. Desses R\$2,50, R\$2,80 que se paga pelo litro da gasolina no Brasil, cerca de R\$0,60 é para o ICMS, e a tal da Cide, essa maldosa e inadequada Cide, leva mais R\$0,50, e mais o PIS e o Cofins. Enfim, esse custo é diferente dos outros países, e por isso crescemos menos. Por isso, a realidade social se desenvolve de forma mais lenta do que nos outros países.

Para se ter uma idéia, um minuto de telefone celular no Brasil custa, em média, R\$0,53, enquanto a média nas Américas é de R\$0,32. É quase o dobro no Brasil. Por exemplo, na Argentina, R\$0,24; nos Estados Unidos, R\$0,28, menos da metade do que pagamos aqui.

Uma mensagem de texto que enviamos por telefone, no Brasil é R\$0,14; no México, R\$0,08; na Argentina, R\$0,04; nos Estados Unidos, R\$0,07. Aqui é o dobro do custo que se pratica em outros países.

Um acesso de 20 horas por mês na Internet, no Brasil custa US\$26,00; na Argentina, US\$14,00; no Canadá, US\$9,00; nos Estados Unidos, US\$15,00; e assim por diante.

Com relação à classe média, a taxa do Imposto de Renda para quem ganha na faixa de R\$3 mil é de 27,5%; na Colômbia, é de 19%; no Peru, 15%; na Bolívia, 13%; no Chile, 5%; na Venezuela, é isento; na Argentina, 27%, mas eles possuem sete faixas, de tal forma que é bem menos.

Reduzir o custo do Governo, diminuir a carga de impostos, fazer com que o Brasil possa acompanhar o crescimento de outros países é exatamente a ação de todos nós.

Este Governo perdulário, este Estado brasileiro que foi, ao longo dos anos, crescendo, aumentando seu tamanho, ficando irresponsável com seus custos, faz com que façamos este contraponto para dizer: que bom que o Brasil está crescendo. As razões são muitas, há um mérito histórico, há um mérito presente – por que não reconhecer, não há nada de mal nisso. Mas é absolutamente necessário dizer: parem com a festa e comecem a perceber a necessidade de fazer o dever de casa, que é reduzir o custo do Estado, o desperdício, a ganstança, o seu tamanho, a sua eficiência.

Eu aqui ouvi o Senador Francisco Dornelles e o Senador Gerson Camata falando do problema de saúde no Rio de Janeiro, que não é diferente do resto do Brasil. Lá, não temos a epidemia da dengue, mas temos a epidemia da falta do atendimento, do Estado estar de costas para as pessoas mais pobres. Se há

atendimento na segunda linha, não há o atendimento do especialista, não há a internação, não há condição de atender aos doentes.

Este nosso Estado brasileiro precisa sofrer um choque de mudança. O modelo está errado, está centralizado. O excesso de impostos é absurdo, inaceitável e tem que ser reduzido.

Sr. Presidente, em todos os setores da economia, é muito mais difícil prosperar em nosso País, sobreviver em nosso País. E o grande culpado disso é o setor público. Não apenas o Executivo – sobretudo ele –, mas também o Legislativo e o Judiciário, que têm excesso de custo. Dá para dizer que há dois países: o setor público, que vive uma realidade, e o setor privado, sobretudo as pessoas físicas, que vivem outra realidade bem diferente.

Agradeço, Sr. Presidente, a oportunidade que V. Ex^a me concedeu de falar antes. É exatamente esse o meu pensamento. Se não acordarmos para isso, se não pararmos com a festa e não tivermos um pouco de consciência da necessidade de aproveitar este momento de prosperidade que tem-se alongado para que possamos mudar, comparando-nos com outros países, veremos que estamos crescendo muito menos e que a vida das pessoas está melhorando muito menos, exatamente por culpa do setor público brasileiro. Essa é a grande verdade.

Por isso, ao Governo, mais humildade, mais compromisso com as pessoas, mais realidade. Quando perdemos uma oportunidade, dizem os gregos, essa é a maior tragédia da sociedade. Estamos perdendo a oportunidade de crescer mais e de melhorar a vida das pessoas de forma responsável.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Parabéns a V. Ex^a, Senador Raimundo Colombo!

Concedo a palavra ao Senador Gerson Camata para uma comunicação inadiável.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, com a permissão de V. Ex^a e das Sr^{as} e dos Srs. Senadores, gostaria, em primeiro lugar, de registrar a visita que faz ao Brasil o Presidente da Eslovênia, Danilo Türk.

A Eslovênia, que se separou da Iugoslávia há alguns anos, é um dos países que mais crescem na Europa, tendo sido admitida recentemente na Comunidade Européia. A Eslovênia tem uma ligação muito estreita com o meu Estado, o Espírito Santo. Quando a Eslovênia fazia parte da Iugoslávia, foi criado, no Governo João Goulart, o porto de Ponta do Tubarão no Espírito Santo, o maior porto do mundo, que, na época, recebia os maiores navios, as maiores naves

do mundo. E, correspondente a ele, foi feito, na antiga Iugoslávia, hoje Eslovênia, em Capodistria, um porto, que servia exatamente de transporte mais econômico de grandes quantidades de *iron ore*, ou seja, minério de ferro, do Brasil para a antiga Iugoslávia e para toda a União Soviética à época.

Hoje, o Presidente veio oferecer ao Brasil aquele porto, para que ele sirva de entrada para a carne, para a soja, para o granito e, como já o é, para o minério de ferro nos países do leste europeu. É bem-vindo o Presidente, que foi um grande diplomata, que já foi Embaixador da Eslovênia no Brasil, de modo que é um homem muito ligado ao nosso País.

Mas o foco do meu problema, Sr. Presidente, Senador Mário Couto, Senadora Rosalba Ciarlini, Senador Leomar Quintanilha, é a criação de uma CPI sobre a pedofilia.

Lembro-me de que foi criada aqui, há muito tempo, uma CPI sobre o tráfico de drogas. Ela foi excelente, fez muita manchete, mas, no final, aprovamos uma lei para favorecer os traficantes, o que é incrível: no lugar de inibi-los, nós os favorecemos. Por que fizemos uma lei que favorecia os traficantes? Consideramos que usar drogas não era crime e, então, demos o mercado para os traficantes. Uma pessoa, quando usa droga, comete um crime; para comprar a droga, ela comete um crime. Se dou um revólver para alguém matar alguém, sou co-autor do crime; se vendo uma droga que depois provoca um crime, sou co-autor do crime. Os traficantes arranjaram um mercado de graça, porque fizemos uma lei para favorecê-los. É inacreditável, mas fizemos essa lei. A Organização das Nações Unidas (ONU) está dizendo: “Se não se inibe o uso da droga, não se pode inibir o tráfico”.

Pois bem, agora vão fazer a CPI da pedofilia. Na Itália, na França, na Inglaterra, em vários países do mundo e em alguns Estados norte-americanos, o pedófilo é castrado quimicamente, porque está provado que ele não se recupera. Recentemente, em São Paulo, um pedófilo que havia abusado de doze crianças ficou durante sete anos na cadeia e, no dia em que saiu, matou um menino. Ele não tem recuperação. Então, nesses países, o que acontece? Ele é condenado a vinte anos – é condenado a vinte anos! – e cumpre os vinte anos. Não é como no Brasil, em que, quando a pessoa é condenada a sessenta anos, não cumpre toda a pena.

Outro dia, vi enganarem a opinião pública brasileira. Sobre esse crime horrível que houve aqui em Brasília, em que mataram uma moça, os jornais noticiaram: “Condenado a sessenta anos”. E o povo brasileiro, inocente, disse: “Oh, sessenta anos!”. O criminoso não fica quatro anos na cadeia, porque há o bom comportamento, mais não sei o quê, um monte de vantagens que demos aqui

aos criminosos. Nós demos essas vantagens, fizemos leis para favorecer criminoso. Se recebe a pena de setenta anos de prisão, ele ali fica por seis anos, no máximo. Então, é bom que o jornal diga ao povo: “Vocês estão sendo enganados, pois não são setenta anos, não; são seis anos, no máximo”. E isso se dá se ele ficar por esse tempo, se não fugir antes também.

Mas o que aconteceu e o que quero dizer, Sr. Presidente? Há um projeto meu que trata da castração química. O criminoso é condenado a vinte anos, e o juiz pergunta: “O senhor quer ficar vinte anos na cadeia ou quer ficar por lá só dez anos e submeter-se à castração química?”. É a única maneira de inibi-lo, para não cometer o crime da pedofilia. Nos países civilizados, como a França, a Inglaterra, a Itália, e em vários Estados norte-americanos, existe isso. No Brasil, não há essa lei, porque dizem: “Não, isso é direito humano”. Mas e o direito humano das crianças sacrificadas, abusadas, barbarizadas? Essas não podem ter direito humano. A teoria é fazer leis para favorecer os criminosos.

Meu projeto está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania já vai completar um ano e ainda nem tem Relator. Não adianta fazer CPI, se não enduermos a lei, para tratar com essa gente.

A **Folha Online** de hoje diz:

Faculdade aprova pesquisa de uso de inibidor sexual em pedófilos.

O Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Medicina do ABC, em Santo André (Grande São Paulo), aprovou um projeto de pesquisa sobre o uso de medicamentos em pedófilos, a chamada “castração química” [...].

O coordenador do Comitê, o pneumologista Elie Fiss, afirmou que a pesquisa foi apresentada pelo setor de psiquiatria e aprovada, mas com algumas modificações. O projeto deve voltar à mesa do Comitê no dia 9, para eventual chancela.

À **Folha Online**, Elie Fiss disse que as mudanças pedidas pelos membros do comitê são “de caráter ético e metodológico”.

[...]

O comitê é composto por 30 pessoas – médicos, juristas, enfermeiros e membros da comunidade e outros profissionais.

[...]

O projeto foi apresentado depois que o professor-assistente em psiquiatria da faculdade, e doutor pela USP, Danilo Baltieri, declarou ao jornal “**O Estado de S. Paulo**”, em outubro, que administrava hormônios a um pedófilo – com autorização por escrito do próprio doente.

Veja V. Ex^a, Sr. Presidente – e já vou encerrando –, que vários médicos brasileiros apareceram, dizendo que estavam praticando a castração química, por pedido do pedófilo. Ele entende que é pedófilo e que não consegue controlar-se, procura o médico e diz: “Olha, doutor, vou acabar na Polícia. Estou cometendo crimes”. E o médico faz, então, a castração química desses indivíduos, a pedido deles por escrito.

Após a declaração, o Cremesp (Conselho Regional de Medicina de São Paulo) abriu um procedimento sobre o caso, que ainda não está concluído. Segundo a Folha Online apurou, o órgão não deverá apontar irregularidade no tratamento [que é feito a pedido do pedófilo].

Pesquisas apontam que medicar leva à redução na reincidência de pedófilos entre 30% e 70%. Nenhuma delas é definitiva. O uso de medicamento contra o comportamento pedófilo é feito na Europa e em Estados norte-americanos.

O Sr. Leomar Quintanilha (PMDB – TO) – Senador Gerson Camata, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Pelo Regimento, Senador Leomar Quintanilha, sou proibido de dar o aparte a V. Ex^a, porque estou em uma fala que não pode ser interrompida. Não posso conceder apartes. Teria enorme prazer em ouvir a opinião de V. Ex^a, mas, neste momento, não posso conceder apartes.

Veja V. Ex^a que a CPI dos pedófilos tem de concluir pelo enrijecimento da legislação. Cientistas da Faculdade de Medicina de São Paulo estão apostando nessa questão e fazendo debates de alto nível científico sobre esse problema.

Temos de começar aqui, Sr. Presidente, a fazer leis contra os criminosos, não a favor deles.

Veja V. Ex^a que houve aquela enorme campanha para que o povo levasse armas ao Governo: “Vamos desarmar o povo!”. O povo acreditou que levaria as armas ao Governo e que este tomaria as armas dos bandidos. Nada! Acho que deram as armas aos bandidos, porque nunca os vi tão bem armados.

E cometemos uma injustiça terrível com os trabalhadores rurais, com os proprietários rurais, com os fazendeiros lá do interior do Brasil, porque os bandidos já sabem que eles não têm arma alguma. É o mesmo que tomar biscoito das mãos de crianças! Eles estão sendo vítimas de assaltos. Em Rondônia, agora, existe até uma organização terrorista, do tipo das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc), assaltando fazendeiros, que estão desarmados.

Temos de corrigir as leis. Nossa função não é ficar ao lado do bandido. Nossa função aqui é ficar ao

lado da sociedade, contra os bandidos; ao lado dos que trabalham, contra os que roubam, contra os que assaltam; ao lado dos que defendem a vida e contra os que não a prezam.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Obrigado a V. Ex^a, Senador Gerson Camata.

Sobre a Mesa, expediente que passo a ler.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, quero comunicar a V. Ex^a que fiz uma permuta com o Senador José Nery.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – V. Ex^a fará uso da palavra após a leitura do expediente, que farei neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – A Presidência comunica ao Plenário que, tendo em vista a aprovação do **Requerimento nº 208, de 2008**, que criou a Comissão Temporária para a Reforma do Regimento Interno, adotará o critério de remeter à referida Comissão Temporária todas as matérias em tramitação na Casa que alteram o Regimento do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Feita a comunicação, concedo a palavra ao nobre Senador Mário Couto, sem prejuízo na ordem dos inscritos, por permuta com o Senador José Nery.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, inicialmente, quero dizer da minha alegria de ter hoje, no plenário desta Casa, o meu suplente, o Sr. Demetrius Ribeiro, da minha querida cidade de Marabá.

Sr. Demetrius, para mim é um prazer muito grande tê-lo aqui. Sinta-se à vontade, como se estivesse na nossa querida cidade de Marabá.

Sr. Presidente, ontem conseguimos, Senador Paulo Paim, falar com o Presidente desta Casa, que se comprometeu a resolver o problema da pauta, para que possamos trazer o Projeto de Lei nº 58, de V. Ex^a, que trata do reajuste dos aposentados, imediatamente para este plenário.

Com relação a este assunto, Senador, já falamos tudo o que poderíamos falar nesta Casa. Daqui para frente as nossas ações deverão ser práticas. Não temos mais o que falar. Já dissemos como vivem os aposentados e pensionistas do País. Já provamos e já mostramos a todo o País que essa classe está passando fome, está massacrada e desprezada neste País.

Senador Geraldo Mesquita, não podemos mais aqui agora ficar apenas com palavras. Nós defendemos essa questão, que está no nosso sangue. Temos como pioneiro o representante dessa classe o digno Senador Paulo Paim. Temos agora que tomar uma po-

sição prática neste plenário. V. Ex^a já veio ao plenário, já veio à tribuna; eu já vim à tribuna; o Senador Paulo Paim já veio à tribuna, assim como os Senadores Mão Santa, Flexa Ribeiro e outros. E já mostramos como está a classe dos aposentados no País: desprezada, massacrada, sem condição, no final de sua vida, de ter, no mínimo, dinheiro no bolso para pagar um plano de saúde. Nós não podemos concordar.

Agora, palavras não adiantam mais. Agora é ação. Agora temos que dar tempo, prazo de cumprimento do que pedimos. Se o PL nº 58, Senador, não vier a este Plenário, nós temos que tomar uma medida mais radical. Nós temos que estabelecer o prazo até terça-feira, para que o Presidente coloque o projeto em pauta, senão este projeto não virá para a pauta neste ano, senão este projeto não virá para a pauta nunca mais; senão os aposentados vão morrer de fome neste Brasil, e ninguém liga para eles.

O Presidente Lula é craque em fazer política, é monstro, é mestre em fazer em política, é um “Super-Lula” em fazer política, dando mais de onze milhões de bolsas-famílias. Eu aqui não estou criticando essa ação; estou criticando o esquecimento do Governo Lula dos aposentados deste País, que tanto serviram à Pátria.

Portanto, Senador Paim, espero que V. Ex^a cômungue com o mesmo pensamento meu de que, a partir de quarta-feira – esta quarta-feira agora –, se o projeto, Presidente, não vier à pauta, eu começo minha vigília. Vou ficar sentado na minha cadeira dia e noite até que esse projeto venha à pauta. Vou fazer uma semana de vigília.

Se o projeto não vier à pauta, eu entro em greve de fome. Entro em greve de fome, porque este País, infelizmente, este País brasileiro, que um dia foi democrata e hoje não é mais, aprendeu a viver assim. Só com pressão é que se resolve.

Senador Geraldo Mesquita, não há mais palavras que possam sensibilizar. Não tem mais. Aqui já viemos e tentamos sensibilizar de todas as formas. Conseguimos arrancar o projeto das Comissões e jogar na pauta, e a ditadura política não permite que um projeto de lei seja votado nesta Casa.

Onde estamos? Dizem que estamos num país democrático. Não é! Não é! Em país democrático não se cala a boca de senador que quer discutir projetos. Em país democrático o legislador legisla; o legislador discute os seus projetos. Aqui nós não temos essa liberdade. Aqui só votamos em medidas provisórias cujo dinheiro já foi gasto pelo Governo. E não é medida provisória. O nome tem que mudar. É medida de ditador, porque manda uma medida para que se aprove; não manda uma

medida para que se discuta e veja a validade de cada uma delas. Tem que aprovar, nem que seja na marra!

Que papel estamos fazendo aqui neste Senado?! Que papel? Pergunto aos Srs. Senadores. Tudo que adverti aqui, Senadora, aconteceu. Tudo. Adverti acerca dos cartões corporativos. Estão aí meus pronunciamentos: fiz cinco pronunciamentos sobre cartões corporativos. Preocupei-me com a devastação da Amazônia. Está aí o que está acontecendo na Amazônia: a ditadura fechando todas as empresas, as regulares e as irregulares, tudo junto, como se fosse tudo ladrão, como se fosse tudo patife. E o meu Estado amarga a queda na sua economia! E o meu Estado amarga a sua pobreza! O meu Estado amarga um monte de desempregados, que se estão tornando bandidos no meio da rua! Como se quer neste País combater a violência? Eu não entendo.

Senadores, a partir de quarta-feira o Senador Mário Couto estará de vigília. Acompanhem-me aqueles que estão com pena dos aposentados deste País. Acompanhem-me aqueles que têm sensibilidade no coração. Acompanhem-me, Senadores. Nós temos que mostrar ao Executivo que a nossa paciência esgotou em função do projeto do Senador Paulo Paim. Infelizmente – repito, infelizmente – neste Brasil se acostumou a fazer e a resolver os problemas na base da pressão.

Pois não, Senador Paulo Paim, com muita honra.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Mário Couto, nós, ainda essa semana, conversamos com o Presidente da Casa e ele assegurou que, se depender dele, desobstruída a pauta, o projeto dos aposentados entra para a votação. Eu convidaria V. Ex^a, se assim V. Ex^a entender que pode aceitar, junto com os outros senadores, para que, logo após os nossos pronunciamentos, a gente possa ir até o Presidente do Senado Federal, Senador Garibaldi, acompanhado da delegação de aposentados que já está aqui nas galerias, ocasião em que eles querem entregar um documento ao Presidente exatamente na linha da fala de V. Ex^a: se na semana que vem essa matéria tão importante não for colocado na pauta para discussão, eles é que querem demonstrar que vão começar a fazer uma vigília aqui no Congresso Nacional. Então eu quero cumprimentar V. Ex^a pelo tema tão importante. Eles estão aqui aguardando a hora de irmos ao Senador Garibaldi, Presidente da Casa. Acho eu que, a partir de momentos como esse, vamos construir um entendimento com o Presidente. Votadas as duas medidas provisórias que estão faltando, o projeto entra em votação. E a vida é assim: a gente vota, a gente ganha, a gente perde, ou se busca, naquele mesmo momento, uma política de

entendimento que contemple uma política de reajuste para os aposentados. Quero cumprimentar V. Ex^a. E vamos torcer para que, na reunião que teremos daqui a praticamente 40 minutos, seja assegurado que o projeto virá à pauta.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Parabéns a V. Ex^a. Quero ir à reunião só para avisar mais uma vez ao Presidente desta Casa, Senador, que, se o projeto não entrar em pauta, eu não venho mais falar nesta tribuna sobre este assunto. Já esgotei toda a minha paciência, toda. Não virei mais a essa tribuna falar deste assunto. Acho que agora é ação.

Temos que mostrar a este País que esta Casa está do lado daqueles que precisam da nossa voz, das nossas atitudes e das nossas ações. Não farei mais nenhum pronunciamento aqui nesta tribuna. A partir de terça-feira, se não entrar em pauta esse projeto, o Senador Mário Couto vai ficar aqui neste plenário durante noite e dia, e espero que haja outros companheiros do meu lado, mas eu ficarei aqui neste plenário noite e dia, durante uma semana! Não quero nem tomar banho para ficar bem fedorento, para que sintam o fedor do meu corpo. (*Palmas nas galerias.*)

E, depois de uma semana, eu entrarei em greve de fome até que seja resolvido o problema dos aposentados. É uma questão de sentimento humano, é uma questão de respeito àqueles que trabalharam por este País. Eu não admito, Senadora, que se descarte como se fosse um copo descartável: trabalhou, não serve mais, joga fora. Nós sabemos quantos estão sofrendo, Senadora.

A Sr^a Rosalba Ciarlini (DEM – RN) – Senador.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Nós não podemos ficar de braços cruzados. São brasileiros e brasileiras iguaizinhos a nós, que todo dia ligam a TV Senado e esperam por uma atitude nossa. E aqui tem jeito, sim, de fazer o que querem: faz-se acordo a toda hora. Por que não se faz um acordo nesse sentido, que vai tirar do desespero uma classe tão sofrida?

Eu a escuto com todo o prazer.

A Sr^a Rosalba Ciarlini (DEM – RN) – Gostaria, Senador Mário Couto, de parabenizá-lo por trazer mais uma vez – e foram inúmeras vezes – esse assunto à tribuna desta Casa. O senhor demonstra com tanta veemência a nossa indignação, porque é algo que realmente dói, como o senhor aí colocava. São os trabalhadores de toda uma vida, que construíram esta Nação e que devem ter mais do que nunca respeito, atenção e carinho. O que eles pedem é tão pouco: é apenas o direito de ter o que eles contribuíram para ter. Então, quero aqui somar a minha voz à de V. Ex^a, mais uma vez – já disse isso, mas quero reafirmar –, para dizer que estamos juntos nessa luta, luta que não

é somente sua. Sei que é também do Senador Paim, como é de tantos e tantos brasileiros que aqui estão, para honrar com o seu trabalho, com a sua indignação em momentos como este, a confiança que recebemos do nosso povo. E não poderia ser diferente. O povo potiguar, o povo do meu Estado, um povo forte, não aceita que a sua Senadora se acomode nem abaixe a cabeça. Estou nesta luta pelos aposentados do meu Estado e do Brasil.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Muito bem. Merece o aplauso de todos os brasileiros.

(Palmas.)

O Sr. Flávio Arns (Bloco/PT– PR) – Senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Pois não, Senador.

O Sr. Flávio Arns (Bloco/PT– PR) – Quero, Senador Mário Couto, também me associar à fala de V. Ex^a...

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB–AP) – Permita-me, Senador Flávio Arns.

Quero cumprimentar todos os presentes. Trata-se de um movimento justo, mas o Regimento da Casa não permite que as galerias se manifestem. Manifestem-se com o coração que nós aqui sentiremos, principalmente eu que sou cardiologista.

Então, só para deixar claro que se trata de uma questão regimental. Não se trata de um impedimento...

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS. *Intervenção fora do microfone.*) – Eles são da Cobap, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Quero agradecer a presença de todos aqui, do pessoal da Cobap, mas que entendam isso: não estamos impedindo o direito de manifestação, mas o Regimento da Casa tem de ser cumprido por nós.

Boa tarde a todos! Sejam sempre bem-vindos.

Senador Flávio Arns, desculpe-me por tê-lo interrompido.

O Sr. Flávio Arns (Bloco/PT – PR) – Quero cumprimentar o nosso colega, Senador Mário Couto, e dizer que me associo a S. Ex^a. Já me manifestei várias vezes em plenário a respeito desse assunto. Concordo inteiramente com o conteúdo da proposta. Inclusive em outra ocasião nós discutimos, aqui no plenário, estratégias para que esse projeto pudesse vir ao Plenário para ser votado. Uma das estratégias, sem dúvida, foi essa que V. Ex^a mencionou. O Senador Paulo Paim, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e na Comissão de Assuntos Sociais, vem permanentemente debatendo esse assunto, com o apoio de todos os Senadores e Senadoras – Rosalba

Ciarlini agora também. Eu diria que é difícil imaginar uma oposição a uma iniciativa dessa natureza, pela sua justiça, pela sua importância, pela sua urgência, pela mobilização e pela necessidade. Eu me associo a V. Ex^a e só quero ler o pensamento do Cartola, que foi entregue no Dia Nacional do Aposentado aqui no plenário. É bom sempre lembrar que veio acompanhado esse pensamento de uma rosa para todos os Senadores e Senadoras. Está escrito o seguinte: “*Devias vir para ver os meus olhos tristonhos e, quem sabe, sonhavas meus sonhos, por fim*”. Cartola. Quer dizer, vamos sonhar juntos este sonho, que é um sonho de justiça, de importância, de solidariedade e de necessidade para a economia, para a sociedade e, enfim, para todos os aspectos. Parabéns!

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Obrigado, Senador.

Senador Osmar Dias.

O Sr. Osmar Dias (PDT – PR) – Senador Mário Couto, quero comunicar a V. Ex^a que agora, às 16 horas, a Bancada do PDT vai se reunir com o Ministro José Múcio. Ouvindo o pronunciamento veemente de V. Ex^a, quero assumir o compromisso de levar essa questão ao Ministro e informar-lhe que, pelo menos eu, da Bancada do PDT, estou fechado com V. Ex^a e com o Senador Paim. E vou propor à Bancada do PDT assumir uma posição de fechar questão em torno disso, para que nós possamos votar a matéria, que é de inteira justiça para todos os aposentados que aguardam que o Congresso Nacional faça isso: coloque em pauta e vote. Levo às 16 horas este assunto para a reunião com o Ministro, tentando ajudá-lo nessa cruzada para conseguirmos justiça aos aposentados.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Agradeço-lhe profundamente.

Senador Tuma.

O Sr. Romeu Tuma (PTB – SP) – Senador, V. Ex^a sabe que o tenho apartado sempre que assume essa tribuna, assim como o nosso Senador Paim. É uma luta que traz uma angústia muito grande. Eu acho que, se não seria 100% do Senado, chega perto. Nós nos lembramos – o Paim deve lembrar – da luta quando houve a reforma da previdência, quando se tentou, por todas as formas, não permitir que os aposentados ou os que viessem a se aposentar tivessem um prejuízo grande como tiveram. Então, há necessidade dessa recuperação, para dar um equilíbrio à sociedade e haver um mesmo nível de vida para todos aqueles que trabalham. Recebi agora um telefonema de uma pessoa que estava ouvindo V. Ex^a e que me disse que, há dez anos, ganhava pouco mais de seiscentos reais. Agora; foi alocado para um outro órgão e, aos 70 anos, com o recálculo que fizeram, passou

a perceber o mesmo salário de dez anos atrás. Acho um absurdo uma aposentadoria ser recalculada para ficar no mesmo valor que era recebido dez, doze anos antes. Sua luta é correta, e V. Ex^a tem essa liderança. Sem dúvida, teremos de encampar com V. Ex^a esta luta, que é a luta de mais alguns Senadores desta Casa. E as manifestações são claras, todas favoráveis ao seu pronunciamento.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Muito obrigado.

Nosso grande comandante, Senador Paulo Paim, saiba que a minha dedicação a esta causa é espontânea e de sensibilidade.

Tive oportunidade de vir para este Senado, sempre guardando dentro do meu coração o sentimento de que as aposentadas, os aposentados e pensionistas deste País sempre foram colocados de lado, abandonados. Sempre!

Sempre que ouvia V. Ex^a, antes mesmo de ser Senador – e o seu projeto é de 2003; portanto, com cinco anos –, desejava estar próximo a V. Ex^a nesta luta.

Não adiantam mais palavras. Agora, ou dá, ou desce. Agora tem que fazer. Agora temos que dar um pouco do nosso sofrimento a essa classe, sofrer um pouco junto com ela, Senador. Temos que sofrer um pouco junto com ela, prestar a nossa inteira solidariedade a ela, a ela que sofre.

Já falamos tudo aqui, nós que recebemos mais de mil *e-mails* por semana mostrando o sofrimento de cada um. Mas o pior, o que mais dói foi acreditar no Presidente Lula. É lógico que esse problema não começou com o Presidente Lula, mas ele foi ao palanque, em 2002, e disse que não sabia, Senador Romeu Tuma, por que um trabalhador que ganhava dez salários mínimos, quando se aposentava, passava a ganhar só cinco salários mínimos. Ele disse que iria corrigir isso, que isso não iria acontecer no governo dele. Isso, Senadora, é que não eu aceito, com isso eu não concordo! Que cumpram com suas palavras! Este Governo está pior do que todos!

Presidente, muito obrigado pelo carinhoso bilhete enviado durante o meu pronunciamento, dizendo que V. Ex^a vai fazer a vigília junto comigo – e nós não vamos nem tomar banho!

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Estou com V. Ex^a.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Antes de descer desta tribuna, Presidente, quero dar um recado aos empresários madeireiros leais – os desleais, os ilegais, que sejam presos. Estou me dirigindo aos que trabalham legalmente e que estão sendo pressionados pelo Governo. Falei ontem sobre esse assunto, foi a minha matéria de ontem.

Conseguimos uma audiência para todos os prefeitos da região do Estado do Pará, onde há indústrias madeireiras que estão todas fechadas ou quase fechadas. Na terça-feira, Senador, estaremos juntos numa reunião com o Presidente desta Casa, dia 8, às 18 horas. Espero que todos estejam aqui para essa audiência, para que se comece uma grande luta em favor desse setor produtivo do Estado do Pará.

E aqui quero falar à nossa Governadora.

Sabe, Sr. Presidente, a nossa Governadora reclama que falo mal dela. Não tenho nada contra a nossa Governadora, meu querido suplente Demétrius – já vou descer, Sr. Presidente –, nada, absolutamente nada. Sabe, Senadora, o que eu quero é que a Governadora saiba que um dia ela foi muito ajudada pelo setor guseiro e pelo setor madeireiro, que são os que mais produzem e que mais exportam em nosso Estado. Ela foi ajudada, mas, agora, ela não faz absolutamente nada em favor desses setores.

Não estou preocupado em vir aqui criticar a Governadora. Estou preocupado, Governadora, com todo o respeito que tenho por V. Ex^a, é exatamente com o meu Estado do Pará. Estou preocupado, Governadora, com a economia do meu Estado. Estou preocupado, Governadora, com o desemprego que a senhora está gerando em nosso Estado hoje ao defender essa operação que prende aqueles que estão trabalhando legalmente e acaba com as indústrias legais do nosso Estado.

Não à devastação! Não! Fui um dos primeiros dos novos Senadores a levantar esta bandeira: “Não à devastação!” Mas não podemos deixar que o setor produtivo madeireiro legal seja discriminado da maneira como o estão discriminando: estão prendendo os produtores, arrancando as indústrias da madeira, tratando-os como se fossem verdadeiros bandidos. Isso é ditadura. Isso não se faz.

Não se abriu um processo sequer, Senadora, para ver se as madeireiras que foram fechadas e arrancadas do local estavam legais ou ilegais. Nenhuma investigação foi feita. E quando isso acontece, Senadora, sabe qual o nome que se dá a isso? Ditadura.

Vamos dar o primeiro passo nessa terça-feira. Se não funcionar, prezado Presidente, nós vamos tomar outras providências.

Deço desta tribuna, agradecendo a tolerância de V. Ex^a.

O Sr. Romeu Tuma (PTB – SP) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – V. Ex^a quer um aparte?

O Sr. Romeu Tuma (PTB – SP) – Quero fazer um alerta, Senador.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Pois não, Senador. É uma honra.

O Sr. Romeu Tuma (PTB – SP) – É rapidinho. Existe uma coisa bastante séria relativamente a esse problema da madeira saída do Amazonas. O Peru tem usado rio brasileiro para transportar madeira como se fosse produto de extração na Amazônia brasileira. Há um trabalho com poucos recursos da Polícia Federal naquela triplíce fronteira: Peru, Brasil e Colômbia. A madeira sai das serrarias ou dos desmatamentos e segue o rio ou sai do território brasileiro, às vezes, com certificado do Peru. Em relação a essas coisas não podemos nos omitir, trata-se de ilegalidade no uso do território brasileiro.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Está tudo errado, Senador!

O Sr. Romeu Tuma (PTB – SP) – Se V. Ex^a elencar os homens corretos, o Governo tem que prestigiar: os bandidos devem ir para a cadeia.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – O Governo não tem política para isso, Senador. Infelizmente, não tem política alguma para isso. Venho fazendo essa alerta há muito tempo.

Quem não pode pagar por isso é o Estado do Pará, quem não pode pagar são os trabalhadores paraenses que trabalham legalmente e que estão sendo desempregados. Essa é a minha defesa, não é crítica à Governadora Ana Júlia. Estou defendendo o meu Estado; estou aqui para isso. Estou aqui para defender o meu Estado. Não posso ver, a cada trimestre, mil trabalhadores serem desempregados na Ilha do Marajó e ficar de braços cruzados aqui, Presidente.

Sr. Presidente, V. Ex^a já foi muito paciente comigo. Agradeço a paciência de V. Ex^a.

E ratifico: peço aos Senadores e Senadoras, àqueles que têm sensibilidade no coração, àqueles que estão vendo os nossos aposentados sofrerem, que possamos nos dar as mãos. Que terça-feira cada mão se una bem ali, naquele meio, para fazermos uma oração. Vamos nos sentar nessas cadeiras e nos manter aqui enquanto não for resolvida a situação do projeto do grande Senador Paulo Paim. Vamos fazer isso. Isso tem de acontecer. Tenho certeza de que já temos, pelo menos, três mãos; mais três falaram hoje: são seis; mais uma grande mulher já disse que faz: são sete. Na vez anterior, quando falamos do mesmo tema, mais vinte Senadores disseram que faziam. Vamos ter, com certeza, mais da metade das mãos dos Senadores e Senadoras participando aqui, no meio deste plenário, se nada acontecer na terça-feira. É isso o que desejo. Conclamo os outros Senadores e Senadoras para que se unam a nós em defesa dos nobres trabalhadores aposentados que estão sofrendo neste País.

Muito obrigado pela tolerância, meu caro Presidente desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Muito obrigado, Senador Mário Couto.

Concedo a palavra ao nobre Senador Paulo Paim para uma comunicação inadiável. Em seguida, fará uso da palavra o Senador João Pedro como orador inscrito.

Nobre Senador Cristovam Buarque, V. Ex^a é o quarto orador inscrito. Após o Senador João Pedro, haverá uma comunicação inadiável, e V. Ex^a será o próximo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – SP. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Senador Papaléo Paes, Sr^{as} e Srs. Senadores, os líderes da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (Cobap) que estão aqui no plenário neste momento me entregaram um documento, por ser eu o autor do PL n^o 58, do PL n^o 42, a Emenda dos Aposentados, e também do PL n^o 296, que trata do fator previdenciário. Vou sintetizar o que eles dizem nesse documento.

A partir do dia 2 de abril, a Cobap e suas federações e associações de base realizarão vigília permanente no Congresso Nacional, pedindo o apoio dos parlamentares para a votação dos projetos de lei que aqui eles discriminam, dando ênfase ao PL n^o 52, ao PL n^o 42 e à emenda que vincula o reajuste dos aposentados ao salário mínimo, projeto que apresentei e que aprovamos por unanimidade, com o apoio de todos os Senadores, na Comissão de Assuntos Sociais.

Sr. Presidente, o documento detalha a proposta e apresenta argumentos para ressaltar a importância desse movimento. Quero dizer, Sr. Presidente, que vamos entregar um documento idêntico a este aos Líderes. Convidei as Sr^{as} Senadoras, os Srs. Senadores e o Presidente Garibaldi, para a entrega do documento logo após meu pronunciamento.

O que eles pedem? Simplesmente pedem que a matéria seja votada. Já tentei articular – Senador Mário Couto, V. Ex^a foi informado – uma série de reuniões com o Ministro Marinho. Estou na torcida para que, antes de terça-feira ou quarta-feira, construamos esse entendimento ou, pelo menos, votemos a matéria. Assim, cada um assumirá, perante o País, sua posição em relação aos benefícios dos aposentados.

O que me dizem – e sei que V. Ex^{as} concordam – é que não dá mais para simplesmente o projeto não ser votado. Existem Parlamentares que dizem que são a favor, mas que não votam. Então, todos vamos perdendo o crédito, porque as pessoas, legitimamente, ficam questionando por que não votam se todos são a favor. Tenho explicado que o problema são as medidas provisórias, e V. Ex^{as} sabem disso.

O que queremos assegurar junto ao Presidente da Casa é que, votando as outras duas ou três medidas provisórias que faltam, antes de fazer a leitura de outras

medidas provisórias, se vote a questão dos aposentados. Isso é possível e, como alguém disse, é fato concreto, que poderá acontecer na semana que vem.

O Senador Mário Couto e os outros Senadores podem ter a certeza de que vou torcer muito para que construamos o entendimento, mas, se isso não acontecer – não tenho dúvida – e se ficar um Senador neste plenário, serei o outro Senador para que se busque o entendimento e para que se vote a matéria. Mas tenho a certeza de que não seremos somente dois parlamentares, pois queremos construir o entendimento.

Hoje, eu dizia aos carteiros que estão em greve em todo o País que ninguém faz vigília por que gosta, pois é um sofrimento. Ninguém faz greve por que gosta. Você faz isso como um movimento extremo para buscar uma saída de entendimento, atendendo às reivindicações daqueles que estão a sofrer com a expectativa.

Então, espero mesmo que, nessa conversa com o Presidente Garibaldi, com meus Líderes e com os aposentados que estão na tribuna neste momento, a gente construa esse acordo, esse entendimento; é um acordo de procedimento. Se até lá não houver acordo, como estamos tentando, Senador João Pedro, com o Ministro Marinho, espero que a matéria seja votada com a maior tranquilidade e que se faça um debate qualificado, respeitando os que pensam de forma diferente. Democracia é isto: decide-se no voto.

Mas também quero dizer, Senador Papaléo Paes, que, ontem e hoje, participei de uma negociação para resolver o impasse da greve dos carteiros, que já engloba 90% da categoria em todo o País. Caminhamos, avançamos. Vou ler aqui o acordo que poderá ser homologado se a assembléia das categorias referendar. Pelo menos, o que construímos até o momento diz o seguinte:

A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, ECT, com vistas a demonstrar a sua disposição do entendimento, na presença do Ministro das Comunicações [ex-Senador, que não está no Senado neste momento, Senador Hélio Costa], propõe:

1. Prorrogar o prazo de concessão do Abono Emergencial constante do Termo de Compromisso assinado pela ECT, pela Fentect, Ministro das Comunicações Hélio Costa, e pelo Senador Paulo Paim, em 20 de novembro de 2007 (...) [esse termo garantiu 30% de reajuste para todos os carteiros].

2. Que a ECT e a Fentect retomem as negociações acerca do PCCS e da PLR/2008, a partir do dia 07 de abril de 2008, com o prazo de noventa dias para a conclusão [nesse período, ganharão os 30% de reajuste todos os carteiros];

3. Que o prazo para a incorporação, em definitivo [como estava no acordo de novembro], do abono emergencial na forma de adicional de risco, como previsto no item 3 do termo de compromisso firmado em 20/11/2007, fica prorrogado para junho de 2008;

4. Criar um grupo de trabalho composto por: representantes da ECT e da Fentect para revisar os valores da PLR/2007 paga em 2008 a partir de 07/04/2008; e

5. Que os dias paralisados não sejam descontados dos trabalhadores que aderiram ao movimento grevista.

Assinam o documento o Presidente da ECT, Carlos Henrique Almeida Custódio; o Ministro das Comunicações, Hélio Costa; e eu, Senador Paulo Paim, como testemunha.

Sinceramente, Sr. Presidente, penso que é um caminho para terminarmos com o impasse da greve neste momento, mas tenho a certeza de que, se não for cumprido na íntegra o que está aqui acertado, principalmente o que já está sendo pago desde dezembro, que são os 30% de reajuste para os carteiros, eles, natural e legitimamente, voltarão à greve daqui a três meses.

Sr. Presidente, fiz a leitura, mas quero deixar registrado nos Anais da Casa que participei desse acordo em nome do Senado, que o Ministro Hélio Costa o assinou pelo Executivo e que o Presidente da ECT o assinou em nome da Empresa de Correios e Telégrafos. O acordo há de ser cumprido!

Solicito, pois, o registro nos Anais da Casa.

Peço mais um segundo de tolerância a V. Ex^a, Sr. Presidente, para fazer outro pronunciamento em que, mais uma vez, insisto no fortalecimento do ensino técnico do nosso País e em que peço a aprovação do Fundo Nacional de Ensino Profissionalizante (Fundep), de minha autoria e cujo Relator é o Senador Demóstenes Torres. O relatório está pronto.

Para que ninguém confunda, Senador João Pedro, explico que o Ministério da Educação está encaminhando para cá outro fundo, vinculado somente ao Sistema S e construído mediante entendimento, que nada tem a ver com essa proposta que a Casa há de aprovar e que é fruto, inclusive, de uma proposta de emenda à Constituição de nossa autoria.

Concluo, Sr. Presidente, dizendo que, amanhã, estarei em Rio Grande para tratar do Pólo Naval do Rio Grande. Estará lá também o Presidente da República. Com certeza, a demonstração de investimento de mais de R\$2 bilhões no Pólo Naval do Rio Grande será um instrumento muito importante para que lá, no Rio Grande, paremos de dizer que a metade pobre do Estado é a metade sul.

É claro, Sr. Presidente, que, nessa oportunidade, meus amigos e minhas amigas, vou dialogar, em todos os espaços que me forem permitidos, para que construamos uma saída também para os aposentados e para os pensionistas, cerca de nove milhões de homens e de mulheres neste País, que estão nessa expectativa.

Por último, Sr. Presidente – permita-me ainda dizer –, sei que, hoje, o Supremo Tribunal Federal vai decidir se, efetivamente, os professores que são diretores de escolas ou que trabalham no assessoramento pedagógico e na coordenação terão ou não o direito à aposentadoria especial, nos moldes assegurados àqueles que estão efetivamente na sala de aula, e – entendo eu – às próprias regras de transição que consagramos aqui na própria PEC Paralela. Espero que o Supremo decida de forma positiva, para que todos os professores, independentemente de estarem na coordenação ou de serem diretores de escola, tenham direito à aposentadoria. Se o cidadão é promovido a diretor de escola, como não vai ter o mesmo direito daquele outro professor que está ministrando corretamente e que tem o direito à aposentadoria especial, nos moldes da própria PEC Paralela?

Com isso, termino, agradecendo a V. Ex^a, Sr. Presidente. Vamos dialogar, agora, com o nosso Presidente Garibaldi. Obrigado, Senador Papaléo Paes. Sei que V. Ex^a está comprometido também com essa causa, pelos seus pronunciamentos.

SEGUEM, NA ÍNTEGRA, DISCURSOS DO SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, estamos vivendo um momento muito delicado no que diz respeito à relação mão de obra / mercado de trabalho.

Dois fatores precisam ser encarados de frente: a escassez da mão de obra e a falta de qualificação são problemas sérios que o Brasil está enfrentando.

Se analisarmos o crescimento do Produto Interno Bruto nos últimos quatro anos, veremos que a taxa de desemprego no país caiu, mas ainda é alta.

Os números do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística informam que em fevereiro a taxa foi de 8,7%.

A grande questão é que as empresas querem trabalhadores tecnicamente preparados.

Todos nós sabemos que a disputa por um bom emprego e salário justo é acirrada. Os que não estão preparados acabam ficando marginalizados.

As empresas estão buscando profissionais, e exigindo qualificação e não estão encontrando o que procuram.

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) registrou, em 2007, um déficit de 193 mil vagas de pessoal qualificado.

Esse cálculo considerou a diferença entre a estimativa de oferta de mão de obra qualificada e com experiência profissional que buscava trabalho e a geração projetada de emprego formal no ano passado.

O problema é tão grave que já existem empresas de grande porte buscando profissionais no exterior, por não encontrarem no Brasil aquilo que precisam.

Parece mentira que estamos diante desse quadro dramático! Oferta de empregos, nossa gente desempregada e a impossibilidade de contratação por absoluta falta de preparo.

Agora vamos nos perguntar, como é que chegamos a isso?

Nem precisa dizer que vamos voltar a falar da educação no Brasil.

Durante décadas o país não investiu da forma como devia em educação fundamental, técnica e superior.

Sem este investimento, os estudantes foram saindo das escolas sem o devido conhecimento exigido para o cumprimento de uma função.

Eles não foram preparados para as exigências do mercado de trabalho!

As áreas de engenharia apontam os maiores índices de carência de profissionais qualificados.

Houve um período em que muitos alunos foram em busca de formação na área de engenharia pois o mercado estava aberto para ela.

Mais tarde ocorreram mudanças no cenário econômico e eles foram obrigados a buscar outras alternativas como empregos públicos ou em instituições financeiras.

Os números apontados são de 5 engenheiros para cada mil trabalhadores, enquanto que a média mundial é de 15 a 25 para mil.

Nós temos 128 mil engenheiros, conforme estudo do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), do Ministério do Trabalho.

Muitos deles, praticamente a metade, está dispersa em outros ramos, não vinculados à produção.

Um estudo de uma empresa paulista chamada *Análítica Consultoria*, feito a pedido da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CONFEA), demonstra que, a escassez de mão de obra fez as empresas investirem em técnicos, que antes eram chamados de mestres, nas mais diversas áreas.

Os problemas não estão apenas nas áreas de engenharia, diversas outras vivem a crise da falta de mão de obra qualificada.

É lamentável que tenhamos chegado a este quadro. Temos que fazer o possível para revertê-lo. Investir na educação fundamental é urgente.

A votação da PEC 24/2005 que institui o FUNDEP, de nossa autoria, também é necessária. É uma forma de enfrentamento do problema.

Estamos sofrendo as conseqüências por termos relegado a educação a um plano inferior quando na verdade, ela é a base de tudo.

Não temos outro caminho a não ser valorizar a educação no nosso país. Para todos os problemas que olhamos, como a violência, o desemprego, as discriminações, o desrespeito à natureza, a solução passa sempre pela educação.

Vamos fazer o que deveríamos ter feito há décadas, ainda é tempo, mas não podemos deixar para depois, o tempo é AGORA!

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apinhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a convite do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, estarei viajando ainda hoje (2) para o Rio Grande do Sul.

O presidente visita na quinta-feira o chamado pólo naval gaúcho, na cidade do Rio Grande, em especial às obras da plataforma P-53 e do Dique Seco.

Os investimentos ultrapassam a casa dos 2 bilhões de reais.

Também nesta cidade participarei junto com o presidente Lula da inauguração do CIDECSUL (Centro Integrado de Desenvolvimento Costeiro e Oceânico da Fundação Universidade do Rio Grande – Furg) e da assinatura de convênio com a SEAP para financiamento de pós-formação de oceanógrafos e lançamento do programa Territórios da Cidadania de Rio Grande.

Lembro que esta casa aprovou projeto de nossa autoria criando um pólo educacional do setor naval nas áreas técnica, tecnológica e superior na cidade do Rio Grande.

O MEC (Ministério da Educação) já autorizou o encaminhamento do projeto.

A tarde estarei em Porto Alegre participando da cerimônia de início das obras do PAC (Programa de Aceleração de Crescimento), da assinatura de convênio com o Estado para a Bolsa Formação de Policiais e doação de telecentros aos municípios do Rio Grande do Sul.

Destaco que o governo federal aplicou, de 2003 a 2006, cerca de 13,2 bilhões de reais no estado.

Entre 2007 e 2010 estão previsto investimentos através do PAC de 14,8 bilhões de reais.

Era o que tinha a dizer.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SENADOR PAULO PAIM EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

PROPOSTA DE ENTENDIMENTO

A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, com vistas a demonstrar sua disposição de entendimento, na presença do Ministério das Comunicações, propõe:

1. Prorrogar o prazo de concessão do Abono Emergencial constante do Termo de Compromisso assinado pela ECT, pela FENTECT, Ministro das Comunicações Hélio Costa e pelo Senador Paulo Paim em 20 de novembro de 2007 por 90 (noventa dias), com crédito do valor referente ao mês de março de 2008, sendo realizado dois dias úteis após a aprovação da proposta pelas Assembléias;
2. Que a ECT e a FENTECT retomem as negociações acerca do PCCS e da PLR/2008, a partir do dia 07 de abril de 2008, com o prazo de noventa dias para a conclusão;
3. Que o prazo para a incorporação, em definitivo, do abono emergencial na forma de adicional de risco, como previsto no item 3 do termo de compromisso firmado em 20/11/2007, fica prorrogado para junho de 2008;
4. Criar um grupo de trabalho composto por: representantes da ECT e FENTECT para revisar os valores da PRL/2007 paga em 2008 a partir de 07/04/2008.
5. Que os dias paralisados não sejam descontados dos trabalhadores que aderiram ao movimento grevista.

Brasília, 02 de abril de 2008.


Presidente do ECT
Carlos Henrique Almeida Custódio


Ministro das Comunicações
Hélio Costa
(Testemunha)

Hélio Costa
Ministro de Estado das Comunicações


Senador Paulo Paim
(Testemunha)

Sen. Paulo Renato Paim

De: Gilberto Guerzoni Filho

Enviado em: quarta-feira, 2 de abril de 2008 09:35

Para: Sen. Paulo Renato Paim

Assunto: Cida, o julgamento da Lei 11.301/06 está na pauta da reunião do Supremo de hoje

Quarta-feira, 02 de Abril de 2008

Pauta de julgamentos previstos para a sessão plenária desta quarta-feira (02)

Confira, abaixo, o resumo dos julgamentos previstos para a sessão plenária de quarta-feira (2).

Informamos que a pauta está sujeita a mudança sem aviso prévio. A TV Justiça (canal 53-UHF, em Brasília; SKY, canal 117) e a Rádio Justiça (104.7 FM, em Brasília) transmitem os julgamentos ao vivo, inclusive pela internet. Horário: a partir das 14h. O sinal da TV Justiça está liberado para as emissoras de TV interessadas.

Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 3772

Procurador Geral da República X Presidente da República e Congresso Nacional

Relator: Carlos Ayres Britto

A ação é contra a Lei nº 11.301/2006, que acrescentou ao art. 67 da Lei nº 9.393/95 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) o seguinte § 2º: ~~"Para os efeitos do disposto no § 5º do art. 40 e no § 8º do art. 201 da Constituição Federal, são consideradas funções de magistério as exercidas por professores e especialistas em educação no desempenho de atividades educativas, quando exercidas em estabelecimento de educação básica em seus diversos níveis e modalidades, incluídas, além do exercício da docência, as de direção de unidade escolar e as de coordenação e assessoramento pedagógico".~~ O requerente sustenta, em síntese, a ocorrência de inconstitucionalidade material, ao argumento de que a lei ordinária impugnada não poderia estender aos diretores de unidade escolar, coordenadores pedagógicos e supervisores de ensino a aposentadoria especial concedida aos professores, nos termos dos artigos 40, § 5º e 201, § 8º da Constituição Federal. O relator adotou o rito do artigo 12 da Lei nº 9.868/99. A Advocacia-Geral da União, bem como vários amici curiae admitidos no feito, manifestaram-se no sentido de que a norma impugnada, ao definir que o termo "funções de magistério" abrange não apenas o exercício de ministrar aulas, mas também outras atividades praticadas pelo professor relacionadas à tarefa de educar se encontram em conformidade com a Constituição Federal. **Em discussão:** Saber se a norma impugnada ampliou de forma indevida a previsão inscrita nos artigos 40, § 5º e 201, § 8º, da Constituição Federal e se versa sobre matéria reservada à lei complementar.

PGR: Após ponderar pela necessária observação dos critérios e procedimentos legislativos indicados nos artigos 40, § 4º e 201, § 1º da Constituição Federal, opina pela procedência da ação.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Obrigado, Senador Paulo Paim.

Podem contar comigo, Senador Mário Couto, Senador Paulo Paim e demais Senadores, porque farei parte do processo de vigília a favor dos aposentados e pensionistas deste País.

Concedo a palavra ao nobre Senador João Pedro, que, como orador inscrito, terá dez minutos para seu pronunciamento.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nestes dez minutos, nesta tarde no Senado da República, trago mais uma vez a minha reflexão em defesa da nossa Amazônia. Venho batendo nessa tecla porque sinto a necessidade, Senador Cristovam Buarque – já falei e vou repetir aqui –, de que nós, brasileiros, cobicemos mais a Amazônia. Ela é cobiçada em nível internacional, mas nós, brasileiros, precisamos cobiçar mais a Amazônia.

Quero refletir acerca de duas questões. E, quando falo da Amazônia, não falo da Amazônia brasileira, que corresponde à maior parte, mas da Amazônia pan-americana, sul-americana. O território brasileiro é o maior território da Amazônia.

Quero dar um exemplo importante com respeito a essa preocupação. Precisamos compreender o todo da Amazônia, principalmente quando o Brasil pensa a sua infra-estrutura numa questão crucial, fundamental para a geração de renda e de emprego, para a vida digna da sociedade brasileira, que é a questão energética. Pois bem, Sr^{as} e Srs. Senadores, estamos providenciando duas grandes hidrelétricas na Amazônia brasileira, precisamente no Estado de Rondônia, uma das quais já foi licitada. Mas as duas hidrelétricas no território brasileiro formam um grande corredor em um grande rio, o conhecido Madeira, que nasce na Bolívia. Ou seja, é um corredor estratégico para o Brasil, mas também para a Bolívia. O rio Negro, que passa pela capital do meu Estado, Manaus, nasce no norte da Venezuela com a Colômbia, fora do Brasil. O rio Amazonas, famoso, tradicional, identidade da Amazônia, nasce nos Andes do Equador e do Peru.

Sobre o que estou refletindo aqui, Sr. Presidente Papaléo Paes, que é Senador da Amazônia, Senador do Amapá, Estado que faz fronteira emblemática com a Guiana Francesa? Precisamos de uma estratégia de desenvolvimento da nossa Amazônia, com um projeto de desenvolvimento sustentável de acordo com a complexidade da Amazônia, com sua floresta, sua pluralidade de etnias, sua riqueza mineral, seus rios e lagos, sua população de 23 milhões de brasileiros.

Então, precisarmos elaborar uma estratégia para a nossa Amazônia. Hoje, com o Estado de direito, o

Estado democrático, com a sociedade e a comunicação que temos, precisamos superar esses conflitos. E aí o exemplo da economia na Amazônia.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não dá mais para continuarmos imprimindo uma política, por exemplo, de derrubada indiscriminada da Floresta Amazônica. Mas ela não pode gerar renda, ser cortada? Pode, mas dentro da legalidade, dentro de critérios técnicos. Por isso, temos o manejo florestal. E, na nossa Amazônia, temos projetos que tiveram êxito, projetos referência de que é possível, sim, convivermos com a Amazônia sem agredi-la.

Senador Papaléo, conheço vários projetos de manejo florestal com baixo impacto e com geração de renda, alguns projetos realizados nos Municípios de Tefé, Alvarães e Uarini, que, no mesmo território, no mesmo projeto, com as populações tradicionais, há manejo de floresta, manejo de jacaré, manejo do pirarucu, hotel, artesanato, ou seja, há uma cadeia que agrega valor. E está lá sem destruição da floresta.

É evidente que o Estado tem de punir e ser rigoroso com quem pratica a ilegalidade na Amazônia, não pode ser conivente, porque essa política vai nos levar – ou melhor, já está nos levando – à bancarrota ambiental.

Então, quero chamar a atenção da nossa sociedade, de empresários, da sociedade civil, das organizações sociais: precisamos fazer um pacto para trabalharmos com dignidade dentro dos marcos da legalidade.

Pois bem, é pensando na Amazônia brasileira, mas pensando na Amazônia pan-americana – nove países compõem a nossa Amazônia: Venezuela, Colômbia, Equador, Peru, Suriname, Guiana Francesa, Bolívia, Brasil e República da Guiana –, precisamos de dois instrumentos, que existem, mas estão desarticulados.

Quero chamar a atenção para a OTCA (Organização do Tratado de Cooperação Amazônica), que há quase um ano não define o seu secretário. Isso é muito ruim para a Amazônia, porque é um fórum legítimo onde se pode discutir a Amazônia, pensar a Amazônia, refletir a Amazônia. Nós precisamos definir o secretário ou a secretária para a OTCA. A sede da OTCA é aqui em Brasília, é no Brasil. Quero chamar a atenção do Itamaraty, quero chamar a atenção do nosso Itamaraty para a definição do secretariado da OTCA. É um instrumento legal, legítimo, talvez o mais legítimo da Amazônia para atender a essa demanda de discussão.

Um outro instrumento – e aqui vou finalizando o meu pronunciamento desta tarde – é o Parlamento Amazônico. O Mercosul, Sr. Presidente Papaléo, vem reunindo e discutindo, de forma sistemática, dentro da sua agenda, o Parlamento do Mercosul. Precisamos retomar o Parlamaz, o Parlamento Amazônico, preci-

samos rearticular o Parlamaz para agregar os Senadores e os Deputados da Amazônia, dos países que compõem a OTCA.

Nos dias 7 e 8 de abril, haverá uma reunião de rearticulação, Sr. Presidente, da qual farei parte, em Lima, no Peru. É rearticulação, porque o Parlamaz não está articulado. Espero contribuir, levando os anseios, os sonhos, as proposituras do Brasil. Os países que compõem a nossa Amazônia precisam do Parlamento Amazônico, com atividade, com discussão, com reuniões. O Parlamento Amazônico, Sr. Presidente, é estratégico para pensarmos a Amazônia.

Quando penso a Amazônia, é a nossa Amazônia, a nossa mesmo. Não é a Amazônia da humanidade, não. A Amazônia pode servir à humanidade, com a sua riqueza, com as suas potencialidades, mas ela é nossa. A brasileira é brasileira, é nossa, não é da humanidade. Mas ela pode servir à sociedade mundial, sim, porque ela tem uma floresta tão diversa que ali pode ter saída para muita coisa. Ela tem um banco genético significativo, histórico, único, como floresta tropical.

Precisamos rearticular o Parlamento Amazônico no sentido de valorizar as populações que vivem na Amazônia, no sentido de construirmos políticas públicas para a Amazônia, no sentido de reafirmarmos um compromisso amazônida, porque precisamos reconstruir isso nos marcos da solidariedade e da integração.

Nós mesmos, do Brasil – e quero confessar isto aqui, neste Senado –, somos muito sensíveis à Europa, à Argentina, mas cuidamos pouco da nossa Amazônia. A integração é muito pequena na Amazônia, e a Amazônia é a saída para a humanidade, sim; para o mundo, em função das suas potencialidades.

Ali, na Amazônia, temos minerais, temos energia, temos essa imensa floresta, temos água. A Amazônia é a responsável pelas chuvas que alimentam o solo da nossa agricultura. Não podemos viver sem chuva, e as chuvas da Amazônia, provocadas pela floresta de toda a Amazônia, é responsável pelo Brasil, por alimentar inclusive as hidrelétricas de Tucuruí e Itaipu, hoje. As chuvas são provocadas a partir dessa imensa floresta, e é por isso que temos de construir políticas no sentido de manter a floresta. Não sua intocabilidade, não defendo isso, não; mas precisamos tocar a Amazônia com critério, com pesquisa, com a consciência de que ela tem de servir ao Brasil, mas ela tem um rebatimento importante no dia-a-dia da sociedade brasileira e do mundo.

Senador Papaléo – sei que V. Ex^a conhece, mas quero registrar isto, porque são resultados de estudos –, uma parte das chuvas, hoje, que caem no Oriente Médio e na Inglaterra são chuvas armazenadas a partir desse grande território que é a floresta da Amazônia – não só a brasileira, mas de toda a Amazônia.

Então, essa floresta é importante para o mundo.

Devemos refletir sobre sua importância a partir de um debate interno no Brasil e de debates internos em cada país que compõe a Amazônia, bem como por meio de debates com a OTCA, que é a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica, e com o Parlamaz, Parlamento Amazônico, que precisa ser rearticulado. São fóruns importantes para refletirmos sobre a importância da Amazônia para o presente da humanidade e, acima de tudo, para o futuro do mundo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Muito obrigado, Senador João Pedro, e parabéns pelo seu pronunciamento.

Concedo a palavra ao nobre orador Osmar Dias para uma comunicação inadiável.

Em seguida, fará uso da palavra o Senador Cristovam Buarque.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Brasil tem 5.564 Municípios – e, olhando para ali, vejo o Senador Cristovam Buarque, do meu Partido, que defende a Educação como ninguém neste plenário.

Escolhi o tema de hoje, exatamente sobre esse assunto, para enaltecer os 37 Municípios do País – dos 5.564 Municípios – onde o ensino público funciona. Estou falando do ensino municipal.

Vejam bem, essa pesquisa foi feita pelo Unicef, pelo Ministério da Educação e pela Undime, que é a união das entidades que representa o ensino médio no Brasil.

Dos 37 Municípios, Sr. Presidente, para nossa alegria, cinco Municípios são do Paraná – dos 37 Municípios. Vou ler aqui o nome dos Municípios do Paraná: Jesuítas, do oeste do Paraná; Marilena, do oeste do Paraná; São Jorge d'Oeste, do sudoeste do Paraná; Realeza, também do sudoeste do Paraná, e Pinhais, da região metropolitana.

Só para entendermos o significado da homenagem a esses Municípios, porque se dedicaram à educação, eis as dez práticas com as quais conseguiram essa colocação, entre mais de cinco mil Municípios:

- 1) gestão para a aprendizagem, isto é, organizar a escola com objetivo de chegar a um “ensino de resultados”, que é fazer com que o aluno aprenda;
- 2) prática de rede, que vem a ser a integração de todas as escolas do município a um mesmo método de trabalho;
- 3) planejamento, que envolve, obrigatoriamente, os pais dos alunos;
- 4) avaliações permanentes;
- 5) valorização dos professores;

Vou repetir: valorização dos professores. Quando a gente fala em valorização dos professores, trata-se de um vasto número de recursos aos quais o Poder Público pode recorrer para, efetivamente, valorizar os professores. Não estamos falando só de salário dos professores; estamos falando em valorizá-los – mas falamos também de salário;

6) investir na formação contínua dos docentes [esse investimento na formação, no aperfeiçoamento dos docentes é importantíssimo];

7) valorização da leitura [bom, aqui já se disse que muita gente termina o Primeiro Grau, Senador Flávio Arns, sem aprender efetivamente a ler; e essas escolas deram valor à leitura];

8) atenção individual aos alunos [e V. Ex^a, Senador Flávio Arns, quando debatia a educação, quando fomos candidatos ao Governo do Paraná, sempre dizia: “Nós temos de dar atenção individual aos alunos.” Guardei isso. Essas escolas ganharam prêmio, porque souberam dar atenção individual aos alunos];

9) agenda de atividades complementares [e aí vem a educação integral, que sempre coloquei como prioridade absoluta. A educação em tempo integral, no contraturno, oferece oportunidade de o estudante ter acesso a práticas de lazer, cultura, arte e esporte; aprender o que é responsabilidade, o que é direito de cidadão; formar-se efetivamente; informar-se; ter aulas de informática e preparar-se para a vida];

10) parcerias envolvendo áreas da saúde, esporte, cultura e assistência social [como destaca o relatório].

Então, Sr. Presidente, para mim, é uma alegria estar aqui hoje para comemorar o fato de cinco Municípios do Paraná – numa lista de 37 Municípios do País inteiro – terem alcançado essa meta.

Quero destacar que estive hoje, no meu gabinete, o Prefeito Adair Ceccatto, nosso conhecido Pardal, Senador Flávio Arns, que é do Partido de V. Ex^a, do Partido dos Trabalhadores – que, aliás, está ali, na tribuna, ouvindo-nos. E ele me visitou exatamente para comunicar que seu Município tinha conquistado esse feito. Eu estava com este jornal, do dia 23, para fazer este pronunciamento e homenagear os prefeitos, mas homenagear os prefeitos juntamente com as professoras, os professores, os profissionais de educação desses Municípios, porque, se o prefeito oferece as condições – e essas condições, com certeza, foram oferecidas nesses Municípios –, os professores e professoras têm de corresponder a esses benefícios recebidos. E, aqui, eles corresponderam.

Então, minhas homenagens aos prefeitos, em especial ao nosso Prefeito Adair Ceccatto, o Pardal, e a todos os prefeitos que conseguiram essa realização, mas, em especial, aos profissionais da educação desses Municípios e aos estudantes, que entenderam bem, mas também aos pais, que se integraram a esse esforço, porque essa é a educação moderna: a integração da família, dos pais, que participam efetivamente das atividades curriculares, não só no meio da semana, mas agora também nos fins de semana. Essa integração da família com a escola só pode dar bom resultado, que é a boa educação daqueles que têm oportunidade de frequentar essas escolas.

O Sr. Flávio Arns (Bloco/PT – PR) – Senador!

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, estou falando para uma comunicação inadiável, mas, se V. Ex^a permitir, concedo-lhe o aparte, porque o Senador Flávio Arns merece essa consideração.

O Sr. Flávio Arns (Bloco/PT – PR) – Agradeço à Presidência e a V. Ex^a. Senador Osmar Dias, quero fazer de suas palavras as minhas palavras também, sem quaisquer reparos, quanto à valorização de todos os aspectos mencionados. V. Ex^a, na campanha para Governador, destacou bastante a questão da educação, tais como a valorização do professor, a escola em período integral, o atendimento num conjunto de áreas, à participação da família e da comunidade, uma gestão diferente. E, se observarmos todos os itens lidos por V. Ex^a e elencados na reportagem, veremos que não existe surpresa. Na verdade, temos de fazer, em educação, o dever de casa muito bem feito. Não é verdade? Que todos esses itens passem a constituir rotina em todos os Municípios do Paraná e do Brasil também. Esses Municípios conseguiram sucesso, com medidas estruturantes, organizadas, boas... Esses Municípios estão de parabéns! Aliás, quero me associar a V. Ex^a para que pudéssemos, juntos, assinar um requerimento oficial de voto de louvor a esses Municípios do Paraná, emitido pelo Senado Federal, reconhecendo o sucesso encontrado por esses cinco Municípios nos resultados com a educação. Que isso inspire outros Municípios a fazerem a mesma coisa, porque, pela educação, podemos ter um País diferente, bom, melhor e mais democrático. Então, com muito orgulho, quero convidar V. Ex^a para que, juntos, pudéssemos assinar esse requerimento, emitindo voto de louvor, em função do pronunciamento de V. Ex^a.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Senador Flávio Arns, atendo o apelo de V. Ex^a no sentido de o assinarmos. No entanto, faço-lhe uma sugestão, qual seja, a de homenagearmos os 37 Municípios brasileiros. Acredito que o voto de louvor deveria ser feito, em especial, por nós dois, que somos do Paraná, aos cinco Municípios paranaenses, mas entendo também que devemos enaltecer o trabalho dos 37 Municípios

brasileiros, já que 37 Municípios brasileiros, entre os 5.564, obtiveram uma conquista que não podemos deixar passar despercebida no Plenário do Senado Federal. Nós, que temos como bandeira – o Senador Cristovam Buarque, V. Ex^a e eu – esse tema, ao qual nos dedicamos em nossas campanhas, assumimos compromissos com a população, não deixaremos morrer o sonho de, um dia, termos como prioridade absoluta em nosso Estado a educação.

Quero, aqui, cumprimentar todos os Prefeitos, citando, mais uma vez, o nosso Pardal, lá de São Jorge d'Oeste, dando-lhe os parabéns pelo seu trabalho; parabéns pela integração que V. Ex^a tem com a sua equipe da educação, porque sem ela V. Ex^a não chegaria a esse resultado; parabéns aos pais, que entenderam que é preciso fazer uma escola de qualidade, sobretudo, uma escola voltada para os interesses maiores da sociedade, que é a formação da cidadania e a formação do cidadão, para enfrentar os desafios que vêm pela frente na sua vida. Parabéns!

Senador Flávio Arns, eu assinarei, com muito gosto, o requerimento proposto por V. Ex^a.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Permita-me V. Ex^a um aparte?

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Ouço o aparte de V. Ex^a, Senador Cristovam Buarque, mas peço-lhe que seja rápido, porque o meu tempo se esvai.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Será bem rápido.

O Sr. Flávio Arns (Bloco/PT – PR) – Senador Osmar Dias, só quero dizer a V. Ex^a – com a permissão de V. Ex^a

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Pois não. Ouço V. Ex^a.

O Sr. Flávio Arns (Bloco/PT – PR) – ...que o Requerimento está sendo alterado para homenagearmos os 37 Municípios, como V. Ex^a propôs, de maneira muito adequada.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Obrigado, Senador.

Ouço o aparte de V. Ex^a, Senador Cristovam Buarque.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senador, simplesmente para felicitá-lo por vir à tribuna enaltecer esses 37 Municípios que honram o Estado e honram o Brasil. Quero lembrar que se deixarmos nas mãos de cada Prefeito para quando eles quiserem, esses 37 darão resposta, os outros não a darão. Temos de levar isso ao Brasil inteiro. E o único caminho é a federalização da educação de base, mantendo a descentralização gerencial. O Prefeito gerencia, mas o padrão, o salário, o dinheiro para pagar o salário, a carreira do professor tem de ser federalizada, como já foi o Banco do Brasil, a Caixa Econômica, a Polícia... Tudo o que este País quer, põe a União para ser responsável. Parabenizo

a cada um dos 37 Prefeitos. Eles servem de exemplo. Mas, ou a gente federaliza, ou não vai chegar nunca aos 5.564 Municípios.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Muito obrigado, Senador Cristovam, nosso professor em Educação.

Para encerrar, Sr. Presidente, quero agradecer-lhe a tolerância, tendo em vista a importância do tema, e também dizer que temos a convicção de que quando o Poder Público quer ele oferece um serviço de qualidade a sua população, que quando há integração com a comunidade as coisas funcionam. Esses Prefeitos, com certeza, terão o respaldo de suas comunidades para darem continuidade a esse trabalho. Tenho confiança de que muitos Municípios perceberão que o caminho para melhorar a vida das pessoas que ali vivem é, efetivamente, investirem pesado em uma educação de qualidade, como esses Municípios estão fazendo.

Parabéns a todos!

Durante o discurso do Sr. Osmar Dias, o Sr. Papaléo Paes, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Epitácio Cafeteira.

O SR. PRESIDENTE (Epitácio Cafeteira. PTB – MA) – Concedo a palavra ao nobre Senador Cristovam Buarque, por cessão do Senador Papaléo Paes.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ultimamente, a gente tem tido uma série de frustrações na maneira como a gente vê o encaminhamento dos trabalhos nesta Casa. Hoje de manhã, porém, tive o prazer de ver, relatado pelo Senador Jefferson Péres, um projeto de lei, que, a meu ver, pode ajudar muito na luta do Brasil para pôr ordem no sistema presidiário brasileiro e recuperar, Senadora Rosalba, uma parte, pelo menos, da nossa população carcerária. É um projeto de lei, relatado – repito – pelo Senador Jefferson Péres, que, já em caráter terminativo, sai do Senado para a Câmara, e que visa a algo óbvio: obrigar que cada cadeia tenha uma sala de aula para os presos. No Brasil, tem, sim, prevista uma sala de aula para os estagiários que trabalham com educação, mas não tem prevista a idéia de a gente ter na cadeia sala de aula para os presos.

Todos sabemos que uma das causas mais fortes da violência é a dificuldade do sistema presidiário de recuperar, durante o período em que ali está o preso, o que cometeu crime, para uma vida normal, tranqüila, estável e produtiva na sociedade. Esse é um dos grandes problemas. As prisões têm funcionado como verdadeiras universidades do crime. Um criminoso entra ali com um pequeno crime, com uma pequena condenação, e

sai dali para cometer crimes maiores, e, muitas vezes, voltar para a prisão para cumprir longas penas.

Ao colocar a obrigatoriedade de haver salas de aula nas prisões, a gente começa a dar condições para que os presos estudem e, com isso, muitos deles – espero – se recuperem. Mas essa lei tem de vir acompanhada de outra, que continua caminhando na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que visa a redução da pena em um certo número de dias conforme o número de meses que o preso faz de estudos, Senadora Rosalba.

Se juntarmos essas duas coisas: a transformação das cadeias em também escolas, e, ao mesmo tempo, o incentivo para que o preso possa dedicar o seu tempo ao estudo, já que estão ali em condições de muito tempo disponível, creio que a gente começa a fazer uma mudança na situação da nossa população carcerária, começa a fazer uma mudança no aproveitamento dessa população depois que sai das prisões, tendo cumprido suas penas. E aí a gente pode começar a dar um pequeno alívio que seja neste clima de criminalidade que tomou conta do País.

Fico muito feliz de ter visto que hoje, de manhã, por unanimidade, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovou este projeto, que é de minha autoria, e que prevê a reserva de sala para aulas nas prisões. Espero que, muito em breve, a gente possa aprovar também o projeto que prevê a troca de alguns dias de pena por alguns meses de estudo.

Senadora Rosalba, que me honra com o seu aparte.

A Sr^a Rosalba Ciarlini (DEM – RN) – Senador Cristovam, parabênizo V. Ex^a por ter conseguido já vencer essa etapa de um projeto tão importante. Importante, sim. Sabemos que nosso sistema carcerário é muito deficiente. Mas, por ser tão deficiente, se precisamos melhorar, vamos começar melhorando pelo que é mais importante, que é exatamente a educação: salas de aula estruturadas, com professores capacitados, que estimulem essas inteligências que, até então, estavam no crime a serem inteligências do bem, para construir, para ter oportunidade de uma reintegração à sociedade. Parabéns, Senador.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Muito obrigado, Senadora Rosalba.

Retomo, Sr. Presidente, a fala feita aqui, há pouco, pelo Senador Osmar Dias, que fez o louvor a 37 municípios. Quero também me somar aos prefeitos e aos secretários e secretárias de educação dessas cidades, que mostraram que é possível, quando se quer, ter uma boa educação.

Mas insisto: não podemos esperar que um a um dos municípios, por decisão deles próprios, façam a mudança educacional no Brasil inteiro. Primeiro, porque ninguém garante que os próximos prefeitos vão

dar continuidade ao que esses 37 fizeram até aqui; segundo, porque, se a gente deixa a critério dos municípios, vamos levar muitas, muitas, muitas décadas para chegar ao Brasil inteiro; e terceiro, porque há municípios em que, mesmo que o prefeito deseje, ele não vai conseguir fazer a mudança que esses 37 municípios fizeram.

Por isso, só há um caminho para, de fato, sair do horror, porque é um horror a realidade educacional brasileira. É um filme de horror, se a gente prestar atenção no que acontece. Só há uma maneira: a educação, no Brasil, ser assumida pela União, do ponto de vista dos critérios que devem ser definidos para termos escola. E também dos recursos necessários para mantermos essa escola.

Só com essa federalização, com a descentralização gerencial, obviamente, é que a gente pode conseguir fazer com que o Brasil saia desse horror e entre em duas situações que precisamos: a situação de sintonia com os países modernos, porque estamos ficando para trás por falta de educação; e a quebra da desigualdade interna, que está se agravando exatamente por falta de oportunidades iguais para todas as nossas crianças.

Parabenizo os 37 prefeitos, continuando o discurso do Senador Osmar, mas insisto: vamos fazer com que não sejam apenas alguns prefeitos. Vamos fazer com que haja um Governo Federal, neste País, que um dia diga: “A saída está na educação”. E para isso é preciso que o Governo Federal defina o piso salarial, que o Governo Federal financie o piso salarial nos municípios pobres, que o Governo Federal defina o que é uma escola, que equipamentos a escola deve ter, que o Governo Federal defina uma carreira nacional do magistério, como existe a carreira dos funcionários do Banco do Brasil, da Caixa Econômica, da Polícia Federal, do Ministério Público, porque não temos uma carreira federal nacional do magistério. Temos uma carreira nacional do professor universitário das federais, mas não temos uma carreira nacional daquilo que é o mais importante do processo educacional, que é a educação das nossas crianças.

Parabéns aos Prefeitos do Paraná, mas nós precisamos fazer muito mais. E essa, talvez, seja tarefa nossa, de Senadores do Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Creio que terminei perfeitamente dentro do meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Epitácio Cafeteira. PTB – MA) – Concedo a palavra ao nobre Senador César Borges, que falará pela Liderança do PR. S. Ex^a dispõe de cinco minutos.

O SR. CÉSAR BORGES (Bloco/PR – BA. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o assunto que me traz à tribuna hoje é a questão energética nacional.

Claro que o País não crescerá ao ritmo desejado e necessário de 5% ao ano se não tivermos um correspondente incremento na disponibilidade energética no País. Conforme matéria da última revista *Exame*, a oferta de energia deve crescer no mínimo 5% ao ano até 2012 para fazer face à expansão do consumo. Somente no ano passado, ocorreu um incremento de 6,5% no consumo de energia elétrica. Se o País almeja crescer e manter essa taxa de 5%, o ideal seria acrescentar de 4.000 a 5.000 megawatts anualmente à oferta de energia até 2012.

Nesse cenário, destaca-se o papel do gás natural, que é estratégico. Isoladamente, as termelétricas movidas a gás natural deverão contribuir com 19% do aumento da oferta de energia. Além disso, o gás pode ser aplicado como combustível industrial, comercial, domiciliar e residencial. O gás também é utilizado como matéria-prima em diversas indústrias, principalmente nas petroquímicas e de fertilizantes e para redução do minério de ferro na indústria siderúrgica. O gás natural é a terceira maior fonte de energia primária no mundo, somente superado pelo petróleo e pelo carvão.

Segundo a Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado – ABEGÁS, em 1998, o volume comercializado de gás natural era de aproximadamente 11 milhões de metros cúbicos diários. Atualmente, Sr^s e Srs. Senadores, a média ultrapassa os 47 milhões de metros cúbicos. Houve um crescimento acumulado de 300% em menos de 10 anos. O Brasil já conta com mais de 15 mil quilômetros de rede de distribuição em todo o País, quando, em 2003, eram apenas 9 mil quilômetros. Houve um crescimento de 66%. Hoje, avançamos nessa rede de distribuição, e já estamos em torno de 17 mil quilômetros. Esses são dados que mostram o potencial da indústria de gás natural no Brasil. Em decorrência disso, as empresas distribuidoras investirão, nos próximos anos, cerca de R\$6 bilhões.

O aumento da utilização do gás natural vem permitindo a diversificação da matriz energética, o que é muito salutar e reduz a dependência das hidrelétricas e do regime de chuvas. Segundo o Balanço Energético Nacional do Ministério das Minas e Energia, o gás natural é o energético que vem apresentando as maiores taxas de crescimento na matriz energética brasileira, tendo mais que dobrado a sua participação na oferta interna.

Segundo a EPE – Empresa de Pesquisa Energética, projeta-se que essa participação alcance 18% em 2030. Além disso, o gás natural apresenta a vantagem de emitir uma quantidade substancialmente menor de poluentes quando comparado a outros combustíveis fósseis.

Sr. Presidente, a Bahia, que muito me interessa, é um dos maiores consumidores de gás natural

do País. O elevado consumo é explicado pelo grande número de indústrias instaladas no Estado. O pólo petroquímico e a Ford são os grandes usuários dessa fonte de energia. Segundo a Bahiagás, o Estado é o terceiro maior consumidor do País, e espero que seja em breve um dos maiores produtores. Atualmente, foi aberto o campo de Manati. Adicionalmente, o campo de Manati poderá garantir *royalties* também importantes para a Bahia.

No entanto, é preciso advertir sobre as ameaças e os principais entraves à expansão da indústria do gás no Brasil. Primeiro, não se pode esquecer a instabilidade no fornecimento das importações oriundas da Bolívia, que em 2006 nacionalizou as reservas de gás. Mais recentemente, o Presidente Evo Morales anunciou que não haverá condições de garantir a oferta de 31 milhões de metros cúbicos de gás para a Petrobras. Ressalto que a redução da dependência do gás boliviano somente poderá ocorrer – ou deixar de existir a dependência – com a construção de gasodutos que deverão interligar o País, aproveitando o potencial energético, e a exploração de novos campos.

Nesse sentido, Sr. Presidente, é preciso destacar a atual construção do Gasene, que é o gasoduto que liga o sistema do Sul e do Sudeste...

(Interrupção do som.)

O SR. CÉSAR BORGES (Bloco/PR – BA) – Nesse sentido, Sr. Presidente, destaco a construção do Gasene, que está em execução atualmente e que foi muito cobrado desta tribuna por mim. É um projeto de integração nacional, que interliga as malhas do Sudeste e do Nordeste e que vai solucionar, definitivamente, o suprimento de gás na Bahia e de todo o Nordeste brasileiro. O Rio Grande do Norte, sem gás, não teria a indústria que tem, que é pujante, cada dia mais, naquele Estado.

Volto a lembrar que a continuidade do crescimento econômico depende dos projetos de infra-estrutura.

Sr. Presidente, peço um pouco da sua tolerância para concluir o meu pronunciamento. Mais dois minutos, e concludo; um minutos talvez seja suficiente.

O segundo problema reside exatamente na ausência de um marco regulatório. É o que cobro neste momento: um marco regulatório capaz de reduzir a insegurança jurídica para todos que estão investindo no setor e atrair novos investimentos, sobretudo do setor privado. Está em tramitação, hoje, no Senado o PLC nº 90/2007, a chamada Lei do Gás, que objetiva preencher essa lacuna regulatória. Eu mesmo trabalhei, no passado, na relatoria de matéria semelhante, de autoria do nosso saudoso – saudoso, porque não está aqui entre nós, mas que continua bastante vivo – Senador Rodolpho Tourinho, que fez um excelente trabalho nesta Casa, principalmente o trabalho técnico.

Existe a necessidade de que essa proposição legislativa convirja no sentido da desverticalização e liberalização do setor de gás, o que já vem ocorrendo desde meados da década de 90. Essa proposição não pode ser descolada da realidade vivenciada no setor.

É preciso respeitar os investimentos e os marcos constitucionais existentes. O respeito à repartição de competências e a liberalização do setor ficaram estabelecidas constitucionalmente na Emenda nº 5, de 15 de agosto de 1995, que permite aos Estados a exploração dos serviços de distribuição, inclusive por meio de concessão a empresas privadas. Os Estados foram estimulados a criar suas companhias distribuidoras. Criaram, investiram e participam desse esforço, como é o caso do Estado da Bahia, com a Bahiagás. Por outro lado, o legislador incentivou a concorrência com a quebra do monopólio da Petrobras sobre as atividades de pesquisa, lavra e transporte de gás natural. (Emenda à Constituição nº 9, de novembro de 1995)

Encerro, Sr. Presidente, propugnando e lutando mesmo pela superação de dois desafios: primeiro, a aceleração dos investimentos na prospecção e produção de mais gás para o País e a construção de mais gasodutos para fazer a integração nacional, com o Sistema Nacional de Gasodutos; segundo, a garantia de um dispositivo legal que harmonize a convivência entre a União e os Estados na realização e regulação das diferentes etapas de movimentação do gás canalizado, que evite a sobreposição ou invasão das competências que foram repartidas pela Constituição Federal, afiançando, assim...

(Interrupção do som.)

O SR. CÉSAR BORGES (Bloco/PR – BA) – Encerro dentro de um minuto.

Afiançando, assim, a almejada segurança jurídico-regulatória do setor. Ou seja, quem já investiu tem de ter seu recurso garantido, até para que novos investidores cheguem ao mercado.

Senadora Rosalba Ciarlini, meu tempo é para V. Ex^a encerrar meu pronunciamento.

A Sr^a Rosalba Ciarlini (DEM – RN) – Com a permissão do nosso Presidente – sei que seu tempo já está muito curto –, não poderia deixar, Sr. Senador César Borges, de parabenizá-lo pelo pronunciamento, até porque V. Ex^a fala de algo que acho fundamental, vital para o nosso País. V. Ex^a falava da questão da irregularidade, uma interrogação que não é somente nossa, mas dos empresários das indústrias, dos que usam o gás da Bolívia, algo que realmente nos preocupa bastante. Sabemos que no Brasil existe um potencial ainda muito grande para a exploração de gás. Eu sou de um Estado que também explora o gás, como a Bahia, o Estado de V. Ex^a. A Bahia também é um dos grandes consumidores. O meu Estado é menor, mas

nele o gás tem sido importantíssimo para impulsionar o desenvolvimento, a atração de indústrias. Tive a experiência, na minha cidade, quando Prefeita, de fazer um gasoduto para oferecer gás às indústrias. Foi possível instalar indústrias de grande porte, exatamente pelo fornecimento dessa energia de custo mais baixo. Há necessidade de fazermos mais gasodutos em nosso Estado. Defendi isso e fiz um apelo para que constasse no PAC, Plano de Aceleração do Crescimento, o gasoduto necessário ao Seridó e à região do Vale do Açu. Acho importantíssimo. E quero também aqui deixar registrado que entendo que a Petrobras precisa priorizar e valorizar ainda mais a pesquisa, descobrir realmente mais campos para a exploração do gás, que sabemos que existem. Mas, infelizmente, tenho informações de pessoas graduadas dentro da Agência Nacional de Petróleo de que não existe ainda no Brasil um estudo de todo o nosso subsolo, um estudo geológico, para que possamos fazer um planejamento maior. É necessário haver esse investimento para que se faça um estudo mais apurado. Às vezes, descobrimos um poço, como aquele de nossa região, em que o petróleo jorrou quando se perfurava um poço para a construção do Hotel Thermas. É muito importante que a Petrobras atue nisso para que haja mais fontes, mais poços de gás para impulsionarmos o desenvolvimento do nosso Brasil. Parabéns, Senador, por suas colocações!

O SR. CÉSAR BORGES (Bloco/PR – BA) – Muito obrigado por seu aparte.

Espero que a Petrobras, o Governo Federal, em seu planejamento estratégico, tenham condições de dar suprimento, e que nós, aqui, no Senado Federal, no Congresso Nacional, tenhamos condições de estabelecer um marco regulatório que dará garantia aos investimentos já realizados e a novos investimentos para o setor.

Muito obrigado pela tolerância, Sr. Presidente, e por sua compreensão, dada a importância do tema.

Durante o discurso do Sr. César Borges, o Sr. Epitácio Cafeteira, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Efraim Morais, 1º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – Parabéns pelo brilhante pronunciamento de V. Ex^a, Senador César Borges!

Sr^{as} e Srs. Senadores, encontra-se na Casa o Sr. Carlos Marques Dunga, Primeiro Suplente do Senador Cícero Lucena, da representação do Estado da Paraíba, convocado em virtude de licença do titular. S. Ex^a encaminhou à Mesa o original do diploma, que será publicado na forma regimental, e demais documentos exigidos por lei.

É o seguinte o diploma encaminhado:

Poder Judiciário
Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba

Diploma

O Presidente do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao disposto no parágrafo único, do artigo 215, do Código Eleitoral, confere o presente diploma de **1º Suplente de Senador a CARLOS MARQUES DUNGA** eleito em 01 de outubro de 2006, tendo obtido votos, pelo (a) Partido/Coligação **POR AMOR À PARAÍBA (PP / PTB / PTN / PL / PFL / PTC / PSDB / PT do B)**.

João Pessoa, 18 de Dezembro de 2006.



Des. Abraham Lincoln da Cunha Ramos
Presidente

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)
– Designo comissão formada pelos Srs. Senadores Wellington Salgado de Oliveira, Augusto Botelho e Gim Argello, para que conduzam ao plenário S. Ex^a, o Senador Carlos Dunga, a fim de prestar compromisso regimental.

A Presidência solicita às Sr^{as} Senadoras, aos Srs. Senadores e a todos que permaneçam de pé.

Ao Sr. Carlos Dunga a palavra, para a leitura do compromisso.

O SR. CARLOS DUNGA (PTB – PB) – Sr. Presidente, prometo guardar a Constituição Federal e as leis

do País, desempenhar fiel e lealmente o mandato de Senador, que o povo me conferiu, e sustentar a união, a integridade e a independência do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)
– Declaro empossado, no mandato de Senador da República, o nobre Senhor Carlos Marques Dunga, que, a partir deste momento, passa a participar dos trabalhos da Casa.

Peço que todos fiquem sentados.

Sobre a mesa, comunicação que passo a ler.

É lida a seguinte:

COMUNICAÇÃO DE FILIAÇÃO PARTIDÁRIA E NOME PARLAMENTAR

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, em conformidade com o art. 7º do Regimento Interno, que, assumindo nesta data a representação do ESTADO DA PARAIBA, adotarei o nome abaixo consignado e integrarei a bancada do Partido PTB.

Nome Parlamentar: CARLOS DUNGA

Sala das Sessões, em 01 de Abril de 2008.



O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– O expediente lido vai à publicação.

Concedo a palavra ao eminente Senador Cafeteira, Líder do PTB, para saudar o nosso Senador pela Paraíba Carlos Dunga.

V. Ex^a, Líder Cafeteira, tem a palavra.

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA (PTB – MA. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores e Sr^{as} Senadoras, é com grande alegria que aumentamos a nossa bancada, hoje, para oito Senadores, com a posse do Senador Carlos Dunga.

Senador Carlos Dunga, V. Ex^a entra para uma bancada de homens simples. Nenhum quer ser vedete.

Imagine V. Ex^a que, quando cheguei nesta Casa, nesta Legislatura, sem pleitear, fui escolhido Líder por unanimidade – éramos quatro; hoje, somos oito –, exatamente porque há nessa Bancada uma irmandade: todos estão com o mesmo propósito, ninguém quer ser mais do que ninguém; queremos apenas fazer o nosso trabalho.

Então, recebendo V. Ex^a como o nosso oitavo Senador, representamos a partir de agora 10% do Senado. É muito honroso para nós.

Este partido tem uma vocação: *Festina lente* – apressa-te devagar. Nós estamos nos apressando devagar para conseguirmos cada vez mais junção dos nossos companheiros, para mostrarmos que este partido, fundado por Getúlio Vargas, tem sua história, a história de Getúlio Vargas e dos seus companheiros, que estão todos presentes, estão todos aqui, vieram saudá-lo. V. Ex^a tem esta irmandade. Todos nós estamos caminhando. *Festina lente* – apressa-te devagar.

Bem-vindo, Senador! Bem-vindo ao seio dos seus irmãos!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– Agradeço a V. Ex^a, Senador Cafeteira, e concedo a palavra, por cinco minutos, ao eminente Senador Carlos Dunga.

V. Ex^a tem a palavra, Senador Carlos Dunga.

O SR. CARLOS DUNGA (PTB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eminente Senador Efraim Morais, inicialmente, quero agradecer as palavras aqui proferidas pelo meu Líder e dizer para a Bancada do PTB que o nosso comportamento partidário é de vários mandatos dentro de um contexto no meu Estado, na base, na formação de diretórios, na formação de um eleitorado dentro do que o PTB espera: o aumento do seu povo.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estou aqui motivado pelo art. 56, § 1º, da nossa Carta Magna.

Tenho muito a agradecer, Sr. Presidente.

Agradeço a acolhida a mim dispensada neste momento de retorno ao Parlamento, desta feita para exercer, pela primeira vez, um cargo senatorial, ocupando, por um período temporário, a vaga do nobre Senador Cícero Lucena que ora se afasta; a Deus, por ter permitido que um homem de origem simples, ex-caminhoneiro, ex-professor, ex-vice-prefeito, ex-prefeito, ex-deputado estadual, ex-deputado federal, ex-governador do meu Estado, pela oportunidade de viver este instante, um misto de reconhecimento e orgulho que agora ocupo o mandato de Senador, representando o Estado da Paraíba, ao lado de V. Ex^{as}, ex-Presidentes da República, Governadores, Senadoras e Senadores de tão grandes experiências; ao povo da Paraíba, pelos 803.600 votos obtidos na eleição de 2006. Agradeço a todos na pessoa do Exm^o. Sr. Governador Cássio Cunha Lima; à minha família, em memória ao meu pai Pedro Marques Filho, minha mãe, minha esposa, meus irmãos, meus filhos e meus netos, abraçando a todos nas pessoas de Carlos José Castro Marques, Prefeito de Boqueirão; Frederico Marinheiro, Prefeito de Juazeirinho; Carlos Dunga Júnior, Deputado Estadual do meu Estado.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Permite-me um aparte, Senador Carlos Dunga?

O SR. CARLOS DUNGA (PTB – PB) – Pois não.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador Carlos Dunga, faço questão de saudá-lo em meu nome pessoal, colega seu de Câmara de Deputados que fui, e como Líder do PSDB, portanto, em nome do meu Partido, desejando-lhe uma feliz passagem por esta Casa. Sei que não haverá de ser diferente. E dizendo a V. Ex^a que a presença da nossa Bancada tucana, no Senado da República, nas Comissões, na política de bastidores e na tribuna, do Senador Cícero Lucena é algo louvável. O Senador é atento às questões da Paraíba, o Senador é leal ao seu Partido, é leal ao Governador Cássio Cunha Lima; é uma figura, por outro lado, independente nas suas posições. O Senado tem tido uma grata revelação na figura do Ministro Cícero Lucena. Gostaria ainda de transmitir aqui, no momento em que a sessão é de maneira muito feliz presidida pelo nosso companheiro e paraibano ilustre Efraim Morais, o apreço que temos pelo Governador Cássio Cunha Lima, pelo meu querido amigo Ronaldo Cunha Lima, e, já que falei de Cícero, Efraim, Ronaldo e Cássio, dizer que recebemos V. Ex^a de braços abertos, para que desempenhe o seu mandato com a nossa ajuda, com a sua experiência e com seus compromissos paraibanos do melhor jeito. A Paraíba terá em cada um de nós um Senador desse Estado pelo seu passado de bravura, pelas suas lutas tão cheias

de epopéias, pelo sentimento do seu povo, pela beleza da sua natureza, pela sua cultura popular e pelo contraste entre a belíssima João Pessoa e aquele mi-lagre fora do litoral, que é Campina Grande. Em outras palavras, seja muito bem-vindo e seja muito feliz neste mandato, um mandato que herda temporariamente de um notável Senador, nosso querido amigo e compa- nheiro Cícero Lucena.

Muito obrigado. Seja bem-vindo, repito.

O SR. CARLOS DUNGA (PTB – PB) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a que é um vigi- lante, V. Ex^a que é um Senador que traz diariamente a sua palavra a esta Casa. Sem dúvida, a palavra de V. Ex^a vem encorajar um homem do interior que, aqui chegando, vem com a vontade de querer ajudar esta Casa, o meu País e o meu Estado.

Agradeço também, Sr. Presidente, em nome de meus eternos amigos, Ernesto do Rêgo, Sebastião de Paula Rêgo, Antônio Marinheiro e José Braz do Rêgo, pessoas com quem V. Ex^a tanto conviveu e que foram, sem dúvida, os âncoras da minha vida pública.

Chego a esta Casa, Sr. Presidente, Sr^{as} Sena- doras e Srs. Senadores, depois de ouvir muitos parai- banos. Trouxe quatro questões para debate, Senador Collor:

1. A interligação de bacias. Represento o semi- árido, o Cariri paraibano, com uma média anual de 300 milímetros pluviométricos e, em alguns anos, com apenas 100 milímetros. Hoje, temos açudes sangran- do, rios cheios, riachos e regatos, porém não podemos esquecer que há 30 dias 80% do meu Estado estavam sendo abastecidos com carros-pipas, região que tem uma população de 1.500.000 habitantes. Já chegou a 32% da capacidade de abastecimento pela Bacia do Açude Epitácio Pessoa, situado no eixo leste do pro- jeto de interligação de bacias.

2. O Nordeste, Sr. Presidente, está vivendo um dos maiores invernos dos últimos 50 anos. Porém, é necessário estimular o produtor rural com crédito, com custeio agrícola. Caso contrário, poderemos não registrar nenhuma produção ou geração de emprego e renda com o cultivo de subsistência.

3. A interiorização da universidade. Segundo os dados do último censo nacional de ensino superior, em 2003, foram registrados 3.887.771 matrículas em cursos de graduação presencial no Brasil, sendo que 70% delas em instituições privadas e apenas 29% em instituições públicas. O Estado da Paraíba vem fazendo a sua parte com a autonomia e a ampliação da Universidade Estadual da Paraíba nas cidades de Catolé do Rocha, João Pessoa, Guarabira e Monte- ro. Com efeito, a criação do *Campus* universitário da Universidade Federal de Campina Grande. O Governo

Federal precisa, cada vez mais, acelerar a criação de novas escolas no Estado da Paraíba.

O Sr. Fernando Collor (PTB – AL) – Senador, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. CARLOS DUNGA (PTB – PB) – Ouço, com muita atenção, o Senador Collor.

O Sr. Fernando Collor (PTB – AL) – Senador Carlos Dunga, como integrante da Bancada do Partido Trabalhista Brasileiro nesta Casa, desejo trazer também a minha palavra de boas-vindas a V. Ex^a. Como Sena- dor da República, como alagoano, como nordestino e como cidadão paraibano, desejo-lhe uma profícua passagem pelo Plenário desta Casa e pelas comissões temáticas. V. Ex^a chega ao Senado da República com boas notícias, de um bom inverno, que faz com que as nossas barragens e os nossos açudes hoje possam dar e gerar alguma esperança aos nossos sertanejos e compatriotas. V. Ex^a, que tem uma vida tão rica, de dedicação ao seu Estado e ao seu povo, chega hoje ao Senado da República substituindo o nobre Sena- dor Cícero Lucena, que também honra uma das três cadeiras de que a Paraíba dispõe neste Plenário. Não tenho a menor dúvida de que V. Ex^a saberá, dentro da Bancada do PTB, trazer, fruto de toda essa sua ex- periência, a sua palavra, o seu encorajamento, para que nós, que fazemos a Bancada do PTB nesta Casa, continuemos unidos e firmes dentro de um mesmo ob- jetivo. A Bancada do Partido Trabalhista Brasileiro no Senado da República é aquela que apresenta o maior índice de coesão nas decisão aqui tomadas. E V. Ex^a, não tenho a menor dúvida, saberá cumprir com aqui- lo que o trabalho brasileiro, desde a época de Dr. Getúlio, vem pregando e trazendo por gerações atrás de gerações. Portanto, Senador Carlos Dunga, seja muito bem-vindo. Nós o acolhemos de braços abertos e de coração cheio de esperança para a grande con- tribuição que o senhor dará aos trabalhos realizados no Senado da República.

O SR. CARLOS DUNGA (PTB – PB) – Agrade- ço a palavra de V. Ex^a, Senador Collor, e digo que a Paraíba já o recebeu várias vezes de braços abertos, a Paraíba, com seu coirmão, Deputado Pedro Medei- ros, que lhe outorgou esse título por intermédio da nossa Casa de Epitácio Pessoa. Fique certo de que os paraibanos se irmanam a V. Ex^a nessa cidadania que recebeu do meu Estado.

Ouço, com muita atenção, V. Ex^a; e em seguida o Senador Romeu Tuma.

A Sr^a Rosalba Ciarlini (DEM – RN) – Senador Carlos Dunga, sou sua vizinha – podemos dizer assim –, ali do Rio Grande do Norte. Tenho uma identidade muito grande com a Paraíba, porque foi lá que comecei os meus estudos de Medicina. O senhor tem uma vida

dedicada a servir no Estado da Paraíba, e esta Casa o recebe de braços abertos. Nós, democratas, queremos lhe dar as boas-vindas. As suas lutas pela transposição do rio São Francisco também são a luta do nosso ilustre colega Cícero, com quem aqui nos irmanamos na defesa das ações para combater os efeitos da seca. A questão da universidade. Aqui o senhor traz assuntos que são também nossas bandeiras. Então, eu quero dar as boas-vindas, desejar todo o sucesso no período que o senhor traz aqui a sua experiência de homem do interior, como o senhor bem aqui colocou: a experiência de um homem do interior, que conhece a realidade do nosso semi-árido, que conhece as dificuldades do nosso Nordeste. Tenho certeza de que o senhor irá contribuir muito para fazer com que o Senado possa cumprir essa grande missão, que é ajudar o Brasil a se desenvolver com mais cidadania, com justiça social. Parabéns e seja bem-vindo, Senador Carlos Dunga.

O SR. CARLOS DUNGA (PTB – PB) – Agradeço a V. Ex^a, Sr^a Senadora, e reafirmo a nossa irmandade: Pernambuco, Rio Grande do Norte, Paraíba e Ceará somos Estados coirmãos. Não há diferença entre um paraibano e um rio-grandense-do-norte, um pernambucano e um alagoano, porque temos os mesmos problemas. Lutamos pelos mesmos ideais e pelos mesmos objetivos. Nós somos do semi-árido e, por isso, estamos aqui todos lutando numa mesma bandeira, que é defender o semi-árido da nossa Região. A interiorização de uma universidade, a Universidade Federal de Campina Grande, já beneficia uma parte do Rio Grande do Norte em Cuité, também Catolé do Rocha, que são Municípios limítrofes lá com o nosso coirmão, Estado do Rio Grande do Norte.

O Sr. Epitácio Cafeteira (PTB – MA) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. CARLOS DUNGA (PTB – PB) – Ouço com atenção o ilustre Senador Romeu Tuma, que foi meu professor. Como Deputado Federal, estive percorrendo este País todo com ele na CPI de Roubo de Cargas. Ganhei muitas experiências de V. Ex^a, nobre Senador, e hoje, mais uma vez, venho receber de V. Ex^a orientações para possamos lutar, no PTB e nesta Casa, pelo mesmo objetivo.

O Sr. Romeu Tuma (PTB – SP) – Senador Carlos Dunga, desculpe-me pela confusão de Deputado, porque, por longo tempo, assim o chamava. O Senador Fernando Collor foi claro nas colocações que fez sobre o Partido que é engrandecido com a presença de V. Ex^a. Ele não é um partido árido, mas frutífero pela sua atividade. V. Ex^a fala da região semi-árida e do sofrimento do povo dos Estados citados por V. Ex^a. Mas tenha certeza de que até um paulista será solidário com V. Ex^a nas discussões sobre a importância

que o Nordeste representa para a Nação brasileira, principalmente na sua parte econômica e social. E há grandes exemplos: o trabalho desenvolvido pelo então Presidente da República, Fernando Collor, e aqui, no Congresso Nacional, sempre vigilante sobre a unidade do PTB. S. Ex^a é um espírito bom e faz com que essa unidade prevaleça sempre em qualquer tempo de dificuldade, porque cada um de nós tem um pensamento. E a grande força é a capacidade de uni-la para poder, objetivamente, buscar o que é do interesse da sociedade. Tenho dito aqui, com fórum íntimo, e sinto a mesma coisa em relação aos membros do PT, que, acima de qualquer interesse político, partidário ou pessoal, deve prevalecer o interesse público. E essa é a figura que, sem dúvida, o PTB vem defendendo. Desejo a V. Ex^a toda a sorte. Tenho certeza que poderemos percorrer o Brasil objetivando outros tipos de trabalho no interesse da sociedade. Boa sorte a V. Ex^a.

O SR. CARLOS DUNGA (PTB – PB) – Agradeço a V. Ex^a, ilustre Senador Romeu Tuma, e incorporo o seu aparte ao nosso pronunciamento.

4. Sr. Presidente, venho cobrar das autoridades federais os recursos para o meu Estado. Este faz o seu dever de casa: vem cumprindo, desde 2005, o plano de ajuste fiscal da Secretaria do Tesouro Nacional, que leva ao Estado o equilíbrio financeiro. Destaco hoje o programa de desenvolvimento sustentável “Paraíba em suas Mãos”, coordenado pela primeira-dama, Sílvia Cunha Lima, que viabiliza as vocações locais e naturais, transformando anônimos em empreendedores, com o reconhecimento nacional. Dentre as parcerias com o Governo Federal, destaco o “Programa Leite da Paraíba”, com a distribuição de 120 mil litros/dia; as duplicações da BR-230 e da BR-101, que liga João Pessoa, Recife e Natal. Precisamos agora, de mãos dadas, toda a Bancada da Paraíba, lutarmos pelos recursos do PAC para atendermos às demandas de infra-estrutura, saúde social e turismo para o Estado da Paraíba.

O Sr. Epitácio Cafeteira (PTB – MA) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. CARLOS DUNGA (PTB – PB) – Pois não, ilustre Senador Cafeteira, paraibano.

O Sr. Epitácio Cafeteira (PTB – MA) – Pois é.

Eu queria dar a V. Ex^a a melhor notícia de hoje: V. Ex^a já está indicado para a Comissão de Agricultura do Senado, o que era seu desejo.

O SR. CARLOS DUNGA (PTB – PB) – Agradeço a V. Ex^a, pela Liderança, a indicação para a Comissão de Agricultura.

Acompanhei a Comissão de Agricultura da Câmara Federal, ao lado de valiosos companheiros, durante oito anos, e, nesse trabalho, pude ajudar o meu Estado.

5. Quero agradecer a todos os amigos que aqui estão, à Bancada do meu Estado, Secretários de Estado, Vereadores, Prefeitos, na pessoa do ilustre Deputado Armando Abílio, Presidente do PTB do Estado do Paraíba.

Aqui, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, espero poder continuar essa minha luta. Sei que a minha passagem nesta Casa será breve, porém estou disposto a tornar este tempo extenso em profundidade e profícuo e fecundo em qualidade. Irei direcionar o meu trabalho nessas vertentes que considero primordiais para o engrandecimento do Estado da Paraíba e do Brasil.

Muito obrigado, ilustre companheiro, Presidente Senador Efraim Morais.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – Senador Carlos Marques Dunga, V. Ex^a foi Deputado Estadual e Deputado Federal e, agora, é Senador. Tive a honra de, junto com V. Ex^a, ser Deputado Estadual, Deputado Federal e, agora, Senador. Conheço muito bem a história política de V. Ex^a, que é sertanejo, habilidoso, sério e dedicado e que tem muito trabalho e serviço prestado à Paraíba e aos paraibanos. Foi Vice-Prefeito e Prefeito de Boqueirão, Deputado Estadual por quatro legislaturas, tendo presidido aquela Casa, oportunidade em que assumiu o Governo do Estado; depois, veio à Câmara dos Deputados por duas legislaturas, prestando grande serviço aos nossos conterrâneos paraibanos; e, agora, é Senador da República. Antes, foi Secretário da Agricultura do nosso Estado, Chefe da Casa Civil. Enfim, V. Ex^a tem uma folha extensa de serviços prestados à Paraíba e ao Brasil.

Nós, na condição de paraibanos, queremos desejar as boas-vindas a V. Ex^a, sabendo que o trabalho que haverá de desenvolver neste período inicial de seu mandato, nestes 120 dias, será realmente em defesa da Paraíba e dos paraibanos.

Seja bem-vindo! O Congresso Nacional e, em especial, o Senado recebem V. Ex^a de braços abertos.

O SR. CARLOS DUNGA (PTB – PB) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – Senadora, o Senador Carlos Dunga ainda está com a palavra. Depois, eu a concederei a V. Ex^a.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Perdão, pensei que S. Ex^a já tivesse encerrado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. CARLOS DUNGA (PTB – PB) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – S. Ex^a já encerrou. Agora, V. Ex^a tem a palavra, Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Peço-lhe mil perdões, Sr. Presidente.

Quero, inclusive, em nome do Bloco de apoio ao Governo, Senador Carlos Dunga, saudá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – Senadora Ideli Salvatti, vou suspender a sessão por cinco minutos, depois que V. Ex^a saudar o Senador Carlos Dunga, para que possamos cumprimentá-lo.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Já concluí, Sr. Presidente. Depois, retornarei.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – Agradeço a V. Ex^a pela rapidez e pela síntese do seu pronunciamento.

Está suspensa a sessão.

(A sessão é suspensa às 16 horas e 25 minutos e é reaberta às 16 horas e 28 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – Está reaberta a sessão.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – Concedo a palavra, pela ordem, à Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, agradeço muito.

Eu queria fazer o registro de que, no último sábado, o Ministro da Educação, Fernando Haddad, por ocasião do Fórum Mundial da Educação, realizado na Baixada Fluminense, no Rio de Janeiro, anunciou as medidas da regulamentação da alteração nas regras da Lei do Fies (Financiamento do Ensino Superior), que tramitou aqui no Senado da República e da qual tive oportunidade de ser Relatora na CAE e no plenário.

Queria realçar algumas das modificações, porque elas são de fundamental importância para milhões e milhões de brasileiros e brasileiras que aguardam a implementação dessas mudanças para poderem ter acesso ao financiamento do seu ensino superior.

Entre as mudanças, citamos que o prazo para quitação do financiamento foi ampliado para duas vezes o período de duração do curso; foi feita a extensão do financiamento do ensino superior a estudantes de mestrado e doutorado; nós tivemos uma redução da taxa de juros do financiamento, no caso, por exemplo, dos cursos de Licenciatura, Pedagogia, Normal Superior e Tecnologia – de 9% para 3,5% – e, nos demais

cursos de graduação, bem como dos cursos de mestrado e doutorado, para 6,5%. Os estudantes do ProUni, que têm 50% ou 25% de bolsa, poderão financiar pelo Fies o restante não financiado pelo ProUni. Foi autorizada a criação do fiador solidário, em grupos de até cinco estudantes; o período de carência, que não existia, passa a existir, sendo de seis meses para o início da amortização do financiamento. Ainda mais: possibilidade de autorização de desconto em folha de pagamento para as amortizações.

Portanto, Senador Efraim Morais, essas mudanças anunciadas pelo Ministro Fernando Haddad, fruto da aprovação da Lei nº 11.552, de novembro de 2007, vêm em muito boa hora e serão, obviamente, acolhidas por milhões de estudantes em todo o Brasil, que poderão, dessa forma, ter acesso ao ensino superior com maior facilidade e com menor custo do financiamento.

Sr. Presidente, era o que tinha a dizer, agradecendo-lhe pela gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra à Senadora Rosalba Ciarlini.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Augusto Botelho.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, requeiro inserção em Ata de voto de pesar pelo falecimento do Dr. Luiz Rosalvo Fin, grande advogado de Roraima, um gaúcho que exercia a advocacia no meu Estado há quarenta anos. Requeiro à Mesa que apresente as condolências à família.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– V. Ex^a será atendido na forma do Regimento, emitiendo Senador Augusto Botelho.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR)

– Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– Senadora Rosalba Ciarlini, V. Ex^a dispõe de dez minutos, com a costumeira tolerância desta Presidência.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, a Universidade Federal do Rio Grande do Norte e, por que não dizer, toda a comunidade acadêmica potiguar encontram-se em festa desde o dia 18 de março. Nesse dia, com aula inaugural e a recepção aos mais de quatro mil calouros que preencheram as vagas dos 62 cursos de graduação, a Universidade Federal do Rio

Grande do Norte deu início às comemorações pelo seu cinqüentenário, que vai ocorrer no dia 25 de junho.

Tenho, Sr. Presidente, um especial carinho por essa cinqüentenária instituição, não apenas por ter ali me forma em Medicina, período do qual guardo as mais gratas recordações, mas também pelo que ela representa na disseminação do conhecimento, na formação das novas gerações, na contribuição para a eficácia das políticas públicas, na geração de empregos, de renda e de tecnologias e no combate à exclusão social.

O exame mais acurado da trajetória e do papel dessa renomada instituição requer que remontemos aos seus primórdios, ao ano de 1958, quando ela foi criada, originalmente como Universidade do Rio Grande do Norte, a partir da aglutinação de várias faculdades e escolas de ensino superior então existentes na capital potiguar, como a Faculdade de Medicina, a Escola de Engenharia, a Faculdade de Direito e a Faculdade de Farmácia e Odontologia.

Instalada em 25 de março de 1959, seria logo federalizada, em 18 de dezembro do ano seguinte.

Até então, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Natal era uma bela e acolhedora cidade – continua bela e acolhedora –, que carecia, porém, de políticas e de instituições que fomentassem a cultura, o saber científico e a tecnologia. Aliás, o Rio Grande do Norte, em que pesem suas tradições culturais e políticas, ressentia-se de uma política ou de uma instituição que incentivasse as artes, que propiciasse a incorporação e o desenvolvimento de tecnologias, que viesse a agregar as ações isoladas e fragmentadas de produção do saber.

Essa política e essa instituição se concretizaram na criação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, sonhada e planejada por muitos potiguares ilustres, entre os quais destaco o folclorista Luís da Câmara Cascudo. Ela frutificou pela obstinação e descortino do Senador Dinarte Mariz, que, por tantos anos, honrou com sua presença e sua dignidade esta Casa legislativa, e do professor e médico Onofre Lopes, ainda hoje reverenciado, com toda justiça, por toda a comunidade acadêmica potiguar.

O ano de 1968, quando ocorreu a reforma universitária, seria também um marco na história da UFRN, com o fim das faculdades e implementação de uma nova estrutura, ainda vigente, contemplando os departamentos de acordo com a natureza dos cursos e das disciplinas.

Mais adiante, na década de 70, a construção do *Campus* Central, com moderno complexo arquitetônico, ensejaria uma nova etapa na trajetória do estabelecimento.

Na recepção aos novos alunos da UFRN, o Reitor José Ivonildo do Rêgo não escondeu o seu entusiasmo com as perspectivas da instituição. Lembrou que, há pouco mais de uma década, em 1995, a universidade tinha cerca de onze mil alunos e que hoje são mais de trinta mil.

Esses números são eloqüentes também se retrocedermos a um passado mais recente: no período de 2003 a 2006, a Universidade Federal do Rio Grande do Norte expandiu suas ações no ensino, na pesquisa e também na atividade de extensão.

O número de vagas registrou um crescimento de 66%, Senador Efraim, com a oferta de 2.400 vagas nos cursos de educação à distância e de 3.817 nos cursos presenciais. Nesse mesmo período, houve um incremento de 8,3% nos cursos de mestrado e de 66,7% nos de doutorado.

A pujança da Universidade Federal do Rio Grande do Norte se revela também com a oferta de dezoito programas de residências médicas e a significativa produção de 96 teses de doutorado e 433 dissertações de mestrado registradas só no ano passado.

Reconduzido ao cargo no ano passado, para o quadriênio 2007/2011, o Reitor José Ivonildo do Rêgo destaca também, a justificar o seu otimismo, a implementação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, o Reuni, que começa a vigorar este ano e que permitirá elevar a 45 mil o número de alunos da instituição.

Não se trata, porém, de aumentar simplesmente o número de vagas, mas também de expandir a estrutura física, de contratar docentes e de aprimorar o ensino naquela unidade.

Por sua vez, a Vice-Reitora Ângela Maria Paiva Cruz destaca o auspicioso fato de que 93% de toda a pesquisa realizada no Rio Grande do Norte tem como origem a Universidade Federal.

É conveniente lembrar, Sr^{as} e Srs. Senadores, que a Universidade Federal do Rio Grande do Norte, demonstrando plena sintonia com a comunidade potiguar, tem concentrado suas pesquisas em áreas estratégicas para o Estado, como a carcinicultura, por meio do projeto do genoma do camarão, e ainda nas áreas de gás e de petróleo, contribuindo de modo decisivo para o desenvolvimento dessas atividades.

Não é de admirar que, além da comunidade acadêmica, todo o povo potiguar se orgulhe da Universidade Federal do Rio Grande do Norte por ocasião do seu cinquentenário; não é de surpreender que alunos, professores e servidores da instituição estejam desde já comemorando essa efeméride, cujo programa, iniciado com as boas-vindas aos

calouros, se estenderá até o mês de dezembro, quando se encerrará a Programação do Museu Câmara Cascudo para o Ano Ibero-Americano dos Museus. Até lá, entre outras atividades, a comunidade acadêmica poderá participar de eventos como congressos e seminários diversos, coletivas com artistas contemporâneos, conferências, **workshops** e espetáculos artísticos.

Sr. Presidente, os cinquenta anos de criação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, mais do que uma ocasião a ser festejada, representam um motivo de orgulho para todos nós e uma razão para acreditarmos no potencial das nossas universidades.

Na verdade, a história e a trajetória dessa instituição nos fazem crer mais convictamente no futuro do nosso povo e da nossa Nação.

Ao congratular-me com o povo potiguar, formulo meus votos aos alunos, ao corpo docente, aos servidores administrativos e à direção da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, para que a instituição homenageada continue buscando o aprimoramento no ensino, a disseminação do conhecimento, a formação de profissionais íntegros e competentes, a consolidação da nossa cidadania.

Aqui estamos não apenas para parabenizar e reverenciar todos – do mais simples funcionário aos doutores – que, com sua dedicação, seu trabalho, sua luta, construíram a nossa universidade, mas também para reafirmar o nosso compromisso de apoio às lutas da nossa universidade.

Não poderia ser diferente. Nessa luta, coloco o meu coração, porque tenho gratas recordações. A minha profissão, tudo o que recebi dessa universidade espero poder retribuir nesta Casa, no Congresso Nacional, para apoiar e fazer valer, cada vez mais, a força da nossa universidade potiguar, porque, somente pelo caminho da educação, Sr. Presidente, Senador Romeu Tuma, somente pelo caminho da educação, repito, conseguiremos as transformações sociais tão necessárias a este País.

Parabéns ao Rio Grande do Norte por essa universidade, que tem a marca da excelência!

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – Parabéns a V. Ex^a, Senadora Rosalba.

Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma por dez minutos.

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senadora Roseana, Senador Efraim Morais, é uma honra usar a tribuna com a presença de V. Ex^a à Mesa, na direção dos trabalhos. Eu estava com saudade de V. Ex^a, correndo para cima e para baixo, a fim de fazer

uma boa liderança para o Governo. Estamos solidários ao seu trabalho e à sua pessoa. Agradeço a V. Ex^a a sua presença.

Senadora Rosalba Ciarlini, é interessante que estou, desde quinta-feira passada, na esperança de poder usar a tribuna para falar sobre educação. Eu não quis pedir-lhe um aparte, porque acho que a sua fala trouxe o que tem de alma e coração nas virtudes que V. Ex^a apresenta nesta Casa, principalmente homenageando a sua universidade, a sua faculdade. Então, quero dar os parabéns a V. Ex^a, usando o meu tempo por um minuto, porque não poderia deixar de fazê-lo.

Realmente, é difícil para mim essa área, esquadrihada com proficiência por nobres colegas, entre os quais V. Ex^a e o Exm^o Senador Cristovam Buarque, que conseguiu, com o seu esforço, colocar o tema na pauta do Governo. Refiro-me à área da educação. V. Ex^a sabe a luta que ele teve como candidato a Presidente. A única bandeira de todo o seu trabalho foi a educação. Acredito que, hoje, o Governo e todos os interessados no progresso do País se dedicam a discutir o que falta para realmente nós alcançarmos uma qualidade melhor no contexto universal, que é propriamente a educação.

Então, estou motivado por dois fatos ocorridos nos últimos dias, que demonstraram a preocupação pública e particular com a qualidade do ensino praticado em nosso País.

O primeiro fato configura um salto de qualidade numa iniciativa da Fiesp em parceria com a Fundação Roberto Marinho. Isto é: o telecurso remodelado, para continuar pondo a educação ao alcance de milhares de brasileiros desprovidos de meios para frequentar aulas.

Na companhia dos ilustres pares Tasso Jereissati e Marconi Perillo, presenciei o lançamento do Novo Telecurso, segunda-feira última, dia 25, no Teatro Popular do Sesi, em São Paulo, onde se ombreavam políticos de diferentes facções, como os Governadores José Serra, do PSDB de São Paulo, e Jaques Wagner, do PT da Bahia, ao lado de Binho Marques, do Acre, de Carlos Eduardo de Souza Braga, do Amazonas, de Marcelo de Carvalho Miranda, do Tocantins, de Wilma Faria, do Rio Grande do Norte, e de José Roberto Arruda, do nosso Distrito Federal. Juntaram-se aos Presidentes da Fiesp, Paulo Skaf, e da Fundação Roberto Marinho, José Roberto Marinho, para prestigiar a luta por um ensino melhor no Brasil.

Houve também assinatura de convênio pelo Diretor Presidente da Fundação Padre Anchieta, conhecido jornalista Paulo Markun, para que a TV Cultura de São Paulo transmita as aulas. E, patenteando o reconhecimento de que a educação no País vai mal, aqueles

líderes políticos estaduais assumiram o compromisso coletivo de obstar o problema, principalmente em relação à defasagem escolar.

Dados fornecidos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, órgão do Ministério da Educação, apontam índices de defasagem entre idade escolar e série efetivamente cursada, atingindo 26% do Ensino Fundamental e 46% do Médio. Tal distorção alcança 70% dos corpos discentes em alguns Estados. Como tentativa de resolver o problema, o Novo Telecurso resulta de renovação e ampliação do Telecurso 2000, que já beneficiou mais de cinco milhões de alunos em 27 mil telessalas criadas pelo País afora.

O Presidente da Fiesp ressaltou ser a educação responsabilidade de toda a sociedade e reproduziu a opinião consensual de que “não dá para um País se desenvolver sem ela”. Sua fala foi assim complementada pelo Presidente da Fundação Roberto Marinho: “Temos uma grande responsabilidade sobre a qualidade de ensino em nosso País e o problema de defasagem é particularmente preocupante. Temos em uma mesma sala de aula alunos de 14 anos convivendo com os de 11. Essa convivência não é produtiva. Um estudante de 14 anos, por exemplo, tem outros interesses além de problemas de auto-estima por estar atrasado nos estudos” – palavras do Presidente da Fundação Roberto Marinho.

O ex-Governador do Acre Jorge Viana, irmão do nosso querido Senador, forneceu um exemplo concreto à platéia ao lembrar: “Quando assumi o Governo em 1999, o Acre era considerado o pior Estado do País em educação. Mas, com iniciativas como a do Telecurso, conseguimos passar da 27^a colocação para a 11^a no ranking”.

Diante disso, o Governador Jaques Wagner reconheceu que a Bahia está entre os dois piores Estados no mesmo ranking e afirmou: “Vamos nos espelhar no exemplo do Acre e melhorar nossa posição”.

Por sua vez, o Governador Carlos Eduardo de Souza Braga ressaltou ser um grande desafio levar a educação a toda a população do Amazonas, um Estado duas vezes e meia maior que a França, repleto de áreas de difícil acesso. Responsabilizou as deficiências educacionais pela degradação da Floresta Amazônica.

O Novo Telecurso significa dar andamento ao projeto numa trilha de sucesso. As telessalas transformaram o aprendizado em lugares tão distantes e diferentes quanto a floresta no Acre e a periferia do Recife.

Por exemplo, reportagem do Jornal Nacional, TV Globo, mostrou como as dificuldades impostas pela defasagem idade/série afastaram Jaqueline de Trin-

dade, de 21 anos, da escola tradicional por dois anos. Voltou a estudar, atraída pelo jeito dinâmico e divertido de aprender proporcionado pelo Telecurso. Concluírá o ensino médio em um ano e três meses. É acrobata que quer seguir fazendo arte, mas com diploma nas mãos. E afirma: “Eu queria ter um diploma de professora de circo mesmo. Uma educadora da arte nota dez”. São as palavras da aluna.

No Recife, Ewerton Cardoso, de 20 anos, retomou os estudos e qualificou-se para o emprego que tanto almejava. Obteve carteira assinada pela primeira vez e a certeza de que nunca é tarde para correr atrás do sonho. Acentua: “Se Deus quiser, vou crescer e fazer uma faculdade para engenharia eletroeletrônica”.

Há 27 mil telessalas espalhadas pelo território nacional. E, graças a elas, cerca de 5 milhões de brasileiros já puderam reprogramar o próprio futuro. Agora, o telecurso caminha **pari passu** com as transformações que vêm ocorrendo no mundo. Cenários, livros, aulas foram atualizados e cinco novas disciplinas incluídas no currículo do Ensino Médio: filosofia, artes plásticas, música, teatro e sociologia. Os cursos profissionalizantes de gestão de pessoas, projetos de manutenção e administração da manutenção também foram criados.

Outra novidade é a inclusão de alunos portadores de deficiência auditiva, mediante DVDs com legendas e Língua Brasileira de Sinais (Libras). Ao todo, foram produzidas 72 novas aulas e mais de mil passaram por modificações e atualizações. O material didático, totalmente reformulado, terá 43 novos livros. Conteúdo específico está à disposição dos professores em livros para cada uma das disciplinas.

O Novo Telecurso já possui *site* no endereço www.novotelecurso.org.br para troca de informações entre os participantes. Exibe na Internet fotos, filmes e *making off* das gravações e curiosidades gerais do programa. Há ainda um cadastro dos interessados em obter informações sobre o curso. É nesse *site* que encontramos mais depoimentos de professores e alunos sobre os resultados do projeto. Por exemplo, Ângelo Assis dos Santos, de Cariacica, assegura:

Esse projeto mudou a minha vida em muitas coisas, tanto em relação à minha família, quanto aos colegas de trabalho. Também foi bom para o conhecimento, aprendizagem do projeto que é muito bom. Estou muito feliz de estar estudando depois de 30 anos fora da sala de aula e pretendo continuar a estudar para ter mais conhecimento e um futuro melhor.

Maria Dias dos Reis, aluna da Comunidade EMA, em Quilombos, Goiás, revela:

Para mim foi a melhor que aconteceu na minha vida, porque sempre sonhei em poder continuar meus estudos. Logo, aprendi muitas coisas. Foi uma luz que brilhou no meu caminho. Hoje posso falar que conheço a história do Brasil.

Luzimar Moreira Paz...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ROMEUTUMA (PTB – SP) – Sr. Presidente, a hora em que V. Ex^a achar que devo encerrar, pedirei para dar como lido o restante do discurso.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – V. Ex^a terá o tempo suficiente para concluir.

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP) – Obrigada.

...aluno da Comunidade de Diadema, na mesma região goiana, assegura:

Estava estudando em Terezina de Goiás, porém tive que parar de estudar para trabalhar. Em 2005, comecei a estudar por meio do Telecurso 2000. Aprendi a escrever e a ler melhor. Hoje estou dando aula no município de Cavalcante. [Verifiquem, ele foi aluno do Telecentro e passou a ser professor.] A metodologia da telessala – apresentação de trabalhos e participação em grupos – está ajudando no meu desempenho.

Pois bem, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, através do que acabo de expor, temos noção do imenso potencial oferecido pelo telecurso no campo de atividade destinado a delinear o nosso futuro como grande Nação. Configura o esforço conjunto das iniciativas públicas e particulares para dirimir dificuldades e deficiências próprias de qualquer país continental como o Brasil.

Ainda nesta semana, o Ministério da Educação divulgou ampla pesquisa que denota preocupação em melhorar o ensino oficial com objetivos semelhantes. Parece ter encontrado receitas de sucesso em redes municipais de 37 cidades brasileiras, mediante um estudo elaborado em parceria com o Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância) e a Undime (União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação), sob o título “Redes de Aprendizagem – Boas Práticas de Municípios que garantem o direito de aprender.”

Chamo a atenção: nós temos mais de cinco mil Municípios, Senador Mão Santa, e 37 conseguiram provar que têm uma boa qualidade de ensino. V. Ex^a verifica a defasagem em vários municípios (milhares de municípios) que não conseguiram alcançar o que os 37 apresentaram nessa pesquisa da Unicef.

Entre as características comuns às redes com bom desempenho, o estudo indicou a valorização da leitura e o acompanhamento rigoroso do aluno. Por exemplo: em Alto Alegre do Pindaré, no interior do Maranhão, com 32 mil habitantes, um representante

escolar visita a casa do aluno que falta dois dias consecutivos, para saber o motivo da ausência. A valorização da leitura foi citada por 29 das 37 redes como fator de sucesso. Segundo o Ministro Fernando Haddad, procedimentos como esses influenciaram de fato no aprendizado dos alunos, já que o contexto socioeconômico foi isolado da análise.

O estudo procurou identificar escolas que encontraram soluções para problemas comuns às outras. Como segunda etapa, possibilitará a divulgação das experiências bem sucedidas como exemplos a serem seguidos, entre eles o de Formosa, em Goiás, que apresenta formação sólida de professores e constitui um foco na aprendizagem.

A metodologia da pesquisa determinou, entre os critérios de escolha, a nota quatro no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, que varia de 1 a 10. Utilizou igualmente o desempenho acima do esperado em relação a redes com condições socioeconômicas semelhantes. Apenas 103 dos 2.346 sistemas municipais passaram por esses dois filtros. Desses, 37 foram escolhidos de acordo com a representatividade “regional e populacional” e visitados por pesquisadores no final de 2007. Os técnicos ouviram pais, alunos, professores, funcionários e dirigentes municipais.

Embora se destaquem nos contextos socioeconômicos regionais, essas redes não alcançam os padrões encontrados nos países desenvolvidos, que possuem IDEB igual ou maior que seis. Todavia, todas estão acima da média nacional, atualmente de 3,8.

Nas 37 cidades pesquisadas, os técnicos identificaram fatores como planejamento didático e pedagógico, olhar individual sobre o aluno, acesso à educação infantil (0 a 5 anos), valorização da leitura, gestão participativa e ao mesmo tempo exigente, com avaliações dos profissionais, integração entre as escolas da rede municipal e valorização do professor.

Quanto à importância dada à formação dos docentes, há realidades distintas. Enquanto em Sud Mennucci, Estado de São Paulo, 92% deles têm nível superior e em Sete Barras – a 251 quilômetros da capital paulista – o índice chega a 100%, em Presidente Dutra, Bahia, apresentavam apenas ensino médio completo.

Avaliação dos alunos, recuperação, material didático organizado e formação dos professores são as ações apontadas pelos educadores de Sete Barras como a explicação para os bons resultados apontados pelo MEC nessa cidade paulista de 15 mil habitantes. Os alunos fazem provas mensais e passam por avaliação semestral da prefeitura.

Os exames buscam diagnosticar as dificuldades dos estudantes para que, em seguida, sejam formadas turmas com vistas ao reforço escolar.

Sr. Presidente, tenho mais alguma coisa, mas não queria atrapalhar. Se V. Ex^a permitir que faça a publicação por completo, são mais explicações de outros Municípios que desenvolveram um aprendizado mais rigoroso, mais vigoroso, com o entusiasmo dos alunos. Talvez a cidade de V. Ex^a já tenha alcance do telecurso e os prefeitos, por intermédio de V. Ex^a, poderão assinar e ter, sem dúvida alguma, uma melhora de aproveitamento do ensino, principalmente do primeiro e segundo grau.

Agradeço V. Ex^a pela simpatia da tolerância.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR ROMEU TUMA

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, desculpem-me por entrar numa área esquadrinhada com proficiência por nobres colegas entre os quais costumo ver principalmente o excelentíssimo Senador Cristovam Buarque, que conseguiu com seu esforço colocar o tema na pauta de governo. Refiro-me à área da educação. Sinto-me motivado a tanto por dois fatos dos últimos dias, que demonstraram a preocupação pública e particular com a qualidade do ensino praticado em nosso País.

O primeiro fato configura um salto de qualidade numa iniciativa da Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP) em parceria com a Fundação Roberto Marinho. Isto é: o telecurso remodelado para continuar pondo a educação ao alcance de milhares de brasileiros, doutra forma desprovidos de meios para frequentar aulas.

Na companhia dos ilustres Pares Tasso Jereissati e Marconi Perillo, presenciei o lançamento do Novo Telecurso, segunda-feira última, dia 25, no Teatro Popular do Sesi-SP, onde se ombreavam políticos de diferentes facções, como os governadores José Serra do PSDB de São Paulo e Jaques Wagner do PT da Bahia, ao lado de Binho Marques (Acre), Carlos Eduardo de Souza Braga (Amazonas), Marcelo de Carvalho Miranda (Tocantins), Wilma Faria (Rio Grande do Norte) e José Roberto Arruda (Distrito Federal). Juntaram-se aos presidentes da Fiesp, Paulo Skaf, e da Fundação Roberto Marinho, José Roberto Marinho, para prestigiar a luta por um ensino melhor no Brasil.

Houve também assinatura de convênio pelo diretor-presidente da Fundação Padre Anchieta, jornalista Paulo Markun, para que a TV Cultura de São Paulo transmita as aulas. E, patenteando o reconhecimento de que a educação no País vai mal, aqueles líderes políticos estaduais assumiram o compromisso coletivo de obstar o problema, principalmente em relação à defasagem escolar.

Dados fornecidos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, órgão do Ministério da Educação, apontam índices de defasagem entre idade escolar e série efetivamente cursada atingindo 26% no Ensino Fundamental e 46% no Médio. Tal distorção alcança 70% dos corpos discentes em alguns Estados. Como tentativa de resolver o problema, o Novo Telecurso resulta de renovação e ampliação do Telecurso 2000, que já beneficiou mais de 5 milhões de alunos em 27 mil telessalas criadas pelo País afora.

O Presidente da Fiesp ressaltou ser a educação responsabilidade de toda a sociedade e reproduziu a opinião consensual de que “não dá para um país se desenvolver sem ela”. Sua fala foi assim complementada pelo Presidente da Fundação Roberto Marinho: “Temos uma grande responsabilidade sobre a qualidade de ensino em nosso País e o problema de defasagem é particularmente preocupante. Temos em uma mesma sala de aula alunos de 14 anos convivendo com os de 11. Essa convivência não é produtiva. Um estudante de 14 anos, por exemplo, tem outros interesses, além de problema de auto-estima por estar atrasado nos estudos”.

O ex-governador do Acre, Jorge Viana, forneceu um exemplo concreto à platéia ao lembrar: “Quando assumi o governo em 1999, o Acre era considerado o pior estado do País em educação. Mas, com iniciativas como a do Telecurso, conseguimos passar da 27.^a colocação para a 11.^a no ranking”. Diante disso, o governador Jaques Wagner reconheceu que a Bahia está entre os dois piores Estados no “ranking” e afirmou: “Vamos nos espelhar no exemplo do Acre e melhorar nossa posição”.

Por sua vez, o governador Carlos Eduardo de Souza Braga ressaltou ser um grande desafio levar educação a toda a população do Amazonas, um Estado duas vezes e meia maior que a França, repleto de áreas de difícil acesso. Responsabilizou as deficiências educacionais pela degradação da floresta amazônica.

O Novo Telecurso significa dar andamento ao projeto numa trilha de sucesso. As telessalas transformaram o aprendizado em lugares tão distantes e diferentes quanto a floresta no Acre e a periferia do Recife. Por exemplo, reportagem do Jornal Nacional – TV Globo mostrou como as dificuldades impostas pela defasagem idade-série afastaram Jaqueline Trindade, de 21 anos, da escola tradicional por dois anos. Voltou a estudar, atraída pelo jeito dinâmico e divertido de aprender proporcionado pelo Telecurso. Concluírá o Ensino Médio em um ano e três meses. É acrobata e quer seguir fazendo arte, mas com um diploma nas

mãos. E afirma: “Eu queria ter um diploma de professora de circo mesmo. Uma educadora da arte nota dez”.

No Recife, Ewerton Cardoso, de 20 anos, retomou os estudos e qualificou-se para o emprego que tanto almejava. Obteve carteira assinada pela primeira vez e a certeza de que nunca é tarde pra correr atrás do sonho. Acentua: “Se Deus quiser eu vou crescer, fazer uma faculdade para engenharia eletroeletrônica”.

Há 27 mil telessalas espalhadas pelo território nacional e, graças a elas, 5 milhões de brasileiros já puderam reprogramar o próprio futuro. Agora, o telecurso caminha “pari passu” com as transformações que vêm ocorrendo no mundo. Cenários, livros, aulas foram atualizados e cinco novas disciplinas incluídas no currículo do Ensino Médio: filosofia, artes plásticas, música, teatro e sociologia. Os cursos profissionalizantes de gestão de pessoas, projetos de manutenção e administração da manutenção também foram criados.

Outra novidade é a inclusão de alunos portadores de deficiência auditiva, mediante DVDs com legendas e Língua Brasileira de Sinais (Libras). Ao todo, foram produzidas 72 novas aulas e mais de mil passaram por modificações e atualizações. O material didático, totalmente reformulado, terá 43 novos livros. Conteúdo específico está à disposição dos professores em livros para cada uma das disciplinas.

O Novo Telecurso já possui site no endereço www.novotelecurso.org.br para troca de informações entre os participantes. Exibe na Internet fotos, filmes e “making off” das gravações e curiosidades gerais do programa. Há ainda um cadastro dos interessados em obter informações sobre o curso. É nesse site que encontramos mais depoimentos de professores e alunos sobre os resultados do projeto. Por exemplo, Ângelo Assis dos Santos, de Cariacica, assegura:

“Esse projeto mudou a minha vida em muitas coisas, tanto em relação à minha família, quanto aos colegas de trabalho. Também foi bom para o conhecimento, aprendizagem do projeto que é muito bom. Estou muito feliz de estar estudando depois de 30 anos fora da sala de aula e pretendo continuar a estudar para ter mais conhecimento e um futuro melhor.”

Maria Dias dos Reis, aluna da Comunidade EMA, em Quilombos, Goiás, revela:

“Para mim foi a melhor coisa que aconteceu na minha vida, porque sempre sonhei em poder continuar meus estudos. Logo aprendi muitas coisas. Foi uma luz que brilhou no meu caminho. Hoje posso falar que conheço a História do Brasil.”

Luzimar Moreira Paz, aluno da Comunidade Diodema, na mesma região goiana, assegura:

“Eu estava estudando em Terezina de Goiás, porém tive que parar de estudar para trabalhar. Em 2005, comecei a estudar por meio do Telecurso 2000. Aprendi escrever e a ler melhor. Hoje, estou dando aula no município de Cavalcante. A metodologia da tessala – apresentação de trabalhos e participação em grupos – está ajudando no meu desempenho.”

Pois bem, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, através do que acabo de expor temos noção do imenso potencial oferecido pelo telecurso no campo de atividade destinado a delinear o nosso futuro como grande Nação. Configura o esforço conjunto das iniciativas pública e particular para dirimir dificuldades e deficiências próprias de qualquer país continental como o Brasil.

Ainda nesta semana, o Ministério da Educação divulgou ampla pesquisa que denota preocupação em melhorar o ensino oficial com objetivos semelhantes. Parece ter encontrado receitas de sucesso em redes municipais de 37 cidades brasileiras, mediante um estudo elaborado em parceria com o Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância) e a Undime (União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação), sob o título “Redes de aprendizagem – Boas práticas de municípios que garantem o direito de aprender”. Este é o segundo fato que motiva o meu pronunciamento.

Entre as características comuns às redes com bom desempenho, o estudo indicou a valorização da leitura e o acompanhamento rigoroso do aluno. Por exemplo, em Alto Alegre do Pindaré, no interior do Maranhão com 32 mil habitantes, um representante escolar visita a casa do aluno que falta dois dias consecutivos para saber o motivo da ausência. A valorização da leitura foi citada por 29 das 37 redes como fator de sucesso. Segundo o ministro Fernando Haddad, procedimentos como esses influenciaram de fato no aprendizado dos alunos, já que o contexto socioeconômico foi isolado da análise.

O estudo procurou identificar escolas que encontraram soluções para problemas comuns a outras. Como segunda etapa, possibilitará a divulgação das experiências bem-sucedidas como exemplos a ser seguidos, entre eles o de Formosa, em Goiás, que apresenta formação sólida de professores e constitui um foco na aprendizagem.

A metodologia da pesquisa determinou, entre os critérios de escolha, a nota quatro no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), que varia de um a dez. Utilizou igualmente o desempenho acima do esperado em relação a redes com condições socioeconômicas semelhantes. Apenas 103 dos 2.346

sistemas municipais passaram por esses dois filtros. Desses, 37 foram escolhidos de acordo com a representatividade “regional e populacional” e visitados por pesquisadores no final de 2007. Os técnicos ouviram pais, alunos, professores, funcionários e dirigentes municipais.

Embora se destaquem nos contextos socioeconômicos regionais, essas redes não alcançam os padrões encontrados nos países desenvolvidos, que possuem Ideb igual ou maior que seis. Todavia, todas estão acima da média nacional, atualmente de 3,8.

Nas 37 cidades pesquisadas, os técnicos identificaram fatores como planejamento didático e pedagógico, olhar individual sobre o aluno, acesso à educação infantil (0 a 5 anos), valorização da leitura, gestão participativa e ao mesmo tempo exigente, com avaliações dos profissionais, integração entre as escolas da rede municipal e valorização do professor.

Quanto à importância dada à formação dos docentes, há realidades distintas. Enquanto em Sud Menucci, Estado de São Paulo, 92% deles têm nível superior e em Sete Barras – a 251 km da capital paulista – o índice chega a 100%, em Presidente Dutra, Bahia, apresentavam apenas ensino médio completo.

Avaliação dos alunos, recuperação, material didático organizado e formação dos professores são as ações apontadas pelos educadores de Sete Barras como a explicação para os bons resultados apontados pelo MEC nessa cidade paulista de 15 mil habitantes. Os alunos fazem provas mensais e passam por avaliação semestral da prefeitura. Os exames buscam diagnosticar as dificuldades dos estudantes para que, em seguida, sejam formadas turmas com vistas a reforço escolar.

Para organizar o conteúdo a ser ensinado, a prefeitura de Sete Barras optou por um sistema polêmico, isto é, o de apostilas feitas por um grupo privado, o Objetivo. Parte dos educadores do País afirma que o sistema massifica o ensino e prejudica uma formação mais humanista dos alunos. Mas, a Secretária da Educação local, Edna Kabata, declarou à Folha de S. Paulo que, “antes, cada professor definia o que ia ensinar. Agora, tudo está organizado”. Ela ressaltou que os 78 docentes da rede possuem nível superior.

A Escola Municipal Durval de Castro, ainda sem laboratório de informática, teve notas na quarta série superiores aos da oitava do sistema estadual de São Paulo, em português, na Prova Brasil 2005, realizada pelo governo federal. A diretora do estabelecimento, professora Ena Maria de Moraes, diz que “aqui não tem invenção. É giz e lousa, mas tudo está organizado”.

Aluno da quarta série, Vinicius Fujimoto, de 10 anos, afirma não haver problemas para acompanhar as

aulas desde que se dedique às tarefas, pois é grande a quantidade de lições de casa.

A prefeitura paga bônus de acordo com a assiduidade dos docentes, que percebem salário de aproximadamente R\$ 1.000 mensais, além das gratificações. Em 2007, quem não teve nenhuma falta chegou a ganhar quatro salários extras.

Em Sud Menucci, cidade também selecionada pelo MEC, uma torre de 40 metros confere aos moradores acesso gratuito à Internet Banda Larga via rádio. Localizado a 614 km da cidade de São Paulo, o município possui 7.714 habitantes. No dia em que os repórteres lá estiveram, 22 alunos do ensino fundamental da Escola Municipal Professor Victor Pandilha navegavam na internet orientados por uma professora.

Em 2001, 14,1% dos habitantes de Sud Menucci eram analfabetos. Hoje, só chegam a 7,25%, a maioria com mais de 50 anos. A prefeitura buscou convênios com faculdades da região para incentivar a presença dos jovens em cursos técnicos e universitários. Para freqüentar as aulas, o aluno recebe auxílio de 50% da mensalidade, divididos entre o município e a entidade, além de transporte.

Portanto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, encontro motivos de sobra para me entusiasmar com o que presenciei ou li nesta semana. São acontecimentos que renovam minha fé num futuro grandioso para o Brasil, alicerçado na garantia do direito à educação para todos os brasileiros. Além do mais, o lançamento do Novo Telecurso e a superação de óbices pelo ensino municipal, graças à visão e competência de educadores e administradores locais, demonstram que, como diria Geraldo Vandré, quem sabe faz a hora, não espera acontecer.

Muito obrigado.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – V. Ex^a tem a palavra pela ordem.

O Senador Romeu Tuma será atendido na forma do Regimento.

Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Presidente, se V. Ex^a me permitir, eu gostaria de falar em nome da Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – V. Ex^a teve apenas uma antecipação do que este Presidente faria: anunciar o nome de V. Ex^a para falar pela Liderança de apoio do Governo .

V. Ex^a tem a palavra, por cessão de tempo da Líder do Bloco. V. Ex^a dispõe de cinco minutos.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Presidente,

Sr. Presidente, não se justifica, em hipótese alguma, a explosão da dengue em um País como o nosso. E todos nós sabemos como essa situação dramática está se refletindo no exterior, prejudicando a boa imagem que duramente temos conquistado lá fora.

O Brasil acaba de ingressar na lista dos países de alto Índice de Desenvolvimento Social (IDH) e hoje, inegavelmente, é uma as dez potências industriais do mundo. Portanto, não precisávamos estar vivendo essa situação dramática, caótica, por que passa o Rio de Janeiro neste momento e que conta com a minha solidariedade e a de todos os Senadores e Senadoras. Só seremos um país efetivamente desenvolvido quando tais situações não mais se repetirem.

Essa crise no Rio de Janeiro é coisa de país subdesenvolvido, de Estado subdesenvolvido. Temos de reconhecer.

Neste momento, passa a ser crucial a união de esforços e a articulação de iniciativas, para que a situação não transborde e não continue escapando ao controle público. E é igualmente essencial que tomemos consciência de que o Brasil não precisa passar por calamidades como esta.

Foram anunciadas e são bem-vindas iniciativas nas três esferas do Poder Público, ou seja, ações emergenciais no sentido de combate aos males da dengue, e o próprio Ministério da Saúde criou um gabinete de crise para estratégias conjuntas com o Município do Rio de Janeiro, os demais Municípios e o Governo do Estado. A contratação de agentes de saúde está sendo aumentada e também o número de leitos, exclusivamente para atendimentos à dengue. Até o Exército está sendo mobilizado.

Mas a verdade, Sr. Presidente, é que o Rio de Janeiro vive uma epidemia de dengue, e a estrutura sanitária não estava devidamente preparada para isso. O número de casos supera todos os recordes, ao ponto de, neste momento, já termos o maior surto de dengue dos últimos seis anos. O número de mortes supera em cinco vezes aquele ocorrido na última grande epidemia. A velocidade de expansão da doença supera a das epidemias anteriores. Para complicar o quadro, temos o retorno de uma variedade de vírus ausente na região desde os anos noventa.

O mais aterrador nisso tudo, Sr. Presidente, é que a taxa de letalidade, ou seja, de pessoas que morrem, é muito alta. O Diretor da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP), o infectologista Marcos Boulos, argumenta que nunca viu taxa de letalidade tão alta, exceto nas Filipinas, na década de 50.

A taxa de mortalidade, portanto, é chocante, e a maioria dos casos está concentrada na capital fluminense, no Rio de Janeiro – cidade belíssima pelos seus atrativos naturais; pela natureza tão peculiar que deu ao Rio de Janeiro uma das imagens mais lindas da humanidade. Já ocorreram, como se sabe, mais de 100 mortes por suspeita de dengue até agora, mas 54 delas forma confirmadas por exames.

No entanto, acho importante chamar a atenção para um problema estrutural. E peço que me acompanhem no raciocínio. Na metade do século passado, época em que o mosquito, principal vetor da febre amarela, foi erradicado, em que se desdobraram as ações de Oswaldo Cruz, sabemos que, para uma população carioca que não chegava a um milhão de habitantes, o número de agentes sanitários era muitas vezes superior ao atual. Olhe, na época de Oswaldo Cruz tínhamos agentes sanitários em quantidade maior que a de hoje.

O mosquito voltou, agora como vetor não mais da febre amarela mas da dengue, e, no entanto, o número de agentes sanitários não chega a 5% daquele que havia quando a febre amarela foi superada no Rio de Janeiro.

Em outras palavras, Sr. Presidente, o dado é o seguinte: se hoje a Prefeitura do Rio de Janeiro – de César Maia – dispõe de apenas 2,2 mil agentes sanitários para combate ao mosquito, na década de 50, quando o mosquito foi vencido, tínhamos quase 5 mil agentes sanitários – isso mesmo, 5 mil agentes sanitários. Levando em conta o tamanho atual da população carioca, se quiséssemos manter aquela proporção adequada, hoje seriam necessários – sabe quantos agentes? – 43 mil agentes apenas na capital do Rio de Janeiro. A prefeitura dispõe de menos do que 5% desse total. Ou seja, o mosquito está levando uma vantagem incontestável! O mosquito está vencendo o poder público municipal e os demais poderes é bem verdade, mas com mais ênfase no poder municipal nessa guerra. Por outro lado, as verbas de prevenção foram reduzidas nas três esferas de Governo.

Reconheço o empenho atual das autoridades em tentar correr atrás desse prejuízo, ampliando leitos e o número de agentes, mas precisamos ir a fundo. Precisamos, Senadora Ideli Salvatti, aprovar a PEC nº 29, que é imprescindível...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – Em quantos minutos V. Ex^a conclui o seu pronunciamento?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Resta apenas uma página, Sr. Presidente. Mas eu abandono o meu discurso...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – V. Ex^a tem mais três minutos.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Abandono o meu discurso para conceder um aparte ao Senador Augusto Botelho, que me pediu em primeiro lugar; à Senadora Ideli Salvatti, em segundo, e concluirei o meu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – V. Ex^a terá sempre a tolerância e o respeito desta Mesa.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Obrigado, Sr. Presidente, pela sua cordialidade.

O Sr. Augusto Botelho (Bloco/PT – RR) – Senador Antonio Carlos Valadares, V. Ex^a que foi o relator da Emenda nº 29, que garante os recursos da saúde, confundiu-me quando cheguei a esta Casa, pois eu pensava que V. Ex^a fosse médico – lembro-me bem disso –, porque sempre lutava pela saúde. Mais uma vez V. Ex^a está manifestando o seu interesse em defesa da saúde do brasileiro. A nossa epidemia de dengue lá no Rio de Janeiro, em relação à mortalidade dos casos de dengue hemorrágica, está 20 vezes mais do que a admitida pela Organização Mundial de Saúde. Admite-se que, em cem casos de dengue hemorrágica, morra uma pessoa. Admite-se, porque não é para morrer também, não. No caso de dengue, se você cuidar precocemente do paciente, com hidratação e atenção, ele não morre. Então, realmente, houve uma falha do sistema de saúde do Rio de Janeiro – eles vão se penitenciar por isso –, porque não tomaram a atitude correta imediatamente. Ficaria chato para o Ministro intervir no Estado. Mas ele, mais de seis meses antes de estourar essa epidemia, o Ministro Carlos Temporão, fez uma carta de advertência, no Estado do Rio de Janeiro, alertando as autoridades que poderia acontecer uma epidemia dessa monta. Porque existe isso, Senador, nos manuais de combate à dengue, de controle à dengue. Isso não é invenção, esse comitê que eles fizeram lá, com a participação da sociedade civil organizada, do Exército, da Secretaria de Saúde Estadual e Municipal, das entidades e organizações sociais. Isso está nos manuais de combate à dengue. Custaram a tomar iniciativa. O Temporão não poderia meter a mão lá e decidir fazer isso, pois a lei não permite que se faça. Ele desrespeitaria a Federação. Mas foi falta de atenção simplesmente, de assistência à saúde elementar, porque, em qualquer postinho de saúde, com qualquer cadeira com uma coisinha para dar soro, você melhora as condições de uma

dengue hemorrágica, inicialmente. Depois que complica, a coisa fica pesada. Então, V. Ex^a traz o assunto aqui à tribuna para reclamar e reivindicar. Nós temos que ficar alertas para que não aconteça mais isso no Brasil, uma epidemia dessas, em que a mortalidade da doença, que é admitida em 1%, está a 20%. Muito obrigado, Senador.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Agradeço a V. Ex^a pelas palavras abalizadas de um médico, responsável, conhecedor profundo da saúde do nosso País.

A Sra. Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Permite-me V. Ex^a um aparte, Senador Antonio Carlos Valadares?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Ouço o aparte da Senadora Ideli Salvatti.

A Sra. Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Senador Valadares, quero ser bem sucinta. Primeiro, houve uma intervenção, sim, no Rio de Janeiro, quando estava aquele caos – lembra? –, à época em que ainda era o Ministro Humberto Costa. O Governo Federal fez uma intervenção. Os democratas recorreram ao Supremo para retomar o controle dos hospitais; retomaram.

Hoje estamos numa situação difícil. O editorial do JB diz que o Prefeito sumiu.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Onde está você, César Maia?

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Onde está você, César Maia? Veja bem: o Prefeito continua negando que haja epidemia e se recusa a abrir os postos de saúde no final de semana. Hospitais das Forças Armadas estão atuando. Inclusive, vai uma equipe de pediatras de Santa Catarina para lá e creio que também de outros Estados para socorrer os doentes, os atingidos pela dengue. O Prefeito do Rio de Janeiro se recusa a abrir os postos de saúde no final de semana e não aparece. Então, é muito importante esse discurso que V. Ex^a faz. Temos que trabalhar efetivamente pela Emenda 29, mas temos uma emergência no Rio de Janeiro, e a emergência no Rio de Janeiro se trata com ações emergenciais, entre as quais a de abertura dos postos de saúde no final de semana e o retorno do Prefeito.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – V. Ex^a tem toda a razão. Autoridade municipal não pode ausentar-se de uma situação tão grave quanto esta que está vivendo o Rio de Janeiro.

Temos uma subcomissão, se não me engano, Senador Augusto Botelho, na Comissão de Assuntos Sociais, que está tratando deste assunto: dengue. Seria conveniente convidarmos o Prefeito César Maia a vir à subcomissão mostrar sua atuação em relação a

esta crise tão avassaladora que está causando a morte de centenas de pessoas, excluindo-as da vida do nosso País por falta de uma atividade mais específica do Governo Municipal.

O Governo Federal está à disposição para ajudar no que for possível o Governo do Município. Tenho certeza absoluta.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – Parabênzo V. Ex^a pelo seu pronunciamento e entendo que essa disputa de Governo Federal, Estadual e Municipal está prejudicando o povo carioca.

Então, acho uma grande idéia V. Ex^a encaminhar requerimento no sentido de convocarmos ao mesmo tempo o Prefeito César Maia, o Ministro Temporão e o Governador do Rio de Janeiro para se justificarem e se explicarem junto ao Congresso Nacional, especialmente o Senado, e à população do Rio de Janeiro.

É lamentável! Esta disputa política não pode continuar! Está morrendo gente por conta de uma disputa que no meu entender é inócua. Nós precisamos é de solução.

Estamos aqui com um Senador representante do Rio de Janeiro que terá a palavra em seguida a V. Ex^a. E eu entendo que é isto que nós, brasileiros, queremos: o Rio de Janeiro em paz, o Rio de Janeiro com bastante saúde. Para isso eu acho que a idéia de V. Ex^a é extraordinária, Senador Antonio Carlos Valadares, e a oportunidade seria que pudéssemos aqui colocar Governo Federal, Governo Estadual e Governo Municipal para que possamos encontrar a solução.

Parabéns a V. Ex^a.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, eu estou inteiramente de acordo com a proposta adicional de V. Ex^a, não só o Prefeito, porque o ouviremos para saber das dificuldades que ele está vivenciando, mas também o Governo Federal pelos seus órgãos específicos, o Ministro da Saúde, e o Governador do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – O Ministro da Saúde poderá vir, assim como o nosso querido Governador, ex-companheiro nosso aqui da Casa, ou o seu Secretário de Saúde, assim, claro e evidente.

A SRA.. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Senador, peça a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – Tem a palavra V. Ex^a.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Senador Efraim, quero apenas corroborar. A idéia do Senador Valadares é extremamente pertinente, o assunto da dengue já estava mais do que merecendo um debate aprofundado pelo Senado da República. Eu gostaria de

reiterar, inclusive, que nós temos uma epidemia no Município do Rio de Janeiro e, do outro lado da Baía da Guanabara, no Município de Niterói, não tivemos nenhuma morte. Ou seja, qual o motivo de, do lado de cá da Baía, nós já tenhamos ultrapassado mais de cinquenta, sessenta, mortes, e, do outro lado da Baía – V. Ex^a vai me desculpar, mas é administração do PT, eu não posso deixar de registrar – há algo diferente. Alguma coisa aconteceu do outro lado da Baía e não aconteceu do lado de cá.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – Eu não estou preocupado com a administração do PT nem do Democratas, nem do PMDB. Eu, na realidade, estou preocupado com as famílias do Rio de Janeiro, com as mortes que estão ocorrendo no Rio de Janeiro. Não cabe, no meu entender, disputa política, quando se trata de morte de brasileiros que estão sendo prejudicados.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Pela ordem, Senador Efraim Morais.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – Senador, ouço V. Ex^a. Em seguida, o Senador Paulo Duque terá a palavra.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Senador Efraim, eu faço uma pergunta à Liderança do PSDB. Nós temos aqui apenas o Senador Mário Couto. Eu entendo que o partido estará em alguns minutos aqui porque há Ordem do Dia e temos matérias a discutir. Mas o jornalista Ricardo Noblat, agora, às 16h52min, escreve no seu *blog* a seguinte informação: “Foi a Oposição que divulgou dossiê do Governo contra Fernando Henrique Cardoso”. E diz o seguinte “Quem divulgou a parte conhecida do dossiê foi o Senador Alvaro Dias (PSDB – PR), que se recusa a dizer de quem a recebeu”.

Matéria como esta, sendo de Ricardo Noblat, que merece todo o respeito jornalístico, é merecedora de um esclarecimento da direção do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – Com a palavra o Líder do PSDB para fazer o esclarecimento a V. Ex^a.

Senador Paulo Duque, V. Ex^a tem a palavra, como orador inscrito.

Passo a Presidência ao Senador Mão Santa.

O Sr. Efraim Morais, 1º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Paulo Duque, V. Ex^a poderá usar a tribuna pelo tempo que achar conveniente, em respeito à história política de V. Ex^a. Esse Senador da República foi Deputado no período Vargas. Ele conhece e viveu a

história do Brasil e do Rio de Janeiro. Atenção especial e tempo ilimitado serão dados a V. Ex^a justamente agora, quando o Rio de Janeiro é acometido por uma epidemia. No passado, Oswaldo Cruz teve competência para vencer o mosquito, e agora os Governos mostram incompetência para isso. Como médico, quero lhe dizer que, há mais de três anos, eu alertava que tudo isto estava voltando: a dengue, a febre amarela, a malária, a rubéola, a tuberculose. Tudo isso está voltando. V. Ex^a deve ter conhecido Afrânio Peixoto. Durante aquela epidemia de febre amarela e de peste bubônica, dizia o seguinte, no Rio de Janeiro, naquele tempo, Afrânio Peixoto, o primeiro professor de higiene: “A saúde pública no Rio é feita por suor, chuva e urubus”.

Com a palavra V. Ex^a.

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Senador Efraim Morais, a quem já me acostumei a admirar pela sua fidalguia, pela sua maneira lhana de tratar os seus colegas e ilustre Presidente que ora dirige os trabalhos, Senador Francisco de Assis de Morais, conhecido no Brasil inteiro, muito querido na minha cidade, por aquele povo que já se habituou com o seu estilo diferente de oratória parlamentar. É muito bom tê-lo aqui sempre.

Srs. Senadores, quero dizer logo que estimo demais este Parlamento. Aqui vejo todo dia o Brasil. Aqui vejo todo dia o meu querido País, aqui vejo Minas, Rio Grande, São Paulo, o seu Piauí. Aqui vejo, realmente, a nacionalidade de forma permanente, que começa a trabalhar cedo, vai pelas comissões, sem fadiga, com patriotismo. E somos políticos.

O Senador Papaléo Paes é um médico ilustre. Ele preside a Subcomissão de Saúde subdivisão da Comissão Permanente de Assuntos Sociais. Nesta semana, ele reuniu, em convocação especial, quatro sábios em matéria de Medicina, quatro conhecedores eméritos, quatro estudiosos eméritos de saúde pública, de epidemia na Subcomissão de Saúde.

Tive a oportunidade de comparecer a essa reunião. Foi bom, porque o assunto foi febre amarela, Oswaldo Cruz, Vital Brasil, além da contaminação generalizada, que não ocorre só na cidade do Rio de Janeiro, mas no Brasil todo – mais aqui menos ali –, na América do Sul toda, em países europeus e em países asiáticos em grande escala. Mas tudo que ocorre no Rio de Janeiro tem uma dimensão muito diferente e muito especial, porque o Rio é o Rio. Se ocorre um fato no Rio...

Tive a ocasião de conversar com o Dr. Fabiano Pimenta Júnior, que compareceu à Subcomissão;

Com Dr. Jurandir Frutuoso; com Dr. Marcos da Silveira Franco, representante do Ministério da Saúde;

e com Dr. Pedro Luiz Tauil, da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical. Todos eles, figuras eminentes da medicina, da pesquisa e da cura, deram uma contribuição excepcional ao Senado. Só aquilo, com o desdobramento dos trabalhos que serão realizados com esses sábios, valeu muito pela colaboração que deram na ocasião e que darão no futuro.

Ocorreu no Rio, e a pergunta que fiz ao representante do Ministério da Saúde foi: Doutor, quantos óbitos houve – falando em letalidade – até o presente momento em virtude desse mosquito no Brasil inteiro? Ele, que representa o Ministério da Saúde, me disse: “Até o presente momento, houve no Brasil inteiro 84 mortes.” Evidentemente, não deveria ter havido óbito nenhum proveniente desse contágio, mas foi o que ele me respondeu.

A maioria, talvez, provavelmente, tenha ocorrido na cidade do Rio de Janeiro. E por que na cidade do Rio de Janeiro? Por quê? Porque ao lado do Pão de Açúcar, do Corcovado, do Carnaval, há 570 favelas, umas grandes, outras pequenas, onde se concentra a população, ao lado de lagoas, ao lado de lagunas, num ambiente que favorece a proliferação do mosquito. São 570 favelas. Não há, em nenhum lugar do Brasil, essa concentração popular, de trabalhadores, de pessoas que merecem todo o meu respeito, todo o meu apreço. Moram mal. São trabalhadores. E as crianças...

A primeira pergunta o representante do Ministério da Saúde me respondeu: 84 óbitos até anteontem, dia que ele veio à Comissão.

Fiz a segunda pergunta, meu caro Presidente Senador Francisco de Assis. Eis a segunda pergunta que fiz: foi constatado algum caso de dengue nos presídios do Rio de Janeiro, onde se concentram 44 mil internos? Não houve. E por que não houve nenhum caso de dengue entre os presidiários do Estado do Rio de Janeiro?

Essa foi outra pergunta que fiz e ninguém soube responder. Um cochichou com o outro, e nenhuma resposta. São sábios, só fazem isso, só estudam isso, mas não souberam me responder. Fiquei curioso porque essa é uma pergunta curiosa.

Qual é o Professor? Sebastião Viana, uma ilustre figura, professor de Infectologia. Eu gostaria de saber. Com toda franqueza, fiquei curioso porque não houve... E por que esse exagero, esse escândalo? Dizem uns que houve mil casos no Rio, outros que houve dois mil quando no Brasil inteiro houve oitenta e quatro óbitos provenientes do mosquito da dengue quando não deveria ter havido nenhum caso, nenhuma morte.

O que se exige, meu caro Tião Viana, é que sejam bem tratados, pelo menos, no mínimo, os que procuram a rede de hospitais. A grande maioria dos médicos aqui presentes estiveram fazendo cursos no Rio de Janeiro, inclusive o Senador Mão Santa. Especializaram-se no Rio de Janeiro. Formaram-se em escolas de Medicina da cidade do Rio de Janeiro.

Não é de hoje que existe epidemia. Isso é antigo. Está sendo debelado.

Nossos médicos se preocupam. As famílias brasileiras todas se preocupam com o que está ocorrendo.

Mas culpar quem, para colocar na parede e fuzilar? Quem vamos culpar e dizer: esse é o culpado. Alguém é culpado. Alguém tem que pagar. Claro, todos queremos saber isso. E nós, que representamos o Estado do Rio de Janeiro, mais do que qualquer outro, nos preocupamos, choramos, lacrimamos, por causa dessa situação. É lamentável sob todos os aspectos, porque tudo que ocorre no Rio de Janeiro tem uma repercussão mundial – mundial, repito.

(O Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ) – Sr. Presidente, sei que meu tempo está esgotado. Sei também que V. Ex^a tem em geral uma complacência natural com os oradores, mas não sou de abusar, de jeito nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – A Presidência concede mais cinco minutos a V. Ex^a, para concluir seu pronunciamento.

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ) – muito obrigado pela consideração.

Essa iniciativa do Senado de chamar aqui quatro sábios em epidemias, iniciativa que abrange, vamos dizer, os médicos interessados que foram fazer parte dessa reunião, iniciativa do Senador Papaléo Paes e outros médicos distintos da Casa preocupados com o problema, foi o grande passo para o Senado, porque os trabalhos vão se desdobrar, outras reuniões vão se suceder.

E a notícia que tenho é que, a partir de ontem, a coisa está declinando. Depois da congregação, vamos dizer, de forças da sociedade brasileira, de todos os Estados, tão solidários com o Rio de Janeiro, as coisas estão se atenuando, os casos estão diminuindo.

Eu lamento tanto quanto V. Ex^a, Sr. Senador Antonio Carlos Valadares, que os postos de saúde no Município estejam fechados, porque os postos de saúde do Estado estão abertos dia e noite, sábado, domingo e feriado. É obrigação nossa, do Governo, fazer isso e cobrar isso também.

Mas pode estar certo de que as outras entidades, Sr. Presidente, estão começando a colaborar. Ainda antes de ontem, a Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro, entidade do maior respeito, fundada por Anchieta, como tanto bem diz V. Ex^a, Senador Mão Santa, pôs a favor do Governo Federal, ofereceu ao Governo Federal, estadual e municipal, e a todos que estão cuidando desse assunto, mil leitos para atender esta crise que acredito passageira; mil leitos para ajudar no combate à dengue.

E aqui vão meus cumprimentos ao atual Diretor da Santa Casa, Dr. Dahas Zarur, por essa iniciativa séria. O Exército, a Marinha e a Aeronáutica entraram na luta com muito brilho, com muita competência. E vamos vencer essa batalha. Já vencemos outras.

A Santa Casa entrou na luta. Tem cinco hospitais, mais um hospital infantil, mais duas casas de idosos. Mil leitos oferecidos ao Estado para ajudar a combater a dengue!

Mas, ao me despedir desta tribuna, a qual não tinha acesso há algum tempo, tenho certeza absoluta de que o Rio venceu tantas batalhas. Muitas batalhas! Até que o Rio se fundiu com outros Estados. Já imaginaram V. Ex^{as}, que representam os Estados, um Estado se fundir com outro, levar os problemas para o outro Estado, levar soluções, ser capital federal durante tantos anos? Essa é a cidade do Rio de Janeiro, capaz de botar na rua, no dia 31 de dezembro de cada ano, botar na Avenida Atlântica três milhões de pessoas, sem nenhum tipo de acidente ou incidente. Esse é o Rio de Janeiro.

Sr. Presidente Efraim Morais, agradeço a V. Ex^a a gentileza. Sei que V. Ex^a também é solidário com o Rio, como o Senador Mão Santa, que é atualmente o político mais popular na cidade do Rio de Janeiro, e aqui está, sentado ao lado de V. Ex^a.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Paulo Duque, o Sr. Mão Santa, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Efraim Morais, 1º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra pelo art. 14, para responder a indagações do Senador Tião Viana.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – V. Ex^a tem a palavra, pelo art. 14, Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Para explicação pessoal. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, em primeiro lugar,

quero destacar que reconheço no Senador Tião Viana um Parlamentar inteligente e, sobretudo, de grande respeito a seus Pares. E, por essa razão, da forma elegante como ele se pronunciou, eu pretendo também me pronunciar. Em primeiro lugar, para dizer que tenho certeza absoluta de que o Senador Tião Viana não me imagina travestido de James Bond, driblando a segurança do Palácio do Planalto, invadindo o terceiro andar, forjando senhas e bisbilhotando nos computadores do Governo. Certamente, ele entende que essas virtudes hollywoodianas eu não tenho, não possuo.

Não creio ser relevante, nesta hora, discutir se há fonte primária, secundária, se alguém da Oposição mencionou a imprensa.

Da minha parte, na segunda-feira, logo após a circulação da revista *Veja* no domingo, desta tribuna afirmei que tinha visto o dossiê. Eu vi. Outros viram. O dossiê deixou de ser novidade há algum tempo.

O jornalista Cláudio Humberto havia noticiado existir relatório referente a gastos do governo passado.

A **Folha de S. Paulo** divulgou, por volta do dia 17 ou 20 de fevereiro – ou depois disso, mas fazendo referência a essas datas –, que a Ministra Dilma, em São Paulo, afirmava taxativamente: “Não vamos apagar quietos. Estamos fazendo levantamento sobre gastos do governo passado”. A partir desse momento, constatamos que, por ordem da Ministra Dilma Rousseff, no Palácio do Planalto, se elaborava um relatório com gastos efetuados no Governo Fernando Henrique Cardoso.

Por que me questionar agora se sou eu fonte ou se não sou fonte? Creio que não é este o questionamento que se deve fazer neste momento.

Nós é que devemos questionar o Governo. Quando digo nós, digo o povo brasileiro.

É lícito usar a máquina pública para elaborar dossiê contra adversários políticos? Com que objetivo, Senador Arthur Virgílio? Para confundir a opinião pública e insinuar que todos estão no mesmo balaio da indecência? Para intimidar opositores a fim de que percam o entusiasmo quanto à investigação a que devem proceder? O que cabe agora ao Governo não é instituir uma comissão de sindicância para oferecer à opinião pública uma solução que o proteja, é apresentar o responsável maior.

Estamos acostumados a ver que no atual Governo, quando há um escândalo, a primeira tentativa é proclamar que existe o crime, mas não existe o criminoso. Quando os fatos destroem essa alternativa, a segunda é buscar entre coadjuvantes um bode expiatório. Certamente com promessas de premiação futura,

como se anuncia agora que Delúbio Soares poderá ser Deputado Federal nas eleições de 2010.

A impressão que fica para mim é a de que há hierarquia penal no Governo Lula. Não se trata de maioria penal, trata-se de hierarquia penal. Os coadjuvantes podem ser penalizados; os cardeais, jamais. São intocáveis. O baixo clero pode ser penalizado, a elite é intocável no Governo.

Sr. Presidente, com todo respeito ao Senador Tião Viana – e ele foi elegante: apenas pediu esclarecimentos, não me questionou. E eu agradeço pela postura de elegância do Senador Tião Viana –, não admito que o Governo venha me questionar sobre o vazamento dessas informações. Aliás, pelo Palácio do Planalto eu só passo ao largo e na velocidade possível. Há muitos anos não tenho a satisfação de ingressar, de subir a rampa do Palácio do Planalto. Portanto, seria impossível que eu pudesse estar urdindo, no terceiro andar, nas barbas do Presidente Lula, um dossiê contra o governo passado. Que busquem o responsável, mas que não busquem um servidor mais humilde, para jogar sobre seus ombros a responsabilidade por mais esse crime praticado.

A responsável pelo menos se pronunciou, há algum tempo, quando afirmou estar providenciando levantamento sobre gastos do governo passado.

Não creio que compete ao Presidente Lula, que fez declarações na tarde de hoje, repassar responsabilidade à Oposição.

Há, sim, um dossiê. Esse dossiê se tornou de conhecimento público. Quem o vazou está no Palácio do Planalto. Se o objetivo foi intimidar a Oposição, não sei; se foi confundir a opinião pública, pode ser; se foi fogo amigo, não me cabe definir; se há, entre as correntes internas do Partido dos Trabalhadores, um confronto em função das eleições de 2010, não me cabe esclarecer.

O Presidente Lula, surpreendentemente, antecipou o processo eleitoral. Seria normal que a Oposição o fizesse. De forma inusitada, o Presidente Lula antecipa o processo eleitoral e, quem sabe, com isso proporciona essa conflagração interna no seu Governo e nos quadros do seu Partido.

Não responsabilizem a Oposição.

À Oposição cabe denunciar, à Oposição cabe divulgar as mazelas do Governo, à Oposição compete exigir daqueles que governam esclarecimentos sobre eventuais delitos praticados nos seus quadros. E é isso que estamos cobrando do Governo.

Eu me referi a uma nota do jornalista Cláudio Humberto, no **Jornal de Brasília**, divulgada no dia 9 de fevereiro. Portanto, que se armou no Palácio do Planalto uma estratégia para divulgar dados do go-

verno passado, de forma sub-reptícia, como ocorreu, ou não; há algum tempo se sabe através da divulgação da imprensa e, sobretudo, através das conversas nos corredores do Congresso Nacional. E, sobretudo, quando o Líder Romero Jucá e outras Lideranças do Governo articulavam a instalação dessa CPI, ouvia-se muito que um documento estava sendo preparado no Palácio do Planalto.

Para nós não é novidade. Não me cabe, e sei que não foi essa a cobrança do Senador Tião Viana, revelar quem foi o responsável pela divulgação dessa matéria. O que me cabe, Senador Efraim Morais, é, como qualquer cidadão brasileiro, cobrar do Governo esclarecimentos e providências, acima de tudo, em relação a esse fato.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Senador Alvaro Dias, V. Ex^a me permite trinta segundos?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Pois não, Senador Tião Viana.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – Senador Tião, lamentavelmente...

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Só para não usar o art. 14. Serão trinta segundos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Eu gostaria de ceder o aparte ao Senador Tião Viana.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – Vou abrir uma exceção a V. Ex^a, que teria direito pelo art. 14, já considerando que o art. 14 foi encerrado nesta sessão.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a. Senador Alvaro, eu sei que V. Ex^a agiria da mesma maneira diante de uma informação jornalística dessa, partindo de quem partiu. Qualquer Senador nesta Casa que, em respeito ao colega, não pedisse esclarecimento não agiria na responsabilidade do mandato que lhe é outorgado pela sociedade. É só isso. Em nada estou insinuando ou fazendo julgamento, V. Ex^a é sabedor disso.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Respeito V. Ex^a e sei ser do seu dever, ou pelo menos do seu direito, fazer esse questionamento... Eu não diria “fazer questionamento”, mas pedir esses esclarecimentos.

Concluo, Sr. Presidente.

É evidente. O Governo já disse que não quer a presença da Polícia Federal nessa investigação. Obviamente porque uma comissão de sindicância lhe oferece maior conforto em relação a sua conclusão.

O que se deseja é uma conclusão que não coloque mal o Presidente da República, a Ministra Dilma ou qualquer um dos cardeais deste Governo. O que se admite é a penalização de um dos coadjuvantes, jamais de qualquer integrante da elite do Governo.

As versões foram as mais variadas e estapafúrdias, contraditórias. Já no primeiro momento, o Ministro Tarso Genro afirmava não se tratar de dossiê, e sim de “relatório de provimento de fundos”. Ou seja, uma discussão semântica: se é dossiê ou se é relatório.

Depois afirmaram que houve uma recomendação do Tribunal de Contas da União, ou um pedido do Tribunal de Contas da União. O Tribunal desmentiu. Outras versões surgiram, até que, finalmente, o Ministro Múcio, reiteradamente, afirma que há o dossiê. E o próprio Presidente Lula, hoje, não descarta a hipótese, não desmente a afirmação de que se trata de um dossiê. Apenas afirmam que alguém de má-fé elaborou esse dossiê. Não me cabe apontar quem elaborou o dossiê. Não me cabe, também, indicar quem do Palácio do Planalto o fez chegar até ao Congresso Nacional, ou até aos órgãos de imprensa do País. Cabe-me, isto sim, cobrar do Governo providência em relação a mais esse escândalo.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – Sr. Senadores, eu queria fazer antes de conceder a palavra, pela ordem...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra, como Líder do PSDB.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela Liderança do PT.

O SR. WELLINGTON SALGADO (PMDB – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – A Presidência pede um pouco de paciência às Sr^{as} Senadoras e aos Srs. Senadores, porque, antes de conceder a palavra pela ordem, quer fazer o registro da presença em nosso plenário do Senador Miguel Sanguier, Presidente do Senado Paraguaio, que é acompanhado de uma delegação: o Deputado Blas Liano, o Deputado Rafael Filizzola, além do Sr. Fernando Lugo, candidato a Presidente do Paraguai nas próximas eleições. Era o registro que eu tinha a fazer.

Concedo ao Senador Romero Jucá a palavra, pela ordem; em seguida, ao Senador Arthur Virgílio; e depois, à Senadora Ideli Salvatti.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Sr. Presidente, peço a palavra como Líder, por favor.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, eu não quero entrar em debate com o Senador Alvaro Dias. Mas o Senador Alvaro Dias tentou fazer um contorcionismo político para tentar explicar algo que, na verdade, começa a

se delinear como um fato completamente diferente do que foi inicialmente tratado.

O que ouvimos aqui, em outras palavras, foi que o Governo tem um banco de dados, o Governo reafirmou que tinha um banco de dados. Então, o Governo fez um banco de dados sobre as contas do atual Governo e sobre as contas do governo passado e esse banco de dados foi espionado. Temos aqui um fato de espionagem. Alguém espionou e repassou informações sigilosas para serem divulgadas contra o Governo, e o Governo cobra explicações e fará averiguações para descobrir quem praticou esse ato criminoso. Divulgar essas informações foi um ato criminoso.

E, se o Senador Alvaro Dias não quer que se punam inocentes, se amanhã a investigação chegar a alguém que ele ache que é peixe pequeno, ele deveria declinar do nome da pessoa que fez a espionagem e vazou a matéria.

Efetivamente, o que temos aqui é: o Governo tem dados, o Governo não inventou esses dados, o Governo não divulgou esses dados, o Governo ia encaminhar, como encaminhou, para a CPI os dados que não são sigilosos e aguardava a discussão da questão do sigilo na CPMI. E alguém de dentro do Palácio ou de dentro do Governo – não se sabe –, um funcionário, um servidor, pegou esses dados e os repassou, segundo a imprensa, para o Senador Alvaro Dias, a fim de que ele os repassasse à imprensa para publicação.

Nós não vamos cobrar do Senador Alvaro Dias o nome da fonte. Agora, se ele achar amanhã que a investigação do Governo não chegou à pessoa certa, creio que, por questão de consciência, deve dizer ou não para se fazer justiça.

É um fato grave. Assim como vazou essa matéria específica e se fez espionagem nela, pode-se fazer em qualquer outra. Então, esse clima não constrói. A disputa política não tem que ser feita dessa forma. A disputa política deve ser feita de forma diferente. Nós, portanto, repudiamos qualquer afirmativa de que o Governo fez dossiê e insistimos que o Governo foi vítima de uma espionagem, de uma divulgação de um mau caráter, mal feita que desfez o interesse do Governo e efetivamente colocou sob suspeição pessoas que não merecem este tipo de suspeição. São pessoas honradas, trabalhadoras, a começar pela Ministra Dilma e a Secretária Executiva Erenice.

Então, era o registro que eu gostaria de fazer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – Concedo a palavra ao nobre Senador Arthur Virgílio, como Líder.

Dispõe V. Ex^a de cinco minutos, nobre Senador.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estamos nos louvando em matéria do jornalista Ricardo Noblat, que diz algumas coisas tipo:

“O Governo foi obrigado a reconhecer que os dados do dossiê fazem parte, sim, de um banco de dados da Casa Civil. E se apressou em anunciar que nada existe ali capaz de deixar mal o casal FHC.

Esse será mais um nebuloso episódio do Governo Lula destinado a dar em nada.

Ao Governo não interessa apurá-lo – afinal, ele sabe quem mandou montar o dossiê e quem o montou. Funcionário algum da Casa Civil ousa dar qualquer passo sem antes consultar a Ministra Dilma Rousseff. Ela é o ministro mais centralizador do Governo Lula.

A oposição não tem como apurar o episódio. Pediu que a Polícia Federal apurasse, mas o Ministro Tarso Genro, da Justiça, se apressou em garantir que ela não o fará.”

Então, ele diz que “a CPI nasceu morta.”

Sr. Presidente, vamos aqui a alguns fatos. Em primeiro lugar, se esse dossiê bate nas minhas mãos, eu teria feito, antes de mais nada, uma consulta ao Presidente Fernando Henrique Cardoso, sem dúvida alguma. Agora, eu não deixaria de torná-lo público. Ainda há pouco, eu dizia ao Senador Tião Viana que eu dei um prazo a determinado cidadão para tornar público algo que eu estou checando. E ele não se iluda, não. Eu vou dar o nome dele, o sobrenome dele, o nome da empresa, exatamente na linha de quem for podre que se quebre literalmente.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Senador Arthur Virgílio, na linha do que V. Ex^a está afirmando, só quero ler aqui um artigo da Constituição:

“Os Deputados e Senadores não serão obrigados a testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato, nem sobre as pessoas que lhes confiaram ou deles receberam informações.”

Portanto, se a hipótese verdadeira é a de que um Parlamentar municiou a imprensa sobre o vazamento desse dossiê, fez isso sustentado por um dispositivo constitucional.

Não há razão para questionar qualquer Parlamentar sobre se eventualmente ele possa ter encaminhado à imprensa um dossiê que recebera de fontes, é claro, que só podem ser do próprio Governo; aliás, nas barbas do Presidente da República, porque exatamente no terceiro andar do Palácio do Planalto.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a V. Ex^a o tempo necessário para concluir. Chamo a atenção da Casa, Senador José Agripino e Senador Tião Viana, para alguns fatos.

Eu ainda há pouco dizia a V. Ex^a – e não temos segredos – que eu tinha certeza absoluta de que a confecção do dossiê – e era dossiê, sim – se dera sob a guarda da Ministra Dilma, e que eu tinha sérias dúvidas sobre se teria sido ela a divulgar o dossiê. É verdade o que lhe digo agora – acabei de lhe dizer isso, ainda há pouco.

Mas vamos a alguns fatos. “Para Paulo Bernardo, irregularidades devem aparecer apenas em contas tipo B”, ou seja, ele estava sabendo do que estava dizendo.

Na CPI, o Ministro Hage – deixou, e isso a imprensa registrou à farta – deixou veladas ameaças, como “isso aí não é nada, tem coisa pior”, insinuando que seriam coisas do Governo passado. Aqui está: “CGU investiga uso de cartão muito pior que compra de tapioca, diz Ministro”. Visivelmente um quadro de coação.

Há algumas matérias muito relevantes aqui. Há uma do Jornal **O Estado de S. Paulo**...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a V. Ex^a tempo para concluir.

A matéria é de responsabilidade das jornalistas Vera Rosa e Christiane Samarco, intitulada: “Dossiê da Casa Civil contra FHC foi decisão de Governo”. Aí, história toda uma trama, toda uma reunião, todo um e-mail do Secretário de Comunicação da Presidência da República, para organizar isso. Dizem as duas jornalistas que a operação começou em fevereiro, muito antes da CPI.

Então, não vamos, Sr. Presidente, tapar o sol com a peneira. Não vamos! Há um dossiê, sim! Dossiê é diferente de banco de dados. A diferença entre o banco de dados e o dossiê é que o banco de dados é genérico, ele serve para tudo, ele serve para todos, ele é um IBGE em miniatura. Agora, o dossiê é a pincagem de dados que podem servir para chantagem e para diversos fins, inclusive para fins escusos parecidos com chantagem.

Volto a dizer, Sr. Presidente, que, para mim, é muito relevante saber como se fez o vazamento desse dossiê. E o PSDB, numa das suas providências, documento assinado pelo Senador Sérgio Guerra, pede que o PSDB tenha direito a participar da Comissão de Investigação como observador, para ver como está andando a Comissão de Investigação, já que o partido prejudicado foi ele, PSDB.

Em segundo lugar, nós fomos ao Ministério Público, nós fomos ao Senado Federal pedir a convocação da Ministra Dilma Rousseff. E ela pode vir aqui e dizer isso. Ela pode vir aqui e formular acusação a quem ela queira, se ela achar que deve. Não deve escafeder-se da responsabilidade! Não deve esconder-se sob capa qualquer! Deve comparecer aqui, fazer aquilo que se espera de uma pessoa pública, e não se proteger em maioria eventual de CPI qualquer.

Nós fizemos requerimento para participar da Comissão de Inquérito. Fiz um requerimento no Palácio do Planalto, pedindo que o Presidente abrisse suas próprias contas, no dia em que pedi que abrissem as minhas, e o Deputado Jungmann e o Deputado Paulo Renato pediram que abrissem as deles.

Fizemos, Sr. Presidente, requerimento. Anunciamos que recorreremos ao Plenário do Senado Federal em relação a todas as matérias que sejam negadas pela CPI contra a abertura de sigilos, porque abertura de sigilos, convocação de pessoas ilimitadamente, isso é que vai dizer a verdade. Não é a coluna do senhor fulano, não é a declaração do senhor beltrano. É nós investigarmos a fundo e não mantermos aquela coisa monolítica, em que se pede a investigação mais dura e, sistematicamente, uma maioria artificial diz não, não e não a tudo que signifique aprofundar a investigação.

Muito bem, Sr. Presidente, estamos com o requerimento de convocação para a Ministra Dilma Rousseff vir ao plenário do Senado, à Comissão de Constituição e Justiça e à Comissão de Fiscalização e Controle da Casa. Possibilidade de aprovação? Não sei. Se a maioria se portar como se portou a maioria até hoje na CPI, não passará nada. Por outro lado, aqueles que estão hoje se escudando, Sr. Presidente, na maioria da CPI vão ter de expor as suas próprias faces aqui no voto aberto, porque exigiremos votação nominal para tudo isso.

Muito bem, Sr. Presidente. Encaminhei requerimentos a todos os Ministérios pedindo que mandem os seus gastos. Não é preciso caminhão de documento, não; bastam os disquetes. Já falei que fomos ao Procurador-Geral da República. Quando o Presidente da República disser ou não disser o que gastou, espero, aí sim, ter a força que case com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal para pedir ao Supremo que obrigue à abertura de suas compras.

Muito bem. A esta hora, o Presidente Garibaldi Alves está reunido com a Presidenta da CPI e com o Presidente do Tribunal de Contas da União pedindo que os documentos que estão de posse do nosso grande assessor, notável assessor, que é o TCU, não fiquem longe dos olhos do assessorado, o que seria uma in-

versão de valores – o assessorado é o Congresso Nacional e os assessorados são os Congressistas.

Mais: estamos deixando bem claro que não abriremos mão de judicializar esse processo por inteiro. Iremos à Justiça por qualquer razão que tenhamos para ir à Justiça. Mais: estamos estudando se vamos ou não vamos ao Ministro da Justiça para requerer a investigação de tudo isso pela Polícia Federal. Por que talvez não seja bom ir? Eu sou a favor de ir. O Ministro disse que não vale a pena, que não é caso da Polícia Federal. A Polícia Federal disse que não é caso de ela fazer isso, e eu a tenho visto tão ativa em outros episódios.

Vamos ser bem claros também, Sr. Presidente; estamos indo, na próxima semana, à Procuradoria-Geral da República para pedir o enquadramento da Ministra Dilma Rousseff em crime de responsabilidade, porque, quando respondeu ou fingiu fazer a resposta ao meu requerimento de informações de 2005, ela disse que estava fazendo uma coletânea de dados, mas não deu os números que o Senador Arthur Virgílio havia requerido a ela. Então, ela desrespeitou, mais do que o Senador, o Senado da República. Ela não respondeu e tinha os dados. Se os sonegou ao Senador requerente, em resposta a requerimento aprovado pelo Congresso Nacional, ela incorreu em crime de responsabilidade. Eu pedirei e o meu Partido pedirá o enquadramento dela nessa categoria.

Portanto, Sr. Presidente, devo dizer, com muita clareza, que não temos dúvida de que a verdade aparecerá de maneira muito tranqüila. Ouvi aqui a ginástica para tentar inverter os papéis que fez o Senador Romero Jucá, habilidoso, experimentado, Líder há não sei quantos governos. Eu vi.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – Senador Arthur Virgílio, para concluir.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Concluirei, Sr. Presidente. É que o assunto é tão relevante que gostaria que não ficássemos tão presos ao relógio.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – V. Ex^a já teve mais cinco minutos além do tempo regimental.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Peço a V. Ex^a mais um pouco de paciência, Sr. Presidente, para concluir. Estou, de fato, arrematando.

Não se torce a verdade assim, não. Há um dossiê, admitido pelo Ministro Múcio. O que se discute agora é como vazou e como não vazou. O Ministro Múcio diz “há o dossiê.” Ele diz que tem certeza de que há o dossiê e, ao mesmo tempo, que tem certeza de que o dossiê não foi feito pelo Governo, que o Governo fez um banco de dados. Chegaram os jornais a dizer, de

maneira ridícula, que um “tucano” teria, então, invadido o Palácio do Planalto e feito algo que, sinceramente, vai mais para os filmes de Spielberg e fica muito longe da realidade.

Portanto, precisamos saber se, na sessão de amanhã – e quero saudar aqui a presença ilustre e sempre estimável do Deputado Luiz Sérgio, que é o Relator da CPMI que trata da questão dos cartões corporativos, quero saudar a sua presença, honrosa para nós –, quero dizer, com muita nitidez, que amanhã nós gostaríamos de ver definido se a CPI quer ou não quer convocar as pessoas todas, se quer ou não quer transferir os sigilos, se ela vai simplesmente dizer não a todos os pedidos mais delicados – e aí estaria varrendo as coisas duvidosas todas para baixo do tapete – ou se nós vamos, de fato, dar a satisfação que a sociedade está a esperar. Uma coisa bem simples, bem simples mesmo.

Interessa, sim, saber quem vazou, e vazou o documento é um crime. E outro crime foi a confecção de um dossiê. É diferente de banco de dados. E eu gostaria muito de saber se as pessoas mais elevadas da República, que já tiveram antecedentes daquele dossiê criminoso de Hamilton Lacerda, Lorenzetti e outros que tais, se essas pessoas estão de novo recorrendo a uma prática que, a meu ver, ameaça e ameaça de rijo a democracia deste País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)

– Antes de conceder a palavra à Senadora Ideli, como Líder, e, em seguida ao Senador José Agripino, esta Presidência vai iniciar a Ordem do Dia.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Não havendo entendimento das Lideranças, evidentemente não teremos Ordem do Dia.

Está encerrada a Ordem do Dia.

São os seguintes os itens os itens da Ordem do Dia transferidos para a sessão deliberativa ordinária de amanhã, quinta-feira, dia 3 de abril:

1

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 402, DE 2007

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 402, de 2007, que *abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de um bilhão,*

seiscentos e quarenta e seis milhões, trezentos e trinta e nove mil, setecentos e sessenta e cinco reais, para os fins que especifica.

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 22.2.2008)

Prazo final (prorrogado): 6.5.2008

2

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 5, DE 2008

(Proveniente da Medida Provisória nº 403, de 2007)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 5, de 2008, que *dispõe sobre o exercício da atividade de franquias postal, revoga o § 1º do art. 1º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 403, de 2007).*

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 23.2.2008)

Prazo final (prorrogado): 7.5.2008

3

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 6, DE 2008

(Proveniente da Medida Provisória nº 404, de 2007)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 6, de 2008, que *altera o art. 41-A da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, modificando a data de pagamento dos benefícios da Previdência Social (proveniente da Medida Provisória nº 404, de 2007).*

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 9.3.2008)

Prazo final: 23.3.2008

4

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 11, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno.)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 84, de

2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator ad hoc: Senador Antonio Carlos Júnior), que *aprova a Programação Monetária para o quarto trimestre de 2007*.

5

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 48, DE 2003

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação*.

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator ad hoc: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de subemenda que apresenta.

6

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 38, DE 2004

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que *altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar*.

Pareceres sob nºs 1.058, de 2006, e 1.185, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), contrário.

7

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 50, DE 2006

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador

Paulo Paim, que *inclui o art. 50-A e altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto parlamentar*.

Pareceres sob nºs 816 e 1.186, de 2007 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 1, de Plenário) Relator ad hoc: Senador Flexa Ribeiro, pela aprovação parcial, nos termos da Subemenda-CCJ (Substitutivo), que oferece.

8

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 86, DE 2007

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que *altera o § 2º do art. 55 da Constituição Federal (determina o voto aberto para a perda de mandato de Deputados e Senadores)*.

Pareceres sob nºs 817 e 1.187, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta), Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2-Plen), Relator ad hoc: Senador Flexa Ribeiro, favorável, com Subemenda, que apresenta.

9

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 57, DE 2005

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que *dá nova redação ao § 4º do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados*.

Pareceres da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sob nºs

– 779, de 2006, 1º pronunciamento (sobre a Proposta): Relator: Senador Ramez Tebet, favorável;

– 272, de 2007, 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 1-Plen): Relator: Senador Adelmir Santana, favorável, com a Emenda nº 2-CCJ, de redação; e

– 100, de 2008, 3º pronunciamento (em reexame, nos termos do Requerimento nº 128, de 2008), Relator Senador Adelmir Santana, ratificando seus pareceres anteriores, apresentando, ainda, as Emendas nºs 3 e 4-CCJ.

10

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 20, DE 1999

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.*

Parecer sob nº 478, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; e pela rejeição das demais matérias que tramitam em conjunto, com votos contrários dos Senadores Sibá Machado, Eduardo Suplicy, Epitácio Cafeteira, Antônio Carlos Valadares, Pedro Simon, Romero Jucá, e das Senadoras Serys Slhessarenko, Lúcia Vânia e, em separado, do Senador Aloizio Mercadante e da Senadora Patrícia Saboya.

11

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 18, DE 1999

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição

nº 18, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá, que *altera a redação do art. 228 da Constituição Federal.*

12

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 3, DE 2001

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.*

13

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 26, DE 2002

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 26, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Iris Rezende, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, para reduzir a idade prevista para a imputabilidade penal, nas condições que estabelece.*

14

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 90, DE 2003

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 90, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Magno Malta, que *inclui parágrafo único no artigo 228, da Constituição Federal, para considerar penalmente imputáveis os maiores de treze anos que tenham praticado crimes definidos como hediondos.*

15

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 9, DE 2004**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 90, de 2003)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Papaléo Paes, que *acrescenta parágrafo ao artigo 228 da Constituição Federal, para determinar a imputabilidade penal quando o menor apresentar idade psicológica igual ou superior a dezoito anos.*

16

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2000**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2000 (nº 885/95, na Casa de origem), que *estabelece diretrizes gerais de programa nacional de habitação para mulheres com responsabilidade de sustento da família.*

Parecer sob nº 437, de 2007, da Comissão Diretora, Relator: Senador Gerson Camata, oferecendo a redação do vencido.

17

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 6, DE 2003**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003 (nº 2.820/2000, na Casa de origem), que *altera os arts. 47 e 56 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. (Dispõe sobre a administração e o conselho fiscal das sociedades cooperativas).*

Parecer sob nº 95, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Efraim Moraes, oferecendo a redação do vencido.

18

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 26, DE 2000**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 26,

de 2000, que *altera a Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, para tratar do comparecimento do Presidente do Banco Central do Brasil na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal e para extinguir a obrigatoriedade de apresentação da programação monetária trimestral e a vinculação legal entre emissão de moeda e reservas cambiais.*

Parecer sob nº 66-A, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Flexa Ribeiro, oferecendo a redação do vencido.

19

**SUBSTITUTIVO DA CÂMARA AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 57, DE 2001**

Discussão, em turno único, do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 57, de 2001 (nº 5.270/2001, naquela Casa), que altera o art. 36 do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca e dá outras providências.

Pareceres sob nºs 1.345 e 1.346, de 2007, das Comissões

– de Agricultura e Reforma Agrária, Relator: Senador João Durval, favorável, com as adequações redacionais propostas; e

– de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator **ad hoc**: Senador Renato Casagrande, favorável.

20

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 22, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 2003 (nº 5.120/2001, na Casa de origem), que *dispõe sobre as atividades das Agências de Turismo.*

Pareceres sob os nºs 1.049 e 1.050, de 2007, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável com as Emendas nºs 1 a 12 – CCJ, que apresenta; e

– de Desenvolvimento Regional e Turismo, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, favorável com as Emendas nºs 13 a 18 – CDR, a Subemenda nº 1 – CDR à Emenda nº 9 – CCJ, e pela aprovação das Emendas nºs 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 11 e 12 – CCJ.

21

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2003 (nº 5.657/2001, na Casa de origem), que *acrescenta dispositivo à Lei n.º 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB (prescrição em cinco anos da ação de prestação de contas do advogado para o seu cliente, ou de terceiros por conta dele).*

Parecer favorável, sob nº 1.162, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

22

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 75, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2004 (nº 1.071/2003, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 10.334, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a obrigatoriedade de fabricação e comercialização de lâmpadas incandescentes para uso em tensões de valor igual ou superior ao da tensão nominal da rede de distribuição, e dá outras providências.*

Parecer favorável sob nº 87, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Delcídio Amaral.

23

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 24, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2005 (nº 4.465/2001, na Casa de origem), que altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 (inclui novo trecho na Relação Descritiva das rodovias no Sistema Rodoviário Nacional).

Parecer favorável, sob nº 1.534, de 2005 da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Relator *ad hoc*: Senador Rodolpho Tourinho.

24

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 103, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2005 (nº 45/99, na Casa de origem), que *veda a exigência de carta de fiança aos candidatos a empregos*

regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

Parecer sob nº 198, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que apresenta.

25

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 111, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 111, de 2005 (nº 3.796/2004, na Casa de origem), que *dispõe sobre a Política Nacional de Orientação, Combate e Controle dos Efeitos Danosos da Exposição ao Sol à Saúde e dá providências correlatas.*

Pareceres sob nºs 603 e 604, de 2007, das Comissões:

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Magno Malta, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2–CCJ, de redação, que apresenta; e

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Papaléo Paes, favorável, nos termos da Emenda nº 3–AS (Substitutivo), que oferece.

26

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 118, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2005 (nº 1.153/2003, na Casa de origem), que *modifica o inciso II do caput do art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (dispõe sobre o aproveitamento de matérias cursadas em seminários de filosofia ou teologia).*

Parecer sob nº 924, de 2006, da Comissão de Educação, Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves, favorável, nos termos da Emenda nº 1–CE (Substitutivo), que oferece.

27

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 1, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2006 (nº 1.696/2003, na Casa de origem), que *altera o § 2º do art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde (acrescenta o planejamento familiar nos casos de cobertura*

dos planos ou seguros privados de assistência à saúde).

Parecer favorável, sob nº 145, de 2007, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

28

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 2, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2006 (nº 1.984/2003, na Casa de origem), que *altera o inciso XIII do caput do art. 7º da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 (inclui as normas técnicas como obras protegidas pela legislação dos direitos autorais).*

Parecer favorável, sob nº 376, de 2006, da Comissão de Educação, Relator: Senador Roberto Saturnino.

29

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 4, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2006 (nº 4.730/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação aos arts. 830 e 895 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (dispõe sobre a autenticidade de peças oferecidas para prova no processo trabalhista e sobre o cabimento de recurso ordinário para instância superior).*

Parecer favorável sob o nº 697, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator Senador Eduardo Suplicy .

30

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 11, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2006 (nº 2.822/2003, na Casa de origem), que *acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a boa-fé nas relações de trabalho.*

Parecer sob nº 542, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1–CAS (Substitutivo), que oferece.

31

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2006 (nº 819/2003, na Casa de origem), que *denomina “Rodovia Ministro Alfredo Nasser” a rodovia BR-174, entre a cidade de Cáceres – MT e a fronteira com a Venezuela.*

Parecer sob o nº 1.175, de 2006, da Comissão de Educação, Relator *ad hoc*: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CE, que oferece.

32

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 43, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 2006 (nº 4.505/2004, na Casa de origem), que *dispõe sobre o reconhecimento do dia 26 de outubro como Dia Nacional dos Trabalhadores Metroviários.*

Parecer favorável, sob nº 926, de 2006, da Comissão de Educação, Relator: Senador Paulo Paim.

33

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 90, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 2006 (nº 6.248/2005, na Casa de origem), que *acrescenta o § 3º-C ao art. 30 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências (determina que cartórios de registros públicos afixem, em locais de fácil leitura e acesso, quadros contendo os valores das custas e emolumentos).*

Parecer favorável, sob nº 1.163, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Valter Pereira.

34

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2007 (nº 1.791/1999, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional dos Surdos.*

Parecer favorável, sob nº 979, de 2007, da Comissão de Educação, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns.

35

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2007 (nº 3.986/2004, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional do Vaqueiro*.

Parecer favorável sob o nº 722, de 2007, da Comissão de Educação, Relator *ad hoc*: Senador Valter Pereira.

36

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 42, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2007 (nº 1/2007, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dispõe sobre o valor do salário mínimo a partir de 2007 e estabelece diretrizes para a sua política de valorização de 2008 a 2023*.

Pareceres sob nºs

– 601, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Osmar Dias, favorável; e

– 93, de 2008, da Comissão de Assuntos Sociais (em audiência, nos termos do Requerimento nº 958, de 2007), Relator: Senador Valdir Raupp, favorável, com a Emenda nº 1 – CAS, que apresenta.

37

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 30, DE 2003

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003)

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003, de autoria do Senador Sérgio Cabral, que acrescenta artigos à Lei nº 8.078/90 – Código do Consumidor, obrigando a comunicação prévia da inclusão do consumidor em cadastros, bancos de dados, fichas ou registros de inadimplentes, e obrigando os fornecedores de bens e serviços a fixar data e turno para a entrega de bens e prestação de serviços.

Parecer sob nº 288, de 2007, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Gerson Camata, favorável ao Projeto com a Emenda nº 1–CMA, e subemenda que apre-

sentia; e contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, que tramita em conjunto.

38

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 306, DE 2003

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003)

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)

Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, de autoria do Senador Valmir Amaral, que acrescenta artigo à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), tipificando como crime a manutenção de informações negativas sobre consumidor em cadastros, banco de dados, fichas ou registros por período superior a cinco anos.

39

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 169, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 7, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que altera dispositivo da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.

Parecer sob nº 459, de 2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1–CDH (Substitutivo), que oferece.

40

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 140, DE 2007 – COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1–CCJ, que apresenta; 2º

pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda, que oferece.

41

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 277, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 9, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2007, de autoria do Senador Flávio Arns, que acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para definir condições de qualidade da oferta de educação escolar para crianças de cinco e seis anos de idade.

Parecer sob nº 874, de 2007, da Comissão de Educação, Relator: Senador Wilson Matos, favorável, nos termos da Emenda nº 1–CE (Substitutivo), que oferece.

42

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 702, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 702, de 2007, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito do Apagão Aéreo, que altera a Lei nº 7.565, de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para prever a divulgação da lista de passageiros nos casos de acidentes aéreos.

43

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 703, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 703, de 2007, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito do Apagão Aéreo, que altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para dispor sobre a distribuição de horários de pouso e decolagem (slots) em aeroportos congestionados.

44

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 704, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 704, de 2007, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito do Apagão Aéreo, que altera a Lei nº 6.009, de 26 de dezembro de 1973, que dispõe sobre a utilização

e a exploração dos aeroportos, das facilidades à navegação aérea e dá outras providências; e o Decreto-Lei nº 1.896, de 17 de dezembro de 1981, que dispõe sobre a utilização de instalações e serviços destinados a apoiar e tornar segura a navegação aérea; e revoga a Lei nº 7.920, de 12 de dezembro de 1989; a Lei nº 8.399, de 7 de janeiro de 1992; e a Lei nº 9.825, de 23 de agosto de 1999, para desonerar as tarifas aeroportuárias e aeronáuticas e autorizar a sua graduação conforme o grau de saturação e o horário de utilização dos respectivos serviços.

45

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 32, DE 2008

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que altera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, para introduzir critérios relacionados com as mudanças climáticas globais no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos com horizonte de operação superior a vinte e cinco anos.

46

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 33, DE 2008

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que dispõe sobre a Redução Certificada de Emissão (RCE) (unidade padrão de redução de emissão de gases de efeito estufa).

47

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 34, DE 2008

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 34, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que dispõe sobre a concessão de subvenção à implementação de Servidão Florestal, de Reserva Particular do Patrimônio Natural e de reserva legal, e sobre a possibilidade de recebimento da subvenção na forma de abatimento de dívidas de crédito rural.

48

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 35, DE 2008

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 35, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que altera dispositivo da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para viabilizar o acesso, ao Sistema Elétrico Interligado Nacional, dos autoprodutores de energia elétrica.

49

PARECER Nº 106, DE 2008

Discussão, em turno único, do Parecer nº 106, de 2008, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns, concluindo favoravelmente à Indicação nº 2, de 2007, da Senadora Serys Slhessarenko, que sugere à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, por seu intermédio, à Subcomissão de Trabalho Escravo, para analisar todas as matérias que tratem do tema e que se encontram em tramitação na Casa.

50

REQUERIMENTO Nº 1.302, DE 2004

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.302, de 2004, da Senadora Serys Slhessarenko, solicitando a instituição, no âmbito do Senado Federal, da Semana de Ciência e Tecnologia, a ser celebrada anualmente no mês de outubro, com o objetivo de mobilizar a população brasileira para questões científicas.

Pareceres favoráveis, sob nºs 448 a 451, de 2007, das Comissões de Educação, Relator: Senador Juvêncio da Fonseca; de Assuntos Sociais, Relator: Senador Cristovam Buarque; de Serviços de Infra-Estrutura, Relator *ad hoc*: Senador Eduardo Azeredo; e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, Relator: Senador Valter Pereira.

51

REQUERIMENTO Nº 778, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 778, de 2007, iniciativa da Senadora Kátia Abreu, solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, à Comissão de

Agricultura e Reforma Agrária, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos encontra-se esgotado.

52

REQUERIMENTO Nº 914, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 914, de 2007, do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2007, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado.

53

REQUERIMENTO Nº 1.242, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.242, de 2007, do Senador Arthur Virgílio, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2007—Complementar, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.

54

REQUERIMENTO Nº 1.494, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.494, de 2007, do Senador Sérgio Zambiasi, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2006, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria.

55

REQUERIMENTO Nº 1.495, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.495, de 2007, do Senador Geraldo Mesquita Júnior, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 510, de 1999, e 505, de 2007, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria.

56

REQUERIMENTO Nº 115, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 115, de 2008, do Senador Cícero Lucena e outros Senhores Senadores, solicitando a criação de Comissão Temporária Externa, composta por cinco membros titulares e igual número de suplentes, para, no prazo de doze meses, acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco.

57

REQUERIMENTO Nº 158, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 158, de 2008, do Senador Flexa Ribeiro, solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 29, de 2003, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária.

58

REQUERIMENTO Nº 175, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 175, de 2008, do Senador Marconi Perillo, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 121 e 156, de 2007-Complementares, com o Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2007-Complementar, por regularem a mesma matéria.

59

REQUERIMENTO Nº 176, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 176, de 2008, do Senador Flexa Ribeiro, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 303, de 2005, com os Projetos de Lei do Senado nºs 370, de 1999; 145, de 2000; e o Projeto de Lei da Câmara nº 151, de 2001, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria.

60

REQUERIMENTO Nº 186, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 186, de 2008, do Senador Expedito

Júnior, solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Senado nº 210, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

61

REQUERIMENTO Nº 199, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 199, de 2008, do Senador Romero Jucá, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 7, de 2005 e 17, de 2006-Complementar, com os Projetos de Lei do Senado nºs 129 e 183, de 2003 e 291, de 2005, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria.

62

REQUERIMENTO Nº 210, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 210, de 2008, do Senador Aloizio Mercadante, solicitando que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2004, que tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 187, 2002; 44, de 2004; e 113, de 2006; além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos.

63

REQUERIMENTO Nº 247, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 247, de 2008, do Senador Paulo Paim e outros Senhores Senadores, solicitando, nos termos do art. 336, inciso III, do Regimento Interno, urgência para o Projeto de Lei do Senado nº 296, de 2003.

64

REQUERIMENTO Nº 248, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 248, de 2008, do Senador Paulo Paim, solicitando a dispensa do parecer da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o Projeto de Lei do Senado nº 58, de 2003, cujo prazo encontra-se esgotado.

65

REQUERIMENTO Nº 256, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 256, de 2008, do Senador Romero Jucá, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 280, de 2004; 132, 191 e 467, de 2007, com o Projeto de Lei do Senado nº 167, de 2003, que já se encontra apensado aos de nºs 210, de 2003; 75 e 323, de 2004; e 87, de 2005, por versarem sobre a mesma matéria.

66

REQUERIMENTO Nº 341, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 341, de 2008, de iniciativa da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, *solicitando a criação de Comissão Temporária Externa, composta por três membros, destinada a representar o Senado Federal na Conferência Mundial da Paz que ocorrerá em Caracas, Venezuela, entre os dias 8 e 13 de abril de 2008.*

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – Volto a palavra ao plenário, concedendo a palavra a V. Ex^a, Senadora Ideli, em seguida ao Senador Agripino e, depois, ao Senador Wellington.

Depois V. Ex^a terá a palavra pela ordem, Senador Sérgio Guerra.

Peço à assessoria que faça a ordem de inscrição.

Senadora Ideli, V. Ex^a tem a palavra por cinco minutos, com a devida tolerância desta Mesa.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Como Líder. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, há duas matérias no dia de hoje que ensejam o debate que estamos realizando neste momento.

A primeira é do jornal **O Globo**, de autoria dos jornalistas Adriana Vasconcelos e Gerson Camarotti, com o seguinte título “Dossiê chegou ao Congresso antes de CPI”. Lá pelas tantas, na matéria está dito o seguinte: “...mas nessas conversas reservadas, o Senador Alvaro Dias sempre evitou falar sobre a origem do dossiê. Disse que recebeu o relatório nos corredores do Congresso ‘no período em que o Governo e Oposição estabeleceram o embate pela criação da CPI.’” A outra matéria é do Blog do Noblat que diz “quem divulgou a parte conhecida do dossiê foi o Senador Alvaro Dias. Ele se recusa a dizer de quem a recebeu”.

Portanto, esse documento, esses papéis em que há dados de despesas sigilosas, protegidas por sigilo, do cargo, da função de Presidente da República no período em que governou este País o Sr. Fernando Henrique Cardoso, isso circulava aqui. Não adianta o PSDB querer apresentar requerimento para acompanhar a comissão de sindicância, dizendo que precisa acompanhar, porque está na mão do PSDB, está na mão do Senador Alvaro Dias dizer quem é que lhe mostrou o documento, quem é que lhe deu o documento, quem é que lhe forneceu esses dados, que, conforme ele mesmo declarou em reportagem, já estavam circulando aqui na época do debate da CPI, portanto em fevereiro. Em fevereiro!

Portanto, se queremos, efetivamente, trazer essa situação e passar isso a limpo, está nas mãos... Até porque o artigo constitucional que o Senador Alvaro Dias leu, dando o direito de se recusar a esclarecer de onde veio, é uma prerrogativa que ele tem e usa se quiser. Ele não é obrigado. Ele não é obrigado a preservar a fonte. Portanto, é uma exigência, sim, e não pode ser diferente. Se queremos que esse assunto seja definitiva e cabalmente esclarecido, está agora nas mãos e no poder do Sr. Alvaro Dias dizer quem andava circulando, quem tinha os documentos, documentos que chegaram às suas mãos.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Permita-me um aparte, Senadora?

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Pois não, Senador Alvaro.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Primeiramente, quero dizer que não confiro à Senadora Ideli Salvatti o direito de me questionar. Eu creio que tenho o dever de exercitar na sua plenitude o mandato parlamentar. E V. Ex^a afirmou bem: circulava já pelos corredores do Congresso Nacional em fevereiro. Já repeti aqui, no dia 9 de fevereiro: houve uma divulgação na coluna de Cláudio Humberto. Se eu soubesse, Senadora Ideli, quem vazou a informação do Palácio do Planalto, eu diria, eu denunciaria. Ocorre que eu não sei. Sei quem é o responsável maior, isso eu sei. Responsável maior é quem comanda a chefia da Casa Civil, a D. Dilma Rousseff, que declarou, em São Paulo, já em fevereiro também, que estava providenciando um levantamento sobre gastos do governo passado. Eu não disse que foi ela a responsável pelo vazamento. Eu disse que ela é responsável por administrar o setor, porque nós estamos acostumados já, no atual Governo, a ver os cardeais, aqueles que integram a elite governamental repassando responsabilidades. Nunca assumem, nunca viram, não sabem absolutamente nada e repassam responsabilidades. Creio que é o momento para mudar esse comportamento. Não creio que fique bem

para o Governo buscar responsáveis menores, quando há responsáveis maiores, que devem assumir por inteiro a responsabilidade das funções que exercem. Fica muito confortável ser Ministro de Estado e não ter responsabilidade alguma. O responsável é sempre o servidor, o subalterno, o coadjuvante. Se eu soubesse, Senadora Ideli, quem foi eu diria que do Palácio do Planalto vazaram essas informações. Não sei quem vazou as informações, mas, repito, sei quem é o responsável por aqueles que eventualmente possam estar incluídos entre os suspeitos de terem vazado essas informações.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, pediria um pouco de paciência, até porque concedi o aparte ao Senador Alvaro Dias, mas nenhum papel voa. Até pode voar um pouquinho se houver uma janela aberta. Agora, se teve papel circulando aqui, como está declarado, alguém portava esses papéis, alguém tinha esses tais documentos na mão, e o Senador Alvaro Dias foi lá na tribuna e reconheceu que viu. Não só viu, como está aqui nas declarações à imprensa, como teve acesso – e digo mais –, que tomou...

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – A Senadora não viu? A Senadora não viu?

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Eu não vi. Aliás, seria importantíssimo perguntar quem mais viu? Quem mais viu?

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Integrou aí a seleção dos que não vêm nada, não vêm nada.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Eu não vi. Quem mais viu? É uma boa pergunta. Quem mais viu? Qual outro Senador ou Senadora viu esses documentos? É interessante porque reconhece de público que viu e tomou providências, porque há requerimentos de autoria do Senador Alvaro Dias que foram apresentados antes inclusive das reportagens dos tais vazamentos, na CPI, com data anterior.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Exatamente. No cumprimento do meu dever.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Portanto, Senador Alvaro Dias, V. Ex^a vai me desculpar, mas não só V. Ex^a viu, tomou conhecimento, como atuou.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – E confessei que vi e tomei conhecimento.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – E atuou fruto daquilo que viu.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Não se trata de ser dedo-duro ou de não ser dedo-duro. Trata-se de saber ou não saber quem vazou.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, gostaria que preservasse a minha palavra.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Senador Alvaro Dias, pediria a V. Ex^a um pouco de...

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Eu agradeço à Senadora Ideli, que me concedeu o aparte.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Até porque, Senador Romeu Tuma, o banco de dados era de conhecimento oficial da Liderança do PSDB em 2005. Atendendo a um requerimento de pedido de informação, a Casa Civil informou ao Senador Arthur Virgílio que um banco de dados estava sendo organizado, para se ter todas as informações necessárias. Portanto, o banco de dados era de total conhecimento da Oposição.

Mas, se há algo que circulou aqui dentro, que serviu de base para atuação e para requerimentos, como nós podemos saber de onde veio o vazamento? A melhor maneira de saber de onde veio o vazamento é saber quem é que carregava os documentos. Por isso, não adianta acompanhar a Comissão de Sindicância. Se quiser esclarecer, tem de dar nome a quem estava aqui dentro do Congresso, do Senado, com os documentos. Isso é o que é importante neste momento, se a gente quiser... E não adianta...

(Interrupção do som)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Senadora, eu pedira que V. Ex^a...

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Eu já vou concluir.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Por favor...

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Eu só quero o mesmo tempo do Arthur Virgílio... Só isso!

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Então, já passou...

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Não, não passou. V. Ex^a nem concedeu aparte, e eu concedi quase metade de meu tempo ao Senador Alvaro Dias.

Portanto, é muito importante se a gente quiser esclarecer mesmo, para valer! Porque é muito cômodo... A Ministra Dilma Rousseff tem responsabilidade, sim! Ela estava cumprindo a sua responsabilidade quando organizou o banco de dados; quando informou, inclusive, acionada pela Oposição, que esse banco de dados estava acontecendo. Agora, se há um documento... Pois não há vento suficiente que traga da Casa Civil ao Senado. Alguém trouxe! E o Senador Alvaro Dias sabe quem trouxe! E, se há mais algum Senador sabe quem trouxe, tem a obrigação de dar os nomes, mesmo que a Constituição lhe faculte não dar se quiser. Agora, não venha, nessa situação, dizer: "Eu não tenho nada a ver com o vazamento, eu não sei como é que vazou,

eu não sei”, porque inclusive tomou providências, fez requerimento com base nas informações.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Senadora Ideli, nomeie-me para a comissão de sindicância que eu ajudo a achar. Nomeie-me para a comissão de sindicância.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – V. Ex^a sabe quem trouxe, portanto, dê nomes.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Eu aceito a incumbência de participar da comissão de sindicância.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – É isto que é importante neste momento: reconhecer que havia alguém aqui circulando com os documentos. Dê o nome de quem é. Isso vai ajudar muito mais a elucidar do que qualquer outra providência que possa vir a ser adotada.

Durante o discurso da Sra. Ideli Salvatti, o Sr. Efraim Morais, 1º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, art. 14.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Espere um minutinho.

Senador Agripino. Depois, falará pelo art. 14.

Senador José Agripino, Senador Arthur Virgílio, o Presidente Efraim, quando saiu, disse que não iria passar a Presidência para o Mão Santa porque era caso de polícia a discussão. Então, eu queria que tivessem paciência e que cada um, na sua vez, pudesse usar da palavra. Senador José Agripino; depois, Senador Wellington.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Eu fui citado pela Senadora Ideli Salvatti.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Mas já foi usado o art. 14.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sim, mas, Sr. Presidente, nós vamos encerrar a Ordem do Dia, e eu vou falar como Líder por 20 minutos depois. Ou seja, não vou deixar de falar na sessão.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Tudo bem. Mais um minuto?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Não é um minuto, Sr. Presidente. Vamos ser sinceros. Não é um minuto. É um assunto sério.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – O Senador Agripino deve falar sobre o mesmo assunto.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – V. Ex^a trocaria comigo, Senador Agripino?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Vou falar sobre o assunto, mas, se o Senador Arthur Virgílio julgar imprescindível, eu...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – É imprescindível.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – É claro que concordo que S. Ex^a use da palavra neste momento, me garantindo, em seguida, a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Mas eu pediria encarecidamente, Senador Arthur Virgílio, que fosse breve, para V. Ex^a, depois, falar pelo tempo regimental. Apenas nós queremos acalmar um pouco o ambiente. Cinco minutos para V. Ex^a?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sem dúvida, está bastante. Prefiro, Sr. Presidente, com muita atenção da Senadora Ideli, nem usar o tempo da Liderança após.

A Senadora falou com muita certeza, colocando todo o peso desse delito no tal vazamento, certeza, Senadora, que eu não tive quando V. Ex^a foi acusada de coisas muito graves aqui e contou até com a minha defesa e com o meu voto de confiança em V. Ex^a. Num momento difícil de sua vida, não deixei de faltar a V. Ex^a com a solidariedade do colega que queria provas. Foi o momento em que V. Ex^a não estava aparentando, digamos, toda essa exuberância, que, na economia, Alan Greenspan chamava de exuberância irracional e que, no seu caso, deve ser uma exuberância bastante racional.

Não foi imprudente a minha atitude quando illustre colega nosso estava sendo envolvido no episódio do dossiê – aí sim, dossiê petista, sim –, o dossiê do tal de Lorenzetti, o dossiê do Hamilton Lacerda, que trabalhava aqui dentro. Fui prudente, inclusive enfrentei companheiros meus de Partido que queriam que eu trouxesse à baila o nome de um colega nosso. Não trago, não trago, porque eu não trabalho sem provas. Não trago porque não trabalho sem ter absoluta convicção.

Mas V. Ex^a trabalhou com uma convicção santa de que havia uma enorme culpa no Senador Alvaro Dias, a culpa que eu não reconheci em V. Ex^a naquele momento. Não reconheci.

Agora vamos para a questão essencial. Trabalhando desse jeito parece até que não houve mesmo o dossiê e parece até que temos um brutal complô das oposições contra a Ministra Dilma Rousseff, que se pega em todos os santos para não vir ao Senado prestar informações e que detrata e faz mal ao Congresso quando ela diz: tenho mais o que fazer do que ir ao Congresso discutir com quem quer que seja. Quando sabemos que a soberania é vir ao Congresso,

a soberania do Congresso está inclusive em ser ele obedecido por ministros que não podem tratá-lo com menoscabo. Vamos ser bem claros.

O Senador Dias diz: Não vazei e não sei quem vazou. Ela diz: Eu sei que foi ele que vazou, com uma certeza que acho que deveria levar a Senadora a uma meditação.

Agora, eu vou, por minha vez, trabalhar com uma certa certeza: não tenho dúvida de que tem dossiê, não tenho dúvida sobre se há diferença entre banco de dados e dossiê, não tenho dúvida de que dossiê é aquele em que o nome de Dona Ruth Cardoso é pinçado. E me parece surreal. Eu começaria a duvidar da sanidade do Senador Alvaro Dias se ele pegasse um dossiê que denigre, até por gastos pitorescos, Dona Ruth Cardoso e o Governo do qual fui Líder e Ministro e, em vez de comunicar isso ao seu Líder, ao Presidente do Partido, ele fosse para a imprensa dizer algo que eu não diria se fosse do Presidente Lula. Eu não diria. Se chegasse o dossiê aqui, eu trabalharia como trabalhou o Senador Tião Viana, quando certa vez apareceu uma denúncia que era vã contra o então Ministro da Saúde José Serra, e o Senador Tião Viana deixou de fazer o escândalo. Ele poderia ter sido primeira página em tudo que é jornal, e ele foi ao Ministro Serra e disse: Ministro, está aqui o dossiê. O Ministro Serra disse: Senador, não é verdadeiro isso, por isso, isso e isso. Agradeceu publicamente ao Senador Tião, e o Senador Tião, então, marcou um ponto enorme que faz com que ele tenha todo esse trânsito, toda essa respeitabilidade entre nós.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Estou falando numa condição em que não posso lhe permitir. Estou falando por uma concessão do Presidente.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Desculpe-me.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Mas, em seguida, V. Ex^a certamente falará.

Eu gostaria de menos certezas, porque o que sabemos é que está em curso uma manobra para se dar a impressão de que não se teve dossiê, não teve dossiê qualquer. Então, o importante agora é saber se o Senador Alvaro Dias conversou com alguém a respeito do dossiê e não se existe uma tática que está ficando recorrente, que aconteceu no episódio Vedoin, no episódio sanguessuga. É recorrente a tática de se usar do dossiê como manobra para se intimidar, para se chantagearem as oposições, numa manobra democrática. Ainda há pouco, eu disse ao Senador Tião Viana, um dos grandes amigos que tenho nesta Casa: Senador, é preciso nós olharmos se não está havendo

um certo vezo autoritário no seu Partido. Essa prática de dossiês, essa prática da intimidação, essa prática que é recorrente, ou o PT se livra dela ou o PT vai ter um estigma pelo resto do tempo.

Portanto, eu gostaria muito de pedir cautela à Senadora Ideli. Não dá para ser uma pessoa numa circunstância e ser outra em outra circunstância; tem que ser a mesma o tempo inteiro.

Eu, aqui, não tenho por que colocar em dúvida a palavra do Senador Alvaro Dias, até porque não coloquei em dúvida a palavra do Senador Mercadante, eu não coloquei em dúvida a palavra da Senadora Ideli Salvatti. Eu mantenho o meu equilíbrio, agora, com muita convicção de que isso aí é fruto, sim, de uma reação à tentativa da CPI; de que se montou um banco de dados, sim, e, a partir desse banco de dados, sim, se fez, Sr. Presidente, a “pinçagem” que virou o dossiê.

Em relação, Senadora Ideli, a isso – que é outra inverdade – de que teria havido alguma resposta que me provaria que teriam um banco de dados, e não um dossiê, essa inverdade tem que ser desmontada mais uma vez. E eu repetirei isso à farta, à exaustão.

Peço um minuto para concluir, Sr. Presidente.

Eu recebi uma resposta evasiva da Ministra. A Ministra disse: Estamos coletando dados para lhe dar as informações. Não tinha nada a ver com a Presidência da República; tinha a ver com os gastos dela, do antecessor dela, José Dirceu, e do Chefe da Casa Civil do Governo Fernando Henrique. Eu fiz três requerimentos à Casa Civil. Não tive resposta positiva em nenhum.

Muito bem. A Ministra, que tinha os dados, não repassou os dados para o Senador requerente, ou seja, a meu ver – isso aí não fofoca, isso aí não é disse-me-disse, isso não é *gossip* de coluna social –, ela incorreu em crime de responsabilidade, porque deixou de dar para o Senador requerente os dados que ela alega no documento, Senador Mário Couto, que tinha em mãos. Então, ela incorreu em crime de responsabilidade. Isso é objetivo.

Portanto, eu recomendo muita cautela ao se fazerem essas afirmações. Eu vou continuar com muita cautela toda vez que tiver que lidar com a honra, com a palavra empenhada por algum colega meu, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Agradeço a V. Ex^a.

Com a palavra o Senador José Agripino, pela liderança.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Como líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs.

Senadores, quero pedir desculpas e dizer ao Senador Alvaro Dias, ao Senador Arthur Virgílio, à Senadora Ideli e ao Senador Tião Viana que nós estamos participando de uma discussão surrealista. Perdoem-me, mas estamos participando de uma discussão surrealista. Aqui se falou em papel que voa, como se o que interessasse fosse o voo do papel e não o que está escrito no papel.

Sr. Presidente, fizemos uma reunião por iniciativa nossa na residência da Senadora Marisa Serrano, nós, Democratas, tucanos, PSOL, PPS, e pedimos uma reunião com S. Ex^a para, preocupados que estamos com os rumos das investigações, saber o que ela pretende fazer para chegarmos a conclusões, como a sociedade deseja, no tocante ao uso indevido de dinheiro público com o cartão corporativo. Isso é o que interessa.

Presidente Romeu Tuma, na segunda-feira, naquela tribuna – está nos Anais, tem nota taquigráfica, posso dizer com autoridade de quem disse segunda-feira –, eu disse claramente, apreciando a questão do dossiê, do banco de dados: “Não interessa quem vazou; interessa quem fez. Não é quem vazou, mas quem fez o dossiê.” E aí entra a questão fundamental. Do Palácio do Planalto, pela opinião do Ministro Tarso Genro; da Ministra Dilma Rousseff, que é a Chefe da Casa Civil, chefe da Sr^a Erenice Guerra; do Ministro José Múcio, está reconhecido hoje que o dossiê ou um banco de dados existe. E eles dizem que o banco de dados foi feito a pedido do Tribunal de Contas da União, mediante acórdão que tem o nº 230/2006. E o Tribunal de Contas da União disse que não pediu banco de dados algum, que não pediu informação alguma à Casa Civil. Desmentiu, portanto, o Palácio do Planalto. Então, quem tem de explicar são eles. Todo mundo sabia.

É verdade que já circulavam por aqui informações de que o remédio contra as acusações que viriam contra o Governo já estava sendo preparado, já tinham pedido a Ministério A, B, C e D informações sobre o uso de cartões corporativos do Governo Fernando Henrique Cardoso. Todo mundo sabia disso. E esse dossiê foi preparado como atitude preventiva para defesa e para jogar no mesmo saco as acusações de que eles, do Governo Lula, são objeto. Foi neste Governo que a Matilde foi demitida e é neste Governo que estão comprometidos diversos Ministros de Estado pelo mau uso de cartão corporativo.

Ah, o Senador Alvaro Dias tomou conhecimento e vazou!

Eu não quero discutir se tomou conhecimento ou se vazou. Pouco me importa, pouco me interessa. O que interessa é que o banco de dados ou dossiê foi feito; foi feito com o caráter preventivo de tentar igualar todo mundo em cima de acusações que são feitas sobre o atual Governo.

A melhor forma de se resolver o problema, como aqui foi dito... Quer esclarecer? Olham para o Senador Alvaro Dias e perguntam: “Quer esclarecer? Diga quem foi que lhe entregou o dossiê!” Negativo!

Quer esclarecer os fatos? Faça como Fernando Henrique Cardoso fez: mandou uma carta, lida aqui por Arthur Virgílio, autorizando a quebra do sigilo bancário dos cartões corporativos dele e da D. Ruth, sua esposa. Faça isso. Ou venha aqui a Ministra Dilma ou o Presidente da República! Acabe com esse negócio de sigilo por segredo de Estado e abra as contas. Aí está tudo resolvido!

Agora, nós estamos aqui tratando de uma questão surrealista. É uma cortina de fumaça numa atitude diversionista para tirar do foco aquilo que interessa, que é dar à sociedade uma explicação de como é que o dinheiro público está sendo usado para consertar mesa de bilhar, compra em *free-shop* e *outras cositas* mais.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)
– Obrigado a V. Ex^a.

Senador Wellington Salgado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, peço a V. Ex^a que, depois, me inscreva.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sr. Presidente, eu estou inscrito há cerca de vinte minutos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)
– Depois do Senador Wellington Salgado, se S. Ex^a concordar.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Pode ser o Senador Wellington. Eu falarei depois, sem problemas.

O SR. WELLINGTON SALGADO (PMDB – MG)
– Não, se é o Presidente do PSDB, por favor, a palavra é dele.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)
– Senador Wellington, o Senador está pedindo um minuto. V. Ex^a é quem decide. A vez é sua.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – V. Ex^a concorda?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)
– A vez é sua.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Muito obrigado, Senador Wellington.

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF) – Vamos seguir a ordem de inscrição, Sr. Presidente.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Senador Alvaro Dias, a minha primeira sugestão é de que V. Ex^a contrate um criminalista. O Governo vai tentar desviar todo o foco da bandalheira que promoveu com o cartão corporativo e vai querer um bode expiatório.

Senador Sérgio Guerra, ninguém se lembra mais de quem elaborou nem de quando foi elaborado o famoso dossiê, entregue de maneira criminosa na CPI do Mensalão, de autoria do Deputado Paulo Pimenta, acusando vários Parlamentares. Ninguém se lembra disso.

O rapaz teve inclusive que ser afastado, porque foi flagrado saindo da casa do então Ministro José Dirceu com a lista na mão. Ninguém se lembra mais do que se fez em termos de dossiê contra aquele caseiro. Houve até pedido, aqui no Senado, para que as câmeras de segurança filmassem a entrada e a saída do gabinete do Senador Antero Paes de Barros.

Senador Alvaro Dias, o que estamos vendo aqui é uma tentativa desesperada de inversão de um fato que é grave: querer jogar a culpa em um Senador da República que comete apenas um pecado: não querer entregar a fonte, que é um direito que lhe assiste. Nenhum homem público de responsabilidade que tivesse em suas mãos essa informação de crime contra o patrimônio público silenciaria. Divulgaria. O crime seria se o Senador Alvaro Dias tivesse, na calada da noite, invadido as dependências do Palácio do Planalto.

O que o Palácio precisa é ter humildade e confessar que saiu lá de dentro. Essa tentativa de diminuir a crise interna que se abate lá dentro por conta da sucessão presidencial, após um lançamento desastroso feito na CPI, foi que gerou tudo isso. Essa questão começou com fogo amigo.

As denúncias contra a D. Dilma tem razão a imprensa quando diz que partem do Palácio e das suas cercanias. Nada mais claro do que isso. E agora ficam nessa diversificação de fatos, fugindo do objetivo, fugindo do concreto; em vez de se querer pegar o criminoso, quer se pegar um Senador da República. E tenha cuidado, Senador Alvaro Dias, pois, com a mudança de método de muita gente, podem querer torturá-lo, podem querer levá-lo a tortura.

Essa gente mudou muito! A prepotência tomou conta desse Governo. Não se respeita mais nada aqui. Não se respeita sequer a privacidade de um Senador. Inaugurou-se aqui essa molecagem quando se quis acusar um Senador da República por questões locais de evasão de divisas. E aí se instalou a CPI do Banestado. O começo foi esse, Senador.

É preciso que essas coisas sejam levadas a sério e não com molecagem. É preciso que se respeite um Senador da República. A desmoralização que o Governo está impondo aos Poderes deste País é inaceitável. Já se fez isso com o Ministro do Supremo; se faz isso todo o dia com o Ministro do Tribunal Superior Eleitoral; se faz isso constantemente com esta Casa.

É preciso dar um basta! É preciso que isso seja apurado, Senador Romeu Tuma, para que se punam os culpados. É preciso que seja punido o comedor de tapioca; é preciso que seja punido quem comprou no *shopping center*, quem comprou...

(Interrupção do som.)

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – ...nos aeroportos, e não jogar a culpa em um Senador que apenas cumpriu o seu dever de denunciar e usa da prerrogativa de omitir a fonte porque sabe que essa fonte, coitada, ao prestar um serviço ao País, mostrando a molecagem que reina permanentemente nos porões desse Governo, poderá pagar um preço maior.

Tragam os responsáveis pelo dossiê do Paulo Pimenta, tragam os responsáveis pelos dossiês desse Governo, e aí, sim, comecem a acusar um Senador da República.

Mais respeito com esta Casa!

Essa tentativa de desmoralização é inaceitável! Nós não podemos concordar com ela, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Eu gostaria que a gente não confundisse banco de dados com dossiê.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Pela ordem, Senador João Pedro. E para se inscrever?

Eu vou ler os nomes dos inscritos pela ordem, para a gente não ter mais confusão: Wellington, primeiro; segundo, Sérgio Guerra; terceiro, Casagrande; quarto, Mão Santa; quinto, Sibá; em seguida, V. Ex^a, Senador João Pedro.

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF) – Sr. Presidente, eu acho que fui... por uma questão de ordem. Eu era o terceiro, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – São João e São Pedro têm que ajudar a melhorar o ambiente.

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF) – Sr. Presidente, peço uma questão de ordem. Eu era o terceiro nessa lista; terceiro, depois do Sérgio Guerra.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, telespectadores da *TV Senado*, o que me deixa muito preocupado é que ato ilícito não justifica fonte. Ato ilícito é crime...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Um minutinho só.

Peço desculpas ao Senador Adelmir Santana, pois o rapaz não anotou o nome dele em seguida ao nome do Senador Sérgio Guerra. Desculpe-me.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Eu não estou aqui para exigir – nem nunca o farei – que algum Senador tome uma atitude ou que pressione. Eu não vou fazer isso, ainda mais com o Senador Alvaro Dias, um grande líder, por quem tenho um grande respeito.

Agora, sai uma declaração dessa na imprensa e um parágrafo diz o seguinte:

“Em conversa informal com jornalistas, Dias sugere que recebeu o dossiê de um parlamentar que apóia o governo, mas que discorda do uso de informações para chantagear a oposição”.

Eu quero dizer o seguinte, Sr. Presidente: eu apóio o Governo e sou contra o uso de informações para chantagear a Oposição. Então, no momento em que sai isso aqui, eu sou um dos suspeitos. Eu sou um dos suspeitos nesta Casa de ter vazado informação, sem eu nunca ter visto dossiê, sem ninguém nunca ter me mandado nada. Sou da CPI das ONGs e teria de ter o direito de ver, de alguma maneira oficial, se assim o pudesse. Agora, no momento em que sai uma declaração dessa, fica difícil para todos nós, Senadores da base de apoio ao Governo. Então, precisamos saber o nome dessa pessoa, porque eu estou na lista. Eu faço parte dessa lista. Não é que o Senador Alvaro será torturado.

Eu quero dizer o seguinte: ficamos mal nessa situação. Muito mal. Eu sou da CPI das ONGs. Vou lá e voto o que tem de votar, apóio ou desapóio o Governo.

Já disse aqui que não voto nada contra a esposa do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, porque, na minha concepção, ela é uma pessoa de bem...

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Fique tranqüilo; V. Ex^a não tem acesso ao Palácio não; é só os do Palácio.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Essa é uma posição minha! Contra o Presidente Fernando Henrique Cardoso, o que vier vamos votar; contra a esposa dele, de maneira alguma. Eu já disse isso e falo aqui. Da mesma maneira que é colocado aqui que alguém do PT, de dentro do Palácio, montou um dossiê e entregou na mão da Oposição para poder prejudicar a Ministra Dilma Rousseff. É isso que está acontecendo aqui. Quer dizer, não sei mais no que vou acreditar, porque a Oposição chega aqui e diz que isso é verdade.

Se alguém, de dentro do Palácio, deu a informação para a Oposição, ela não é do PT nem da Base

de apoio do Governo. Ela é da Oposição; não é da Base de apoio ao Governo. Ela é da Oposição. Então temos que saber quem é esse cidadão que vazou essa informação.

O Senador Romeu Tuma orientou-me sobre o que é dossiê, o que é montagem, o que é informação. Eu já tenho, depois de conversar com S. Ex^a, na minha cabeça o que é que está acontecendo.

Senador Romeu Tuma, V. Ex^a sabe que, em caso de investigação ou de polícia, vou direto a V. Ex^a, conversamos e V. Ex^a me orienta, porque é um homem que tem uma história nessa área; talvez, a maior do País. Agora, tentar me convencer que quem pegou um dossiê que não existe, entregou para a Oposição para poder prejudicar a Ministra Dilma é da Base de Governo?! Aí não dá, Senador Sérgio Guerra.

O Sr. Demóstenes Torres (DEM – GO) – Permite-me, Senador Wellington Salgado?

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Tem uma ordem; o Presidente é quem controla.

Aí não dá para querer que acreditemos nisso.

O SR. PRESIDENTE(Romeu Tuma. PTB – SP) – Estou pedindo para não ter apartes.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Quero só o nome. Não quero que o Senador Alvaro Dias dê essa informação, porque ele não vai dar. Ele é um Parlamentar que tem o direito de não dar. Agora, temos de investigar para saber quem foi que deu essa informação, porque foi uma informação ilícita, obtida da mesma maneira que outras. Foi ilícita, tirada lá de dentro, não sei com que objetivo. Não acredito que tenha sido a Base de apoio ao Governo para prejudicar a Ministra Dilma.

E digo mais: a Ministra Dilma não tem medo de vir aqui, não. Tem muita gente que está dizendo: “A Ministra Dilma tem medo”. Isso aqui é tudo um grande jogo de fumaça. Quem conhece a história da Ministra Dilma sabe que ela não tem medo de vir aqui, não. Quero dizer o seguinte: isso tudo é um jogo de cena, um grande teatro para poder passar quem tem alguma coisa a esconder. Ela não tem medo, não. Se algum dia se aprovar na CPI a sua vinda, ela virá. E se ela, em algum momento, achar que tem de vir, ela virá. Agora, achar que a Ministra Dilma tem medo de vir, o que é isso? Pelo amor de Deus, Sr. Presidente! Pelo amor de Deus! Quero saber quem foi que vazou essa informação.

Senador Sérgio Guerra, se souber, eu queria que V. Ex^a dissesse, porque V. Ex^a é o Presidente do maior partido de oposição, um homem bem informado, assim como o Senador Heráclito, que também é um homem bem informado. Aliás, são muito bem informados os

dois e escondem esse segredo. Eu queria que V. Ex^{as} passassem essa informação para mim. Sabem ou não? Não sabem! Senador, os dois homens mais bem informados da Oposição não têm essa informação. Então, vamos ter de investigar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Sr. Presidente, estou entrando em obstrução.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Senador Sérgio Guerra, concederei a palavra a V. Ex^a, mas, antes, quero dizer o seguinte: a suspeita sobre o vazamento interessa ao Gabinete Civil da Presidência.

A eles é que interessa investigar com a comissão de investigação, porque, aqui, o que é importante é o mal que causou esse vazamento. Mas é claro que o Palácio tem de investigar quem fez, porque causou um mal grande a todo mundo. Talvez o objetivo principal seja a comissão de investigação procurar saber quem vazou.

Concedo a palavra ao Senador Sérgio Guerra por cinco minutos.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Senador Romeu Tuma, V. Ex^a poderia me dizer quantos estão inscritos pela ordem?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Vou ler outra vez. O Senador Wellington Salgado de Oliveira já falou. Agora, vai falar o Senador Sérgio Guerra; em seguida, os Senadores Adelmir Santana, Renato Casagrande, Mão Santa, Sibá Machado e João Pedro.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Inclua-me também se V. Ex^a permitir.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Não sei se o Senador Demóstenes Torres pediu a palavra.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Tenho uma informação de última hora.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Se for sobre o dossiê, pode falar já. É sobre o dossiê?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Não. Quero que os outros falem. Depois, chego lá. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Concedo a palavra ao Senador Sérgio Guerra.

Se V. Ex^a quiser trocar com o Senador Adelmir Santana, fique à vontade.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Senador Osmar Dias, com a lucidez que o caracteriza,

há poucos minutos passou aqui e disse: “Senador, assumo a sua responsabilidade de Presidente de Partido, isso não pode ser uma discussão de bêbado com delegado de polícia”. Estou contaminado pelas idéias do Senador Osmar Dias.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Senador Sérgio Guerra, ele não se referiu a mim, não?

O Sr. Osmar Dias (PDT – PR) – Não. É que eu disse que, do jeito que estamos aqui na sessão, não vamos chegar à conclusão nenhuma, é igual a conversa de bêbado com delegado. Foi isso o que eu disse a ele.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sr. Presidente, depois de ter ouvido aqui algumas instruções, com a maior competência investigativa de alguns companheiros, todos especializados nessa matéria, eu queria fazer algumas ponderações no limite das minhas modestas, modestíssimas capacidades de investigar esses assuntos. Eu sou péssimo nessa questão de CPI, de investigação, e, aliás, tenho um certo prazer por não ter essa especialidade.

Mas estou lendo aqui o Blog do Noblat, e a parte mais importante não é esta aqui que fala do Senador Alvaro Dias, que foi, é e será dos Senadores mais bem informados deste Senado. Não foi agora, não foi neste momento, não foi antes, já faz muito tempo que o Senador tem imensa capacidade de se informar e de trabalhar, de forma brilhante, nos assuntos de que ele cuida, com isenção e respeito reconhecidos por todos. Então, não vamos tentar transformar o Senador Alvaro Dias no que ele não é, nem ficar comentando para onde o vento vai, de onde o vento veio ou qual é o conteúdo do vento. Seguramente, eu não sou capaz de saber.

Ouvi aqui um discurso emocionado da minha amiga Ideli Salvatti, como há tempos não ouvia. Ela estava tão discreta, agora apresentou aquela sua velha energia.

Mas estou lendo aqui o que escreveu Ricardo Noblat: “Este será mais um nebuloso episódio do Governo Lula destinado a dar em nada” – frase do blog de Ricardo Noblat que motivou esta discussão toda.

“Ao Governo não interessa apurá-lo; afinal, ele sabe quem mandou montar o dossiê e quem o montou. Funcionário algum da Casa Civil ousa dar qualquer passo sem antes consultar a Ministra Dilma Rousseff. Ela é o Ministro mais centralizador do Governo Lula”.

Ainda bem, porque, se não fosse, o Governo seria uma confusão total. É parcial, mas seria total.

“A Oposição não tem como apurar o episódio.”

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)

– Senador Sérgio, permita-me prorrogar por uma hora a sessão porque há uma fila enorme de oradores inscritos.

V. Ex.^a pode continuar e eu desconto o tempo.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Vamos ver o Blog do Noblat que originou essa discussão:

“A Oposição não tem como apurar o episódio”.

Eu suspeito. Tenho dito a meus amigos.

“Pedi que a Polícia Federal apurasse, mas o Ministro Tarso Genro, da Justiça, se expressou em garantir que ela não o fará”.

A Polícia Federal nesta não entra. Entra em muitas coisas, mas nesta questão, pela sua irreverência, por envolver não apenas pessoas relevantes como Presidente da República, dinheiro público, a Polícia Federal não vai entrar nesta.

“Quanto à CPI dos cartões corporativos, ela nasceu morta” – opinião do Noblat – “e não ressuscitará. O Governo dispõe na CPI de folgada maioria de votos para barrar qualquer proposta da Oposição que lhe pareça incômoda e não tem a menor vergonha de acioná-la”.

Eu assino absolutamente de maneira tranqüila as palavras do jornalista Noblat.

Vejo mais algumas notas me foram aqui repassadas: do Ministro Jorge Hage, que ficou no lugar do Ministro Waldir Pires, que era uma pessoa, pelo menos do meu ponto de vista, do maior respeito. “Estamos levantando os gastos com a conta B desde 1998. Aí iremos muito além da tapioca” – uma frase preciosa do Ministro dizendo que já estava investigando isso tudo muito antes de CPI.

Há ainda uma palavra do meu amigo ex-Deputado Paulo Bernardo: “Operação começou em fevereiro, muito antes da CPI”.

Quero falar o seguinte. Primeiro, não há nenhuma contradição nessa aparente questão levantada aqui de que não havia dossiê. Havia, como devia haver, em muitas circunstâncias, banco de dados. Se alguém tem centenas e centenas e milhares de informações, que essas centenas e milhares de informações se transformem em um banco de dados. Isso é bom para eficiência gerencial, é bom para o Governo, é bom para todos.

Se o Governo tinha um banco dados sobre essas despesas, é absolutamente regular, normal e não surpreende que assim tenha sido informado o ex-Ministro

e nosso Líder atual já de algum tempo, Senador Arthur Virgílio. A resposta foi esta: já existe um banco de dados, está lá. Tudo bem. Não estou falando de banco de dados. Estou falando de informações extraídas desse banco de dados.

Nunca dei grande relevância a quem vazou essa história, porque não concordo com a confidencialidade dessas informações. Quem alegou confidencialidade, quem alegou sigilo foi o Governo, não fomos nós. Qual foi nossa atitude na Oposição? Que tudo apareça, que tudo seja visto, inclusive tudo que envolva a família de um ex-Presidente da República que não foi denunciado. É surrealismo puro, como disse aqui o Senador José Agripino, com a lucidez que é a sua marca. Nem o Presidente Fernando Henrique, nem a senhora dele foram acusados. Quando os dados do famoso dossiê sobre eles surgiram, viu-se que são ridículos. Agora distribui-se essa informação – já ouvi de muita gente, com certeza não foi o Senador Alvaro Dias que as deu, com absoluta certeza – de que Ministros do Governo Fernando Henrique Cardoso, estes estão complicados.

Não tem ninguém complicado com coisa nenhuma.

A única coisa que tem que ser feita nesse assunto, que está transformado numa turbulência precária, elementar, que não resiste a uma ventania – essa, sim, a ventania da luz e da democracia -, a única coisa relevante é que os dados que têm a ver com o Governo Fernando Henrique Cardoso, embora não investigados, podem aparecer quantas vezes forem para aparecer. Não queremos sigilo nenhum sobre eles. Nunca falamos nisso, nem o Presidente, nem a mulher dele, nem nenhum tucano que tivesse verdadeiramente responsabilidade pelo que diz.

Contudo, os dados que dizem respeito ao Governo do Presidente Lula, que são o objeto dessa CPI, não aparecem de jeito nenhum. Por que eles não aparecem? Tudo isso é devaneio, é conversa para enganar os outros. Fundamental é que esses dados apareçam e sejam vistos.

Não estou dizendo que eles são comprometedores, que estão vinculando alguém importante. Eu não conheço boatos, nem reconheço boatos. Não sei se a senhora do Presidente tem alguma coisa a ver com isso. Acredito que não, que o Presidente também não tem, nem o filho dele, nada disso. Mas por que esses dados não aparecem, meu Deus?

Vamos parar com essa confusão retórica: palavra pra lá, palavra para cá, versões pra aqui, versões pra ali. De repente, o Senador Alvaro Dias é o culpado. Isso é surrealismo puro!

O que o Senador Alvaro Dias está fazendo aqui? Está investigando. Isso é obrigação dele. Está cumprindo o papel dele. Se houvesse, tranqüilamente, responsabilidade do Governo para deixar esses dados serem de conhecimento público, esse Senado não estaria atolado nessa situação ridícula há mais de 30 dias.

A marca desse processo aqui é o ridículo, completo ridículo. Não tem começo, meio e fim nada do que se diz aqui, por uma razão simples: porque os dados não aparecem.

Vamos esquecer o Senador Alvaro Dias, vamos esquecer o Presidente Fernando Henrique, vamos esquecer a família do Presidente Lula, o Presidente Lula. O que for segurança nacional fica lá. Ninguém vai mexer nisso. Nós somos brasileiros, nós queremos preservar a figura do Presidente da República. O que não for segurança nacional, que todos conheçam, para acabar com essa marola que prejudica o País, que nos deixa, aqui no Congresso, no ponto mínimo e que deixa o Presidente da República no ponto máximo. Ele está fora disso, ele não tem nada a ver com isso; ele apenas diz: “Por favor, me deixem trabalhar”. Na campanha, diziam: “Deixem o homem trabalhar”.

O Presidente já disse: “Vá trabalhar, Congresso! Deixe eu trabalhar também”. Não estamos trabalhando porque o Governo, esse Governo do Presidente Lula, que merece respeito, mas merece crítica também, e crítica forte, não é capaz de mostrar os dados que estão com ele, que nós não conhecemos. E o Governo conhece todos estes dados: os do Presidente Fernando Henrique, os da senhora dele, da família dele, dos ministros do Presidente Fernando Henrique. Eles é que têm os dados, nós não temos nada. É surrealismo. Por que chegou um papelzinho aqui, outro ali, que não diz nada? Não tem a menor importância do ponto de vista investigativo.

Que história é essa? Por que tanta excitação? Vamos colocar os dados aqui na mesa. Vamos examiná-los com tranqüilidade, com respeito. Não vamos publicá-los antes de conhecê-los de fato, para não fazermos acusações levianas.

Mas por que não fazer isso? Por que não chega alguém com a responsabilidade de Líder do Governo – e há Líderes do Governo respeitáveis – e diz o seguinte: “Os dados estarão lá amanhã”?

Não precisa vir aqui a Ministra Dilma, nem a minha parente lá – aliás, nunca ouvi falar nela, essa Sr^a Guerra. Não precisa aparecer ninguém, mas que apareçam os dados. Não precisa nem de CPI. Precisa que os dados apareçam.

Por que esses dados não aparecem? Por que ninguém responde a essa pergunta tão simples? Por

que não aparecem esses dados como apareceram os do Presidente Fernando Henrique? Onde eles estão? Por que ninguém os vê?

Banco de dados pra lá, arquivo pra lá, dossiê pra lá. Não quero saber de nada disso. Quero saber dos dados. E eles estão agora organizados – eu imagino – de forma eletrônica. Alguém disse que iam mandar três caminhões de papel. O que vamos fazer com três caminhões de papel? Isso é ridículo! Isso tudo é um profundo ridículo, que compromete a imagem desta Instituição, e que precisa ser esclarecido pela Oposição, pelo Governo, pelo Presidente do Senado, pelo Presidente da Câmara...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Senador, quanto tempo V. Ex^a precisa ainda?

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Mas quem tem de esclarecer isso é a Ministra que cuida disso.

Não tenho nenhuma suspeita contra a Ministra, nem duvido do caráter dela, nem do trabalho dela. Mas quem tem mais que explicar isso é a Ministra que dirige o setor que cuida disso, que é a Ministra Dilma. E todos precisamos de que esses dados apareçam. O resto é conversa pra boi dormir, é pra enganar, pra dispersar, pra tirar o foco do assunto.

O foco do assunto é o exame desses documentos. Eu não consigo ter cabeça para pensar senão desse jeito, com isenção e tranqüilidade.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Obrigado, Senador.

Com a palavra o Senador Adelmir Santana e em seguida o Senador Renato Casagrande.

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu também queria me posicionar exatamente na linha colocada pelo meu Líder, Agripino Maia, e também pelo Presidente do PSDB, Senador Guerra.

Não tenho vocação para essa história de investigação, mas realmente é um assunto que... Esses dados precisam ser de conhecimento de todos nós. Causa estranheza que alguns dos dados, inclusive já na mão do organismo auxiliar desta Casa, Tribunal de Contas da União, não possam ser do conhecimento de todos nós.

Mas eu pedi a palavra, Sr. Presidente, para falar de algo mais ameno, para fazer uma homenagem, pois estão neste recinto os atletas pertencentes ao time Universo, de Brasília, que é campeão brasileiro de basquete e é responsável pela representação do Brasil no XX Campeonato Sul-Americano de Basquete.

O time do Universo, da nossa cidade, é patrocinado pela universidade e pelo BRB, tem tido um desempenho com recorde de público nesta cidade

e com recorde de vitórias, e merece da nossa Casa os aplausos por estar aqui nesta noite. Parabéns ao Universo!

Quis pedir a palavra, Sr. Presidente, para fazer o registro da importância desse time para Brasília, que tão bem tem representado o Brasil em competições internacionais, e Brasília, em competições nacionais.

Parabéns ao Universo, e os nossos cumprimentos a todos!

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero pedir permissão a V. Ex^a para me associar a essa homenagem que o Senador Adelmir presta ao time do Universo. Quero também prestar uma homenagem ao Tony Harris, atleta americano que compunha a equipe do Universo e veio a falecer de maneira triste nas cercanias de Brasília.

Senador Wellington Salgado, gostaria que V. Ex^a prestasse atenção, porque estou exatamente homenageando o trabalho de sua mãe, a Professora Marlene Salgado, que se dedica, com muito afinco, aos seus empreendimentos na área de educação, inclusive se dedicando ao esporte e ao lazer. Queria que V. Ex^a levasse para sua mamãe os parabéns deste Senador e do Senado, e transmitisse a todos os que fazem a Universo nossos cumprimentos por essa grande conquista em Brasília.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – A Mesa cumprimenta os senhores atletas pela vitória, na esperança de que repitam o mesmo feito este ano.

Boa sorte!

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Senador Casagrande com a palavra.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Obrigado, Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores...

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Para se inscrever?

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Não, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Ele está falando pela ordem.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, estou inscrito como Líder da Bancada do PSB, mas quero fazer um registro com relação a esse episódio.

Eu na verdade não tenho participado do debate sobre esse episódio dos cartões corporativos. Não sou

um efetivo da CPI e não entrei no detalhamento desse assunto. Acho que esse assunto, como qualquer outro que promove um embate sem consistência entre Oposição e Governo, acaba desgastando a imagem do Senado. E esse debate tem promovido e tem patrocinado, mais uma vez, esse desgaste.

Quando começou a surgir esse assunto, eu, que sou de um partido da base do Governo, fiquei pensando: será que alguém do Governo teve a capacidade de fazer um dossiê e divulgá-lo? Será que houve essa falta de habilidade num comportamento desses?

A CPI dos cartões corporativos – eu que estou olhando de longe –, estava vendo que de fato ela estava perdendo energia e, depois da matéria com relação a esse dossiê, a essas informações, a CPI ganhou energia, e fiquei me questionando, como muitos se questionaram, se, de fato, alguém poderia ter feito isso, na ilusão de tentar ajudar o Governo. Então, isso poderia, de fato, ter sido construído e seria um erro político de quem voluntariamente tivesse feito um tipo de ação como essa. E começou-se, naturalmente, o questionamento, na hora em que a Oposição começa a questionar quem montou o dossiê ou se houve, de fato, a montagem do dossiê.

O Governo, por intermédio da Ministra Dilma, responde com argumento que tem procedência: que não houve montagem de dossiê e, sim, uma organização de informação para atender às demandas da Controladoria, do TCU, do Congresso Nacional, de pedido de informação via Mesa Diretora. Se é verdade ou é mentira, o argumento do Governo tem consistência na hora em que responde que a montagem de informações, que a organização de informações, era para atender às demandas que já estavam ali e as demandas que iriam surgir.

Aí começa a surgir outro questionamento ao Governo: quem vazou? Se os dados são sigilosos, quem vazou esses dados? Porque, se é sigiloso esse dado, se são sigilosas essas informações, vazar a informação é um crime. Alguém tem de ter a responsabilidade. Mesmo que não tenha a culpa, tem a responsabilidade.

Então, novamente, como esses dados são da responsabilidade da Casa Civil, veio o questionamento de que, como é a Ministra Dilma a responsável por todo o trabalho da Casa Civil, mesmo que ela não tenha culpa, ela teria responsabilidade no vazamento dessas informações.

Debate-se a possibilidade, ou não, de montagem de um dossiê, e o Governo contra-argumenta dizendo que não era montagem de dossiê, e sim uma organização de dados. Debate-se, efetivamente, se alguém do Governo teria tido a prática de vazar essa

informação, e o Governo responde que não, que estaria investigando para saber quem, de fato, teria feito esse vazamento.

A suspeita sobre o Governo, Sr. Presidente, veio de uma matéria numa revista. Agora, hoje, há uma matéria em outro meio de comunicação que levanta a suspeita sobre um parlamentar da Oposição. Então, há suspeita agora também sobre o parlamentar da Oposição. O parlamentar da Oposição tem todo o direito de preservar sua fonte. Está certo isso. Agora, se o dado é sigiloso e há vazamento do dado, pode ser que haja responsabilidade civil sobre este caso.

Então, nós estamos num debate em que a suspeição que recai sobre a Ministra Dilma, sobre a qual, de fato, o Governo precisa se explicar, recai também sobre um parlamentar, que também tem de se explicar, porque eu não tive acesso a nenhum dossiê e há gente, aqui no Senado, que teve acesso a dossiê. Isso acaba criando, naturalmente, uma suspeição sobre esse parlamentar.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Senador Casagrande, permita-me um segundo? Temos a informação e a contra-informação. A informação é algo que se dê conhecimento de fato que pode ou não ter ocorrido. Normalmente, ela tem que ser confrontada com outras origens. A contra-informação, que é a que V. Ex^a se refere, é a proteção à informação.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – A Presidência pode discutir, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Não, estou dando uma informação. Não estou discutindo.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Peça desculpa a V. Ex^a e retire o que falei, em respeito ao Senador Demóstenes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Sr. Presidente, V. Ex^a tem razão. O Senador Casagrande, sempre lúcido...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – O próximo orador é o Senador Mão Santa.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Apenas um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Pois não.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Senador Casagrande sempre lúcido, V. Ex^a tem absoluta razão. Agora, quero lembrar – e V. Ex^a não faz parte dessa ala – que é a mesma base do Governo que fez aquele dossiê dos aloprados, cujo dinheiro foi bater no Hotel Ibis. A grande diferença é que, naquela época,

a Polícia Federal agiu imediatamente e, agora, o Ministro da Justiça proibiu que a Polícia Federal agisse. Talvez, se a Polícia Federal tivesse procedido, Senador Casagrande, a uma investigação republicana, os fatos tivessem sido esclarecidos. O problema é esse.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Só que agora, Senador Heráclito e Senador Romeu Tuma, a suspeição do vazamento já não recai mais sobre o Governo. A suspeição do vazamento recai sobre um parlamentar desta Casa.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Do vazamento e não da feitura do dossiê.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – São dois fatos.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Vamos pedir à Polícia Federal para apurar.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – São dois fatos, Senador: a elaboração de um dossiê, ou organizar um documento...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Senador, cabe à Corregedoria apurar porque foi dentro do plenário.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Sr. Presidente, são dois fatos: a elaboração desse documento, que pode ser denominado como dossiê, ou organizar informações, e o vazamento. Se alguém fez um dossiê é crime. Se alguém vazou uma informação sigilosa é crime.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Se a Polícia Federal tivesse apurado, talvez não tivesse havido nem o vazamento. O vazamento foram pessoas indignadas que viram o Governo não permitir que a Polícia Federal apurasse, que viram o Governo dar cobertura ao que foi feito dentro do Palácio e, então, resolveram vazar para que o Brasil tomasse conhecimento...

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES. Intervenção fora do microfone)

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Não, mas não se justifica a Polícia Federal não poder agir.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Mas por que ela não poderia agir?

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Não. Ela foi proibida pelo Ministro da Justiça. Está aí, claramente...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Eu pediria que não houvesse debate paralelo.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – V. Ex^a já foi diretor da Polícia Federal. A Polícia Federal sempre agiu quando ela considera que o fato é importante para a ação da Polícia Federal. Ela é uma polícia independente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – É uma notícia de crime – o Senador Demóstenes deve confirmar – e a Polícia de tem a obrigação. Não é preciso ordem de ninguém. Então, ela tem de analisar.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Foi proibida pelo Ministro da Justiça. As declarações estão aí.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Senador, então o Ministro cometeu crime de responsabilidade.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Senador Mão Santa, em seguida os Senadores Sibá Machado, João Pedro, Demóstenes, Mário Couto e Flexa Ribeiro. Está aumentando a lista. Desculpe, não colocaram o nome de V. Ex^a, Depois do Senador Mão Santa é V. Ex^a.

Senador Mão Santa, com a palavra V. Ex^a, por cinco minutos.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Presidente Romeu Tuma, Deus não iria desproteger o Senado: botou V. Ex^a na Presidência neste instante.

Atentai bem. Olha, ô Tião, para onde levamos a nossa formação profissional. Somos médicos, buscamos a etiologia. Só há uma causa de doença. Está todo mundo confuso aí, mas só há uma. Isso é o que nos interessa. Ô Flexa, não importune o nosso Presidente. (Pausa.)

Senador Romeu Tuma, como V. Ex^a é do crime, procura o responsável, o causador. E atentai bem, Tião. Só há uma culpada nisso tudinho: é a Ministra Dilma. Não há dois, não. Esse negócio de ela ser mãe de PAC é outra história. Se nós formos buscar lá na história de Hitler – nazista, socialista, partido do trabalhador lá –, eles dizem que o Goebbels orientava o partido dele e até uma galinha carcerejadora podia ficar gritando: as obras, as obras, as obras... antes de fazer e depois. Esse negócio de apelido é outro. Ela pode ser muito bem a deste Governo. A história se repete.

É o seguinte: nós temos que ser o pai da Pátria. Atentai bem. V. Ex^a tem que trazer uma experiência. Senador Romeu Tuma, eu fui Prefeitinho, a Ministra é Ministra, não foi... Eu tenho essa experiência e quero contar. É por isso que nós estamos aqui. Foi longo e sinuoso.

Ô Demóstenes! Demóstenes, atenção! De repente, eu estava na Alemanha, numa viagem de uma multinacional. Quando cheguei, havia um Vereador muito competente da minha cidade, médico como eu, Dr. Arióstenes, e era aquela confusão. O Prefeito foi, tirou a diária dele e da mulher. Aí, eu fui à Câmara esclarecer como foi. Isso faz parte da democracia. Eu, Prefeito – tinha Vereador –, fui e esclareci. Esse convite

foi de uma multinacional, da Merck. Deram tudo. Nunca antes tinha um Prefeito de Parnaíba feito uma viagem internacional a convite. E olhei lá. Só eram previstas diárias para o Brasil. As maiores eram São Paulo e Rio. Tiramos dez dias eu e minha esposa, que era secretária do Município. Chegando, levei os Vereadores, aquele negócio, e disse: “Eu acho que eu deveria estar aqui sendo convidado se eu tivesse levado a mulher dos outros”. Essa diária não dava nem o dólar, que, naquele tempo, era altíssimo. E estou aqui.

Isso. E orientei a vida toda a todos os secretários, quando tinha: “Compareçam”. Quando governei o Estado do Piauí, dava a mesma orientação.

Quero dizer aqui, a bem da verdade, da luta – daí estar aqui como um pai da Pátria. Outro dia condenei um Ministro da Defesa, porque, ao tomar posse, disse: “Não se queixe. Não se explique. Não se desculpe. Aja ou saia. O que vale é o resultado”. Não eram dele essas palavras. Essas palavras foram pronunciadas pelo Ministro Benjamin Disraeli, Primeiro Ministro da Rainha Vitoria. “Aja ou saia.”

Mas quero dar aqui um testemunho: outro dia houve um imbróglio desses, Tião Viana. Atentai bem; um imbróglio desses. Heráclito Fortes, diligenciar a dor como Presidente da Comissão de Relações Exteriores do imbróglio Colômbia, Equador, Venezuela e Farcs. Acusações mútuas. Acusações de que as Farcs mandaram dinheiro para candidatos do Brasil, ditas pelo Deputado Fraga.

Então, S. Ex^a o Ministro da Defesa, com visão política, democrática, ele mesmo, ele mesmo, se apresentou aqui, veio na mesma hora, e acabou. Então, eu entendo, entendo que a Ministra, diante essa confusão toda, deveria ter vindo aqui e tudo tinha se esclarecido. Nós estamos em um momento democrático do presidencialismo. Nós não tínhamos força nenhuma para derrubar a Ministra, que hoje tem força até de primeira-ministra. Mas ela deveria fazer como o seu companheiro, que outro dia eu condenei, mas que mostrou a grandeza. E quis Deus...

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – E quis Deus... Agora eu sei que vai dar imbróglio, mas eu citei foi o Livro *Mein Kampf*, de Adolf Hitler que eles tinham... Tem no livro.

Ô Senadora Ideli Salvatti, eu trouxe outro livro. Não é ela não. Ela tem que ler... Eu admiti o Luiz Inácio não ler, mas Senadora não. O Livro *Mein Kampf*? Professora que não sabe, eu não admito não. Tem que fazer aquele concurso.

Não está no livro que, no esquema socialista, comunista, partido do trabalhador, tinha a espécie. Tinha uma função lá para divulgar. É na história da Alemanha nazista, quando Hitler teve 96% de preferência. Não vem aqui... Eu não temo negócio de coisa, não. A ignorância é audaciosa, mas ninguém vem abrir, não. Eu abri foi o livro.

(Interrupção do som.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – MS) – Eu li foi o livro todinho: *Mein Kampf*. E o Partido do Hitler usava esse artifício. Aqueles que ficavam a mando de Goebbles, só falando das obras, das obras – antes de nascer – das obras, das obras, todo o tempo. Então, essa é uma situação histórica. E nós não temos medo de nada aqui, não. Nós temos medo de ter medo; medo de nos agacharmos diante da corrupção que está aí. Então, eu quero dizer o seguinte, essa é a verdade: nesse imbróglio todo, por uma falta de decisão – como ele – aqui quis Deus, veio o Ministro da Educação, Paulo Renato. Eu perguntei quantas vezes ele tinha vindo aqui. Paulo Renato saiu agora e disse “Quase vinte vezes”. Quase vinte vezes, Paulo Renato atendeu os chamamentos e esclareceu. Então, o erro... E um erro, uma desgraça nunca vem só, a Mãe do PAC atinge a Mãe da Decência, a Mãe da Dignidade, a Mãe da Virtude, que é a Sr^a Ruth Cardoso.

Feliz do país que não precisa buscar na história de outros países, de outros tempos. O exemplo está aí. Governei o Estado quando Fernando Henrique Cardoso era Presidente da República. Nunca votei nele. Eu votei no PMDB, em Quêrcia; depois votei em Ciro Gomes, meu vizinho. Mas quero dizer que o que estão fazendo com essa senhora, isso não existe! Então, a Ministra Dilma tem de vir aqui para salvaguardar a honra, a grandeza da mulher brasileira, representada nas virtudes da Mãe da Decência, que é Ruth Cardoso.

E um mal, como diz Padre Antônio Vieira, nunca vem só: mete agora um Senador nosso...

(Interrupção do som.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Alvaro Dias, símbolo da decência, da pureza, da dignidade.

Agora, a ignorância é audaciosa. Nós não tememos ignorância, não!

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – O próximo é o Senador Flávio Arns, mas como é uma questão de ordem para V. Ex^a...

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – É uma questão de ordem.

Sr. Presidente, solicito à Mesa, se possível de imediato, a transcrição das notas taquigráficas, porque eu ouvi – posso ter me enganado, mas eu ouvi – que a Ministra Dilma não é a mãe do PAC, mas que a Ministra Dilma é uma “galinha cacarejadora”. Então, eu quero que se confirme se isso foi dito ou não, porque eu posso ter me enganado. Agora, como mulher, eu não vou admitir que, no debate político, trate-se qualquer mulher, por mais adversária, inimiga que seja, com esses termos aqui no plenário do Senado.

Então, requeiro, de imediato, a transcrição da fita de áudio, para saber se foi dito isto que eu ouvi: que a Ministra Dilma não é a mãe do PAC, que é uma “galinha cacarejadora”.

É só isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Senadora, não é uma questão de ordem. É um requerimento, que será atendido na forma regimental. Eu já pedi à Secretaria que providencie imediatamente.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, eu peço que V. Ex^a...

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Aliás, Sr. Presidente, não é nem a primeira vez. Já vieram me informar que saiu em nota de jornais hoje essa mesma frase. Portanto, não seria nem a primeira vez. Já seria a segunda.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Presidente, quero que veja e reveja o meu pronunciamento. E eu trago o livro e entrego para V. Ex^a: o livro “*Mein Kampf*”, “*Minha luta*”, ele contando *que isso... o Goebbles... Eu li aqui. Foi o livro. Não foi esse parágrafo, não. Eu li outros: o “vermelho”, “companheiro”. Agora, eu tenho que saber a história para estar aqui e representar com grandeza esta Casa.*

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PDT – SP) – Senador, as notas taquigráficas serão apresentadas.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Nós não estamos falando de nazista, se é o seu padrão. Nós estamos falando aqui de respeito mínimo entre homens e mulheres! Quer fazer o debate político, faça-o com classe e com dignidade e não utilizando baixaria!

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Eu não aceito aqui pitiatismo não! Tem bem ali a assistência médica. Não tem nada de nazista! Eu sou do Piauí. Agora tem o serviço médico para tratar pitiatismo.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – O Senador usa *Mein Kampf* como subsídio para o seu discurso.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PDT – SP) – Eu gostaria que acalmasse o ambiente. Senão, vou suspender a sessão. Não vejo razão para esses debates paralelos tão enervados.

A Senadora fez um requerimento, que será atendido, e eu concedo a palavra ao Senador Flávio Arns.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Sr. Presidente, pela ordem.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA (PDT – CE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PDT – SP) – Eu estou atendendo a relação...

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é isonomia. O Estado do Piauí foi agredido e ofendido. Não se faz ofensa com ofensa. Eu não aceito, como piauiense, essa discriminação a meu Estado, Sr. Presidente. É um absurdo.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Não sei por que está entrando o Piauí, porque eu apenas me referi a uma declaração que eu ouvi e que me recuso a aceitar que tenho sido dito no Plenário, por isso pedi as notas. Não trouxe nada de Piauí aqui. Se querem trazer, é problema de outros, não meu.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Não vou pedir as fitas, não pedir...

A SRA. PATRÍCIA SABOYA (PDT – CE) – Sr. Presidente, pela ordem.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PDT – SP) – Isso está denegrindo a imagem do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Desliguei o microfone, porque está sendo denegrida a imagem do Senado.

Eu pediria calma para cada um requerer o que quiser sem agressão. Vamos agir com calma, senão vou encerrar a sessão. Não vejo razão para continuar esse estado de nervos que surgiu repentinamente.

V. Ex^a já requereu também a fita e será atendido, na forma da lei.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – A minha palavra foi cassada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Não foi cassada. V. Ex^a está atravessando o outro!

Respeito V. Ex^a, mas era a vez do Senador Flávio Arns, pela ordem. Nós já aferimos a lista de inscrição.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Se V. Ex^a estabelecer, posso dialogar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Termine, por favor, Senador.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, concordo que os nervos estão à flor da pele, mas não é porque os nervos estão à flor da pele que o meu Estado do Piauí pode ser agredido pela Líder do PT aqui. Sei

que existe uma discriminação contra o meu Estado, sim, mas com palavras e agressão, não. Não aceito isso, Sr. Presidente.

Não vou pedir à Taquigrafia nem nada, porque não sou policial. Não é o meu estilo. Agora, não aceito e repilo qualquer ofensa ao Estado do Piauí, porque a briga envolvendo Mão Santa e a Senadora não dá o direito de generalizar e agredir o meu Estado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Senadora Patrícia.

O MÃO SANTA (PMDB – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Presidente Senador Romeu, quero dizer que mantenho o que está escrito no livro e vou trazê-lo para V. Ex^a. Falei como se fala em Dona Ruth, como falou em Senador, mas as afirmações são do livro *Mein Kampf*, que entregarei a V. Ex^a. Ontem, eu o li. Não tem nada contra isso. Isso foi um debate. Agora, o livro foi lido ontem.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA (PDT – CE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Tem a palavra a Senadora Patrícia, como mulher.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA (PDT – CE. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Eu gostaria apenas, Sr. Presidente, de pedir um pouco de calma e de paciência. Nós conhecemos o Senador Mão Santa e sabemos que ele sempre se baseia nos livros para fazer suas colocações no Senado. Mas peço, fazendo um apelo ao Senador Mão Santa, pois talvez alguns não tenham lido esse livro ou não compreendam o que isso quer dizer, que V. Ex^a, numa atitude de grandeza, que sempre teve com esta Casa e com as mulheres, permita que essa expressão seja retirada, portanto, do seu pronunciamento.

Peço como mulher, porque sei do respeito que V. Ex^a tem pelas mulheres. Sei que, quando V. Ex^a quis tratar do assunto, talvez não tenha sido a sua intenção ofender a Ministra Dilma Rousseff. Tenho outra compreensão sobre o mérito. Penso que a Ministra deveria vir aqui apresentar-se e esclarecer os fatos até para que possamos voltar à normalidade dos trabalhos da Casa. Peço, como mulher e representante das mulheres do meu Estado, ao qual sei que V. Ex^a quer tanto bem, que V. Ex^a solicite retirar apenas essa expressão para que não seja mal compreendida e, amanhã, os jornais não a registrem.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – O Presidente da Casa tem prerrogativa de retirar.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA (PDT – CE) – Senador Heráclito Fortes, vou terminar de falar e concluir meu raciocínio. Senador Mão Santa, só quero evitar que, amanhã, por exemplo, os jornais e a imprensa em geral publiquem o assunto de uma forma que sei que não foi a intenção de V. Ex^a. Sei que basta um pedido de V. Ex^a para retirar apenas essa expressão.

Faça o seu discurso com veemência. Todos nós admiramos aqui a sua veemência em defesa do Brasil

e do Piauí. Mas eu pediria mais uma vez, fazendo um apelo, que apenas V. Ex^a tirasse isso, para que...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Senador Tuma, se me permite...

A SRA. PATRÍCIA SABOYA (PDT – CE) – ...as mulheres possam continuar sendo admiradoras do seu trabalho aqui no Senado.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – As mulheres são e eu simbolizo... Não há quem mais respeite todas. Agora, por que essa toda poderosa... Eu apenas li um trecho de um livro que a história conhece, *Mein Kampf*. Eu li um trecho que diz e foi aberto aí. E a minha intenção coincidiu com a de V. Ex^a: acabar isso. E V. Ex^a teve a sensibilidade de mulher, que ela deve ouvir, para ela vir acabar com esse bate-boca. Agora, temer ameaça aí, não temo não, está entendendo? Não temo não. Agora, o livro será oferecido, está aí, que eu li ontem. Agora, a intenção V. Ex^a interpretou. A intenção é para acabar isso. Eu disse que já estavam envolvendo outra mulher, que eu acho que é a mãe da decência, da dignidade e da ética: D. Ruth Cardoso.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Presidente Tuma! Para uma questão de ordem.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – V. Ex^a me permite, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Eu tenho a impressão... Eu pediria aos Srs. Senadores que se respeitem entre si. Nós temos uma ordem cronológica de inscrição.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – V. Ex^a tem a prerrogativa de retirar o que considerar ofensivo.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Senador Romeu Tuma, uma questão de ordem tem precedência.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Eu pediria ao Senador... Em respeito aos que se inscreveram, o Senador Arthur Virgílio está pedindo para poder pôr uma água fria...

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Eu tenho uma questão de ordem, que tem precedência, arts. 403 e 19 do Regimento Interno. Uma questão de ordem tem precedência.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Eu vou ler um requerimento...

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Mas é uma questão de ordem, Senador Tuma!

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Pois não, Senador.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas dizer que é uma prerrogativa da Presidência retirar palavras insultuosas a quem quer que seja. V. Ex^a pode pacificar o ambiente, num primeiro passo, imediatamente, que é uma prerrogativa sua.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Peço desculpas ao Senador Mão Santa, mas peço para retirar das notas taquigráficas a expressão mal-usada que gerou esta confusão. Peço desculpas a V. Ex^a, mas peço para retirar a expressão.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, para uma questão de ordem, na esteira do que formulou o Senador Tião Viana.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – A questão de ordem já foi respondida. Vou ler só um requerimento e, em seguida, dou a palavra V. Ex^a.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mão Santa.

É lido o seguinte:

Ofício GLC nº 37/08

Brasília, 2 de abril de 2008

Assunto: Indicação de Vice-Líder do Governo no Congresso Nacional

Senhor Presidente,

Nos termos da Resolução nº 1, de 2008–CN, indico o senhor Deputado Gastão Vieira – PMDB/MA para o cargo de Vice-Líder do Governo no Congresso Nacional.

Atenciosamente, – Senadora **Roseana Sarney**, Líder.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OF. GLPMDB nº 91/2008

Brasília, 2 de abril de 2008

Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo, solicito a Vossa Excelência providências no sentido de tornar sem efeito os seguintes ofícios: OF. GLPMDB nº 37/2008 e OF. GLPMDB nº 50/2008 (anexos).

Esclareço que encaminharei, oportunamente novas indicações para a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO.

Na oportunidade renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Valdir Raupp**.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – O ofício lido vai à publicação.

Senador Arthur Virgílio, eu tenho...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, de maneira bastante rápida. O Senador Flávio Arns me permite.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Sim, Senador.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, vejo que a palavra da Senadora Patrícia foi extremamente sensata.

Tenho certeza de que algo que sempre marcou a presença do Senador Mão Santa, nas suas freqüentes idas à tribuna da Casa, foi o respeito à mulher. Este é um fato. Vou deixar bem claro: acho que realmente o Senador deve pedir, ele próprio, o Senador Mão Santa, mais do que a Presidência usar da sua prerrogativa.

Conheço a grandeza do Senador Mão Santa, conheço a sua generosidade, conheço a sua valentia, conheço a sua grandeza. A Ministra Dilma Rousseff deve merecer de todos nós o respeito que devemos à mulher, que devemos ao ser humano, que devemos ao adversário e que devemos ao aliado.

Sem respeito não se é bom aliado, sem respeito não se é adversário leal, sem respeito nós estabeleceremos um clima absolutamente selvagem na relação política desta Casa e isso não pode acontecer. Devo dizer que as medidas todas que estamos propondo visam a esclarecer fatos que são notícia fundamental da imprensa brasileira hoje.

Considero-me, Senador Mão Santa, um dos seus melhores amigos nesta Casa, um dos seus mais próximos amigos. Entendo que não foi o Senador Mão Santa, Sr. Presidente, quem criou essa frase. Ele leu a frase infeliz de alguém mais. Essa frase é infeliz. Essa frase não faz justiça à mãe de família que é a Ministra.

Peço, como amigo, ao Senador Mão Santa que, em um gesto de grandeza – e é grande quem como ele salvou tantas vidas com sua capacidade de fazer cirurgias efetivamente miraculosas –, mostre sua grandeza. Ele não precisaria nem mostrá-la, não fosse este episódio. Peça a retirada dos Anais da Casa dessa expressão que não nos conduz à coisa alguma, não nos ajuda a esclarecer, não faz a Ministra vir aqui, não faz a Ministra deixar de vir. Não nos ajuda a esclarecer. É uma demonstração, Senador Mão Santa, da grandeza de V. Ex^a de tomar a iniciativa de pedir...

O Sr. Romeu Tuma, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Papaléo Paes, Suplente de Secretário.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Senador Arthur Virgílio, é o seguinte, ô Tião Viana, vamos aqui...

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Objetivo, Senador Mão Santa!

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Antoine de Saint-Exupéry diz que a linguagem é fonte de desentendimento. O pronunciamento foi ali, claro, histórico, importante para o momento. Não tecia comentários. Foi profundo. Não tecia comentário a este, tinha vários setores. Fiz uma análise sobre o porquê do vermelho que era usado lá. Fiz a análise do termo: não é senhores e senhoras, é companheiro. Foi lá, está no livro. Foi

feita a análise. Até Jefferson Péres, que é um intelectual também – e depois fui ver –, disse que o nome do partido tinha “trabalhadores”: “Socialista”, “Nacionalista” e “dos Trabalhadores”. O Jefferson, depois eu fui lhe mostrar... E que o esquema político, atentai bem, era useiro e vezeiro, tinha umas – lá no livro tem e trarei o livro. Li no livro que eles apelidavam homem e mulher, quem estivesse, de galinhas cacarejadoras, que eles tinham essa missão. A história se repete. Diante da obra, depois da obra ficar cacarejando... Só isso, com problema do país... E mulher... Não há quem ame mais mulher do que eu. A Nossa Senhora, a minha mãe... Eu fiz uma análise histórica...

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Senador Mão Santa, a Mesa...

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Hoje eu fiz uma análise do País em que nós vivemos...

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Senador Mão Santa, prorrogo a sessão por mais...

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Eu li isto, eu li do livro.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Prorrogo a sessão por mais...

Senador Mão Santa, prorrogo a sessão por mais um minuto apenas.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – *(Fala fora do microfone.)* ...as minhas palavras foram dirigidas a todos que estão agindo dessa maneira, homem, mulher, não tem sexo, não. Aqui também disse: todos que estão embalados nesse cacarejamento foram atingidos...

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Vou encerrar a presente sessão.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Não há mais oradores inscritos.

Os Srs. Senadores Arthur Virgílio, Mário Couto, Marconi Perillo, Alvaro Dias, a Sr^a Senadora Marisa Serrano, os Srs. Senadores Sérgio Guerra, Papaléo Paes, Flexa Ribeiro, Romero Jucá, a Sr^a Senadora Patrícia Saboya e o Sr. Senador Flávio Arns enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^a e Srs Senadores, peço um minuto da atenção de V. Ex^{as} para registrar que recebi, em meu gabinete, folder encaminhado pela Associação Brasileira dos Contribuintes – ABRAPI, no qual são destacadas as principais bandeiras e metas daquela Associação.

A ABRAPI foi fundada em julho de 2000 e tem como missão defender os legítimos interesses de toda a classe produtiva brasileira, representada pelos pagadores de tributos, sejam estas pessoas físicas ou jurídicas.

Entre as principais bandeiras da Associação estão a simplificação do sistema tributário nacional, a redução da carga tributária, a desoneração da folha de salários, a conscientização da população sobre o quanto se paga de impostos e a melhoria dos serviços públicos.

Enfim, Sr. Presidente, faço esse registro por considerá-lo oportuno neste momento em que iremos discutir a proposta de reforma tributária recentemente encaminhada pelo governo à Câmara dos Deputados.

Estamos no momento certo para uma reforma, com recordes na arrecadação tributária (mesmo com o fim da CPMF, a cobrança de impostos e contribuições federais atingiu R\$62,6 bilhões em janeiro); no entanto, a proposta do governo em momento algum trata da redução ou simplificação da carga tributária, passando ao largo do corte de impostos.

Como segundo assunto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, questões ligadas ao saneamento ambiental e à responsabilidade dos governantes serão temas que o meu Estado escolheu para comemorar o *Dia Mundial da Água*.

Em primeiro lugar, nenhum lugar é mais adequado do que Manaus para debates dessa natureza. Ali, amanhã, com o apoio da ONU e do Governo, três painéis serão desenvolvidos, com a participação de técnicos que trabalham no setor ligado ao meio ambiente. Pela manhã, em mesa-redonda, serão debatidos aspectos do saneamento ambiental no Brasil e o papel dos governantes nessa área.

Chamou-me a atenção a palestra que, nessa oportunidade será proferida pela técnica Nadia Ferreira, da Secretaria Estadual de Meio Ambiente do Amazonas. Ela apresentará aos presentes projeto em curso na capital do meu Estado, acerca do aproveitamento e armazenamento de água da chuva. O programa tem a denominação de "Prochuva" e merece aplausos pelas suas características, se não inusitadas, ao menos altamente significativas. De fato, falar em aproveitamento da chuva na região que detém as maiores reservas de água do mundo demonstra que o meu Estado se coloca em posição de vanguarda. É assim que se faz, pensando na racionalização e no aproveitamento dos recursos naturais.

Era meu intento comparecer ao encontro, mas, lamentavelmente, as minhas obrigações de líder partidário não permitem que me ausente de Brasília neste final de semana.

Por isso, transmito aos organizadores e participantes desse encontro de Manaus os melhores votos de êxito nos debates.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, como terceiro assunto, gostaria de dizer que tive a grata alegria, este mês, de participar em Manaus do II Fórum-Feira de Inovações Rede Sociedade Solidária.

Foi uma iniciativa da Legião da Boa Vontade, com o apoio do Prefeito de Manaus, Serafim Corrêa, e versou sobre *Desenvolvimento Sustentável*.

Mais do que simples fórum ou feira, o encontro destinou-se, sobretudo, a uma troca de opiniões acerca de experiências bem sucedidas da administração pública e particular.

Os resultados serão encaminhados, em relatório da LBV, ao Conselho Econômico e Social, organismo da Organização das Nações Unidas-ONU, para apresentação na Reunião do Alto Segmento, da mesma entidade, em julho próximo, em Nova York.

Fui convidado pelo meu trabalho como Prefeito de Manaus, época em que ali promovi a construção do Parque do Mindu, que, por sinal, serviu de palco para o Fórum de Inovações a que me refiro.

O Parque do Mindu é ainda hoje exemplo expressivo de obra pública, de amplo uso popular, engravado no centro urbano de Manaus sem, no entanto, agredir a floresta. Ao contrário, concorre para a sua preservação, meta absoluta da atualidade brasileira e mundial.

Ao fazer esse registro, transmito ao Prefeito Serafim Corrêa agradecimentos sinceros pela acolhida com que me distinguiu na oportunidade do Fórum.

Desejo também, como quarto assunto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, pedir a palavra neste momento para solicitar que seja inserida nos Anais do Senado Federal a matéria intitulada "No governo não tem caos aéreo", publicada na revista IstoÉ em sua edição de 9 de março do corrente.

A referida matéria mostra como os ministros do governo do presidente Lula "usam e abusam" de viagens a bordo de aeronaves do Grupo de Transporte Especial da Força Aérea Brasileira.

Segundo a matéria, relatórios em poder da revista mostram que, "no mesmo período em que a população enfrentava o caos aéreo e testava a paciência em intermináveis filas nos aeroportos brasileiros, ministros de Estado se valeram da mordomia não apenas a serviço ou em missões especiais, mas para ir e voltar de casa durante os fins de semana".

Sr. Presidente, para concluir, requeiro mais uma vez que a matéria acima citada seja considerada, na íntegra, como parte integrante deste pronunciamento para que, assim, passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Muito obrigado.

Era o que tinha a dizer.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SR SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Principais conquistas da ABRAPI

- É fruto do Movimento Empresarial Catarinense, mobilização que teve início em 1998 para reivindicar uma legislação tributária mais justa, visando os seguintes objetivos:

- Aumentar o nível de atividade econômica das empresas.
- Recuperar a saúde financeira e reduzir a taxa de inadimplência dos contribuintes.
- Ampliar o nível de investimentos para melhorar a competitividade da economia catarinense e geração de mais empregos.
- REFIS – Programa de Recuperação Fiscal, liderado pelos empresários catarinenses Hans Prayon e Daniel Camilotti.
- Ofício da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional que atendeu pleito da ABRAPI, orientando as suas Unidades Regionais para suspender as execuções fiscais relativas às empresas optantes do REFIS.
- MOVIMENTO NACIONAL CONTRA A PRORROGAÇÃO DA CMPE.
- Ação conjunta com outras Entidades Empresariais e mobilização de Parlamentares para a não prorrogação da CPMF.
- Campanha do Imposto Justo, com o objetivo de conscientizar a população da incidência de impostos em cada produto.

Quem SOMOS

Fundada em 18 de julho de 2000, a ABRAPI

é uma entidade sem fins lucrativos, que tem como missão defender os legítimos interesses de toda a classe produtiva brasileira, representada pelos pagadores de tributos, sejam estes pessoas físicas ou jurídicas.

Os princípios fundamentais que regem suas ações estão, portanto, voltados para resultados e focados em todo e qualquer cidadão que produz ou consome produtos e serviços neste país.

Com sede em Blumenau, Santa Catarina, a ABRAPI tem seu estatuto inspirado na "Bund der Steuerzahler", União Alemã dos Pagadores de Impostos, já consagrada em 29 países e com aproximadamente 430 mil empresas e entidades associadas.

Principais bandeiras da ABRAPI

Entre várias ações planejadas pela ABRAPI, destacam-se:

- 1- SIMPLIFICAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL
Redução do número de taxas, impostos e contribuições.
- 2- REDUÇÃO DA CARGA TRIBUTARIA
Tornar os produtos nacionais mais competitivos perante a globalização da economia, adequando a tributação à capacidade contributiva das empresas e dos cidadãos, em nível Municipal, Estadual e Federal.
- 3- DESONERAÇÃO DA FOLHA DE SALÁRIOS
Redução do custo para incentivar mais as contratações.
- 4- CONSCIENTIZAÇÃO DA POPULAÇÃO SOBRE O QUANTO SE PAGA DE IMPOSTOS
Realização de campanhas junto à comunidade estudantil e na mídia, demonstrando o que é valor do produto e o que é imposto.
- 5- MELHORIA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS
Cobrar dos governos Municipais, Estaduais e Federal, que os serviços públicos sejam de qualidade, como retorno do imposto arrecadado

NO GOVERNO NÃO TEM CAOS AÉREO

EXCLUSIVO

Documentos mostram que ministros usam jatos da FAB para ir e voltar de suas casas e ainda dão carona para parentes e assessores

Por **SÉRGIO PARDELIAS**

VÔOS DA ALEGRIA
Hélio Costa, Dilma, Tarso, Orlando Silva, Marta e Patrus estão entre os que voltam para casa nos jatos da Força Aérea Brasileira

A companhia aérea preferida por parte dos ministros do governo Lula tem três letras, melhorou recentemente a frota e seus pilotos são muito bem treinados. Mas esses ministros não viajam nem de TAM nem de Gol. Usam e abusam das viagens a bordo de aeronaves do Grupo de Transporte Especial (GTE) da Força Aérea Brasileira (FAB). É isso o que revelam documentos confidenciais obtidos por ISTOÉ sobre a movimentação de autoridades do primeiro escalão nos anos de 2006 e 2007. Os relatórios mostram que, no mesmo período em que a população enfrentava o caos aéreo e testava a paciência em intermináveis filas nos aeroportos brasileiros, ministros de Estado se valeram da mordomia não apenas a serviço ou em missões especiais, mas para ir e voltar de casa durante os fins de semana. Na linguagem empregada nos papéis da Aeronáutica, são os chamados “deslocamentos para residência permanente”, que deviam se constituir numa exceção, não numa regra, como se constata no levantamento.

Os planos de vôos dos seis tipos de avião da FAB disponíveis para as autoridades – Learjet, Learjet Vip, Brasília, Legacy, Embraer 145 e Xingu – também contemplaram viagens em feriados e datas comemorativas, dias em que não costuma haver

BRASIL

DIA	MES	ANO	ORGAP	ROTA	ANV	QH	PASSAGEIROS	MOTIVO
01	01	2007	MCO(T)	SBBR/SBBQ	C-97	1000 HBV		
01	01	2007	MCO	SBBQ/SBBR	C-97	1315 HBV	Ministro Hélio Costa	
DIA	MES	ANO	ORGAP	ROTA	ANV	QH	PASSAGEIROS	MOTIVO
01	01	2007	MES(T)	SBBR/SBSP	VU-55	0650 HBV		
01	01	2007	MES	SBSP/SBBR	VU-55	0925 HBV	Ministro Orlando Silva Júnior Ministro Márcio Thomaz Bastos Sr. Marcos Proença Sr. Wanderley Nunes Sr. Gustavo Petta	A serviço

DRIBLE NA LEGISLAÇÃO Os relatórios de voo mostram que o chamado "deslocamento para residência permanente" virou prática comum, e que foi considerada atividade profissional acompanhar a posse de Lula em 1º de janeiro de 2007

expediente em Brasília. Isso ocorreu durante as celebrações do Natal, Ano-Novo e Carnaval. Há ainda registros de verdadeiros vôos charters, com assessores, parentes, amigos e parlamentares do mesmo Estado do ministro pegando carona na sexta-feira para voltar para casa, retornando a Brasília no início da semana.

Um dos exemplos do uso indiscriminado dos aviões da FAB pelo primeiro escalão do governo, cujos trajetos, ao custo médio de R\$ 25 mil, dependendo do modelo do jato, são pagos com o dinheiro do contribuinte, foi a ida dos ministros para a posse presidencial em 1º de janeiro de 2007 em Brasília. O escrutínio das umas já apontava, em outubro de 2006, a renovação por mais quatro anos do mandato de Lula. Todos os ministros e candidatos a integrantes da futura equipe de governo já tinham conhecimento da data da posse pelo menos com dois meses de antecedência. Mesmo assim, ministros como Tarso

Genro, então das Relações Institucionais, Dilma Rousseff, da Casa Civil, Paulo Bernardo, do Planejamento, Orlando Silva, do Esporte, Márcio Thomaz Bastos, da Justiça, e Hélio Costa, das Comunicações, preferiram se deslocar para Brasília desfrutando do conforto e da comodidade dos jatos da FAB a reservar com antecedência seus respectivos assentos nos aviões de carreira.

Os ministros Thomaz Bastos e Orlando Silva foram de São Paulo a Brasília no mesmo avião, um Learjet VIP que também acomodou numa de suas aconchegantes poltronas o presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), Gustavo Petta. A aeronave saiu da base aérea paulista às 9h25. A bordo de outro jatinho, Tarso Genro embarcou de Porto Alegre para Brasília às 8h50. Hélio Costa saiu de Barbacena, sua terra natal. Enquanto Dilma e Paulo Bernardo partiram de Salvador, onde passaram o Réveillon, com destino à capital federal a bordo do Legacy da FAB.

Em todos os casos, o motivo alegado para o uso dos jatinhos da FAB foi o de que os ministros estavam "a serviço".

Gilberto Gil, ministro da Cultura, deu a mesma justificativa quando se valcu da mordomia dos jatos Learjet, Brasília e Embraer 145 para voar sem preocupação com filas e atrasos pelo circuito Rio de Janeiro e Salvador entre os dias 15 e 19 de fevereiro do ano passado. Ou seja, Gil recorreu aos serviços da FAB em pleno Carnaval, festa da qual é notório protagonista ao subir em seu trio elétrico – o chamado Expresso 2222 – e inflamar a multidão pelas ruas de Salvador. Ele fez o trecho Brasília-Salvador em 15 de fevereiro e, três dias depois, seguiu para o Rio, levando de carona o então ministro do Turismo, Walfrido dos Mares Guia, e o governador da Bahia, Jaques Wagner, e suas respectivas mulheres, Sheila dos Mares Guia e Fátima Mendonça. Procurado por ISTOÉ, ele disse que faz uso desse transporte apenas em viagens oficiais,

TODOS A BORDO DOS AVIÕES DA FAB DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2006, AS AERONAVES DISPONÍVEIS PARA OS MINISTROS PERCORRERAM 1.351 TRECHOS (IDAS E VOLTAS)

> Patrus Ananias

É o recordista em viagens para casa. Dos 13 meses analisados, ele utilizou o avião da FAB em 42 fins de semana para ir e voltar a BH. Média de 3,2 por mês

CONFIDENCIAL

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

DIA	MES	ANO	ORGAP	ROTA	ANV	QH	PASSAGEIROS	MOTIVO
05	01	2007	MDS	SBBR/SBBH	VU-35	1450 HBV	Ministro Patrus Ananias Sr. Roridan Duarte	Deslocamento para residência permanente
05	01	2007	MDS(T)	SBBH/SBBR	VU-35	1655 HBV		
08	01	2007	MDS(T)	SBBR/SBBH	C-97	1750 HBV		
12	01	2007	MDS	SBBR/SBBH	VU-35	1520 HBV	Ministro Patrus Ananias Sra. Vera Maria Ananias	Deslocamento para residência permanente
12	01	2007	MDS(T)	SBBH/SBBR	VU-35	1715 HBV		
15	01	2007	MDS(T)	SBBR/SBBH	C-97	0720 HBV		

em geral, em três tipos de situação: 1) quando viaja para locais de difícil acesso; 2) quando é convocado para reuniões pela Presidência ou Casa Civil; 3) quando sua agenda exige deslocamentos mais ágeis e emergenciais que não se ajustem aos vôos das companhias aéreas.

Transportar no mesmo avião autoridades, assessores, parentes e até amigos é comum entre os usuários das aeronaves da Força Aérea Brasileira. É a união do útil ao agradável. Em suas viagens para Porto Alegre, no fim de semana, a bordo dos jatos da Aeronáutica, a ministra Dilma já transportou o deputado gaúcho e dileto amigo, hoje líder do governo na Câmara, Henrique Fontana (PT-RS). Gil, por exemplo, levou para o Rio, no dia 2 de janeiro de 2007, o compositor Jorge Mautner, que também trabalha no programa Pontos de Cultura do governo federal. No dia 8 de março de 2007, o então ministro Walfrido fez uma viagem pluripartidária a Minas Gerais, ao dar carona para os conterrâncos,

o deputado Virgílio Guimarães (PT-MG) e o peemedebista Hélio Costa. O ministro da Educação, Fernando Haddad, por sua vez, preferiu transportar a família – a esposa, Ana Estela, e a filha, Carolina – num Learjet VIP para São Paulo, no dia 10 de dezembro de 2006. O maior caronaço, no entanto, ocorreu no dia 5 de abril de 2007. Um dos mais antigos aviões da frota da Força Aérea Brasileira, o “Brasília”, partiu da capital da República com destino a Belo Horizonte levando os ministros Walfrido, Nelson Jobim, da Defesa, os governadores do Piauí, Wellington Dias, e de Sergipe, Marcelo Deda, e esposas, e os três filhos de Wellington. A julgar pelo plano de vôo, os passageiros passaram o fim de semana na capital mineira. O avião retornou para Brasília num domingo, dia 8 de abril, com as mesmas autoridades e seus parentes.

O ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias, não esteve nesse vôo rumo à terra do

pão de queijo, mas é o recordista em viagens para casa ou “deslocamento para residência permanente” em 2006 e 2007. Durante os 13 meses analisados pelos relatórios oficiais, Patrus utilizou os aviões da FAB em 42 fins de semana para ir e voltar para Belo Horizonte, o que corresponde a uma média de mais de três fins de semana por mês. **Na maioria das vezes, voou acompanhado da mulher, Vera Ananias, como no dia 12 de janeiro de 2007, quando partiu de Brasília para Belo Horizonte às 15h20 a bordo de um Learjet VIP.** O ex-ministro do Turismo Walfrido dos Mares Guia, por pouco não igualou a marca. Utilizou os aviões da FAB para ir e voltar para Belo Horizonte em 40 fins de semana dos 52 analisados. A ministra do Turismo, Marta Suplicy, que, no apogeu da crise, cunhou a infeliz frase do “relaxa e goza”, também chegou perto do índice do colega de Ministério. Registrou uma média de exatos três fins de semana por mês. Em três meses, chegou a ir e voltar para

➤ Patrus Ananias

O ministro do Esporte voou nos jatos da FAB 29 vezes em um ano. Nesse período, em seis fins de semana usou o avião para ir ou voltar da sua casa em São Paulo

➤ Marta Suplicy

A ministra do Turismo chegou a ir e voltar para São Paulo em nove fins de semana num período de três meses. Média de 3 fins de semana por mês

➤ Tarso Genro

Nos 13 meses analisados, o ministro da Justiça usou os jatos da FAB em 17 fins de semana em viagens de ida e volta a Porto Alegre. A média foi de 1,3 vôo por mês

➤ Hélio Costa

O ministro usou os jatinhos da FAB 14 vezes. Seis delas para ir ou voltar a Belo Horizonte. Em 1º de janeiro de 2007, usou o avião para ir à posse de Lula

16	03	2007	MJU	SBBR/SBPA	VU-35	1805 P	Ministro Tarso Fernando Herz Genro Sra. Sandra Sra. Vera Spolidoro Sr. Ronaldo Teixeira Sr. Luiz Fernando	Deslocamento para residência permanente
16	03	2007	MJU(T)	SBPA/SBBR	VU-35	2145 P		
23	03	2007	MJU	SBBR/SBPA	VC-99	1630 P	Ministro Tarso Fernando Herz Genro Sra. Vera Spolidoro Sr. Ronaldo Teixeira	Deslocamento para residência permanente
23	03	2007	MJU(T)	SBPA/SBBR	VC-99	2045 P		
25	03	2007	MJU(C)	SBBR/SBPA	VC-99	1225 P		
CONFIDENCIAL Casa Civil da Presidência da República								
29	03	2007	MCC	SBBR/SBPA	VC-99	1845 P	Ministra Dilma Rouseff Sr. Guilherme Sr. Henrique Fontana Sr. Anderson Dornelles	Deslocamento para residência permanente
20	04	2007	MCC	SBBR/SBPA	C-99	1825 P	Ministra Dilma Rouseff	Deslocamento para residência permanente

São Paulo nove vezes, sempre na sexta-feira, com retorno no domingo ou na segunda. Uma das idas de Marta para São Paulo ocorreu no dia 4 de maio de 2007, uma sexta-feira, às 13h40. A assessoria da ministra diz que ela cumpre suas agendas voando em aeronaves da FAB e em aviões comerciais, dependendo do compromisso a ser cumprido e da disponibilidade de aeronaves. E que Marta está amparada pelo decreto que disciplinou a utilização dos jatos em 2002. Já Tarso Genro foi mais econô-

mico: utilizou o avião da FAB em 17 fins de semana para ir e voltar para Porto Alegre em um ano, o equivalente a uma média de 1,3 vôo por mês.

A ministra Dilma, nos 13 meses pesquisados, escolheu os jatos oficiais, em detrimento dos aviões comerciais, em 37 ocasiões. Na maioria das vezes, voou a serviço. Mas, em quatro fins de semana, lançou mão da mordomia para ir e voltar para Porto Alegre. Segundo sua assessoria, um dos vôos de Dilma para sua cidade natal a bordo da aeronave da FAB, o

do dia 25 de maio de 2007, foi necessário por "incompatibilidade de agenda", uma vez que a ministra, nesse dia, teve de despachar até as 20h no Palácio do Planalto. Outra viagem – a do dia 28 de julho de 2006 – teve como finalidade, segundo a assessoria da Casa Civil, o cumprimento de uma agenda na Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (Fiergs).

No total, as viagens de ministros com os jatos da FAB cresceram entre 2006 e 2007. De janeiro a dezembro de 2006, as aeronaves disponíveis para

A FARRA DA ANAC MAIS DE 20 MIL PASSAGENS DE GRAÇA

Ao longo de 2007, enquanto milhões de passageiros do transporte aéreo enfrentaram filas e atrasos nos aeroportos, não se via um único dirigente da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) nos aeroportos. Onde estavam eles? Com frequência espantosa, viajavam de graça, com passagens cedidas pelas empresas que deveriam

fiscalizar. Entre 20 de março de 2006 e 15 de agosto, no pior período do apagão aéreo, o pessoal da Anac utilizou 19.071 "requisições de transporte aéreo não remunerado", segundo levantamento da Comissão de Ética Pública da Presidência da República. A antiga diretoria da Anac fez a festa com passagens gratuitas para fins particulares de preferência nos fins de semana.

O então diretor-presidente da Anac, Milton Zuanazzi, realizou 64 viagens, 17 delas em fins de semana, sendo 15 para sua cidade de origem, Porto Alegre. Nenhuma das 64 viagens foi para cumprir fiscalização do setor aéreo. Zuanazzi apresentou 51 memorandos de requisição de transporte à comissão para justificar suas andanças, mas em 21 não há código da missão. Ele feriu portaria

CONFIDENCIAL

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

DIA	MES	ANO	ORGAP	ROTA	ANV	QH	PASSAGEIROS	MOTIVO
05	01	2007	MDS	SBBR/SBBH	VU-35	1450 HBV	Ministro Patrus Ananias Sr. Roridan Duarte	Deslocamento para residência permanente
05	01	2007	MDS(T)	SBBH/SBBR	VU-35	1655 HBV		
08	01	2007	MDS(T)	SBBR/SBBH	C-97	1750 HBV		
12	01	2007	MDS	SBBR/SBBH	VU-35	1520 HBV	Ministro Patrus Ananias Sra. Vera Maria Ananias	Deslocamento para residência permanente
12	01	2007	MDS(T)	SBBH/SBBR	VU-35	1715 HBV		
15	01	2007	MDS(T)	SBBR/SBBH	C-97	0720 HBV		

em geral, em três tipos de situação: 1) quando viaja para locais de difícil acesso; 2) quando é convocado para reuniões pela Presidência ou Casa Civil; 3) quando sua agenda exige deslocamentos mais ágeis e emergenciais que não se ajustem aos vôos das companhias aéreas.

Transportar no mesmo avião autoridades, assessores, parentes e até amigos é comum entre os usuários das aeronaves da Força Aérea Brasileira. É a união do útil ao agradável. Em suas viagens para Porto Alegre, no fim de semana, a bordo dos jatos da Aeronáutica, a ministra Dilma já transportou o deputado gaúcho e dileto amigo, hoje líder do governo na Câmara, Henrique Fontana (PT-RS). Gil, por exemplo, levou para o Rio, no dia 2 de janeiro de 2007, o compositor Jorge Mautner, que também trabalha no programa Pontos de Cultura do governo federal. No dia 8 de março de 2007, o então ministro Walfrido fez uma viagem pluripartidária a Minas Gerais, ao dar carona para os conterrâneos,

o deputado Virgílio Guimarães (PT-MG) e o peemedebista Hélio Costa. O ministro da Educação, Fernando Haddad, por sua vez, preferiu transportar a família – a esposa, Ana Estela, e a filha, Carolina – num Learjet VIP para São Paulo, no dia 10 de dezembro de 2006. O maior caronaço, no entanto, ocorreu no dia 5 de abril de 2007. Um dos mais antigos aviões da frota da Força Aérea Brasileira, o “Brasília”, partiu da capital da República com destino a Belo Horizonte levando os ministros Walfrido, Nelson Jobim, da Defesa, os governadores do Piauí, Wellington Dias, e de Sergipe, Marcelo Deda, e esposas, e os três filhos de Wellington. A julgar pelo plano de vôo, os passageiros passaram o fim de semana na capital mineira. O avião retornou para Brasília num domingo, dia 8 de abril, com as mesmas autoridades e seus parentes.

O ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias, não esteve nesse vôo rumo à terra do

pão de queijo, mas é o recordista em viagens para casa ou “deslocamento para residência permanente” em 2006 e 2007. Durante os 13 meses analisados pelos relatórios oficiais, Patrus utilizou os aviões da FAB em 42 fins de semana para ir e voltar para Belo Horizonte, o que corresponde a uma média de mais de três fins de semana por mês. **Na maioria das vezes, voou acompanhado da mulher, Vera Ananias, como no dia 12 de janeiro de 2007, quando partiu de Brasília para Belo Horizonte às 15h20 a bordo de um Learjet VIP.** O ex-ministro do Turismo Walfrido dos Mares Guia, por pouco não igualou a marca. Utilizou os aviões da FAB para ir e voltar para Belo Horizonte em 40 fins de semana dos 52 analisados. A ministra do Turismo, Marta Suplicy, que, no apogeu da crise, cunhou a infeliz frase do “relaxa e goza”, também chegou perto do índice do colega de Ministério. Registrou uma média de exatos três fins de semana por mês. Em três meses, chegou a ir e voltar para

> Patrus Ananias

O ministro do Esporte voou nos jatos da FAB 29 vezes em um ano. Nesse período, em seis fins de semana usou o avião para ir ou voltar da sua casa em São Paulo

> Marta Suplicy

A ministra do Turismo chegou a ir e voltar para São Paulo em nove fins de semana num período de três meses. Média de 3 fins de semana por mês

> Tarso Genro

Nos 13 meses analisados, o ministro da Justiça usou os jatos da FAB em 17 fins de semana em viagens de ida e volta a Porto Alegre. A média foi de 1,3 vôo por mês

> Hélio Costa

O ministro usou os jatinhos da FAB 14 vezes. Seis delas para ir ou voltar a Belo Horizonte. Em 1º de janeiro de 2007, usou o avião para ir à posse de Lula

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Lula ‘estorrece’, afirma presidente do TSE”, publicada no jornal **Folha de S. Paulo** de 03 de março de 2008.

A matéria destaca que após troca de farpas com o presidente Lula na semana passada, Marco Aurélio de Mello, presidente do TSE, Tribunal Superior Eleitoral, disse que o petista “estorrece” ao falar de improviso e sugeriu que o novo programa social do governo, o Territórios da Cidadania, fere a lei eleitoral.

Senhor Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Como segundo assunto, Sr Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Denúncia diz ser

‘indubitável’ ação de Palocci”, publicada no jornal **Folha de S. Paulo** de 29 de fevereiro de 2008.

A matéria destaca que a denúncia do Ministério Público Federal no caso do caseiro Francenildo dos Santos Costa diz ser “incontroversa” e “indubitável” a constatação de que houve uma quebra ilegal de seu sigilo bancário por parte do ex-ministro da Fazenda Antonio Palocci, do ex-presidente da CEF Jorge Mattoso e do ex-assessor de imprensa de Palocci, Marcelo Netto.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE
O SR. SENADOR MÁRIO COUTO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Lula ‘estorrece’, afirma presidente do TSE

Apesar de considerar a troca de ataques com o petista um ‘episódio superado’, Marco Aurélio sugere que governo descumpra a lei

Ministro, que julgará no STF se ‘Territórios da Cidadania é ‘eleitoreiro’, diz que lei veta criação e ampliação de programas em ano eleitoral

EDUARDO SCOLESSE
DA SUBCURSAL DE BRASÍLIA

Após a troca de farpas com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva na semana passada, Marco Aurélio Mello, presidente do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) e ministro do STF (Supremo Tribunal Federal), disse ontem que o petista “estorrece” ao falar de improviso e sugeriu que o novo programa social do governo, o Territórios da Cidadania, fere a lei eleitoral.

“Sou uma pessoa que precociza a liberdade de expressão e homenageia a espontaneidade. Só que a espontaneidade deve se fazer em um ambiente sadio, em um ambiente de equilíbrio, em alto nível, sem agressões e menos agressões pessoais”, disse, acrescentando em seguida: “Conhecemos o estilo do presidente. Às vezes, quando deixa o script e parte para o improviso, ele não nos surpreende, ele nos estorrece, como nos estorreceu agora por último”.

Em mais uma resposta a Lula, que recomendou a Marco

Aurélio que renunciasse ao cargo de ministro do Supremo e se candidatasse a um cargo público caso quisesse “falar bobagens”, o presidente do TSE afirmou que “as bobagens não são uma primazia dos políticos”.

Na última quinta-feira, em fala de improviso em Aracaju (SE), Lula afirmou que “seria tão bom se o Poder Judiciário metesse o nariz apenas nas coisas deles, o Legislativo apenas nas coisas deles e o Executivo apenas nas coisas deles”. No dia seguinte, disse que “não existe crise de Poderes no país” e que tem o direito “de dar palpites e julgar os palpites dos outros”.

A declaração de Lula sobre o Judiciário foi uma resposta ao presidente do TSE, que, dias antes, havia dito que o novo programa de combate à pobreza rural poderia ser contestado judicialmente. Ontem, Marco Aurélio disse que o episódio está superado. “Creio que os fatos ficaram esclarecidos e houve uma exacerbação, essa exacerbação foi escancarada e se buscou uma correção de rumos.”

Programa social

Centro da polêmica e lançado por Lula na semana passada, o Territórios da Cidadania vai atender 7,8 milhões de pessoas que vivem na zona rural de 958 municípios de todos os Estados. A marca “Territórios da Cidadania” é nova e irá agrupar ações já existentes. Não há recursos novos ao programa.

Ontem, Marco Aurélio sugeriu que o programa poderá ser contestado por descumprir a Lei 9.504: “Se a lei não permite sequer o elastecimento [de programas], ela também não permite a criação, que é algo de vergadura maior, não é?”.

A lei proíbe, em ano eleitoral, “a distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios por parte da Administração Pública, exceto nos casos de calamidade pública, de estado de emergência ou de programas sociais autorizados em lei e já em execução orçamentária no exercício anterior”.

“O que se obstaculiza é o aumento desse programa e a criação de novos programas”, disse. Para Marco Aurélio, “as regras do certames eleitorais” têm de ser cumpridas. “Absolutamente ninguém, num Estado democrático de direito, pode tudo, nem mesmo o presidente.”

Marco Aurélio condena uso ilegal de fundo

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O presidente do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), Marco Aurélio Mello, disse ontem que a verba do fundo partidário, usada pelos partidos políticos, "tem destinação clara e não é para comprar bebida".

Foi uma referência à reportagem de ontem do jornal "O Globo", segundo a qual o PT utilizou R\$ 39,3 mil do fundo para bancar parte do jantar de comemoração dos 26 anos do partido, no início de 2006.

Centenas de garrafas de vinho e de champanhe foram compradas pelo partido para a ocasião, a que compareceram autoridades e dirigentes do partido num clube de Brasília.

"Essa verba tem a destinação claramente prevista pela legislação. Não é para comprar bebidas, certamente", disse Marco Aurélio. Segundo ele, a prestação de contas do PT referente ao ano de 2006 está sendo analisada pela secretaria de controle interno do TSE.

Não há previsão de quando

sairá o veredicto do tribunal sobre a legalidade das contas e, caso haja rejeição, o PT poderá perder parte de seu fundo partidário.

Isso seria um problema para um partido que tem uma dívida acumulada de quase R\$ 40 milhões, ainda resquício do esquema de financiamento ilegal que ficou conhecido como vale-rioduto, montado pelo ex-tesoureiro Delúbio Soares.

"Vamos esperar o final do processo de análise das contas. Mas o tribunal certamente fará a lei ser cumprida", declarou o presidente do TSE.

O fundo partidário é uma verba distribuída anualmente pela Justiça Eleitoral aos partidos. A lei 9.096/95, que o regulamenta, prevê apenas quatro possíveis usos: manutenção de sedes partidárias, propaganda doutrinária e política, alistamento e campanhas eleitorais. O PT lançou os gastos da festa como propaganda.

O tesoureiro do partido, Paulo Ferreira, disse que os gastos com o jantar estão previstos na legislação. "É evidente que pode usar o fundo para isso. Tudo

que se faz em um partido político é propaganda deste partido. Um jantar em que houve um ato político é propaganda."

A oposição reagiu com cautela à reportagem. "Primeiro precisa ver se a lei permite gasto com festa partidária. Vamos também aguardar a explicação do PT para decidirmos se é o caso de acionar o TSE por meio de uma representação", disse o líder do DEM no Senado, José Agripino (RN).

Já o senador Demóstenes Torres (DEM-GO) disse que, se o gasto tiver sido feito em uma festa particular, haverá uma clara irregularidade. "Se foi uma festa política, no entanto, aí penso que estaria coberto pela legislação."

Denúncia diz ser 'indubitável' ação de Palocci

Em peça enviada a STF, procurador-geral lista telefonemas trocados entre ministro e subordinados antes de caseiro ter sigilo quebrado

Existem seis telefonemas da Fazenda para 'Época' no dia em que extrato de caseiro foi divulgado, mas Palocci nega ter ordenado violação

ANDRÉA MICHAEL
RANIER BRAGON
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

A denúncia do Ministério Público Federal no caso do caseiro Francenildo dos Santos Costa diz ser "incontroversa" e "indubitável" a constatação de que houve uma quebra ilegal de seu sigilo bancário por parte do ex-ministro da Fazenda Antonio Palocci, do ex-presidente da Caixa Econômica Federal Jorge Mattoso e do ex-assessor de imprensa de Palocci, Marcelo Netto.

Para sustentar a denúncia (acusação formal que, se acatada pela Justiça, se transforma em processo), o procurador-geral da República, Antonio Fernando Souza, lista vários telefonemas trocados e encontros mantidos entre os três nas horas que antecederam a publicação, no site da revista "Época", da notícia de que Francenildo tinha movimentação financeira incompatível com a renda.

Antonio Fernando lista seis telefonemas da Fazenda para a revista "Época" no dia 17 de março de 2006, data da publicação da reportagem, nos horários de 10h03, 12h33, 12h40, 15h38, 16h43 e 17h40. A notícia foi divulgada no site pouco antes das 19h. Além disso, relata 12 ligações entre Palocci e seu assessor de imprensa, um dia antes, e mais nove no dia 17.

Segundo a denúncia, a quebra ilegal do sigilo se deu às

20h58 do dia 16. Nesse mesmo dia, por volta das 23h, os documentos teriam sido entregues por Mattoso a Palocci.

Francenildo foi o pivô do escândalo que derrubaria Palocci depois que, em entrevista ao jornal "Estado de S. Paulo", disse ter testemunhado reuniões do ministro em uma casa de Brasília com ex-assessores de Ribeirão Preto e lobistas.

Segundo o Ministério Público, a quebra do sigilo foi estratégia de Palocci para provar que o caseiro estaria sendo pago para fazer as acusações contra ele.

O procurador-geral une as trocas de telefonemas para dizer que a quebra do sigilo do caseiro foi ordenada por Palocci e cumprida por Mattoso.

O advogado de Palocci, José Roberto Batochio, nega que o ex-ministro tenha ordenado a quebra. Diz que ele soube da movimentação "atípica" na conta do caseiro horas depois de o extrato ter sido impresso e ordenou a Mattoso que adotasse as medidas "previstas na lei".

A Folha não conseguiu falar ontem com os advogados de Marcelo Netto e de Jorge Mattoso e não encontrou ninguém na revista "Época" que pudesse falar sobre o episódio.

Rachid vasculhou dados de caseiro, diz Procuradoria

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O procurador-geral da República, Antonio Fernando Souza, afirma na denúncia do caso Francenildo que a Receita Federal também fez uma pesquisa na situação fiscal do caseiro, um dia antes de o site da revista "Época" noticiar que ele tinha movimentação financeira incompatível com sua renda.

Segundo a denúncia, o secretário da Receita Federal, Jorge Rachid, assinou ofício na noite de 16 de março de 2006 (a notícia no site da "Época" saiu no dia 17) ordenando a um subordinado que fizesse pesquisa sobre o CPF de Francenildo Costa.

O Ministério Público diz

que a pesquisa foi realizada e entregue a Rachid que, sempre de acordo com a denúncia, confirmou a realização do pedido ao subordinado.

O caso corre sob sigredo de Justiça. Antonio Fernando disse ontem, por meio de sua assessoria, que não incluiu Rachid na denúncia por quebra de sigilo funcional porque "não encontrou elementos para tanto".

Em 17 de março, um dia após a pesquisa na Receita que é relatada pelo Ministério Público, o site da "Época" informou que o caseiro — responsável por revelações que comprometeriam Palocci — tinha uma movimentação de R\$ 25 mil na Caixa.

A Folha procurou a assessoria da Receita na noite de ontem e, por pedido da assessoria, enviou o questionamento por escrito, às 19h05. Até o fechamento desta edição, não havia resposta.

[+] CASO PALOCCI: STF MANTÉM RELATORIA DE INQUÉRITO COM JOAQUIM BARBOSA

O STF decidiu manter Joaquim Barbosa como o relator de um inquérito criminal que apura o envolvimento de Antonio Palocci (PT) com a máfia do lixo na Prefeitura de Ribeirão Preto (SP). Inicialmente o escolhido foi o ministro Cezar Peluso, mas a investigação foi transferida para Barbosa porque ele já havia decidido um habeas corpus relacionado ao caso.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “Finatec usou empresa que doou para o PT”, publicada pelo jornal **Folha de S. Paulo** em sua edição de 28 de fevereiro de 2008.

A matéria destaca que contratada pelo governo Marta Suplicy (PT) para aperfeiçoar o modelo das subprefeituras de São Paulo, a Finatec subcontratou, de 2003 a 2004, uma empresa que pertence a um petista e figura entre os doadores da campanha do PT.

Sr. Presidente, solicito que a matéria citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR SENADOR MARCONI PERILLO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Finatec usou empresa que doou para o PT

Empresa que pertence a um petista contribuiu com R\$ 25 mil para campanhas de Marta e Donato em 2004

CATIA SEABRA
RUBENS VALENTE
DA REPORTAGEM LOCAL

Contratada pelo governo Marta Suplicy (PT) para aperfeiçoar o modelo das subprefeituras de São Paulo, a Finatec subcontratou, de 2003 a 2004, uma empresa que pertence a um petista e figura entre os doadores da campanha do PT.

Além de Marta, o vereador Antônio Donato —responsável pela contratação da Finatec em 2003, quando ocupava a Secretaria de subprefeituras— aparece como beneficiário de contribuição da Pro-sistemas Consultoria na eleição de 2004.

A Pro-sistemas doou R\$ 4.000 para a campanha de Donato em 27 de julho de 2004 e R\$ 21 mil para a de Marta no dia 2 de agosto. A Pro-sistemas é do petista Luiz Antônio Melhado, que já foi secretário em Santos (Administração) e Jacareí (Administração e Segurança) e candidato a vereador. Hoje presta serviços à Prefeitura de Fortaleza, de Luizianne Lins.

Em 15 de abril de 2003, a Secretária de Subprefeituras contratou a Finatec por R\$ 12,2 milhões para elaborar modelo de gestão das administrações regionais. Nas prestações de contas da Finatec, fundação ligada à Universidade de Brasília, a Pro-sistemas foi subcontratada ao menos nos meses de agosto e setembro de 2004 (299 horas

por mês). Como o contrato previa pagamento de R\$ 225 a hora, a Pro-Sistemas teria recebido R\$ 134,5 mil no bimestre.

Mas, em e-mails enviados à **Folha**, Melhado disse ter prestado serviços à Finatec nos 20 meses de contrato —de abril de 2003 a dezembro de 2004. O valor pago por hora seria da “ordem de R\$ 200”. Segundo ele, foram contratados quatro consultores, e o total de horas variava de 140 a cerca de 290 por mês. Por esses números, a prestação de serviços à Finatec rendeu no mínimo R\$ 600 mil e no máximo R\$ 1,3 milhão. Alegando estar fora de São Sebastião, onde está o escritório, Melhado disse que não saberia dizer o valor global do contrato.

As prestações da Finatec não têm o total pago à Pro-sistemas porque em só 2 das 21 medições apresentadas foram lançados os nomes dos consultores. Essa falta de detalhamento levou a prefeitura a determinar a revisão do contrato porque não era possível atestar sua execução.

Em 2006 a corregedoria do município sugeriu reter R\$ 2,8

milhões ainda devidos à Finatec. Para o prefeito Gilberto Kassab (DEM), o contrato está “sob suspeição”. Alegando que Kassab também contratou a Finatec em 2007, o PT diz que essa estratégia visa não pagar os contratos herdados de Marta.

O nome da Finatec veio à tona em meio ao caso dos cartões corporativos, depois que investigação apontou gasto de R\$ 470 mil na reforma do imóvel funcional do reitor da UnB.



Consultor alega que ele ganhou uma licitação

DA REPORTAGEM LOCAL

Em e-mail enviado à **Folha**, o consultor Luiz Antônio Melhado disse que sua “empresa foi selecionada pela Finatec em 2002, após processo licitatório”.

“Prestei serviços de consultoria em gestão (assim como dezenas de outros consultores e empresas) para a

Finatec no projeto de implementação das subprefeituras de São Paulo de abril de 2003 a dezembro de 2004”, escreveu Melhado, afirmando que não recebeu todo o pagamento pelos serviços.

O presidente municipal do PT, José Américo, disse que não vê problema no fato de uma prestadora de serviço terceirizada ter doado recursos para campanha da então prefeita, Marta Suplicy.

“A doação é totalmente legal. Está registrada no TRE e representa uma quantia muito pequena das doações recebidas pela prefeita, em torno de 0,1%. Não vejo incompatibilidade”, afirmou.

Américo disse ainda que não vê problemas no fato de a Finatec ter subcontratado a empresa de um petista.

“Na nossa opinião, não teve nenhuma vinculação. Se o contrato estiver correto e o serviço foi prestado, não vejo problema”. Secretário de Subprefeituras quando a Finatec foi contratada, o vereador petista Antônio Donato também frisou a legalidade da doação da Pro-sistemas à sua campanha: “A doação foi legal”, declarou.

Melhado contou ter participado de um jantar de adesão à campanha de Donato.

Procurada, a assessoria da ex-prefeita e hoje ministra Marta Suplicy sugeriu que o partido fosse procurado.

[+] CPI DAS ONGS: LORENZETTI, REITOR DA UNB E PRESIDENTE DA FINATEC VÃO DEPOR

O ex-dirigente da Unitrabalho Jorge Lorenzetti, envolvido na compra de dossiê contra o PSDB, em 2006, será interrogado sobre repasse de R\$ 18,5 milhões do governo para a entidade que ele dirigiu. Enquanto Timonthy Mulholland, da UnB e Antonio Henriques, da Finatec, tratarão das denúncias de irregularidades em negócios entre as instituições.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada, “Mistério sem Fim”, publicada pela revista **IstoÉ**, em sua edição de 23 de janeiro de 2008.

A matéria destaca que seis anos depois, a morte do prefeito Celso Daniel não está explicada. Segundo a matéria, os irmãos do prefeito vivem exilados na Europa e de lá pressionam o governo brasileiro. Segundo a reportagem na França, eles conseguiram o **status**

de exilados políticos por que comprovaram que correm risco de morte caso permanecessem no Brasil.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

MISTÉRIO sem fim

Seis anos depois, morte do prefeito Celso Daniel não está explicada. Seus irmãos vivem exiliados na Europa e de lá pressionam o governo brasileiro

ALAN RODRIGUES

No jazigo 39 do Cemitério da Vila Assunção, num bairro de classe média da cidade paulista de Santo André, repousa o corpo embalsamado de Celso Daniel, o prefeito petista brutalmente assassinado com 11 tiros, em 19 de janeiro de 2002. No túmulo, fora o retrato de um Celso sorrindo, apenas um tímido epitáfio pede aos deuses que aquela alma descanse em paz. Passados seis anos da morte do político, o mistério sobre a autoria e as razões do crime permanece. **Ameaçados de morte, por não concordarem com a tese oficial da morte** – de que o prefeito fora vítima de um crime comum –, dois dos quatro irmãos de Celso Daniel e suas famílias se refugiaram na Alemanha, Itália e França, em 2006. Na França, conseguiram o status de exilados, pois comprovaram que corriam risco de morte caso permanecessem no Brasil. Um fato bastante justificável. **Nos últimos seis anos, oito pessoas envolvidas com as investigações foram assassinadas em**

circunstâncias ainda não esclarecidas de forma convincente. Apesar do apoio obtido na Europa, os irmãos de Celso Daniel não pretendem sepultar a história. Mesmo do Exterior, pretendem pressionar as autoridades judiciais brasileiras para que a história não seja esquecida. Segundo a família, não existe disposição política no Brasil para pôr um ponto final nesse crime porque a morte de Celso Daniel seria um fantasma que assombra o governo Lula.

“Foi um furacão na nossa vida”, desabafa Marilena Nakano, cunhada do prefeito morto. Mulher de Bruno, o irmão

mais novo da família Daniel, Marilena, o marido e os três filhos foram “obrigados” a trocar a vida confortável de classe média em Santo André pela solidão de uma família francesa, que quem dividem a casa, na periferia de Paris. Desempregado, o casal, que trabalhava como professores uni-

versitários no Brasil, vive hoje de bicos na capital francesa. “Nós temos muita clareza das perseguições que sofremos, por isso não podemos voltar sem segurança”, disse, irritada, à ISTOÉ, Marilena. Do quarto andar do Palácio do Planalto, o chefe de gabinete do presidente Lula, Gilberto Carvalho, reage: “O exílio foi uma opção pessoal. Eles têm segurança no Brasil.” **Não foi assim que avaliou o Estado francês ao conceder o pedido de exílio.**

O drama da família aprofundou-se em 2005, quando os irmãos de Celso Daniel descobriram um plano de uma quadrilha para assassiná-los. De posse de um dossiê sobre o caso e alegando ameaças contra suas vidas, Bruno, um ano depois, recorreu ao Estado francês com o pedido de asilo político. Deu certo. Eles se tornaram os únicos brasileiros reconhecidos pelo **Ofício Francês de Proteção aos Refugiados e Apátridas (OPRA)** como exilados políticos. Já João Francisco, o irmão mais velho, resolveu raspar suas economias que apurou em anos no trabalho como oftalmologista e se escondeu na Itália. Como refugiados, eles vivem nas sombras. **“É lastimável que brasileiros, em pleno regime democrático, tenham que viver no Exterior por não terem se-**

gurança em seu próprio País”, diz Roberto Wilder Filho, promotor que trabalha na investigação e que também discorda da versão oficial. Depois de ouvir 57 testemunhas, ele e outro promotor aguardam uma decisão do Supremo Tribunal Federal – que julgará se o Ministério Público paulista pode ou não realizar investigações – para finalizar o caso. Nos 60 volumes e mais de 12 mil páginas produzidos no processo, não há fatos que levem os promotores a aceitar a tese do crime comum. Para eles, o assassinato de Celso Daniel está relacionado com um esquema de arrecadação de propina na prefeitura para repassar dinheiro para o PT. ■

A SRA. MARISA SERRANO (PSDB – MS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do artigo intitulado “Tardia conversão”, de autoria do Líder do PSDB no Senado Federal, Senador Arthur Virgílio, publicado no jornal **Folha de S.Paulo**, em sua edição de 23 de março do corrente.

O líder do PSDB, em seu artigo, faz um contraponho a artigo de autoria do Senador Aloizio Mercadante, publicado pela **Folha** no dia 16 de março, destacando como o PT combateu, durante o governo Fernando Henrique, tudo aquilo que punha ordem na economia, nas finanças e na administração do país, como o Plano Real, as privatizações, a Lei de Responsabilidade Fiscal e o Fundef.

Segundo o artigo, “Antonio Palocci, na Fazenda, e Henrique Meirelles, na presidência do Banco Cen-

tral, foram o sinal de lucidez do governo que se iniciava em 2003. Eles se incumbiram de segurar o leme, enfrentando setores petistas que queriam ver o barco em outra direção”. Hoje, o Senador Mercadante e boa parte do PT saúda a política econômica do governo Lula, aquela mesma que tanto combateram desde os tempos do governo Fernando Henrique.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que o referido artigo passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Muito Obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SRA. SENADORA MARISA SERRANO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Tardia conversão

ARTHUR VIRGÍLIO

AÚDO A conversão do senador Aloizio Mercadante à política econômica que tanto combateu desde os tempos do governo Fernando Henrique e continuou combatendo ao longo de todo o primeiro mandato do presidente Lula.

Mercadante e o PT condenaram o Plano Real —portanto, foram contra a estabilização da moeda e o estancamento da avassaladora inflação que corroía os salários dos trabalhadores. Contra as privatizações, a Lei de Responsabilidade Fiscal, o Fundef, enfim, tudo aquilo que punha ordem na economia, nas finanças e na administração do país.

O senador e boa parte do seu partido mantiveram-se nessa posição mesmo depois que Lula acordou para a realidade e rompeu com os compromissos de toda uma vida. Antonio Palocci, na Fazenda, e Henrique Meirelles, na presidência do Banco Central, foram o sinal de lucidez do governo que se iniciava em 2003. Eles se incumbiram de segurar o leme, enfrentando setores petistas que queriam ver o barco em outra direção.

O país é testemunha dos embates travados no Senado, curiosamente com sinais trocados: a política de Palocci e Meirelles era combatida por Mercadante e defendida por mim e pelo PSDB. Eles tinham até um certo “Plano B” para a economia.

Agora vem Mercadante, de bandeira branca, saudando o êxito da política que condenara, lamentavelmente brandindo inverdades e distorcendo fatos (“Diziam”, “Tendências/Debates”, 16/3).

Afinal, as dificuldades enfrentadas por Fernando Henrique em seu último ano tinham nome: Lula. Dada a posição “histórica” dele e do seu partido, não eram infundados os receios manifestados por tanta gente. Foi isso que fez a cotação do dólar disparar, os investimentos escassearem e a inflação ameaçar sair dos trilhos.

Quando Lula colocou Palocci na Fazenda e Meirelles no Banco Cen-

Saúdo a conversão do senador Mercadante à política econômica que tanto combateu desde os tempos do governo FHC

tral; garantindo que não haveria retrocesso nas conquistas de governos anteriores, o panorama econômico do país se acalmou e as águas revoltas voltaram ao leito normal.

A estabilidade econômica e o controle da inflação não se deveram, assim, a uma ação positiva, mas de negação do governo Lula: ele não fez o que se temia. Manteve as linhas básicas da política econômica que herdara do seu antecessor.

O governo Lula recebeu um país organizado, com as dívidas dos Estados sob o controle da União; a dívida externa equacionada; uma Lei de Responsabilidade Fiscal, que limitava gastos de Estados e municípios; uma máquina estatal mais leve e ágil — graças à privatização de estatais que entravavam o desenvolvimento nacional. E se beneficiou da conjuntura econômica internacional, que, unida aos demais fatores, lhe tem propiciado colher certos frutos.

Nem tudo, porém, são flores. E sobre isso o senador silencia.

O governo Lula merece críticas por não ter avançado na modernização do Estado brasileiro. Até andou para trás. Não fez as tão necessárias reformas tributárias e políticas; pôs de joelhos as agências reguladoras e as politizou; inflou e aparelhou o governo, com 38 ministros e 20 mil cargos comissionados; e tirou o foco dos programas sociais da gestão anterior.

Naquela, o Vale-Gás, o Auxílio Maternidade e o Bolsa Escola tinham por fim amparar as populações mais pobres, porém lhes apontando o caminho (a educação e o trabalho) para uma vida digna. Ora, o Bolsa Família registra altos índices de evasão escolar entre os filhos dos seus beneficiários. E não precisamos nem falar de segurança pública e saúde.

Na política externa, Lula ficou marcando passo, cortejando até ditadores africanos em busca de apoio, sem êxito, para uma cadeira permanente num Conselho de Segurança esvaziado de uma ONU que está virando Liga das Nações. Fracassou em suas indicações para a presidência da OMC e uma diretoria do BID. Não compareceu à reunião da OEA sobre a crise Venezuela-Ecuador-Colômbia, no mesmo passo em que seu governo não cumpriu o dever de declarar terroristas os traficantes das Farc.

Pior foi não ter sabido aproveitar o cenário econômico mundial tão favorável. No continente americano, o crescimento brasileiro, entre 2003/2005, só não perdeu para o Haiti. Nem é preciso fazer comparação com Índia, China e Rússia.

Não se ponha nada disso à conta da oposição, que nunca deixou de aprovar nada do real interesse do país.

Enfim, Mercadante rendeu-se. Com quase seis anos de atraso!

ARTHUR VIRGÍLIO, 62, é senador pelo PSDB-AM e líder do partido no Senado.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr Presidente, Sr^{as}. e Srs Senadores, venho à tribuna no dia de hoje para registrar a matéria intitulada “A farra do Cartão de Crédito”, publicada pela revista **Veja** em sua edição de 06 de fevereiro 2008.

A reportagem destaca que os cartões de crédito oficiais são usados até para abastecer a despensa dos palácios.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

A FARRA DO CARTÃO DE CRÉDITO

Os cartões de crédito oficiais são usados até para abastecer a despensa dos palácios

Fábio Portela

Há sete anos, o governo começou a distribuir cartões de crédito corporativos a seus funcionários de mais alto escalão. Eles deveriam ser usados por ministros e seus assessores principalmente em viagens para pagar despesas imprevistas decorrentes do exercício do cargo. Também serviriam para que as repartições públicas tivessem mais flexibilidade para fazer compras que não precisavam de licitação. A intenção era a melhor possível, mas o resultado foi desastroso. Os cartões corporativos foram convertidos na mais nova mamata da República. Há duas semanas, soube-se que alguns ministros usavam os cartões para pagar restaurantes chiques, botequins, docinhos e até artigos no free shop. Depois que a farra veio à tona, o Palácio do Planalto adotou um discurso moralizador e mandou investigar os ministros perdulários. Agora, descobre-se que até o presidente Luiz Inácio Lula da Silva paga as contas de casa com

MATILDE RIBEIRO,
Igualdade Racial

29 de outubro

460 reais no free shop

No ano todo

126 000 reais com aluguel de carros

TOTAL DE GASTOS EM 2007

171 500 reais

ALTEMIR GREGOLIN,
Pesca

21 de fevereiro (Quarta-Feira de Cinzas)

120 reais na churrascaria Porcão, no Rio

25 de julho

70 reais na choperia Pingüim, em Ribeirão Preto

TOTAL DE GASTOS EM 2007

22 600 reais

ORLANDO SILVA,
Esportes

9 de maio

8 reais na Tapiocaria Maria Bonita, em Brasília

22 de outubro

217 reais no Le Vin Bistro, em São Paulo

TOTAL DE GASTOS EM 2007

20 100 reais

GUILHERME CASSEL,
Desenvolvimento Agrário

21 de maio

276 reais na casa Cames e Mercadoria Bufalo, em São Paulo

TOTAL DE GASTOS EM 2007

3 132 reais

Eles assinam. Nós pagamos

Alguns ministros usaram cartões de crédito pagos pelo governo para custear despesas pessoais. Em suas faturas, constam contas de restaurantes caros, churrascarias, bares, lanchinhos e até compras no free shop

esse instrumento. Três funcionários do Planalto fazem compras para o presidente com os cartões pagos pelo governo. Dois são comedidos. Juntos, gastaram 90 000 reais no ano passado. O terceiro, José Henrique de Souza, tem menos controle. Sozinho, torrou 115 000 reais em 2007 em supermercados, açougues e lojas de bebida, entre outros.

José Henrique de Souza aparece no organograma do governo como assessor especial de atendimento ao gabinete pessoal do presidente da República. Apesar do título pomposo, não dá expediente no Planalto. Seria mais próprio dizer que ele é o despenseiro oficial da República. Sua tarefa é abastecer as cozinhas e as adegas do Alvorada e da Granja do Torto, as residências oficiais de Lula. No ano passado, ele gastou 55 400 reais nos supermercados Pão de Açúcar. Pagou outros 23 800 reais à casa de carnes Reisman, um açougue brasileiro conhecido por vender os melhores cortes de carne para churrasco da capital federal. Entre as especialidades do Reisman estão as carnes argentinas, do gado tipo Red Angus, mais macio e tenro que o nacional. Lá, o quilo da picanha argentina custa cerca de 48 reais. O Reisman também se orgulha de ter à disposição de seus clientes um dos

pratos prediletos do presidente: carne de coelho. Custa 26 reais o quilo. Muitos brasileiros consideram que o Mercado La Palma vende os vegetais mais frescos da cidade — e também aqueles que são mais caros e difíceis de encontrar. Lá, Souza deixou 14 800 reais. Em padarias, foram 1 200 reais. O despenseiro ainda forneceu as adegas presidenciais. Gastou 2 400 reais na Wine Company. Souza cuida bem da mesa do chefe, mas, se for essa a única ou mesmo a principal fonte de abastecimento da cozinha presidencial, não se pode afirmar que os gastos sejam exagerados. O que é estranho é o modo de pagamento, à vista, com cartão. O mais adequado é que os fornecedores da Presidência sejam escolhidos por licitação pelo critério da qualidade e do menor preço.

Situação bem mais delicada é a da ministra para a Promoção da Igualdade Racial, Matilde Ribeiro. Ela fez uma fatura tão grande com o cartão corporativo que o Planalto cogita demiti-la. Matilde está no governo desde 2003, mas passou incólume pelas páginas dos jornais. Só apareceu porque

gastou 171 500 reais no cartão corporativo. Mandou o cartão em hotéis cinco-estrelas, redutos da boemia carioca e paulistana e bares de todo o país. O caso mais inexplicável foi uma compra de 460 reais em um free shop. Ao ter sua estripulia descoberta por VEJA, Matilde disse ter cometido um equívoco e afirmou que já tinha devolvido o valor à União. Mas, até hoje, ninguém viu o recibo. Apesar desse ser o excesso mais evidente, Matilde incorreu em outras estranhezas e pode até perder o cargo. Na fatura de seu cartão, constam 126 000 reais em aluguel de carros. Desse total, 116 000 foram pagos a uma única empresa: a Localiza. A ministra justificou a despesa alegando que usava sempre um carro com motorista em suas viagens e que gostava do serviço da Localiza. Auditores do governo entendem que, se queria ter sempre um veículo alugado à disposição, deveria ter feito uma licitação. Ao dar preferência à Localiza, Matilde feriu

a Lei das Licitações. Ela deixou a impressão de que fracionou os pagamentos justamente para se livrar da obrigatoriedade de fazer a licitação.

Como Matilde, outros ministros caíram na folia. Segundo colocado na lista dos que mais esbanjaram no cartão oficial, Altemir Gregolin, da Pesca, se esbaldou durante o Carnaval de 2007. Passou o feriado no Rio de Janeiro, pagou três diárias em hotéis, comeu na cara churrascaria Porcão, a preferida das celebridades, e deu uma esticada no Hera Bar. Flagrado, Gregolin saiu-se com uma explicação mais comprida do que um samba-enredo. Diz que precisou ir até o Rio para se encontrar com o ministro da Pesca da Noruega, Szen Ulriksen. Seu colega europeu estava na cidade para acompanhar o desfile da Imperatriz Leopoldinense, que tinha como tema o bacalhau. Como ninguém nunca viu esse peixe nas águas territoriais brasileiras, é de supor que Gregolin foi ao Rio simplesmente por cortesia. Ele vai precisar melhorar o rebolado para justificar os 22 000 reais do Erário que torrou em 2007.

Medalha de bronze entre os perdulários, o ministro dos Esportes, Orlando Silva, também pode ser investigado por cobrir despesas indevidas com o dinheiro público. Arcou com almoços e jantares de seus convidados durante o ano todo. De uma só tacada, deixou mais de 460 reais no Bela Sintra, elegante restaurante português de São Paulo. Pela sua fatura, descobre-se que ele não restringe suas despesas a ambientes requintados. No dia 9 de maio, em Brasília, onde mora, o ministro decidiu fazer uma boquinha e utilizou o cartão corporativo na Tapiocaria Maria Bonita. Valor da conta: 8 reais. Essa confusão já se tornou um clássico do governo do PT. Os políticos nunca sabem onde termina o homem público e onde começa o cidadão particular. Pagar 8 reais por uma tapioca com dinheiro público não chega a ser uma mordomia, mas o fato revela claramente a disseminação do hábito de certas autoridades de

O cartão do Alvorada

José Henrique de Souza é assessor especial do presidente Lula. Ele usa o cartão de crédito oficial para abastecer as despensas do Palácio da Alvorada e da Granja do Torto. Só a conta anual do açougue já mostra como Souza se preocupa com o bem-estar do presidente (gastos em 2007)

- ✓ **55 400** reais em lojas do Pão de Açúcar
- ✓ **23 800** reais no açougue Reisman.
- ✓ **14 800** reais no Mercadinho La Palma
- ✓ **2 400** reais na loja de bebidas Wine Company
- ✓ **2 100** reais na peixaria Golfinho
- ✓ **900** reais na padaria Cirandinha
- ✓ **300** reais na padaria Pão Italiano
- ✓ **55** reais na videolocadora Atos
- ✓ **15 245** reais outras despesas

115 000 reais

usar os recursos do estado como se fossem os seus próprios.

Um sinal de que a situação pode ter fugido do controle é o número de cartões corporativos existente. O Palácio do Planalto levou duas semanas para fazer esse cálculo, a pedido de VEJA. Chegou à conclusão de que há 11 510 cartões nos bolsos de autoridades. É muito? É pouco? Difícil saber,

**NÚMERO DE
SERVIDORES COM
CARTÕES CORPORATIVOS**

3 167 **11 510**

A fatura da mordomia

Os cartões de crédito corporativos foram implantados para que servidores de alto escalão pagassem passagens aéreas e pequenas despesas. Com o tempo, converteram-se em uma mamata para custear mordomias

Os cartões deveriam ser usados por ministros, funcionários de alto escalão e por quem ordena despesas nos órgãos públicos. Mas foram distribuídos sem critério. Hoje, **11 510** servidores utilizam os cartões

mas o fato é que esse número mais que triplicou desde 2004. A evolução das despesas deu-se no mesmo ritmo. Antes, os cartões só eram utilizados por ministros, secretários e pelos responsáveis pelas finanças das repartições públicas. Hoje, seu uso está disseminado entre todas as categorias — de policiais federais a antropólogos da Funai. O campeão do crédito fácil é o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. O instituto entregou 1 746 cartões a seus servidores. Só em sua unidade paulista, 260 servidores desfrutaram esse benefício. Surge aqui outra indagação. Qual é o critério para a distribuição de cartões? Nenhum. Não existe critério que estabeleça quais funcionários podem ter nas mãos um desses cartões. Pela legislação atual, os portadores de cartões são escolhidos segundo a “necessidade de cada repartição”. Isso significa que, na prática, cada secretaria, ministério ou fundação decide quem serão os felizardos agraciados com um pedacinho do Tesouro para gastar.

Como se viu acima, o número de cartões triplicou e o critério para sua distribuição é vago. Então é de esperar que haja um teto, um limite para os gastos. É quase inacreditável, mas o governo também não sabe responder a essa questão. Quando a farra dos cartões começou a vir a público, o governo divulgou que os cartões tinham limite mensal de 8 000 reais. Quem tratou de desmentir essa versão foi a própria perdulária Matilde, que, no ano passado, torrou, em média, 14 300 reais por mês. A verdade é única e espantosa: não há limites. Cada repartição, além de definir quem terá direito aos cartões, também fixa o limite que cada um poderá gastar. O governo nunca se preocupou em impor algum tipo de controle. Os esforços foram feitos no sentido oposto, o de aumentar a liberalidade. Nos últimos meses, o Planalto e o Ministério do Planejamento estimularam a emissão de novos cartões. A alegação é a de

Seu limite de gastos é fictício. O governo alega que é de **8 000** reais. Mas esse teto pode ser ultrapassado por decisão de cada repartição

que o uso de cartões de crédito aumenta a transparência dos gastos, pois a fatura é de fácil consulta e pode ser publicada na internet. Na teoria é lindo. Na prática não funciona bem assim. No ano passado, foram pagos 78 milhões de reais em despesas feitas com cartões funcionais. Só é possível verificar, no entanto, o destino de 25% delas. Foi só nessa fatia de gastos verificáveis que se identificaram as farras cometidas por Matilde, Gregolin, Orlando Silva e os outros. A maior parte — 58 milhões de reais — foi sacada em dinheiro vivo em caixas eletrônicos. Quem controla os outros três quartos, os 75% dos gastos que são feitos sem que deles se tenha de prestar contas ao público? Aparentemente, ninguém.

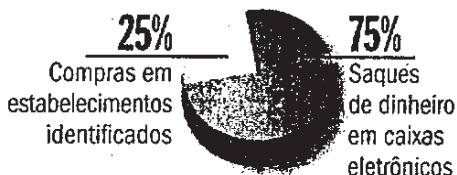
Dilma Rousseff: ela chegou atrasada para impedir a folia paga com dinheiro público

Depois que a farra com os cartões corporativos foi descoberta, o Tribunal de Contas da União decidiu fazer um mutirão para analisar todas as faturas dos cartões oficiais. O tribunal pretende processar quem não apresentar nota fiscal ou recibo de cada uma das despesas efetuadas com o cartão. A ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, também decidiu agir. Determinou à Controladoria-Geral da União que inicie imediatamente uma auditoria sobre a ganância de Matilde e seu colega Gregolin. A ministra está colocando cadado em um cofre que já foi arrombado, mas, se o controle funcionar daqui para a frente, será um avanço. ■

Com reportagem de Naiara Magalhães

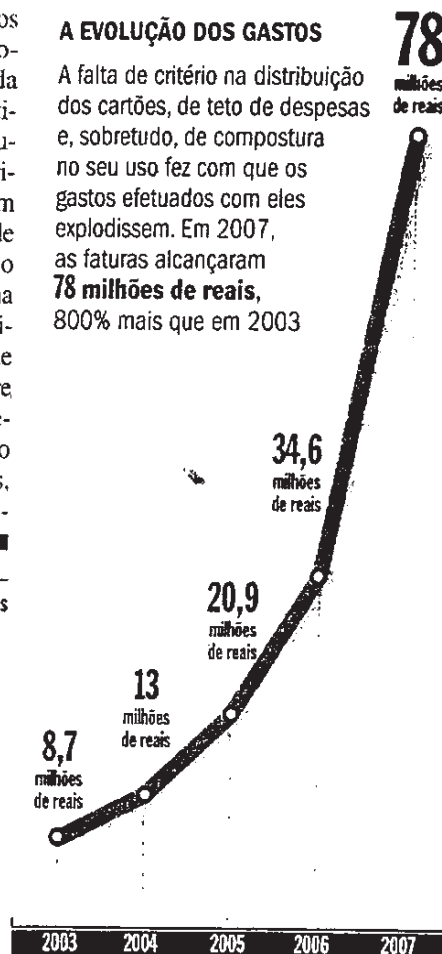
O governo diz que os cartões deram mais transparência às contas públicas, porque as despesas passaram a ser discriminadas nas faturas. É falso: 75% do valor das contas dos cartões refere-se a saques em dinheiro vivo em caixas eletrônicos

AS FATURAS DOS CARTÕES



A EVOLUÇÃO DOS GASTOS

A falta de critério na distribuição dos cartões, de teto de despesas e, sobretudo, de compostura no seu uso fez com que os gastos efetuados com eles explodissem. Em 2007, as faturas alcançaram **78 milhões de reais**, 800% mais que em 2003



O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Há o direito de esperar”, publicada pelo jornal **O Estado de S. Paulo**, em sua edição de 01 de março do corrente.

A matéria destaca que principal alvo das críticas do presidente Lula, o presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Marco Aurélio Mello, respondeu às declarações de que o Judiciário não deveria se meter em assuntos do governo. “Na nossa área jurídica há um fenômeno denominado o direito de esperar (...) eu só estranhei a acidez do presidente. Estava

num ambiente propenso e talvez tenha esquecido que não está em campanha”.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado, requeiro que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento.

Muito obrigado.

Era o que tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAPALÉO PAES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

‘Há o direito de esperar’

Marco Aurélio diz que estranhou ‘acidez do presidente’

Felipe Recondo

BRASÍLIA

Principal alvo das críticas do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Marco Aurélio Mello, respondeu ontem às declarações de que o Judiciário não deveria se meter em assuntos do governo. “Na nossa área jurídica há um fenômeno que é denominado o direito de esperar. Aqueles que se mostrem inconformados por isso ou por aquilo têm o

direito de reclamar. Eu só estranhei a acidez do presidente”, afirmou Marco Aurélio.

“Como ele estava no palanque, eu relevo. Ele estava num ambiente propenso a isso e talvez tenha esquecido que não está em campanha”, continuou. Sobre as insinuações de Lula de que o magistrado gostaria de ingressar na política, o ministro respondeu: “Sou um homem realizado como julgador, exercendo minha missão com independência.”

FORA DA POLÍTICA - “Sou um homem realizado como julgador”



Marco Aurélio Mello Presidente do TSE

“Aqueles que se mostrem inconformados por isso ou por aquilo têm o direito de reclamar”

“Como Lula estava no palanque, eu relevo. Estava num ambiente propenso e talvez tenha esquecido que não está em campanha”

O presidente do TSE retrucou. “Nosso compromisso, e principalmente do TSE, é a atuação a partir do direito posto. Que se modifique então o direito. É o preço que se paga por se viver em uma democracia”, afirmou. “A lei é claríssima. O que se quer é a simples continuidade do programa social, e não a outorga de benesses para alcançar um determinado fim.” ●

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da “Carta aberta à população” publicada no jornal **O Liberal** em sua edição de 12 de fevereiro de 2008.

A carta destaca a indignação do ex-governador Simão Jatene em relação ao claro descompasso entre promessas, discursos e realizações do atual governo do Pará. Em um típico clima de campanha fora de época, a um festival de manifestações que tentam confundir, desqualificando tudo o que foi feito na gestão anterior, e alardeando estar entregando à população obras e serviços que já lhe pertenciam.

Segundo a carta, nesse cenário, a desinformação e a manipulação da informação, se tornam armas fundamentais, fazendo da opinião pública presa daqueles que podem impor, ainda que temporariamente, suas versões sobre os fatos, mesmo quando essas, muitas vezes, são escandalosamente conflitantes com a realidade.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a referida carta passe a integrar os Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Carta aberta à população

Tamanho do Texto

A cada dia, os desafios da sociedade moderna vêm impondo a todo cidadão, independentemente de credo, classe ou cor, uma maior responsabilidade coletiva, sem a qual se torna insustentável viver em grupo. Essa exigência, por razões óbvias, é ainda maior para os homens públicos, especialmente os políticos, para os quais coerência e comprometimento com a realidade e com os fatos devem ser, cada vez mais, princípios fundamentais.

A atitude de achar que no exercício político é aceitável dizer qualquer coisa, banalizar a acusação irresponsável e promissora e irrealizável que, para alguns, chega a ser sinônimo de sagacidade e até competência, tem contribuído para aumentar as suspeitas sobre os homens públicos em geral e o descrédito nas instituições, desqualificando a atividade política com o capaz de promover transformações necessárias.

Agravando o quadro, essa comprometida até justificável desconfiança vem sendo estrategicamente manipulada e potencializada até mesmo por alguns políticos que, com história pouco ou nada reconhecível, têm maior chance nas disputas eleitorais quanto mais sucesso obtiverem patrocinando a ideia de que 'todo político é igual'. O que remete as escolhas eleitorais para o dramático e pantanoso critério do 'menos pior', ou até mesmo do 'rouba mas faz'.

Nesse cenário, a desinformação e, ou, controle e manipulação da informação se tornam armas fundamentais, fazendo da 'opinião pública' presa daqueles que podem impor, ainda que temporariamente, suas versões sobre os fatos, mesmo quando essas, muitas vezes, são escandalosamente conflitantes com a realidade.

Entretanto e o proselitismo, inclusive na conhecida estratégia de transferir responsabilidades para esconder fragilidades, surgem com o elementos decisivos para o reforço da perversa 'lógica' de que o que importa é a versão e não o fato. Sem limites, a ideia de que 'os fins justificam os meios', além de discutível, abre caminho para o império da violência nas suas mais diversas formas, fazendo com que ela se afirme com o princípio aceitável de comprometimento social. Instala-se a sociedade do 'vale tudo', do 'cada um por si', num cenário onde todos se acham apenas com direitos e sem deveres.

Reagir a isso é, pois, a razão maior dessa carta.

Por todo o ano de 2007, assistiu-se paciente e silenciosamente a membros do governo, inclusive a Governadora, com maior ou menor grau de violência e sensacionalismo, reproduzindo o velho bordão da 'herança maldita', para se esquivar e justificar toda e qualquer crítica a erros e omissões com eternos elogios ao governo atual.

Até pela condição de ex-governador, com o tal, conhecedor da tão honrosa quanto árdua tarefa que é governar o Estado, mesmo correndo o risco de ser avaliado pela máxima, nem sempre correta, do 'quem cala consente', preferiu o silêncio, creditando o comprometimento do novo corpo dirigente à sua necessidade de responder, de alguma forma, às enormes e nem sempre sustentáveis

expectativas criadas em campanha.

Tal dedução nos parecia a mais razoável, inclusive pela forma absolutamente democrática e transparente com o qual foi realizada a transição, que é bom lembrar, conforme noticiado à época, sugeri, até para evitar manipulação política, que a mesma fosse acompanhada por órgãos externos ao poder executivo, inclusive pelo Ministério Público, o que não foi aceito pelo governo eleito.

Todavia, passado um ano, além de manobra para desviar o foco de fatos desgastantes e a dificuldade de se justificarem face a um desempenho claramente insatisfatório e cheio de trapalhadas, a recorrência aos mesmos pretextos parece ser uma deliberação e orquestrada campanha difamatória e de desconstrução de agentes, o que torna impossível calar, sem se curvar à esperteza. Uma mesma repetição à exaustão pode até, para alguns, parecer verdade, mas continuará sendo, sempre, mesma.

Assim, sem qualquer interesse em polemizar e contribuir com a desatenção da Governadora para com tarefas inerentes ao cargo, mas por princípios e valores que acredito necessário preservar, e em reconhecimento ao respeito e carinho que sempre recebido pelo povo do Pará, vamos aos fatos.

Após um ano de governo, além do claro descompasso entre promessas, discursos e as realizações, estamos assistindo, num típico clima de campanha fora de época, a um festival de manifestações que tentam confundir, desqualificando tudo o que foi feito na gestão anterior, e alardeando estar entregando à população obras e serviços que já lhe pertenciam.

Num claro esforço de torturar a realidade para que ela confesse não ser real, temos visto ser reafirmado que 'agora sim, os hospitais regionais saíram do papel', com o que as populações de Santarém, Redenção, Altamira, Marabá e até da Região Metropolitana de Belém, em especial a de Ananindeua, que acompanharam o surgimento e conclusão de cada uma dessas obras, tivessem sido acometidas de delírio, e que tais obras não tivessem passado de miragem, surto de esquizofrenia coletiva.

Com o, a não servindo para os fatos, apagar o discurso proferido pela prefeita de Santarém, do partido da própria Governadora, quando da visita às instalações do Hospital Regional do Baixo Amazonas, diante da qualidade das obras e, particularmente, dos equipamentos de última geração instalados e a muito requeridos pela região? Fato presenciado por dezenas de lideranças e centenas de pessoas.

Ao negar isso, o atual governo, por motivação que só pode ser política, não engendra apenas uma nova inauguração, ou evita o desconforto de ter que admitir com o falso seu discurso de campanha, dizendo que os hospitais não estavam sendo construídos. Mais que isso, retira da população o direito de contar com um serviço que já poderá estar disponível. E aí reside a gravidade maior de tal comportamento.

A verdade que parece incomodar é que a 'Agenda Mínima', por nós apresentada no início do governo, trazia com o compromisso a construção de 5 hospitais de média e alta complexidade, e os mesmos foram construídos e equipados. Apesar do atual governo, em confronto com os fatos, tentar negar.

Além desses, e é bom que se diga, estavam ainda em construção o Hospital do

Marajó, em Breves, com 75% das obras físicas já realizadas, e um hospital geral em Taiandá, com 90% concluído, sem falar do Hospital Oncológico Infantil, em Belém, este, sim, apenas iniciado.

É importante ainda é esclarecer que, por conta de contrato assinado com o BNDES, ficaram garantidos em torno de 40 milhões de reais para conclusão desses últimos, o que certamente poderia ter ocorrido já em 2007, se o governo estivesse menos preocupado em tentar apagar o passado do que em realizar investimentos que atendam à população, fazendo, na prática, da saúde, uma prioridade.

E aqui é possível deixar de fazer referência ao constante discurso de que o Estado foi encontrado com plenamente desequilibrado, um verdadeiro caos, com mais de 250 milhões de dívidas e apenas pouco mais de 1 milhão de reais em caixa, recorrentemente utilizado pela Governadora e alguns de seus secretários, todas as vezes que procuram justificar o desempenho da sua administração.

Tais afirmações, que tentam passar para a opinião pública a imagem de babúrdia, 'cofre vazio' e 'tenda amassada', conquanto possam ter algum efeito publicitário, não encontram qualquer correspondência com os fatos.

Antes de tudo, é bom lembrar que nas justificativas de vários decretos, com o os de número 029 de 28 de fevereiro de 2007, ou 030 datado de 1 de março de 2007, entre outros, todos publicados no Diário Oficial do Estado, Sua Excelência Governadora assina o seguinte texto: 'O Estado do Pará tem conseguido cumprir as metas do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal da Secretaria do Tesouro Nacional', o que por si só é absolutamente incompatível com o discurso do caos. Desse modo, sem pretender ser indelicado, e até com certa perplexidade, cabe perguntar: onde está a verdade? Nos discursos para os meios de comunicação ou nos documentos oficiais assinados e publicados?

Por outro lado, com a administração em completo desequilíbrio não desencadeia forte programa de contenção de gastos, especialmente correntes, permitindo que em 2007 as viagens só para o exterior tenham sido de quase uma centena, e os gastos com publicidade fossem 20% superiores aos de 2006?

O fato que os paraenses precisam saber é que mesmo tendo sido fortemente discriminado pelo Governo Federal, que no período 2003/2006 deixou de transferir para o Estado aproximadamente 1,3 bilhão de reais, procuram os honrar com promissos assumidos com a população e registrados na Agenda Mínima.

Só com exemplos, enquanto em 2002 as transferências constitucionais para o governo do Pará já somavam, a preços constantes, 3,003 bilhões de reais, em 2003 foram de apenas 2,292 bilhões de reais, ou seja, mais de 700 milhões de reais a menos. Em 2004, 2,546 bilhões de reais, em 2005, 2,828 bilhões de reais e, só quatro anos depois, isto é, em 2006, voltaram para o nível de 2002, alcançando 3,075 bilhões de reais. Os números estão disponíveis para quem quiser constatar. E aqui, mais do que autopromoção, aproveito para agradecer à equipe de governo e, especialmente, aos servidores públicos que nos ajudaram a enfrentar essas dificuldades.

Assim, sem quebrar princípios inerentes à administração pública e às questões de Estado, na 'conta única', bem como nas várias outras contas vinculadas do Governo, no Banco do Estado do Pará, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, ficaram depositados mais de 250 milhões de reais. Tais recursos, quando somados

aos recursos de 2006 que só ingressaram nos cofres públicos em 2007, conforme também é admitido em decretos assinados pela própria Governadora, dentre os quais os anteriormente citados, garantiram o equilíbrio das contas públicas, mesmo tendo sido realizados investimentos importantes, com o 'Hangar', fartamente criticado em campanha e hoje assumido com o obra exemplar e ícone do Estado.

Por outro lado, sem pretender abusar da paciência dos que nos lêem, registre-se ainda que o nosso governo, após algumas negociações, contraiu operações de crédito no valor de, aproximadamente, 790 milhões de reais. Destes, foram utilizados apenas pouco mais de 250 milhões, ficando então disponíveis para o governo atuais de 500 milhões de reais, para construção de pontes, pavimentação de estradas, saúde e saneamento, além de apoio aos municípios. Recursos cuja não visibilidade ou utilização ano passado não tem explicação razoável, a não ser uma deliberada estratégia de ganhar tempo para tentar desvincular sua origem do nosso governo.

Finalmente, mais uma vez agradecendo a atenção dos leitores, e me desculpendo por ter que vir a público tratar destas questões que podem parecer de menor importância, quero reafirmar minha inabalável crença de que o Pará é maior que qualquer partido ou liderança política, desejando que o Estado continue crescendo e enfrentando seus maiores desafios que são a redução da pobreza e das desigualdades. Nos meus 60 anos de vida, dos quais mais de 35 com o servidor público, continuo a crer que certas manobras políticas, fundadas na esperteza, podem até gerar alguns votos de desavisados, mas jamais conquistam o respeito. Sem menosprezar o voto, há muito fiz minha opção. Prefiro continuar tendo o respeito.

■

Sinão Jatene

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Sem apatamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores,

O IBGE divulgou, no dia 12 deste mês de março, o crescimento da economia brasileira em 2007. Nosso Produto Interno Bruto aumentou em 5,4%, o que representa a maior expansão desde 2004. Há, contudo, uma diferença importante em relação àquele ano: o aumento então verificado, de 5,7% se deu em relação há um ano, o de 2003, em que o PIB cresceu pouco, não mais que 1,1%.

O que verificamos agora, Senhor Presidente, é uma série de quatro anos consecutivos em que o PIB aumenta de modo expressivo, em taxas superiores a 3%. Podemos constatar, Senhoras e Senhores Senadores, um crescimento contínuo e sustentado da economia, que se espelha em outros índices bastante animadores.

Consideremos, por relevante exemplo, a taxa de investimentos. O investimento na produção, medido pela formação bruta de capital fixo (FBCF), teve um aumento de 13,4%. Esse aumento anual é o maior desde que

essa taxa começou a ser calculada, em 1996. E esse expressivo crescimento, traduzindo um maior aporte do capital ao processo produtivo, é decisivo para que a economia continue a crescer.

O Brasil do ano de 2007, Senhor Presidente, foi capaz de fazer crescer o número de postos de trabalho (com maior participação do emprego formal), de aumentar a massa salarial e expandir o crédito.

Esses fatores conjugados levaram a um robusto crescimento da demanda, que se reflete no aumento de 6,5% por cento no consumo das famílias, consumo este que vem crescendo significativamente pelo quarto ano consecutivo.

O crescimento da demanda, associado ao aumento de produtividade na indústria e ao já referido aumento dos investimentos, demonstram o aumento da capacidade produtiva da economia, que corresponde ao PIB potencial.

Todos esses resultados positivos, alguns até surpreendentes, significam que tudo vai bem na economia brasileira? O Presidente Lula recomendou, não sem boas razões, que os resultados fossem comemorados com “euforia comedida”.

Podemos observar, em outros países emergentes, inclusive alguns latino-americanos, maiores taxas de crescimento do PIB.

Também a taxa de investimento brasileira, mesmo crescendo significativamente e alcançando o recorde de 17,6% do PIB, permanece bem abaixo da de diversos países em desenvolvimento.

Se isso é verdade, Senhor Presidente, não podemos deixar de enfatizar que a condução da economia, nos dois governos do Presidente Lula, tem priorizado não a busca de resultados rápidos e impressionantes, mas a consistência e a continuidade do processo de crescimento. A seqüência de resultados favoráveis, sobretudo nos quatro últimos anos, vem mostrando que o caminho trilhado é seguro e é o mais correto.

A distribuição da renda no Brasil, como há pouco declarou o Presidente do IBGE, Eduardo Nunes, à Comissão de Assuntos Econômicos, ainda é muito baixa, ficando próxima de países com precário desenvolvimento econômico. Enquanto estamos consolidando a posição de 10ª maior economia do mundo, ficamos em 62º lugar quando se trata de distribuição de renda.

Se isso é certo, há outras estatísticas que demonstram, de modo claro e incontestável, a tendência positiva dos indicadores sociais no Governo Lula. Para restringir-me à série histórica de um relevante indicador, o da taxa de pobreza no Brasil, verificamos que em quatro anos (de 2003 a 2006), ele caiu 35%, bem mais que nos dez anos anteriores (de 1992 a 2002),

quando o decréscimo foi de 24%. Graças a essa queda, temos, pela primeira vez no País, uma taxa de pobreza que alcança menos de 20% da população.

Constatamos também, como já referido, que aumentou a renda da população, aumentou o poder aquisitivo e o consumo. Esses fatores é que estão puxando o crescimento da economia, e concedendo-lhe um conteúdo social que tem sido raro, se não único, em nossa História. Podemos dizer, junto com o Ministro Guido Mantega, que estamos vivendo um novo ciclo de desenvolvimentismo social.

Por fim, Senhor Presidente, podemos nos perguntar se a economia brasileira continuará crescendo com as incertezas, e mesmo com as nítidas tendências negativas, do cenário internacional.

No que toca a essa questão, devemos ressaltar, mais uma vez, a consistência de nossa política econômica, envolvendo o crescimento seguro e a solidez dos resultados.

Em um momento em que a demanda de outros países por nossas mercadorias tende a diminuir, é muito importante que o mercado interno se mostre pujante, como atualmente ocorre. Por outro lado, o aumento de nossas importações tem refletido, de modo muito expressivo, o crescimento do investimento em bens de capital, bens que serão empregados para aumentar, ainda mais, a produtividade da indústria.

A consistência do crescimento econômico resulta no que se tem chamado de blindagem da economia brasileira. Essa blindagem não deve ser entendida como uma completa invulnerabilidade aos eventos econômicos

externos, uma vez que estamos, de fato, em uma economia globalizada. O que a economia brasileira mostra, atualmente, é uma solidez que a faz bem menos sujeita às oscilações externas.

Temos, portanto, Senhor Presidente, um crescimento econômico expressivo e continuado, associado ao crescimento do mercado interno e a indicadores sociais positivos e promissores. A tendência de crescimento tem grandes chances de se manter em patamares elevados, mesmo com perspectivas não de todo animadoras no cenário externo.

Há, portanto, Senhor Presidente, reais motivos para comemorarmos o desempenho da economia brasileira, sem que isso implique em comprometer, por excesso de otimismo, a orientação lúcida e o pragmatismo social-desenvolvimentista que a têm conduzido.

Muito obrigado!

A SRA. PATRÍCIA SABOYA (PDT – CE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, prestes a completar 50 anos, a Câmara de Dirigentes Lojistas de Fortaleza acaba de receber

prêmio da Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas, em Brasília, como um reconhecimento a mais por todos os serviços que vem prestando a Fortaleza, ao Ceará, ao Nordeste e ao Brasil. Na época de sua criação, Fortaleza tinha um décimo da população atual, que se aproxima dos 3 milhões de habitantes, o que a coloca como a quarta capital do país. A CDL soube acompanhar essa evolução.

Constatando a necessidade de proteção ao crédito, de forma pioneira, os lojistas da capital cearense se reuniram para criar o SPC em 1953. Foi o ponto de partida para o surgimento, em 1955, da Associação dos Dirigentes Lojistas de Fortaleza. A partir desse importante núcleo se criaria o Clube de Diretores Lojistas, que teve como primeiro presidente Rubens Lima Barros, ao lado de uma plêiade empresarial com figuras como Gervásio Pegado, que mereceu justa homenagem da Confederação. Também foi homenageada, como grande destaque empreendedor, essa figura ímpar de empresária que é Yolanda Queiroz, a quem o Ceará tanto deve. Estava ainda entre os laureados o jornal O Povo, orgulho de nosso Estado e de nossa região. A eles, o meu carinho e a minha admiração.

Entidade de classe sem fins lucrativos, reconhecida como de utilidade pública, o Clube destacou-se por sua responsabilidade social. Liderou sempre ações de importância estratégica para a manutenção dos negócios dos empresários do setor. Não se contentou, porém, em prestar serviços a seus associados, que já somam 3.500, mas desenvolveu, e continua desenvolvendo, ações destinadas aos menos favorecidos. Em 1995, por meio de um movimento encampado pela Confederação Nacional dos Dirigentes Lojistas, passou a ser chamada de Câmara de Dirigentes Lojistas.

Sempre adotou postura inovadora. É o caso do Banco CDL de Talentos, que opera há mais de 10 anos na consultoria em Recursos Humanos, realizando atividades de recrutamento, seleção de pessoal, avaliação psicológica e intermediação de estágios. Conta com um banco de dados informatizado com mais de 35 mil currículos de profissionais de diversas áreas. É a solução mais rápida e segura para quem procura profissionais qualificados, proporcionando excelentes oportunidades não só para associados da CDL, como para outras empresas e, em especial, para quem procura inserção no mercado de trabalho.

Entre suas iniciativas gostaria de destacar a criação da Faculdade de Tecnologia CDL Fortaleza, há pouco aprovada pela MEC, que constitui moderna instituição de ensino superior na área de gestão comercial. É mais uma realização da Câmara no segmento edu-

cacional, onde já conta, por exemplo, com o programa de pós-graduação Universidade do Varejo, em parceria com a Universidade Federal do Ceará.

No mesmo rumo, criou a Loja Conceito, uma empresa-laboratório destinada à realização de aulas práticas, principalmente, para os alunos da Faculdade CDL, examinando a aplicação de ferramentas de planejamento e controle de atividades de marketing e de gestão operacional.

Diante da expansão de Fortaleza, a Câmara adotou a CDL MÓVEL, um projeto de descentralização das atividades da entidade. Levou assim aos empresários do comércio nos bairros os benefícios e soluções que não poderiam ficar restritos às áreas mais tradicionais de nossa cidade. Esse esforço permitiu também um aumento significativo no quadro de associados da entidade.

A criação do Instituto CDL de Cultura e Responsabilidade permitiu a intensificação de projetos nas áreas social e cultural. Um programa muito importante é a Quarta da Cultura no Centro, que valoriza e incentiva os músicos, principalmente do Ceará, que se dedicam à arte da música instrumental. O programa lhes dá a oportunidade de apresentar seu trabalho ao público cearense, ocasião em que tem aberto espaço privilegiado para as artes plásticas, trazendo em cada evento uma exposição de artistas cearenses.

A participação da Câmara no Natal de Fortaleza é uma tradição de quase 40 anos. Consta de projetos que envolvem a decoração natalina de uma série de pontos da nossa cidade e de uma programação de eventos artístico-culturais. A eles se somam campanhas de solidariedades, campanhas de vendas e concursos de decoração. Em 2007, teve como grande diferencial a preservação ecológica e estímulo à reciclagem de lixo. Distribuíram-se 100 mil mudas de árvores frutíferas, à população, por meio da troca de garrafas *pets*, que constituem, como sabemos, um enorme perigo para o meio ambiente.

A Escola vai ao Cinema, projeto piloto desenvolvido na querida cidade de Sobral, tem como objetivo ampliar os horizontes, aumentar a emoção, trazer a arte para o processo de ensino e aproximar o público estudantil da narrativa audiovisual, pelo contato com grandes obras do cinema nacional. O projeto se direciona para estudantes da escola pública do município de Sobral e adjacências, além da comunidade universitária, totalizando um público potencial de 40 mil espectadores. Só no ano passado atingiu 4 mil alunos.

Destaco ainda o Projeto Talento Jovem, que contribui para a criação de um modelo educação profissional e para a inserção no mercado de trabalho de jovens das escolas públicas que cursam o último ano

do ensino médio, com idade entre 18 e 22 anos. Produz resultados desde sua criação, em 2006.

Como se pode facilmente constatar há grandes realizações que tornam a Câmara de Dirigentes Lojistas de Fortaleza merecedora das homenagens que agora recebe e às quais me associo, de coração. Desejo aqui não apenas louvar o grande trabalho realizado pela Câmara e por seus dirigentes, ao longo da história, como estender esse reconhecimento a todos os comerciantes honrados de nossa Fortaleza e de todo o Ceará.

Era o que tinha a dizer.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^a e Srs. Senadores, na semana passada, os veículos de comunicação do país noticiaram com grande destaque o resultado da pesquisa “Redes de aprendizagem – Boas práticas de municípios que garantem o direito de aprender”, elaborada por uma parceria entre o Ministério da Educação, o Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância) e a Undime (União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação). **O levantamento teve como principal objetivo identificar boas práticas de redes municipais de ensino e resultou em uma lista, na qual são citados 37 municípios por todo o Brasil com iniciativas para solucionar problemas que são comuns à maioria de nossas escolas. Dentre eles, cinco são municípios paranaenses: Marilena, Jesuítas, Pinhais, Realeza e São Jorge do Oeste, cada qual se destacando em vários dos pontos considerados boas práticas na pesquisa.**

Realeza, que fica no Sudoeste do Paraná, destacou-se em pontos como consciência e prática de rede, planejamento solidário, valorização de professores e da leitura. Uma de suas iniciativas citadas na pesquisa é o “Arrastão do Aprendizado” promovido nas escolas do município. Vejamos o que diz o estudo sobre Realeza: “Lá, a sólida e estreita relação entre os gestores municipais de ensino e as escolas fica evidente em algumas ações da secretaria. Uma delas é o chamado ‘arrastão’. Uma vez por mês, a dirigente municipal de Educação e sua equipe vão às escolas, olham os cadernos dos alunos, fazem observações sobre a evolução deles e carimbam os dizeres: ‘Olá! Voltei para ver seu progresso’”.

Pinhais, por sua vez, é citado no relatório como exemplo no quesito avaliação em função do monitoramento integrado das práticas e das condições de aprendizagem realizado no município que pertence à Região Metropolitana de Curitiba. Implantado em 2001, o sistema avalia os alunos, o corpo docente e a infra-estrutura das escolas do município. O supervisor de cada unidade escolar pode acompanhar as aulas,

discutir metas e traçar estratégias. Também pela ferramenta, é possível avaliar a infra-estrutura das escolas e serviços como alimentação, por exemplo.

Além de se destacar no item avaliação, o município de Marilena, no Noroeste do Estado, também foi citado pelo compromisso com a formação de seu corpo docente. “Do total de 44 docentes efetivos e seis contratados de Marilena, 39 fizeram algum curso de pós-graduação e apenas três não têm formação superior completa”, diz o estudo que também destacou o acompanhamento individualizado da aprendizagem dos estudantes do município.

São Jorge do Oeste, no Sudoeste, também se destacou neste item. Lá, “os alunos que apresentam dificuldades são encaminhados para avaliação oftalmológica, psicológica e psicopedagógica. Os especialistas não identificam os problemas da criança, apenas. Eles também orientam o professor sobre a melhor maneira de superar as dificuldades do aluno e dão apoio às estratégias de aprendizagem e recuperação”.

Por fim, cito o exemplo do município de Jesuítas, na Região Oeste, que se destacou pelo planejamento solidário, em que professores de diversas áreas compartilham experiências e “assumem uma postura de cooperação e sentem-se motivados e úteis quando suas idéias são aproveitadas por outros educadores”.

Como vemos, são iniciativas que estão ao alcance de todos os municípios. Basta haver o entusiasmo e o comprometimento com um ensino de qualidade, focado no aprendizado dos alunos, na construção de uma escola acolhedora, com professores e funcionários valorizados.

Muitas vezes pensamos que a educação pública de qualidade pode ser uma utopia, um objetivo longe de ser alcançado no Brasil. No entanto, estas iniciativas nos mostram o contrário. As escolas públicas de qualidade estão em Realeza, em Pinhais, em Marilena, em São Jorge do Oeste, em Jesuítas e em muitos outros municípios brasileiros que colocam a educação como prioridade por meio de boas práticas como as apontadas pelo estudo.

Fico muito feliz em poder destacar nesta tribuna cinco municípios de meu Estado que estão neste caminho. No caminho da formação de cidadãos melhores, pois a educação é a saída para um Brasil mais desenvolvido e igualitário.

Parabéns aos professores, gestores da educação, funcionários das escolas, alunos e para as comunidades destes municípios. Vocês estão fazendo a diferença e ajudando a construir um Brasil melhor para todos nós!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)
– Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas, a seguinte:

ORDEM DO DIA

1

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 402, DE 2007

(*Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal*)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 402, de 2007, que *abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de um bilhão, seiscentos e quarenta e seis milhões, trezentos e trinta e nove mil, setecentos e sessenta e cinco reais, para os fins que especifica.*

Relator revisor:
(Sobrestando a pauta a partir de: 22.2.2008)
Prazo final (prorrogado): 6.5.2008

2

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 5, DE 2008

(*Proveniente da Medida Provisória nº 403, de 2007*)
(*Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal*)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 5, de 2008, que *dispõe sobre o exercício da atividade de franquias postal, revoga o § 1º do art. 1º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 403, de 2007).*

Relator revisor: Senador Osmar Dias
(Sobrestando a pauta a partir de: 23.2.2008)
Prazo final (prorrogado): 7.5.2008

3

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 6, DE 2008

(*Proveniente da Medida Provisória nº 404, de 2007*)
(*Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal*)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 6, de 2008, que *altera o art. 41-A da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, modificando a data de pagamento dos*

benefícios da Previdência Social (proveniente da Medida Provisória nº 404, de 2007).

Relator revisor:
(Sobrestando a pauta a partir de: 9.3.2008)
Prazo final (prorrogado): 22.5.2008

4

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 11, DE 2008

(*Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno*)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 84, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator ad hoc: Senador Antonio Carlos Júnior), que *aprova a Programação Monetária para o quarto trimestre de 2007.*

5

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 48, DE 2003

(*Votação nominal*)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.*

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator *ad hoc*: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de subemenda que apresenta.

6

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 38, DE 2004

(*Votação nominal*)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que *altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar.*

Pareceres sob nºs 1.058, de 2006, e 1.185, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), contrário.

7

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 50, DE 2006

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, que *inclui o art. 50A e altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto parlamentar.*

Pareceres sob nºs 816 e 1.186, de 2007 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 1, de Plenário) Relator *ad hoc*: Senador Flexa Ribeiro, pela aprovação parcial, nos termos da Subemenda-CCJ (Substitutivo), que oferece.

8

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 86, DE 2007

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que *altera o § 2º do art. 55 da Constituição Federal (determina o voto aberto para a perda de mandato de Deputados e Senadores).*

Pareceres sob nºs 817 e 1.187, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta), Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2-Plen), Relator *ad hoc*: Senador Flexa Ribeiro, favorável, com Subemenda, que apresenta.

9

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 57, DE 2005

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que *dá nova redação ao § 4º do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados.*

Pareceres da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sob nºs

– 779, de 2006, 1º pronunciamento (sobre a Proposta): Relator: Senador Ramez Tebet, favorável;

– 272, de 2007, 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 1-Plen): Relator: Senador Adelmir Santana, favorável, com a Emenda nº 2-CCJ, de redação; e

– 100, de 2008, 3º pronunciamento (em reexame, nos termos do Requerimento nº 128, de 2008), Relator Senador Adelmir Santana, ratificando seus pareceres anteriores, apresentando, ainda, as Emendas nºs 3 e 4-CCJ.

10

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 20, DE 1999

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.*

Parecer sob nº 478, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; e pela rejeição das demais matérias que tramitam em conjunto, com votos contrários dos Senadores Sibá Machado, Eduardo Suplicy, Eptácio Cafeteira, Antônio Carlos Valadares, Pedro Simon, Romero Jucá, e das Senadoras Serys Slhessarenko, Lúcia Vânia e, em separado, do Senador Aloizio Mercadante e da Senadora Patrícia Saboya.

11

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 18, DE 1999**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá, que *altera a redação do art. 228 da Constituição Federal.*

12

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 3, DE 2001**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.*

13

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 26, DE 2002**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 26, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Iris Rezende, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, para reduzir a idade prevista para a imputabilidade penal, nas condições que estabelece.*

14

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 90, DE 2003**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição

nº 90, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Magno Malta, que *inclui parágrafo único no artigo 228, da Constituição Federal, para considerar penalmente imputáveis os maiores de treze anos que tenham praticado crimes definidos como hediondos.*

15

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 9, DE 2004**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 90, de 2003)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Papaléo Paes, que *acrescenta parágrafo ao artigo 228 da Constituição Federal, para determinar a imputabilidade penal quando o menor apresentar idade psicológica igual ou superior a dezoito anos.*

16

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2000**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2000 (nº 885/95, na Casa de origem), que *estabelece diretrizes gerais de programa nacional de habitação para mulheres com responsabilidade de sustento da família.*

Parecer sob nº 437, de 2007, da Comissão Diretora, Relator: Senador Gerson Camata, oferecendo a redação do vencido.

17

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 6, DE 2003**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003 (nº 2.820/2000, na Casa de origem), que *altera os arts. 47 e 56 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. (Dispõe sobre a administração e o conselho fiscal das sociedades cooperativas).*

Parecer sob nº 95, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Efraim Morais, oferecendo a redação do vencido.

18

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 26, DE 2000**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2000, que *altera a Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, para tratar do comprometimento do Presidente do Banco Central do Brasil na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal e para extinguir a obrigatoriedade de apresentação da programação monetária trimestral e a vinculação legal entre emissão de moeda e reservas cambiais.*

Parecer sob nº 66-A, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Flexa Ribeiro, oferecendo a redação do vencido.

19

**SUBSTITUTIVO DA CÂMARA AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 57, DE 2001**

Discussão, em turno único, do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 57, de 2001 (nº 5.270/2001, naquela Casa), que *altera o art. 36 do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca e dá outras providências.*

Pareceres sob nºs 1.345 e 1.346, de 2007, das Comissões

– de Agricultura e Reforma Agrária, Relator: Senador João Durval, favorável, com as adequações redacionais propostas, e

– de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator *ad hoc*: Senador Renato Casagrande, favorável.

20

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 22, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 2003 (nº 5.120/2001, na Casa de origem), que *dispõe sobre as atividades das Agências de Turismo.*

Pareceres nºs 1.049 e 1.050, de 2007, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 a 12-CCJ, que apresenta;

– de Desenvolvimento Regional e Turismo, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, favorável ao Projeto e às Emendas nºs 1 a 4, 6 a 8, 11 e 12-CCJ, à Emenda nº 9-CCJ, nos termos de Subemenda; pela prejudicialidade das Emendas nºs 5 e 10-CCJ; apresentando, ainda, as Emendas nºs 13 a 18-CDR.

21

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2003 (nº 5.657/2001, na Casa de origem), que *acrescenta dispositivo à Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB (prescrição em cinco anos da ação de prestação de contas do advogado para o seu cliente, ou de terceiros por conta dele).*

Parecer favorável, sob nº 1.162, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

22

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 75, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2004 (nº 1.071/2003, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 10.334, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a obrigatoriedade de fabricação e comercialização de lâmpadas incandescentes para uso em tensões de valor igual ou superior ao da tensão nominal da rede de distribuição, e dá outras providências.*

Parecer favorável sob nº 87, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Delcídio Amaral.

23

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 24, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2005 (nº 4.465/2001, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 (inclui novo trecho na Relação Descritiva das rodovias no Sistema Rodoviário Nacional).*

Parecer favorável, sob nº 1.534, de 2005, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Relator *ad hoc*: Senador Rodolpho Tourinho.

24

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 103, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2005 (nº 45/99, na Casa de origem), que *veda a exigência de carta de fiança aos candidatos a empregos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.*

Parecer sob nº 198, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator ad hoc: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que apresenta.

25

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 111, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 111, de 2005 (nº 3.796/2004, na Casa de origem), que *dispõe sobre a Política Nacional de Orientação, Combate e Controle dos Efeitos Danosos da Exposição ao Sol à Saúde e dá providências correlatas.*

Pareceres sob nºs 603 e 604, de 2007, das Comissões:

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Magno Malta, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, de redação, que apresenta; e

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Papaléo Paes, favorável, nos termos da Emenda nº 3-CAS (Substitutivo), que oferece.

26

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 118, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2005 (nº 1.153/2003, na Casa de origem), que *modifica o inciso II do caput do art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (dispõe sobre o aproveitamento de matérias cursadas em seminários de filosofia ou teologia).*

Parecer sob nº 924, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

27

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 1, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2006 (nº 1.696/2003,

na Casa de origem), que *altera o § 2º do art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde (acrescenta o planejamento familiar nos casos de cobertura dos planos ou seguros privados de assistência à saúde).*

Parecer favorável, sob nº 145, de 2007, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

28

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 2, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2006 (nº 1.984/2003, na Casa de origem), que *altera o inciso XIII do caput do art. 7º da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 (inclui as normas técnicas como obras protegidas pela legislação dos direitos autorais).*

Parecer favorável, sob nº 376, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Roberto Saturnino.

29

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 4, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2006 (nº 4.730/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação aos arts. 830 e 895 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (dispõe sobre a autenticidade de peças oferecidas para prova no processo trabalhista e sobre o cabimento de recurso ordinário para instância superior).*

Parecer favorável sob o nº 697, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator Senador Eduardo Suplicy .

30

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 11, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2006 (nº 2.822/2003, na Casa de origem), que *acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a boa-fé nas relações de trabalho.*

Parecer sob nº 542, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

31

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2006 (nº 819/2003, na Casa de origem), que *denomina “Rodovia Ministro Alfredo Nasser” a rodovia BR-174, entre a cidade de Cáceres – MT e a fronteira com a Venezuela.*

Parecer sob o nº 1.175, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator **ad hoc**: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CE, que oferece.

32

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 43, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 2006 (nº 4.505/2004, na Casa de origem), que *dispõe sobre o reconhecimento do dia 26 de outubro como Dia Nacional dos Trabalhadores Metroviários.*

Parecer favorável, sob nº 926, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Paulo Paim.

33

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 90, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 2006 (nº 6.248/2005, na Casa de origem), que *acrescenta o § 3º-C ao art. 30 da Lei n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências (determina que cartórios de registros públicos afixem, em locais de fácil leitura e acesso, quadros contendo os valores das custas e emolumentos).*

Parecer favorável, sob nº 1.163, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator **ad hoc**: Senador Valter Pereira.

34

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2007 (nº 1.791/1999,

na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional dos Surdos.*

Parecer favorável, sob nº 979, de 2007, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns.

35

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2007 (nº 3.986/2004, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional do Vaqueiro.*

Parecer favorável sob o nº 722, de 2007, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator *ad hoc*: Senador Valter Pereira.

36

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 42, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2007 (nº 1/2007, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dispõe sobre o valor do salário mínimo a partir de 2007 e estabelece diretrizes para a sua política de valorização de 2008 a 2023.*

Pareceres sob nºs

– 601, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Osmar Dias, favorável; e

– 93, de 2008, da Comissão de Assuntos Sociais (em audiência, nos termos do Requerimento nº 958, de 2007), Relator: Senador Valdir Raupp, favorável, com a Emenda nº 1-CAS, que apresenta.

37

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 30, DE 2003

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003)

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003, de autoria do Senador Sérgio Cabral, que *acrescenta artigos à Lei nº 8.078/90 – Código do Consumidor, obrigando a comunicação prévia da inclusão do consumidor em cadastros, bancos de dados, fichas ou registros de inadimplentes, e obrigando os fornecedores de bens e serviços*

a fixar data e turno para a entrega de bens e prestação de serviços.

Parecer sob nº 288, de 2007, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Gerson Camata, favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CMA, e subemenda que apresenta, e contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, que tramita em conjunto.

38

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 306, DE 2003

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003)

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)

Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, de autoria do Senador Valmir Amaral, que acrescenta artigo à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), tipificando como crime a manutenção de informações negativas sobre consumidor em cadastros, banco de dados, fichas ou registros por período superior a cinco anos.

39

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 169, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 7, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que altera dispositivo da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.

Parecer sob nº 459, de 2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), que oferece.

40

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 140, DE 2007 – COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os

dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda que oferece.

41

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 277, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 9, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2007, de autoria do Senador Flávio Arns, que acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para definir condições de qualidade da oferta de educação escolar para crianças de cinco e seis anos de idade.

Parecer sob nº 874, de 2007, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Wilson Matos, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

42

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 702, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 702, de 2007, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito do Apagão Aéreo, que altera a Lei nº 7.565, de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para prever a divulgação da lista de passageiros nos casos de acidentes aéreos.

43

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 703, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 703, de 2007, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito do Apagão Aéreo, que altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para dispor sobre a distribuição de horários de pouso e decolagem (slots) em aeroportos congestionados.

44

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 704, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 704, de 2007, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito do Apagão Aéreo, que altera a Lei nº 6.009, de 26 de dezembro de 1973, que dispõe sobre a utilização e a exploração dos aeroportos, das facilidades à navegação aérea e dá outras providências; e o Decreto-Lei nº 1.896, de 17 de dezembro de 1981, que dispõe sobre a utilização de instalações e serviços destinados a apoiar e tornar segura a navegação aérea, e revoga a Lei nº 7.920, de 12 de dezembro de 1989; a Lei nº 8.399, de 7 de janeiro de 1992; e a Lei nº 9.825, de 23 de agosto de 1999, para desonerar as tarifas aeroportuárias e aeronáuticas e autorizar a sua gradação conforme o grau de saturação e o horário de utilização dos respectivos serviços.

45

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 32, DE 2008

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que altera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, para introduzir critérios relacionados com as mudanças climáticas globais no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos com horizonte de operação superior a vinte e cinco anos.

46

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 33, DE 2008

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que dispõe sobre a Redução Certificada de Emissão (RCE) (unidade padrão de redução de emissão de gases de efeito estufa).

47

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 34, DE 2008

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº

34, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que dispõe sobre a concessão de subvenção à implementação de Servidão Florestal, de Reserva Particular do Patrimônio Natural e de reserva legal, e sobre a possibilidade de recebimento da subvenção na forma de abatimento de dívidas de crédito rural.

48

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 35, DE 2008

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 35, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que altera dispositivo da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para viabilizar o acesso, ao Sistema Elétrico Interligado Nacional, dos autoprodutores de energia elétrica.

49

PARECER Nº 106, DE 2008

Discussão, em turno único, do Parecer nº 106, de 2008, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns, concluindo favoravelmente à Indicação nº 2, de 2007, da Senadora Serys Slhessarenko, que sugere à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, por seu intermédio, à Subcomissão de Trabalho Escravo, para analisar todas as matérias que tratem do tema e que se encontram em tramitação na Casa.

50

REQUERIMENTO Nº 1302, DE 2004

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.302, de 2004, da Senadora Serys Slhessarenko, solicitando a instituição, no âmbito do Senado Federal, da Semana de Ciência e Tecnologia, a ser celebrada anualmente no mês de outubro, com o objetivo de mobilizar a população brasileira para questões científicas.

Pareceres favoráveis, sob nºs 448 a 451, de 2007, das Comissões de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Juvêncio da Fonseca; de Assuntos Sociais, Relator: Senador Cristovam Buarque; de Serviços de Infra-

Estrutura, Relator *ad hoc*: Senador Eduardo Azeredo; e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, Relator: Senador Valter Pereira.

51

REQUERIMENTO Nº 778, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 778, de 2007, de autoria da Senadora Kátia Abreu, *solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado. (Fixação e ajuste dos parâmetros, índices e indicadores de produtividade.)*

52

REQUERIMENTO Nº 914, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 914, de 2007, do Senador Mozarildo Cavalcanti, *solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2007, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado. (Gestão de florestas públicas; institui o Serviço Florestal Brasileiro na estrutura do Ministério do Meio Ambiente.)*

53

REQUERIMENTO Nº 1242, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.242, de 2007, do Senador Arthur Virgílio, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2007-Complementar, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania. (Local do recolhimento do ISS nas operações de arrendamento mercantil)*

54

REQUERIMENTO Nº 1494, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.494, de 2007, do Senador Sérgio Zambiasi, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2006, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que*

já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria. (Propaganda de bebidas alcoólicas)

55

REQUERIMENTO Nº 1495, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.495, de 2007, do Senador Geraldo Mesquita Júnior, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 510, de 1999, e 505, de 2007, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria. (Propaganda de bebidas alcoólicas)*

56

REQUERIMENTO Nº 115, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 115, de 2008, do Senador Cícero Lucena e outros Senhores Senadores, *solicitando a criação de Comissão Temporária Externa, composta por cinco membros titulares e igual número de suplentes, para, no prazo de doze meses, acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco.*

57

REQUERIMENTO Nº 158, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 158, de 2008, do Senador Flexa Ribeiro, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 29, de 2003, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária. (Política Pesqueira Nacional)*

58

REQUERIMENTO Nº 175, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 175, de 2008, do Senador Marconi Perillo, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 121 e 156, de 2007-Comple-*

mentares, com o Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2007-Complementar, por regularem a mesma matéria. (Valores mínimos a serem aplicados em ações e serviços públicos de saúde)

59

REQUERIMENTO Nº 176, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 176, de 2008, do Senador Flexa Ribeiro solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 303, de 2005, com os Projetos de Lei do Senado nºs 370, de 1999; 145, de 2000; e o Projeto de Lei da Câmara nº 151, de 2001, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria. (Impenhorabilidade dos bens de família)

60

REQUERIMENTO Nº 186, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 186, de 2008, do Senador Expedito Júnior, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 210, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. (Isenção do Imposto de Importação e IPI incidentes sobre CD e DVD)

61

REQUERIMENTO Nº 199, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 199, de 2008, do Senador Romero Jucá, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 7, de 2005 e 17, de 2006-Complementar, com os Projetos de Lei do Senado nºs 129 e 183, de 2003 e 291, de 2005, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria. (Faculta adesão ao SIMPLES por pessoas jurídicas que especifica)

62

REQUERIMENTO Nº 210, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 210, de 2008, do Senador Aloizio Mercadante, solicitando que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2004, que tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 187, 2002; 44, de 2004; e 113, de 2006; além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos. (Planos de Saúde)

63

REQUERIMENTO Nº 247, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 247, de 2008, da Senador Paulo Paim e outros Senhores Senadores, solicitando, nos termos do art. 336, inciso III, do Regimento Interno, urgência para o Projeto de Lei do Senado nº 296, de 2003. (Modifica a forma de cálculo dos benefícios da Previdência Social – Fator Previdenciário)

64

REQUERIMENTO Nº 248, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 248, de 2008, do Senador Paulo Paim, solicitando a dispensa do parecer da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o Projeto de Lei do Senado nº 58, de 2003, cujo prazo encontra-se esgotado. (Atualização das aposentadorias e pensões pagas pela Previdência Social)

65

REQUERIMENTO Nº 256, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 256, de 2008, do Senador Romero Jucá, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 280, de 2004; 132, 191 e 467, de 2007, com o Projeto de Lei do Senado nº 167, de 2003, que já se encontra apensado aos de nºs 210, de 2003; 75 e 323, de 2004; e 87, de 2005, por versarem sobre a mesma matéria. (Isenção de IPI em automóveis, motocicletas etc.)

66

REQUERIMENTO Nº 341, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 341, de 2008, de iniciativa da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, solicitando a criação de Comissão Temporária Externa, composta por três membros, destinada a representar o Senado Federal na Conferência Mundial da Paz, que ocorrerá em Caracas – Venezuela, entre os dias 8 e 13 de abril de 2008.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)
– Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 33 minutos.)

Ata da 43ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 3 de abril de 2008

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência dos Srs. Garibaldi Alves Filho, Tião Viana, Gerson Camata,
Eduardo Suplicy e Gim Argello

ÀS 14 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES
AS SRAS E SRS. SENADORES:

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

Senado Federal

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 3/4/2008 07:02:32 até 3/4/2008 20:17:46

Partido	UF	Nome	Pres	Voto	Partido	UF	Nome	Pres	Voto
DEM	DF	ADELMIR SANTANA	X		DEM	RN	ROSALBA CIARLINI	X	
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	X		PMDB	MA	ROSEANA SARNEY	X	
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	X		Bloco-PT	MT	SÉRY S LHESARENKO	X	
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X		Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	X	
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	X		Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X	
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X		PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	X		PMDB	MS	VALTER PEREIRA	X	
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X		PSC	SE	VIRGINIO DE CARVALHO	X	
PTB	PB	CARLOS DUNGA	X		PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRAS	X	
Bloco-PR	BA	CÉSAR BORGES	X						
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X						
Bloco-PT	MS	DELCLÍDIO AMARAL	X						
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES	X						
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X						
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUP LICY	X						
DEM	PB	EFRAIM MORAIS	X						
DEM	MG	ELISEU RESENDE	X						
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X						
Bloco-PR	RO	EXPEDITO JÚNIOR	X						
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	X						
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X						
Bloco-PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	X						
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X						
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X						
PMDB	ES	GERSON CAMATA	X						
DEM	MT	GILBERTO GOELLNER	X						
PMDB	AP	GILVAM BORGES	X						
PTB	DF	GIM ARGELLO	X						
DEM	PI	HERÁCLITO FORTES	X						
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	X						
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	X						
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X						
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	X						
Bloco-PT	AM	JOÃO PEDRO	X						
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	X						
PSDB	AL	JOÃO TENÓRIO	X						
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	X						
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	X						
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	X						
P-SOL	PA	JOSÉ NERY	X						
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X						
-	MA	LOBÃO FILHO	X						
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X						
Bloco-PR	ES	MAGNO MALTA	X						
PMDB	PI	MÃO SANTA	X						
DEM	PE	MARCO MACIEL	X						
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	X						
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	X						
PSDB	MS	MARISA SERRANO	X						
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X						
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	X						
PDT	PR	OSMAR DIAS	X						
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	X						
PDT	CE	PATRICIA SABOYA	X						
PMDB	RJ	PAULO DUQUE	X						
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X						
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X						
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	X						

Compareceram: 69 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – A lista de presença acusa o comparecimento de 69 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, aviso do Ministro de Estado de Minas e Energia, que passo a ler.

É lido o seguinte:

**AVISO
DO MINISTRO DE ESTADO
DE MINAS E ENERGIA**

– Nº 58/2008, de 31 de março último, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.343, de 2007, de autoria do Senador Expedito Júnior.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – As informações foram encaminhadas, em cópia, ao Requerente.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, ofício do Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior que passo a ler.

É lido o seguinte:

**OFÍCIO
DO MINISTRO DE ESTADO DO
DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA
E COMÉRCIO EXTERIOR**

– Nº 51/2008, de 27 de março passado, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.312, de 2007, de autoria do Senador Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – As informações foram encaminhadas, em cópia, ao Requerente.

O requerimento vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, avisos do Ministro de Estado da Justiça que passo a ler.

São lidos os seguintes:

**AVISOS
DO MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA**

– Nº 464/2008, de 31 de março passado, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.299, de 2007, de autoria do Senador Moza-rildo Cavalcanti; e

– Nº 465/2008, de 31 de março passado, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.301, de 2007, de autoria do Senador Marconi Perillo.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – As informações foram encaminhadas, em cópia, aos Requerentes.

Os requerimentos que acabam de ser lidos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, ofício da Presidente da Comissão de Assuntos Sociais que passo a ler.

É lido o seguinte:

OFÍCIO Nº 20/2008 – CAS

Brasília, 2 de abril de 2008

Ao Excelentíssimo Senhor
Senador Papaléo Paes
Presidente da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde

Assunto: Indicação de Senador para a Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde

Senhor Senador,

Nos termos regimentais, tenho o prazer de indicar o ilustre senador Antonio Carlos Valadares (PSB – SE), para compor, como membro suplente, a Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde.

Atenciosamente, Senadora **Patrícia Saboya**,
Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 368, DE 2008

Com fundamento no disposto no art. 258, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a tramitação conjunta do Projeto Lei do Senado nº 257 de 2005 e do Projeto de Lei do Senado nº 315 de 2005, por tratarem de temas correlatos.

Sala das Sessões, 3 de abril de 2008. – Senador **Wellington Salgado de Oliveira**.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – O requerimento que acaba de ser lido será encaminhado à Mesa, para decisão.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 369, DE 2008

Senhor Presidente

Requeiro, nos termos regimentais, que o Senado Federal emita Voto de Louvor aos prefeitos, secretários municipais de educação e presidentes das câmaras de vereadores, dos municípios brasileiros de: Jesuítas – PR, Marilena – PR, São Jorge d'Oeste – PR, Realeza – PR, Pinhais – PR, Arroio do Meio – RS, Horizontina – RS, Guaramirim – SC, Farroupilha – RS, Saporanga – RS, Apicás – MT, Carmo do Rio Verde – GO, Cesarina – GO, Comodoro – MT, Piranhas – GO, Formosa – GO, Rondonópolis – MT, Rio Verde – GO, Mortugaba – BA, Presidente Dutra – BA, Alto Alegre do Pindaré – MA, Teresina – PI, Sobral – CE, Alvorada – TO, Altamira – PA, Rio Branco – AC, Santarém – PA, Araguaína – TO, Lagamar – MG, Santa Rita de Caldas – MG, Sud Menucci – SP, Rio Piracicaba – MG, Sete Barras – SP, João Monlevade – MG, Santo Antônio de Pádua – RJ, Votuporanga – SP, Divinópolis – MG, por serem os 37 municípios brasileiros campeões de aprendizagem escolar, no universo de 5.564 municípios do País, conforme consta na pesquisa – Redes de Aprendizagens – Boas Práticas de Municípios que Garantem o Direito de Aprender, elaborada pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Ministério da Educação/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) e União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME). Os resultados da pesquisa foram divulgados e discutidos no fórum da Undime, realizado no dia 25 de março de 2008 em Brasília. O estudo identificou que bons resultados podem decorrer de práticas simples, desde que haja compromisso por parte de pais, professores, alunos e governo, com a educação de qualidade. Os municípios destacados consideraram em seus programas educacionais aspectos como gestão; práticas pedagógicas; planejamento; avaliação; valorização dos profissionais da educação; valorização da leitura; agenda de atividades complementares e parcerias. As ações desenvolvidas por esses municípios devem ser compartilhadas com os demais municípios brasileiros, no sentido de que se busque uma educação de qualidade, condição essencial para que se construa uma sociedade desenvolvida e socialmente igualitária.

Sala das Sessões, 3 de abril de 2008. – Senador **Flávio Arns**, PT-PR – Senador **Osmar Dias**, PDT-PR.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – A Presidência encaminhará o voto solicitado.

O requerimento vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

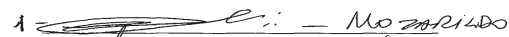



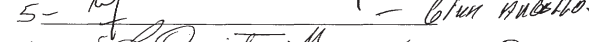
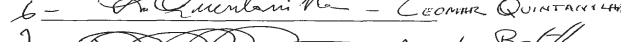
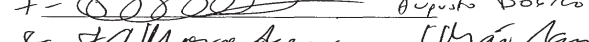
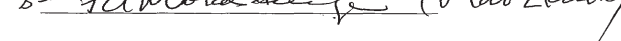
São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 370, DE 2008

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do art. 160 do Regimento Interno do Senado Federal, que o Período do Expediente da Sessão do Senado Federal do dia 20 de Agosto de 2008 seja destinada a homenagear a Maçonaria Brasileira, pelo transcurso do Dia do Maçom.

Sala das Sessões, 3 de abril de 2008.

1 -  - MOACIRILDO
 2 -  - VALDIR RAUP
 3 -  - ALVARO DIAS
 4 -  - EFRAIM MORAES
 5 -  - CLÁUDIO AUGUSTO
 6 -  - LEONIR QUINTANILHA
 7 -  - AUGUSTO BOTELHO
 8 -  - MANOEL AUGUSTO (Manoel Augusto)

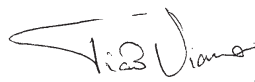

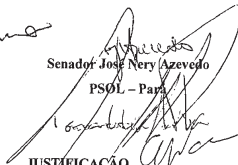
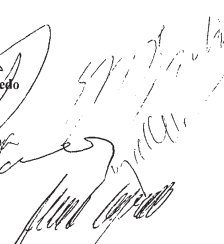
REQUERIMENTO Nº 371, DE 2008

Requeiro, com base no Artigo 154, inciso III, parágrafo 5º, combinado com o Artigo 93, inciso II, do Regimento Interno, a realização de Sessão Especial, no dia 28 de maio próximo, para homenagear o evento FSM – Fórum Social Mundial que ocorrerá na cidade de Belém do Pará em janeiro de 2009, sob o lema “Um Outro Mundo é Possível”, com o objetivo de apresentar contribuições para a construção de um novo modelo de desenvolvimento sustentável para o mundo, para o Brasil, dando especial relevância para a Região Amazônica.

Requeiro, ainda, sejam convidados para a referida Sessão Especial, como expositores e debatedores, representantes das seguintes entidades:

1. Conselho Internacional do Fórum social Mundial
2. Comitê Organizador Brasileiro do Fórum Social Mundial
3. Comitê Local Organizador do Fórum Social Mundial (FSM/Belém-Pará)

Sala das Comissões, 3 de abril de 2008.

 
 Senador José Nery Azevedo
 PSOL – Pará
 JUSTIFICAÇÃO  

Justificação

Realizar-se-á em Belém, capital do Pará, em janeiro do próximo ano, a oitava versão do Fórum Social Mundial (FSM). Oportuna a escolha dessa cidade para sediá-lo, como pretendiam as organizações e movimentos sociais de toda a região amazônica. Além da experiência acumulada como sede de duas bem sucedidas edições do Fórum Social Panamazônico, a cidade de Belém está localizada na região da Pan-Amazônia. Trata-se de uma região composta por nove países, que ocupa lugar central no debate sobre as conseqüências do aquecimento global, e detém as maiores reservas de água doce e de florestas primárias do mundo, além de inigualável biodiversidade e enorme diversidade de populações tradicionais e povos indígenas. A sede do Fórum Social Mundial em cidade da Amazônia é um alerta: as políticas de desenvolvimento baseadas na ampliação incessante das monoculturas agrícola e pecuária e na exploração de commodities minerais, e a instalação de infra-estrutura concebida para viabilizá-las, em curso na Amazônia, agravam essa ameaça para a espécie humana. Ademais, sediá-la em Belém oportuniza o retomo do Fórum Social Mundial ao Brasil, país onde nasceu, em 2001, e se realizaram suas três primeiras versões, bem como a de 2005, tendo como palco privilegiado a cidade de Porto Alegre. Belém credencia-se para receber, no início do ano vindouro, cerca de 120 mil homens e mulheres de todo o planeta para declarar sua convicção de que Um outro mundo é possível! Assim sendo, a realização de uma Sessão Especial no Plenário desta Casa parece-me oportuna e necessária para marcar a importância do evento, bem como para colaborar com a sua tão relevante pauta.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Os requerimentos que acabam de ser lidos vão à publicação e serão votados oportunamente.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 372, DE 2008

Requeiro nos termos regimentais, seja aprovado pelo Senado Federal, voto de profundo pesar pelo falecimento do advogado Dr. Carlos Alberto Motta Vinha, do Rio de Janeiro.

Justificação

Trata-se de um jurista de grande valor, que prestou serviços relevantes no Governo Federal onde, por muitos anos, exerceu o cargo de Procurador Federal, além de ter sido Subchefe da Casa Civil da Presidência.

Morou e trabalhou em Brasília durante 10 anos.

Cientista político e estudioso de nossa cultura pertenceu a órgãos relacionados à saúde – Cruz Vermelha e instituições congêneres.

Sala das Sessões, 3 de abril de 2008. – Senador **Paulo Duque**.

REQUERIMENTO Nº 373, DE 2008

Requeiro, nos termos do art. 218 do Regimento Interno, e de acordo com as tradições da Casa, a inserção em ata de Voto de Pesar pelo falecimento da SRA. Ilda Coutinho, ainda, que a Mesa apresente condolências a sua família.

Sala das Sessões, 3 de abril de 2008. – Senador **Augusto Botelho**.

REQUERIMENTO Nº 374, DE 2008

Requer Voto de Pesar pelo falecimento da SRA. Terezinha Duarte Câmara, mãe do Deputado Federal Silas Câmara, ocorrido no dia 28 de março deste ano de 2008, em Manaus.

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, e ouvido Plenário, que seja consignado, nos **Anais** do Senado, Voto de Pesar pelo falecimento da Sr^a Terezinha Duarte Câmara, ocorrido no dia 28 de março deste ano de 2008, em Manaus. Ela era mãe do Deputado Federal Silas Câmara.

Requeiro, ainda, que o Voto de Pesar seja levado ao conhecimento do viúvo, Pastor Jubilado Severo Câmara, e dos demais membros da família, especialmente do Deputado Federal pelo Amazonas Silas Câmara.

Justificação

A Sr^a Terezinha Duarte Câmara, falecida, em Manaus, no dia 28 de março de 2008, aos 73 anos de idade, era pessoa muito conhecida e respeitada em Manaus, principalmente no meio evangélico, pois era Pastora da Assembléia de Deus. Era natural de Rio Branco, Acre, mas se radicou no Amazonas. Além do Deputado Silas Câmara, ela deixou outros cinco filhos – o Coronel Dan Câmara, os Pastores Jonatan e Samuel, e as educadoras Eliabe e Elieuda – 16 netos e dois bisnetos. Pela estima que gozava, por sua atividade no meio evangélico, ela faz jus à homenagem póstuma que ora proponho.

Sala das Sessões, 3 de abril de 2008. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB – Senador **João Pedro**.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 375, DE 2008

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos **Anais** do Senado, Voto de Aplauso ao Prefeito de Teresina, Silvio Mendes, e ao Secretário Municipal de Educação e Cultura, Washington Bonfim.

Justificação

O Prefeito de Teresina, Silvio Mendes, e o Secretário Municipal de Educação, Washington Bonfim, têm realizado um excelente e vitorioso trabalho na busca da melhoria da educação no Município de Teresina, a capital do Estado do Piauí.

Trabalho este, que acaba de ser reconhecido nacionalmente. Teresina foi apontada como uma das 37 cidades brasileiras onde os indicadores do ensino básico são superiores aos obtidos pelo restante dos municípios do Brasil. Enquanto a média nacional obteve nota no IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) foi de 3,8, a cidade de Teresina alcançou nota 4,2.

Resultado de um forte empenho do Prefeito da capital piauiense e do nosso Secretário Municipal de Educação em prol da valorização e formação contínua dos professores, estímulo à leitura, dentre outras ações, a cidade de Teresina buscará elevar ainda mais essa nota nos próximos exames e, certamente, alcançará um melhor resultado.

Por estas razões, o Prefeito de Teresina, Silvio Mendes, e o Secretário Municipal de Educação e Cultura, Washington Bonfim são merecedores desta homenagem por esta Casa.

Sala das Sessões, 3 de abril de 2008. – Senador **João Vicente Claudino**.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – O requerimento lido vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 376, DE 2008

Requeiro, nos termos dos arts. 199 e 200 do Regimento Interno, a realização de Sessão Especial destinada a homenagear os 120 anos da promulgação da Lei Áurea, que aboliu a escravidão no Brasil.

Justificação

Em 13 de maio de 1888, a Princesa Isabel assinou uma lei que tem um dos textos mais simples e diretos de que se tem notícia na história do país.

Dizia apenas:

Art. 1º É declarada extinta desde a data desta lei a escravidão no Brasil.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Entretanto, esse texto singelo constitui-se, provavelmente, na lei de maior alcance social do Brasil. Não sem razão: é que a singeleza do texto encobre uma complexa e longa luta que dividiu e ainda divide profundamente a sociedade brasileira.

Trata-se da luta contra o racismo e a escravidão, que, de certa forma, sintetiza e simboliza o combate a todas as formas de desigualdade e exclusão que marcaram e marcam a estrutura social brasileira.

Essa luta não foi e não é fácil. Relativamente à escravidão, é preciso que se considere que ela penetrou em todos os meandros da vida social no Brasil. Não eram apenas os grandes barões do açúcar e do café que tinham escravos. Os comerciantes e burocratas urbanos também os tinham em quantidade. Padres e igrejas tinham os seus. Há relatos de que negros alforriados e mesmo escravos também possuíam seus escravos. A escravidão penetrava até na cabeça do escravo.

Assim, foi preciso muito para chegar até aquele texto singelo. Foi preciso que Zumbi, martirizado em 20 de novembro de 1695, data em que se celebra o Dia da Consciência Negra, desse a sua vida por uma liberdade efêmera. Foi necessário que figuras do porte de José do Patrocínio, Joaquim Nabuco, Luis Gama e Rui Barbosa se dedicassem, durante anos, à difícil causa da abolição. Foi preciso que, ao longo de décadas, saquaremas e luzias se digladiassem em torno do tema. Foi preciso que a Inglaterra pressionasse fortemente o Brasil. E foi necessário que Castro Alves bradasse:

“Senhor Deus dos desgraçados!
Dizei-me vós, Senhor Deus,
Se eu deliro... ou se é verdade
Tanto horror perante os céus?!...”

Contudo, tal luta não se encerrou com a Lei Áurea, embora esse texto legal seja seu grande marco. As desigualdades raciais, de classe, regionais e de gênero permanecem e precisam ser continuamente combatidas. O luta do negro e de todos os excluídos permanece tão atual como nos tempos da causa abolicionista. E é uma luta de todos.

Como bem afirmou o historiador José Murilo de Carvalho:

“A batalha da abolição, como perceberam alguns abolicionistas, era uma batalha nacional. Esta batalha continua hoje e é tarefa da nação. A luta dos negros, as vítimas mais diretas da escravidão, pela plenitude da cidadania, deve ser vista como parte desta luta maior. Hoje, como no século XIX; não há possibilidade de fugir para fora do sistema. Não há quilombo possível, nem mesmo cultural. A luta é de todos e é dentro do monstro.”

E é em nome dessa luta, que é de todos e que se trava dentro do monstro da desigualdade e da exclusão, que peço o apoio dos nobres pares a esta importante propositura.

Sala das Sessões, 3 de abril de 2008.

Senador Aloizio Mercadante

REQUERIMENTO Nº 377, DE 2008

Requeiro, nos termos dos arts. 199 e 200 do Regimento Interno, a realização de Sessão Especial destinada a homenagear o centenário da imigração japonesa no Brasil.

Justificação

Em 1907, foi concedida a autorização, pelo Governo do Estado de São Paulo, à Cia. Imperial de Imigração do Japão para transportar um determinado número de emigrantes para o Brasil, em parcelas anuais. Em 18 de junho de 1908, aportou em Santos o navio japonês Kasato Maru trazendo, pela primeira vez, 165 famílias, num total de 786 pessoas, que foram encaminhadas às fazendas de café na zona mogiana para trabalharem como “colonos”.

Iniciou-se, dessa forma, a brilhante saga da imigração nipônica no Brasil.

Num primeiro período, entre 1910 e 1914, chegaram do Japão cerca de 14.200 imigrantes. Embora a maioria tivesse vindo para trabalhar nas fazendas de café, uma vez findos os contratos de trabalho boa parte desses migrantes procurou a sua independência econômico-financeira dirigindo-se para o interior do Estado de São Paulo ou para a periferia da capital e formando núcleos de grande dinamismo.

Entre 1925 e 1935, chegou ao auge a entrada de imigrantes japoneses no Brasil, com o impressionante número de 140.000. Nesse período, consolidam-se os núcleos de imigrantes japoneses, especialmente no Estado de São Paulo, e a imigração nipônica passa a ter grande importância econômica para o País, notadamente na área agrícola.

Ao longo da Segunda Guerra mundial, houve, por motivos óbvios, interrupção do fluxo migratório do Japão para o Brasil. No entanto, a partir de 1959, restabeleceu-se a imigração, mas já em escala bastante reduzida, em virtude da recuperação econômica do Japão. Ao todo, no século passado chegaram ao Brasil cerca de 260.000 migrantes nipônicos.

Atualmente, estima-se que a comunidade nipo-brasileira congregue cerca de 900.000 pessoas. As maiores concentrações se encontram no Estado de São Paulo, estimadas em 73% do total, seguidas pelo Paraná com 20%, Mato Grosso com 2,5% e Pará com 1,2%, o restante estando distribuído nos diversos estados do norte, nordeste, centro-oeste e sul do País.

Quanto às atividades exercidas pelos japoneses, 50% trabalham na agricultura, 35% no comércio e 15% na indústria. Esta última teve um crescimento acelerado na década de 60 com a transferência das empresas japonesas para o Brasil.

Esses migrantes, que chegaram ao país em condições muito difíceis, estão hoje solidamente integrados

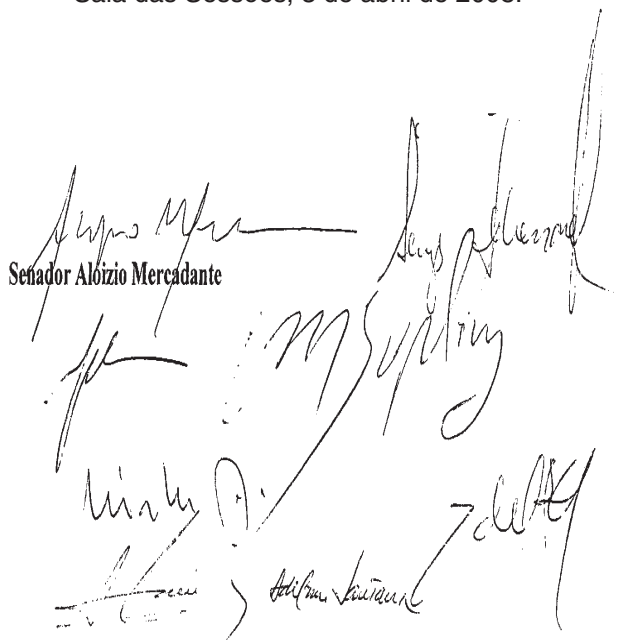
à Nação brasileira e deram e continuam a dar contribuição inestimável ao desenvolvimento do Brasil.

Pois bem, já estão em andamento os preparativos para a comemoração dos 100 anos da imigração japonesa no Brasil, a qual deverá sedimentar a longa amizade entre o nosso país e o Japão. Espera-se uma sucessão de eventos comemorativos que envolverão não apenas os governos de ambas as nações, mas também numerosos segmentos das comunidades do Brasil e do Japão.

No nosso entendimento, o Senado da República Federativa do Brasil, que já vem participando desses preparativos, através de Comissão Especial criada para tal finalidade, tem de coroar sua importante contribuição a essa grande comemoração histórica com uma Sessão Especial inteiramente dedicada a saudar a imigração japonesa no Brasil.

Em vista do exposto, e considerando a estratégica parceria Brasil/Japão, conclamamos os nobres pares a que dêem apoio a este importante requerimento.

Sala das Sessões, 3 de abril de 2008.

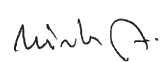


 Senador Alóizio Mercadante

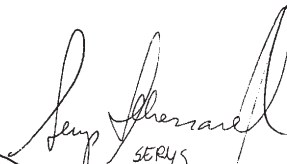
REQUERIMENTO Nº 378, DE 2008

Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, adiamento da realização de Sessão Especial do Senado, que seria realizada no dia 11 de abril de 2008, para data a ser marcada oportunamente, destinada a comemorar os vinte e sete anos de atividades da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais – FLACSO – Brasil.


Sala das Sessões, 3 de abril de 2008.

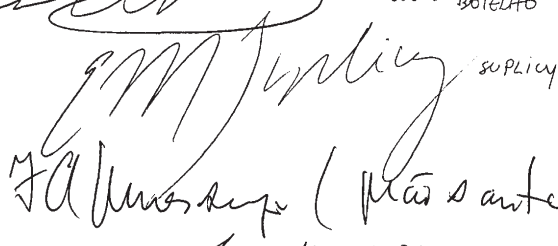


 Senador Cristovam Buarque



 AUGUSTO BOTELHO





 MOZARILDO

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Os requerimentos que acabam de ser lidos vão à publicação e serão votados oportunamente.

Sobre a mesa, aviso que passo a ler.

É lido o seguinte:

Aviso nº 240 – Seses – TCU – Plenário

Brasília-DF, 19 de março de 2008

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para conhecimento, cópia do Acórdão proferido nos autos do processo nº TC 012.040/2005-0, pelo Plenário desta Corte na Sessão Ordinária de 19-3-2008, bem como do relatório e do voto que fundamentaram aquela deliberação.

Respeitosamente, – **Walton Alencar Rodrigues.**

ACÓRDÃO Nº 430/2008- TCU - PLENÁRIO

1. Processo: n.º TC - 012.040/2005-0 (c/ 14 volumes e 3 anexos)
2. Grupo I, Classe de Assunto II – Solicitação do Congresso Nacional.
3. Interessado: Câmara dos Deputados.
4. Entidade: Câmara dos Deputados.
5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
6. Representante do Ministério Público: não atuou
7. Unidade Técnica: 3ª Secex
8. Advogados constituídos nos autos: José Roberto Figueiredo Santoro OAB/DF 5.008, Pedro Raphael Campos Fonseca OAB/DF 13.836, Érico Joaquim da Silva Júnior OAB/DF 23.529, José Pinheiro de Souza Sobreira OAB/DF 25.065, Lucivalter Expedito da Silva OAB/MG 91.079, Júlio César Soares de Souza OAB/MG 107.255, Elisa Lima Alonso OAB/DF 18.483, Douglas Fernandes de Moura OAB/DF 24.625, Gustavo Cortês de Lima OAB/DF 10.969, Claudimar Zupiroli OAB/DF 12.250, Alberto Moreira Rodrigues OAB/DF 12.652, Fernando Augusto Miranda Nazaré OAB/DF 11.485, Giancarlo Machado Gomes OAB/DF 16.006, Guilherme Élcio Texeira Mendes de Oliveira OAB/DF 22.007, Idimar de Paula Lopes OAB/DF 24.882, Igor Ramos Silva OAB/DF 20.139, Lucenir Rodrigues OAB/DF 12.158, Paulo Collier de Mendonça OAB/DF 22.259, Tatiana Freire Alves OAB/DF 18.565, Vera Lúcia Santana Araújo OAB/DF 5.204, Victor Alves Martins OAB/DF 21.804.
9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Solicitação do Congresso Nacional no âmbito do qual foi realizada auditoria na execução do Contrato 204/2003, celebrado entre a Câmara dos Deputados e a empresa SMP&B Comunicação Ltda., bem no procedimento licitatório que fundamentou a formalização do referido ajuste.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:

 - 9.1. determinar à Administração da Câmara dos Deputados, com fundamento no art. 43, I, da Lei 8.443/92, que:
 - 9.1.1. em futuras licitações para contratação de serviços de propaganda e publicidade, elabore projeto básico, contendo orçamento detalhado e estudos técnicos preliminares, em obediência aos arts. 6º, inciso IX, art. 7º, § 2º, incisos I e II, da Lei 8.666/93;
 - 9.1.2. abstenha-se de celebrar contrato de propaganda e publicidade com objetos múltiplos e genéricos, passando a observar as disposições contidas no art. 55, inciso I, da Lei nº 8.666/93 e Súmula nº 177 – TCU;
 - 9.1.3. realize, diretamente ou com o auxílio de empresa contratada, a fiscalização da veiculação de anúncios de publicidade e propaganda em canais de televisão e rádios;
 - 9.1.4. não inclua nas pesquisas de opinião questões com enfoque personalizado;
 - 9.2. encaminhar cópia da presente deliberação, acompanhada do relatório e do voto que a fundamentam, ao Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, ao presidente do Senado Federal para compor o acervo da CPMI dos Correios e ao Ministério Público da União;
 - 9.3. arquivar os presentes autos.
10. Ata nº 8/2008 – Plenário
11. Data da Sessão: 19/3/2008 – Ordinária
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0430-08/08-P
13. Especificação do quórum:
 - 13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Valmir Campelo, Ubiratan Aguiar, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro (Relator).
 - 13.2. Auditor convocado: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

Assinou o original
WALTON ALENCAR RODRIGUES
 Presidente

Assinou o original
RAIMUNDO CARREIRO
 Relator

Fui presente:

Assinou o original
MARIA ALZIRA FERREIRA
 Procuradora-Geral, em exercício

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Gabinete do Ministro Raimundo Carreiro

GRUPO I – CLASSE II – Plenário

TC 012.040/2005-0 (c/ 14 volumes e 3 anexos)

Natureza: Solicitação do Congresso Nacional.

Entidade: Câmara dos Deputados.

Interessado: Câmara dos Deputados.

Advogados constituídos nos autos: José Roberto Figueiredo Santoro OAB/DF 5.008, Pedro Raphael Campos Fonseca OAB/DF 13.836, Érico Joaquim da Silva Júnior OAB/DF 23.529, José Pinheiro de Souza Sobreira OAB/DF 25.065, Lucivalter Expedito da Silva OAB/MG 91.079, Júlio César Soares de Souza OAB/MG 107.255, Elisa Lima Alonso OAB/DF 18.483, Douglas Fernandes de Moura OAB/DF 24.625, Gustavo Cortês de Lima OAB/DF 10.969, Claudimar Zupiroli OAB/DF 12.250, Alberto Moreira Rodrigues OAB/DF 12.652, Fernando Augusto Miranda Nazaré OAB/DF 11.485, Giancarlo Machado Gomes OAB/DF 16.006, Guilherme Élcio Texeira Mendes de Oliveira OAB/DF 22.007, Idimar de Paula Lopes OAB/DF 24.882, Igor Ramos Silva OAB/DF 20.139, Lucenir Rodrigues OAB/DF 12.158, Paulo Collier de Mendonça OAB/DF 22.259, Tatiana Freire Alves OAB/DF 18.565, Vera Lúcia Santana Araújo OAB/DF 5.204, Victor Alves Martins OAB/DF 21.804.

Sumário: SOLICITAÇÃO DE AUDITORIA. CONTRATO DE PROPAGANDA E PUBLICIDADE. CÂMARA DOS DEPUTADOS. REALIZAÇÃO DE AUDITORIA E INSPEÇÃO. IMPROPRIEDADES. DETERMINAÇÕES.

RELATÓRIO

Adoto como Relatório a instrução às fls. 2137/2152 do vol.14, elaborada pelo Sr. Secretário de Controle Externo substituto Jessé Andros Pires de Castilho (art. 1º, § 3º, I, da Lei 8.443/92).

“Trata-se de Solicitação da Câmara dos Deputados para que esta Corte realizasse auditoria na execução do contrato n.º 204/2003, celebrado entre aquela Casa Parlamentar e a empresa SMP&B Comunicação Ltda., bem que analisasse o procedimento licitatório que fundamentou a formalização do referido ajuste.

DA RELATORIA

2. Preliminarmente, é oportuno fazer algumas considerações sobre a relatoria destes autos. Por tratar-se de unidade pertencente à LUJ 03 (biênio de 2005/2006), cujo cargo de Ministro encontrava-se vago, atuou nestes autos, de 07/05/2005 até 20/04/2006, o Ministro Lincoln Magalhães da Rocha. Com a aposentadoria do Ministro Lincoln, o processo foi redistribuído, em 20/05/2006, ao teor da Resolução n.º 190/2006, ao Ministro Benjamin Zymler. Finalmente, após assumir a titularidade da referida LUJ, o Ministro Raimundo Carreiro tornou-se responsável pelo processo, em 14/03/2007.

DO HISTÓRICO

3. Após a realização da auditoria solicitada, a equipe desta 3ª SECEX concluiu pela apresentação das seguintes propostas de encaminhamento (fls. 715/717, Vol. 5):

“1) determinar cautelosamente à administração da CD a suspensão da licitação para contratação de serviço de propaganda e publicidade, a que se refere o Processo n.º 114.599/05, nos termos do art. 276, caput, do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União;

2) sobrestar o julgamento das contas da Câmara dos Deputados, relativas ao exercício de 2003 e 2004, Processos 008.115/04-8 e 012.775/05-3, respectivamente, nos termos do art. 157 do regimento Interno do TCU ;

3) converter o presente processo em tomada de contas especial, nos termos do art. 47 da Lei n.º 8.443/92, c/c o art. 252 do Regimento Interno;

4) determinar, desde já, à administração da Câmara dos Deputados que:

a) elabore projeto básico, contendo orçamento detalhado e estudos técnicos preliminares, em obediência aos arts. 6º, inciso IX, art. 7º, § 2º, incisos I e II, da Lei 8.666/93, com vistas à contratação de serviços de propaganda e publicidade (item 19.3);

b) abstenha-se de celebrar contrato de propaganda e publicidade com objetos múltiplos e genéricos, passando a observar as disposições contidas no art. 55, inciso I, da Lei n.º 8.666/93 e Súmula n.º 177 – TCU (item 19.3);

c) abstenha-se de prorrogar a vigência dos contratos de propaganda e publicidade, haja vista o disposto no art. 57, caput, da Lei n.º 8.666/93 (item 19.4);

d) realize, diretamente ou com o auxílio de empresa contratada, a fiscalização da veiculação de anúncios de publicidade e propaganda em canais de televisão e rádios (item 19.6);

5) determinar à Secretaria de Controle Interno da Câmara dos Deputados que analise a execução dos contratos 2001/082.4 e 2003/204.0, celebrados com as empresas Denison Brasil Publicidade Ltda. e SMP&B Comunicação Ltda., respectivamente, encaminhando o resultado do trabalho para o Tribunal de Contas da União tão logo o conclua (resumo);

6) ouvir em audiência o Ex^{mo} Sr. Deputado João Paulo Cunha, ex-Presidente da Câmara dos Deputados, e os Srs. Sérgio Sampaio Contreiras de Almeida, Diretor-Geral da Câmara dos Deputados, e Márcio Marques de Araujo, ex-Diretor da Secretaria de Comunicação Social da Câmara dos Deputados, com fulcro no art. 250, inciso IV, do Regimento Interno do TCU, para no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar as razões de justificativa sobre:

6.1) subcontratação das empresas Ucho Carvalho Comunicações e Propaganda Ltda., Mediale Design & Comunicação S/C Ltda. ME e Mister Grafex Produções Ltda., por meio da empresa SMP&B Comunicação Ltda., para elaboração de projetos e execução dos serviços de adequação de instalações, produção de cenários e vinhetas, os quais não se encontram previstos nos contratos 2001/082.4 e 2003/204.0, por não estarem relacionados à identidade visual da Câmara dos Deputados, em desacordo com o disposto no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal e no artigo 2º, caput, da Lei n.º 8.666/93 (item 19.1);

6.2) inclusão de perguntas, nas pesquisas de opinião realizadas pela empresa Vox Mercado Pesquisa e Projetos Ltda. - Vox Populi (Processos n.º 104855/04 e 114740/04), contendo os nomes dos Srs. José Dirceu, ex-Chefe da Casa Civil do Governo Federal, e João Paulo Cunha, ex-Presidente da Câmara dos Deputados, revestindo de pessoalidade, contrariando o disposto no artigo 66 da Lei n.º 8.666/93 (item 19.2);

6.3) realização, por meio de subcontratação, de 99,9% dos serviços contratados com a empresa SMP&B Comunicação Ltda., configurando subcontratação total do objeto, descumprindo o item 9.7 do Edital da Concorrência, e cláusula primeira, parágrafo terceiro, e cláusula quarta, alíneas “e” e “f”, do Contrato n.º 2003/204.0, e artigos 67 e 78, inciso VI, da Lei n.º 8.666/93 (item 19.7);

6.4) pela realização de despesas, relativas às campanhas institucional e do plenarinho, incluindo produção, promoção e direitos autorais, no valor de R\$ 8.210.030,32 (oito milhões, duzentos e dez mil, trinta reais e trinta e dois centavos), em desacordo com a proposta da empresa SMP&B Comunicação Ltda., que orçou o serviço em R\$ 3.987.753,20 (três milhões, novecentos e oitenta e sete mil, setecentos e cinquenta e três reais e vinte centavos), contrariando o disposto no artigo 54, § 1º, da Lei n.º 8.666/93 e cláusula primeira, § 3º, alínea “b”, do Contrato 2003/204.0 (item 19.9);

7) ouvir em audiência o Sr. Márcio Marques de Araujo, ex-Diretor da Secretaria de Comunicação Social da Câmara dos Deputados e fiscal do Contrato 2003/204.0, com fulcro no art. 250, inciso IV, do Regimento Interno do TCU, para no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar as razões de justificativa sobre a não verificação da validade das propostas apresentadas no Processo n.º 2004/107.406, relativo à subcontratação de empresa para produção de textos voltados para divulgação de ações administrativas, permitindo a inclusão de proposta falsa da empresa Cogito Consultoria Ltda. Na avaliação do menor preço (item 19.8);

8) determinar a citação do Ex^{mo} Sr. Deputado João Paulo Cunha, ex-Presidente da Câmara dos Deputados, e Srs. Sérgio Sampaio Contreiras de Almeida, Diretor-Geral da Câmara dos Deputados, Márcio Marques de Araujo, ex-Diretor da Secretaria de Comunicação Social da Câmara dos Deputados, solidariamente, com a empresa SMP&B Comunicação Ltda., na pessoa de seu representante legal, para, no prazo de 15 (quinze) dias, a

contar da ciência, apresentarem alegações de defesa e/ou recolherem aos cofres do Tesouro Nacional o total de R\$ 252.000,00 (duzentos e cinquenta e dois mil reais), atualizada monetariamente e acrescida dos encargos legais, calculados a partir de datas relacionadas a seguir, haja vista a inexecução do serviço de consultoria, a ser realizado pela empresa IFT - Idéias, Fatos e Textos Ltda., subcontratada por intermédio da empresa SMP&B Comunicação Ltda. (item 19.5)...”.

4. Por ocasião do encerramento dos trabalhos da equipe de auditoria, o Presidente da Câmara dos Deputados informou a esta Corte, por meio do Ofício n.º 2611/05/GP, de 29.08.2005, que tinha determinado a realização de auditoria interna naquela Casa Legislativa sobre o mesmo objeto, e, assim que concluso, os resultados desse trabalho seriam encaminhados ao TCU com a finalidade de complementar a tomada de contas, relativa ao exercício de 2004 (fl.697, Vol. 5).

5. O Secretário desta Unidade Técnica, em 16/09/2005, emitiu Parecer em que ratificou, em essência, as propostas da equipe de auditoria, com exceção da citação do Senhor Diretor-Geral da Câmara, por não restar comprovada sua culpabilidade. Entendeu, também, que as propostas de determinações deveriam aguardar a análise do mérito do processo (fls. 719/724, Vol. 5).

6. Nesse meio tempo, o Presidente deste Tribunal, acolhendo proposta do titular da Segecex, determinou a remessa de cópias do relatório de auditoria à CPMI dos Correios e ao MPU (fls. 727/729, Vol. 5).

7. O então Ministro-Relator, Lincoln Magalhães da Rocha, resolveu, após analisar os autos, consoante Despacho de 03.10.2005 (fls. 730/732, Vol. 5):

7.1. deixar de acolher a proposta de adoção da medida cautelar com relação ao processo n.º 114.599/2005;

7.2. acolher apenas a proposta de sobrestamento das contas da Câmara dos Deputados referentes ao exercício de 2004 (TC 012.775/2005-3), já que as referentes ao exercício de 2003 (TC 008.114/2004-8) era de relatoria de outro Ministro;

7.3. determinar à 3ª Secretaria que:

“c.1) verifique os desdobramentos referentes ao processo n.º 114.599/2005, autuado pela Câmara dos Deputados para a realização de nova contratação de serviços de publicidade, representando ao TCU, em caso de constatação de irregularidade no edital que vier a ser elaborado para reger a correspondente licitação;

c.2) adote as providências que se fizerem necessárias, de modo a obter maiores informações acerca dos trabalhos de auditoria que estariam sendo realizados pela Câmara dos Deputados no processo de licitação e na execução do Contrato n.º 2003/204, celebrado entre aquele órgão e a empresa SMP&B Comunicação Ltda., tais como objeto, cronograma de realização, prazo previsto para a conclusão do relatório, etc.;

c.3) encaminhe diligência à Câmara dos Deputados, de modo a obter dados identificadores, tais como nome e CPF, bem como endereço dos servidores que atestaram as notas fiscais apresentadas pela IFT - Idéias, Fatos e Textos Ltda., subcontratada pela SMP&B Comunicação Ltda. para a prestação de serviços de consultoria, no valor de R\$ 252.000,00 (duzentos e cinquenta e dois mil reais).”

8. Em resposta à diligência promovida por esta Secretaria de Controle Externo (fls. 737/738, Vol. 5) o então Secretário de Controle Interno da Câmara dos Deputados, Sr. Alexis Sales de Paula e Souza, informou, em síntese, mediante Ofício n.º 086/2005, de 25/10/2005, as seguintes providências adotadas no âmbito daquela Casa Parlamentar (fls. 741/750, Vol. 5):

8.1. em relação ao processo CD n.º 114.599/2005, que trata de procedimento licitatório destinado à contratação de serviços de divulgação institucional e comunicação social, foram encaminhadas à Diretoria-Geral/CD várias recomendações para a correção do novo edital;

8.2. quanto à auditoria realizada pela Secretaria de Controle Interno da Câmara dos Deputados, referente aos 52 processos de subcontratação concernentes ao contrato celebrado com a SMP&B, cópia do correspondente relatório de auditoria já tinha sido enviado a esta Corte, em 18.10.2005, por meio do Ofício SECIN/CD n.º 79/2005;

8.3. finalmente, sobre o último quesito, encaminhou a esta Secex a relação dos nomes dos servidores que atestaram as notas fiscais da empresa SMP&B Comunicação Ltda., que acompanhavam as notas

fiscais apresentadas pela empresa IFT, bem assim o nome e CPF do titular dessa competência, conforme designação do Diretor-Geral.

9. Efetivamente, esta Secex recebeu da Secretaria de Controle Interno Câmara dos Deputados, pelo Ofício SECIN/CD n.º 74/2005, de 28.09.2005, cópia de parte do relatório, na ocasião ainda em andamento naquela unidade (fl. 828, Vol. 6). A cópia integral do relatório foi remetida após o término dos trabalhos, pelo citado Ofício n.º 79/2005 (fls. 918/921, Vol. 7).

10. Com a finalidade de colaborar com a instrução dos presentes autos, o Diretor-Geral da Câmara dos Deputados encaminhou, por meio do Ofício n.º 249/2006, de 06.07.2006 (fls. 1145/1149, Vol. 8), ao Ministro Benjamin Zymler, então novo Relator do processo, informações fundamentadas em cópias de documentos produzidos por investigações internas promovidas por aquela Casa Legislativa, que constituíram grande parte do Vol. 8, das fls. 946 a 1144.

11. Diante desses novos elementos recebidos, tanto do Controle Interno quanto do Diretor-Geral da CD, o Ministro-Relator determinou, consoante Despacho, de 17/08/2006 (fls. 1150/1151, Vol.8), que a 3ª Secex:

11.1. realizasse diligência junto à Câmara dos Deputados com o objetivo de colacionar aos autos cópia dos normativos internos referentes às competências administrativas do Diretor da Secretaria de Comunicação Social, do Diretor-Geral e do Presidente da Câmara dos Deputados, vigentes à época dos fatos analisados neste processo, bem como cópia do Regimento Interno da Câmara dos Deputados e o regulamento dos Procedimentos Licitatórios, aprovado pelo Ato da Mesa n.º 80, de 7 de junho de 2001;

11.2. efetuasse novo exame sobre os autos em razão das novas informações recebidas, que foram requeridas em despacho pelo eminente Ministro-Substituto Lincoln Magalhães da Rocha, e dos normativos que seriam colacionados por intermédio da diligência de que trata o item anterior deste despacho, estabelecendo o nexos de causalidade entre as irregularidades em face, inclusive, das suas competências funcionais.

11.3. comunicasse o indeferimento do pleito ao Sindilegis, que na época tinha solicitado seu ingresso nos autos como interessado (fls. 927/930, Vol. 7).

12. Em atendimento à diligência determinada pelo Relator, a Secretaria de Controle Interno da Câmara dos Deputados encaminhou a esta Secex, por meio do Ofício n.º 102/2006/SECIN, de 01.09.2006, cópia do processo CD n.º 142.859/2006, que trata das competências administrativas, bem como exemplar do Regimento Interno daquela Casa Legislativa (Volume 9).

13. Esta Secretaria, com a finalidade de que se evitasse duplicidade de esforços, considerando que investigações sobre o mesmo objeto estavam em andamento naquela Casa Parlamentar, propôs que o Tribunal autorizasse inspeção na Secretaria de Controle Interno daquele órgão, com o objetivo de efetuar o levantamento das medidas que estavam sendo adotadas por aquele órgão de controle (fls. 1284/1287, Vol. 9).

14. O então Ministro-Relator, Benjamin Zymler, por Despacho (fls. 1.289, Vol. 9), determinou a realização da citada inspeção.

15. A inspeção foi realizada no período de 01 a 05/03/2007, e os trabalhos da equipe concentraram-se principalmente nas irregularidades apontadas pelo então Secretário de Controle Interno da Câmara. Após análise de documentação apresentada pelo Sr. Diretor-Geral da CD, em resposta aos questionamentos de auditoria (Vols. 10 a 13), a equipe desta Secex elaborou o Relatório de Auditoria (fls. 1885/1895, Vol.13), onde se pode destacar o seguinte:

15.1. em relação à possibilidade de terem ocorridos pagamentos de serviços não realizados pela empresa SMP&B Comunicações Ltda., diretamente ou por meio de empresas subcontratadas, tais como: IFT - Idéias, Fatos e Texto Ltda. e Central de Comunicação S/C Ltda., a equipe concluiu que os serviços foram efetivamente prestados (itens 25.2 e 27.9, fls. 1890-1892, Vol.13);

15.2. quanto às demais irregularidades apontadas pelo Controle Interno, a equipe constatou que essas questões ainda estavam sendo objeto de investigação naquela Casa Legislativa, por meio de Sindicância Administrativa instaurada pela Diretoria-Geral da CD;

15.3. finalmente, considerando que restavam pendentes algumas possíveis irregularidades apontadas na realização da primeira auditoria pela equipe do TCU (item 3), incluindo propostas de audiências de diversos responsáveis, que não tinham sido objeto de manifestação do então Ministro-Relator, Lincoln Magalhães da Rocha em seu Despacho (item 7), a equipe propôs que, preliminarmente, se diligenciasse ao referido Diretor-Geral para que encaminhasse a esta Secretaria informações sobre os seguintes fatos:

“a) subcontratação das empresas Ucho Carvalho Comunicações e Propaganda Ltda., Mediale Design & Comunicação S/C Ltda. ME e Mister Grafex Produções Ltda., por meio da empresa SMP&B Comunicação Ltda., para elaboração de projetos e execução dos serviços de adequação de instalações, produção de cenários e vinhetas, os quais não se encontram previstos nos contratos 2001/082.4 e 2003/204.0, por não estarem relacionados à identidade visual da Câmara dos Deputados, em desacordo com o disposto no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal e no artigo 2º, caput, da Lei n.º 8.666/93;

b) inclusão de perguntas, nas pesquisas de opinião realizadas pela empresa Vox Mercado Pesquisa e Projetos Ltda. - Vox Populi (Processos n.º 104855/04 e 114740/04), contendo os nomes dos Srs. José Dirceu, ex-Chefe da Casa Civil do Governo Federal, e João Paulo Cunha, ex-Presidente da Câmara dos Deputados, revestindo de pessoalidade, contrariando o disposto no artigo 66 da Lei n.º 8.666/93;

c) realização, por meio de subcontratação, de 99,9% dos serviços contratados com a empresa SMP&B Comunicação Ltda., configurando subcontratação total do objeto, descumprindo o item 9.7 do Edital da Concorrência, e cláusula primeira, parágrafo terceiro, e cláusula quarta, alíneas “e” e “f”, do Contrato n.º 2003/204.0, e artigos 67 e 78, inciso VI, da Lei n.º 8.666/93 (fls. 358, 481/482);

d) realização de despesas, relativas às campanhas institucional e do plenarinho, incluindo produção, promoção e direitos autorais, no valor de R\$ 8.210.030,32 (oito milhões, duzentos e dez mil, trinta reais e trinta e dois centavos), em desacordo com a proposta da empresa SMP&B Comunicação Ltda., que orçou o serviço em R\$ 3.987.753,20 (três milhões, novecentos e oitenta e sete mil, setecentos e cinquenta e três reais e vinte centavos), contrariando o disposto no artigo 54, § 1º, da Lei n.º 8.666/93 e cláusula primeira, § 3º, alínea “b”, do Contrato 2003/204.

e) não verificação da validade das propostas apresentadas no processo n.º 2004/107.406, relativo à subcontratação de empresa para produção de textos voltados para divulgação de ações administrativas, permitindo a inclusão da proposta falsa da empresa Cogito Consultoria Ltda., na avaliação do menor preço;”.

16. O Ministro Raimundo Carreiro, atual Relator do processo, autorizou, consoante Despacho de fls. 1897, Vol. 13, a realização da diligência proposta.

17. O Sr. Diretor-Geral da Câmara dos Deputados, em atendimento à diligência determinada pelo Relator (fls. 1898/1899, Vol. 13), remeteu a esta Secretaria, por meio do Ofício n.º 452/2007, de 27.09.2007, as informações requeridas (fls.1906/2136, Vols. 13 e 14).

18. Finalmente, o analista desta Secex, ao analisar a documentação apresentada pela Câmara dos Deputados, apresentou a seguinte proposta de encaminhamento (fls. 2137/2139, Vols.14):

“a) sobrestar o exame do presente processo, até a remessa dos resultados da Comissão de Sindicância instaurada pela Câmara dos Deputados com a finalidade de apurar as falhas na execução do contrato celebrado com a empresa SMP&B;

b) autorizar esta 3ª SECEX a adotar as medidas necessárias no sentido de efetuar o monitoramento a respeito dos resultados dos trabalhos da Comissão de Sindicância; e

c) comunicar ao Diretor-Geral de Administração da Câmara dos Deputados a deliberação que vier a ser proferida”.

DO MÉRITO

19. Pela análise dos autos verifica-se que a Câmara dos Deputados encaminhou farta documentação a este Tribunal em relação às irregularidades apontadas, tanto pela equipe de auditoria do TCU quanto pela Secretaria de Controle Interno daquela Casa. Pode-se constatar que, dentre esses

documentos, constam: cópias de informações prestadas, em duas ocasiões diferentes, sobre essas supostas irregularidades, pelo Sr. Diretor-Geral à Comissão de Ética e Decoro Parlamentar da CD (Vol. 8); cópia de Relatório de Sindicância Administrativa instaurada pela Portaria n.º 81/DG/2006 (fl. 1295, Vol.10) e ainda documentação apresentada pelo Diretor-Geral em resposta a solicitações da equipe de inspeção do TCU (Vols. 10, 11 e 12) e em atendimento à diligência desta Secretaria (Vols. 13 e 14).

20. Assim, apesar de ainda existir processo de sindicância em fase de apuração naquela Casa Legislativa, entendo que há elementos suficientes que oferecem condições de apreciação deste processo no mérito. Dessa forma, discordo do encaminhamento proposto pelo analista desta Secex de sobrestamento dos presentes autos até a conclusão da citada investigação, pelas razões a seguir expostas.

21. Inicialmente, deve-se ressaltar, em síntese, as seguintes informações preliminares apresentadas pelo Sr. Diretor da Câmara dos Deputados em resposta à diligência desta Secex (fls. 1906/1915, Vol. 13):

21.1. que existe naquele órgão investigação em curso, cujo objeto são as supostas irregularidades denunciadas pelo então Secretário de Controle Interno daquela Casa, a partir de auditoria realizada no Contrato n.º 2003/204.0;

21.2. que a auditoria está maculada por vícios que nulificam todo o procedimento de controle, tanto pela investidura ilegal do referido Secretário quanto pela inimizade notória que este servidor nutria em relação ao então Diretor da Secretaria de Comunicação Social – SECOM e ao próprio Diretor-Geral;

21.3. que em relação à distribuição de competência na Administração da Câmara, pelo Regimento Interno e pelos Atos da Mesa daquela Casa, a autoridade responsável por superintender os serviços administrativos é o Primeiro-Secretário da Mesa, cabendo, por delegação, ao Diretor-Geral a assinatura dos ajustes, sendo que a fiscalização, no caso específico dos contratos de publicidade e propaganda é da responsabilidade da SECOM. Assim, o Diretor-Geral não detém competência para decidir sobre a oportunidade e conveniência da celebração de contratos, sua prorrogação e subcontratação, cabendo a ele apenas a execução das despesas, desde que legais e não de decisão.

22. Pelo resultado da inspeção realizada na Câmara, restaram pendentes alguns pontos levantados pela equipe deste Tribunal, que foram motivo da referida diligência ao Sr. Diretor-Geral. Assim, passaremos a analisar especificamente cada questão, com os esclarecimentos, em essência, prestados por aquele Diretor-Geral, confrontados com toda a documentação constante dos presentes autos.

23. **1ª Questão:** *Subcontratação das empresas Ucho Carvalho Comunicações e Propaganda Ltda., Mediale Design & Comunicação S/C Ltda. ME e Mister Grafex Produções Ltda., por meio da empresa SMP&B Comunicação Ltda., para elaboração de projetos e execução dos serviços de adequação de instalações, produção de cenários e vinhetas, os quais não se encontram previstos nos contratos 2001/082.4 e 2003/204.0, por não estarem relacionados à identidade visual da Câmara dos Deputados, em desacordo com o disposto no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal e no artigo 2º, caput, da Lei n.º 8.666/93.*

23.1. Esclarecimentos do Sr. Diretor da Câmara dos Deputados.

23.1.1. Enfatiza, inicialmente, o que afirmara em suas colocações preliminares, que não é da competência daquela Direção a celebração desse contrato, e sim da Mesa Diretora, que com o auxílio da SECOM, que apresentou razões técnicas relevantes para a subcontratação, autorizou o referido ajuste.

23.1.2. Que ao contrário do que afirmara o então Secretário de Controle Interno da CD, não se tratou de obra de engenharia, mas sim de construção de cenários especializados para uso em estúdios da TV Câmara, trabalho absolutamente técnico e efetivamente indissociável da identidade visual do órgão.

23.1.3. Transcreve, ainda, trechos das justificativas apresentadas pela SECOM à Comissão de Sindicância, entre os quais se destacam:

“(...) trata-se de serviços compreendidos na alínea f da cláusula primeira, vale dizer, relacionados à identidade visual da Câmara... A TV Câmara iniciou sua reestruturação em 2003... Paralelamente foi dado

início ao processo de redefinição da identidade visual, tanto dos programas quanto das instalações físicas da TV. A nova TV Câmara terá uma redação cenográfica. ... Em média são transmitidas sete horas diárias de debates e votações no plenário. ... quase 20 programas são produzidos pela TV Câmara para informar, debater, tudo que é de interesse da sociedade e de interesse da Câmara. Os cenários de que trata o presente processo serão utilizados nesses programas... Vinhetas, cenários, estúdio, redação, pessoas, créditos, programas, todos são elementos de identidade visual da TV Câmara.(...)"

23.2. Análise.

23.2.1. A dúvida mais importante a decifrar nessa questão é se esses projetos e serviços subcontratados estão ou não previstos no contrato de publicidade assinado pela Câmara. A irregularidade apontada indica que os serviços seriam de engenharia e não estariam relacionados à identidade visual da Câmara.

23.2.2. No objeto do Contrato n.º 2003/204.0, estabelece o item "f" da Cláusula Primeira, *verbis*: "*f) elaboração, execução, acompanhamento e registro de marcas e direitos autorais, logotipos, expressões de propaganda, estudo e criação de nomes para serviços e outros elementos de programação e identidade visual;*"

23.2.3. Pelos autos, constata-se que o projeto dos cenários e vinhetas envolveu a criação de 10 grupos de cenários, elementos gráficos para decoração das divisórias e 140 vinhetas com trilha sonora, enquanto que o projeto de adaptação estética abrangeu derrubadas e edificações de paredes, reorganização ambiental com quantificação de estações de trabalho, mobiliário especialmente desenhado, divisórias, bancadas de trabalho, localização de equipamento técnico e escolha de cores, numa área de 1.200 m².

23.2.4. Verifica-se também, pela documentação constante dos autos, que nas investigações internas promovidas pela Câmara, o Diretor-Geral afirma, em mais de uma oportunidade, em seus esclarecimentos que, *verbis*: "*Todos os serviços de engenharia executados nos novos estúdios foram prestados diretamente pela Câmara ou por meio de contratos diversos formalizados a partir de outros procedimentos licitatórios, com a supervisão e fiscalização do Departamento Técnico da Casa, órgão responsável por serviços dessa natureza.*" (fl. 1000, Vol. 8).

23.2.5. Deve-se ressaltar também que, por ocasião da assinatura do referido contrato, a Assessoria Técnica da Diretoria-Geral questionou a SECOM sobre esta questão, sendo todos os esclarecimentos técnicos sobre a elaboração e concepção dos cenários devidamente fornecidos (fl. 1503, Vol.11).

23.2.6. Acrescente-se a isso, que se torna difícil, senão impossível, afirmar que esses serviços estão dissociados do objeto contratual, já que a comunicação social nos dias atuais pode e deve ser vista de uma forma integrada. Assim, pelos esclarecimentos apresentados e pelas constatações na documentação constante dos autos, não há como concluir que houve qualquer irregularidade nesse quesito.

24. **2ª Questão:** *inclusão de perguntas, nas pesquisas de opinião realizadas pela empresa Vox Mercado Pesquisa e Projetos Ltda. - Vox Populi (Processos n.º 104855/04 e 114740/04), contendo os nomes dos Srs. José Dirceu, ex-Chefe da Casa Civil do Governo Federal, e João Paulo Cunha, ex-Presidente da Câmara dos Deputados, revestindo de pessoalidade, contrariando o disposto no artigo 66 da Lei n.º 8.666/93.*

24.1. Esclarecimentos do Sr. Diretor da Câmara dos Deputados.

24.1.1. Ressalta que o Diretor-Geral não detinha responsabilidade fiscalizatória sobre o conteúdo desses contratos, cabendo à Mesa, com o auxílio da SECOM, o acompanhamento das execuções dos serviços contratados, e que o controle sobre as perguntas inseridas nas pesquisas se deu no âmbito da execução e fiscalização contratual.

24.1.2. Transcreve, novamente, manifestações do ex-Diretor da SECOM em suas justificativas apresentadas à Comissão de Sindicância, entre as quais se destacam:

"(...) Nada há de incomum ou inadequado em tais perguntas, entre dezenas de outras presentes nos questionários de pesquisa de opinião. Sobre a reeleição de presidentes, o tema era, à época, dos mais decisivos para as duas Casas Legislativas, sendo pertinente inquirir-se a opinião pública àquele respeito. Sobre o Deputado Federal José Dirceu, cabe lembrar que o rumoroso caso Waldomiro Diniz motivou ações

parlamentares que demandavam da Presidência da Câmara posicionamento e decisões importantes. A aferição do sentimento reinante na opinião pública, sem dúvida, contribuiu para instruir processo decisório da Presidência da Instituição naquele momento. (...)”.

24.2. Análise.

24.2.1 O interesse da Câmara em avaliar a visão que o público tinha da Instituição e de seus dirigentes, com a finalidade de adotar medidas que pudessem melhorar a sua imagem junto à sociedade, é bastante razoável, já que àquele órgão integrante do Poder Legislativo Federal cumpre a atribuição de representar o povo junto ao Governo Brasileiro.

24.2.2 A inclusão de perguntas nas pesquisas de opinião que pudessem aferir o sentimento da população em relação ao desempenho de altos escalões da República, também se pode considerar aceitável, vez que é função relevante do Poder Legislativo, por qualquer de suas Casas, fiscalizar e controlar diretamente os atos do governo e, que, naquela ocasião, escândalos políticos envolvendo autoridades públicas eram temas recorrentes na mídia.

24.2.3 No entanto, algumas questões, por citarem nominalmente algumas autoridades públicas, entre elas o ex-Presidente da Câmara, podem ser consideradas indevidas, pois representam possíveis interesses pessoais, fato proibido pela legislação vigente. Assim, apesar do limite entre o interesse público e privado neste caso, ser bastante de dividir, entendo que deva ser feita determinação ao órgão para que em futuros contratos nessa área, evitem incluir questões com enfoque personalizado.

25. **3ª Questão:** *realização, por meio de subcontratação, de 99,9% dos serviços contratados com a empresa SMP&B Comunicação Ltda., configurando subcontratação total do objeto, descumprindo o item 9.7 do Edital da Concorrência, e cláusula primeira, parágrafo terceiro, e cláusula quarta, alíneas “e” e “f”, do Contrato n.º 2003/204.0, e artigos 67 e 78, inciso VI, da Lei n.º 8.666/93 (fls. 358, 481/482);*

25.1. Esclarecimentos do Sr. Diretor da Câmara dos Deputados.

25.1.1. Reafirma a mesma colocação do item 23.1, que o Diretor-Geral não detinha competência para decidir sobre a conveniência e oportunidade da celebração do referido contrato, cabendo à Mesa, com o auxílio da SECOM dispor sobre o assunto.

25.1.2. Encaminha trechos de informações, sobre a mesma matéria, prestadas pela Direção da Casa a questionamentos do Sr. Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, dos quais se pode destacar:

“(...) O instituto jurídico-administrativo da subcontratação tem respaldo legal nos artigos 72 e 78, VI, da Lei nº 8.666/93, esse último lido a contrario sensu, conforme se pode checar, verbis:

‘Art. 72. O contratado, na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, poderá subcontratar partes da obra, serviço ou fornecimento, até o limite admitido, em cada caso, pela Administração.’

... Vê-se que a subcontratação é possível e seus limites são fixados pela própria Administração, em cada caso. Na contratação vertente, temos o seguinte dispositivo editalício a sustentar as subcontratações efetivadas:

‘9.7. A CONTRATADA poderá subcontratar outras empresas, para execução parcial do objeto desta Concorrência, desde que mantida a preponderância da atuação da contratada na execução do objeto como um todo e haja anuência prévia, por escrito, da CONTRATANTE, após avaliada a legalidade, adequação e conveniência de permitir-se a subcontratação, ressalvando-se que a subcontratação não transfere responsabilidades a terceiros, nem exonera a CONTRATADA das obrigações assumidas, nem implica qualquer acréscimo de custos para a contratante.’

Observa-se que não se fixou limite quantitativo para as subcontratações, exigindo-se apenas que fosse mantida a preponderância da atuação da contratada na execução do objeto do contrato.

Assim, embora a despesa realizada com terceiros tenha alcançado o valor líquido de R\$ 8.562.449,55, contra os R\$ 1.092.479,22 pagos como honorários líquidos à SMP&B, conforme quadro anexo contendo os valores expendidos nas subcontratações, em instante algum a empresa SMP&B deixou de figurar como a principal responsável pelo objeto do ajuste e pela qualidade técnica dos serviços contratadas.

... o papel desempenhado pelas agências é de articular os serviços de várias empresas e profissionais, mantendo o conceito definido de planejamento, produção, veiculação e pesquisas de avaliação de resultado.

... Um ponto ainda merece ser destacado em contratos dessa natureza. É que, na essência e em verdade, o maior dispêndio, ou seja, os gastos propriamente ditos com as campanhas institucionais, verifica-se quando da veiculação.

... Em suma, nesse tipo de contrato sempre a maior parte dos recursos serão gastos com terceiros, que efetivamente divulgam as campanhas institucionais. (...)"

25.2. Análise.

25.2.1 As informações apresentadas pelo Diretor-Geral, respaldadas pela documentação constante dos autos, são bastante consistentes. A irregularidade apontada diz respeito ao total da subcontratação, que teria atingido 99,9 % do contrato, o que configuraria infração legal, que proíbe a subcontratação total do objeto do contrato. Quando, na realidade, verifica-se, pelos dados anexados, que esse percentual atingiu 88,68 %, que, apesar de alto, para esse tipo de trabalho, pode ser considerado normal, como muito bem esclarecido pelo informante.

25.2.2 O legislador sabiamente não fixou na lei o limite da subcontratação, deixando essa barreira ao poder discricionário do administrador, sob pena de inviabilizar certos tipos de ajuste, como no caso presente. Deve-se ressaltar, ainda, que não houve a transferência de responsabilidade da Contratada para terceiros, fato esse proibido pela lei do ajuste. Dessa forma, também nesse ponto não se caracteriza irregularidade nos atos praticados pelos gestores envolvidos.

26. **4ª Questão:** realização de despesas, relativas às campanhas institucional e do plenarinho, incluindo produção, promoção e direitos autorais, no valor de R\$ 8.210.030,32 (oito milhões, duzentos e dez mil, trinta reais e trinta e dois centavos), em desacordo com a proposta da empresa SMP&B Comunicação Ltda., que orçou o serviço em R\$ 3.987.753,20 (três milhões, novecentos e oitenta e sete mil, setecentos e cinquenta e três reais e vinte centavos), contrariando o disposto no artigo 54, § 1º, da Lei n.º 8.666/93 e cláusula primeira, § 3º, alínea "b", do Contrato 2003/204.

26.1. Esclarecimentos do Sr. Diretor da Câmara dos Deputados.

26.1.1. Esclarece que as informações, descritas no enunciado do item ora analisado, estão em desacordo com a realidade evidenciada na licitação e a contratação de que se trata, especialmente com o que consta do Edital da Licitação. Pois, segundo o Diretor, trata-se de um equívoco imenso confundir a "campanha" da proposta técnica (simulação que serviu apenas para a seleção da empresa durante o processo licitatório) com a campanha efetivamente realizada (desenvolvida pela contratada em bases efetivamente reais).

26.1.2. Esclarece, ainda, que, conforme o item "2.1." do Edital, que trata da Verba Estimada, e os itens "d" e "1.1.5" do Anexo II do instrumento convocatório, referente à Proposta Técnica, a quantia de R\$ 3.987.753,20 apresentada pela SMP&B referia-se a uma simulação da estratégia de mídia, realizada no curso do processo licitatório, e tinha valor meramente ilustrativo, não tendo correlação, assim, com a despesa prevista para a execução contratual, que era de R\$ 9.000.000,00.

26.1.3. Salieta que, no contrato anterior, celebrado com a empresa Denison Brasil, o valor estimado era de R\$ 4.500.000,00 semestrais, equiparando-se, portanto, em quantia estimada com o contrato firmado com a empresa SMP&B, se considerado o *quantum* anual.

26.1.4. Enfatiza, ainda, que com o primeiro aditivo contratual, o valor estimado passou a R\$ 10.980.000,00 (dez milhões, novecentos e oitenta mil reais), tendo havido um acréscimo de R\$ 1.980.000,00 (um milhão, novecentos e oitenta mil reais) à quantia de início estimada; que o segundo e terceiro aditivo contratual referiram à prorrogação da vigência do contrato, tendo havido a extensão do prazo em 3 meses no primeiro momento e, no segundo, em 9 meses; que, não se tratou, portanto, de acréscimo de serviço, como ocorrera no primeiro aditivo, o que demandaria um incremento no valor estimado para o período de 12 meses.

26.1.5. Reforça, assim, que a despesa estimada para o lapso da primeira prorrogação foi de R\$ 2.745.000,00 (dois milhões, setecentos e quarenta e cinco mil reais), e, para o da segunda, de R\$

8.169.107,69 (oito milhões, cento e sessenta e nove mil, cento e sete reais, e sessenta e nove centavos), conforme consta da Cláusula Quinta de ambos os aditivos (Contratos n.ºs 2003/204.2 e 2003/204.3); que, considerado o total estimado para um período de doze meses, que passou a R\$ 10.980.000,00 com o aditivo de serviço em 22%, a previsão da verba para os períodos menores de prorrogação teve de ser proporcional a essa primeira estimativa, como de fato sucedeu.

26.1.6. Por último, informa que a quantia efetivamente empenhada e executada em cada um dos exercícios foi a seguinte: R\$ 7.813.031,69 para o ano de 2004, e R\$ 2.932.870,50 para o exercício de 2005, alcançando o total de R\$ 10.745.902,17; que o valor líquido, sem impostos e contribuições, monta a R\$ 9.654.928,77, ou seja, do valor estimado para todos os interstícios de contratação que somava R\$ 21.894.107,69, tem-se a quantia de R\$ 10.745.902,17 como efetivamente gasta.

26.2. Análise

26.2.1 Em uma análise mais detalhada dos autos, verifica-se que houve grave equívoco na constatação dessa suposta irregularidade. Pois, a falha apontada diz respeito à contratação por valor muito superior ao especificado no Edital, constata-se, no entanto, que o valor orçado de R\$ 3.987.753,20 (três milhões, novecentos e oitenta e sete mil, setecentos e cinqüenta e três reais e vinte centavos), referia-se apenas a uma simulação da estratégia de mídia, realizado no curso do processo licitatório, enquanto o valor previsto para o contrato era, na realidade, de R\$ 9.000.000,00 (nove milhões de reais).

26.2.2. Essa simulação, como comprova o Edital, serviu apenas para seleção da empresa no processo licitatório, quando da avaliação de sua capacidade técnica. Demais a mais, a estratégia de mídia, apesar de ser item fundamental na contratação da empresa, era apenas uma parte dos serviços efetivamente contratados.

26.2.3. Depreende-se, ainda, dos esclarecimentos prestados pelo Sr. Diretor, que o valor anual fixado pelo Contrato n.º 2003/204.0 (R\$ 9.000.000,00) era compatível com o contrato anterior, que estabelecia R\$ 4.500.000,00 (quatro milhões e meio de reais) por semestre. Constata-se, ainda, que a elevação do valor contratual, com a ampliação dos serviços contratados, ficou dentro dos parâmetros legais (22%), e que o total empenhado e executado na vigência do contrato durante os exercícios de 2004 e 2005 foi de R\$ 10.745.902,17, valor bem inferior ao total previsto contratualmente de R\$ 21.894.107,69.

26.2.4. Dessa forma, entendo que as explicações fornecidas esclarecem as dúvidas apresentadas e não há o que se falar em impropriedades nessa questão.

27. **5ª Questão:** *e) não verificação da validade das propostas apresentadas no processo n.º 2004/107.406, relativo à subcontratação de empresa para produção de textos voltados para divulgação de ações administrativas, permitindo a inclusão da proposta falsa da empresa Cogito Consultoria Ltda., na avaliação do menor preço.*

27.1. Esclarecimentos do Sr. Diretor da Câmara dos Deputados.

27.1.1. Ratifica, mais uma vez, que o Diretor-Geral não detinha competência para decidir sobre a conveniência e oportunidade da celebração do contrato em epígrafe, bem como não era sua responsabilidade avaliar a regularidade das propostas apresentadas pela empresa SMP&B para subcontratação de outras empresas, cabendo à Mesa, com o auxílio da SECOM, dispor sobre o assunto.

27.1.2. Informa, conforme se depreende das cópias do processo n.º 2004/107.406, que a apresentação da proposta da empresa Cogito Consultoria Ltda., se deu pela empresa SMP&B diretamente à SECOM, que, por sua vez, em procedimento padrão, repassou à Mesa solicitação para contratação da empresa que apresentou a menor proposta, ou seja, a empresa GLT Comunicação.

27.1.3. Afirma que essa possível fraude é objeto de Inquérito Policial em andamento no Departamento de Polícia Legislativa da Câmara dos Deputados - DEPOL; que, de qualquer forma, não se trata de atos da alçada ou responsabilidade da administração da Câmara; e que não eram do conhecimento de sua direção política nem administrativa, não havendo participação de servidores nessa suposta irregularidade.

27.2. Análise.

27.2.1. Essa possível irregularidade refere-se à falsificação da assinatura da sócia da empresa Cogito Consultoria Ltda., Sra. Rejane Maria de Freitas Xavier, na proposta apresentada pela citada empresa à SMP&B.

27.2.2. Como se trata de conduta criminosa, compete à esfera policial a responsabilidade pela apuração desse ato. Assim, como a Polícia Legislativa da Câmara dos Deputados – DEPOL já está investigando esse caso, entendo, neste momento, ser precipitado fazer qualquer juízo de valor sobre a responsabilidade de servidores na citada irregularidade, ainda mais considerando que os autos apontam apenas a conduta criminosa, sem a participação de agentes públicos.

DE OUTRAS CONSIDERAÇÕES

28. Do relatório de auditoria produzido pela equipe do TCU, ficaram ainda pendentes propostas de determinações à administração da Câmara, não acatadas, naquele momento, pelo Sr. Secretário desta Secex, para serem analisadas quando da instrução do mérito. Assim, pelo que consta nos autos, entendo serem falhas formais e passíveis de correção por meio de medidas corretivas a serem determinadas àquele órgão por esta Corte. Dessa forma, quanto a esse tópico, manifesto-me de acordo com as propostas apresentadas pela equipe.

29. Deve-se consignar, ainda, conforme documentação apresentada pelo Sr. Diretor da Câmara (fl. 999, Vol. 8), que a minuta do instrumento convocatório passou previamente pelo crivo da Secretaria de Controle Interno daquela Casa Legislativa, sendo que, naquela oportunidade, aquela Secretaria manifestou-se apenas quanto a uma única recomendação, prontamente acatada no edital de concorrência.

DA CONCLUSÃO

30. Analisado o presente feito, verificou-se que as irregularidades referentes a serviços não prestados, motivo de proposta de citação de alguns responsáveis, por ocasião da realização da auditoria inicial, não procediam, já que se comprovou, conforme relatório da equipe de inspeção, que tais serviços tinham sido realizados.

31. Em relação às questões verificadas na última inspeção, que foram motivo de diligência à Direção daquela Casa, e objeto da presente análise, conclui-se que, de forma geral, os esclarecimentos prestados pelo Sr. Diretor-Geral foram suficientes para sanar as irregularidades indicadas, ficando pendente apenas um quesito, que, por ser passível de correção pela adoção de medida corretiva a ser implementada em futuras contratações, sugere-se seja feita determinação ao órgão.

32. Por fim, as propostas de determinações apresentadas pela equipe de auditoria do TCU, em seu trabalho inicial, mostraram-se consistentes e sugere-se que sejam efetivadas, possibilitando, dessa forma, que medidas corretivas sejam adotadas por aquela Casa Legislativa, com a finalidade de que tais fatos não mais se repitam.

DA PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

33. Em face de todo o exposto, propomos:

33.1. determinar à administração da Câmara dos Deputados que:

a) elabore projeto básico, contendo orçamento detalhado e estudos técnicos preliminares, em obediência aos arts. 6º, inciso IX, art. 7º, § 2º, incisos I e II, da Lei 8.666/93, com vistas à contratação de serviços de propaganda e publicidade;

b) deixe de celebrar contrato de propaganda e publicidade com objetos múltiplos e genéricos, passando a observar as disposições contidas no art. 55, inciso I, da Lei nº 8.666/93 e Súmula nº 177 – TCU;

c) abstenha-se de prorrogar a vigência dos contratos de propaganda e publicidade, haja vista o disposto no art. 57, *caput*, da Lei nº 8.666/93;

d) realize, diretamente ou com o auxílio de empresa contratada, a fiscalização da veiculação de anúncios de publicidade e propaganda em canais de televisão e rádios;

e) deixe de incluir nas pesquisas de opinião, em futuros contratos de publicidade e propaganda realizados pelo órgão, questões com enfoque personalizado, conforme disposto no art. 66 da Lei nº 8.666/93;

33.2. dar ciência aos interessados da decisão que vier a ser proferida por esta Corte;

33.3. arquivar os presentes autos.”.

É o Relatório.

VOTO

Os presentes autos tiveram origem em solicitação efetuada pela Câmara dos Deputados para que este Tribunal realizasse auditoria na execução do contrato 204/2003, celebrado entre aquela Casa Legislativa e a empresa SMP&B, bem como no procedimento licitatório que antecedeu a formalização do ajuste, a Concorrência 11/2003.

2. A auditoria requerida foi realizada pela 3ª Secex, conforme relatório de fls. 700/724-vol.5, que foi, preliminarmente, encaminhado à CPMI dos Correios e ao Ministério Público da União.

3. Após essa providência, foram adotadas diversas medidas visando à obtenção de documentos e informações necessários à regular instrução dos autos, inclusive a realização de nova inspeção no Órgão. Por fim, a Unidade Técnica apresenta instrução conclusiva (fls. 2137/2152-vol.14), na qual examina as questões levantadas na auditoria deste Tribunal que ainda restavam pendentes de esclarecimento.

4. Conforme análise que transcrevi no relatório precedente, concluiu a 3ª Secex, no essencial, que os indícios de irregularidade referentes a serviços não prestados não procediam, uma vez que ficou comprovado que tais serviços tinham sido realizados. Quanto às demais questões, considerou a unidade instrutiva que os esclarecimentos prestados pelo Sr. Diretor-Geral da Câmara dos Deputados foram suficientes para sanar os indícios de irregularidade, sem prejuízo de que fossem feitas determinações de caráter preventivo ao Órgão.

5. Considerando que a 3ª Secex analisou apropriadamente as questões levantadas nos autos, incorporo às minhas razões de decidir a análise da Unidade Técnica, permitindo-me tecer algumas considerações acerca das questões examinadas, as quais alinho a seguir:

a) inexecução dos serviços de consultoria subcontratados da empresa IFT - Idéias, Fatos e Textos Ltda. por intermédio da empresa SMP&B Comunicação Ltda., no valor total de R\$ 252.000,00;

b) Subcontratação das empresas Ucho Carvalho Comunicações e Propaganda Ltda., Mediale Design & Comunicação S/C Ltda. ME e Mister Grafic Produções Ltda., por meio da empresa SMP&B Comunicação Ltda., para elaboração de projetos e execução dos serviços de adequação de instalações, produção de cenários e vinhetas, os quais não se encontram previstos nos contratos 2001/082.4 e 2003/204.0, por não estarem relacionados à identidade visual da Câmara dos Deputados, em desacordo com o disposto no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal e no artigo 2º, caput, da Lei nº 8.666/93;

c) inclusão de perguntas, nas pesquisas de opinião realizadas pela empresa Vox Mercado Pesquisa e Projetos Ltda. - Vox Populi (Processos nº 104855/04 e 114740/04), contendo os nomes dos Srs. José Dirceu, ex-Chefe da Casa Civil do Governo Federal, e João Paulo Cunha, ex-Presidente da Câmara dos Deputados, revestindo de pessoalidade, contrariando o disposto no artigo 66 da Lei nº 8.666/93;

d) realização, por meio de subcontratação, de 99,9% dos serviços contratados com a empresa SMP&B Comunicação Ltda., configurando subcontratação total do objeto, descumprindo o item

9.7 do Edital da Concorrência, e cláusula primeira, parágrafo terceiro, e cláusula quarta, alíneas “e” e “f”, do Contrato n.º 2003/204.0, e artigos 67 e 78, inciso VI, da Lei n.º 8.666/93 (fls. 358, 481/482);

e) realização de despesas, relativas às campanhas institucional e do plenarinho, incluindo produção, promoção e direitos autorais, no valor de R\$ 8.210.030,32 (oito milhões, duzentos e dez mil, trinta reais e trinta e dois centavos), em desacordo com a proposta da empresa SMP&B Comunicação Ltda., que orçou o serviço em R\$ 3.987.753,20 (três milhões, novecentos e oitenta e sete mil, setecentos e cinquenta e três reais e vinte centavos), contrariando o disposto no artigo 54, § 1º, da Lei n.º 8.666/93 e cláusula primeira, § 3º, alínea “b”, do Contrato 2003/204;

f) não verificação da validade das propostas apresentadas no processo n.º 2004/107.406, relativo à subcontratação de empresa para produção de textos voltados para divulgação de ações administrativas, permitindo a inclusão da proposta falsa da empresa Cogito Consultoria Ltda., na avaliação do menor preço.

II

6. Inicialmente, com relação à suposta inexecução (a) dos serviços subcontratados à empresa IFT Ltda., por meio da empresa SMP&B Comunicações Ltda., compulsando os autos, verifico que a proposta de trabalho de consultoria de comunicação para a Câmara dos Deputados, apresentada pela IFT Ltda. (fls. 239/241- vol. 2), incluía atividades diversas a serem realizadas junto a veículos de comunicação, a formadores de opinião da mídia nacional, a órgãos da estrutura da Câmara dos Deputados e à empresa de publicidade e propaganda contratada.

7. A aludida proposta previa, também, a produção de boletim mensal, de caráter reservado, a ser encaminhado ao presidente da Câmara e ao diretor da Secom. Os indícios de que esse boletim não havia sido elaborado geraram a compreensão preliminar, no primeiro relatório de auditoria, acerca da inexecução total dos serviços pela IFT Ltda.

8. Após a realização de exames posteriores, com base nos novos documentos e informações juntados aos autos, a Unidade Técnica concluiu que: *“as irregularidades referentes a serviços não prestados, motivo de proposta de citação de alguns responsáveis, por ocasião da realização da auditoria inicial, não procediam, já que se comprovou, conforme relatório da equipe de inspeção, que tais serviços tinham sido realizados”*.

9. Examinando-se o mencionado relatório da equipe de inspeção (fls. 1885/1896- vol. 13), verifica-se o seguinte registro quanto à possibilidade de terem ocorrido pagamentos de serviços não realizados à empresa subcontratada IFT Ltda. pela empresa SMP&B Comunicações Ltda.:

“a) os serviços foram efetivamente prestados pela empresa IFT Ltda., sendo que foram objeto de atesto por servidores daquela Casa Legislativa, conforme as notas fiscais n.ºs 1320, 1354, 1478, 1644, 1866, 1984, 2147, 2343, 2501, 2595, 2707 e 2822 emitidas pela empresa SMP&B, onde se evidencia que os serviços foram prestados pela empresa contratada, a IFT Ltda. Consta às fls. 750/751, a relação dos mencionados servidores com as suas matrículas que coincidem com os respectivos atestos;”.

10. Ante a constatação de que os serviços contratados foram realizados e que tiveram sua execução atestada pelos servidores competentes da Câmara dos Deputados, em conformidade, portanto, com o art. 63, da Lei 4.320/1964; considerando a forma global da contratação realizada; e, ainda, considerando, acessoriamente, as declarações de profissionais da mídia acerca dos serviços realizados pela IFT (fls. 1658/1660-vol.12); considero esclarecidos os indícios de irregularidade apontados, conforme a manifestação da Unidade Técnica.

III

11. No tocante à subcontratação (b) das empresas Ucho Carvalho Comunicações e Propaganda Ltda., Mediale Design & Comunicação S/C Ltda. ME e Mister Grafex Produções Ltda., por meio da empresa SMP&B Comunicação Ltda., para realizarem serviços supostamente de engenharia, não

abrangidos pelo objeto do contrato, considero, do mesmo modo que a Unidade Técnica, esclarecida a questão.

12. Conforme os documentos juntados aos autos, a primeira empresa (fl. 2001-vol.13) foi contratada para realizar projeto de cenografia para auditório e ambiente de redação da TV Câmara, bem como projeto de criação de identidade visual com a “criação de estilo visual da interprogramação (abertura e encerramento de programas, créditos, vinhetas de passagem, chamadas dos programas e sugestão de trilha sonora)”. A segunda empresa, conforme informação prestada pelo Sr. Diretor-Geral da Câmara (fls. 1916/1919-vol.13), executou cenários especializados para uso nos estúdios da TV Câmara, trabalho técnico e indissociável de sua identidade visual. A terceira empresa prestou os serviços de produção de vinhetas para a TV Câmara (fl. 2015-vol.13). Entendo que os referidos serviços, com as características técnicas que lhes são associadas, foram justificadamente enquadrados na previsão contida na alínea “f” da Cláusula Primeira do Contrato (fl. 2071-vol.14) referente a “elaboração, execução, acompanhamento e registro de (...) elementos de programação e identidade visual”, não tendo ocorrido, portanto, a execução de serviços sem amparo contratual.

13. No tocante à inclusão de perguntas (c), nas pesquisas de opinião realizadas pela empresa Vox Mercado Pesquisa e Projetos Ltda. - Vox Populi, contendo os nomes dos titulares da Casa Civil do Governo Federal e da presidência da Câmara dos Deputados à época, embora considere que, no caso concreto analisado, seja difícil divisar se foi ultrapassado o limite entre os interesses da instituição, ante as circunstâncias objetivas prevaletes à época, e interesses pessoais, endosso a proposta de determinação da Unidade Técnica no sentido de que, nas futuras pesquisas de opinião que venham a ser realizadas, não sejam incluídas questões com enfoque personalizado.

14. Outra questão analisada nos autos diz respeito à expressiva subcontratação de serviços (d) no âmbito do contrato celebrado com a SMP&B Comunicação Ltda. (99%, conforme a equipe de auditoria, e 88,68%, conforme o dirigente da 3ª Secex).

15. Observo, de início, que, conforme verificou este Tribunal nas auditorias realizadas em diversos órgãos e entidades da Administração Pública Federal na área de publicidade e propaganda no segundo semestre de 2005, os contratos examinados apresentavam alto grau de subcontratação.

16. No TC 019.444/2005-2, que consolidou os mencionados trabalhos de fiscalização (Acórdão 2062/2006-TCU-Plenário), da relatoria do ilustre Ministro Ubiratan Aguiar, foi discutida a necessidade e a conveniência de se manter como obrigatória a intermediação das agências em todas as ações publicitárias da Administração Pública, conforme imposição do art. 9º do Decreto 4.799/2003, em face das evidências de que se tratava de condição onerosa e antieconômica para os cofres públicos.

17. Naqueles autos, entre outras providências, foram adotadas por este Tribunal medidas visando a assegurar que as contratações de serviços e fornecedores para a execução das ações de publicidade concebidas pelas agências fossem licitadas separadamente da criação e produção, contratando-se, sem intermediários, os serviços de reprodução e veiculação das ações de publicidade dos órgãos e entidades da Administração Pública; assessoramento e apoio na execução de ações de assessoria de imprensa, relações públicas, promoção e patrocínios; organização de eventos; planejamento e montagem de estandes em feiras e exposições; e outros serviços destinados ao atendimento das necessidades de comunicação do contratante.

18. A propósito, cumpre registrar o seguinte excerto dos esclarecimentos prestados pelo Sr. Diretor-Geral da Câmara dos Deputados (fl. 1924 vol.13):

“ Um ponto ainda merece ser destacado em contratos dessa natureza. É que, na essência e em verdade, o maior dispêndio, ou seja, os gastos propriamente ditos com campanhas institucionais, verifica-se quando da veiculação. Nesse sentido, pode-se afirmar sem medo de errar, que a maior e mais significativa parte dos recursos empregados foram, na verdade, repassados às TV abertas, rádios e jornais, ou seja, as ditas mídias que veicularam as campanhas decorrentes do trabalho intelectual formulado sob a supervisão e responsabilidade técnica, direta ou indireta, da contratada.

Em suma, nesse tipo de contrato sempre a maior parte dos recursos serão gastos com terceiros, que efetivamente divulgam as campanhas institucionais.”

19. Dessa forma, observa-se que o contrato examinado apenas exemplifica a situação identificada pelo Tribunal nas contratações de mesma natureza realizadas pela Administração Pública, nas quais as agências de publicidade são intermediárias das contratações com terceiros de qualquer ação publicitária da Administração. No entanto, cumpre destacar a respeito do contrato em tela a conclusão da Unidade Técnica de que as informações prestadas pelo Sr. Diretor Geral da Câmara dos Deputados foram suficientes para demonstrar a ausência de irregularidade nos atos de gestão analisados, o que me leva a considerar esclarecida a questão.

20. No tocante à realização de despesas com as campanhas institucional e do plenarinho (e) em valores supostamente superiores aos da proposta ofertada pela empresa SMPB, verificou a Unidade Técnica que houve um equívoco da equipe de auditoria na interpretação das cláusulas do edital, e que o valor orçado de R\$ 3.987.753,20 (três milhões, novecentos e oitenta e sete mil, setecentos e cinquenta e três reais e vinte centavos) referia-se apenas a uma simulação da estratégia de mídia, realizada no curso do processo licitatório, enquanto o valor previsto para o contrato era, na realidade, de R\$ 9.000.000,00 (nove milhões de reais), restando esclarecida a questão.

21. Com referência à possível inclusão de proposta falsa (f), atribuída à empresa Cogito Consultoria, entre as propostas de fornecedores consultados visando à subcontratação de serviços relacionados à produção de texto, verifica-se que a possível fraude está sendo objeto de Inquérito Policial em andamento no Departamento de Polícia Legislativa da Câmara dos Deputados – DEPOL. Havendo, portanto, providências em andamento para apurar a possível irregularidade, não é necessária a adoção de novas medidas por este Tribunal.

22. Registro que deixo de acolher a proposta de determinação contida no subitem 33.1, “c”, da instrução da Unidade Técnica por considerar que não há impedimento legal para que os contratos de propaganda e publicidade tenham seu prazo de vigência prorrogado, em face do disposto no art. 57, II, da Lei 8.666/1993. Nesse sentido é o Acórdão 216/2007 – Plenário e também o Acórdão 2618/2006-2ª Câmara, que traz a seguinte ementa:

“REPRESENTAÇÃO. CONTRATO DE PUBLICIDADE. SERVIÇOS DE NATUREZA CONTINUADA. DIVULGAÇÃO CONDIZENTE COM A IMAGEM DAS SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA. IMPROCEDÊNCIA.

1. É legal a renovação sucessiva de contrato de publicidade por até sessenta meses por haver previsão contratual e por se tratar de serviços de natureza continuada.

(...)”

23. Por fim, cabe assinalar que o Contrato nº 204/2003 em comento teve sua vigência expirada em 31/12/2005.

Face ao exposto, com a exceção mencionada, acolho a instrução da 3ª Secex e Voto por que seja adotada a deliberação que ora submeto à consideração deste Colegiado.

TCU, Sala das Sessões, em 19 de março de 2008.

Assinou o original
RAIMUNDO CARREIRO
Ministro-Relator

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – O expediente lido, encaminhado em cópia à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA e juntado ao processado do Requerimento nº 3, de 2005-CN (“CPMI dos Correios”), vai à publicação.

Sobre a mesa, projetos de lei do Senado que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 116, DE 2008

Acrescenta art. 52-A à Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, para estabelecer que os recursos recebidos por Estados e Municípios a título de royalties pela exploração de petróleo serão aplicados, exclusivamente, em ações e programas públicos de educação de base e de ciência e tecnologia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 52-A:

Art. 52-A Os recursos destinados a Estados e Municípios, nos termos dos arts. 48, 49, incisos I, alíneas **a**, **b** e **c**, e II, alíneas **a**, **b**, **d** e **e**, e 50, § 2º, incisos III e IV, serão aplicados, exclusivamente, no financiamento de ações e programas públicos de educação de base e de ciência e tecnologia.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de primeiro de janeiro do ano subsequente.

Justificação

Instituídos há mais de cinquenta anos, por meio da Lei nº 2.004, de 1953, mediante a qual foi estabelecida a política nacional do petróleo e criada a Petrobrás, os **royalties** do petróleo poderiam ter servido à transformação do ambiente socioeconômico dos Estados e Municípios beneficiários dessa compensação financeira.

O uso desses recursos esteve afetado, inicialmente, de forma indicativa, à produção de energia elétrica e à pavimentação de rodovias. Posteriormente, ampliou-se o ‘universo de políticas públicas contempladas, que passou a incluir os investimentos em abastecimento e tratamento de água, irrigação, proteção ao meio ambiente e saneamento.

Hoje, a Lei nº 9.478, de 1997, (Lei do Petróleo), editada no auge das discussões acerca da reforma administrativa do Estado brasileiro e da desregulamentação da economia, é silente no que respeita aos destinos desses recursos no âmbito dos estados e municípios, permitindo o uso discricionário pelos gestores.

Nos últimos dez anos, o montante de **royalties** distribuídos no País foi elevado em aproximadamente quarenta vezes, passando a ter peso significativo na receita orçamentária da União e dos entes federados envolvidos

com as atividades de exploração de petróleo e gás natural. Em alguns Municípios produtores, essa receita supera as transferências constitucionais e legais.

Desse modo, parece justa uma indagação corrente em todo o País: para onde estão indo esses recursos, se não é possível perceber quaisquer benefícios nas comunidades às quais deveriam servir? Até que ponto essa flexibilidade de utilização está contribuindo para que esses recursos sejam desafetados de importantes e necessárias políticas públicas voltadas para a melhoria da qualidade de vida das pessoas residentes nesses locais?

Convém lembrar, ainda, que essas receitas são dependentes de um recurso não-renovável, cuja exaustão deveria estar sendo compensada, há muito, com ações integradas nas áreas de energia, meio ambiente e educação, mormente em pesquisa de fontes alternativas de energia e qualificação de recursos humanos, uma vez que é o conhecimento o melhor fruto que os recursos presentes nos podem oferecer.

Diferentemente dos impostos, cujas receitas não podem ser vinculadas, nada há a obstar a previsão ou determinação de que os **royalties** sejam utilizados na implementação de ações que beneficiem a população e o desenvolvimento de novas tecnologias.

É com essa preocupação que vislumbramos a possibilidade de atrelar esses recursos, exclusivamente, a ações na área de educação de base e de ciência e tecnologia, conferindo uma aplicação mais nobre para esses recursos. Quem sabe, com isso, estaremos acenando para um futuro mais promissor para um segmento significativo de nossa população, assim como estimulando nosso desenvolvimento científico e tecnológico.

Em razão do alcance social e da conformidade da proposição com os propósitos mais elevados da Constituição Federal, solicito o apoio dos Senhores Senadores para a transformação deste projeto em lei.

Sala das Sessões, 3 de abril de 2008. – Senador **Cristovam Buarque**.

(Às Comissões de Educação, Cultura e Esporte, de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, e de Assuntos Econômicos, cabendo à última a decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 117, DE 2008

Institui o Dia Nacional do Vigilante.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É instituído o Dia Nacional do Vigilante, que será celebrado no Dia 20 de junho.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A segurança privada nasceu em 1820, nos Estados Unidos, quando Allan Pinkerton organizou um grupo de homens para dar proteção ao então Presidente Abrahan

Lincoln. Desse modo, foi criada a primeira empresa de segurança privada do mundo, a Pinkerton's.

No Brasil, as empresas surgiram nos anos 60, devido ao aumento de assaltos a instituições financeiras, com o objetivo de proteger patrimônios, pessoas e realizar transporte de valores. Desde então, surgiram os trabalhadores em segurança privada, sob várias denominações, como os vigias, guardiões, rondantes, fiscais de pátio, fiscais de piso e similares, que atuam em estabelecimentos industriais, comerciais ou residenciais.

A categoria conhecida genericamente de "vigilante", só ganhou qualificação profissional a partir de junho de 1983, quando a segurança privada foi regulamentada através da Lei nº 7.102. Assim auxiliadas, as empresas prestadoras de serviços de segurança puderam padronizar as normas de constituição e funcionamento das empresas particulares que exploram serviços de segu-

rança privada. Atualmente, existem no País cerca de 2 mil empresas de segurança privada, que geram mais de 580 mil postos de trabalho formais e diretos.

Os serviços de Segurança Privada só podem ser executados por empresas de segurança registradas no Ministério da Justiça através da Polícia Federal, que receberam o certificado de segurança e autorização para funcionamento. Os vigilantes dessa empresa também deverão possuir o diploma do curso regular para esse exercício profissional e o registro na carteira de trabalho pela referida empresa contratada.

Assim, sugiro que o Dia Nacional do Vigilante seja comemorado a cada 20 de junho, data da publicação da Lei nº 7.102, em 1983, que reconheceu a qualificação profissional dos "Vigilantes".

Sala das Sessões, 3 de abril de 2008. – Senador **Romeu Tuma.**

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 7.102, DE 20 DE JUNHO DE 1983.

Regulamento

Vide texto compilado

Dispõe sobre segurança para estabelecimentos financeiros, estabelece normas para constituição e funcionamento das empresas particulares que exploram serviços de vigilância e de transporte de valores, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

~~Art. 1º — É vedado o funcionamento de qualquer estabelecimento financeiro onde haja guarda de valores ou movimentação de numerário, que não possua sistema de segurança aprovado pelo Banco Central do Brasil, na forma desta Lei.~~

Art. 1º É vedado o funcionamento de qualquer estabelecimento financeiro onde haja guarda de valores ou movimentação de numerário, que não possua sistema de segurança com parecer favorável à sua aprovação, elaborado pelo Ministério da Justiça, na forma desta lei. (Redação dada pela Lei 9.017, de 1995) (Vide art. 16 da Lei 9.017, de 1995)

Parágrafo único - Os estabelecimentos financeiros referidos neste artigo compreendem bancos oficiais ou privados, caixas econômicas, sociedades de crédito, associações de poupanças, suas agências, subagências e seções.

Art. 2º - O sistema de segurança referido no artigo anterior inclui pessoas adequadamente preparadas, assim chamadas vigilantes; alarme capaz de permitir, com segurança, comunicação entre o estabelecimento financeiro e outro da mesma instituição, empresa de vigilância ou órgão policial mais próximo; e, pelo menos, mais um dos seguintes dispositivos:

I - equipamentos elétricos, eletrônicos e de filmagens que possibilitem a identificação dos assaltantes;

II - artefatos que retardem a ação dos criminosos, permitindo sua perseguição, identificação ou captura; e

III - cabina blindada com permanência ininterrupta de vigilante durante o expediente para o público e enquanto houver movimentação de numerário no interior do estabelecimento.

~~Parágrafo único — O Banco Central do Brasil poderá aprovar o sistema de segurança dos estabelecimentos financeiros localizados em dependência das sedes de órgãos da União, Distrito Federal, Estados, Municípios e Territórios, independentemente das exigências deste artigo. (Revogado pela Lei 9.017, de 1995)~~

~~Art. 3º — A vigilância ostensiva e o transporte de valores serão executados: — I — por empresa especializada contratada; ou~~

~~— II — pelo próprio estabelecimento financeiro, desde que organizado e preparado para tal fim, e com pessoal próprio.~~

~~— Parágrafo único — Nos estabelecimentos financeiros federais ou estaduais, o serviço de vigilância ostensiva poderá ser desempenhado pelas Polícias Militares, a critério do Governo do respectivo Estado, Território ou Distrito Federal.~~

Art. 3º A vigilância ostensiva e o transporte de valores serão executados: (Redação dada pela Lei 9.017, de 1995)

I - por empresa especializada contratada; ou (Redação dada pela Lei 9.017, de 1995)

II - pelo próprio estabelecimento financeiro, desde que organizado e preparado para tal fim, com pessoal próprio, aprovado em curso de formação de vigilante autorizado pelo Ministério da Justiça e cujo sistema de segurança tenha parecer favorável à sua aprovação emitido pelo Ministério da Justiça. (Redação dada pela Lei 9.017, de 1995)

Parágrafo único. Nos estabelecimentos financeiros estaduais, o serviço de vigilância ostensiva poderá ser desempenhado pelas Polícias Militares, a critério do Governo da respectiva Unidade da Federação. (Redação dada pela Lei 9.017, de 1995)

~~Art. 4º — O transporte de numerário em montante superior a 500 (quinhentas) vezes o maior valor de referência do País, para suprimento ou recolhimento do movimento diário dos estabelecimentos financeiros, será obrigatoriamente efetuado em veículo especial da própria instituição ou de empresa especializada.~~

Art. 4º O transporte de numerário em montante superior a vinte mil Ufir, para suprimento ou recolhimento do movimento diário dos estabelecimentos financeiros, será obrigatoriamente efetuado em veículo especial da própria instituição ou de empresa especializada. (Redação dada pela Lei 9.017, de 1995)

~~Art. 5º — O transporte de numerário entre 200 (duzentas) e 500 (quinhentas) vezes o maior valor de referência do País será efetuado em veículo comum, com a presença de dois vigilantes.~~

Art. 5º O transporte de numerário entre sete mil e vinte mil Ufirs poderá ser efetuado em veículo comum, com a presença de dois vigilantes. (Redação dada pela Lei 9.017, de 1995)

~~Art. 6º — Compete ao Banco Central do Brasil:~~

~~I — autorizar o funcionamento dos estabelecimentos financeiros após verificar os requisitos mínimos de segurança indispensáveis, de acordo com o art. 2º desta Lei, ouvida a respectiva Secretaria de Segurança Pública;~~

~~II — fiscalizar os estabelecimentos financeiros quanto ao cumprimento desta Lei; e~~

~~III — aplicar aos estabelecimentos financeiros as penalidades previstas nesta Lei.~~

~~— Parágrafo único — Para a execução da competência prevista no inciso II deste artigo, o Banco Central do Brasil poderá celebrar convênio com as Secretarias de Segurança Pública dos respectivos Estados, Territórios e Distrito Federal.~~

Art. 6º Além das atribuições previstas no art. 20, compete ao Ministério da Justiça: (Redação dada pela Lei 9.017, de 1995) (Vide art. 16 da Lei 9.017, de 1995)

I - fiscalizar os estabelecimentos financeiros quanto ao cumprimento desta lei; (Redação dada pela Lei 9.017, de 1995)

II - encaminhar parecer conclusivo quanto ao prévio cumprimento desta lei, pelo estabelecimento financeiro, à autoridade que autoriza o seu funcionamento; (Redação dada pela Lei 9.017, de 1995)

III - aplicar aos estabelecimentos financeiros as penalidades previstas nesta lei.

Parágrafo único. Para a execução da competência prevista no inciso I, o Ministério da Justiça poderá celebrar convênio com as Secretarias de Segurança Pública dos respectivos Estados e Distrito Federal. (Redação dada pela Lei 9.017, de 1995)

~~Art. 7º - O estabelecimento financeiro que infringir disposição desta Lei ficará sujeito às seguintes penalidades aplicáveis pelo Banco Central do Brasil, conforme a gravidade da infração e levando-se em conta a reincidência e a condição econômica do infrator:~~

- ~~— I - advertência;~~
- ~~— II - multa, de 1 (uma) a 100 (cem) vezes o maior valor de referência;~~
- ~~— III - interdição do estabelecimento.~~

Art. 7º O estabelecimento financeiro que infringir disposição desta lei ficará sujeito às seguintes penalidades, conforme a gravidade da infração e levando-se em conta a reincidência e a condição econômica do infrator: (Redação dada pela Lei 9.017, de 1995) (Vide art. 16 da Lei 9.017, de 1995)

I - advertência; (Redação dada pela Lei 9.017, de 1995)

II - multa, de mil a vinte mil Ufirs; (Redação dada pela Lei 9.017, de 1995)

III - interdição do estabelecimento. (Redação dada pela Lei 9.017, de 1995)

Art 8º - Nenhuma sociedade seguradora poderá emitir, em favor de estabelecimentos financeiros, apólice de seguros que inclua cobertura garantindo riscos de roubo e furto qualificado de numerário e outros valores, sem comprovação de cumprimento, pelo segurado, das exigências previstas nesta Lei.

Parágrafo único - As apólices com infringência do disposto neste artigo não terão cobertura de resseguros pelo Instituto de Resseguros do Brasil.

Art. 9º - Nos seguros contra roubo e furto qualificado de estabelecimentos financeiros, serão concedidos descontos sobre os prêmios aos segurados que possuírem, além dos requisitos mínimos de segurança, outros meios de proteção previstos nesta Lei, na forma de seu regulamento.

~~Art. 10 - As empresas especializadas em prestação de serviços de vigilância e de transporte de valores, constituídas sob a forma de empresas privadas, serão regidas por esta Lei, e ainda pelas disposições das legislações civil, comercial e trabalhista.~~

Art. 10. São considerados como segurança privada as atividades desenvolvidas em prestação de serviços com a finalidade de: (Redação dada pela Lei nº 8.863, de 1994)

I - proceder à vigilância patrimonial das instituições financeiras e de outros estabelecimentos, públicos ou privados, bem como a segurança de pessoas físicas;

II - realizar o transporte de valores ou garantir o transporte de qualquer outro tipo de carga.

§ 1º Os serviços de vigilância e de transporte de valores poderão ser executados por uma mesma empresa. (Renumerado do parágrafo único pela Lei nº 8.863, de 1994)

§ 2º As empresas especializadas em prestação de serviços de segurança, vigilância e transporte de valores, constituídas sob a forma de empresas privadas, além das hipóteses previstas nos incisos do *caput* deste artigo, poderão se prestar ao exercício das atividades de segurança privada a pessoas; a estabelecimentos comerciais, industriais, de prestação de serviços e residências; a entidades sem fins lucrativos; e órgãos e empresas públicas. (Incluído pela Lei nº 8.863, de 1994)

§ 3º Serão regidas por esta lei, pelos regulamentos dela decorrentes e pelas disposições da legislação civil, comercial, trabalhista, previdenciária e penal, as empresas definidas no parágrafo anterior. (Incluído pela Lei nº 8.863, de 1994)

§ 4º As empresas que tenham objeto econômico diverso da vigilância ostensiva e do transporte de valores, que utilizem pessoal de quadro funcional próprio, para execução dessas atividades, ficam obrigadas ao cumprimento do disposto nesta lei e demais legislações pertinentes. (Incluído pela Lei nº 8.863, de 1994)

Art. 11 - A propriedade e a administração das empresas especializadas que vierem a se constituir são vedadas a estrangeiros.

Art. 12 - Os diretores e demais empregados das empresas especializadas não poderão ter antecedentes criminais registrados.

~~Art. 13 - O capital integralizado das empresas especializadas não pode ser inferior a 1.000 (mil) vezes o maior valor de referência vigente no País.~~

Art. 13. O capital integralizado das empresas especializadas não pode ser inferior a cem mil Ufirs. (Redação dada pela Lei 9.017, de 1995)

Art. 14 - São condições essenciais para que as empresas especializadas operem nos Estados, Territórios e Distrito Federal:

I - autorização de funcionamento concedida conforme o art. 20 desta Lei; e

II - comunicação à Secretaria de Segurança Pública do respectivo Estado, Território ou Distrito Federal.

~~Art. 15 - Vigilante, para os efeitos desta Lei, é o empregado contratado por estabelecimentos financeiros ou por empresa especializada em prestação de serviço de vigilância ou de transporte de valores, para impedir ou inibir ação criminosa.~~

Art. 15. Vigilante, para os efeitos desta lei, é o empregado contratado para a execução das atividades definidas nos incisos I e II do *caput* e §§ 2º, 3º e 4º do art. 10. (Redação dada pela Lei nº 8.863, de 1994)

Art. 16 - Para o exercício da profissão, o vigilante preencherá os seguintes requisitos:

- I - ser brasileiro;
- II - ter idade mínima de 21 (vinte e um) anos;
- III - ter instrução correspondente à quarta série do primeiro grau;
- ~~IV - ter sido aprovado em curso de formação de vigilante;~~

IV - ter sido aprovado, em curso de formação de vigilante, realizado em estabelecimento com funcionamento autorizado nos termos desta lei. (Redação dada pela Lei nº 8.863, de 1994)

V - ter sido aprovado em exame de saúde física, mental e psicotécnico;

VI - não ter antecedentes criminais registrados; e

VII - estar quite com as obrigações eleitorais e militares.

Parágrafo único - O requisito previsto no inciso III deste artigo não se aplica aos vigilantes admitidos até a publicação da presente Lei

~~Art. 17 - O exercício da profissão de vigilante requer prévio registro na Delegacia Regional do Trabalho do Ministério do Trabalho, que se fará após a apresentação dos documentos comprobatórios das situações onumeradas no artigo anterior.~~

~~Parágrafo único - Ao vigilante será fornecida Carteira de Trabalho e Previdência Social, em que será especificada a atividade do seu portador.~~

Art. 17. O exercício da profissão de vigilante requer prévio registro no Departamento de Polícia Federal, que se fará após a apresentação dos documentos comprobatórios das situações enumeradas no art. 16. (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.184, de 2001)

Art. 18 - O vigilante usará uniforme somente quando em efetivo serviço.

Art. 19 - É assegurado ao vigilante:

- I - uniforme especial às expensas da empresa a que se vincular;
- II - porte de arma, quando em serviço;
- III - prisão especial por ato decorrente do serviço;
- IV - seguro de vida em grupo, feito pela empresa empregadora.

~~Art. 20 - Cabe ao Ministério da Justiça, por intermédio de seu órgão competente ou mediante convênio com as Secretarias de Segurança Pública dos Estados, Territórios ou Distrito Federal:~~

Art. 20. Cabe ao Ministério da Justiça, por intermédio do seu órgão competente ou mediante convênio com as Secretarias de Segurança Pública dos Estados e Distrito Federal: (Redação dada pela Lei 9.017, de 1995)

I - conceder autorização para o funcionamento:

- a) das empresas especializadas em serviços de vigilância;
- b) das empresas especializadas em transporte de valores; e
- c) dos cursos de formação de vigilantes;

II - fiscalizar as empresas e os cursos mencionados dos no inciso anterior;

III - aplicar às empresas e aos cursos a que se refere o inciso I deste artigo as penalidades previstas no art. 23 desta Lei;

IV - aprovar uniforme;

V - fixar o currículo dos cursos de formação de vigilantes;

VI - fixar o número de vigilantes das empresas especializadas em cada unidade da Federação;

VII - fixar a natureza e a quantidade de armas de propriedade das empresas especializadas e dos estabelecimentos financeiros;

VIII - autorizar a aquisição e a posse de armas e munições; e

IX - fiscalizar e controlar o armamento e a munição utilizados.

X - rever anualmente a autorização de funcionamento das empresas elencadas no inciso I deste artigo. (Incluído pela Lei nº 8.863, de 1994)

~~Parágrafo único - A competência prevista no inciso V deste artigo não será objeto de convênio.~~

Parágrafo único. As competências previstas nos incisos I e V deste artigo não serão objeto de convênio. (Redação dada pela Lei 9.017, de 1995)

Art. 21 - As armas destinadas ao uso dos vigilantes serão de propriedade e responsabilidade:

I - das empresas especializadas;

II - dos estabelecimentos financeiros quando dispuserem de serviço organizado de vigilância, ou mesmo quando contratarem empresas especializadas.

Art. 22 - Será permitido ao vigilante, quando em serviço, portar revólver calibre 32 ou 38 e utilizar cassetete de madeira ou de borracha.

Parágrafo único - Os vigilantes, quando empenhados em transporte de valores, poderão também utilizar espingarda de uso permitido, de calibre 12, 16 ou 20, de fabricação nacional.

Art. 23 - As empresas especializadas e os cursos de formação de vigilantes que infringirem disposições desta Lei ficarão sujeitos às seguintes penalidades, aplicáveis pelo Ministério da Justiça, ou, mediante convênio, pelas Secretarias de Segurança Pública, conforme a gravidade da infração, levando-se em conta a reincidência e a condição econômica do infrator:

I - advertência;

~~II - multa de até 40 (quarenta) vezes o maior valor de referência;~~

II - multa de quinhentas até cinco mil Ufirs: (Redação dada pela Lei 9.017, de 1995)

III - proibição temporária de funcionamento; e

IV - cancelamento do registro para funcionar.

Parágrafo único - Incorrerão nas penas previstas neste artigo as empresas e os estabelecimentos financeiros responsáveis pelo extravio de armas e munições.

Art. 24 - As empresas já em funcionamento deverão proceder à adaptação de suas atividades aos preceitos desta Lei no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data em que entrar em vigor o regulamento da presente Lei, sob pena de terem suspenso seu funcionamento até que comprovem essa adaptação.

Art. 25 - O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 90 (noventa) dias a contar da data de sua publicação.

Art. 26 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 27 - Revogam-se os Decretos-leis nº 1.034, de 21 de outubro de 1969, e nº 1.103, de 6 de abril de 1970, e as demais disposições em contrário.

Brasília, em 20 de junho de 1983; 162º da Independência e 95º da República.

JOÃO FIGUEIREDO
Ibrahim Abi-Ackel

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 21.6.1983

(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 118, DE 2008**Altera dispositivos da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, que “define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração”.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os artigos 81, 82, e 84, da Lei n.º 6.815, de 19 de agosto de 1980 – Estatuto do Estrangeiro, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 81. O Ministério das Relações Exteriores remeterá o pedido ao Ministério da Justiça, para as providências junto ao Supremo Tribunal Federal”. (NR)

“Art. 82. Em caso de urgência, poderá ser decretada, mediante autorização judicial, a prisão preventiva do extraditando desde que pedida, em termos hábeis, qualquer que seja o meio de comunicação, por autoridade competente, agente diplomático ou consular do Estado requerente ou por representação da polícia judiciária da União nas condições mencionadas nesse artigo.

.....
 § 4º Nos casos de representação mencionada no **caput**, a autoridade policial brasileira instruirá seu pedido com a difusão internacional da Organização Internacional de Polícia Criminal Internacional, devidamente vertida para a língua portuguesa, além de outras diligências que comprovem a presença do foragido internacional em território brasileiro.” (NR)

“Art. 84. Efetivada a prisão do extraditando, esta deverá ser imediatamente comunicada ao Supremo Tribunal Federal e ao Ministério da Justiça, observando-se, no que couber, o disposto nos parágrafos 2º e 3º art. 82.

Parágrafo único. Formalizado o pedido pelo estado requerente ou pela autoridade policial competente, a prisão perdurará até o julgamento final do Supremo Tribunal Federal, não sendo admitidas a liberdade vigiada, a prisão domiciliar, nem a prisão albergue”. (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A presente proposição tem por objetivo disciplinar o instituto da prisão preventiva em caso de extradição, de forma adequá-lo ao texto constitucional.

O § 4º acrescentado ao artigo 82 da Lei nº 6.815, de 1980, tem a finalidade de instruir a difusão internacional, também conhecida como “difusão vermelha”, para permitir a representação da autoridade policial brasileira perante o STF, por meio da Interpol. Trata-se de documento aceito em vários

países como mandado de prisão internacional, como a Argentina e os integrantes da União Européia.

Nesse sentido, tendo em vista que a proposição apresenta modificações pertinentes, buscando adaptar a Lei nº 6.815, de 1980 com a realidade do Estado brasileiro e avanços do mundo moderno, submeto-a à apreciação deste Senado, solicitando a sua aprovação.

Sala das Sessões, 3 de abril de 2008. – Senador **Romeu Tuma**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 6.815, DE 19 DE AGOSTO DE 1980

Define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração, e dá outras providências.

.....
 Art. 81. O Ministério das Relações Exteriores remeterá o pedido ao Ministério da Justiça, que ordenará a prisão do extraditando colocando-o à disposição do Supremo Tribunal Federal. (Renumerado pela Lei nº 6.964, de 9-12-81)

Art. 82. Em caso de urgência, poderá ser ordenada a prisão preventiva do extraditando desde que pedida, em termos hábeis, qualquer que seja o meio de comunicação, por autoridade competente, agente diplomático ou consular do Estado requerente. (Renumerado pela Lei nº 6.964, de 9-12-81)

§ 1º O pedido, que noticiará o crime cometido, deverá fundamentar-se em sentença condenatória, auto de prisão em flagrante, mandado de prisão, ou, ainda, em fuga do indiciado.

§ 2º Efetivada a prisão, o Estado requerente deverá formalizar o pedido em noventa dias, na conformidade do artigo 80.

§ 3º A prisão com base neste artigo não será mantida além do prazo referido no parágrafo anterior, nem se admitirá novo pedido pelo mesmo fato sem que a extradição haja sido formalmente requerida.

Art. 83. Nenhuma extradição será concedida sem prévio pronunciamento do Plenário do Supremo Tribunal Federal sobre sua legalidade e procedência, não cabendo recurso da decisão. (Renumerado pela Lei nº 6.964, de 9-12-81)

Art. 84. Efetivada a prisão do extraditando (artigo 81), o pedido será encaminhado ao Supremo Tribunal Federal. (Renumerado pela Lei nº 6.964, de 9-12-81)

Parágrafo único. A prisão perdurará até o julgamento final do Supremo Tribunal Federal, não sendo admitidas a liberdade vigiada, a prisão domiciliar, nem a prisão albergue.

.....
(Às Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional; e de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 119, DE 2008**Altera a Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990 que “Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências”.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os artigos 132, 134 e 135 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 132. Em cada Município haverá, no mínimo, dois Conselhos Tutelares, criados e mantidos pela municipalidade e compostos de cinco membros, escolhidos pela comunidade local para mandato de cinco anos, permitida uma recondução.

.....
Art. 134. Lei Municipal disporá sobre local, dia e horário de funcionamento do Conselho Tutelar.

§ 1º O Conselheiro Tutelar terá assegurada a percepção de todos os direitos trabalhistas e sociais previstos na Constituição Federal aos trabalhadores em geral, em especial:

- I – 13% salário;
- II – férias anuais remuneradas com 1/3 constitucional;
- III – licença-gestante;
- IV – licença-paternidade;
- V – licença para tratamento de saúde;
- VI – inclusão em planos de saúde oferecidos pela União ao funcionalismo público federal.

§ 2º Constará da lei orçamentária municipal previsão dos recursos necessários ao funcionamento do Conselho Tutelar.

.....
Art. 135.
Parágrafo único. O Conselheiro Tutelar será equiparado a servidor público federal e seus vencimentos serão pagos pelos cofres públicos da União, nos mesmos moldes dos servidores públicos federais.”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A presente proposição legislativa tem por objetivo consolidar no plano da estrutura da administração pública, o papel do(a) Conselheiro(a) Tutelar, como agente e trabalhador na função pública, assegurando-lhes direitos fundamentais e sociais previstos na Constituição, resguardando o papel institucional, com competências e atribuições estabelecidas.

A Lei Federal nº 8.069, de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente – é um marco na afirmação de uma política na área dos direitos da criança e do adolescente e consagra aos Conselhos Tutelares papel fundamental na sua aplicação e no cumprimento de suas determinações legais.

O Cargo de Conselheiro Tutelar é de servidor público **latu sensu**, cuja função relevante (art. 135 do ECA) dura enquanto durar seu mandato e que, mesmo remunerado, não possui vínculo empregatício com a Municipalidade, não sendo regido pelas leis trabalhistas e sim por norma geral federal, mas que exerce suas funções de forma contínua por períodos superiores a 1 (um) ano, não se concebendo que lhe seja suprimido o direito às férias, terço proporcional e décimo terceiro salário, pois tal percepção faz-se extensiva a qualquer serviço executado anualmente, de forma não esporádica, em face da dimensão universal, constitucional e de dignidade que assumem tais direitos.

Enfim, a proposição tem por objetivo precípuo responder a esta demanda, contribuindo para consolidar a legislação nesta área tão importante e sensível, afirmando, por consequência, o papel dos Conselhos Tutelares.

Sala das Sessões, 3 de abril de 2008. – Senador **Arthur Virgílio**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990

Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

.....
Art. 132. Em cada Município haverá, no mínimo, um Conselho Tutelar composto de cinco membros, escolhidos pela comunidade local para mandato de três anos, permitida uma recondução. (Redação dada pela Lei nº 8.242, de 12-10-1991)

.....
Art. 134. Lei municipal disporá sobre local, dia e horário de funcionamento do Conselho Tutelar, inclusive quanto a eventual remuneração de seus membros.

Parágrafo único. Constará da lei orçamentária municipal previsão dos recursos necessários ao funcionamento do Conselho Tutelar.

Art. 135. O exercício efetivo da função de conselheiro constituirá serviço público relevante, estabelecerá presunção de idoneidade moral e assegurará prisão especial, em caso de crime comum, até o julgamento definitivo.

(À Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Sobre a mesa, projeto de resolução que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 14, DE 2008

Renumerar parágrafo único do art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal em § 1º, e acrescenta § 2º ao referido artigo, para estabelecer compulsoriedade de tramitação conjunta de matérias e Medidas Provisórias que tratem do mesmo assunto quando em tramitação simultânea na Casa.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º O art. 258, do Regimento Interno do Senado Federal, passa a vigorar com a seguinte redação.

“Art. 258.

§ 1º Os requerimentos de tramitação conjunta de matérias que já constem da Ordem do Dia ou que tenham parecer aprovado em comissão serão submetidos à deliberação do Plenário.

Art. 2º O art. 258, do Regimento Interno do Senado Federal passa a vigorar acrescido do seguinte § 2º:

§ 2º É compulsória a tramitação conjunta de Medida Provisória que regule a mesma matéria de proposições anteriores e que estejam tramitando na Casa.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Nesta legislatura, esta Casa enfrentou um período de grande turbulência, devido às inúmeras Medidas Provisórias que, constantemente, trancam a pauta do Senado Federal.

E, para agravar tal situação, em muitas vezes, as Medidas Provisórias que são enviadas ao Senado tratam de matéria que já é objeto de análise por esta Casa.

A presente proposição visa sanar lacuna existente no Regimento Interno do Senado Federal, estabelecendo a compulsoriedade de tramitação conjunta de Medidas Provisórias com matérias que tratem do mesmo assunto, quando em tramitação simultânea na Casa. Procura prestigiar o trabalho dos nobres parlamentares que, arduamente, empenham-se na tramitação e aprovação de suas proposições – que geralmente tem

a análise lenta na Casa – e acabam por ver seu trabalho e esforço atropelados por Medidas Provisórias que são enviadas ao Congresso Nacional.

Assim, com o intento valorizar o trabalho das Senhoras e Senhores Parlamentares, solicito aos demais Pares a aprovação deste Projeto de Resolução.

Sala das Sessões, 3 de abril de 2008. – Senador **João Vicente Claudino**.

LEGISLAÇÃO CITADA

REGIMENTO INTERNO

Art. 258. Havendo em curso no Senado duas ou mais proposições regulando a mesma matéria, é lícito promover sua tramitação em conjunto a partir de requerimento de comissão ou de Senador, mediante deliberação da Mesa, salvo as que já foram objeto de parecer aprovado em comissão ou que constem da Ordem do Dia.

Parágrafo único. Os requerimentos de tramitação conjunta de matérias que já constem da Ordem do Dia ou que tenham parecer aprovado em comissão serão submetidos à deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – A Presidência comunica ao Plenário que fica aberto o prazo de cinco dias úteis, perante a Mesa, para recebimento de emendas ao **Projeto de Resolução nº 14, de 2008**, lido anteriormente.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – A Presidência recebeu o **Aviso nº 18, de 2008** (nº 79/2008, na origem), do Ministro da Fazenda, encaminhando, nos termos do art. 41 da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, o relatório com as características das operações de crédito analisadas no âmbito daquela Pasta, no mês de fevereiro de 2008, a tabela demonstrativa da Dívida Consolidada Líquida dos Estados e do Distrito Federal e a relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida dos Municípios.

O Ministro esclarece, ainda, que os dados relativos às dívidas consolidadas foram extraídos dos Relatórios de Gestão Fiscal elaborados pelos entes da Federação, em cumprimento ao art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

O expediente vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – A Presidência recebeu o **Aviso nº 19, de 2008** (nº 195/2008, na origem), do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão nº 352, de 2008, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentaram, referente aos Relatórios de Gestão Fiscal do 2º quadrimestre de 2007, encaminhados pe-

los Poderes e órgãos federais relacionados na Lei de Responsabilidade Fiscal (TC 026.219/2007-5).

O expediente vai à Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – A Presidência recebeu o **Aviso nº 20, de 2008** (nº 221/2008, na origem), do Tribunal de Contas da União, encaminhando, o relatório das atividades daquele Tribunal, referente ao exercício de 2007.

O expediente vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – A Presidência recebeu o **Ofício nº S/8, de 2008** (nº 16/2008, na origem), do Secretário de Controle Interno da Prefeitura do Município de Fazenda Rio Grande, Estado do Paraná, encaminhando ao Senado Federal cópia da manifestação daquela Prefeitura sobre o Relatório nº 973/2007, da Controladoria Geral da União, relativa a inspeção proveniente do 23º sorteio do Programa de Fiscalização a partir de sorteios públicos.

A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – A Presidência recebeu, da Sociedade Brasileira de Cardiologia, Carta em apoio à alteração da Lei nº 9.294, de 15 de junho de 1996, que *regulamenta o inciso XII, parte final, do art. 5º da Constituição Federal*.

O expediente será juntado ao processado do **Projeto de Lei do Senado nº 242, de 2003**.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – A Presidência comunica ao Plenário que, em aditamento ao despacho exarado sobre o **Projeto de Resolução nº 11, de 2008**, que dispõe sobre a apreciação dos atos de outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, determina o envio da matéria também ao exame da Comissão de Ciência Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, uma vez que versa sobre competência desse último Colegiado.

Assim sendo, o Projeto de Resolução nº 11, de 2008, vai ao exame das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; de Ciência Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática; e à Diretora.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Sobre a mesa, ofício do Procurador-Geral da República que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício PGR/GAB/Nº 321

Brasília, 13 de março de 2008

Senhor Presidente,

Objetivando instruir uma série de investigações e ações judiciais em curso, solicito, com base no art. 8º, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93, o envio,

exclusivamente em meio magnético, de todos os depoimentos colhidos no âmbito da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios.

Ante a relevância dos depoimentos para os trabalhos em execução, solicito a remessa com a maior brevidade possível.

Atenciosamente, – **Antonio Fernando Barros e Silva de Souza**, Procurador-Geral da República.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – O ofício que acaba de ser lido, juntado ao processado do **Requerimento nº 3, de 2005–CN**, vai à publicação.

A solicitação foi atendida por meio do **Ofício SF nº 419, de 1º/04/08**.

De acordo com a lista de oradores inscritos para uma comunicação inadiável, concedo a palavra, pelo tempo regimental de cinco minutos, a S. Exª o Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, segunda e terça-feira, comuniquei a esta Casa a operação que a Polícia Federal está levando a cabo em meu Estado, por requisição da Polícia Federal e, portanto, a mando do Governo Federal.

E, hoje, Sr. Presidente, gostaria de ler aqui a Carta de Roraima, assinada pelo Governador do Estado, pelos Deputados Federais e Estaduais:

A sociedade roraimense, de maneira pacífica e ordeira, através de seus segmentos organizados, neste ato representada pelos Parlamentares Federais, Estaduais e Municipais, bem como, o chefe do Poder Executivo Estadual, roga a Vossa Excelência [trata-se de documento dirigido ao Presidente da República] se digne a adotar as medidas necessárias no intuito da judicialização da questão que envolve a área indígena Raposa/Serra-do-Sol, como forma de evitar o conflito iminente, que, conforme noticia a imprensa local e Nacional, está em vias de ser deflagrado, podendo chegar até ao derramamento de sangue de irmãos brasileiros.

Ocorre que a situação aflige toda a sociedade roraimense, por envolver extensa área de fronteira, e que, em face de seu despovoamento, há, conseqüentemente, a ameaça da Soberania Nacional.

Por oportuno, lembramos a V. Excelência que, no âmbito do direito individual, encontram-se ajuizadas no Supremo Tribunal Federal inúmeras ações pendentes de julgamento.

Desnecessário dizer que esse clamor encontra-se sedimentado no disposto no art. 1º

da Carta da República vigente, que estabelece a união indissolúvel dos Estados, Municípios e Distrito Federal, constituindo-se em Estado Democrático de Direito e que tem como fundamentos a Soberania, a Cidadania, a Dignidade da pessoa humana, entre outros.

Assinam José de Anchieta Júnior, Governador do Estado, e vários parlamentares federais, estaduais e municipais.

Sr. Presidente, com relação a esse assunto, enviei hoje ao Presidente da República um ofício nos seguintes termos:

Senhor Presidente da República,

Em 2003, o Senado Federal e a Câmara dos Deputados, por orientação do Líder do Governo na Câmara, Deputado Aldo Rebelo, depois Ministro das Relações Institucionais, por intermédio de Comissões Temporárias Externas (a do Senado Presidida por mim), produziram relatórios circunstanciados, após visita e discussões locais, sugerindo uma demarcação justa e harmoniosa para a Reserva Raposa Serra do Sol.

Em 2005, Vossa Excelência, ignorando ambas as Comissões e seus relatórios, homologou a demarcação administrativa da Reserva de forma diferente, contrariando a opinião de mais de 500 (quinhentas) famílias não índias (a maioria miscigenada), bem como a maioria das etnias lá residentes.

Ainda em 2005, foi constituída, mediante o Requerimento nº 349, de 2005-SF, uma CTE do Senado Federal, por mim presidida e composta pelos Senadores Augusto Botelho e Wirlande da Luz, que percorreu a região e avaliou os reflexos do Decreto Presidencial aconselhando a sua revisão.

Em 31 de agosto de 2007, ante a ameaça de operação da FUNAI (UPATAKON III) com uso da Polícia Federal, fui designado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, do Senado Federal, para vistoriar a área e auscultar os proprietários a serem excluídos da Reserva demarcada. O trabalho foi realizado em conjunto com uma Comissão da Assembléia Legislativa do Estado de Roraima e o relatório encaminhado, em versão preliminar, a Vossa Excelência, registrando, segundo dados da FUNAI, a existência de 348 propriedades a serem desocupadas e, conforme dados do INCRA, 198 famílias indenizadas e 131 famílias reassentadas.

Considerando que os proprietários, a maioria deles famílias centenárias ali residen-

tes, ou foram indenizadas injustamente (com laudos feitos unilateralmente), a maioria não recebeu indenização e os que receberam não estão reassentados ou o foram de forma indigna e desumana, solicitamos àquela época a sustação da OPERAÇÃO UPATAKON III a ser realizada pela Polícia Federal, até que todas as situações fossem resolvidas dentro da Lei e do respeito à dignidade humana.

Agora, o Governo Federal, lamentavelmente, começou de maneira truculenta a referida operação.

Hoje, o Governador de Roraima, José de Anchieta Júnior, deve se encontrar com o Ministro da Justiça para tentar uma solução pacífica até que haja o julgamento final do Supremo Tribunal Federal.

Embora descrente da sensibilidade deste Governo em relação ao meu Estado, endosso a tentativa do Governador em buscar uma saída digna e pacífica para aqueles brasileiros e brasileiras que têm pago um alto preço por guardarem as nossas fronteiras com seus recursos, sua saúde e suas vidas.

Encaminhei o ofício ao Presidente da República e, de igual teor, ao Ministro da Justiça.

Sr. Presidente, peço que sejam consideradas também como parte integrante deste meu registro as ações pendentes no Supremo Tribunal Federal, a serem julgadas, para que possam realmente se estabelecer o Estado de Direito e o respeito àquelas pessoas.

Ao mesmo tempo, registro que, hoje, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional aprovou requerimento meu, designando-me como Presidente da Subcomissão da Amazônia, para voltar a Roraima e de novo acompanhar a operação que a Polícia Federal faz a pedido da Funai e a mando do Governo Federal.

(Interrupção do som.)

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Espero, portanto, Sr. Presidente, que os registros aqui feitos sirvam para sensibilizar o Governo Federal, no sentido de atender ao clamor de todo o povo de Roraima, começando pelo seu Governador, José de Anchieta Júnior, deste Senador, dos Deputados Federais e de toda a população de Roraima, que quer que seja respeitado minimamente o direito daquelas pessoas que estão sendo expulsas e excluídas de suas áreas.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI EM SEU PRONUNCIAMENTO

(Inserido nos termos do inciso I, § 2º, art. 210 do Regimento Interno.)

Processos no stf sobre a Raposa Serra do Sol e questão fundiária em Roraima**AÇÃO CAUTELAR 734**

Ação de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti com vistas a suspender os efeitos da Portaria nº 534/05, perante o STF, em face de ilegalidade, apontados em laudo da Justiça Federal em Roraima.

O Relator é o Min. Carlos Brito, que decidiu pelo sobrestamento da ação até o julgamento do recurso na Petição 3388, do Senador Augusto Botelho.

O processo está na SPO / 1ª Turma, aguardando decisão sobre o julgamento do Agravo da PET/3388.

AC/755**Sociedade dos Índios Unidos de Roraima - SODIURR x****União**

Ação relativa à Raposa Serra do Sol, cujo relator é o Min. Carlos Brito. Decidiu pelo sobrestamento da ação até o julgamento da PET-3388. Vistas à PGR desde 24-11-2006.

AC 788

Ação proposta pelo Estado de Roraima, com teor semelhante à AC/734. Peticionada em 13/05/05, Foi determinada pelo relator , em 18/05 o sobrestamento dos autos até julgamento do Agravo Regimental na petição 3388.

Em 29-8-06 o relator indeferiu a liminar.

O processo foi concluso ao Relator.

Não houve contestação do governo de RR, apenas contestação da União. O Governo de Roraima apresentou réplica à contestação.

O PARECER da PGR, é pela improcedência da ação, conclusos ao relator, em 16-04-07

AC/1794**Governo de Roraima x funai**

Ação do Governo de Roraima com decisão do tribunal: O Tribunal, por unanimidade e nos termos do voto do relator, negou provimento ao recurso de agravo. Ausentes, justificadamente, o Senhor Ministro Celso de Mello, o Senhor Ministro Joaquim Barbosa (licenciado) Ministros Marco Aurélio e Ricardo Lewandowski. Plenário, publicado em 03-03-08

AC/1868

Paulo Quartiero e outros x FUNAI.

O Relator é o Min. Carlos Brito. Intimados AGU e Proc. Geral federal, em 27-1107.

ACO - 1035

Processo do Estado de Roraima contra a União para a transferência das terras ao Estado. O relator é o Ministro Celso de Melo. Intimação da AGU. Autos emprestados ao Min. José Dias Toffoli. Em 31-03-08.

PET 3388

Ação dos Senadores Augusto Botelho e Mozarildo Cavalcanti, requerendo a suspensão da Portaria 534/05 e do decreto homologador, com a concessão de liminar.

O relator apresentou os autos em mesa para julgamento, em 17-05-05.

No dia 06-04-06, o STF julgou o agravo de Instrumento, negando as liminares pleiteadas e reconhecendo a validade da Portaria.

Está com vista ao procurador geral, em 13-04-2007.

PET/3404

Ação proposta pelo Senador Mozarildo Cavalcanti contra a UNIÃO e o INCRA para ser declarada como **pertencentes ao Estado de Roraima, as terras do então território de Roraima**, por força de preceito constitucional, ou que o STF determine em 30 dias a regulamentação prevista no art. 4º da lei 10.301/2001.

O processo foi distribuído ao Ministro Eros Grau.

Em 01-02-08 o Senador apresentou aditivo com a juntada do Decreto de transferência de terras ao Estado do Amapá, com pedido tratamento isonômico ao Estado de Roraima. Está conclusos ao Relator.

PET/3405

Petição do Dr. Alcides Lima, requerendo a suspensão da Portaria 534/05 e do Decreto homologador da T.I Raposa Serra do Sol, apresentado em 20/05/05.

Em 10/04/07 Houve apresentação de alegações finais pelo autor.
Processo com vistas ao PGR, em 14-5-07

Pet/3744

Paulo Quartiero X União, FUNAI e CIR
Relator Min Carlos Brito. Ação possessória do Sr. Paulo Cesar Quartiero relativa à propriedade na área da Raposa Serra do Sol. Decisão do Relator: indefiro o pedido de restabelecimento da liminar concedida pelo Juízo de primeiro grau. Intimação da PGF, em 26-03-08.

Pet/3714

Processo da SODIURR relativo à demarcação da Reserva Raposa Serra do Sol, em Roraima. O relator é o Min. Carlos Brito. Processo com vistas ao PGR, desde 23-08-06.

Pet/3750

Ação da SODIURR contra a demarcação da Raposa Serra do Sol. Relator Min. Carlos Brito. Parecer da PGR pela improcedência da ação. Conclusos ao relator, em 24-04-07.

ACO/908

Ação Cível Originária do Estado de Roraima contra a União. Relator Min. Gilmar Mendes. Parecer pela incompetência do STF. Conclusos ao Relator, em 12-03-07.

ACO/974

Ação Cível Originária do Estado de Roraima contra a União. Relator Min. Gilmar Mendes. Com vista ao Procurador Geral, em 14-12-06.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – V. Ex^a será atendido, nos termos do Regimento Interno.

O próximo orador inscrito é ...

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Pela ordem, o Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu queria saber se tem vaga ainda para comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – V. Ex^a é o primeiro suplente.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – E eu queria lhe entregar um livro. Ontem, houve um debate. Como Antoine de Saint-Exupéry diz: “A linguagem é fonte de desentendimentos”. Mas eu entreguei o pronunciamento ao Corregedor. Aliás, eu estou orgulhoso. Eu aprendi muito com Pedro Simon. Nunca pensei que eu era capaz de fazer um pronunciamento tão brilhante, em dez minutos, no dia 1º. Entreguei centenas de *e-mails*, em que o Brasil analisou. Aquilo foi no contexto. Prometi, ontem, que traria o livro. Vou entregar a V. Ex^a o livro para passar à Mesa Diretora, livro que citei e cuja página eu li.

Muito agradecido.

Aliás, o Mozarildo folheou os *e-mails* hoje.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – V. Ex^a será atendido, nos termos do Regimento Interno.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Pela ordem, o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Gostaria de fazer uma reflexão que considero muito importante para o Senado.

Ainda hoje, com respeito ao episódio de ontem...

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – V. Ex^a sabe que regimentalmente não é “pela ordem”, mas quer continuar?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Mesmo sendo anti-regimental.

Pois, continue.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Há ocasiões em que os destinos do Senado precisam que falemos, Sr. Presidente.

Ainda hoje, escrevi uma pequena carta ao Senador Mão Santa, por quem tenho tido respeito e admiração. Temos tido, nós dois, uma relação sempre de respeito, de amizade. Transmiti a S. Ex^a que, ainda que, conforme me explicou, não tivesse tido a intenção de fazer qualquer ofensa, de utilizar palavras que pudessem ser ofensivas à Ministra Dilma Rousseff, que, tenho certeza, é uma pessoa... Ele próprio me diz que tem estima e respeito por ela. Tenho convicção de que a Ministra Dilma Rousseff é uma pessoa da maior integridade, que vem agindo com muita seriedade. Vem granjeando respeito de toda a equipe de governo e da população brasileira; é a principal responsável pelo Programa de Aceleração de Crescimento.

No que diz respeito a esse episódio dos cartões corporativos, tenho convicção de que ela poderá, da forma mais clara possível, demonstrar que não houve qualquer ação indevida. Ela, inclusive, teve a iniciativa de telefonar à Sr^a Ruth Cardoso, explicando que não houve qualquer intenção do Governo de fazer qualquer denúncia seja à Sr^a Ruth Cardoso, seja ao Presidente Fernando Henrique Cardoso, expressando que tem apreço pelo ex-Presidente, pela SRA. Ruth Cardoso, inclusive no que diz respeito à seriedade de suas ações.

Então, como alguns Senadores e algumas Senadoras... A própria Senadora Patrícia Saboya ontem fez uma recomendação ao Senador Mão Santa sobre, quem sabe, S. Ex^a retirar a expressão. A Senadora Patrícia Saboya observou que, na opinião dela, será próprio e adequado que a Ministra Dilma Rousseff venha ao Senado para dialogar conosco. Também tenho esse ponto de vista. Acho que podemos construir um clima civilizado, de respeito entre as partes.

Senador Pedro Simon, V. Ex^a, como um dos mais antigos e experientes Senadores, que viveu nesta Casa as situações mais difíceis, poderá aqui recomendar um caminho de bom senso, de civilidade.

Se construirmos um ambiente de civilidade, quem sabe possa o Senador Mão Santa – que me explicou que ficou bravo com a atitude da nossa Líder, Senadora Ideli Salvatti, que, no seu entusiasmo por defender a Ministra Dilma Rousseff, avaliou que precisaria, então, entrar com uma representação no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, ou algo assim –, quem sabe possa o Senador Mão Santa – S. Ex^a conversou com inúmeros colegas –, pelo menos explicar que não teve qualquer intenção de fazer qualquer ofensa à Ministra Dilma Rousseff.

Pedi a palavra, não sei se pela ordem ou por qual motivo, porque senti a necessidade de expressar

o sentimento de que o Senado volte a ser uma Casa em que a civilidade e o respeito entre todos nós seja a característica maior.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – A Mesa comunga com os sentimentos de V. Ex^a.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Pelo art. 14, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – V. Ex^a acabou de explicar aqui a sua fala de ontem e foi acolhido cordialmente.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Pelo art. 14, porque S. Ex^a me citou agora. Art. 14, V. Ex^a que é regimentalista.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – O.k., Senador.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) – Olha, aqui representamos a grandeza de um povo, e virtudes tenho para representar o mais grandioso povo, o povo do Piauí.

O discurso, entreguei ao Corregedor.

Fiquei emocionado, Magno Malta, porque nunca pensei que tivesse competência e capacidade para fazer um registro com tanta eficiência histórica.

Segundo, tenho essa amizade com o Suplicy, mas o meu líder é o Pedro Simon. Aconselhei-me com o meu líder!

Aqui estão os dados. Recebi 100 *e-mails* e trouxe a íntegra do livro. Não posso falsificar. Estes fatos existiram: Alemanha, Segunda Guerra, Goebbels e Hitler. Apenas li.

Estou à disposição para um debate qualificado sobre qualquer assunto e sobre isso.

Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – A Mesa agradece a V. Ex^a a explicação.

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Pedro Simon.

V. Ex^a dispõe de dez minutos para o seu pronunciamento, de acordo com o Regimento Interno.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, antes de entrar no meu discurso, quero deixar claro aqui que tudo que aconteceu ontem não foi com a intenção de atingir a SRA. Ministra, tampouco o Senador Mão Santa teve intenção de fazê-lo.

Conhecemos o Senador Mão Santa, sabemos do seu ímpeto, da sua luta, das suas citações. S. Ex^a até se dirige ao Presidente da República: “Ô Luiz Inácio!”, mas sempre é elegante. Nunca o vi atingir a

honra e a dignidade de quem quer que seja, muito menos ontem.

Aliás, ontem foi uma sessão de consagração à Ministra Chefe da Casa Civil, porque todos reconheceram, por unanimidade, a dignidade, a seriedade, a correção, a honradez dela. Como mulher, então, nem se discute, uma mulher do mais digno respeito. A sua biografia é espetacular, a sua luta por este País é muito grande. Isso ficou consagrado. Ontem, foi uma sessão em homenagem à Ministra e ficou claro isso. Temos que entender que a intenção do Mão Santa nunca foi a de atingir a Ministra. Penso que isso é o importante e ficou constatado.

Sr. Presidente, os Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais de todo o País reuniram-se de 27 a 28 do mês passado, na cidade de Natal, Estado do Rio Grande do Norte, para discussão e deliberação sobre várias questões relativas aos Tribunais Regionais Eleitorais de todo o Brasil, com relação às eleições em vários níveis. Entre os itens da pauta consta, com a devida ênfase “orientações a serem repassadas a todos os juízes eleitorais no tocante à apreciação dos pedidos de registro de candidatura, considerada a vida pregressa dos candidatos”.

Reparem como, de certa forma, os juízes, os Tribunais, estão antecipando-se e dizem que deve ser analisada a vida pregressa dos candidatos.

A discussão dessa matéria foi precedida de informações aos Srs. Presidentes dos Tribunais Regionais do Brasil sobre o projeto que tramita nesta Casa e que determina a inelegibilidade de candidatos que respondam a processos judiciais.

Incluo, nessa discussão, igualmente, um outro projeto, também importante, que mereceu parecer favorável do Senador Jefferson Péres, que está na pauta de votação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e que dispõe “sobre a divulgação, no horário reservado à propaganda eleitoral no rádio e na televisão, dos candidatos que respondem a processos criminais e de quebra de decoro parlamentar”.

Na “Carta de Natal”, redigida e assinada ao final do evento, participantes recomendam, “aos juízes eleitorais, [repito], rigor na apreciação da vida pregressa dos candidatos quando da análise dos respectivos pedidos de registro, [repito], levando em conta, também, o caráter normativo dos princípios constitucionais”.

Ao escolherem o seu candidato, todos os brasileiros exercem um ato de cidadania, um exercício mais que representativo de um ambiente democrático.

Os tribunais eleitorais de todo o País têm dado, principalmente nos últimos anos, um exemplo a todo

o mundo de como se deve perseguir a verdadeira legitimidade nas eleições. Uma batalha sem trégua contra qualquer tipo de fraude na livre e legítima escolha dos candidatos.

Hoje, as nossas urnas eletrônicas são exemplo e referência para as eleições de vários países, também da maior potência à de menor potência em nível de mundo.

Agora, por exemplo, já teremos, nas próximas eleições municipais, a experiência de que o eleitor será reconhecido pela sua impressão digital e de uma foto recente, estampada através de meios eletrônicos. Quer dizer, votar em nome de alguém, votar duas vezes, a partir da próxima eleição, nem gêmeos poderão fazê-lo.

Mas, até aqui, houve uma grande preocupação, devida e justificada, com a identificação do eleitor. Os chamados “votos-fantasmas”, com todas as suas variações, mais ou menos criativas, foram atacados um a um, tendo como ferramenta principal a tecnologia moderna, para que as eleições, do Presidente da República ao vereador, sejam legítimas e realmente representativas.

Ainda não atingimos o ideal, mas não há dúvida da diferença entre as eleições de hoje e as de cédulas de votação em papel de outros tempos, de fraudes e fraudes que havia nas apurações das eleições pelo interior do Brasil.

É verdade que, muitas vezes, a fraude também se municia da modernidade, mas a competência dos nossos tribunais eleitorais tem sido um aval da mais alta confiabilidade, da mais pura legitimidade da lisura das eleições.

Falta ainda o outro lado. O avanço na identificação e no conhecimento de quem é o eleitor tem que ser acompanhado, no mesmo passo, de idênticas preocupações com quem é o candidato. Quem é ele. Se ele se esconde sob qualquer manto que não seja o da verdade, se este mesmo manto carrega manchas de desabono, principalmente enquanto vigorar uma legislação que permite aos eleitos o deplorável fato da perpétua imunidade.

Não há que colocar melhores luzes sobre o eleitor e manter o candidato na penumbra. Ambos devem ser iluminados pela verdade. Uma verdade conhecida e transparente. Ambos, eleitor e candidato, fazem parte desse processo.

O Congresso, imagino eu que igualmente outras instâncias legislativas, nunca teve número tão significado de integrantes respondendo a processos de todos os tipos e gravidade. O eleitor sabia disto?

Se soubesse, teria depositado a mesma confiança no candidato, na sua atitude solitária na cabine de eleição? Eleito, o candidato tem condições legítimas para representar o eleitor, mesmo sabendo-se depois que ele praticou atos lesivos à população, incluindo o seu próprio eleitorado?

Foi nesse caso que apresentei os vários projetos de lei. Confesso que se trata daquela orientação legal e específica, que deveria ser dispensável, mas para todos efeitos é necessária. A representação política tem que ser necessariamente transparente e moldada pela mais completa honradez.

O funcionário público, mesmo aquele que provou capacidade intelectual e de trabalho em provas e títulos, tem que se submeter ao crivo da lisura na sua folha corrida.

O candidato a um cargo político tem que se subordinar ao mesmo tratamento. Ou, cá entre nós, muito mais! Os seus atos, depois de eleito, terão impacto direto sobre populações inteiras, do pequeno ao grande município, do pequeno à metrópole.

Volto a repetir: há grande engano quando se colocam numa mesma perspectiva o processo penal e o processo político. É evidente que, enquanto não houver condenação, com sentença irrecorrível, ninguém é réu. Mas na política é diferente. O político tem que ter, necessariamente, uma história de vida ilibada. Ao ser eleito, ele não é um; ele é todos. Ele representa a comunidade que nele depositou um dos seus sentimentos mais sublimes: a confiança. Esta parece ser a palavra-chave: confiança. Como depositá-la em alguém que a feriu, muitas e muitas vezes?

Não é à-toa, torno a repetir, a nossa falta de legitimidade. Mais uma vez, a palavra-chave: a nossa de confiança. A população não confia em quem ela depositou um dos sentimentos que lhe é mais caro: a própria confiança.

O Diretor Executivo da Transparência Brasil, Cláudio Weber Abramo, em artigo ao **Correio Braziliense** de hoje, diz:

“Essa má reputação (dos partidos políticos e das instituições parlamentares) é merecidíssima. Há, no Brasil, uma quantidade excessiva de políticos envolvidos em negociatas e adesões inexplicáveis e assim por diante.

Uma proporção alarmante de parlamentares e de políticos brasileiros respondendo a processos criminais na Justiça ou foram punidos por tribunais de contas”. Segundo ele, “mais de um terço dos parlamentares e alguns

estados, nutridas maiorias”, se incluem nessa condição de: em nada recomendável.

Sr. Presidente, peço a transcrição.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – V. Ex^a dispõe ainda de um minuto para encerrar.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Digamos dois.

Peço a transcrição. Não vou ler o artigo.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – V. Ex^a será atendido nos termos do Regimento Interno.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Muito obrigado.

Volto à questão: com essa “folha corrida”, que mais parece prontuário policial, pode alguém representar a população? Decidir sobre os seus destinos? Deliberar sobre recursos públicos?

Eu tenho certeza de que aprovado o projeto, sem mudanças que possam escamotear seus objetivos, e com o evidente acatamento dos tribunais à Carta de Natal, estaremos dando um impulso dos mais importantes na valorização dos parlamentos em todos os níveis e, como conseqüência, da própria Administração Pública no Brasil.

Outras medidas deverão ser adotadas para que se restabeleça a confiança na representação política. A fidelidade partidária. O financiamento público de campanhas. O fim do foro privilegiado e da imunidade parlamentar. A prioridade, no Poder Judiciário, para os processos que envolvam agentes políticos para terminar com a impunidade.

Melhor seria, Sr. Presidente, que a Administração Pública merecesse a aprovação da totalidade da população. Já que alguém já disse que a unanimidade é burra, contento-me em contribuir com o meu projeto para que a representação política seja, pelo menos, mais transparente. Que o eleitor conheça devidamente o seu candidato e, depois, que tenha elementos suficientes para cobrá-lo em sua conduta.

Esse é, para mim, o melhor controle sobre os recursos e o patrimônio público, depositados em confiança pela população no ato do voto aos seus representantes políticos. Outros mecanismos de investigação e de controle de risco serão apenas subsidiários.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Estou terminando, Sr. Presidente.

A primeira triagem saneadora dos candidatos tem de ser feita pelos partidos políticos, e tenho um projeto nesse sentido. É a eles que pertence o mandato. A fidelidade partidária tem que ser cultuada na sua essência e na sua totalidade. Então, qualquer grave fato na conduta de um propenso candidato deve levar o partido político a fazer a sua seleção, vendo se ele deve ou não ser candidato daquele partido.

Mas a decisão final é do eleitor. E, para que ele tenha condições de exercer o seu direito constitucional de eleger, tem também a necessidade de conhecer a história de quem se apresenta para ser eleito, de quem se submete a sua confiança, de quem lhe pede o seu voto, um voto de confiança. Para confiar, o eleitor tem de conhecer.

É esse o propósito do meu projeto: dar transparência ao eleitor para que ele tenha todas as condições de decidir sobre a sua melhor representação política.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Estou terminando, Sr. Presidente.

Nesse sentido, o Congresso Nacional e o Tribunal Eleitoral estarão cumprindo o seu verdadeiro papel. O Parlamento gerando leis que bloqueiem os descaminhos. Os tribunais fazendo cumpri-las. Portanto, a Carta de Natal dos Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais andam de mãos juntas com a vontade que temos.

Espero que seja para construir, aí sim, os melhores caminhos.

São vários projetos, Sr. Presidente:

1. Financiamento público de campanha, já aprovado no Senado;
2. Proibição de registro de candidatos com processos criminais;
3. Divulgação pela Justiça Eleitoral dos nomes dos candidatos que respondem a processos;
4. Propaganda na tevê ao vivo, com debates entre candidatos;
5. Redução do período de campanha para 45 dias.

Era isso, Sr. Presidente. Obrigado pela gentil tolerância de V. Ex^a.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE
O SR. SENADOR PEDRO SIMON EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do inciso I, § 2º, art. 210 do Regimento Interno.)

CARTA DE NATAL

Os Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais, em reunião colegiada realizada na cidade de Natal/RN, nos dias 27 e 28 de março de 2008, após a discussão sobre os assuntos constantes de pauta, deliberaram o seguinte:

I – Propor, ao TSE, a aprovação do afastamento dos membros dos Tribunais Regionais Eleitorais das atividades da jurisdição comum, no período compreendido entre 1º de julho deste ano e a diplomação dos eleitos;

II – Manifestar a preocupação com o baixo valor da quantia paga para alimentação dos mesários e demais colaboradores nas eleições últimas, propondo o seu estabelecimento em patamar mais adequado para o pleito que se avizinha;

III – Recomendar, aos juízes eleitorais, maior rigor na apreciação da vida progressa dos candidatos quando da análise dos respectivos pedidos de registro, levando em conta também o caráter normativo dos princípios constitucionais;

IV – Reiterar os propósitos do Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais de colaborar para o aperfeiçoamento do processo eleitoral brasileiro, permanecendo, como sempre esteve, ao lado do Egrégio TSE para a consecução dos objetivos comuns desta Justiça Especializada.

Natal, 28 de março de 2008.

Des. Claudio Manoel de Amorim Santos
Presidente do TRE/RN

Des. Otávio Augusto Barbosa
Presidente do TRE/DF

Mineiridades

CLÁUDIO WEBER ABRAMO

Diretor executivo da
Transparência Brasil

O folclore político brasileiro é prolífico em historietas sobre a política mineira. Geralmente essas histórias giram em torno da indisposição que os mineiros teriam de fazer as coisas às claras, de dizer diretamente o que pensam, de entrar em conflito com o oponente e assim por diante.

Há quem chame isso de "espírito conciliador", como se fosse uma virtude. O tal espírito tem se manifestado ultimamente numa anunciada aliança eleitoral entre o PT e o PSDB em torno da candidatura à prefeitura de Belo Horizonte.

Tal aliança, que presumivelmente interessará a caciques tucanos e petistas de Minas Gerais, não terá como consequência algum benefício ao interesse público. Ao contrário, a expressão do contraditório é essencial para o funcionamento de uma sociedade que se deseja democrática. Sem o conflito de opiniões e de pontos de vista, não há possibilidade de crítica, e o pensamento, estacionado na mesmice, afunda na mediocridade.

O embate entre partidos que disputam o poder com base em diferentes visões a respeito do funcionamento do Estado e da sociedade é o que justifica o próprio processo eleitoral e a existência de partidos. Se, ao contrário, o embate é suprimido a pretexto de uma conciliação de fancaria, o resultado é a cumplicidade.

A partir do silêncio "cordial" e "conciliador" nada se desenvolve. Por isso, essa aliança mineira deve ser combatida como deletéria e contrária ao interesse coletivo.

Os partidos políticos estão entre as instituições em que menos o brasileiro deposita confiança. Qualquer levantamento de opinião que se faça no seio de qualquer segmento da população brasileira resulta em avaliações próximas do rés do chão para os políticos, os partidos e as instituições parlamentares.

Essa má reputação é mercedíssima. Há no Brasil uma quantidade excessiva de políticos envolvidos em tramóias, negociatas, traições, adesões inexplicáveis e assim por diante. Uma proporção alarmante dos parlamentares brasileiros responde a processos criminais na Justiça ou foram punidos por tribunais de contas.

Parlamentares nessas condições compõem mais de um terço da Câmara dos Deputados, quase 40% do Senado e em alguns estados compoem nutridas maiorias. É o caso, por exemplo, de Goiás e de Rondônia, em que respectivamente 76% e 63% dos deputados estaduais apresentam na folha corrida ocorrências desse tipo. Ver os detalhes no projeto Excelências, da Transparência Brasil (www.excelencias.org.br).

A responsabilidade primordial pela persistência, na vida pública, de indivíduos suspeitos de irregularidades graves, muitos deles já condenados em segunda instância, cabe integralmente aos partidos. Partidos políticos são entes privados, que gozam de completa autonomia quanto aos critérios de aceitação de pessoas em seus quadros. Nenhum partido é obrigado a abrigar em sua legenda eleitoral gente sobre a qual existem eloquentíssimos indícios de que são laráprios.

Observe-se que não caberia recorrer à Constituição ou ao princípio jurídico do transitado em julgado. Os partidos podem simplesmente dizer não aos meliantes que batem às suas portas. Nunca se ouviu dizer de algum partido que tenha feito isso. De quebra, as casas legislativas brasileiras são as mais caras do mundo, se considerarmos como "mundo" a parcela desenvolvida do globo e os nossos vizinhos latino-americanos. Tomando-se por base o salário mínimo em vigor em 2007, a parcela com que cada brasileiro contribui para a manutenção do Congresso Nacional é nada menos do que 10 vezes maior do que o equivalente na Grã-Bretanha.

Usando-se como padrão de comparação a renda per capita dos países, o Congresso brasileiro tem um peso mais de oito vezes superior ao da Espanha, quase seis vezes maior do que o dos Estados Unidos e assim por diante. (Os números e a metodologia para seu cálculo podem ser encontrados no mesmo endereço mencionado acima.)

Tais números tornam difícil evitar a pergunta sobre a relação custo-benefício das instituições políticas. Os agentes da deterioração da confiança popular nas instituições políticas brasileiras não são outros se não os políticos e os partidos. Seu comportamento coloca em risco a sobrevivência dessas instituições, que são fundamentais para a vida republicana. Sem partidos e sem políticos, não há República. Contudo, princípios genéricos desse tipo não compensam por si sós o testemunho cotidiano de comportamentos anti-republicanos, como é exemplo o mergulho uníssonos na omissão engendrado por petistas e tucanos mineiros.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – V. Ex^a cumpriu a letra do Regimento, observando estritamente o seu tempo de dez minutos. A Presidência agradece a V. Ex^a pelo fiel cumprimento das determinações regimentais.

O próximo orador, por permuta com este Presidente, para uma comunicação inadiável, é o Senador Magno Malta. Como S. Ex^a deverá retirar-se para abrir e instalar a CPI da Pedofilia, solicita que se antecipe o seu pronunciamento a fim de não atrasar a instalação da CPI.

Com a palavra V. Ex^a pelo tempo regimental de cinco minutos.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Senador Gerson Camata, Presidente em exercício neste momento, meu caro Senador Mozarildo Cavalcanti, venho a esta tribuna agradecer ao Brasil o apoio recebido e a atenção dada à CPI da Pedofilia. Não imaginava como o povo brasileiro, a sociedade e as famílias estavam com o grito na garganta, esperando o momento em que alguém lhes pudesse dar a oportunidade da denúncia, do grito. A pedofilia está para o Brasil assim como a violência do narcotráfico está para o Brasil. A pedofilia é muito pior porque é violência contra *niños*, pré-púberes, crianças de meses, de cinco, seis, dez, onze, doze anos.

Nós instalamos a CPI e ontem estivemos com o Ministro Tarso Genro e, hoje, às 16 horas, estaremos com a Ministra Ellen Gracie. Ontem, ouvimos o Thiago, da SaferNet, ONG que criou o Disque 100, Senador Camata, o número para denunciar os sem-vergonha.

O Brasil hoje é um dos campeões por via da Internet, e o Orkut o grande instrumento.

Quero chamar a atenção dos pais que estão me ouvindo: tirem o computador do quarto e o coloquem na sala, onde seus filhos possam acessar e vocês possam ver.

O aliciamento pela via do Orkut é tão tremendo que cresce 20% ao ano no Brasil. Nos últimos 90 dias, tão-somente, foram acrescentadas 13.000 páginas de pedofilia na Internet e, no Brasil, 3.600. Neste momento, vou à CPI da Pedofilia, Senador Cristovam, reunir a Comissão para pedir a quebra do sigilo dessas 3.600 páginas.

Nós temos um problema: é o Google que administra o Orkut. Há uma ação do Ministério Público Federal brasileiro, do Dr. Suiama, de São Paulo, pedindo, por ordem da Justiça, dados de pedófilos ao Google – como quando se quebra um sigilo telefônico, pela via da Justiça, por causa de um criminoso e um crime. E a Google se recusa a cumprir a ordem judicial e disse que não cumpre ordem judicial no Brasil.

No Código Civil brasileiro, há uma lei genérica que dispõe que todo cidadão ou toda empresa constituída neste País, como empresa, está debaixo das leis do País. Isso é normal em qualquer país do mundo.

As outras operadoras na Internet, Senador Gerson Camata, literalmente cumprem a lei com responsabilidade. O Google diz que só cumpre a lei americana. Os criminosos que operam crime no Brasil não são americanos. O crime é no Brasil, e os usuários de Orkut são brasileiros. O dinheiro é do Brasil. Aqueles que compram pedofilia usam cartão de crédito daqui. Os que vendem pedofilia levam o dinheiro daqui.

Então, vejam: hoje, íamos ouvir o Google numa conversa informal com seus diretores. Íamos ter uma reunião informal e depois uma audiência pública. Eles informaram, em seguida, que um e outro viajaram, numa conversa de bêbado para delegado. Resolvi, então, convocá-los e avisei que o Brasil tem lei. Aquele que convocado for e não vier virá debaixo de vara, como diz a lei brasileira.

Fiquei muito feliz, Senador Mão Santa e Senador Gerson Camata, porque em seguida recebi um telefonema do ex-Ministro Márcio Thomaz Bastos, que me disse: “Magno, quero parabenizá-lo pela CPI. É o Márcio quem está falando. E quero lhe comunicar que acabei de ser contratado para ser o advogado do Google”. Ao que eu disse: que coisa maravilhosa para o Brasil, porque o senhor foi Ministro da Justiça e sabe que o que nós queremos não é que o Google vá embora ou abra o sigilo das pessoas. Nós não queremos entrar na privacidade de ninguém. O que nós queremos é que a Google, que ganha dinheiro no Brasil, seja parceira do Brasil no combate ao crime. Só isso. E que atenda à lei brasileira.

É verdade que não temos legislação específica para crime na Internet e pedofilia. Não temos nem para pedofilia, que joga de comum acordo com o crime organizado, e nós o faremos agora. Nós o faremos agora, quando vamos tipificar. Mas é preciso cumprir a lei vigente no País.

E ele, o Dr. Márcio Thomaz Bastos, então, pediu-me um tempo para tomar ciência, e eu estou dando esse tempo ao nosso querido ex-Ministro da Justiça, que advoga agora para o Google. Todavia, eu os estou convocando para a próxima quarta-feira. Vou votar agora também a convocação do Google, dos seus diretores, e estou especificando que não me tragam técnico e engenheiro. Eu quero os diretores do Google, porque ninguém se torna diretor de uma empresa como essa se não tiver um mínimo de conhecimento, Senador João Pedro. Então, eu quero os diretores para a próxima quarta-feira, e hoje, às 16 horas, a CPI

será recebida pela Presidente do Supremo, a Ministra Ellen Gracie.

Obrigado ao Brasil, que torce e nos ajuda. Certamente nós faremos um trabalho digno, honrado, em favor da criança do Brasil. É nosso compromisso.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – A Presidência deseja a V. Ex^a o sucesso almejado.

Próximo orador inscrito como Líder, pelo tempo de cinco minutos, S. Ex^a, o Senador João Pedro.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Pela ordem, o Senador Demóstenes Torres. A seguir, o Senador Cristovam Buarque e, logo após, o Senador João Pedro.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas para dizer que este é um dia festivo no Estado de Goiás, porque o principal jornal do Estado, o jornal *O Popular*, completa 70 anos. Um jornal pioneiro, que se iniciou com a nova Capital, e mesmo antes já tinha ramificações na velha Capital, com um pioneiro da família Câmara, e que hoje é muito bem dirigido pelo Sr. Júnior Câmara.

Trata-se de um jornal que merece toda a consideração do nosso Estado, por ser um veículo isento, um veículo que dá opção a todas as tendências políticas, enfim, um jornal da maior correção e que é motivo de orgulho para o Estado de Goiás.

Sr. Presidente, pedi a palavra apenas para fazer este registro, pelo que agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – A Mesa também se congratula com o Estado de Goiás pelos setenta anos do tradicional jornal *O Popular* e com V. Ex^a pela oportuna manifestação.

Concedo a palavra ao Senador João Pedro, que falará como Líder.

V. Ex^a dispõe de cinco minutos para o seu pronunciamento.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, inicialmente quero registrar que, na manhã de hoje, realizamos uma audiência pública na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal para tratar da situação dos moradores, populações tradicionais, da Reserva Biológica do Abufari, lá no meu Estado do Amazonas, no rio Purus – esse rio nasce fora do Brasil, passa pelo Estado do Acre, pelo sul do Estado do Amazonas e é um dos principais rios do nosso Estado.

Sr. Presidente, quero registrar que, para participar dessa audiência pública na nossa Comissão de Agri-

cultura e Reforma Agrária, deslocou-se uma comissão lá do Município de Tapauá, lá do Estado do Amazonas. Registro, particularmente, a presença do Prefeito do Município Almino Albuquerque, do Presidente da Câmara Municipal, o Vereador José Bezerra Guedes, e de lideranças das comunidades que vivem na reserva biológica: Francisco Laurentino do Nascimento, Ronaldo de Andrade Soares, Abrahim Almeida de Andrade, Máximo Meneis de Assis, bem como do Padre Fernando Redondo, que é do Município de Lábrea, vizinho, pertencente à margem do rio Purus, e da SRA. Marta Valéria Cunha, Coordenadora da Comissão Pastoral da Terra do Estado do Amazonas.

Eu quero dizer que eles tiveram uma atividade no dia de hoje que começou com uma conversa com o Presidente do Senado, Senador Garibaldi Alves, em seu gabinete. Nessa conversa houve a importante participação do Senador Marco Maciel. Quero dizer que eles estão aqui nas galerias do Senado, Sr. Presidente, prestigiando esta sessão.

Chamo a atenção do Brasil para as reservas biológicas, primeiro, porque elas são importantes; segundo, porque é importante termos na Amazônia as unidades de conservação; e, terceiro, porque nós precisamos criar todas essas modalidades levando em consideração a realidade objetiva das pessoas que lá vivem, a realidade social, econômica e ambiental da nossa região.

Nós queremos corrigir uma injustiça relacionada à criação da Reserva Biológica do Abufari. Essa reserva foi criada em 1982 pelo então Presidente da República, General João Baptista Figueiredo, por um decreto-lei, medida similar à medida provisória de hoje.

A reserva biológica foi criada sem que as pessoas que lá viviam fossem consultadas, sem que houvesse ao menos uma audiência pública, e, hoje, essas famílias vivem na reserva biológica de forma ilegal, já que à reserva biológica é a modalidade de unidade de preservação cujas regras são as mais rígidas, mais rigorosas. Por exemplo, uma reserva biológica só pode ser freqüentada ou adentrada com o objetivo de pesquisa.

Ora, Sr. Presidente, essas famílias vivem, vivem e vão continuar vivendo na reserva biológica. É preciso, então, que o Senado da República acolha, ouça o clamor dessas populações. As populações tradicionais não destroem a Amazônia, não criam nenhum impacto sobre a Amazônia. Ao contrário, as famílias que lá estão preservam a Amazônia, preservam a floresta, os lagos, os rios; eles são testemunhas da cultura amazônica.

O Senado, hoje, acolheu essas representações, essas lideranças, os vereadores, no sentido de nós

mudarmos o rumo da reserva biológica e criarmos, por meio de um projeto de lei, uma modalidade que possa compatibilizar a floresta, os rios, a natureza e a vida das pessoas que lá vivem.

Meu tempo já está se encerrando... Cabe um aparte, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Segundo o Regimento Interno, como Líder, V. Ex^a não pode ser aparteado.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Gostaria de agradecer a intenção do meu colega Augusto Botelho, que é do Estado de Roraima, que gostaria de fazer um aparte, mas eu suscitei a questão justamente para obedecermos o Regimento.

Então, quero dizer da minha alegria, como Senador do Estado do Amazonas, de ter propiciado, junto com os Senadores da Comissão de Agricultura, esse debate com a intenção de encontrarmos um caminho que possa melhorar a vida das pessoas que vivem na Reserva Biológica do Abufari.

Por último, Sr. Presidente, quero registrar que está aqui na Tribuna de Honra um grande artista plástico do Estado do Amazonas, Arnaldo Garcez, que nos deixa muito comovidos com a alegria de sua criatividade. Ele, ao lado de outros grandes artistas do Estado do Amazonas, registra a história do homem, da mulher, da poesia, da Amazônia, do sonho, da utopia, da sociedade que vive ali no nosso Estado.

Encerro aqui a minha participação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – A Presidência acolhe a delegação que acompanha V. Ex^a, desejando-lhe as boas-vindas e votos de êxito na missão que os trouxe a Brasília.

Muito obrigado a V. Ex^a pelo cumprimento do Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Foi lido em sessão anterior o **Requerimento nº 332, de 2008**, de autoria do Senador João Tenório e outros Srs. Senadores, solicitando a realização de uma sessão especial, no dia 27 de maio, às 11 horas, destinada a comemorar o Dia da Indústria Brasileira.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – O próximo orador inscrito é o Senador Cristovam Buarque e, a seguir, para uma comunicação inadiável, a Senadora Serys Slhessarenko.

De acordo com o Regimento, o Senador Cristovam Buarque tem a palavra pelo tempo de dez minutos.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, neste domingo, quando li, na revista *Veja*, a entrevista do nosso Presidente Garibaldi, pensei: “*Segunda-feira, amanhã, o Congresso não vai funcionar normalmente. O Congresso vai se dedicar a debater a entrevista dada pelo nosso Presidente*”.

O que o Presidente Garibaldi disse, Senador Mão Santa, exige uma reflexão profunda do Congresso. Lamentavelmente, passou a segunda, a terça, a quarta, estamos na quinta, e não vemos o menor debate, nenhuma repercussão dessa entrevista aqui dentro.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Não é bem preciso o que diz V. Ex^a, porque alguns Senadores – o Senador Osmar Dias, eu e outros – fizemos referência a essa entrevista.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Sim. Houve referências individuais, mas é isto que caracteriza o Senado: cada um de nós faz aqui o nosso discurso, vai embora e ninguém debate. Quando eu terminar de falar sobre a entrevista, ninguém vai se lembrar do que foi falado. Ninguém se lembra, Senador.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Eu me lembro, Senador.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Falo de debater realmente. Deveríamos fechar a porta, proibir a saída e debater, por exemplo, a primeira frase, verdadeira, corajosa, do Senador Garibaldi: “*O Congresso deixou de votar, de legislar, de cumprir sua função. É uma agonia lenta que está chegando a um ponto culminante*”. Como é que essas duas frases, perfeitas, passam, e a gente, no máximo, lê, comenta, elogia, mas não aprofunda o debate, Senador Suplicy?

É preciso debater para saber, primeiro, até que ponto isso é verdade, como acho que é, ou não; segundo, para saber como a gente vai votar, como a gente vai legislar, como a gente vai cumprir a nossa função e como a gente pára essa agonia lenta que está chegando ao ponto culminante como o nosso Presidente disse.

A gente não debate. O meu discurso vai ser mais um, além dos três que o Senador Suplicy falou; o meu será mais um. A gente nem fica aqui, são dois dias por semana, no máximo, três. Como é que a gente vai debater isso? Nesse período, cada um de nós – não sou nem um pouquinho diferente – fica nos gabinetes, atendendo às pessoas. Não estamos parlamentando.

Mas não foi só isso que disse o Presidente Garibaldi. Em relação à outra pergunta, ele disse: “*Essa leniência [a leniência com a corrupção que não ajuda a construir uma boa imagem do Congresso] tira a*

autoridade do Legislativo. Hoje, o Congresso só quer atuar na fiscalização dos outros”.

É verdade o que o Presidente disse. E exige que a gente reflita, analise e mude essa realidade. É o que está faltando é agir para mudar. E isso a gente não está fazendo.

Mais adiante, o Presidente diz: “A política hoje é o seguinte: quem já entrou sem dinheiro, tenta sobreviver; mas quem é liso, não tem mais vez. Só vão entrar os endinheirados ou quem está atrás de mais dinheiro”. É muito grave. E o que é grave é que é verdade o que disse o Presidente. Ou que aqui a gente diga que o Presidente não disse a verdade! Repito o que ele disse: “A política hoje é o seguinte: quem já entrou sem dinheiro, tenta sobreviver; mas quem é liso, não tem mais vez. Só vão entrar os endinheirados ou quem está atrás de mais dinheiro”.

Mas somos nós que fazemos as leis. Quando é que vamos debater como é que se supera isso, se isso é verdade, como eu acho que é? Como é que a gente faz com que a política não seja para os endinheirados apenas, porque eles também são cidadãos e têm direito, mas que tenha direito igual e não direito diferenciado? Não estamos procurando...

Quando S. Ex^a diz assim: “Essa prática do fisiologismo termina nivelando todo mundo por baixo. A imagem hoje é a de que quem é do PMDB não presta”. Nesse ponto o Senador Garibaldi foi modesto. Acho que isso vale para praticamente todos os Partidos, e não excluo o meu. A imagem da opinião pública – e nesta mesma *Veja* tem uma pesquisa sobre a imagem – é a de que nenhum de nós está prestando.

O que fazemos? O grave é que não estamos fazendo nada, Senador Mozarildo. Não estamos fazendo nada! Até porque nos dividimos aqui entre uma Situação que só se defende e uma Oposição que só ataca. Não estamos vendo a Situação propondo, justificando o novo rumo do Brasil para o qual o Presidente Lula foi eleito; e não estamos vendo, Senador Mão Santa, a Oposição trazendo propostas claras; neste ponto, igual ao PT de antes, que também não trazia propostas.

Sei que muita gente do PT dizia: “A Oposição não é para formular propostas”. E eu fui do PT e já insistia que eu não tinha uma crítica a nada em que eu não tivesse uma alternativa no lugar. Nunca! Se eu não tenho o que colocar no lugar, não critico. Posso fazer denúncia, é outra coisa!

Mas o Congresso não pode se limitar à denúncia. Sinceramente, hoje, dá vontade de sermos oposição à Situação e sermos oposição à Oposição também, porque não estamos vendo um debate de idéias, não estamos vendo a confluência como já houve neste Congresso há muito tempo.

Vamos comemorar agora os 120 anos da abolição. Andei lendo, em uns momentinhos que tive por aí, as atas dos debates no Senado naqueles dias de maio de 1888. Havia debate. Havia gente que dizia: “Se acabar a escravidão, os escravos vão morrer de fome; temos que protegê-los, mantendo-os. Outros diziam: “A agricultura vai se acabar”. A gente não vê esse debate agora. E isso me deixou mais preocupado que a entrevista. Felizmente temos um Presidente capaz de reconhecer e dizer isso com essa mesma competência.

E leio mais uma parte aqui, quando ele responde à pergunta da *Veja* se há alguma chance de se aprovar a reforma tributária que está no Congresso. Ele diz: “Este ano parece ser péssimo no Congresso por causa da eleição. Aparentemente ninguém aposta um real que a reforma tributária saia”. E é verdade. Mas é uma verdade muito triste, Senador Mozarildo. E não é só porque é ano de eleição, mas porque é mais um semestre de CPI também. E a gente não discute como sair da amarra que a CPI nos cria, não deixando de fazê-las, absolutamente. Sou tão radical que acho que deveria haver uma comissão permanente de inquérito, e dei entrada nesse projeto. Mas o que não se pode é paralisar o Congresso a cada denúncia que surge.

Por isso, Sr. Presidente, quero fazer aqui um apelo ao Presidente Garibaldi, que fez uma entrevista tão lúcida, mas vou fazer pessoalmente a ele, peço até desculpas de fazer primeiro de público, porque não o encontrei hoje. Temos de transformar essa entrevista em um ponto de confluência, de debate sobre como resolver esses problemas. Ou a Mesa – e V. Ex^a faz parte dela – discute isso aqui e pergunta como resolver cada ponto ou cria-se um grupo para fazer isso ou, ainda, nós nos trancamos aqui para dizer ao povo brasileiro: nós existimos e estamos aqui para encontrar soluções.

Só para dar uma idéia, quando é que vamos discutir aqui, com clareza, como sair do atraso em que o Brasil está em relação aos outros países? Éramos melhores do que os Tigres Asiáticos há 30, 40 anos; do que o México. Hoje, estamos para trás. E vamos falar com franqueza: o PAC, mesmo que dê certo, não nos tira do atraso, apenas nos dá um pequeno fôlego para continuar na lenta marcha do desenvolvimento brasileiro.

Quando é que vamos discutir aqui como é que quebra a desigualdade neste País? Porque não vamos mentir, o Bolsa-Família não é ruim, mas não quebra a desigualdade e, pior, traz uma ilusão, Senador Eurípedes, ao dizer que a renda subiu meio por cento, logo a desigualdade diminuiu, porque não é verdade, Senador Augusto Botelho. Diminuir a desigualdade é

quando todos morarem em casas decentes com água, saneamento, quando todos tiverem um sistema médico de competência, quando todos os meninos tiverem boas escolas, aí diminui a desigualdade. Mas um ligeiro aumento de renda é o mesmo que dizer que a nossa desigualdade diminuiu com o pobre que pede esmola porque demos R\$1,00 para ele. Se uma pessoa rica dá R\$1,00 de esmola, pode-se dizer que ela fez um gesto generoso, mas dizer que diminuiu a desigualdade entre os dois é mentira.

Quando é que vamos discutir como enfrentar, sem dúvida alguma, a crise energética que este País vai viver? Não pelo apagão deste ano, porque vai chover, nem do próximo, nem do próximo, mas em dez anos vai haver uma grave crise energética, porque o petróleo está ficando raro, porque não dá para continuar usando muito tempo já que está aquecendo o planeta, porque a energia nuclear é arriscada.

Quando é que vamos discutir aqui se enfrentamos ou não a energia nuclear como saída? É aqui que tem que ser o foro. Quando é que a gente vai discutir como enfrentar a crise do aquecimento global do planeta que virá? E o Brasil faz parte dele.

Quando é que a gente vai discutir o fim da era do dólar? Está-se discutindo se a crise chega ou não ao Brasil. Tem uma coisa mais profunda que isso. O dólar, como símbolo de troca no mundo, está-se acabando, deixando de existir. Os próprios Estados Unidos percebem que esse é um peso muito grande para eles, têm que jogar lá para baixo para recuperar suas exportações e equilibrar sua balança comercial. Quando é que a gente vai discutir isso? Vamos nos atrelar ao euro? Vamos ficar independente de todos? Vamos propor, como alguns propõem, uma nova moeda simbólica com base nos recursos naturais, inclusive nos nossos recursos?

Quando é que a gente vai discutir aqui o enfrentamento não da dengue, mas da próxima epidemia que virá e das muitas que virão? Quando é que a gente vai discutir o problema da desigualdade regional? Quando é que a gente vai discutir com seriedade o problema da criminalidade, o problema das grandes cidades? O que vamos fazer daqui a cinco anos, quando São Paulo parar, porque todos os lugares vão estar ocupados por automóveis e, aí, nenhum deles sairá do lugar? O que faremos nesse dia? Vamos decretar uma moratória na produção de automóveis? Vamos retirar 25% deles e jogar fora, imprensando como lixo? Vamos proibir que as pessoas andem de carro, comprem e guardem na garagem? Não estamos discutindo isso. E não é só São Paulo, é Vitória, Brasília, que ninguém imaginava que ia ter problema.

Quando é que vamos discutir nossas crianças, Senador? Leia os jornais nestas últimas duas semanas: é uma criança jogada pela janela, é outra amarrada pela madrastra, é outra que morre por causa da dengue, é outra que é abandonada no lixo. Não tem um dia que não tenha alguma notícia trágica sobre alguma criança brasileira. E a gente não está discutindo isso.

(Interrupção do som.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – E, finalmente, para não continuar discutindo como combater a corrupção, não apenas como denunciar a corrupção – porque denunciar a corrupção a gente já faz, mas combater a corrupção a gente não está fazendo ainda com clareza, com projetos de lei –, faria a seguinte pergunta: como é que a gente vai fazer para que o Congresso funcione? Como é que a gente vai fazer para que, na próxima entrevista de um Presidente nosso, ele não precise dizer as verdades que o Senador Garibaldi nos disse nesse fim de semana?

Não sei se esse é o meu discurso ou o meu desabafo. Mais um. Mais um desabafo que traz proposta, como eu sempre procuro trazer. Vamos nos reunir para valer aqui. Vamos fazer um anti-recesso e ficarmos aqui um mês, nós todos dialogando, buscando saídas, porque o Presidente tem razão, chegamos ao ponto culminante. E sabemos qual é o outro lado da montanha: é o fim da democracia, porque não há democracia sem Congresso. Pode haver a ditadura com Congresso fechado ou a ditadura sem Congresso mas com o Congresso aberto. Todo fim de mês a gente recebe o salário, todo fim de mês a gente recebe os recursos que tem direito, todos os dias possíveis a gente fala, diz o que quer, total liberdade, mas não basta isso para a democracia, se o Congresso não for parte ativa do processo de Governo. E hoje nós não estamos sendo.

Claro que uma grande parte é culpa do Poder Executivo com suas medidas provisória, mas uma parte é culpa nossa por uma certa leniência, como chama o Presidente Garibaldi em sua entrevista.

Era isso que tinha a falar, Sr. Presidente, Senador Gerson Camata, mas não gostaria de ficar impedido de conceder um aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti, se V. Ex^a permitir.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – O tempo para conceder apartes está esgotado, mas V. Ex^a dispõe de um minuto para conceder o aparte – anti-regimentalmente.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Respondendo às indagações do Senador Cristovam Buarque, queria realmente debater alguns pontos mas, infelizmente, não há tempo. Mas quero, pelo menos, dizer que 90% dos problemas mencionados pelo Pre-

sidente Garibaldi Alves Filho cabem exatamente ao Poder Executivo, que transforma o Congresso no que está aí. Realmente, 10% são culpa nossa. Por exemplo, o Senado faz uma parte, como no caso da reforma política, do Orçamento impositivo e do rito das MPs, e a Câmara dos Deputados engaveta. Aí, perguntamos: será que, quando o Presidente Lula deixou de ser Deputado e disse que tinham cerca de 300 picaretas no Congresso, ele estava se utilizando desse mecanismo para não fazer com que o Legislativo funcione? Já que não há mais tempo para o debate, quero deixar essas posições. Mas concordo muito com a afirmação que a maioria ou grande parte dos Parlamentares se preocupam em liberar emendas e nomear amigos para cargos. Isso tem de acabar, principalmente com relação às emendas. E já pedimos à Procuradoria-Geral da República que fiscalize e aplique os princípios da moralidade pública.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Senador Mozarildo Cavalcanti, quero responder dizendo que eu não vou discutir os 10% ou os 90%, mas uma parte maior é deles e uma parte grande é nossa, porque, se quisermos, nós temos o poder. Por dois terços dos votos, aqui, nós podemos fazer tudo. A gente não se encontra para tentarmos construir essa maioria.

Finalmente, eu estou de acordo com V. Ex^a.

Não sei se o Presidente Lula ainda considera que aqui há 300 picaretas, mas acho que ele considera que todos aqui são desprezíveis do ponto de vista do poder. Talvez não sejamos picaretas, mas nós somos irrelevantes. Creio que esse sentimento de irrelevância existe no Poder Executivo em relação ao Congresso. Não sei o que é pior: chamar de irrelevante ou de picareta. Picareta é um juízo de valor, e o termo “irrelevante” significa: está aí, não conseguem aprovar as coisas e me obrigam a editar medidas provisórias. A meu ver essa é a psicologia do Governo. A prova é a resistência para vir depor na CPI, deveriam ter tomado a iniciativa de virem aqui logo. Mas a culpa também é nossa, como o Senador Mozarildo disse. E a entrevista do nosso Presidente abre os nossos olhos.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – A Presidência agradece a V. Ex^a, Senador Cristovam Buarque, o cumprimento do tempo regimental concedido.

A Presidência é passada agora ao Senador Eduardo Suplicy.

Concedo a palavra à Senadora Serys Slhessa-renko, para uma comunicação inadiável, pelo tempo de cinco minutos.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr^{as} e Srs. Senadores, venho hoje a esta tribuna tratar de um assunto que me deixou chocada e – por que não dizer? – triste. Apesar de tanta luta, de tanta batalha, ainda nos deparamos com situações como essas. Ontem, em seu pronunciamento, o Senador Mão Santa passou dos limites ao se referir à nossa querida Dilma de forma pejorativa e desrespeitosa. Digo que foi desrespeitosa a forma com se referiu à Ministra Dilma pela sua história. Jamais poderia nenhuma mulher deste País ser chamada de “galinha cacarejante”. Isso é inaceitável! O Senador Mão Santa, ao dirigir-se dessa forma à nossa Ministra Dilma, atingiu todas as mulheres deste País, insinuando que a Ministra Dilma, por ser mulher, não merece o respeito devido como pessoa humana.

Ora, Sr. Presidente, diminuir a condição de mulher da companheira Dilma é desmontar séculos e séculos de luta na nossa afirmação de que somos iguais aos companheiros homens, merecedoras, por isso mesmo, de tratamento respeitoso até mesmo nas críticas. Não queremos ser protegidas por nossos defeitos, mas não admitimos ser desrespeitadas por nossa condição de mulher.

O Senador tem todo o direito de discordar do trabalho da Ministra, de criticá-la no que concerne à sua gestão à frente da Casa Civil, mas seus comentários devem ser direcionados com respeito à Ministra Dilma, nunca de forma pejorativa à mulher Dilma Rousseff.

Ao utilizar aquele termo na tribuna do Senado, o Senador Mão Santa não só ofendeu nossa querida Ministra Dilma Rousseff, mas também todas nós, Senadoras, enfim, todas as mulheres do País.

Não é possível, Sr^{as} e Srs. Senadores, continuarmos aceitando essas manifestações de pessoas machistas que não entendem que esse seu gesto pode desencadear atos e mais atos de violência de homens que pensam dessa maneira contra todas as mulheres deste País. Por isso, esta Casa deve repudiar esse gesto publicamente.

Solicito, Sr. Presidente, a retirada dos Anais do Senado Federal dos termos utilizados pelo Senador contra a Ministra Dilma. Não posso permitir, como mulher, avó, mãe e militante da causa feminina, que essa situação seja tratada como mais um dos gracejos de um Senador da República, que demonstra direcionar suas críticas para atingir a honra da Ministra, exatamente por se tratar de uma mulher, porque, se fosse um homem, não seria uma “galinha cacarejante”, com certeza.

Espero, Senador Mão Santa, até pelo trato que temos pessoalmente, que V. Ex^a tenha refletido sobre suas palavras e que reveja o que foi dito.

O Senado Federal sempre foi conhecido por ter uma composição madura e ponderada, sem espaços para esses absurdos. Faço um apelo ao bom senso do Senador para que se retrate sobre esse episódio.

Esta Casa não pode ter esta mácula, de uma mulher ter sua dignidade atingida publicamente por um Senador. Como coordenadora da bancada feminina do Senado, estou encaminhando uma nota de repúdio às palavras do Senador, como forma de garantir que atitudes como essas não mais ocorram.

Tomamos essa atitude para que sirva de símbolo e para que não seja simplesmente esquecido esse episódio, porque são esses pequenos deslizes no discurso, que para muitos não têm significado, que revelam a situação da mulher na sociedade.

Repito que tal discurso reduz a mulher, legitima a violência e a discriminação. Portanto, não pode ser tolerado.

Lerei o ofício que estou encaminhando ao Senador Mão Santa:

Senhor Senador,

A bancada feminina do Senado Federal vem repudiar vossas palavras proferidas durante a Sessão do Plenário no dia 02 de abril do corrente ano, onde foram utilizadas palavras extremamente pejorativas, preconceituosas e que somente vêm reforçar a discriminação contra a mulher.

Durante o debate nesta Casa, não podemos aceitar qualquer manifestação que possa rebaixar ou ridicularizar quem quer que seja, especialmente quando os termos utilizados não têm outra conotação senão a redução da condição feminina e um ataque direto à honra da Ministra Dilma Rousseff.

Não é preciso dizer que, em nosso país, o termo “galinha” nunca terá outra conotação que não pôr em dúvida a honra e a moral da mulher.

Não podemos aceitar [não vamos aceitar] que tal ataque fora proferido do Plenário do Senado e, principalmente, por um Senador da República, desta forma exigimos [a Bancada exige] que seja feita a devida retratação e um pedido formal de desculpas. Aceitamos a divergência e que o senhor não concorde com o trabalho da ministra e a crítica do ponto de vista profissional, mas a utilização de termos que ataque a honra e a moral da mulher Dilma Rousseff ou de qualquer outra pessoa não [nunca] será tolerado nesta Casa.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – V. Ex^a me permite um aparte?

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Durante o discurso da Sra. Serys Slhessarenko, o Sr. Gerson Camata, 2º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Senador Heráclito Fortes, infelizmente, regimentalmente, a Senadora Serys estava falando para uma comunicação inadiável. Por essa razão, S. Ex^a não lhe poderia conceder o aparte.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, peço a palavra pelo art. 14 do Regimento Interno do Senado.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Sr. Presidente, V. Ex^a me concede a palavra pela ordem? Quero colaborar, Sr. Presidente. Esse clima é a potencialização de um episódio.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador) – Agradeço a V. Ex^a, Sr. Presidente.

A Senadora Serys, seguindo um marqueteiro do PT, está tentando transformar o episódio no fim do mundo. Evidentemente, Senadora Serys, o termo “galinha” pode ou não ter sentido pejorativo. Não quero crer que o Senador Mão Santa, pela sua formação, tenha usado o termo no sentido pejorativo, mas, sim, para demonstrar que, por escolha do próprio Presidente da República, a Ministra foi a escolhida para anunciar as obras. No Nordeste, fala-se muito da grande diferença entre a pata e a galinha: uma canta; a outra, não. Daí por que ninguém busca o ovo da pata. Então, as mentes sujas e enlameadas de alguns é que levam sempre para o sentido do mal.

Quero pedir a V. Ex^a que me desculpe, mas o assunto foi turbinado além do que deveria ter sido. V. Ex^a há de convir que a dimensão que a ele se deu aqui, fazendo inclusive com que a sessão fosse suspensa, não cabia para o fato. O Senador Mão Santa não teve sequer – o que era seu objetivo e seu desejo – a oportunidade de, ontem, explicar-se sobre o porquê do uso daquele termo. Poderão dizer apenas que a expressão tenha sido infeliz, mas não ofensiva à mulher brasileira! Os defensores da igualdade não podem também, numa hora como essa, usando esse artifício, tentar sensibilizar a opinião pública com um

fato que não tem a dimensão que os senhores estão querendo dar.

Aliás, houve mudança de estratégia: V. Ex^{as} estavam ausentes do plenário, o Dr. Gilberto Carvalho puxou as orelhas do Partido, disse que o Partido estava ausente e não defendia a Base do Governo – isso ocorreu na sexta-feira –, e, de segunda-feira para cá, V. Ex^{as} se transformaram, pois estão todos aqui de plantão, todos atônitos. Hoje, cometeram um pecado grave – Gilberto Carvalho até chamou, e já há gente lá no Palácio para puxar as orelhas: dormiram muito. Estou comprando um despertador e vou entregá-lo amanhã para o Senador Romero Jucá, para lembrar que as sessões da Casa começam às 9h. Chegar às 11h?! Sei que é bem melhor passar pelos Ministérios: lá há cargo, liberação de verba e uma série de coisas, não é, Senadora Serys? Mas a obrigação parlamentar se dá aqui.

Hoje, foi outra pantomima, Senador Suplicy: aprovaram uma convocação da Ministra, e foi um deus-nos-acuda! V. Ex^{as} estão expondo demais a Ministra Dilma Rousseff. Penso que S. Ex^a é uma pessoa que se defende sozinha, que tem competência. Essa blindagem excessiva não é própria de quem, segundo a Líder do seu Partido, quer se lançar candidata à Presidência da República. Ora, se quer ser candidata, tem de prestar conta, tem de se aproximar. Essa blindagem, essa tropa de choque de terceira categoria que se colocou para proteger a Ministra não faz bem ao perfil dela. Se S. Ex^a se defendeu sozinha nos anos de chumbo da ditadura, por que não há de se defender também na democracia? Parem com isso!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Eu pediria a V. Ex^a que concluísse, então.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Vou concluir, Senador Suplicy.

Compreendo a sofreguidão e o afã desse pessoal em defender a Ministra Dilma. Já estão pensando...

(Interrupção do som.)

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – É para que V. Ex^a conclua, Senador.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Estou apenas esperando o som. Muito obrigado.

Já estão pensando, evidentemente, nos cargos, nas mordomias do próximo governo, mas que vão com mais vagar, com mais jeito!

Tenho a maior admiração pela Ministra Dilma, torço para que S. Ex^a não saia, porque, ao sair, será substituída por um aloprado, será substituída por um mexeriqueiro, e é muito melhor que S. Ex^a fique ali. Mas deixem a moça trabalhar!

A SRA. Serys Slhessarenko (Bloco/PT – MT) – Concordo totalmente.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Os puxa-sacos ficam soprando para a Ministra Dilma o que acontece e o que não acontece aqui. Daí, eu queria fazer um apelo, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Já fez!

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – ...para que esse episódio do Senador Mão Santa, já explicado ao Corregedor da Casa, fosse dado por encerrado. Caso contrário, vamos ao Conselho de Ética ouvir, então, a opinião da atingida, que é a Ministra Dilma, e a do Senador Mão Santa. É o que resta fazer.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Sr. Presidente, peço a palavra pelo art. 14 do Regimento Interno.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI.) – Eu já havia pedido antes a palavra pelo art. 14 do Regimento.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Tudo bem, o Senador pediu a palavra antes.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Senadora Serys, como V. Ex^a mencionou em seu pronunciamento o Senador Mão Santa...

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Sim, concordo totalmente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Então, obviamente, cabe a S. Ex^a o direito à palavra, que lhe será concedida.

Inclusive, hoje, no início da sessão, pessoalmente, fiz um apelo de esclarecimento ao Senador Mão Santa. Quem sabe, Senador Mão Santa, seja esta uma oportunidade, para que V. Ex^a esclareça aquilo que o próprio Senador Pedro Simon, seu amigo, disse há pouco. Mas outra coisa é V. Ex^a mesmo dizer. O Senador Pedro Simon, há pouco, disse aqui que, de maneira alguma, V. Ex^a quis fazer qualquer ofensa à Ministra Dilma Rousseff.

V. Ex^a tem a palavra, Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Suplicy, V. Ex^a nos procurou, fez uma carta, e eu esclareci.

Atentai bem: não vim aqui por medo de chantagem emocional. Tenho 65 anos de idade, e, ao longo desses 65 anos, minha cidade, meu Piauí e o Brasil sabem da estima que tenho pelas mulheres. Atentai bem: fiz o que tinha de fazer, fiz um paralelo entre um tempo que existiu – e sou profundo conhecedor da história, dos tempos da Alemanha nazista, de Goebbels, de Hitler, da Segunda Guerra – e o nosso tempo. Isso houve. Houve aquele imbróglio em que a Líder, useira e vezeira de ser agressiva e de querer intimidar,

agrediu-nos ontem, atemorizando-nos de que iam nos processar. Podem processar!

Tive o cuidado de reler o discurso. Senador Mozarildo, nunca pensei que fosse capaz de fazer um pronunciamento de tanta profundidade, fazendo um paralelo da história que existiu – e eu a conheço – com o que vivemos hoje. Eu disse que havia, no partido de Hitler, Partido Nacional Socialista Alemão dos Trabalhadores, uma semelhança. Peguei o livro escrito por ele, em que ele dizia que escolheu o vermelho. O vermelho é adotado pelos que estão no poder. Disse que eles não são como Sarney: “Brasileiras, brasileiros”; “Meus senhores, minhas senhoras”; “Minha gente, meu povo”; “Companheiros e companheiras”. E, naquele tempo, todo mundo sabe – quem estuda, e estou no meio deles, porque acredito no estudo e no saber, atentai bem! –, existiu um comunicador que iludiu Hitler. Goebbels disse que uma mentira repetida se torna verdade. E analisei a semelhança. Eles tinham um grupo – atentai bem! – que cacarejavam, e são as galinhas que cacarejam antes de pôr ovo e depois de pôr ovo.

Então, o que fiz? Peguei o pronunciamento e o entreguei ao Corregedor da Casa, com cem *e-mails* de mulheres bem-amadas, maravilhosas, felizes, como foi minha mãe e como são minha esposa Adalgisa, minhas três filhas mulheres e minhas quatro netas. Tenho uma vida dedicada à especialização de Obstetrícia e de Ginecologia.

Mas a ignorância é audaciosa. O livro é alemão. Sei que aqui se diz que “galinha” é namoradeira, não sei o quê. Mas nunca nem as namoradeiras eu atingiria. Nunca, na minha vida, eu faria isso! Podem vasculhar! Linguagem é um ponto de desentendimento – Antoine de Saint Exupéry.

Camata, aqui chegou Flávio Arns, um dos mais puros dos nossos, e disse: “Eu me canso de dizer para a minha mulher: ‘Você é uma galinha choca’”. É porque gosta dos filhos. É uma expressão, como “galinha dos ovos de ouro”. Pode uma pessoa dizer: “Dona Adalgisa é a galinha dos ovos de ouro dos votos do Mão Santa”. Longe de imaginar qualquer outra coisa! Mas se a carapuça serviu... Essa senhora, todo mundo a respeita, e respeito todo mundo e ela.

O autor do livro, quando diz “cacarejar”, compara com a galinha que põe ovos. Mas é um militante! O Luiz Inácio, com todo o respeito, é uma galinha cacarejadora, pois fica falando... É isso o que quero dizer. Refiro-me a homens e a mulheres; não há sexo nisso. Jamais foi essa minha intenção. Desafio... As mulheres me conhecem. Eu as amo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Vou dar mais um minuto para V. Ex^a concluir, Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Peguei o discurso, e o Mozarildo estava do lado. Ô discurso bem-feito! Quero que publique – é um dos melhores discursos – essa analogia. Perfeito! No dia 12, recebi cem *e-mails* de mulheres do Brasil. Eu sei o que digo. Eu preparei e estudei. É esta a linguagem da interpretação que se deu: a do simbolismo. Não há questão de sexo nisso, não.

O Demóstenes, que é culto, na hora da confusão, gritou dali: “O Luiz Inácio é galinha cacarejadora”. É um militante do Goebbels. Estou dizendo que S. Ex^a quis dizer, no raciocínio dele, que não há questão de sexo nisso. É um militante do Goebbels.

Peguei o livro e, como disse ontem, entreguei-o à Casa, ao Corregedor. Então, isso compete ao Corregedor.

Pensei e vim dizer isso, mas estou vendo que não é só o Luiz Inácio que não gosta de ler e de estudar, não, mas são todos eles. A ignorância é audaciosa. Sócrates disse: “Só há um bem, o saber. Só há um grande mal, a ignorância”.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Peço que V. Ex^a conclua.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Isso eu dei ao Corregedor. Que nos levem para o Conselho de Ética!

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Sr. Presidente, peço a palavra pelo art. 14 do Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Vou conceder a palavra à Senadora Serys Slhessarenko.

Apenas gostaria de fazer uma observação, Senador Mão Santa. V. Ex^a encaminhou à Mesa o livro de Adolf Hitler **Minha Luta, Mein Kampf**, para que aqui se averiguasse qual foi a passagem em que houve referência ao termo que V. Ex^a utilizou. Na página assinalada e sublinhada por V. Ex^a, está escrito, de fato, a palavra – vou citar a frase:

Não podiam eles ficar sossegados quando tinha uma notícia nova; costumavam, a maior parte das vezes, cacarejar antes mesmo de pôr o ovo. Quantas e quantas vezes já tínhamos feito os preparativos mais importantes sem que os comandantes rubros do corpo de bombardeio o suspeitassem nem de leve.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – V. Ex^a note, portanto,...

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Isso é a interpretação do texto.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – V. Ex^a pediu que eu...

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – É a interpretação do texto.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Sim. V. Ex^a note que a palavra que fez as Sr^{as} Senadoras ficarem ofendidas não está aqui mencionada.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Peço a palavra pelo art. 14 do Regimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Tem a palavra a Senadora Serys Slhessarenko.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Senador Suplicy...

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Vou falar pelo art. 14 do Regimento.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Senador Suplicy...

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Peço a palavra pelo art. 14 do Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Tem a palavra a Senadora Serys Slhessarenko.

Senador Heráclito Fortes...

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Sr. Presidente, essa é a parte interpretativa de V. Ex^a. O que o Presidente da República quis dizer ontem...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Agora, quem vai ter a palavra é a Senadora Serys Slhessarenko, por haver sido mencionada. Então, por favor... S. Ex^a tem a palavra.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Para uma explicação pessoal. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

É pejorativo, sim, chamar uma mulher de “galinha”. Em nosso País, isso é pejorativo, sim. Uma Ministra ser chamada de “galinha” por um Senador da República é muito grave! Tem de parar com essa história de minimizar as coisas! É grave, porque o Brasil inteiro vê e ouve. Espero que respeitem, porque queremos que o Senado da República seja respeitado. Portanto, foi extremamente desrespeito chamar a Ministra Dilma Rousseff de “galinha”.

Ali, na **Mein Kumpf, na Minha Luta**, de Hitler, o grande fascista do mundo, está escrita, sim, esta história, na pág. 304, se não me engano: “A cada notícia nova, cacarejavam os seus comandantes...”. Não existe lá a palavra “galinha”, não! Não vem querer dizer agora que há a palavra “galinha” ali escrito, porque não há, não!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – O Senador Gerson Camata tem a palavra, por favor.

Senador Heráclito, V. Ex^a já teve a oportunidade de falar.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Eu gostaria de deixar claro aqui que isso, Senador, estimula e incentiva a violência contra as mulheres no Brasil.

Não aceitamos isso!

Peço-lhe, Senador Mão Santa, que se engrandeça como homem, que se retrate, e V. Ex^a sairá como grandioso neste País. Não permaneça com essa sua insistência! As organizações de mulheres do Brasil inteiro estão rebeladas, e a repercussão será muito grande contra o Senado da República. Retrate-se, Senador, e V. Ex^a se engrandecerá diante dos nossos olhos, diante do Senado e diante das mulheres de nosso País!

O Sr. Eduardo Suplicy, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC.) – Senador Gerson Camata, com a palavra.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Senador Tião Viana, o Senador Eduardo Suplicy estava presidindo, e eu pediria que o Senador Camata...

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC.) – Tem um orador na tribuna, Senador Heráclito.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Sr. Presidente, S. Ex^a concorda, queria contar com a sua...

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC.) – Eu não posso concordar, porque senão desmoralizamos...

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Em defesa da galinha, o bicho.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC.) – O Senador Gerson Camata tem a palavra.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Senador Tião Viana,...

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC.) – Não posso aceitar; não posso aceitar porque é desmoralização da tribuna e do Senado. Não podemos insistir nessa prática de não ter a autoridade do Regimento na Casa.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Mas ele concordou, Senador!

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC.) – O Senador Camata tem a palavra, ou então ele a renuncia, aí V. Ex^a passa a ter direito à palavra se ele renunciar da tribuna.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) (*fora do microfone*) – Eita, Clóvis Carvalho que muda a cabeça das pessoas! Parabéns!

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, realmente, não estamos vivendo os melhores dias das tradições históricas, seculares, do Senado Federal.

Eu queria, Sr. Presidente, até para acalmar os nervos e acalmar o Plenário, referir-me à solenidade, realizada na última terça-feira, que marcou os 200 anos da instituição, pelo Príncipe Regente Dom João VI, do Conselho Supremo Militar e de Justiça.

Foi a primeira Corte instalada na América do Sul, pelo Príncipe Regente, e foi o embrião de todas as Cortes superiores brasileiras.

E lá, na vila militar, o Superior Tribunal Militar realizou uma belíssima cerimônia, em que alguns foram agraciados com menção honrosa, com menção de distinção e com medalhas alusivas àquela data, inclusive o Senador Mozarildo Cavalcanti e o Senador Eduardo Suplicy, que se encontram presentes neste plenário. Mas gostei muito de ver agraciado também o Príncipe Dom João de Orleans e Bragança, tataraneto do Príncipe Regente, Rei do Brasil, Portugal e Algarves, Dom João VI. Foi o reconhecimento do que representou para o Brasil a família real brasileira, a família Orleans e Bragança.

Essa Corte, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Conselho Supremo Militar e da Justiça, foi presidida pelo Marquês de Tamandaré, pelo Duque de Caxias e pelo Ministro Salgado Filho. Portanto, o embrião de todas as Cortes supremas do Brasil merece os cumprimentos da Casa e do Senado Federal pela realização desse importante evento que marcou os 200 anos da instituição da primeira Corte brasileira.

Sr. Presidente, peço à Senadora Serys Slhessarenko e ao Senador Mão Santa que permitam que quem de direito está na tribuna possa proferir seu discurso. Logo ali atrás, há um compartimento em que eles podem fazer a oração paralela, a sala do cafezinho, onde é melhor para os dois e menos deselegante para quem está na tribuna.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Há orador na tribuna. Peço que seja assegurada a palavra ao orador, o Senador Gerson Camata.

V. Ex^a tem a palavra, Senador Gerson Camata.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vou me referir agora a fatos que estamos acompanhando e que estão ocorrendo fora do Brasil e, ul-

tivamente, até na Europa, com cidadãos brasileiros. Vimos o processo que ocorreu na Espanha: brasileiros maltratados, retidos em aeroportos, passando fome, alguns mandados para cárceres, como se marginais fossem. Vimos, agora, na Irlanda e em alguns outros países europeus, a ocorrência de fatos lamentáveis, o que obrigou as autoridades brasileiras a praticarem idênticos atos cruéis contra cidadãos espanhóis e irlandeses.

Pois bem. Nesta oportunidade, vou citar, e creio que merece o reconhecimento do Parlamento brasileiro, a atitude da Itália como nação. A Itália, baseada na história do Direito Romano, do **ius sanguinis**, concede a todos os descendentes de italianos, netos, bisnetos, tataranetos, pelo direito de sangue, a cidadania do país, o passaporte do país. Se Portugal desse a todos os brasileiros descendentes de portugueses a cidadania portuguesa, não haveria esse problema com os cidadãos brasileiros na Europa. Se a Espanha tivesse o mesmo gesto de nobreza que a Itália tem, de conceder a seus descendentes que fugiram para cá, às vezes perseguidos, e que o Brasil recebeu de braços abertos, às vezes até sem passaporte, sem nada, logo após a Segunda Guerra Mundial, se a Espanha tivesse o gesto nobre de dar a seus netos, bisnetos, tataranetos espanhóis a cidadania espanhola, a Inglaterra fizesse o mesmo com os descendentes de ingleses, e os franceses com os descendentes de franceses, não veríamos esses fatos lamentáveis acontecerem, mas veríamos brasileiros, espanhóis, italianos, ingleses e americanos serem cidadãos de um mundo, cidadãos da raça humana, cidadãos do universo inteiro, como filhos de Deus que somos todos nós.

Entretanto, Sr. Presidente, a nação italiana concede mais um direito: aquele que adquiriu a cidadania italiana, embora nascido no Brasil, na Argentina, no Uruguai, em qualquer país do mundo, pode votar nas eleições que se realizam agora na Itália. Nós, descendentes de italianos, como a Senadora Rosalba Ciarlini, vamos votar para presidente, para senador e para deputado federal da Itália. E temos outro direito que a Itália concede, o de elegermos um brasileiro senador e um brasileiro deputado federal no Parlamento italiano.

Veja que beleza, se pudéssemos, nós, brasileiros, eleger um brasileiro no Parlamento da Espanha, um brasileiro no Parlamento de Portugal, para defender os nossos concidadãos que são presos, maltratados e expulsos desses países. A beleza da democracia italiana, cuja cidadania é baseada não no fato de ter

nascido, mas no do **jus sanguini**, do direito de sangue, é um exemplo que devemos admirar e que deve ser levado para todos os países do mundo.

Sr. Presidente, observo agora a legislação italiana. É interessante que os descendentes de italianos e os cidadãos italianos, a partir dos 18 anos de idade, possam votar para todos os cargos. Lá, o regime é parlamentarista. Vereadores escolhem o prefeito, deputados escolhem o primeiro-ministro e presidente da Itália. Pois bem. Para votar para senador é preciso ter, no mínimo, 25 anos. Ou seja, exige uma graduação. A partir de 18 anos, você vota para todos os cargos; mas, para senador, só pode votar quem completou 25 anos.

Sr. Presidente, neste momento, cumprimento a nação italiana e o Governo da Itália por manter esses direitos, apesar da pressão de alguns países da Comunidade Européia. Ao considerar e conceder o direito de voto, o direito de brasileiros elegerem um brasileiro senador na Itália e um brasileiro deputado federal na Itália, morando no Brasil, mas atuando naquele Parlamento, dá a Itália um exemplo ao mundo de como deve ser a convivência entre os cidadãos do mundo inteiro.

Esse exemplo deveria prosperar também para outras nações, pois a Itália, ao conceder a cidadania italiana àquele descendente de italiano, faz com que ele se torne, com seu passaporte, cidadão também da Inglaterra, da França, da Espanha, da Tchecoslováquia, de todos os países da Comunidade Européia, podendo residir, trabalhar e exercer qualquer atividade em todos esses países. Poucas nações fazem isso. A Alemanha deveria fazer com os descendentes de alemães, tantos que são eles no Espírito Santo. A Espanha deveria fazê-lo, ao invés de colocar os brasileiros para fora. Portugal deveria fazer isso, porque todos nós descendentes de portugueses seríamos cidadãos da Espanha, de Portugal, da Itália, da França, da Noruega, de todos os países que participam da Comunidade Européia.

Em uma época em que os países superdesenvolvidos começam a perseguir, a criar guetos em que apenas eles podem morar, apenas eles podem residir, que se levante para o mundo o exemplo que a Itália está dando de cidadania universal, concedendo o direito de ser cidadão, de votar, de ser representado no seu Parlamento. Um exemplo único para o mundo que deveria ser copiado e imitado.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Azeredo, nos termos do art. 14, inciso II, alínea “a”, por cinco minutos. A seguir, ao Senador Eduardo Suplicy.

S. Ex^a fala como Líder, Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Pela Liderança. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero aqui fazer um relato, ainda que breve, da realização da Conferência sobre a Cooperação contra os Crimes Cibernéticos, os crimes cometidos com as novas tecnologias. A presença brasileira – tive a honra de representar o Senado, juntamente com o Deputado Colbert Martins – nos mostra, entretanto, que estamos muito atrasados no encaminhamento do assunto.

A Conferência teve a presença de 150 representantes de 58 países. Países com economia ou importância política menor que o Brasil aderiram há mais tempo à Convenção de Budapeste, que é a Convenção Internacional que trata da questão do combate aos crimes, que estão cada vez mais aumentando, cometidos via Internet, via redes de comunicação como um todo.

A orientação final da Conferência é no sentido de que novos países façam parte dessa Convenção. Tenho aqui comigo o mapa que mostra que todos os países da Europa já a assinaram, bem como os Estados Unidos, o Canadá, a África do Sul e o Japão, enquanto que, na América, o México e a Costa Rica já estão com o pedido de participação em andamento. Quanto ao Brasil, a proposta parlamentar está sendo aqui discutida. Ela já foi aprovada na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e foi aprovada, também, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte. No momento, está na Comissão de Assuntos Econômicos, e o Senador Aloizio Mercadante me afiança que, nos próximos dias, poderemos colocá-la em votação.

Entre os diversos crimes que estão agora sendo tipificados, está a posse de material de pornografia infantil, que, inclusive, neste momento, é objeto de uma CPI no Congresso Nacional, da qual participo. É fundamental que tenhamos uma legislação adequada para podermos enfrentar uma questão como a pedofilia. Se não a tivermos, teremos dificuldade de ter a troca de informações, já que muitos desses crimes são cometidos transfronteiras, a partir de outros países e do próprio Brasil.

Estamos com uma proposta já bem avançada, depois de ter havido vários mal-entendidos e de terem sido aceitas por nós várias alterações. Hoje, já

tenho um projeto que altera oito instrumentos legais, com treze tipos de crimes que estão sendo incluídos na nossa legislação penal.

A participação brasileira, portanto, além de ser no sentido de acelerar a votação aqui no Congresso – na Comissão de Assuntos Econômicos e, posteriormente, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania –, deve dar-se na instância do Governo Federal.

Em dezembro de 2006, a requerimento meu, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional solicitou informações ao Ministério das Relações Exteriores, que informou, em março, que ainda estava analisando. A posição continua a mesma ainda hoje: continua analisando a adesão do Brasil, ou não, à Convenção de Budapeste. Enquanto isso, as organizações criminosas se beneficiam da ausência de uma legislação no País.

Sr. Presidente, quero entrar num outro ponto que me preocupa muito. Vemos a situação brasileira, felizmente boa, do ponto de vista da economia, da criação de empregos, do crescimento da classe média, com a chamada classe C. Isso tudo está bem, o Brasil está caminhando bem, o Presidente Lula está com boa aceitação popular; agora, não podemos perder esses momentos, não podemos permitir que haja uma guerra permanente, como temos visto. Não dá para entender como o Presidente Lula, num momento bom para o País, bom para ele, pessoalmente, apresenta um comportamento raivoso, atacando a oposição, querendo envolver o governo do PSDB em fatos. Não podemos deixar que a política fique tão pequena, como está caminhando.

Da minha parte, o Presidente é testemunha, tenho procurado fazer aqui o que chamo de uma oposição inteligente. Recuso-me a fazer uma oposição como a do PT nos seus momentos mais agressivos, aquela oposição de que V. Ex^a não fazia parte, uma oposição realmente especializada em buscar o “quanto pior, melhor”.

Vemos que existem coisas boas, sim, mas temos aqui, por exemplo, os dados de crescimento da América Latina no último ano. O Brasil cresceu 5,12%. Ótimo! Agora, vamos ver os outros países: a Argentina cresceu 8,5; o Chile, 5,8%; a Colômbia, 6,6%; o México, o único a menos do que nós, 3,1%; o Peru, 8,3%; o Uruguai, 7,25%; a Venezuela, 8,4%.

Portanto, estamos bem? Estamos, reconheço que o Brasil está bem. Agora, não vamos permitir que se perca essa oportunidade com esse envenenamento das relações com a oposição, ou com essa questão

de voltarmos a ter gastos em excesso do ponto de vista de governo.

Tenho aqui comigo também o artigo de Júlio Senna...

(Interrupção do som.)

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – ...em que ele fala da questão da era do crédito e mostra que, realmente, os choques de antes não mais se verificam e que, em conseqüência, a confiança se generaliza: os empresários investem, apostando que vão continuar a vender bem; os banqueiros emprestam, acreditando que não haverá calote; e as famílias não temem contrair dívida, porque não vêem mais o fantasma do desemprego. É fato, isso está acontecendo no Brasil. Agora, está acontecendo por uma ação de todos, não só do Presidente Lula. É do Presidente Lula, inclusive, reconheço que sim, mas também por ações do Presidente Fernando Collor, do Presidente Itamar Franco, que substituiu Collor, e do Presidente Fernando Henrique. São ações que fizeram com que o Brasil se transformasse num país normal.

Não podemos, agora, achar que se vai poder elevar o gasto governamental sem nenhum custo. É evidente que, quanto mais o Governo gasta, mais pesada fica a carga tributária. Ficando mais pesada a carga tributária, são menos empregos, menos investimentos.

Quero fazer aqui, Sr. Presidente, aproveitando essa...

(Interrupção do som.)

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Aproveitando o tema que trago aqui, que é a necessidade de um andamento mais rápido das questões ligadas aos crimes cibernéticos, aos crimes de informática, inclusive à pedofilia, que tenhamos a visão de que o Brasil está, realmente, num momento de respeito, mas não pode perder esta oportunidade que a situação internacional propiciou, que é a continuidade de políticas de estabilidade no País.

Não dá para termos um clima de guerra, em que o Governo acusa a oposição, em que o Governo quer gastar o mais possível e não quer mais que se investiguem sindicatos. Quer que volte a existir uma linha trabalhista, que já é ultrapassada, com excesso de regulamentações, ao contrário do que o mundo tem demonstrado. Temos que ter mais liberdade para mais investimentos, para que haja, com isso, a continuidade do crescimento econômico do Brasil.

Lembro, mais uma vez, que o Brasil, conforme mostrei, cresceu, sim, mas menos do que quase todos os outros países da América Latina.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy, por dez minutos. A seguir, falará a Senadora Ideli Salvatti, como Líder.

Tem a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Prezado Sr. Presidente, Senador Tião Viana, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho a esta tribuna para agradecer ao Ministro Celso Amorim a atenção e a gentileza com que, na última segunda-feira, recebeu-me em audiência, juntamente com A SRA. Carolina Larriera. Na ocasião, conversamos sobre a inauguração da Fundação Sérgio Vieira de Mello, em Genebra, na Suíça, e do Centro Sérgio Vieira de Mello, no Rio de Janeiro.

No encontro em questão, o Ministro Celso Amorim relatou vários episódios de seu longo convívio e amizade com Sérgio, inclusive a afinidade que ambos tiveram ao longo de suas vidas pela construção de um mundo onde possam prevalecer a justiça e a paz entre os povos e as nações.

Lembrou o Ministro Celso Amorim que o tempo em que foi o Embaixador do Brasil nas Nações Unidas foi também aquele em que Sérgio Vieira de Mello era ali um alto funcionário do Comissariado de Direitos Humanos. Eis que, quando o Ministro Celso Amorim, deixou sua missão diplomática na ONU, houve uma manifestação dos funcionários da ONU em homenagem a ele. E, naquela oportunidade, foi justamente Sérgio Vieira de Mello quem lhe deu um presente, que ele guarda em seu gabinete e que até nos mostrou: um relógio de mesa especialmente bonito.

Também gostaria de registrar que enviei ao Ministro Celso Amorim carta das Sr^{as} Gilda Vieira de Mello e Carolina Larriera, respectivamente, mãe e companheira de Sérgio Vieira de Mello. Nesse documento, estão expostas razões relevantes acerca do direito de homenagem ao filho e companheiro.

O Ministro Celso Amorim e sua filha, Anita Amorim, que são, respectivamente, Conselheiro e Diretora da Fundação Sérgio Vieira de Mello, relataram-nos sua disposição, como amigos e admiradores – ele, também como Ministro –, de sempre apoiar as homenagens que têm sido prestadas a Sérgio Vieira de Mello na Suíça e em outros países.

O Ministro esclareceu que, inclusive, o ex-Secretário-Geral da ONU, Kofi Annan, o convidou para compor o Conselho da Fundação Sergio Vieira de Mello.

A Fundação Sergio Vieira de Mello, que foi criada em Genebra recentemente, informa em seu *site* ser regida pelo Código Civil Suíço, tendo atuação nacional e internacional, além de ter registro comercial e ser monitorada por autoridade competente. A princípio, isso poderia significar que qualquer iniciativa de utilizar ou mesmo homenagear o nome Sergio Vieira de Mello necessitará autorização da referida fundação para direito de uso de imagem.

Em verdade, pelo Código Civil Brasileiro e pelo entendimento do Instituto Nacional de Propriedade Intelectual, que eu próprio consultei, o que está explicitado pelo Código Civil da Suíça não tem validade legal em nosso País.

De qualquer maneira, para prevenir que haja alguma ação de embaraço, como o Ministro Celso Amorim é membro do Conselho dessa fundação, considero relevante possa S. Ex^a alertar os demais membros acerca da necessidade de se garantir que homenagens à memória de Sergio Vieira de Mello, de iniciativa de sua mãe e de sua companheira, não sofram qualquer impedimento. Da mesma maneira, o que é mais do que natural, como sua ex-mulher, Annie Vieira de Mello, e seus filhos, Laurent Vieira de Mello e Adrien Vieira de Mello, tiveram a iniciativa de criar a Fundação Sergio Vieira de Mello, que tem por finalidade promover ações na direção daquilo que Sérgio Vieira de Mello propunha, como instituir instrumentos de justiça que possam levar à paz, que vai prover bolsas de estudos a estudiosos desses assuntos, é importante que também brasileiros e pessoas em todo o mundo tenham a liberdade de organizar homenagens a Sérgio Vieira de Mello.

Quando de minha recente visita ao Iraque, nos últimos dias 16 e 17 de janeiro de 2008, o Presidente do Conselho de Representantes do Iraque, Mahmud al Mashhadani pediu que eu transmitisse a todos os familiares de Sérgio Vieira de Mello que em breve o Iraque realizará uma justa homenagem ao brasileiro que tanto se distinguiu por seus esforços para a concretização da paz no Iraque.

Avalio que será de extrema importância que o Governo brasileiro assegure a criação do Centro Sérgio Vieira de Mello, proposto pelo Presidente do Timor Leste, José Ramos Horta, em sua última visita ao Brasil. O Centro, a ser inaugurado no Rio de Janeiro em agosto próximo, contará com a presença do próprio José Ramos Horta e do Bispo Desmond Tutu, ambos

laureados com o Prêmio Nobel da Paz, bem como de outras personalidades tais como Louise Arbour, Alta Comissária de Direitos Humanos da ONU, e outros sucessores de Sérgio naquele posto; além de Luis Moreno Ocampo, Fiscal da Corte Penal Internacional; Hilde Frafjord Johnsson, ex-Ministra do Desenvolvimento da Noruega e atual Vice-Diretora Executiva da Unicef; Bárbara Hendricks, cantora lírica e embaixadora da boa-vontade do ACNUR; Mario Vargas Lhosa, escritor; Kerry Kennedy Cuomo, ativista, que também estão entre as várias personalidades que integrarão a diretoria do Centro.

Essa instituição é uma iniciativa para promover a cultura da paz, atuando como fonte de inspiração e de **mentorship** para as novas gerações, dando oportunidade para que os jovens se inspirem no exemplo de Sérgio, qual seja o de buscar soluções de consenso nas situações de conflito. O enfoque maior deverá ser nas questões Sul-Sul, onde ele acreditava existirem as maiores necessidades e onde ele fazia tanto sucesso.

O Centro deverá ser mais uma entidade, juntamente com as já existentes, criada para difundir os ideais de Sérgio Vieira de Mello com vistas à solução pacífica dos conflitos e em defesa dos direitos humanos e da paz.

Nessa esteira, o Centro brasileiro será uma legítima e justa homenagem que a sua Pátria lhe conferirá, abrigando a memória de sua história de vida e de sua luta em prol da humanidade.

Aproveito ainda a oportunidade para registrar o lançamento, nos Estados Unidos, do livro intitulado **Chasing the Flame: Sérgio Vieira de Mello and fight to save the world**, que será publicado no Brasil pela Companhia das Letras em agosto próximo, que é a biografia de Sérgio Vieira, escrita por Samantha Power, ganhadora do Prêmio Pulitzer. A obra é fruto de quatro anos de pesquisa e de mais de quatrocentas entrevistas, e onde ela narra as experiências de Sérgio, como funcionário da Organização das Nações Unidas (ONU) na Sérvia, em Bangladesh, na Tailândia, no Camboja, em Moçambique, no Sudão, no Líbano, na Iugoslávia, no Peru e em outros países, sempre ajudando pessoas que fugiam de guerras e massacres.

Samantha Power relata que Sérgio Vieira de Mello foi o primeiro administrador internacional do Kosovo, o que lhe rendeu o apelido de “vice-rei” e o levou à sua missão seguinte: conduzir o Timor Leste. Também escreve que, não fosse a terrível morte no Iraque em 2003, Sérgio Vieira de Mello teria che-

gado a postos mais altos em sua brilhante carreira internacional.

Eu próprio tive a oportunidade de testemunhar quando o Presidente José Ramos Horta, em 28 de janeiro último, numa recepção organizada por Carolina Larriera, no Rio de Janeiro, transmitiu-nos o quanto ele testemunhou o esforço, o valor de Sérgio Vieira de Mello em conduzir o Timor Leste, desde a independência em relação à Indonésia, quando ali houve a eleição da Assembléia Constituinte, e até o momento em que o Presidente Xanana Gusmão assumiu. José Ramos Horta ressaltou o papel extraordinário desse brasileiro, Sérgio Vieira de Mello, que, aliás, sempre fez questão, embora pudesse ter a nacionalidade suíça, francesa ou europeia, sempre preferiu manter-se como um brasileiro. Nessa mesma oportunidade, o Presidente José Ramos Horta explicou o testemunho que tivera do companheirismo entre Carolina e Sérgio.

Eu gostaria de concluir, Sr. Presidente, registrando e pedindo que seja inserido nos Anais do Senado o bonito artigo de Contardo Calligaris, hoje, na **Folha de S. Paulo** sobre “O sonho de Martin Luther King”, recordando, Sr. Presidente, que amanhã teremos o aniversário de 40 anos da morte trágica, por assassinato, de Martin Luther King Júnior, que, justamente, colocou os ideais de que um dia, em breve, “brancos e negros, judeus e gentios, protestantes e católicos, descendentes de escravos e de donos de escravos, todos viveriam em harmonia, sentados à mesa da irmandade”. Um sonho também de Sérgio Vieira de Melo que, conforme ele assiná-la, está sendo tão bem colocado por Barack Obama, o candidato que vem surpreendendo nas prévias do Partido Democrata para a escolha do seu candidato. Aliás, entre dois brilhantes candidatos: Hillary Clinton e Barack Obama, que está fazendo com que muitos de nós, inclusive do Partido dos Trabalhadores, que gostamos de ver prévias e debates para a escolha do candidato, ali tenhamos um exemplo tão bonito de debates, de exercício da democracia, que fará com que os Estados Unidos possam escolher entre John McCain, Hillary Clinton ou Barack Obama qual sucederá o Presidente George Walker Bush.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador Tião Viana.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR EDUARDO SUPLICY EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º do Regimento Interno.)

O amor é o agente da modernidade: os sentimentos vencem os preconceitos das tribos

O sonho de Martin Luther King

CONTARDO CALLIGARIS

A MANHÃ FARÁ 40 anos, dia por dia, desde o assassinato de Martin Luther King, em Memphis, Tennessee.

Em 1963, cinco anos antes de sua morte, King contara seu sonho aos manifestantes da marcha sobre Washington: ele imaginava um futuro em que “brancos e negros, judeus e gentios, protestantes e católicos”, descendentes de escravos e de donos de escravos, todos viveriam em harmonia, sentados “à mesa da irmandade”. Nesse futuro, cada um seria julgado por seus atos e por seu caráter, não pela cor de sua pele, pela herança de sua etnia ou por sua fé.

King pedia que os EUA e o mundo moderno se mostrassem à altura de suas próprias declarações fundadoras: por exemplo, a Constituição dos EUA.

Ao longo das últimas quatro décadas, muitas coisas mudaram. Um balanço rápido constataria, sem otimismo excessivo, que o preconceito e a discriminação das diferenças retrocederam. Foi o efeito de mil lutas, grandes e pequenas, nos Parlamentos, nas ruas e nas padarias da esquina.

Mas as diferenças, durante a própria luta para não serem discriminadas, acabaram se consolidando e nos afastando da irmandade com a qual sonhava King. Em outras palavras, parecemos nos encaminhar para um mundo em que cada indivíduo e cada grupo seriam iguais perante a lei e respeitados em sua diferença, mas em que seria perdido o sentimento de constituirmos juntos algum tipo de comunidade. A sociedade futura seria, então, apenas uma convivência ordeira de diferenças e distâncias irreduzíveis: muito longe

do sonho de King.

Esse sonho reviveu, nestes dias, no discurso de Barack Obama “A More Perfect Union” (a “união mais perfeita”, que era o propósito explícito dos signatários da Constituição dos EUA). Obama é suficientemente atento às diferenças para se lembrar, por exemplo, de que ser filho de imigrante africano não é a mesma coisa do que ser descendente de escravo. Mas, apesar de sua atenção às diferenças, talvez por ser o fruto de um amor inter-racial, ele consegue (novidade absoluta) ser um candidato negro, sem ser um candidato dos negros.

Por isso, muitos americanos talvez vislumbrem nele o símbolo daquela comunidade (não só uma convivência) de diferentes que era o sonho de Martin Luther King.

Não sei se Obama será o candidato escolhido pelos democratas e ainda menos se será eleito presidente.

Quase a metade dos americanos se diz disposta a votar nele; fora dos Estados Unidos, ele é imensamente popular. Será que estamos prontos para o sonho de Martin Luther King logo agora, num momento em que, pelo mundo afora, diferenças religiosas e culturais travam uma luta sangrenta?

Alguns dados encorajadores. No livro “Microtrends” (microtendências, editora Twelve, 2007), de Mark Penn, há um capítulo sobre famílias inter-raciais, que resume uma série de pesquisas recentes.

Em 1970, nos EUA, havia aproxi-

madamente 300 mil casais inter-raciais, ou seja, 0,3% dos casamentos. Em 2000, já eram dez vezes mais, acima de 3 milhões, 5,4% de todos os casamentos. A maioria dos casamentos inter-raciais incluem um indivíduo hispânico (casado com negro ou branco). Mas o tipo de casal inter-racial mais freqüente (14%) é o de um homem branco com uma mulher asiática, seguido pelo casal de um homem negro com uma mulher branca (8%).

As adoções inter-raciais triplicaram. Em particular, nos EUA, o número de crianças confiadas pelos serviços sociais à custódia temporária de pais de uma outra etnia passou de 14% a 26%. É um dado significativo considerando que, dos anos 70 aos 90, as adoções inter-raciais eram acusadas de perpetrar um “genocídio cultural” assimilando “à força” os rebentos de outra etnia.

Qual é a relevância dessa “brasileirização” dos EUA? Pois é, Romeu e Julieta são os protótipos do herói moderno. O amor é o grande agente da modernidade: a vitória do indivíduo contra o peso das tradições é antes de mais nada vitória dos sentimentos, ou seja, de paixões singulares que atropelam os mandatos e os preconceitos das tribos.

Para quem ama, o furor das lutas entre religiões, culturas e tribos que se opõem a seus sentimentos é apenas um resto do passado.

PS: Para ler o discurso de King: <http://usinfo.state.gov/infousa/government/overview/38.html>. Para escutar o discurso de Barack Obama: br.youtube.com/watch?v=pWe7wTVbLUU.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a a justa colaboração com o tempo do uso da tribuna.

Senador Heráclito Fortes tem a palavra por dez minutos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Senador Tião Viana, após, gostaria de falar como Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador Arthur Virgílio, tem a Senadora Ideli.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sem problema.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Senador, eu apenas queria indagar, porque V. Ex^a anunciou a Senadora Líder do seu Partido...

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – De fato, Senador Heráclito, a Senadora Ideli veio à Mesa e disse que, com relação ao documento cuja leitura queria fazer, gostaria que mais pessoas da Bancada do Partido dela estivessem em plenário. Portanto, pediu um adiamento da sua fala.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Enquanto o dossiê da Senadora chega, eu vou à tribuna. Muito obrigado. (Pausa.)

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nós tivemos aqui, na quinta-feira passada, um pronunciamento que me deixou bastante alentado: o Líder da Base do Governo, propondo, como gosta de dizer o Senador Mercadante, debates qualificados nesta semana. Eu quero dizer que esperei realmente que isso acontecesse, para que nós pudéssemos debater o momento que o País vive: o PAC, as epidemias, o estado das estradas brasileiras; que fosse realmente uma semana voltada para uma agenda positiva.

Mas o que nós vimos ontem, o que nós estamos vendo no começo desta sessão, o que nós vimos esta semana mostra que tudo vai ser igual.

É evidente que quem dá o tom do debate na Casa é a maioria, é o Partido do Governo, é quem dispõe das maiores Bancadas, mas o que estamos vendo é uma tentativa orientada, trabalho evidentemente de um bom marqueteiro, de jogar o debate nas cordas, vai ver que dentro da orientação que o responsável pela comunicação social anunciou logo no início da explosão do escândalo do cartão corporativo. Lembro-me bem, Srs. Senadores, que, em uma reunião com a participação de três Ministros, foi dito que o Governo não iria para as cordas e que reagiria. A reação está aí.

A questão, Senador Sibá, de discutir dossiê a mais, dossiê a menos não assusta mais a população brasileira, porque sabe bem V. Ex^a que o atual Governo foi pródigo em todos os anos na elaboração de dossiês. Lembro-me bem daquele famoso dossiê incriminando Parlamentares, dossiê falso, que seria colocado na CPI do Mensalão pelo Deputado gaúcho Paulo Pimenta, em uma época em que o PT ainda se preocupava com ética. Lembra-se bem V. Ex^a que, ao amanhecer, o Deputado Pimenta renunciou à sua participação na Comissão, da qual era inclusive 1º Vice Presidente.

O Sr. Paulo Pimenta, só para refrescar a memória de todos, foi visto com o dossiê trazido da casa do então Ministro da Casa Civil, José Dirceu. Portanto, um dossiê a mais, um dossiê a menos não é o que vai assustar, não é o que modificar a maneira comportamental imposta pelo atual Governo.

Mas o lamentável disso tudo é que os debates a que o Governo, vez ou outra, se propõe a fazer não acontecem. O Presidente Lula, ontem, Sr. Presidente Tião Viana, à porta do Ministério das Relações Exteriores, falando sobre a participação da Ministra Dilma Rousseff, disse que pensava tratar-se de um osso de dinossauro, mas que tudo não passava de um osso de galinha, Senadora Serys Slhessarenko – palavras do Presidente da República que precisam ser avaliadas e, acho, alvo de protestos dos indignados desta Nação pela ofensa que se faz, não sei se ao bicho ou não sei a quem, à ave ou não sei a quem. Eu acho que nós deveríamos procurar coisas mais práticas e objetivas para fazer.

O País está acometido da epidemia da dengue, quando o Ministro, seis meses atrás, garantiu, em um pedido de informação do Deputado Fernando Coruja, que não havia o menor perigo de que essa epidemia acontecesse.

Nós estamos com cólera, nós estamos com febre amarela...

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC. Fora do microfone.) – Com a malária.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Estamos com a malária – é a voz do Norte, é a voz do Acre na pessoa do Senador Geraldo Mesquita que alerta. E o Governo brincando, brincando de PAC, que se chama, na realidade, programa de antecipação da campanha.

Quero lembrar que esse debate se acirrou a partir do momento em que a Base do próprio Governo lançou o nome da Sr^a Dilma Rousseff como candidata a Presidente da República. E quero confessar aos senhores que duvido – duvido! – que nos quadros do

Partido dos Trabalhadores apareça um nome melhor do que o dela. Claro que, antes de ser do PT, ela foi do PDT, e vai ver que foi lá onde aprendeu algumas coisas que o Partido dos Trabalhadores não ensina. Conheço Senadores que brilham neste Senado, para orgulho nosso, que são de famílias políticas, mas que aprenderam a essência da política na convivência com os tucanos. Sabe bem V. Ex^a, Sr. Presidente, que a arte do diálogo, da negociação, não é o forte desse Partido que quer levar tudo a muque, no braço, haja vista o comportamento que se está tendo, sob o pretexto de proteger e de blindar a Ministra da Casa Civil na CPI dos Cartões Corporativos. Tudo isso é muito lamentável, porque institucionalizou-se a proteção e a blindagem à corrupção.

A ONG, que é um verdadeiro duto de evasão de riquezas do nosso País, o Governo tranca, porque, numericamente, é maior e permite que recursos sejam desviados como se nada estivesse acontecendo. O caso dessas fundações, que exemplo maior é a Finatec, cuja destinação é a pesquisa científica, o fortalecimento da educação, mas que se especializou em reforma de apartamento, compra de lixeira e de saca-rolha, desviando recurso tão necessários para a educação brasileira, não vemos, de maneira alguma, uma ação do Governo para coibir.

Ontem, vimos o Presidente da República... E isso é grave, Senadora Serys! Nós, aqui, numa sessão comandada pelo Senador Romero Jucá, atendendo a um pedido do Senador Paulo Paim, com apelo do Deputado Paulo, da Força Sindical, fizemos um acordo e aprovamos uma lei que definia cobrança em sindicatos, incluindo uma cláusula que era compromisso de manutenção. E o Presidente da República, em desrespeito não ao Congresso, mas aos seus Líderes, à sua Base, que assumiu o compromisso perante os companheiros nesta Casa, vetou-a, sob o argumento de que só Deus pode fiscalizar as contas de alguns sindicalistas que percorrem o Brasil em carro de luxo e viajam mundo afora em aviões de primeira classe.

Nós instituímos aqui, infelizmente, a blindagem dos que querem malversar o dinheiro público e, o que é pior, o exemplo parte exatamente do próprio Presidente da República.

É lamentável, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que o Brasil comece a perder a capacidade de indignação, que esses fatos se tornem corriqueiros e que não haja mais, nem por parte de alguns Congressistas, o dever de zelar pela coisa pública. Essa blindagem que se está fazendo nessas CPIs é um crime contra o Brasil e é um mau exemplo que se está dando

às gerações futuras. Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é preciso que se dê um basta a esse esquema de corrupção desenfreada que conta com a proteção de poderosos desta República que usam o poder de que momentaneamente dispõem para desviar aquilo que deveria servir para combater as epidemias que assolam o Brasil e melhorar a educação.

Sr. Presidente, faço este registro com a certeza de que o bom senso prevalecerá e com a esperança de que a CPI não se tornará um instrumento de disputa política, mas, sim, de averiguação e de apuração do que se faz no submundo das ONGs e do que se fez no submundo dos cartões corporativos neste País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Heráclito Fortes.

A Senadora Ideli Salvatti tem a palavra como Líder, nos termos do art. 14, II, “a” do Regimento Interno, por cinco minutos.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, daqui a algumas semanas iremos comemorar o Dia das Mães. Aqui, neste Plenário, temos várias mães que exercem com dignidade mandatos parlamentares que os cidadãos de seus respectivos Estados lhes conferiram.

São mães que, a par do carinho e afeto que dedicam a seus filhos, lograram superar as barreiras e preconceitos que sempre condenaram as mulheres a um lugar menor em nossa sociedade. Infelizmente, até mesmo no âmbito da linguagem, as mulheres padecem. E não é no paraíso, Senadora Serys. Quando se emprega o conceito “homem público”, Senador Tião Viana, há exaltação; quando se fala “mulher pública”, Senadora Serys, há humilhação.

Como homenagem às mulheres, em especial às mães, o Senado da República deveria, parafraseando o grande poeta das Minas Gerais, “preparar uma canção amiga, em que todas as mães se reconheçam e que falem como dois olhos”.

Infelizmente, não foi ao que assistimos nas Sessões Plenárias de ontem e de anteontem. À guisa de exercer, legitimamente, o seu direito de crítica, S. Ex^a o Senador Mão Santa, excedeu-se. Faltou com a urbanidade que o Regimento Interno exige dos membros desta Casa e que não se espera de um agente público com a formação humanística do nobre representante do Estado do Piauí.

Ao manifestar opinião contrária à Ministra Dilma Rousseff, S. Ex^a usou expressões mais graves que descorteses: usou expressões insultuosas. E, para

piorar, o Senador Mão Santa justificou-se valendo-se de remissão à doutrina nacional-socialista, com o fito de estabelecer uma ilação absurda entre a ditadura do **Führer** e o governo legítimo, democrático e constitucional do Presidente Luís Inácio Lula da Silva. Apenas para argumentar, vale citar a insinuação de simetria entre o partido do Presidente da República, o Partido dos Trabalhadores, e o Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores da Alemanha, o partido nazista.

O PT e as mulheres que nele militam repudiam o nazismo, bem como toda e qualquer ideologia que defenda a discriminação de raça, gênero, origem, classe social ou orientação sexual. Em seu Manifesto de Fundação, em 1980, o PT já se colocava como força política antípoda a tudo que moveu o nazismo, ou estimula agrupamentos neo-nazistas. Lá está escrito que o PT *“manifesta sua solidariedade à luta de todas as massas oprimidas do mundo”*.

Sempre estivemos ao lado da militância internacionalista. Não serão, agora, afirmações destemperadas, sem qualquer fundamento, que afastarão o PT, em especial, as mulheres petistas, dessa vereda.

Esperamos, sinceramente, um gesto altivo da parte do Senador Mão Santa. Defenderemos, sempre, o sagrado direito do Senador Mão Santa de divergir do Governo e das pessoas que o integram. S. Ex^a abusou do direito de palavra e deveria retratar-se, sem que isso signifique abrir mão dos pontos de vista que advoga.

Diga-se, de passagem, que é preciso dar um basta às reiteradas violações do art. 19 do Regimento Interno do Senado Federal, que nos impõe o uso de expressões condizentes com a nobreza do exercício do mandato parlamentar de Senador. Lamentavelmente, a ofensa a esse dispositivo tem sido recorrente, sem que quem esteja no exercício da Presidência de nossos trabalhos inste o orador a moderar o linguajar, advertindo-o acerca de sanções mais graves em face à desobediência do Regimento.

Numa República como a em que vivemos, é devida a submissão de todos ao pluralismo político. Mas isso não pode significar, da parte dos que juraram respeitar a Constituição, enxovalhar a honra das pessoas, sejam elas quem forem, sejam elas homens ou mulheres, concidadãos brasileiros ou estrangeiros, sem que restem impunes, sem responder pelas ofensas que praticaram.

Sr. Presidente, era isso que eu queria dirigir nesta tarde ao Plenário do Senado da República em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores e, de forma muito especial, em nome das mulheres petistas.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a me permite um aparte?

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Não cabem apartes. Portanto, quem quiser usar da palavra que se utilize do Regimento.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Presidência assegura a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Presidência concederá a palavra a V. Ex^a, como Líder, nos termos do art. 14, II, “a”, do Regimento Interno.

A Presidência esclarece ao Plenário que só concederá a palavra pela ordem àqueles que pretenderem tratar do andamento dos trabalhos. A palavra não será concedida pela ordem àqueles que desejarem dar opiniões sobre quaisquer assuntos que não digam respeito aos trabalhos da Casa.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente, para tratar dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Pela ordem, tem a palavra o Senador José Nery.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, então, peço que V. Ex^a me inscreva para falar pela Liderança do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a está inscrito, Senador Siba Machado.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero encaminhar à Mesa dois requerimentos.

No primeiro, é requerida a realização de uma sessão especial no Senado Federal para discutir nossa participação, a participação do Parlamento, do Congresso Nacional, especialmente do Senado Federal, no Fórum Social Mundial, que se realizará em Belém, capital do Estado do Pará, no mês de janeiro de 2009.

No segundo requerimento, Sr. Presidente, é solicitada a inclusão na Ordem do Dia da Proposta de Emenda Constitucional nº 41, de 2003, de autoria do Senador Sibá Machado, que tem como objeto o fim da reeleição para os cargos executivos de Presidente, de Governador e de Prefeito.

Encaminho a V. Ex^a, Sr. Presidente, esses dois requerimentos, para que sejam apreciados no momen-

to devido, em especial o que trata do fim da reeleição, tendo em vista que a discussão sobre o terceiro mandato para o Presidente Lula vem sendo travada com insistência. Entendemos que a forma de sepultar esse assunto é aprovar o fim da reeleição.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador José Nery, a Presidência entende que a manifestação pela ordem de V. Ex^a é regimental e dará o tratamento regimental à matéria.

Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a tem a palavra como Líder.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, aguardo o Senador José Agripino chegar a este plenário, para, junto com S. Ex^a, fazer uma comunicação que julgamos de interesse do País e de interesse do Senado Federal.

Neste momento, Sr. Presidente, falando como Líder, eu me limito a trazer uma palavra preocupada em relação à economia do meu Estado, Senador João Pedro, mais especificamente em referência ao Pólo Industrial de Manaus.

Trato da greve dos auditores da Receita Federal, que completa hoje 17 dias. Por conta dela, indústrias do Pólo Industrial de Manaus estão sendo forçadas a paralisar suas atividades em função da falta de componentes importados utilizados em algumas de suas linhas de produção. Não se consegue, enfim, a liberação de cargas que se encontram retidas nas aduanas.

Essa foi matéria que despertou o interesse de todos os jornais televisivos na noite de ontem, tamanha a gravidade da questão econômica que ora levanto!

Sr. Presidente, reconheço a carreira dos auditores da Receita como essencial para o Estado e, por isso, sou sensível ao movimento. Espero, portanto, que o Governo tome providências urgentes no sentido de negociar com os auditores, para que seja encerrada a greve que tanto vem prejudicando a economia do Amazonas e os trabalhadores do Pólo de Manaus, uma vez que cerca de sete mil trabalhadores, Senador João Pedro, já foram colocados sob o regime de licença remunerada.

Sr. Presidente, foi publicada matéria hoje, quinta-feira, 3 de abril, no jornal **O Estado de S.Paulo**, sob o título “Greve de fiscais afeta Zona Franca” e o subtítulo “Faltam componentes importados, e pelo menos 8 empresas já suspenderam as atividades”. A matéria é do jornalista Marcelo Rehder.

Temos aqui o retrato de um quadro de absoluta gravidade, que tem a ver com aquele que, sob alguns

indicadores, talvez, seja o terceiro mais relevante pólo industrial do País, com faturamento que pode alcançar US\$25 bilhões neste ano, com capacidade de gerar algo em torno de 100 mil empregos diretos e cerca de 300 mil empregos indiretos.

Sr. Presidente, aproveitando o tempo que V. Ex^a me concede, levo ao conhecimento da Casa pronunciamento que evidencia que a precariedade do sistema de saúde do Amazonas é preocupante e já é tema até do “Jornal Nacional”.

Resumindo, Sr. Presidente, Senador Tião Viana, hoje em dia, pela falta de maternidade em Tabatinga, amazonenses nascem em Letícia, Amazonas, capital do Estado colombiano Amazonas. Ou seja, a inércia, a inapetência, a incompetência do Governo do Amazonas é tanta, é tamanha, que não consegue sequer dar aos bebezinhos que nascem a naturalidade que é dos seus pais e que, certamente, eles gostariam de ver adotada no futuro.

Peço que essa peça vá para os Anais, por meio de matéria publicada pelo jornal **Diário do Amazonas**, edição de 30 de março último, denunciando que o problema vem de 2004.

E eu sempre lembro que, para fazer maternidade no Alto Solimões, não há dinheiro, mas que há dinheiro para o Governador autorizar o pagamento de obras não realizadas, de obras fantasmas, o que, a meu ver, se configura em corrupção grossa, deslavada, que, sem dúvida alguma, conspurca qualquer idéia de se pensar em desenvolvimento sustentável naquela região.

Finalmente, Sr. Presidente, peço a V. Ex^a que registre pronunciamento em que mostro minha preocupação com o aumento do desmatamento de 13,4% na Floresta Amazônica: foram 725 quilômetros quadrados de árvores no mês de fevereiro contra 639 quilômetros quadrados em janeiro.

E há ainda requerimento sobre isso, endereçado à minha prezada amiga Ministra Marina Silva, do Meio Ambiente, indagando: de que dados a esse respeito dispõe o Ministério? A que ponto esses números do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) preocupam? Que providências o Ministério está adotando, teria adotado ou adotará para evitar a continuidade dessa destruição das florestas?

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

SEGUEM, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTOS DO SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr Presidente, Sr^{as} e

Srs. Senadores, peço a palavra neste momento para tratar de um assunto que vem afetando diretamente a economia do meu Estado, mais especificamente o Pólo Industrial de Manaus.

Trato da greve dos auditores da Receita Federal que completa, hoje, 17 dias e, por conta dela, indústrias do PIM estão sendo forçadas a paralisar suas atividades em função da falta de componentes importados utilizados em algumas de suas linhas de produção. Não se consegue, enfim, a liberação de cargas que se encontram retidas nas aduanas.

Sr. Presidente, reconheço a carreira dos auditores da Receita como essencial para o Estado e, por isso, sou sensível ao movimento. Portanto, espero que o governo tome logo providências no sentido de negociar com os auditores para que seja encerrada a greve que tanto vem prejudicando a economia do Amazonas e os trabalhadores do Pólo, uma vez que cerca de 7 mil trabalhadores já foram colocados em licença remunerada.

Muito obrigado.

Era o que tinha a dizer.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no mínimo, é preciso esclarecer. Os satélites do INPE apontam um crescimento de 13,4% de derrubada de florestas na Amazônia. Vieram abaixo 725 km² de árvores no mês de fevereiro, contra 639 km² em janeiro.

São números registrados, repito, por satélites do insuspeito Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. No entanto, o Governo de Mato Grosso desmente esses dados. E explica assim os seus dados:

(...) a grande maioria da área que teria sido derrubada é formada por locais que sofrem um processo de degradação progressiva ao longo de anos, com corte seletivo e queimada, por exemplo, mas que não sofreram a supressão total de árvores – o corte raso.

Bem traduzida, a explicação do Governo de Mato Grosso quer dizer: há, sim, derrubada de árvores, mas em locais que sofrem um processo de degradação progressiva.

Para a maioria, a fala mato-grossense pode até explicar mas não convence. Ou, em outras palavras, parece confirmar que continua a destruição de florestas na Amazônia, numa *degradação progressiva*, para usar os mesmos termos do Governo.

De verdade mesmo, o que vem à tona é a dura realidade, que confirma a derrubada de árvores. Para mais ou para menos.

Pelo “ângulo” do Governo de Mato Grosso, nada de anormal. No entanto, a angulação técnica, dos satélites do INPE aponta para um panorama diferente. E preocupante.

É o que explica um dos diretores do Instituto, Gilberto Câmara:

(...)A maioria da área detectada, 88%, está em Mato Grosso. Mas isso não significa que ali tenha havido mais desmatamento do que em outros Estados amazônicos – o número pode ser ainda maior. ‘Havia muitas nuvens sobre o Pará e Rondônia’, explica o diretor do INPE, Gilberto Câmara.

O que não pode prevalecer é a dúvida. Por isso, estou encaminhando requerimento à Ministra Marina Silva, do Meio Ambiente, para que o Senado possa analisar o quadro.

Enquanto não chega a resposta da Ministra, peço a anexação a este pronunciamento do noticiário publicado hoje acerca da destruição de florestas na Amazônia, para que passe a constar dos Anais do Senado da República.

Era o que tinha a dizer.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM Sem apanhamento Taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a precariedade do sistema de saúde no Amazonas é preocupante e já é assunto até para o *Jornal Nacional*. Muitos certamente viram, na última semana, reportagem mostrando um triste quadro do meu Estado: mulheres amazonenses da região do Alto Solimões são obrigadas a atravessar a fronteira para dar à luz na Colômbia.

A propósito, o jornal **Diário do Amazonas** publica, na edição de 30 de março último, matéria denunciando que o problema não é novo, vem de 2004. À época, explica, “o Governo do Amazonas pagou R\$ 18 milhões por obras fantasmas, além do que o Tribunal de Contas da União investiga outros R\$ 165 milhões aplicados pelo Governo do Estado nos últimos anos.”

O jornal acrescenta que “fica cada vez mais evidente a falta de compromisso do poder público para com o povo”. E mais: o Governo usa recursos públicos sem se ater à destinação para qual o dinheiro é consignado.

É o que eu tinha a dizer.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Greve de fiscais afeta Zona Franca

Faltam componentes importados, e pelo menos 8 empresas já suspenderam as atividades

Marcelo Rehder

Principal pólo de eletroeletrônicos do País, a Zona Franca de Manaus começa a parar por falta de componentes importados, em razão da greve dos auditores da Receita Federal, que completa hoje 17 dias. Com estoques praticamente zerados, pelo menos oito indústrias já tinham sido forçadas a paralisar algumas de suas linhas de produção até ontem. Cerca de 7 mil trabalhadores foram colocados em licença remunerada.

As informações são do Centro das Indústrias do Estado do Amazonas (Cieam) e do sindicato local dos metalúrgicos. Entre as empresas mais afetadas pela falta de componentes estão Samsung, Panasonic e CCE, fabricantes de equipamentos de áudio e vídeo; a montadora de notebooks Digitron e a Thomson, líder na fabricação de aparelhos receptores de satélite para TV por assinatura.

"Temos cerca de US\$ 40 milhões em equipamentos retidos nos depósitos da Alfândega de Manaus", informou Maurício Loureiro, presidente do Cieam. Segundo ele, a entidade deu entrada ontem em um mandado de segurança na Justiça Federal, com pedido de liminar para liberação imediata das cargas das empresas da Zona Franca que se encontram retidas nas aduanas. "Estamos num ritmo de produção muito acelerado e a falta de componentes começa a criar gargalos nas fábricas."

Para industrial, categoria ganha muito e tem de trabalhar mais

A Eletros, que reúne os fabricantes de eletroeletrônicos, já alertou para o risco de a greve provocar a falta de produtos para o Dia das Mães, segunda melhor data comercial para diversos setores. Para a Federação do Comércio do Estado de São Paulo, a greve poderá gerar aumento de preços no varejo.

Os auditores fiscais reivindicam um plano de carreira semelhante ao dos delegados da Polícia Federal e dos advogados da União. Com isso, passariam a ganhar até R\$ 19,7 mil por mês. Hoje, os salários variam de R\$ 10.150 a R\$ 13.500. "Não queremos equiparação, queremos o

orientação ao contribuinte em plantões. O serviço foi prejudicado pela greve. • M.R.

topo do Executivo, porque somos uma carreira essencial para o Estado", diz Luiz Fuchz, presidente da Delegacia Sindical em São Paulo do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita.

Para o presidente do Cieam, o governo tem de agir com pulso forte para acabar com a greve. "Ou negocia e resolve logo ou fazesses caras voltarem a trabalhar." Na sua opinião, os dias parados deveriam ser descontados nos salários. "Na minha fábrica, quando o funcionário falta, eu desconto", diz Loureiro. "Os auditores ganham muito, trabalham razoavelmente e se aposentam muito bem; portanto, não têm de fazer greve, têm de trabalhar muito mais".

O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do Amazonas, Valdenir Santana, diz que a greve prejudica os trabalhadores da Zona Franca. "Somos a favor do movimento, mas eles poderiam fazer uma greve inteligente, para não atrapalhar outros companheiros, que serão obrigados a fazer hora extra."

No porto de Santos, crescem os prejuízos da comunidade portuária e a preocupação com a possibilidade de paralisação das operações. Os terminais estão com 90% da lotação. •

Auditores atuam em diversas áreas de controle

... Existem hoje na Receita Federal cerca de 12 mil auditores fiscais. Entre as principais atribuições da categoria está o controle aduaneiro nas importações e exportações do País. No despacho aduaneiro, o fiscal verifica a legalidade da mercadoria, o que inclui o cumprimento de acordos internacionais e o pagamento correto dos impostos.

Também são responsáveis pela fiscalização do cumprimento das obrigações tributárias pelos contribuintes e pelo julgamento de processos administrativos. Nesse período de entrega da declaração de renda, a categoria deveria prestar

Desmatamento volta a crescer na Amazônia em época de chuva

Mesmo após medidas do governo, sistema de monitoramento aponta alta em fevereiro de 13% em área devastada

Cristina Amorim

Em fevereiro, primeiro mês das medidas anunciadas pelo governo federal para combater o atual repique da derrubada da floresta na Amazônia, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) detectou 725 km² de desmatamento. É um número 13,4% mais alto do que o registrado em janeiro - 639 km².

Os dois meses fazem parte do inverno amazônico, período de chuvas na região, quando é mais difícil a ação no campo. Mesmo assim, o valor é mais alto do que o registrado nos meses de agosto, setembro e outubro do ano passado, quando o clima estava mais seco - perde apenas para novembro e dezembro, quando houve o alerta no governo federal.

A maioria da área detectada, 88%, está em Mato Grosso. Mas isso não significa que ali tenha havido mais desmatamento do que em outros Estados amazônicos - o número pode ser ainda maior. 'Havia muitas nuvens sobre o Pará e Rondônia', explica o diretor do Inpe, Gilberto Câmara.

Esses dois Estados costumam também apresentar taxas significativas de desmate, mas ficaram escondidos dos olhos do satélite pelas nuvens. Somente 12,5 km² de desmatamento foram registrados no Pará em fevereiro e 9,6 km², em Rondônia. Já em Roraima, Estado normalmente com pouco corte florestal, mas menos coberto por nuvens em fevereiro, foram detectados 51,7km² de vegetação alterada.

As informações foram coletadas pelo Sistema de Detecção em Tempo Real (Deter), usado para alertar as autoridades sobre grandes alterações na cobertura florestal - corte raso, quando toda a vegetação é suprimida, ou degradação - a fim de agilizar a fiscalização. Sua metodologia tem sido questionada pelo governo mato-grossense.

'Os dados do Deter de fevereiro mostram, por exemplo, duas áreas no município de Feliz Natal que teriam sido desmatadas, uma de 3 mil e outra de 4 mil hectares. Num sobrevôo, vimos que se trata de degradação progressiva', afirma Salatiel Araújo, secretário-adjunto de Qualidade Ambiental da Secretaria do Meio Ambiente de Mato Grosso. O órgão

não computa degradação como desmate.

CRESCIMENTO

O Deter não é o sistema ideal para medir a área desmatada, porém é usado pelo governo federal, desde 2005, como indicativo de tendência. Foram dados do Deter do segundo semestre de 2007 que deflagraram, neste ano, a operação Arco de Fogo de combate à derrubada ilegal; o recadastramento de terras em 36 municípios críticos; e a publicação de uma resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) sobre crédito rural (leia mais no texto abaixo).

Para o diretor-adjunto da ONG Amigos da Terra, Mario Menezes, os dados confirmam a tendência de crescimento do desmatamento em 2008, alimentado pelo setor agropecuário aquecido e pela proximidade das eleições municipais. 'Esse processo não pára de forma abrupta. A ação do governo não dá uma resposta imediata', afirma. 'Você pressiona de um lado, em um município ou Estado, e há vazamento do desmatamento para outro.'

Menezes acha difícil que o desmatamento seja controlado neste ano e critica as medidas anunciadas pelo governo. 'A resolução do CMN, por exemplo, não tem efeito prático.'

O pesquisador Adalberto Veríssimo, do Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), acredita que a tendência demonstrada pelo Deter será confirmado depois pelo sistema oficial, o Prodes. 'Temos cerca de 1.300 km² derrubados apenas nos dois primeiros meses do ano. E, como o Deter só pega desmatamentos grandes, acima de 25 hectares, normalmente o sistema não superestima (a área desmatada) mas subestima.'

O Deter não gerou dados nos primeiros meses de 2007, o que impossibilita a comparação direta. Mas Veríssimo acredita que, mesmo assim, os valores deste ano merecem atenção. 'Esse número mantém a taxa de corte muito elevada, para um período normalmente com taxa baixa', diz Veríssimo. O Imazon mantém um sistema de detecção de desmatamento em

Mato Grosso em Pará. Os dados do primeiro trimestre ainda não foram divulgados.

O governo federal teme que, se a tendência mostrada pelo Deter se confirmar, a área desmatada confirmada no fim do ano pelo sistema Prodes mostrará uma curva ascendente após três anos consecutivos de queda.

Governo de Mato Grosso contesta dados do Inpe

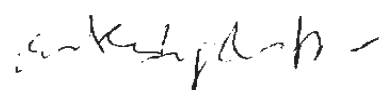
Cristina Amorim

O governo de Mato Grosso afirma que 89,98% do desmatamento apontado pelo sistema Deter entre outubro e dezembro do ano passado não aconteceu. Segundo um relatório preparado pela Secretaria de Meio Ambiente do Estado, a grande maioria da área que teria sido derrubada é formada por locais que sofrem um processo de degradação progressiva ao longo de anos, com corte seletivo e queimada, por exemplo, mas que não sofreram a supressão total de árvores - o corte raso.

O governo federal registrou alteração em 1.786 km² de floresta em Mato Grosso nesse período. O relatório indica que 17% não aconteceu de fato - a floresta está intacta, sem degradação ou corte raso -, de acordo com análises em campo conduzidas por técnicos de Mato Grosso.

'Visitamos 662 pontos e há uma dinâmica de degradação progressiva que começou a oito, nove anos. Não aconteceu no fim do ano passado, como foi apresentado', afirma o secretário-adjunto de Qualidade Ambiental da secretaria, Salatiel Araújo. 'O Deter não era usado para estimar área de desmatamento. É uma situação danosa para o Estado, que tenta trabalhar com o setor produtivo.'

Os dados foram apresentados na semana passada ao Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), responsável pelo Deter. Segundo o diretor do instituto, Gilberto Câmara, os 17% apontados pelo relatório serão checados, mas ele diz que áreas degradadas sempre foram computadas pelo sistema e continuarão sendo. 'A despeito da discussão conceitual sobre o que é ou não é desmatamento, o padrão de exploração que está sendo usado não deixa a floresta em pé', diz Câmara.



O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Agradeço a V. Ex^a, Senador Arthur Virgílio.

Concedo a palavra ao Senador Adelmir Santana.

V. Ex^a dispõe de até dez minutos.

A seguir, Senador José Nery, como Líder; e Senadora Rosalba Ciarlini, em permuta com o Senador Marco Maciel.

O Senador José Agripino faz a inscrição como Líder.

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, um dos maiores desafios do nosso País é diminuir as desigualdades sociais. Desigualdades essas que nos distanciam muito do jargão utilizado pelo Governo de que o Brasil é um País de todos.

Estamos muito longe disso, Sr. Presidente.

Para citar apenas um exemplo, vejam como são tratados os aposentados e pensionistas brasileiros. São mais de 24 milhões de idosos que lutam por dignidade e respeito.

No Distrito Federal, os aposentados e pensionistas recebem da Previdência Social, em média, R\$585,00 por mês. Vou repetir, Sr. Presidente: R\$585,00 por mês. Essa é a recompensa que eles recebem por terem suado a camisa durante tantos anos para ajudar no desenvolvimento do País. É com esse rendimento de R\$585,00 por mês que eles são obrigados a viver aquele que deveria ser o melhor momento de suas vidas.

Com os filhos criados, sem ter que ir para o trabalho, esse seria o momento de investir em si mesmo: viajar, fazer um tratamento de saúde, matricular-se em um curso interessante, enfim, ainda há tanta vida após a aposentadoria. Mas, infelizmente, com R\$585,00 por mês, os pensionistas e aposentados não têm tantas opções.

Precisamos, Sr^{as} e Srs. Senadores, resgatar a auto-estima desse povo sofrido e humilhado que é o aposentado e pensionista brasileiro. Não é justo que, depois de se dedicar mais da metade de sua vida ao trabalho, ele não possa usufruir de uma aposentadoria digna.

Não haverá justiça, cidadania e pátria livre sem que haja respeito e dignidade para com os aposentados, os pensionistas e os idosos. Nesse sentido, cumprimento o Senador Paulo Paim pelo excelente trabalho que vem desenvolvendo para esse segmento.

Ainda ontem, o meu ilustre colega Senador Mário Couto, brilhante representante do Estado do Pará, também se solidarizou com a luta dos nossos idosos e

disse que vai fazer vigília neste plenário até que os projetos de interesse dos aposentados sejam votados.

E o que eles querem não é muito. Já existem na Casa três projetos em tramitação: o PLC 42/07, o PLS 58/2003, e o PLS 296/2003. Projetos que visam recompor as perdas dos benefícios dos pensionistas e aposentados.

A defasagem nos benefícios, Sr. Presidente, passa de 70% se considerarmos apenas a diferença entre o salário mínimo e o benefício pago pelo Governo. Os aposentados e pensionistas não recebem o mesmo reajuste anual do salário mínimo. Em 2007, por exemplo, enquanto o salário mínimo teve um reajuste de 16,67%, o reajuste para os aposentados foi de 4,3%, acompanhando apenas a inflação do período.

Ora, Sr. Presidente, por que o reajuste não acompanha o salário mínimo? Por que aqueles que já contribuíram tanto para o Brasil recebem tão pouco do Governo?

Uma delegação de quase 200 aposentados e pensionistas representantes de todas as partes do Brasil foi recebida pelo nosso Presidente nesta manhã, o Senador Garibaldi Alves Filho, com a ajuda do Senador Paulo Paim e do colega Mário Couto. Na oportunidade, eles fizeram um apelo para que todos os projetos que já estiverem aptos possam entrar na pauta de votação o mais rápido possível.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, os aposentados saíram da sala do nosso nobre Presidente com o compromisso selado pelas lideranças de que, desde a pauta esteja liberada, os projetos que estiverem aptos serão votados na próxima terça-feira, dia 08 de abril, aqui no plenário.

Aproveito para, em nome dos 24 milhões de aposentados e pensionistas brasileiros, pedir o apoio de todas as Sr^{as} e Srs. Senadores para conseguir os votos necessários à aprovação desses projetos.

Que brava luta dos nossos aposentados! Lamento que eles não estejam incluídos nesse Brasil de todos, alardeado pela propaganda do Governo Federal.

Em nome da Confederação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos (COBAP), juntamente com as federações estaduais e suas associações, faço um apelo comovido aos Poderes Legislativo e Judiciário e ao Presidente Lula pelo cumprimento dos direitos constitucionais dos nossos aposentados e pensionistas. Eles não pedem vantagens nem migalhas, cobram somente o que lhes é devido.

As políticas públicas, financiadas por toda a sociedade, devem ter como objetivo maior a construção da cidadania. Sendo política pública, essa construção da cidadania tem o seu custo. Do ponto de vista tributário, hoje, paga-se muito para pouca cidadania.

Os recolhimentos tributários por parte da sociedade deveriam ter o tamanho do seu retorno social.

Trata-se, portanto, de um sistema de caráter universal, que assegura o direito, independentemente da contribuição direta do segurado. O sistema de seguridade social, tal como foi concebido pela Constituição Cidadã, significa articular a previdência, a saúde e a assistência como políticas integradas e complementares. No entanto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, as demandas sociais, como não poderia deixar de ser, são crescentes e só poderão ser atendidas na medida em que o financiamento público se tornar efetivamente o indutor do crescimento econômico e dos avanços na melhoria das condições de vida, sendo a prioridade o gasto social e não o gasto financeiro.

A cidadania se constrói com direitos: direito ao trabalho, direito à saúde, direito à assistência social, direito à educação, direito à aposentadoria e à pensão.

Senhores aposentados e senhores pensionistas de todo o Brasil, especialmente do Distrito Federal e do Entorno, quero não só me congratular com todos como também deixar registrado o meu mais irrestrito apoio nessa luta. As portas do meu gabinete estão abertas. Eu os receberei e abraçarei essa causa, que também é minha, já que estou entre os 24 milhões de aposentados deste País.

Que as Sr^{as} e os Srs. Senadores, independentemente dos seus compromissos partidários, possam ser solidários a essa causa, que busca a justiça social para aqueles que, com o suor dos seus esforços, construíram os alicerces e as riquezas do nosso Brasil.

Tenho visto aqui a luta incessante do Senador Paim e de outros Senadores, como é o caso do Senador Mário Couto, que citei, que se associam nessa luta em defesa dos aposentados. Mesmo sendo Senador da base de apoio ao Governo, o Senador Paim tem sido incisivo na necessidade de se colocarem em votação esses projetos que tratam dessa matéria.

Quero, portanto, como membro do Democratas, sabendo das dificuldades que isso pode representar para a Previdência Social, fazer um apelo à Casa para que coloquemos imediatamente em votação os projetos que estão prontos, que foram discutidos em várias Comissões nesta Casa e que merecem ter o apreço de todos nós, em defesa dos aposentados do Brasil.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Adelmir Santana, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Garibaldi Alves Filho.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a e concedo a palavra ao Senador José Nery. (Pausa.)

Estando S. Ex^a ausente, concedo a palavra ao Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é oportuno, Senador Garibaldi, que V. Ex^a esteja presidindo a sessão neste momento, porque desejo fazer um pedido, que vai caber a V. Ex^a concretizar, sobre uma necessidade que entendo ser da autoridade do Congresso Nacional e do Senado Federal.

Presidente Garibaldi, V. Ex^a não estava hoje pela manhã na reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que investiga os cartões corporativos. Nós tínhamos uma longa agenda, composta por inúmeros requerimentos de convocação de pessoas, que, no meu entendimento, tinham uma grande contribuição a dar, pelos depoimentos que viriam a fazer, ao trabalho do Relator, que tem a obrigação perante o País de constatar a prática ou não de irregularidades no pagamento de contas dos cartões corporativos do Governo Federal, e de apontar uma nova legislação ou novos procedimentos a serem adotados com referência ao uso desses cartões.

O que se deseja, o que a sociedade quer é o corte do mal pela raiz, é a identificação da prática do dolo e o apontamento de caminhos novos a serem seguidos, para que o dolo não se repita. Para isso, Senador Arthur Virgílio, é fundamental, ou era fundamental, ou seria fundamental a análise dos requerimentos que hoje, durante a manhã inteira, até as duas horas da tarde, foram apreciados um a um.

Senador Geraldo Mesquita, foi uma reunião triste. Para mim, Senador, foi uma reunião de desencanto, de frustração, de angústia, de explicações que o Congresso vai ter de dar.

Por que não aprovar, por exemplo, o requerimento de convocação ou convite do Sr. Anderson Ferreira de Aguiar, por exemplo, ecônomo da Presidência da República, que, mediante dados constantes de relatório do TCU, usou, com cartão corporativo da Presidência da República, R\$716 mil e, em nome de segredo de Estado, não ofereceu a comprovação devida? E ficou lá um esqueleto pendurado, uma dúvida colocada.

No encaminhamento que tive oportunidade de fazer, eu cheguei a ler palavras textuais do Ministro Marco Aurélio, que dizia, não exatamente com as palavras que vou dizer, que, em se tratando de dinheiro público, não existe essa história ou essa figura de segredo de Estado, segurança nacional.

Tratava-se de dinheiro público. E o ex-Presidente da República Fernando Henrique Cardoso declarou, alto e bom som, que, nas contas dele, quando era Presidente, dos cartões corporativos da Presidência, não havia nada de segredo e que ele tomava a iniciativa, inclusive, de abrir o sigilo das suas contas, dos seus cartões corporativos. Nem é segredo de Estado nem é segurança nacional, mas é dinheiro público que tem que ser usado com correção.

Pois muito bem, o Sr. Anderson Ferreira é ecônomo e disse que, mesmo tendo gasto R\$716 mil em cartões corporativos, não iria prestar contas – é o que se supõe –, porque as contas pagas com cartão traduziam segurança de Estado, confrontando com o que disse o Ministro do Supremo Tribunal Federal Marco Aurélio Mello.

Eu encaminhei tudo nesse sentido, e o voto dos governistas foi “não”, do pé à ponta. Não teve unzinho só, nem Deputado nem Senador, que dissesse: Eu vou me abster. Ou: Eu vou votar com o requerimento, para tirar essa dúvida. O que se quer é tirar dúvida. Não se pediu nem ao menos quebra de sigilo bancário, que não significa, se for concedida, em absoluto, condenação. É instrumento para agilização de processo de investigação e chegada a conclusões. Negaram tudo.

Agora, Senadora Rosalba, o curioso é que, enquanto a votação, que era nominal, ocorria no Senado, a tese da aprovação do processo de investigação era aprovada; quando chegava à Câmara, virava e caíam os requerimentos.

Em função disso, Senador Garibaldi Alves Filho, Presidente do Senado e do Congresso Nacional, tomamos a deliberação, nós, Democratas. E com absoluta certeza neste sentido vai falar o Senador Arthur Virgílio. Não vemos outra alternativa.

Na semana que entra, ocorrerão depoimentos previstos de autoridades do Palácio do Planalto, autoridades da República. Os requerimentos que hoje foram negados significam o claro comportamento do Governo de não querer investigar. Não interessa para ele o processo de investigação. As pessoas não vêm porque não querem. Os depoimentos que vão ocorrer na próxima semana não vão dar nem aos membros da comissão nem ao Relator elementos confiáveis e consistentes para a elaboração de um bom relatório e a dação de um voto consistente.

Por essa razão, Sr. Presidente, é que estamos solicitando de V. Ex^a a imediata leitura do requerimento que está sobre a Mesa, que está entregue à Mesa do Senado, para a instalação de uma CPI exclusiva no Senado, para a investigação dos cartões corporativos.

Quero dizer a V. Ex^a que fizemos tudo que esteve ao nosso alcance nos trabalhos da CPMI para evitar

que esse pedido fosse apresentado, mas na sessão de hoje nos foi negada a última alternativa: a aprovação dos requerimentos que dariam aos membros da Comissão e ao Relator a possibilidade de um relatório consistente e de votos conscientes.

Na impossibilidade disso, quero deixar, em nome de meu Partido – e com certeza absoluta falará o Senador Arthur Virgílio –, a imediata leitura do requerimento que instala só no Senado a CPI dos Cartões Corporativos.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço ao Senador José Agripino.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, de fato, não chega a ser surpresa para ninguém, nem para V. Ex^a, que tem sido um guardião dos interesses do Congresso, que tínhamos uma enorme necessidade de fazer funcionar essa Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que investiga o caso dos cartões corporativos. Mas estamos vendo, semana após semana, que não se consegue convocar um simples ecônomo, não se consegue muito menos convocar qualquer autoridade, por mais que haja indícios da necessidade – não é indício sequer de efetiva culpabilidade, mas indícios da necessidade – de se ouvirem determinadas autoridades.

Atiraram às feras alguns Ministros de pequena monta, algumas figuras menores do quadro administrativo brasileiro federal, e procuraram blindar, e até sem muito nível, as figuras que supostamente interessariam ao Poder Federal.

Sempre deixamos claro, nas reuniões que tivemos no gabinete de V. Ex^a, que apostaríamos tudo – e com a máxima paciência, inclusive sabendo da nossa condição de minoria – na CPI Mista. Primeiro, porque afastaria do Senado, que poderia correr com seus trabalhos normalmente, a idéia de mais uma CPI funcionando aqui; segundo, porque não tínhamos nós que desacreditar da ação conjunta de Parlamentares. Além do mais, a idéia havia partido inicialmente de um Deputado do meu partido, o Deputado Carlos Sampaio.

Devo dizer a V. Ex^a que me senti bastante constrangido com os fatos que foram se sucedendo na CPMI. Em relação às outras coisas, hoje até estou de coração muito leve, porque tive todos os entendimentos que tinha que ter, do meu jeito, do jeito que sou, para as pessoas perceberem que talvez na China, que tem 650 milhões de homens, haja alguém capaz

de me desmoralizar. Aqui, no Brasil, que só tem 100 milhões de homens, penso que é difícil encontrar alguém. Então, está tudo claro para mim. Acho que daqui para frente o contato vai ser muito urbano, muito cortês, como eu gosto.

Todavia, vejo, Sr. Presidente, algo filosófico e queria chamar a atenção da Casa e do Senador José Agripino, especialmente de V. Ex^a: a CPI é um instrumento da minoria. Isso é consagrado pela tradição anglo-saxônica parlamentar, que é aquela à qual se filia o Brasil. Veja bem V. Ex^a: na medida em que se arma uma maioria para simplesmente obstaculizar toda e qualquer iniciativa da minoria, temos a negação da própria instituição da CPI. A CPI deixa de ter validade na medida em que deixa de ser aquele instrumento que deveria ser de colaboração da maioria para que a minoria pudesse fazer as investigações necessárias ao funcionamento da democracia. Quando isso acontece, percebemos, então, que, muito mais do que a CPI dos Cartões, está em jogo, neste momento, a própria instituição da Comissão Parlamentar de Inquérito.

É pior do que negar a CPI, isto é muito pior, porque é fazer dela um instrumento desmoralizado perante a opinião pública. Temos um outro recurso, e desde o começo se sabia que seria assim. O outro recurso qual é? Faço esse recurso, Senador Garibaldi, com uma dupla proposta. O outro recurso é aquele que está nas mãos de V. Ex^a. E, corroborando as palavras do Líder José Agripino, peço a V. Ex^a que imediatamente, portanto, não mais nem menos do que hoje, leia a constituição da CPI aqui do Senado.

Mas não fico satisfeito com o que estou vendo aqui. E faço a V. Ex^a a sugestão de que reúna os Líderes da Casa e as figuras que desejar, em sua casa ou aqui, onde V. Ex^a queira, para pensarmos o Senado, para meditarmos sobre o que está se passando nesta Casa. Vejo erros e culpas, do ponto de vista da postura na Casa, de todos os lados.

Não estou aqui para partidizar culpas nem para partidizar virtudes. Estou aqui para dizer que, se é meu dever, como é dever do Senador José Agripino – e estamos cumprindo este dever –, assim como é dever de V. Ex^a fazer a leitura do requerimento de constituição da CPI do Senado, é dever nosso também olhar esta instituição.

Coloco-me à disposição de V. Ex^a para, independentemente do número de CPIs que funcionem aqui na Casa – e acredito que o bom nível vai ser restaurado –, temos que saber compor uma agenda que passa, sim, pela compreensão do Governo de que não é possível mais, primeiro, o atual rito de medidas provisórias; segundo, longe de aceitarmos a troca por algo que dá mais força ainda contra o Congresso e a

favor do Governo, que são 180 dias de carência para uma medida provisória. Isso é inaceitável. Não permitiríamos que trafegasse uma PEC dessas que só vem para apequenar ainda mais nossa soberania.

Mas a compreensão do Governo é necessária. Portanto, estamos às ordens para dialogar com o Governo sobre essa questão.

Assim como entendo que teríamos de ter, na medida em que se reduzissem as medidas provisórias em análise, uma agenda do Senado. O Senador Renato Casagrande me telefonou hoje e disse assim: “Gostaria muito de discutir – quando se aprova, a gente não sabe –, mas de discutir para valer qual é a reforma política que satisfaz o País”.

Eu tenho sempre dito que tem uma reforma tributária da qual eu discordo e que tem uma reforma tributária da qual eu me aproximo aqui no Senado. A do Governo eu discordo dela, por ser frágil, por ser simplória. E gosto daquela relatada pelo Senador Dornelles na subcomissão presidida pelo Senador Jereissati – gosto dela precisando ver, claro, questões ligadas ao meu Estado. Eu quero trabalhar a reforma tributária – embora não creia nela para este ano – como se eu tivesse de acreditar nela, Sr. Presidente.

Hoje alguns repórteres me pediram que opinasse sobre a proposta do Líder do PT na Câmara, Deputado Maurício Rands, em relação ao Imposto sobre Grandes Fortunas. Eu disse que a vejo com respeito, porque não vejo nela aquela proposta de esquerda antiga, tipo raiva ao lucro, raiva à fortuna, raiva ao empreendimento. Não estou vendo isso. Segundo entendo, trata-se de trabalhar algo que, aliás, é muito capitalista. Trata-se de evitar parasitas herdeiros, que não criam coisa alguma, e de se dotar instituições tipo fundação de recursos para trabalhar em ciência, laboratório, tecnologia, saúde. Ao mesmo tempo em que cabe aos herdeiros, com o que sobrar para eles, recomeçar suas vidas empreendendo. Então, eu recebi com muito respeito. Trocamos idéias sobre o tema – eu e os repórteres –, e levantou-se a possibilidade de trabalharmos essa idéia separadamente da própria reforma tributária, para não vinculá-la a algo que pode não sair.

Sr. Presidente, resumindo: estou às ordens para uma convocação de V. Ex^a para tratar de uma pauta do Senado, para tratar do resgate deste Senado. Cumpro, porém, com o dever, do mesmo modo como fez o Líder do DEM na Casa, de solicitar a V. Ex^a a imediata leitura da CPI dos Cartões Corporativos, acreditando que aqui não se fará esse jogo tosco de maioria contra minoria, até porque – avisamos desde já – qualquer negativa a algo que seja fundamentado – para isso há o debate... “Não se deve pedir a quebra de sigilo de fulano de tal”. Eu me convenço disso, não sou nenhum brutamon-

tes para não chegar à razão, curvo-me à vontade da maioria como a maioria deve se curvar à vontade da minoria. No entanto, se sentirmos que há a idéia da *blitzkrieg* contra a apuração dos fatos, recorreremos de cada negativa desta tribuna e pediremos o exame do Senado Federal, com votação aberta, para que todos mostrem sua verdadeira face.

Este, para mim, de todos os argumentos que justificam a constituição da comissão parlamentar de inquérito exclusiva do Senado, é o mais forte de todos, porque o recurso, na outra, teria de ser ao Congresso, e nós sabemos que, hoje, o Congresso, infelizmente, não é uma viabilidade tão clara quanto é viável o trabalho aqui dentro, com os instrumentos que nos propiciam o Regimento do Senado Federal.

Portanto, aguardo a leitura e digo a V. Ex^a que, longe de ver nisso algo que venha tumultuar os trabalhos da Casa, faço essa solicitação a V. Ex^a, cobro de V. Ex^a esse compromisso, dizendo que esperamos oferecer o trabalho que a outra CPI não está sendo capaz de oferecer, apesar dos esforços e do equilíbrio da Senadora Marisa Serrano, que ainda assim permanecerá no seu posto como no nosso posto permaneceremos todos nós, lutando até o final.

Para resumir, Sr. Presidente, e para encerrar, vejo que, se não se convoca ninguém, se não se faz nada, podemos nós, os que forem membros, poderão aqueles que são membros da CPI, compulsar os dados que estão chegando, do mesmo modo que o Relator compulsará os dados. O Relator terá um mês para fazer seu relatório, e ele que faça o relatório. Se não concordarmos com o relatório, faremos um voto em separado, um relatório contrário, para ser, certamente, derrotado pela maioria acachapante que o Governo tem lá, e encerramos aquele episódio se for esse o desígnio daquela maioria que se formou.

Aqui, continuaremos na luta, porque não queremos nada diferente do queríamos quando propusemos a CPI pela primeira vez: queremos, queremos e queremos a apuração completa dos fatos envolvendo todas as instâncias de governo, dos dois governos, porque não entendemos que razões de segurança nacional devam ser citadas para se contraporem à necessária transparência que é exigida pela Constituição no trato do dinheiro público.

Portanto, essa é a posição das oposições. E não é com júbilo que digo isso, mas com sentimento de necessidade, por entender ser essa uma das formas de proteger o bom nome do Congresso Nacional, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Pela ordem, Presidente.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Pela ordem também, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Wellington Salgado e, em seguida, a Senadora Serys e o Senador João Pedro. Mas eu faria um apelo a todos os três para que pudéssemos ouvi-los por poucos minutos, porque temos oradores inscritos, temos a Ordem do Dia e temos, em outras palavras, de dar continuidade aos nossos trabalhos.

Com a palavra o Senador Wellington Salgado.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, um das coisas que aprendi nesta Casa, uma das coisas com as quais convivi, convivo e que vejo acontecer é a prática de fazer valer a palavra.

Dizem que o homem é escravo da palavra dada, da palavra dita. Essa era uma das razões que me levavam a gostar bastante do Senador ACM – que Deus o tenha onde estiver. É que, independentemente do assunto, se ele dava a sua palavra, ela valia até o final. Eu o admirava por isso. Contra mim, na oposição, na situação, muitas vezes me aconselhei com ele. Ele em posição contrária à minha, ele sempre fazia valer a palavra. Acho que o conceito desta Casa tem caído porque, tendo-se combinado, descombina-se da maneira mais fácil que pode acontecer, como se nada tivesse acontecido.

Aqui foi dito pelos partidos de oposição há um tempo que, se o PMDB abrisse mão da Presidência da CPI dos Cartões Corporativos – o Senador Arthur Virgílio, por quem tenho um grande respeito e uma grande admiração, lembra bem disso –, o requerimento que estava na Mesa seria retirado, mas isso nunca aconteceu. Uma vez me levantei e falei: “Senador, nós fizemos um acordo. Eu participei da conversa no meu partido, o Líder Romero Jucá orientou que abrissemos mão desse posicionamento de Presidente”. Eu acompanhei o partido, abrimos mão dessa posição, e a Senadora Marisa Serrano foi indicada. O nosso Presidente seria o Senador Valter Pereira, que teve de explicar, junto às suas bases, por que ele não foi conduzido à condição de Presidente, por que foi tirado na negociação que o meu partido fez com a oposição.

No entanto, Sr. Presidente, uma série de requerimentos não foram aprovados e, se formos dar uma olhada para saber quais são os signatários desses documentos, veremos que, quase sempre, são os mesmos Deputados. Então, eis que surge, outra vez, esse requerimento para se criar uma CPI só no Senado Federal.

Para mim, está tudo válido: se fosse a minha palavra, ia valer desse no que desse; se eu tives-

se combinado, ia valer. Aceito o posicionamento da Oposição de aprovar um requerimento na Comissão de Infra-Estrutura para chamar a Ministra Dilma. É direito de todo Senador apresentar requerimento em qualquer Comissão. Aliás, não acredito que a Ministra Dilma tenha medo de vir aqui ou tenha algum receio quanto a isso. No entanto, deixa-me tremendamente entristecido ficar na posição de ter que explicar por que, dentro desta Casa azul, não vale a palavra dada. Para mim, seja qual for a posição, se eu combinar, vale o que combinei.

Já adotei posição contra o Governo aqui, combinada, deixando o Ministro Hélio Costa, de quem sou suplente, em situação difícil, mas eu honrei a minha palavra. Honrei e, quando combinar novamente, vou honrar a minha palavra aqui.

Agora, o que não pode é, no meio do jogo, puxar carta da manga ou puxar carta de dentro da meia. Qualquer artifício dentro do Regimento é válido. Agora, combinar e descombinar, como se nada tivesse acontecido, eu não pratico esse tipo de ato; por isso é que vou reclamar sempre.

Se combinou, para mim, não precisa assinar. Se o Senador José Agripino combinar comigo, está combinado. Se o Senador Arthur Virgílio combinar comigo, está combinado. Não tem de assinar. Não tem de botar o dedo polegar. Não tem de filmar. Não tem de mostrar fita. Não tem de fazer nada. Da mesma maneira, se o Senador Tião Viana combinar está combinado. Falou, olhou no olho está valendo. Agora, falou, olhou no olho e não está valendo, aí...

Aqui dentro, Senador Heráclito, com V. Ex^a combino qualquer coisa. Se V. Ex^a combinar, está combinado também. V. Ex^a vale a palavra. E todos os demais que avalizei valem.

Agora, não sei mais em que vou confiar aqui dentro.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra, pela ordem...

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Quero apenas me solidarizar com o Senador Wellington Salgado por este momento de lucidez.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Heráclito...

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – É por que quero colaborar com o Senador neste momento. Que ele tivesse esse mesmo olho crítico, do olho no olho, em relação ao Presidente da República.

Participamos de um acordo aqui, votando uma matéria sindical. O Líder do Governo, Romero Jucá, avalizou. O Senador Paulo Paim, que é um grande lutador dessa causa, avalizou. E o Presidente da República vetou.

Então, não se pode realmente confiar. Olho no olho não vale. É uma questão, Senador Wellington, contra a qual realmente V. Ex^a deve protestar essa da falta de cumprimento seja aqui ou seja lá. Pau que dá em Chico dá em Francisco.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra à Senadora Serys Slhessarenko.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Vou ser bastante breve, conforme a solicitação de V. Ex^a, Sr. Presidente. Quero apenas pedir que se registre nos *Anais* do nosso Senado da República a carta aberta que nos chega neste momento: *Carta Aberta ao Congresso Nacional*.

A carta tem o seguinte teor:

A Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM/PR) e o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) vêm a público manifestar seu repúdio pela forma com que o Senador Mão Santa (PMDB – PI) se referiu à ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, durante a Sessão Deliberativa Ordinária realizada no dia 2 de abril de 2008, no plenário do Senado Federal.

Eu não vou ler a carta, mas quero dizer simplesmente que a discordância e a crítica são fundamentais para a democracia, Sr. Presidente, mas não podem estar firmadas em conceitos retrógrados e preconceituosos que primem pela ridicularização da imagem feminina.

Portanto, a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher vêm se dirigir a V. Ex^{as} para reafirmar nosso repúdio quanto ao ocorrido e solicitar providências para que os debates ocorram de forma respeitosa.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Que se registre, na íntegra, nos *Anais* do Senado essa *Carta Aberta ao Congresso Nacional*.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SENADORA SERYS SLHESSARENKO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES
CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER
Esplanada dos Ministérios, bl. L, Ed. Sede, sala 200 - Brasília/DF
cnadm@spmulheres.gov.br

CARTA ABERTA AO CONGRESSO NACIONAL

A Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM/PR) e o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) vêm a público manifestar seu repúdio pela forma com que o Senador Mão Santa (PMDB - PI) se referiu à ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, durante a Sessão Deliberativa Ordinária realizada no dia 2 de abril de 2008, no plenário do Senado Federal. Nesta sessão, o Senador Mão Santa utilizou a expressão "galinha cacarejadora" ao se referir à ministra Dilma como "Mãe do PAC".

Exigimos respeito, pois, nós, mulheres somos mais de 51% da população do Brasil e 42% da população ocupada, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Representamos 52% do eleitorado que legitima, democraticamente, cada legislatura de nosso Congresso Nacional, conforme dados do Tribunal Superior Eleitoral.

O fato reforça a discriminação de gênero e reitera a forma estereotipada com que a mulher é tratada na sociedade brasileira. Apesar de sermos maioria, ainda lutamos para garantir nossas conquistas e direitos. No Congresso Nacional não é diferente. As mulheres - sejam elas detentoras de mandatos obtidos pela vontade popular ou gestoras públicas elevadas pela sua competência - vêm sendo alvo de preconceitos, e, muitas vezes, de ataques pessoais sistemáticos, que as desconsideram como agentes políticos e colaboradoras essenciais para a representatividade real da sociedade também na esfera de poder.

A discordância e a crítica são fundamentais para a democracia. Mas não podem estar firmadas em conceitos retrógrados e preconceituosos que primem pela ridicularização da imagem feminina.

Portanto, A SPM e o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher vêm se dirigir a V.Exas. para reafirmar nosso repúdio quanto ao ocorrido e solicitar providências para que os debates ocorram de forma respeitosa.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a será atendida na forma do Regimento. Com a palavra, pela ordem, o Senador João Pedro.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, ouvi com atenção a proposta do requerimento do Líder José Agripino, já comentada pelo Líder Arthur Virgílio, e, na mesma direção, eu gostaria de refletir e registrar o seguinte: quando começamos a Legislatura, no primeiro dia de sessão, com o memorável e inesquecível pronunciamento de V. Ex^a, ali assinei proposta de CPI que foi uma propositura, uma iniciativa do Senador Eduardo Suplicy, encaminhada pelo Líder do Governo, Senador Romero Jucá, propondo a instalação de uma CPI aqui no Senado da República. Pois bem, foi lá, foi cá, e acabou sendo proposta uma CPI Mista.

Eu quero dizer para esta Casa, para o Brasil que vem acompanhando os trabalhos da CPMI, que é verdade que existe um padrão de radicalidade lá na CPMI. Porém, a CPMI está funcionando; tem debate duro, mas tem um debate, e estão acontecendo as oitivas. Na próxima semana, haverá oitiva na terça, na quarta e na quinta-feira.

O que eu quero dizer é que esse requerimento, essa propositura de CPI aqui no Senado foi apresentada por nós; o Senador Romero Jucá apresentou essa proposta, mas houve uma mudança, houve um outro entendimento.

O que não dá, Sr. Presidente, é para nós insistirmos com essa estratégia de politizarmos a CPI, quando poderíamos estar aqui, neste Senado, aí, sim, tentando recuperar ainda mais os pontos de credibilidade, se estivéssemos aqui travando debate para valer sobre a reforma política e sobre tantos outros assuntos que poderiam contribuir ainda mais para o avanço da sociedade brasileira, para o avanço desta Casa.

Então, eu penso o seguinte: há uma estratégia nítida de atingir o Governo Lula, trazendo aqui, a qualquer custo, a Ministra Dilma Rousseff, que já respondeu à sociedade, que esclareceu, de forma republicana, os procedimentos da Casa Civil. A carta à revista *Veja* é esclarecedora. Mas a Oposição insiste. E por isso que desde 2004 o Congresso fica nas CPIs que levam muito pouco à frente, quando poderíamos pautar o Senado da República.

E, nesse ponto, concordo com o Senador Arthur Virgílio: o Senado poderia ter uma pauta positiva, uma pauta que pudesse encontrar o sentimento da sociedade brasileira, que nos permitisse avançar ainda mais como vem avançando o Governo do Presidente Lula, com questões importantes do ponto de vista social, conquistas importantes, nestes últimos anos, para o povo brasileiro.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Eduardo Azeredo.

Faço a V. Ex^a o mesmo apelo que já fiz aos outros oradores no sentido de sermos, com relação ao pedido de “pela ordem”, mais econômicos nas nossas palavras.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, a mim V. Ex^a não precisa fazer esse apelo, porque eu sempre soube ser bem econômico.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a – reconheço – é um deles.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Perfeito. Sr. Presidente, apenas peço que possamos inserir na Ordem do Dia a PEC nº 5, de 2006, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que diz respeito à representação de brasileiros no exterior aqui na Câmara dos Deputados.

O Senador Gerson Camata fez, há pouco, um discurso exatamente elogiando a situação da Itália, que tem representantes dos italianos que moram fora e que são eleitos como nós, brasileiros. Os brasileiros descendentes de italianos votam aqui.

Há um projeto de autoria do Senador Cristovam Buarque do qual fui Relator e que já foi aprovado. Falta submetê-lo à votação no plenário. É o mesmo projeto. Assim, os brasileiros que moram nos Estados Unidos terão representantes eleitos no Brasil. Os brasileiros que vivem na Europa também.

É um projeto importante. Há hoje três milhões de brasileiros morando fora e eles poderiam ter uma representação aqui, porque é necessária essa atuação, como vimos agora na Espanha, como vimos antes em Portugal.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Já darei a resposta a V. Ex^a, Senador Eduardo Azeredo, no sentido do atendimento.

Com a palavra a nobre Senadora Rosalba Ciarlini.

V. Ex^a usará a palavra por dez minutos, por cessão do Senador Marco Maciel.

A SR^a ROSALBA CIARLINI (DEM – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no início desta semana – o Sr. Presidente deve se lembrar muito bem –, ocupava esta tribuna para fazer o relato do que tinha assistido no final de semana no nosso Estado. E vinha com alegria. As chuvas caindo no Estado, tudo verde, era um cenário diferente, deslumbrante. Mas, infelizmente, Sr. Presidente, Sr. Senador José Agripino,

nosso conterrâneo, volto hoje à tribuna para relatar a intranqüilidade em função exatamente das águas.

Já na segunda-feira, relatava que em alguns pontos do nosso Estado, na região do Trairi, por exemplo, em função das chuvas que estavam severas, já existiam cidades, como São Bento do Trairi, que se encontravam isoladas porque havia caído uma ponte.

Os grandes reservatórios do Rio Grande do Norte oferecem um espetáculo lindo quando estão sangrando, mas, infelizmente, as chuvas continuaram rigorosas, continuaram realmente sem cessar.

E hoje o que nós estamos tendo de anunciar? Que muitas e muitas cidades do nosso Estado já se encontram em estado de calamidade.

O Açude Gargalheiras sangra com 75 cm; a Barragem de Santa Cruz sangra com mais de um metro; as Barragens Pau dos Ferros e Armando Ribeiro Gonçalves; o Rio Piranhas-Açu tem uma cheia histórica. Há situações, realmente, de muita dificuldade, de muitos prejuízos. Na área ribeirinha do Rio Açu, passando exatamente por Açu, Carnaubais, Alto do Rodrigues, Pendências, onde nós temos plantações de banana, de manga, de melão, que são importantíssimas na economia daquela região, porque são frutas para exportação. Então, todas essas plantações já estão comprometidas.

Não é diferente na região salineira. O Rio Grande do Norte produz 96% do sal consumido no Estado. E, devido a esse inverno rigoroso, Areia Branca, Macau, Porto do Mangue, toda a região salineira já passa, Sr. Presidente, por situações de muita dificuldade.

Se não bastasse o nosso Rio Apodi-Mossoró, a Barragem Santa Cruz sangrando, na cidade de Apodi, no vale do Apodi, a situação é mais preocupante, mais grave: já são mais de três mil famílias desabrigadas; sítios e comunidades rurais estão isolados. Há poucos instantes, eu falava com a Vice-Prefeita daquele Município, a Sr^a Gorete, e ela me dizia que há pessoas nas cumeeiras das casas, esperando que as lanchas cheguem para tirá-las.

Sr. Presidente, V. Ex^a conhece essa realidade. Senador Agripino, V. Ex^a conhece essa realidade. Lembra de 1985, quando tivemos aquela cheia grande no nosso Estado? Lembra do sofrimento? Eu conheço também, Sr. Presidente, porque Mossoró teve uma das grandes cheias. Como Prefeita, tive oportunidade de enfrentar cheias não tão severas, mas que trouxeram muitos transtornos para a cidade.

A situação também já leva dificuldades a Riacho da Cruz, que está isolada, a Umarizal, a Itaú e a Portalegre. São muitos e muitos Municípios.

Aqui desta tribuna, Sr. Presidente e Sr. Senador Agripino, quero fazer um apelo ao Governo Federal para

que agilize o atendimento. É urgente! É urgentíssimo! É uma situação de calamidade. Para não virar uma catástrofe, que chegue logo o apoio para o atendimento, com abrigo, com alimento, com medicamentos.

Por falar em medicamentos, o nosso Estado, com relação à dengue, também está numa situação preocupante. Nas estatísticas, é o quarto no número de casos, proporcionalmente. E agora, com esse alagamentos, a situação só tenderá a piorar.

Deixo aqui o meu apelo, o apelo de uma nordestina que se alegra quando vê a chuva. Temos tantos períodos de seca, Senador, pedimos tanto a São Pedro, a São José, que, de vez em quando, parece, como naquela canção cearense, que exageramos nas orações.

O Sr. José Agripino (DEM – RN) – Permita-me um aparte, Senadora?

A SR^a ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – Pois não, Senador José Agripino.

O Sr. José Agripino (DEM – RN) – Senadora Rosalba, V. Ex^a, com muito senso de oportunidade, na hora certa, no primeiro momento, faz um pronunciamento para – é desejo do Senador Garibaldi, como é meu desejo – manifestar ao País a apreensão pelas cheias que o Rio Grande do Norte está assistindo nesse momento. Começou há 15 dias, em São Bento do Trairi, Santa Cruz, com o rompimento da estrada e com o ilhamento da cidade de São Bento do Trairi. Tive oportunidade de falar com o Prefeito de Santa Cruz e com o Prefeito Tula, de São Bento do Trairi, e oferecer os meus préstimos. Ele me disse que voltaria a falar comigo se houvesse necessidade. Mas, de uma semana para cá – como V. Ex^a está, com muita precisão, colocando o quadro do Rio Grande do Norte –, os açudes do nosso Estado, até os grandões, estão sangrando como nunca. A Barragem do Açu tem lâmina d'água de mais de um metro; a Barragem de Santa Cruz, uma cheia monumental; o Açude do Rodeador, feito por mim no Município de Umarizal, tem sangria grande; o Açude Pau dos Ferros, idem; dos pequenos, nem se fala. Só que quando acontece isso, para aqueles que estão nos vendo e nos ouvindo, já houve apartamento de uma estrada, já houve rompimento de ponte, já houve alagamento de vale. O Vale do Apodi – falei agora com o ex-Prefeito de Apodi, Ivo Freire, – já está cheio, encharcado. E o pior: V. Ex^a lembrou a cheia de 1985 na nossa cidade de Mossoró. V. Ex^a se lembra disso tanto quanto eu ou mais do que eu. Os primeiros atingidos são os mais pobres. São as casas dos mais pobres que ficam localizadas nos terrenos perigosos que gente rica ou gente remediada não ocupa. Vai para lá o mais pobre. Quando a cheia chega, ela atinge, em primeiro lugar, os mais pobres.

E V. Ex^a aborda, com muita propriedade, o problema da cheia. A seca avisa que vai chegar, mas a cheia chega de repente, deixando todo mundo desabrigado e as pessoas com as mãos na cabeça. Então, como sempre fazemos no Estado do Rio Grande do Norte, temos de nos somar: o Presidente do Congresso, V. Ex^a e eu para solicitarmos aquilo que é dever de justiça. Se for o caso, aí sim, deve-se propor uma medida provisória para uma emergência não anunciada, a fim de atender às necessidades dos nossos desabrigados, com alimento, com tenda para abrigá-los, com medicamento, com recuperação de estrada, de ponte, de pontilhão, de bueiro, de casas; ou seja, a recuperação dos prejuízos. Nós que vivemos em um Estado pobre, temos o direito de pedir e vamos nos juntar – os três – para, mais do que pedir, exigir justiça ao nosso Rio Grande do Norte. Cumprimento V. Ex^a pelo seu pronunciamento.

A SR^a ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – Obrigada, Senador.

Eu gostaria de, mais uma vez, reafirmar aos nossos conterrâneos que estão passando por situações de angústia, perdendo suas casas, sem abrigo, sem saber, amanhã, se vão ter o que comer ou não; sem saber se vai chegar o barco para saírem das suas casas lá no Vale do Aporá. E aos que estão perdendo as suas plantações, eu queria levar a nossa solidariedade, a minha, sei que também a sua, Senador Agripino, a do Presidente do Senado, e dizer aos prefeitos, dizer aos agentes políticos daquelas cidades: vamos unir a nossa voz, nos associando à força da voz do Presidente do Senado, à voz do Líder da Oposição. A Defesa Civil nacional já sabe dessa situação, o Ministro Geddel também já sabe. As cheias, as inundações não estão somente no Rio Grande do Norte; estão na Paraíba, no Ceará, em Alagoas, em parte da Bahia. V. Ex^a colocou muito bem. Nós, que tanto abominamos as medidas provisórias, que travam o trabalho legislativo, as medidas provisórias que não são de urgência, pedimos uma medida provisória para recursos que levem o alimento, o medicamento, o abrigo, que dê apoio à reconstrução das casas, dos bueiros, das estradas, das pontes. Esta sim, Sr. Presidente, tenho certeza, ninguém nesta Casa se negará a aprovar. Que ela venha com urgência, urgência urgentíssima, para realmente trazer soluções imediatas para o nosso povo.

Era isto, Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, que eu desejava deixar para registro nesta Casa: o apelo do Rio Grande do Norte, o apelo do nosso povo que sofre com o efeito desse inverno rigoroso, das enchentes, para que sejam socorridos o mais rápido possível, para que o apoio chegue aos Municípios, porque sei que os prefeitos estão preocupados, decretando estado

de calamidade. Sei que a Governadora também deve estar preocupada como ficou o Senador Agripino em 85, como ficou o Senador Garibaldi, como Governador, em momentos como esse.

É conhecida essa realidade. Tendo passado como médica e como prefeita por momentos difíceis como esse, faço aqui esse apelo ao Governo Federal. É urgente, é urgentíssimo! Não podemos esperar nem um minuto! Vamos ajudar! Vamos salvar o nosso povo!

Muito obrigada.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Arthur Virgílio, o Senador Aloizio Mercadante me fez um apelo pedindo que o transmitisse a S. Ex^a porque ele vai ter poucos minutos antes de embarcar para São Paulo e queria contar com a compreensão de V. Ex^a.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sem dúvida. Será um prazer ouvir o Senador.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Agradeço ao Presidente e ao Senador Arthur Virgílio.

Eu queria tratar de um tema que não será fácil construir, mas quero insistir. Refiro-me à agenda do Congresso Nacional. Não me parece que esse rumo que estamos envolvidos todos seja um rumo promissor para a imagem da instituição e para o futuro político de cada um dos Senadores e Senadoras que constituem este Plenário.

Se olharmos a situação internacional, veremos que a principal economia do mundo atravessa uma grave crise econômica, que atinge de forma crescente a União Européia. Os dados do Fundo Monetário Internacional, das instituições multilaterais, já projetam recessão e prevêem que o crescimento da economia americana dificilmente chegará a 1% neste ano, 2008. Esse fato está associado aos prejuízos do CEO bancário, que já superam US\$150 bilhões. Com o impacto direto dessa crise nos bancos americanos, a perspectiva é a de um prejuízo de US\$230 bilhões. Essa crise contamina o sistema bancário europeu, especialmente na Espanha, na Alemanha, na Inglaterra, na França e na Itália.

Acho que só isso já seria uma advertência de que o Congresso Nacional deveria ter uma pauta propositiva, construtiva, no sentido de aprimorar a legislação tributária, a legislação de fomento ao desenvolvimento, a legislação de estímulo às exportações, a legislação

de melhoria no sistema de crédito e de financiamento, para que o Brasil pudesse atravessar esse período mantendo o ritmo forte de crescimento que temos neste momento.

Realmente não entendo a natureza da agenda de que estamos prisioneiros. Em 60 anos de história, 60 anos de estatística do IBGE, só há dois anos em que a taxa de crescimento da economia é maior que a taxa de crescimento da inflação: 2006 e 2007. A economia cresce nesse início de ano 6% nesse cenário adverso de recessão e de turbulência financeira internacional. A indústria cresce 11,5%, se considerarmos de fevereiro a fevereiro, e 9,5% nos últimos 12 meses, taxa que não víamos há muito tempo na nossa querida economia brasileira.

Estamos num crescimento econômico puxado pelo mercado interno e pelo mercado de consumo de massas. As pesquisas do setor privado ou os dados do Pnad, recém-publicados pelo IBGE, mostram que há uma massa da ordem de 20 milhões de pessoas que estão deixando a situação de pobreza e passando a uma situação de classe média, de acesso ao mercado de consumo, fomentado pelo emprego que cresceu 1,650 milhão no ano passado; fomentado pelo Luz para Todos, que beneficiou 7 milhões de famílias, que agora contam com energia elétrica, podendo ter acesso a eletrodomésticos – não só porque tem renda mas porque até então não tinham eletricidade em casa e hoje têm; fomentado por programas como o Bolsa-Família, que atinge 11 milhões de famílias ou pelo salário mínimo de R\$415,00, que ainda é baixo, mas corresponde a US\$244, quando o movimento sindical passou 25 anos lutando pelo salário mínimo de US\$100.

É essa renda – o emprego, o salário mínimo, o Bolsa-Família, o Luz para Todos, o reajuste das categorias profissionais acima da inflação. A massa salarial tem crescido em torno de 6% ao ano. É esse Brasil onde metade da população nos últimos quatro anos aumentou o consumo em 32%; houve 32% de aumento de renda para a metade mais pobre do Brasil. É esse Brasil que está nas pesquisas de opinião apoiando este Governo. É esse Brasil que está comendo, que está podendo trocar e que está chegando à classe média. Se é verdade que o primeiro Governo Lula tinha pouca coisa a apresentar à classe média, neste a situação é diferente. Olhem as vendas de automóveis, que continuam batendo todos os recordes no País; mais de 3 milhões de veículos – caminhões e ônibus – foram produzidos e vendidos no Brasil no ano que passou.

Olhem os eletrodomésticos, cujas vendas cresceram 40%. Olhem os computadores: dez milhões e quatrocentos mil computadores vendidos, mudando a

inserção mundial do Brasil no século XXI, porque cada vez vai ser mais uma sociedade da informação, do conhecimento. E existem 40 milhões de brasileiros hoje tendo acesso à Internet. Há outro padrão de informação, que já não passa apenas pelos veículos tradicionais, que continuam cumprindo um grande papel na democracia. Hoje temos novas formas de comunicação, de pesquisa, de diálogo e de interação social.

É este Brasil que espera do Congresso uma agenda à altura do momento que atravessamos. Não quero aqui desconsiderar o papel fiscalizador do Congresso Nacional. Acho que temos de fiscalizar as instituições todas. Por sinal, o Banco Central prestará contas, na semana que vem, aqui, na Comissão de Assuntos Econômicos. Acho que temos de fiscalizar. Isso é papel do Congresso Nacional, mas não podemos reduzir a agenda do Congresso à denúncia e obstrução. Nós ajudamos a construir este País que está aqui. A Lei de Falências, a Lei de Recuperação das Empresas foi construída neste plenário, com a relatoria do saudoso Ramez Tebet, ajudou a recuperar muitas empresas e permitir a saída da falência e da concordata.

Nós desoneramos a cesta básica de alimentos. Nós desoneramos a cesta de material de construção. Nós desoneramos a compra e venda da casa própria. A resposta está aí: 23% de aumento do financiamento à residência popular, à venda de imóveis no Brasil. Nós ajudamos a criar o crédito consignado: 56% do financiamento à pessoa física hoje vem do crédito consignado. Se o cheque especial continua tendo uma taxa de juros de 135% ao ano, a do o crédito consignado é de 28% ao ano. É muito menos do que é a do cheque especial. E isso alavancou o consumo de bens duráveis, melhorando o padrão de vida de amplos setores assalariados e dos setores da classe média que estão trocando de carro, comprando computador e uma parcela crescente podendo trocar de casa própria.

É este Brasil que espera uma agenda que seja exatamente a agenda da sustentabilidade e do desenvolvimento. Eu não acredito que à crise internacional o Brasil possa estar totalmente imune. Não há descolamento na interdependência que existe nas economias no século XXI. Se hoje, a mais grave crise financeira do pós-guerra, como disse Alan Greenspan, não atinge o Brasil é porque nós temos US\$195 bilhões em caixa, porque o crescimento da economia se dá pautado pelo consumo interno e pelo investimento, não atinge porque nossas exportações para os Estados Unidos representam apenas 15% do total de nossas exportações, quando representavam, cinco anos atrás, 25%. Nós diversificamos as nossas exportações. Aquela

diplomacia, que se dizia terceiro-mundista, abriu as portas do Brasil para a Ásia, que é o novo eixo dinâmico da economia mundial, não é mais a economia americana nessa conjuntura; é especialmente China e Índia. Ela abriu as portas do Brasil para a África e, sobretudo, para a América Latina, que representa 25% de nossas exportações.

O Brasil, hoje, felizmente, tem no agronegócio uma força propulsora do crescimento e das exportações. O milho americano, que faz etanol, mantém o preço da soja e do milho elevados. A urbanização da Índia e da China está mantendo o custo dos alimentos, que aumentaram 9%, no ano passado, em um patamar elevado, preservando a nossa balança comercial. Nós somos, hoje, o maior produtor mundial de carne. Um terço da produção de carne do mundo, hoje, é brasileira, apesar das barreiras da União Européia. Somos o maior produtor e exportador de aves. Somos o maior produtor e exportador de soja. Somos o maior produtor e exportador de suco de laranja, de café, de álcool, de açúcar; somos o terceiro exportador de milho; o terceiro de carne suína.

Este Brasil precisa continuar crescendo, progredindo. Precisa de política fundiária, precisa de financiamento à agricultura, precisa de repactuação da dívida agrícola, precisa de Congresso Nacional. É este Brasil que está dizendo ao Congresso que o caminho em que estamos não é o da Nação e não deveria ser o caminho desta instituição.

Lembro-me de um tempo – e não faz tanto tempo assim – em que debatíamos e divergíamos formulando políticas públicas, disputando emendas em cada um desses projetos, capitalizando para a instituição a contribuição ao crescimento, crescimento com distribuição de renda, como há muito tempo não víamos na história do Brasil; crescimento com democracia plena e funcionamento dos Poderes com transparência; crescimento sustentável, porque o crescimento está sendo puxado pelo investimento, está sendo puxado pela consistência dos fundamentos macroeconômicos.

Espero que a gente consiga sentar, quem sabe a semana que vem, para votar três medidas provisórias, limpando a pauta das medidas provisórias, e nos debruçar sobre a própria agenda do Congresso Nacional, concluir a votação das medidas da segurança pública, que é uma grande demanda da sociedade e que precisa de resposta do Congresso Nacional; estabelecer um melhor diálogo com a Câmara, não apenas com o Executivo, em torno das medidas provisórias e da mudança do rito destas, que temos de aprimorar e aperfeiçoar. Não pode ser como era antes, em que não se votava a medida provisória e o Governo promulgava o que queria, reeditava e modificava. Mas

não pode ser o que temos hoje, que obstrui a pauta do Congresso Nacional.

Queremos chegar a um entendimento para liberarmos essa pauta e tratarmos o embate sobre as grandes matérias que dizem respeito à maioria do povo brasileiro.

Tenho certeza de que andaremos na rua mais satisfeitos com o nosso trabalho, e o povo também. Tenho certeza de que voltaremos a ter a qualidade do debate que tivemos um dia neste plenário e que não temos tido na conjuntura recente.

Identifico-me muito com o pronunciamento do Senador Cristovam Buarque, que fez um chamamento: um país que tem essa agenda do crescimento, agenda da estabilidade, para discutir, agenda da crise internacional, agenda dos desafios da reforma tributária, agenda das crianças que são torturadas, aprisionadas ou jogadas de uma janela e que precisam de políticas públicas, precisam de políticas de medidas legislativas, precisam do acompanhamento e do debate deste Congresso Nacional.

Poderíamos pautar semana que vem alguns grandes temas, temas que realmente engajem este Plenário, permitam o debate aprofundado, para que a gente mostre à sociedade o que temos a dizer sobre os grandes temas que dizem respeito à vida da população, sem comprometer aquilo que é a fiscalização, que é um papel complementar do Poder Legislativo. Mas nos autodenominamos Poder Legislativo, viemos, na história da República, não apenas no Brasil, mas na história da democracia internacional, para fazer leis.

Precisamos mudar o rito das MPs, retomar o poder legislante e estabelecer um clima de debate construtivo que permita ao Congresso Nacional se identificar com o sentimento das ruas, com o que as pesquisas de opinião apontam hoje de apoio ao Governo. Porque se querem construir uma alternativa a este Governo, é bom para a democracia se for uma alternativa melhor do que a que existe hoje. Mas tem de ser construído, formulando e propondo políticas, disputando um Brasil que tem de melhorar a cada dia e que precisa do Congresso, não como um impasse, como uma dificuldade, como um obstáculo, como tantas vezes está a imagem desta Casa na opinião pública, mas como uma Instituição que formula, que produz, que corrige os erros do Governo, que melhora as iniciativas do Governo, que tem as suas próprias iniciativas e que é capaz de saber o momento histórico que estamos vivendo.

Termino como comecei: o momento é de uma grave crise internacional, a mais grave crise do pós-guerra na economia americana; as crises imobiliárias

são, historicamente, duas vezes mais longas, mais duradouras e profundas do que as crises em bolsas de valores. Portanto, não é uma crise qualquer a que nós estamos assistindo; é uma crise cujo impacto direto é US\$230 bilhões, mas é uma crise que o Brasil nunca esteve tão bem preparado para enfrentar. E o Congresso precisa se preparar não apenas para superar essa crise...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – ... mas para permitir crescimento sustentável, a distribuição de renda e a estabilidade, que ajudamos a construir, para que possamos de fato voltar a produzir, porque nós não temos feito isso. E é isso que a Nação, eu diria, não aceita, não reconhece e não patrocina.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço o Senador Aloizio Mercadante e concedo a palavra, pela ordem, fazendo o mesmo apelo que fiz aos oradores, ao Senador Arthur Virgílio, no sentido de que tenhamos agora, na palavra pela ordem, um certo comedimento com relação ao tempo, um certo cuidado, para não transformarmos a palavra de ordem em muitas palavras de ordem.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Se V. Ex^a preferir, após a Ordem do Dia, eu me inscrevo como Líder e digo tudo que tenho a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a sabe que não me estou me referindo só a V. Ex^a, que não estou me dirigindo sobre isso só a V. Ex^a.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Se V. Ex^a prefere, esperamos. V. Ex^a encerra a Ordem do Dia, e eu me inscrevo como Líder e pela ordem, até porque eu tenho o que dizer aqui.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – É mais prolongado o pronunciamento de V. Ex^a, não é?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Eu preferia que não fosse tão prolongado assim, mas, enfim, fica a seu critério.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Então, vou transferir o pronunciamento de V. Ex^a...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sim, e por ora.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – ... para depois da Ordem do Dia, até porque não vai haver a Ordem do Dia. Aproveito para...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Então, de maneira bem curta, só faço uma solicitação.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Arthur Virgílio, desculpe-me,...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pois não, Presidente. Eu é que tenho que pedir desculpas a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – ...se eu interrompo as palavras de V. Ex^a, mas, tendo em vista a falta de acordo das Lideranças no sentido de ocorrer a votação, nós transferimos a apreciação das matérias constantes da Ordem do Dia de hoje para terça-feira, às 16 horas, hora regimental aprazada.

V. Ex^a já está inscrito.

São os seguintes os itens transferidos:

1

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 402, DE 2007
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 402, de 2007, que *abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de um bilhão, seiscentos e quarenta e seis milhões, trezentos e trinta e nove mil, setecentos e sessenta e cinco reais, para os fins que especifica.*

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 22.2.2008)

Prazo final (prorrogado): 6.5.2008

2

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 5, DE 2008
(Proveniente da Medida Provisória nº 403, de 2007)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 5, de 2008, que *dispõe sobre o exercício da atividade de franquias postal, revoga o § 1º do art. 1º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 403, de 2007).*

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 23.2.2008)

Prazo final (prorrogado): 7.5.2008

3

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 6, DE 2008*(Proveniente da Medida Provisória nº 404, de 2007)**(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 6, de 2008, que altera o art. 41-A da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, modificando a data de pagamento dos benefícios da Previdência Social (proveniente da Medida Provisória nº 404, de 2007).

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 9.3.2008)

Prazo final: 23.3.2008

4

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO**Nº 11, DE 2008***(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 84, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator *ad hoc*: Senador Antonio Carlos Júnior), que aprova a Programação Monetária para o quarto trimestre de 2007.

5

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**Nº 48, DE 2003**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator *ad hoc*: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de subemenda que apresenta.

6

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**Nº 38, DE 2004***(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar.

Pareceres sob nºs 1.058, de 2006, e 1.185, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), contrário.

7

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**Nº 50, DE 2006***(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, que inclui o art. 50A e altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto parlamentar.

Pareceres sob nºs 816 e 1.186, de 2007 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 1, de Plenário) Relator *ad hoc*: Senador Flexa Ribeiro, pela aprovação parcial, nos termos da Subemenda-CCJ (Substitutivo), que oferece.

8

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**Nº 86, DE 2007***(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que altera o § 2º do art. 55 da Constituição

Federal (determina o voto aberto para a perda de mandato de Deputados e Senadores).

Pareceres sob nºs 817 e 1.187, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta), Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2-Plen), Relator *ad hoc*: Senador Flexa Ribeiro, favorável, com Subemenda, que apresenta.

9

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 57, DE 2005

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que *dá nova redação ao § 4º do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados.*

Pareceres da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sob nºs

– 779, de 2006, 1º pronunciamento (sobre a Proposta): Relator: Senador Ramez Tebet, favorável;

– 272, de 2007, 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 1-Plen): Relator: Senador Adelmir Santana, favorável, com a Emenda nº 2-CCJ, de redação; e

– 100, de 2008, 3º pronunciamento (em reexame, nos termos do Requerimento nº 128, de 2008), Relator Senador Adelmir Santana, ratificando seus pareceres anteriores, apresentando, ainda, as Emendas nºs 3 e 4-CCJ.

10

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 20, DE 1999

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.*

Parecer sob nº 478, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; e pela rejeição das demais matérias que tramitam em conjunto, com votos contrários dos Senadores Sibá Machado, Eduardo Suplicy, Epitácio Cafeteira, Antônio Carlos Valadares, Pedro Simon, Romero Jucá, e das Senadoras Serys Slhessarenko, Lúcia Vânia e, em separado, do Senador Aloizio Mercadante e da Senadora Patrícia Saboya.

11

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 18, DE 1999

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá, que *altera a redação do art. 228 da Constituição Federal.*

12

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 3, DE 2001

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.*

13

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 26, DE 2002

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Cons-

tituição nº 26, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Iris Rezende, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, para reduzir a idade prevista para a imputabilidade penal, nas condições que estabelece.*

14

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 90, DE 2003

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 90, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Magno Malta, que *inclui parágrafo único no artigo 228, da Constituição Federal, para considerar penalmente imputáveis os maiores de treze anos que tenham praticado crimes definidos como hediondos.*

15

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 9, DE 2004

(tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 90, de 2003)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Papaléo Paes, que *acrescenta parágrafo ao artigo 228 da Constituição Federal, para determinar a imputabilidade penal quando o menor apresentar idade psicológica igual ou superior a dezoito anos.*

16

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2000

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2000 (nº 885/95, na Casa de origem), que *estabelece diretrizes gerais de programa nacional de habitação para mulheres com responsabilidade de sustento da família.*

Parecer sob nº 437, de 2007, da Comissão Diretora, Relator: Senador Gerson Camata, oferecendo a redação do vencido.

17

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 6, DE 2003

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003 (nº 2.820/2000, na Casa de origem), que *altera os arts. 47 e 56 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. (Dispõe sobre a administração e o conselho fiscal das sociedades cooperativas).*

Parecer sob nº 95, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Efraim Morais, oferecendo a redação do vencido.

18

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 26, DE 2000

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2000, que *altera a Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, para tratar do comprometimento do Presidente do Banco Central do Brasil na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal e para extinguir a obrigatoriedade de apresentação da programação monetária trimestral e a vinculação legal entre emissão de moeda e reservas cambiais.*

Parecer sob nº 66-A, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Flexa Ribeiro, oferecendo a redação do vencido.

19

SUBSTITUTIVO DA CÂMARA AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 57, DE 2001

Discussão, em turno único, do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 57, de 2001 (nº 5.270/2001, naquela Casa), que altera o art. 36 do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca e dá outras providências.

Pareceres sob nºs 1.345 e 1.346, de 2007, das Comissões

– de Agricultura e Reforma Agrária, Relator: Senador João Durval, favorável, com as adequações redacionais propostas; e

– de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator ad hoc: Senador Renato Casagrande, favorável.

20

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 22, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 2003 (nº 5.120/2001, na Casa de origem), que *dispõe sobre as atividades das Agências de Turismo*.

Pareceres sob os nºs 1.049 e 1.050, de 2007, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável com as Emendas nºs 1 a 12 – CCJ, que apresenta; e

– de Desenvolvimento Regional e Turismo, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, favorável com as Emendas nºs 13 a 18 – CDR, a Subemenda nº 1 – CDR à Emenda nº 9 – CCJ, e pela aprovação das Emendas nºs 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 11 e 12 – CCJ.

21

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2003 (nº 5.657/2001, na Casa de origem), que *acrescenta dispositivo à Lei n.º 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB (prescrição em cinco anos da ação de prestação de contas do advogado para o seu cliente, ou de terceiros por conta dele)*.

Parecer favorável, sob nº 1.162, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

22

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 75, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2004 (nº 1.071/2003, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 10.334, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a obrigatoriedade de fabricação e comercialização de lâmpadas incandescentes para uso em tensões de valor igual ou superior ao da tensão nominal da rede de distribuição, e dá outras providências*.

Parecer favorável sob nº 87, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Delcídio Amaral.

23

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 24, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2005 (nº 4.465/2001, na Casa de origem), que altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 (inclui novo trecho na Relação Descritiva das rodovias no Sistema Rodoviário Nacional).

Parecer favorável, sob nº 1.534, de 2005 da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Relator ad hoc: Senador Rodolpho Tourinho.

24

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 103, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2005 (nº 45/99, na Casa de origem), que *veda a exigência de carta de fiança aos candidatos a empregos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT*.

Parecer sob nº 198, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que apresenta.

25

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 111, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 111, de 2005 (nº 3.796/2004, na Casa de origem), que *dispõe sobre a Política Nacional de Orientação, Combate e Controle dos Efeitos Danosos da Exposição ao Sol à Saúde e dá providências correlatas*.

Pareceres sob nºs 603 e 604, de 2007, das Comissões:

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Magno Malta, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, de redação, que apresenta; e

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Papaléo Paes, favorável, nos termos da Emenda nº 3-CAS (Substitutivo), que oferece.

26

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 118, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2005 (nº 1.153/2003,

na Casa de origem), que *modifica o inciso II do caput do art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (dispõe sobre o aproveitamento de matérias cursadas em seminários de filosofia ou teologia).*

Parecer sob nº 924, de 2006, da Comissão de Educação, Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

27

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 1, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2006 (nº 1.696/2003, na Casa de origem), que *altera o § 2º do art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde (acrescenta o planejamento familiar nos casos de cobertura dos planos ou seguros privados de assistência à saúde).*

Parecer favorável, sob nº 145, de 2007, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

28

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 2, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2006 (nº 1.984/2003, na Casa de origem), que *altera o inciso XIII do caput do art. 7º da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 (inclui as normas técnicas como obras protegidas pela legislação dos direitos autorais).*

Parecer favorável, sob nº 376, de 2006, da Comissão de Educação, Relator: Senador Roberto Saturnino.

29

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 4, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2006 (nº 4.730/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação aos arts. 830 e 895 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (dispõe sobre a autenticidade de peças oferecidas para prova no processo trabalhista e sobre o*

cabimento de recurso ordinário para instância superior).

Parecer favorável sob o nº 697, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator Senador Eduardo Suplicy.

30

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 11, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2006 (nº 2.822/2003, na Casa de origem), que *acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a boa-fé nas relações de trabalho.*

Parecer sob nº 542, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

31

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2006 (nº 819/2003, na Casa de origem), que *denomina “Rodovia Ministro Alfredo Nasser” a rodovia BR-174, entre a cidade de Cáceres – MT e a fronteira com a Venezuela.*

Parecer sob o nº 1.175, de 2006, da Comissão de Educação, Relator ad hoc: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CE, que oferece.

32

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 43, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 2006 (nº 4.505/2004, na Casa de origem), que *dispõe sobre o reconhecimento do dia 26 de outubro como Dia Nacional dos Trabalhadores Metroviários.*

Parecer favorável, sob nº 926, de 2006, da Comissão de Educação, Relator: Senador Paulo Paim.

33

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 90, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 2006 (nº 6.248/2005,

na Casa de origem), que *acrescenta o § 3º-C ao art. 30 da Lei n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências (determina que cartórios de registros públicos afixem, em locais de fácil leitura e acesso, quadros contendo os valores das custas e emolumentos).*

Parecer favorável, sob nº 1.163, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Valter Pereira.

34

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2007 (nº 1.791/1999, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional dos Surdos.*

Parecer favorável, sob nº 979, de 2007, da Comissão de Educação, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns.

35

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2007 (nº 3.986/2004, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional do Vaqueiro.*

Parecer favorável sob o nº 722, de 2007, da Comissão de Educação, Relator *ad hoc*: Senador Valter Pereira.

36

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 42, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2007 (nº 1/2007, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dispõe sobre o valor do salário mínimo a partir de 2007 e estabelece diretrizes para a sua política de valorização de 2008 a 2023.*

Pareceres sob nºs

– 601, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Osmar Dias, favorável; e

– 93, de 2008, da Comissão de Assuntos Sociais (em audiência, nos termos do Requerimento nº 958, de 2007), Relator: Senador Valdir Raupp, favorável, com a Emenda nº 1 – CAS, que apresenta.

37

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 30, DE 2003

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003) (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003, de autoria do Senador Sérgio Cabral, que acrescenta artigos à Lei nº 8.078/90 – Código do Consumidor, obrigando a comunicação prévia da inclusão do consumidor em cadastros, bancos de dados, fichas ou registros de inadimplentes, e obrigando os fornecedores de bens e serviços a fixar data e turno para a entrega de bens e prestação de serviços.

Parecer sob nº 288, de 2007, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Gerson Camata, favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CMA, e subemenda que apresenta; e contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, que tramita em conjunto.

38

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 306, DE 2003

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003) (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)

Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, de autoria do Senador Valmir Amaral, que acrescenta artigo à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), tipificando como crime a manutenção de informações negativas sobre consumidor em cadastros, banco de dados, fichas ou registros por período superior a cinco anos.

39

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 169, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 7, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que altera dispositivo da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.

Parecer sob nº 459, de 2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), que oferece.

40

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 140, DE 2007 – COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda, que oferece.

41

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 277, DE 2007

*(Incluído em Ordem do Dia nos termos do
Recurso nº 9, de 2007)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2007, de autoria do Senador Flávio Arns, que acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para definir condições de qualidade da oferta de educação escolar para crianças de cinco e seis anos de idade.

Parecer sob nº 874, de 2007, da Comissão de Educação, Relator: Senador Wilson Matos, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

42

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 702, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 702, de 2007, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito do Apagão Aéreo, que altera a Lei nº 7.565, de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para

prever a divulgação da lista de passageiros nos casos de acidentes aéreos.

43

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 703, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 703, de 2007, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito do Apagão Aéreo, que altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para dispor sobre a distribuição de horários de pouso e decolagem (slots) em aeroportos congestionados.

44

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 704, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 704, de 2007, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito do Apagão Aéreo, que altera a Lei nº 6.009, de 26 de dezembro de 1973, que dispõe sobre a utilização e a exploração dos aeroportos, das facilidades à navegação aérea e dá outras providências; e o Decreto-Lei nº 1.896, de 17 de dezembro de 1981, que dispõe sobre a utilização de instalações e serviços destinados a apoiar e tornar segura a navegação aérea; e revoga a Lei nº 7.920, de 12 de dezembro de 1989; a Lei nº 8.399, de 7 de janeiro de 1992; e a Lei nº 9.825, de 23 de agosto de 1999, para desonerar as tarifas aeroportuárias e aeronáuticas e autorizar a sua gradação conforme o grau de saturação e o horário de utilização dos respectivos serviços.

45

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 32, DE 2008

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que altera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, para introduzir critérios relacionados com as mudanças climáticas globais no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos com horizonte de operação superior a vinte e cinco anos.

46

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 33, DE 2008

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que dispõe sobre a Redução Certificada de Emissão (RCE) (unidade padrão de redução de emissão de gases de efeito estufa).

47

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 34, DE 2008

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 34, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que dispõe sobre a concessão de subvenção à implementação de Servidão Florestal, de Reserva Particular do Patrimônio Natural e de reserva legal, e sobre a possibilidade de recebimento da subvenção na forma de abatimento de dívidas de crédito rural.

48

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 35, DE 2008

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 35, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que altera dispositivo da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para viabilizar o acesso, ao Sistema Elétrico Interligado Nacional, dos autoprodutores de energia elétrica.

49

PARECER Nº 106, DE 2008

Discussão, em turno único, do Parecer nº 106, de 2008, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns, concluindo favoravelmente à Indicação nº 2, de 2007, da Senadora Serys Slhessarenko, que sugere à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, por seu intermédio, à Subcomissão de Trabalho Escravo, para analisar todas as matérias que tratem do tema e que se encontram em tramitação na Casa.

50

REQUERIMENTO Nº 1.302, DE 2004

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.302, de 2004, da Senadora Serys Slhessarenko, solicitando a instituição, no âmbito do Senado Federal, da Semana de Ciência e Tecnologia, a ser celebrada anualmente no mês de outubro, com o objetivo de mobilizar a população brasileira para questões científicas.

Pareceres favoráveis, sob nºs 448 a 451, de 2007, das Comissões de Educação, Relator: Senador Juvêncio da Fonseca; de Assuntos Sociais, Relator: Senador Cristovam Buarque; de Serviços de Infra-Estrutura, Relator ad hoc: Senador Eduardo Azeredo; e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, Relator: Senador Valter Pereira.

51

REQUERIMENTO Nº 778, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 778, de 2007, iniciativa da Senadora Kátia Abreu, solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos encontra-se esgotado.

52

REQUERIMENTO Nº 914, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 914, de 2007, do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2007, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado.

53

REQUERIMENTO Nº 1.242, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.242, de 2007, do Senador Arthur Virgílio, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2007-Complementar, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.

54

REQUERIMENTO Nº 1.494, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.494, de 2007, do Senador Sérgio Zambiasi, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2006, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria.

55

REQUERIMENTO Nº 1.495, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.495, de 2007, do Senador Geraldo Mesquita Júnior, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 510, de 1999, e 505, de 2007, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria.

56

REQUERIMENTO Nº 115, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 115, de 2008, do Senador Cícero Lucena e outros Senhores Senadores, solicitando a criação de Comissão Temporária Externa, composta por cinco membros titulares e igual número de suplentes, para, no prazo de doze meses, acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco.

57

REQUERIMENTO Nº 158, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 158, de 2008, do Senador Flexa Ribeiro, solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 29, de 2003, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária.

58

REQUERIMENTO Nº 175, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 175, de 2008, do Senador Marconi Perillo, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 121 e 156, de 2007-Complementares, com o Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2007-Complementar, por regularem a mesma matéria.

59

REQUERIMENTO Nº 176, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 176, de 2008, do Senador Flexa Ribeiro, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 303, de 2005, com os Projetos de Lei do Senado nºs 370, de 1999; 145, de 2000; e o Projeto de Lei da Câmara nº 151, de 2001, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria.

60

REQUERIMENTO Nº 186, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 186, de 2008, do Senador Expedito Júnior, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 210, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

61

REQUERIMENTO Nº 199, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 199, de 2008, do Senador Romero Jucá, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 7, de 2005 e 17, de 2006-Complementar, com os Projetos de Lei do Senado nºs 129 e 183, de 2003 e 291, de 2005, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria.

62

REQUERIMENTO Nº 210, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 210, de 2008, do Senador Aloizio Mercá-

dante, solicitando que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2004, que tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 187, 2002; 44, de 2004; e 113, de 2006; além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos.

63

REQUERIMENTO Nº 247, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 247, de 2008, do Senador Paulo Paim e outros Senhores Senadores, solicitando, nos termos do art. 336, inciso III, do Regimento Interno, urgência para o Projeto de Lei do Senado nº 296, de 2003.

64

REQUERIMENTO Nº 248, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 248, de 2008, do Senador Paulo Paim, solicitando a dispensa do parecer da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o Projeto de Lei do Senado nº 58, de 2003, cujo prazo encontra-se esgotado.

65

REQUERIMENTO Nº 256, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 256, de 2008, do Senador Romero Jucá, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 280, de 2004; 132, 191 e 467, de 2007, com o Projeto de Lei do Senado nº 167, de 2003, que já se encontra apensado aos de nºs 210, de 2003; 75 e 323, de 2004; e 87, de 2005, por versarem sobre a mesma matéria.

66

REQUERIMENTO Nº 341, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 341, de 2008, de iniciativa da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, *solicitando a criação de Comissão Temporária Externa, composta por três membros, destinada a representar o Senado Federal na Conferência Mundial da Paz que ocorrerá em Caracas, Venezuela, entre os dias 8 e 13 de abril de 2008.*

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem também.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Vou alternar os oradores inscritos com os Líderes.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pois não, Presidente. Antes do meu pronunciamento, apenas para saber em que momento da sessão V. Ex^a lerá o pedido de constituição da Comissão Parlamentar de Inquérito do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Arthur Virgílio, concederei a palavra, pela ordem, ao Senador José Agripino, fazendo o mesmo apelo a S. Ex^a, e, em seguida, darei a palavra ao Senador Mão Santa, prevenindo S. Ex^a...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Eu me refiro à leitura da CPI, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quanto à leitura da CPI, eu farei um pronunciamento a respeito disso. Não quero, portanto, antecipá-lo neste momento. V. Ex^a me dará apenas algum tempo para que eu, então, possa fazer um pronunciamento,...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Mas, nesta sessão, Sr. Presidente? Nesta sessão?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – ...que é mais um apelo que eu vou fazer...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Nesta sessão?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – ...nesta sessão. Ainda nesta sessão.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Ótimo. Sem dúvida, V. Ex^a tem todo o tempo...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Imediatamente após o discurso de V. Ex^a e do Senador Mão Santa, que são os oradores inscritos: V. Ex^a, como Líder, e o Senador Mão Santa.

Eu me congratulo até com o Senador Mão Santa, porque quem cede a ele é o Senador Flexa Ribeiro. Só pode ter viajado.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Pela ordem, Sr. Presidente. Serei bastante econômico.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Pelo que pude entender, V. Ex^a parece que vai ler o requerimento ainda hoje, mas apenas depois do pronunciamento que fará, que suponho não seja sobre o requerimento. Suponho que seja sobre outro assunto.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Se V. Ex^{as} desejarem e abrirem mão das in-

tervenções, inclusive o Senador Arthur Virgílio, que estava inscrito, gostaria de fazer um apelo aos dois, tanto ao Senador Arthur Virgílio quanto ao Senador José Agripino. É que pretendo, atendendo a um apelo do Senador Arthur Virgílio, fazer uma reunião na residência destinada aos Presidentes do Senado.

Quero fazer um apelo aos Líderes para que estejam, terça-feira, aqui em Brasília, como sempre estão, para que possamos discutir uma pauta para os nossos trabalhos, tendo em vista que estamos encontrando muitas dificuldades para votar e até mesmo para debater as matérias. E eu diria até mesmo para ter uma convivência mais salutar aqui, haja vista o que ocorreu ontem. Eu não estava presente aqui, mas soube que não foi um momento que engrandeceu o Parlamento do nosso País, principalmente a sua Casa mais alta, o Senado Federal.

Era o apelo que queria fazer a V. Ex^{as}, assumindo o compromisso de que, se nós não chegarmos a um consenso sobre a votação de matérias cuja prioridade nós mesmos iríamos debater – e eu não tenho por que deixar de assumir este compromisso com V. Ex^{as} – na terça-feira eu leria o requerimento.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Faço uma proposta a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pois não.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Sr. Presidente, eu estou com a palavra? Se V. Ex^a quiser, pode fazer a proposta, mas eu queria apresentar uma alternativa. Mas ouço o Senador Arthur Virgílio.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Seria V. Ex^a ler agora, conforme o compromisso que temos nós dois com nossas Bancadas e discutiríamos na terça-feira a constituição. O que não podemos é continuar com aquele clima da CPMI, que mistura todos em uma vala comum e exige que nós usemos o que sempre foi dito para todos e por todos da Oposição como o nosso plano B.

A minha proposta seria outra: V. Ex^a leria e nós discutiríamos na terça-feira o momento da instalação. Quem sabe até isso leve a CPMI a perceber que não é possível entenderem que vai sair um relatório que não ouve autoridade alguma, não ouve nem ecônomo, não quebra sigilo de quem quer que seja. Simplesmente significará a mais redonda e rotunda pizza que já se compôs neste País.

A minha sugestão seria essa. Agora, eu não... Sinceramente, V. Ex^a sabe o quanto gosto de colaborar com V. Ex^a, mas não gostaria de sair daqui frustrando a minha Bancada sem ter algo que me comprometi com ela que obteria, que seria a leitura, conforme é do nosso direito, a leitura hoje da CPI.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Nós nos entendemos de ouvido. É mais ou menos o que iria propor a V. Ex^a. A leitura do requerimento não significa a instalação. A leitura significa dizer que o assunto está sobre a mesa e que a instalação vai depender da indicação dos membros.

Ela será instalada na medida em que exista, pelo menos, maioria dos membros indicados. Então, o que nós estamos querendo é que ela seja lida, porque o episódio da sessão de hoje de manhã foi pior do que o que aconteceu ontem à noite neste plenário. Aqui ocorreram, Presidente Garibaldi, frases mal colocadas, agressões injustificáveis. Agora, no plenário da CPMI, ocorreram agressões à sociedade, à instituição. A Base governista disse claramente ao Brasil que não queria investigar. Isso é o que desmoraliza a Casa, mais do que uma eventual troca de palavras ásperas entre um Senador e uma Senadora. Eu reputo, no meu entendimento, que a agressão é mais forte quando você se nega a fazer aquilo que é do interesse coletivo do que quando você assiste a atritos individuais entre duas pessoas.

Então, o que eu peço a V. Ex^a é que faça a leitura. E nós, atendendo ao seu apelo, sim, tanto Arthur Virgílio quanto eu, na terça-feira, discutiremos a pauta a que V. Ex^a se refere. E quero dizer que a atitude que tomamos de pedir a leitura se deve exclusivamente ao ato a que nós assistimos, hoje, de identificar claramente, na sessão de hoje, que a Base do Governo não quer investigar.

A Senadora Marisa Serrano é Presidente de uma comissão que não vai dizer coisa nenhuma; ela não vai dizer a que veio. Ela tende a presidir uma comissão que vai fazer “o que seu mestre mandar”. E o mestre está lá no Palácio do Planalto, tranqüilinho da vida, deitando falação. E nós não podemos coonestar aquilo que seu mestre quer mandar.

Então, eu quero dizer a V. Ex^a que, até numa manifestação de apreço, de respeito a Presidente Marisa Serrano, que tem agido com toda dignidade, com altivez, com autoridade, para preservar a autoridade de S. Ex^a é que nós queremos estabelecer um contraponto a bem da credibilidade do Senado e do Congresso Nacional.

É a proposta que fazemos a V. Ex^a: que seja lido hoje, e aguardamos o apelo de V. Ex^a para que, terça-feira, possamos chegar a um entendimento.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a, Senador José Agripino.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a pede a palavra pela ordem?

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Wellington Salgado.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – V. Ex^a vem pregando o acordo, a conversa. V. Ex^a tem esse jeito educado e simples de ser e tem procurado, até este momento, o consenso.

V. Ex^a, como Presidente eleito desta Casa, procura usar a sabedoria e a experiência que já tem como Governador de Estado, toda sua história política, a fim de que possa tentar um entendimento para um caminho melhor para esta Casa. E isso eu sinto aqui agora. V. Ex^a quer esperar até terça-feira para um encontro na Casa da Presidência do Senado com os Líderes, tendo em vista um entendimento. Não creio que deva ser encaminhado dessa maneira. Não é praxe desta Casa. Há outros documentos na frente a serem lidos, segundo a Líder do Congresso me informou.

E outra coisa, Sr. Presidente: o que está hoje na CPMI vai acontecer na CPI do Senado. A expressão a que fez referência o Senador José Agripino, ou seja, a tratorada que acontece lá hoje acontecerá na CPI do Senado, se ela for implantada, se V. Ex^a ler hoje e se não houver essa conversa com os Líderes.

O Senado tem sempre procurado acertar antes das votações os acordos. V. Ex^a procura esse caminho. Sinto que V. Ex^a procura esse caminho. Mas, ao procurar esse caminho, V. Ex^a terá que enfrentar as pressões, vai ter que enfrentar a tentativa de continuar nesse ambiente desagradável que nós temos aqui.

Quero dizer que, quando votei duas vezes em V. Ex^a, na reunião do PMDB, para indicá-lo Presidente desta Casa, e no plenário, eu sempre soube, pela experiência que V. Ex^a tem, que iria procurar o caminho do acerto, o caminho de todos resolverem as situações.

Estou aguardando e acredito que V. Ex^a vai procurar o caminho do entendimento, porque aqui nós temos dois Líderes. Os Líderes não estão todos aqui. Quando todos estiverem sentados, com a sabedoria de V. Ex^a, a sabedoria do Senador Arthur Virgílio, a sabedoria do Senador José Agripino, a sabedoria do Líder do meu Partido, que é o maior Partido desta Casa, o Senador Valdir Raupp, com certeza, encontraremos uma solução aqui do problema, mas não com cinco Senadores presentes – aliás, mais V. Ex^a seis; sete com o Senador Mão Santa.

Eu pediria que V. Ex^a tivesse um pouco de calma. Não é praxe do Senado ler pulando outros documentos que existem.

É só isso, Sr. Presidente. Era o que tinha a dizer.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pede V. Ex^a a palavra pela ordem?

Com a palavra, pela ordem, o nobre Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, agradeço a V. Ex^a.

Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, o Senador Wellington Salgado, zeloso defensor dos interesses do Governo na ausência dos Líderes, tem razão relativa. Agora o triste é não ter um Líder do Governo às 5h40 horas da tarde de uma quinta-feira. Sei que tem mais atrativo na Esplanada dos Ministérios, onde estão distribuindo orçamentos, cargos, mas a obrigação é estar aqui para discutir. E V. Ex^a não pode ficar à mercê da boa vontade da presença do Líder em plenário, nobre Senador.

Hoje pela manhã, foi um Deus nos acuda, porque nós começamos regimentalmente, às 10 horas da manhã, uma reunião que era para começar às 9 horas, e não havia ninguém da Base do Governo. Aprovou-se lá um requerimento, e foi um Deus nos acuda. É preciso que a Base...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Ele agora alega. A Senadora Roseana está aqui, segundo o Senador Wellington Salgado acaba de informar. Pronto. Qual é o problema?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Já estava. V. Ex^a...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Wellington.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Então, um motivo a menos, Senador Wellington. Agora, a Casa não pode parar a bel-prazer dos caprichos dos que se retiram, muitas vezes até estrategicamente. V. Ex^a é um empresário e sabe que o País tem pressa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pela ordem, com a palavra o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, se tem uma qualidade que admiro e que me cativa no Senador Wellington Salgado é precisamente a sua sinceridade. S. Ex^a se portou com a mais absoluta honestidade hoje, praticamente demolindo todas as tentativas de desviar o foco para o Senador Alvaro Dias da corrupção dos cartões corporativos. Foi S. Ex^a. Valeu mais o seu depoimento do que o de nós todos, até pela insuspeição do próprio autor.

Agora, óbvio – e o Senador Heráclito está coberto de razão –, o meu dever é estar aqui. Eu estou aqui, cumprindo com o meu dever. Isto aqui não depende de Casa cheia. Isto aqui não é salão de debutante, que tem de ter duzentos pares para homenagear quem completa quinze anos, enfim.

Nós estamos falando de um direito, Sr. Presidente. Não é de presença de Líder ou de consenso, não. Nós estamos falando de um direito. É um direito o que nós reivindicamos. Ou seja, nós preenchemos o que o Regimento determina: mais, bem mais, do que 27 assinaturas. Está na mesa, depois de conferidas as assinaturas, o nosso requerimento de constituição da CPI. Aguardamos, com muita fé, que se desenvolvesse a contento a CPMI, a CPI mista. Não é possível que nós consigamos admitir que aquilo é debate, que aquilo é diálogo, que aquilo vai conduzir a alguma coisa, no ritmo em que vai.

Então, não estamos aqui, Sr. Presidente, simplesmente fazendo mais que a reivindicação de que o nosso direito seja observado. Está na mesa um direito líquido e certo nosso: o de ver lida a CPI, nos termos em que foi aqui referido a V. Ex^a pelo Senador José Agripino e por mim. Ou seja, a leitura, e uma idéia minha, inclusive – tenho muito honra de sempre colaborar com V. Ex^a, morrendo de inveja do Senador Wellington e dos peemedebistas, que puderam votar em V. Ex^a duas vezes; eu só pude votar uma, pois sou tucano, mas eu adoraria que V. Ex^a fosse do meu Partido, até para poder votar em V. Ex^a duas vezes –, de nos reunirmos na sua Casa, com quem V. Ex^a achar conveniente, para discutirmos uma pauta.

O Senador Aloizio Mercadante, ainda há pouco, falava dos problemas do Brasil. Um deles é o da corrupção endêmica, até epidêmica, que grassa neste País. Isso complica para o futuro, na medida em que há nuvens internacionais. Temos de ter muito cuidado. É melhor o pessoal ser bastante comedido na hora de cuidar da coisa pública. Então, temos de olhar que essa atividade fiscalizadora é importante.

Quanto à pauta, proponho discutirmos uma pauta. E mais: se o legislador, na sua sabedoria, entendesse que CPI atrapalha pauta positiva, o legislador não teria

criado a figura da CPI. Se não tivesse criado a figura da CPI, estaria dado um sinal verde para os maus governantes se locupletarem da coisa pública.

Então, Sr. Presidente, pura e simplesmente, de maneira simples – sei que V. Ex^a é um homem simples também, além de objetivo no seu raciocínio –, sem mais lucubrações, sem mais prolegômenos, o que estamos pedindo é que, pura e simplesmente, o nosso direito seja atendido: a leitura da CPI. Temos direito a essa leitura, porque preenchemos os requisitos regimentais.

Às ordens de V. Ex^a, estaremos para, na hora em que V. Ex^a convocar, na sua residência – até para se dar um caráter de informalidade –, estarmos lá para discutir a forma de se trabalhar a investigação séria.

O Senador fala em tratorar, não acredito não; não vai ter nada disso não. Nós vamos trabalhar.

E por que a CPI aqui? Vou ser bem claro, Sr. Presidente, não tenho que esconder nada de ninguém. Todas as vezes que houver tratoramento lá – se houver, e eu não quero acreditar nisso –, vamos requerer que o Plenário, em sessão aberta, delibere. E aí aqueles que gostam de se esconder atrás de tropa de choque vão ter que botar suas faces rosadas, loiras e lindas perante a opinião pública. É muito simples, como é simples o sorriso de uma criança, como é simples a cristalinidade das águas nas mãos de outra criança. É muito simples. Não pense que simplesmente vão dizer “Ah, uma evidência, não convoca fulana.” Não convoca? Então, traz para cá. “Não quebra o sigilo do beltrano”. Não quebra? Então traz para cá. Tem maioria? Tem. Então, vão ter que nos enfrentar no voto aberto aqui, com clareza.

Hoje estão pensando que a solução para o País é a tropa de choque. Então, é melhor pegar a tropa de choque e mandar para governar os Estados Unidos, e evita... Eu chego lá e digo: “Bush, meu filho, contrata a tropa de choque do Governo brasileiro e resolve essa história dessa tua crise aí, e não venha trazer crise para nós.” Eu resolvo isso simples. Se tropa de choque fosse remédio para tudo, mandaria essa tropa para governar a crise americana. Eu diria “Bush, meu filho –repito –, leva a tropa de choque daqui e resolve o teu problema, para não atrapalhar a gente.”

Eu também gostei daquela formulação tão sofisticada que o nosso Presidente fez. Eu fiquei encantado com aquilo; aquilo deveria virar uma tese de doutoramento em economia.

Mas, muito bem, Sr. Presidente, o que nós pedimos é muito simples: leitura da CPI, e vamos discutir o que é o Senado, e o Senado não pode ter castração ao direito da minoria de ser atendido no seu direito de investigar.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Sr. Presidente, mais uma vez, eu queria pedir. O Senador Romero Jucá é um homem atento, ele deve estar aqui próximo, que ele se dirija rapidamente ao plenário.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho PMDB – RN) – Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI. Pela ordem.) – Agora, outra coisa. O Sr. Gilberto Carvalho deve estar assistindo à sessão do plenário. Que ele agilize a base! Ele passou carão nos meninos. Na segunda-feira deu certo, na terça deu certo, na quarta deu certo...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Hoje, os meninos esqueceram. Chamar os meninos para virem para cá, Senador Wellington Salgado. É preciso número aqui e não na Esplanada do Ministério.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Quero colaborar com V. Ex^a. V. Ex^a poderia prestar um serviço, solicitando a Ministro que não receba Senador nem Deputado na parte da tarde. Saem daqui, deixam as obrigações, pelo encanto dos cargos, das liberações, das benesses do poder. Será que o Governo não aprende que, de tarde, não se deve receber Senador, principalmente quando há Ordem do Dia? Mas o Senador Romero Jucá deve estar se aproximando, e vamos aguardá-lo, porque ele terá uma solução.

Muito obrigado.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, se eu não deixá-lo constrangido, peço dois minutos apenas.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Wellington, logo após a palavra de V. Ex^a... Eu não estou diante de uma questão de ordem, não estou diante de nada imperativo do ponto de vista formal.

Eu queria que os Parlamentares, os Senadores, os Líderes compreendessem isso. Fiz apenas um apelo, mas, infelizmente, parece que o meu apelo não está sendo bem compreendido. Vou voltar a falar. O que quero dizer é que V. Ex^a usará da palavra, mas faço um apelo aos Senadores para que eu possa concluir este momento de debates no Senado Federal.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, esses dois minutos são justamente para que V. Ex^a tenha tranqüilidade para pensar e decidir.

Senador Arthur Virgílio, o que acontece é o seguinte: a CPI vai ser proporcional à oposição e à si-

tução. V. Ex^a conhece muito bem, porque foi a Dilma Rousseff do Presidente Fernando Henrique.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI. Fora do microfone.) – Ave Maria!

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – V. Ex^a me respeitou até hoje e eu vou exigir que V. Ex^a continue me respeitando.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Mas eu desrespeitei V. Ex^a? V. Ex^a não foi da Casa Civil?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Então, não tente fazer.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Foi da Casa Civil?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Então, vou dizer a V. Ex^a: não tente fazer.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Foi da Casa Civil?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Se não fez, vou lhe repetir, não tente fazer.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – V. Ex^a foi ministro da Casa Civil?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Mas não tente fazer, Senador! É uma parada torta. Não tente fazer!

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Então, vou colocar de outro jeito.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Coloque de outro jeito, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN. Fazendo soar a campanha.) – Srs. Senadores!

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – V. Ex^a foi Ministro da Casa Civil?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Não, da Secretaria-Geral, e também não sou o Ministro Dulci.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN. Fazendo soar a campanha.) – Senador Arthur Virgílio, Senador Wellington Salgado, por favor!

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Muito bem, Sr. Presidente, o Senador vai recompor, eu não tenho dúvida nenhuma quanto a isso.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Vou recompor imediatamente.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sem dúvida nenhuma. Tenho certeza disso.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Não vejo razão para ficar tão ofendido, mas recomponho.

Eu queria dizer o seguinte: o que vai acontecer, Senador Arthur Virgílio? Vamos montar a CPI e outra

vez, como o Governo tem uma base grande de apoio, ele vai ficar de novo majoritário na CPI. E de novo as coisas vão acontecer, porque se forem os mesmos requerimentos e houver o mesmo entendimento da base de apoio ao Governo, tudo irá acontecer igual. Qual será o próximo caminho, depois?

Esse andar e desandar é que eu não estou entendendo, Senador José Agripino, porque o que reflete lá irá refletir aqui, e os mesmos requerimentos que não foram aprovados lá hoje, porque foram requerimentos, na sua maioria, de dois Deputados da Oposição – V. Ex^a sabe disto: são sempre os mesmos –, irá acontecer a mesma coisa aqui na CPI.

Aí, para onde nós vamos? Não sei mais, regimentalmente. Para o Supremo? Para o Pleno? É só isso, Senador Arthur Virgílio. Eu, inclusive, não entendi sinceramente porque V. Ex^a ficou tão ofendido. Se foi porque não gosta de associar a imagem que eu coloquei, eu retiro o que eu disse. Mas, ao associar a imagem, associei porque tenho respeito às duas pessoas, a que eu citei e V. Ex^a. São dois grandes políticos. Não era a intenção nesse sentido.

Sr. Presidente, a única coisa de que não gosto é de ver uma pressão grande sobre a Presidência desta Casa. Estou sentindo que o Senador está tentando um acordo e não consegue, porque está havendo uma pressão sobre a Presidência que é clara para decidir como melhor convier ao Presidente.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Se o Presidente está sendo pressionado é pelo telefone, e não pelo Plenário. Ele está ao telefone na maior tranquilidade, rindo e prestando uma atenção louca ao que V. Ex^a está dizendo.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Eu estou esperando acalmar o Presidente. Então, vou esperar a decisão. E o que vier, Senador Heráclito, para mim está ótimo.

O Governo vai continuar da mesma maneira, porque Governo que tem uma base de apoio forte é porque está forte. Este Governo está forte. Não há ninguém aqui que não saiba que está forte. E se é forte, é bom para o Brasil, seja eu empresário, seja eu cidadão, seja eu um trabalhador, seja alguém que veio de uma classe de baixo para chegar a essa famosa classe C de hoje.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – V. Ex^a tem o privilégio de ser tudo ao mesmo tempo. Parabéns!

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sou um emergente, Senador.

V. Ex^a, com a inteligência que tem, consegue captar as palavras e devolvê-las no sentido contrário àquele que queremos colocar. É uma admiração que tenho e vou aprender. Só isso, Sr. Presidente.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Os meninos estão chegando. Continue mais um pouquinho, que os meninos estão chegando, e o Presidente continua falando.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradecendo ao Senador Wellington Salgado, faço o mesmo apelo ao Senador José Agripino, no sentido de que possamos dar um final a esse momento dos debates.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Mas o final é fácil, Sr. Presidente. Não quero dialogar com V. Ex^a, mas o final é fácil. É um direito regimental. O requerimento está sobre a mesa. O apelo que V. Ex^a fez já teve a resposta no rumo que V. Ex^a deseja.

O direito regimental que temos, pelo fato de haver um requerimento com mais de 27 assinaturas, é inexorável. Então, a leitura é um direito que temos. Imaginávamos que a CPMI fosse investigar. Ela, hoje, disse que não quer investigar. Então, vamos investigar. Não adianta querer fazer exercício de futurologia: ah, vai ter maioria, não vai ter maioria. Isso não é bem assim. Há forças que se manifestam. Há sintonia com a opinião pública. Há fatos que sensibilizam pessoas. Em cada cabeça, uma sentença. E é nossa obrigação cumprir aquilo que é nosso dever. O Governo governa e a Oposição fiscaliza. Vamos insistir em que os nossos direitos sejam respeitados, e o direito que colocamos neste momento é de que ter lido o requerimento apresentado e, atendendo ao apelo de V. Ex^a, de segurar a indicação dos membros até que na, terça-feira, faça-se uma conversa, um entendimento em torno do que vai acontecer a seguir.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Srs. Senadores, definitivamente, às vezes não entendo os rumos que alguns Senadores Líderes querem dar ao debate nesta Casa.

Vejam bem. Estamos debatendo por nada, por absolutamente nada. O que é que vai trazer em prejuízo à Oposição que esse requerimento seja lido terça-feira? Eu já garanti que vai ser lido. Só não será se eu perder meu mandato daqui para terça-feira, o que acho pouco provável. Não vejo nenhum prejuízo à Oposição por atender ao meu apelo, que foi o apelo primeiro que fiz. Acho que um apelo do Presidente... Infelizmente, estou sendo um Presidente pouco compreendido, mas acho que um apelo do Presidente deveria ter maior consideração de seus Pares. Mas, infelizmente, vejo que cada vez que apelo, mais difícil a situação fica. Então, é melhor nem apelar mais.

Eu diria a V. Ex^as e também ao Governo que não vai modificar a situação daqui para terça-feira. Se alguém pode dizer que vai ser beneficiado daqui para

terça-feira, sou eu, porque daqui para lá, certamente, os Srs. Líderes, tanto os da Oposição, que estão aqui vigilantes, quanto os do Governo, que aqui não estão, esfriarão a cabeça, de modo que possamos ter uma reunião produtiva, porque também me preocupo com o fato de que é melhor não realizar uma reunião que caminhar para uma reunião que não seja produtiva.

Eu até pediria aos Senadores, pediria primeiro a eles, com quem estou aqui debatendo... Não se deve nem debater com o Presidente, pois o Regimento não permite, mas vou abrir esta exceção, além de outras que tenho aberto no sentido de usar da mesma franqueza e da mesma sinceridade. Por que essa queda de braço? Se vai ser lido hoje, se vai ser lido terça-feira, se vão atender ao apelo do Presidente, ou o Presidente não pode nem ter seu apelo atendido...?

Sinceramente, devemos ter consciência de que a sociedade está querendo que se apure, mas não está querendo que a CPI seja dominada por este ou por aquele. Ela está querendo ver uma CPI como já viu a CPI dos Anões do Orçamento, da qual fui sub-relator, está querendo ver uma CPI como foi a CPI dos Correios, que funcionou.

Se meu apelo não for atendido hoje, não será atendido terça-feira. Eu só queria que os Líderes não me enganassem, não me levassem à situação constrangedora de convocar uma reunião para terça-feira e nela não chegarmos a nenhum consenso. Se não chegamos ao consenso para marcar a leitura de uma CPI que estou garantindo que, se depender de mim, vai funcionar... Se depender de mim, vai funcionar.

Não estou aqui para segurar nenhuma CPI. Quero dizer isso logo porque, senão, pode ser que alguém possa pensar que estou começando a fazer isso para segurar a CPI. Eu não tenho nenhum instrumento aqui para segurar a CPI. Os instrumentos de que disponho são o Regimento e a Constituição, e nenhum deles me mostrou até agora como é segurar uma CPI.

Agora, não me enganem! Se não for para haver uma boa vontade com relação ao diálogo na terça-feira, não vamos fazer, construir um espetáculo, uma reunião que não vai engrandecer a história que todos temos atrás de nós. Então, eu gostaria de fazer um apelo: será que o Presidente desta Casa, por mais humilde que seja... Porque eu sou um Presidente “tampão”. Já há quem esteja fazendo as contas dos dias para me ver pelas costas nesta Presidência. Esta é a verdade!

Será, meus senhores, minhas senhoras, quem estiver nos assistindo – agora, vou dar uma de Mãe Santa, que gosta de se dirigir aos que nos estão assistindo pela televisão –, será que eu não tenho autoridade? Será que, por amor de Deus, eu, como Presidente desta Casa, não tenha condições de fazer um

apelo para que seja lido um requerimento que está parado aqui há quarenta, cinquenta, sessenta dias? Se eu estou dizendo que vai ser lido na terça-feira, ele o será, doa a quem doer, custe o que custar! Se não for para me atender neste requerimento, não vamos nos reunir na Casa do Presidente do Senado, porque minha não é.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Permite-me, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Por favor, sejam sinceros!

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Permite-me, Sr. Presidente.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Arthur Virgílio. Depois, concederei a palavra ao Senador Tião Viana e, por fim, ao Senador José Agripino.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, V. Ex^a falou em sinceridade. Padeço de alguns defeitos, mas não da falta de. Creio que V. Ex^a me conhece um pouco. V. Ex^a só foi infeliz... Agora não há Regimento em jogo, Dr^a Cláudia. Eu gostaria da atenção de V. Ex^a, Sr. Presidente. V. Ex^a só foi infeliz ao dizer “não me enganem.” V. Ex^a não tem nenhuma razão para achar que engano quem quer que seja. Aliás, o mesmo se aplica ao Senador José Agripino.

Propus a idéia da discussão dessa agenda, mas não quero, nessa discussão, discutir se vai ter ou se não vai ter CPI, porque não vamos nos conformar com a pantomima em que se está transformando a outra.

V. Ex^a disse agora algo que é bastante convincente. Em primeiro lugar, V. Ex^a já foi atendido por nós. Está aí há cinquenta dias? Foi uma concessão nossa e um apelo seu. V. Ex^a fez um apelo lá atrás e nós atendemos. Por isso está aqui. V. Ex^a, inclusive, teve a honestidade de dizer...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador, eu só...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Permite-me, Senador. Deixe-me concluir.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Quem sabe eu tenho uma boa surpresa para V. Ex^a?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a sabe que fui parlamentar também, aqui e acolá, e não me seguro, mas vou me segurar.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pois não, V. Ex^a hoje é o Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Seguro CPI.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Isso, exatamente isso. Isso é uma boa coisa. E V. Ex^a é um bom parlamentar. Não estou discutindo isso e nem quero ver V. Ex^a pelas costas, não, de jeito algum.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não é V. Ex^a, não, que quer me ver, não.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – É bom a gente ir esclarecendo, porque a história de “não me engane”, “não faz isso, não” para mim não é bom. Eu sou muito sensível a essas coisas também.

Reuniremos. V. Ex^a disse e agora certamente vai repetir que, se atendermos o seu apelo, terça-feira inesoravelmente será lido o relatório. Então, não vai entrar em pauta, não vai ter: “ah, fulana pediu”, “beltrano reclamou”. Ou seja, vamos discutir qualquer coisa, se transformamos isso aqui em monarquia ou se fazemos a monarquia parlamentarista. Enfim, não está em jogo a CPI. Ela será lida na terça-feira. Aí, proponho ao Senador José Agripino que atendamos V. Ex^a.

Veja, Sr. Presidente, que ontem tentou-se fazer uma... Tipo assim... Alguns se agarraram ao momento e “vamos fazer do Senador Alvaro Dias o Judas do momento”, enfim... Não durou 24 horas isso, Sr. Presidente. Não durou 24 horas. O que vimos em seguida foi o “não”, “não”, “não” sistemático a partir da tropa de choque que o Governo montou na CPML, o que leva a cobrar, sem colocar em discussão, o nosso direito de ver a CPI funcionando.

Aqui não ouvi mais ninguém falando no Senador Alvaro Dias. Quem está falando sou eu, não ouvi mais falar. Não valeu, não vingou aquela tese de discutir quem vazou ou quem não vazou; estamos aqui discutindo é quem praticou eventual delito ao lidar com o dinheiro público de maneira equivocada ou quem praticou o delito de ter composto um dossiê que visava a intimidar a Oposição – e isso é um atentado muito maior do que à Oposição, atentado à democracia brasileira.

Sr. Presidente, já atendemos V. Ex^a lá atrás, e proponho ao Senador José Agripino que o atendamos outra vez, que deixemos para terça-feira, sem que isso seja ponto de discussão. Isso é tipo... A gente se lembra daquele falecido, enfim, infelizmente, uma grande figura do Rio de Janeiro, não sei se carioca, o Clóvis Bornay, que ganhava todos os concursos de fantasia. Ele virou *hors-concours*. Então, essa nossa coisa da CPI é *hors-concours*. O resto a gente vai discutir, mas isso aí é *hors-concours*, isso faz parte do nosso direito. Apenas não se lê hoje, mas se lê terça-feira.

Não diga que pela primeira vez, V. Ex^a está de novo atendido por esta figura que o admira e o estima

e que vai dizer à bancada que contraria a sua bancada para atender o Presidente Garibaldi, que, terça-feira, logo ao assumir a Presidência da Mesa, fará a leitura da CPI, honrando mais uma vez – o que é uma praxe na sua vida – o compromisso de homem público.

Está atendido V. Ex^a, então.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Arthur Virgílio, não quero mais comentar. Considero encerrado esse assunto. Quero apenas dizer que V. Ex^{as} conquistaram o direito de instalar a CPI. Estou pedindo apenas alguns dias para ler o requerimento da CPI, mas agradeço muito a V. Ex^a e ao Senador José Agripino.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E reitero o convite para que estejamos juntos, de espírito desarmado, com vontade mesmo de chegarmos a um consenso, terça-feira, na reunião, ao meio-dia e meia. Acho mais conveniente meio-dia e meia.

Dou a palavra ao Senador Tião Viana e, em seguida, ao Senador Pedro Simon.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é uma questão de ordem, nos termos do art. 403, somado com o art. 246, inciso I, alínea f, sobre requerimentos.

Sr. Presidente, nós temos uma ordem de requerimentos que devem ser lidos pela Mesa. Tenho certeza de que V. Ex^a vai cumprir o Regimento. A maior proteção à Instituição Senado e à democracia na Casa vai ser a obediência ao Regimento da Casa, que representa todos nós.

Nós temos um momento de tensão – natural da democracia e do Parlamento – entre Oposição e Governo; a Oposição está encontrando muita dificuldade em aceitar o resultado da maioria sobre a minoria. É o exemplo do que está ocorrendo naquela CPI. É legítimo que tenham esse sentimento, é legítimo que protestem e é legítimo que procurem saídas regimentais, como estão procurando o Líder Arthur Virgílio e também o Líder Agripino – estão procurando agora. Nós temos o dever de zelar pela proteção do Regimento, para estabilizar essa luta política que é absolutamente normal.

Agora, o que eu gostaria de considerar é que, há poucas semanas, a Oposição quis matar a CPI do Senado para defender a CPI Mista; agora, a Oposição quer matar a CPI Mista para constituir a CPI do Senado. É legítimo. Agora, nós estamos apresentando, Base do Governo, o direito da maioria, em sua consciência política, e exercendo o seu voto, para ganhar ou perder. Esse é o debate que está posto.

Eu agradeço muito a compreensão dos Senadores em entender que V. Ex^a precisa desse prazo, como mediador dos conflitos, para reunir os Líderes e para promover a pauta da reunião, a agenda de terça-feira. Acho que V. Ex^a é merecedor desse prazo. Fico feliz de o Senador Arthur Virgílio ter concordado.

E tenho certeza de que o resultado, até terça-feira, deverá ser de serenidade ou respeito.

Quem sabe, até lá, V. Ex^a não consegue que a CPI, hoje mista, consiga ceder espaços para as reivindicações que estão postas pela Oposição aqui, de mais decisões a favor do esclarecimento a ou b.

Acho que tudo pode acontecer, e a Oposição pode ficar convencida de que o melhor fórum ainda seja a CPI Mista.

Agora, a questão de ordem que formulo é a ordem de leitura dos requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Tião Viana, não sei quanto...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, para contraditar.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Peça a V. Ex^a que aguarde a minha resposta ao Senador Tião Viana.

Senador Tião Viana, não consultei aqui o meu anjo da guarda, a minha assessora.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Esclareço a V. Ex^a, Sr. Presidente.

Esse requerimento é antiqüíssimo, deve ser talvez o mais antigo que exista sobre a mesa. Ele é antiqüíssimo.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quero dizer que isso também não é problema. Se houver mil requerimentos para ler antes, leio aqui os mil requerimentos e chego ao da CPI.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador Pedro Simon.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Sr. Presidente, acho que V. Ex^a se esqueceu de ter me anunciado, pela ordem. Antes havia me anunciado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a me desculpe. Realmente, parece que...

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – V. Ex^a chegou a anunciar.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas o Senador Pedro Simon merece.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Abro mão, mas quero manifestar ainda uma opinião, depois do Senador Pedro Simon.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pois não. Será um prazer ouvi-lo.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, não acredito que não tenhamos condições de chegar a um meio-termo.

Quero admirar V. Ex^a. Acho que a entrevista que V. Ex^a deu à *Veja* foi de uma extrema felicidade.

Eu disse pessoalmente a V. Ex^a que V. Ex^a caminhou por um fio de arame, sem sombrinha! Disse o que tinha de dizer, mas não há uma palavra mal colocada ou uma palavra que o senhor tinha de retirar ou que faltou colocar.

Eu estava em meu Gabinete e vim a este plenário porque ouvi o pronunciamento de V. Ex^a. Acho que V. Ex^a está profundamente correto, Sr. Presidente. Está profundamente correto!

Olha, vivemos uma época em que o Brasil está tranqüilo. A economia está normal, a liberdade está normal, os Partidos estão funcionando. Vivemos épocas muito mais difíceis, muito mais dramáticas. Vivemos épocas em que... Está ali o querido pai do nosso Senador. Ele sofreu na carne o que aconteceu naquela época, com o seu bravo e extraordinário pai, porque caiu de pé, defendendo as verdadeiras causas e as verdadeiras bandeiras. Graças a Deus, hoje não existe isso.

Então, Sr. Presidente, há um fato, vamos falar... Eu quero falar com muita humildade. O que temos de novo, o que está acontecendo agora, que nunca aconteceu na história do Brasil, nunca, é que... A ditadura... A Arena dominou durante vinte e tantos anos, veio o Dr. Tancredo, veio a democracia, vieram as “Diretas Já” e veio o Collor. Primeiro, veio o Sarney, com a morte do Tancredo – até hoje não perdôo o Tancredo; não podia ter morrido. Depois, sai o Collor e entra... Perdão, entra o Sarney com a morte do Tancredo. Talvez eu tivesse dito o que pensava e falei mal. Agora retifico.

Depois, veio o Itamar.

E, de repente, a política tomou um rumo. Oito anos... Fernando Henrique Cardoso, com Marco Maciel, governou este País durante oito anos. Foram oito anos de tranqüilidade, de serenidade. Não se falava em golpe militar nem em rebelião, nem em coisa nenhuma. Governou. Problemas, discussões, tivemos várias. Eu mesmo falei várias vezes. Mas foi um período de normalidade. Foi o período do PT.

Eu tinha uma inveja do PT, Sr. Presidente. Eu tinha uma inveja do PT, porque eu tinha vindo do MDB, do Rio Grande do Sul, que era o MDB da liberdade, das Diretas já, o MDB da defesa da Constituinte! E o MDB em que nós estávamos era um MDB que caiu por

terra. Esquecemos as nossas bandeiras! Muito triste a nossa posição!

Eu não entrei no PSDB, embora o Covas e o Governador tivessem ido lá no Rio Grande do Sul, fazer um apelo para que eu entrasse. Mas eu tinha uma inveja, uma inveja cristã do Covas, do Serra, do Fernando Henrique, do Richa, do Scalco, dessas pessoas, do Montoro, que foram espetaculares.

Mas, no Governo, não foi bem o que se pensava. E não foi bem o que se pensava, porque no mundo era isso. A social-democracia, que era a grande bandeira, espetacular - Filipe González, da Espanha; Mitterrand, da França; o Partido Trabalhista, na Inglaterra... -, era uma coisa espetacular, e fracassou. Vamos falar sinceramente: fracassou em todos esses países. E foi uma época em que surgiu a crise da China, a crise da Rússia, a crise do México, a crise da Argentina.

E o PTB? O PTB era uma oposição espetacular, firme, brilhante, dando duro, fazendo o que era mais espetacular.

Aí o Lula foi para o Governo. Nós imaginávamos que o Lula ia fazer aquilo que ele pregou em cinco campanhas eleitorais – não em uma; em cinco.

O que o Governo, o que o PSDB, o que a imprensa dizia do Lula era que ele ia fazer uma reforma agrária radical. Não fez. Está namorando com todo o mundo.

Que ele ia fazer uma reforma financeira com moratória e tudo mais. Não aconteceu. Não há ninguém mais amigo dos banqueiros do que o Governo do Lula.

Enfim, aquilo que a gente imaginava e tinha medo de acontecer não aconteceu.

E, na parte da ética, na parte da seriedade, naquela parte em que o Lula e o PT tinham tudo para fazer não estão fazendo, Sr. Presidente.

Então, esse é o fato. Temos um lado dizendo que o PSDB errou, e ele, PT, está repetindo, está fazendo o que eles já fizeram, e diz que está fazendo o pacote porque eles já fizeram, como se isso fosse justificativa.

Por outro lado, o PSDB defende os erros, que são sérios, e o PT quer que ele não tenha autoridade, porque ele já fez. Mas ele pode ter feito.

Há um fato muito importante que não podemos esquecer: o PT foi uma Oposição radical, dura, enérgica, mas nunca falou em cartão corporativo. Nunca, nessa tribuna, o PT, nos oito anos de Governo Fernando Henrique, falou em cartão corporativo. Por que não falou? Podia ter falado.

Lula assumiu como Presidente da República. Passados quatro anos, houve reeleição. Nunca falou em cartão corporativo. Agora, de repente aparece. E o PT não quer esclarecer as coisas.

Quando falo, vejo no meu querido Senador do PMDB do Acre, vejo nos grande Líderes do PSDB e do Democratas vontade de acertar. Mas eles têm que se sentar à mesa e encontrar uma forma, Presidente, que não é boa para ninguém, mas nós temos que encontrar uma forma.

Nós estamos vivendo um momento muito ruim. A CPI dos cartões e a CPI das ONGs...

Eu aconselharia a V. Ex^a uma solução para a CPI das ONGs: o PSDB indica cinco ONGs que têm negócio com o PT, e o PT indica cinco ONGs que acha que têm com o PSDB. Cada um indica cinco, e vamos apurar. É uma forma. É uma forma de se apurarem os dois lados. E não nós não fazemos nada, e ficar tudo sem nada.

Agora, aqui nos cartões corporativos, Presidente, não fica bem. Não fica bem! Não fica bem, porque o Congresso está caindo no total. A perda é total, e o comentário é um só: “Não vai apurar nada. Não vai apurar nada! Não vai apurar nada. Não vai apurar nada!”. E nós estaremos sepultando, em caráter definitivo, as comissões parlamentares de inquérito.

Hoje é o PT, durante oito anos foi o PSDB, e ninguém sabe quem vai ser daqui a três anos. Se continuar assim, é provável que não saia nem do PT nem do PSDB. Vem uma terceira via e traça um caminho, irritada com a forma de os dois estarem discutindo.

Felicito V. Ex^a e faço um apelo no sentido de que se encontre um entendimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a e sobretudo agradeço o apelo ao entendimento.

Concedo a palavra ao Senador José Agripino.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria que V. Ex^a soubesse que calou fundo o apelo que V. Ex^a, com seu jeito humilde, conciliador, fez para que nós nos entendêssemos aqui até terça-feira.

Enquanto V. Ex^a falava, eu e Arthur Virgílio o escutávamos com muita atenção. E eu fiz algumas ponderações ao Senador Arthur, mas algumas ponderações apenas. Nós decidimos por olhar que o correto era atender ao apelo de V. Ex^a.

Agora, eu gostaria que V. Ex^a ouvisse e registrasse bem as palavras do decano desta Casa, Pedro Simon. Ele estava na reunião de hoje, como eu estava, como Arthur Virgílio estava. Ele sentiu, como eu senti, a temperatura do descrédito, o espetáculo triste de as pessoas dizerem: “Quem tem voto vota e ganha; quem não tem que se aquiete”.

Não é assim! Democracia não é isso! É debate, é oxigenação de idéias. Não é trator.

A Oposição tem uma obrigação, que é a de fiscalizar, denunciar, aperfeiçoar, e não vai abrir mão do seu direito. O direito que nós temos, neste momento, é o requerimento que está sobre a mesa e que nós apelamos para que V. Ex^a, até terça-feira, leia. É o direito que nós temos de interpretar o sentimento da sociedade.

Vamos atender ao apelo de V. Ex^a. Eu reitero inteiramente aquilo que Arthur Virgílio já antecipou. Eu atendo ao apelo que V. Ex^a, com a autoridade de Presidente eleito, nos faz; conciliador que é, nos faz; homem humilde que é, nos merece. Mas que nós encontremos aquilo que V. Ex^a disse no seu discurso de posse: os caminhos para a recuperação da credibilidade da Instituição.

E a Instituição tem alguns pressupostos. CPI é um pressuposto, é direito das minorias, é um instituto que dispõe de uma prerrogativa única, só ele tem: quebra de sigilo, que é usada quando se justifica, e que não significa condenação prévia.

Na hora em que não colocarmos em prática as nossas prerrogativas, estaremos, como V. Ex^a disse bem no seu discurso de posse, abrindo mão da altivez do Senado.

Temos algumas causas em que temos de ser parceiros: medidas provisórias, vetos, autonomia do Congresso, respeito às minorias. Nisso tudo, temos de raciocinar uns com os outros, e não uns contra os outros, se nós queremos a credibilidade da Casa.

Então, quero que V. Ex^a considere aquilo que Pedro Simon, seu companheiro de Partido, falou, porque ele estava lá. Ele deve ter sentido a dor que eu senti ao ver a Casa agredida. E há uma condição, sim, de se recuperar a credibilidade do Senado e de fazermos aquilo que a sociedade deseja.

Vamos esperar pacientemente. Estou pronto para ir, como sempre fui, à sua casa ou ao seu gabinete, para conversarmos em tom moderado, equilibrado, em torno do interesse nacional, mas, acima de tudo, em torno da altivez da Casa para a qual nós dois fomos eleitos.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Agradeço a V. Ex^a, sobretudo o apelo ao entendimento.

Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti.

Prorrogo a sessão por uma hora.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL - PA) – Sr. Presidente, logo em seguida, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Vou inscrever V. Ex^a agora mesmo.

A SR^a IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, o que vou falar talvez não esteja de acordo com tudo o que aconteceu aqui porque eu estava em uma audiência no Ministério da Indústria e Comércio, acompanhando a proposta de instalação do Fórum de Competitividade do Setor Têxtil e Vestuário, do qual faço parte, quando fui informada do que estava ocorrendo no plenário e tive de sair de forma emergencial da reunião.

Quero deixar registrado, em primeiro lugar, um lamento profundo pelos episódios ocorridos ao longo desta semana aqui no Senado da República. Na minha caixa de *e-mail*, na de minha assessoria, na de meu gabinete em Santa Catarina e no Senado, na Liderança, o que há é uma chuva de *e-mails* repudiando, reclamando, questionando o que estamos efetivamente a fazer aqui neste Senado da República.

Temos situações extremamente delicadas que mereceriam de todos nós um aprofundamento, um debate. Ontem até se renunciou aqui um debate a respeito da questão gravíssima, emergencial, que está envolvendo ações quase que de guerra no Rio de Janeiro, com a instalação de hospitais de campanha para tentar solucionar uma situação gravíssima que está provocando a morte de muitas pessoas. Mas isso passa ao largo neste Senado da República. Passa ao largo, porque a guerra antecipada do processo eleitoral de 2010 tomou mentes e corações de tal forma, Senador Garibaldi, que nós ficamos absolutamente reféns dessa lógica instalada, lógica que tira da realidade, do debate no plenário e nas comissões, as questões centrais para a população brasileira.

Estamos, todos aqui, preocupados somente, como já foi dito, com aquilo: o que vai acontecer em 2010.

Por isso, acho que a melhor coisa que poderemos fazer, antes de qualquer atitude – parece-me que V. Ex^a, Sr. Presidente, se comprometeu com a leitura do requerimento –, é esfriar a cabeça. Vamos ter de colocar a cabecinha no travesseiro e meditar profundamente para ver até onde vamos levar esse enfrentamento e esse tipo de comportamento do Senado da República. Até onde? Faço a pergunta porque são muito interessantes determinadas situações que estamos vivenciando.

V. Ex^a foi instado a ler o requerimento relativo à CPI exclusiva do Senado depois de um ir e vir absurdo: o Jucá propôs a CPI única e colheu as assinaturas; não houve acordo, porque a Oposição queria a CPI Mista em função dos acordos que havia na Câmara; aí, concordamos com a CPI Mista; quando concordamos, veio a questão de que tinha de ser exclusiva do Senado – tanto, que fizeram um novo requerimento. Ficamos quase um mês aqui nos digladiando por

causa do acordo, para decidir se ia ser compartilhado. No final, foi feito o acordo para compartilhar: a Presidência para a Oposição, e a relatoria para o Governo. Lembro, inclusive, que o Senador Wellington Salgado cobrou: “*Mas que raio de acordo é esse que se fecha, se compartilha, e a Oposição não retira o requerimento da CPI exclusiva?*”.

Bom, mas ficou lá, ficou na gaveta.

Aí, começa a funcionar a CPI. Tem problema? Tem problema de enfrentamento óbvio, está colocado o problema do enfrentamento. Tem uma determinação da Oposição de tentar incluir e colocar na pauta da CPI – eu já disse e volto a repetir – a questão eleitoral de 2010. Querem fazer isso a qualquer preço, a qualquer custo, e, obviamente, quando isso não se concretiza, utilizam-se de outros mecanismos.

Eu quero dizer que o melhor para nós, efetivamente, é aproveitar bem o final de semana, Senador Garibaldi, para trabalhar com as nossas mentes, com as nossas consciências, para que possamos fazer uma boa reunião de Líderes, para tentar retomar o bom senso, o bom entendimento aqui nesta Casa.

Mais uma vez: quando não há bom senso nem entendimento, há que se seguir o Regimento. Nós já fizemos isso, mesmo preferindo não ter utilizado o Regimento em determinadas situações de conflito anteriormente. Agora, o melhor que nós temos a fazer, o melhor para cada um de nós, é esfriar a cabeça. Digo isso porque só um terço destas cadeiras aqui não será submetido à eleição em 2010; dois terços terão que enfrentar as urnas e o voto popular, seja para reeleição seja para outro cargo qualquer. Portanto, sobre o que nós estivermos fazendo aqui – a população nos assiste, a população nos vê, a população avalia, analisa o que fazemos –, nós teremos que responder em 2010, frente à população brasileira, nas urnas.

Eu queria, inclusive, usar as palavras de V. Ex^a quando foi instado a se posicionar sobre a possibilidade de haver uma CPI mista e uma CPI exclusiva do Senado sobre o mesmo assunto. V. Ex^a respondeu que até poderia ser possível, mas que era absolutamente inconveniente. Inconveniente foi a palavra que V. Ex^a utilizou.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Eu só queria lembrar a V. Ex^a que disse também que: “*As duas CPIs, de acordo com uma consulta que realizei junto à Assessoria Jurídica do Senado, podem conviver*”. Podem conviver do ponto de vista legal, mas, do ponto de vista político...

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Político, não.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Eu acho inconveniente, mas eu sou o Presi-

dente, eu quero me colocar como Presidente. Não vou entrar no debate sobre a conveniência, esse é um assunto para V. Ex^{as}.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Por isso, Sr. Presidente, quero saudar o apelo que V. Ex^a fez. Que tenhamos capacidade e condição de fazer uma boa reunião de líderes. Vamos tentar retomar a nossa boa mesa na Presidência com o debate, procurando ter um mínimo de coerência.

É claro que a CPI é um direito da minoria, que pode propô-la, apresentá-la. Sendo ela instalada, porém, há que se respeitar algo que, na democracia, é absoluto: a regra da maioria.

Portanto, todos os instrumentos a que a Oposição tem direito – e defendemos que os tenha, que deles lance mão –, não podem inverter a regra básica da democracia. E Qual é a regra básica da democracia? Quem tem a maioria dos votos delibera. Conversa-se, negocia-se, trabalha-se, debate-se, mas, quando se chega ao impasse, o que vale é o voto. Na democracia, o que vale, quando se chega ao impasse, é o voto.

Achar que, porque perdeu no voto... Então, tiro minha bolinha do campo e vou construir: “Não é mais o campo de futebol, é o campo suíço!”. Isso não vai resolver o problema, porque não vamos inverter a regra máxima da democracia, que é a regra da maioria. É claro que, dentro das regras democráticas, há as regras da convivência e do respeito democrático entre os partidos e entre as Lideranças. Mas a partir do momento em que a corda se tensionou, se esticou, chegou a um limite, como se resolve na democracia? No voto.

Sr. Presidente, quero me colocar à disposição: o que estiver ao meu alcance enquanto Liderança do PT, do Bloco, vou fazer. Vamos buscar construir o entendimento, um novo espaço de debate, de discussão e de encaminhamento para que este Senado volte ser motivo de orgulho para todos os 81 Senadores e Senadoras que nele trabalham.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Faço um apelo ao Senador José Nery, porque temos oradores inscritos, mas eu não podia frustrar o debate de uma questão como essa.

Mas agora eu vou voltar à lista dos oradores inscritos.

Antes, vou dar a palavra a V. Ex^a, assim como os outros tiveram, porque não vou discriminá-lo.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o que se exige aqui é um mínimo de isonomia, que falta, muitas vezes, na discussão neste plenário.

Vou usar a palavra pela ordem naquilo que é de fato adequado e pedir respeito ao Regimento, porque aqui, eu quero repetir, usa-se o artifício de pedir a pa-

lavra pela ordem para, na verdade, além de desrespeitar o Regimento, atropelar os oradores inscritos e, de certa forma, permitir certas condutas autoritárias que não servem ao cumprimento das nossas obrigações, do nosso dever aqui no Senado Federal.

Fiz o pedido pela ordem para solicitar a votação do Requerimento nº 341, de iniciativa da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, no qual se solicita a criação de comissão temporária externa, destinada a definir a participação do Senado Federal na Conferência Mundial da Paz, que ocorrerá em Caracas, na Venezuela, de 8 a 13 de abril.

Portanto, como se trata de um requerimento administrativo, creio que não há impedimento regimental para que seja submetido à apreciação do Plenário.

E, em seguida, peço minha inscrição para falar como Líder, respeitando evidentemente a ordem dos inscritos e os Líderes que eventualmente estejam inscritos junto à Mesa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador José Nery, vou submeter o requerimento de V. Ex^a à votação agora.

Solicita V. Ex^a a criação de uma comissão temporária externa, composta por três membros, destinada a representar o Senado Federal na Conferência Mundial da Paz, que ocorrerá em Caracas, Venezuela, entre os dias 8 e 13 de abril de 2008.

Votação do **Requerimento nº 341, de 2008**, em turno único.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A Presidência solicita, de acordo com o Regimento, a indicação, pelos Sr. Líderes da Minoria, do Bloco de Apoio ao Governo e da Maioria, dos nomes dos membros da comissão que foi aprovada.

Com a palavra, pela Liderança do Congresso e do PMDB, a Senadora Roseana Sarney.

Em seguida, falará o Senador Mão Santa.

A SR^a ROSEANA SARNEY (PMDB – MA. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje ocupo essa tribuna trazendo um nome, Ingrid Betancourt, a Senadora colombiana, militante do Partido Verde que, há seis anos, é refém da barbárie de mais uma das guerras fratricidas que ainda castigam o mundo.

Em 23 de fevereiro de 2002, Ingrid, então candidata a Presidente da Colômbia, foi seqüestrada pelas Farc, a guerrilha colombiana. Era Senadora. Antes, foi Deputada. Pautava seu trabalho pela luta contra a corrupção e os narcotraficantes. Propunha o “sim” à paz. Lutava contra indignidades na política e na vida.

Por elas, foi confinada, reduzida a refém, preciosa mercadoria de troca, prisioneira da guerrilha impiedosa, sobrevivendo em condições subumanas na selva colombiana.

Seis anos se passaram como se, conformado, o mundo que trabalha para dizer “sim à paz” tivesse esquecido, olvidado, Ingrid Betancourt. Não pode ser assim, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores. Não podemos esquecer Ingrid e os outros três mil reféns da desumanidade da guerrilha colombiana. Eles são a marca mais evidente da barbárie na América Latina. O clamor por sua libertação deve vir de nós todos. Em nome da paz e da igualdade de direitos e oportunidades, cada um de nós Congressistas, mulheres e homens, precisa empunhar a bandeira pela libertação de Ingrid.

“Estou cansada de sofrer”, escreveu ela à mãe e aos filhos, em carta de outubro do ano passado. Esse texto veio de seu cativeiro, acompanhado com a foto de uma Ingrid esquelética, de cabeça e olhos baixos. Imagem da crueldade, humilhação e do abandono a que foi relegada. Nesta semana, noticia-se que seu estado de saúde é ainda mais precário. Não pode mais esperar. Sua vida está por um fio.

Precisamos juntar forças para salvá-la, porque Ingrid Betancourt, hoje, simboliza a luta contra a indignidade dos seqüestros, que é uma das facetas mais cruéis da violência humana. A violência, em todas as suas formas, rega e acentua as desigualdades, que temos de combater, sem tréguas, com palavras, sentimentos e ações.

Ingrid simboliza a violência levada ao extremo. Mas também no Brasil, a desigualdade, o preconceito e o desrespeito ainda alcançam e castigam mais as mulheres em todas as searas da vida, particularmente na política, onde invariavelmente somos alvo de incontáveis indignidades, como a desqualificação e o descrédito, que são as formas mais visíveis do preconceituoso desrespeito a que ainda nos submetem.

O que vive hoje a Ministra Dilma Rousseff e o que eu vivi quando pré-candidata a Presidente da República são exemplos da ferocidade nas críticas e nos julgamentos às mulheres. Se há suposição de que a Ministra venha a ser candidata a Presidente da República, joguem-se sobre ela luzes de suspeita e de farsa. Questionem-se sua competência. Exponham-se supostas fragilidades e apontem-se incapacidades, ainda que injustas, ainda que inverídicas.

Cada uma de nós, mulheres – parlamentares ou não –, já viveu algo assim. Cada uma de nós assiste regularmente a outras serem submetidas ao mesmo tratamento. Isso é uma constatação, não uma queixa, porque há muito trocamos a queixa pela ação, pelo

trabalho por igualdade de fato – em direitos, responsabilidades e competência, que é o que nos permite estar aqui e usar a nossa voz para falar por todas.

Não somos fracas. Não temos medo. E Ingrid é exemplo disso. Mas sentimos e quantificamos os muitos desrespeitos que nos atingem. E isso tem de acabar.

A trágica situação que vive a franco-colombiana Ingrid – colega política, colega Senadora, companheira da mesma luta que nos motiva, nós mulheres, mundo afora – nos deve servir também de reflexão: neste século...

O Sr. José Nery (PSOL – PA) – Senadora Roseana, a senhora me permite um aparte?

A SR^a ROSEANA SARNEY (PMDB – MA) – Pois não, Senador José Nery.

O Sr. José Nery (PSOL – PA) – Quero cumprimentar V. Ex^a pelo tema que aborda neste momento e dizer que nos somamos a todos os esforços que possam ser feitos no sentido de que tenhamos um acordo humanitário na Colômbia que contribua efetivamente para pôr fim a tantos anos de guerra, de confronto e de violência. O apelo que a senhora faz em favor da libertação da Senadora e candidata a Presidente Ingrid Betancourt, na verdade, é algo que vai-se tornando uma bandeira desfraldada e exigida em várias partes do mundo. Porém, tenho a compreensão de que é preciso tratar a questão colombiana tendo em vista os dois lados que se confrontam ao longo dessa guerra sem fim. Um acordo humanitário deve, de um lado, garantir a libertação dos reféns das Farc e, de outro, garantir a libertação dos presos políticos que estão nos cárceres colombianos. O esforço que podemos fazer como membros do Senado Federal é dizer que hoje a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional aprovou requerimento que convida a Comissão de Paz do Congresso colombiano a vir ao Brasil, à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, expor os esforços pela busca desse apoio humanitário e discutir como o Senado Federal e o Congresso brasileiro podem se somar nesse esforço para que tenhamos a paz, o entendimento e a harmonia nesse país tão conflagrado. Na verdade, não podemos assistir inertes, sem, de alguma forma, contribuir para a paz, não só na Colômbia, mas no continente. Parabéns a V. Ex^a pelo pronunciamento. Lamento ainda – só para complementar – os últimos fatos. No momento da negociação fundamental, inclusive porque envolvia o governo da França, de Ingrid Betancourt, houve aquele fato lamentável da invasão do espaço equatorial que resultou na morte de um dos membros da direção das Farc. Isso também contribuiu para dificultar as negociações que esperamos que, de fato, progridam, para que Ingrid e os outros reféns sejam efetivamente libertados, além

dos presos que se encontram sob custódia do governo colombiano. Muito obrigado a V. Ex^a.

A SR^a ROSEANA SARNEY (PMDB – MA) – Eu gostaria de agradecer a V. Ex^a, Senador José Nery, e dizer que eu deixo aqui um voto de confiança e de felicitação à Comissão de Relações Exteriores por ter convocado a Comissão de Paz da Colômbia para discutirmos esse assunto no Congresso Nacional brasileiro.

Neste século do conhecimento, a desigualdade de tratamento e o desrespeito ainda ferem muito mais as mulheres. Repito: isso tem de acabar, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores.

Assim, hoje, em homenagem a todas e a todos que nos ajudaram a chegar até aqui, vamos pedir juntos, em nome do respeito humano, liberdade para Ingrid, neste 2008, que simboliza todas as vítimas das inaceitáveis desumanidades. Mulheres e homens devem ser iguais em direitos e oportunidades ou a democracia será uma farsa, ou a democracia será uma utopia, sonho que não se alcança nunca.

Portanto, chega de barbárie. Liberdade para Ingrid! Direito à vida para Ingrid, enquanto é tempo!

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, aqui peço também licença para falar em nome do meu Estado. O Estado do Maranhão vive agora um momento difícil causado pelas chuvas, que têm deixado rastros de destruição e desabrigo para milhares de pessoas.

Peço particularmente ao Presidente Lula, cuja história e sensibilidade fazem com que seu Governo tenha olhos especiais para os necessitados, que socorra com presteza as vítimas das enchentes no Maranhão e em todo o Nordeste.

Neste momento, o Maranhão precisa, mais do que nunca, dessa pronta atenção especial – o Maranhão e o Nordeste, em particular.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quero me associar a V. Ex^a nesse apelo para a libertação de Ingrid Betancourt.

Quero declarar que me sinto chocado cada vez que a televisão mostra a imagem daquela mulher nas condições em que está vivendo hoje no seu cativeiro. É um apelo que também quero fazer, V. Ex^a me permita, como ser humano para o benefício de outro ser humano. Nunca vi um quadro tão difícil, degradante e triste como esse enfrentado pela Sr^a Ingrid Betancourt. Eu me associo, Senadora Roseana Sarney, ao apelo de V. Ex^a.

Por outro lado, quero me associar também a esse apelo ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, para que tenhamos recursos federais para os Estados do Nordeste, como disse V. Ex^a, não apenas o Maranhão,

mas o meu Estado, o Rio Grande do Norte, cujo drama que está enfrentando, por ocasião dessas enchentes, foi tão bem retratado pela Senadora Rosalba Ciarlini, com o apoio do Senador José Agripino.

Na verdade, a calamidade instalou-se em determinadas regiões do nosso Estado, Rio Grande do Norte, mais especialmente no Vale do Apodi e de Açu, na região de Mossoró, onde já existem centenas de famílias passando grandes necessidades.

Então, eu faria um apelo ao Presidente Lula e diria até que seria a única medida provisória com que eu poderia concordar esta que viesse ao encontro daqueles que estão sofrendo por força da calamidade das águas. Uma medida provisória que, segundo me disse o Ministro Geddel Vieira Lima, a Senadora Roseana também deve ter essa informação, já está devidamente redigida no Ministério do Planejamento, esperando agora a chegada do Presidente da República, que se encontrava no Rio Grande do Sul, para a sua assinatura.

Senador Heráclito Fortes, V. Ex^a conhece a nossa intolerância com relação a medidas provisórias, mas esta medida provisória...

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – É abençoada.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – É abençoada e deveria ser o padrão, porque essa é tão importante...

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Fato relevante, calamidade; urgência. Está legalmente coberta.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Exatamente.

V. Ex^a, Senador Heráclito Fortes, responda-me a uma consulta: V. Ex^a falou com o Senador Mão Santa?

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM - PI) – Falei com o Senador Mão Santa; e, generoso como sempre, ele concorda.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Então, com a palavra, o Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o meu pronunciamento é no mesmo sentido do de V. Ex^a e da Senadora Roseana Sarney.

O Estado do Piauí, Senador Garibaldi, está sendo palco de uma enchente somente vista, em proporções iguais, no longínquo ano de 1985. Estamos aqui tendo o prazer e a honra de receber o Presidente da Assembléia Legislativa do Piauí, Deputado Themístocles Filho, que me trouxe informações recentes do que está

acontecendo. Nós temos alagamentos em Teresina; Campo Maior é a cidade mais atingida do interior do Piauí; temos estradas interceptadas em Barras, no sul do Estado e na região de Cristino Castro.

Portanto, eu quero fazer o registro, no momento em que me solidarizo com as comunidades atingidas em todo o Piauí – as que nos enviam informações e as que ainda não enviaram – de que nós estamos aqui, como Senadores da República, à disposição dos Prefeitos, das autoridades e, acima de tudo, à disposição da população.

Eu acompanhei, Senador João Tenório, na década de 80, uma enchente como esta na cidade de Barras que destruiu o Bairro Santinho. E nós tivemos – à época, José Ribamar Pereira, o Cabo Louro, era o Prefeito – tivemos a oportunidade de colaborar com a reconstrução de toda aquela área. Lamento que, novamente, a incompreensão das águas retorne, trazendo calamidade e desassossego para as famílias.

Aos campo-maiorenses, cidade pela qual eu tenho afeição e relação profundas, eu quero também manifestar a minha solidariedade. E colocar-me à disposição do Prefeito Joãozinho Félix, como do Prefeito de Barras, Maninho Rego. Com o Prefeito Sílvio Mendes, com quem eu tenho uma relação pessoal de amizade e, acima de tudo, uma parceria administrativa pelo bem de Teresina, nós teremos um encontro logo mais para tratar, entre outros assuntos, desta questão.

Faço um apelo à Líder do Governo no Congresso, que aqui se encontra, Senadora Roseana Sarney, no sentido de que, juntamente com o Presidente Garibaldi Alves Filho, promova uma rápida tramitação de recursos do Ministério da Integração Nacional, mediante a Defesa Civil e órgãos que em momento como este podem socorrer os flagelados e os desabrigados do Nordeste. Que sejam rápidos. Ajam com a rapidez necessária e não permitam o sofrimento dessa gente pobre, atingida por essas enchentes. Não permitam que essas pessoas sofram mais do que já está sofrendo. A minha solidariedade a elas.

Agradeço a V. Ex^a com a certeza de que, se o Governo enviar para cá uma medida provisória, teremos a sensibilidade da Casa como um todo, já que este assunto toca fundo no coração de todos nós.

Muito obrigado a V. Ex^a.

Durante o discurso do Sr. Heráclito Fortes, o Sr. Garibaldi Alves Filho, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Gim Argello.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Concedo a palavra ao Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Gim Argello, que ora preside esta sessão de quinta-feira, 3 de abril, Parlamentares ainda presentes, brasileiras e brasileiros que nos assistem pelo sistema de comunicação do Senado, Senador João Tenório, aprendi no colo de minha mãe – digo isso também em homenagem à Senadora Roseana Sarney, que está ali, – a

Canção do Tamoio

Não chores, meu filho;
 Não chores, que a vida
 É luta renhida:
 Viver é lutar.
 A vida é combate,
 Que os fracos abate,
 Que os fortes, os bravos
 Só pode exaltar.

Nós do Piauí somos fortes e bravos, e o Piauí aqui está nessa luta. O Piauí nunca se curvou a chantagens, a ameaças. Nós somos grandes mesmo. Nós viemos de uma batalha sangrenta – expulsamos os portugueses do Brasil.

Estamos aqui para representar a grandeza desse povo e temos as nossas crenças. Acreditamos em Deus; no amor, que alicerça a família; no estudo, que busca a sabedoria. Eu entendo que a sabedoria – está no Livro de Deus – vale mais do que ouro e prata. Está lá.

Eu acredito no trabalho. Ele é que faz as riquezas. E essa é a nossa vida.

A vida é combate,
 Que os fracos abate,
 Que os fortes, os bravos
 Só pode exaltar.

Nós somos do Piauí esse forte e bravo povo. Aqui, em uma hora dessa, os três Senadores do Piauí estão aqui: Heráclito, nos liderando, é um homem de uma vasta experiência parlamentar, mais de duas décadas;

João Vicente, um empreendedor, um empresário; eu, e quis Deus, para mostrar a nossa grandeza, a nossa formação, está o Presidente da Assembléia do Piauí, Deputado Themístocles Sampaio. Então, essa é a nossa gente. Em todos os períodos da história, nós saímos com grandeza.

Foi o primeiro Estado a fazer uma batalha sangrenta por sua independência. A Bahia fez depois.

Em um período da República, escrevemos a mais bela página do Piauí, Gim Argello. Essa é a nossa grandeza. Nós não tememos nada.

David Caldas, ó Themístocles, um jornalista... Essa é a nossa... Ninguém se intimida com ameaça, com o poder que está aí, com chantagens. Então

esse David Caldas, jornalista, dezessete anos antes da Proclamação da República, João Vicente, ele mudou o nome do jornal **O Amigo do Povo** para **Oitenta e Nove**. Ninguém entendia. O Brasil passou a entender. Ele foi o profeta da República. Em novembro de 1889, Teresina já tinha um jornal – **Oitenta e Nove**, que circulava no Brasil. Cem anos antes já tinha sido dado o grito de “liberdade, igualdade e fraternidade” na França.

Esse é o Piauí heróico.

Rui Barbosa, que fez nascer a lei da liberdade dos escravos, sancionada pela Princesa Isabel, serviu ao primeiro governo militar e ao segundo, mas, quando viu que iam colocar o terceiro, disse que estava fora! Ofereceram a ele o Ministério da Fazenda e ele disse: “Não troco a trouxa de minhas convicções pelo Ministério”. Ele saiu na campanha civilista para consolidar a democracia. José Nery, com muito respeito ao Pará, João Vicente, você sabe que Rui Barbosa ganhou em Teresina? Então, nós somos esse povo.

Todo mundo sabe daquela Coluna Prestes, Paraná, Carlos Prestes... Eles iam tomar a Capital, Teresina, para terem uma capital comunista. Não conseguiram. Prenderam seu companheiro Juarez Távora. Então, nós somos esse povo bravo.

Getúlio Vargas, quando fez sua ditadura, saiu botando tenentes. No Piauí, durou pouco; ficou um médico: Leônidas Melo. Por isso, a ciência médica é avançada. Por isso, estou aqui, representando a classe médica. Nos outros Estados, tudo era tenente. Lá, com uma visão... Teresina tem quatro faculdades de Medicina. Eu ajudei a botar o Estado na era dos transplantes.

Aí, no período da ditadura militar... Atentai bem, José Nery, V. Ex^a saiu, que bela análise, que bela coragem, você fez – e eu, orgulhoso do Piauí – daquele período que V. Ex^a escreveu a história.

V. Ex^a se lembra? E eu digo, o Piauí passou orgulhoso, ô João Vicente, no período. Petrônio Portella escreveu a mais bela página. Ele seria Presidente da República pela Arena, e o Tancredo seria o seu vice, do PP. Iam ganhar no Colégio Eleitoral. Ele, Presidente desta Casa, em um momento difícil, e Deus me fez testemunha – eu estava do lado dele em 1978 – o Parlamento quis fazer uma reforma do Judiciário, e os generais mandaram... Ele mandou votar. Mandaram fechar, com cães, canhões... Eu estava do lado do Petrônio, a imprensa... Ele só disse o seguinte, João Vicente: “Este é o dia mais vergonhoso de minha vida”. A moral... A autoridade é moral. Isso ecoou, e com cinco dias, mandava Geisel abrir o Congresso. Então esse é o Piauí, e nesse instante estão os três Senadores aqui.

Nós somos preparados mesmo. Não foi só Petrônio não; o melhor jornalista foi Carlos Castello Branco, a Coluna do Castellinho. Rui Barbosa está ali, e somente um homem pode se igualar a ele, Evandro Lins e Silva, do STF, na ditadura militar, soltando os presos políticos.

E o progresso? João Paulo Reis Velloso, menino pobre, filho de carteiro com costureira, fez o I e o II PND.

Atentai bem, João Vicente. Ele foi a luz, o farol. Atentai! A luz e o farol. E nenhuma indignidade, nenhum roubo, nenhuma corrupção. Essa é a nossa cara. Agora nós entendemos.

Então, nessa mesma grandeza que é histórica e cristã, eu vim aqui. Não fui desrespeitoso. Fiz uma análise comparativa e histórica, sem qualquer propósito de ofender quem quer que seja. Uma análise histórica do mundo. E tem que se saber. Aqui é a Casa do saber. Na verdade, o que querem mesmo, ô João Tenório, é desviar o foco da produção do dossiê contra o ex-Presidente e sua esposa. Isso é que é o fato principal.

O que me traz aqui, juntamente com os Senadores do Piauí, é o seguinte: João Vicente, olha...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, mais dois minutinhos.

Vou fazer um apelo ao Ministro dos Transportes e ao Ministro do meu Partido, Reinhold Stephanes, pessoa muito boa do PMDB, que já foi Ministro da Previdência: solicito que providências urgentes sejam tomadas no sentido de socorrer a produção do cerrado piauiense.

João Vicente, V. Ex^a me ajudou muito no meu Governo. Orgulhe-se. Em 1995, a área plantada era de 60 mil hectares. Em 2002, a área plantada era de 230 mil. Hoje, em 2007, são 217 mil.

Então, estou aqui defendendo os interesses porque eles produziram, aumentaram. Pessoas vieram do sul, plantaram e não têm mais condição de transporte.

E aí entra o Piauí. O Piauí entra num artigo desse jornalista Zózimo Tavares, que é o reviver de Carlos Castello Branco, “O Atoleiro do Desenvolvimento”, onde lamenta que o Piauí novamente venha a ser mancha ganha a mídia no Bom Dia Brasil. Mas os carros atolados...aquela estrada com que sonhamos e que fizemos, de barro, de pista, percorrendo o cerrado, a última fronteira agrícola, “A rodovia PI 397, logo batizada de Transcerrados, para servir como corredor para o transporte de praticamente toda a produção de soja

em direção aos centros consumidores”; É totalmente um atoleiro. Apareceu duas vezes no Bom Dia Brasil.

Então, aquela produção, o trabalho, a soja caiu de preço. E é isso que nós pedimos. Apesar dos esforços do Prefeito Chico Filho, de Uruçuí, do de Ribeiro Gonçalves, somente em uma nova cooperativa de produtores, a Cooperativa Nova Santa Rosa, na região de Bom Jesus, que tem noventa famílias, a produção estimada é um pouco mais de um milhão de sacas. Mas no local não há armazenamento.

Então, de acordo com Altair Franco, que é um líder classista do Sindicato Rural de Uruçuí, o risco de perda é grande, porque com as atuais condições da estrada não há como transportar a soja colhida para ser beneficiada na sede da Bunge. A estrada foi abandonada no verão, qualquer pessoa sabe que com a chegada do período chuvoso dos meses de janeiro a maio as condições da estrada pioram, mas não fizeram nada quanto a isso.

Estamos com medo de uma catástrofe, porque não se pode escoar a produção e, com o estrangulamento da colheita e da venda, pode haver uma grande perda, afirma o produtor Thomas Kurdies, da região de Uruçuí. Explicou que há uma semana o preço dos produtos caiu. Eles vendiam a R\$50,00 a saca de soja e está a R\$40,00; e vão ter que baixar, vão ter prejuízo.

Então, estamos aqui apelando ao Ministro dos Transportes, ao Ministro da Agricultura, que é do meu Partido, para que se volte para o Piauí e o Piauí volte com grandeza, volte a circular com a grandeza da história, com a grandeza do seu Parlamento. Este Parlamento, eu sei, vamos continuar como somos, trazendo as nossas idéias e as nossas convicções.

Nós temos certeza que queremos representar os sentimentos do povo sofrido do Brasil. Nada vai nos intimidar. O nosso compromisso é este: é de, aqui, dar grandeza ao povo do Piauí e aos sentimentos do povo do Brasil, a voz rouca do povo nas ruas, como disse Ulysses.

E essa foi uma das nossas preocupações e isso vamos cumprir, na certeza de que, aliado aos outros piauienses e a este Parlamento, vamos garantir melhores dias para a democracia do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Agradeço as palavras do brilhante Senador Mão Santa.

Passo a palavra agora ao Líder do PSOL, Senador José Nery.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, indignação e perplexidade. É com estes sentimentos que ocupo esta tri-

buna para denunciar a iníqua e profundamente injusta decisão do Pleno do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, que, no dia de ontem, 2 de abril, aprovou não abrir processo administrativo disciplinar para apurar eventuais responsabilidades da Juíza Clarice Maria de Andrade, que foi titular da 3ª Vara Criminal de Abaetetuba, quando da prisão ilegal e tortura da adolescente L., fato que causou comoção em todo o País há tão poucos meses.

Por maioria de votos – quinze votos contra a abertura do PAD, sete a favor e uma abstenção –, os membros do Colegiado entenderam que a responsabilidade administrativa pela custódia de presos é do Estado, não cabendo imputar qualquer conduta irregular à magistrada.

Sabemos que a responsabilidade é do Estado. Porém, não pode servir de desculpa para que não se investigue e puna a conduta individual de todos os servidores públicos dos distintos poderes – Executivo e Judiciário – além do Ministério Público Estadual, todos em maior ou menor grau, envolvidos no episódio que possibilitou a ocorrência de violência dessa magnitude no interior de uma repartição pública. Por isso, não é cioso reiterar que a jovem ficou presa em uma minúscula e insalubre cela, por quase um mês, em companhia de vinte detentos do sexo masculino, razão pela qual foi seviciada, espancada e estuprada seguidas vezes.

Convém recordar, entretanto, que a juíza em questão não era somente acusada pela Corregedoria do Tribunal por seus atos omissos, mas, também, pelos fortes indícios de que a juíza, em conluio com outros dois funcionários administrativos da Comarca, teria patrocinado a criminoso adulteração do protocolo eletrônico do Tribunal a fim de ocultar o largo e injustificado período de tempo em que tal situação bárbara perdurou aos olhos de tantas autoridades.

Mesmo diante dos fortes e eloqüentes indícios e do corajoso voto proferido pela Desembargadora-Presidente, Dr^a Albanira Bemerguy, consagrou-se uma posição que expõe, de forma irremediável, o Judiciário paraense perante a sociedade brasileira. Foi, em verdade, uma decisão sustentada em arraigado corporativismo, servindo de incentivo, mesmo que involuntário, à repetição de atos de violência e cruel violação dos direitos humanos. É essa mensagem de reforço à impunidade e de conivência com atos criminosos que restará dessa triste e inoportuna decisão.

Registre-se que, ao mesmo tempo e de forma absolutamente contraditória, o mesmo TJE move processo administrativo disciplinar contra os outros dois funcionários implicados, que agora poderão alegar em suas defesas o princípio da isonomia. Compõe-se

assim o quadro que inviabilizará por completo a apuração das graves responsabilidades envolvidas nesse triste e lamentável episódio.

Faço minhas as palavras da Presidente da Seção Paraense da Ordem dos Advogados do Brasil, Dr^a Ângela Salles, que declarou à imprensa que “a decisão do Pleno desprestigiou a posição da Presidente do TJE, Desembargadora Albanira Bemerguy, e do Corregedor de Justiça, Desembargador Constantino Guerreiro. Trata-se de um escárnio para a sociedade. É uma clara tentativa de jogar a sujeira para debaixo do tapete”.

E aproveito a oportunidade para expressar meu incondicional apoio à iniciativa da OAB e de um conjunto de entidades civis do Estado do Pará que ingressarão, na próxima semana, com uma reclamação formal ao Conselho Nacional de Justiça contra esse infeliz ato do Colegiado Pleno do Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Estou convencido de que, no âmbito do Conselho Nacional de Justiça, que possui a função de controlar a atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e também o correto cumprimento de deveres funcionais dos juízes, essa decisão será imediatamente reformada ou tratada da forma que ela precisa ser tratada. É preciso instaurar um procedimento disciplinar para apurar as responsabilidades da Juíza da 3ª Comarca do Município de Abaetetuba. Isso é o que espera e exige a sociedade brasileira, cansada de tanta impunidade, matriz da injustiça e da violência institucional que impera, infelizmente, em nosso País.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, esse fato foi discutido amplamente no Congresso Nacional. Realizamos Audiência Pública na Comissão de Direitos Humanos, na qual compareceram as principais autoridades do Executivo e do Judiciário do Estado do Pará. A Câmara dos Deputados constituiu Comissão de Representação Externa, que fez uma visita ao Estado do Pará para tratar dessa questão. Um fato que se transformou, como foi dito, em comoção nacional com repercussão internacional. Infelizmente, em seu desfecho, é tratado dessa maneira, expondo uma das autoridades do Poder Judiciário encarregada da administração e da realização da justiça. Há claras evidências da omissão. Finalmente, o Pleno do Tribunal de Justiça do Estado do Pará decide não instaurar o procedimento adequado para a responsabilização pela omissão cometida.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero aproveitar o momento para tratar de um outro assunto que julgo igualmente importante. Refere-se à luta para garantir que recursos públicos sejam gastos adequadamente. Refiro-me à ocupação realizada pelos estudantes da Universidade de Brasília – UnB, liderada

pelo Diretório Central dos Estudantes, que promoveu a ocupação da reitoria nesta tarde, exigindo a apuração de todas as denúncias de fraudes que envolvem a aplicação de recursos da Finatec, fundação vinculada àquela Universidade.

Os estudantes querem abrir um canal de diálogo com a Reitoria para acompanhar e fiscalizar a apuração de todas as denúncias.

Quero hipotecar a minha solidariedade à luta e à mobilização dos estudantes por considerá-las justas e oportunas.

Quero conceder um aparte ao Senador Cristovam Buarque.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senador José Nery, em primeiro lugar, sobre a UnB, também quero dizer de minha solidariedade nessa tentativa de diálogo dos estudantes com a Reitoria. Eu espero que de fato a comunidade inteira da Universidade de Brasília assuma, com mais força ainda, a análise dos fatos ocorridos e tome uma posição. Só a abertura de tudo, só a participação da comunidade é que vai permitir a UnB sair dessa crise que foi criada. Mas pedi o aparte para falar de outro assunto. Quero dizer do meu apoio a sua luta pelos direitos humanos dessas pessoas, especificamente dessas jovens. Mas, Presidente Gim, se a gente analisa o noticiário das últimas semanas no Brasil, Senador, a gente vai ver a quantidade de crianças vítimas neste País. Uma jogada pela janela do apartamento onde morava sua família; outra seviciada, amarrada por pessoas da família. Crianças assassinadas, crianças morrendo pelo dengue, crianças sem escola. Que País é este? Onde é que vamos parar, se não cuidamos das nossas crianças? Um país não merece nada, se não cuida bem dos seus velhos e das suas crianças, suas crianças ainda mais porque o futuro depende delas. A gente tem que fazer alguma coisa. Há pouco falei aqui sobre a entrevista do Presidente Garibaldi, nas Páginas Amarelas, em que faz uma dura crítica ao Senado, crítica corretíssima, e que a gente não parou para debater. Não fazemos as grandes perguntas neste País. Como vai ser o modelo energético daqui a vinte anos? Como a gente vai sobreviver com o aquecimento global? O que vai acontecer com as cidades do País com o número de automóveis que temos? O que vamos fazer com São Paulo no dia seguinte ao que a cidade parar, porque todo o espaço foi ocupado por automóveis? Como a gente vai fazer para reduzir as desigualdades sociais e as desigualdades regionais? O que vamos fazer com a Amazônia? A gente não está discutindo essas coisas e não está discutindo o futuro das crianças. Insisto em um projeto – que deixei e que está correndo aqui muito devagar – de criação de uma agência de proteção da

criança e do adolescente junto à Presidência da República. Se tivéssemos uma agência como essa, pelo menos teríamos a quem responsabilizar. Já notou que não temos a quem responsabilizar, salvo o diretor da cadeia, salvo o delegado da delegacia onde estava presa essa menina? Será que apenas ele é o culpado? Não há nenhuma autoridade no plano maior deste País a quem responsabilizemos pela situação trágica que atravessam as nossas crianças. Então, está na hora de o Senado aprovar esse projeto da agência ou de procurar outro caminho. O que não pode é termos um Governo Federal que trata as crianças como se elas não fossem um problema do Governo Federal. Energia é problema do Governo Federal, economia é problema do Governo Federal. Não se falou ainda no PAC da criança no Brasil, e acho até melhor que não falem, porque, se falarem, tenho minhas dúvidas...

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – ...se, de fato, é para valer ou não. Parableno-o por seu discurso neste fim de tarde, começo de noite. Insisto: as crianças mereciam que a gente dedicasse um pouco mais de tempo para refletir sobre como fazer para que o noticiário mostre coisas boas das nossas crianças e não a tragédia que elas atravessam neste momento da história do Brasil.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Agradeço o aparte do Senador Cristovam Buarque.

Eu gostaria ainda de fazer menção, Sr. Presidente, ao fato ocorrido em Abaetetuba – após aquela denúncia, tivemos conhecimento de graves denúncias em pelo menos 17 Estados da Federação –, onde adolescentes mulheres foram colocadas em prisão junto com presos do sexo masculino.

Vejam que é um fato nacional, infelizmente.

Ocorre, Senador Cristovam Buarque, que as leis em nosso País, infelizmente, não são cumpridas, porque se o Estatuto da Criança e do Adolescente – que considera a criança prioridade absoluta para o atendimento de todas as políticas públicas – fosse cumprido, com certeza, nós teríamos outra realidade. E também se houvesse um investimento pesado em educação para escola de qualidade, garantia de transporte escolar.

No Pará e na Amazônia, como eu disse aqui na semana passada, os estudantes ainda lutam pelo direito ao transporte escolar para deslocamento da sua localidade até a escola mais próxima, normalmente, consumindo até mais de uma hora – às vezes, uma hora e meia – no transporte, inclusive em regiões ribeirinhas, onde as crianças vão, Senador Gim Argello, levando o seu barquinho a remo. A energia humana

que os conduz até a escola. Então, as desigualdades são imensas.

E concordo, Senador Cristovam Buarque, com o conjunto de temas da mais alta relevância que V. Ex^a enumerou no seu pronunciamento, há pouco, e retomou agora no aparte. Que, na verdade, poderiam fazer parte de uma verdadeira agenda do Senado Federal para enfrentar os problemas estruturais do País e, efetivamente, garantir a solução que fosse adequada aos interesses, aos direitos da maioria da nossa população.

Encerrando, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, creio que os fatos que vivenciamos aqui no Senado esta semana, fatos deploráveis dos que não querem apurar, dos que querem apurar por vias enviesadas e muitos que, na verdade, mesmo proclamando a necessidade da transparência da fiscalização na boa aplicação de recursos públicos, sinto que não querem isso.

Vivemos aqui cenas deprimentes neste Senado, na semana passada e nesta semana. Fatos, ações e atitudes, Senador Gim Argello, que não contribuem como exemplo para o nosso povo,...

(Interrupção do som.)

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) –... as nossas crianças, a juventude brasileira, inclusive para que as pessoas percebam que a atividade política pode e deve ser exercida com dignidade e o compromisso de contribuir para as mudanças e as transformações sociais, econômicas e políticas que essa nossa triste realidade está a exigir.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Agradecemos, Senador José Nery, pelo seu brilhante discurso na tarde de hoje.

Sou obrigado a prorrogar a sessão por mais 30 minutos, tendo em vista que temos ainda inscrito o nobre Senador João Tenório, a quem passo a palavra com muito orgulho.

Enquanto S. Ex^a se dirige à tribuna, da mesma forma como o Senador Cristovam Buarque, solidarizo-me com os estudantes da UnB. É muito ruim, Senador Cristovam Buarque, vermos a UnB sempre nessa situação. A UnB é motivo de orgulho para todos os brasileiros, para todos das cidades satélites. O sonho de toda família humilde do Distrito Federal é ter um filho formado pela UnB.

Mas, se Deus quiser, no mais breve período, vamos ter novamente a UnB fazendo parte do que foi, quando o Senador Cristovam Buarque era o seu Reitor, sempre com méritos, sempre com créditos.

Por favor, Senador João Tenório, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. JOÃO TENÓRIO (PSDB – AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Inicialmente, eu gostaria de fazer uma referência ao procedimento e à atitude do nosso Presidente Senador Garibaldi Alves, que, na sua maneira de ser, simples, nordestina, que marca o seu procedimento, teve como sempre atitude muito prudente, entretanto, firme, no sentido de conduzir nesta tarde essa reunião de maneira que não viesse a se transformar de novo em situação de conflito, como tem acontecido. Mesmo na ausência dele, eu desejo fazer este registro.

Sr. Presidente, Gim Argello, outro detalhe importante é que o Presidente sugere – eu acho que com muita propriedade – que se crie uma agenda para se discutir as coisas importantes deste País. E o interessante é que todos concordam, mas, na hora de exercitar essa necessidade de que tanto o País precisa, as divergências conseguem superar a necessidade desse consenso e dessa conveniência, desse entendimento.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a discussão sobre a reforma tributária, motivada pela PEC, enviada pelo Governo do Presidente Lula, oferece uma oportunidade única a todos nós, Senadores: trabalhar, arduamente, pela redução tanto da complexidade do atual sistema tributário nacional quanto da enorme carga de impostos, taxas e contribuições que asfixiam as empresas e sufocam as famílias brasileiras.

Há muito que os principais especialistas chamam a atenção de nossos governantes e legisladores para as mazelas do nosso sistema de arrecadação: complexo, confuso, disfuncional, ineficiente, injusto e regressivo. Esses são apenas alguns dos adjetivos normalmente associados à essa predatória estrutura tributária.

Tal estrutura, Sr. Presidente, foi montada ao longo dos anos pela ação de nossos governantes, não apenas do nosso atual governante, mas dos últimos governantes que conduziram os destinos deste País. Alguns elevaram a carga fiscal para lidar com graves crises econômico-financeiras; outros foram motivados por ideologias estatizantes que advogavam, e ainda advogam, o crescimento desmesurado das tarefas a cargo do Governo, ou, ainda pior, inchando a máquina estatal sem necessidade.

Todos, entretanto, foram buscar suporte para seus devaneios no elevar a arrecadação, caminho sempre mais confortável para eles, governantes, quando seria mais edificante evitar suas causas.

O certo é que nem as famílias, nem as empresas brasileiras agüentam uma carga fiscal que se aproxima dos 40% do Produto Interno Bruto. Perdemos todos, porque condenamos o conjunto de nossa economia a taxas medíocres de crescimento quando nos com-

paramos ao resto do mundo, provocando, com isso, o mais danoso dos efeitos colaterais: a baixa geração de emprego e a conseqüente manutenção de um insalubre ambiente social.

Quando o Governo arrecada muito, menos dinheiro fica no bolso das pessoas e no caixa das empresas. O Governo pode até empregar mais gente, mas as empresas certamente empregarão menos. Vemos, assim, trocar empregos mais produtivos do setor privado por emprego de baixa eficiência no Governo, por serem, na maioria dos casos, desnecessários.

Para pagar impostos altos, as famílias consomem menos do que seria possível e deveriam consumir. Perversamente, são as famílias mais pobres as que pagam uma percentagem maior de sua renda para financiar o Estado. Quase 50% da renda familiar dos que ganham até dois salários mínimos são gastos com o pagamento de tributos. Literalmente, essas pessoas deixam de comer para pagar impostos.

Esse estado de coisas existe porque nós, representantes do povo brasileiro, não nos mobilizamos para dar um basta à sanha arrecadatória dos Governos Federal, Estaduais e Municipais. Isso precisa acabar e cabe a este Senado e a cada um de nós Senadores iniciar essa mudança.

Situação igualmente constrangedora vivem as empresas do nosso País, Sr. Presidente Gim Argello. Contando apenas os maiores tributos que incidem exclusivamente sobre a produção, o Governo arrecada o equivalente a 50% do total das receitas tributárias.

Diz-ser-ia que a nova PEC da Reforma Tributária propõe uma simplificação e complicação da maioria desses tributos. É verdade, mas também é verdade que o todo será, na melhor das hipóteses, igual à soma das partes ou pior e, mais provável, maior.

Outra questão relevante diz respeito à oneração da folha de pagamento. Uma incidência de 34 a 40% sobre o salário, somada a uma legislação que, aparentemente, protege o direito dos trabalhadores, mas, na verdade, é inibidora de criação de emprego. Juntas, conspiram contra a disposição para contratar por parte daquele lado que é o maior e mais saudável gerador de emprego: a atividade produtiva.

O alívio desses fardos é um imperativo para que se equacione parte considerável dos nossos problemas sociais da forma mais positiva e sustentável que existe.

Faço agora, Sr. Presidente, menção a um tema fundamental e sobre o qual, em breve, voltarei a me pronunciar desta tribuna pela sua importância. Isto é muito adequado hoje, quando observamos os Senadores do Nordeste, recorrentemente, levantando a necessidade iminente de ajuda em razão das últimas chuvas, que têm caído em grande quantidade,

na região. Isto mostra claramente que é uma região despreparada para vencer as dificuldades, em função das desigualdades sociais tão profundas que dividem este País. E é sobre esse tema, sobre esse quadro, que eu gostaria de inserir na reforma tributária, que me pronunciaria no momento.

Sr^{as} e Srs. Senadores, não podemos perder essa oportunidade de atuar de maneira a mais contundente possível para reduzir os desequilíbrios regionais.

Não poderemos manter ainda por muito tempo essa relação amistosa que tanto une este País sem debelar esta que, sem dúvida, é uma das maiores manifestações das desigualdades sociais que afetam a vida nacional: as diferenças regionais.

Só quem não conhece Coité do Noia, na minha querida Alagoas, e Ribeirão Preto, na rica São Paulo; só quem não visitou Jerumenha, no Piauí dos nossos queridos Senadores Mão Santa e Heráclito Fortes, e Blumenau, do maravilhoso Estado de Santa Catarina; só quem ignora quão diferentes são a mística Juazeiro do Norte do nosso belo Ceará e Uberaba e Uberlândia nas Minas Gerais; só quem não percebe tamanhas assimetrias não se convence da imperiosa necessidade de aproveitar todas as possibilidades para mudar esse estado de coisas e este momento, a reforma tributária, é uma oportunidade única que não podemos desprezar.

As propostas de reforma, tanto a oriunda do Governo quanto a produzida pela subcomissão que trata do tema, tão bem conduzidas e relatadas, respectivamente, pelos Senadores Tasso Jereissati e Francisco Dornelles, a bem da verdade, sugerem um avanço nas questões regionais, manifesto na referência à criação de um fundo de desenvolvimento regional ou, alternativamente, no reforço aos fundos já existentes e ainda quando se dispõem a discutir a questão origem/destino no quesito ICMS ou IVA na nova nomenclatura. Ainda assim, Sr. Presidente, Srs. Senadores, elas soam tímidas e indefinidas.

Transformar regiões muito diferentes em menos diferentes requer vontade, determinação política e, normalmente, quantidades volumosas de recursos. Vejam-se os poucos exemplos bem-sucedidos. Temos o exemplo da comunidade da União Européia, que incorpora a Espanha e Portugal e que, para isso, teve de dispor de uma quantidade enorme de recursos para que esses países não ficassem tão diferentes daqueles que já pertenciam à União Européia. Também temos o exemplo da Alemanha Oriental e da Alemanha Ocidental, que também têm colocado uma quantidade imensa de recursos para fazer com que essas duas partes do país fiquem mais parecidas social e economicamente.

Como já disse, só quem conhece as regiões realmente pobres do Brasil sabe que há enormes em-

pecilhos à atração natural de investimentos privados. De um lado, a renda *per capita* dessas regiões é muito mais baixa que a dos Estados mais ricos, o que diferencia o tamanho e a qualidade do mercado.

Segundo dados do IBGE, 53% das famílias mais pobres concentram-se no Nordeste. Enquanto o rendimento médio mensal das pessoas empregadas no Brasil está em torno de R\$800,00, no Nordeste este valor não passa de R\$490,00, ou seja, um pouco acima da metade do conjunto do País.

De outro lado, investimentos privados requerem infra-estrutura adequada, e neste quesito também se verificam enormes disparidades entre as regiões mais pobres e as mais ricas do Brasil.

Esta precariedade da infra-estrutura física e humana desincentiva a instalação de empresas nas regiões mais pobres. Foi justamente esse quadro que levou os Governadores dessas regiões a utilizarem incentivos fiscais para promover os investimentos produtivos que, de outra forma, se concentrariam no Sul e Sudeste.

Por isso, no momento em que discutimos as propostas de eliminação da guerra fiscal, é fundamental levarmos em conta a necessidade de políticas compensatórias robustas.

Assim sendo, Sr^{as} e Srs. Senadores, a criação de um novo fundo de desenvolvimento regional, como propõe o Governo, ou a elevação das transferências aos fundos constitucionais já existentes, como prefere o Relatório Dornelles, têm que neutralizar as frustrações de desenvolvimento econômico nos Estados mais pobres pela eliminação desse único indutor ora existente, que é aquele chamado, de uma maneira que considero não muito adequada, de guerra fiscal.

Em suma, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o desafio que temos pela frente não é pequeno. Reformar competentemente o sistema tributário nacional será a atitude mais eficaz para solucionar as duas questões mais relevantes e decisivas para o País: alívio e organização tributária para construir um Brasil mais rico e empenho e convicção política para fazê-lo mais justo.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela paciência e compreensão.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Senador João Tenório, V. Ex^a fez um discurso muito sério a respeito da reforma tributária, sobre a qual realmente temos de nos debruçar.

Neste momento, gostaria de comunicar que, anteriormente, foi lido o **Requerimento nº 366, de 2008**, do Senador Garibaldi Alves Filho e outros Srs. Senadores, solicitando que o tempo destinado aos oradores do Período do Expediente da sessão do dia 17

do corrente seja destinado a homenagear o jornalista Assis Chateaubriand, tendo em vista o transcurso dos 40 anos do seu falecimento.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado, portanto, o requerimento.

Da mesma forma, anteriormente foi lido o **Requerimento nº 378, de 2008**, do nobre Senador Cristovam Buarque e outros Srs. Senadores, solicitando, em aditamento ao Requerimento nº 245, de 2008, que a sessão especial para comemorar os 27 anos de atividade da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais do Brasil seja realizada em data a ser oportunamente marcada.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Também está aprovado o requerimento.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

Eu gostaria de, neste momento, passar a palavra ao nobre representante do Estado do Piauí Senador João Vicente Claudino.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Gim Argello, Srs. Senadores presentes, quero registrar que, além de esta sessão estar sendo transmitida pela TV Senado e pela Rádio Senado, está também, ao vivo, pela TV Assembléia do Estado do Piauí. Quero registrar a presença do Presidente da Assembléia, Deputado Themístocles Filho.

Eu quero aqui, nesta noite, Presidente Gim Argello, Srs. Senadores, tratar de algumas notícias do Piauí, algumas muito boas e outras preocupantes. Das mais preocupantes, queremos registrar a chuva, que tanto acalenta os sonhos de agricultores, de produtores do Estado do Piauí – nós, não diferentes dos Estados nordestinos, um Estado essencialmente agrícola –, mas que, neste início do ano de 2008, está vindo numa dimensão maior do que a esperada.

Nos reservatórios do Piauí, há muito não se via acúmulo de água. Açudes como, em Paulistana – o Senador Mão Santa conhece muito bem –, o Ingazeira, há 33 anos não sangravam. E agora a cidade de Paulistana tem aquele importante manancial de água sangrando, mostrando a força da chuva e do inverno.

O volume de água dos rios que cortam o Estado do Piauí, especialmente o rio Parnaíba, com dados de registro da Chesf, e o rio Poti, que vem do Ceará, que nasce no Ceará e corta parte do Piauí, principalmente a capital, Teresina, tem subido de uma maneira assustadora. Por medição da Chesf, ontem, às cinco horas da tarde, o rio Poti passava pelo Município de Prata,

no Piauí, a 1.811 m³/s; e hoje, às cinco horas da tarde, a 2.700 m³/s. Se nós registrarmos o que é medido no verão, no nosso Estado, naquele rio, veremos que é menos de 1 m³/s a velocidade da água, com uma lâmina de 20 centímetros. Hoje atinge praticamente 12 metros o aumento do volume da água do rio.

São situações preocupantes que também começam a prejudicar a produção do Estado pelo volume de água em determinadas regiões do Estado do Piauí.

Concedo o aparte ao Senador José Nery.

O Sr. José Nery (PSOL – PA) – Senador João Claudino, quero me irmanar, no início do pronunciamento de V. Ex^a, às suas preocupações e manifestar, como nordestino de origem, do Ceará, amazônida adotado paraense, de alma e de coração, terra onde vivo e trabalho, que represento no Senado Federal, neste momento, a minha mais profunda solidariedade a todas as vítimas das enchentes do Estado do Piauí, que V. Ex^a representa. O Presidente da Assembléia, Deputado Themístocles, nos falava aqui de 20 cidades atingidas pelas enchentes.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI) – Vinte cidades que já decretaram estado de emergência.

O Sr. José Nery (PSOL – PA) – Com estado de emergência. Essa situação se repete no Rio Grande do Norte, na Paraíba, no Estado do Ceará. O senhor falava do rio Poti, que, aqui queria me referir, no Ceará, banha, por exemplo, a cidade de Crateús. Crateús hoje tem mais de dois mil desabrigados. Há pouco, por contato telefônico, o Dr. José Arteiro, Promotor de Justiça naquele Município, informava-nos da situação em que vivem centenas, dezenas, aliás, mais de duas mil famílias desabrigadas. É muito presente a solidariedade das pessoas no acolhimento a todos os que estão nessa situação. Isso é muito próprio dos nordestinos de diversos Estados. Quando enfrentam qualquer situação tão grave quanto essa, o sentimento de solidariedade se realiza, de modo concreto, pelo acolhimento, pelo apoio a todas as pessoas que estão sofrendo o drama das enchentes. Portanto, quero me congratular com V. Ex^a por trazer a discussão, como outros Senadores o fizeram nesta tarde, relatando a situação das enchentes em seus Estados. Os nordestinos vibram, se alegram e fazem festa quando da chegada das chuvas. Não existe algo que mais dê alegria a eles do que quando o torrão seco tem água em abundância. Água, fonte de vida, mas, nessas circunstâncias de enchente, acaba se transformando numa situação de desespero, que, sem dúvida, deve mobilizar – encerro com isso – a atenção do Governo do Estado do Ceará, do Piauí, do Rio Grande do Norte, da Paraíba e de todos os que estão vivendo essa situação de enchente, e principalmente dos órgãos

do Governo Federal, que devem agir e atuar de forma urgente e competente para socorrer e apoiar todos os desabrigados pelas enchentes no sertão nordestino. Parabéns a V. Ex^a por trazer o tema, mas o momento é de tristeza pelos que foram vitimados pelas enchentes. É solidariedade que devemos, na prática, manifestar a todos, tanto aos que estão desabrigados quanto aos que estão apoiando os desabrigados. Quero dizer a V. Ex^a que este é um desafio que, de vez em quando, enfrentamos: o ciclo de secas e, às vezes, de enchentes. Essa situação deve merecer a atuação imediata e urgente do Governo Estadual e do Governo Federal. Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI) – Quero agradecer a V. Ex^a o aparte, Senador José Nery, daquela região de Crateús, que já foi Piauí. Nós entendemos a angústia do nordestino, que convive com estas duas situações: quando não é a falta de chuvas, é, às vezes, o excesso de chuvas, que vem para assolar as regiões do nosso Estado.

Como Crateús, também está Campo Maior. Conversando com o Deputado Themístocles Filho, ele falou sobre estes dados hoje: BRs como a 343, que liga Teresina a Campo Maior, cortada em dois trechos; a BR 402, entre Castelo e São Miguel do Tapuio, na região próxima a Crateús, na mesma situação; a 135, que corta o sul do Estado do Piauí, semana passada, cortou e está em permanente reparo.

É uma situação que realmente deve ter a atenção dos governos municipais, estaduais. Devemos cobrar do Governo Federal o atendimento, de uma maneira também célere e emergencial, para que possamos minimizar os efeitos de uma situação de calamidade e enchentes dessa natureza.

Queria também, Sr. Presidente, registrar que entramos com um requerimento de aplauso pelo trabalho na educação da Prefeitura de Teresina, do Prefeito Sílvio Mendes e do Secretário Washington Bonfim, pois Teresina está entre as 37 cidades do Brasil escolhidas pelo MEC com melhor Índice de Desenvolvimento da Educação Básica. São cinco cidades no Nordeste, e Teresina é uma delas, pelo nível de educação, pela escolaridade que é levada a cada cidadão, a cada criança, homens e mulheres da nossa capital. E queremos nos congratular com o trabalho e parabenizar o Prefeito Sílvio Mendes e o Secretário Washington Bonfim pelo trabalho realizado na educação na cidade de Teresina.

Quero registrar também que, sexta-feira, o Ministro Pedro Brito esteve em Luís Correia iniciando a retomada das obras do porto. Claro que temos etapas a serem suplantadas. Há uma licitação a ser feita se o BEC não assumir a obra; há a retomada, por parte do Governo do Estado, de um contrato de concessão de 20 anos

com uma empresa privada. Mas tenho certeza de que todos nós, a bancada no Senado do Piauí está atenta para contribuir com isso – uma prova é que o Senador Mão Santa já contribuiu – numa emenda indicativa de bancada em que se incluíram todos os recursos para a conclusão do porto Luís Correia. E o Ministro Pedro Brito, que tem, Senador Mão Santa, as raízes lá em Parnaíba – a mãe dele é parnaibana, D. Glícia Brito –, na sua competência... Talvez seja o momento, desde Epitácio Pessoa – eu dizia isso segunda-feira, quando recebi o título, da Câmara Municipal de João Pessoa, de cidadão daquela cidade, como paraibano também que sou –, nós só tivemos João Paulo dos Reis Velloso, nesse meio termo de tempo, para que se chegasse agora, novamente, a discutir, numa visão de curto e médio prazos, a conclusão do porto de Luís Correia.

Queria também cumprimentar o jornal **Diário do Povo**, de Teresina, e seu Presidente, Danilo Damásio, por ter recebido na terça-feira passada, aqui em Brasília, o prêmio “Mérito Lojista”, da Confederação Nacional dos Dirigentes Lojistas. Parabenizo a todos os que fazem aquele importante órgão de comunicação.

Entre com requerimento de aplauso para uma atleta piauiense, a nossa judoca Sara Menezes, que

é a primeira atleta que... Uma menina pobre que ama aquilo que faz se devotou a praticar o judô e representará o Piauí nas Olimpíadas de Pequim. Então, mostra a competência e a força da mulher piauiense. Os aplausos são extensivos à família Queiroz, que comanda o judô no Estado do Piauí.

E queria, por último, pedir que fosse dado como lido um discurso que faria sobre a violência, porque essa violência já atinge o seio das famílias brasileiras. Se nós destacarmos o mais recente, alguns dias atrás, o caso da Isabella Nardoni, a menina que foi jogada – ou não – do apartamento onde morava, verificamos que temos realmente que dar total atenção. Há um ano e dois meses, aconteceu aquele fato no Rio de Janeiro com João Hélio. Passou-se um ano da morte, algo andou, mas temos que ser ainda muito mais responsáveis na discussão desse problema da violência no Brasil

Quero agradecer a paciência de V. Ex^a. Muito obrigado.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR JOÃO VICENTE CLAUDINO.

DO SENADOR JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB - PI)

Senhor Presidente,

Senhoras Senadoras e Senhores Senadores,

Não há como negar, diante da violência e da fúria dos grupos criminosos que atacam cidadãos, indiscriminadamente, em todos os recantos do País, que a sociedade brasileira enfrenta um drama. O Estado brasileiro, em todas as instâncias da Federação e em todos os seus segmentos de responsabilidade pela segurança pública, se vê contestado, afrontado e se mostra incapaz de uma reação coerente, firme e intimidatória desses marginais.

O clima de quase guerra civil experimentado pelos que vivem no Rio de Janeiro é a prova cabal desse lastimável quadro em que fomos mergulhados, paulatinamente, durante décadas, num processo de corrosão social que se torna, hoje, crítico para todos, cidadãos e Estado. Para os cidadãos, por se verem indefesos diante de um agressor que pode surgir a qualquer momento e contra o qual nada pode. Para o Estado, porque demonstra a situação pré-falimentar em que se encontra nosso sistema de segurança pública.

A violência no Brasil tornou-se uma endemia, com características de epidemia, alastrando-se por locais e regiões até então livres da criminalidade.

A situação chegou a um ponto tal que o problema da violência tirou o desemprego do topo das preocupações do brasileiro. Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, A VIOLÊNCIA É O PRINCIPAL PROBLEMA DO PAÍS. O Senado tem dado sua contribuição no sentido de encontrar soluções para este grave problema que aflige o País. Contudo, temos que continuar avançando na discussão e votação das matérias que tratam da segurança pública.

Infelizmente, Senhor Presidente, como na grande maioria das crises nacionais, o Estado brasileiro está atrasado, despreparado e desequipado para lidar com a situação. Apesar da retórica forte e de inúmeros projetos de leis que procuram ganhar espaço na mídia, não surgem, efetivamente, sinais de inflexão no ritmo ascendente da violência em todos os cantos do País.

E por que tudo isso? Por que tanta violência? Por que tal fragilidade da cidadania diante de criminosos impunes e impiedosos?

Senhoras e Senhores Senadores, fica óbvio que o atual quadro é resultado da omissão do Estado no enfrentamento das causas profundas do problema social neste País. Quando grupos marginais são capazes de se apropriar de espaços e comunidades, sem que o Estado possa reagir e retomar sua posição de regulador da sociedade, é sinal de que vivemos uma profunda crise de valores e de confiança na organização da sociedade.

Nossa situação, Senhor Presidente, é de tal modo crítica, que mesmo medidas fortes e imediatas demandarão tempo para surtir efeito e pacificar a sociedade. Que dizer, então, das inescapáveis medidas de médio e longo prazos, únicas que permitirão consolidar um novo patamar de desenvolvimento social e redução e controle da criminalidade na sociedade brasileira. Esse é, na verdade, um longo e escuro túnel de conflito, de cuja saída ainda sequer vislumbramos a mais pálida claridade.

Senhor Presidente, muitas décadas, talvez séculos de descaso pela construção da cidadania e da justiça social no Brasil fizeram de nossas aglomerações urbanas verdadeiras fortalezas do crime, hoje, para nossa infelicidade, altamente organizado. Assim evidenciam as notícias que nos chegam de todos os cantos.

O que fazer? Na verdade, há muito que fazer. Mas tudo depende de vontade e decisão política, em primeiro lugar. De planejamento e objetividade, em segundo lugar. De perseverança e firmeza na ação, em terceiro lugar. Só com vontade planejada, firme e continuada é que alcançaremos algum êxito nessa verdadeira cruzada.

Em primeiro e óbvio lugar, necessitamos de uma urgente reforma de nosso sistema penal, que inclua uma profunda atualização dos códigos penais e de processo penal e das leis de execução penal. A sociedade brasileira mudou muito desde a década de 1940, quando nosso código penal foi elaborado. O comportamento e as relações entre pessoas e grupos sociais são substantivamente diferentes, passados mais de 60 anos. Há que se rever essa legislação à luz da nossa nova realidade. Esse é um princípio inalienável de todo ordenamento jurídico de uma sociedade civilizada – permanência no tempo, mas *aggiornamento* com o evoluir da sociedade.

O que dizer, então, de nosso sistema penitenciário? Um verdadeiro desastre e, ainda por cima, caríssimo para a sociedade. Há que ser feita uma urgente e radical reforma em nosso sistema prisional, se quisermos que haja um mínimo de

chances de que ele possa servir para a reintegração de criminosos condenados. De outro modo, nossas prisões permanecerão escolas do crime, como todos hoje estão convencidos de que são. Reformar os presídios existentes, construir novas e modernas prisões e atualizar a legislação de execução penal são aspectos imprescindíveis para um efetivo combate ao crime.

Indago: custa caro? Pelo atraso no encaminhamento das soluções, é claro que custa caro. Mas custará ainda mais para a sociedade, em vidas e perdas econômicas, quanto mais tempo demormos para enfrentar o problema.

Além disso, Senhor Presidente, não será com polícias mal equipadas, mal treinadas e mal instaladas que envidaremos o bom combate em favor de nossos cidadãos.

Esse, Senhoras e Senhores Senadores, é um dos grandes equívocos dos que dirigem o Estado brasileiro desde sempre: o descuido com a qualidade das condições de trabalho oferecidas aos seus servidores, cuja ação destina-se, em todos os casos, aos cidadãos e aos próprios dirigentes. Quando a voz do povo diz que as autoridades não se preocupam com os serviços públicos pelos quais são responsáveis porque não os utilizam e, por isso, não lhes dão importância, não há como desqualificar o argumento, diante das evidências factuais.

O atual Governo Luiz Inácio Lula da Silva deve assumir o desafio que paira na necessidade de mais investimentos em educação, não obstante de melhores serviços no que pertine ao atendimento de saúde neste País. Infelizmente, Senhor Presidente, essa é uma verdade que não podemos negar e que temos a obrigação de modificar no prazo mais curto possível; ainda mais se desejamos, verdadeiramente, combater a criminalidade que nos assola.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, o instituto DataSenado apresentou dados da pesquisa de opinião pública nacional realizada no ano passado sobre a violência no Brasil. E os dados são alarmantes: 79% dos entrevistados acreditam que a violência não irá diminuir nos próximos 12 meses; 68% avaliaram a segurança pública em nosso País com notas 5 ou inferiores; 56% apontam a impunidade e o tráfico como os principais causas da violência e; 75% são a favor da adoção de prisão perpétua no Brasil.

Como convencer um adolescente pobre de qualquer cidade do Brasil de que ele deve estudar em escolas públicas, para poder ingressar no mercado formal de trabalho, cujas taxas de desemprego são representativas?

Como convencer esse jovem, se, no próprio bairro em que mora, há um traficante de drogas, um ladrão de bancos ou um seqüestrador que lhe garante renda muito maior do que a sociedade oferece, lhe assegura assistência médica e lhe garante, no caso improvável de ser preso e condenado, apoio à família para que ela não passe privações?

Como, Senhor Presidente, pode a sociedade responder a essas questões sem investir maciçamente em ações de inclusão social que assegurem caminhos de ascensão para essa enorme parte de nossa população que está continuamente exposta e desprotegida diante da sanha dos criminosos?

Ou acordamos, de fato, para o combate sistemático e radical ao câncer da criminalidade, ou nos defrontaremos com uma verdadeira explosão de violência generalizada pelo País, com conseqüências dramáticas para toda a sociedade.

A situação das grandes cidades, como Rio de Janeiro, São Paulo e outras, merecem cuidado especial por parte das autoridades públicas. Os Municípios precisam ser envolvidos nas discussões do problema, no encontro das soluções e no combate à

violência com ações que ajudem a tranqüilizar as populações locais. Do mesmo modo, as polícias têm de ser integradas, de modo a maximizar o poder do Estado de combater a criminalidade. Rivalidades, rixas, conflitos de interesse e competência têm de ser extirpados das corporações militar e civil de nossas polícias.

Senhoras e Senhores Senadores, tantos anos de descúria no trato da justiça social geraram a atual instabilidade da sociedade diante da violência e da criminalidade. Sem uma ação concertada, que abranja todo o País, o que faremos é deslocar os eixos criminosos das cidades em que houver maior repressão para aquelas menos protegidas. Sem uma ação abrangente que inclua a Polícia Federal na guarda de fronteira aérea, terrestre e marítima, também ficaremos à mercê da permanente invasão de pessoas, armas e produtos que alimentam o crime no País.

Senhor Presidente, gostaria de externar aqui minha preocupação com meu Estado, o Piauí, ordeiro, pacato e tranqüilo. É com profundo sentimento de tristeza que informo que o meu Piauí começa a sentir os efeitos da violência urbana e da onda crescente do crime e, me angustia profundamente, o receio que o nosso querido Estado transforme-se em mais um lugar onde o medo domine os corações das pessoas que, com tanto esforço, trabalho e dedicação, vivem pacificamente no Piauí.

É com consternação que faço este pronunciamento, diante da indignação da sociedade para combater os criminosos. É, também, com pesar que constato que chegamos a uma situação tal que não serão pequenas nem isoladas medidas que retificarão o curso das coisas. São necessárias muitas e abrangentes ações para que tenhamos alguma perspectiva de reversão do quadro em que nos encontramos.

Esbarramos, desde logo, com os inescapáveis contingenciamentos orçamentários, que tanto dificultam a implementação de planos e projetos na Administração pública. Todavia, Senhor Presidente, nós fomos eleitos, no Legislativo e no Executivo, para propor e implementar medidas e ações que consultem o interesse público maior. E nesse interesse, imediato, está a segurança pública dos cidadãos e da sociedade em geral. Em consonância com esse desiderato é que devemos agir.

Os responsáveis por todos os setores envolvidos no combate à criminalidade devem se coordenar para uma ação de grande envergadura contra o crime organizado. Responsáveis por todos os setores encarregados das políticas de resgate social devem acelerar projetos e programas que propiciem um máximo de inclusão dos menos favorecidos no menor prazo possível. Enfim, todas as pessoas responsáveis desse País devem se unir para formar uma grande cadeia de repressão ao crime organizado.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB - AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Pela ordem, concedo a palavra ao nobre Líder do PSDB, Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, peço à Mesa que acolha, para publicação nos Anais, o pronunciamento em que peço inserção de matéria publicada pela revista **Época**, em sua edição de 16 de março do corrente, intitulada: “Os últimos tradutores da floresta.” A matéria trata da possibilidade da extinção da profissão de parabolânico, nome oficial dado àqueles que são popularmente conhecidos como identificadores de árvores.

Há uma outra categoria, na minha região, que é a de mateiro. É aquele que sabe entrar na mata. O PhD não sabe voltar. Pode até entrar, mas voltar, não volta. Diria que há o PhD da academia, essencial para a exploração de biodiversidade, para o desenvolvimento sustentável, e o PhD da vida, aquele que é tão importante quanto o outro e precisa ser tratado com muito carinho pelo Estado brasileiro. Peço a inserção nos Anais.

Sr. Presidente, juntamente com o Senador João Pedro, faço um requerimento de voto de pesar pelo falecimento da Sr^a Terezinha Duarte Câmara, mãe do Deputado Federal Silas Câmara, ocorrido no dia 28 de março deste ano, em Manaus. Ela deixa viúvo o pastor jubilado Severo Câmara. Por intermédio do Deputado Silas Câmara, transmito a toda a Assembléia de Deus do meu Estado, a todos os irmãos Câmara, o Pastor Samuel, o Pastor Jonatan, o Pastor Dan, a todos os homens e mulheres dessa família, que é tão querida minha, o meu voto e o do Senador João Pedro do mais sentido de pesar.

A Sr^a Terezinha Duarte Câmara, falecida em Manaus, aos 73 anos de idade, era pessoa muito conhecida e respeitada. Natural de Rio Branco, no Acre, radicou-se felizmente no meu Estado. Deixou cinco filhos. Já falei do filhos homens e me refiro agora às educadoras Eliabe e Elieuda, além de 16 netos e dois bisnetos. Por toda a estima de que gozava, por sua atividade no meio evangélico, ela faz, sem dúvida alguma, jus à homenagem que neste momento nós propomos e que sei que será acolhida pela unanimidade do Senado Federal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, peço a palavra para registrar, neste plenário, matéria publicada pela revista **Época** em sua

edição de 16 de março do corrente intitulada “Os últimos tradutores da floresta”.

A matéria trata da possibilidade da extinção da profissão de parabolânico, nome oficial dado àqueles que são popularmente conhecidos como identificadores de árvores.

Não dá para medir a importância dessas pessoas para a Amazônia. Eles são, na verdade, enciclopédias vivas da Amazônia, como bem retrata a reportagem acima citada.

Para se ter uma idéia do trabalho feito por esses profissionais, a presença de um parabolânico em uma pesquisa é fundamental para uma publicação internacional. Segundo a matéria, “revistas científicas, como Nature e Science, exigem a garantia da identificação correta das árvores. Ter um parabolânico renomado ajuda a dar mais credibilidade ao trabalho. Isso abre portas para uma pesquisa”.

Ou seja, sem a presença dessas pessoas, as pesquisas na Amazônia ficam extremamente comprometidas. Esses identificadores são a junção do conhecimento das populações tradicionais com a metodologia acadêmica.

A matéria da revista **Época** apresenta, ainda, o que poderia ser a solução para esse grave problema: a criação de uma escola de parabolânica, com a criação de um curso para identificadores. Estima-se que não deve existir mais de 10 parabolânicos em toda a região. Não se pode simplesmente dispensar o conhecimento desses profissionais que, aos poucos, estão se aposentando.

Enfim, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, encerro com as palavras de um desses identificadores, Carlos da Silva Rosário, conhecido como Carlito, 59 anos, metade deles vividos em trilhas de locais remotos no norte do país: “Preciso aproveitar enquanto ainda tenho saúde para ensinar na prática tudo que sei sobre estas matas. Se demorar muito, vou acabar como aquela castanheira. Tombado na floresta”.

Portanto, não podemos virar as costas para assunto tão grave e tão importante para a nossa Amazônia. Repito: esses profissionais são verdadeiras enciclopédias vivas da Amazônia.

Sr. Presidente, para que fique registrado nos Anais do Senado Federal, requeiro que a matéria da revista **Época** intitulada “Os últimos tradutores da floresta” seja considerada na íntegra como parte deste pronunciamento.

Muito obrigado.

Era o que tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Data:

ÉPOCA

Data:

16/03/08

CIÊNCIA & TECNOLOGIA MEIO AMBIENTE

Os últimos tradutores da floresta

Os grandes identificadores de árvores da Amazônia estão se aposentando. Sem eles, fica ainda mais difícil – e caro – fazer pesquisas

JULIANA ARINI, DE ITAITUBA (PA)

CARLOS DA SILVA ROSÁRIO SARTIER, a Amazônia. Com passos precisos, Carlito, como é conhecido, desvia de cipós e espinheiros. Parece prever os obstáculos. Com seus 59 anos, metade deles vividos em trilhas de locais remotos do norte do país, tem a agilidade de um menino. Sua missão é chegar aonde quase ninguém pisa para reconhecer árvores. Em seu dia-a-dia, ele costuma tomar chuva e passar o dia sem comer. Ataques de vespas, um calor sufocante e o risco de topar com animais venenosos são, para ele, apenas pequenos incômodos.

Para os olhos desavisados que o acompanham pela mata, as flores e os cipós caídos na trilha são apenas imagens de uma bela paisagem. Para Carlito, essas são peças de um quebra-cabeça que vai definir o nome da árvore que ele precisa identificar. Com

os olhos fixos na casca vermelha de um tronco, ele mexe na folhagem do chão, tira um pedaço da cintura e faz um talho na planta. Depois, cheira o pedaço de madeira. Nomes em latim começam a ser ditados. *Pinophyta*, *Pinaceae* e *Cedrella*. Quando questionado sobre uma possível tradução para o falatório científico, ele responde com um sorriso entre os lábios: "Encontramos um cedro, o rei da floresta".

Carlito é um dos últimos identificadores de árvores do país. O nome oficial de sua profissão é parobotânico. Ele não gosta de ser confundido com um mateiro, pessoa contratada para abrir trilhas. "Minha tarefa não é guiar na floresta, e sim reconhecer as árvores", diz. Sem os parobotânicos, as pesquisas na Amazônia ficam comprometidas. "É muito difícil estudar a vegetação da floresta sem um identificador", afirma Regina Célia Lobatto, especialista em taxonomia do

EXTINÇÃO

Carlos da Silva Rosário identifica uma árvore na floresta. Ele é um dos últimos parobotânicos em exercício no país

As árvores que **ninguém mais vê** Algumas espécies são tão raras que causam comoção entre os ide

Pau-rosa

Aniba rosaeodora

Da essência extraída de seu tronco são produzidos perfumes famosos, como o Chanel nº 5. A intensa demanda por esse óleo levou à extinção da espécie na Guiana e em parte da Amazônia brasileira. Alguns projetos nacionais tentam fazer a exploração sustentável da árvore no município de Silves, no Amazonas

Mogno

Swietenia macrophylla

É a árvore tropical mais valiosa e ameaçada do planeta. Uma tora pode valer US\$ 5 mil. Essa madeira de cor castanho-avermelhada é cobijada pela indústria de móveis por sua durabilidade e resistência aos cupins. O mogno já é considerado quase extinto em muitas regiões do Brasil

EPOCA

Data: 16/03/2008-Edição nº _____ Página: _____

Museu Emílio Goeldi. “É claro que um botânico pode fazer o trabalho, mas leva três vezes mais tempo. E, se os pesquisadores demorarem muito em campo identificando árvores, os estudos de laboratório param.”

Um parobotânico experiente pode até participar de uma publicação científica. “Os identificadores são a junção do conhecimento das populações tradicionais com a metodologia acadêmica”, diz Paulo Barreto, pesquisador do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon). Eles conseguem, por meio de suas técnicas de identificação, separar as plantas por família e gênero. Alguns até classificam as espécies. Uma tarefa para poucos. “Em 1 hectare da Amazônia podem existir até 600 variedades de árvores”, afirma Barreto. “Enxergar através dessa megabiodiversidade é muito difícil. Alguns parobotânicos são enciclopédias vivas da Amazônia.”

A identificação de uma árvore começa pelo olfato. “Cada espécie tem um cheiro. Você nunca vai esquecer do aroma da madeira do breu, muito usada para fabricar perfumes”, afirma Carlito, apontando para uma árvore a 100 metros da trilha pela qual caminhamos. “Para entender a floresta, eu uso os cinco sentidos.” Carlito chega a mastigar os pequenos pedaços de madeira que retira dos troncos com seu facão. “Algumas espécies se diferenciam pelo gosto amargo, ou doce, de sua seiva”, afirma. Depois de meia hora de caminhada, ele pára e apon-

ta uma espécie de atrador de elástico na direção da copa de uma árvore de mais de 30 metros de altura. O pequeno objeto é a única maneira de Carlito conseguir alcançar as folhagens suspensas no topo dos troncos. Quando consegue derrubar algumas folhas, comemora com um grito de alegria. “Era mais fácil quando podíamos contratar escaladores. Hoje, é proibido. Se eu fosse mais jovem, subiria para pegar as folhas”, diz, com um olhar desanimado.

Muitos identificadores famosos começaram como escaladores de árvores. Eles subiam até 40 metros de altura se apoiando apenas em uma tira de couro presa aos pés. Natural da região do Salgado, na divisa do Pará com o Maranhão, o primeiro emprego de Carlito no Museu Paraense Emílio Goeldi também foi como escalador. “Fui contratado pelo professor João Murça Pires, um dos

pais da botânica na Amazônia. Foi ele quem me incentivou a estudar”, diz. A importância de subir nas copas das árvores é conseguir coletar as folhas. Elas são a parte mais importante da identificação. “É a chave para decifrar uma árvore.”

As folhas que Carlito consegue derrubar com o elástico são etiquetadas e guardadas em um saco plástico. Elas vão ser levadas para o laboratório do Museu Goeldi. A descrição feita pelos identificadores é checada por botânicos. As dúvidas sobre espécie e subespécie são avaliadas por especialistas. ►

Para entender a floresta, o parobotânico usa os cinco sentidos. Ele até mastiga pedaços de madeira

ficadores. A superexploração econômica levou ao desaparecimento dessas árvores em grande parte da Amazônia

Cedro *Cedrelia odorata*

Quando serrado, pode ter uma coloração semelhante à do mogno. Por ter uma madeira maleável, ele é matéria-prima de objetos diversos, de instrumentos musicais a peças para construção naval. Décadas de exploração descontrolada tornaram essa árvore rara

Ipê-roxo *Tabebuia impertiginosa*

As propriedades medicinais da casca do ipê são objeto de pesquisas em todo o mundo. Alguns cientistas acreditam que ela possa tratar o câncer. O ipê é amplamente usado para fabricar remédios caseiros. Apesar da importância medicinal, a indústria madeireira dizimou os ipês de boa parte da Amazônia



Data: 16/03/2008 - Edição nº _____ Página: _____

CIÊNCIA & TECNOLOGIA MEIO AMBIENTE

Na maioria dos casos, esses botânicos entendem apenas de algumas famílias específicas. O conhecimento geral sobre a floresta é um talento dos identificadores.

As expedições científicas na Amazônia são caras. Duas semanas na mata podem custar até R\$ 20 mil. "Com os identificadores, fica mais rápido fazer o levantamento da área. Isso economiza tempo e dinheiro", afirma Edson Vidal, pesquisador de manejo florestal da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo (Esalq/USP).

A presença de um parobotânico em uma pesquisa também ajuda na publicação internacional. Revistas científicas, como *Nature* e *Science*, exigem a garantia da identificação correta das árvores. "Ter um parobotânico renomado ajuda a dar mais credibilidade ao trabalho. Isso abre portas para uma pesquisa", afirma Vidal.

Carlito possui uma parceria de mais de três décadas com o engenheiro florestal Antônio Sérgio Lima da Silva, conhecido como Serginho. Enquanto trabalham na floresta, Carlito e Serginho conversam pouco. O silêncio só é interrompido pela enxurrada de nomes em latim, quando deparam com alguma árvore especial. É o engenheiro florestal quem passa para o papel o conhecimento do parobotânico. A dupla participou de grandes projetos da Amazônia, como a construção da hidrelétrica de Tucuruí, a implantação da mineradora Vale do Rio Doce na Floresta Nacional de Carajás e a análise para a exploração comercial da flora amazônica da empresa de cosméticos Natura. "Foram muitas aventuras. Uma vez naufragamos no Rio Xingu com pesquisadores gringos. Ficamos 15 dias em uma ilha comendo manga com farinha molhada", diz Serginho.

Apesar da importância científica, a profissão de identificador pode acabar. O nú-

“ Eu sonho formar novos identificadores. De preferência, filhos de ribeirinhos que já possuem o conhecimento tradicional da Amazônia ”

CARLOS DA SILVA ROSÁRIO, parobotânico

mero desses profissionais é cada vez menor nas instituições de pesquisa da Amazônia. "Acredito que não deva existir mais de dez parobotânicos em toda a região", diz Barreto, do Imazon. Um dos principais obstáculos para a formação de novos identificadores é a ausência de treinamento. A grande maioria dos parobotânicos que atuam na floresta foi formada há mais de 30 anos. Eles aprenderam a classificar as árvores com os grandes pesquisadores que passaram pela Amazônia, como João Murça Pires, Graziela Barroso e Christopher Uhl, precursores da geração de botânicos e engenheiros florestais de hoje. "Alguns técnicos estão tentando aprender a identificar, mas falta uma orientação científica", diz Carlito. A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) promove cursos de até uma semana para formar parobotânicos. "A idéia é boa, mas é muito pouco tempo para aprender tudo sobre a floresta", afirma Vidal, da Esalq.

Carlito pretende se aposentar no próximo ano. Não há ainda um nome para substituí-lo no Museu Goeldi. A solução seria a criação de uma escola de parobotânica. Sentado em um tronco de árvore, Carlito fala sobre o sonho de fazer um curso para identificadores. "Quero ensinar minha profissão para os jovens", diz. "De preferência, filhos de ribeirinhos ou gente do interior da floresta. Essas pessoas possuem mais facilidade para trabalhar na mata, pois já têm um conhecimento tradicional da região."

O curso idealizado por Carlito foi desenhado em parceria com o engenheiro florestal Serginho. "Em um ano teríamos pessoas aptas para acompanhar qualquer equipe de pesquisa", afirma. Depois fica em silêncio, levanta do tronco e volta a caminhar na floresta. Após passar por um córrego, ele aponta para o local onde estava sentado. "Preciso aproveitar enquanto ainda tenho saúde para ensinar na prática tudo o que sei sobre estas matas. Se demorar muito, vou acabar como aquela castanheira. Tombado na floresta." O projeto da escola de parobotânicos está pronto há mais de dez anos. Carlito e Serginho ainda não encontraram um patrocinador para a idéia. "Se eles conseguirem fazer essa escola, vão salvar mais uma espécie em extinção da Amazônia, a dos identificadores de árvores", diz Edson Vidal, da Esalq. ◆

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB - DF) – Nós agradecemos, Senador Arthur Virgílio. Tenha a certeza, em nome do Senado Federal, nesta sessão que estou presidindo, de que está acolhido e, também em nome do Senado, o nosso pesar pelo passamento da Sr^a Terezinha Duarte Câmara. Será dado como lido e irá para os **Anais** desta Casa o discurso que V. Ex^a iria proferir. Da mesma forma, o discurso que o nobre Senador João Vicente Claudino pediu que fosse dado como lido.

Agora, passo a palavra ao nobre representante do Estado de Roraima o médico e Senador Augusto Botelho.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado.

Sr. Presidente Gim Argello, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Presidente Lula assinou, na terça-feira passada, uma medida provisória extremamente importante para toda a região que faz parte da Amazônia Legal, principalmente para o meu Estado, Roraima. Foi resultado de uma ação de toda a bancada da Amazônia, com destaque especial para a bancada de Roraima.

A MP assinada por Lula amplia a possibilidade de regularização fundiária na Região Norte. Agora, o Estado, por meio do INCRA, poderá conceder o título de propriedade definitiva para trabalhadores que moram em áreas de até quinze módulos rurais. Lá em Roraima isso equivale a 1.200 hectares, mas, em alguns da Amazônia, equivale a 1.500 hectares.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ao longo dos últimos onze anos, o INCRA só expediu títulos de propriedade definitivos de até 100 hectares. Em 2006, houve uma mudança na Lei de Licitações que permitiu que o INCRA expedisse títulos de até 100 hectares, sem que houvesse licitação pública. Para pessoas que vivem na terra e da terra, o INCRA pode expedir títulos sem que haja licitação.

Com a edição da Medida Provisória nº 422, a regularização simplificada, que não precisa de licitação, aumentou para quinze módulos a regularização das terras. Na lei anterior, com licitação, a pessoa que vivia naquele lote geralmente era uma pessoa humilde, pobre, que não tinha condições de concorrer numa licitação. Ocupava 1.500 hectares de terras, mas na Amazônia é assim: ocupa-se uma grande área, mas utiliza-se uma área pequena. Ele tem direito àquela área que ocupa realmente. Quando havia licitação pública, a pessoa que tinha capital, dinheiro, ganhava; o cidadão que estava anteriormente ocupando aquela área, ficava sem terra. Então, o Lula corrigiu, mais uma vez, essa situação para proteger as pessoas mais pobres, as pessoas mais necessitadas.

Para nós de Roraima, essa mudança representa um grande avanço, pois pode regularizar 92% das propriedades do meu Estado. Não posso deixar de falar nessa MP, porque ela vai permitir regularizar as terras da Amazônia, principalmente de Roraima.

Se regularizarem as terras, vão diminuir o problema de grilagem, de exploração ilegal de floresta e de biodiversidade, porque quem mora lá toma conta melhor do seu lugar. Mas, se a pessoa mora lá e não tem propriedade, não tem nem como reclamar; se não tem título de propriedade, não tem como brigar com quem chega lá e quer explorar e invadir.

Essa titulação vai permitir que haja mais investimentos. Todos nós sabemos que, para pegar um empréstimo em um banco, o que eles pedem primeiro é o título definitivo, é a titularidade da terra. Isso acontecia muito no meu Estado. E acontece ainda. No ano passado, só do Basa e do FNO voltaram R\$150 milhões, porque as pessoas não tiveram condições de fazer os empréstimos, não tinham garantias para os seus empréstimos.

Para se dar início a essa regularização das propriedades do meu Estado, baseada na nova legislação, todos os agricultores deverão procurar o Incra. No caso de Roraima, o Incra de Roraima, que já está preparado para iniciar os processos de emissão de títulos definitivos.

Quero destacar, também, o trabalho do Presidente do Incra de Roraima, Titonho Bezerra, e de toda a equipe de trabalhadores do Incra, que está empenhada em facilitar a emissão dos novos títulos definitivos.

O Incra já deu início aos trabalhos, enxugando a burocracia interna e preparando medidas que serão publicadas nos próximos dias, para acelerar a regularização fundiária e garantir o êxito do trabalho que está planejado para execução.

Sr. Presidente Gim Argello, Sr^{as} e Srs. Senadores, é claro que a edição de medida provisória representa um importante avanço no que diz respeito à resolução dos problemas fundiários da Amazônia e de Roraima. Mas quero registrar aqui, também, o esforço que eu e toda a bancada do meu Estado fizemos para finalmente conseguir a transferência definitiva das terras da União para o Estado de Roraima.

Essa é uma bandeira de luta que carrego desde antes do início do meu mandato nesta Casa. Estou ansioso para trazer essa notícia definitivamente. A luta começou, a luta continua e temos avançado bastante.

Tenho participado de várias reuniões no Palácio do Planalto que iniciaram o processo de transferência de terras para o meu Estado e agradeço o empenho do Presidente Lula, que, atendendo ao pleito da bancada e do Governador Anchieta Júnior, que representamos o nosso povo, está se esforçando para resolver o problema – designou, inclusive, uma equipe do Incra para, juntamente com a Secretaria de Planejamento do meu Estado, achar o caminho para resolver esse problema.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado e boa-noite.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Parabéns, Senador Augusto Botelho, por trazer um assunto tão importante. Sei da sua luta, da luta do Governador Anchieta Júnior e de toda a bancada de Roraima aqui no Senado. Quero parabenizar também

o Presidente Lula, porque o problema fundiário aflige todos aqueles que realmente vivem da terra, que plantam.

A transferência definitiva realmente será um ganho para esta Legislatura, principalmente para os Srs. Senadores e, em especial para V. Ex^a, Senador Augusto Botelho.

Parabéns por essa decisão tão acertada do nosso Presidente da República. Essa é uma medida provisória que realmente faz jus.

Da mesma forma, apoiamos a medida provisória colocada há pouco pelo nosso Presidente Garibaldi, pelo Senador Heráclito Fortes e por todos os Senadores que o antecederam, que diz respeito à urgência de ajudarmos os irmãos nordestinos agora com esse problema das enchentes que está assolando o Piauí, o Ceará e tantos outros Estados.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Não há mais oradores inscritos.

Os Srs. Senadores Romero Jucá, Papaléo Paes, Marconi Perillo, Alvaro Dias, Sérgio Guerra, Mário Couto, Arthur Virgílio e Flexa Ribeiro enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o art. 210, inciso I e o § 2º, do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, tem-se discutido acaloradamente, nos últimos dias, a questão do crédito no Brasil. Resumindo a ópera, o Governo Federal estaria prestes a tomar medidas que limitariam a oferta de crédito no País, com o objetivo de conter o consumo e controlar a inflação.

Em primeiro lugar, é importante frisar que o Governo Federal não tem, absolutamente, a intenção de diminuir a oferta de crédito, especialmente o crédito que vem sendo disponibilizado para a população de baixa renda. Aumentar a oferta de crédito para as classes menos privilegiadas é justamente uma das principais bandeiras da administração do Presidente Lula, e seria um contra-senso tomar medidas que sacrificassem justamente a parcela da população que é o alvo prioritário das políticas do Palácio do Planalto desde o primeiro mandato do atual Presidente da República.

É claro que, eventualmente, providências são tomadas no sentido de regular um ou outro aspecto da economia. Mas isso não é feito, no contexto atual e no caso do crédito, com a intenção precípua de limitar o crédito à população. A intenção de qualquer medida que se adote nesse sentido é a de auxiliar as pessoas na organização de suas finanças e de seus padrões de consumo, além de dificultar a ocorrência de fraudes e de desvios no sistema.

Para ilustrar essa questão, eu gostaria de recuperar as recentes alterações nas regras dos empréstimos consignados para aposentados e pensionistas. A análise das novas regras mostra, claramente, que os objetivos do Governo Federal estão relacionados à

proteção das finanças dos aposentados e pensionistas, e não a qualquer tipo de restrição ao crédito.

Na verdade, o que aconteceu foi o contrário: estimulou-se o crédito. A principal medida do pacote de novas regras determinado pelo Conselho Nacional de Previdência Social foi, justamente, a redução do teto dos juros dos empréstimos consignados. Na forma tradicional, o teto caiu de 2,64% para 2,5%, enquanto que na modalidade do cartão de crédito consignado, o teto baixou de 3,7% para 3,5%. Essa redução, segundo o Ministro da Previdência, Luiz Marinho, e o presidente do INSS, Marco Antônio Oliveira, incorpora os dois últimos cortes na taxa Selic, em julho e setembro de 2007. A última redução do teto dos juros para os empréstimos consignados para aposentados havia ocorrido em junho do ano passado.

As demais medidas do pacote são todas voltadas para os objetivos de coibir fraudes e evitar o endividamento excessivo dos segurados. O limite de compras no cartão de crédito foi reduzido, de três para duas vezes o valor da renda mensal do segurado. O limite de tempo para a quitação do empréstimo, por sua vez, foi fixado em 60 meses.

O Governo Federal também proibiu os prazos de carência que vinham sendo oferecidos pelos bancos para o pagamento das parcelas, bem como a emissão de cartões de crédito aos segurados sem a assinatura prévia de um contrato específico. O CNPS também determinou que só se pode contratar o crédito consignado no mesmo Estado em que o benefício é recebido.

Os bancos que desobedecerem às novas regras serão punidos com a suspensão temporária das operações de crédito consignado ou, em casos mais graves de reincidência, até mesmo com o descredenciamento para fazer esse tipo de operação.

Senhor Presidente, a própria Confederação Brasileira dos Aposentados e Pensionistas considerou extremamente positivas as mudanças introduzidas pelo Governo Federal, o que reforça ainda mais a idéia de que as medidas foram benéficas a essa parcela da população brasileira.

É prematuro, portanto, afirmar que o Governo Federal vai reduzir a oferta de crédito. Não é o que o Governo vem fazendo nos últimos anos. As medidas que eventualmente forem tomadas e que apontem nessa direção certamente terão outros objetivos que não a pura e simples contenção do consumo. A inflação está sob controle, o poder aquisitivo das parcelas mais pobres da população está em franca ascensão, e não há motivo para que se adotem iniciativas para mudar essa tendência de forma tão radical.

Era o que tinha a dizer, Senhor Presidente. Muito obrigado.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, venho à tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Quem vazou sigilo deve se expli-

car, diz Jorge Mattoso”, publicada pelo jornal **Folha de S.Paulo**, em sua edição de 27 de fevereiro do corrente.

A matéria destaca que o ex-presidente da Caixa Econômica Federal Jorge Mattoso afirmou que “não tem nada a ver com o rompimento do sigilo” bancário do caseiro Francenildo Costa, ocorrido em 2006. Ele afirmou que “quem passou isso (os dados do sigilo) à imprensa é quem tem que dar explicação”, deixando o ex-Ministro da Fazenda Antonio Palocci sozinho para responder ao crime.

Sr. Presidente, para que conste dos anais do Senado, requeiro que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento. Era o que eu tinha a dizer. Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR SENADOR PAPALÉO PAES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Quem vazou sigilo deve se explicar, diz Jorge Mattoso

Ex-presidente da Caixa afirma que passou dados bancários de caseiro ao Coaf e a Palocci

‘Todo mundo sabe que não tenho nada a ver com isso; a imprensa sabe quem foi que passou’, diz Mattoso, que calou junto com ex-ministro

MAURÍCIO SIMIONATO DA AGÊNCIA FOLHA, EM CAMPINAS

O ex-presidente da Caixa Econômica Federal Jorge Mattoso disse ontem à **Folha** que não tem “nada a ver com o rompimento do sigilo” bancário do caseiro Francenildo Costa, ocorrido em 2006. Ele afirmou que “quem passou isso [dados do sigilo] à imprensa é quem tem que dar a explicação”.

Na sexta-feira, o procurador-geral da República, Antonio Fernando Souza, pediu ao STF (Supremo Tribunal Federal) que abra processo criminal contra o deputado federal e ex-ministro da Fazenda Antonio Palocci (PT-SP) por quebra de sigilo funcional. Mattoso e Marcelo Netto, então assessor de imprensa do Ministério da Fazenda, também foram denunciados. Palocci — que era o superior de Mattoso — é acusado de ter ordenado a violação de sigilo bancário do caseiro.

Mattoso, que deixou a Caixa no mesmo dia em que Palocci saiu do ministério, lecionava hoje no Instituto de Economia da Unicamp. “Não fiz nada mais do que passar a informação para o Coaf [Conselho de Controle de Atividades Financeiras], que era minha obrigação, e para meu superior [Palocci]. Ponto”, disse ontem, por telefone.

Na época, o advogado de Mattoso, Alberto Toron, informou que seu cliente entregou a única cópia do extrato impresso na Caixa pessoalmente ao então ministro em 16 de março. Em depoimento à Polícia Federal, Palocci negou ter pedido ou vazado os extratos.

O advogado de Palocci, José Roberto Batocchio, disse: “Respeito a posição dele [Mattoso]. Mas é complicado comentar, fica no disse-que-me-disse”.

★

FOLHA - O sr. quer se manifestar sobre a quebra de sigilo do caseiro e a denúncia feita pelo procurador?

JORGE MATTOSO - Não. Não tem nada de novo.

FOLHA - O sr. também foi denunciado com Palocci.

MATTOSO - Não sei. Vocês já tiveram acesso à denúncia?

FOLHA - O procurador pediu ao STF que seja aberto inquérito criminal.

MATTOSO - Não sei. Eu não vi ainda.

FOLHA - O senhor acha justo isso [denúncia]?

MATTOSO - Simplesmente eu sei que eu não tenho nada a ver com o rompimento do sigilo.

FOLHA - O sr. nega que tenha quebrado o sigilo do caseiro?

MATTOSO - Não. Eu nunca quebrei o sigilo de ninguém. Quebrar sigilo significa passar à imprensa ou a alguém — externa à atividade financeira — alguma informação.

FOLHA - Nem pediu nem determinou?

MATTOSO - Imagina. Quem pas-

Ex-ministro diz que não merecia passar por isso

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Denunciado pela Procuradoria Geral da República sob a acusação de quebrar o sigilo bancário do caseiro Francenildo Costa quando ministro da Fazenda, o deputado Antonio Palocci (PT-SP) disse ao seu advogado, José Roberto Batocchio, que “não merecia passar por isso”.

Palocci, que passou o dia de ontem em Brasília, não apareceu na Câmara, que teve um dia agitado com discussões sobre a votação do Orçamento e a análise dos destaques da medida provisória que cria a TV pública.

Sua assessoria disse que ele teve compromissos ex-

ternos, mas não detalhou.

Segundo seu advogado, Palocci ficou surpreso com a denúncia assinada pelo procurador-geral da República, Antonio Fernando Souza.

Também foram denunciados o ex-assessor de imprensa de Palocci, Marcelo Netto, e Jorge Mattoso, presidente da Caixa Econômica Federal na época do escândalo e que caiu junto com o ex-ministro, em março de 2006.

“Ficamos surpresos. Ele não quebrou nem pediu para ninguém quebrar o sigilo do caseiro”, afirmou Batocchio. O advogado disse que ainda não teve acesso a denúncia — ele deve recebê-la em breve, pois terá que apresentar a defesa num prazo de 15 dias após a notificação.

Batocchio não comentou as declarações de Mattoso, que negou participação na quebra do sigilo. (LUCAS FERRAZ)

O CASO FRANCENILDO

Em 26 de março de 2006, o caseiro Francenildo Costa diz que o ministro da Fazenda, Antonio Palocci Filho, frequentava uma casa alugada em Brasília que reunia lobbistas e garotas de programa

» **O DEPOIMENTO**
Em depoimento à CPI dos Brincos, em 26 de março de 2006, o caseiro Francenildo Costa diz que o ministro da Fazenda, Antonio Palocci Filho, frequentava uma casa alugada em Brasília que reunia lobbistas e garotas de programa

» **A VIOLAÇÃO**
Naquela noite, Francenildo teve o sigilo de sua conta poupança na CEF violado. No dia seguinte, blog da revista “*Epoca*” divulga que o caseiro recebera depósitos de R\$ 25 mil. Governistas dizem que o caseiro foi pago pela oposição

» **A QUEDA**
O caseiro diz que os depósitos foram feitos por seu pai. A PF abre inquérito sobre o caso e chega ao gerente da CEF que tirou os extratos. No dia 27, Mattoso diz que ordenou o acesso aos dados e os levou a Palocci. Os dois são afastados

O QUE DISSERAM

» **JORGE MATTOSO**
Inicialmente disse que a violação não partiu da diretoria da CEF, mas depois mudou a versão. Reconheceu ter ordenado a operação, mas disse que agiu “nos estritos limites da legalidade” ao levar informações de movimentações “atípicas” ao seu superior

» **ANTONIO PALOCCI**
Reconheceu ter tido acesso aos dados, mas negou ter pedido o extrato. Disse que recebeu os documentos numa conversa para discutir a abertura de escritórios da Caixa no Japão. Negou responsabilidade pelo vazamento

» **MARCELO NETTO**
Disse o ter tomado conhecimento da violação de sigilo e a movimentação bancária do caseiro de forma pessoal. Não

[+] RIBEIRÃO PRETO: DELEGADO QUE APUROU MAFIA DO LIXO É DEMITIDO POR TELEFONE

O delegado seccional de Ribeirão Preto, Benedito Antônio Valencise, 58, foi demitido ontem por telefone. A Secretaria da Segurança Pública disse que foi decisão administrativa. Ele ganhou notoriedade ao apurar a existência de suposta máfia do lixo, que teria agido na época em que o ex-ministro Antonio Palocci era prefeito. A demissão ocorre uma semana após a divulgação de um retratamento de Rogério Buratti.

Nunca quebrei o sigilo de ninguém. Quebrar sigilo significa passar à imprensa ou a alguém — externa à atividade financeira — alguma informação

JORGE MATTOSO ex-presidente da CEF

da a ver com isso. Vocês sabem. A imprensa sabe quem foi que passou. Não estou entendendo.

FOLHA - O sr. acha que quem passou isso à imprensa é quem tem que ser responsabilizado?

MATTOSO - Não sei. Vocês é que sabem tudo.

FOLHA - O sr. acha que o crime foi ter passado uma informação sigilosa à imprensa?

MATTOSO - Veja bem, eu não fiz nada mais do que passar a informação para o Coaf, que era minha obrigação, e para o meu superior. Ponto.

Quem passou para a imprensa é quem divulgou isso é quem tem que prestar contas.

FOLHA - Mas o sr. foi procurar se informar sobre a transação. Era obrigação do sr. se informar?

MATTOSO - Minha obrigação era de passar esta informação ao Coaf.

FOLHA - E ao seu superior, que era

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar o artigo intitulado “Que tal olhar o que está errado aqui mesmo?”, publicado pela revista **Exame**, em sua edição de 13 de fevereiro de 2008.

O artigo de autoria do jornalista J.R. GUZZO analisa a crise econômica mundial provocada pelo mercado americano de hipotecas e sugere que ao invés de o País procurar culpados “lá fora”, deveria aproveitar a oportunidade e tentar resolver os proble-

mas de produção que impedem o desenvolvimento do Brasil.

Sr. Presidente, solicito que o artigo citado seja considerado parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos **Anais** do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MARCONI PERILLO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

VidaReal

J.R. GUZZO

Que tal olhar o que há de errado aqui mesmo?

A crise mundial é uma boa oportunidade para o governo se voltar mais para os problemas que são de produção genuinamente nacional — os verdadeiros responsáveis pelo atraso do crescimento do país — e menos para os erros lá de fora

A DESORDEM MUNDIAL PROVOCADA PELO DESASTRE FINANCEIRO no mercado americano de hipotecas pode ser uma excelente oportunidade para o Brasil. A tendência, nessas horas de neurastenia, é sair à procura das desgraças que a economia brasileira pode sofrer com a crise. Provavelmente é muito mais útil, no caso, aproveitar o momento e olhar um pouco mais para o que há de errado com o próprio Brasil e menos para os erros cometidos lá fora. Em primeiro lugar, ninguém sabe, nem por alto, o que vai realmente acontecer lá fora. Quanto ao que pode acontecer aqui dentro, é certo que esse temporal encontra o país em condições de resistência muito melhores do que as que tinha em outras ocasiões; é certo, também, que o Brasil não é uma fortaleza imune aos problemas do mundo mau que existe por aí, como imaginavam os governos militares nas crises econômicas ocorridas em sua época. É o que se pode declarar no momento — e nada, ou quase nada, a mais. Em segundo lugar, não adianta coisa nenhuma, como fez o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, dizer que “não é possível” que o preço da batedeira financeira americana seja pago por países que nada fizeram para provocá-la. É possível, sim — e, se isso tiver de acontecer, vai acontecer. O que realmente ajudaria na prática, neste momento, seria tomar consciência de um fato essencial: as depredações causadas pela crise do *subprime* não provocaram nenhum dos problemas imediatos que mais prejudicam o bem-estar dos brasileiros ou atrasam o crescimento do país. Esses problemas são de produção genuinamente nacional — e em relação

Vacinação contra a febre amarela: a crise americana não tem nada a ver com o estrago causado pelo mosquito

a eles, diferentemente do que ocorre em Wall Street, o governo pode agir. Se não age, ou age mal, ou demora demais para agir, a culpa não é de ninguém a não ser dele mesmo.

Eis aí, justamente agora, o caso do PAC, uma demonstração clássica de como funciona a alma do governo em relação às necessidades brasileiras na área de infra-estrutura — um dos itens mais urgentes no rol de calamidades nacionais à espera de solução. Há poucos dias, com a presença em peso do governo, a ministra Dilma Rousseff, acumulando o papel dos quatro evangelistas, anunciou a boa-nova: o PAC está bombando. Com gráficos, fotos e distribuição de selos verdes, amarelos e vermelhos para indicar obras que estão no prazo ou adiantadas, perigando atrasar ou em atraso, a ministra da Casa Civil deu conta do sucesso do governo em seus esforços para melhorar as coisas. Mais uma vez, porém, o que se teve foi muito vento e pouco pastel. Fala-se, para demonstrar a profunda disposição do governo em resolver de vez a questão da infra-estrutura, nos “18 bilhões de reais” que o Orçamento de 2008 reserva para o PAC. E o que significa, mesmo, essa soma? É menos que o lucro da Petrobras no ano passado, levando-se em conta que nos nove primeiros meses de 2007 a empresa lucrou 16,5 bilhões de reais — ou o equivalente ao que o governo do estado de São Paulo deve investir neste ano.

Quando se desce às obras, individualmente, a distância entre desejos e realidades não fica menor. Tome-se, por exemplo, a usina de Belo Monte, no rio Xingu. Tudo o que existe de concreto na usina de Belo Monte é o rio Xingu, cujas águas continuam a correr como correm há milhares de anos, indiferentes aos selos da ministra Dilma. Não houve até agora nem a licitação para as obras — e assim mesmo essa licitação, oficialmente prevista para 2009, foi adiada, de junho para outubro. Nin-

guém é capaz de garantir quando a obra será realmente iniciada; imagine-se, então, quando será terminada. Nenhum problema: Dilma cravou um belo selo verde na usina de Belo Monte. Dá para entender. Todo mundo que já lidou com marcas coloridas em gráficos de desempenho — em empresas, clubes ou qualquer outro lugar onde se colocam marcas coloridas em gráficos de desempenho — sabe a tentação que é carregar a mão no verde. Gráficos são apresentados para a apreciação de chefes, e chefes, sabidamente, não gostam de marcas amarelas ou, Deus nos livre, de marcas vermelhas. Não deu outra. A apresentação foi uma floresta de selos verdes: houve só 2% — isso mesmo, 2% — de vermelho, porcentagem de eleição na Albânia comunista.

Tanto quanto a situação miserável da infra-estrutura brasileira, a crise do papelório americano não é responsável pelo mosquito da febre amarela nem pela irritação do ministro da Saúde com os brasileiros que têm pressa em se vacinar. Não são os banqueiros envolvidos nessa vigarice, nem o Fed, os culpados pelo tráfico aberto de cargos públicos ora em curso no Brasil. Não foram eles que nomearam o senador Edison Lobão ministro de Minas e Energia. Não é por sua culpa que o rodoadel, obra essencial para São Paulo e de responsabilidade do governo do estado, está sendo construído há 18 anos — e só tem 20% do trabalho concluído. Nesse ritmo, levará 90 anos para ficar pronto.

Essas, como diria Noel Rosa, são nossas coisas, são coisas nossas.

Sétimo dia

Todo mundo sabe que há certas coisas na vida que só acontecem com o Botafogo. Há outras que só acontecem com a esquerda brasileira. No resto do mundo, o socialismo acabou por falência múltipla de órgãos, tanto no seu conjunto de idéias como nos regimes que comandava. Seu fim, do ponto de vista simbólico, teve um enterro de primeira classe e um cenário grandioso, com a queda do Muro de Berlim. No Brasil, o projeto socialista da esquerda e do seu partido-guia, o PT, está acabando nos cartões de crédito da ex-ministra Matilde Ribeiro.

É verdade que a questão não é só com ela. O PT teve o azar de nascer fora de hora, justamente na época em que suas idéias estavam a caminho da UTI; quando chegou enfim ao governo e ia implantar o socialismo no Brasil, não havia mais socialismo para ser implantado. É verdade, além disso, que colaborou

o máximo possível para o seu desmanche, com o mensalão, a saga da “quadrilha dos 40”, os negócios com a “base aliada” e outros tantos negócios. Mas a ex-ministra Matilde, que foi titular da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, tem um papel especial nisso tudo. Talvez ninguém tenha conseguido, como ela, deixar tão claro para o entendimento do público onde acabou caindo, na realidade da vida cotidiana, o projeto socialista do PT. “Recursos não contabilizados” e outras complicações da linguagem de colarinho branco podem oferecer alguma dificuldade de compreensão. Mas cartões de crédito? Isso todo mundo entende na hora.

Como se sabe, Matilde, pessoalmente, gastou mais de 170 000 reais de dinheiro público em 2007 utilizando os cartões de crédito que o governo fornece para determinados funcionários pagarem gastos realizados a trabalho; é nível para um “platinum”, como dizem as operadoras de cartões de crédito. Só num hotel cinco estrelas ela usou seu cartão 22 vezes em 2007. Sacou-o, também, em estabelecimentos como o Bar Amarelinho, no Rio de Janeiro, e até para pagar uma despesa de 461,16 reais num free shop — dinheiro que só devolveu quando o caso veio a público e assim mesmo com três meses de atraso. A alegação em favor de Matilde é que 170 000 reais são uma mixaria se comparados, por exemplo, aos 130 bilhões que o governo federal vai gastar em 2008 no pagamento de pessoal — ou mesmo com os 75 milhões que gastou durante o ano passado na soma dos cartões ofertados a colaboradores como a ex-ministra da integração racial. Tornou-se um hábito, no governo e em sua volta, dizer que esse tipo de cobrança não é sério. Seria bom se não fosse. Infelizmente é.

É sério, em primeiro lugar, porque toda despesa final é composta da soma de cada uma das suas partes; disso não há como fugir. Mas o problema, aí, vai além da aritmética. Os cartões de Matilde mostram o exato grau de respeito que ela e o PT têm em relação às suas propostas de salvar o Brasil. Em geral, é nas miudezas do cotidiano, e não nos grandes debates, que as pessoas aparecem como realmente são — e onde se comprova o valor real das idéias que pregam. A igualdade racial, supostamente, é um componente essencial do projeto socialista que a esquerda tem para o Brasil. De que maneira alguém pode promover a implantação do projeto socialista do PT hospedando-se 22 vezes num hotel cinco estrelas no decorrer de um ano? A ex-ministra — e seu entorno — acha, naturalmente, que está tudo bem. Assiste, sem perceber, à sua própria missa de sétimo dia. ■

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada, “O Incorporador Imobiliário”, publicada pela revista **Veja**, em sua edição de 30 de janeiro de 2008.

A matéria destaca que o advogado Roberto Teixeira, compadre de Lula, é acusado de desviar bens de uma empreiteira paulista para engordar seu patrimônio pessoal.

Sr. Presidente, requiro que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.
Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

O INCORPORADOR IMOBILIÁRIO

O advogado Roberto Teixeira, compadre de Lula, é acusado de desviar bens de uma empreiteira paulista para engordar seu patrimônio pessoal

Feipe Patury

O caso de falência de uma pequena construtora paulista ameaça manchar a reputação do advogado Roberto Teixeira, compadre e melhor amigo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. No processo, que corre na 2ª Vara de Falências de São Paulo, os sócios da FGS Engenharia e Construções Ltda. acusam Roberto Teixeira de ter-se apropriado ilegalmente do patrimônio imobiliário da empreiteira. Segundo eles, Teixeira se aproveitou de sua condição de advogado da FGS para desviar os bens da construtora para outra empresa, a Triza Consultoria e Empreendimentos Imobiliários Ltda. Hoje, a Triza pertence às duas filhas de Teixeira, Valeska e Larissa, e é presidida por sua mulher, Elvira. Os sócios da FGS alegam ainda que os bens em poder da Triza seriam mais do que suficientes para pagar as dívidas que eles deixaram na praça. Na sua avaliação, esses imóveis poderiam render uma soma superior a 16 milhões de reais, duas vezes mais que o valor do calote. As denúncias feitas pelos sócios da FGS à Justiça levaram o Ministério Público paulista a investigar o envolvimento de Roberto Teixeira em crime de fraude falimentar. A promotora encarregada do caso, Maria Cristina Viegas, analisa também um pedido de bloqueio dos bens da Triza e até a possibilidade de pedir a decretação de sua falência. Se isso ocorrer, o patrimônio pessoal da mulher e o das filhas do advogado ficarão indisponíveis até que as dívidas da FGS sejam quitadas.

O desvio dos bens da FGS teria sido arquitetado no fim de 2001. O sócio majoritário da construtora, Arnaldo Carvalho, resolveu adquirir a Triza, até então de propriedade de um ex-diretor do Bradesco, João Zacari. Comprou a empresa com a assistência jurídica de Roberto Teixeira. Nesse meio tempo, a FGS en-

trou em colapso. Em sessenta dias, Carvalho transferiu secretamente para a Triza todos os bens valiosos da FGS. As dívidas da empreiteira se acumularam e os títulos protestados idem. A FGS não tinha mais caixa nem bens para pagar seus compromissos. Os dois sócios de Arnaldo Carvalho, Cesário Soubithe e Francisco Cezário, começaram a suspeitar de seu parceiro. Ainda assim, concordaram em pedir a concordata da FGS, sugerida por Roberto Teixeira. Como era o dono da Triza, Carvalho continuou sendo proprietário dos bens mais valiosos da FGS. Mas só pagou a Zacari a primeira prestação da compra da Triza. Por isso, meses depois, o ex-diretor do Bradesco tomou sua empresa de volta. Só então Zacari soube que a companhia havia sido usada como receptadora dos imóveis da FGS. Três anos depois, Zacari foi contatado por um corretor de imóveis que queria comprar a empresa para si. No momento em que foi assinar o contrato de transferência, descobriu que Roberto Teixeira advogava para esse corretor. “Todo mundo que apareceu para comprar a empresa tinha o Roberto Teixeira como advogado”, disse Zacari. Em 2006, finalmente, a Triza deixou de ser propriedade do corretor para passar a ser uma empresa registrada no nome de Valeska e Larissa, as filhas de Teixeira.

Em entrevista a VEJA, Roberto Teixeira reconheceu o óbvio: a Triza, na verdade, pertence a ele mesmo. “É uma extensão da minha pessoa física, assim como a Mito, outra empresa que eu tenho”, explicou. Ele conta que havia muito tempo queria comprar a Triza, apenas para se tornar proprietário de seu bem mais vistoso. Teixeira cobiçava um terreno de 7.300 metros quadrados situado em São Bernardo do Campo, no ABC paulista. A história desse imóvel lança luz sobre outro aspecto obscuro dos negócios do compadre de Lula: sua relação com o empresário Antônio Celso Cipria-

O PATRIMÔNIO DO COMPADRE

O processo de falência da FGS mostra que, enquanto as finanças da construtora iam para o brejo, o advogado Roberto Teixeira, que trabalhava para a empresa, via seu patrimônio aumentar. Depois que a FGS quebrou, os antigos sócios ficaram com as dívidas e o advogado, com os bens

Imóveis da FGS que, hoje, estão em nome da família de Teixeira

- Terreno de 7.300 metros quadrados em São Bernardo
valor estimado
12 milhões de reais
- 68 lotes em um condomínio em Embu
valor estimado
3 milhões de reais
- Terreno na Zona Norte de São Paulo
valor estimado
350.000 reais

Bens de Teixeira que teriam sido pagos pela FGS antes da falência

- Casa no bairro dos Jardins, em São Paulo
valor estimado
70.000 reais

- Vinte prestações de cobertura de Teixeira para, em São Paulo
valor estimado
40.000 reais

TOTAL
16,4
milhões
de reais

ni, o dono da TransBrasil. Amigo e patrão de Roberto Teixeira desde os anos 80, Cipriani era proprietário do terreno de São Bernardo. Quando a TransBrasil entrou em parafuso, Teixeira intermediou a venda da área para a FGS. A compra foi efetivada apenas 38 dias antes de a TransBrasil parar de voar. Três meses depois, o imóvel foi repassado à Triza. Teixeira nega que a operação tenha sido feita para evitar que o terreno fosse arrolado para cobrir as perdas dos credores da companhia aérea, que faliria em seguida. "Quando isso aconteceu, ninguém poderia imaginar que a TransBrasil iria quebrar", assegurou o advogado. Ninguém a não ser os credores, é claro.

Há outras curiosidades sobre essa transação. O terreno entrou e saiu da contabilidade da FGS pelo mesmo valor: 1,8 milhão de reais. Corretores experientes asseguram, no entanto, que o imóvel pode ser negociado por, no mínimo, 12 milhões de reais. Segundo Roberto Teixeira, apesar de ser tão valioso, o terreno passou pela FGS e pela Triza sem que nenhuma das duas desembolsasse 1 real por ele. Cipriani só teria recebido seu dinheiro em 2006, depois que Teixeira passou a Triza para o nome de suas filhas. Se isso de fato aconteceu, toda a documentação de venda do imóvel de Cipriani para a FGS e, posteriormente, para a Triza é falsa, já que os documentos registrados em cartório mostram que o pagamento do imóvel foi feito quatro anos antes. Aqui, é preciso lembrar que o papelório foi elaborado pelo próprio Teixeira.

O advogado intermediou outras operações imobiliárias entre Cipriani e a FGS. Em uma delas, chegou a envolver no rolo até o seu compadre presidente. Em março de 2001, Teixeira pediu à FGS que comprasse quatro apartamentos de Cipriani no Edifício Kentucky, em São Bernardo. A operação parece estranha para uma construtora cujo negócio é vender apartamentos. Ainda assim, foi efetuada. Os documentos da FGS revelam outras incongruências nessa transação. Por um contrato de ga-

... mais grave desses atos, objeto desta ação, foi dolosa e propositalmente fazer todo o ativo imobilizado da empresa transferindo vasta quantidade de imóveis em nome da empresa concordatária para outra empresa, a **TRIZA- CONSULTORIA E EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.**, à época também sob seu controle, tendo sido alguns dele...

Ocorre que, para surpresa do próprio autor, constatou-se que a empresa **TRIZA CONSULTORIA E EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.**, utilizada pelo co-réu **ARNALDO APARECIDO DE CARVALHO** para apropriar-se ilícitamente de todos os bens imóveis da empresa **FGS ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA.**, atualmente é de propriedade das Sras. **VALESKA TEIXEIRA ZANIN MARTINS** e **LARISSA TEIXEIRA**, (3.ª e 4.ª réis), **TENDO COMO DIRETORA PRESIDENTE A SRA. ELVIRA ANTELINA TEIXEIRA.**

... tal empresa, atualmente, é "coincidentalmente" controlada pela família de seu Advogado, Dr. Roberto Teixeira, em risível tentativa de desvinculá-la de seu verdadeiro controlador.

Trechos do processo de falência da FGS: Cesário Soubiê, sócio da empresa, diz que seus bens foram transferidos para o nome das filhas de Teixeira

veta da Mito Participações, aquela que o advogado considera como extensão de sua pessoa física, constata-se que ele negociava esses imóveis como se fosse seu verdadeiro dono. Por orientação de Teixeira, a FGS vendeu dois dos apartamentos a terceiros por 78 000 reais cada um. Também a seu pedido, a construtora trocou os outros dois imóveis por um sobrado da periferia de São Bernardo, cujos proprietários, até então, eram o futuro presidente Lula e sua mulher, Marisa Letícia. Os apartamentos constam das declarações de bens que Lula apresentou à Justiça Eleitoral em 2002 e 2006. Lá,

aparecem avaliados por somente 38 000 reais cada um. "Quando o meu sócio Arnaldo me pediu para fazer essa permuta, eu perguntei: 'Isso é lavagem de imóveis?'. Mas fiquei sem resposta", relatou Cesário Soubiê a VEJA. Foi ele quem assinou o contrato entre o casal Lula da Silva e a FGS. Curiosamente, a construtora ainda é a proprietária do sobrado que pertenceu ao presidente.

O relacionamento de Roberto Teixeira com a FGS foi breve, mas íntimo. Uma confissão de obrigação arquivada pela FGS revela que, em 2000, o advogado pretendia comprar uma casa na Rua Estados Unidos, nos Jardins, bairro nobre de São Paulo, para lá instalar seu escritório. A FGS "prontificou-se a (...) adiantar o numerário necessário para honrar os pagamentos" das prestações. Em depoimento à Justiça na semana passada, Arnaldo Carvalho deu mais um exemplo da camaradagem entre o advogado e seus antigos clientes. "A FGS pagou vinte prestações de 22 000 reais cada uma da cobertura em que Roberto Teixeira mora", disse o empresário. Depois de saber do depoimento dado por seu ex-cliente à Justiça e do andamento do processo de falência da FGS, Roberto Teixeira se disse arrependido por ter mantido relações comerciais e profissionais com Carvalho. Lamenta-se Teixeira: "O Arnaldo foi o maior erro de avaliação que cometi em meus 64 anos de vida".

Arnaldo Carvalho: ele afirma que pagou até o imóvel onde Teixeira mora

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna no dia de hoje para registrar a matéria intitulada “Autópsia da Corrupção”, publicada pela revista **Veja**, em sua edição de 30 de janeiro 2008.

A reportagem destaca que um relatório da Polícia Federal diz que o fisiologismo político e desvio de dinheiro infestam os órgãos públicos e empresas estatais.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

AUTÓPSIA DA CORRUPÇÃO

Relatório da Polícia Federal diz que fisiologismo político e desvio de dinheiro infestam órgãos públicos e empresas estatais

Policarpo Júnior

Em maio de 2005, VEJA publicou uma reportagem revelando o monstro que se cria quando se misturam no mesmo ambiente interesses públicos, privados e políticos. Um diretor da ECT (Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos) foi flagrado em uma gravação de vídeo recebendo propina e narrando em detalhes o funcionamento de uma estrutura clandestina de arrecadação de dinheiro. As imagens correram o mundo e provocaram o maior escândalo político desde o impeachment do presidente Fernando Collor. O Congresso instaurou uma comissão parlamentar de inquérito e, a partir dela, desenvolveu-se uma enorme rede de corrupção envolvendo gente graúda do governo, parlamentares e empresários. O esquema, batizado de mensalão, arrecadava dinheiro em empresas públicas para subornar deputados. Quarenta pessoas estão sendo processadas por crimes de corrupção e formação de quadrilha. Agora, quase três anos depois, a Polícia Federal concluiu a investigação sobre a gênese do escândalo,

Assim sendo, tem-se que ao longo dos anos vem ocorrendo, tanto nos Correios quanto em outras empresas estatais do país, uma espécie de “loteamento” dos cargos em comissão a pessoas dos mais diversos matizes políticos que se alternam no poder.

Esses recursos, geralmente provenientes de “caixa dois”, são, em parte, destinados aos partidos políticos infiltrados nas empresas públicas às custas da dilapidação do erário público levada a cabo por meio de fraudes de toda ordem realizadas em licitações.

Maurício Marinho, diretor dos Correios, foi filmado recebendo propina e narrando como funcionava o esquema de corrupção na estatal. O caso detonou o escândalo do mensalão, que levou o Supremo Tribunal a processar quarenta pessoas. A Polícia Federal investigou e concluiu que o fisiologismo está disseminado em todas as áreas do governo. Os partidos usam os cargos públicos para desviar dinheiro e abastecer campanhas eleitorais

Os Correios eram exatamente aquilo que as imagens mostraram — um covil usado pelos políticos para desviar dinheiro público mediante a indicação de pessoas para ocupar cargos estratégicos. Funcionava nos moldes de uma organização criminosa, com chefes, escalões de comando, contabilidade própria, ameaças, extorsões e pagamentos de propina.

VEJA teve acesso ao relatório final da Polícia Federal sobre o caso. O documento revela o poder de destruição de uma das piores pragas da política brasileira: o loteamento de cargos. Em 130 páginas, a Polícia Federal dissecou, a partir dos Correios, a maneira como os políticos tomam de assalto empresas públicas para satisfazer interesses pessoais e partidários. O relatório ajuda a entender por que deputados e senadores, independentemente de credo ou ideologia, vivem numa guerrilha permanente para indicar seus afilhados para cargos no governo federal, estadual ou municipal. Fica evidente que a meta a ser perseguida é o binômio poder e dinheiro — principalmente dinheiro, que compra o poder. Maurício Marinho, o funcionário filmado recebendo propina, foi escolhido para ocupar o cargo pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), uma das catorze agremiações aliadas ao governo. Por sua mesa, em três anos, transitou boa parte dos negócios realizados pela companhia. A polícia, com a ajuda de auditores, constatou que os contratos assinados por Marinho e outros diretores dos Correios, em sua maioria, foram "cavilosamente fraudados". Há casos de licitações dirigidas, compras sem necessidade.

conluio entre empresas e superfaturamento em índices inacreditáveis de 400%. Tudo isso envolvendo mais 8 bilhões de reais em recursos. Parte desse dinheiro, segundo a polícia, foi desviada dos cofres públicos para os bolsos dos corruptos e alimentou campanhas políticas.

As suspeitas sobre as verdadeiras motivações dos políticos em busca de cargos públicos sempre existiram no imaginário dos eleitores, mas essa é a primeira vez que ela se materializa de forma tão evidente. Os partidos estão no centro do que a polícia chama de "esquema criminoso" dos Correios. Dois deles foram apontados no relatório da polícia: o PTB e o PT, mas não está descartada a possibilidade do envolvimento de outras organizações, como o PMDB. No caso do PTB, ficou comprovado que o presidente do partido, o ex-deputado Roberto Jefferson, "realizou um verdadeiro loteamento" dos Correios para operar "fábricas de dinheiro". O esquema funcionava da seguinte maneira: para prestar serviços à estatal, a empresa interessada aceitava destinar um percentual de seus ganhos ao partido, que variava de 3% a 5% de tudo o que recebesse. O acerto era feito diretamente com os representantes da agremiação. O grau de requinte chegava ao ponto de a quadrilha manter uma contabilidade on-line do dinheiro desviado. A polícia apreendeu no computador de um dos dirigentes petebistas uma planilha mostrando em detalhes como era cobrada a propina partidária. O arquivo, com o sugestivo nome de "conta corrente", mostrava o nome da empresa, o valor do contrato, o funcionário responsável pela cobrança, o percentual do acerto e a frequência do pagamento.

Em períodos de eleição, o PTB ainda exigia das companhias que fornecessem uma ajuda direta aos seus candidatos. Os

6. DOS INDICIAMENTOS

6.1. ROBERTO JEFFERSON MONTEIRO FRANCISCO - Crime de quadrilha ou bando previsto no art. 288 do Código Penal. (fls. 1.284/1.294)

Além dos depoimentos constantes destes autos incriminando o ex-deputado ROBERTO JEFFERSON, ele próprio admitiu a existência de um esquema para angariar fundos para o PTB dentro dos Correios, conforme denunciado por reportagem da revista VEJA.

O ex-deputado Roberto Jefferson, presidente do PTB, foi indiciado por crime de formação de quadrilha. Foi dele a responsabilidade pela indicação dos funcionários que arrecadaram propina para o partido

empresários eram lembrados de que, para continuar desfrutando seus gordos contratos com os Correios, a vitória nas urnas era imprescindível. Cada um deles recebia um CD com a matriz do material de campanha dos candidatos do partido. Normalmente, eram pedidos de santinhos e camisetinhas com a foto do político e o nome do partido. “As solicitações de contribuições aos fornecedores da ECT por parte dos empregados dos Correios, membros da quadrilha, eram explícitas e algumas vezes chegavam à beira da extorsão. Além da entrega de dinheiro em troca de informações e de benefícios indevidos nos procedimentos administrativos de licitação, nas prorrogações de contratos, na repactuação de preços, os fornecedores da ECT também contribuíam diretamente para o partido nas campanhas eleitorais”, descreve o relatório policial. Não se sabe quanto o PTB arrecadou nos Correios, mas as estimativas mais modestas falam em 10 milhões de reais. Roberto Jefferson e os dirigentes indicados pelo PTB foram indiciados por crime de formação de quadrilha, corrupção e fraude em licitações. O líder trabalhista ainda vai enfrentar outro processo. Quando explodiu o escândalo, o ex-deputado disse que estava sendo vítima de extorsão. Numa curiosa inversão de papéis, a falsa denúncia levou à prisão do consultor Arlindo Molina, que ficou detido durante nove dias, enquanto os corruptos permanecem livres até hoje. “Espero que o Ministério Público cumpra seu dever e acuse o ex-deputado por crime de denunciação caluniosa”, diz Molina.

As diretorias dos Correios foram divididas — ou “loteadas”, como afirma a polícia — também entre os políticos do PT e do MDB. O resultado das investigações mostrou que o método trabalhista não era exclusivo do partido. Segundo o relatório, as no-

meações para os Correios e para outras empresas públicas obedeciam ao mesmo critério. Os parlamentares indicavam nomes afinados com seus interesses, que eram avalizados pelo então ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, e por Silvío Pereira, então secretário-geral do PT. Esses dois personagens, como se sabe hoje, foram os mentores do mensalão, o esquema clandestino de arrecadação de fundos do PT. O relatório mostra que o Partido dos Trabalhadores também deixou suas digitais em fraudes e desvios de dinheiro nos Correios. A Polícia Federal detectou graves irregularidades na área de tecnologia da estatal, como fraude em licitações e cobrança de propina. “Tais atos dizem respeito à possível atuação de uma quadrilha comandada por pessoas ligadas ao Partido dos Trabalhadores”, descreve a polícia. No período investigado, entre 2003 e 2005, o setor foi comandado por Eduardo Medeiros, um petista abençoado por José Dirceu e Silvío Pereira. Há dois inquéritos na PF vasculhando exclusivamente a ação dos petistas.

Um dos alvos de investigação federal citados no relatório é a empresa de computadores Novadata. No vídeo, Maurício Marinho contou que a companhia conseguiu uma série de benefícios nos Correios depois de fazer um “acerto” com a diretoria de tecnologia. Levantamentos feitos pela Controladoria-Geral da União e anexados ao inquérito mostraram que a Novadata conseguiu um reajuste inexplicável no valor de um de seus contratos e ainda venceu outra licitação, cujos critérios de escolha foram absolutamente irregulares. A empresa tam-

Apesar de não detectadas pela CPMI dos Correios, durante os trabalhos de investigação realizados por este órgão policial vieram à tona informações sobre fraude a licitações e atos de corrupção ocorridos no âmbito de outra diretoria da ECT (Diretoria de Tecnologia).

Tais atos dizem respeito à possível atuação de uma quadrilha comandada por pessoas ligadas ao Partido dos Trabalhadores (PT), por intermédio de EDUARDO MEDEIROS.

O PT, do ex-ministro da Casa Civil José Dirceu, mentor e chefe do mensalão, foi apontado como suspeito de participar da quadrilha que, junto com o PTB, saqueou os cofres dos Correios

bém foi poupada de multas por atraso na execução dos serviços. A Novadata pertence ao empresário Mauro Dutra, amigo e companheiro de pescaria do presidente Lula há mais de duas décadas. Dutra também exerce o papel de arrecadador extra-oficial de recursos para campanhas petistas e é dono de uma ONG que recebeu dinheiro público para treinar trabalhadores — e que prestava conta do serviço usando notas fiscais frias. “Apesar de ainda não ter sido cabalmente provado, Mau-

ro Dutra é suspeito de ter feito acordos com servidores de pelo menos duas áreas dos Correios para vencer uma licitação e, também, para obter reajuste de 5,5 milhões no valor de um contrato”, diz o relatório.

O escândalo, que nasceu com as revelações de Maurício Marinho e tragou, com a descoberta do mensalão, o que se supunha ainda existir de ética em alguns partidos políticos, expôs as vísceras do que há de pior na política brasileira. Mas, ao que parece, não serviu nem de lição.

Na semana passada, em plena reunião ministerial — um evento tradicionalmente nobre e simbólico —, o presidente Lula aproveitou a presença do contingente de ministros para falar exatamente sobre distribuição de cargos. A chamada base aliada do governo, da qual ainda faz parte o PTB de Roberto Jefferson, vive ameaçando se rebelar se cargos e mais cargos não lhe forem imediatamente entregues. O fisiologismo não é uma invenção de Lula ou do PT. Ele faz parte de uma con-

GUERRA SANTA

Os líderes da chamada base aliada explicam as razões que levam deputados e senadores a disputas fratricidas por cargos no governo. E, ao contrário do que diz a Polícia Federal, as razões, quase sempre, são genuinamente republicanas

“Há cargos de claro interesse político, que os partidos têm motivos para ocupar para implementar suas idéias. É o caso do PDT com o Ministério do Trabalho, área de afinidade histórica do partido. Mas esses casos são minoria. Na maioria, não dá para explicar qual é o interesse. O que me espanta é que antes era escândalo a troca de votos por cargos. Agora, essas negociações são apregoadas em rede nacional de rádio e TV.”

Miro Teixeira, líder do PDT na Câmara

“Deputados e senadores precisam mostrar poder dentro do governo para desenvolver sua carreira política. Com os cargos, o político consegue atender à comunidade, atrair apoio dos prefeitos e montar sua base. Dependendo do cargo que você indique, fica próximo de empresários e financiadores de campanha, o que é essencial para todo político atualmente.”

Ricardo Izar, vice-líder do PTB na Câmara

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DIVISÃO DE REPRESSÃO A CRIMES FINANCEIROS

EMPRESA	COD. DE	NUM.	VALOR (R\$)	FREQUENCIA	CONTABILIZADO	VALOR (R\$)	ESTABECIDA
PLA	CDL	104	3.504.375	mensal	DIOPR/JP	19.167,00	
PRACION	SELO	114	109.330,00	mensal	DIOPR/JP	19.167,00	
	LACER						

veniente estratégia política usada por todos os presidentes que o antecederam. A diferença, agora, é que as negociações de cargos, por seu caráter pouco nobre e suas intenções nada explícitas, são escancaradas, sem nenhuma cerimônia. "O fisiologismo sempre existiu, mas Lula o levou ao paroxismo e ficou prisioneiro dele. Sem o mensalão, o governo só tem cargos e emendas para compor sua base de sustentação", analisa a cientista política Lucia Hippólito.

"A idéia de coalizão que eu tenho é de um presidencialismo parlamentarista. O presidente pega um setor e entrega a um partido que o apóia. Esse partido implementa suas políticas e passa a ser responsável pelos resultados. O PMDB, por exemplo, tem muito interesse na área da agricultura. Deveria ocupar integralmente esse ministério, todos os cargos de confiança, e garantir o apoio de seus parlamentares ao governo."

Michel Temer, presidente do PMDB

2008 é ano eleitoral. Mas isso, aparentemente, tem pouca relevância na discussão sobre cargos. Afinal, os interesses em colocar afilhados no governo seriam todos republicanos. Os políticos querem fazer nomeações porque acham que suas experiências de vida e seus partidos podem ajudar a melhorar o país. "O cargo é uma coisa simbólica, que serve para mostrar que se tem poder. Isso ajuda o deputado a implementar suas idéias em benefício da população", explica o depu-

"O cargo é uma coisa simbólica, que serve para mostrar que se tem poder. E o maior poder que você pode mostrar na base é a indicação de aliados para os principais cargos, do delegado do Ministério da Agricultura, do chefe da representação do Ministério da Saúde. Esse poder, além de simbólico, também pode ajudar o partido e o deputado a implementar suas idéias em benefício da população."

Mário Negromonte, líder do PP na Câmara

A Polícia Federal apreendeu nos computadores dos dirigentes dos Correios ligados ao PTB uma planilha em que estavam contabilizados os valores das propinas cobradas das empresas

tado Mário Negromonte, líder do PP na Câmara, outro dos partidos da base aliada do governo. Maurício Marinho, Roberto Jefferson, José Dirceu, Silvio Pereira, o mensalão, o fisiologismo e a corrupção nos Correios seriam, portanto, exceções nesse universo de boas intenções. Diz a Polícia Federal: "Ao longo dos anos vem ocorrendo, tanto nos Correios quanto em outras empresas estatais do país, uma espécie de 'loteamento' dos cargos em comissão a pessoas dos mais diversos matizes políticos que se alternam no poder. Através desse instrumento censurável, busca-se angariar recursos financeiros junto às empresas privadas (...). Esses recursos, geralmente provenientes de 'caixa dois', são, em parte, destinados aos partidos políticos infiltrados nas empresas públicas à custa da dilapidação do erário levada a cabo por meio de fraudes de toda ordem realizadas em licitações".

Com reportagem de Otávio Cabral



VÍDEO DE MARINHO RECEBENDO
DINHEIRO EM
www.veja.com.br/lula

"Em um governo de coalizão, a administração deve ser compartilhada entre os partidos, o que significa distribuir cargos para os parlamentares. O político quer os cargos porque lhe dão visibilidade, que é essencial para sua eleição. Quem tem um cargo no DNIT em seu estado pode decidir quais obras serão priorizadas e comparecer a todas as inaugurações. É a face da atuação política dele, é voto na certa."

Luciano Castro, líder do PR na Câmara

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Nenhuma conta da era Lula foi votada até agora”, publicada no jornal **O Estado de S.Paulo** de 03 de março de 2008.

A matéria destaca que o mesmo Congresso que aprovou e instalou 27 Comissões Parlamentares de Inquérito ao longo de cinco anos não foi capaz de votar nenhuma das contas do governo, encaminhadas anualmente ao Legislativo.

Nenhuma conta da era Lula foi votada até agora

Executivo e TCU fizeram sua parte, mas parlamentares não deram ainda parecer final nem mesmo sobre os números do último ano de FHC

Christiane Samarco
BRASÍLIA

O mesmo Congresso que aprovou e instalou 27 Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) ao longo dos últimos cinco anos não foi capaz de votar nenhuma das contas do governo, encaminhadas anualmente ao Legislativo. Não votou sequer as contas de 2002, do último ano do governo Fernando Henrique Cardoso.

O Executivo tem feito sua parte, apresentando a contabilidade regularmente ao Tribunal de Contas da União (TCU). O TCU, por sua vez, também tem enviado, rigorosamente em dia, como manda a Constituição, seu relatório anual. O problema está no Legislativo, que não faz o que lhe cabe. “O Congresso falha enormemente em tudo o que tem a ver com Orçamento e contas públicas”, admite o senador tucano Sérgio Guerra (PE), presidente do maior partido de oposição ao governo Lula.

A partir do instante em que recebe o balanço geral da União e o relatório das auditorias das contas, realizadas pelo próprio Executivo, o TCU tem 60 dias para emitir parecer e remetê-lo

ao Legislativo. Como o prazo é exíguo, técnicos do tribunal acompanham a execução orçamentária ao longo do ano inteiro. Uma equipe de 20 analistas, entre economistas, contadores, administradores públicos e especialistas em direito, munícia o ministro relator para que ele tenha rapidamente dados suficientes para elaborar os relatórios sobre as contas governamentais que são encaminhados ao Congresso.

Toda essa papelada, que inclui tabelas, gráficos, ressalvas e recomendações do TCU ao governo, vai diretamente para a Comissão Mista de Orçamento. Ali, o relatório tem caído no esquecimento. Deputados e senadores que participam do colegiado se mostram mais preocupados em negociar com o governo o acolhimento das emendas orçamentárias que prevêem investimentos em suas bases eleitorais. Tanto que, só em abril do ano passado, a Mesa Diretora do Senado recebeu da comissão um projeto de decreto legislativo contemplando a aprovação das contas governamentais

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.
Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR SENADOR MÁRIO COUTO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Garibaldi vai discutir situação com os líderes partidários

de 2008. Desde então, esse projeto está na ordem do dia, mas com a crise que provocou a renúncia do ex-presidente da Casa Renan Calheiros (PMDB-AL) ninguém deu atenção a contas antigas aprovadas pela comissão.

“Tanta demora modifica totalmente o entendimento do Congresso. Cinco anos depois, você tem uma nova realidade econômica, um novo cenário político e outro Congresso, com novos deputados e senadores”, lamenta o ministro Ubiratan Aguiar, que foi o autor do parecer sobre as contas governamentais de 2006.

EXCESSO DE MPS

O presidente do Congresso, senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), vai discutir esta situação com os líderes partidários na próxima reunião, prevista para amanhã. “Precisamos regularizar o exame das contas em atraso”, diz Garibaldi.

Para Sérgio Guerra, o Congresso está “desmontado” e as causas desse desmonte estão no “comprometimento” da Comissão de Orçamento, no excesso de medidas provisórias e no exagerado número de CPIs.

Desde o relatório das contas de 2000, o TCU vem reiterando a necessidade de se observar uma exigência prevista no artigo 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal. Trata-se da obrigatoriedade de implantar um sistema de custo em cada setor da administração pública, o que permite saber, depois, se vale ou não a pena manter uma determinada estrutura em determinado lugar. Nos últimos oito anos, cada relatório anual repete a recomendação, mas não houve avanço.

Em quatro relatórios, de 2002 a 2006, o Executivo foi duramente cobrado diante da constatação de que o atraso médio na prestação de contas era de 3,9 anos, situação agravada por mais uma demora de 5,4 anos na análise dos processos pelos ministérios. ●

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Reforma errada na hora certa”, publicada pela revista **IstoÉ Dinheiro**, em sua edição de 5 de março do corrente.

Para a matéria, que trata da proposta de reforma tributária apresentada recentemente pelo Governo, “os recordes na arrecadação tributária oferecem ao País oportunidade histórica de reduzir impostos, mas o governo prepara uma mudança que vai na direção oposta”.

Ainda segundo a matéria, tudo “parece conspirar a favor da aprovação da reforma. Existe, porém, um senão que dará dores de cabeça ao governo”. Isto

porque em momento algum o governo fala de redução na carga tributária, passando ao largo do corte de impostos.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a matéria acima citada seja considerada, na íntegra, como parte integrante deste pronunciamento para que, assim, passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma ERRADA na hora certa

Os recordes na arrecadação tributária oferecem ao País oportunidade histórica de reduzir impostos, mas o governo prepara uma mudança que vai na direção oposta

O MINISTRO DA FAZENDA, Guido Mantega, cumpriu à risca o roteiro que traçou para apresentar sua proposta de reforma tributária. Realizou reuniões solenes com empresários e trabalhadores e fez questão de ir pessoalmente à Câmara e ao Senado para entregar o documento que será submetido ao aval do Legislativo. O governo acredita que não poderia haver melhor momento para a aprovação de mudanças no sistema tributário do País. A economia vai de vento em popa, as contas públicas estão em ordem e há campo de sobra para discutir com as partes interessadas eventuais perdas. Na teoria, também servem de forte triunfo os recordes de arrecadação de tributos. **Mesmo com o fim da CPMF, a cobrança de impostos e contribuições federais atingiu R\$ 62,596 bilhões em janeiro, o melhor resultado já registrado para o primeiro mês de um ano.** Tudo, portanto, parece conspirar a favor da aprovação da reforma. Existe, porém, um senão, que dará dores de cabeça ao governo. O texto da Fazenda promete racionalidade e simplificação, mas em momento algum fala de queda na carga tributária. Passa ao largo do corte de impostos. O que certamente tornará tortuosa a tramitação da proposta. O próprio presidente Lula mostrou-se preocupado com o futuro do projeto. “Temos um ano político e, a partir de julho, está todo mundo na rua fazendo campanha”, advertiu, em audiência com empresários. Depois de pedir pressa aos políticos, Lula garantiu que, se a reforma for aprovada, será possível, então, “sonhar com uma redução das alíquotas”.

Para o setor produtivo, porém, o tempo de sonhar já passou. Os empresários aplaudem a criação do IVA federal (Imposto sobre Valor Adicionado), que visa unificar PIS, Cofins e Cide. Também apóiam a desoneração das exportações e a criação do novo ICMS (uma espécie de IVA estadual). Lamentam, contudo, que ainda sejam preservados o IPI e o ISS. “Era a hora de eliminar esses tributos”, diz Armando Monteiro Neto, da CNI. Outros dizem que o governo deveria assumir compromisso com a redução da carga tributária, hoje em torno de 38% do PIB. Durante encontro no Palácio do Planalto, sob o olhar atento do presidente Lula, o tributarista Antoninho Marmo Trevisan afirmou que o governo não deve temer a redução de alíquotas. Segundo ele, “vale a máxima: quanto menor a alíquota, mais pessoas podem recolher o tributo”.

Convidado por Guido Mantega a dar sua opinião “para esquentar um pouco o debate”, o presidente da Fiesp, Paulo Skaf, foi educado, mas manteve suas contundentes ressalvas. “Vamos à luta para aprovar a reforma tributária ainda este ano, porque ela almeja simplificar o sistema e pôr fim à guerra fiscal”, disse. “Mas é muito importante que o aumento da arrecadação seja devolvido à sociedade através de redução das alíquotas e do alongamento dos prazos.” **Ao sair da reunião, Paulo Skaf fez questão de lembrar à DINHEIRO que seu prognóstico sobre o fim da CPMF estava correto. “A CPMF foi extinta, mas a arrecadação não pára de subir.”** Não bastasse o foco distorcido, o conteúdo, em si, do projeto da Fazenda também é alvo de polêmica. Segundo o economista Marcos Cintra, da Fundação Getúlio Vargas, “a proposta é engenhosa, mas só funciona no papel, pois é de difícil operacionalização”. Além disso, a sua proposta de simplificação do sistema, com o imposto único, nem sequer foi cogitada (leia entrevista ao lado).

Na verdade, apesar dos esforços do secretário de Política Econômica, Bernard Appy, para agradar a gregos e troianos, o texto oficial não resistiu aos primeiros embates. As centrais sindi-

cais, por exemplo, não aceitaram a redução da contribuição patronal para o INSS de 20% para 14% do valor da folha salarial. Em audiência no Planalto, pediram a retirada do item, que o governo considerava essencial para desoneração das folhas de pagamento. Por decisão do presidente, o tema saiu da proposta de emenda constitucional e será enviado como projeto de lei. **O novo ICMS, recolhido no destino, também recebeu sinal vermelho dos governadores. Na última hora, pressionada por Aécio Neves e José Serra, a Fazenda concordou em manter uma alíquota residual do ICMS, de 2%, nos Estados de origem dos produtos.** Mas acena com punição para quem adotar práticas de guerra fiscal.

Além disso, em surpreendente confissão de impotência, o ministro Mantega explicou aos empresários que também gostaria de propor a eliminação do IPI e do ISS, mas não encontrou sustentação para isso. “Acabar com o IPI seria o mesmo que acabar com a Zona Franca de Manaus. Quanto ao ISS, houve forte reação dos grandes municípios”, revelou. Como se vê, não é nada fácil extinguir impostos no País. E, por isso mesmo, os recuos e alterações do governo começaram antes mesmo de o projeto oficial entrar em discussão no Congresso. Na quinta-feira 28, os presidentes da Câmara, Arlindo Chinaglia, e do Senado, Garibaldi Alves, prometeram acelerar a tramitação. Chinaglia comunicou a Mantega que vai instalar imediatamente a comissão especial para analisar a reforma e fará reuniões com líderes partidários para discutir os nomes dos seus integrantes. Apesar desses sinais de boa vontade, pouca gente acredita que a reforma tributária seja aprovada ainda este ano. Mas, se passar, sofrerá mudanças drásticas. Dificilmente seguirá o figurino traçado pela Fazenda. E muito menos trará redução ou simplificação da carga tributária, que os empresários aguardam há muitos anos. “Tenho uma empresa no Canadá onde um funcionário liquida toda a papelada fiscal em meio expediente”, disse o empresário Jorge Gerda. “Um dia chegaremos lá.”

JORGE GERDAU:

o barão do aço defende maior simplificação do sistema tributário e menos burocracia fiscal

ARMANDO MONTEIRO NETO:

o presidente da CNI imaginava que a criação do IVA significaria o fim de outros impostos em cascata

POR QUE A REFORMA É RUIM

- ✓ Não reduz a carga tributária, hoje em 38% do PIB
- ✓ Mantém dois impostos sobre consumo: o IVA e o ICMS
- ✓ Não elimina o ISS nem o IPI
- ✓ Não alonga prazos de recolhimento de tributos
- ✓ Adia a redução de impostos sobre a folha salarial

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Sem-terra devastam área de 150 mil hectares no Pará”, publicada pelo jornal **Folha de S. Paulo**, em sua edição de 04 de março de 2008.

A matéria destaca que a omissão do poder público nas decisões que envolvem as invasões de terra em Tailândia, a 218 km de Belém no Pará, permitiu que os sem-terra devastassem cerca de 150 mil hec-

tares em 18 acampamentos abertos em áreas de floresta nativa.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a referida matéria passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Sem-terra devastam área de 150 mil hectares no Pará

Acampamento tomaram floresta em Tailândia; invasões começaram há 19 anos

Estimativa é do Sindicato dos Trabalhadores Rurais local; sem fiscalização, as áreas foram desmatadas e sua madeira foi vendida

FÁBIO GUIBU

DA AGÊNCIA FOLHA, EM TAILÂNDIA (PA)

A omissão do poder público nas decisões que envolvem as invasões de terra em Tailândia (a 218 km de Belém) permitiu que os sem-terra devastassem cerca de 150 mil hectares em 18 acampamentos abertos em áreas de floresta nativa, segundo estimativa do Sindicato dos

Trabalhadores Rurais local.

Cada hectare corresponde a 10 mil metros quadrados.

Algumas áreas foram tomadas por invasores há 19 anos e até hoje não há decisão sobre os pedidos de desapropriação. Sem fiscalização, as glebas foram desmatadas, e a madeira, vendida. Em vários acampamentos, os sem-terra, que não têm acesso a créditos oficiais, ergueram pequenas carvoarias para aumentar a renda. “O governo não faz reforma agrária e o pessoal não consegue financiamento”, disse o presidente do sindicato, José Valdir Hoss.

No mais antigo acampamen-

to do município, o Pindorama, 48 famílias dividem uma área de 3.453 hectares, a 24 quilômetros da cidade. Em 19 anos, a floresta que existia no local se transformou em terra arrasada. No local, há casas, bares, associação e escola. Parte da vila tem energia elétrica. A maioria dos trabalhadores que hoje moram lá comprou glebas de colonos que viraram grileiros.

Poucos são os remanescentes da invasão de 89. Um deles é José Campelo da Silva, 61. Ele cercou cem hectares e, em dez anos, quase tudo virou pasto. “Na época, não sabia de Ibama nem de lei sobre floresta.”

Desde fevereiro, Tailândia é alvo de fiscalização na Operação Arco de Fogo. Ontem, mais 107 fornos de carvão em sete fazendas foram destruídos.

O Incra informou não ter “responsabilidade direta” sobre os acampamentos. A competência para tratar do caso seria, diz o órgão, dos movimentos sociais. No caso dos assentamentos, a eventual descoberta de crimes ambientais poderia levar o infrator à perda de seu lote. Quanto aos acampamentos, existiria a possibilidade de exclusão dos infratores da lista de beneficiários, desde que houvesse provas suficientes.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Está encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 20 horas e 2 minutos.)

Ata da 44ª Sessão não Deliberativa, em 04 de abril de 2008

2ª sessão deliberativa ordinária da 53ª legislatura

Presidência dos Srs. Mão Santa, Mozarildo Cavalcanti e Augusto Botelho.

(Inicia-se a sessão às 9 horas.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Havendo número regimental, declaro aberta esta sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Lei da Câmara nº 83, de 2007** (nº 7.320/2006, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 11.282, de 23 de fevereiro de 2006, que anistia os trabalhadores da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT punidos em razão da participação em movimento grevista.*

Ao Projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) –

Encerrou-se no ontem o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Lei do Senado nº 260, de 2007**, de autoria do Senador Expedito Júnior, que *institui a Política Nacional de Integração Lavoura-Pecuária.*

Ao Projeto foi apresentada uma emenda, que passo a ler.

É lida a seguinte:

EMENDA Nº 1 – PLEN

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei institui a Política Nacional de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta, cujos objetivos são:

I – elevar, de forma sustentável, a produtividade, a qualidade dos produtos e a renda das atividades agropecuárias através da aplicação de sistemas mistos de exploração de lavoura, pecuária e floresta em áreas já desmatadas em substituição aos monocultivos tradicionais;

II – mitigar o desmatamento provocado pela conversão de áreas de florestas em áreas de pastagens ou de lavouras, assegurando a manutenção das Áreas de Preservação Permanente e de Reserva Legal;

III – estimular o desenvolvimento de pesquisas científicas e tecnológicas voltadas à definição de sis-

temas de produção que integrem, ecológica e economicamente, a pecuária à lavoura e à floresta;

IV – estimular e promover a educação ambiental de fornecedores de insumos e matérias-primas, produtores rurais, agroindustriais e consumidores que participam da atividade agropecuária e a sociedade de modo geral;

V – promover o retomo de áreas de pastagens degradadas ao sistema produtivo pelo uso de Sistemas Integrados Lavoura-Pecuária-Floresta;

VI – proporcionar a segurança alimentar e a equidade social em sistemas sustentáveis de produção;

VII – diversificar a renda do produtor rural e fomentar novos modelos de uso da terra visando a sustentabilidade do agronegócio com a preservação ambiental;

VIII – difundir e estimular práticas alternativas ao uso de queimadas na agropecuária visando mitigar os impactos destas em propriedades químicas, físicas e biológicas do solo, reduzindo também impactos sobre a diversidade da fauna e da flora;

IX – fomentar a ampliação da diversificação de sistemas de produção com inclusão de recursos florestais, visando a produção comercial da silvicultura e a reconstituição de corredores de fauna e proteção de matas ciliares e reservas florestais, ampliando a capacidade de geração de renda do produtor;

X – estimular e difundir sistemas agrosilvipastoris aliados às práticas conservacionistas e de bem estar animal.

Parágrafo único. A integração lavoura-pecuária-floresta é definida como o planejamento, a execução e o controle da diversificação, da consorciação e da sucessão das atividades agropecuárias e agrosilvipastoris dentro da propriedade rural com sustentabilidade social, econômica e ambiental.

Art. 2º A Política Nacional de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta será implementada com base nos seguintes princípios:

I – preservação e melhoria das condições físicas, químicas e biológicas do solo sob áreas de pastagem ou lavoura;

II – sustentabilidade econômica dos empreendimentos pecuários na propriedade rural, pela diversificação de rendimentos, melhoria do retorno financeiro, dos índices de produtividade e de qualidade dos produtos da atividade pecuária;

III – investigação científica e tecnológica voltada ao desenvolvimento de sistemas mistos envolvendo agricultura, pecuária e floresta de forma seqüencial e/ou simultânea na mesma área;

IV – incorporação do conhecimento tradicional sobre uso sustentável dos recursos naturais;

V – sinergia entre ações locais, regionais e nacionais, visando otimizar os esforços e a aplicação dos recursos financeiros;

VI – cooperação entre o setor público e privado como organizações não-governamentais e empresas;

VII – estímulo à diversificação das atividades tanto na agricultura familiar quanto nos grandes empreendimentos agropecuários;

VIII – observância do zoneamento ecológico-econômico do Brasil e respeito às áreas de proteção ambiental, de relevante interesse ecológico e reservas extrativistas;

IX – observância aos princípios e leis estabelecidas para preservação ambiental.

Art. 3º Compete ao Poder Público, no âmbito da Política Nacional de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta:

I – definir planos de ação regionais e nacional, com a participação das comunidades locais;

II – estimular a adoção da rastreabilidade e certificação dos produtos pecuários, agrícolas e florestais oriundos de sistemas mistos de produção;

III – capacitar os agentes de extensão rural a lidar com os aspectos ambientais e econômicos dos processos de diversificação, rotação, consorciação e sucessão das atividades de agricultura, pecuária e floresta;

IV – criar e fomentar linhas de crédito rural consoantes com os objetivos e princípios da Política Nacional de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta;

V – estimular a produção integrada, o associativismo, o cooperativismo e a agricultura familiar;

VI – promover a geração, adaptação e transferência de conhecimentos e tecnologias;

VII – fiscalizar a aplicação dos recursos provenientes de incentivos creditícios e fiscais;

VIII – controlar os riscos de desequilíbrio ambiental por meio do licenciamento das atividades de integração lavoura-pecuária-floresta no entorno de áreas de proteção ambiental, de relevante interesse ecológico, de reservas extrativistas, parques estaduais, parques nacionais, florestas estaduais e nacionais;

IX – difundir a necessidade de racionalização do uso dos recursos naturais nas atividades agropecuárias;

X – assegurar a infra-estrutura local necessária aos mecanismos de fiscalização do uso conservacionista dos solos;

XI – estimular e fiscalizar o uso de insumos agropecuários;

X – estimular a mudança de uso das terras de pastagens convencionais em pastagens arborizadas para a produção de ruminantes em condições ambientalmente adequadas, afim de proporcionar aumento da produtividade pelas melhorias de conforto e bem-estar animal.

Art. 4º Em sua execução, a Política Nacional de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta utilizará os instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente, instituídos pela Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, e os financiamentos do Sistema Nacional de Crédito Rural, nos termos das Leis nºs 4.595, de 31 de dezembro de 1964, e 4.829, de 5 de novembro de 1965.

Art. 5º Esta lei entra em vigor cento e oitenta dias após a data de sua publicação.

Justificação

A presente Emenda Substitutiva é fruto das sugestões de aprimoramento ao PLS nº 260/2007 que foram apresentadas pela Embrapa durante a audiência pública realizada sobre esse projeto na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Sabemos que, no modelo tradicional de expansão da fronteira agrícola, quase sempre executado às custas de indesejável desmatamento, os ciclos de cultivos itinerantes, seguidos da exploração pecuária e do abandono das áreas exauridas, resultam na degradação das propriedades físicas, químicas e biológicas do solo de mata, fenômeno que se observa após a derrubada da vegetação original. A exaustão das áreas exploradas gera a necessidade de incorporação de novas áreas de floresta, levando ao incremento da área desmatada. Nesse processo, a pecuária e o cultivo itinerante têm sido considerados como atividades econômicas responsáveis por grande parte do desequilíbrio de muitos ecossistemas nacionais.

Por outro lado, em regiões onde a agricultura e pecuária não encontram mais condições de expansão horizontal, os proprietários rurais enfrentam crescente pressão da sociedade para que adotem sistemas de uso das terras que sejam ambientalmente mais adequados e saudáveis.

O PLS nº 260/2007 busca estabelecer um novo paradigma para as políticas de estímulo às atividades agropecuárias. Este novo modelo baseia-se no manejo

correto do solo, das plantas e dos animais, na formação de pastagens produtivas e na recuperação de áreas degradadas como forma de reduzir a necessidade de incorporação de áreas de mata à exploração pecuária e de lavouras. Nesse sistema, parte das receitas obtidas com as lavouras é utilizada para custear a recuperação ou a reforma das pastagens. Na área da pastagem degradada, cultivam-se grãos por um, dois ou mais anos e, depois, volta-se com a pastagem, que vai aproveitar os nutrientes residuais das lavouras na produção de forragem. Para evitar outro ciclo de degradação, é necessário elaborar um cronograma de adubação de manutenção da pastagem recém-implantada. O sistema de integração lavoura-pecuária melhora a fertilidade do solo através do processo de rotação lavoura-pastagem, minimizando os riscos da agropecuária e melhorando a rentabilidade dos produtores, por meio da otimização do aproveitamento dos insumos.

A iniciativa em foco busca inserir a pecuária brasileira como atividade afinada com as grandes preocupações ecológicas atuais, constituindo-se em aliada na luta contra o aquecimento global. Afinal são aproximadamente 190 milhões de hectares de pastagens no Brasil (superfície equivalente a 3,5 vezes a área da França). Estima-se que a metade dessas pastagens estejam degradadas ou em degradação, o que traz uma imagem negativa para a pecuária brasileira.

Na atual forma de uso, as terras com pastagens produzem somente produtos pecuários, com a Integração Lavoura-Pecuária-Floresta essa imensa área poderá produzir, também, produtos agrícolas e florestais, sem prejuízo algum para a produção pecuária. Ao contrário, agregando renda, “valor ambiental” e marketing positivo, pois a integração lavoura-pecuária-floresta representa um sistema de uso da terra ambientalmente mais adequado do que os praticados atualmente.

Vivemos o despertar da consciência ecológica em escala planetária, não sendo mais admissível que as atividades econômicas modernas se eximam da responsabilidade da preservação ambiental, considerando-se a necessidade da manutenção de serviços ambientais essenciais à vida e ao bem-estar desta e das próximas gerações.

O Brasil exerce um papel central na seara das preocupações ambientais, haja vista a natureza nos ter confiado ecossistemas de visibilidade internacional, tais como a Amazônia, o Pantanal, o Cerrado e a Mata Atlântica, entre tantos outros igualmente exuberantes. Essa evidência natural dos ecossistemas brasileiros, dada a capacidade de interagir globalmente com o clima, impõe ao Brasil um desafio dos mais contemporâneos. O País se depara com uma questão que tem acompanhado a história do progresso tecnológico,

qual seja, aquela que se expressa no dilema de fazer avançar as atividades econômicas sem a concomitante degradação ambiental.

A comunidade científica internacional categoricamente afirma, com base no conhecimento atualmente disponível, que o aquecimento global tem sido estimulado pela ação das atividades econômicas do passado e do presente, tornando-se urgentes os ajustes na forma de produzir os bens necessários à vida moderna, para que o futuro da humanidade não seja ameaçado pelas ações do próprio homem.

Nesse contexto, a redução na emissão de gases de efeito estufa, tais como gás carbônico e metano, domina a atenção mundial, dentro do objetivo de minimizar os efeitos antrópicos sobre o clima do planeta. Assim, o uso de combustíveis não renováveis e o emprego de queimadas em áreas de florestas e de pastagens se destacam entre os fatores que contribuem para o aquecimento global, dada a elevada emissão de gases de efeito estufa associada. Embora o País seja uma referência mundial no uso do etanol como substituto dos combustíveis fósseis, o Brasil ainda se destaca negativamente como um dos países que mais queimam suas florestas, principalmente em decorrência do movimento de expansão da fronteira agrícola.

Tendo em vista o atual cenário internacional, a redução do ritmo do desmatamento e a abolição da prática da queimada fazem-se prementes. A iniciativa que trago à discussão vai ao encontro desse anseio, de ampla repercussão, tendo o mérito maior de estimular a pecuária, uma atividade econômica das mais importantes, como geradora de emprego e renda, que se integra ao meio ambiente por meio de diretrizes de políticas públicas confiáveis e conciliadoras.

É preciso salientar que a implementação do disposto no PLS nº 260/2007 corresponderá à precaução contra possíveis embargos econômicos que, no futuro, venham a ser impostos às exportações de carnes brasileiras, em razão da relevância que ocupa a preservação do meio ambiente no cenário internacional.

Pelo exposto, espero contar com o apoio das Senhoras e dos Senhores Senadores para a aprovação do PLS nº 260/2007, na forma da emenda substitutiva que ora apresentamos.

Sala das Sessões, 4 de abril de 2008. – Senador **Expedito Júnior**

REQUERIMENTO Nº 379, DE 2008

Tendo sido indicado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado, através da aprovação, naquele Colegiado, do Requerimento nº 13, de 2008–CRE, para acompanhar, pelo período de 15 (quinze) dias, a Operação Upatakou III, programada

pela Polícia Federal na reserva indígena Raposa Serra do Sol, no Estado de Roraima, bem como os desdobramentos desse processo, requeiro, nos termos do art. 40 do Regimento Interno, licença dos trabalhos da Casa no período de 9 a 23 de abril do corrente para desempenhar a mencionada missão.

Sala das Sessões, 4 de abril de 2008. – Senador **Mozarildo Cavalcanti**.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação e será apreciado oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Sexta-feira, 4 de abril, nove horas e dois minutos.

Aprendi no colo de minha mãe:
 Não chores, meu filho;
 Não chores, que a vida
 É luta renhida:
 Viver é lutar.
 A vida é um combate,
 Que os fortes abate,
 Que os fortes, os bravos
 Só pode exaltar.

Forte e bravo é a maioria do povo do Brasil, que acredita em Deus, no estudo, no trabalho e no amor.

E, representando essa grandeza do povo do Brasil, aqui muito cedo está madrugando essa mulher extraordinária, Secretária Executiva, Cláudia Lyra – e bonita.

Cedo a palavra a esse extraordinário homem, de quem posso até dizer que representa os homens do Brasil, pela sua firmeza, Paulo Paim.

V. Ex^a poderá usar da palavra pelo tempo que achar conveniente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Mão Santa, agradeço a V. Ex^a ter permitido que eu antecipasse a minha fala, já que vou participar de um seminário na Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria.

Permita-me meu caro Senador Virgínio de Carvalho – sei que V. Ex^a vai fazer o pronunciamento em seguida; se Deus quiser, farei um aparte a V. Ex^a –, ao mesmo tempo em que o cumprimento, rendo também minhas homenagens e minha total solidariedade à nossa querida Senadora Maria do Carmo, de Sergipe. A Senadora Roseana Sarney me informou, na quarta-feira, que a Senadora se encontra com problemas de saúde. Todos nós vamos rezar para que a nossa Senadora deixe o hospital e volte a sua vida normal. Todos nós temos um carinho grande por ela; e também por V. Ex^a, que, com certeza, aqui vai representá-la muito bem, como também a todo seu Estado. Seja bem-

vindo à Casa. Ficam aqui meus cumprimentos, e farei o aparte no pronunciamento de V. Ex^a.

Senador Mão Santa, nesta quinta-feira não estava aqui, porque fui com a comitiva do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao meu Rio Grande do Sul. Ele foi visitar e anunciar novos investimentos lá na metade sul do Rio Grande – foi a Pelotas e Rio Grande. Pude, junto com ele, com Ministros, com Senadores e Deputados de todos Partidos, com o Prefeito de Rio Grande, com o Prefeito de Pelotas, com candidatos, inclusive do meu Partido, que vão disputar as Prefeituras da região, com Prefeitos da base de apoio do Governo, visitar a obras do Pólo Naval de Rio Grande.

É uma obra, Senador Mão Santa, gigantesca. Eu não a tinha visitado ainda. Investimentos na ordem de US\$10 bilhões é o que se prevê, quando a obra ficar definitivamente encaminhada, gerando-se algo em torno de cinco mil empregos. Eu diria que, entre empregos diretos e indiretos, pela complexidade de todo o Pólo Naval, muito mais de cinco mil empregos serão criados naquela região tão importante do nosso Estado.

Estive também na universidade, Senador Mão Santa, e apresentei proposta – sei que terei o voto de V. Ex^a –, para que haja, lá no Rio Grande, uma escola técnica naval. Além de contar com a produção dos navios que lá serão executados, reparados, pela estrutura que tem aquele complexo naval, precisamos também preparar nossos jovens no ensino técnico, para operarem no primeiro, no segundo momento e depois, quando o Pólo estiver concluído, com um investimento permanente. Os nossos navios, que normalmente eram feitos em Cingapura, no exterior, agora serão feitos lá no Rio Grande, no Pólo Naval do Rio Grande.

Fiquei impressionadíssimo, Sr. Presidente, tanto com relação ao investimento, à base que está sendo construída, como também com todo o complexo e com o envolvimento de toda a cidade, de toda a região, a partir dessa belíssima obra do PAC.

Estavam conosco nesta viagem o Ministro Tarso Genro, a Ministra Dilma Rousseff, o Ministro Franklin Martins, a Presidente da Caixa Econômica Federal, o Presidente do BNDES, o Ministro do MEC, o Ministro das Cidades. Foi, enfim, um evento grandioso.

E, depois, em Porto Alegre, também o Presidente e a sua comitiva participaram de um grande ato, com a presença do ex-Governador Olívio Dutra, como também da Governadora Yeda Crusius, de Deputados e Deputadas, do Prefeito da capital, do Prefeito de Gravataí, do Prefeito de São Leopoldo, do Prefeito de Sapiranga, representando o Vale dos Sinos, enfim, de Prefeitos de praticamente toda a grande Porto Alegre.

Faço esse registro com satisfação. A forma como fomos recebidos pelos trabalhadores e pela imprensa

de toda a região foi gratificante. Estamos no caminho certo, principalmente quanto à minha parte, ao que me toca, pelos investimentos que estamos fazendo, meu nobre Senador, aqui mesmo no Senado, com relação às escolas técnicas.

Sou autor do Fundep, que é um fundo de investimento no ensino técnico profissionalizante, que, se tudo der certo, se o aprovarmos, vai gerar R\$6 bilhões para o investimento na formação dos nossos jovens com relação à profissão que vão exercer tão logo saiam do primeiro e segundo graus.

Mas, Sr. Presidente Mão Santa, depois de fazer o registro dessa viagem e já justificando com isso a minha ausência ontem aqui, já que tenho sempre a alegria de dizer, Senador Mão Santa – e falo isso com a maior tranquilidade, Senadora Serys –, que estou aqui de segunda à sexta-feira, nós estamos aqui. Mas como eu não estava aqui ontem, V. Ex^a estava, Senadora, e os outros também, estou justificando o porquê da minha ausência na sessão de ontem. Viajei na quarta-feira à noite para o Rio Grande e participei dessas atividades.

Mas, Srs. Senadores e Sr^{as} Senadoras, eu queria também, nesta manhã de sexta-feira, registrar uma carta que recebi e que não é do meu Estado, uma carta que vem de Minas Gerais.

Por que faço esse registro? Dos milhares e milhares de correspondências que nós todos recebemos, inclusive eu, de vez em quando gosto de vir aqui apresentar uma delas, somente uma, demonstrando como a população do nosso País está acompanhando o trabalho do nosso Congresso Nacional, do nosso Senado e o quanto eles acreditam nas causas que defendemos.

Diz este documento, Sr. Presidente, que recebi e ao qual faço algumas considerações. Considero um privilégio poder trocar idéias com essas pessoas que se dispõem a falar o que sentem e a mostrar como estão vendo o nosso País e o nosso Congresso, e como estamos trabalhando.

É lógico, Sr. Presidente, e aqui o registro, que, às vezes, também recebemos críticas. Não é que a gente, que vem aqui falar de uma carta, digamos, positiva não entenda também que é legítimo, e assim é a democracia; que cartas também venham criticando o trabalho dos Senadores, do conjunto dos Senadores. Mas vem muito mais, eu poderia dizer, cartas elogiando o trabalho do Congresso Nacional do que criticando.

Eu diria que, em cada cem cartas, noventa são elogiando o trabalho que nós estamos fazendo nessa Casa.

Sr. Presidente, então é com carinho que faço questão de registrar da tribuna a carta do Sr. Walter Gomes, de Manhumirins, em Minas Gerais, que vou ler rapidamente. Diz ele:

Tenho minha alma e meu coração alegres, apesar das pontes safenas. Ao ler o jornal e ver a Tv Senado, acompanho os conhecimentos políticos em prol dos descamisados, crianças e idosos [aí ele nos cumprimenta e naturalmente não vou detalhar aqui]. Vou contar – diz ele – um caso maravilhoso. Sou descendente de escravos, índios e espanhóis. Meu saudoso avô era um velhinho simpático e honesto. Ele se reunia com netos, os bisnetos a conversar, isso lá nos anos 30... ...Se por acaso algum de nós falasse em política, ele botava o chapéu, o guarda-chuva no braço e dizia que Deus abençoe a todos. [porque de política eu não gosto de falar]...e dava nos calos. Então lá onde ele está, com Deus; se ele souber que admiro e respeito alguns senadores [e aí cita naturalmente nosso nome] ele estará sorridente por saber que existem alguns homens de bem. [E fala de senadores aqui da nossa Casa]. Eu conheci muitos gaúchos bons, tive o prazer de conhecer nosso Jango pessoalmente por intermédio do seu major segurança; fiz parte do grupo dos onze, com meus líderes Brizola e Jango.

E agora, tchê?

Nosso Paulo Paim, que é aqui muito reconhecido pela minha família junto com os outros Senadores que estão aí lutando pelos aposentados e pensionistas.

Um abraço que posso dizer amigo ao longe. Não esqueça de nós! A César o que é de César. E essa equipe maravilhosa que aí vocês representam no Congresso a defender nossos idosos, um abraço a todos.

Walter Gomes. Sendo safenado, operado da próstata, com seqüelas. Que Deus esteja sempre em nós. Sem dinheiro para comer e comprar remédios, devido à perversidade da vida, agradeço e aposto muito no Senado da República e na Câmara dos Deputados na defesa dos aposentados e pensionistas.

Com esse registro, Senador Mão Santa, quero ainda não me omitir nesse momento da história – V. Ex^a que fala tanto em Martin Luther King – e dizer que estamos homenageando o aniversário da vida e da obra de Martin Luther King.

É sempre uma honra falar da tribuna no momento em que a referência é o Dr. Martin Luther King Júnior, um desses homens especiais que deixaram seus nomes gravados na história e nos nossos corações, em todos os tempos. Um homem que morreu clamando pela igualdade, pela justiça e pela fraternidade foi assassinado. Foi assassinado há 40 anos e, por isso, hoje, fazemos uma homenagem a ele.

Esse ser humano ímpar nasceu em 15 de janeiro de 1929, em Atlanta, na Geórgia. Era filho de um pastor batista e de uma professora. Ele próprio veio a ser pastor mais tarde.

Na Universidade de Boston, conheceu Coretta Scott, uma estudante de música, com quem se casou e teve quatro filhos.

Muitos o chamam de Doutor Martin Luther King, pois, em 1955, recebeu um PhD em Teologia Sistemática pela Universidade de Boston.

Luther King foi, sem sombra de dúvida, um dos maiores ativistas pelos direitos civis. Ele trazia no coração o desejo de ver todos os seres humanos confraternizando de forma pacífica, respeitando direitos iguais para todos e todas, vivendo em paz e empunhando a bandeira do amor ao próximo, sem nenhuma divergência quanto à cor da pele, respeitando aquilo que nós chamamos de as diferenças que são naturais em cada um de nós. Sua campanha pela não-violência era inspirada em outro grande líder, Mahatma Gandhi.

Muito cedo ele se engajou na luta pela igualdade racial. Houve uma ocasião em que uma passageira negra foi discriminada e colocada para fora do ônibus, e, como forma de protesto, Martin Luther King organizou um grande movimento, e, a partir dali, negros e negras passaram a poder usar o mesmo ônibus. Infelizmente, a reação dos conservadores foi contra sua família e sua casa. A casa de Martin Luther King, devido a esse protesto, foi bombardeada.

Ele não recuou, seguiu lutando e, em 1963, liderou um movimento massivo, a chamada “A Marcha para Washington”, pelos direitos civis no Alabama, organizando campanhas por eleitores negros e brancos pacifistas. Mais de duzentas mil pessoas estavam lá e clamavam por direitos civis.

Foi a partir desse momento, já registrei, mas repito, que a Suprema Corte aprovou as ações afirmativas para os negros norte-americanos e, em seguida, o Congresso as reconheceu.

Ele nunca esmoreceu. Foi a pessoa mais jovem a receber o prêmio Nobel da Paz. Isso foi em 1964, em pleno golpe militar no Brasil. Seguiu firme e determinado em suas convicções. Em virtude delas, foi baleado e assassinado em 04 de abril de 1968, em Memphis, no Tennessee.

Definir Martin Luther King é difícil. Creio que palavras de seu discurso “Eu tenho um sonho”, diz tudo. Sr. Presidente, Martin Luther King foi um homem brilhante! O eco de suas palavras não se apagará jamais.

Cito aqui parte de seu discurso, o inesquecível discurso chamado “Eu tenho um sonho”:

Cem anos atrás, um grande americano, na qual estamos sob sua simbólica sombra, assinou a Proclamação da Emancipação. Esse importante decreto veio como um grande farol de esperança para milhões de escravos negros que tinham murchado nas chamas da injustiça. Ele veio como uma alvorada para terminar a longa noite de seus cativos.

Mas cem anos depois, o Negro ainda não é livre.

Cem anos depois, a vida do Negro ainda é tristemente inválida pelas algemas da segregação e as cadeias da discriminação.

Cem anos depois, o Negro vive em uma ilha só de pobreza no meio de um vasto oceano de prosperidade material. (...)

Cem anos depois, o Negro ainda adoece nos cantos da sociedade americana e se encontram exilados em sua própria terra. Assim, viemos aqui hoje para dramatizar sua vergonhosa condição”.

E, aí, só mais um pedaço, e vou passar para V. Ex^a, ele diz:

E quando isto acontecer, quando nós permitirmos o sino da liberdade soar, quando nós deixarmos ela soar em todas as moradias e todo vilarejo, em todo estado e em toda cidade, nós poderemos [aí sim] acelerar aquele dia quando todas as crianças de Deus, homens pretos e homens brancos, [mulheres pretas e mulheres brancas], judeus, [palestinos], gentios, protestantes e católicos, poderão unir mãos e cantar nas palavras do velho e espiritual negro: Livre, afinal, livre, afinal. Igualdade e liberdade para todos.

Esse foi o pronunciamento. Se V. Ex^a quiser o aparte, já concluí a minha fala. Sei que todos estão aqui ansiosos – e entendo –, porque muitos têm de viajar, assim como eu tenho outro compromisso.

O Sr. José Nery (PSOL – PA) – Senador Paulo Paim, Senadora Serys, Senador Mão Santa, Senador Virgílio, não podia, mesmo que com breves palavras, deixar de me associar à homenagem, à lembrança, ao resgate e à memória de Martin Luther King, símbolo da luta por liberdade e pelos direitos civis nos Estados Unidos. Com certeza, o seu exemplo, 40 anos depois do seu brutal assassinato, continua vivo, motivando todas as lutas por liberdades, sejam as dos negros, mas de uma forma tão ampla com que ele pensava na possibilidade da realização humana, de unir a todos. Esse belo trecho do discurso que o senhor acaba de mencionar é um verdadeiro hino à liberdade, à luta pela justiça. Esse exemplo de Martin Luther King, mártir das lutas dos negros, da reafirmação da igualdade, sem dúvida permanece muito atual, porque muitos daqueles motivos que fizeram com que ele fosse assassinado ainda são presentes na sociedade atual em várias partes do mundo, inclusive em nosso País. Portanto, a afirmação da luta contra a desigualdade e contra o preconceito, a afirmação da luta por justiça, sem dúvida, é estimulada por esse líder que, tão brilhantemente, soube representar os anseios do seu povo, da sua gente, da sua etnia, para fazer valer os seus direitos. Parabéns a V. Ex^a pela manifestação desses 40 anos que marcam o assassinato de Martin

Luther King, que, com a sua memória e a sua história, é estímulo e alento para continuarmos a caminhada para a construção de um mundo mais justo e igual, sem violência, sem preconceito, onde todos tenham vez e voz. Enfim, parabéns a V. Ex^a pelo seu pronunciamento nesta manhã. Muito obrigado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador José Nery, agradeço a V. Ex^a.

Sr. Presidente, quero que V. Ex^a considere na íntegra esse pronunciamento, que, na verdade, é ainda rescaldo da festa do meu aniversário que recebi do Rio Grande do Sul, de todos que ajudaram aquele

grande evento. Eu, aqui da tribuna do Congresso, com esse gesto, estou agradecendo a todos, todos, todos que, de uma forma ou de outra, contribuíram para o evento acontecer.

Muito obrigado, Senador Mão Santa.

SEGUE NA ÍNTEGRA PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores,

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS)

paulopaim@senador.gov.br

Pronunciamento em que registra os 40 anos da morte de Martin Luther King Jr.

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Senadores.

É sempre uma honra falar de grandes líderes e o Dr. Martin Luther King Jr. é um destes homens especiais que deixaram seus nomes gravados na história...

... e nos corações que, em todos os tempos, clamam por igualdade, justiça e fraternidade.

Este ser humano ímpar, nasceu em 15 de janeiro de 1929 em Atlanta na Geórgia. Era filho de um pastor batista e de uma professora. Ele próprio veio a ser pastor mais tarde.

Na universidade de Boston conheceu Coretta Scott, uma estudante de música com quem se casou e teve quatro filhos.

Muitos o chamam de Doutor Martin Luther King pois em 1955 recebeu um PhD em Teologia Sistemática pela Universidade de Boston.

Luther King foi, sem sombra de dúvida um dos maiores ativistas pelos direitos civis. Ele trazia no coração o desejo de ver todos os seres humanos confraternizando de forma pacífica,...

... respeitando direitos iguais para todos e todas, vivendo em paz e empunhando a bandeira do amor ao próximo.

Sua campanha pela não violência era inspirada em outro grande líder, Mahatma Gandhi.

Muito cedo ele se engajou na luta pela igualdade racial. Houve uma ocasião em que uma passageira negra foi discriminada no ônibus e como forma de protesto Martin organizou um movimento que acabou fazendo com que sua casa fosse bombardeada.

Ele seguiu lutando e em 1963 liderou um movimento massivo, "A Marcha para Washington", pelos direitos civis no Alabama, organizando campanhas por eleitores negros. Mais de 200.000 mil pessoas estavam lá e clamavam por direitos civis.

Ele nunca esmoreceu, foi a pessoa mais jovem a receber o Prêmio Nobel da Paz em 1964. Seguiu firme e determinado em suas convicções e em virtude delas foi baleado e morto em 4 de abril de 1968 em Memphis, Tennessee.

Definir Martin Luther King é difícil. Creio que palavras de seu discurso “Eu tenho um sonho”, fazem isso de maneira brilhante. O eco de suas palavras não se apagará jamais.

“Cem anos atrás, um grande americano, na qual estamos sob sua simbólica sombra, assinou a Proclamação de Emancipação. Esse importante decreto veio como um grande farol de esperança para milhões de escravos negros que tinham murchado nas chamas da injustiça. Ele veio como uma alvorada para terminar a longa noite de seus cativos.”

Mas cem anos depois, o Negro ainda não é livre.

Cem anos depois, a vida do Negro ainda é tristemente inválida pelas algemas da segregação e as cadeias de discriminação.

Cem anos depois, o Negro vive em uma ilha só de pobreza no meio de um vasto oceano de prosperidade material. Cem anos depois, o Negro ainda adocece nos cantos da sociedade americana e se encontram exilados em sua própria terra. Assim, nós viemos aqui hoje para dramatizar sua vergonhosa condição.

E quando isto acontecer, quando nós permitimos o sino da liberdade soar, quando nós deixarmos ele soar em toda moradia e todo vilarejo, em todo estado e em toda cidade, nós poderemos acelerar aquele dia quando todas as crianças de Deus, homens pretos e homens brancos, judeus e gentios, protestantes e católicos, poderão unir mãos e cantar nas palavras do velho spiritual negro:

"Livre afinal, livre afinal.

Era o que tinha a dizer,

Sala das Sessões, 04 de abril de 2008.

Senador PAULO PAIM (PT-RS)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Paulo Paim, queremos cumprimentá-lo duas vezes, novamente pelo aniversário, que, pela sua maneira de ser, não é seu, não é lá das Canoas, não é do Rio Grande do Sul, não é do Brasil; é da humanidade. Feliz o dia em que o Divino Espírito Santo pousou em mim e eu o chamei de nosso Martin Luther King.

A bem da história – e temos que saber a etiologia e entender as coisas –, entendo que só há uma riqueza, o saber; só há um grande mal, a ignorância. Essas são convicções minhas.

Então, temos de render a uma mulher essa luta de Martin Luther King, e não à Princesa Isabel, que foi assessorada pelos homens Rui Barbosa, pelo pai de Luiz Viana, da nossa biblioteca, o Nabuco. Mas isso tudo começou com um livro: *A Cabana do Pai Tomás*, pela inteligência e bravura de uma mulher. Essa deve ser homenageada, pois teve a sensibilidade de mudar o mundo. A autora de *A Cabana do Pai Tomás*, Harriet Beecher Stowe, fez nascer na humanidade esse respeito à igualdade racial, hoje tão bem interpretada nos Estados Unidos por Barack Obama.

Mas nós estamos acima, nós temos o Paulo Paim. Então, uma homenagem a esta mulher que começou tudo isso: Harriet Beecher Stowe, que, no ano de 1852, escreveu o livro *A Cabana do Pai Tomás*, que tive oportunidade de ler.

Está inscrito o Senador Gilvam Borges. No entanto, ele pediu uma permuta com o Senador José Nery, que tem viagem marcada.

O Senador José Nery representa o PSOL daquela extraordinária mulher brasileira, Heloísa Helena. Uma vez afirmei aqui que homem se escreve com agá e mulher com dois agás: Heloísa Helena, a mais brava representante das mulheres deste Brasil. Além da representatividade política, é professora e enfermeira.

V. Ex.^a tem a mais difícil missão desta Casa: suceder a extraordinária mulher brasileira, Heloísa Helena.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Mão Santa, Srs. Senadores, Sr.^{as} Senadoras, com muita alegria, dirijo-me a este Plenário nesta manhã para registrar um evento de grande magnitude que se realizará em Belém, capital do meu Estado do Pará, em janeiro do próximo ano. Trata-se da oitava versão do Fórum Social Mundial.

É muito oportuna a escolha de Belém para sediá-lo, conforme pretendiam as organizações e movimentos sociais de toda a região amazônica. Esta cidade acumula a experiência de ter realizado o Encontro Mundial pela Humanidade e Contra o Neoliberalismo, em 1999, onde reuniu ativistas de várias partes do mundo, inclusive tendo registrado as honrosas presenças de integrantes do Exército Zapatista de Libertação Nacional do México, além de ter sediado duas bem-sucedidas edições do Fórum Social Pan-amazônico.

Belém está localizada na Pan-Amazônia, região que ocupa lugar central no debate sobre as conse-

quências do aquecimento global, composta por nove países, detentora das maiores reservas de água doce e de florestas primárias do mundo, além de inigualável biodiversidade e enorme diversidade de populações tradicionais e povos indígenas.

A sede do Fórum Social Mundial em cidade da Amazônia é um alerta: as políticas de desenvolvimento baseadas na ampliação incessante das monoculturas agrícola e na pecuária, na exploração de *commodities* minerais e a instalação de infra-estrutura concebida para viabilizá-las, em curso na Amazônia, agravam essa ameaça para a espécie humana. Ademais, sediá-lo em Belém oportuniza o retorno do Fórum Social Mundial no Brasil, país onde nasceu em 2001 e onde se realizaram as suas três primeiras versões, tendo como palco privilegiado a cidade de Porto Alegre.

Homenageio, a propósito, o Senador Paulo Paim, que teve a felicidade, junto com todos os militantes e dirigentes dos movimentos sociais, de receber, de acolher, por três vezes seguidas, o Fórum Social Mundial na capital do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

O Fórum Social Mundial reunirá cerca de 120 mil homens e mulheres de todo o Planeta para declarar sua convicção de que *“Um outro mundo é possível!”* As experiências anteriores têm demonstrado que é uma organização marcada pela pluralidade e pela diversidade, tendo caráter não-confessional, não-governamental e não-partidário.

Nasceu como contraponto ao Fórum Econômico Mundial de Davos, na Suíça, representação do mundo das finanças e dos grandes negócios, sendo profundas as diferenças que os separam, em que pese reivindicarem preocupação e disposição para enfrentar os mesmos tipos de desafios e problemas que tanto afligem a humanidade, ante a constatação irrefutável de que os mesmos se agravam.

A paz parece cada vez mais distante, contrariando expectativas ensejadas por rumorosas negociações ou intervenções externas; a pobreza e a fome não cessam em vastas regiões do mundo, a despeito dos extraordinários avanços científicos e tecnológicos observados nas últimas décadas, com impactos diretos na produção de alimentos; persiste a disparidade de renda entre países ricos e países pobres e entre ricos e pobres no interior de cada país; reaparecem nos países desenvolvidos diferenças de renda inimagináveis em passado recente.

O Fórum Econômico Mundial persiste na tese de irreversibilidade de uma globalização que supõe a eliminação de todas as barreiras nacionais para a circulação do capital e de inexistência de solução para tantos e tão graves problemas senão através do aumento da capacidade produtiva e do volume do comércio decorrentes desse mesmo processo regido pelo mercado.

O Fórum Social Mundial entende que é possível e necessário um tipo de globalização cujo significado seja a integração dos povos, de suas economias e cul-

turas, apoiado em sistemas internacionais democráticos que estejam a serviço da justiça social, da igualdade e da soberania dos povos.

O que desejo realçar e enaltecer nesta oportunidade é o caráter de movimento amplo, plural e democrático impresso no Fórum Social Mundial por decisão de milhares de organizações e movimentos sociais de todo o mundo, bem como a riqueza do debate e de formulações que esse caráter proporciona. Um só mundo é a maior aspiração da humanidade, como o é que o mesmo seja fundado na paz, na solidariedade, na cooperação, na democracia plena, no pluralismo cultural e no mais inabalável respeito aos direitos políticos, econômicos e sociais, individuais e coletivos.

Por isso, não se restringe a protestos contra o Fórum Econômico Mundial ou contra as instituições multilaterais, como o FMI, o Bird, a OMC, que formulam suas diretrizes e os governos que as executam; por isso mesmo, debruça-se sobre uma pauta diversificada, que inclui praticamente todos os temas de interesse comum dos povos e formula diagnósticos, prognósticos e alternativas de desenvolvimento que primam pela cientificidade tanto quanto expressam sua vontade de construir o mundo novo. A seu favor, ainda que não exista solução única para os dilemas e desafios da humanidade, um fato incontestável: depois de décadas de experimentação de um modelo de desenvolvimento que nega as identidades nacionais e aposta fundamentalmente no livre mercado, há um legado pesado demais para a grande maioria da humanidade.

O Fórum Social Mundial é uma experiência de articulação de movimentos sociais e correntes de pensamento de tão extraordinária representatividade, que já não pode ser ignorada por nenhum segmento ou setor da vida política, econômica e social deste ou de qualquer outro país. Mas isso é pouco para dimensionar a importância histórica de suas análises e proposições para o desenvolvimento de países como o Brasil; neste caso, também porque foi neste que a experiência nasceu e ganhou corpo, contando com a contribuição de numerosos movimentos sociais, intelectuais e personalidades políticas brasileiros.

Logo, para instituições democráticas como o Senado Federal, é uma fonte obrigatória de parâmetros para análise e reflexão sobre os rumos econômicos e sociais do nosso País, uma referência preciosa para uma instituição como esta, que tem o dever e o interesse de zelar pela soberania, pelos recursos naturais e culturais e pelos interesses nacionais, avaliando em que medida as políticas governamentais correspondem à idéia de que um novo país é possível porque um mundo novo é possível; para avaliar também quanto nosso País pode contribuir para avanços ou retrocessos em maior escala que a nacional com as políticas que executa internamente, à luz do que o Fórum Social Mundial propõe e reitera em tantas versões. Além disso, o caráter plural e democrático do Fórum Social

Mundial justifica deferência especial desta Casa, independentemente das divergências entre o pensamento majoritário em uma e outra parte, um gesto de reconhecimento no momento em que se organiza para se reunir novamente em terra brasileira.

Concedo um aparte ao Senador Paulo Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador José Nery, ainda que de forma muito rápida, eu não poderia deixar de fazer um aparte a V. Ex^a, que, aliás, foi muito feliz quando lembrou que o Fórum Social Mundial surgiu na capital do Estado do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, na época, inclusive, em que o nosso querido ex-Deputado Federal e ex-Ministro das Cidades a governava, o ex-Governador Olívio Dutra. Participei de eventos do Fórum Social Mundial lá, não fui a outros países. Mas V. Ex^a matou a questão quando disse que um novo mundo é possível, que a construção de um novo mundo é possível, um mundo de fraternidade, de igualdade, de solidariedade, de respeito ao meio ambiente, no qual a política, efetivamente, coloque a natureza e o ser humano em primeiro lugar. Senador Mão Santa, permita-me dizer, em primeiro lugar, que o Senador José Nery, nesta Casa, substitui, e muito bem, a Senadora Heloísa Helena. A Senadora Heloísa Helena está entre as mulheres pelas quais tenho o maior carinho e o maior respeito e, com a sua militância, continua fazendo um grande trabalho. V. Ex^a assumiu aqui o lugar dela e vem desempenhando seu mandato com a mesma competência, com a mesma capacidade e com a mesma grandeza da Senadora Heloísa Helena. Tenho certeza de que, se a ex-Senadora Heloísa Helena estiver nos assistido neste momento, saberá que é um elogio a ela ter V. Ex^a representando o PSOL hoje aqui com enorme competência. Então, meus cumprimentos a V. Ex^a. Reverencio essa figura pela qual tenho carinho e respeito – ela sabe disso –, que é a nossa querida ex-Senadora Heloísa Helena; porém, também quero render as minhas homenagens a V. Ex^a por seu trabalho aqui no Congresso Nacional, neste momento fazendo aqui essa lembrança bonita e atual do Fórum Social Mundial, que, a partir de Porto Alegre, foi para o mundo e, agora, retorna a solo brasileiro. Meus cumprimentos à ex-Senadora Heloísa Helena e a V. Ex^a.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Obrigado, Senador Paulo Paim.

Gostaria de registrar que, ontem, apresentei requerimento à Mesa, solicitando a realização, Senadora Serys, Senador Mão Santa, de uma sessão solene para, ao passo que homenageamos, discutirmos a participação do Congresso Nacional – Senado e Câmara Federal – na organização e principalmente no próprio evento que ocorrerá em Belém, em janeiro de 2009.

É fundamental que o Poder Legislativo brasileiro, o Congresso Nacional, dele participe. E creio que precisamos ampliar o convite – e essa inspiração me vem agora, neste momento em que falo com V. Ex^{as} – para esse evento, para essa sessão, a toda repre-

sentação das Assembléias Legislativas estaduais e, assim, podermos integrá-las ao Poder Legislativo, com o objetivo de construir uma agenda afirmativa, de questões que interessam a nós representantes do povo brasileiro, seja no Parlamento nacional, seja nos Parlamentos estaduais. Creio que temos uma contribuição a oferecer ao discutirmos os vários temas que estarão animando esse importante debate que ocorrerá em Belém, capital do Estado do Pará, na oitava edição do Fórum Social Mundial.

Por último, quero agradecer, em nome da sempre Senadora Heloísa Helena, a menção que o Senador Mão Santa sempre faz a ela, homenageando-a desta tribuna, a exemplo do que também acaba de fazer o Senador Paulo Paim.

Nós todos nos curvamos para reverenciar a história, a trajetória, de competência, de lucidez, de honradez, da Senadora Heloísa Helena, que representa os interesses daqueles que lutam por um Brasil livre, justo, soberano, digno. Tenho certeza de que essa é a bandeira que defendemos aqui.

Então, quando os senhores se referem à Senadora Heloísa Helena, claro que para nós, que estamos começando a construir essa utopia, a luta socialista através do Partido Socialismo e Liberdade, Senador Mão Santa, Senador Paulo Paim, Senador Virgínio de Carvalho, Senador Mozarildo, Senador Augusto Botelho, é sempre muito animador. Heloísa Helena foi a nossa candidata à Presidência da República e chegou ao final da disputa eleitoral com grande representatividade, após ter conseguido o terceiro lugar nessa disputa pelos rumos do nosso País, reconhecida por sete milhões de brasileiros.

Senadora Serys, V. Ex^a que também conviveu muito com Heloísa, sabe que essa luta para construir um partido, apoiando-se nas lutas sociais, com ideário socialista é sempre uma tarefa muito desafiadora. Contudo, nós a fazemos com muita convicção de que é preciso manter muito vivo o pensamento, a luta e a organização, para que o nosso povo, cada vez mais, afirme sua luta por independência, pelos seus direitos, por justiça social.

Agradeço a V. Ex^a, Sr. Presidente, desejando que o Senado Federal aprove o requerimento para a sessão especial que deveremos realizar ainda neste primeiro semestre. Esperamos também poder contar com a participação efetiva de todos os Sr^{as} e Srs. Senadores nessa sessão. Como adiantei, vamos convidar os Parlamentos estaduais, para que o Legislativo brasileiro tenha uma participação muito efetiva junto aos milhares de militantes de movimentos, de entidades, de governos, de parlamentos, que estarão reunidos na capital da Pan-Amazônia, Belém do Pará, em janeiro de 2009.

Com muita satisfação, com a permissão do Presidente, concedo um aparte ao Senador Augusto Botelho.

O Sr. Augusto Botelho (Bloco/PT – RR) – Senador José Nery, V. Ex^a traz um tema importante para nós aqui. Quero me incluir entre os que também acreditam que podemos fazer um mundo melhor, uma sociedade mais humana, que respeite mais o ser humano, a natureza, que respeite as pessoas como elas são, sem pretender modificar o modo de ser de cada uma delas. Acredito, como a nossa querida Senadora Heloísa Helena, à qual fizeram referências aqui... Quero me associar às referências feitas à Senadora Heloísa Helena, pois também a admiro muito. Trabalhei durante quatro anos com ela aqui e aprendi muita coisa, principalmente na sua coerência de lutar pelo que acredita ser verdadeiro. Eu também fico feliz porque ela é tão inteligente que soube escolher V. Ex^a para substituí-la aqui, para ser suplente dela. É mais uma amostra da inteligência dela e da iluminação de Deus quando a colocou neste Casa. Tenho certeza de que o povo de Alagoas vai trazê-la de volta para cá, porque ela... V. Ex^a, Senador Nery, pertencia ao Partido dos Trabalhadores, da qual faz a Senadora Ana Júlia Carepa, mas, agora, é representante do PSOL. Mas tenho certeza de que o povo de Alagoas vai trazê-la de volta para cá. Se o PSOL tiver duas pessoas aqui dentro brigando, apesar de ser um partido pequeno, é um partido que briga justamente pelos pequenos. Antes de existir o PSOL, ela já brigava aqui pelos pequenos, como nós brigamos. Só que ela tinha mais experiência, era mais contundente. V. Ex^a fala de uma forma diferente dela. Fala com calma, com tranquilidade, com convicção, mas com bastante firmeza. Eu acho que é a sua fé religiosa que lhe dá essa força para falar quando está defendendo suas idéias. Meus parabéns pelo seu pronunciamento. Continue com sua luta e conte conosco para lutar com V. Ex^a.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Muito obrigado, Senador Augusto Botelho. Tanto a ex-Senadora Heloísa Helena quanto eu, V. Ex^{as} sabem, temos a mesma origem política e de militância: o Partido dos Trabalhadores. No entanto, um conjunto de avaliações, de contingências políticas fizeram com que eu tivesse que tomar outro rumo, saindo do PT e ingressando no PSOL, mas mantendo, com muita clareza, a defesa das mesmas bandeiras, dos mesmos princípios.

Com certeza, é importante assinalar que o que une a todos que estamos aqui é a busca da construção de um futuro diferente.

Fui escolhido pelo povo do Pará para representá-los, quando participei, em 2002, na eleição para o Senado na chapa encabeçada e dirigida pela hoje Governadora Ana Júlia Carepa, na condição de primeiro suplente. Com a eleição da Governadora Ana Júlia no Estado do Pará, coube-me a tarefa de representar o meu Estado no Senado Federal.

Do ponto de vista político, em razão de ter feito a opção pelo PSOL, em 2005, evidentemente que, com o encerramento do mandato da Senadora Heloísa

Helena, em 2006, em 2007 passei a ser nesta Casa o único representante do Partido.

Quando V. Ex^a diz, Senador Augusto Botelho, que Heloísa poderá voltar ao Plenário do Senado Federal, digo que espero que assim seja, Senador Mão Santa, mas vamos lutar para que Heloísa aceite, mais uma vez, disputar a candidatura presidencial, e quem sabe ela volte não para o Senado, mas para o Planalto. Quem sabe, se o povo brasileiro assim o quiser, ela voltará para Brasília, mas para ocupar a direção do País no Palácio do Planalto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador José Nery, cumprimento V. Ex^a pelo brilhante pronunciamento, apenas discordo do Paulo Paim. Sei que V. Ex^a tem manifestado coragem. Ulysses Guimarães dizia: “Faltou a coragem, faltaram as virtudes”. Entendo que a coragem é uma manifestação de quem tem virtude. V. Ex^a tem tido essa coragem. A covardia é dos que têm fraqueza. Então, eu queria dizer que lhe falta apenas a ternura, que só a mulher tem, a encantadora mulher Heloísa Helena. Daí um homem como eu, médico como eu, que entende de mulher, que gosta de mulher, disse: “*Hay que endurecer, pero sin perder la ternura jamás*”. Então, lamento, mas V. Ex^a jamais, como eu, pode ter a ternura da mulher. Eu queria transmitir isso a ela e a V. Ex^a, de público.

Outro dia – é minha maneira de ser –, fiz informalmente um convite a Cristovam Buarque, sobre os educadores, sobre o sistema de educação à distância, Educom, e S. Ex^a aceitou.

Na minha cidade, há a emissora Igarapu, associada à Rádio Globo, que promove o Dia do Trabalho. Os seus diretores, em especial Dr^a Maria da Graça, mandaram que eu convidasse Heloísa Helena, demonstrando que a mulher sempre foi heroína no trabalho. No Dia do Trabalho, vão falar do sacrifício das mulheres. Então, V. Ex^a saiba que ela poderá ser homenageada em Parnaíba, no Piauí, no Dia do Trabalho.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Continuando a lista de oradores inscritos, convidamos para usar da palavra a Senadora Serys Slhessarenko, do Partido dos Trabalhadores do Mato Grosso.

Como faço com todos os oradores, V. Ex^a pode usar da tribuna pelo tempo que achar conveniente.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje, vou falar da minha cidade, Cuiabá, que está fazendo aniversário. Aproxima-se o dia 8 de abril, data em que se comemora mais um aniversário de fundação da cidade de Cuiabá. São 289 anos que marcam a vida de uma cidade repleta de contrastes e que mantém seu inegável prestígio como Portal da Amazônia.

Ao mesmo tempo em que prestamos nossa homenagem a todos os filhos e filhas de Cuiabá, a todos os moradores de Cuiabá, a todos que investem no progresso e no desenvolvimento da capital de Mato Grosso, não podemos também, neste momento de comemoração, deixar de fazer uma reflexão sobre os desafios que estão diante da comunidade cuiabana neste ano de 2008.

Cuiabá, Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr. Presidente, é uma cidade que nasceu do garimpo. É resultado da saga dos garimpeiros que se embrenharam pelo Brasil em busca de aventuras e de riquezas.

Registra a rica história da capital que o descobridor de Cuiabá foi o bandeirante Antônio Pires de Campos, em 1718, no Arraial de São Gonçalo, atual bairro de São Gonçalo Beira Rio, mas o fundador de Cuiabá foi o bandeirante Pascoal Moreira Cabral, que chegou à região em 1719. Inicialmente, esteve no Arraial de São Gonçalo, do bandeirante Antônio Pires de Campos, e subiu as águas do rio Coxipó até a foz do rio Mutuca, onde fundou o Arraial de Forquilha, no atual distrito de Coxipó do Ouro. Por sua vez, o descobridor das Lavras do Sutil, depois Arraial do Bom Jesus do Cuiabá, foi o bandeirante Miguel Sutil, em outubro de 1722, no chamado “Tanque do Arnesto”, ao lado da Igreja do Rosário, onde hoje está também a Capela de São Benedito, ponto de referência para os católicos de nossa capital.

Os primeiros garimpeiros procuravam ouro, e, ainda hoje, diz-se que, em alguns pontos de Cuiabá, o ouro continua à flor da terra à espera dos bem-aventurados que o recolham. O fato é que, passados tantos anos, cuiabanos e cuiabanas continuam garimpando seu destino em uma capital que hoje conta com 527 mil habitantes, de acordo com o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Quem passa pelo centro histórico de Cuiabá, senhoras e senhores, e observa suas ruas estreitas e a dificuldade do trânsito numa capital que já conta com uma frota superior a cem mil carros e quase cinquenta mil motocicletas percebe, com facilidade, que essa é uma cidade que cresceu até se transformar em importante metrópole de forma aleatória, sem planejamento. Em Cuiabá, as pessoas foram se juntando, de tal forma que a capital conta ainda hoje com muitos e muitos bairros sem regularização fundiária, formados que foram a partir da invasão dos sem-teto. De acordo com cálculos da Prefeitura Municipal, um percentual de 40% dos bairros ainda se mantêm com seus cadastros irregulares, o que acarreta a falta de infraestrutura básica, como água e esgoto, principalmente. São bairros como o Primeiro de Março, o Três Barras, o Doutor Fábio, o Alto da Serra, o Jardim Vitória, o Florianópolis, o Jardim Paraíso, onde as pessoas se mantêm na expectativa de uma ação mais decisiva das autoridades públicas em defesa dos seus interesses. E todos os moradores dessas comunidades podem ter a certeza de que o Governo do Presidente Lula não tem

vacilado nesse objetivo de lhes propiciar uma melhor estrutura de vida. As obras do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) são a mais perfeita tradução desse compromisso.

O fato é que Cuiabá continua sendo uma cidade que precisa de organização: está fora das formas, fora do esquadro. É assim que se toca a vida em Cuiabá, neste ano, 2008, quando a nossa capital está completando 289 anos. Como se vê, vivemos em uma cidade que precisa entrar nos eixos, uma cidade que precisa se organizar e ser organizada.

Por isso, não posso deixar, Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr. Presidente, de destacar aqui os investimentos que o Governo do Presidente Lula, mediante o PAC, resolveu fazer – e está fazendo – para que Cuiabá supere muitas de suas carências. O próprio Prefeito de Cuiabá, o Professor Wilson Santos, militante histórico do PSDB, não vacilou em apontar, em pronunciamento que ganhou repercussão nacional, que nenhum outro Presidente da República, antes do Presidente Lula, houvera investido tanto e tão decididamente em obras de infra-estrutura na capital do Mato Grosso.

É bom saber que, diante dos grandes desafios que estão postos para a comunidade de Cuiabá, o povo cuiabano pode contar com um Governo Federal intensamente identificado com suas demandas, um Governo identificado com os interesses dos mais pobres, dos despossuídos, daqueles que sobrevivem nos bairros de periferia e nos mais diversos cantos deste Brasil e para os quais o Governo Lula está destinando quase R\$500 milhões para investimentos em saneamento em todo o Estado de Mato Grosso, sendo que, para a Grande Cuiabá, beneficiando as comunidades mais carentes de Cuiabá e de Várzea Grande, serão R\$238,6 milhões, destinados à ampliação da rede de esgotamento sanitário em Cuiabá, responsável pela maior parte da poluição do Pantanal.

Aliados às obras do PAC, Parlamentares de Mato Grosso têm se dedicado a levar recursos para nossa capital. Como Senadora, tenho os olhos voltados para as necessidades do meu Estado e, em especial, para as carências de minha cidade. Não tenho medido esforços para conseguir recursos federais, sejam provenientes de emenda parlamentar ou de créditos extraordinários, para levar a infra-estrutura que Cuiabá merece e da qual precisa. Assim, bairros importantes, como o Zé Pinto, o Jardim Comodoro, o Primeiro de Março, o Getúlio Vargas, o Santa Izabel e o Jardim Araçá, receberam recursos para drenagem e pavimentação. A Avenida das Torres, via estruturante da cidade, obra fundamental para a logística de tráfego hoje está se tornando realidade também com a nossa contribuição. Todas essas obras, juntamente com as do PAC, constituem-se em obras redentoras que se destacam e se afirmam como resposta do Governo do Presidente Lula a tantos quantos acreditaram nos seus propósitos de combater a miséria e de acabar com o abandono

histórico a que sempre estiveram relegadas as nossas comunidades mais pobres.

O Prefeito Municipal de Cuiabá, Professor Wilson Santos, esteve em meu gabinete na última quinta-feira para agradecer e reconhecer o nosso empenho pelas novas emendas destinadas à cidade de Cuiabá. Tenho muito orgulho de ter sido a primeira Parlamentar a destinar recursos de emenda individual, por exemplo, para a Avenida das Torres, no valor de R\$7,5 milhões. Essa avenida possui a extensão de 12,5 quilômetros e liga o bairro Pedra 90 ao CPA, na Capital. É uma avenida importante, que, após concluída, deverá beneficiar diretamente moradores de quatorze bairros interligados com a via. A Avenida das Torres vai melhorar a vida das pessoas, vai mudar a situação atual, com a chance de uma nova via para ônibus e carros. Isso é muito importante, porque Cuiabá está com as vias de chegada muito congestionadas.

Então, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nestes 289 anos de Cuiabá, nossa saudação a todos os cuiabanos e cuiabanas, por nascimento e adoção, que sustentam, com tanto destemor e alegria, a vida dessa bendita e bela Capital!

Parabéns, Cuiabá; parabéns, povo cuiabano! Parabéns a todos aqueles e a todas aquelas que lá nasceram e àqueles e àquelas que para lá se dirigiram de outros Estados!

Nossa Capital faz aniversário no dia 8 de abril. Fiz este pronunciamento hoje e pretendo, no dia 8, falar novamente sobre nossa Capital, especialmente sobre seu povo, sua história, que vem, de longe, de muita luta de um povo bravo, de um povo determinado, mesmo com as dificuldades encontradas, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em um Estado da Região Centro-Oeste que, até há bem pouco tempo, tinha dificuldade com estrada; não faz muito tempo que temos acesso aos grandes centros do nosso País por meio do asfalto. Foi muito difícil mesmo, foi muita luta!

Concedo ao Senador Augusto Botelho um aparte.

O Sr. Augusto Botelho (Bloco/PT – RR) – Senadora Serys, eu gostaria de me solidarizar com V. Ex^a, parabenizando sua cidade, Cuiabá. E também quero prestar homenagem a uma cuiabana que influenciou muito minha formação, que é D. Amélia, esposa do Sr. Luiz de Oliveira e mãe do Diomedes, do Nelito, da Isa e do Élcio – o Élcio, inclusive, é meu compadre. D. Amélia fazia umas galinhadas – éramos estudantes e chegávamos de fora para almoçar na casa dela – à moda cuiabana. Ela era uma pessoa que orientava os jovens, conversava com a gente. Tínhamos entre 13 e 16 anos naquela época. Ela deixou dois filhos que trabalham em Roraima até hoje. O outro foi meu colega, médico, que ficou no Rio de Janeiro e que não quis voltar para Roraima. E o Sr. Luiz de Oliveira, que também era de lá, foi um dos que exploraram Roraima. Ele era garimpeiro. Abriu fronteiras para o Brasil e garantiu a posse da terra aos brasileiros. Foi um dos pioneiros do meu Estado. Há muitos cuiabanos

em Roraima. Eu gostaria de homenagear e parabenizar todos os cuiabanos de Roraima também. Minha cidade é bem mais nova, mas, um dia, vamos chegar à idade da sua cidade.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Obrigada, Senador Augusto Botelho. Com certeza, a homenagem que V. Ex^a presta a essa família é a homenagem que todas as famílias que lá vivem e moram merecem, porque, realmente, é uma cidade, uma região proveniente principalmente do garimpo e que vem mudando. Hoje, o foco principal de Mato Grosso é o agronegócio, mas nossa Cuiabá é realmente histórica, tem uma história fantástica, de muita luta do seu povo, porque, realmente, para se manter naquela região, era muito difícil. À época, praticamente há 300 anos, isso era bastante difícil, pois a região era inóspita, e havia uma dificuldade gigantesca em se chegar lá.

Mas, como eu disse, voltarei aqui para falar mais do povo da região, não tanto da situação de dificuldade, da parte econômica e da parte estruturante.

Sr. Presidente, já que V. Ex^a me concedeu um pouco mais de tempo, quero ler alguns dados e pedir que este outro tema seja registrado na íntegra. Falarei sobre ele rapidamente. É um tema que reputo muito importante neste momento. Refiro-me aos resultados econômicos obtidos pelo Governo do Presidente Lula. Várias manchetes, há poucos dias, vêm demonstrando isso. Por exemplo, o *Estado de S. Paulo* diz: “Indústria cresce 9,2% no bimestre”. No *Correio Brasiliense*, está estampado: “O boom industrial”. Já a *Folha de S. Paulo* publica: “Indústria reduz ritmo, mas ainda cresce 9,7% ante 2007”. E o *Valor Econômico* diz: “Investimento em projetos sociais cresce 15% em 2007”.

Essas e outras matérias, Sr. Presidente, solicito que venham a constar dos Anais da Casa em sua integralidade, mas faço questão de apresentar dois pressupostos, para que se explicita, de pronto, um posicionamento a respeito dos excelentes resultados hoje experimentados por nosso País. O primeiro é que, como sabemos, o País vivenciou outras experiências econômicas, outros planos, outras ações, e isso constitui um acúmulo – não desprezível, com certeza – de aspectos positivos e negativos. Portanto, ambos não são dispensáveis nas explicações do cenário positivo que agora ocorre no Brasil. Ou seja, é o reconhecimento de que não fizemos isso acontecer num estalar de dedos. Vem numa seqüência, é claro que com pontos positivos e com pontos negativos também. Agora, estamos concretizando, pelo menos no cenário positivo, uma série de ações concretas.

Outro aspecto – eu disse que elencaria dois – é que, todavia, cumpre também considerar, deixar bem clara uma distinção básica do que foi feito no passado e do que agora estamos fazendo: a luta diária por ampliar a distribuição de renda, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores. Hoje, o povo experimenta os frutos inequívocos da riqueza gerada: tem mais emprego, tem mais renda, tem mais consumo. É aumento de renda,

de salário, que finalmente chegou, Sr. Presidente, para as classes menos aquinhoadas deste imenso País.

Falta muito ainda, não temos dúvida. O próprio Presidente Lula diz sempre: “Estou satisfeito com o que estou fazendo, mas estou insatisfeito, porque falta muito por fazer ainda”.

Aqueles menos aquinhoados são aqueles que historicamente foram chamados a aguardar “o bolo crescer”. Pois é, Sr^{as} e Srs. Senadores, o bolo cresceu, e nosso Governo começou, efetivamente, a distribuir. Há gente que não gosta disso, mas é para isso que fomos eleitos, e vamos fazer ainda muito mais. O povo sabe ver a diferença. Aliás, as pesquisas estão revelando isso em relação ao nosso Presidente Lula e ao nosso Governo. Essa é uma diferença que se revela em mais comida, em poder de comprar um remédio, um caderno e um livro para o filho. Explicita-se, Sr. Presidente, em poder viver um pouco melhor, em viver com mais dignidade.

Não desejo cansar nossos telespectadores com dados e estatísticas, mas o recuo de 0,5% na produção industrial, em fevereiro, não impediu a expansão no período – a maior, aliás, desde 2000!

Informa a matéria do jornal *O Estado de S. Paulo* os seguintes números básicos: o percentual de 9,2% foi o crescimento da produção industrial no primeiro bimestre deste ano; o de 9,7%, o crescimento da produção industrial em fevereiro, em relação ao mesmo mês do ano passado; o de 3,1%, o crescimento da produção de bens de capital em fevereiro em relação a janeiro deste ano; o de 25%, o crescimento da produção de bens de capital em fevereiro deste ano em relação a fevereiro do ano passado.

Mas algumas afirmações da mesma matéria merecem destaque:

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a indústria acumula, nos dois primeiros meses, alta de 9,2%, o mais forte crescimento apurado para o período desde o ano de 2000. Houve expressiva expansão também em fevereiro em comparação com o mesmo mês do ano passado (9,7%).

Há um debate entre os economistas para entender essa pequena oscilação em janeiro. Cito dois economistas para exemplificar:

Na opinião de Marcela Prado, da Tendências Consultoria, “A indústria conquistou, a partir de outubro, um patamar muito elevado de produção e vem se mantendo em torno desse nível”. Ela também avalia que a queda de fevereiro ocorreu após alta forte no mês anterior (1,7% ante janeiro), e a produção se mantém em ritmo acelerado.

A avaliação geral de economistas e do Coordenador de Indústrias do IBGE, Sílvio Sales, é a de que o resultado mostra a indústria em fase de acomodação em nível elevado.

Sales destacou a influência determinante do mercado interno e dos investimentos sobre os resultados do setor em fevereiro, assim como ocorreu no ano passado. Para ele, o recuo ante janeiro não reverte a tendência de crescimento do setor, mas significa uma estabilização.

Queria ainda, Sr. Presidente, destacar um aspecto da produção industrial brasileira. É preciso olhar em que setores estamos crescendo, pois isso é definidor das características de nossa economia. Vejamos o que afirma o jornalista Marcelo Tokarski, do jornal *Correio Braziliense*:

Puxada pela produção de bens de capital (máquinas e equipamentos) e automóveis, a indústria brasileira fechou o primeiro bimestre com crescimento de 9,2%, o melhor desempenho em oito anos. De acordo com pesquisa divulgada ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em fevereiro, a produção industrial aumentou 9,7%, na comparação com o mesmo período do ano passado. Em relação a janeiro, houve uma leve queda de 0,5%, considerada pelos economistas como uma acomodação em patamar elevado.

Como se pode ver, é a produção de bens de capital que está crescendo. É como se fosse a mola propulsora dos outros setores. São máquinas, equipamentos. É a base de uma economia cada vez mais vigorosa!

Nessa mesma linha, Zeina Latif, do Banco Real, destaca:

De acordo com a economista-chefe do Banco Real, Zeina Latif, a aceleração do crescimento da produção de máquinas e equipamentos é uma ótima notícia para o Banco Central. “Em 2004, o BC subiu os juros porque a demanda cresceu, elevou rapidamente a utilização da capacidade instalada e não havia investimentos programados desde 2001, o ano do apagão (elétrico). Agora é diferente, o ciclo de investimentos começou em 2005 e se mantém até hoje”, afirma.

Já estou terminando, Sr. Presidente.

Sr^{as} e Srs. Senadores, números significativos como estes devem fazer parte de qualquer análise:

A boa notícia da pesquisa de fevereiro foi o crescimento de 3,1% na produção de bens de capital ante janeiro. Na comparação com janeiro de 2007, a expansão foi de 25%. “Foi uma notícia positiva para a inflação, uma das principais preocupações deste ano. O resultado sinaliza que os investimentos continuam em alta, o que afasta o risco de um surto de inflação de demanda”, disse Prada, da Tendências.

E podemos, assim, resumir a nossa economia hoje, Sr. Presidente: “Otimismo marca início do 2º trimestre”.

E, segundo Alex Agostini, Economista da Austin Rating ao AE Broadcast ao Vivo, a partir de março, a previsão para o Brasil é de crescimento vigoroso.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Após pronunciamento da Senadora, associamo-nos às homenagens a Cuiabá, pelo seu aniversário.

Cuiabá representa a grandeza dos mato-grossenses. Cuiabá foi capital-mãe de Mato Grosso do Sul. De sua gente, a História nos obriga a reviver Eurico Gaspar Dutra, Presidente da República.

Atentai bem, Mozarildo!: vou citar só um exemplo, muito atual, de Eurico Gaspar Dutra para o Presidente Luiz Inácio. Ao terminar o mandato, ele carregara um genro seu, e conseguiu uma casa. Ele era General e foi Marechal do Exército. Passada a solenidade, ao voltar a faixa presidencial a Getúlio Vargas, Dutra sai com os seus familiares e o seu genro e, já à noite, ele pára na região sul do Rio de Janeiro, diante de um sobrado, e diz: “Não, não posso. Não tenho dinheiro para pagar por esta casa”. Atentai bem! Vejam esse ensinamento de um mato-grossense honrado, probo, correto. Aí, o genro, disse-lhe: “Não, não. O senhor não mandou? Foi um amigo seu, que tem vários imóveis, e eu, contando-lhe o problema, ele a cedeu.”

Então, Eurico Gaspar Dutra, mostrando dignidade – essa é a história que temos para ensinar acerca desse fato histórico –, recuou, e o seu genro, disse-lhe: “Não. É um amigo, que me mandou resolver o problema.” “Não tenho dinheiro para pagar esta casa. Só tenho o soldo de militar” – dos militares briosos, que estão em estado de desespero pelos salários baixos que aí estão.

Cândido Rondon: “Integrar para não entregar”.

Roberto Campos, o mais culto brasileiro, eu sei. Jovens Senadoras e Senadores, estudem pelo menos o discurso dele aqui, que dá para fazer uns sete e está entre os melhores pronunciamentos. Em seu livro, *A Lanterna da Popa* – ô Mozarildo, atentai bem o que ele mesmo disse!: “Se eu tivesse pendão oratório...” Mas ele tinha. Roberto Campos foi o mais competente brasileiro.

Dante de Oliveira, aquela figura que eu, traduzindo o respeito e a grandeza dos homens e mulheres de bem, coloquei em seu peito a Medalha Grã-Cruz Renascença, no dia 24 de janeiro, na cidade de Ueiras.

Gilmar Mendes, este grande jurista extraordinário, que se pode igualar a Rui Barbosa e a Evandro Lins e Silva, do meu Piauí, que tranqüiliza este País: a Justiça em boas mãos.

Manoel de Barros, o poeta. Jânio Quadros nasceu por lá.

E mais os Senadores que aqui representam o Estado.

Choramos Jonas Pinheiro, Senador Mozarildo. Jonas Pinheiro, como São Tomé, mostrou-nos a nossa credibilidade. Eu vi – ô Augusto Botelho, V. Ex^a estava lá –, nós vimos um povo chorar! O que vale um Sena-

dor da República! O Divino Espírito Santo pousou no nosso Presidente Garibaldi, Senador Mozarildo, que fez o mais sublime discurso da história dele. Então, isso traduz.

Quem não tem saudade daquele bravo, talvez o melhor Senador que por aqui passou: Antero Paes de Barros? Esta sessão existe por que Antero Paes de Barros era um dos quatro que a iniciou, somado a Arthur Virgílio, Efraim e eu. Nós a iniciamos.

Por último, o Jayme Campos, e saudar todas as mulheres do Mato Grosso, naquela que canta com beleza: Vanessa da Mata, que, com seu cântico, encanta não só o Mato Grosso, mas o País todo.

Convidamos para usar da palavra, por cessão do grande e extraordinário Senador Romeu Tuma, que significa – assim com Rui Barbosa simboliza este Senado e Pelé representa o futebol – o ícone da instituição mais respeitada hoje no Brasil: a Polícia Federal. Portanto, S. Ex^a cedeu seu tempo para o Senador Mozarildo Cavalcanti, uma das históricas figuras que enriquece este Parlamento, como médico, como maçom e como político.

Poderá V. Ex^a usar da tribuna pelo tempo que achar conveniente.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Mão Santa, Sr^s e Srs. Senadores, brasileiros e brasileiras, que nos assistem pela TV Senado e que nos ouvem pela Rádio Senado, hoje, quero fazer um relato de mais um grande capítulo da novela da reserva indígena Raposa/Serra do Sol, no meu Estado.

Ontem, o Governador do meu Estado, de posse de um documento assinado pelos Deputados Federais, pelos Deputados Estaduais, pelos Vereadores, enfim, por autoridades significativas do Estado, de todos os setores, trouxe esse documento, intitulado “A Carta de Roraima”, dirigida ao Presidente Lula, e a entregou ao Ministério da Justiça, pedindo, em síntese, o quê? Que a operação – eu li esta “Carta de Roraima”, ontem –, que esta sendo executada pela Polícia Federal em meu Estado, por requisição da Fundação Nacional do Índio e por determinação do Presidente Lula, fosse suspensa, temporariamente, e o assunto fosse judicializado, ou seja, aguardasse decisão judicial das diversas ações que lá estão, ações movidas por entidades indígenas daquela região, que não aceitam essa forma de demarcação, por centenas de moradores que há séculos habitam aquela região e também pelos arrozeiros. O que a imprensa noticia é que os arrozeiros é que estão atrapalhando a questão, que estão criando a confusão para que a reserva seja desocupada, o que é mentira. São quatrocentos e poucos proprietários. Seus bisavós e avós lá viveram, e eles, com seus filhos e netos, estão sendo expulsos de suas terras, por decisão do Governo brasileiro.

Eu disse ao Governador que não iria a essa audiência com ele porque já fui enganado muitas vezes

pelo Presidente Lula, nesta e noutras questões com relação a Roraima. Desde pequeno, apreendi que não apenas o homem, mas principalmente o homem, tem que ter palavra. Mulher também tem que ter. Aliás, minha mãe sempre foi uma mulher de muita palavra. Minha avó, que ficou viúva cedo, foi a matriarca que fez as vezes, portanto, de pai e de mãe, tinha muita palavra. Não tinha essa história de dizer uma coisa e fazer outra.

Não tinha essa história de dizer uma coisa hoje e não fazer amanhã.

E o Presidente Lula, desde 2003, desde, portanto, o primeiro ano do seu mandato, vem enganando o povo de Roraima com esta e outras questões que vou dizer aqui. Mas esta é a agonia da vez. O que está acontecendo, Senador Mão Santa, é que hoje está em Roraima um contingente de policiais federais, armados até os dentes, indo para os restaurantes com metralhadoras, estacionando seus carrões nas calçadas, causando um clima de terror em uma cidade pacata, de um povo ordeiro.

E o que estão fazendo lá? Combatendo traficantes? Combatendo contrabandistas? Combatendo bandidos? Não. Estão lá em uma missão truculenta, para tirar de suas terras brasileiros que lá vivem há séculos e que pagam para ser brasileiros naquela fronteira inóspita com a Venezuela e com a Guiana.

Portanto, eu disse ao Governador: “Eu não vou a essa audiência porque não acredito mais neste Governo”. Como o atual Governador assumiu recentemente, em razão da morte do Governador titular, eu ainda disse a ele: “O senhor tem razão de ir, de tentar pacificar, de tentar uma solução harmoniosa”.

Senador Augusto Botelho, para me precaver, escrevi uma carta, tanto para o Presidente da República como para o Ministro da Justiça, com o mesmo teor.

Ao Presidente da República, disse o seguinte:

Em 2003, o Senado Federal e a Câmara dos Deputados, por orientação do Líder do Governo na Câmara, Deputado Aldo Rebelo, depois Ministro das Relações Institucionais, por intermédio de Comissões Temporárias Externas (a do Senado presidida por mim), produziram relatórios circunstanciados, após visita e discussões locais, sugerindo uma demarcação justa e harmoniosa para a Reserva Raposa Serra do Sol.

Isto é, nós não sugerimos que não se demarcasse a área. Sugerimos como demarcar de maneira correta. É aquela história, Senador Mão Santa, que nós, médicos, conhecemos: a questão de dosagem. Você pode fazer um tratamento, depende da dosagem do medicamento que usa ou da cirurgia que faz. Estou dizendo isso, e por acaso há mais um outro médico na platéia, que é também do meu Estado, o Senador Augusto Botelho.

E prossigo na minha carta ao Presidente Lula:

Em 2005, Vossa Excelência, ignorando ambas as Comissões e seus relatórios, homologou a demarcação administrativa da Reserva de forma diferente, contrariando a opinião de mais de 500 (quinhentas) famílias não índias (a maioria miscigenada), bem como a maioria das etnias lá residentes.

Ontem, vi aqui o Senador João Pedro pedindo a realização de uma audiência em uma reserva ecológica em seu Estado, demarcada pelo Presidente João Figueiredo. Interessante. Por que o PT não adotou o mesmo método nessa reserva? Por que não houve audiência pública com os índios? Não vou nem dizer com os não-índios. Porque se tivessem feito um plebiscito entre os índios de lá, sabe qual seria o resultado, Senador Mão Santa? Não era para demarcar desse jeito. Acontece que existe um núcleo comunístóide, socialista e estatizante neste Governo que domina o Incra, o Ibama e a Funai. Não interessa a eles ouvir quem tem opinião diferente. Portanto, não foram ouvir os índios, que pensam de forma diferente, e resolveram impor uma fórmula que, de acordo com a cartilha deles, é a correta.

Prossigo:

Ainda em 2005, foi constituída, mediante o Requerimento nº 349, de 2005-SF, uma CTE do Senado Federal, por mim presidida e composta pelos Senadores Augusto Botelho [aqui presente], e Wirlande da Luz, que percorreu a região e avaliou os reflexos do Decreto Presidencial [que homologou a Reserva] aconselhando a sua revisão.

Em 31 de agosto de 2007, ante a ameaça de operação da FUNAI (UPATAKON III)...

Senador Mão Santa, Upatakon, na linguagem macuxi, quer dizer “nossa terra”. Só que eu não sei de quem é essa nossa terra, porque, com certeza, não vai ser nossa. Não vai ser nossa nem no sentido de que vai ser dos índios, do jeito que está aqui. Eu vou chegar ao final para dizer isso.

...com uso da Polícia Federal, fui designado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, do Senado Federal, para vistoriar a área e auscultar os proprietários a serem excluídos da Reserva demarcada. [Isto é, para saber como estava a situação deles.] O trabalho foi realizado em conjunto com uma Comissão da Assembléia Legislativa do Estado de Roraima e o relatório encaminhado, em versão preliminar, a Vossa Excelência [estou me diri-

gindo ao Presidente da República], registrando, segundo dados da FUNAI, a existência de 348 propriedades a serem desocupadas...

Vejam bem: 348 propriedades. E, infelizmente, o Governo coloca para a imprensa que são apenas oito arroteiros que estão criando problemas. Não menciona as outras 348 propriedades, de pessoas pobres, modestas, pequenos criadores, pequenos agricultores que lá estão há séculos. E conforme dados do Incra, dessas famílias, apenas 198 foram indenizadas, mal e porcamente, mas foram, e 131 foram reassentadas, e de novo mal e porcamente.

Prossigo:

Considerando que os proprietários, a maioria deles famílias centenárias ali residentes, ou foram indenizados injustamente (com laudos feitos unilateralmente [pela Funai]), a maioria não recebeu indenização e os que receberam não estão reassentados ou o foram de forma indigna e desumana [temos isso fotografado e filmado], solicitamos àquela época a sustação da OPERAÇÃO UPATAKON III a ser realizada pela Polícia Federal, até que todas as situações fossem resolvidas dentro da Lei e do respeito à dignidade humana.

Agora – portanto, em 2008 –, o Governo Federal, lamentavelmente, começou, de maneira truculenta, a referida operação.

Ontem, o Governador de Roraima, José de Anchieta Júnior, deveria ter-se encontrado com o Ministro da Justiça – e não foi o Ministro da Justiça que recebeu o Governador, mas um funcionário do segundo escalão – para tentar uma solução pacífica, até que haja o julgamento final pelo Supremo Tribunal Federal.

Embora descrente da sensibilidade deste Governo em relação ao meu Estado, endosso a tentativa do Governador em buscar uma saída digna e pacífica para aqueles brasileiros e brasileiras que têm pago um alto preço por guardarem as nossas fronteiras com seus próprios recursos, sua saúde e suas vidas.

Encaminhei e protocolei esse documento dirigido ao Presidente da República. Sabe qual foi o resultado da reunião, Senador Mão Santa, Srs. Senadores – o Senador Augusto Botelho acompanhou o Governador –? Simplesmente funcionários de terceiro escalão da Funai, da Procuradoria não sei de que disseram: “Não, nós não vamos parar a operação e vamos tirar todo mundo mesmo, e não tem conversa não”. E o Governador saiu de lá com essa resposta.

De lá, fomos ao Supremo Tribunal Federal, para falar com o Ministro Carlos Ayres Britto, que é o relator de inúmeras ações que estão lá faz anos, para que não se tivesse chegado a esse ponto. São ações das entidades indígenas, do Governo do Estado e dos

proprietários pequenos, ações minhas, do Senador Augusto Botelho, que estão sem decisão. O Ministro nos prometeu pautar imediatamente, em face da situação, aguardando apenas, segundo ele, parecer da Procuradoria-Geral da República. Enquanto isso, a Polícia Federal está pintando e bordando lá. Está pintando e bordando, como se lá fosse um faroeste qualquer.

Sr. Presidente, vamos ver como essas coisas têm certos contornos. Há uns dias, há algumas semanas, o Ministro Mangabeira Unger, a fim de subsidiar seu projeto, que ele chama de Amazônia do Futuro ou Amazônia Sustentável, esteve no meu Estado. Fui, inclusive, convidado por ele pessoalmente, para ir. Não tive oportunidade de ir por questões superiores, mas o Senador Augusto Botelho e o Deputado Márcio Junqueira foram. E o Comandante do Exército, General-de-Brigada Eliezer Monteiro, foi junto com a Ministra, no helicóptero do Exército, com pessoas do Exército, para dar não só a logística, mas também a segurança ao Ministro.

Pois, chegando lá a determinada vila, ele recebeu a informação de que o General não poderia ir para a reunião dos índios do Conselho Indígena de Roraima, dentro do território nacional; e que também não poderiam ir os Parlamentares, nem o Senador, nem o Deputado Federal.

Isso, Senador Mão Santa, o que é? Já é um nítido ato de autonomia territorial, de decisão de uma etnia – porque não aceito que ninguém diga que existe o povo indígena tal, mas o povo brasileiro, que tem etnias indígenas, negras, até européias. Existe apenas o povo brasileiro.

Mas quero ler aqui a nota de esclarecimento do Exército em relação a essa questão de o General ter sido barrado de entrar naquela reunião.

Em relação ao noticiário na imprensa, sobre a visita do Ministro Extraordinário para Assuntos Estratégicos, Roberto Mangabeira Unger, informamos que o Exército Brasileiro (EB) está presente em Roraima, cumprindo missão constitucional, quer seja em operações de presença ou de patrulhamento da fronteira, quer seja na realização de obras, ou na orientação educacional para a prática salutar da cidadania, dever de todos os brasileiros.

Conforme o art. 142 da Constituição de 1988, somos destinados à defesa da Pátria, o que nos obriga a estar presente em todos os pontos do Território Nacional.

Em relação às Terras Indígenas, o Decreto Presidencial nº 4.412, de 07 de outubro de 2002, estabelece que as Forças Armadas têm liberdade de trânsito e acesso às mesmas, sem depender de autorização. É claro que os militares respeitam estritamente as leis vigentes e o estado de direito.

Antes da visita da comitiva, foi informado pelo Chefe de Gabinete do Ministro que nenhuma autoridade estadual ou federal poderia participar da reunião com as lideranças no Surumu [uma vila, no Município de Pacaraima, dentro dessa área Raposa/Serra do Sol]. Tal fato causou estranheza não apenas aos militares do EB, mas também a alguns dos principais líderes políticos locais que haviam demonstrado interesse em participar.

O Comando da Brigada acredita que os assuntos a serem tratados naquele momento seriam de interesse do EB. A exclusão foi uma atitude equivocada, cabendo-nos lamentar, uma vez que nos parece própria de pessoas descompromissadas com o Brasil.

Maior repulsa causou essa decisão, ao sermos informados por moradores indígenas da região de que estrangeiros representantes de ONG participaram de outras reuniões realizadas no mesmo local.

Estivemos presentes, sim, na Vila Surumu, com tropa em missão de segurança de vôo da autoridade de um Ministro de Estado e de uma aeronave militar do Exército brasileiro.

Finalmente, o Exército brasileiro é composto por todos os segmentos representativos da sociedade, independente de raça, credo ou cor, e um fiel cumpridor de sua missão constitucional.

EXÉRCITO BRASILEIRO BRAÇO FORTE, MÃO AMIGA.

Sr. Presidente, veja o nível em que a coisa está: um grupo, que é o mais influente, diz que não pode entrar o Senador, o Deputado Federal, o comandante militar do Estado. Então, estamos diante de uma autonomia, do tipo da de Kosovo, naquela região que o Governo brasileiro demarcou e em que está usando a força para tirar os moradores brasileiros – como usou o regime soviético antigamente, como usou o regime nazista no passado.

E, mais grave ainda: aqui há uma nota publicada no jornal *Folha de Boa Vista*, que diz o seguinte: “CIR [Conselho Indígena de Roraima] diz que arroteiros só não saem se não houver policial macho”.

Vejam vocês! Quer dizer, nessa região existem cinco entidades indígenas; essa é, vamos dizer assim, a menina-dos-olhos desse núcleo comunistóide socialista estatizante que comanda a Funai, o Incria e o Ibama.

A nota diz que só não saem se não tiver policial macho. Está, inclusive, exigindo ou incitando os policiais a retirarem os moradores. Aqui, a birra é com os arroteiros, mas, na verdade, há os outros 340 proprietários que estão lá.

Sr. Presidente, para se ver como a coisa é séria, recentemente, na ONU, foi aprovada a Declaração da

ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas, e o Brasil assinou. O Governo brasileiro assinou um conjunto de artigos – vou ler aqui apenas o art. 30, mas existem vários outros – que são nitidamente inconstitucionais.

Diz o art. 30, Senador Augusto Botelho:

Artigo 30

1. Não se desenvolverão atividades militares nas terras ou territórios dos povos indígenas, a menos que as justifiquem uma razão de interesse público pertinente, ou que as aceitem ou solicitem livremente os povos indígenas interessados.

2. Os Estados celebrarão consultas eficazes com os povos indígenas interessados, para os procedimentos apropriados e, em particular, por meio de suas instituições representativas, antes de utilizar suas terras ou territórios para atividades militares.

Ora, Senador Mão Santa, não é preciso nem ser muito inteligente para perceber que a ONU já está preparando – está tudo certo aqui – a criação de uma região, no mínimo, autônoma dentro do Brasil, quiçá não seja uma nova nação.

Coincidentemente, nessa reserva indígena, existe muito mais minério do que índios – e minérios de terceira geração, como urânio, titânio, nióbio, além do ouro, do diamante, da cassiterita. É evidente! Quem manda na ONU? São os países mais ricos, o G7 mais a Rússia.

Isso tudo aqui não é preocupação com o índio, não. Não é preocupação com o índio, não! É preocupação, sim, com a reserva mineral que está aqui. O índio aqui é apenas, digamos, a bandeira para encobrir o verdadeiro interesse desses países, que sempre foram colonizadores, que sempre sugaram a riqueza dos países mais pobres.

Quero, inclusive, chamar a atenção, Sr. Presidente – e aqui está um mapa para se perceber –, para como é delicada a situação do meu Estado. Nesta linha vermelha – por coincidência, em vermelho – está a reserva indígena Raposa Serra do Sol, na fronteira com a Guiana e com a Venezuela; o Brasil está despovoando essa área, numa região onde há conflito entre a Venezuela e a Guiana. Do outro lado, temos uma extensa área que é dos ianomâmis, e se está demarcando uma outra área para unir as duas. Então, quer dizer, todas as fronteiras do extremo norte do País estarão, portanto, preparadas para serem nações independentes ou, no mínimo, territórios autônomos, geridos pelos boinas azuis da ONU. Só não enxerga quem não quer. E, aí, os capitalistas, os donos do capital do mundo utilizam alguns inocentes esquerdistas, que acham que estão defendendo a sua ideologia de maneira correta, mas estão prestando um serviço ao

capital internacional, transnacional, de maneira muito competentemente elaborada.

E, aqui, Sr. Presidente, eu trouxe também a relação, e vou pedir que V. Ex^a considere como lida e como parte integrante do meu pronunciamento, de todos os proprietários daquela região, para que não fique essa mentira que está sendo dita à Nação de que são apenas oito arrozeiros que estão naquela região. É mentira! Se tirassem os oito arrozeiros, ainda restariam 342 pessoas para serem retiradas; e estão sendo retiradas – porque não têm sequer condições de pagar um advogado – de maneira arbitrária. E, agora, eu lamento.

Sempre tenho dito que existem quatro instituições neste País que realmente pensam no Brasil com patriotismo, pensam na soberania do País e que são nacionalistas: são as três Forças Armadas e a Polícia Federal. Agora, a Polícia Federal ser usada para esse tipo de trabalho, eu lamento muito. Como brasileiro, como nacionalista, eu lamento muito. E sei que muitos deles que estão lá estão contrariados, porque têm que cumprir ordem, é tarefa da função deles.

Por isso mesmo, Sr. Presidente, requeri ontem, e foi aprovada, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, na qualidade de Presidente da Subcomissão da Amazônia, que é ligada a essa Comissão, a minha designação para ir para lá e acompanhar de perto o que está sendo feito com os meus conterrâneos, com essas pessoas humildes. Não com os arrozeiros. Os arrozeiros podem, efetivamente, se defender, mas também com eles. Porque eles foram para Roraima – gaúchos, paranaenses – para colaborar com o desenvolvimento daquela região, e respondem por 25% do PIB do Estado. Mas eu estou preocupado muito mais com as cerca de 340 famílias que estão aí sendo maltratadas e, ao modelo soviético e nazista antigo, expulsas das suas terras e desterradas para lugares onde não querem ir.

Antes de conceder um aparte ao Senador Augusto Botelho, a quem teria muita honra em ouvir, quero dizer que as maldades do Presidente Lula com o meu Estado não se resumem somente a isso. Naquele episódio da votação da CPMF, tamanhas eram as pressões para que eu mudasse de posição, porque eu, por convicção, defendia um ponto de vista contrário à permanência da CPMF. Do que serviu a CPMF nos 14 anos? O que melhorou no serviço de saúde pública no Brasil? É epidemia de dengue, de febre amarela, hospitais sucateados, postos de saúde que não existem... Cadê o dinheiro da CPMF que era para a saúde? Foi uma enganação! Como era uma enganação dizer que o pobre não pagava imposto. Pelo menos, de janeiro para cá, quem recebe o seu dinheiro no banco não precisa mais pagar imposto para retirá-lo, não precisa mais

pagar esse imposto. Esses quarenta e tantos bilhões de reais que iam para as mãos do Senhor Lula estão nas mãos do povo, e o povo faz o que quer do próprio dinheiro. Tenho certeza de que as donas de casa, os pais de família estão sabendo utilizar muito melhor esse dinheiro do que se utilizou durante esse tempo todinho e que não se fez nenhum bem à saúde.

Quero ler aqui, Senador Augusto, porque fizeram uma série de propostas, disseram que atenderiam a todas as reivindicações de Roraima, e eu disse que as formalizaria. Protocolei, no dia 5 de dezembro, ofício ao Presidente da República. Será possível que o Presidente Lula não tomou conhecimento disso? Será que, de novo, ele não sabia de nada? Sabia, porque essas coisas eu as levei pessoalmente a ele, junto com o ex-Governador de Roraima, que morreu, Ottomar Pinto. Sabia, porque antes do Governador Ottomar Pinto, com o Governador Flamarion, que mudou de partido – foi para o PT para resolver esse problema –, entregamos na mão do Presidente. Ele sabia e sabe de tudo. Mas eu queria lembrar, registrar, e botei somente oito pontos, Senador Augusto Botelho, para ele resolver:

1) Decreto passando todas as terras do INCRA para o Estado;

O que é isso? Quando éramos Território Federal, o Governo Federal registrou as terras em nome do INCRA. Estava correto, éramos Território Federal. Passamos a Estado. Fui constituinte e escrevemos um artigo muito claro, que dizia que o Estado seria composto pelas áreas compreendidas dentro dos limites geográficos do ex-Território. Não precisava dizer mais nada: tudo que estava dentro desse limite era do Estado. Mas o Governo Federal continua até hoje com essas terras registradas em nome do INCRA e não passa para o governo do Estado. E o Supremo não resolve essa questão, que é um conflito federativo. Lamento muito dizer isso.

2) Decreto equiparando os vencimentos e vantagens dos servidores civis e militares do ex-Território Federal de Roraima aos servidores do Distrito Federal.

Há poucos dias, votou-se aqui uma MP para melhorar o salário dos PMs e bombeiros do Distrito Federal. Eu me retirei, porque, embora justa, não voto mais nenhuma medida provisória enquanto não se resolver esse rito de encaminhamento de medidas provisórias. Não vou ser conivente com a paralisação do Congresso Nacional por causa de medida provisória. Mas não houve o decreto de equiparação dos vencimentos e vantagens. Mandaram uma medida provisória para resolver o problema do Distrito Federal. Por que não mandaram uma medida provisória para resolver o problema

dos funcionários do ex-Territórios: Rondônia, Roraima e Amapá? O quadro desses ex-Territórios está em extinção, o que significa que não entra mais ninguém e só sai de lá por aposentadoria ou por morte.

O que acontece é que o Ministério do Planejamento e Gestão considera que o que está em extinção são os funcionários, eles é que estão em extinção. Então, não dá aumento para eles, não dá a mesma equiparação de vantagens que dá para os outros servidores federais, inclusive do Distrito Federal que é semelhante. E fica por isso. Então, coloquei a resolução dessa questão.

3) Decreto prorrogando até o final de 2008 a retirada dos proprietários da Reserva Raposa Serra do Sol e adoção do Relatório da Comissão Temporária Externa do Senado Federal, criada pelo Regulamento nº 529, de 2005, revisando indenizações e assentando as famílias condignamente. Portanto, suspendendo a operação da FUNAI/Polícia Federal de expulsão dos mesmos de suas propriedades com o uso da força;

E está aqui o que está acontecendo.

4) Decreto efetivando a federalização da Companhia Energética de Roraima S.A – CER.

O que quer dizer isso? O Governo Federal federalizou todas as companhias estaduais de energia. Quanto à de Roraima, ele federalizou o filé e deixou com o Estado a carne de peixe. O que quer dizer isso? A geração e produção de energia na capital, que dão dinheiro, ficaram com o Governo Federal; a geração e distribuição de energia no interior, que não dão dinheiro, mas prejuízo, ficaram com o Estado. Aí, nós estamos pedindo o quê? Que se federalize também a parte que não dá lucro, porque, somando com a que dá lucro, vai terminar com saldo positivo. Também não fez.

5) Decreto efetivando a implantação das ALCs [áreas de livre comércio] de Bonfim e de Pacaraima;

Essas áreas de livre comércio foram mandadas para o Congresso pelo Presidente Sarney, sancionadas pelo Presidente Collor. Isso está na mesa do Presidente Lula até agora, e ele não as implanta.

6) Decreto autorizando importação de combustíveis da Venezuela com isenção do Imposto de Importação;

O que é isso? Vou traduzir para os brasileiros que me ouvem, porque o povo de Roraima sabe muito

bem. A gasolina na Venezuela – do outro lado, colado em Roraima, a 200 quilômetros da capital do Estado – custa mais ou menos um décimo do valor da gasolina do lado brasileiro. E a Petrobras não abre mão de, ela mesma, importar a gasolina para vender a preços diferenciados para a população de Roraima. Fomos à Venezuela, o Governador Ottomar e a bancada federal, e o Presidente Hugo Chávez disse: “Vendo agora. Estou fazendo isso para vários países, para a Colômbia [país com que se não se dá bem], para Estados vizinhos da Venezuela, estou fazendo para o Equador, para Guatemala, para Cuba. Faço agora”. Levamos isso ao Presidente Lula: “Não, mas se abrir essa exceção, o pessoal que é vizinho à Argentina vai querer, o pessoal que é vizinho ao Paraguai vai querer”. “Presidente, Roraima está lá no extremo Norte. Para chegar lá, são muitos e muitos quilômetros. Não há o menor perigo de alguém ir para lá contrabandear gasolina.”

O que está acontecendo hoje de fato? É contrabando de gasolina a toda hora. As reservas indígenas, ao longo da BR-174, a estrada que nos liga à Venezuela, transformaram-se em depósitos clandestinos de gasolina; são verdadeiras bombas prestes a explodir. Mas o Governo faz de conta que não está acontecendo. E, aí, aqui e acolá, a Polícia Federal e a Polícia Rodoviária Federal fazem uma operação e prendem meia dúzia de coitados que estão sobrevivendo, até, por causa do Governo, dessa situação, mas o Governo não resolve.

7) Decreto extinguindo o Comitê Gestor criado pelo Decreto s/n de 15 de abril de 2005, que “institui Comitê Gestor para coordenar a implementação das ações de competência dos órgãos federais no Estado de Roraima...”;

O que é isso? O Governo Federal, depois de criar um grupo de trabalho para resolver esses problemas que levamos e de ter chegado a uma conclusão, criou um Comitê Gestor para implementar as ações do Governo Federal junto ao Estado de Roraima. Na prática, nomeou um interventor federal para Roraima, o Sr. Nagib, que é do PT, que vai lá dizer o que vai fazer e o que não vai fazer. E, até agora, não fez nada. Só está ganhando dinheiro para ser interventor. É um interventor, digamos, não-oficial, mas é um interventor. Então, é inacreditável. Eu pedi para extinguir o comitê.

8) Aprovação da PEC nº 75, de 2003 (CD), nº 16, de 2002 (SF) que trata de recursos para as instituições federais de ensino superior da Região Norte...

Veja bem, Sr. Presidente. Sabe o que é isso? É tirar 0,5% – meio por cento – do que o Governo arrecada com o Imposto de Renda e com o IPI para destinar

às universidades e aos Cefets da Região Norte, para que possam investir em pesquisa, em extensão, em melhoria dos seus laboratórios, em aperfeiçoamento dos seus professores.

Foi aprovado no Senado. Está na Câmara. Não é aprovado por quê? Porque o Governo não quer. Porque a equipe econômica não quer abrir mão de meio por cento do que arrecada com o IPI e com o Imposto de Renda. Está lá. Eu pedi, e o Presidente sequer deu bola.

...e do PL nº 4.428, de 2004 (CD), PLS nº 211, de 2002(SF) [que foi aprovado no Senado e está na Câmara] de criação do Colégio Militar de Boa Vista.

Ora, Sr. Presidente, nem resposta tive. Eu lamento, porque, vejam bem. Poderá haver quem diga o seguinte: Ah, mas em face de agora o Senador Mozarildo ter tomado essa posição de votar contra a CPMF; de estar contra agora o Governo Lula; de ter sido tirado da CCJ pela Senadora Ideli Salvatti, porque disse que iria votar contra a CPMF, agora a gente não atende às reivindicações de Roraima.

Então, não vale o voto do Senador Augusto Botelho, que é do PT, que foi para o PT para resolver os problemas de Roraima? Não vale o voto do Senador Romero Jucá, que é Senador eleito por Roraima, embora não seja de Roraima, e que é Líder do Governo? Não vale? Dois votos são a favor do Lula sempre. Eu mesmo fui a favor do Lula até me convencer de que o que ele quer mesmo é enganar as pessoas. O que ele quer mesmo não é resolver coisa nenhuma relacionada aos interesses do Estado.

Diante desse quadro todo, o que vejo, Sr. Presidente, é que temos de continuar resistindo. Espero que o Presidente Lula entenda, aprenda – já que V. Ex^a sempre gosta de dizer isso – que discordar, fazer oposição, não é ter raiva. Discordar, apontar erros, não é ser rebelde. É o meu papel, como representante do meu Estado, defender o meu Estado; e, para obter as coisas que são de direito do meu Estado, eu não tenho de vender a minha dignidade e a minha alma. Eu não tenho.

É por isso que tem razão o Senador Garibaldi quando diz que muitos parlamentares no Senado e na Câmara pensam que têm sempre de votar com o Governo para ter as suas emendas liberadas e nomear amigo para certos cargos. Não foi para isso que eu me elegi. Eu me elegi a Deputado Federal e ajudei a transformar meu Território, na época, em Estado; apresentei uma lei que criou a Universidade Federal do meu Estado; uma lei que criou o Centro Federal de Educação Tecnológica do meu Estado. Eu trabalho no macro. No micro, nessa miudeza, eu não trabalho. Se o Presidente Lula gosta disso, eu não estou entre

aqueles 300 picaretas que ele disse que existiam na Câmara, não. Eu não estou. Eu não sou parte desse time. Vou defender aqui, de maneira ativa, os interesses do meu Estado, documentando e brigando, aqui, no Poder Judiciário, onde puder. Se o Presidente Lula acha ruim ter quem fale a verdade contra ele, eu lamento, eu lamento muito, mas eu não estudei, eu não fui eleito parlamentar para aqui chegar e contrariar os princípios mais elementares da pessoa humana, que são a dignidade, a honradez e o respeito às coisas em que acredito.

Senador Augusto Botelho, eu ouço V. Ex^a com muito prazer.

O Sr. Augusto Botelho (Bloco/PT – RR) – Senador Mozarildo, é só para lembrar a V. Ex^a que, naquele mapa que V. Ex^a mostrou, onde tem a área dos inanômâmis, de nove milhões de hectares, aquele lá do Brasil, do lado da Venezuela tem uma área equivalente também. Então, aquilo que V. Ex^a falou, de querer criar uma nação, um país, um território autônomo, é uma coisa que está caminhando mesmo. Inclusive, o Príncipe esteve agora lá na Guiana e criou uma outra área lá contígua à área da Raposa Serra do Sol. V. Ex^a sabe dessa história.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – O Príncipe Charles.

O Sr. Augusto Botelho (Bloco/PT – RR) – O Príncipe Charles esteve lá e criou outra área na Guiana. Então, quer dizer, o negócio está ampliando, e o Brasil está contribuindo para isso também. Na hora em que resolverem fazer, não temos mais pulso, não temos mais nada. Quanto àqueles que estão na Raposa Serra do Sol para sair realmente, colocou V. Ex^a a relação deles aí, não é? Colocou o valor da indenização deles também?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Está tudo aqui. A área da terra, o valor que a Funai estimou e a situação em que está. Quem recebeu e quem não recebeu, quem foi reassentado e quem não foi reassentado.

O Sr. Augusto Botelho (Bloco/PT – RR) – Quando se fala em indenização, o pessoal pensa em “indenização”. É indenização de R\$1.500,00, R\$3.000,00, porque são pessoas pobres que vivem lá com os indígenas. A extinção das vilas, o Surumu, Mutum Água Fria e Socó, não foi uma coisa correta dentro desse projeto, entre outras. Também tem isso, porque eram só as pessoas que viviam lá. Essas pessoas recebem três mil, quatro mil, cinco mil, dez mil, e lá em Boa Vista não têm como sobreviver dessa forma. Então, eu queria falar sobre isso para V. Ex^a. E também que o Presidente Lula prometeu mais uma vez que vai repassar as terras para Roraima. Inclusive, tem uma comissão do Incra estudando junto com a Secretaria de Planejamento para resolver esse problema. Eu tenho esperança de que essa solução virá, Mozarildo. Sou um homem sempre esperançoso, acredito nas pes-

soas, acho que vão transferir. E, transferindo a terra para Roraima, melhora a vida dos roraimenses. Esse ano voltaram R\$150 milhões do FNO porque nós não temos bens para garantir os empréstimos. E R\$150 milhões investidos em Roraima iriam criar quantos empregos? Então, isso que falamos toda hora aqui, V. Ex^a fala, todo mundo lá em Roraima sabe disso. Aliás, a Amazônia está nessa bagunça toda porque ninguém reconheceu a propriedade das pessoas que lá vivem. Quando criam essas reservas, expulsam as pessoas que lá vivem há muito tempo. E quem cria uma portaria do Ibama ou do Incra não faz essa discussão, como estão começando a fazer agora. Temos que fazer essa discussão. A criação de áreas indígenas e de reservas florestais tem que passar pela Assembléia Legislativa do Estado, pela Câmara e pelo Senado Federal. Não pode ser dessa forma, temos que mudar essa legislação. Como está, aumentará cada vez mais a instabilidade da Amazônia. Por que a Amazônia, como se diz, está sendo destruída, ocupada desordenadamente? Porque ninguém é dono lá. A pessoa que vive lá não é dona. A pessoa está há três gerações naquele lugar, chega um madeireiro potente e começa a destruir a floresta, e ele não pode fazer nada, porque não é dono. Então, acho que temos de regularizar a situação fundiária da Amazônia, especialmente no meu Estado.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Senador Augusto Botelho, conheço muito V. Ex^a e conheci seu pai, que foi para mim um mestre na Medicina e na política. Aliás, aprendi muito com ele e vi os sofrimentos que ele passou por ter coerência na política. Mas há algumas coisas, Senador Augusto Botelho, com as quais não podemos transigir.

Ora, o Governo Federal repassar as terras que estão com o Incra para o Estado não é um favor que vai fazer para nós; é um dever que ele já deveria ter cumprido. Lamento que o Supremo Tribunal Federal não tenha ainda decidido isso, porque se trata de um conflito federativo. O Presidente Lula não vai merecer aplauso quando fizer isso, porque ele estará apenas cumprindo um dever dele. Não podemos aceitar que ele esteja fazendo um favorzinho depois de nos ter prejudicado violentamente com reservas indígenas desnecessárias – desnecessárias porque nem os índios vivem nelas. Repito: nessas reservas indígenas, há mais minério do que índios. Dizer agora que vai dar três milhões de hectares e esperar que fiquemos satisfeitos? Não, senhor! Se ele der, apenas estará cumprindo uma obrigação e não merecerá aplauso.

Segunda coisa: V. Ex^a disse uma coisa muito certa: é inadmissível que o Governo Federal demarque reservas indígenas, reservas ecológicas, corredores ecológicos e áreas de quilombolas somente por decreto, que a Câmara e o Senado não sejam ouvidos.

Numa proposta de emenda constitucional que apresentei em 1999, propus duas coisas singelas. A

primeira: que todos os decretos relativos à demarcação de terras fossem apreciados pelo Senado; e a segunda: que a concessão das florestas da tal Lei das Florestas passasse pelo Senado.

Nós não representamos os Estados, Senador Augusto Botelho? Como, então, aceitar que não sejamos ouvidos? Somos ouvidos quando se trata de concessão de rádio, concessão de TV, nomeação de embaixadores, nomeação de diretores de agências reguladoras, mas não somos ouvidos sobre as terras dos nossos Estados? Mas não se aprova o meu projeto. Por quê? Porque o Governo não quer, e a maioria que ele tem aqui não deixa, não deixa. Está lá engavetado na CCJ! Não adianta: chia, chia, mas não anda.

Chegamos a um ponto extremo, e V. Ex^a, a propósito, citou o Príncipe Charles, que está convocando governadores e parlamentares do Brasil para irem a Londres discutir o que fazer com a Amazônia. Então, a internacionalização da Amazônia não é mais uma coisa sonhada, é uma coisa que está sendo implementada, e com a colaboração do Governo brasileiro. Quem demarca essas áreas? Quem adota posturas como essa que está sendo adotada em Roraima, de mandar a Polícia Federal expulsar os brasileiros de lá? Por acaso é tropa estrangeira? Não, é tropa de brasileiros, é a Polícia Federal.

A dominação psicológica que exerce esse esquema internacional sobre nós é tão grande que basta ver o nosso dinheiro, Senador Mão Santa. O que tem nas nossas cédulas de dinheiro? Só bichos. Nada contra os bichos, sou até um admirador da natureza, mas não tem nenhum vulto histórico, nenhum. Da nota de um real à de cem reais só há animais.

Querem ver? Vou pegar algumas aqui para vermos. Dois reais: qual o bicho que aparece aqui? Uma tartaruga marinha. Dez reais: o que tem aqui? Uma arara. Vinte reais: o que tem aqui? Um mico-leão dourado. Pena que eu não tenha aqui uma de cem nem uma de cinqüenta, mas sei que elas também trazem bichos: a de cinqüenta traz a onça pintada; e a de cem, a garoupa.

Vejam bem: um País que, ele próprio, se avacalha a esse ponto, realmente não tem de quem reclamar. Não tem de quem reclamar! Nós não temos Dom Pedro I nas nossas cédulas, não temos o Marechal Deodoro, não temos Pedro Álvares Cabral, não temos ninguém, nenhum vulto histórico! Não temos Juscelino Kubitschek. Mas bicho temos à vontade.

Quem foi que fez isso? Será que foi o Bush que veio aqui e mandou imprimir as nossas notas? Não, fomos nós – nós, não; estou fora dessa. Foi o Governo brasileiro. Eu protesto contra isso, mas foi o Governo brasileiro.

O Senador Mão Santa lembra que a nota de cem cruzados tinha a figura de Juscelino Kubitschek. Na época do cruzeiro e do cruzado, apareciam vultos históricos; mas, quando passamos para o real, tiraram todos os vultos históricos. Nós não temos mais nenhuma personalidade a cultuar neste País.

Então, Sr. Presidente, quero terminar, porque já abusei da boa vontade de V. Ex^a, mas peço que estes documentos que li aqui sejam transcritos na íntegra, como parte de meu pronunciamento.

Renovo, porém, o meu protesto e digo ao meu povo de Roraima que estou indo para lá semana que vem. Vou ficar lado a lado com as pessoas que estão lá sendo, de maneira coercitiva, abusadas.

Quero fazer aqui um apelo ao Diretor-Geral da Polícia Federal, com quem quero conversar antes de viajar, por causa do que está sendo feito lá – recebi relato ontem sobre isso. Os policiais federais estão andando pela cidade armados com metralhadoras, com coletes a prova de balas. Estão indo para os restaurantes, onde estão as famílias com crianças, dessa forma; e estacionando seus carros nas calçadas dos restaurantes, de maneira acintosa. Por que eles não se aquartelam e não comem nos quartéis? Por que eles têm que fazer esse tipo de intimidação com pessoas de bem?

Eu não aceito isso, Senador Mão Santa. Acho que nós temos que exigir respeito. Vou falar com o Diretor-Geral da Polícia Federal para ele não dizer também, como o Presidente Lula, que não sabia, que não ouviu falar – aqui pegou esta moda agora: ou o camarada diz que não sabia ou, se admite que errou, justifica-se dizendo que errou porque o outro errou antes também e, então, não tem problema.

Não interessa se houve erro no passado. O que entendo é que esses erros não podem se repetir agora. Eu vou estar, a partir da semana que vem, lá, durante os quinze dias que a Comissão me determinou, para ficar ao lado dessas pessoas, do meu povo, contra essa arbitrariedade que o Governo brasileiro está cometendo, que atenta contra a dignidade humana e contra a soberania nacional, já que está desocupando uma fronteira com dois países que têm litígio, a Venezuela e a Guiana.

Que amanhã não se diga que ninguém sabia, porque eu já estou ficando rouco de tanto falar nisso. Estou ficando rouco, mas não vou parar de falar.

Muito obrigado.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI EM
SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos no termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **MOZARILDO CAVALCANTI**

Ofício nº. 730/2007/GSMCAV

Brasília, 05 de Dezembro de 2007

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Reapresento os pontos necessários para o desenvolvimento de Roraima e que dependem de atos de Vossa Excelência:

- 1) Decreto passando todas as terras do INCRA para o Estado;
- 2) Decreto equiparando os vencimentos e vantagens dos servidores civis e militares do Ex-Território Federal de Roraima aos servidores do Distrito Federal;
- 3) Decreto prorrogando até o final de 2008 a retirada dos proprietários da Reserva Raposa Serra do Sol e adoção do Relatório da Comissão Temporária Externa do Senado Federal criada pelo Requerimento nº 529, de 2005, revisando indenizações e assentando as famílias condignamente. Portanto, suspendendo a operação da FUNAI/Polícia Federal de expulsão dos mesmos de suas propriedades com o uso da força;
- 4) Decreto efetivando a federalização Companhia Energética de Roraima S.A. – CER;
- 5) Decreto efetivando a implantação das ALCs de Bonfim e Pacaraima;
- 6) Decreto autorizando a importação de combustíveis da Venezuela com isenção do Imposto de Importação;
- 7) Decreto extinguindo o Comitê Gestor criado pelo Decreto s/n de 15 de abril de 2005 que “instituiu Comitê Gestor para coordenar a implementação das ações de competência dos órgãos federais no Estado de Roraima...”
- 8) Aprovação da PEC nº 075, de 2003 (CD), nº 16, de 2002 (SF) que trata de recursos para as IFES da Região Norte e do PL nº 4.428, de 2004 (CD), PLS nº 211, de 2002 (SF) de criação do Colégio Militar de Boa Vista.

Respeitosamente,


Senador MOZARILDO CAVALCANTI

A Sua Excelência o Senhor
LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Presidente da República Federativa do Brasil
Palácio do Planalto
Praça dos Três Poderes
Brasília - DF

O Senado Federal tem dentre outras funções o papel de instrumento de superação das desigualdades e conflitos regionais, a exemplo do que ocorre em Roraima.

Assim, já tendo sido designado para representar esta Comissão, por ocasião das operações anteriores, é mister nova designação do Senado Federal para acompanhamento do processo, no intuito de fiscalizar e garantir a prevalência dos interesses nacionais e do povo roraimense.

Sala das Comissões, em 1º de abril de 2008.



Senador MOZARILDO CAVALCANTI

ANEXO 11 - SITUAÇÃO DOS EXPULSOS

Nº	NOME DO OCUPANTE	DENOMINAÇÃO DO IMÓVEL	LOCALIDADE	MUNICÍPIO	UF	SITUAÇÃO DA OCUPAÇÃO	ÁREA DO IMÓVEL (ha)	INDENIZAÇÃO SIM/NÃO
236	EROTEIA DA SILVA MOTA	NÃO INFORMADO	COLÔNIA DO MANG	PACARAÍMA	RR	POSSE	NÃO INFORMADO	NÃO
192	VALDIVINO GOMES DE OLIVEIRA	VILA SOCÓ	VILA DO SOCÓ	UIRAMUTÁ	RR	POSSE	35.815,00	SIM
204	AGMON PATROCÍNIO DA COSTA	FAZENDA VISTA ALEGRE	MD DO RIO TACUTU	NORMANDIA	RR	ARRENDATÁRIO	20.434,00	NÃO
292	LAWRENCE MANLY HARTZ	FAZENDA MANGA	MD ESTRADA BVB/	NORMANDIA	RR	POSSE	10.000,00	NÃO
275	IVO BARILLI	BRAVA- SEDE PRINCIPAL	NORMANDIA	NORMANDIA	RR	POSSE	9.050,00	NÃO
	VENCESLAU BRAZ DE FREITAS	FAZENDA TATU	CONTÃO	NORMANDIA	RR	POSSE		
194	BARROS	FAZENDA BOM JARDIM	NÃO INFORMADA	UIRAMUTÁ	RR	POSSE	6.000,00	SIM
322	PAULO CÉSAR JUSTO QUARTIERO	FAZENDA DEPOSITO	MD DO RIO SURUMU	PACARAÍMA	RR	POSSE	4.886,00	NÃO
48	ELZA PINHO PEREIRA	FAZENDA TRIUNFO	REGIÃO DA SERRA	UIRAMUTÁ	RR	POSSE	4.700,00	SIM
340	PAULO CESAR JUSTO QUARTIERO	FAZENDA PROVIDÊNCIA	MD DO RIO SURUMU	NORMANDIA	RR	POSSE	4.248,19	NÃO
307	MANOEL BENEDITO DE SOUZA	FAZENDA TUCUNARÉ	NORMANDIA	NORMANDIA	RR	POSSE	3.615,00	NÃO
304	LUIZ AFONSO FACCI	FAZENDA CANADÁ	MD DO RIO SURUMU	PACARAÍMA	RR	POSSE	3.316,00	NÃO
46	ELZA PARACAT COSTA	FAZENDA DESERTO	NÃO INFORMADA	NORMANDIA	RR	PROP.	3.150,00	SIM
305	LUIZ AFONSO FACCI	FAZENDA GUANABARA	NÃO INFORMADA	PACARAÍMA	RR	POSSE	3.144,00	NÃO
205	ALTON DE MELO CABRAL	FAZ. DARORA	VILA DO SURUMU	PACARAÍMA	RR	POSSE	3.000,00	NÃO
16	ANTONIO RODRIGUES FILHO	FAZENDA BOUQUEIRÃO	VILA DO MUTUM	UIRAMUTÁ	RR	POSSE	3.000,00	SIM
234	ERNESTO FRANCISCO HART	FAZENDA BISMARCK	NORMANDIA	NORMANDIA	RR	POSSE	3.000,00	NÃO
199	ABRAÃO OLIVEIRA DA SILVA	PAULO AFONSO	RIO AILO	UIRAMUTÁ	RR	POSSE	2.800,00	NÃO
45	ELZA PARACAT COSTA	FAZENDA PERFEIÇÃO	NÃO INFORMADA	NORMANDIA	RR	PROP.	2.750,00	SIM
320	NELSON MASSAMI ITIKAWA	FAZENDA CARNAÚBA	CONFLUÊNCIA DO RIO SURUMU E TACUTU	NORMANDIA	RR	PROP.	2.717,69	NÃO
159	OSVALDO COSTA D'ALMEIDA	FAZENDA PARACAU	REGIÃO DO SURUMU	PACARAÍMA	RR	POSSE	2.600,00	SIM
251	ESPÓLIO DE MANOEL DA SILVA MOTA	FAZ. QUIXADÁ	BAIXO COTINGO	NORMANDIA	RR	POSSE	2.500,00	NÃO
252	ESPÓLIO DE MANOEL DA SILVA MOTA	FAZ. LEMBRANÇA	BAIXO COTINGO	NORMANDIA	RR	POSSE	2.500,00	NÃO
119	JOSÉ PEIXOTO	FAZENDA PANTANAL	RAPOSA	PACARAÍMA	RR	POSSE	2.500,00	SIM
148	MÁRIO JORGE CORRÊA DE MELO	FAZENDA ARATANÁ	LAGO DO CARACARANÁ	NORMANDIA	RR	POSSE	2.500,00	SIM

154

	UBERABA												
123	JOSÉ SOARES CRUZ	FAZENDA SANTA TEREZA	NÃO INFORMADA	UIRAMUTÁ	RR	POSSE	2.000,00						SIM
126	JOSÉ VIEIRA DE BULHÕES	FAZENDA JARAGUÁ	RAPOSA	NORMANDIA	RR	POSSE	2.000,00						SIM
309	MANOEL EVANGELISTA DIAS	FAZENDA CASCAVEL	NÃO INFORMADA	UIRAMUTÁ	RR	POSSE	2.000,00						NÃO
149	MÁRIO JORGÉ CORRÊA DE MELO	FAZENDA CEDRO	RAPOSA	NORMANDIA	RR	POSSE	2.000,00						SIM
151	NAIR SBARINI	FAZENDA ROSA BRANCA	BAIXO SURUMU	NORMANDIA	RR	POSSE	2.000,00						SIM
162	OVÍDIO DE MELO LIRA	FAZENDA IMBAÚBA	RAPOSA	NORMANDIA	RR	POSSE	2.000,00						SIM
323	PEARLY DE ARAÚJO LIMA	FAZENDA CAMPO ALEGRE	NORMANDIA	NORMANDIA	RR	POSSE	2.000,00						NÃO
	RAIMUNDO R. PINHEIRO DE SOUZA (ind. junho-05)	FAZENDA SANTA MARIA	NORMANDIA	NORMANDIA	RR	POSSE	2.000,00						SIM
170	SEBASTIÃO CRUZ LIMA	FAZENDA MENSOLQ	NÃO INFORMADA	NORMANDIA	RR	POSSE	2.000,00						SIM
338	VALTER PEREIRA DA SILVA	FAZENDA PILÃO (Subjudeia informações CIR FL. 9027-44º VOL)	RAPOSA	NORMANDIA	RR	POSSE	2.000,00						NÃO
198	WILSON ALVES BEZERRA	FAZENDA SANTA APARECIDA	REGIÃO DA SERRA	UIRAMUTÁ	RR	POSSE	2.000,00						SIM
37	EDMILSON CORDEIRO DE MELO	FAZENDA GUARIBA	RAPOSA	NORMANDIA	RR	PROP.	2.000,00						SIM
44	ELZA PARACAT COSTA	FAZENDA RESERVA	NÃO INFORMADA	NORMANDIA	RR	PROP.	2.000,00						SIM
282	JOAQUIM CORRÊA DE MELO	FAZENDA CARACARANÁ	LAGO DO CARACARANÁ	NORMANDIA	RR	PROP.	2.000,00						NÃO
24	CÍCERO JORGE DA COSTA	FAZENDA TEMEREM	RAPOSA	NORMANDIA	RR	POSSE	1.800,00						SIM
	RAIMUNDO DE JESUS CARDOSO SOBRINHO	FAZENDA NOVA ESPERANÇA	RAPOSA	NORMANDIA	RR	TD	1.800,00						NÃO
145	MARIA DA C. DE SOUZA VIEIRA	FAZENDA SANTA FÉ	REGIÃO DO SURUMU	PACARAÍMA	RR	POSSE	1.740,00						SIM
69	GENINOS LEITE PEREIRA	VILA MAÇARICO	RAPOSA	NORMANDIA	RR	POSSE	1.600,00						SIM
	MARIA TEREZA COSTA DE MAGALHÃES	FAZENDA TATU	NÃO INFORMADA	NORMANDIA	RR	POSSE	1.600,00						NÃO
47	ELZA PARACAT COSTA	FAZENDA VIZELA	NÃO INFORMADA	NORMANDIA	RR	PROP.	1.600,00						SIM
94	JÓAO GUALBERTO SALES	FAZENDA CARINABU	NÃO INFORMADA	NORMANDIA	RR	PROP.	1.547,38						SIM
6	ADEMAR ARAÚJO	FAZENDA SONHO DOURADO	LINHA SECA	NORMANDIA	RR	POSSE	1.500,00						SIM
14	ANTONIO LEITE DE OLIVEIRA	FAZENDA TRÊS LAGOAS	REGIÃO DO SURUMU	NORMANDIA	RR	POSSE	1.500,00						SIM
	CLAUDIA DE MELO OLIVEIRA FERREIRA	FAZENDA NOVO HORIZONTE	TREVO CARACARANÁ E NORMANDIA	NORMANDIA	RR	POSSE	1.500,00						SIM
25	FERREIRA			NORMANDIA	RR	POSSE	1.500,00						SIM

155

255	IVALDO DA SILVA PEREIRA	FAZ. SERRA VERDE	VILA DO SURUMU	PACARAIMA	RR	POSSE	1.500,00	NÃO
66	FRANCISCO PEIXOTO FILHO	FAZENDA CRAVINA	RAPOSA	NORMANDIA	RR	POSSE	1.500,00	SIM
99	JOSÉ ADELSON PEIXOTO SOARES	FAZENDA ITALANDIA	BAIXO SURUMU	NORMANDIA	RR	POSSE	1.500,00	SIM
132	LÉLIA DE ARAÚJO COSTA	FAZENDA JACITARA	XUMINA	NORMANDIA	RR	POSSE	1.500,00	SIM
155	ODILIO DE ARAÚJO COSTA	FAZENDA JACITARA	XUMINA	NORMANDIA	RR	POSSE	1.500,00	SIM
	RAIMUNDO DE JESUS CARDOSO							
327	SOBRINHO	FAZENDA UNIÃO	RAPOSA	NORMANDIA	RR	POSSE	1.500,00	NÃO
189	TELICIO MOTA DE OLIVEIRA	FAZENDA FORTALEZA	REGIÃO DO MÉDIO MAU	NORMANDIA	RR	POSSE	1.500,00	SIM
271	IRENI FELÍCIO DA SILVA	FAZENDA NOVA ILUSÃO	NORMANDIA	NORMANDIA	RR	POSSE	1.400,00	NÃO
277	JOÃO BAPTISTA REBOUÇAS	FAZENDA BRASILEIRA	VILA DO SURUMU	PACARAIMA	RR	POSSE	1.400,00	NÃO
289	JOSÉ VIEIRA DE ALBUQUERQUE	FAZENDA NITEROI	REGIÃO DO SURUMU	PACARAIMA	RR	PROP.	1.400,00	NÃO
281	JOÃO RIBEIRO PERES	JOTA ERRE	NORMANDIA	NORMANDIA	RR	POSSE	1.396,80	NÃO
27	CLEICE GUEDES DA PAIXÃO	FAZENDA NATAL	REGIÃO DO BAIXO TUCUTUB	NORMANDIA	RR	POSSE	1.200,00	SIM
228	EDMILTON DAS NEVES BANANEIRA	FAZ. SÃO BORJA	VILA DO SURUMU	PACARAIMA	RR	POSSE	1.200,00	NÃO
100	JOSÉ AFONSO LIMA CRUZ	FAZENDA NAMBI	NORMANDIA	NORMANDIA	RR	POSSE	1.200,00	SIM
171	RAIMUNDO NONATO LEDA DOS SANTOS	FAZENDA SÍTIO SÃO RAIMUNDO	COLÔNIA DO MIANG	PACARAIMA	RR	POSSE	1.200,00	SIM
193	VALMIR GONÇALVES DE OLIVEIRA	FAZENDA JACARÉ	RAPOSA	NORMANDIA	RR	PROP.	1.199,64	SIM
274	IVALCIR CENTENARO	FAZENDA IEMANJÁ,		NORMANDIA	RR	ARRENDATÁRIO	1.123,00	NÃO
18	ARIETE LEITE PINHO	MILAGRE E REALEZA	MD DO RIO TACUTU	NORMANDIA	RR	POSSE	1.000,00	SIM
215	ARISTON LEITE PEREIRA	FAZENDA CAFÉ	RAPOSA	NORMANDIA	RR	POSSE	1.000,00	NÃO
29	COSME ROSAS	FAZ. CRUZEIRO	NORMANDIA	NORMANDIA	RR	POSSE	1.000,00	SIM
54	ESPÓLIO DE LUIS VANDERLAN LEITE PEREIRA	FAZENDA MANGA BRAVA	RAPOSA	NORMANDIA	RR	POSSE	1.000,00	SIM
73	GUARACY DE PINHO CRUZ	FAZENDA SÍTIO SÃO SEBASTIÃO	NORMANDIA	NORMANDIA	RR	POSSE	1.000,00	SIM
89	JESUS NAZARENO SOUZA CRUZ	FAZENDA ARATANHA	RAPOSA	NORMANDIA	RR	POSSE	1.000,00	SIM
90	JESUS NAZARENO SOUZA CRUZ	FAZENDA AVIAQUARIA	RAPOSA	NORMANDIA	RR	POSSE	1.000,00	SIM
91	JOÃO ALVES DA SILVA	FAZENDA SERRINHA	RAPOSA	NORMANDIA	RR	POSSE	1.000,00	SIM
		VILA ÁGUA FRIA	VALA DA ÁGUA FRIA	UIRAMUTÁ	RR	POSSE	1.000,00	SIM
117	JOSÉ MILTON DE SOUZA LIMA	FAZENDA SANTA CLÁUDIA	NORMANDIA	NORMANDIA	RR	POSSE	1.000,00	SIM
131	LALY DE OLIVEIRA LIRA	FAZENDA MANGUEIRA	NORMANDIA	NORMANDIA	RR	POSSE	1.000,00	SIM
308	MANOEL CARVALHO NETO	FAZENDA REALEZA	VILA DOS MILAGRES	NORMANDIA	RR	POSSE	1.000,00	NÃO

157

62	FRANCISCO DAS CHAGAS SILVA	FAZENDA SÃO FRANCISCO	RAPOSA	NORMANDIA	RR	POSSE	300,00	SIM
77	IDELMO DE PINHO RODRIGUES	FAZENDA ÁGUA DOCE	ESTRADA DA BALA	NORMANDIA	RR	POSSE	300,00	SIM
102	JOSÉ ANDRADE PEIXOTO	FAZENDA FIDEL CASTRO	RAPOSA	NORMANDIA	RR	POSSE	300,00	SIM
186	SÉRGIO DA COSTA MANDUCA	FAZENDA SÍTIO MONTE CLARO	IGARAPE JURUAQUIM	NORMANDIA	RR	POSSE	300,00	SIM
83	IVETA DE SOUZA LIMA	FAZENDO SÍTIO MANJA	NÃO INFORMADA	NORMANDIA	RR	POSSE	299,00	SIM
8	AFONSO NIVALDO DE SOUZA	FAZENDA PADRE CIDERO II	COMUNIDADE LINHA SECA - PRÓXIMO	NORMANDIA	RR	POSSE	250,00	SIM
121	JOSÉ PEREIRA DE LIMA	FAZENDA MAMOTA	MAMOTA	NORMANDIA	RR	POSSE	250,00	SIM
163	NEUBEM PEIXOTO DOS SANTOS	FAZENDA SÍTIO SANTA FÉ	LINHA SECA	NORMANDIA	RR	POSSE	250,00	SIM
213	ANTONIO FERREIRA	SÍTIO CANINDE	COLÔNIA DO MIANG	PACARAIMA	RR	POSSE	200,00	NÃO
233	ENE MOTA PEREIRA	FAZ. URUCANIA	NÃO INFORMADA	NORMANDIA	RR	POSSE	200,00	NÃO
85	JAIR PEIXOTO SOARES	FAZENDA MANGUÁRIO	MALOCA CHUMINA	NORMANDIA	RR	POSSE	200,00	SIM
86	JAIRISON VIEIRA	FAZENDA SÍTIO FELICIDADE	CARACARÁ	NORMANDIA	RR	POSSE	200,00	SIM
336	TELMA MARIA SOARES DA SILVA	SÍTIO BELA VISTA	COLÔNIA DO MIANG	PACARAIMA	RR	POSSE	175,00	NÃO
212	ANTONIO CIRILO GOMES	FAZ. CAXIAS	COLÔNIA DO MIANG	PACARAIMA	RR	POSSE	160,00	NÃO
285	JOSÉ ALVES RIBEIRO	FAZENDA UNIÃO	FRONTEIRA COM A VENEZUELA	PACARAIMA	RR	POSSE	160,00	NÃO
298	LEIRY DA SILVA FIGUEIRA	LOTE URBANO	REGIÃO DO CONTÃO	PACARAIMA	RR	POSSE	160,00	NÃO
137	LUCINEIDE LEAL DOS SANTOS	FAZENDA SÍTIO BARRO BRANCO	NÃO INFORMADA	NORMANDIA	RR	POSSE	150,00	SIM
154	NILDO MEDEIROS GUEDES	FAZENDA SÍTIO BOM JARDIM	BAIXO TACUTU	NORMANDIA	RR	POSSE	150,00	SIM
184	SEBASTIÃO PEREIRA DA SILVA	FAZENDA HAYAANA	RAPOSA	NORMANDIA	RR	POSSE	150,00	SIM
291	JOSÉ WILSON DE SOUZA BRAGA	JESUS ME DEU	COLÔNIA DO MIANG	PACARAIMA	RR	POSSE	132,00	NÃO
177	RUI RAMIRO	FAZENDA SÍTIO RAMIRO	COLÔNIA DO MIANG	PACARAIMA	RR	POSSE	125,00	SIM
283	JOEL DE SOUZA CORTES	FAZENDA MURIRU	RAPOSA	NORMANDIA	RR	PROP.	100,19	NÃO
334	SEVERIANO BRAGA DE MORAES	FAZENDA SÍTIO LAGO VERDE	VILA DO SURUMU	PACARAIMA	RR	PROP.	100,00	NÃO
343	IRENE ALMEIDA DE SOUZA	SÍTIO 4 IRMÃOS	COLÔNIA DO MIANG	PACARAIMA	RR	POSSE	80,00	PENDENTE
288	JOSÉ RIBAMAR GOMES DA SILVA	FAZ 03 IRMÃOS	COLÔNIA DO MIANG	PACARAIMA	RR	POSSE	80,00	NÃO
339	VANDERLER LUCINO DA SILVA	SÍTIO ESTRELA DALVA	COLÔNIA DO MIANG	PACARAIMA	RR	POSSE	80,00	NÃO

138

312	MARIA FRANCISCA PEIXOTO	SÍTIO CAUAITÉ	NORMANDIA	NORMANDIA	RR	POSSE	60,00	NÃO
348	ROBERTO CARLOS LUIZ DE SOUZA	FAZENDA SÍTIO PADRE CÍCERO	COLÔNIA DO MIANG	PACARAIMA	RR	POSSE	60,00	PENDENTE
214	ANTONIO ROCHA CAVALCANTE	SÍTIO EL SHADAI	COLÔNIA DO MIANG	PACARAIMA	RR	POSSE	50,00	NÃO
118	JOSÉ OLIVEIRA RAMOS	FAZENDA SÍTIO DEUS ME DEU	COLÔNIA DO MIANG	PACARAIMA	RR	POSSE	50,00	SIM
224	DEUSEDITH DA SILVA	FAZ. VOLTA REDONDA	VILA DO MUTUM	UIRAMUTÁ	RR	POSSE	40,00	NÃO
235	ERONILDO RIBEIRO DA SILVA	SÍTIO BOM ESTAR	COLÔNIA DO MIANG	PACARAIMA	RR	POSSE	40,00	NÃO
301	LUCAS CADENA RUEDA	SEM DENOMINAÇÃO	COLONIA DO MIANG	PACARAIMA	RR	POSSE	40,00	NÃO
337	VALDECI FRANCISCO DA SILVA	SÍTIO DOS AMIGOS	COLÔNIA DO MIANG	PACARAIMA	RR	POSSE	40,00	NÃO
49	ELZIO PINHO PEREIRA	FAZENDA PLACA	CONTÃO	NORMANDIA	RR	POSSE	38,00	SIM
4	ADELMAR ALVES DOS REIS	FAZENDA CASA ROSADA	COLONIA MIANG	PACARAIMA	RR	POSSE	35,00	SIM
187	SINÉZIO FRANÇA	SÍTIO CAMPO VERDE	COLÔNIA DO MIANG	PACARAIMA	RR	POSSE	15,00	SIM
265	FRANCISCO RODRIGUES DA SILVA	SÍTIO RODRIGUES	COLÔNIA MIANG	PACARAIMA	RR	POSSE	12,00	NÃO
329	RAIMUNDO NATAL SOUZA	SÍTIO BURITI	VILA DA ÁGUA FRIA	UIRAMUTÁ	RR	POSSE	10,00	NÃO
226	DOMINGOS BRAGA DA SILVA	LOTE URBANO	REGIÃO DO CONTÃO	PACARAIMA	RR	POSSE	9,42	NÃO
287	JOSÉ COSTA DE ALBUQUERQUE	LOTE URBANO	VILA DO SURUMU	PACARAIMA	RR	POSSE	7,00	NÃO
152	NAZARENO DE SOUZA LIMA	FAZENDA SÍTIO MANJA II	NORMANDIA	NORMANDIA	RR	POSSE	5,12	SIM
104	JOSÉ ARAÚJO	VILA SOCÓ	VILA DO SOCÓ	UIRAMUTÁ	RR	POSSE	4,50	SIM
280	JOÃO NETO FIGUEIRA	LOTE URBANO	VILA DO SURUMU	PACARAIMA	RR	POSSE	4,00	NÃO
173	REGINALDO BEZERRA PEREIRA	VILA ÁGUA FRIA	VILA DA ÁGUA FRIA	UIRAMUTÁ	RR	POSSE	3,00	SIM
267	HILDA PEREIRA DA SILVA	LOTE URBANO	VILA DO SOCÓ	UIRAMUTÁ	RR	POSSE	2,00	NÃO
209	ANTONIA RODRIGUES DOS SANTOS	LOTE URBANO	VILA DO SURUMU	PACARAIMA	RR	POSSE	1,50	NÃO
260	FRANCISCO DA SILVA PEREIRA	LOTE URBANO	VILA DO SOCÓ	UIRAMUTÁ	RR	POSSE	1,50	NÃO
313	MARIA GOMES	SÍTIO PLANADA ALTO	VILA DA ÁGUA FRIA	UIRAMUTÁ	RR	POSSE	1,50	NÃO
216	CACILDA BRASIL	LOTE URBANO	VILA DO SOCÓ	UIRAMUTÁ	RR	POSSE	1,25	NÃO
3	ADALBERTO DE SOUZA RIBEIRO	VILA DO MUTUM	VILA DO MUTUM	UIRAMUTÁ	RR	POSSE	1,00	SIM
7	ADEVALDO CAVALCANTE PEREIRA	VILA DO MUTUM	VILA DO MUTUM	UIRAMUTÁ	RR	POSSE	1,00	SIM
13	ANTONIO EDMAR SOARES XAVIER	VILA DO MUTUM	VILA DO MUTUM	UIRAMUTÁ	RR	POSSE	1,00	SIM
15	ANTONIO OLIVEIRA DE SOUSA	VILA ÁGUA FRIA	VILA DA ÁGUA FRIA	UIRAMUTÁ	RR	POSSE	1,00	SIM
17	ANTONIO RODRIGUES FILHO	VILA DO MUTUM	VILA DO MUTUM	UIRAMUTÁ	RR	POSSE	1,00	SIM
20	BERNARDO HENRIQUEDA SILVA	VILA ÁGUA FRIA	VILA DA ÁGUA FRIA	UIRAMUTÁ	RR	POSSE	1,00	SIM
21	CAMILO LUIZ DE PINHO	VILA ÁGUA FRIA	VILA DA ÁGUA FRIA	UIRAMUTÁ	RR	POSSE	1,00	SIM

		VILA SOCÓ	VILA DO SOCÓ	UIRAMUTÁ	RR	POSSE	1,00	160	SIM
130	KÁTIA CILENE ARAÚJO MACÉDO	VILA SOCÓ	VILA DO SOCÓ	UIRAMUTÁ	RR	POSSE	1,00		SIM
134	LÍDIA RABELO FRANCA	VILA ÁGUA FRIA	VILA DA ÁGUA FRIA	UIRAMUTÁ	RR	POSSE	1,00		SIM
135	LINDOLFO COELHO DE LIMA	VILA ÁGUA FRIA	VILA DA ÁGUA FRIA	UIRAMUTÁ	RR	POSSE	1,00		SIM
136	LOURIVAL VIEIRA DE SOUSA	VILA DO MUTUM	VILA DO MUTUM	UIRAMUTÁ	RR	POSSE	1,00		SIM
139	LUIZ ALMIR FERREIRA SALES	VILA DO MUTUM	VILA DO MUTUM	UIRAMUTÁ	RR	POSSE	1,00		SIM
141	MANOEL MOREIRA TERÇO	VILA ÁGUA FRIA	VILA DA ÁGUA FRIA	UIRAMUTÁ	RR	POSSE	1,00		SIM
144	MARIA CONSOLATA LIMA DA SILVA	VILA DO MUTUM	VILA DO MUTUM	UIRAMUTÁ	RR	POSSE	1,00		SIM
	MARIA DOS MILAGRES DOS SANTOS								
146	ALVES	VILA ÁGUA FRIA	VILA DA ÁGUA FRIA	UIRAMUTÁ	RR	POSSE	1,00		SIM
161	OTACÍLIO FRANCISCO DE SENA	NÃO INFORMADO	COLÔNIA DO MIANG	PACARAÍMA	RR	POSSE	1,00		SIM
166	RAIMUNDO DIAS DOS REIS	VILA ÁGUA FRIA	VILA DA ÁGUA FRIA	UIRAMUTÁ	RR	POSSE	1,00		SIM
167	RAIMUNDO FREITAS DE SOUZA	VILA DO MUTUM	VILA DO MUTUM	UIRAMUTÁ	RR	POSSE	1,00		SIM
169	RAIMUNDO PEREIRA DA SILVA	VILA DO MUTUM	VILA DO MUTUM	UIRAMUTÁ	RR	POSSE	1,00		SIM
178	SEBASTIÃO ANTONIO DA LUZ	VILA DO MUTUM	VILA DO MUTUM	UIRAMUTÁ	RR	POSSE	1,00		SIM
182	SEBASTIÃO DANIEL LOPES	VILA DO MUTUM	VILA DO MUTUM	UIRAMUTÁ	RR	POSSE	1,00		SIM
185	SEBASTIÃO PEREIRA DA SILVA	VILA SOCÓ	VILA DO SOCÓ	UIRAMUTÁ	RR	POSSE	1,00		SIM
188	TATIANY DA SILVA AMARAL	VILA DO MUTUM	VILA DO MUTUM	UIRAMUTÁ	RR	POSSE	1,00		SIM
196	WAGNER MAGALHÃES HOTH	VILA DO MUTUM	VILA DO MUTUM	UIRAMUTÁ	RR	POSSE	1,00		SIM
197	WILHAMS MOREIRA DE SOUZA	VILA DO MUTUM	VILA DO MUTUM	UIRAMUTÁ	RR	POSSE	1,00		SIM
11	ALTINA BRASIL	NÃO INFORMADO	VILA DA ÁGUA FRIA	UIRAMUTÁ	RR	POSSE	1,00		SIM
210	ANTONIO	VILA SURUMU	VILA DO SURUMU	UIRAMUTÁ	RR	POSSE	0,50		SIM
211	ANTONIO ALMEIDA LIMA	VILA SURUMU	VILA DO SURUMU	PACARAÍMA	RR	POSSE	0,50		NÃO
	BERNARDETH SALUSTIANO		VILA DO SURUMU	PACARAÍMA	RR	POSSE	0,50		NÃO
19	RODRIGUES	VILA SURUMU	VILA DO SURUMU	PACARAÍMA	RR	POSSE	0,50		SIM
218	CASA CLUBE DE MÃES	VILA SURUMU	VILA DO SURUMU	PACARAÍMA	RR	POSSE	0,50		NÃO
223	CLOVIS PEREIRA COSTA	LOTE URBANO	VILA DO SURUMU	PACARAÍMA	RR	POSSE	0,50		NÃO
36	DINA SAMPAIO DE MORAES	VILA SURUMU	VILA DO SURUMU	PACARAÍMA	RR	POSSE	0,50		SIM
		VILA DO MUTUM - solicita revisão dos valores no dossiê vol. 57							
230	ELENY ROTH DA LUZ	VILA SURUMU	VILA DO MUTUM	UIRAMUTÁ	RR	POSSE	0,50		NÃO
75	HIPERION OLIVEIRA	VILA SURUMU	VILA DO SURUMU	PACARAÍMA	RR	POSSE	0,50		SIM
268	IGREJA ASSEMBLÉIA DE DEUS	VILA SURUMU	VILA DO SURUMU	PACARAÍMA	RR	POSSE	0,50		NÃO
84	JAIR DA SILVA FIGUEIRA	VILA SURUMU	VILA DO SURUMU	PACARAÍMA	RR	POSSE	0,50		SIM
88	JESUS BRASIL DA SILVA	VILA SOCÓ	VILA SOCÓ	UIRAMUTÁ	RR	POSSE	0,50		SIM

98	JORGE FIGUEIRA	VILA SURUMU	VILA DO SURUMU	PACARAIMA	RR	POSSE	0,50	161
112	JOSÉ FERNANDES DE FREITAS	VILA SURUMU	VILA DO SURUMU	PACARAIMA	RR	POSSE	0,50	SIM
120	JOSÉ PEREIRA BENFICA	VILA SURUMU	VILA DO SURUMU	PACARAIMA	RR	POSSE	0,50	SIM
124	JOSÉ VIEIRA DE ALBUQUERQUE	VILA SURUMU	VILA DO SURUMU	PACARAIMA	RR	POSSE	0,50	SIM
133	LEODINARDO BECKMAN MAFRA	VILA SURUMU	VILA DO SURUMU	PACARAIMA	RR	POSSE	0,50	SIM
138	LUCIVAN RODRIGUES DOS SANTOS	VILA SURUMU	VILA DO SURUMU	PACARAIMA	RR	POSSE	0,50	SIM
143	MÁRCIO SEVERIANO SAMPAIO DE MORAES	VILA SURUMU	VILA DO SURUMU	PACARAIMA	RR	POSSE	0,50	SIM
147	MARILZA FEITOZA RODRIGUES	VILA DO MUTUM	VILA DO MUTUM	UIRAMUTÁ	RR	POSSE	0,50	SIM
156	OLINDO SOUZA	VILA SURUMU	VILA DO SURUMU	PACARAIMA	RR	POSSE	0,50	SIM
160	OSVALDO COSTA D'ALMEIDA	VILA SURUMU	VILA DO SURUMU	PACARAIMA	RR	POSSE	0,50	SIM
164	PAULO CÉSAR PINTO DE AZEVEDO CRUZ	VILA SURUMU	VILA DO SURUMU	PACARAIMA	RR	POSSE	0,50	SIM
176	ROMANA DOS SANTOS	NÃO INFORMADO	VILA DO MUTUM	UIRAMUTÁ	RR	POSSE	0,50	SIM
335	SEVERINA BRASIL DA SILVA	VILA SOCÓ	VILA DO SOCÓ	UIRAMUTÁ	RR	POSSE	0,50	NÃO
311	MARIA DA CRUZ GONÇALVES DE SOUZA	LOTE URBANO	REGIÃO DO CONTÃO	PACARAIMA	RR	POSSE	0,40	NÃO
279	JOÃO FREIRE DOS SANTOS	LOTE URBANO	REGIÃO DO CONTÃO	PACARAIMA	RR	POSSE	0,39	NÃO
263	FRANCISCO GUILHERME FERREIRA	LOTE URBANO	VILA DO SOCÓ	UIRAMUTÁ	RR	POSSE	0,32	NÃO
266	FRANCISCO SOARES PEIXOTO	LOTE URBANO	VILA DO SURUMU	PACARAIMA	RR	POSSE	0,30	NÃO
248	ESPÓLIO DE JOSÉ DO MONTE CARNEIRO	LOTE URBANO	VILA DO SURUMU	PACARAIMA	RR	POSSE	0,24	NÃO
278	JOÃO DO MONTE CARNEIRO	LOTE URBANO	VILA DO SURUMU	PACARAIMA	RR	POSSE	0,21	NÃO
261	FRANCISCO DAS CHAGAS FIGUEIRA	LOTE URBANO	VILA DO SURUMU	PACARAIMA	RR	POSSE	0,18	NÃO
228	EDMILTON DAS NEVES BANANEIRA	LOTE URBANO	COMUNIDADE CONTÃO	PACARAIMA	RR	POSSE	0,16	NÃO
310	MANOEL VALCÁCIO DE SOUZA	LOTE URBANO	VILA DA AGUA FRIA	UIRAMUTÁ	RR	POSSE	0,16	NÃO
222	CIZMAR ADELINO DA SILVA	LOTE URBANO	VILA DA AGUA FRIA	UIRAMUTÁ	RR	POSSE	0,14	NÃO
299	LEONILSON VIEIRA PORTO	LOTE URBANO	VILA DO MUTUM	UIRAMUTÁ	RR	POSSE	0,12	NÃO
332	SANDOVAL SOUZA DE ARAUJO	LOTE URBANO	VILA DO SURUMU	PACARAIMA	RR	POSSE	0,10	NÃO
303	LUIS DE SOUZA BRASIL	LOTE URBANO	VILA DO SURUMU	PACARAIMA	RR	POSSE	0,10	NÃO
206	ALDENORA DOS SANTOS	LOTE URBANO	VILA DO SURUMU	PACARAIMA	RR	POSSE	0,08	NÃO
262	FRANCISCO DE ASSIS DA COSTA E SILVA	LOTE URBANO	VILA DO SURUMU	PACARAIMA	RR	POSSE	0,08	NÃO
259	FRANCISCO CARLENILSON ALVES	LOTE URBANO	REGIÃO DO CONTÃO	PACARAIMA	RR	POSSE	0,07	NÃO

318	RODRIGUES MAURO DOS SANTOS OLIVEIRA	LOTE URBANO	VILA DO SURUMU	PACARAIMA	RR	POSSE	0,07	162
330	RUDSON SILVEIRA PINHO	LOTE URBANO	VILA DO SURUMU	PACARAIMA	RR	POSSE	0,07	NÃO
316	MARLENE NICACIO DA SILVA	LOTE URBANO	VILA DO SURUMU	PACARAIMA	RR	POSSE	0,05	NÃO
306	LUIZ RODRIGUES DOS SANTOS	LOTE URBANO	VILA DO SURUMU	PACARAIMA	RR	POSSE	0,03	NÃO
208	ANA CARLA PEREIRA FIGUEIRA	LOTE URBANO	VILA DO SURUMU	PACARAIMA	RR	POSSE	0,01	NÃO
290	JOSÉ WILSON DA SILVA	FAZENDA SÍTIO SÃO JOSÉ	NORMANDIA	NORMANDIA	RR	POSSE	0,00	NÃO
293	LAWRENCE MANLY HARTZ	FAZENDA MANGA BRAVA- RETIRO JAQUIRI	MD ESTRADA BV/B/ NORMANDIA	NORMANDIA	RR	POSSE	0,00	NÃO
294	LAWRENCE MANLY HARTZ	FAZENDA MANGA BRAVA- RETIRO PASSARÃO	MD ESTRADA BV/B/ NORMANDIA	NORMANDIA	RR	POSSE	0,00	NÃO

163

295	LAWRENCE MANLY HARTZ	FAZENDA MANGA BRAVA- RETIRO COLORADO	MD ESTRADA BV/S/ NORMANDIA	NORMANDIA	RR	POSSE	0,00	NÃO
296	LAWRENCE MANLY HARTZ	FAZENDA MANGA BRAVA- RETIRO ESPERANÇA	MD ESTRADA BV/S/ NORMANDIA	NORMANDIA	RR	POSSE	0,00	NÃO
297	LAWRENCE MANLY HARTZ	FAZENDA MANGA BRAVA - RETIRO JAUARY	MD. ESTRADA BV/NORMANDIA	NORMANDIA	RR	POSSE	0,00	NÃO
203	AGMON PATROCÍNIO DA COSTA	FAZENDA PRIMAVERA DO MAU	MD DO RIO TACUTU	NORMANDIA	RR	ARRENDATÁRIO		NÃO
319	NATALICIO MAYER	FAZENDA CONCEIÇÃO DO MAU	MD DO RIO TACUTU	NORMANDIA	RR	ARRENDATÁRIO		NÃO
2	ADACIR JOSE TOMKELSKI	VILA DO MUTUM	VILA DO MUTUM	UIRAMUTÁ	RR	POSSE		SIM
341	ALEXANDRE JADSON PINHEIRO SOUSA	VILA ÁGUA FRIA	VILA DA ÁGUA FRIA	UIRAMUTÁ	RR	POSSE		PENDENTE
207	ALTAMIR LIRA DE QUEIROZ	FAZENDA NOVA AMIZADE	RAPOSA	NORMANDIA	RR	POSSE		NÃO
12	ANSELMO DE OLIVEIRA MATOS	VILA DO MUTUM	VILA DO MUTUM	UIRAMUTÁ	RR	POSSE		SIM
202	ARGENTINA BATISTA DUTRA	LOTE URBANO	VILA DA ÁGUA FRIA	UIRAMUTÁ	RR	POSSE		NÃO
22	CANDECE KAREN LUIS VERAS	FAZENDA MIAMI	RAPOSA	NORMANDIA	RR	POSSE		SIM
23	CASSIMIRO MANOEL DE ARAUJO NETO	VILA DO MUTUM	VILA DO MUTUM	UIRAMUTÁ	RR	POSSE		SIM
219	CEDADER - Convenção do Estado de RR	VILA DO MUTUM	VILA DO MUTUM	UIRAMUTÁ	RR	POSSE		SIM
221	CICERO (PASTOR)	VILA SURUMU	VILA DO SURUMU	PACARAÍMA	RR	POSSE		NÃO
36	DEUSEDITH DA SILVA	VILA DO MUTUM	VILA DO MUTUM	UIRAMUTÁ	RR	POSSE		NÃO
43	ELIAS DE ARAUJO FERREIRA	VILA SURUMU	VILA DO SURUMU	PACARAÍMA	RR	POSSE		SIM
50	EMILIA SALES DA SILVA	FAZENDA MANGA BRABA	NÃO INFORMADA	UIRAMUTÁ	RR	POSSE		SIM
238	ESPOLIO DE HUMBERTO DA SILVA MOTA	FAZ. LILÁS	NÃO INFORMADA	UIRAMUTÁ	RR	POSSE		SIM
63	ESPOLIO de JAIR ALVES DOS REIS	FAZENDA ARAI	NÃO INFORMADA	UIRAMUTÁ	RR	POSSE		NÃO
239	ESPOLIO DE JAIR ALVES DOS REIS	FAZ. SÃO JORGE	NÃO INFORMADA	UIRAMUTÁ	RR	POSSE		SIM
240	ESPOLIO DE JAIR ALVES DOS REIS	FAZ. SANTA LUZIA	NÃO INFORMADA	UIRAMUTÁ	RR	POSSE		NÃO
241	ESPOLIO DE JAIR ALVES DOS REIS	FAZ. BANANAL	NÃO INFORMADA	UIRAMUTÁ	RR	POSSE		NÃO
242	ESPOLIO DE JAIR ALVES DOS REIS	FAZ. MARIÇO	NÃO INFORMADA	UIRAMUTÁ	RR	POSSE		NÃO
243	ESPOLIO DE JAIR ALVES DOS REIS	FAZ. NATAL	NÃO INFORMADA	UIRAMUTÁ	RR	POSSE		NÃO

164

245	ESPÓLIO DE JOÃO RAIMUNDA DA SILVA	FAZ. SÃO JOÃO	NÃO INFORMADA	PACARAIMA	RR	POSSE	NÃO
244	ESPÓLIO DE JOÃO RAIMUNDO DA SILVA	FAZ. CAMPO GRANDE	NÃO INFORMADA	PACARAIMA	RR	POSSE	NÃO
246	ESPÓLIO DE JOÃO RAIMUNDO DA SILVA	FAZ. CAMPO ALEGRE	NÃO INFORMADA	PACARAIMA	RR	POSSE	NÃO
250	ESPÓLIO DE LEVINO INACIO DE OLIVEIRA	FAZ. SUAPI	NÃO INFORMADA	PACARAIMA	RR	POSSE	NÃO
55	ESPÓLIO de MANOEL JOAQUIM DE MORAES	FAZENDA BANDEIRA BRANCA	NÃO INFORMADA	NORMANDIA	RR	POSSE	SIM
237	ESPÓLIO DE MERCIAS DO NASCIMENTO SOUZA	FAZ. IGARAPÉ AZUL	NÃO INFORMADA	NORMANDIA	RR	POSSE	NÃO
254	Evaldo da Silva Pereira	VILA SURUMU	VILA DO SURUMU	PACARAIMA	RR	POSSE	NÃO
59	EXPEDITO DE OLIVEIRA DE SOUZA	VILA DO MUTUM	VILA DO MUTUM	UIRAMUTÁ	RR	POSSE	SIM
256	FAZENDA ELDORADO	FAZ. ELDORADO	EST. PLACA VILA UIRAMUTÁ	PACARAIMA	RR	POSSE	NÃO
257	FAZENDA SÃO JOÃO	FAZ. SÃO JOÃO	EST. PLACA VILA UIRAMUTÁ	UIRAMUTÁ	RR	POSSE	NÃO
258	FERNANDO GOMES DOS SANTOS	VILA DO MUTUM	VILA DO MUTUM	UIRAMUTÁ	RR	POSSE	NÃO
342	FRANCINEIA LIMA DA SILVA	FAZENDA SITO MANUA III	NÃO INFORMADA	NORMANDIA	RR	POSSE	PENDENTE
264	FRANCISCO MONTEIRO DE ASSIS	FAZENDA QUEM	REGIÃO DA SERRA	UIRAMUTÁ	RR	POSSE	NÃO
71	GERALDO VIEIRA DE SOUZA	VILA DO MUTUM	VILA DO MUTUM	UIRAMUTÁ	RR	POSSE	SIM
72	GILMARA ARAÚJO VIANA	VILA SOCÓ	VILA DO SOCÓ	UIRAMUTÁ	RR	POSSE	SIM
270	IGREJA EVANGÉLICA ASSEMBLÉIA DE DEUS	VILA ÁGUA FRIA	VILA DA ÁGUA FRIA	UIRAMUTÁ	RR	POSSE	NÃO
269	IGREJA EVANGÉLICA ASSEMBLÉIA DE DEUS	VILA SOCÓ	VILA DO SOCÓ	UIRAMUTÁ	RR	POSSE	NÃO
344	IVANIA CILENE FRANCISCO	VILA DO MUTUM	VILA DO MUTUM	UIRAMUTÁ	RR	POSSE	NÃO
97	JORGE ANDRADE DE LIMA	FAZENDA NASCENTE	NORMANDIA	NORMANDIA	RR	POSSE	PENDENTE
284	JOSÉ ALVES CRISPIM	FAZENDA IBAMADAIA	NÃO INFORMADA	UIRAMUTÁ	RR	POSSE	SIM
286	JOSÉ BATISTA NETO	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADA	UIRAMUTÁ	RR	POSSE	NÃO
345	JOSÉ PASSOS DE SOUZA	VILA DO MUTUM	VILA DO MUTUM	UIRAMUTÁ	RR	POSSE	NÃO
122	JOSÉ SARAIVA	FAZENDA NOVA VIDA	RAPOSA	UIRAMUTÁ	RR	POSSE	PENDENTE
300	LINDBERG ALVES DE LIMA	FAZENDA FAZENDINHA	NÃO INFORMADA	NORMANDIA	RR	POSSE	SIM
				PACARAIMA	RR	POSSE	NÃO

Rosber Neves Almeida

De: iliojr [iliojr@terra.com.br]
Enviado em: quarta-feira, 12 de março de 2008 10:30
Para: Rosber Neves Almeida
Assunto: Artigo Gen Monteiro

ESCLARECIMENTO

Em relação ao noticiado na imprensa, sobre a visita do Ministro Extraordinário para Assuntos Estratégicos, Roberto Mangabeira Unger, informamos que o Exército Brasileiro (EB) está presente em Roraima, cumprindo missão constitucional, quer seja em operações de presença ou de patrulhamento da fronteira, quer seja na realização de obras, ou na orientação educacional para a prática salutar da cidadania, dever de todos os brasileiros.

Conforme o artigo 142 da Constituição de 1988, somos destinados à defesa da Pátria, o que nos obriga a estar presente em todos os pontos do território nacional.

Em relação às Terras Indígenas, o Decreto Presidencial, nº 4412, de 07 Out 2002, estabelece que as Forças Armadas têm liberdade de trânsito e acesso às mesmas, sem depender de autorização. É claro que os militares respeitam estritamente as leis vigentes e o estado de direito.

Antes da visita da comitiva foi informado pelo Chefe de Gabinete do Ministro, que nenhuma autoridade estadual ou federal, poderia participar da reunião com as lideranças no Surumu. Tal fato causou estranheza não apenas aos militares do EB, mas também a alguns dos principais líderes políticos locais que haviam demonstrado interesse em participar.

O Comando da Brigada acredita que os assuntos a serem tratados naquele momento seriam do interesse do EB. A exclusão foi uma atitude equivocada, cabendo-nos lamentar, uma vez que nos parece própria de pessoas descompromissadas com o Brasil.

Maior repulsa causou essa decisão, ao sermos informados por moradores indígenas da região, de que estrangeiros representantes de ONG, participaram de outras reuniões realizadas no mesmo local.

Estivemos presentes, sim, na Vila Surumu, com tropa em missão de segurança de voo da autoridade de um Ministro de Estado e de uma aeronave militar do Exército Brasileiro.

Finalmente, o Exército Brasileiro é composto por todos os segmentos representativos da sociedade, independente de raça, credo ou cor, e um fiel cumpridor de sua missão constitucional,

EXÉRCITO BRASILEIRO. BRAÇO FORTE, MÃO AMIGA.

Agora, o Governo Federal, lamentavelmente, começou de maneira truculenta a referida operação.

Hoje, o Governador de Roraima, José de Anchieta Júnior, deve se encontrar com o Ministro da Justiça para tentar uma solução pacífica até que haja o julgamento final do Supremo Tribunal federal.

Embora descrente da sensibilidade deste Governo em relação ao meu Estado, endosso a tentativa do Governador em buscar uma saída digna e pacífica para aqueles brasileiros e brasileiras que têm pago um alto preço por guardarem as nossas fronteiras com seus próprios recursos, sua saúde e suas vidas.

Na oportunidade, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevada consideração.

Respeitosamente,


Senador MOZARILDO CAVALCANTI

Ofício nº. 053/2008/GSMCAV

Brasília, 03 de abril de 2008

Senhor Presidente da República,

Em 2003, o Senado Federal e a Câmara dos Deputados, por orientação do Líder do Governo na Câmara, Deputado Aldo Rebelo, depois Ministro das Relações Institucionais, por intermédio de Comissões Temporárias Externas (a do Senado Presidida por mim), produziram relatórios circunstanciados, após visita e discussões locais, sugerindo uma demarcação justa e harmoniosa para a Reserva Raposa Serra do Sol.

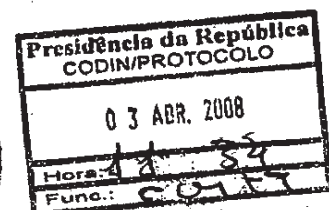
Em 2005, Vossa Excelência, ignorando ambas as Comissões e seus relatórios, homologou a demarcação administrativa da Reserva de forma diferente, contrariando a opinião de mais de 500 (quinhentas) famílias não índias (a maioria miscigenada), bem como a maioria das etnias lá residentes.

Ainda em 2005, foi constituída, mediante o Requerimento nº 349, de 2005-SF, uma CTE do Senado Federal, por mim presidida e composta pelos Senadores Augusto Botelho e Wirlande da Luz, que percorreu a região e avaliou os reflexos do Decreto Presidencial aconselhando a sua revisão.

Em 31 de agosto de 2007, ante a ameaça de operação da FUNAI (UPATAKON III) com uso da Polícia Federal, fui designado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, do Senado Federal, para vistoriar a área e auscultar os proprietários a serem excluídos da Reserva demarcada. O trabalho foi realizado em conjunto com uma Comissão da Assembléia Legislativa do Estado de Roraima e o relatório encaminhado, em versão preliminar, a Vossa Excelência, registrando, segundo dados da FUNAI, a existência de 348 propriedade a serem desocupadas e, conforme dados do INCRA, 198 famílias indenizadas e 131 famílias reassentadas.

Considerando que os proprietários, a maioria deles famílias centenárias ali residentes, ou foram indenizados injustamente (com laudos feitos unilateralmente), a maioria não recebeu indenização e os que receberam não estão reassentados ou o foram de forma indigna e desumana, solicitamos àquela época a sustação da OPERAÇÃO UPATAKON III a ser realizada pela Polícia Federal, até que todas as situações fossem resolvidas dentro da Lei e do respeito à dignidade humana.

Ao Excelentíssimo Senhor
LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Presidente da República Federativa do Brasil
Palácio do Planalto
Brasília – DF



CIR diz que arroteiros só não saem se não houver policial macho

Da Redação

A ganância de agricultores brancos é a razão apontada pelo Conselho Indígena de Roraima (CIR) para o agravamento da disputa entre índios e arroteiros na Terra Indígena Raposa Serra do Sol. Segundo o coordenador-geral do CIR, índio macuxi Dionito José de Souza, desde a homologação da Terra Indígena em maio de 2005, os índios representados pelo CIR aguardam ansiosos a retirada dos brancos. Uma espera que já dura três anos e gera uma súplica para que a Polícia Federal não recue da operação de desintrusão.

- Se ela (a PF) veio para fazer o trabalho, com o dinheiro da nação empenhado, e o Estado brasileiro reconheceu o direito dos povos indígenas, vai ter que cumprir esse papel.

Agora os arroteiros, acrescentou Souza, só não saem da Raposa Serra do Sol "se não tiver policial macho no Brasil". Mas independentemente da ação da PF, o representante do CIR avisa que os índios saberão reagir diante de qualquer agressão por parte daqueles que insistem em permanecer na área homologada.

- Agüentamos muito tempo com paciência, mas não vamos aceitar ver índio tombar de graça.

Segundo o conselho, vivem na área de 1,7 milhão de hectares 18.992 índios divididos em 194 aldeias. Mas nem todos defendem a retirada dos arroteiros. Aproximadamente um terço deles, pelos cálculos do CIR, participam de associações dissidentes ligadas aos agricultores.

ONU aprova Declaração sobre os Direitos dos Povos Indígenas

O documento, aprovado pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), é uma arma importante para a defesa dos direitos dos povos indígenas em todo o mundo. Nele são colocados direitos como a participação política; à terra, aos territórios e aos recursos naturais; ao consentimento prévio, livre e informado; às normas não escritas que regem internamente a vida das comunidades indígenas; o direito de propriedade intelectual.

Este encarte é uma forma de divulgar a Declaração, grande conquista para os povos e para todos que contribuem com a causa indígena. Faça dele um instrumento eficaz. Leia, informe-se e passe as informações à frente. A escola, a roda de conversa informal, as reuniões em associações e organizações são espaços onde os temas aqui tratados podem e devem ser debatidos.

Boa leitura!

Declaração da ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas

Nações Unidas, 13 de setembro de 2007
Sexagésimo período de sessões
Tema 68 do Programa
Informe do Conselho de Direitos Humanos

A Assembleia Geral:

Guiada pelos propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas, e a boa fé no cumprimento das obrigações assumidas pelos Estados de acordo com a Carta;

Afirmando que os povos indígenas são iguais a todos os demais povos e reconhecendo ao mesmo tempo o direito de todos os povos a ser diferentes, a considerar-se a si mesmos diferentes e a ser respeitados como tais;

Afirmando também que todos os povos contribuem na diversidade e riqueza das civilizações e culturas, que constituem o patrimônio comum da humanidade;

Afirmando que todas as doutrinas, políticas e práticas baseadas na superioridade de determinados povos ou pessoas, ou que a propaguem, adicionando razões de origem nacional ou diferenças raciais, religiosas, étnicas ou culturais racistas, cientificamente falsas, juridicamente inválidas, moralmente condenáveis e socialmente injustas;

Reafirmando também que no exercício de seus direitos, os povos indígenas devem estar livres de toda a forma de discriminação;

Preocupada pelo fato de que os povos indígenas tenham sofrido injustiças históricas como resultado, entre outras coisas, da colonização e inalienação de suas terras, territórios e recursos impedindo-os de exercerem em particular seus direitos ao desenvolvimento em conformidade com suas próprias necessidades e interesses;

Reconhecendo a urgente necessidade de respeitar e promover os direitos intrínsecos dos povos indígenas, que derivam de suas próprias estruturas políticas, econômicas e sociais e de suas culturas, de suas tradições espirituais, de sua história e concepção de vida, especialmente os direitos às terras, aos territórios e recursos;

Reconhecendo, sobretudo a urgente necessidade de respeitar e promover os direitos dos povos indígenas assegurados em tratados, acordos e outros pactos construtivos com os Estados;

Celebrando que os povos indígenas estejam se organizando para promover seu desenvolvimento político, econômico, social e cultural, com o objetivo de pôr fim a todas as formas de discriminação e opressão onde quer que ocorram;

Convicto de que o controle pelos povos indígenas dos acontecimentos que os afetam, a eles e suas terras, territórios e recursos os permitirá manter e reforçar as suas instituições, culturas e tradições e promover seu desenvolvimento de acordo com as suas aspirações e necessidades;

Reconhecendo também que o respeito dos conhecimentos, das culturas e das práticas tradicionais indígenas contribuem para o desenvolvimento sustentável e equitativo e o ordenamento adequado ao meio ambiente;

Destacando a contribuição da desmilitarização das terras e territórios dos povos indígenas para a paz, o progresso e o desenvolvimento econômico e social, a compreensão e as relações de amizade entre as nações e os povos do mundo;

Reconhecendo em particular, o direito das famílias e comunidades indígenas em seguir compartilhando a responsabilidade pela criança, a formação, a educação e o bem estar de seus filhos, em coordenação com os direitos da criança;

Considerando que os direitos firmados nos tratados, acordos e soluções construtivas entre os Estados e os povos indígenas são, em algumas situações, objeto de preocupação, interesse, responsabilidade e caráter internacionais;

Considerando também que os tratados, acordos e demais soluções construtivas, e as relações que estes representam, servem de base para o fortalecimento das associações entre os povos indígenas e os Estados;

Reconhecendo que a Carta das Nações Unidas, o Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e o Pacto Internacional de Direitos Cíveis e Políticos, assim como a Declaração de Viena e o programa de Ação, afirmam a importância fundamental do direito de todos os povos, à livre determinação, em virtude da qual estes decidem livremente sua condição política e perseguem livremente seu desenvolvimento econômico, social e cultural;

Tendo presente que nada do contido na presente Declaração, poderá utilizar-se para negar a nenhum povo seu direito à livre determinação exercido em conformidade com o direito internacional;

Convencida de que o reconhecimento dos direitos dos povos na presente Declaração fomentará relações harmoniosas e de cooperação entre o Estado e os povos indígenas, baseadas em princípios da justiça, da democracia, do respeito aos direitos humanos, à não discriminação e à boa fé;

Incentivando os Estados ao cumprimento e aplicação eficazes de todas as suas obrigações, no que se referem aos povos indígenas e que determinam os instrumentos internacionais, em particular os relativos aos Direitos Humanos na consulta e cooperação com os povos interessados;

Sublinhando que corresponde às Nações Unidas, desempenhar um papel importante e contínuo de promoção e proteção dos direitos dos povos indígenas;

Considerando que a presente Declaração constitui um novo e importante passo para o reconhecimento, a promoção e a proteção dos direitos e das liberdades dos Povos Indígenas e no desenvolvimento de atividades pertinentes do sistema da Nações Unidas nesta esfera;

Reconhecendo e reafirmando, que as pessoas indígenas têm direitos sem discriminação a todos os direitos humanos reconhecidos no direito internacional, e que os povos indígenas possuem direitos coletivos, que são indispensáveis à sua existência, bem estar e desenvolvimento integral, enquanto povos;

Reconhecendo também que a situação dos Povos Indígenas varia de região a região e de país a país, e que o significado das particularidades nacionais e regionais e a diversidade dos antecedentes históricos e culturais se deveriam tomar em consideração;

Proclama solenemente a seguinte Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas como ideal comum, que se deva perseguir em espírito de solidariedade e respeito mútuo:

Artigo 1

Os indígenas têm direito, como povos ou como pessoas, ao desfrute pleno de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais reconhecidos pela Carta das Nações Unidas, pela Declaração Universal de Direitos Humanos e o direito internacional relativo aos direitos humanos.

Artigo 2

Os povos e as pessoas indígenas são livres e iguais a todos os demais povos e pessoas e têm o direito a não ser objeto de nenhuma discriminação no exercício de seus direitos fundados, em particular, em sua origem ou identidade indígena.

Artigo 3

Os povos indígenas têm direito à livre determinação. Em virtude desse direito, determinam livremente a sua condição política e perseguem livremente seu desenvolvimento econômico, social e cultural.

Artigo 4

Os povos indígenas no exercício do seu direito à livre determinação, têm direito à autonomia ou ao autogoverno nas questões relacionadas com seus assuntos internos e locais, assim como os meios para financiar suas funções autônomas.

Artigo 5

Os povos indígenas têm direito a conservar e reforçar suas próprias instituições políticas, jurídicas, econômicas, sociais e culturais, mantendo por sua vez, seus direitos em participar plenamente, se o desejarem, na vida política, econômica, social e cultural do Estado.

Artigo 6

Toda a pessoa indígena tem direito a uma nacionalidade.

Artigo 7

1. As pessoas indígenas têm direito à vida, à integridade física e mental, à liberdade e à segurança da pessoa.

2. Os povos indígenas têm o direito coletivo de viver em liberdade, paz e segurança como povos distintos e não serão submetidos a nenhum ato de genocídio nem a outro ato de violência, incluindo a remoção forçada de um grupo para outro.

Artigo 8

1. Os povos e as pessoas indígenas têm o direito de não sofrer da assimilação forçada ou de destruição de sua cultura.

2. Os Estados estabelecerão mecanismos efetivos para a prevenção e o ressarcimento de:

a) todo ato que tenha por objeto ou consequência privá-los de sua integridade como povos distintos ou de seus valores culturais, ou de sua identidade étnica.

b) Todo o ato que tenha por objeto ou consequência alienar suas terras ou recursos.

c) Toda forma de transferência forçada da população que tenha por objetivo ou consequência a violação e o menosprezo de qualquer de seus direitos.

d) Toda a forma de assimilação e integração forçada.

e) Toda a forma de propagação que tenha como finalidade promover ou incitar a discriminação racial ou étnica dirigida contra eles.

Artigo 9

Os povos e as pessoas indígenas têm o direito de pertencer em uma comunidade ou nação indígenas, em conformidade com as tradições e costumes da comunidade, ou nação de que se trate. Não pode resultar nenhuma discriminação de nenhum tipo do exercício desse direito.

Artigo 10

Os povos indígenas não serão retirados pela força de suas terras ou territórios. Não se procederá a nenhuma remoção sem o consentimento livre, prévio e informado, dos povos indígenas interessados, nem sem um acordo prévio sobre uma indenização justa e equitativa e, sempre que possível, à opção do regresso.

Artigo 11

1. Os povos indígenas têm direitos a praticar e revitalizar suas tradições e costumes culturais. Nele inclui o direito em manter, proteger e desenvolver as manifestações passadas, presentes e futuras de suas culturas, como lugares arqueológicos e históricos, utensílios, desenhos, cerimônias, tecnologias, artes visuais e interpretativas e literaturas.

2. Os Estados proporcionarão reparação por meio de mecanismos eficazes, que poderão incluir a restituição estabelecida conjuntamente com os povos indígenas, respeito aos bens culturais, intelectuais, religiosos e espirituais, de que tenham sido privados sem seu consentimento livre e informado prévio, ou na violação de suas leis, tradições e costumes.

Artigo 12

1. Os povos indígenas têm direitos a manifestar, praticar, desenvolver e ensinar suas tradições, costumes e cerimônias espirituais e religiosas; a manter e proteger seus lugares religiosos e culturais e ao acesso a eles privadamente; a utilizar e vigiar seus objetos de culto e a obter a repatriação de seus restos humanos.

2. Os Estados procurarão facilitar o acesso e ou a repatriação de objeto de culto e restos humanos que possuam, mediante mecanismos transparentes e eficazes estabelecidos conjuntamente com os povos indígenas interessados.

Artigo 13

1. Os povos indígenas têm direitos a revitalizar, utilizar, fomentar e transmitir às gerações futuras suas histórias, idiomas, tradições orais, filosóficas, sistemas de escrita e literatura, e de atribuir nomes às suas comunidades, lugares e pessoas, e mantê-los.

2. Os povos adotarão medidas eficazes para garantir a proteção desse direito e também para assegurar que os povos indígenas possam entender e fazer-se entender nas atuações políticas, jurídicas e administrativas, proporcionando-lhes, quando necessário, serviços de interpretação ou outros meios adequados.

Artigo 14

1. Todos os povos indígenas têm o direito a estabelecer e controlar seus sistemas e instituições docentes que compartilham educação em seus próprios idiomas, em consonância com seus métodos culturais de ensino-aprendizagem.

2. As pessoas indígenas, em particular as crianças, têm direito a todos os níveis e formas de educação do Estado sem discriminação.

3. Os Estados adotarão medidas eficazes, junto com os povos indígenas, para que as pessoas indígenas, em particular as crianças, inclusive as que vivem fora de sua comunidade tenham acesso, quando seja possível, à educação em sua própria cultura e no próprio idioma.

Artigo 15

1. Os povos indígenas têm direito a que a dignidade e diversidade de suas culturas, tradições, histórias e aspirações fiquem devidamente refletidas na educação pública e nos meios de informação pública.

2. Os Estados adotarão medidas eficazes em consulta e cooperação com os povos indígenas interessados, para combater os prejuízos e eliminar a discriminação e promover a tolerância, a compreensão e as boas relações entre os povos indígenas e todos os demais setores da sociedade.

Artigo 16

1. Os povos indígenas têm direito a estabelecer seus próprios meios de informação em seus próprios idiomas e a acessar a todos os demais meios de informação não indígenas sem discriminação alguma.

2. Os Estados adotarão medidas eficazes, para assegurar que os meios de informação estatais reflitam devidamente a diversidade cultural indígena. Os Estados, sem prejuízo da obrigação de assegurar plenamente a liberdade de expressão, deverão incentivar os meios de comunicação privados a refletir devidamente a diversidade cultural indígena.

Artigo 17

1. As pessoas e os povos indígenas têm direito em usufruir plenamente de todos os direitos estabelecidos no direito Trabalhista Internacional e Nacional aplicável.

2. Os Estados em consulta e cooperação com os povos indígenas tomarão medidas específicas para proteger as crianças indígenas contra a exploração econômica e contra o trabalho que possa ser perigoso ou interferir na educação da criança, ou que seja prejudicial para a saúde, ou desenvolvimento físico, mental, espiritual, moral ou social a criança, levando em conta sua especial vulnerabilidade e importância da educação para a sua realização.

3. As pessoas indígenas têm direitos a não ser submetidas a condições discriminatórias de trabalho, entre outras coisas, emprego ou salário.

Artigo 18

Os povos indígenas têm direitos a participar na adoção de decisões em questões que afetem seus direitos, vidas, destinos, através de representantes eleitos por eles, em conformidade com seus próprios procedimentos, assim como manter e desenvolver suas próprias instituições de adoção de decisões.

Artigo 19

Os Estados celebrarão consultas e cooperarão de boa com os povos indígenas interessados, por meio de suas instituições representativas para obter seu consentimento livre, livre e informado antes de adotar e aplicar medidas legislativas e administrativas que os afetem.

Artigo 20

1. Os povos indígenas têm direitos a manter e desenvolver seus sistemas ou instituições políticas, econômicas e sociais, que lhes assegurem a desfrutar de seus próprios meios de subsistência e desenvolvimento e a dedicar-se livremente a todas as suas atividades econômicas tradicionais e de outro tipo.

2. Os povos indígenas despojados de seus meios de subsistência e desenvolvimento têm direito a uma reparação justa e equitativa.

Artigo 21

1. Os povos indígenas têm direito, sem discriminação alguma, ao melhoramento de suas condições econômicas e sociais, entre outras esferas, na educação, no emprego, na capacitação e no aperfeiçoamento profissionais, na habitação, no saneamento, na saúde e na segurança social.

2. Os Estados adotarão medidas eficazes e, na execução, medidas especiais para assegurar o melhoramento contínuo de suas condições econômicas e sociais. Prestar-se-á particular atenção aos direitos e necessidades especiais dos anciões, das mulheres, dos jovens, das crianças e das pessoas indígenas com deficiências.

Artigo 22

1. Prestar-se-á particular atenção aos direitos e necessidades especiais dos anciões, das mulheres, dos jovens, das crianças e das pessoas indígenas com deficiências, na aplicação da presente Declaração.

2. Os Estados adotarão medidas, em conjunto com os povos indígenas, a fim de assegurar que as mulheres e as crianças indígenas gozem de proteção e garantias plenas contra todas as formas de violência e discriminação.

Artigo 23

Os povos indígenas têm direitos a determinar e a elaborar prioridades e estratégias para o exercício de seu desenvolvimento. Em particular, os povos indígenas têm direitos a participar ativamente na elaboração e determinação dos programas de saúde, moradia e demais programas econômicos e sociais, que os sirvam e, que os possibilitem, a administrar seus programas mediante suas próprias instituições.

Artigo 24

1. Os povos indígenas têm direitos às suas próprias medicina tradicionais e a manter suas práticas de saúde, incluindo a conservação de suas plantas, animais e minerais de interesse vital, sob o ponto de vista médico. As pessoas indígenas também têm direito ao acesso, sem discriminação alguma, a todos os serviços sociais e de saúde.

2. Os indígenas têm direitos a desfrutar igualmente do maior nível de saúde física e mental. Os Estados tomarão as medidas que sejam necessárias a fim de lograr progressivamente a plena realização deste direito.

Artigo 25

Os povos indígenas têm direito a manter e fortalecer sua própria relação espiritual com as terras, territórios, águas, mares costeiros e outros recursos que tradicionalmente têm possuído ou ocupado e utilizado de outra forma, e a assumir a responsabilidade que a esse propósito lhes incumbem respeito, às gerações vindouras.

Artigo 26

1. Os povos indígenas têm direito às terras, territórios e recursos que tradicionalmente têm possuído ocupado ou de outra forma ocupado ou adquirido.

2. Os povos indígenas têm direitos a possuir, utilizar, desenvolver e controlar as terras, territórios e recursos que possuem em razão da propriedade tradicional, ou outra forma tradicional de ocupação ou utilização, assim como aqueles que tenham adquirido de outra forma.

3. Os Estados assegurarão o reconhecimento e a proteção jurídica dessas terras, territórios e recursos. O referido reconhecimento respeitará devidamente os costumes, as tradições e os sistemas de usufruto da terra dos povos indígenas.

Artigo 27

Os Estados estabelecerão e aplicarão, conjuntamente com os povos indígenas interessados, um processo equitativo, independente, imparcial, aberto e transparente, em que nele se reconheçam devidamente as leis, tradições, costumes e sistemas de usufruto da terra dos povos indígenas, para reconhecer e adjudicar os direitos dos povos indígenas em relação às suas terras, territórios e recursos, compreendidos aqueles que tradicionalmente tenham possuído ocupado, ou utilizado de outra forma. Os povos indígenas terão direito de participar deste processo.

Artigo 28

1. Os povos indígenas têm direito à reparação, por meios que podem incluir a restituição ou, quando isso não seja possível, uma indenização justa, imparcial e equitativa, pelas terras, territórios e recursos que tradicionalmente tenham possuído, ocupado ou utilizado de outra forma e que tenham sido confiscados, tomados, ocupados, utilizados ou danificados sem seu consentimento livre, prévio e informado.

2. Exceto quando os povos interessados hajam convenido livremente em outra coisa, a indenização consistirá em terras, territórios e recursos de igual qualidade, extensão e condição jurídica ou em uma indenização monetária ou outra reparação adequada.

Artigo 29

1. Os povos indígenas têm direito à conservação e proteção do meio ambiente e da capacidade produtiva de suas terras, territórios e recursos. Os Estados deverão

estabelecer e executar programas de assistência aos povos indígenas, para assegurar essa conservação e proteção, sem discriminação alguma.

2. Os Estados adotarão medidas eficazes para garantir que não se armazenem nem eliminem materiais perigosos em terras ou territórios dos povos indígenas, sem seu consentimento livre, prévio e informado.

3. Os Estados adotarão medidas eficazes para garantir, segundo seja necessário, que se apliquem devidamente programas de controle, manutenção e restabelecimento da saúde dos povos indígenas, afetados por esses materiais; programas que serão elaborados e executados por esses povos.

Artigo 30

1. Não se desenvolverão atividades militares nas terras ou territórios dos povos indígenas, a menos que as justifiquem uma razão de interesse público pertinente, ou que as aceitem ou solicitem livremente os povos indígenas interessados.

2. Os Estados celebrarão consultas eficazes com os povos indígenas interessados, para os procedimentos apropriados e, em particular por meio de suas instituições representativas, antes de utilizar suas terras ou territórios para atividades militares.

Artigo 31

1. Os povos indígenas têm o direito a manter, controlar, proteger e desenvolver seu patrimônio cultural, seus conhecimentos tradicionais, suas expressões culturais tradicionais e manifestações de suas ciências, tecnologias, assim como a de suas ciências, tecnologias e culturas, compreendidos os recursos humanos e genéticos, as sementes, os medicamentos, o conhecimento das propriedades da fauna e flora, as tradições orais, as literaturas, os desenhos, os esportes e jogos tradicionais, e as artes visuais e interpretativas. Também têm direito a manter, controlar, proteger e desenvolver sua propriedade intelectual de seu patrimônio intelectual, seus conhecimentos tradicionais e suas manifestações culturais tradicionais.

2. Conjuntamente com os povos indígenas, os Estados adotarão medidas eficazes para reconhecer e proteger o exercício destes direitos.

Artigo 32

1. Os povos indígenas têm direito a determinar e elaborar as prioridades e estratégias para o desenvolvimento ou utilização de suas terras ou territórios e outros recursos.

2. Os Estados celebrarão consultas e cooperarão de boa fé com os povos indígenas interessados na condução de suas próprias instituições representativas, a fim de obter seu consentimento livre e informado, antes de aprovar qualquer projeto que afete as suas terras ou territórios e outros recursos, particularmente em relação com o desenvolvimento, a utilização ou a exploração de recursos minerais, hídricos ou de outro tipo.

3. Os Estados estabelecerão mecanismos eficazes para a reparação justa e equitativa por essas atividades e adotarão medidas adequadas para mitigar suas consequências nocivas de ordem ambiental, econômica, social, cultural ou espiritual.

Artigo 33

1. Os povos indígenas têm o direito de determinar sua própria identidade ou pertencimento étnico, conforme seus costumes e tradições, isso não impossibilita o direito das pessoas indígenas em obter a cidadania dos Estados em que vivem.

2. Os povos indígenas têm direito de determinar as estruturas e eleger a composição de suas instituições em conformidade com seus próprios procedimentos.

Artigo 34

Os povos indígenas têm direito a promover, desenvolver e manter suas estruturas institucionais e seus próprios costumes, espiritualidade, tradições, procedimentos, práticas e, quando existam, costumes ou sistemas jurídicos, em conformidade com as normas internacionais de direitos humanos.

Artigo 35

Os povos indígenas têm o direito de determinar as responsabilidades dos indivíduos para com as suas comunidades.

Artigo 36

1. Os povos indígenas, em particular os que estão divididos por fronteiras internacionais, têm direito a manter e desenvolver os contatos, as relações e a cooperação, incluídas as atividades de caráter espiritual, cultural, política, econômica e social, com seus próprios membros, assim como outros povos através das fronteiras.

2. Os Estados, em consulta e cooperação com os povos indígenas, adotarão medidas eficazes, para facilitar o exercício e garantir a aplicação deste direito.

Artigo 37

1. Os povos indígenas têm o direito a que os tratados, acordos e outros arranjos construtivos, acordados com os Estados ou seus sucessores, sejam reconhecidos, observados e aplicados segundo seu espírito e propósito originais, e que os Estados acatem e respeitem esses tratados, acordos e outros arranjos construtivos.

2. Nada do assinalado na presente Declaração se interpretará no sentido em que impossibilite ou suprima os direitos dos povos indígenas que figurem nos tratados, acordos e arranjos construtivos.

Artigo 38

Os Estados, em consulta e cooperação com os povos indígenas, adotarão as medidas apropriadas, incluídas medidas legislativas, para alcançar os fins da presente Declaração.

Artigo 39

Os povos indígenas têm direito à assistência financeira e técnica do Estado por via de cooperação internacional para o gozo dos direitos enunciados na presente Declaração.

Artigo 40

Os povos indígenas têm direito a procedimentos equitativos e justos, para o acerto de controvérsias com os Estados ou outras partes e uma pronta decisão sobre essas controvérsias, assim como, uma reparação efetiva para toda a lesão de seus direitos individuais e coletivos. Nessas decisões lavar-se-ão devidamente e em consideração os costumes, as tradições, as normas e os sistemas jurídicos dos povos indígenas interessados e as normas internacionais dos direitos humanos.

Artigo 41

Os órgãos e organismos especializados do sistema das Nações Unidas e outras organizações intergovernamentais, contribuirão à plena realização das disposições da presente Declaração mediante a mobilização, entre outras coisas, da cooperação financeira e da assistência técnica. Estabelecer-se-ão os meios para assegurar a participação dos povos indígenas em relação aos assuntos que os afetem.

Artigo 42

As Nações Unidas, seus órgãos, incluindo O Fórum Permanente para as Questões Indígenas e os organismos especializados, em particular a nível local, assim como os Estados, promoverão o respeito e a plena aplicação das disposições da presente Declaração e valerão pela eficácia da presente Declaração.

Artigo 43

Os direitos reconhecidos na presente Declaração constituem as normas mínimas para a sobrevivência, a dignidade e o bem estar dos povos indígenas do mundo.

Artigo 44

Todos os direitos e liberdades reconhecidos na presente declaração garantem a igualdade ao homem e à mulher indígenas.

Artigo 45

Nada contido na presente Declaração interpretar-se-á no sentido de que se limitem ou anulem os direitos que os povos indígenas têm na atualidade, ou possam adquirir no futuro.

Artigo 46

1. Nada do assinalado na presente Declaração interpretar-se-á no sentido de que se conceda a um Estado, povo, grupo ou pessoa, nenhum direito a participar numa atividade, ou realizar, atos contrários à Carta das Nações Unidas, ou se entenderá no sentido de que autoriza ou fomenta ação alguma encaminhada a violar ou reduzir, total ou parcialmente, a integridade territorial ou a unidade política de Estados soberanos e independentes.

2. No exercício dos direitos enunciados na presente Declaração, respeitar-se-ão os direitos humanos e liberdades fundamentais de todos. O exercício dos direitos estabelecidos na presente Declaração estarão sujeitos exclusivamente às limitações determinadas pela lei e com arranjo às obrigações internacionais em matéria de direitos humanos. Essas limitações não serão discriminatórias e serão somente as estritamente necessárias para garantir o reconhecimento e respeito devido aos direitos e liberdades dos demais, e para satisfazer as justas exigências de uma sociedade democrática.

3. As disposições enunciadas na presente Declaração interpretar-se-ão como arranjo aos princípios da justiça, da democracia, do respeito aos direitos humanos, da igualdade, à não discriminação, à boa administração pública, e à boa fé. ■

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a, Senador Mozarildo Cavalcanti, usou da tribuna por cinquenta minutos, mas quero dizer que, nesses 183 anos, esse foi um dos mais firmes e contundentes pronunciamentos. Houve firmeza! Diante da grandeza de V. Ex^a, como médico e como líder maçônico, e, hoje, com esse pronunciamento de firmeza, V. Ex^a se credencia a ser um dos construtores da grandeza parlamentar deste País. V. Ex^a foi de muita firmeza, aquilo que não nos falta. Daí eu falar, com convicção, da grandeza que somos nós, indistintamente da questão de sexo.

Hoje, quis Deus que o sexo feminino fosse bem representado pela beleza da Senadora Lúcia Vânia, extraordinária, competente e bela. Sem dúvida nenhuma, é uma beleza, mas traduzida pelo servir: foi uma das mais eficientes servidoras do Governo Fernando Henrique Cardoso, levando aqueles programas de solidariedade ao povo brasileiro. Sou testemunha disso.

Queria dar uma sugestão. É lógico que vamos ceder o tempo necessário a essa mulher, que aqui representa, com beleza e com ternura, a mulher brasileira, mas queria chegar a um acordo. É o espírito da lei, permitam-me. Estou presidindo a sessão e, primeiro, quero passar a Presidência ao Senador Mozarildo, traduzindo em fatos o apreço que conquistou. Quero convidá-lo para presidir esta sessão, mas quero fazer um acordo.

O novo Senador Virgínio de Carvalho, do Partido Socialista Cristão (PSC), vai fazer seu primeiro pronunciamento. S. Ex^a é suplente da nossa Maria do Carmo, que enfrenta problemas de saúde, à qual lançamos preces, para que se recupere. S. Ex^a é do PSC, é o primeiro Senador do PSC, Partido que enriquece nosso País. O Partido tem como Presidente Vitor Jorge Abdala Nosséis e como 1º Vice-Presidente Everaldo Dias Pereira. O PSC está espalhado em todo País. No Piauí, a Presidente é Maria das Graças Moraes Souza Nunes; e o 1º Vice-Presidente, José Leandro Filho. Outros membros do Partido são: Newton Nunes de Lima, Sandra Maria Vieira Nogueira, Eretuse Marques Santos, Itamar Franco Feitosa, Jonas Vieira da Silva, José Roberto Nunes Leão, Carlos Augusto de Brito Araújo, Francisco de Paulo Evangelista de Carvalho, Flávio Tadeu de Carvalho Ayres.

Então, esse Partido está espalhado em todo Brasil. Como será o primeiro Senador do PSC, vamos fazer um acordo para que tenha a palavra, porque, como não estava acostumado com nosso ritual, foi o primeiro a chegar, mas não tinha se inscrito. Então, eu pediria que o Senador Mozarildo venha presidir os trabalhos, deixando a solicitação para que chame

nosso Senador do PSC, Partido grandioso, que, hoje, tem 13 Deputados Federais nesta Casa.

Senador Mozarildo, V. Ex^a dignifica e engrandece o Parlamento nacional. Traduzindo esse sentimento de apoio e de solidariedade à sua firmeza, passo esta Presidência a V. Ex^a, para que a presida com a altivez dos grandes Presidentes desta Casa.

E a Senadora Lúcia Vânia terá o tempo que lhe convier.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, inicialmente, quero agradecer ao Senador Mão Santa as palavras de elogio à minha pessoa. Quero dizer ao Senador Mão Santa que esse elogio é fruto da generosidade de S. Ex^a. Portanto, não poderia deixar de agradecer-lhe, porque, sempre que S. Ex^a está presidindo esta Casa e me convida para usar a palavra, é muito gentil em relação ao meu trabalho e à minha presença nesta Casa.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em primeiro lugar, quero cumprimentar nosso colega Virgínio de Carvalho, que chega como suplente da Senadora Maria do Carmo, a quem externamos nossos desejos de pronto restabelecimento. O Senador Virgínio de Carvalho é nosso companheiro na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. Nós o recebemos nesta Casa com muito carinho, desejando-lhe muito sucesso na sua atuação.

Mas venho a esta Casa, Sr. Presidente, trazer uma notícia que considero importante e que é fruto também de uma vitória do Senador Paulo Paim, que, incansavelmente, tem buscado fontes de recursos para financiar as escolas técnicas que estão em expansão.

Esta semana, o Governo acena com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para financiar as escolas recém-criadas. Isso vai possibilitar a ampliação de ofertas de cursos profissionalizantes aos jovens que precisam de se qualificar para o trabalho. Temos visto, na CPI das ONGs, que grande parte dos recursos do FAT está sendo desviada por entidades que, muitas vezes, têm boa-fé, mas que não têm estrutura competente para ministrar esses cursos. Portanto, é sempre muito bom homenagearmos e festejarmos esse novo momento da expansão do ensino técnico no nosso País.

Mais uma vez, meus cumprimentos ao Senador Paulo Paim, autor de um projeto de lei que busca uma fonte de recursos específica para financiar essa expansão. Segundo o que a imprensa nacional divulgou ontem, o Governo já acena com essa fonte de recursos, cujo projeto de lei deverá chegar ao Congresso Nacional nos próximos dias.

Mas, Sr. Presidente, venho a esta tribuna no dia de hoje também para homenagear e cumprimentar o Vice-Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, que assumiu ontem, o Senador Adelmir Santana, uma grande aquisição que aquela Comissão recebe nos seus quadros. O Senador Adelmir Santana, sem dúvida nenhuma, é um empresário experiente que muito poderá contribuir conosco, principalmente na discussão do desenvolvimento do turismo no Brasil.

Por falar em turismo, eu gostaria de dizer que temos avançado muito nessa direção. Com a criação do novo Ministério do Turismo, essa área tomou uma característica mais profissional. Devo também homenagear a Ministra Marta Suplicy pela sua atuação, pelo seu esforço para preparar o País para o novo mercado de turismo que se configura nos dias atuais. S. Ex^a lutou e procurou aumentar a oferta de vôos, buscou e tem buscado disponibilizar melhores serviços aeroportuários, hoteleiros e de passeios.

Portanto, podemos dizer que o Brasil hoje é muito mais competitivo, e seus investimentos, sem dúvida nenhuma, terão resultados. Mas perguntamos: quando esses resultados deverão chegar efetivamente?

Continuamos, apesar de todo esse esforço, de todo o investimento, de todo o esforço pessoal da Ministra, a receber os mesmos cinco milhões de turistas estrangeiros que recebíamos no ano de 2000. Não há dúvida de que o turismo interno tem aumentado, graças a uma nova ação em que se estimulam os segmentos da sociedade a participarem dos períodos de baixa estação. Esse comportamento já se está consolidando e, sem dúvida nenhuma, fez com que o turismo interno aumentasse expressivamente. No entanto, buscamos também a injeção do capital estrangeiro que nos permite movimentar a economia local, gerar emprego e renda.

No ano de 2003, o Governo da República Popular da China autorizou a saída de chineses do país sem autorização prévia. Os habitantes locais tentam recuperar o tempo perdido e não param de viajar ao exterior. Só neste ano, 45 milhões de chineses devem conhecer outros lugares do mundo. Pensando nesse número, que supera em nove vezes a quantidade de turistas que o Brasil recebe anualmente, concluímos que, até 2020, serão cem milhões de chineses saindo do país, que se tornará, portanto, o maior emissor no turismo internacional.

A nossa pergunta é a seguinte: como captar todos esses possíveis turistas? O Ministério do Turismo fechou acordo com o Governo da China, em que ficou estabelecido que o Brasil vai abrir, nos próximos meses, um escritório de turismo no país asiático. Ainda

que modesto, esse primeiro passo é fundamental para cativar os chineses, para fazer com que eles conheçam o Brasil e tenham vontade de visitá-lo. Mas não é só lá. O Brasil tem de cativar estrangeiros de todas as partes, desde os europeus, americanos, asiáticos até nossos vizinhos sul-americanos.

Dados recentes apontam que, até o ano de 2020, 76% das viagens no mundo serão de curta distância. E o Brasil só recebe 17% dos turistas sul-americanos! São potenciais turistas de uma região que tende a se fortalecer como bloco econômico, que busca uma identidade regional e que, logo, não deve ser desprezada.

Outro dado importante a se lembrar é a quantidade que viagens que serão realizadas em um futuro próximo, que atingirá duas vezes o valor de viagens atual, chegando ao número de 1,7 bilhão de deslocamentos feitos pelas mais diversas vias, sobretudo a via aérea.

Entre os grupos que vão se destacar estão os de 50 a 75 anos de idade; pessoas que vão viajar em grupos para visitar amigos e familiares; profissionais itinerantes; executivos globais e, por fim, turistas urbanos que buscam nos destinos exóticos oferecidos experiências únicas.

As oportunidades são muitas, e o que tem sido feito pelo turismo brasileiro não é incipiente. No entanto, temos de repensar os caminhos que tem tomado o Brasil, para que possamos melhorar nossa capacidade competitiva no setor turístico, para trazer mais recursos para o País e para, assim, desenvolvê-lo de maneira mais equânime a todos.

Devemos pensar em como atrair os mais diferentes públicos para as mais diferentes facetas que o Brasil apresenta. Não tenho dúvidas de que o investimento realizado até agora vai trazer resultados em breve, mas, para que sejam mais bem aproveitados, é necessário pensar ações específicas e, assim, tornar o Brasil um destino turístico mundial.

Com essas palavras, quero saudar a vinda para o Congresso Nacional da Lei Geral do Turismo, que, sem dúvida nenhuma, será um marco tão importante quanto foi a criação do Ministério do Turismo para o desenvolvimento desse setor.

Aproveitando esse tema, eu gostaria também de deixar aqui minha solidariedade à população do Rio de Janeiro e minha indignação contra o que tem passado aquela população atormentada pela dengue, que afeta não só a população local, mas também o turismo de que estamos falando neste momento. É angustiante ver a situação das crianças desamparadas nas portas dos hospitais e dos postos de saúde, sem que haja uma ação efetiva, sem que haja um mutirão objetivo

para buscar os meios imediatos de aliviar a aflição vivida por aquela população.

Portanto, como Parlamentar vinculada à área social, eu não poderia deixar de me somar a muitas outras vozes que já assomaram à tribuna para mostrar a sua indignação e a necessidade de uma reação não só das autoridades locais, mas também de todas as autoridades do País, fazendo um mutirão constante em busca da solução daquele problema que tanto aflige a população. É deprimente saber que os postos de saúde, que poderiam ficar abertos 24 horas, num plantão em ritmo de mutirão, envolvendo o Governo Federal, envolvendo o Governo Estadual, envolvendo o próprio Município, fecham às 17 horas, conforme dizem as autoridades, enquanto a população daquela cidade vive uma situação de pânico.

O Sr. Adelmir Santana (DEM – DF) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Concedo-lhe um aparte, Senador Adelmir Santana, V. Ex^a que nos honra com sua presença neste plenário.

O Sr. Adelmir Santana (DEM – DF) – Senadora Lúcia Vânia, além de me associar às ponderações que V. Ex^a faz nesta manhã, quero, mais especificamente, dizer da minha alegria por ter sido eleito, ontem, pelos meus Pares na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo para ser o seu vice – serei o Vice-Presidente da Comissão e de V. Ex^a. Mais uma vez, quero reafirmar minha alegria em fazer parte daquela Comissão sob a presidência de V. Ex^a e reafirmar minha disposição de ajudá-la naquilo que for da maior importância. Na minha opinião, uma das áreas mais importantes é exatamente a do turismo, segmento que tem possibilidade enorme de crescimento em razão da dimensão continental de nosso País e da diversidade de sistemas aqui existentes. Certamente, sob a presidência de V. Ex^a, daremos nossa ajuda, que será firme, decisiva. Estarei ao lado de V. Ex^a, ao lado dos nossos companheiros naquela Comissão, para fazer valer os princípios que nortearão a Lei Geral do Turismo no Brasil. Parabéns pelo seu pronunciamento! Quero reafirmar o que disse ontem quando da nossa eleição. Muito obrigada.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Agradeço ao Senador Adelmir Santana as palavras.

Quero cumprimentar a Liderança dos Democratas, que nos permitiu uma substituição à altura do Senador Jonas Pinheiro naquela Comissão. O Senador Adelmir Santana vai substituir o Senador Jonas Pinheiro, valoroso companheiro que perdemos. Os Democratas tiveram a preocupação de enviar àquela Comissão um nome a altura do Senador Jonas Pinheiro, fazendo com que a Comissão pudesse realmente

responder àquilo que dela se espera. A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, obviamente, está voltada aos interesses dos Estados e dos Municípios menos desenvolvidos do País. Portanto, aceite meus cumprimentos.

Sr. Presidente, quero agradecer-lhe a oportunidade do pronunciamento e a elasticidade do tempo a mim concedido.

Muito obrigada.

Durante o discurso da Sra. Lúcia Vânia, o Sr. Mão Santa, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Eu que agradeço a V. Ex^a.

Sem prejuízo da ordem dos oradores inscritos, quero, por uma deferência especial, conceder a palavra ao Senador Virgínio de Carvalho, que fará seu discurso de estréia na condição de suplente da Senadora Maria do Carmo.

Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. VIRGÍNIO DE CARVALHO (PSC – SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, meu povo sergipano, após décadas peregrinando pelos quatro cantos do mundo, aprendendo e ensinando em escolas, universidades e templos, por mais que relutasse, vejam só, não pude evitar trazer comigo um cesto enorme de dúvidas e apenas um punhado de convicções. Desses poucos grãos de certezas, entretanto, aprendi a cultivar com cuidado e apreço aquele que diz que, para o bem de uma nação, um homem não vale pelo que pensa nem pelo que diz, mas, sim, pelo que faz.

O que se quer dizer com isso, senhoras e senhores, é que nesta pequena, mas não fútil; modesta, mas não simplória nova etapa da minha jornada, seja eu submetido ao olhar rigoroso da Nação como alguém que adentra esta Casa apenas com o desejo sincero de contribuir, ou seja, de contribuir fazendo.

Se aqui espero com algo contribuir, não pode haver forma melhor senão associando-me por inteiro à luta das senhoras e dos senhores para proporcionar mais ordem e mais progresso a este País precisado e altaneiro. Não deve haver forma melhor senão juntar-me a essa nobre causa, tão freqüentemente incompreendida, às vezes desprezada e constantemente mal falada. Tudo isso fruto do duro mas salutar ofício de construir algo a cada dia sem perder de vista os sólidos altares da benfezeja democracia, a qual as senhoras e os senhores, é verdade, vêm construindo com especial denodo ao longo dos anos. Não há quem possa negar isso. É mérito de V. Ex^{as}.

Se a poeira dos anos, porém, presenteou-me com cestos de dúvidas e xícaras de convicções, não posso esquecer que forjou também em mim uma porção mais compacta e firme de um produto imaterial. Um produto valioso que os cientistas intérpretes da alma humana denominam de “otimismo”, e eu, em consonância mais estreita com as multidões populares, chamo apenas de “fé”.

Sim, não temo dizer, sem meias palavras, que estou aqui porque tenho fé nesta Nação, tenho fé na missão deste País, não apenas em relação ao seu desenvolvimento interno, mas também em sua contribuição para o desenvolvimento de toda a América do Sul, e algumas contribuições para o restante do mundo.

Tenho fé, Sr. Presidente, em que esse gigante, outrora adormecido, começa a despertar e a demonstrar a sua força no cenário mundial. Tenho fé em que já estamos dando os primeiros e necessários passos em direção ao futuro brilhante de nossa gente. Tenho fé, inclusive, em que este caminho não tem volta. Tenho fé também em que isso é apenas o mais tênue começo, pois creio firmemente que o melhor ainda está por vir.

Como não poderia deixar de ser, Sr. Presidente, devo afirmar resolutamente, com suprema e insofismável sinceridade, que também tenho fé e admiração profunda e especial pela instituição do Senado Federal brasileiro. Esta Casa é um pilar admirável da nossa adolescente democracia. Não posso, portanto, perder a oportunidade de afirmar que é uma honra incomensurável poder servir à Nação brasileira no âmbito deste lugar. É um privilégio. Se é um privilégio, todavia, servir ao Brasil no âmago desta Casa, o que dizer da honra inaudita de poder representar o meu pequeno, mas caloroso Estado de Sergipe. Tal sentimento não pode ser descrito em palavras.

Sim, após viver com minha família em culturas díspares, em nações distintas como França, África do Sul, Suécia e outros países, e há dezoito anos ser abraçado de volta pelo meu povo sergipano, não há sentimento maior em mim do que a gratidão. Gratidão porque Sergipe é um lugar especial, acolhedor, sereno, hospitaleiro e, com o perdão do desluminamento deste sergipano da gema, posso dizer ainda que é um lugar bonito, muito bonito!

E, falando em gratidão, não posso furtar-me, por fim, de deixar registrado o nome de algumas pessoas que são responsáveis diretas pela minha presença nesta Casa. E, de antemão, peço já minhas desculpas a tantas outras que, de forma não menos decisiva, também contribuíram para que eu aqui estivesse e que, pela falta de tempo necessário – pois não quero abusar deste momento –, não poderia naturalmente citá-las, o

que espero fazer de outro modo, em tempo e ocasião mais propícios. Assim, devo agradecer, primeiramente, à Senadora Maria do Carmo Alves, que, por motivo de força maior, precisou se afastar, temporariamente, dos trabalhos desta Casa. O agradecimento é pela confiança e pelo apreço que sempre demonstrou por mim, pela minha família e pela instituição que presidi-mos em nosso Estado.

Tenho certeza, Sr. Presidente, de que não será, para mim, um fácil empreendimento substituí-la à altura da sua notória experiência e do modo peculiar com que se entrega, de maneira quase sacerdotal, à luta contra as desigualdades sociais do Estado de Sergipe e do Brasil. Não é por demais lembrar seu reconhecido trabalho, ao longo dos anos, nas regiões periféricas da capital de Sergipe, na cidade de Aracaju e nos demais Municípios sergipanos também.

É fato histórico naquele Estado, e ainda não se falava no assunto, quando a então Primeira-Dama, D. Maria do Carmo, infundiu a noção de desenvolvimento sustentável no lugar de assistencialismo, promovendo uma reestrutura de pensamento político na administração pública regional.

Foi dela também a coordenação da construção de conjuntos residenciais, reduzindo a índices pífios o problema da favelização em nossa capital, naquele período. Implantou ainda sistemas funcionais de emprego e renda para as populações carentes e gerenciou a implantação da Fundação do Desenvolvimento Comunitário de Sergipe, um órgão de formulação, planejamento, coordenação e execução de políticas públicas, criado com a missão exclusiva de erradicar a miséria no Estado. É por esses e inúmeros outros motivos que o nome da Senadora Maria do Carmo já está gravado nos Anais da história nacional e, especialmente, de Sergipe.

Não há como deixar de agradecer também ao meu amigo escritor, intelectual refinado, ex-Ministro do Interior, Prefeito de Aracaju, três vezes Governador de Sergipe, o Sr. Dr. João Alves Filho, ao qual tive a honra de assessorar em uma de suas subsecretarias estaduais, no seu mais recente mandato de governo.

Seria, portanto, uma redundância inútil tentar, aqui neste exíguo espaço de tempo, discorrer sobre a contribuição desse homem ao progresso do Nordeste e do restante do Brasil. Pensador arguto, pesquisador profundo, administrador competente, o Dr. João Alves Filho faz parte de uma safra de governadores desenvolvimentistas que transformaram o então esquecido Nordeste brasileiro numa região viável. Por vários anos, fruto de sua férrea determinação e impactante administração, o pequeno Estado de Sergipe deteve o primeiro lugar em renda *per capita* do Nordeste. Cer-

tamente, um feito primoroso para o menor Estado da Federação brasileira! Devo dizer, agradecidamente, que a participação do Sr. João Alves Filho foi decisiva para eu estar aqui, hoje. A ele, assim, presto meus sinceros reconhecimentos.

Quero agradecer ainda, Sr. Presidente, aos membros e colaboradores da Missões Internacionais de que participei em diversos países do mundo, cujo apoio foi fundamental na minha jornada.

Não devo esquecer-me também do apoio incondicional das Assembléias de Deus do Brasil, “Ministério da Missão”, e da mesma instituição da qual sou pastor-presidente no Estado de Sergipe. Sem a compreensão dos nossos pastores, dos nossos líderes e membros deste ministério naquele Estado, eu não teria a mais remota condição de poder servir à nossa sociedade no âmbito da política. Esta vitória deve ser repartida com todos eles pela mais corriqueira e simples questão de justiça.

Naturalmente, estendo tal sentimento aos diversos líderes, bons amigos e companheiros de ministério das mais variadas denominações cristãs no Estado de Sergipe. Os senhores também fazem parte desta vitória.

Devo agradecer, evidentemente, ao meu Partido pela indicação do meu nome para tal cargo. Esperamos que a soma do nosso trabalho continue resultando em algum bem para este Brasil imenso.

Agradeço ao povo sergipano, sem distinção de raça, cor ou crença, pois creio, firmemente, que, como a chuva cai para todos, bons e maus, a finalidade última da atuação política deve ser a gloriosa missão de tentar melhorar a cada dia o espaço-nação de cada indivíduo, proporcionando condições para que ele cresça, desenvolva-se e alcance sua integridade como um ser livre, dotado de direitos, deveres e responsabilidades para o bem comum.

Outrossim, não tenho como deixar de fazer um agradecimento íntimo e pessoal à minha família: Rosa Angélica, minha esposa; minhas filhas, Ângela, Eliane e Beatrice; minha neta primogênita, Ângela Sofia, e à recém-chegada e já muito amada, Nicole. Sem a força e sem o amor delas, certamente a vida não seria fácil. Amo-as com amor profundo. Deus esteja sempre com vocês.

E, por fim, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, agradeço a Deus, que nos fez homens, com todas as imperfeições, ou melhor dizendo, não imperfeições, mas nossas limitações humanas, nossas fraquezas, nossas ilusões, nossas desilusões; mas também com nossa bondade, nossa generosidade e nossa boa vontade. Não nos fez anjos; homens é o que somos. Por isso mesmo, projetados para sonhar, para realizar, para

construir; mas também, por que não admitir, para errar, para magoar e para se arrepender, para, em seguida, voltar a conviver, a sonhar e, outra vez, a realizar;

A Deus este Ser invisível, mas real, honras solenes para todo o sempre, que usou homens e mulheres de boa vontade, mesmo que sem perceberem, para que pudéssemos estar hoje aqui. Que Ele abençoe esta Casa e me ilumine, para que eu possa realizar esta tão nobre missão e sair daqui havendo conquistado grandes amigos.

A Sr^a Lúcia Vânia (PSDB – GO) – Concede-me um aparte, Senador?

O SR. VIRGÍNIO DE CARVALHO (PSC – SE) – Pois não, Senadora.

A Sr^a Lúcia Vânia (PSDB – GO) – Senador Virgínio, eu gostaria de, em meu nome e em nome do meu Estado, o Estado de Goiás, cumprimentá-lo pelo seu pronunciamento. Sinto que esse pronunciamento tenha sido feito hoje, em uma sexta-feira, no dia em que todos os parlamentares não estão aqui presentes. Mas tenho certeza de que, se tivéssemos outros Parlamentares aqui, V. Ex^a teria o aplauso de todos que compõem esta Casa, pelo seu discurso firme, pelos seus compromissos com a democracia, por ser um homem de fé, bem externada no pronunciamento de V. Ex^a. E, aqui, V. Ex^a vem substituir uma grande mulher: uma mulher serena, discreta, mas, altamente, competente. Fui Secretária Nacional de Assistência Social e pude estar muito próxima da Senadora Maria do Carmo e sei o quanto ela pôde fazer por Sergipe, o quanto ela pôde inovar na área social. Portanto, V. Ex^a já chega com uma grande responsabilidade. Por isso, tenho a certeza de que V. Ex^a, que já a conheceu, que já participou do Governo João Alves, deve ter o mesmo estilo, o mesmo compromisso e, sem dúvida alguma, prestará um grande serviço a esta Casa. Desejo sucesso a V. Ex^a. Que a sua presença seja para engrandecer a Casa, que a ajude a melhorar esse perfil, que precisamos ter aqui, de compromisso com o País, de compromisso com a democracia e, acima de tudo, de compromisso com o povo brasileiro. Obrigada.

O SR. VIRGÍNIO DE CARVALHO (PSC – SE) – Eu que agradeço a V. Ex^a.

Concedo o aparte ao Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Virgínio de Carvalho, embora o momento não seja propício, por causa da enfermidade da Senadora Maria do Carmo Alves, quero registrar a extraordinária mulher que ela é, em todas as virtudes de mulher, de grandeza, e quero aqui lembrar a sua extraordinária obra social. Exemplo de mulher – mulher mãe, mulher santa, mulher servidora e dedicada – que vive momentos de dificuldades. Dificuldades maiores acho que sofre o seu esposo – nós que amamos as mulheres sabemos

sentir isso –, que também é uma figura extraordinária e um dos maiores homens do Nordeste. Além de sua obra política, todos a conhecem no Ministério da Integração. Ele tem a melhor obra sobre o Nordeste. Senador Mozarildo, eu não a li, eu a estudei por ser a melhor obra técnica sobre os problemas do Nordeste, uma obra da autoria do Senador João Alves, ex-Governador e ex-Ministro. Então, ele deve estar sofrendo muito, e o povo de Sergipe também. Mas vamos entregar tudo a Deus. “Deus escreve certo por linhas tortas”. E V. Ex^a representa este Deus cristão. V. Ex^a é evangélico, do Partido Social Cristão, e entra fazendo história, por ser, talvez, o primeiro Senador membro deste Partido. Somos um País cristão. Mozarildo, no passado, éramos obrigados, ao assumirmos o mandato de senador, a nos declarar cristãos. Hoje, não. Mas V. Ex^a representa essa história de tradição. Mas, mesmo assim, se mantém Cristo ali. Então, V. Ex^a representa o Partido Social Cristão, que está em todo o Brasil, e agora está aqui no Senado da República. São 13 Deputados Federais e vários estaduais. E, graças a Deus, está no Piauí também. No Piauí, a sua Presidente, com muito orgulho, é a minha filha – mulher encantadora, engenheira –, Maria das Graças Moraes Souza, que preside o Partido Social Cristão. Então, V. Ex^a vem, sem dúvida alguma, engrandecer este Senado e a democracia brasileira, representando este Partido, o PSC, com perspectivas invejáveis na política do Brasil.

O SR. VIRGÍNIO DE CARVALHO (PSDC – SE)

– Obrigado, Senador Mão Santa.

Gostaria de deixar claro que, na realidade, estava prevista a minha vinda para o Senado este mês; porém, subitamente, a Dr^a Maria do Carmo, a nossa Senadora, passa por problemas de saúde. Por tudo isso, não me senti à vontade para fazer um pronunciamento, porque, pelo amor, pelo lado afetivo que dedico a ela e a seu esposo, não me senti corajoso o bastante para falar. Fiquei aguardando a melhora dela. Conforme informação, por intermédio do Dr. João Alves Filho, ela está bem melhor; o quadro está melhorando e ela vai se submeter a uma cirurgia.

Todavia, quero dizer aqui que, por ser a minha gratidão muito grande a ambos, não me senti à vontade para falar, tinha receio de me emocionar.

Agradeço as palavras da Senadora Lúcia Vânia. Tenho grande satisfação em pertencer à Comissão Regional de Desenvolvimento e Turismo, Presidida por S. Ex^a. Espero poder ser útil àquela Comissão, bem como nas outras em que tive o privilégio de também ser convidado a participar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) –

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Conforme indicação da Liderança, nos ter-

mos dos Ofícios n^{os} 34/2008, da Liderança do Partido dos Democratas, 69/2008, da Liderança do PMDB, e 45/2008, da Liderança do PSDB, a Presidência designa os seguintes Senadores e Senadoras para compor a Comissão Temporária Externa, criada pelo Requerimento n^o 193, de 2008, destinada a verificar, “in loco”, o risco ambiental em que vivem os 31 municípios relacionados pelo Instituto Nacional de Pesquisa Espacial – INPE em seu “mapa do desmatamento”.

Titulares

Suplentes

**Bloco Parlamentar da Minirria
(DEM – PSDB)**

Jayme Campos (DEM)

1. Gilberto Goellner (DEM)

Flexa Ribeiro (PSDB)

2. Eduardo Azeredo (PSDB)

**Bloco de Apoio ao Governo
(PT – PR – PSB – PCdoB – PP – PRB)**

1.

PMDB

Valdir Raupp

1. Leonmar Quintanilha

PTB

1.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OF.GLPMDB N^o 96/2008

Brasília, 4 de abril de 2008

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, e de acordo com o Requerimento n^o 341, de 2008, de iniciativa da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, que “Cria a Comissão Temporária Externa, destinada a representar o Senado Federal na Conferência Mundial da Paz, que ocorrerá em Caracas – Venezuela”, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência o nome do Senador José Nery–PSOL/PA, em vaga cedida pelo PMDB, para integrar a referida Comissão.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Valdir Raupp**, PMDB/RO.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Conforme indicação da Liderança do PMDB, designo para compor a Comissão Temporária Externa, criada pelo Requerimento n^o 341, de 2008, destinada a

representar o Senado Federal na Conferência Mundial da Paz, o Senador José Nery (PSOL/PA).

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Antes de passar a palavra ao próximo orador inscrito, quero ter a honra de registrar a presença do Prefeito Paulo Wanderley, do Município de Amajari, lá do nosso Estado, acompanhado de sua esposa Mariana e do Dr. Moacir, que faz parte de sua equipe de trabalho. Eles muito nos honram em nossa Tribuna de Honra.

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Augusto Botelho.

V. Ex^a, Senador Augusto Botelho, está com a palavra.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Exm^o Sr. Presidente e Senador pelo meu Estado de Roraima Mozarildo Cavalcanti, Sr^{as} e Srs. Senadores, ainda falta muito para alcançarmos o nível da Dinamarca, da Finlândia e da Nova Zelândia no que diz respeito ao trato com a coisa pública e às atitudes de cidadania.

É possível que alguns já estejam perguntando: por que esses países, que sequer são os mais expostos na mídia? Respondo: simplesmente porque são os que se destacaram, colocando-se em primeiro lugar, como os países menos corruptos do planeta no *ranking* da transparência internacional.

No Brasil, por sua vez, é muito difícil um dia em que não recebamos, pela televisão, pelo jornal, notícias, as mais absurdas e inimagináveis, sobre lesão aos cofres públicos e aos seus semelhantes...

Sem sombra de dúvida, esta continua sendo a terra onde a única lei que impera intocável é aquilo que se convencionou chamar “lei de Gérson”, denominação que causou profundo constrangimento ao personagem Gérson, cujo nome fora usado, pois se originou de uma propaganda comercial, a qual passaria, mas que firmou o seu nome com esta lei.

No último relatório, emitido pela Transparência Internacional, o Brasil obteve a nota 3,5, numa escala que vai de zero a dez. Resultado: entre os 180 países analisados, o Brasil, ocupa a 72^a posição entre os países mais corruptos do mundo.

É uma posição que nos enche de preocupação, principalmente ao tomarmos conhecimento de que também constam do levantamento muitas pequenas nações ainda dominadas por governos mais corruptos e ditatoriais e sem possibilidade de controle. Além do mais, ainda estamos distantes da nota considerada o ponto médio, o divisor de águas, que é cinco. E fomos superados, com alguma facilidade, por Cuba, onde a falta de liberdade é presente e constante.

Na América Latina, somos superados pelo Chile, Uruguai, Costa Rica, Colômbia, e empatamos com o México e com o Peru.

Figurar entre os primeiros colocados (Dinamarca, Finlândia e Nova Zelândia, que obtiveram nota 9,4) seria impossível a curto prazo, mas está na hora de pensarmos seriamente em combater a corrupção que ainda grassa neste País, com a divulgação quase cotidiana de escândalos, uns mais impressionantes que outros.

Agora, estamos às voltas com o lançamento da recente campanha “O que você tem a ver com a corrupção?”, ocorrido no mês de março, sob a liderança da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp) e do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União (CNPGE).

Sr. Presidente Mozarildo Cavalcanti, Srs. Senadores Mão Santa e Cristovam Buarque, Sr^{as} Senadoras, é importante ressaltar o caráter educativo dessa campanha na busca da conscientização da sociedade, alertando-a para os valores indispensáveis ao exercício da cidadania. Alguns valores deveriam estar vinculados estreitamente àquilo que definimos como a formação do caráter, mas estão na iminência de desaparecer do nosso universo político, a julgar pelos fatos de que tomamos conhecimento amiúde.

“A corrupção corrói a dignidade do cidadão, contamina os indivíduos, deteriora o convívio social, arruína os serviços públicos e compromete a vida das gerações atuais e futuras”. Esse é um trecho retirado da introdução da cartilha denominada “O combate à corrupção nas prefeituras do Brasil”, elaborada por Antoninho Marmo Trevisan e outros. Ela foi inspirada no combate à corrupção no Município de Ribeirão Bonito, levado a efeito pelos moradores da organização não-governamental Amigos Associados de Ribeirão Bonito (Amarribo) e que teve como resultado a renúncia do prefeito, que se viu na iminência de ser cassado.

Para obter resultados como os de Ribeirão Bonito, no sentido de extirpar a corrupção, é preciso conscientizar os cidadãos da necessidade de acompanhamento e supervisão permanentes da conduta dos administradores públicos.

Sem dúvida, é indispensável a cobrança da disponibilidade das informações a respeito dos gastos públicos, uma área em que o País vem avançando, com a disponibilização das informações sobre as ações do Governo na rede mundial de computadores.

Sr^{as} e Srs. Senadores, no Estado que represento nesta Casa, Roraima, o Ministério Público estadual vem demonstrando seu envolvimento efetivo na campanha para o combate à corrupção, buscando a adesão de

instituições públicas e privadas interessadas no tema. Em âmbito nacional, autoridades do Poder Judiciário e dos Tribunais de Contas, em como inúmeras personalidades reconhecidas por sua luta pelos direitos do cidadão também estão envolvidas com essa meritória campanha.

Historicamente, é nosso dever afirmar que a campanha “O que você tem a ver com a corrupção?” surgiu em 2004, no Estado de Santa Catarina, numa iniciativa do Promotor de Justiça Affonso Ghizzo Neto. Destinava-se principalmente a ações educativas.

A divulgação positiva despertou o interesse e entidades nacionais. Foi assinado, então, no dia 27 de setembro do ano passado, um termo de cooperação entre a Associação dos Membros do Ministério Público (Conamp) e o Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União (CNPGE), para mais essa ação que tem como objetivo o combate à corrupção.

Agora, a campanha deixa de ser apenas educativa, no sentido de estimular as novas gerações para a construção de um País mais justo e sério, a partir de suas próprias condutas diárias: respeitando-se as leis de trânsito, não se jogando lixo no chão, respeitando os direitos de quem chegou antes na fila, coisas simples que fazem a formação do caráter das pessoas.

Para o futuro, espera-se também dos cidadãos uma atitude de cobrança, exigindo a efetiva punição dos corruptos e dos corruptores. É sabido que as práticas corruptas colocam em risco os pilares da democracia, como o da igualdade de todos perante a lei.

Transcrevo aqui a idéia do filósofo Newton Bigotto, publicada como resultado de uma entrevista no *site* do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud):

Na medida em que agentes privados fazem uso de recursos públicos e se beneficiam de suas relações privilegiadas com membros dos três Poderes para alcançar seus objetivos e escapar da punição, o regime democrático está ameaçado. [...] Não podemos conviver com relações assimétricas com relação à lei se quisermos preservar nossas conquistas democráticas.

Provavelmente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o efeito mais perverso da corrupção é o de que ela aumenta a desigualdade. E a corrupção produz pobreza. E esse é o título de um estudo patrocinado pelo Banco Mundial, elaborado pelos economistas Daniel Kaufmann e Aart Kraay. Eles estudaram indicadores da boa governança em 160 países, incluindo, é claro, o combate à corrupção.

Pelo cruzamento dos dados, os autores colocaram o Brasil na 70^a posição – posição 70 – entre os 160 países com boa governança, ao lado de países

como Sri Lanka, Malauí, Peru, Jamaica e duas ditaduras: Cuba e Bielo-Rússia.

Chegaram também à conclusão de que, se a corrupção no Brasil se agravar até atingir um nível comparado ao de Angola – um dos casos mais graves –, a renda *per capita* brasileira cairá 75% em oito décadas. Se, de outra forma, Senador Cristovam Buarque, chegarmos ao nível de honestidade da Inglaterra, a renda *per capita* do brasileiro ficará quatro vezes maior em igual período, de 80 anos.

Em poucas palavras, o estudo comprovou a existência de fortes traços entre altos níveis de corrupção e baixos índices sociais.

Sr^{as} e Srs. Senadores, a corrupção é um câncer que corrói a sociedade brasileira. O que é possível fazer para curá-lo?

Passo a palavra ao nobre Senador e defensor da educação nesta Casa, como tantos outros.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senador Augusto Botelho, vou simplesmente dizer da minha satisfação de ver aqui um Senador falando da corrupção, mas sem ficar no ramerrame das denúncias que tomaram conta desta Casa nos últimos tempos. Não basta chegar aqui e ficar falando contra um, outro, outro e outro ato de corrupção, mas sim definindo como sair da corrupção. E lamento tê-lo interrompido no momento em que o senhor ia entrar nesse assunto. Mas, felizmente, de vez em quando, a gente vê alguém chegar aqui e falar, sim, do aspecto geral da corrupção e da necessidade não apenas de se prender os corruptos, o que a gente nem consegue, mas de fazer com que não haja mais corrupto. Viciamo-nos tanto na realidade das coisas ruins deste País, inclusive a corrupção, que já não chegamos a pensar que é possível um dia não termos mais essas mazelas. Então, ficamos preocupados apenas em como parar esta mazela. O senhor traz aqui o problema geral das mazelas. Nesse sentido, fico satisfeito. Por que não chegamos aqui, dentro de uma pauta positiva, a elaborar um projeto de lei que faça com que fique impossível ser corrupto no Brasil? Como fazer isso? Há muitas maneiras, e a gente não tem dedicado tempo a isso, lamentavelmente, porque temos ficado apenas no circunstancial, no momentâneo, que é do que vou falar daqui a pouco. Sem falar especificamente no assunto da corrupção, vejo que seu discurso e o meu vão se completar perfeitamente. Parabéns pelo seu discurso. Gostaria de ouvir as propostas e transformar isso, quem sabe, aqui, em um grupo de nós, Senadores, para elaborar uma proposta. Não existe o Fome Zero? Vamos fazer o Corrupção Zero. O Governo Federal não trouxe ainda nenhum projeto aqui chamado Corrupção Zero. A gente pode elaborar, sim, o projeto de Corrupção Zero.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR) – Muito obrigado, Senador. Realmente, V. Ex^a tem razão. Nesta Casa, temos levado muito tempo discutindo coisas de comadres. Não estamos trazendo os assuntos que interessam ao País. É lamentável que tenhamos ficado vários meses aqui sem produzir nada. V. Ex^a já havia me falado sobre a idéia de reunir um grupo para discutir ações de combate à corrupção.

Um dia desses, conversamos a respeito disso. Acho que temos que levar em frente, para fazer um estudo e dar um rumo. E devemos lutar, para que o projeto seja aprovado, porque, é incrível, discutimos as coisas aqui... O Senador Mozarildo Cavalcanti, por exemplo, hoje falou de um projeto dele que foi aprovado em 1999 e que está amarrado lá na Câmara, um projeto relativo às terras da União.

Mas, para encerrar o meu pronunciamento, volto a repetir que a corrupção é um câncer que corrói toda a sociedade brasileira. Mas o que é possível fazer para curá-lo? Lá no meu Estado, os donos das televisões e das rádios são todos políticos. E já colocaram na cabeça das pessoas que o político bom é o que rouba, mas faz.

Não existe ladrão bom, Senador Cristovam Buarque. Nunca ouvi falar que houvesse um bandido que fosse bom. Então, quem rouba, mas faz não pode ser bom. Uma pessoa que só coloca uma emenda para interesse dela, e não da comunidade? São coisas que temos de ver. E o povo tem que ser mais crítico na hora de votar; tem de ver que, se as pessoas têm um passado no qual roubaram, vão roubar de novo. Nesta história de “rouba, mas faz”, leva-se um milhão para casa, e dá-se um milhão de migalhas para os pobres.

No nosso modesto ver, a contribuição da campanha “O que você tem a ver com a corrupção?” – inclusive, podemos nos unir a essas associações, para discutir com os Procuradores – pode ser altamente benéfica para o nosso crescimento como Nação e para a valorização do exercício da cidadania.

Vale a pena mencionar aqui a frase atribuída a Pitágoras, que considero inquestionável: “Eduquem-se as crianças, e não será preciso castigar os homens”.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Parabéns, Senador Augusto Botelho!

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Cristovam Buarque, do Distrito Federal.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem. É uma comunicação que quero fazer.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Concedo a palavra ao Senador Augusto Botelho, pela ordem.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaria de comunicar à Casa que, na Galeria de Honra, encontram-se o Prefeito do Município de Amajari, Paulo Wanderley; sua esposa, Mariana; e seu assessor, Moacir.

Amajari é um Município ao norte do meu Estado, que é tradicional produtor de alimentos, de gado e grãos e que foi agraciado, teve a benção de ganhar uma escola técnica, uma nova unidade da Escola Técnica Federal. O pessoal hoje está fazendo um levantamento topográfico do terreno, para iniciar o projeto destinado à implantação da escola técnica. Será a primeira escola técnica na região norte do nosso Estado. A primeira escola foi feita pelo Senador Mozarildo Cavalcanti, quando S. Ex^a era Deputado, há muito tempo. Temos a segunda, e essa será a terceira escola.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – É uma Unidade de Ensino Descentralizada (Uned), Senador Augusto Botelho.

Tem a palavra o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Mozarildo Cavalcanti, Sr^{as} e Srs. Senadores, nesta manhã, fazendo a obrigação de qualquer político, que é a de ler os jornais do dia, Senador Virgínio Carvalho e Senador Mão Santa, tive a sensação de que, às vezes, deveria rir e, às vezes, deveria chorar. Às vezes, dá vontade de rir das trapalhadas que estamos cometendo neste País; ao mesmo tempo, dá vontade de chorar por causa delas. Como em toda anedota, em geral, alguém ri de uma situação ruim de outro. Por isso, às vezes, dá vontade de rir com as coisas, mas dá vontade de chorar com a tragédia que essas coisas representam.

Veja, Senador Mozarildo Cavalcanti, que, hoje, lendo o jornal, vi que o assunto da tapioca também chegou a um funcionário do Governo anterior. Vejam a crise por que passamos! Usando uma expressão do Senador Mão Santa, que incomodou muita gente, o “ciscar”, dá-se a impressão de que estamos ciscando aqui dentro, Senador Mão Santa, uns contra os outros, e que nenhum está saindo do lugar. E quem perde é a Oposição, é a Situação, é o Brasil.

Na história do Brasil do tempo em que eu era pequeno, estava escrito “anos dourados”; cresci, e passaram a existir os anos da reforma; depois, os anos de chumbo; também é preciso lembrar que os próprios anos de chumbo foram anos do milagre; depois, vieram

os anos da reconstituição, da redemocratização. Senadoras e Senadores, fico pensando em como serão chamados estes anos em que já não sou tão jovem e sou Senador; temo que fiquem marcados como os “anos tapioca”, porque é o assunto que tem dominado nosso debate.

É claro que a corrupção tem de ser apurada; nenhum ato de corrupção, de desvio de dinheiro, pode passar em branco. Mas não podemos ficar presos a essa realidade; não podemos ficar presos a essa situação que atravessamos. Nas mesmas semanas em que estamos aqui discutindo CPI do Cartão Corporativo, nessas mesmas semanas, se fôssemos listar a quantidade de maldades cometidas contra as crianças do Brasil, precisaríamos de uma longa lista.

Em uma cidade, uma criança é jogada pela janela; na outra uma criança é acorrentada; na outra uma adolescente fica presa com bandidos; na outra há crianças morrendo de dengue; na outra há 14 milhões sem escola... São as manchetas do dia. E aí, onde estão as crianças aqui no nosso debate? Não entram. Portanto, não entra também no nosso debate o futuro do Brasil. Isso é o que me angustia. Apesar de as trapalhadas serem tão grandes, o ciscar está tão intenso aqui, Senador Mão Santa, que a gente fica se perguntando se não dá vontade de olhar como se estivesse fora e de rir um pouquinho também.

Mas acho que a gente tem de fugir dessa idéia de rir da tragédia; a gente tem de insistir na necessidade de procurar mudar esses tempos apelidados de “tempos tapioca” para tempos de futuro, para pensar o futuro do Brasil. Sei que talvez não adiante nada falar sobre isso, porque, na segunda-feira, a gente vai voltar aos mesmos velhos temas, que caem no vazio. Vejam essa luta inteira, enorme, imensa, de Senadores em função de saber se a Ministra Dilma vem ou não.

Primeiro, ela já deveria ter dito que vem, antes de ser convocada. Não vejo razão para ela temer vir aqui. Segundo, a oposição não oferece propostas alternativas para o Brasil, comportando-se hoje como o PT se comportava antes. Quando eu tentava, lá dentro, como militante do PT, oferecer propostas, ouvia mais de uma pessoa dizer: “Proposta é para quem é situação, não para quem é oposição”. E, agora, a oposição de hoje está-se comportando dessa maneira.

Vamos supor que a oposição consiga trazer a Ministra Dilma Rousseff; vamos supor que ela venha aqui para depor; vamos supor que o depoimento satisfaça à oposição e que ela se saia mal. Mas, daqui a 10 anos, quem vai falar nisso? Daqui a 10 anos, o que fica disso? Nada. O que vai ficar dos nossos tempos?

Nós não somos a geração que vai fazer a abolição da escravatura; isso já foi feito 120 anos atrás.

Nós não somos a geração que vai fazer o desenvolvimento deste País com democracia, como foi a geração de parlamentares no tempo de Juscelino. Nós não somos mais a geração que faz as reformas de base, porque ou já passou o tempo ou a gente não discute isso. Nós não somos a geração da redemocratização, não somos – eu fui, como jovem, lá fora, fazendo manifestação, mas não aqui dentro. Nós não somos a geração de nada neste momento. Qual é a marca da nossa geração, a não ser, como diz o Senador Mão Santa, estarmos aqui na sexta-feira, como não se fazia em 120 anos, a não ser os discursos que a gente faz? O que vai ficar disso?

O Senador Augusto Botelho acaba de falar sobre a necessidade de termos uma proposta contra a corrupção. Quando vamos debater aqui uma proposta de corrupção zero neste País? De zero crianças sem concluir o ensino médio? De escolas técnicas em todos os Municípios, como a de Roraima, de que o senhor falava agora há pouco? Quando vamos discutir aqui a saída para a crise energética que este País vai viver de qualquer maneira, mesmo que chova o tempo todo, porque vamos esgotar as fontes de energia se não mudarmos a nossa matriz, o nosso modelo energético? E passa pela mudança do modelo energético viver consumindo menos energia. A gente se acostumou a discutir o modelo energético do ponto de vista de produzir mais com fontes alternativas, como, por exemplo, as eólicas ou o *biodiesel*. A gente não está percebendo que, ou reduzimos o consumo de energia ou não vai ter saída. Claro que o *biodiesel* é renovável, mas ocupa terra. Então, vai chegar ao limite de não ter terra para produzi-lo. É renovável, mas limitado.

Quando vamos discutir como fazer para que neste País não haja mais epidemias. A gente está, no máximo, discutindo como parar a epidemia no Rio de Janeiro; mas, daqui a um ano, ela volta, daqui a dois anos, três anos, cinco anos, ela voltará, se não tivermos uma mudança na maneira como a gente enfrenta os problemas neste País.

A mãe de todas as epidemias é a imprevidência. Quem as cura depois são os médicos, como dois que estão aqui neste momento, mas quem faz a epidemia é a imprevidência. E estamos sendo imprevidentes com os destinos do Brasil. Fomos imprevidentes no Rio de Janeiro ao não derramar as águas que, empossadas, trouxeram este maldito mosquito *Aedes aegypti* para espalhar a dengue no Rio de Janeiro. Mas estamos sendo imprevidentes com diversas outras epidemias.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – V. Ex^a me permite participar?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Permito com o maior prazer. Dê-me um minutinho só,

Senador, mas com o maior prazer. Aliás, uma das boas coisas é ter os seus apertes.

Nós temos, adiante, visíveis, previsíveis, imagináveis, com clareza, outras epidemias. Será que o trânsito nas grandes cidades deste País não é uma epidemia previsível? Ontem, na televisão, em um dos jornais da noite, vi um comentarista econômico dizer que há um espaço imenso nas indústrias automobilísticas para aumentar a produção. E o outro apresentador perguntou: “E haverá espaço nas ruas?”. A gente não está pensando no espaço nas ruas. A gente está pensando em aumentar a produção. É claro que haverá uma epidemia!

Aliás, veja como estamos. Eu digo que vai haver epidemia. Mas, ontem, mostravam um engarrafamento de mais de duzentos quilômetros. A epidemia já está aí. Nós nos acostumamos tanto com ela, que a gente não vê. Nós nos acostumamos tanto a ficar horas em engarrafamentos, que a gente já não percebe que isso é uma epidemia. É como alguém que tivesse dengue a vida inteira, ele não ia saber que estava com dengue, ia saber que estava sofrendo, mas não ia considerar isso uma doença e, sim, uma realidade natural.

Nós temos, diante de nós, uma quantidade de epidemias previsíveis: na energia, na educação, na saúde, no meio ambiente. E nós estamos sendo imprevidentes. Inclusive, aqui, nesta Casa, estamos sendo imprevidentes, porque estamos – volto a insistir na metáfora do Senador Mão Santa – ciscando aqui dentro. Nós não estamos, de fato, caminhando. Não estamos caminhando; estamos amarrados.

E a pergunta que faço, antes de passar a palavra ao Senador Mão Santa, é: Como é que nós caímos nessa armadilha? Porque nós estamos, Senador Augusto Botelho, em uma armadilha; a armadilha de que, se não se dedica a lutar contra a corrupção, é conivente. E é verdade. Mas, quando faz a luta contra a corrupção momentânea, de denúncias, a gente não está fazendo mais o resto. Caímos na armadilha. Estamos numa armadilha, inclusive, em que, quem não joga lama, ou não leva lama, não aparece nos noticiários, porque os grandes debates nacionais sumiram da mídia e dos jornais. Nós debatemos, hoje, a lama.

Houve um tempo em que havia alguns jornais de que se dizia que, espremendo, saía sangue. Hoje, se a gente espremer os jornais, sai lama. Culpa nossa, dos políticos, que estamos provocando isso. Uns, muito mais. Outros, zero até. Mas é culpa nossa. Culpa também de uma armadilha da qual não estamos sabendo sair. A entrevista do Presidente Garibaldi mostra uma prisão, uma armadilha na qual caímos, porque ele alerta dos problemas, e a gente não sabe como sair deles.

Quero deixar, aqui, antes de passar a palavra ao Senador Mão Santa, esta pergunta: Como foi que caímos nessa armadilha em que estão, hoje, o Congresso Nacional e a política brasileira, apenas no curto prazo e na podridão da superfície, sem entender a ferrugem da engrenagem da sociedade brasileira, sem conseguir lubrificar essa sociedade?

Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Professor Cristovam, V. Ex^a tem aquilo que buscamos, tem sabedoria. Tem, mas me permita discordar do raciocínio de V. Ex^a. Hoje cedo, traduzindo a grandeza da satisfação do cumprimento da missão, abri esta sessão. Ouvi alguns pronunciamentos, e, dentre eles, o do Senador Mozarildo Cavalcanti. Daí eu o convidei para presidir a sessão. Como V. Ex^a está fazendo um pronunciamento muito importante, ele fez um de alta valia. Só esse pronunciamento dele valia pelo mandato que o bravo povo lhe deu. Primeiro, ele contestou o nosso Presidente, que eu elogiei antes de V. Ex^a, segunda-feira, nas páginas amarelas, com Garibaldi. O Garibaldi, eu já estava desesperado, e ele disse: “Acabaram-se os políticos lisos”. Mas não. Está aí um médico decente, sem contas no exterior, sem patrimônio, e o povo o trouxe, agorinha aí, para um novo mandato. O povo dá força, reconhecendo o valor. V. Ex^a está aqui, e nós. Este Senado, olha... Mozarildo, no calor da emoção e vibrante no pronunciamento dele, firme – firmeza era o que se definia –, advertindo o Presidente da República sobre a realidade, a verdade. Mas, olha, ele se entusiasinou e disse: eu fui daqueles, porque queria defender o povo contra os jurores escorchantes. Fui humilhado e expulso de uma Comissão. Não é? Por uma Líder do Governo. E ele estava ali. Mas ele era um daqueles. E eu quero dizer que nós podemos nos apresentar ao Brasil. V. Ex^a está no meio. Se V. Ex^a sabe História, se lembra dos trezentos de Esparta, segurando o mundo civilizado, os números de Atenas e Temístocles, de Leônidas, e eles ficaram ali. Nós somos hoje isso. O nosso papel é o mais importante no momento neste País. Nós somos a última trincheira que está defendendo esse movimento inspirado. Está aí. Esse vendaval todo aconteceu porque é meu papel advertir, como eu adverti isso. Há cinco anos que entrei e tem pronunciamentos meus sobre saúde pública alertando de que isto estava igual ao que Floriano Peixoto dizia sobre a saúde pública no Brasil: “faz-se com o sol, a chuva e os urubus”. Estava no descaso; eu adverti, e está no que está. Então, nós estamos aqui, como aqueles trezentos, como o orgulhoso Mozarildo disse: como aqueles trezentos, defendendo as liberdades da Grécia, nós estamos defendendo as liberdades democráticas neste País, ameaçada por esse partido cuja origem é carac-

terística. Daí aquele tormento com as minhas palavras, porque eu disse que nesse partido o Hitler teve 96% de opinião pública na Alemanha, influído por Goebbel, pela mentira. Esse partido, que buscou, salvaguardou o nome de Deus, que cultivou o trabalhador – “comerás o pão com o suor do teu rosto” –, que é uma homenagem ao trabalho e ao trabalhador, que pegou o nome – também lá é Partido do Trabalhador da Alemanha. A cor, nós, que somos médicos, sabemos, que lembra o sangue, que excita, é a mesma. E me lembra o Presidente Sarney, Senador: “Brasileiras e brasileiros...”. Eu me lembro do Presidente Getúlio, estadista, no 1º de maio que se avizinhava, eu era menino: “Trabalhadores do Brasil...”. Mas, não. Ele segue o de lá. Quem usou o termo “Companheiras e companheiros...” foi lá. Foi lá no *Mein Kampf*. E aquelas do nome genérico, descritas como quem cisca, aquelas que “cacarejam”, que “cacarejam”, obras que não existem, obras-fantasma, antes de nascerem abortadas, numa demagogia. E nós, somente nós, a última resistência que está evitando este País... Quando até um Vice-Presidente da República, que eu pensava que tinha juízo, conclama para sairmos da democracia e da Constituição. E nós que desacreditávamos. Eu pensava, eu era admirador de José de Alencar. Tô fora! Vem pregar a desobediência à Constituição! E não tinha a competência de V. Ex^a, porque a ignorância diz que Frank Delano Roosevelt foi eleito três vezes. Foi eleito quatro, mas o momento era outro, era em guerra; guerra justamente nascida lá do que eu denunciei: do nazismo. É! E o povo americano o elegeu quatro vezes. E o seu vice continuou, Truman, com o apoio de sua mulher. E esta é a denúncia: nós é que estamos evitando este País sem aquele regime que se irradiou em Cuba, que se irradiou aí, na Venezuela, no Equador, na Bolívia e na Nicarágua. Aqui, ele ainda não se instalou porque temos a mesma grandeza, somos aqueles 300 de Esparta. V. Ex^a é um deles quando teve a visão de futuro de que a educação era a salvação. V. Ex^a foi humilhado, demitido por um telefonema. Mas sou Francisco – Paz e Bem era a sua bandeira –, e Francisco disse: “os humilhados serão exaltados”. E V. Ex^a é um desses neste grandioso Senado, que jamais vai deixar esses que aí estão tirarem as liberdades democráticas do nosso País.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Senador Mão Santa, quando o senhor começou dizendo que discordava, fiquei contentíssimo, porque faltam discordâncias aqui dentro. Aqui se briga, mas não se discorda, porque não se debatem idéias.

Só que ele disse que iria, mas não discordou. Senador Mozarildo, Senador Augusto Botelho, os discursos que os senhores fizeram e o que eu estou fazendo não vão ser comentados na segunda-feira aqui. Grande

discurso que o senhor fez! O discurso do Senador Augusto Botelho foi um discurso de peso, mas vai cair no vazio. Nossos discursos caem no vazio hoje.

Sinceramente, desculpem o pessimismo, mas, se o Presidente Lula decidir fazer o terceiro turno – e eu fui o primeiro a denunciar isso, em 2006, na campanha presidencial –, ele termina aprovando isso aqui. Ele termina aprovando aqui, com o seu voto contra...

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Um minuto, quebrando, mas V. Ex^a tem sensibilidade. Esse é o debate qualificado. Quem primeiro falou neste País – está na crônica de Cláudio Humberto – em mesada foi o Senador Mão Santa. E fizeram e eu recebi – eu, como o Mozarildo, tinha votado no Luiz Inácio – as maiores pressões para tirar a expressão, para dizer e ir contra o jornalista. Ele escreveu: o Senador Mão Santa disse que tem mesada. Um mês depois mudaram o nome e colocaram mensalão. Então, nós combatemos a corrupção. Fui o primeiro na crônica de Cláudio Humberto, esse extraordinário jornalista. Está lá: Mão Santa está constrangido porque esse Governo está cheio de mesada. Aí, mudaram o nome e surgiu o mensalão.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Mas fizeram, mesmo assim.

Lembro de ter assistido aqui ao senhor alertando sobre a dengue. Mas a dengue veio, não apenas porque ficamos ineficientes, não apenas porque ficamos inoperantes. Nós ficamos irrelevantes. Irrelevantes! E não há democracia com o Congresso irrelevante. Irrelevante, porque nós caímos numa armadilha e não estamos sabendo sair dela. Este eu quero que seja o resumo do que estou colocando aqui: como sair da armadilha do imediatismo, do “curto prazismo”, do “denuncismo”, do “defensismo”? Porque, hoje, de um lado, é denúncia e, do outro, é defesa. Não há debate ideológico.

Qual foi o debate em que se contrapôs aqui a oposição à situação em relação aos destinos do Brasil? Qual foi? Qual foi o debate aqui em que se disse que o futuro do Brasil vai por aqui, ou o futuro do Brasil vai por ali?

Não vejo diferença na situação e na oposição em relação aos rumos do Brasil, pela inércia, porque estão deixando que continue esse rumo que vem aí, esse rumo que pode terminar dando no terceiro turno, sim.

Por quê? Porque vai ficar com um voto contra seu, um voto contra meu, talvez o voto contra de todos aqui, mas termina tendo o voto a favor dos que são necessários.

Não há debate nesta Casa em relação ao futuro do Brasil.

Nós caímos numa armadilha, e essa armadilha está fazendo com que o nosso tempo seja o tempo do ramerrame, do ciscar; esteja ficando como os anos da tapioca, e não os anos de ouro, e não os anos da redemocratização, e não os anos do milagre, e não os anos de algum fato formidável para mudar o rumo do Brasil. Nunca talvez o Brasil tenha precisado tanto mudar de rumo, porque nesse rumo que a gente vinha antes, pelo menos a gente ia; agora, mesmo se a gente for, está ficando para trás. Trinta, quarenta anos atrás, o Brasil era um país com muito mais futuro do que qualquer dos Tigres Asiáticos, com mais futuro mesmo do que países como Irlanda, Espanha e Portugal. Nós éramos o país do futuro, sim. Hoje, esses países nos passaram. Estão lá na frente, e nós lá atrás, porque aqui estamos presos numa armadilha, a armadilha do “denuncismo” e do “defensismo”, do imediatismo e do “curto prazismo”. Só pensamos o que vai ser amanhã. Quando eu digo amanhã não é metaforicamente não. É amanhã mesmo, segunda-feira, e não o que vai acontecer na terça, na quarta ou na quinta.

Eu fico feliz, Senador Mozarildo. Tenho um pedido de aparte do Senador Augusto Botelho, mas quero lembrar que o Senador Mão Santa tem de sair, e eu quero assistir ao discurso dele.

O Sr. Augusto Botelho (Bloco/PT – RR) – Eu retiro.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – O Senador Augusto Botelho, então, abriu mão.

Sr. Presidente, fica aqui a minha mistura de angústia e diversão ao ler os jornais hoje e ver que nós estamos, tristemente, presos numa armadilha, e, divertidamente, vendo que a armadilha prende a oposição e a situação, os dois prisioneiros dessa falta de compromisso, de visão com o longo prazo e com o conjunto do País.

Essa é a minha fala, Sr. Presidente.

Agradeço a tolerância do tempo.

Durante o discurso do Sr. Cristovam Buarque, o Sr. Mozarildo Cavalcanti, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Augusto Botelho.

Durante o discurso do Sr. Cristovam Buarque, o Sr. Augusto Botelho, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Obrigado, Senador Cristovam.

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Mão Santa, do Piauí.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sexta-feira,

4 de abril, 12 horas e 27 minutos, “um quadro vale por dez mil palavras”. Este é o Senado que trabalha.

Senador Mozarildo, que preside esta sessão, Parlamentares presentes, brasileiras e brasileiros aqui e que nos acompanham pelo fabuloso sistema de comunicação do Senado – essa beleza de Televisão Senado, rádio AM, FM, Jornal do Senado, Agência Nacional do Senado, que leva ao povo brasileiro a verdade –, este Senado é tão importante que vou trazer um documento importante.

Aqui passou um Senador do meu Estado por duas legislaturas; foi Conselheiro da República; foi Prefeito da minha cidade, melhor que eu; foi Governador do Estado, melhor que eu; Senador da República, melhor que eu; e está na Câmara Federal. Ele é muito preocupado com os problemas do Brasil. E esse é o título que me dá grandeza, o qual represento. Então quando um homem da grandeza de Alberto Silva, na sua luta, abençoado – aqui nós temos o novo Senador que é um homem evangélico, Carvalho – diz que Deus abençoa aquele que dá longevidade e nela ainda exerce a sua profissão.

Alberto Silva foi sempre um engenheiro político. É uma figura ímpar. Quem tem bastante luz não precisa diminuir ou apagar as luzes dos outros para brilhar. Um filósofo disse isso. Então eu quero dizer que ele é um homem que está atento a isso, é sua vocação.

Ele me mandou uma carta e um estudo sobre a dengue no Brasil. E o estudo é baseado no saber, no conhecimento. Ele é aquele engenheiro formado em Itajubá. Ele foi premiado quando ainda era Senador. Itajubá é a melhor escola de engenharia deste País, ali em Minas. Aliás, o Governador Arruda formou-se lá. Ele era premiado, e só luminares do País tinham sido convidados. Eles têm uma frase do seu fundador que é uma coisa filosófica. Ele está atento a isso, e o Piauí teve uma crise de dengue, que, aliás, está no Brasil todo.

Nós já advertíamos sobre isso. Há cinco anos nós falávamos: “Essa saúde pública...” Nós denunciávamos, nós advertíamos sobre tudo isso. Quantos e quantos pronunciamentos eu fiz? Dizia que ia mal, que ia mal, que ia mal. Como Cristo dizia: “Em verdade, em verdade...”.

Não que eu desejasse isso, mas o estudo nos dá essa visão de futuro. Nós denunciávamos, inclusive no Piauí. O Brasil foi tomado, e ele se preocupou. É um trabalho, Augusto Botelho, de pesquisa dele, um trabalho de consultas volumoso. Não terei tempo de lê-lo aqui, mas irei passá-lo às autoridades interessadas.

Primeiro, ele, com a sua inteligência, une... O maior ridículo que vi nessa política atabalhoada foi quando massacraram o prefeito. Juntaram o Poder

Federal, o Poder Estadual e buscaram o prefeito como bode expiatório. Sabemos que a Medicina busca a etiologia, a causa. A causa é o agente etiológico, o transmissor. E aí as coisas pioraram, e nós vivemos um dos momentos mais vergonhosos da saúde pública.

Fala-se que representam mulheres. Eu quero representar a mãe que chora, a mãe que está desesperada perdendo seu filho para a dengue; a mãe, a avó, a mulher que está desesperada na fila de um hospital; a mulher, mãe, que não tem direito de levar seu filho para uma UTI.

Eu sei o que é isso, Senador Carvalho. Meu filho, empresário, teve a dengue hemorrágica. Deus foi bom: ele pôde, ele foi para uma UTI. Atentai bem, Cristovam. Deus, eu agradeço: ele pôde. Mas quantas mães... Vamos chorar agora por essas mães que estão naquelas filas desgraçadas se consultando.

O Governo colocou quatrocentos soldados. Que ridículo, hein Mozarildo! Soldados para combater... Nós, que gastamos o melhor de nossa juventude buscando ciência para a consciência e, com consciência, servir o povo do Brasil. O que está faltando é isto: é a seriedade da saúde pública.

Luiz Inácio, é dos aloprados que V. Ex^a deve ter ódio, não de mim, que só tenho lhe levado a verdade.

Este País já foi organizado. Mozarildo, Augusto Botelho, vocês se lembram do Sesp? Eram os soldados da saúde pública, eles eram exclusivos da saúde pública. Lembra, Cristovam? Eles ganhavam bem. Eram proibidos, eram impedidos de aceitarem outras propostas: consultórios particulares, outros empregos, outras clínicas.

Os governantes passados, Luiz Inácio, davam salários a eles justos. Hoje não tem mais isso. Que vergonha! Que vergonha! Eu, que represento aqui Juscelino Kubitschek, que foi tirado desta sala.

Senador, vamos buscar em Cuba? Em Cuba? Onde está e Medicina da grandeza de Oswaldo Cruz, que matou o mosquitinho há cem anos; de Carlos Chagas; de Veronesi; de Samuel Pessoa; de Alencar, Aragão; dos cientistas nossos, Mozarildo? Os nossos... Vamos buscar em Cuba? E nós?

Como se consegui, em tão pouco tempo, destruir uma estrutura com tanto sacrifício, com tanta grandeza buscada por todos nós? Veja Cristovam: vamos mandar buscar em Cuba! Nós? Olhe o mapa do mundo, Luiz Inácio!

Christian Barnard. Eu o conheci, convivi com ele, que fez o primeiro transplante cardíaco. O segundo deste mundão foi Zerbini – cheguei a trabalhar com ele e Adib Jatene. Este País da ciência, este País em que esse Governador de São Paulo, que está aí, que também gastou seus anos buscando a competência...

Não era médico, mas escreveu uma das páginas mais bonitas da saúde pública. A Aids, nós fomos capazes... E fomos ridicularizados! Que sejamos ridicularizados, mas nós não podemos deixar chorando as mães brasileiras, Cristovam.

Luiz Inácio, isso é uma calamidade pública! Luiz Inácio, acabe com essa campanha das galinhas cacarejadoras Brasil afora e vamos, todos juntos, não é cantar não, mas chorar, lutar para que nossas mães não sofram pela perda de suas crianças.

Tem doenças que a ciência já as venceu; que o Fidel, que sou contra, venceu; que o Chávez, que sou contra, venceu. E aqui só nesse cacarejamento... Não vai! Vamos fazer um mutirão, dar um tempo...

Essa é a minha formação de cirurgião. Por isso disse que quem entende de urgência sou eu mesmo. Sou médico-cirurgião, sei o que é uma urgência. Larga-se tudo, Cristovam: “Não, aquilo é eletivo. Fica para amanhã, para depois de amanhã. Dá alta. Pode voltar. Vamos operar apendicite aguda para não dar peritonite, a úlcera perfurada, a trombose, a facada, a barra”. Larga e se concentra naquilo que é urgência e emergência.

É isto. Ó Deus, ó Deus, me permita dizer como Castro Alves, em *O Navio Negreiro*, onde estás que não escutas? Ó Deus, ó Deus, faça este Luiz Inácio acabar com essa palhaçada de cacarejamento mundo afora. E vamos, não vou nem dizer chorar, nos debruçar, vamos nos unir, vamos fazer um mutirão dos médicos brasileiros, da ciência brasileira, para enfrentarmos esse mosquitinho.

Então, está aqui um trabalho de Alberto Silva, que tem conhecimento, atentai bem, que deve ser ouvido. Mas vou entregá-lo, na segunda-feira, aos Senadores aqui: àquele extraordinário Senador experiente da época de Vargas, Paulo Duque; ao Dornelles, essa figura sucessora de Tancredo Neves, e ao nosso Crivella, que é um homem evangélico.

Alberto Silva, vou passar seu documento. Mas ele manda uma carta pessoal para mim, Senador Mão Santa; ele que passou aqui, que foi Senador, a letra dele, está vendo, Mozarildo? E, agora, um resumo aqui. Isso aqui pode ser adotado, pode ser estudado, e vamos oferecer este documento, mas que fique a idéia aqui de acabarmos...

Estão aí os irmãos do Nordeste todos vítimas de enchentes, alagados na minha Teresina, na minha Parnaíba, nas cidades ribeirinhas. Vamos acabar com essas enchentes, vamos pedir um tempo...

Ó Luiz Inácio, quando o futebol de salão está errado, o técnico pede: “Tempo. Vamos parar aqui e pensar em mudar”. Nunca jogaste nada não, Luiz Inácio? Tempo; pára! Vamos ver aqui: coloca, muda aí a

caminhada de cacarejamento por uma caminhada do mutirão para salvar os brasileiros e as brasileiras e a criancinha com dengue, de salvar os nordestinos, vítimas. E está aqui uma contribuição. Está é: vamos acabar esse teu projeto de cacarejamento, Luiz Inácio. No projeto da verdade, da realidade e da solidariedade, de enfrentar o problema, esse Fernando Henrique Cardoso é um estadista. A inveja mata, Luiz Inácio. Eu sei que teve um negócio de Apagão – eu era Governador. Ele criou, lá, um superministério – como era o nome, Senador Cristovam Buarque? Aquele do apagão. Sim, mas teve... Gabinete de crise, e entregou a Pedro Parente – um técnico. E vencemos o apagão. Vamos criar esse gabinete de crise para vencer a dengue, para ajudar os alagados e evitar, não é o cantar, mas o choro das mães brasileiras, que perdem os seus filhos com dengue.

E Alberto Silva diz – olhe que isso sensibiliza o Alberto Silva –, que volta aos Senado por mim. Eu vou ler. Ele tem razão, isso tem de ser estudado.

Carta aberta aos ouvintes da TV Senado e particularmente ao amigo Sérgio Cabral, Governador do Rio de Janeiro, a César Maia, prefeito da cidade e ao Ministro da Saúde Temporão [os três são de lá].

Em primeiro lugar, quero prestar minha solidariedade às autoridades brasileiras que, em boa hora, estão colaborando de maneira eficaz, com o auxílio de nossas Forças Armadas, no atendimento médico, desde a hidratação até as doenças mais graves como a dengue hemorrágica.

Entretanto, lamento constatar que o mosquito *Aedes Aegypti*, que foi derrotado por Oswaldo Cruz há cem anos, está vencendo a guerra hoje não só no Rio de Janeiro, mas já se alastrando em todo o Brasil.

Quero em primeiro lugar agradecer a este meu companheiro de partido e combatente emérito de todos os males que afligem os brasileiros, o Senador Mão Santa, que está cedendo o seu espaço para que esta missiva chegue ao seu destino.

Obrigado, Senador Mão Santa.

Alberto Silva, um homem de experiência, foi Prefeito, Governador, Senador, conselheiro da Pátria.

Vamos aos fatos:

Há quatro anos, quando a dengue começou a chegar ao Piauí, constatei que o uso daqueles carrinhos chamados de fumacê não só eram inócuos como a quantidade deles na Secretaria do Piauí era irrisória.

Inócuos por quê? Exatamente pelo fato de que o carrinho atua nas ruas e o mosquito está nos quintais das casas, dentro das casa e nos terrenos baldios, lugares esses absolutamente inacessíveis a tal carrinho fumacê.

Procurei uma solução que pudesse ser considerada válida e eficaz no combate à doença.

No Piauí, no meu primeiro Governo, entre muitos hospitais que foram construídos, um foi feito exclusivamente como um hospital de isolamento para doenças como encefalite, meningite, hepatite, tétano, dengue etc.

Logo percebi que não adiantava só isolar e tratar o doente, e, sim, combater o mosquito.

Procurei, então, o Sindicato das Empresas de Aviação Agrícola e indaguei se não poderia usar o mesmo método de combate às pragas agrícolas e, no caso em questão, usar o avião para matar o mosquito. Eles me apresentaram um trabalho completo sobre o êxito obtido num caso específico dos municípios do litoral paulista, onde encontraram um mosquito diferente do *Aedes Aegypti*, mas que transmitia uma doença muito grave. Eles usaram o avião com o inseticida adequado e, em pouco tempo, acabaram com o mosquito e, por conseqüência, com a doença.

Solicitei que eles me apresentassem uma proposta para um projeto piloto demonstração nas cidades de Teresina e Parnaíba.

Recebi um documento com o respectivo orçamento, mas com uma observação: o Ministério da Saúde, através de uma nota técnica, proíbe o uso de aviões no combate ao mosquito.

Mandaram-me uma cópia dessa nota técnica do Ministério da Saúde e também outro documento elaborado pelo Sindicato das Empresas de Aviação Agrícola, na qual eles rebatem e destroem item por item toda argumentação mencionada por essa nota técnica.

Vamos agora fazer uma análise sucinta do que está acontecendo no Brasil em relação à dengue.

No Rio de Janeiro, por exemplo, estão sendo usados todos os hospitais e a mais valiosa ajuda das Forças Armadas, com suas tendas, onde já começa a faltar médicos e, mesmo quem eles cheguem vindo de vários pontos do país para ajudar nos tratamentos dos doentes, é tudo insuficiente pelo alarmante fato de que cresce dia a dia o número de casos, ultrapassando em muito a capacidade médica de tratar.

Isso significa que o mosquito está ganhando a guerra.

Dissemos atrás que os mosquitos estão nos quintais das casas, dentro das casas e nos terrenos baldios existentes em todas as cidades.

A televisão pede a cada instante a colaboração da população na procura e destruição das larvas do mosquito, imaginem só uma cidade de mil casas onde trinta por cento dos moradores atenda ao apelo e destruam as larvas, sobram setenta mil casas e sei lá quanto terrenos baldios.

Quantas pessoas iriam necessitar para visitar, catar e destruir as larvas porventura ali existentes?

Sem comentários, é tarefa impossível. O mosquito ganha a guerra.

Por esta razão escrevo esse alerta, que está sendo lido pelo meu eminente companheiro, o Senador Mão Santa, cujo intuito é chamar a atenção do povo e das autoridades que num País como o nosso, que já é apontado como a oitava economia do mundo, esteja perdendo a guerra contra um mosquito que, tenho certeza, será destruído se usarmos o avião com seus equipamentos próprios e mais a colaboração imprescindível das Brigadas Terrestres.

Aproveite este momento para fazer um apelo ao Governador Sérgio Cabral, para que tome a iniciativa de solicitar ao Ministro da Saúde autorização para implantar em uma das cidades mais infestadas do Rio de Janeiro uma Experiência Piloto Demonstração, utilizando, através de contrato, os serviços do competente Sindicato das Empresas de Aviação Agrícola do Brasil para o combate direto e amplo do mosquito da dengue.

Agradeço aos telespectadores da TV Senado a audiência deste programa, ao tempo em que faço um apelo para que todos se dirijam ao Governador do Rio de Janeiro para que assuma o comando e execute essa experiência.

Tenho certeza que o resultado será altamente compensador.

Deputado Alberto Silva.

Está aqui, grande e volumoso. Eu vou passar aos Senadores.

Ele é um pesquisador, um homem experiente, que tem a sua técnica de como se combatem males na agricultura.

Eu, que substituo Alberto Silva, digo: Luiz Inácio, olha – ele não jogou futebol de salão? Basquetebol não é ruim. Futebol de salão eu jogava, eu tinha um irmão que foi campeão universitário –, o técnico dizia: “Pára. Vamos mudar a tática? Vamos mudar”. Ó, ó, um tempo aí para a turma do cacarejo. Acabem com esse negócio. Vamos enfrentar o mosquitinho, vamos ajudar os alagados, que estão sofrendo, não vamos deixar as mulheres, as mães, chorarem por causa da morte e de doenças. Aí, sim, poderemos cantar – e vamos cantar juntos, Luiz Inácio –...

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – ... o Hino do Brasil. E continuarei cantando:

Piauí, terra querida,
Filha do sol do equador,
Na luta, o teu filho é o primeiro que chega

Pertencem-te a nossa vida,
Nosso sonho, nosso amor!

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Muito obrigado, Senador Mão Santa.

O Senador Gerson Camata enviou discurso à Mesa, que será publicado na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I, § 2º do art. 210, do Regimento Interno.

S. Exª será atendido.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, certos mitos ganham força de verdade e se perpetuam simplesmente porque as razões de sua existência nunca foram questionadas. Este é o caso da relação entre os favelados do Rio de Janeiro, o narcotráfico e a polícia. Durante muito tempo aceitou-se a tese de que os moradores de favelas abominavam a polícia e submetiam-se de bom grado ao domínio dos traficantes. Agora, uma pesquisa realizada em 101 comunidades carentes da cidade, pelo Instituto Brasileiro de Pesquisa Social, a pedido da Central Única das Favelas, desvenda um quadro muito diferente.

De acordo com a pesquisa, divulgada pelo jornal *O Globo* em sua edição dominical, mais de 60% dos entrevistados são contra a legalização do consumo de drogas leves no Brasil, como forma de se combater o tráfico. Quase metade – 48,9% – apóia a participação das Forças Armadas no combate ao crime organizado, enquanto apenas 29,8% são contra. E, novamente, quase a metade dos moradores aprova a utilização, pela polícia, do “caveirão”, como é conhecido o veículo blindado empregado em incursões pelas favelas. A adoção da pena de morte é rejeitada por 54% dos entrevistados, e a legalização do aborto, por 66,1%.

A principal revelação da pesquisa é de que os moradores das favelas cariocas não convivem com as quadrilhas de narcotraficantes que se instalaram em seu meio por concordância ou cumplicidade com a ação dos bandidos, e, sim, devido à intimidação e ao terror que eles exercem sobre as comunidades. A maior prova disso é o expressivo apoio ao eventual emprego das Forças Armadas em ações contra a criminalidade e ao uso dos veículos blindados pela polícia.

A idéia de que a banalização da violência, da crueldade e das arbitrariedades cometidas por criminosos fizeram com que os favelados incorporassem passivamente ao seu cotidiano a convivência com os traficantes é fruto do preconceito. Eles dividem seu território com bandidos simplesmente porque não têm alternativa. A presença do tráfico é uma constante em suas vidas, mas nem por isso é bem-vinda. Ao dar voz às comunidades carentes do Rio, a pesquisa – mais que oportuna – desfez mitos cultivados há muito tempo

e mostrou a necessidade de rever conceitos a respeito da relação entre seus moradores e a criminalidade.

O segundo assunto que trago à tribuna, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, diz respeito à Junta Internacional de Fiscalização de Entorpecentes, órgão ligado às Nações Unidas, que divulgou esta semana seu relatório anual sobre tráfico e consumo de drogas no mundo. E nele há más notícias para o Brasil. O consumo de cocaína cresceu mais de 30% entre 2002 e 2007, uma média de 6% ao ano, e a tendência é de que esse crescimento continue, ao contrário do que vem ocorrendo na maioria dos países, onde os índices de consumo estão estáveis ou até mesmo caindo, como é o caso dos Estados Unidos. De acordo com o Departamento de Estado, somos hoje o segundo maior consumidor de cocaína do mundo, atrás justamente dos americanos...

O Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crime calcula que circulem pelo Brasil 80 toneladas de cocaína por ano, provenientes da Colômbia, Peru e Bolívia. Metade é consumida internamente, e o restante exportado para Europa, Estados Unidos e Ásia.

O relatório foi lido esta semana pelo representante do Escritório da ONU, Giovanni Quaglia, no auditório da SENAD, a Secretaria Nacional Antidrogas. Um parágrafo deixou especialmente irritadas as autoridades brasileiras, e merece transcrição. É este:

A Junta enviou uma missão ao Brasil em dezembro de 2006. Observa com preocupação que aumentou o uso indevido de drogas e que estimulantes continuam sendo receitados excessivamente, apesar das recomendações formuladas em missão anterior, conduzida em 2003.

A Junta também manifesta preocupação com a falta de cooperação entre os organismos estaduais e federais, a escassa destinação de recursos em escala nacional, a lentidão do sistema judicial e os relatos sobre corrupção na polícia e no poder judicial.

A Junta solicita ao governo brasileiro que adote medidas para reforçar as atividades de interceptação em todo o país, especialmente nas zonas fronteiriças, e que faça tudo o que estiver ao seu alcance para garantir o julgamento rápido e justo dos delitos relacionados a drogas.

Considerando a participação de organizações criminosas africanas no tráfico de drogas no Brasil, é preciso fortalecer a cooperação com os organismos policiais dos países da África a fim de promover a investigação e o julgamento de todos os delinquentes envolvidos. A Junta toma nota do empenho do governo do Brasil nos últimos anos em ampliar os serviços de redução da demanda de drogas.

No entanto, no que diz respeito à nova lei sobre fiscalização de drogas, a Junta opina que as disposições relativas ao tratamento do abuso de drogas não podem ser aplicadas ainda porque até o presente momento não há serviços suficientes nesse setor em todo o país. Além disso, a nova lei pode até prejudicar a investigação e o julgamento das atividades ilícitas relacionadas a drogas, e pode dar a entender à opinião pública que o governo está tratando o narcotráfico com mais indulgência.

Em resumo, o panorama traçado pelo relatório é bem pouco animador, apesar de a Junta reconhecer o empenho do Governo brasileiro em reduzir o consumo de drogas. Para a ONU, falhamos, entre outras coisas, em não prestar maior atenção à conexão africana, já que cerca de 40% da cocaína que chega ao mercado europeu usa o Brasil como rota, passando antes pela África.

O relatório também critica a Lei nº 11.343, de agosto de 2006, a chamada Lei Antidrogas, por tratar os usuários de drogas com condescendência, uma vez que a punição é sempre convertida em pena alternativa, como prestação de serviços. Essa tolerância, para usar os termos do relatório, estaria prejudicando a investigação e o julgamento das atividades relacionadas ao tráfico de drogas, além de sugerir à opinião pública que o Governo passou a tratar o narcotráfico com maior indulgência.

Concordemos ou não com as conclusões do relatório, convém refletir sobre elas em vez de rejeitá-las sumariamente. É verdade que criamos penas de força repressiva insignificante para o portador de drogas, tais como a advertência sobre seus efeitos e a obrigatoriedade de frequência a curso ou programa educativo, além da prestação de serviços à comunidade. Por outro lado, aumentamos a pena mínima do traficante de três para cinco anos. Um jurista chegou a afirmar que criamos uma lei paradoxal, que estimula a demanda e reprime a oferta...

Em quase todo o mundo, nota-se uma reversão na tendência iniciada algum tempo atrás, de uma liberalização, da descriminação do consumo de drogas. Países como a Holanda, notórios pela complacência, estão aos poucos endurecendo suas leis. O mesmo ocorre na Suíça e Grã-Bretanha – para não falar nos Estados Unidos, onde nem traficantes nem usuários nunca receberam tratamento benigno da justiça.

Não se trata simplesmente de uma onda moralista. Acumulam-se, a cada dia, novas e devastadoras evidências científicas do poder destrutivo das drogas, até mesmo das que até há pouco chegaram a ser consideradas “relativamente inofensivas” ou “leves”. O *ecstasy*, comprimido que por aqui circula nas festas

de jovens, passou a ser considerado droga pesada na Holanda, depois que uma pesquisa comprovou que ele causa danos significativos ao cérebro.

No caso da maconha, que reúne tantos advogados de sua liberação, pesquisas recentes demonstraram que ela é bem mais nociva que o cigarro convencional. Um estudo da Fundação Britânica do Pulmão, realizado em 2002 e reforçado por pesquisas posteriores, concluiu que três cigarros de maconha causam danos correspondentes aos provocados por 20 cigarros de tabaco.

Os cigarros de maconha contêm 50% mais substâncias cancerígenas que os convencionais. Além disso, a maconha vendida hoje tem o dobro do princípio ativo (THC) do produto consumido há uma década. Deixou, portanto, de ser uma “droga leve”. E uma pesquisa de duas universidades britânicas concluiu que o uso de maconha e seus derivados aumenta em 40% o risco de sofrer de algum tipo de psicose, como esquizofrenia.

A cocaína, por sua vez, tornou-se mais barata e de qualidade inferior – portanto, ainda mais prejudicial à saúde. A suspensão das restrições ao cultivo de coca na Bolívia, pelo governo de Evo Morales, desde 2006, fez com que a produção aumentasse, e o destino natural, como escala ou ponto final, é o Brasil. Temos 3.400 quilômetros de fronteira com a Bolívia, patrulhados por menos de 200 policiais federais. Em

São Paulo, segundo a polícia, os traficantes misturam ingredientes como ácido bórico e lidocaína ao pó da cocaína, o que provoca doenças severas, como distúrbios sangüíneos.

A conclusão óbvia é de que lidamos com uma realidade bem diferente daquela do final do século 20. As drogas mudaram, tornaram-se mais nocivas e letais, surgiram novos tipos, que viciam mais rapidamente, e também matam em muito menos tempo. Hoje sabemos muito mais sobre os danos que elas causam. O tráfico, por sua vez, globalizou-se, tornou-se mais ágil, eficiente e, logo, mais capaz de burlar a vigilância policial. Enfim – tenha ou não razão o relatório da ONU no que diz respeito ao Brasil, o fato é que precisamos ajustar permanentemente as leis e os mecanismos de combate ao tráfico e consumo de drogas às novas circunstâncias, sob pena de continuarmos assistindo ao seu crescimento veloz, sem que possamos reagir à altura.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

Está encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 12 horas e 51 minutos.)

Ata da 45ª Sessão Não Deliberativa, em 7 de abril de 2008

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência dos Srs. Mão Santa, Paulo Paim e Mário Couto

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 4 minutos)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Segunda-feira, 7 de abril, de 2008, 14 horas e 4 minutos. Este é o Senado da República Federal do Brasil.

Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos, coordenados pela bela, encantadora e competente Secretária-Executiva, Cláudia Lyra.

Sobre a mesa, ofícios da Ministra do Meio Ambiente e do Ministro da Defesa, que será lido pelo 1º Secretário em exercício, Senador Paulo Paim.

São lidos os seguintes:

OFÍCIOS DE MINISTROS DE ESTADO

- Nº 159/2008, de 31 de março último, da Ministra do Meio Ambiente, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 661, de 2007, do Senador Mão Santa; e
- Nº 3.320/2008, de 1º do corrente, do Ministro da Defesa, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.485, de 2007, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – As informações foram encaminhadas, em cópia, aos Requerentes.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Presidência recebeu o **Aviso nº 21, de 2008** (nº

1.615/2007, na origem), do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido nos autos do processo nº TC 008.581/2007-0, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentaram, referente à contratação de empresas de consultoria de supervisão e de execução das obras de integração do Rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional.

O expediente vai à Comissão de Assuntos Sociais, e em cópia, juntado ao Aviso nº 5, de 2007; nas 1ª e 2ª autuações, que vão, respectivamente, às Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo, e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

É o seguinte o Aviso recebido:

AVISO Nº 21, DE 2008

(Aviso nº 1615-Seses-TCU-Plenário)

Brasília, 31 de outubro de 2007

A Sua Excelência, o Senhor
Senador Tião Viana
Presidente Interino do Senado Federal
Praça dos Três Poderes – Senado Federal
Brasília-DF

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para conhecimento, cópia do Acórdão proferido nos autos do processo nº TC 008.581/2007-0, pelo Plenário desta Corte na Sessão Ordinária de 31-10-2007, bem como do Relatório e do voto que fundamentaram aquela deliberação.

Respeitosamente, – **Walton Alencar Rodrigues**,
Presidente.

ACÓRDÃO Nº 2288/2007 - TCU - PLENÁRIO

1. Processo: TC-008.581/2007-0
2. Grupo: II - Classe de Assunto: V – Relatório de Auditoria
3. Interessado: SECEX-4.
4. Entidades: Ministério da Integração Nacional – MI.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: SECEX-4
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Auditoria realizada pela SECEX-4, versando sobre possíveis irregularidades nas Concorrências 01/2005 e 02//2007, cujos objetos são a supervisão e execução das obras a que se refere o PT 18.544.1036.12EP.0020 – Integração do Rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional (Eixos Norte e Leste);

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. determinar ao Ministério da Integração Nacional que:

9.1.1. em relação à Concorrência Pública n.º 01/2005-MI, relativa à contratação dos serviços de supervisão do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional:

9.1.1.1. exclua dos contratos a serem firmados com os licitantes vencedores os valores referentes ao IRPJ e CSLL incluídos indevidamente no cálculo do fator k e do BDI;

9.1.1.2. por ocasião do julgamento das propostas técnica e de preço, observe rigorosamente os critérios estabelecidos no edital e a devida motivação para as pontuações atribuídas aos concorrentes, de forma a observar o princípio da igualdade entre os licitantes;

9.2. em relação à Concorrência Pública n.º 02/2007-MI, relativa à contratação dos serviços de execução das obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional:

9.2.1. proceda à renegociação dos preços junto às respectivas empresas e consórcios declarados vencedores dos lotes já julgados e adjudicados, e, para os lotes que porventura ainda não tenham sido julgados, promova o ajuste dos valores do orçamento estimativo antes da assinatura dos contratos, visando, em ambos os casos, adequá-los àqueles praticados pelo mercado, tendo em vista a ocorrência de sobrepreço decorrente das irregularidades abaixo descritas:

9.2.1.1. adoção de preços de profissionais com valores superiores aos do sistema referencial de preços Sinapi, contrariando o disposto no art. 115 da Lei 11.439/2006 (LDO/2007) e superiores aos da pesquisa de salários do mercado de trabalho (Irregularidade 4, fls.337/341);

9.2.1.2. adoção de custos de materiais superiores aos do sistema referencial de preços Sinapi, em desacordo com o disposto no art. 115 da Lei 11.439/2006 (LDO/2007), a saber, (Irregularidade 4, fls. 341-A/343-A):

9.2.1.2.1. M 46 Execução de estacas hélice contínua com Ø de 0,80 m;

9.2.1.2.2. M 101 Tubo concr. Poroso (0,40 m de diâmetro);

9.2.1.2.3. M 103 Tubo concr. Poroso (0,30 m de diâmetro);

9.2.1.2.4. M 105 Tubo de concreto CA 1 (D = 300 mm);

9.2.1.2.5. M 145 Tinta LATEX 9,50 / l;

9.2.1.2.6. M 203 Execução de estacas hélice contínua com Ø de 1,00 m;

9.2.1.3. não correção do consumo de areia nas composições 4.006, 4.007, 15.015, 15.016, 15.017, 15.018, conforme compromisso assumido em análise anterior, a qual originou o Acórdão 1.523/2005-P; (Irregularidade 5, fls. 345-A/346)

9.2.1.4. adoção de preços dos serviços "escavação de material de 3ª categoria, carga e transporte até a 1,00 km" e "Fôrmas planas de madeira" acima dos referenciais do Sicro 2. (Irregularidade 4, fls. 343-

A/344)

9.2.2. encaminhe ao Tribunal, no prazo de 30 dias, detalhamento dos custos de insumos denominados "diversos" referentes aos serviços n.ºs 2.001, 2.002, 2.003, 2.004, 2.005, 2.006, 2.008, 2.009, 2.010, 2.011, 2.012, 2.024, 2.025, 2.026, 4.002, 4.015, 12.001, 12.002, 12.003, 14.010, 2.010-A, 2.010-B, 2.010-C, 2.010-D e 2.010-E; (Irregularidade 4, fls. 343/343-A);

9.3. caso não obtenha sucesso na negociação de que trata o item 9.2.1, proceda à revogação da Concorrência n.º 02/2007 e, na hipótese de realização de nova licitação, adote medidas para evitar a ocorrência de irregularidades semelhantes às citadas anteriormente;

9.4. antes da assinatura dos contratos com as licitantes vencedoras, promova estudo/levantamento junto a fonte fidedigna, como, por exemplo, o Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM/MME, com o objetivo de se detectar a existência ou não de jazidas de areia, cuja exploração seja economicamente viável e possam ser utilizadas na execução das obras do Projeto, encaminhando o resultado do estudo ao Tribunal;

9.4.1. caso o referido estudo aponte a viabilidade no uso de areia extraída, condicione a assinatura dos contratos com as licitantes vencedoras à reformulação das planilhas de custo unitário e, conseqüentemente, às alterações nos valores dos contratos, sob pena de responsabilização dos gestores por gestão temerária de recurso público;

9.4.2. se, ao contrário, o estudo sinalizar a inviabilidade da aplicação de areia extraída, adote medidas para que a fiscalização da obra, sob pena de responsabilização solidária, verifique o efetivo uso de areia comercial pelas empresas vencedoras do certame, promovendo os devidos ajustes nos valores pagos, caso se detecte, ainda que parcialmente, o uso de areia extraída ao invés de comercial durante a execução das obras;

9.5. quando da celebração dos contratos com as licitantes vencedoras do certame referente ao Edital de Concorrência Pública 01/2005-MI, inclua cláusula que estipule a compensação dos valores pagos a maior, se for o caso, referente ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), quando a alíquota de ISS apresentada pela licitante no cálculo de BDI da proposta vencedora da licitação for maior que a alíquota efetivamente paga pela empresa contratada ao município que recebe o imposto, (Irregularidade 3, item 1.3, fls.331-A/332-A);

9.6. aplique rigorosamente o critério aceitabilidade de preços unitários, de que trata o art. 40, inciso X, da Lei 8.666/1993 e art. 115 da Lei 11.439/2006 – LDO/2007, por ocasião da apreciação das propostas de preços das Concorrências Públicas 01/2005 e 02/2007, procedendo-se à desclassificação daquelas que apresentarem cotação superior ao referido limite;

9.7. informe a este Tribunal, à medida da ocorrência dos fatos, sobre as fases seguintes das Concorrências n.º 01/2005 e n.º 02/2007 (homologação e assinatura do contrato), encaminhando cópias dos respectivos despachos, pareceres, atas, etc., a fim de que seja efetivado o acompanhamento de todo o Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional;

9.8. esclarecer ao Ministério da Integração Nacional que a análise prévia feita por este Tribunal nas minutas de editais, ou mesmo nos instrumentos convocatórios já publicados, não impede que, a qualquer momento, o TCU determine a adoção de providências corretivas relacionadas a quaisquer aspectos dos atos administrativos sob exame, visando à garantia da observância dos princípios constitucionais que devem pautar a administração pública;

9.9. determinar à 4ª Secex que proceda à análise do impacto das informações a serem prestadas pelo MI em cumprimento ao item 9.3.3 do Acórdão n.º 2191/2007 – Plenário nos desdobramentos dos editais objeto do presente processo;

9.10. determinar à Segecex que adote medidas com vistas a garantir o contínuo apoio técnico à 4ª Secex, conferindo-lhe o caráter de prioridade dentre as ações fiscalizatórias a cargo deste Tribunal, uma vez imprescindível para a efetividade do acompanhamento do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional – PISF;

9.11. encaminhar cópia do Acórdão que vier a ser proferido, bem como do Relatório e Voto que o fundamentarem, ao Ministro de Estado da Integração Nacional; às Presidências da Câmara dos Deputados e do Senado Federal; à Presidência da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados; à Presidência da Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional da Câmara dos Deputados; à Presidência da Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal; à Presidência da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo do Senado Federal; e à Presidência da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal;

9.12. encaminhar cópia desta deliberação, acompanhada do relatório e voto que a fundamentam, à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, esclarecendo que a assinatura dos contratos advindos das Concorrências Públicas n.º 01/2005 e 02/2007, para a contratação dos serviços de supervisão e para a execução das obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional, respectivamente, está condicionada tão-somente à adoção de procedimentos destinados à repactuação dos preços, no caso dos lotes já adjudicados, ou a correções no orçamento estimativo daqueles ainda não julgados, em função das irregularidades descritas no presente Acórdão, não havendo óbices a que sejam destinados recursos para o Projeto na Lei orçamentária para o exercício de 2008;

9.13. apensar os presentes autos ao TC-004.375/2005-7.

10. Ata nº 46/2007 – Plenário

11. Data da Sessão: 31/10/2007 – Ordinária

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2288-46/07-P

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Valmir Campelo, Guilherme Palmeira, Ubiratan Aguiar, Benjamin Zymler (Relator), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Raimundo Carreiro.

13.2. Auditor convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Auditor presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

Assinou o original
WALTON ALENCAR RODRIGUES
Presidente

Assinou o original
BENJAMIN ZYMLER
Relator

Fui presente:

Assinou o original
LUCAS ROCHA FURTADO
Procurador-Geral

GRUPO II - CLASSE V – Plenário

TC-008.581/2007-0

Natureza: Relatório de Auditoria – Fiscobras 2007.**Entidade:** Ministério da Integração Nacional – MI.**Interessado:** SECEX-4.**Advogado constituído nos autos:** não há.**SUMÁRIO:** RELATÓRIO DE AUDITORIA, ACOMPANHAMENTO, ANÁLISE DOS EDITAIS 01/2005 E 02/2007. OBJETOS: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS DE CONSULTORIA DE SUPERVISÃO E DE EXECUÇÃO DAS OBRAS DO PROJETO DE INTEGRAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO. SOBREPREGO EM ORÇAMENTO ELABORADO PELO ÓRGÃO. VIABILIDADE DE CORREÇÃO ANTERIOR À CONTRATAÇÃO. DETERMINAÇÕES. COMUNICAÇÃO AO CONGRESSO NACIONAL.**RELATÓRIO**

Cuidam os autos de levantamento de autoria, registro Fiscalis nº 92/2007, cujo objetivo foi analisar os editais de supervisão e execução das obras a que se refere o PT 18.544.1036.12EP.0020 – Integração do Rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional (Eixos Norte e Leste).

2. Conforme bem salientou a unidade técnica:

“no âmbito do Fiscobras/2005, o TCU designou equipe para analisar os Editais 01/2005-MI e 02/2005-MI, cujo relatório foi apreciado no TC 010.341/2005-4, no qual, conforme o Acórdão 1523/2005-Plenário, o Tribunal acatou as justificativas e providências saneadoras adotadas pelo ministério, considerando saneados os indícios de irregularidades então apontados no relatório e, entre outras medidas, determinou (subitem 9.2.2) que o ministério “informe a este Tribunal, à medida da ocorrência dos fatos geradores, sobre as fases seguintes das Concorrências Públicas nº 01/2005 e 02/2005, encaminhando cópias dos respectivos editais contendo as correções implementadas em decorrência da presente auditoria, despachos, pareceres, atas, respostas aos questionamentos dos licitantes, informações prestadas aos licitantes, etc., a fim de que seja efetivado o acompanhamento do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional”.

2.1 No início deste ano, mediante o Aviso 24/MI, de 07/2/2007, o MI encaminhou ao Tribunal cópia do novo Edital 01/2005-MI, visando à contratação dos “serviços de consultoria especializada para supervisão, acompanhamento técnico e controle tecnológico das obras civis, do projeto executivo, do fornecimento e montagem de equipamentos mecânicos e elétricos da primeira etapa de implantação do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional”. Por meio do Aviso 26/GM/MI, de 14/3/2007, enviou o Edital 02/2007-MI referente a “execução de obras civis, instalação, montagem, testes e comissionamento dos equipamentos mecânicos e elétricos da Primeira Etapa de implantação do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, localizado em diversos municípios dos Estados de Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte”, tendo ressaltado que este edital (02/2007-MI) trata-se de desmembramento do edital anterior (02/2005-MI), que tinha por objeto além da contratação de empresa para execução de obras civis também a elaboração dos projetos executivos.

2.2 Esses novos Editais 01/2005-MI e 02/2007-MI, foram então analisados (Fiscobras/2007)

quanto aos aspectos da legalidade e confrontada a compatibilidade do orçamento das obras e serviços licitados com os valores de mercado, tomando-se como referência os valores constantes no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (Sinapi), da Caixa Econômica Federal, no sistema SICRO, do Departamento Nacional de Infra Estrutura de Transportes (DNIT), na Revista Construção e Mercado, da Editora PINI, e em pesquisa de salários no mercado de trabalho. O relatório final da auditoria foi inserido no Sistema de Fiscalização de Obras Públicas - Fiscobras/2007.

3. Da acurada análise empreendida pela equipe de auditoria resultou o apontamento de dez irregularidades, apresentadas a seguir:

IRREGULARIDADE N^{os} 1 e 2 – referentes aos editais MI 01/2005 e MI 02/2007 respectivamente.

4. Ausência de fixação de critérios de aceitabilidade de preços máximos para os preços unitários conforme inciso X, do art. 40 da Lei n^o 8.666/93 c/c art. 115 da Lei n^o 11.439/2006 (LDO 2007).

IRREGULARIDADE N^o3 - referente ao edital 01/2005.

5. Indício de sobrepreço no orçamento base do edital 01/2005, no valor de R\$ 25.774.216,48, em função de:

(a) adoção de fator K de 2,7593 e de taxa de BDI de 51,93% sobre o custo direto, sendo que utiliza:

- alíquota de 1,20% sobre o preço de venda referente a IRPJ, quando não deveria incluir este imposto;
- alíquota de 1,00% sobre o preço de venda referente a CSSL, quando não deveria incluir esta contribuição;
- alíquota de 1,65% sobre o preço de venda referente a PIS/PASEP, sem considerar os créditos estabelecidos na legislação;
- alíquota de 7,60% sobre o preço de venda referente a COFINS, sem considerar os créditos estabelecidos na legislação; e
- alíquota de 5,00% sobre o preço de venda referente a ISS, quando deveria incluir a alíquota real do município (varia de 2,00% a 5,00%).

(b) tarifas de preço de profissionais acima dos valores encontrados no sistema de referência de preços de mercado.

IRREGULARIDADE N^o4 – referente ao edital 02/2007.

6. Sobrepreço decorrente de:

(a) adoção de percentual de encargos sociais de 134,54% para horistas, quando deveria usar valor de 126,30%;

(b) utilização de custos horários e mensais de profissionais superiores aos do sistema referencial de preços SINAPI, em afronta ao disposto no art. 115 da lei n^o 11.439/2006;

(c) utilização de custos de materiais superiores aos do sistema referencial de preços SINAPI, em afronta ao disposto no art. 115 da lei n^o 11.439/2006;

(d) utilização de insumos denominados "diversos" em vários serviços sem que estes possuam

descrição ou composição;

(e) utilização de preço de serviços acima dos valores encontrados no sistema de referência de preços SINAPI e SICRO2.

IRREGULARIDADE N°5 – referente ao edital 02/2007.

7. Trata da continuidade da irregularidade n°1 levantada na auditoria 303/2005, TC 10.341/2005-4, a qual desvelou que a composição de custo dos concretos continha quantidade excedente de areia. Tal irregularidade havia sido considerada saneada porque o MI informou que havia efetuado as correções necessárias. Entretanto, a equipe de auditoria verificou que as composições 4.007, 4.006, 15.015, 15.016, 15.017 e 15.018 não foram alteradas, mantendo-se, portanto a irregularidade.

IRREGULARIDADE N°s 6 e 9 – referente ao edital 01/2005.

8. Exigência, simultaneamente, de requisitos de capital social mínimo e garantias para a comprovação da qualificação econômico-financeira dos licitantes, conforme itens 5.1 e 7.1.1 do Edital 01/2005, em afronta ao disposto no art. 31, § 2º, da Lei n° 8.666/1993, e entendimento do TCU constante dos Acórdãos 1.898/2006-Plenário e 808/2003-Plenário.

IRREGULARIDADE N°7 – referente ao edital 01/2005.

9. Previsão de abertura dos envelopes contendo a documentação de habilitação e as propostas técnicas ao mesmo tempo, conforme consta no item 9.1.3 do Edital 01/2005, contrariando o disposto nos arts. 22, § 1º, 41, § 4º, 43 e 46, §§ 1º e 2º da Lei 8.666/1993.

IRREGULARIDADE N°8 – referente ao edital 02/2007.

10. Falta de objetividade e clareza nos critérios de julgamento das propostas técnicas, em especial quanto ao texto entre as tabelas constantes do anexo II do Edital 01/2005 (fls. 5 e 6 - item 3.2 Nota PT2 - conhecimento do problema - máximo = 18 pontos) em que atribui à melhor proposta ou primeira colocada a nota máxima (6 e 12 pontos) dos itens que indica.

IRREGULARIDADE N°10 - referente ao edital 01/2005.

11. Inconsistência na fórmula estabelecida nos subitens 9.3.6 e 9.4.1 do Edital 01/2005-MI para o cálculo da nota final das licitantes, tendo em vista que, em razão da excessiva valoração da nota técnica obtida pela licitante e valoração desprezível para a nota financeira, os resultados com a aplicação da fórmula desvirtuam o critério legal do menor preço. As valorações atribuídas ao preço e à técnica praticamente extinguem a competição via preços em afronta ao princípio da economicidade.

12. Ao definir os critérios para exame e julgamento das propostas comerciais, o Edital 01/2005-MI estabelece regra em que resulta 80% da pontuação para a nota técnica obtida pela licitante e apenas 4% para a nota financeira efetiva, haja vista que os 16% restantes são atribuídos, a título de nota financeira, a todos os licitantes não desclassificados.

13. Promovida a oitiva prévia do Comissão Especial de Licitação do Ministério da Integração Nacional acerca das irregularidades graves que poderiam ensejar a paralisação do empreendimentos (Irregularidade 1 a 5 e 10), o ACE Milson do Carmo Nascimento instruiu os autos e concluiu pela anulação das Concorrências Públicas n° 01/2005 e 02/2007. Transcrevo na seqüência a instrução com as adaptações que julgo pertinentes:

“3. Por meio do Despacho de 13/8/2007, o Ministro-Relator Benjamin Zymler determinou, preliminarmente, a oitiva prévia da Comissão Especial de Licitação do MI, alertando-a

quanto à possibilidade de futura anulação das Concorrências 01/2005 e 02/2007, para que se manifestasse acerca dos seguintes fatos:

I - Concorrência Pública 01/2005

- a) desvirtuamento do critério legal do menor preço, em detrimento do princípio da economicidade, decorrente da excessiva valoração da nota técnica e valoração desprezível para o preço, no cálculo da nota final para seleção da empresa vencedora;*
- b) ausência, no Edital, de critério de aceitabilidade de preços unitário, de que trata o art. 40, inciso X, da Lei 8.666/1993 e art. 115 da Lei 11.439/2006 (LDO/2007);*
- c) sobrepreço de R\$ 26 milhões decorrente de:*
 - c.1) inclusão do IRPJ e CSSL no cálculo do fator K e do BDI;*
 - c.2) ausência, no cálculo dos preços dos serviços, de dedução de créditos relativos ao PIS/PASEP e à COFINS;*
 - c.3) utilização de preços de profissionais com valores superiores aos do sistema referencial de preços Sinapi, contrariando o disposto no art. 115 da Lei 11.439/2006 (LDO/2007) e superiores aos da pesquisa de salários do mercado de trabalho.*

II - Concorrência Pública 02/2007

- a) ausência, no Edital, de critério de aceitabilidade de preços unitário, de que trata o art. 40, inciso X, da Lei 8.666/1993 e art. 115 da Lei 11.439/2006, conforme também apontado no Fiscobras/2005;*
- b) sobrepreço de, no mínimo, R\$ 103 milhões, decorrente de:*
 - b.1) adoção de percentuais de encargos sociais para horistas superior ao adotado no Sicro 2, de 126,30%;*
 - b.2) adoção de preços de profissionais com valores superiores aos do sistema referencial de preços Sinapi, contrariando o disposto no art. 115 da Lei 11.439/2006 (SDO/2007) e superiores aos da pesquisa de salários do mercado de trabalho;*
 - b.3) adoção de custos de materiais superiores aos do sistema referencial de preços Sinapi, em desacordo com o disposto no art. 115 da Lei 11.439/2006 (LDO/2007);*
 - b.4) adoção de custos de insumos denominados "diversos", sem discriminação ou composição específicas;*
 - b.5) adoção, nas composições de serviços, de areia comercial ao invés de areia produzida ou extraída, conforme indicado no Sicro 2;*
 - b.6) não correção do consumo de areia nas composições 4.006, 4.007, 15.015, 15.016, 15.017, 15.018, conforme apontado no Fiscobras/2005;*
 - b.7) adoção de preços dos serviços "escavação de material de 3ª categoria, carga e transporte até a 1,00 km" e "Fôrmas planas de madeira" acima dos referenciais do Sicro 2.*

4. Feita a comunicação à Presidente da Comissão Especial de Licitação do MI, mediante o Memorando 518/2007-Secex-4, de 15/8/2007, aquela comissão enviou resposta ao TCU por meio do Memorando 12/2007/MI, de 24/8/2007 (fls. 360/439).

4.1 Inicialmente a Comissão de Licitação chama a atenção para o fato de que as propostas referentes aos Editais 01/2005 e 02/2007 encontram-se em julgamento, tendo sido

apresentadas em 25/4/2006 (Edital 01/2005 - supervisão de obras) e em 9/5/2007 (Edital 02/2007 - obras civis). Pondera que qualquer modificação das regras editalícias, neste momento, colocaria o prosseguimento das mesmas em risco. Acrescenta que "grande parte das questões aqui enfrentadas e contidas no pedido de informações ora respondido, já foram objeto de esclarecimentos encaminhados a este Tribunal, esclarecimentos estes que foram objeto de manifestação formal por parte do Plenário do Tribunal e Contas da União." Para a Comissão de Licitação, os editais foram adequados de acordo com as determinações contidas no Acórdão 1523/2005-Plenário, "causando, de certa forma, estranheza, os esclarecimentos ora solicitados".

4.2 Quanto à questão do sobrepreço de R\$ 26 milhões, a Comissão de Licitação argumenta que o edital e o orçamento contendo os preços foram anteriormente apreciados pelo TCU e que foram realizadas todas as adequações determinadas pelo Tribunal por meio do Acórdão 1523/2005-Plenário, sendo que os preços atuais são os mesmos preços anteriores atualizados para junho/2006.

4.3 A respeito da possibilidade de futura anulação das Concorrências 01/2005 e 02/2007, conforme alerta constante no Despacho do Ministro-Relator e comunicado por meio do Ofício 518/2007-Secex-4, a Comissão Especial de Licitação remete ao Parecer Conj. MI 1511, de 24/8/2007, do qual transcreve o tópico II - Anulação das Concorrências (fl. 422/439).

4.3.1 Conforme discorre o parecer, os editais apreciados neste momento trata-se dos mesmos editais anteriormente encaminhados ao Tribunal e objeto de análise e julgamento no TC 010.341/2005-4, e que "as modificações neles inseridas foram efetuadas exclusivamente para atender à orientação/decisão emanada dessa Corte no Acórdão 1523/2005-P." Manifesta também a Consultoria Jurídica que "admitir que estes editais possam novamente ser objeto de análise quanto aos mesmos aspectos já enfrentados pelo Tribunal em oportunidade anterior é permitir a criação de um clima de total insegurança não só no âmbito da própria administração pública como também entre os administradores, já que ambos não poderão mais ter certeza se no futuro os atos por eles praticados de acordo com expressa e específica manifestação do próprio Tribunal poderão vir a ser questionados ou mesmo invalidados."

4.3.2 Ressalta o órgão jurídico do MI que a segurança para a prática dos atos de licitação no âmbito do Projeto São Francisco foi o que motivou o ministério a solicitar a prévia análise do TCU. Após transcrever a conclusão do voto do Ministro-Relator do TC 010.341/2005-4 (Acórdão 1523/2005-P), manifesta o entendimento a seguir:

"22. Assim, se consideradas as inúmeras vezes em que reconhecido, no multicitado Acórdão 1523/2005-P, a exaustiva análise dos editais ora discutidos, o saneamento de suas impropriedades e irregularidades, bem como o acatamento, por parte deste Ministério, de todas as orientações e determinações dessa Corte, aventar a possibilidade de sua anulação é apontar para a anulação do próprio Acórdão 1523/2005-P, nele reconhecendo, no exercício da autotutela, a existência de irregularidade formal ou manifesta ilegalidade.

23. Não é tarefa das mais complexas vislumbrar as conseqüências que advirão daquele reconhecimento, sendo a primeira a insegurança que irá se instalar no espírito dos jurisdicionados e administrados, passando o gestor público a viver no eterno receio de vir a ser responsabilizado por atos praticados sob orientação dessa Corte.

24. A terceira, de caráter patrimonial, será o dever de indenizar os licitantes, uma vez que as propostas para os Editais 01/05 e 02/07 já foram recebidas em 25 de abril de 2007 e 9 de maio de 2007, respectivamente."

4.3.3 Em suas considerações finais, a comissão de licitação informa que já foram analisadas praticamente todas as propostas dos concorrentes no que diz respeito à qualificação técnica das empresas, com relação às licitações 01/2005 e 02/2007.

4.3.4 Quanto aos questionamentos encaminhados pelo Tribunal, entende a comissão que "foram devidamente esclarecidos por esta Comissão e, no nosso entendimento, inexistente fato motivador da anulação das concorrências 01/2005 e 02/2007."

4.3.5 *Por fim, a Comissão Especial de Licitação faz as seguintes considerações:*

"ficaram demonstrados os seguintes fatos: b.1) o percentual de encargo social utilizado, é aquele constante do Sinapi, portanto em estrita obediência à lei orçamentária; b.2) o percentual, aproximadamente 3,00% de acréscimo ao preço global da obra decorre de determinação do TCU ao considerar a administração local como item do orçamento e não da composição do BDI, condicionando seu valor ao prazo de execução das obras que, independentemente da composição do orçamento, pode acontecer por outros motivos justificáveis (liberação de recursos orçamentários, ocorrência de chuvas e outros); b.4) a adoção de insumos denominados 'diversos' na composição de alguns serviços, cuja discriminação é, senão inconveniente para a administração, de difícil identificação, correspondente a somente 0,2159% do valor total das obras, sendo, dessa forma, mais vantajosa e mais coerente mantê-los pelo seu reduzido valor relativo e pela necessidade efetiva da realização dos serviços."

4.3.6 *Ainda, apresenta ponderação de que "os esforços desenvolvidos pelo governo no dispêndio de recursos financeiros, na contratação de outros serviços correlacionados com a implantação do empreendimento, principalmente na elaboração de estudos, projetos e atividades preparatórias de acompanhamento e fiscalização seguras e eficientes das diversas ações a serem implementadas e a própria oportunidade de suas consecuições, são, no nosso entendimento, fator de significativa relevância, diante da eventual anulação das concorrências por descon sideração dos nossos esclarecimentos que, entendemos, são por demais consistentes e estão plenamente justificados."*

4.3.7 *Quanto à ponderação feita pela comissão de licitação sobre a nova análise dos editais, o TCU pode verificar, a qualquer momento, novas irregularidades no processo licitatório, por essa razão são feitos os acompanhamentos dos processos e das obras públicas. Para o caso concreto, foram avaliados, neste levantamento de auditoria entre outros aspectos, os preços adotados nos orçamentos base, a formulação estabelecida para o cálculo de nota final das licitantes, os tributos IRPJ, CSSL, PIS/PASEP, COFINS, ISS no cálculo do fator K e do BDI, e verificada a inadequação da utilização destes da forma como estabelecido nos Edital 01/2005 e 02/2007.*

5. *Com relação às ocorrências verificadas no Edital 01/2005, a Comissão Especial de Licitação apresenta as seguintes justificativas:*

I - Concorrência Pública 01/2005 (Irregularidade 10)

a) desvirtuamento do critério legal do menor preço, em detrimento do princípio da economicidade, decorrente da excessiva valoração da nota técnica e valoração desprezível para o preço, no cálculo da nota final para seleção da empresa vencedora.

5.1 Com relação à excessiva valoração da nota técnica e valoração desprezível para o preço, no cálculo da nota final para seleção da empresa vencedora (Irregularidade 10) constatada no Edital de Concorrência Pública 01/2005, a comissão de licitação informa que prestou reiterados esclarecimentos ao TCU mediante os memorandos 01/MI, de 12/3/2007, e 10/MI, de 28/6/2007, e reproduz em sua resposta o conteúdo deste último memorando, o qual já foi devidamente analisado pela equipe de auditoria nestes autos e considerado no relatório final que foi encaminhado àquela comissão.

5.1.1 *Apenas acrescenta, em destaque, que "este critério já se encontrava no Edital 01/2005 - supervisão de obras e foi apreciado por ocasião do AC-1523-38-P, sem restrições aos pesos (8 - para a Proposta Técnica e 2 - para a Proposta Comercial), cujos pesos são convencionalmente utilizados nas licitações do Tipo 'Técnica e Preço'. Qualquer alteração dos critérios do edital neste momento, uma vez que já foram recebidas as propostas, culminará em anulação do edital, uma vez que estão vinculados aos termos tanto a comissão ao julgar propostas, como os concorrentes ao apresentarem suas propostas."*

5.1.2 *Considerando que a comissão de licitação enviou a mesma resposta anteriormente*

apresentada à equipe de auditoria, reproduzimos aqui o teor da análise constante no relatório final inserido no Fiscobras:

Observamos que os argumentos apresentados pela comissão de licitação não versam sobre a questão central abordada no relatório preliminar da auditoria, encaminhado para a manifestação do Ministério, qual seja, a inconsistência verificada na fórmula estabelecida nos subitens 9.3.6 e 9.4.1 do Edital 01/2005-MI para o cálculo da nota final das licitantes, tendo em vista a excessiva valoração da nota técnica e valoração desprezível para a nota financeira, que resulta 96% da pontuação para a nota técnica obtida pela licitante e apenas 4% para a nota financeira.

A valoração da proposta de preços é parte integrante do tipo de licitação técnica e preço, não podendo ser praticamente desconsiderada como no caso em análise. Conforme registramos no relatório preliminar, os pesos inicialmente estabelecidos no Edital 01/2005-MI em 0,80 para técnica e 0,20 para preços, modifica-se com a adoção de nova metodologia para se aferir a nota financeira da licitante, alterando a equação inicial o que resulta 0,96 para técnica e 0,04 para preços. Essa metodologia de cálculo utilizada no edital possibilita, em tese, que haja direcionamento para uma das licitantes, ferindo o princípio da isonomia, assim como pode desestimular a concorrência entre as licitantes e limitar a apresentação de propostas com preços menores, em detrimento do princípio da economicidade.

Como consequência da metodologia adotada no Edital 01/2005-MI para o cálculo da nota final das licitantes, a maior pontuação final tende a recair sobre a licitante que tenha recebido a maior nota técnica, mesmo que esta apresente os preços máximos permitidos, e portanto seria a vencedora do certame (conforme simulação apresentada no relatório preliminar), o que prejudica a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração. Diante disso, os resultados com a aplicação da fórmula desvirtuam o critério legal do menor preço, em detrimento do princípio da economicidade.

5.1.3 Uma vez que a comissão de licitação não apresentou novos elementos suficientes para alterar o entendimento, **mantemos a conclusão a que chegou a equipe no relatório da auditoria Fiscobras/2007, no sentido de que a metodologia de cálculo utilizada no Edital 01/2005-MI possibilita, em tese, que haja direcionamento para uma das licitantes, ferindo o princípio da isonomia, assim como pode desestimular a concorrência entre as licitantes e limitar a apresentação de propostas com preços menores, em detrimento do princípio da economicidade.**

I - Concorrência Pública 01/2005

b) ausência, no Edital, de critério de aceitabilidade de preços unitário, de que trata o art. 40, inciso X, da Lei 8.666/1993 e art. 115 da Lei 11.439/2006 (LDO/2007). (Irregularidade 1)

5.2 Sobre a ausência, no Edital, de critério de aceitabilidade de preços unitário, de que trata o art. 40, inciso X, da Lei 8.666/1993 e art. 115 da Lei 11.439/2006 (LDO/2007), a comissão de licitação afirma que "os preços unitários do edital de supervisão de obras diz respeito a salários, uma vez que trata-se de mão-de-obra qualificada para supervisão das obras". Acrescenta que também prestou reiterados esclarecimentos ao Tribunal, por meio do memorando 05/MI, de 23/4/2007.

5.2.1 O conteúdo do referido Memorando 05/MI/2007 foi também analisado pela equipe de auditoria nestes autos e considerado no relatório final (Irregularidade 1) que foi encaminhado para manifestação da comissão de licitação do MI.

5.2.2 Considerando que não foram apresentadas justificativas suficientes para alterar o entendimento resultante da análise feita pela equipe de auditoria nestes autos, **fica também**

mantida a conclusão final constante no relatório Fiscobras/2007, no sentido de que deve constar do edital o critério de desclassificação na hipótese de o licitante apresentar proposta com preço global e unitário superior aos preços constantes do orçamento base do Edital 01/2005. A falta de critérios de aceitabilidade de preços unitários, dá margem para a licitante manipular as planilhas de suas propostas e, assim, causar prejuízos à Administração caso venham a ser acrescentados quantitativos aos itens de serviço com preços unitários elevados. Ratificando essa possibilidade de prejuízo, acrescenta-se que o Edital 01/2005-MI, no tópico referente ao pagamento, estabelece no item 13.3, que "o valor das medições será obtido mediante a aplicação dos preços unitários e globais constantes da Planilha de Preços da proposta da Licitante e parte integrante do contrato, às quantidades de serviços efetivamente executados".

I - Concorrência Pública 01/2005

c) sobrepreço de R\$ 26 milhões decorrente de:

c.1) inclusão do IRPJ e CSSL no cálculo do fator K e do BDI. (Irregularidade 3)

5.3 Quanto ao item c.1, inclusão do IRPJ e CSSL no cálculo do fator K e do BDI, por considerar oportuno, a comissão de licitação destaca o Acórdão 325/2007 (DOU de 16/03/2007) e pondera que essa deliberação veio após a publicação do Edital 01/2005 (edital publicado em 6/3/2007).

5.3.1 A título de esclarecimento, registra que "no julgamento das propostas a comissão tem observado rigorosamente as recomendações desse egrégio Tribunal, sendo excluídos das propostas Comerciais o IRPJ e CSSL, quando o regime tributário da licitante é 'lucro real'".

5.3.2 Faz referência ao Parecer Conjur/MI 1511/2007, de 14/8/2007, o qual encaminhou em anexo, e destaca o tópico III - Modificação de Entendimento, Aplicação Retroativa. No referido parecer, o órgão jurídico do MI manifesta que o entendimento do TCU somente veio a ser pacificado por meio do Acórdão 325/2007-Plenário. Considera ser evidente que o entendimento adotado no mencionado acórdão e sua orientação às unidades técnicas dessa Corte se referem a situações futuras, posteriores à sua publicação. "E de outra maneira não poderia ser, em face do princípio da irretroatividade das leis, o principal pilar da segurança jurídica. E nem se diga que não o caso, pois o princípio também se aplica à mudança de entendimento, como se vê no inciso XIII do parágrafo único do art. 2º da Lei nº 9.784/1999 e na Súmula nº 343-STF".

5.3.3 Como reforço desse entendimento, apresenta excertos do voto do Ministro Ubiratan Aguiar no TC 000.533/1998-0, cujo acórdão revogou a Súmula 105 da jurisprudência do TCU, no qual o Ministro argumenta que "portanto, nessa hipótese, ainda que o Tribunal inaugure Decisão Normativa, contrariamente ao comando anterior, os atos praticados sob o entendimento precedente deverão ser preservados, em nome dos princípios do Devido Processo Legal, da Segurança Jurídica e da Irretroatividade das Leis e, particularmente, em respeito às decisões proferidas por esta e. Corte."

5.3.4 Sobre o assunto, conclui o parecer que "não há como ser exigível a interpretação adotada no Acórdão 325/2007-P quanto à exclusão do IRPJ e CSSL no cálculo do fator K e do BDI, não só pelos argumentos já fartamente expendidos de que os Editais 01/2005 e 02/2007 já mereceram a aprovação desse Tribunal, como também por o novo entendimento ter sido trazido à luz após a publicação daqueles editais e, principalmente, após o recebimento das propostas com base neles formulada."

5.3.5 Quanto ao teor do Acórdão 325/2007-Plenário diz respeito a consolidação de entendimento do Tribunal no sentido de que "os tributos IRPJ e CSLL não devem integrar o cálculo do LDI, nem tampouco a planilha de custo direto, por se constituírem em tributos de natureza direta e personalística, que oneram pessoalmente o contratado, não devendo ser repassado à contratante;" Ainda, consoante o mesmo acórdão o Tribunal expediu orientação

às unidades técnicas para que observem essa premissa, quando dos trabalhos de fiscalização em obras públicas, e determinou à Segecex que desse conhecimento às unidades jurisdicionadas ao Tribunal.

5.3.6 Destacamos que o referido Acórdão 325/2007 foi proferido na Sessão Plenária de 14/3/2007 e publicado no DOU de 16/3/2007, sendo que a reedição do Edital 01/2005-MI, ora questionado, foi publicado apenas dias antes (em 6/3/2007), portanto, em tempo suficiente para que fossem feitas as devidas correções comunicado às licitantes, como ocorreu em outros casos, de modo a que tais tributos deixassem de estar contidos nos orçamentos elaborados pelo Ministério da Integração Nacional, e nos preços dos serviços propostos pelas licitantes.

5.3.7 Anteriormente, por meio do Memo. 10/2007/MI, 4/6/2007 (fls. 199/213), a Comissão Especial de Licitação havia também encaminhado ao TCU, em resposta à equipe de auditoria, parecer da Consultoria Jurídica do MI (Parecer Conj. Memo. 60/2007) no qual também discorria a respeito do IRPJ e do CSSL justificando a inclusão desses no cálculo do fator K ou do BDI por repercutirem no preço de mercado e na remuneração do empreendedor, posto que a repercussão do imposto não depende de sua classificação jurídica ou do procedimento de cálculo do montante devido.

5.3.8 Conforme já analisado na auditoria Fiscobras, o IRPJ e a CSSL são tributos que por serem de natureza direta e personalística, não devem integrar, em quaisquer percentuais, o cálculo do fator K e do BDI, conforme entendimento do Tribunal nos Acórdãos Plenário 1.542/2003, 1.125/2005, 1.577/2006, 1.595/2006 e 325/2007.

5.3.9 Portanto, considerando que os novos elementos enviados pelo MI não são suficientes para mudar o entendimento firmado pelo Tribunal e a conclusão do relatório de levantamento de auditoria inserido no Fiscobras, **mantemos a conclusão da equipe de auditoria** no sentido de que, independentemente do regime de tributação adotado pela proponente, lucro real ou presumido, bem como desta sofrer ou não retenção na fonte, os tributos Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSSL), por sua natureza, são tributos personalíssimos, que oneram pessoalmente o contratado e não repercutem economicamente, não sendo pois repassados ao preço do serviço proposto e ao contrato. Assim os encargos financeiros desses tributos são da empresa contratada e não são transferidos ao contratante, consumidor do serviço, no presente caso a Administração Pública. Portanto, tais tributos não devem estar contidos nos orçamentos elaborados pelo Ministério da Integração Nacional, nem nos preços dos serviços propostos pelos contratados.

I - Concorrência Pública 01/2005

c) sobrepreço de R\$ 26 milhões decorrente de:

c.2) ausência, no cálculo dos preços dos serviços, de dedução de créditos relativos ao PIS/PASEP e à COFINS. (Irregularidade 3)

5.4 Com relação à ausência, no cálculo dos preços dos serviços, de dedução de créditos relativos ao PIS/PASEP e à COFINS, relativamente à Lei 11.434, de 2006, que suspendeu a aplicação não cumulativa de créditos (PIS e COFINS) para receitas decorrentes das obras da construção civil, até dezembro de 2008, argumenta a comissão de licitação que "as licitantes ao oferecerem seus preços levaram em consideração suas obrigações tributárias, sendo inclusive exigido no edital o detalhamento das despesas fiscais, da mesma forma que também para obter preços mais competitivos na licitação, devem considerar os benefícios tributários que lhe são permitidos por lei." Afirma que não cabe àquela comissão apresentar estimativa de créditos de PIS/PASEP e de COFINS que ocorrerão na execução dos serviços.

5.4.1 Sobre essa questão reproduz manifestação da Consultoria Jurídica do MI que

entende ser da competência da Secretaria da Receita Federal a expedição de normas que disciplinam o assunto. Trata-se de documento encaminhado anteriormente (Memo. 60/2007-Conjur/MI, fls. 209/213) e já analisado pela equipe de auditoria, que manteve o posicionamento pela dedução, nos preços unitários e global orçados pelo MI, dos créditos relativos a PIS/PASEP e COFINS.

5.4.2 O referido parecer externa que "uma presunção de créditos, com vistas à definição do preço e a conquista de economia para a União no contrato futuro, também apresenta inconvenientes. Uma presunção mínima, a considerar o menor crédito real existente, seria absolutamente inútil. Ao revés, uma presunção de créditos elevados prejudicaria a concorrência, alijando do processo licitatório empresas detentoras de baixos créditos."

5.4.3 Observamos que os argumentos apresentados pela comissão de licitação não diferem, em sua essência, das informações prestadas anteriormente e já analisadas pela equipe de auditoria. Embora afirme que o edital exige o detalhamento das despesas fiscais, e que para obter preços mais competitivos deverão as licitantes considerar os benefícios tributários que lhe são permitidos por lei, o que se constatou é que o orçamento do edital 01/2005, com relação ao cálculo do BDI e do fator K, utiliza as alíquotas de 1,65% referente a PIS e de 7,60% referente a COFINS, sendo que as empresas são tributadas pelo lucro real e portanto a tributação do PIS/PASEP e da COFINS é não-cumulativa, o que dá direito à dedução de diversos créditos, conforme as Leis n^{os} 10.637/2002 e 10.833/2003, créditos este não levado em consideração no orçamento definido no edital.

5.4.3 Considerando que, em razão das alíquotas utilizadas no orçamento do edital, o valor teto estaria superior ao de referência de mercado, implica em que os preços da empresa vencedora poderão se apresentar superiores aos preços de mercado. Conforme destacado no relatório de auditoria, os percentuais adotados no cálculo do fator k e do BDI, aplicável para pessoas jurídicas tributadas pelo IR com base no lucro real, é o que representa maior custo para o MI, sendo consideravelmente maior do que o aplicável para as empresas tributadas com base no lucro presumido, se não considerados os créditos que as empresas têm direito.

5.4.4 Assim, não tendo a comissão de licitação apresentado justificativa suficiente para alterar o entendimento da equipe de auditoria, mantemos o entendimento constante no relatório da auditoria Fiscobras/2007 quanto ao indício de sobrepreço no orçamento base do edital 01/2005, em função da utilização de alíquota de 1,65% sobre o preço de venda referente a PIS/PASEP, e alíquota de 7,60% sobre o preço de venda referente a COFINS, sem considerar os créditos estabelecidos na legislação.

I - Concorrência Pública 01/2005 (Irregularidade 3)

c) sobrepreço de R\$ 26 milhões decorrente de:

c.3) utilização de preços de profissionais com valores superiores aos do sistema referencial de preços Sinapi, contrariando o disposto no art. 115 da Lei 11.439/2006 (LDO/2007) e superiores aos da pesquisa de salários do mercado de trabalho.

5.5 Sobre a utilização de preços de profissionais com valores superiores aos do sistema referencial de preços Sinapi, contrariando o disposto no art. 115 da Lei 11.439/2006 (LDO/2007) e superiores aos da pesquisa de salários do mercado de trabalho, a comissão reafirma que os preços adotados são os mesmos praticados no Edital 01/2004 e Edital 01/2005 (atualizados para o mês de junho/2006), apreciados pelo TCU (Acórdão 1523/2005-P).

5.5.1 Manifesta entendimento da comissão no sentido que os "serviços de obras" a que se refere a Lei 11.439/2006 - LDO 2007 (art. 115) diz respeito àqueles relacionados com as atividades inerentes à natureza de execução de obras, onde, na composição dos seus custos unitários devem ser usados o valor unitário de mão-de-obra do Sinapi. "Para o caso de mão-de-obra de engenharia consultiva (caso do Edital 01/2007) não existe cotação de preços

unitários no Sinapi, conforme consulta realizada pela comissão de licitação e esclarecimento da Caixa Econômica Federal". Juntou cópia de pesquisa no Sinapi (fls. 421) em que consta três ocorrências, com preço mediano em 01/7/2007: engenheiro ou arquiteto auxiliar/júnior, R\$ 27,51; engenheiro ou arquiteto/pleno, R\$ 38,81; e engenheiro ou arquiteto chefe/sênior, R\$ 53,78. Multiplicando esses preços por 220 horas/mês temos: R\$ 6.052,20; R\$ 8.538,20; R\$ 11.831,60.

Lei 11.439, de 2006 (LDO 2007)

Art. 115. Os custos unitários de materiais e serviços de obras executadas com recursos dos Orçamentos da União não poderão ser superiores à mediana daqueles constantes do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI, mantido pela Caixa Econômica Federal, que deverá disponibilizar tais informações na internet.

§ 1º Somente em condições especiais, devidamente justificadas em relatório técnico circunstanciado, aprovado pela autoridade competente, poderão os respectivos custos ultrapassar o limite fixado no caput deste artigo, sem prejuízo da avaliação dos órgãos de controle interno e externo. . .

§ 2º A Caixa Econômica Federal promoverá, com base nas informações prestadas pelos órgãos públicos federais de cada setor, a ampliação dos tipos de empreendimentos atualmente abrangidos pelo Sistema, de modo a contemplar os principais tipos de obras públicas contratadas, em especial as obras rodoviárias, ferroviárias, hidrovias, portuárias, aeroportuárias e de edificações, saneamento, barragens, irrigação e linhas de transmissão.

§ 3º Nos casos ainda não abrangidos pelo Sistema, poderá ser usado, em substituição ao SINAPI, o custo unitário básico - CUB.

5.5.2 Conforme o teor do art. 115 da Lei 11.439, de 2006, os custos unitários de materiais e serviços de obras executadas com recursos dos Orçamentos da União devem estar conforme a mediana dos preços constantes do Sinapi, abrangendo desde os serviços de elaboração do projeto executivo, a execução da obra e sua supervisão.

5.5.3 Quanto à pesquisa de preços não encontrada no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - Sinapi pela comissão de licitação do MI, os levantamentos feitos pela Equipe de auditoria do Tribunal identificaram categorias semelhantes, que sintetizamos do quadro a seguir, cujos valores mensais da mão-de-obra são bastante inferiores aos orçados no Edital 01/2005-MI, tanto com relação ao sistema referencial de preços Sinapi quanto à pesquisa salarial efetuada no site da empresa Catho especializada em consultoria de recrutamento e recolocação de pessoal.

Salários mensais

Edital 01/2005-MI		Sinapi (Recife-PE de julho/2006)		Catho	
Profissional	R\$	Profissional	R\$	Profissional	R\$
Consultor (sup. túnel) - código C	12.320,00	engenheiro sênior	4.576,00	engenharia civil - consultor	5.298,00
Consultor (barragens) - código C	12.320,00	engenheiro sênior	4.576,00	engenharia civil - consultor	5.298,00
Engenheiro Residente - código P0	8.800,00	engenheiro sênior	4.576,00	engenharia civil - gerente	7.090,00

Engenheiro Sr. (sup. obras civis) - código P	16.160,00	engenheiro sênior	4.576,00	engenharia civil - engenheiro sênior	4.796,00
Engenheiro Sr. (sup. túnel) - código P	16.160,00	engenheiro sênior	4.576,00	engenharia civil - engenheiro sênior	4.796,00
Engenheiro Sr. (Forn. e Mont. Eqptos) - código P	16.160,00	engenheiro sênior	4.576,00	engenharia civil - engenheiro sênior	4.796,00
Engenheiro Sr. Mecânico (Forn. e Mont. Eqptos) - código P1	6.160,00	engenheiro sênior	4.576,00	engenharia mecânica - engenheiro sênior	5.336,00
Engenheiro Sr. Eletricista (Forn. e Mont. Eqptos) - código P1	6.160,00	engenheiro sênior	4.576,00	engenharia elétrica / eletrônica - engenheiro sênior	5.635,00
Engenheiro Pl. (Profissional Médio) - código P2	4.400,00	engenheiro pleno	3.302,20	engenharia civil - engenheiro pleno	3.412,00
Engenheiro Jr. (Acom. Cont. Med) - código P3	3.520,00	engenheiro júnior	2.340,80	engenharia civil - engenheiro júnior	2.546,00
Ambientalista - código P3	3.520,00	engenheiro júnior	2.340,80	engenharia civil - engenheiro júnior	2.546,00
Técnico Laboratorista - código T1	1.496,00	técnico de laboratório	866,80	-	-
Técnico (desenhista/cadista) - código T2	1.232,00	desenhista projetista (o mais caro dos desenhistas no Sinapi)	1.161,60	-	-
Ajudante de laboratório - código T3	528,00	auxiliar de laboratório	358,60	-	-
Servente/Auxiliar - código T4	246,40	Auxiliar	358,60	-	-
Topógrafo - código Top	1.075,36	Topógrafo	880,00	-	-
Nivelador - código Niv	311,52	Nivelador	473,00	-	-
Secretaria - código A0	1.707,20	-	-	secretaria - cargo: secretária português	1.315,00
Auxiliar administrativo - código A3	431,20	auxiliar de escritório	420,20	-	-

5.5.4 Anteriormente, a comissão havia informado que os preços orçados pelo MI tiveram como parâmetros os preços praticados no contrato de gerenciamento do empreendimento e os preços praticados pela Codevasf em serviços de consultoria. Conforme análise da equipe de auditoria, embora os preços estejam condizentes com tabelas da Codevasf, enviada pela comissão de licitação, os preços apresentados no orçamento do Edital 01/2005 apresentam-se superiores aos do sistema referencial de preços Sinapi, conforme dispõe o art. 115 da Lei 11.439/2006, e são superiores aos da pesquisa de salários do mercado de trabalho (sistema referencial de preços Sinapi ou pesquisa salarial da empresa Catho).

5.5.5 Quanto à tabela de preços adotada pela Codevasf, poderá ser objeto de análise em trabalho específico naquela Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba, uma vez que os preços adotados em orçamentos dos editais não equivalem, necessariamente, aos salários pagos aos profissionais pelas empresas contratadas, implicando, possivelmente, também em sobrepreço nos orçamentos.

5.5.6 Dessa forma, e uma vez que as justificativas apresentadas pela comissão de licitação não traz elementos novos que possam alterar o entendimento da equipe de auditoria, deve ser mantida a conclusão quanto à caracterização de sobrepreço no orçamento base do Edital 01/2005-MI, decorrente da utilização de preços de profissionais com valores superiores aos do sistema referencial de preços Sinapi, contrariando o disposto no art. 115 da Lei 11.439/2006, e superiores aos da pesquisa de salários do mercado de trabalho.

6. Com relação às ocorrências verificadas no Edital 02/2007, a Comissão Especial de Licitação apresenta as seguintes justificas:

II - Concorrência Pública 02/2007 (Irregularidade 2)

a) ausência, no Edital, de critério de aceitabilidade de preços unitário, de que trata o art. 40, inciso X, da Lei 8.666/1993 e art. 115 da Lei 11.439/2006, conforme também apontado no Fiscobras/2005.

6.1A respeito da ausência, no edital 02/2007, de critério de aceitabilidade de preços unitário, de que trata o art. 40, inciso X, da Lei 8.666/1993 e art. 115 da Lei 11.439/2006, conforme também apontado no Fiscobras/2005, e conforme também verificado no Edital 01/2005, a comissão de licitação reporta-se a esclarecimentos prestados às equipes técnicas do TCU, por meio do Memorando 09, de 12/9/2005, e do Memorando 10, de 4/6/2007, anteriormente enviados ao Tribunal, e transcreve o teor deste último (já analisado e considerado no relatório final da auditoria Fiscobras 2007). Ao final, declara a comissão que "as propostas que não atenderem aos critérios de aceitabilidade de preços, conforme preconiza o art. 48 da Lei 8.666/1993 e art. 115 da LDO, previsto no edital, serão desclassificadas."

6.1.1 Em resposta enviada por meio do memorando 06/2007/MI, de 08/maio/2007, em atendimento à solicitação de informações feitas pela equipe de auditoria, a comissão de licitação havia manifestado ser pacífico o entendimento entre os membros da comissão de que as condições estabelecidas no item 7.7.2 do edital serão observadas no julgamento:

Edital 02/2007

7.7.2 Na composição dos preços unitários de serviços não poderão ser utilizados valores de custo de insumos superiores à mediana daqueles constantes do SINAPI – Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (data base novembro/2006), conforme dispõe o art. 112 da Lei nº. 11.178/2006 (LDO). A relação dos custos de insumos do SINAPI está disponível às licitantes na sala 898 no Ministério da Integração Nacional – MI.

7.7.2.1 Para os preços unitários de serviços não contemplados no SINAPI será admitida uma variação de até 10% (dez por cento) dos valores orçados pelo MI, constantes das Planilhas anexas que integram o presente Edital.

6.1.2 Embora a comissão tenha manifestado que observará o limite de preços unitários conforme estabelecido na LDO, este requisito como critério de desclassificação, no entender da equipe de auditoria, não seria de pleno conhecimento das empresas licitantes, uma vez que a comissão de licitação deixou de enviar comunicação, por fax, às proponentes, conforme vinha procedendo em relação a outros questionamentos das empresas, e considerando que os citados itens 7.7.2 e 7.7.2.1 não dispõem claramente em seu texto sobre a desclassificação da proposta.

6.1.3 Em sua manifestação, por meio do referido Memo. 10/2007/MI, a comissão menciona o art. 44 e seu § 3º e o art. 48, seus itens e §§ 1º e 2º, da Lei 8.666/1993, sobre o critério de aceitabilidade de preços nas licitações de obras, do tipo menor preço, acrescentando que o item 7.5 do Edital 02/2007 nada mais é que a reprodução do texto da lei de licitações. Informa também que foi acrescentado o item 7.7.2 no Edital 02/2007, em cumprimento à LDO, que limita os custos unitários, de materiais e serviços de obras, à mediana daqueles constantes do Sinapi, e menciona ter sido aprovado pelo TCU no Acórdão 1523/2005.

6.1.4 Cabe ressaltar que o questionamento feito pela equipe de auditoria diz respeito à ausência de previsão de desclassificação da proposta da empresa com preços unitários superiores aos do orçamento base do edital, o que pode dar margem a que a comissão de licitação aceite preços unitários superiores, por ocasião da análise das propostas comerciais (apesar da declaração feita pela comissão de licitação, em resposta ao TCU, de que promoverá a desclassificação). Como consequência, a aceitação de preços unitários superiores aos do orçamento base, por ocasião da análise das propostas de preço das licitantes, poderá resultar em dano ao erário, em caso de futuros aditivos que venham a crescer serviços que estejam com sobrepreços.

6.1.5 Conforme também a análise constante no relatório final da auditoria, o Edital 02/2007 estabelece no item 7.5 o critério de desclassificação quanto à proposta comercial da licitante que apresentar na planilha de orçamentação preços unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, apresentar preço superior ao valor global orçado pelo MI e apresentar preços inexequíveis.

6.1.6 Por outro lado, o item 7.6 do edital estabelece que será declarada vencedora a licitante que, habilitada e qualificada tecnicamente, apresentar o menor preço por lote, observado o disposto no itens 4.4 e 7.5 do edital, referente à habilitação da empresa e ao critério de desclassificação em razão da apresentação de preços unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, preço superior ao valor global orçado pelo MI e preços inexequíveis.

6.1.7 Da mesma forma como constou no item 7.5 para preço superior ao valor global, os critérios de aceitabilidade de preços máximos unitários deveriam também constar como critério de desclassificação. A ausência de critérios de aceitabilidade de preços unitários no edital de licitação, em desacordo com o disposto no artigo 40, inciso X, da Lei 8.666/1993, foi verificada também no Edital 01/2005 (Irregularidade 1), e trata-se de questão que já foi inclusive objeto de análise pelo Tribunal em outros processos, a exemplo do TC 003.231/2001-0 (Acórdão 1684/2003 - Plenário).

6.1.8 Conforme já analisado com relação ao Edital 01/2005-MI, que apresentou a mesma irregularidade, não tendo a comissão de licitação apresentado novos elementos capazes de alterar o entendimento, mantemos também a conclusão da equipe de auditoria, constante no relatório da auditoria Fiscobras/2007, no sentido de que a ausência de critérios de aceitabilidade de preços máximos unitários, no Edital 02/2007-MI (consoante o inciso X do art. 40 da Lei 8.666/1993, bem como no art. 115 da Lei 11.439/2006 - LDO/2007), cria a possibilidade de aceitação de preços unitários superiores aos do orçamento base, quando da

análise das propostas de preço das licitantes, podendo ocasionar dano ao erário, em caso de futuros aditivos para acréscimos justamente naqueles serviços que estejam com sobrepreços.

II - Concorrência Pública 02/2007

b) sobrepreço de, no mínimo, R\$ 103 milhões, decorrente de:

b.1) adoção de percentuais de encargos sociais para horistas superior ao adotado no Sicro 2, de 126,30%. (Irregularidade 4)

6.2 No tocante ao sobrepreço de, no mínimo, R\$ 103 milhões, identificado no Edital 02/2007, a comissão de licitação inicialmente repete o argumento apresentado à equipe de auditoria de que o edital e o orçamento contendo os preços elaborados pelo MI foram anteriormente apreciados pelo TCU (Acórdão 1523/2005-P), e que os preços atuais são aqueles mesmos, só que atualizados para junho/2006, data da publicação do edital.

6.2.1 Informa a comissão de licitação que "o orçamento foi elaborado tomando como base o mês de novembro de 2006, considerando as composições de preços unitários apreciados pelo TCU através do Acórdão 1523/2005, utilizando-se os valores unitários dos insumos constantes do Sinapi para o referido mês". Especificamente sobre o percentual de 134,54% atribuído para encargos sociais, "foi utilizado em decorrência desse parâmetro ter sido considerado no orçamento do Edital 02/2005 e tendo o mesmo sido objeto de análise do Egrégio Tribunal naquela oportunidade." Acrescenta que a tabela do Sinapi referente ao mês de novembro/2006 utiliza o mesmo percentual de 134,54% (anexou relatório, fl. 398).

6.2.2 De acordo com a análise da equipe de auditoria, o percentual constante no Sinapi é de 126,00%, no Sicro2 é de 126,30%, a revista Pini sugere 126,68% e Mendes e Bastos consideram como valores referenciais de encargos sociais os percentuais de 117,65% para horistas.

*6.2.3 Não obstante o Sicro2 adote o percentual de 126,30% para encargos sociais para horistas, **poderá ser aceito o percentual de 134,54%**, adotado no orçamento base do Edital 02/2007, conforme verificado no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - Sinapi, referência novembro/2006 para a região de Pernambuco.*

6.2.4 Como o sobrepreço inicialmente apontado na Irregularidade 4 decorre de vários fatores, tais como: 1) utilização de percentagem de encargos sociais de 134,54% para horistas, quando deveria usar valor de 126,30%; 2) utilização de custos horários e mensais de profissionais superiores aos do sistema referencial de preços SINAPI, conforme dispõe o art. 115 da lei nº 11.439/2006, e aos da pesquisa de salários do mercado de trabalho, o que aumenta o preço de dos serviços do orçamento do edital 02/2007; 3) utilização de custos de materiais superiores aos do sistema referencial de preços SINAPI, conforme dispõe o art. 115 da lei nº 11.439/2006, e de outras pesquisas de mercado, o que aumenta o preço de dos serviços do orçamento do edital 02/2007; 4) utilização de insumos denominados "diversos" em vários serviços sem que estes possuam descrição ou composição; e 5) utilização de preço de serviços acima dos valores encontrados no sistema de referência de preços SINAPI e SICRO2; ao se acatar o percentual de 134,54% para os encargos sociais consoante acima mencionado, tem-se uma diminuição no valor mínimo de R\$ 103 milhões inicialmente apontado para o sobrepreço.

6.2.5 No entanto, consideramos desnecessário apresentar nova planilha de cálculos para o sobrepreço, dado que esse valor não foi mensurado, pois consoante também apresentado no parecer final do relatório de levantamento de auditoria, não foi avaliado o valor total do sobrepreço (relativo às irregularidades 4 e 5), mas apurado um valor mínimo, uma vez que o impacto do sobrepreço advindo do custo horário e mensal de profissionais acima dos preços de referência se reflete em vários outros serviços não examinados durante a fiscalização (na mobilização de pessoal e equipamentos, na implantação de acampamentos e canteiro de Serviços, na manutenção de acampamento e canteiro de Serviços, na

administração local, na recuperação de áreas degradadas, na demolição e desinfecção, na montagem dos equipamentos e na desmobilização de pessoal e equipamentos).

b) sobrepreço de, no mínimo, R\$ 103 milhões, decorrente de:

b.2) adoção de preços de profissionais com valores superiores aos do sistema referencial de preços Sinapi, contrariando o disposto no art. 115 da Lei 11.439/2006 (LDO/2007) e superiores aos da pesquisa de salários do mercado de trabalho. (Irregularidade 4)

6.3 Informa a comissão de licitação que foram utilizados valores compatíveis com os salários utilizados como referência pela Codevasf, com preços referenciados a novembro de 2006, e juntou quadro comparativo de salários de profissionais (fl. 400), contendo colunas com preços levantados pelo TCU, preços do orçamento do MI e preços Codevasf, que apenas confirma estarem os valores do edital acima dos encontrados em levantamento da equipe de auditoria com base no Sinapi e empresa Catho, embora estejam mais próximos dos preços indicados como sendo praticados pela Codevasf. A respeito da tabela adotada pela Codevasf, conforme já mencionamos no item 5.5.5 acima, poderá ser objeto de análise em trabalho específico naquela Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba.

6.3.1 Informa também que as obras serão realizadas em locais carentes de mão-de-obra especializada, "sendo necessário crescer-se algum valor aos salários normalmente praticados nos grandes centros" tendo sido utilizado como critério para acréscimo o valor utilizado de transferência de local de trabalho, chegando-se a um aumento de 25%. Acrescenta que para o atendimento das exigências do Edital 02/2007 não podem ser consideradas as faixas salariais comumente utilizadas no mercado de obras simples e rotineiras, realizadas em áreas urbanas ou grandes centros, "por isso utilizou-se os dados da Codevasf, que realiza obras de porte similares e em locais semelhantes."

6.3.2 Presta ainda esclarecimento a respeito da composição de custos de administração de obra, afirmando tratar-se de mão-de-obra mais especializada e experiente do que aquela diretamente utilizada na execução de serviços de obras, por exercer função mais intelectualizada. E manifesta que "não se deve, sob pena de tratamento igual para atividades diferenciadas, adotar o mesmo parâmetro para ambas".

6.3.3 Anteriormente, em resposta enviada à equipe de auditoria, mediante o memorando 06/2007/MI, de 8/5/2007, a comissão havia informado ter utilizado os valores referentes ao Edital 02/2005, que foi apreciado pelo TCU (Acórdão 1.523/2005-Plenário), tendo apenas procedido à atualização de agosto de 2004 para novembro de 2006, com base na coluna 13 - FGV - mão-de-obra especializada, com percentual de 13,23%.

6.3.4 Concluiu a auditoria que os valores utilizados no Edital 02/2007, são superiores aos do sistema referencial de preços Sinapi, contrariando o disposto no art. 115 da lei nº 11.439/2006, e também superiores aos da pesquisa salarial da empresa Catho.

6.3.5 Não tendo a comissão de licitação apresentado novos elementos suficientes para alterar a conclusão da análise feita até então, mantemos o entendimento da equipe de auditoria quanto à caracterização da irregularidade que resulta em sobrepreço no orçamento base do Edital 02/2007, em decorrência da adoção de preços de profissionais com valores superiores aos do sistema referencial de preços Sinapi, contrariando o disposto no art. 115 da Lei 11.439/2006 (LDO/2007) e superiores aos da pesquisa de salários do mercado de trabalho.

b) sobrepreço de, no mínimo, R\$ 103 milhões, decorrente de:

b.3) adoção de custos de materiais superiores aos do sistema referencial de preços Sinapi, em desacordo com o disposto no art. 115 da Lei 11.439/2006 (LDO/2007). (Irregularidade 4)

6.4A respeito dos materiais superiores aos do sistema referencial de preços Sinapi, a comissão de licitação presta os seguintes esclarecimentos:

"utilizamos o preço de R\$ 29,08 para o insumo M101, Tubo concreto poroso (0,40m de diâmetro) com código de referência de preços Revista Informador da Construção nº 1560, pág. 14, por não encontrar, naquela oportunidade, no Sinapi; utilizamos o preço de R\$ 23,99 para o insumo M103, Tubo concreto poroso (0,30m de diâmetro) com código de referência de preços Revista Informador da Construção, nº 1560, pág. 14, por não encontrar, naquela oportunidade, no Sinapi; no sistema de referência de preços Sinapi de novembro/2006, o insumo 'Tubo Concreto Armado Classe CA-1 PB NBR-9794 DN 300 mm p/águas pluviais', no código de material 00007745, o preço da mediana é de R\$ 37,70 e o do 3º quartil é R\$ 47,29. Utilizamos o preço de R\$ 46,10, da Revista Informador da Construção, pág. 14; está correto o custo de R\$ 35,95/Gl, cujo código encontrado no sistema de referência de preços Sinapi é 00007344. Procedemos a transformação de galão para litro, utilizando a conversão comercialmente utilizada que é de 3,6 l/Gl, visto que, é comercialmente que o produto vai ser adquirido, conforme cópias de pesquisas efetuadas; para obtermos o preço para execução de estaca hélice contínua com $D = 1,00m$, aplicamos sobre o preço para execução de estacas hélice contínua $D = 0,90m$; o percentual de acréscimo da variação de preço do $D = 0,70m$ para $D = 0,90m$, com código de referência de preços 'Pini/Const.Mercado-80-G' já que não encontramos no sistema de referência de preços Sinapi e Sicro 2; fez-se uma simulação alterando os preços dos insumos M101, M103, M105, M145 e M203 para os valores sugeridos pelo TCU e chegou-se a um peso, com relação ao valor global da obra, de 0,055%."

6.4.1 As informações apresentadas pela comissão de licitação são basicamente as mesmas anteriormente encaminhadas e já analisadas pela equipe de auditoria, que concluiu que os custos desses materiais no orçamento do edital 02/2007-MI são superiores aos valores de mercado (sistema referencial de preços SINAPI ou revista Construção e Mercado de dez/2006 que se refere à data base de nov/2006), devendo serem corrigidos para adequar às diretrizes da Lei nº 11.439/2006, art. 115.

6.4.2 Não obstante a conclusão a que chegou a comissão de licitação, a partir de simulação que teria feito com alteração nos preços dos insumos, tendo chegado a um peso, com relação ao valor global da obra, de 0,055%, **fica também mantida a conclusão da auditoria** que constatou a existência de sobrepreço no orçamento base do edital 02/2007-MI decorrente, entre outros, da utilização desses custos de materiais superiores aos do sistema Sinapi, contrariando o disposto no art. 115 da Lei 11.439/2006, e superiores a outras pesquisas feitas no mercado.

b) sobrepreço de, no mínimo, R\$ 103 milhões, decorrente de:

b.4) adoção de custos de insumos denominados "diversos", sem discriminação ou composição específicas. (Irregularidade 4)

6.5 Informa a comissão que, quando da atualização dos preços unitários para novembro de 2006, utilizou as mesmas composições analíticas referentes ao Edital 02/2005, já apreciadas pelo TCU (Acórdão 1523/2005-Plenário) e que os custos de insumos denominados "diversos" já existiam. Acrescenta que fez simulação retirando das composições analíticas de preços unitários "diversos" e o peso, com relação ao valor global da obra, representou 0,2159%, embora os referidos serviços tenham que ser efetivamente executados, e conclui que, portanto, não se trata de sobrepreço.

6.5.1 Embora a comissão de licitação indique que o peso dos insumos denominados "diversos" representa um percentual de 0,2159%, com relação ao valor global da obra, a equipe de auditoria já havia ressaltado no relatório Fiscobras/2007 que os custos de tais itens variam de R\$ 3,67 a R\$ 2.594,32, sendo relevantes na composição dos serviços em que se encontram. Por exemplo, no serviço nº 2.024, 2,5% do item diversos com preço de R\$

2.594,32 representam R\$ 64,86, sendo que este valor é maior que todo o custo de material (R\$ 23,13) e de equipamentos (R\$ 12,40) dentro deste mesmo serviço. No serviço nº 2.004, 17,0% do item diversos com preço de R\$ 40,48 representam R\$ 6,88, sendo que este valor é maior que alguns custos de mão-de-obra (ENCARREGADO DE SERVIÇO - R\$ 2,43, MOTORISTA DE CAMINHÃO - R\$ 2,63 e OP. DE GUINDASTE - R\$ 3,54) dentro deste mesmo serviço.

6.5.2 Ante a ausência de novos elementos, deve ser mantida a conclusão constante no relatório da auditoria, no sentido de que não há como se aceitar este tipo de despesa, sob o título "diversos", sem explicação pela orçamentação do MI, uma vez que serão pagos praticamente como uma "verba" dentro do serviço, devendo, assim, serem refeitas as composições dos serviços nºs 2.001, 2.002, 2.003, 2.004, 2.005, 2.006, 2.008, 2.009, 2.010, 2.011, 2.012, 2.024, 2.025, 2.026, 4.002, 4.015, 12.001, 12.002, 12.003, 14.010, 2.010-A, 2.010-B, 2.010-C, 2.010-D e 2.010-E retirando-se a despesa relativa a "diversos".

b) sobrepreço de, no mínimo, R\$ 103 milhões, decorrente de:

b.5) adoção, nas composições de serviços, de areia comercial ao invés de areia produzida ou extraída, conforme indicado no Sicro 2. (Irregularidade 4)

6.6 Sobre esse assunto, a comissão apenas informa que o critério utilizado foi a aplicação, prioritariamente, dos valores unitários constantes do Sinapi (mês de novembro/2006).

6.6.1 Conforme o relatório de auditoria Fiscobras/2007, ficou constatado que a areia utilizada nas composições dos serviços de todos os lotes do Edital 2/2007 é a areia comercial e não areia extraída. A equipe de auditoria observou que na composição do Sicro para areia extraída com escavadeira hidráulica (código: 1 A 01 170 01) o valor da areia é R\$ 5,71/m³, significativamente menor do que o da areia comercial indicada no Sinapi como R\$ 35,00/m³ (areia grossa).

6.6.2 A equipe técnica da Secob/TCU chegou ao entendimento de que a areia extraída deve preferencialmente ser utilizada a comercial, principalmente na região em que será realizada a obra, longe de centros comerciais, atentando-se principalmente ao Lote 05, que está situado próximo ao Rio Salgado, e demandará somente na execução de filtros (horizontal e vertical) 449.528 m³ de areia, e também ao lote 07, situado próximo ao Rio Piranhas, e lote 01, situado próximo ao Rio São Francisco, que demandarão, respectivamente, 87.750 m³ e 48.385 m³ de areia para a execução de filtros.

6.6.3 Considerando-se a utilização de areia extraída para todos os serviços, com utilização do preço referencial do Sicro, o sobrepreço totaliza R\$ 57.230.104,33 somente nesses itens, em relação ao orçamento básico.

6.6.4 Em sua manifestação a comissão de licitação apenas informou que o critério utilizado foi a aplicação dos valores unitários constantes do Sinapi (mês de novembro/2006), portanto não enfrentou a questão central referente à adoção, nas composições de serviços, de areia comercial ao invés de areia produzida ou extraída. Assim, deve ser mantida a conclusão da auditoria quando ao sobrepreço identificado.

b) sobrepreço de, no mínimo, R\$ 103 milhões, decorrente de:

b.6) não correção do consumo de areia nas composições 4.006, 4.007, 15.015, 15.016, 15.017, 15.018, conforme apontado no Fiscobras/2005. (Irregularidade 5)

6.7 Em seus esclarecimentos, a Comissão de Licitação apresenta a tabela seguinte:

Consumo de areia de acordo com a resistência do concreto

1. ORIGEM	CCR	10Mpa	15Mpa	25Mpa	30Mpa
COMPOSIÇÃO	15.018	15.015	15.016	15.017	15.019

PISF	0.6774	0.5216	0.5487	0.4268	0.4606
PINI	0.6700	0.9303	0.8981	0.8280	0.7882
SICRO 2		0.6480	0.6140	0.5650	
TCU	0.4065	0.4065	0.4065	0.4065	0.4065

6.7.1 *Informa que "o consumo de areia na composição do concreto, assim como dos outros materiais, é uma função da sua resistência que, por sua vez, é uma condicionante da sua utilização, segundo a natureza da obra específica a ser construída. Assim, a real composição do concreto só pode ser determinada após a definição de dois eventos: a) o cálculo estrutural da obra, a ser feito quando da elaboração do seu projeto executivo e b) os ensaios laboratoriais do material granular da composição do concreto e dos próprios corpos de prova do concreto que serão feitos por ocasião da elaboração do projeto executivo e durante a implantação das obras."*

6.7.2 *Adicionalmente, informa que "dessa forma, a composição do concreto segundo sua resistência, constantes de projetos básicos e de tabelas de instituições técnicas, como, por exemplo, a Pini, são parâmetros aproximados, que levam em consideração uma média da relação entre a resistência e a composição do concreto. No caso do agregado 'areia', conforme mostrado na tabela acima pode-se notar que há uma variação do seu volume segundo a resistência, não podendo, dessa forma se adotar um parâmetro linear para todos os tipos de concreto. Ao utilizar-se o mesmo volume de areia em um concreto de menor resistência e noutro de maior, o que diminuiria seu custo unitário, pois a areia é, geralmente, um componente mais barato, isso é tecnicamente incorreto, pois compromete a qualidade e a segurança da obra a ser construída."*

6.7.3 *Em sua manifestação anterior, em resposta à equipe de auditoria, a comissão de licitação havia considerado parcialmente procedente a irregularidade, por serem diferentes os consumos de insumos para cada traço de concreto, em função da sua finalidade e resistência exigida, tendo admitido que ao ser revisado o orçamento relativo a concreto, realmente não foram utilizadas as composições de preços corrigidas e aprovadas, embora tenha manifestado que tal fato não trouxera prejuízo à administração. Havia também manifestado que as composições de preços e os próprios preços de referência são meramente indicativos.*

6.7.4 *Na presente oportunidade, manifesta que a composição do concreto segundo sua resistência, constantes de projetos básicos e de tabelas de instituições técnicas, são parâmetros aproximados.*

6.7.5 *Conforme já analisado pela equipe de auditoria do TCU, as composições de preços adotadas pelo MI não são meramente indicativos, uma vez que servem como referência e limitador de preço unitário e global para a obra. No caso de adoção de preços superiores aos praticados no mercado, no momento da elaboração do orçamento prévio, poderá sim causar prejuízo aos cofres públicos. Ainda, a previsão de consumo incorreto, além de irregular, implica em preço referencial acima do mercado.*

6.7.6 *Dessa forma, considerando que a comissão de licitação não trouxe novos elementos suficientes para alterar os entendimentos anteriores, **manifestamos de acordo com o entendimento da equipe de auditoria (Irregularidade 5)**, no sentido de que deve ser saneada a irregularidade nas composições 4.006, 4.007, 15.015, 15.016, 15.017, 15.018, identificada no Edital 02/2007, corrigindo-se o consumo de areia nessas composições, ressaltando, por oportuno, tratar-se da mesma irregularidade constatada na auditoria Fiscobras/2005 (TC 10.341/2005-4), que havia sido considerada saneada com base na*

informação do MI de que haviam sido feitas as correções daquelas composições de custo do concreto.

b) sobrepreço de, no mínimo, R\$ 103 milhões, decorrente de:

b.7) adoção de preços dos serviços "escavação de material de 3ª categoria, carga e transporte até a 1,00 km" e "Fôrmas planas de madeira", acima dos referenciais do Sicro 2. (Irregularidade 4)

6.8A comissão presta os seguintes esclarecimentos:

"Como para todos os preços, o critério utilizado foi a aplicação dos valores unitários dos insumos constantes do Sinapi (mês de novembro/2006) em observância ao disposto no art. 112 da Lei 11.178/2005 (LDO 2006). Uma vez inexistindo no Sinapi, o insumo e seu respectivo valor, que não foi o caso, adotou-se valores de outras fontes de preço, na seguinte ordem de prioridade: a) preços do sistema Sicro 2; b) preços da Codevasf; c) revistas Informador das Construções e Construções Mercado - Pini. Quando valores unitários de determinados itens de altas especificidades não constam de nenhuma das fontes citadas, procedeu-se pesquisa de preço diretamente junto a fornecedores. A escavação de material de 3ª categoria, carga e transporte até 1,00 km custa, no Edital 02/2007 R\$ 24,87, enquanto que no Sicro 2 R\$ 25,88 (ref. 2 S 01 102), demonstrando que o nosso preço está inferior ao do Sicro 2. Formas planas de madeira custam, no Edital 02/2007, R\$ 41,52 enquanto que no Sicro 2 custa R\$ 41,13, demonstrando que o nosso preço está compatível com o Sicro 2."

6.8.1 Conforme consignado no relatório da auditoria Fiscobras/2007, os serviços 'Escavação de Material de 3ª categoria, Carga e Transporte até 1,00 km' e 'Formas planas de madeira' estão com preços acima dos preços referenciais obtidos pela metodologia do Sicro 2. Tais serviços, juntamente com outros oito serviços, representam 45,4% do valor total do edital 02/2007. O MI utiliza no orçamento do Edital 02/2007 os seguintes preços: a) R\$ 24,87 por m³ do serviço "Escavação de material de 3ª categoria, carga e transporte até a 1,00 km", código de referência 15.003 e b) R\$ 41,52 por m² do serviço "Formas planas de madeira", código 5.003.

6.8.2 Na identificação do sobrepreço, a equipe de auditoria utilizou para o primeiro serviço a composição 2 S 01 102 04 – Esc. Carga transp. Mat 3ª categoria DMT 400 a 600 metros (DMT = 500 metros) e para o segundo serviço 2 S 03 371 01 – Forma de placa compensada resinada, ambas do SICRO2. Apesar de apresentar preços respectivos de R\$ 24,38 e R\$ 32,04 em suas composições originais (anexo 7, fls. 93/94), estes valores sofreram correções, a fim de retificar custos de mão-de-obra já analisados, assim como características de materiais inseridos na própria composição de custos apresentada pelo Ministério da Integração - MI. Assim, os valores finais corrigidos foram R\$ 24,06 (conforme constou no anexo 7, fls. 93) e R\$ 32,45 (anexo 7, fls. 94).

6.8.3 Entretanto, na resposta à oitiva, o MI alega ter encontrado no Sicro2 os valores de R\$ 25,88 para a escavação e R\$ 41,13 para a forma. Deve-se esclarecer que as distorções desses totais ocorreram em virtude das composições utilizadas pelo MI serem diferentes das usadas pela equipe de auditoria.

6.8.4 Dessa forma, para a escavação, enquanto o MI utilizou a composição 2 S 01 102 06 – Esc. Carga transp. Mat 3ª categoria DMT 800 a 1000 metros (DMT = 900 metros), a equipe fez uso de outra composição de escavação cuja distância média corresponde a 500 metros (código: 2 S 01 102 04), pois no Edital 02/2007 o serviço aparece com a descrição de transporte até 1,0 km, o que equivale a uma DMT de 500 metros.

6.8.5 Já em relação às formas planas de madeira, a comissão de licitação apresenta os preços referentes à composição 2 S 03 370 00 – Forma comum de madeira, enquanto que os preços levantados pela equipe de auditoria (2 S 03 371 01) referem-se à forma de placa compensada resinada. A escolha desta composição para a comparação com os preços do

Sicro2 pela equipe baseou-se no material presente na composição de custos unitários do serviço 5.003 apresentada pelo próprio MI. Nessa composição, o insumo presente é placa compensada de 18 mm e não tábuas e caibros tal qual aparece na composição do Sicro2 escolhida pelo MI na argumentação dos preços declarados em sua oitiva. Assim, o MI não poderia ter adotado a composição 2 S 03 370 00 para comparar os preços do Sicro2 com os preços do edital.

6.8.6 Diante do exposto, os preços corrigidos e cotejados para os itens 15.003 e 5.003 do Edital 02/2007 na análise do sobrepreço são adequados, uma vez que refletem as composições de custos unitários apresentadas pelo próprio MI.

Conclusão

7. Procedida à análise das justificativas apresentadas pela Comissão Especial de Licitação, certificamos que os elementos enviados pelo MI não são suficientes para mudar o entendimento já apresentado no relatório do levantamento de auditoria inserido no Fiscobras, consoante o Parecer final que reproduzimos a seguir (subitens 7.1 a 7.12):

7.1 Foi efetuada a análise dos Editais de Concorrência Pública 02/2007-MI e 01/2005-MI, destinados à contratação de empresas para a execução das obras civis e à contratação de consultoria especializada para supervisão das obras relativas ao Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional. Registre-se que o recebimento das propostas desses editais ocorreu, respectivamente, em 25/04/2007 e 09/05/2007.

7.1.1 Os referidos editais foram analisados quanto aos aspectos da legalidade e confrontada a compatibilidade do orçamento das obras e serviços licitados com os valores de mercado, tomando-se como referência os valores constantes no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (Sinapi), da Caixa Econômica Federal, no sistema Sicro, do Departamento Nacional de Infra Estrutura de Transportes (DNIT), na Revista Construção Mercado, da Editora PINI e em pesquisa de salários no mercado de trabalho. Tal análise se restringiu única e exclusivamente às questões tratadas no presente relatório, inclusive quanto às planilhas de preços.

7.1.2 Não integrou a presente análise: o projeto básico da obra, componente do processo licitatório; o processo de licenciamento que resultou na Licença Prévia 200/2005 e de Instalação 438/2007, emitidas pelo Ibama; a análise da sustentabilidade do arranjo institucional e administrativo do projeto; a viabilidade financeira do empreendimento; a viabilidade técnica e operacional do empreendimento, a sustentabilidade hídrica do empreendimento, nem o fornecimento de motobombas.

7.1.3 As irregularidades graves relativas ao sobrepreço detectado nos valores orçados pelo Ministério da Integração Nacional, representam potencial prejuízo aos cofres públicos da ordem R\$ 26 milhões para o Edital 01/2005 (Irregularidade 3) e, no mínimo, R\$ 103 milhões para o Edital 02/2007 (Irregularidades 4 e 5). Nesse aspecto, o valor total do sobrepreço não foi mensurado, pois o impacto do sobrepreço advindo do custo horário e mensal de profissionais acima dos preços de referência (Irregularidades 3 e 4) se reflete na mobilização de pessoal e equipamentos; na implantação de acampamentos e canteiro de Serviços; na manutenção de acampamento e canteiro de Serviços; na administração local; na recuperação de áreas degradadas; na demolição e desinfecção; na montagem dos equipamentos e na desmobilização de pessoal e equipamentos. Também foi verificado o não saneamento da irregularidade registrada no Fiscobras/2005 relativa ao consumo de areia, identificada neste relatório como Irregularidade 05, o que pode configurar descumprimento de decisão do Tribunal sujeito à aplicação de multa.

7.1.4 Outros aspectos apontados no Fiscobras/2005 e novamente identificados como

irregularidades neste relatório referem-se ao valor do fator k e às taxas de encargos sociais. Neste relatório foram analisados minuciosamente os componentes do fator k apresentado no Edital 01/2005 e da taxa de encargos sociais, tendo-se verificado que os valores adotados para estes fatores estão acima do mercado.

7.1.5 Ainda com relação aos preços, foi identificada irregularidade, classificada como grave, referente à ausência de critérios de aceitabilidade de preços máximos unitários, nos dois editais analisados (Irregularidade 1 - Edital 01/2005 e Irregularidade 2 - Edital 2/2007), conforme previsto no inciso X do art. 40 da Lei 8.666/1993, bem como no art. 115 da Lei 11.439/2006 (LDO/2007). Como consequência, a aceitação de preços unitários superiores aos do orçamento base, por ocasião da análise das propostas de preço das licitantes, poderá resultar em dano ao erário, em caso de futuros aditivos que venham a crescer serviços que estejam com sobrepreços.

7.1.6 Foi também identificada inconsistência (Irregularidade 10) na fórmula estabelecida no Edital 01/2005-MI para o cálculo da nota final das licitantes, que implica em desvirtuamento do critério legal do menor preço, em detrimento do princípio da economicidade, em decorrência da excessiva valoração da nota técnica obtida pela licitante e valoração desprezível para a nota financeira.

7.1.7 Outra impropriedade diz respeito à falta de objetividade e clareza nos critérios de julgamento das propostas técnicas (Irregularidades 8 - Edital 01/2005), para a qual a equipe propõe análise posterior, pelo Tribunal, do teor do relatório de julgamento das propostas técnicas.

7.1.8 Quanto à previsão de abertura dos envelopes contendo a documentação de habilitação e as propostas técnicas ao mesmo tempo (Irregularidade 7 - Edital 01/2005), esta equipe entendeu que pode ser considerada sanada a irregularidade, um vez que o Ministério promoveu alterações no Edital 1/2005-MI, sem prejuízo de vir o Tribunal verificar, posteriormente, se a comissão de licitação observou esses procedimentos na abertura dos envelopes e julgamento das propostas. O assunto foi objeto de recente deliberação do Plenário do Tribunal (Sessão 25/4/2007 - Acórdão 701/2007-Plenário) que determinou ao Ministério da Integração Nacional que, "nas próximas licitações do tipo técnica e preço, proceda à abertura dos envelopes contendo as propostas técnicas somente após concluída a fase de habilitação, nos termos do art. 43 da Lei 8.666/1993".

7.1.9 A respeito da exigência, simultaneamente, de requisitos de capital social mínimo e garantias para a comprovação da qualificação econômico-financeira dos licitantes (Irregularidade 6 - Edital 01/2005 e Irregularidade 9 - Edital 2/2007), refere-se a assunto também analisado no TC 006.760/2007-1. Por meio do Acórdão 701/2007-Plenário, o Tribunal determinou ao Ministério da Integração Nacional que, "nas próximas licitações do tipo técnica e preço, ... abstenha-se de exigir cumulativamente garantia de participação e capital social mínimo, ante a ausência de previsão legal para tanto". Considerando essa deliberação do Tribunal, e uma vez que os Editais 1/2005 e 2/2007 encontravam-se em andamento, a manifestação desta equipe é no sentido de que o cumprimento da determinação do Tribunal poderá ser observado nos próximos editais, sem prejuízo de novas determinações na hipótese de alguma empresa sentir-se prejudicada em virtude da exigência cumulativa de capital social mínimo e garantias para a comprovação da qualificação econômico-financeira.

7.1.10 Cabe mencionar que recentemente foi editada a Lei 11.488, de 15/06/2007 (regulamentada pelo Decreto 6.144, de 3/7/2007), que institui o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura - REIDI, tendo por beneficiárias pessoas jurídicas que tenham projeto aprovado para implantação de obras de infra-estrutura nos setores de transportes, portos, energia, saneamento básico e irrigação. A lei suspende a

exigência do PIS/PASEP e da COFINS incidentes sobre a venda no mercado interno de bens ou materiais de construção adquiridos por pessoa jurídica beneficiária do Reidi; e da Contribuição para o PIS/Pasep-Importação e da Cofins-Importação de bens ou materiais de construção importados diretamente por pessoa jurídica beneficiária do Reidi. Essa suspensão converte-se em alíquota zero após a incorporação ou utilização, na obra de infra-estrutura, dos bens ou dos serviços adquiridos ou importados com o regime do REIDI.

7.1.11 Em razão dessas isenções fiscais, cabe determinar ao Ministério que, quando da celebração dos contratos com as licitantes vencedoras dos certames referentes aos Editais de Concorrência Pública 02/2007-MI e 01/2005-MI (ou nos que os sucederem) promova os ajustes necessários no valor do contrato, se aplicável, em virtude da isenção do recolhimento do PIS/PASEP e da COFINS conforme previsto na Lei 11.488/2007, de 15/06/2007, que afetará o cálculo do BDI, informando ao Tribunal as alterações porventura efetuadas.

7.1.12 Registre-se que, consoante a sistemática adotada nas auditorias integrantes do sistema Fiscobras (conforme determinado no Acórdão 307/2006-Plenário, item 9.15.1), o relatório preliminar do Levantamento de Auditoria foi encaminhado ao Secretário-Executivo do Ministério da Integração Nacional com vistas à manifestação prévia do órgão a respeito dos indícios de irregularidades graves-apontados.

7.2 Com relação às isenções fiscais de que trata a Lei 11.488, de 15/06/2007, que institui o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura - REIDI, na hipótese de anulação dos editais, deve ser considerado pelo MI no novo orçamento base a ser elaborado.

Proposta de Encaminhamento

8. Ante o exposto, ratificamos a proposta de encaminhamento feita pela equipe de auditoria, constante no relatório Fiscobras/2007 (Fiscalis 92/2007), exceto quanto ao questionamento relativo aos encargos sociais para horistas, que excluímos em virtude de ter sido aceita a justificativa apresentada, conforme relatado no subitem 6.2/6.2.5 acima, e quanto às determinações, ante possibilidade de anulação dos editais.

8.1 Assim, submetemos os autos à consideração superior propondo:

I - com fundamento no § 1º do artigo 250 do Regimento Interno/TCU, sejam parcialmente acolhidas as razões de justificativas apresentadas pela Comissão Especial de Licitação;

II - com fundamento no artigo 71, inciso IX, da Constituição Federal, artigo 45 da Lei 8.443/1992 c/c artigo 251 do RI/TCU, e artigo 49, § 1º, da Lei 8.666/1993, seja determinado ao Ministério da Integração Nacional que, no prazo de 15 (quinze) dias, adote as providências necessárias para o exato cumprimento da lei, consistente em:

A) anulação, por ilegalidade, do Edital da Concorrência Pública nº 01/2005 – objetivando a contratação de serviços de consultoria especializada para supervisão, acompanhamento técnico e controle tecnológico das obras civis, do projeto executivo, do fornecimento e montagem de equipamentos mecânicos e elétricos da primeira etapa de implantação do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional – bem como de todos os atos subseqüentes, considerando:

1) desvirtuamento do critério legal do menor preço, em detrimento do princípio da economicidade, decorrente da excessiva valoração da nota técnica e valoração desprezível para o preço, no cálculo da nota final para seleção da empresa vencedora,

fazendo prevalecer os pesos inicialmente estabelecidos no subitem 9.4.1 do Edital 01/2005-MI em 0,80 para técnica e 0,20 para preços;

2) *ausência, no Edital, de critério de aceitabilidade de preços unitários, de que trata o art. 40, inciso X, da Lei 8.666/1993 e art. 115 da Lei 11.439/2006 (LDO/2007);*

3) *sobrepço de R\$ 26 milhões decorrente de:*

⊗ inclusão do IRPJ e CSSL no cálculo do fator k e do BDI (Acórdão 325/2007/TCU/Plenário);

⊗ ausência, no cálculo dos preços dos serviços, de dedução de créditos relativos ao PIS/PASEP e à COFINS (Lei 10.637/2002, art. 3º e Lei 10.833/2003, art. 15);

⊗ utilização de preços de profissionais com valores superiores aos do sistema referencial de preços Sinapi, contrariando o disposto no art. 115 da Lei 11.439/2006 (LDO/2007) e superiores aos da pesquisa de salários do mercado de trabalho.

B) *anulação, por ilegalidade, do Edital da Concorrência Pública nº 02/2007 – objetivando a contratação de empresa para execução de obras civis, instalação, montagem, testes e comissionamento dos equipamentos mecânicos e elétricos da primeira etapa de implantação do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, localizado em diversos municípios dos Estados de Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte – bem como de todos os atos subseqüentes, considerando:*

1) *ausência, no Edital, de critério de aceitabilidade de preços unitários, de que trata o art. 40, inciso X, da Lei 8.666/93 e art. 115 da Lei 11.439/2006 (LDO/2007), conforme também apontado no Fiscobras/2005;*

2) *sobrepço de, no mínimo, R\$ 103 milhões, decorrente de:*

a) *adoção de preços de profissionais com valores superiores aos do sistema referencial de preços Sinapi, contrariando o disposto no art. 115 da Lei 11.439/2006 (LDO/2007) e superiores aos da pesquisa de salários do mercado de trabalho;*

b) *adoção de custos de materiais superiores aos do sistema referencial de preços Sinapi, em desacordo com o disposto no art. 115 da Lei 11.439/2006 (LDO/2007);*

c) *adoção de custos de insumos denominados “diversos”, sem discriminação ou composição específicas;*

d) *adoção, nas composições de serviços, de areia comercial ao invés de areia produzida ou extraída, conforme indicado no Sicro2;*

e) *não correção do consumo de areia nas composições 4.006, 4.007, 15.015, 15.016, 15.017, 15.018, conforme apontado no Fiscobras/2005 (Acórdão 1523/2005-Plenário);*

f) *adoção de preços dos serviços “escavação de material de 3ª categoria, carga e transporte até a 1,00 km” e “Fôrmas planas de madeira” acima dos referenciais do Sicro2.*

III) *seja determinado ao Ministério da Integração Nacional que nas próximas licitações abstenha-se de exigir cumulativamente garantia de participação e capital social mínimo, ante a ausência de previsão legal para tanto”.*

14. O titular da Secex-4 discordou parcialmente das conclusões do analista por entender que as irregularidades relacionadas à valoração indevida dos critérios de técnica e preço e à ausência de critério de admissibilidade de preços unitários não subsistiam. Ademais, entendeu que o sobrepço apontado pela

equipe de auditoria não justificaria a anulação dos certames licitatórios. Para melhor entendimento, trago o despacho da lavra do Sr. Secretário:

“Manifesto concordância, em parte, com a proposta de encaminhamento formulada pela 1ª Diretoria da 4ª Secex às fls. 458-460.

2. *A instrução precedente propugna pela anulação dos Editais de Concorrência Pública nºs 01/2005 e 02/2007, lançados pelo Ministério da Integração Nacional, em função da presença não justificada de irregularidades que podem ser divididas em três grupos: i) valoração indevida dos critérios de técnica e preço; ii) ausência de critério de aceitabilidade de preços unitários e iii) ocorrência de sobrepreço em itens diversos.*

3. *Entendo que as irregularidades dos dois primeiros grupos não subsistem e que a do terceiro não justifica a determinação de anulação dos certames licitatórios, pelas razões a seguir expostas.*

I – desvirtuamento do critério legal do menor preço, em detrimento do princípio da economicidade, decorrente da excessiva valoração da nota técnica e valoração desprezível para o preço, no cálculo da nota final para seleção da empresa vencedora (Concorrência Pública 01/2005)

3.1 *Posteriormente à análise da 1ª Diretoria, o Tribunal exarou o Acórdão nº 2140/2007- TCU – Plenário, referente ao TC-006.499/2007-0, no qual se discutiu questão idêntica a esta no exame do edital da Concorrência 01/2007-MI (projeto executivo do PISF). Naqueles autos, debateu-se o fato de o edital, que adotou também o tipo “técnica e preço”, prever fórmula de cálculo exatamente igual à discutida nos presentes autos, tendo prevalecido o entendimento de que a questionada regra do edital respeitou a proporção de 80% e 20%, respectivamente, para as notas técnica e de preço, de forma que não confirmou a alegada subvalorização da proposta de preços.*

3.2 *Dessa forma, considerando que o Tribunal já se posicionou sobre a matéria, entendendo não haver problemas com o método de cálculo previsto no edital, considero saneada esta suposta irregularidade, sem prejuízo da posterior análise do TCU quanto à efetiva aplicação desses critérios, e correspondente motivação, no julgamento das propostas técnica e de preço pelo MI, de forma a verificar-se a fiel observância dos princípios norteadores da licitação pública, em especial o da igualdade entre os licitantes.*

II – ausência, no Edital, de critério de aceitabilidade de preços unitários, de que trata o art. 40, inciso X, da Lei 8.666/1993 e art. 115 da Lei 11.439/2006 – LDO/2007 (Concorrências Públicas 01/2005 e 02/2007)

3.3 *Sobre esta questão, entendo que os itens 9.3.7 e 9.3.8 do Edital 01/2005 e 7.7.2 do Edital 02/2007 estabelecem efetivamente os critérios de aceitabilidade de preços unitários. Em relação a ambos os certames a comissão de licitação assegura que os preços unitários serão analisados e, caso estejam acima dos valores de mercado ou muito abaixo a ponto de serem considerados inexecutáveis, as propostas serão automaticamente desclassificadas. Com efeito, prevêem os editais que, na composição dos preços unitários de serviços não poderão ser utilizados valores de custo de insumos superiores à mediana daqueles constantes do SINAPI – Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil.*

3.4 *O que ocorre é que os instrumentos convocatórios não deixaram literalmente expresso que preços unitários superiores aos estimados serão motivo para desclassificação. Nesse aspecto julgo, contudo, que os mencionados itens editalícios suprem tal lacuna, sem prejuízo de que seja determinado ao MI a rigorosa aplicação do critério em tela por ocasião da apreciação das propostas de preços.*

3.5 *Diante disso, considero que as disposições contidas no art. 40, inciso X, da Lei*

8.666/1993 e art. 115 da Lei 11.439/2006 (LDO/2007) foram atendidas, ensejando o saneamento da irregularidade inicialmente apontada.

III - sobrepreço em itens diversos das planilhas constantes dos editais

3.6 A constatação de sobrepreço nos orçamentos-base das concorrências objeto dos Editais 01/2005 e 02/2007 foi obtida, pela equipe de auditoria, por meio da confrontação entre os preços dos serviços e materiais constantes dos itens das planilhas elaboradas como estimativa pelo MI e os custos dos mesmos itens nos sistemas de referência de preços, em especial o SINAPI e o SICRO2. No caso dos custos de profissionais diversos foi utilizado, também, subsidiariamente, pesquisa de salários do mercado de trabalho (empresa Catho, especializada em consultoria de recrutamento e recolocação de pessoal).

3.7 Quanto ao Edital 01/2005, a instrução precedente consigna que teria sido verificado sobrepreço da ordem de R\$ 26 milhões. Na verdade, a planilha atualizada da equipe de auditoria (fl. 33, anexo 6) indica um sobrepreço de exatos R\$ 24.358.374,34, o que equivale a, aproximadamente, 25% da contratação almejada pelo Ministério da Integração Nacional, estimada em R\$ 97,8 milhões. Tal sobrepreço seria decorrente de:

- a) inclusão do IRPJ e CSSL no cálculo do fator k e do BDI (Acórdão 325/2007/TCU/Plenário);
- b) ausência, no cálculo dos preços dos serviços, de dedução de créditos relativos ao PIS/PASEP e à COFINS (Lei 10.637/2002, art. 3º e Lei 10.833/2003, art. 15);
- c) utilização de preços de profissionais com valores superiores aos do sistema referencial de preços Sinapi, contrariando o disposto no art. 115 da Lei 11.439/2006 (LDO/2007) e superiores aos da pesquisa de salários do mercado de trabalho.

3.8 No que se refere aos dois primeiros itens, acompanho a análise efetuada pela 1ª Diretoria, no sentido de que as impropriedades não foram devidamente justificadas. Apenas quanto ao encaminhamento da matéria, entendo que deve ser o mesmo adotado pelo Tribunal na sessão do plenário de ontem, 17/10, ao analisar a Concorrência 01/2007-MI, cujo objeto é a contratação de consultoria de engenharia para a elaboração dos Projetos Executivos dos Eixos Norte e Leste do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (PISF).

3.9 Nessa assentada, o TCU, apreciando idêntica controvérsia e considerando não elididas as irregularidades, decidiu determinar ao Ministério da Integração Nacional que:

“9.3.1. exclua do contrato a ser firmado com os licitantes vencedores os valores referentes ao IRPJ e CSLL incluídos indevidamente no cálculo do fator k e do BDI;

(...)

9.3.3. informe, no prazo de 15 dias, os procedimentos adotados para dar cumprimento à Lei nº 11.488/2007, regulamentada pelo Decreto nº 6.144, de 3.7.2007, que institui o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura – REIDI e prevê isenção de PI/PASEP e COFINS para obras de infra-estrutura;”

3.10 Penso que pode ser adotado encaminhamento similar também para o desate das questões suscitadas nos presentes autos relativamente a tais itens. Relativamente à solicitação ao MI para que informe os procedimentos para adesão ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura – REIDI, entendo-a desnecessária nestes autos, bastando aguardar seja a informação recebida por este Tribunal para decidir o adequado encaminhamento também quanto ao Edital 01/2005.

3.11 No que se refere à utilização, pelo MI, de salários de profissionais em

valores superiores aos dos sistemas referenciais de preço, entendo, assim como a instrução precedente, que não deve prosperar a justificativa apresentada pela Comissão de Licitação.

3.12 *Com efeito, tal justificativa tem por base uma errônea interpretação do MI dos termos da LDO 2007 (Lei nº 11.439/06) que, ao exigir o alinhamento, à mediana do SINAPI, dos custos das obras custeadas com recursos do Orçamento Geral da União, o teria feito apenas para os serviços diretamente relacionados à execução das obras, não se incluindo nesse conceito a mão-de-obra de engenharia consultiva. No nosso entendimento os serviços de supervisão de obras, objeto do edital em comento, se incluem, indubitavelmente, no rol daqueles cuja estimativa de preço devem obedecer a regra constante do art. 115 da Lei nº 11.439/06.*

3.13 *Além do mais, o sobrepreço de somente este item (salários) corresponde seguramente a, no mínimo, 90% do total do sobrepreço constatado, ou seja, equivale a, aproximadamente, R\$ 21,9 milhões (R\$ 24,3 milhões X 0,90).*

3.14 *Conquanto não descaracterizados os rigorosos critérios de comparação adotados pela equipe de auditoria, entendo que remanesce presente sobrepreço inadmissível no edital em tela.*

3.15 *Quanto ao Edital 02/2007 o sobrepreço observado foi de, no mínimo, R\$ 103 milhões, em contratação estimada em R\$ 3,267 bilhões; sobrepreço este decorrente de:*

- a) adoção de preços de profissionais com valores superiores aos do sistema referencial de preços Sinapi, contrariando o disposto no art. 115 da Lei 11.439/2006 (LDO/2007) e superiores aos da pesquisa de salários do mercado de trabalho;*
- b) adoção de custos de materiais superiores aos do sistema referencial de preços Sinapi, em desacordo com o disposto no art. 115 da Lei 11.439/2006 (LDO/2007);*
- c) adoção de custos de insumos denominados “diversos”, sem discriminação ou composição específicas;*
- d) adoção, nas composições de serviços, de areia comercial ao invés de areia produzida ou extraída, conforme indicado no Sicro2;*
- e) não correção do consumo de areia nas composições 4.006, 4.007, 15.015, 15.016, 15.017, 15.018, conforme apontado no Fiscobras/2005 (Acórdão 1523/2005-Plenário);*
- f) adoção de preços dos serviços “escavação de material de 3ª categoria, carga e transporte até a 1,00 km” e “Fôrmas planas de madeira” acima dos referenciais do Sicro2.*

3.16 *Acompanho a análise da 1ª Diretoria em todos os itens descritos, à exceção da letra “d” retro (adoção, nas composições de serviços, de areia comercial ao invés de areia produzida ou extraída, conforme indicado no Sicro2).*

3.17 *Verifica-se que o foco do exame procedido pela equipe de auditoria restringiu-se ao aspecto do preço. Deve-se considerar, no entanto, que não há qualquer tipo de informação, seja no edital ou nas respostas às oitivas, em que se comprove a ocorrência de jazidas de areia capazes de serem exploradas economicamente próximas à localização dos eixos do projeto. Essas informações podem ser obtidas, por exemplo, junto ao Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM, órgão vinculado ao Ministério das Minas e Energia, que anualmente disponibiliza o Anuário Mineral Brasileiro para tal fim. O referido documento está inclusive disponível na internet.*

3.18 *Conforme aponta a equipe, a utilização de areia extraída pode vir a representar economia de R\$ 57.230.104,33, somente nesses itens, ou seja, mais de 50% do sobrepreço calculado. Assim, se por um lado há elevado potencial de economia advinda do uso do citado material, por outro, não há informações sobre a existência de jazidas de areia economicamente viáveis de serem exploradas, cuja análise depende, por exemplo, da definição das distâncias de transporte. Por isso, tais fatos deveriam ser ponderados pelo MI para subsidiar, com argumentos técnicos, a possibilidade ou não de utilização de areia extraída.*

3.19 *Por esse motivo, parece-me que a melhor medida a ser adotada, no caso, é determinar ao Ministério da Integração Nacional que:*

- a) *antes da assinatura dos contratos com as licitantes vencedoras, promova estudo/levantamento junto, por exemplo, ao Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM/MME, com o objetivo de detectar a existência ou não de jazidas de areia, cuja exploração seja economicamente viável e possam ser utilizadas na execução das obras do Projeto, encaminhando o resultado do estudo ao Tribunal;*
- b) *caso o referido estudo aponte a viabilidade no uso de areia extraída, condicione a assinatura dos contratos com as licitantes vencedoras à reformulação das planilhas de custo unitário e, conseqüentemente, às alterações nos valores dos contratos, sob pena de responsabilização dos gestores por gestão temerária de recurso público;*
- c) *se, ao contrário, o estudo apontar a inviabilidade da aplicação de areia extraída, adote medidas para que a fiscalização da obra, sob pena de responsabilização solidária, verifique o efetivo uso de areia comercial pelas empresas vencedoras do certame, promovendo os devidos ajustes nos valores pagos, caso se detecte o uso de areia extraída ao invés de comercial, ainda que parcialmente, durante a execução das obras.*

3.20 *Em resumo, remanescem, a meu ver, os seguintes itens de sobrepreço injustificados:*

- a) *quanto ao Edital 01/2005-MI, na utilização de preços de profissionais com valores superiores aos do sistema referencial de preços Sinapi, contrariando o disposto no art. 115 da Lei 11.439/2006 (LDO/2007) e superiores aos da pesquisa de salários do mercado de trabalho, evidenciado nas planilhas de fls. 01 e 48 do anexo 6 do presente processo;*
- b) *quanto ao Edital 02/2007-MI, consoante planilhas de fls. 01 a 102 do anexo 7 destes autos:*
 - *adoção de preços de profissionais com valores superiores aos do sistema referencial de preços Sinapi, contrariando o disposto no art. 115 da Lei 11.439/2006 (LDO/2007) e superiores aos da pesquisa de salários do mercado de trabalho;*
 - *adoção de custos de materiais superiores aos do sistema referencial de preços Sinapi, em desacordo com o disposto no art. 115 da Lei 11.439/2006 (LDO/2007);*
 - *adoção de custos de insumos denominados “diversos”, sem discriminação ou composição específicas;*
 - *não correção do consumo de areia nas composições 4.006, 4.007, 15.015, 15.016, 15.017, 15.018, conforme apontado no Fiscobras/2005 (Acórdão 1523/2005-Plenário);*
 - *adoção de preços dos serviços “escavação de material de 3ª categoria, carga e transporte*

até a 1,00 km” e “Fôrmas planas de madeira” acima dos referenciais do Sicro2

3.21 *Merece relevo observação no sentido de que a LDO não estabelece regra absoluta de alinhamento dos preços a serem contratados com a referência estabelecida (mediana do SINAPI). Com efeito, o § 1º do art. 115 da Lei nº 11.439/06 dispõe sobre uma excepcionalidade quanto à observância do comando insito no caput do mesmo artigo, nos seguintes termos, verbis:*

“§ 1º Somente em condições especiais, devidamente justificadas em relatório técnico circunstanciado, aprovado pela autoridade competente, poderão os respectivos custos ultrapassar o limite fixado no caput deste artigo, sem prejuízo da avaliação dos órgãos de controle interno e externo.”

3.22 *Como se percebe, o legislador admitiu a possibilidade de que pudesse ser contratada obra em valores acima dos fixados como parâmetro. Não obstante, a nosso ver, as justificativas apresentadas pelo MI para os preços excessivos observados nos editais em referência não podem ser enquadradas nessa exceção à regra geral do art. 115 da referida lei.*

4. *Não obstante tal conclusão, considerando que nenhuma contratação foi efetivada até o momento, entendo que as irregularidades apontadas podem ser saneadas pelo MI, anteriormente à assinatura dos respectivos termos contratuais, não devendo ser exigida a anulação dos certames para tal fim.*

5. *A propósito, o Tribunal inclusive já atuou em casos onde o sobrepreço foi detectado após a conclusão de licitações, estando o contrato assinado com a licitante vencedora, conforme se verifica no Acórdão 598/2006-P. Nesse precedente, houve determinação para adequação dos valores aos preços de mercado. Cita-se, inclusive, no referido Acórdão, jurisprudência no sentido de que “a correção de ato administrativo para harmonizá-lo com o preceito constitucional não ofende o direito adquirido nem consubstancia ilegalidade” (Precedente do STJ. ROMS n.º 8012/ED, DJ 10/11/1997).*

6. *Registre-se, por oportuno, que, segundo informações prestadas pela comissão de licitação, três lotes (de n.ºs 1, 8 e 9) da Concorrência 01/2005, relativa aos serviços de supervisão, já foram adjudicados. Em relação à Concorrência 01/2007, relativa ao projeto executivo, três lotes já foram adjudicados (lotes A, B e C). Quanto à Concorrência 02/2007, relativa à execução das obras, nenhuma proposta de preço foi aberta, em função de liminar da justiça que assim o determinava.*

6.1 *Ainda com em relação aos lotes já analisados pelo MI, considero relevante mencionar algumas medidas adotadas pelo comissão de licitação durante o exame das propostas financeiras das licitantes da Concorrência 01/2005. Verifica-se, no Relatório de Exame e Julgamento das Propostas Comerciais do Lote 9 da referida concorrência, cópia às fls. 461/471, que a própria comissão já vem efetuando alterações nos custos apresentados pelas licitantes, corrigindo parcialmente algumas irregularidades apontadas pela equipe de auditoria no presente processo.*

6.2 *Em alguns casos, houve a eliminação, no item do BDI denominado “Despesas Fiscais”, da alíquota do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ de empresas com regime de tributação baseado no Lucro Real e da Contribuição Social sobre Lucro Líquido - CSLL. Com isso, as propostas comerciais foram ajustadas com redução do valor final. Tal medida, no entanto, não foi adotada para empresas com regime de tributação baseado no Lucro Presumido. O entendimento do TCU sobre esse ponto é claro: os referidos tributos não podem ser incluídos como despesas fiscais, independentemente do regime de tributação*

adotado. Remanesce, portanto, a irregularidade.

6.3 *Em outros casos, a comissão de licitação, proativamente, ajustou valores de encargos sociais superiores ao previsto no edital, bem como reduziu taxas de administração e remuneração de escritório superiores ao estabelecido no edital.*

6.4 *Saliente-se que a presente fase processual não objetiva a análise, pelo TCU, dos relatórios de julgamento da comissão de licitação do PISF, o que será feito oportunamente, se for o caso.*

7. *Assim, como nenhum contrato foi assinado até o momento, a salvaguarda do interesse público pode ser garantida, a meu ver, com determinações ao MI para condicionar a assinatura dos contratos advindos dos certames em questão à correção das irregularidades não saneadas.*

8. *Outro aspecto que julgo relevante para o deslinde das questões apontadas pela equipe de auditoria diz respeito ao argumento reiteradamente utilizado pelo MI em suas justificativas de que o Tribunal já houvera “aprovado” os editais no passado (Acórdão nº 1.523/2005 - P), fato que, na visão do MI, em última análise, impediria a detecção de novas irregularidades.*

8.1 *Inicialmente, deve-se esclarecer ao MI que o exame de minutas de editais e a verificação de que todos os aspectos presentes naquele documento estejam de acordo com os normativos legais é de competência do próprio Ministério. Mais que isso, o exame prévio de minuta de editais e contratos é obrigação do MI, por meio de sua consultoria jurídica, como estabelece o parágrafo único do art.38 da Lei de Licitações.*

8.2 *Por isso, deve-se consignar que a análise feita pelo TCU não é exaustiva e não tem o condão de substituir o exame a ser efetuado pelo próprio órgão responsável pelo certame. Ao analisar novas versões de editais já previamente examinados, o Tribunal cumpre seu dever constitucional de verificar a aplicação dos princípios que regem a Administração Pública, tais como o da economicidade e da supremacia do interesse público em detrimento do particular.*

8.3 *Assim, o Tribunal pode e deve, a qualquer tempo, apontar falhas e irregularidades detectadas no exercício de fiscalizações de sua competência e exigir a adoção de medidas corretivas aos gestores e responsáveis pelos atos administrativos analisados.*

8.4 *Não há que se cogitar, como faz o MI, que novas correções em editais já analisados pelo TCU criam clima de insegurança jurídica. Mesmo porque, no presente caso, não há qualquer contrato assinado e as alterações propostas, além de proporcionarem economia para o erário, não inviabilizarão os certames. A supremacia do interesse público deve prevalecer.*

8.5 *Além disso, como já mencionado, os editais em análise, apesar de serem destinados à contratação dos mesmos serviços previstos nas licitações anteriormente examinadas pelo TCU, são versões atualizadas e modificadas pelo MI. Assim, natural que a equipe de auditoria proceda a reanálise de pontos anteriormente já apreciados. Além do mais, no caso presente, foi verificado que, ao lançar o Edital 02/2007, o MI não procedeu, conforme houvera prometido, à correção de irregularidade apontada por ocasião da análise anterior deste Tribunal, a qual originou o Acórdão 1.523/2005-P, qual seja, a indevida composição do custo de concreto.*

8.6 *Há que se recordar também que, com a eliminação do controle prévio, previsto na Constituição Federal de 1946, o qual tornava obrigatório o registro do contrato para posterior realização da despesa, cabe ao Tribunal o controle concomitante e o posterior, isto*

é, aquele exercido no curso e após da realização da despesa, possibilitando a sua sustação sempre que detectada qualquer irregularidade.

8.7 *Nesse sentido, entendo necessário seja esclarecido ao Ministério da Integração Nacional que a análise prévia feita por este Tribunal nas minutas de editais, ou mesmo nos instrumentos convocatórios já publicados, não impede que, a qualquer momento, o TCU determine a adoção de providências corretivas relacionadas a quaisquer aspectos dos atos administrativos sob exame, visando à garantia da observância dos princípios constitucionais que devem pautar a administração pública.*

9. *Feitas as ponderações sobre os motivos para não anular as licitações, teço, a seguir, observações sobre a execução do acompanhamento feito pelo TCU do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional.*

9.1 *Prevê-se, com base em cronograma apresentado oficialmente pelo MI, a realização de outras 12 (doze licitações) relacionadas ao Projeto. Até o momento, o MI tem enviado minutas de editais e editais já em andamento para análise pela 4ª Secex, unidade técnica responsável pela coordenação do acompanhamento.*

9.2 *Por ocasião dos trabalhos do Fiscobras, a 4ª Secex tem contado com o inestimável apoio da Secob, imprescindível para a execução dos trabalhos. No entanto, o volume de trabalho que se vislumbra no curto prazo exigirá, a meu ver, que o apoio às tais atividades seja constante, considerando os diversos aspectos que devem ser auditados em projetos dessa envergadura, onde se estimam gastos da ordem de R\$ 4 bilhões, em especial os quantitativos e a natureza dos materiais e serviços previstos nos orçamentos do projeto.*

9.3 *Tenho convicção de que os resultados obtidos pelos levantamentos de auditoria já realizados demonstram a importância do acompanhamento concomitante do projeto e justificam o reforço na equipe técnica encarregada de realizá-lo.*

9.4 *Por isso, entendo oportuno que, em função de sua relevância social e material e da necessidade de o Tribunal responder tempestivamente e de maneira acurada ao desafio de fiscalizar obra de tal envergadura, seja determinado à Segecex que adote medidas com vistas a garantir o contínuo apoio técnico à 4ª Secex, conferindo-lhe o caráter de prioridade dentre as ações fiscalizatórias a cargo deste Tribunal, fundamental para a efetividade do acompanhamento do Projeto em questão.*

10. *Em face do exposto, submeto dos autos à consideração do Relator, Excelentíssimo Senhor Ministro Benjamin Zymler, sugerindo, em substituição à proposta de encaminhamento de fls. 458-460, a adoção das seguintes medidas:*

I – determinar ao Ministério da Integração Nacional que:

a) *em relação à Concorrência Pública n.º 01/2005-MI, relativa à contratação dos serviços de supervisão do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional:*

a.1) *proceda à renegociação dos preços junto às respectivas empresas e consórcios declarados vencedores dos lotes já julgados e adjudicados, e, para os lotes que porventura ainda não tenham sido julgados, promova o ajuste dos valores do orçamento estimativo antes da assinatura dos contratos, visando, em ambos os casos, adequá-los àqueles praticados pelo mercado, tendo em vista a ocorrência de sobrepreço decorrente das irregularidades abaixo descritas:*

a.1.1) inclusão do IRPJ e CSSL no cálculo do fator K e do BDI, independentemente do regime de tributação do licitante (lucro real ou presumido), (Irregularidade 3, fls.321/336);

a.1.2) utilização de preços de profissionais com valores superiores aos do sistema referencial de preços Sinapi, contrariando o disposto no art. 115 da Lei 11.439/2006 (LDO/2007) e superiores aos da pesquisa de salários do mercado de trabalho, (Irregularidade 3, fls.321/336);

a.2) caso não obtenha sucesso na negociação de que trata o item anterior, proceda à revogação da Concorrência n.º 01/2005 e, na hipótese de realização de nova licitação, adote medidas para evitar a ocorrência de irregularidades semelhantes às citadas anteriormente;

a.3) por ocasião do julgamento das propostas técnica e de preço, observe rigorosamente os critérios estabelecidos no edital e à devida motivação para as pontuações atribuídas aos concorrentes, de forma a observar o princípio da igualdade entre os licitantes;

b) em relação à Concorrência Pública n.º 02/2007-MI, relativa à contratação dos serviços de execução das obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional:

b.1) proceda à renegociação dos preços junto às respectivas empresas e consórcios declarados vencedores dos lotes já julgados e adjudicados, e, para os lotes que porventura ainda não tenham sido julgados, promova o ajuste dos valores do orçamento estimativo antes da assinatura dos contratos, visando, em ambos os casos, adequá-los àqueles praticados pelo mercado, tendo em vista a ocorrência de sobrepreço decorrente das irregularidades abaixo descritas:

b.1.1) adoção de preços de profissionais com valores superiores aos do sistema referencial de preços Sinapi, contrariando o disposto no art. 115 da Lei 11.439/2006 (LDO/2007) e superiores aos da pesquisa de salários do mercado de trabalho, (Irregularidade 4, fls.337/341);

b.1.2) adoção de custos de materiais superiores aos do sistema referencial de preços Sinapi, em desacordo com o disposto no art. 115 da Lei 11.439/2006 (LDO/2007), a saber, (Irregularidade 4, fls. 341-A/343-A):

- M 46 Execução de estacas hélice contínua com Ø de 0,80 m;

- M 101 Tubo concr. Poroso (0,40 m de diâmetro);

- M 103 Tubo concr. Poroso (0,30 m de diâmetro);

- M 105 Tubo de concreto CA 1 (D = 300 mm);

- M 145 Tinta LATEX 9,50 / l;

- M 203 Execução de estacas hélice contínua com Ø de 1,00 m;

b.1.3) adoção de custos de insumos denominados "diversos", sem discriminação ou composição específicas, nos serviços n.ºs 2.001, 2.002, 2.003, 2.004, 2.005, 2.006, 2.008, 2.009, 2.010, 2.011, 2.012, 2.024, 2.025, 2.026, 4.002, 4.015, 12.001, 12.002, 12.003, 14.010, 2.010-A, 2.010-B, 2.010-C, 2.010-D e 2.010-E; (Irregularidade 4, fls. 343/343-A)

b.1.4) não correção do consumo de areia nas composições 4.006, 4.007, 15.015, 15.016, 15.017, 15.018, conforme compromisso assumido em análise anterior, a qual originou o

Acórdão 1.523/2005-P; (Irregularidade 5, fls. 345-A/346)

b.1.5) adoção de preços dos serviços "escavação de material de 3ª categoria, carga e transporte até a 1,00 km" e "Fôrmas planas de madeira" acima dos referenciais do Sicro 2. (Irregularidade 4, fls. 343-A/344)

b.2) caso não obtenha sucesso na negociação de que trata o item anterior, proceda à revogação da Concorrência n.º 02/2007 e, na hipótese de realização de nova licitação, adote medidas para evitar a ocorrência de irregularidades semelhantes às citadas anteriormente;

b.3) antes da assinatura dos contratos com as licitantes vencedoras, promova estudo/levantamento junto a fonte fidedigna, como, por exemplo, o Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM/MME, com o objetivo de se detectar a existência ou não de jazidas de areia, cuja exploração seja economicamente viável e possam ser utilizadas na execução das obras do Projeto, encaminhando o resultado do estudo ao Tribunal;

b.4) caso o referido estudo aponte a viabilidade no uso de areia extraída, condicione a assinatura dos contratos com as licitantes vencedoras à reformulação das planilhas de custo unitário e, conseqüentemente, às alterações nos valores dos contratos, sob pena de responsabilização dos gestores por gestão temerária de recurso público;

b.5) se, ao contrário, o estudo sinalizar a inviabilidade da aplicação de areia extraída, adote medidas para que a fiscalização da obra, sob pena de responsabilização solidária, verifique o efetivo uso de areia comercial pelas empresas vencedoras do certame, promovendo os devidos ajustes nos valores pagos, caso se detecte, ainda que parcialmente, o uso de areia extraída ao invés de comercial durante a execução das obras;

c) quando da celebração dos contratos com as licitantes vencedoras do certame referente ao Edital de Concorrência Pública 01/2005-MI, inclua cláusula que estipule a compensação dos valores pagos a maior, se for o caso, referente ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), quando a alíquota de ISS apresentada pela licitante no cálculo de BDI da proposta vencedora da licitação for maior que a alíquota efetivamente paga pela empresa contratada ao município que recebe o imposto, (Irregularidade 3, item 1.3, fls.331-A/332-A);

d) aplique rigorosamente o critério aceitabilidade de preços unitários, de que trata o art. 40, inciso X, da Lei 8.666/1993 e art. 115 da Lei 11.439/2006 – LDO/2007, por ocasião da apreciação das propostas de preços das Concorrências Públicas 01/2005 e 02/2007, procedendo-se à desclassificação daquelas que apresentarem cotação superior ao referido limite;

e) informe a este Tribunal, à medida da ocorrência dos fatos geradores, sobre as fases seguintes das Concorrências n.º 01/2005 e n.º 02/2007 (homologação e assinatura do contrato), encaminhando cópias dos respectivos despachos, pareceres, atas, etc., a fim de que seja efetivado o acompanhamento de todo o Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional;

II – esclarecer ao Ministério da Integração Nacional que a análise prévia feita por este Tribunal nas minutas de editais, ou mesmo nos instrumentos convocatórios já publicados, não impede que, a qualquer momento, o TCU determine a adoção de providências corretivas relacionadas a quaisquer aspectos dos atos administrativos sob exame, visando à garantia da observância dos princípios constitucionais que devem pautar a administração pública;

III – determinar à 4ª Secex que proceda à análise do impacto das informações a serem prestadas pelo MI em cumprimento ao item 9.3.3 do Acórdão n.º 2191/2007 – Plenário nos

desdobramentos dos editais objeto do presente processo;

IV – determinar à Segecex que adote medidas com vistas a garantir o contínuo apoio técnico à 4ª Secex, conferindo-lhe o caráter de prioridade dentre as ações fiscalizatórias a cargo deste Tribunal, uma vez imprescindível para a efetividade do acompanhamento do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional – PISF;

V – encaminhar cópia do Acórdão que vier a ser proferido, bem como do Relatório e Voto que o fundamentarem, ao Ministro de Estado da Integração Nacional; às Presidências da Câmara dos Deputados e do Senado Federal; à Presidência da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados; à Presidência da Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional da Câmara dos Deputados; à Presidência da Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal; à Presidência da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo do Senado Federal; e à Presidência da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal;

VI – encaminhar cópia desta deliberação, acompanhada do relatório e voto que a fundamentam, à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, esclarecendo que a assinatura dos contratos advindos das Concorrências Públicas n.º 01/2005 e 02/2007, para a contratação dos serviços de supervisão e para a execução das obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional, respectivamente, está condicionada tão-somente à adoção de procedimentos destinados à repactuação dos preços, no caso dos lotes já adjudicados, ou a correções no orçamento estimativo daqueles ainda não julgados, em função das irregularidades descritas no presente Acórdão, não havendo óbices a que sejam destinados recursos para o Projeto na Lei orçamentária para o exercício de 2008;

VII – apensar os presentes autos ao TC-004.375/2005-7.

15. É o relatório.

VOTO

Cuidam os autos de levantamento de autoria, registro Fiscalis nº 92/2007, cujo objetivo foi analisar os editais de supervisão e execução das obras a que se refere o PT 18.544.1036.12EP.0020 – Integração do Rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional (Eixos Norte e Leste).

2. A instrução do analista propugna pela anulação dos Editais de Concorrência Pública nºs 01/2005 e 02/2007, lançados pelo Ministério da Integração Nacional, em função da presença não justificada de irregularidades, as quais podem ser divididas em três grupos: i) valoração indevida dos critérios de técnica e preço; ii) ausência de critério de aceitabilidade de preços unitários e iii) ocorrência de sobrepreço em itens diversos.

3. Conforme bem destacou o titular da Secex-4 as irregularidades referentes à valoração indevida dos critérios de técnica e preço e à ausência de critério de aceitabilidade de preços unitários não subsistem. No que tange à suposta valoração excessiva da nota técnica em detrimento do preço no cálculo da nota final, registro que já me manifestei sobre o tema no voto condutor do Acórdão nº 2.140/2007 – TCU – Plenário. Trago excerto do voto em analisei o tema e conclui pela inexistência de irregularidade:

“20. Acerca da possível irregularidade referente à subvalorização da proposta de preços diante da proposta técnica, informa a SECEX-4, em síntese, que a fórmula atribui os pesos de 80% e 20% para as notas técnica e de preço, respectivamente. Destaca que, no que tange à proposta de preços, a variação possível está limitada entre 80 e 100%, dado que à pior proposta de preços classificada será atribuída a nota 80. Alfim, resulta que a proposta

de preços variará ente 16 e 20% da nota final, levando a unidade técnica a concluir que na nota final a variação da nota de preços representa apenas 4%.

21. Sustenta o diretor em substituição que :

“ estamos diante de composição de notas que utilizam dois critérios distintos, com sistemáticas distintas e que resultam na subvalorização da proposta de preços e, conseqüentemente, na supervalorização da proposta técnica. Ressalta-se que não estamos nos referindo aos pesos inicialmente estabelecidos, 0,8 para técnica e 0,2 para preços, mas sim a uma metodologia criada que desequilibra a equação inicialmente apresentada.”

22. Ocorre que a nota técnica também está sujeita a corte na mesma proporção da nota de preços. Assim, serão desclassificados os concorrentes que obtiverem notas inferiores a 80% da nota técnica de forma que esta variará entre 64 e 80% da nota final. Destarte, a variação da nota técnica representa 16% da nota final. Ao se comparar as variações da nota técnica e da nota de preços, verifica-se que foi mantida a exata proporção de 80 e 20% estabelecida ab initio no edital, de forma que não resiste a argumentação de que houve subvalorização da proposta de preços.”

4. No que se refere à ausência de critério de aceitabilidade de preços unitários perfilho-me ao titular da SECEX-4 no sentido de que os itens 9.3.7 e 9.3.8 do Edital 01/2005 e 7.7.2 do Edital 02/2007 estabelecem efetivamente os critérios de aceitabilidade de preços unitários. Em relação a ambos os certames a comissão de licitação assegura que os preços unitários serão analisados e, caso estejam acima dos valores de mercado ou muito abaixo a ponto de serem considerados inexequíveis, as propostas serão automaticamente desclassificadas. Com efeito, prevêm os editais que, na composição dos preços unitários de serviços, não poderão ser utilizados valores de custo de insumos superiores à mediana daqueles constantes do SINAPI – Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil.

5. Quanto ao Edital 01/2005, a equipe de auditoria consigna sobrepreço da ordem de R\$ 24.358.374,34, o que equivaleria a, aproximadamente, 25% da contratação almejada pelo Ministério da Integração Nacional, estimada em R\$ 97,8 milhões. Tal sobrepreço seria decorrente de:

a) inclusão do IRPJ e CSSL no cálculo do fator k e do BDI (Acórdão 325/2007/TCU/Plenário);

b) ausência, no cálculo dos preços dos serviços, de dedução de créditos relativos ao PIS/PASEP e à COFINS (Lei 10.637/2002, art. 3º e Lei 10.833/2003, art. 15);

c) utilização de preços de profissionais com valores superiores aos do sistema referencial de preços Sinapi, contrariando o disposto no art. 115 da Lei 11.439/2006 (LDO/2007) e superiores aos da pesquisa de salários do mercado de trabalho.

6. Trago excerto do voto condutor do Acórdão nº 2.191/2007 – Plenário em que trato de questões análogas às especificadas nos itens “a” e “b” acima. Na oportunidade concordei com a existência de sobrepreço referente à inclusão do IRPJ e CSSL no cálculo do fator k e do BDI, mas discordo da existência de sobrepreço nos preços dos profissionais de consultoria.

“3. No que tange à inclusão do IRPJ e CSSL no cálculo do fator k e do BDI, entendo assistir razão à unidade técnica. Destaco que à época em que o TCU analisou os Editais de Concorrência nºs 01/2005 e 02/2005, e prolatou o Acórdão 1523/2005 – Plenário, não havia a convicção acerca da irregularidade da inclusão do IRPJ e CSSL no cálculo do fator k e do BDI. Todavia, esta Corte, em 14.03.2007, deliberou sobre Relatório do Grupo de Trabalho constituído por força de determinação do Acórdão 1.566/2005 – Plenário, com o objetivo de propor critérios de aceitabilidade para o Lucro e Despesas Indiretas (LDI) em obras de implantação de linhas de transmissão de energia elétrica.

4. Na oportunidade, o Tribunal entendeu que os tributos IRPJ e CSLL não devem integrar o cálculo do BDI, nem tampouco a planilha de custo direto, por se constituírem em tributos de natureza direta e personalística, que oneram pessoalmente o contratado, não devendo ser repassado à contratante. Destarte, o Tribunal orientou as unidades técnicas para que passem a utilizar o referido entendimento como referência quando dos trabalhos de fiscalização em obras públicas.

5. Portanto, hodiernamente, verifico ser pacífica nesta Corte a conclusão de que os tributos IRPJ e CSLL não devem integrar o cálculo do BDI. Dessa forma, entendo necessário, desde já, em consonância com a manifestação da unidade técnica, determinar à Comissão Especial de Licitação que, na oportunidade da contratação das empresas, exclua dos contratos os pagamentos referentes aos tributos IRPJ e CSLL.

6. No que se refere à utilização de preços de profissionais com valores superiores aos do sistema referencial de preços Sinapi, supostamente em afronta ao disposto no art. 115 da Lei 11.439/2006 (LDO/2007) e superiores aos da pesquisa de salários do mercado de trabalho (Catho), divirjo do posicionamento da unidade técnica.

7. Cabe destacar que, conforme demonstrou o Ministério da Integração no Memorando 11/2007, anexo-IV (fl. 495), não há no SINAPI cotações de preços unitários de mão-de-obra de engenharia consultiva. Em razão dessa limitação, houve a necessidade de se buscar no mercado os parâmetros de preço. Aproveitou o MI do banco de informações da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba, empresa pública vinculada ao Ministério.

8. A SECEX-4 entendeu que os preços colacionados pelo Ministério da Integração não correspondiam aos preços de mercado. Para tanto, utilizou da base de dados da empresa Catho. Entendo que o parâmetro utilizado pela unidade técnica não guarda similitude com os serviços a serem contratados.

9. Destaco que, nos termos do item 3.5.1 do anexo II – Critérios de julgamento, exige-se que o engenheiro coordenador-geral e os profissionais de nível superior tenham experiência mínima de 15 e 10 anos, respectivamente. Verifica-se, portanto, que a precificação desses profissionais deve considerar variáveis adicionais em acréscimo à simples comparação com a média de preços de mão-de-obra.

11. Não obstante, o Ministério da Integração trouxe a este Tribunal informações complementares que demonstram que os preços propostos estão em conformidade com os praticados no mercado. Em acréscimo aos preços praticados pela Codevasf, apresentou os preços do Banco de Preços de Serviços de Engenharia Consultiva, utilizados pela Sabesp para orçamentação de serviços, critérios de aceitabilidade de preços estabelecidos nos processos licitatórios e na aprovação de preços extra-contratuais”.

7. Quanto à ausência, no cálculo dos preços dos serviços, de dedução de créditos relativos ao PIS/PASEP e à COFINS, adoto o encaminhamento proposto pelo titular da unidade técnica no sentido de aguardar a resposta do Ministério da Integração ao item 9.3.3 do Acórdão nº 2.191/2007 – Plenário, em que foi determinado que aquele órgão informe, no prazo de 15 dias, os procedimentos adotados para dar cumprimento à Lei nº 11.488/2007, regulamentada pelo Decreto nº 6.144, de 3.7.2007, que institui o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura – REIDI e prevê isenção de PIS/PASEP e COFINS para obras de infra-estrutura.

8. Quanto ao Edital 02/2007, a unidade técnica apontou sobrepreço de, no mínimo, R\$ 103 milhões, em contratação estimada em R\$ 3,267 bilhões, decorrente de:

a) adoção de preços de profissionais com valores superiores aos do sistema referencial de preços Sinapi, contrariando o disposto no art. 115 da Lei 11.439/2006 (LDO/2007) e superiores aos da

pesquisa de salários do mercado de trabalho;

b) adoção de custos de materiais superiores aos do sistema referencial de preços Sinapi, em desacordo com o disposto no art. 115 da Lei 11.439/2006 (LDO/2007);

c) adoção de custos de insumos denominados “diversos”, sem discriminação ou composição específicas;

d) adoção, nas composições de serviços, de areia comercial ao invés de areia produzida ou extraída, conforme indicado no Sicro2;

e) não correção do consumo de areia nas composições 4.006, 4.007, 15.015, 15.016, 15.017, 15.018, conforme apontado no Fiscobras/2005 (Acórdão 1523/2005-Plenário);

f) adoção de preços dos serviços “escavação de material de 3ª categoria, carga e transporte até a 1,00 km” e “Fôrmas planas de madeira” acima dos referenciais do Sicro2.

9. Concordo, no essencial, com a unidade técnica, entretanto, discordo que os apontamentos constantes dos itens “c” e “d” supra impliquem, *per se*, a existência de sobrepreço. Quanto ao suposto sobrepreço decorrente da adoção, nas composições de serviços, de areia comercial ao invés de areia produzida ou extraída, em consonância com o Sr. Secretário, entendo que não há qualquer tipo de informação, seja no edital ou nas respostas às oitivas, em que se comprove a existência de jazidas de areia capazes de serem exploradas economicamente próximas à localização dos eixos do projeto.

10. Conforme aponta a unidade técnica, a utilização de areia extraída pode vir a representar economia de R\$ 57.230.104,33, somente nesse item, ou seja, mais de 50% do sobrepreço calculado. Assim, se por um lado há elevado potencial de economia advinda do uso do citado material, por outro, não há informações sobre a existência de jazidas de areia economicamente viáveis de serem exploradas, cuja análise depende, por exemplo, da definição das distâncias de transporte. Por isso, tais fatos deveriam ser ponderados pelo MI para subsidiar, com argumentos técnicos, a possibilidade ou não de utilização de areia extraída.

11. Não vislumbro, ainda, a existência de sobrepreço decorrente da adoção de custos de insumos denominados “diversos”, sem discriminação ou composição específicas. Aqui a questão essencial é a falta de transparência. Dessa forma proponho seja determinado ao MI que detalhe, tanto quanto possível, as despesas contidas no item “diversos”.

12. Alfim, destaco o excelente trabalho desenvolvido pela equipe técnica no acompanhamento dos editais de licitação referentes ao Projeto de Integração do Rio São Francisco. Ressalto, no entanto, a necessidade de alocação de maior número de analistas para que este Tribunal possa cumprir a árdua tarefa de acompanhar a execução dos contratos do Projeto, cujo vulto dispensa comentários. Diante disso, proponho seja determinado à SEGECEX que adote as medidas necessárias para que haja a adequada alocação de servidores para o acompanhamento da execução dos contratos relacionados à integração do Rio São Francisco, cujos valores remontam a valores próximos a R\$ 3,5 bilhões, ante o previsível incremento laboral, no âmbito deste Tribunal, relacionado ao empreendimento.

13. Ante o exposto, Voto por que o Tribunal adote o Acórdão que ora submeto à deliberação deste Colegiado.

TCU, Sala das Sessões Ministro Luciano Brandão Alves de Souza, em 31 de outubro de 2007.

Assinou o original
BENJAMIN ZYMLER
Relator

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Presidência recebeu o **Ofício nº S/9, de 2008** (nº 148/2008, na origem), do Diretor-Geral do Serviço Florestal Brasileiro do Ministério do Meio Ambiente, encaminhando, em cumprimento ao § 2º do art. 53 da Lei nº 11.284, de 2006, relatório sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável, referente ao ano de 2007.

O expediente vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

É o seguinte o ofício recebido:

OFÍCIO “S” Nº 9, DE 2008

Ofício nº 148/2008/SFB/MMA

Brasília, 31 de março de 2008

Assunto: Relatório Anual de sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável.

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional,

1. É com satisfação que encaminho, respeitosamente a Vossa Excelência, o Relatório de Gestão de Florestas Públicas – 2007, em observância ao disposto no § 2º do art. 53 da Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006.

2. O relatório apresenta informações relevantes sobre a gestão de florestas públicas do País, no segundo ano de vigência da lei, assim como sobre as atividades desenvolvidas pelo Serviço Florestal Brasileiro para a sua implementação.

Respeitosamente, – **Tasso Rezende de Azevedo**, Diretor Geral.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Presidência recebeu, da Srª Ana Lopes de Almeida, manifestação sobre a política de reajuste de benefícios pagos pela Previdência Social.

O expediente será juntado ao processado do **Projeto de Lei do Senado nº 58, de 2003**, que se encontra na Ordem do Dia de amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Encerrou-se na última sexta-feira o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Resolução nº 13, de 2008**, de autoria do Senador Tasso Jereissati, que altera o Regimento Interno no que se refere à apresentação e tramitação de proposições e dá outras providências.

Ao projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria vai à Comissão Temporária para a reforma do Regimento Interno, conforme fala da Presidência de 2 de abril de 2008.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Presidência comunica que a **Medida Provisória**

nº 423, de 2008, que “Abre crédito extraordinário, em favor da Presidência da República e dos Ministérios dos Transportes e da Integração Nacional, no valor de R\$ 613.752.057,00 (seiscentos e treze milhões, setecentos e cinquenta e dois mil, cinquenta e sete reais), para os fins que especifica”, será encaminhada, nos termos do § 6º, do art. 2º, da Resolução nº 1, de 2002 – CN, à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, onde poderá receber emendas.

Fica estabelecido o seguinte calendário de tramitação:

MPV 423	
Publicação no DO (Ed. extra)	17-10-2007 (Ed. extra)
Emendas	até 10-4-2008 (7º dia da publicação)
Prazo na Comissão	4-4-2008 a 17-4-2008 (14º dia)
Remessa do Processo à CD	17-4-2008
Prazo na CD	De 18-4-2008 a 1º-5-2008 (15º ao 28º dia)
Recebimento previsto no SF	2-5-2008
Prazo no SF	1º-5-2008 a 15-5-2008 (42º dia)
Se modificado, devolução à CD	15-5-2008
Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD	16-5-2008 a 18-5-2008 (43º ao 45º dia)
Regime de urgência, observando a pauta a partir de	19-5-2008 (46º dia)
Prazo final no Congresso	2-6-2008 (60 dias)

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Conforme indicação da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designo o Senador Inácio Arruda (PCdoB/CE), para compor a Comissão Temporária Externa, criada pelo **Requerimento nº 341, de 2008**, destinada a representar o Senado Federal na Conferência Mundial da Paz, composta por três membros titulares, a realizar-se em Caracas – Venezuela, entre 8 e 13 do corrente.

É o seguinte o ofício a que se refere o Sr. Presidente:

Ofício nº 36/2008 – GLDBAG

Brasília, 3 de abril de 2008

Senhor Presidente,

Nos termos do Requerimento nº 341, de 2008, indico o Senador Inácio Arruda como representante do Bloco de Apoio ao Governo na Conferência Mundial da Paz, que ocorrerá em Caracas, Venezuela, entre os dias 8 e 13 de abril de 2008.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência, protestos de estima e consideração. – **Ideli Salvatti**, Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Sobre a mesa, aviso que será lido pelo 1º Secretário em exercício, Senador Paulo Paim.

É lido o seguinte:

– Aviso nº 3, de 2008-CN (nº 219-GP/TCU/2008) do Presidente do Tribunal de Contas da União, encaminhando ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no § 4º do artigo 71 da Constituição Federal, o Relatório das Atividades daquele Tribunal, referente ao exercício de 2007.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O aviso que acaba de ser lido vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo 1º Secretário em exercício, Senador Paulo Paim.

É lido o seguinte:

– Ofício nº 2, de 2008-CN (Ofício nº 2008/152, na origem), do Presidente do Banco da Amazônia, encaminhando ao Congresso Nacional, em cumprimento ao artigo 20, parágrafo 4º, da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, para efeito de fiscalização e controle, cópia do processo de prestação de contas do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), alusivo ao exercício de 2007, onde se encontram, entre outros documentos, os balanços do Fundo, devidamente auditados.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O ofício que acaba de ser lido vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

A sessão de hoje é não deliberativa.

Consultando a lista de oradores, constato que o primeiro orador inscrito é o Senador do Estado do Rio Grande do Sul, do Partido dos Trabalhadores, Senador Paulo Paim.

V. Exª pode usar a tribuna pelo tempo que achar conveniente.

Lembro a V. Exª dos velhinhos aposentados. Onde eu ando, eles perguntam quem está tratando...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Eles estão acompanhando.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Eu digo é o Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Vamos votar esta semana, se Deus quiser.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Mão Santa, Senador Epitácio Cafeteira, eu queria, em primeiro lugar, cumprimentar hoje todos os jornalistas brasileiros. Hoje é o Dia Nacional do Jornalista. Essa data serve para reflexão sobre a profissão de jornalista e o papel da mídia brasileira e também, em nível internacional, quase que o pilar principal da própria democracia. Sem liberdade de expressão, de opinião, sem liberdade de imprensa não há democracia.

Quero cumprimentar a Federação Nacional dos Jornalistas, que está fazendo desse momento um momento privilegiado de luta por reivindicações da categoria, e também aproveitando para fortalecer o debate sobre a Lei de Imprensa. A convocação da Conferência Nacional de Comunicação, a movimentação intensa em todo o Brasil, com a participação direta, conforme a Federação, de todas as entidades vinculadas aos jornalistas. Há quase duas décadas, Sr. Presidente, a Fenaj defende a aprovação do PL nº 3.232, ainda de 1992, que possibilita regular democraticamente as relações da mídia e dos jornalistas com a sociedade. Já a Conferência Nacional de Comunicação, sem sombra de dúvida, é um dos pilares do processo democrático da comunicação no nosso País.

Sr. Presidente, esse debate tem que continuar. Meus parabéns a todos os jornalistas, hoje, no Dia Nacional dos Jornalistas.

Mas, Sr. Presidente, com esse rápido registro, quero falar hoje sobre educação. E confesso, Senador Mão Santa, que sempre que falo sobre esse tema experimento um misto de muita alegria e de muito sentimento de busca da justiça. Entendo que a justiça, a distribuição de renda e a qualidade de vida só acontecerão neste País se nós investirmos cada vez mais na educação.

Por isso, sinto-me gratificado pelo fato de o tema ser tão empolgante e por saber que se trata da própria base da formação da nossa sociedade. Sinto com certeza ainda uma certa tristeza pela quantidade de pessoas que ainda não têm acesso ao ensino, pelas

condições precárias que muitas escolas ainda vivem, pelas dificuldades que os professores enfrentam em seu dia-a-dia.

Sr. Presidente, não posso deixar de dizer que, ao mesmo tempo, sinto uma grande vontade, uma grande determinação de participar desse bom debate, fazer o melhor de mim para mudar esse quadro de dificuldades que se apresentam tanto para os alunos como para os professores.

Vou iniciar falando sobre superação. A Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância) e o MEC (Ministério da Educação) selecionaram 37 cidades no Brasil que se mostraram vitoriosas frente às adversidades que o ensino público atravessa.

Esses municípios estão garantindo ensino fundamental público de qualidade aos alunos.

Um estudo chamado “Redes de Aprendizagem – Boas práticas de municípios que garantem o direito de Aprender”, feito em conjunto pela Unicef, MEC, Undime (União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação) e Inep – Instituto Nacional de Estudo e Pesquisa Educacional Anísio Teixeira –destacou cidades onde fatores como escolaridade dos pais, renda familiar ou desenvolvimento sócio-econômico da cidade não são a diferença. Ela reside mesmo é na escola pública.

Nesses 37 Municípios, o cerne foi o aprendizado, a avaliação e a gestão. Conforme mencionou a Secretária de Educação Básica do MEC, Professora Maria do Pilar, “O que identificamos é a clareza do projeto pedagógico e do investimento para sempre focar no aluno fazendo coisas simples”.

A seleção das cidades, Senador Mão Santa, foi feita a partir do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Ideb, indicador criado pelo MEC para avaliar o ensino no Brasil e baseou-se em um cruzamento de dados, dados educacionais e sócio-econômicos.

Depois de feita a seleção, foram entrevistados secretário de educação, diretores de escolas, professores, funcionários, pais e alunos, a fim de descobrir como a escola faz para garantir o direito de aprender.

Os dez pontos fundamentais citados nesta pesquisa foram: foco na aprendizagem, consciência e práticas de rede, planejamento, avaliação, perfil do professor, formação do corpo docente, valorização da leitura, atenção individual ao aluno, atividades complementares e parcerias.

Dou alguns exemplos, Senador Mão Santa: na cidade de Santo Antonio de Pádua, no Rio de Janeiro, acontece uma parceria interessante entre as escolas municipais e o Instituto Superior de Educação.

O MEC divulgou que “a partir do sexto período, universitários do Instituto fazem estágio nas escolas municipais...” “Os universitários aprendem e colaboram

com os professores no desenvolvimento das práticas pedagógicas.” “O contato com as crianças das escolas é fundamental para garantir o sucesso da ação. Os estagiários ajudam os alunos quando esses mostram dificuldades de aprendizagem.”

Sr. Presidente, Senador Mão Santa, a seleção dos Municípios inclui oito no Centro-Oeste, cinco no Nordeste, incluindo a capital do Piauí, Teresina – o seu querido Estado do Piauí, que V. Ex^a defende muito bem aqui, e a capital Teresina. Abrange cinco da Região Norte, incluindo a capital do Acre, Rio Branco, terra do nosso Vice-Presidente Tião Viana, nove no Sudeste e dez na Região Sul.

Quero registrar os meus cumprimentos aos 37 Municípios selecionados pela sua excelência e deixo, aqui – claro – um abraço e um carinho especial muito forte aos Municípios do meu Rio Grande do Sul que fazem parte da lista. E falo aqui com a maior tranquilidade, independente da cor político-partidária da prefeitura. Cito aqui Arroio do Meio, Farroupilha, Horizontina e Sapiranga.

Nos Municípios gaúchos, as experiências vitoriosas são resultado de diversas ações importantes que fazem parte do ensinar bem.

Em Arroio do Meio, por exemplo, acontece algo interessante. Quando os alunos estão entrando nas salas de aula, a secretaria do colégio coloca uma música bem tranquila no sistema de som interno, pega o microfone e lê uma mensagem que fale sobre leitura.

Cada um é incentivado a pegar um livro, uma revista ou um jornal e, durante 30 minutos, ler. Isso acontece uma vez por semana em dias alternados; é uma provocação da direção do estabelecimento para que os alunos leiam, façam leitura todos os dias.

Cada sala de aula tem também um baú contendo livros diversos, jornais e revistas, para os alunos lerem quando terminam as provas ou exercícios. É um projeto bonito, ao qual deram o nome de: “Ler com prazer, uma atitude inteligente”.

Já no Município de Farroupilha, os alunos param suas atividades todos os dias, durante 15 minutos, para o quê? Para ler. Eles são incentivados a escrever crônicas, contos e poesias, que muitas vezes ficam expostos pela cidade, em janelas de ônibus, vitrines de lojas ou portarias de empresas.

O estudo do idioma dos familiares também é estimulado, e, assim, uma vez por semana os alunos aprendem italiano, inglês. Além disso, aprendem flauta e informática. Estou dando aqui dois exemplos. Poderia falar do alemão, poderia falar de outras línguas que são típicas lá do meu Estado.

Num trabalho conjunto com as famílias, a preservação do meio ambiente também é ponto de aprendi-

zados. Eles se dedicam, por meio de projetos, ao plantio de árvores em ruas e praças e também à reciclagem de lixo. Em 2007, eles recolheram seis toneladas de plástico.

Um trabalho como esse é admirável!

Por isso, venho à tribuna do Senado, porque gostaria que exemplos como esse se multiplicassem por todo o País.

Vou falar de Horizontina, que investe no aprendizado do inglês desde a primeira série. A escola tem vários computadores disponíveis para pesquisa e tem ainda oficinas de música e de dança.

O Município se preocupa também com os professores e, em parceria com universidades, os docentes são auxiliados a educar com qualidade. Eles participam de diversos cursos e se habilitam.

É interessante, Sr. Presidente, pois, quando o Município não tem condição de implementar as ações, a comunidade escolar se mobiliza, arrecada recursos, ajuda e executa o projeto. Os alunos com maiores dificuldades recebem aulas de reforço individuais.

Lá também é incentivado o gosto pela leitura. Todo mês de abril acontece a Feira Interna do Livro. Um projeto como esse, Sr. Presidente, não tem como não dar certo.

Já na cidade de Sapiranga, onde participei de muitas atividades com o Sindicato dos Trabalhadores do Sapato, por exemplo, acontecem oficinas no período inverso ao das aulas, e os alunos curtem com alegria aquele momento. São atividades de teatro, informática, artes, leitura e capoeira – capoeira, dança e arte tradicional que veio ainda com os nossos antepassados da África. Os próprios alunos sentem os benefícios que as oficinas trazem. A repetência diminuiu e a falta às aulas também.

E não pára aí. Os professores também são beneficiados com ações voltadas para a sua capacitação; inclusive esse fator foi apontado como um grande incentivador para melhorar a qualidade na educação. O foco é dar ânimo, entusiasmo e muita vontade para alunos e professores. Essa receita é excelente, é positiva.

Chama-me a atenção como o incentivo ao hábito da leitura está presente em todos os projetos naquela região também. Isso, Sr. Presidente, faz-me lembrar do grande Castro Alves. Seu apostolado foi por duas grandes causas: uma, social e moral, a da abolição da escravidão; outra, a República, aspiração política dos liberais mais exaltados.

Atendendo à necessidade do incentivo à leitura no Brasil, ele escreveu *O Livro e a América*, primeiro poema de seu primeiro livro.

Ele diz:

Oh! Benedito o que semeia
Livros... Livros à mão cheia.
E manda o povo pensar!
O livro caindo n'alma
É germe – que faz a palma
É chuva – que faz o mar
Bravo! A quem salva o futuro
fecundando a multidão!...
Num poema amortalhada
nunca morre uma Nação.

Castro Alves, com esse poema incentiva todos a ler, incentiva o acesso aos livros.

Sr. Presidente, é de dar orgulho em qualquer um dos projetos de natureza tão fascinante, que, trazendo benefícios aos alunos e aos professores, certamente geram resultados magníficos para as escolas, as famílias, a comunidade, a sociedade como um todo.

O reconhecimento do trabalho que eles realizam é justo. Espero que continuem obtendo sucesso.

Sr. Presidente, gostaria que todos os alunos do Brasil pudessem contar com um nível de aprendizado excelente, pois isso lhes daria condição de enfrentar melhor a disputa no campo do trabalho e, com certeza, mudaria a cara do nosso País.

A educação faz isso; ela tem a capacidade de transformar tudo. Infelizmente, a nossa realidade ainda não é o que deveria ser. Sabemos que as dificuldades enfrentadas pelas escolas, pelo corpo docente do nosso País são inúmeras. Ser professor exige sacrifício. É uma profissão mal-remunerada e que demanda dedicação integral, na sala de aula ou em casa, preparando prova, corrigindo as provas, apontando as notas, enfim, construindo e elaborando conceitos. A busca pela formação não pára, e os problemas enfrentados são graves.

Os professores, além de não terem condições de trabalho – infelizmente, em grande parte –, de enfrentarem salas de aula cheias, têm de encarar até mesmo a violência. Além disso, sofrem com problemas alérgicos causados pelo pó de giz e estão muito expostos a doenças como depressão e estresse. E há quem não entenda ainda por que o professor precisa ter direito à aposentadoria especial, que defendo e reafirmo. Coloquei na PEC paralela e reforcei agora na PEC nº 10, da Previdência, que aqui apresentei.

Sr. Presidente, a Corregedoria-Geral do Distrito Federal fez um estudo e demonstrou que, de março a junho do ano passado, 1.118 professores ficaram longe das salas de aula durante mais de vinte dias por causa de problemas de saúde. A cada semana, trezentos professores entraram com pedido de afastamento. O problema da depressão não acontece somente aqui em Brasília. Em São Paulo um em cada quatro professores

sofre com essa doença. A depressão é a sexta entre as principais doenças que atingem os profissionais do magistério; representa 24% dos casos. O estresse, porém, é o problema que mais atinge os educadores, representa 46,2% dos registros.

Os docentes são unânimes em afirmar que tudo isso se deve ao excesso de alunos em sala de aula, à falta de material didático, à jornada dupla para complementar a renda familiar e à violência dentro dos colégios e, principalmente, na porta deles.

Recebi uma carta, Senador Mão Santa, do Centro de Professores do Estado do Rio Grande do Sul, Cpers, que denuncia o processo de desmonte da educação pública no meu Estado.

Eles reclamam do fechamento de bibliotecas e laboratórios, do fim da coordenação pedagógica e também da enturmação, ou seja, o agrupamento de duas ou mais turmas numa mesma sala de aula, criando um constrangimento e uma dificuldade de dar aula em virtude do excesso de alunos num mesmo espaço físico, sob a orientação de somente um professor.

Eles têm toda razão quando afirmam que não podem admitir que, no intuito de economizar recursos públicos, o Estado culpe os pobres e os educadores pelos problemas com a educação.

Para mim, despesa com em educação não é gasto; é simplesmente investimento no futuro.

A situação de muitas escolas e professores do Rio Grande é da maior gravidade. Faço, daqui da tribuna, mais uma vez, um apelo ao Governo do meu estado no sentido de que busque soluções para dar à educação o valor que ela tem e merece. Ela deve estar no topo das prioridades, como foi no passado – por que não lembrar aqui? –, na época do nosso inesquecível e já falecido Governador Leonel Brizola.

Sr. Presidente, em meados do ano passado, o Relatório Escassez de Professores no Ensino Médio: Soluções Estruturais e Emergenciais, do Conselho Nacional de Educação (CNE), demonstrou um existe um déficit de 246 mil professores, levando-se em conta as necessidades do segundo ciclo do ensino fundamental (5ª a 8ª séries).

Nas disciplinas de Química e Física a situação é ainda mais grave. O Ministério da Educação deveria ter garantido na década de 90 a formação de 55.231 professores de Física. Na verdade, aconteceu que somente 7.216 foram licenciados. O pior é que somente 9% dos professores que atuam nas escolas públicas brasileiras têm formação inicial na área correspondente. Isso mostra a gravidade do problema.

Na disciplina de Química a demanda era igual, e os graduados foram apenas 13.559.

O CNE apontou algumas soluções emergenciais para a educação. Primeira: criação imediata de um piso nacional para o professor de ensino médio.

Projeto tratando dessa matéria foi apresentado pelo Senador Cristovam e votado nesta Casa e enviado para a Câmara. O Governo também apresentou uma proposta. Esperamos que haja um entendimento e ela seja votada com rapidez, atendendo essa demanda dos nosso professores e professoras.

Segunda, aproveitamento dos estudantes de licenciatura nas disciplinas em que há déficit de docentes; terceira, retardamento das aposentadorias por meio de incentivos fiscais ou financeiros; quarta, incentivo para que os aposentados voltem a dar aulas nas disciplinas mais deficitárias.

A inclusão digital, Sr. Presidente, também foi apontada como um problema. Os usuários da Internet, no Brasil, são apenas 17,2% da população. Dados da União de Telecomunicações Internacionais (UTI) mostram que o Brasil ocupa o 76º lugar no *ranking* internacional.

Eu quero, aqui, demonstrar a minha preocupação também com a nossa querida Universidade Estadual do meu Rio Grande, a Uergs. No dia 4 passado, houve uma grande mobilização da sociedade em defesa da Uergs. A manutenção dessa instituição de ensino para o nosso Estado é fundamental. É preciso que todos se mobilizem em defesa da Uergs.

Sr. Presidente, sou parceiro nessa jornada. Apresentei, aqui, via comissões, com apoio da Bancada gaúcha, uma emenda de R\$10 milhões para a Uergs. Eu espero que esses R\$10 milhões contribuam para salvar a nossa Uergs. Os gaúchos sabem o quanto a universidade representa para a nossa população. Minha admiração e o meu apoio reafirmam que sou parceiro para enfrentar a adversidade pela qual está passando a nossa querida Uergs, criada na época em que o ex-Governador Olívio Dutra era o mandatário maior do nosso Estado. Desde aquela época até hoje, venho dando a minha parcela de colaboração.

E, da tribuna do Senado da República, queria dizer a todos os professores, diretores, funcionários e alunos da Uergs que podem contar conosco, aqui, no Senado Federal, para estar no mesmo barco, remando a favor dessa instituição. Nesse sentido, apresentei essa emenda de R\$10 milhões, para a qual, naturalmente, tive o aval de toda a Bancada gaúcha de Senadores e de Deputados.

Sr. Presidente, é importante salientar que a educação é o centro da preocupação de muita gente. Neste mês de abril, acontece a Conferência Nacional de Educação Básica, um evento importantíssimo na história da educação do nosso País. E estão envol-

vidos na realização dessa conferência, entidades de classe, profissionais e sociedade civil de todo o País, todos buscando um debate qualificado para melhorar o ensino a partir da construção de um sistema nacional articulado na área da educação.

As conferências estaduais de educação elaboraram um documento, a ser apresentado na conferência nacional, que trabalhou com eixos temáticos e reuniu várias propostas para a construção de políticas públicas educacionais e também considerações, recomendações e sugestões de projetos e de emendas à própria Constituição.

Entre as propostas, eu gostaria de citar:

- referendar a criação de um sistema nacional articulado de educação, amparando a normatização do regime de colaboração, com a participação da sociedade, assegurando a formação inicial e continuada, a valorização dos profissionais de educação, a avaliação e a gestão democrática do ensino;

- implantar uma proposta de avaliação com função de diagnosticar os problemas do ensino e da aprendizagem, levando em consideração as especificidades de cada Município, promovendo, assim, a avaliação para a adoção de políticas públicas eficazes para melhoria da qualidade da educação;

- incluir as escolas rurais no processo de avaliação, como indicador ao Ideb;

- reestruturar os sistemas de ensino que atuam na educação básica, superando a perspectiva de “redes” para o sistema único da educação básica;

- elaborar projeto de lei que garanta a continuidade das políticas públicas com a participação da sociedade;

- emendar, no art. 206 da Constituição Federal, a garantia de condições de trabalho a todos os profissionais da educação;

- tornar a escola mais atraente e competitiva, contribuindo para a melhoria da qualidade da educação; e

- democratizar a escola pública mediante a participação efetiva da sociedade civil.

Sr. Presidente, senhoras e senhores, creio que esse é um passo importantíssimo na direção de melhorarmos o ensino no Brasil. A realização dessa conferência é a mostra de que os bons ventos estão se achegando mais fortes.

Vou participar de uma mesa nessa conferência, como coordenador, para discutir a aplicação de uma lei já sancionada há muito tempo pelo Presidente

Lula, mas que, infelizmente, só é aplicada por 80% dos Municípios. Refiro-me à lei que manda contar a verdadeira história dos afro-brasileiros na formação do povo brasileiro.

Sr. Presidente, que o nosso Governo tem feito esforços para mudar o quadro da educação em nosso País é fato. E cito como exemplo o Programa Computador para Todos, que é uma ação importante.

O Governo Federal tem distribuído novos computadores e *notebooks* pelas escolas do Brasil afora. O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) é um olhar atento sobre a educação em nosso País em relação às mudanças que precisam ser feitas. Esse programa é uma série inédita de medidas objetivas de intervenção no sistema educacional brasileiro com previsão do aporte necessário de recursos e da cobrança de resultados.

E ninguém pode negar, Sr. Presidente, que o Governo tem investido muito no ensino técnico. Na viagem que fiz com o Presidente Lula ao Rio Grande do Sul, ele dizia, e quero repetir aqui as suas palavras, que em cinco anos ele criou neste País o maior número de universidades e escolas técnicas que a história do nosso Brasil registrou nestes últimos cinquenta anos.

Quero dizer que tenho lutado muito aqui por um projeto de minha autoria, que é a PEC nº 24, Senador Mão Santa, que V. Ex^a conhece, que vai criar o Fundo de Investimento do Ensino Técnico Profissionalizante, que visa gerar recursos para o ensino técnico da ordem de R\$6 bilhões. E o Senador Demóstenes Torres, que é o Relator, já deu parecer favorável.

Quero dizer a todos que quando o Governo cria um fundo semelhante ao que apresentei há muitos anos, mas que segue na linha de reorganizar os recursos do Sistema S, isso não implica um fundo se contrapor ao outro. Ao contrário, os dois podem tramitar juntos ou serem fundidos em um só. O mais antigo é o deste Senador. E, se essa for a opção, espero que assim aconteça.

Sr. Presidente, conheço o papel do ensino técnico profissional porque sou oriundo de escola técnica. E posso dizer que ela foi fundamental para minha vida na política estudantil, no sindicato, na Câmara e, agora, no Senado. A base da minha formação foi a escola técnica.

O emprego é a melhor forma de inclusão social e de construção de uma imagem positiva de si mesmo. Sempre digo que trago comigo um pouco da saga dos desempregados, porque também fui um desempregado e sei o que é levantar cedo – não importa se de sandália, de chinelo ou de sapato, muitas vezes furado ou rasgado –, não ter dinheiro para o ônibus e ter que

bater de porta em porta à procura de emprego e, na maioria das vezes, voltar para casa e dar a notícia de que continua desempregado.

Por isso, ao apresentar esse projeto, quis colocar no papel o sonho que acalento desde pequeno e que possibilitou meu crescimento profissional. Gostaria que todos tivessem essa oportunidade, pois vejo os resultados que esse aprendizado me proporcionou e gostaria de poder estendê-lo a todos os jovens e adultos, se possível.

Desde que apresentei esse projeto, tenho me pronunciado a respeito dele de forma insistente, mostrando a importância da aprovação do Fundep para fortalecer o ensino técnico, a fim de que mais pessoas, hoje tão desmotivadas pela falta de preparo e de não poder ocupar um posto de trabalho com salário decente, possam dar significado a sua vida.

Sr. Presidente, sei que os desmotivados deixaram de acreditar que ideais ainda valem a pena, que é possível construir um novo futuro. Por isso, mais uma vez, quero me dirigir a você desempregado: não desista! Procure um emprego e procure também o aprimoramento. E o ensino técnico é o caminho para disputar com mais força um espaço no mercado de trabalho.

Queremos oferecer a eles uma chance em meio a tantas dificuldades, em meio a tantos caminhos que só destroem e não levam a nada. Acredito eu, Sr. Presidente, que as escolas técnicas também passarão por um processo de valorização dos profissionais da educação, de investimentos em infra-estrutura, de melhores condições de trabalho e salário decente para aqueles que ensinam uma profissão para os nossos postulantes ao mercado de trabalho.

Coordeno aqui a Frente Parlamentar em Defesa do Ensino Profissionalizante, porque entendo ser ela fundamental para o processo de fortalecimento do ensino técnico como linha mestra para o desenvolvimento do nosso País.

Senador Mário Couto, V. Ex^a, que tem ido à tribuna, desbravando fronteiras, quero reafirmar que estamos na mesma caminhada em defesa dos nossos aposentados e pensionistas. Nós três, Senador Mão Santa, Senador Mário Couto e eu, participamos daquela reunião com o Presidente Garibaldi, onde ficou acordado, inclusive com outros Senadores da Oposição e da Situação – eu estava lá –, que, desobstruindo a pauta, a matéria será votada.

Esperamos que isso aconteça, Senador Mário Couto, para que efetivamente possamos dizer que o Senado cumpriu a sua parte votando a matéria – e a decisão será da maioria.

Sr. Presidente, a família brasileira, com certeza, quer que cada um de nós assuma a sua responsa-

bilidade de não permitir que os nossos jovens sejam caminheiros errantes que, sem esperanças, acabam se entregando ao mundo das drogas ou da violência. Não queremos ser somente caminheiros errantes; queremos ser caminheiros que abram portas para os jovens de hoje e para os jovens de amanhã. E, para mim, está escrito nas portas que o ensino técnico é o caminho.

A família brasileira precisa ser tranqüilizada quanto ao destino que aguarda nossos filhos. Acredito na força da educação como meio efetivo de mudança interna e externa.

Sempre repito, Senador Mão Santa: “A educação é como a democracia, uma fonte eterna capaz de dar água a todos que nela forem saciar-se”. E quando eu falo todos são todos mesmo. Iniciei falando em superação e vou terminar dando outros exemplos de superação.

Conforme informativo do Núcleo de Projetos Especiais da revista *Amanhã*, o Brasil vai sediar, em julho de 2009, a VI Conferência Internacional de Educação de Adultos, organizada pela Unesco. Já há um grande movimento. Esse evento ocorre há quarenta anos, mas é a primeira vez que a sede será no Hemisfério Sul. Essa Conferência tem grande importância no que diz respeito à educação de adultos.

Os números atuais, Senador Mão Santa e Senador Mário Couto, dão conta de que hoje 65 milhões de brasileiros com idade acima de 15 anos, o que representa quase um terço da população, não concluíram as oito séries do ensino fundamental.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio/2006, do IBGE, demonstrou que 14,9 milhões de pessoas com mais de 10 anos não têm qualquer domínio sobre a leitura e a escrita. São os considerados analfabetos absolutos.

Além disso, o Brasil ainda tem 37 milhões dos chamados analfabetos funcionais, aqueles que não chegaram a completar quatro anos de estudo.

Imaginem V. Ex^{as} as dificuldades por que passa todo esse contingente da nossa população ao enfrentando o mercado de trabalho, sem terem condições mínimas de desenvolvimento pessoal e profissional, quando sabemos que hoje a automação, a robótica, a cibernética e a computação dominam, a cada dia que passa, os postos de trabalho.

Muitos adultos não freqüentaram a escola por morarem em locais onde não havia escolas públicas; outros foram obrigados a começar a trabalhar muito cedo; e as mulheres normalmente ajudavam no plantio da roça ou nos afazeres domésticos.

Sr. Presidente, eu poderia dizer que, graças à ajuda de várias instituições, ONGs, empresas, univer-

sidades e igrejas, aos poucos está havendo um retorno dos mais velhos aos bancos escolares.

Poderia lembrar dos cursos do EJA – Educação de Jovens e Adultos, que contam com cerca de cinco milhões de brasileiros matriculados.

Faço questão, se me permitir, para encerrar, de citar dois exemplos: o de D^a Adelaide Francelina de Souza, uma senhora de 85 anos, Senador Mão Santa, Senador Couto, natural de Caetité, no semi-árido da Bahia, que voltou a estudar. Diz ela: “Meu pai pôs o meu irmão em uma escola religiosa, que era perto de casa. Eu queria ir, mas fiquei na roça, varrendo tronco de café. Na época, entendiam que mulher não precisava estudar”.

D^a Adelaide casou e cuidou dos filhos. Hoje, tem 18 netos e 9 bisnetos. Mesmo assim, animou-se – este é o exemplo positivo – a ir em busca do sonho deixado lá na infância. Ela conta que foi ao EJA, onde as aulas acontecem dentro de uma igreja, o que a faz lembrar ainda mais que seu sonho será realizado. Ela é aluna do Centro de Educação Popular Paulo Freire e diz: “Por enquanto, só sei ler um pouquinho, mas vou em frente, vou aprender”.

Outro exemplo é da gaúcha Clair Cardoso Siqueira, de 63 anos. Ela nasceu em São Borja e só tinha estudado até a 5^a série do ensino fundamental. Teve de deixar a escola para ajudar a mãe a cuidar dos irmãos. Depois casou, cuidou da casa enquanto o marido era tratador de cavalos, tendo, inclusive, trabalhado na fazenda do ex-Presidente João Goulart.

Hoje, incentivada pelos filhos e netos, está cursando a 8^a Série do Centro Municipal de Educação dos Trabalhadores Paulo Freire, na capital do Rio Grande, Porto Alegre. Ela disse: “Voltar a estudar faz a gente crescer como ser humano. Não existe nada melhor na vida do que aprender”. Uma bela lição!

Diante dos exemplos, a gente tem certeza de que estamos no caminho certo, a defender cada vez mais investimentos na educação, em todas as áreas, inclusive no ensino técnico.

Quero cumprimentar esses brasileiros e essas brasileiras que demonstram tanta garra e tanta força de vontade. Vocês, com essa força, apesar da idade, às vezes mais de 80 anos, renovam a alma dos mais novos!

Veja só, Sr. Presidente, Senador Mão Santa. Fiquei feliz ontem à noite. Eu estava assistindo a um programa de televisão, o *Fantástico*, da Rede Globo, que levou ao ar a notícia de que alunos, em sala de aula, passaram a estudar o Estatuto do Idoso. Não porque seja de nossa autoria, e foi de minha autoria, mas o construímos a todas as mãos, com todos os Senadores, mas esses alunos, além de estudar, de conhecer

os direitos inscritos no Estatuto do Idoso, passaram a visitar as Casas-Lares, os asilos, a dialogar, a fazer um carinho, a ter convívio com as pessoas de mais idade. Isso é muito bonito. Tomara que todas as escolas deste País estudem o Estatuto do Idoso e orientem as crianças, os jovens e os adultos a terem mais contato com os idosos, seja em asilo, seja em Casa-Lar, seja nas chamadas hospedarias.

É como a professora deles disse: foi um trabalho de conscientização, que esperamos que resulte na mudança do comportamento, na valorização e no respeito aos mais idosos.

Sempre digo que a criança de hoje, o jovem e o adulto têm de entender que, se Deus quiser, ele vai ser o idoso de amanhã. A forma como ele trata o idoso hoje será a forma com que será tratado amanhã. Se Deus quiser, se ele não morrer antes, ele vai ser idoso, então diga: “Graças a Deus que eu sou idoso, que eu consegui chegar lá!”

Essa lembrança quero deixar, Sr. Presidente. Quero cumprimentar a escola pela preocupação de educar seus alunos no sentido de entender e ser solidário com aqueles que avançaram mais no tempo – e, como eu dizia antes, graças a Deus! Espero que todas as escolas do Brasil sigam esse exemplo, porque seria muito bom que todos olhassem para todos, independente da idade; de uma geração para outra geração.

Termino cumprimentando o programa *Fantástico* por essa excelente matéria e também as escolas que adotaram o ensino do Estatuto do Idoso em sala de aula. Naturalmente que me sinto feliz por ter tido, há mais de quinze anos, a iniciativa de apresentar o Estatuto do Idoso, aprovado em 2003, com a chamada Lei nº 10.741, sancionada pelo Presidente Lula no dia 1º de outubro de 2003. Este foi um dia histórico. Inclusive, eu me lembro, Senador Mão Santa, Senador Mário Couto, que fiz um pronunciamento, lá no Palácio do Planalto, para setores de todas as representações ali presentes. Naquela oportunidade, foi sancionado o Estatuto do Idoso.

De fato, estou concluindo. A última linha do meu pronunciamento é um apelo que faço para que todos invistam cada vez mais na educação da criança, do adolescente, do adulto e do idoso. Sou daqueles que sonham que, num futuro próximo, as gerações mais jovens estarão abraçadas aos seus idosos. As gerações mais jovens chegarão em casa e dirão: “Pai, meu querido pai; avô, meu querido avô; meu bisavô, meu querido bisavô; meu amigo; meu vizinho; meu velho, meu querido velho, um beijo e eu te amo, meu velho”.

Como é bom dizer isso! Digo isso de alma tranqüila. E vejam que, nesse improvisado, a frase sai de forma natural, porque, como é bom olhar com cari-

nho para seu semelhante, seja ele um bebê recém-nascido, seja um homem, uma mulher de mais de 100 anos de idade!

Podemos hoje dizer que mais de 150 brasileiros já ultrapassaram a faixa dos 115 anos de idade. Isso é uma alegria para todos nós; significa que a população brasileira, a cada ano que passa, está aumentando a expectativa de anos/vida. Isso é muito, muito, muito bom!

Espero, um dia – e aí termino, Senador Mão Santa e Senador Mário Couto –, com essa minha pele negra, estar com os cabelos e a barba bem brancos e dizer: “Sou velho, sim, com muito orgulho, sim, senhor!”

Obrigado, Senador Mão Santa, pela tolerância.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Paim, convidamos V. Ex^a a presidir os trabalhos de hoje, segunda-feira. Estou inscrito para falar em seguida e gostaria de usar a palavra. (Pausa.)

O Sr. Mão Santa deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passamos, neste momento, a palavra ao Senador Mão Santa.

V. Ex^a, Senador Mão Santa, pode usar o tempo que entender adequado para fazer seu pronunciamento.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Paulo Paim, que preside esta sessão de segunda-feira, 7 de abril; Parlamentares da Casa, brasileiros e brasileiras que nos assistem pelo sistema de comunicação do Senado, lamento ter de apresentar o seguinte requerimento.

Requeiro, nos termos regimentais, seja apresentado voto de pesar pelo falecimento do Sr. Waldson Antônio Neiva Moura Santos, Prefeito de Ipiranga, do Piauí, apresentando condolências à família.

Justificação

O Prefeito era médico anesthesiologista e irmão do Deputado Estadual Warton Santos. Também conhecido por “Dr. Antônio” [o pai dele chegou a ser Senador da República. É uma família de tradição política, cujas raízes estão na cidade de Picos, no Piauí], ele estava em seu primeiro mandato e deveria tentar a reeleição este ano. Vinha desenvolvendo um brilhante trabalho, priorizando o desenvolvimento daquele Município, deixando um legado que não será esquecido.

Em função da importância do papel desempenhado pelo ilustre Prefeito, apresento

ao Senado o presente requerimento por perda tão significativa para o Estado do Piauí, solicitando o encaminhamento do voto de profundo pesar e tristeza aos familiares [à esposa, Sônia Uchoa de Moura Santos, e aos filhos, Mariana, Waldson e Wendel de Moura Santos.]

O **jornal do Piauí** publica uma nota da Associação Piauiense dos Prefeitos Municipais, também lamentando o ocorrido.

Senador Mário Couto, hoje é Dia do Corretor, importante profissional que comercializa imóveis, e Dia do Jornalista. Eu, como piauiense, não poderia deixar de homenagear essas classes, que, sem dúvida nenhuma, ajudam-nos a manter a democracia neste País, a liberdade de imprensa e a coragem. Mas a homenagem é mais para o Piauí.

O jornalista mais bravo deste País foi Carlos Castello Branco. No período da ditadura, ele foi aquele que teve coragem de traduzir o sentimento e o desejo de liberdade dos brasileiros. Ele escrevia, em um jornal carioca, a famosa Coluna do Castello e deixou muitos livros escritos, interpretando a vida dos políticos da sua geração. E, pela coragem e pela altivez, ninguém o excedeu no jornalismo brasileiro.

Falarei sobre o Dia do Médico Legista e sobre o Dia Mundial da Saúde, daí por que estou aqui muito à vontade.

Paim, passei os melhores anos da minha vida dedicando-me à busca da ciência e da consciência de servir o Piauí e o Brasil.

A Organização Mundial de Saúde, Mário Couto, reza que saúde não é apenas ausência de enfermidade ou doença, mas o mais completo bem-estar físico, mental e social. Quer dizer, o médico, sobretudo, tem de combater a miséria, a fome, a pobreza. Daí a explicação da presença de muitos médicos no mundo político, porque eles visam a combater essas chagas, a buscar o bem-estar social também, por meio do combate às mazelas das injustiças sociais: a miséria, a fome, o desemprego – sobre o qual o Paim falou, como o gerador de tudo – e o pauperismo.

O que me traz aqui? Ouvi o Paim. A democracia é isto. Há vários partidos políticos. Acho que temos obrigação de reestudar a questão. Há partidos demais, de tal maneira que, em uma época eleitoral, Senador Eurípides, é triste dizer e lamentar, mas somos procurados por partidos que nem sabemos que existem, cujas siglas não conhecemos. Eles vêm simplesmente e dizem o seguinte: “Tenho tantos vereadores para apoiar o candidato de sua preferência. Quero tantos mil por cada cabeça de vereador”. E começa o jogo. Isso está errado, é claro! Infelizmente, é isso; ocorre isso. Nessa época, são useiros e vezeiros. A pessoa che-

ga, nós a olhamos e nem sabemos que o seu partido existe. Há 30 partidos. Então, aqueles que têm condições de disputa, de participar da democracia por uma alternância de poder, ficam inibidos, porque é assim que está funcionando o Brasil.

O Boris Casoy dizia: “Isto é uma vergonha!” Vergonha maior foi terem tirado ele. Só há televisões públicas agora, que dizem “amém” ao Governo.

Aí a gravidade, mas a política está assim.

Paim, vi o entusiasmo de V. Ex^a.

Em 94, votei no Partido dos Trabalhadores. Há gente boa no Partido: V. Ex^a; esse Mercadante, que é homem de cultura ímpar, mas não o convidam para o debate qualificado. Lá, no meu Piauí mesmo, há um Deputado Federal que é candidato a Prefeito. Disputei o Governo com Nazareno em 1994. É um homem íntegro, de decência, médico qualificado. Quer dizer, existe.

Então, o que eu quero lhe dizer é que não é bem assim. Daí eu ter sido... Quiseram votar um... Por uma interpretação que eu tenho.

Eu posso dizer para o povo do Brasil... Mas não por vaidade. Não tenho vaidade por isso, porque eu não tive mérito, não. Eu sempre disse que meu avô, Mário Couto, era muito rico. Ele tinha dois navios. Ele pegou produtos do Piauí e fez uma indústria lá no Rio de Janeiro. O sabão dele ganhou do sabão do Rio de Janeiro. Ele mudou o nome de Moraes para Da Copa. É até constrangedor eu dizer isso. E também eles tiveram a competência de pegar a gordura do coco, do babaçu e mudar o nome, colocando Do Norte, ganhando da gordura de coco Carioca. Então, eu quero apenas dizer que eles me possibilitaram estudar. Eu tenho esse mérito, porque eu poderia ser um rabo de burro, um irresponsável. Não poderia? Eu aproveitei a oportunidade. Eu entendo as coisas.

Portanto, fiz uma retrospectiva histórica e cultural, preocupado com a democracia. Entendo que a história está aí, ela se repete. Dela, podemos tirar os erros e construir um mundo melhor. A ignorância é audaciosa. Agora, uma pessoa fazer uma retrospectiva histórica de fatos conhecidos e relidos?! A ignorância é audaciosa. Jamais haver pretensão...

Mas, agora, Paim, vamos para o debate qualificado. É lógico.

Eu aprendi com Petrônio Portella, Senador Mário Couto, que sempre dizia que não se deve agredir os fatos. É fato que Luiz Inácio tem popularidade. Tem. Petrônio repetia: “Não agredir os fatos”. Esse foi um dos ensinamentos que aprendi dele. Então, esse fato existe, fruto muitas vezes de nós, puros da democracia. Eles nem sabem interpretá-lo.

O mais positivo de tudo foi a melhoria do salário mínimo. Está aí o Senador Paulo Paim, do PT, que pegou essa bandeira antes de eu chegar aqui. Mas ele não encontrou um companheiro mais firme, mais leal, mais lutador do que eu para alterar o salário mínimo, que, quando aqui chegamos, era de setenta dólares. Foi nossa visão de estudiosos. O Senador Paulo Paim não tem, como eu, formação em medicina e pós-graduação, ou curso de gestor público, mas ele tem esta universidade aqui, ele tem mais de 20 anos aqui. Sabe tudo da vida, como Luiz Inácio, líder sindical, experiência que não tenho. Acho que foi o fato mais importante.

Mas houve também a coragem de distribuir a renda; embora, filosoficamente, por convicção, eu entenda que a saída para este País é o estudo e o trabalho. É questão de convicção. O estudo leva à sabedoria. “O trabalho vem antes”, como diz Rui Barbosa. O trabalhador faz a riqueza. Mas a doação existe, está aí, melhorou, tirou a fome.

Quis Deus ser hoje o Dia Mundial da Saúde. Saúde, por definição, é o bem-estar social, mental e físico. É isso.

Eu o entendo, embora não ache que seja o mais importante. O caminho que eu trilhava era o trabalho, o estudo.

Esse empréstimo, eu me preocupo com ele porque sei, entendo as coisas. Mas entendo mesmo, Mário Couto. Aí é que está o negócio. Hoje eu sei muita, mas muita coisa. Eu li aquele bichão do Adam Smith todinho. O que é que estou fazendo aqui? Cinco anos e três meses na CAE. Acho que nunca dantes um Senador passou tanto tempo na CAE, porque tem rodízio. E houve uma briga lá, o Pedro Simon forçou para manterem o meu nome. Quiseram me discriminar, e eu estou assim. Isso é uma faculdade, não é? Cinco anos discutindo.

Então, eu disse aqui, quando resolvi falar da CPMF – pode buscar a fita –, que ia aumentar a arrecadação do Governo. Mas disse com certeza, com convicção. Fui prefeitinho e fui governador, sei como roda isso. Eu disse que o dinheiro ia sair das mãos de aloprados para as mãos da mãe de família, do trabalhador. Ele ia circular, ia dar mais ICMS. Aumentaria para o governador e daria mais IPI. O consumo aumentaria também. Eu já tinha vivido fatos como esses no período da inflação, quando era prefeito e governador do Estado. E aconteceu, Paim.

Quanto a esse empréstimo, não tenho dúvida alguma, tenho certeza de que o Governo está errado. Tenho convicção disso. Eu sei das coisas.

Quando o Vice-Presidente usou a cadeia de rádio e televisão e disse que o Luiz Inácio merecia, eu falei: “Perdeu minha simpatia. Eu achei até que esse

homem tinha juízo, mas não tem juízo. Ele só tem dinheiro”. Pedir um terceiro mandato na quebra de uma democracia?! Ele disse que Franklin Delano Roosevelt teve três mandatos. Ele sabe pouco, ele tem pouco saber. Franklin Delano Roosevelt teve foi quatro. A viúva elegeu ainda o Trumann. Mas aquele foi um período de guerra. Nós não estamos em guerra. Se os americanos aceitaram, foi por causa da guerra. Se eles mudaram a Constituição, é porque não foi bom. Como é que nós vamos rasgá-la? Eu entendo que será destruído tudo.

Agora eu acho que esse empréstimo não é uma boa coisa. Eu acho não; eu tenho certeza, Luiz Inácio. Eu sei das coisas. Eu tenho visão de futuro.

Abraham Lincoln sempre repetia uma frase que, aliás, ele vivia: “Não baseie sua prosperidade com o dinheiro emprestado”. Eu sei que ele disse “não baseie sua prosperidade com o dinheiro emprestado”. Frase de Abraham Lincoln. Isso ele repetia; era quase que uma reza.

O Vice tem pouco saber, mas tem muito dinheiro. É o homem mais rico, talvez, do mundo. A melhor fábrica, a maior, a mais poderosa de tecidos da Argentina é do Vice-Presidente da República. Mas o saber, está na Bíblia, vale ouro e prata. Daí eu estar aqui, para este debate qualificado.

Acho que esse empréstimo está uma satisfação. Todo mundo comprou seu televisor. Carro, tive alguns. Mas acho uma loucura. Ó meus jovens – e falo para meus filhos, para meus netos –, comprar um carro e pagar em dez anos? Ô Mário Couto, dez anos! Isso é uma vida. A dívida é uma escravatura da vida moderna. Então, isso está favorecendo... Olha, dez anos! Em seis anos, eu era médico e dos bons. Atentai bem! Dez anos você compromissado, amarrado, escravizado? Infelizmente, entendo das coisas. Isso uma loucura, Luiz Inácio! Os velhinhos, as letras eram tão pequenas nos contratos, Paim. Você sabe que nossos velhinhos estão ganhando pouco e têm a vista cansada, como o povo chama. É hipermetropia, Mário Couto. Então, eles não leram. Seus salários já eram pouco e, quando eles vão receber agora, têm descontados 40%. Então, ele não tem mais o dinheiro do remédio, da ajuda que ele dava para o filho, para o neto, e vem o desespero. Foi um mal muito grande.

Abraham Lincoln: “Não baseie sua prosperidade com o dinheiro emprestado”.

Agora, conseguiram. Mas estão escravos. Um carro, dez anos! Quem vai produzir mais? Amarrou-se. Isso é a escravidão da vida. A gente aprendia princípios de economia. Aliás, o ensino está tão mal que... Tinha essa cadeira de economia doméstica. A dona de casa tinha noção. Você se endividar por dez anos,

comprando um negócio a prestação?! Quem ganhou muito foram os banqueiros. Quem está ganhando muito são os banqueiros. São os mais ricos. E o povo está escravo da dívida. É o mesmo que escravo do trabalho, só que é para branco. Não tem? Você não luta, Mário Couto, contra o trabalho escravo? Só que se escravizou de uma maneira elegante, mediana, publicitária, apoiada. Mas está escravo. Pegar um dinheiro e ficar dez anos... Morreu. Acabou o capital. Vinculou. Vai trabalhar só para aquilo.

Então, Franklin Delano Roosevelt – o Vice-Presidente, José de Alencar, tem muito dinheiro, mas entende pouco de democracia –, na guerra da recessão, no período da recessão, havia desemprego – período do **New Deal** –, sabe qual o conselho que ele deu, Senador Mário Couto? “Norte-americano, busque um emprego, um trabalho, e trabalhe”. Ele falou assim, Luiz Inácio: “Busque o emprego e trabalhe. Se não der certo persevere, continue. Se não der certo, busque outro, crie, trabalhe”. E foi mais: “Se eu colocar um bico de luz em cada fazenda [olha a produção rural] e se o homem americano rural tiver uma galinha na panela, este país estará salvo”.

E mais. Analisando, ele disse: “As cidades poderão ser destruídas, mas elas serão salvas pelo campo. O campo não pode ser destruído, tem que ser apoiado, tem que ser valorizado. Ele é que alimentará as cidades, e elas crescerão”.

Os Estados Unidos são ricos, prósperos, estão ricos até demais, bombardeando – o “senhor guerra” – o mundo.

Mas, Mário Couto, atentai bem, você viu que ele perdeu na corrida da indústria de automóvel, da indústria de relógio, da indústria de eletrônico, mas ele produz hoje de 500 a 600 milhões de toneladas de grãos, produz alimentos para o mundo. Então, essas coisas... E aí você vê o nosso homem do campo totalmente... Aliás, o homem do campo está asfocado. Nós votamos leis aqui, e ele está enforcado. Estão tomando as coisas dele. O campo está mais pobre.

Eu quero dar um ponto aqui para o Luiz Inácio. Mário Couto, você foi Deputado Estadual, não foi? Eu fui. O Governador era Juárez. E ele, muito austero, não gostava desse negócio de inauguração, não. E eu gostava. Ele já sabia e me chamava: “Mão Santa, vai inaugurar essa luz aí”. Aí, eu ia. Aquelas fazendas... O Governador não ia, eu fazia um discursinho, não é não? E lá a gente usufruía daquela safra: galinha, peru, bebida e tudo. Eu era Deputado Estadual. Depois, Deus me permitiu – isso era nos anos 80 –, quando Deus me ajudou, no ano de 1994, eu ganhei o Governo do Estado.

Então, eu voltei. Eu gostava. A luz eu já tinha levado. O Governador mandou. Eram estradas, benefício rural.

Paim, eu percorri aquelas mesmas fazendas. Este testemunho eu quero dar aqui do Nordeste. Está ali um fazendeiro: o Doca Lustosa. Ele conhece. Então, eu fui, dez, quinze anos depois, nas mesmas fazendas. Governador não é bicho mais forte do que Deputado Estadual, hein Mário Couto? Não é? Aí, eu ia nas fazendas. Levava estrada, levava outro benefício, o telefone. Doquinha, eu vi que não tinha mais aquela festa tão grande. Não tinha. Ó como é o Brasil! Como isso é enganação! Eu conheço, eu vi, eu senti. “Rapaz, mas não pode. Será que deputado...? Eu vinha aqui e tinha cerveja, tinha uísque, tinha carneiro... Era bom”. Todos estão mais empobrecidos. Eu sou simples. É o meu jeito. Todo mundo conhece, mas eu olhava o prato rachado, a cadeira velha, a cozinha... O campo está mais pobre. Essa é a verdade. Fui eu que vi. E era aquela mesma gente de quando eu era Deputado Estadual. É porque eles tinham mais. O campo está empobrecido. Quem trabalha está meio lascado. Está bem para os aloprados, que ganharam emprego para não trabalhar. Está bem para quem tem ONG, que rouba e não faz nada. Está bem para essa gente, para os banqueiros. Está bem para quem tem cartão corporativo. Está bem para 25 mil nomeados, os DAS-6, ganhando R\$10.448,00.

Hoje, Mário Couto,... Ô Exército bom! Eu fui oficial da reserva. Quis ser da Aeronáutica, Mário Couto, mas não fui porque uso lente de contato. Naquele tempo, na minha geração, quem tinha qualquer defeito na visão não podia. Aí eu fui ser médico cirurgião. Almirante. Fiz o CPOR. Não sei. Esses homens são muito de bem. V. Ex^a vê aquele que toma conta das fronteiras do Brasil no Amazonas. Existe lei hoje em que não se pode nem entrar em região indígena porque os poderosos da economia não deixam.

Mas recebi hoje o contracheque de um general: quatro mil e pouco. E tem gente que entra com R\$10.448,00, sem concurso, pela porta larga. Você já leu a Bíblia, não leu, Mário Couto? Aquela porta larga da vagabundagem, da malandragem, da corrupção. Dez mil quatrocentos e quarenta e oito. É um DAS-6. Luiz Inácio, nosso Presidente, nomeou 25 mil DAS.

Senador Paim, Bush, o rei da guerra, nomeou só 4,5 mil pessoas. Digo isso para fazer um paralelo. Eles têm o dobro da nossa população, o dobro da riqueza. O Sarkozy, que trocou uma mulher velha por uma mulher nova e bonita, nomeou somente 360 pessoas. O daqui nomeou 25 mil pessoas. O sucessor de Tony Blair, o novo Primeiro-Ministro da Inglaterra – não sei o nome dele, e pergunto a V. Ex^a, Senador Paim, que

sabe tudo –, nomeou só 160 pessoas. O Tony Blair saiu, o novo que está aí nomeou somente 160 pessoas. Existe o funcionário público, o servidor público. Historicamente, há um investimento nesse pessoal. Aí mudaram as hierarquias.

Então, Paim, realmente, a popularidade é isso. Mas quero aconselhar o nosso Presidente Luiz Inácio. Quero que o Presidente seja feliz neste mandato, que termine o mandato dele, que o País escolha o melhor. Os aloprados estão com medo, porque, se a eleição fosse hoje, ganharia o José Serra. Pesquisa é verdade, é casamento da Estatística com a Matemática. Então, estão aí todos que o Presidente da República lançou. Hoje, o Prefeito de Recife lançou, Senador Paim, mas, aqui, não passa. Eles querem fazer um levante com essas organizações, para impressionar.

Por isso, estamos aqui, nesta segunda-feira. Esta Casa é a última resistência da democracia. Já está tudo acertado. Mas o Paim, eu o conheço. O Paim é uma conquista. É difícil aqui. A história nos ensina onde nasceu a democracia, e todo mundo sabe disso. Havia Atenas.

Chegou o culto professor que diz que aqui não vale. Vale, vale, porque estamos ensinando, temos de ser os pais da Pátria. Professor Cristovam, V. Ex^a sabe onde começou essa brincadeira: foi na Grécia. A democracia foi aperfeiçoada pelos os outros países, mas começou lá. Havia um Temístocles em Atenas, um Leônidas em Esparta. Aí veio o do Irã, o Xerxes, que quis acabar com a democracia. Há aquele filme “300 de Esparta”, os que salvaguardaram aquele ideal.

E aqui existia a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). É para rasgar a Constituição! Não estou ofendendo nosso Presidente, mas Ulysses beijou a Constituição e disse que desobedecer à Constituição é rasgar a bandeira do Brasil. Eu já vi isso, não dá certo. É a história. Nossa Constituição diz que um plebiscito tem de passar por aqui. A alternância do Poder é uma das riquezas da democracia. Sei do perigo do exemplo de Cuba, que está aí ainda; sei do Chávez, que está ali; sei do que aprendeu ligeirinho, aquele novinho do Equador – ô homem esperto! –, o Morales. Nós sabemos do de Nicarágua, mas nossa história é essa, foi construída com muito sacrifício.

Então, estamos salvaguardando. Aqui, não passa. Eles têm de ter um agito. Mas temos de mostrar o desacerto; que houve acerto eu disse.

Cristovam, aprenda também! Sei que V. Ex^a é o mestre dos mestres, mas esse negócio de pesquisa eu interpreto. Aprendi de Antoine de Saint-Exupéry que “o essencial é invisível aos olhos”.

Eles dizem não sei quantos por cento, e digo que Garrastazu Médici teve 84%; e Hitler, 96%. Essa é a história do poder, mas eu queria uma interpretação. Sou cirurgião, acostumado a observar; às vezes, o cara chega, e a gente vai buscar.

Não está tão bem assim, Luiz Inácio. Por que não está tão bem? Noventa por cento dos brasileiros e das brasileiras... Atentai bem! É aí que temos de buscar os sintomas; temos de entender as coisas. Nós, brasileiros e brasileiras, detectamos, na pesquisa deles, paga por eles, cacarejada por eles – atentai bem! –, que 90% dizem que é uma vergonha a diferença entre a quantidade de imposto cobrada e os serviços públicos prestados. Isso é o fundamental, só isso.

Sou médico e vou buscar o bichinho, para fazer o diagnóstico, para ver onde está a doença. A gente pesquisa o hemograma: “Rapaz, só há esse negócio aqui, isto aqui vai complicar”. É só esse dado, Paim! “O essencial é invisível aos olhos.”

Estou alertando, Luiz Inácio. Não está bom, não. São 90%! Pegue e reestude! Seus aloprados, seus míopes, seus cacarejadores não sabem disso. É só isto: 90% da população dizem que não há uma sintonia entre o número de impostos que pagamos, que são 76, a carga tributária e o serviço público. Então, não está bom.

Quer que eu dê outro exemplo, Luiz Inácio? Com todo respeito, Presidente, se estivesse bom... Se a eleição fosse hoje, José Serra seria Presidente. É Estatística com Matemática, o casamento é que deu a pesquisa, não é, Professor? Hoje, são 90%. Então, o que não está bem? Houve a euforia desses fatores que analisei: uns, de imediato, são bons, mas, para o futuro, são ruins. Então, eu não iria cansá-lo, professor.

E a segurança? Está boa essa segurança do Brasil? Vocês têm viajado, vocês têm lido? Não vão para longe, não! Se sairmos lá da região do Paim, dá para irmos a pé para Buenos Aires, para Montevidéu. Ando com minha Adalgisa. E dizem que insultei a mulher; só falo que sou dependente da mulher. Que coisa ridícula essa! Logo para cima de mim! Então, às 4 horas da manhã, andamos de mãos dadas.

Luiz Inácio, pegue a encantadora Marisa – que achamos uma bela senhora – e vá andar de mãos dadas com ela, sozinhos, na Rua do Ouvidor, no Rio de Janeiro. Vá! O Rio de Janeiro é o coração do Brasil, é nosso. Às 17 horas, fecham as lojas. A Confeitaria Colombo era o símbolo dos encontros. Eu estudava no Rio de Janeiro, Mário Couto, e cansei de, às 17 horas, tomar um chocolate e ficar ali até de noite. Eu, do Piauí, lá sabia o que era isso? As meninas chiques iam tomar chocolate. A gente ia para lá para tomar chocolate. Era a coisa mais chique! A Confeitaria Colombo, hoje, às

17 horas, fecha, porque, de noite, é inviável funcionar no Rio de Janeiro. Então, a segurança vai mal.

Dou um exemplo da minha Teresina. Cada povo tem sua cultura. Mas solidariedade era aquele negócio que chamamos lá de sentinela, de velório. Cristovam, se alguém morre, passa-se a noite rezando, conversando, chorando. É da nossa cultura cristã. Era assim, Mário Couto! Outro dia, morreu um amigo. Eu disse: “Adalgisa, vamos lá, de noite, à sentinela, ao velório”. Ele tinha morrido às cinco horas. Cheguei lá, e disseram: “Não, nós o enterramos às seis e meia”. Ficava a família rezando. Hoje, isso não acontece: “Naquele velório da vizinha, ficaram uns, e entraram uns bandidos, tiraram os sapatos, assaltaram quem estava lá”. Então, essa é a segurança hoje.

Lembro Norberto Bobbio. Fala-se, e acho que deve ser isso. Na Itália, o Renascimento se deu. Cícero disse: “*Pares cum paribus facillime congregantur*”. Pancada atrai pancada, violência atrai violência. Malus, minus, discurso de Cícero, significa “Dos males, o menor”. Norberto Bobbio disse que o mínimo que um governo tem de oferecer ao seu povo é a segurança.

Ontem, vi a entrevista de um general que toma conta da Amazônia, das fronteiras, notando como somos incapazes e insuficientes para tomar conta de nossas fronteiras. Aí vem o tráfico de tóxicos, de armamentos.

A educação, ô Professor, está ali. É a cara da angústia e do sofrimento. Professor, preste atenção. Olha esse dado que lhe quero dar. Aprenda aqui, ô Professor! Aliás, fui eu que promovi o maior crescimento universitário deste País. Criei 400 faculdades, 36 campi universitários.

Professor, quero lhe dar um dado. Professor, está prestando atenção? É um dado. V. Ex^a vai aprender muito aqui, viu? Atentai bem! Ô Doca Lustosa, anote isso, você que é universitário, que pensa bem. Ô Mário Couto, no Pará, há uma universidade. Veja este dado: em 1990 – bote aí no seu computador, pesquise! –, das dez melhores faculdades, oito eram públicas; e duas, privadas. Estou aqui, Luiz Inácio, nós estamos aqui. As faculdades públicas eram muito boas. Fui formado em universidade federal, em hospital público. Estou aqui. Olha, em 1990, das dez melhores faculdades, as oito melhores do Brasil eram públicas; e duas, privadas. Em 2000, as sete melhores eram privadas. E, agora, das dez melhores, só há duas públicas se segurando, essa e uma de São Paulo; as outras estão tristes, estão sucateadas, estão acabadas. As oito melhores, hoje, são privadas.

Professor Cristovam, sei de uma faculdade de Medicina no Nordeste – não vou dizer o nome, porque sou amigo lá – que recebe R\$4 mil por mês pelo

curso de Medicina. Olha para cá, Professor! Aquele telefonema, ele não podia dar, o Luiz Inácio, porque você me receberia, e eu entendo das coisas. O valor de R\$4 mil por mês é o que um estudante de Medicina paga numa universidade privada do Nordeste. É o que é pago por mês! Quem vai ser doutor? O filho do rico, o filho do banqueiro. E não é só a mensalidade. Esse filho tem de comer, ô Cristovam; esse filho tem de comprar livro; esse filho tem de arrumar uma namoradinha, porque não dá para ficar só estudando; esse filho tem de ter um dinheiro para o lazer. Por mês, é o que ele paga! Só dá para se formar mesmo quem for aloprado, quem tiver cartão corporativo.

A vida está assim. Cadê as públicas? Estão acabando. Podem olhar aí. Então, vejo com preocupação essa medida. Os pobres estão cada vez mais distantes daquilo que eu gostaria que o Luiz Inácio oferecesse a eles.

No livro *Código da Vida*, Saulo Ramos, de 80 anos, homem culto e intelectual, que foi Ministro, diz – ô professor, pai da Bolsa! – que não tem medo dos que ganham essa Bolsa, mas que tem medo dos filhos deles. Como vão ser educados os filhos deles? Como será o exemplo? Essa é a nossa preocupação. Essa é a nossa função.

Eu queria dizer o seguinte: a educação está aí; dei só um dado. Meditem! Está aí o Professor Cristovam, que sabe mais.

E quanto à saúde? Hoje é o Dia da Saúde. E aquela vergonha ali? Há mais de cem anos, Oswaldo Cruz venceu o mosquitinho. Há mais de cem anos, isso ocorreu! Isso é brincadeira! Aqui, eu vivia advertindo sobre o mesmo mosquitinho, sobre a febre amarela. A rubéola está aí. Homem, com rubéola, não tem nada – é como sarampo –, mas, se a mulher tem rubéola, o filho é monstro, nasce tetralógico, um monstro. A tuberculose aumentou em todo o País. Então, estão voltando essas doenças.

Vou citar um dado muito significativo. Eu estava na minha cidade com um colega de turma, o Dr. Valdir Aragão Oliveira. Andando com ele – um quadro vale por dez mil palavras –, passei na cidade onde nasci, mais precisamente na Avenida Getúlio Vargas. Lá vi uma casa. Esse era o quadro. Um quadro vale por dez mil palavras, Luiz Inácio. Havia alagados na região. Convidei o Dr. Valdir para vê-los, juntamente com dois amigos. Eu disse a ele: “Rapaz, esse Dr. Ariosto e outros médicos brilhantes fizeram o hospital, que hoje está diminuindo, está fechando. Sentimos isso quando nos aproximamos da porta. Aqui havia plantão e agora está assim, vazio. Ele tem uma pousada muito boa lá na Barra Grande, que recebe francês, faz turismo ecológico lá em Cajueiro da Praia”. O Dr. Valdir, que

formou comigo e é um pouco mais velho do que eu, disse o seguinte: “Senador, isso tudo é mentira deste Governo. Hospital é uma desgraça hoje. Essa tabela do INPS é tudo mentira. Continuam pagando R\$2,00 e ainda atrasam. A diária do doente do SUS só dá mesmo para aquela quentinha, para o prato feito, para o pf, como costumamos chamar lá”. Formamos juntos. O Dr. Valdir me disse: “Eu não entro mais em hospital. Aposentei. Dou palestra. Estou montando uma escola de formação de profissionais ligados à saúde, como fisioterapeutas, enfermeiros, porque os hospitais estão todos decadentes”. Ele foi diretor da Faculdade de Enfermagem – que criei quando Governador do Estado; eles me convidaram – e de Fisioterapia, dessas áreas de saúde.

Ele disse ainda: “Olha, não há lençol, é um plástico velho. Não há comida. Falta remédio; falta tudo”. Ele, um excelente obstetra, com conhecimento em Neonatologia – formou-se comigo e é homem de alta honradez e honestidade –, disse: “Não entro mais em hospitais, porque me sinto mal. Como estão destruídos, abandonados! Aqui é Brasília, a Capital, mas vá e veja os hospitais, as santas casas, os hospitais filantrópicos, os hospitais públicos”. Ele disse que não há lençol, remédio, higiene. Os funcionários são muito mal pagos. Essa é a saúde, Luiz Inácio.

Eu não ia demorar em outros dramas, mas só quero crer, Senador Mário Couto, o seguinte: quem é o responsável por isso? O povo, o trabalhador, quem está pagando imposto, eu, Mário Couto ou o Paim? Não, Luiz Inácio.

Sou médico – para onde a gente vai, leva a profissão. Chama-se etiologia. Só tem um causador disso. A doença é causada por um vírus ou por uma bactéria, ou é um cogumelo, um fungo ou um negócio desse. Isso se chama etiologia. E o responsável por isso só é um: o nosso Presidente Luiz Inácio. Isso está no conceito do mundo que estuda – unidade de comando e unidade de direção. Esta é a base da ciência de administração a que se tem que o obedecer, desde Henri Fayol: planejar, organizar, coordenar e fazer o controle. É preciso o controle desse dinheiro aí dos cartões corporativos, das nomeações descabidas, das ONGs não controladas, dos sindicatos que não são submetidos ao controle, dinheiro que está faltando na segurança, que está faltando na educação, que está faltando na saúde.

Mário Couto, V. Ex^a é grandão. Senador Mário Couto, V. Ex^a praticava esporte? Qual era?

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Futebol.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Futebol? Futebol de salão? Eu andei jogando e tal, e era até bom.

Mas vou dizer como este País era sério. Eu passei no vestibular. Este País era sério, Luiz Inácio. Quando

fui entrar, olhei na lista o nome. Eram 960 vagas. Deu uma mancha no pulmão. Olhe como era organizado! Entra, não entra, e aí o professor de Pneumologia disse: “Não; deixa comigo. Estou aqui”.

Mas tenho um irmão que era campeão de tudo. Então, fui mais torcer na universidade, porque tive esse problema. Mas era o governo que tomava conta da gente. Meu amigo, eu ia torcer. Ele era bom. Ele era o melhor atleta universitário, o Dr. Paulo. Aí, de quando em quando, o jogo virava um aperreio, e o técnico apitava: “Pi, pi, pi! Tempo! Tempo!”. O técnico pedia tempo: “Pára o jogo, pára o jogo, que o negócio não está como a gente pensa. Vamos substituir gente, vamos mudar a estratégia”.

Então, Luiz Inácio, aqui estou como aquele técnico. A função do Senado é esta: auscultar. Estou aqui é para isso. Estou pedindo tempo.

Ô Luiz Inácio, vamos acabar com essa maratona de “cacarejamento”. É obra, é PAC, não sei o quê. Todo mundo está cacarejando. Vamos acabar com isso. Dê tempo e, depois, faça. Está na Bíblia: “Sob os céus, há um tempo determinado para cada proposta”. Então, eu aqui, Mário Couto, peço tempo!

Vamos reformular, para cuidar do dengue, da saúde do nosso Rio de Janeiro. Isso é uma vergonha! Falar-se em buscar médico de Cuba?! Neste País de Oswaldo Cruz, de Carlos Chagas, de Veronesi, de Samuel Pessoa, de Alencar Aragão, de Bechelli, de sanitaristas aceitos no mundo, vamos buscar profissionais em Cuba? Temos de buscar é vergonha na cara, ética, decência. Vamos enfrentar!

Fernando Henrique Cardoso, ô Luiz Inácio, queira ou não queira, foi um estadista. Nunca votei no Fernando Henrique Cardoso, mas ele é um homem preparado. Tivemos um drama horrível. Vocês se lembram do apagão? Parou tudo. Acabou o Ministério, e colocaram – como era o nome daquele negócio, Paim? – um superministério do apagão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS. *Fora do microfone.*) – Da crise.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Da crise. Era um ministério da crise: “Pedro Parente, vá tomar conta!”. Parou, passou o apagão.

Tem de enfrentar! Luiz Inácio, peça tempo! Vamos mudar. Pare aí a programação dos “cacarejadores”, e vamos todos cuidar do dengue, usando o pessoal daqui. Luiz Inácio, continue o tempo do jogo de futebol – está ouvindo, Mário Couto? –, e vamos cuidar dos meus alagados do Nordeste. A região está alagada. Estão lá, os rios subiram, há um desespero.

Então, não fica bem ficar cacarejando aí. Peça tempo e, depois, faça! Então, que nosso Presidente ouça os técnicos: peça tempo. Modifique a progra-

mação. Vamos cuidar, como os outros governantes, e centralizar no dengue, que é uma ameaça. Aí, sim, devemos ser solidários à mulher, à mulher-mãe, à mulher-vergonha! Quantas mulheres perderam os filhos para o dengue?! Cadê o choro? Aí é o que quero! Uma mãe perdendo seu filho por causa de um mosquitinho no Rio de Janeiro?! Uma mãe perdendo seu filho nessas enchentes, desabrigada?! Aí é que temos de cuidar dessa mulher vitoriosa que está sofrendo.

Essas são nossas palavras. Agradecemos. Sem dúvida, Luiz Inácio, aprendi no colo de minha mãe que a gratidão é a mãe de todas as virtudes. Vossa Excelência foi consagrado no Rio de Janeiro. Então, crie um ministério de emergência, de urgência, para acabar com o dengue! E, no Nordeste, no Piauí, nas cidades que estão alagadas, na minha cidade, cuide da situação! Vamos dar um tempo desse “cacarejamento”, dessa propaganda, dessa coisa, e vamos cuidar dos que sofrem. O povo do Piauí e do Brasil saberão reconhecer as ações de Vossa Excelência.

Durante o discurso do Sr. Mão Santa, o Sr. Paulo Paim, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mário Couto.

O SR. PRESIDENTE (Mário Couto. PSDB – PA) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 380, DE 2008

Ex^{mo} Sr. Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais, seja apresentado voto de pesar pelo falecimento do Sr. Waldson Antônio Neiva Moura Santos, Prefeito de Ipiranga do Piauí, apresentando condolências à família.

Justificação

O Prefeito era médico anesthesiologista e irmão do Deputado Estadual Warton Santos. Também conhecido por “Doutor Antônio”, ele estava em seu primeiro mandato e deveria tentar a reeleição este ano. Vinha desenvolvendo um brilhante trabalho de priorização do desenvolvimento daquele município, deixando um legado que não será esquecido.

Em função da importância do papel desempenhado pelo ilustre Prefeito, apresento ao Senado o presente requerimento por perda tão significativa para o Estado do Piauí, solicitando o encaminhamento de voto de profundo pesar e tristeza aos familiares.

Sala das Sessões, 7 de abril de 2008. – Senador **Francisco de Assis de Moraes Souza (Mão Santa)**.

O SR. PRESIDENTE (Mário Couto. PSDB – PA)

– A Presidência encaminhará o voto solicitado.

O requerimento vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Mário Couto. PSDB – PA)

– Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 381, DE 2008

“Tendo sido autorizado pelo Plenário para representar o Senado Federal, como Senador da República e membro da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, de acordo com o Requerimento nº 341 de 2008 e Ofício GLPMDB nº 96/2008, na Conferência Mundial da Paz, a realizar-se na cidade de Caracas, Venezuela, nos dias 11, 12 e 13 de abril de 2008, requeiro, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado, licença dos trabalhos da Casa no período de 10 a 14 de abril do corrente, para desempenhar a mencionada missão.

Comunico, nos termos do art. 39, inciso I, do Regimento Interno, que estarei ausente do País no período de 10 a 14 de abril de 2008.

Sala das Sessões, 7 de abril de 2008. – Senador **José Nery**.

REQUERIMENTO Nº 382, DE 2008

Requeiro, nos termos do artigo 40, do Regimento Interno do Senado Federal, com a redação dada pela Resolução nº 37, de 1995, que seja considerada como desempenho de missão parlamentar no exterior, minha participação, no período de 9 a 13 de abril de 2008, na Conferência Mundial da Paz, que ocorrerá em Caracas – Venezuela, entre os dias 8 e 13 de abril de 2008, conforme requerimento de Nº 341 de 2008, aprovado na Sessão de 3 de abril de 2008.

Comunico ainda, nos termos do artigo 39 inciso I do Regimento Interno do Senado Federal, que estarei ausente do País no período de 9 a 13 de Abril de 2008.

Sala das Sessões, 7 de abril de 2008. – Senador **Inácio Arruda**.

O SR. PRESIDENTE (Mário Couto. PSDB – PA)

– Os requerimentos que acabam de ser lidos vão à publicação e serão votados oportunamente.

Senador Mão Santa, gostaria que V. Ex^a pudesse assumir a Presidência dos trabalhos, pois vou usar a tribuna. (Pausa.)

O Sr. Mário Couto deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) –

Senador Mário Couto, do Estado do Pará, do PSDB, V. Ex^a poderá usar da tribuna pelo tempo que achar conveniente.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Pronuncia o

seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, volto a esta tribuna, mais uma vez, para falar do problema dos aposentados. Vou tratar dois assuntos que abordei na semana passada.

Como tenho obrigação de levar esses dois assuntos até o final, não meço nenhuma dificuldade em voltar a falar sobre eles.

Sr. Presidente, na semana passada, relatei aqui todas as dificuldades que estávamos encontrando neste Senado Federal para se votar – vejam só – um projeto de emenda à Constituição que irá beneficiar os tão sofridos aposentados e pensionistas deste País. Aonde nós chegamos!

Ainda, agora, o Presidente desta sessão, Senador Mão Santa, me dizia: “Como é difícil fazer oposição neste País”. É verdade, Senador Mão Santa. Nós estamos lutando por um projeto que é de um Senador da Base governista, Senador conceituado nas hostes do PT, do Partido do Presidente Lula, e, por incrível que pareça, esse projeto já tramita neste Senado há cinco anos, numa clara demonstração de que querem frear os objetivos do Senador Paulo Paim. Tramitou em todas as comissões, e a luta, impressionante.

Olhem como nós estamos numa ditadura política. Não adianta dizer que não estamos porque estamos, a mais pura ditadura política que já vi na minha vida!

Está aí o exemplo da CPI dos Cartões Corporativos. Ninguém apura, ninguém apura! Acabou. O que é isso? O que é isso? Digam-me o que é isso. Expliquem-me o que é isso.

Depois, o projeto vai à Comissão de Assuntos Econômicos e lá passa nove meses. E os aposentados numa situação deprimente neste País. Parece que a guerra é contra os aposentados, mas está evidente que é. Parece não; está evidente que é.

A princípio, Sr. Presidente, ouvia V. Ex^a falar sobre o assunto, o Senador Paim, um batalhador, e ficava pensando: eu tenho vontade de entrar nessa questão, mas será que o Senador Paim não vai achar que eu estou querendo ser o pai do projeto? Os meses vão se passando, a gente vai estudando cada companheiro, e eu fui observando a humildade do Senador Paim e a vontade de alguns Senadores aqui neste Senado em resolver o problema dos aposentados.

Resolvi entrar, mas a luta é árdua. Existe um firme propósito – nós veremos no decorrer do tempo, aliás já estamos vendo – de massacrar a classe dos aposentados e pensionistas neste país. Um firme propósito, determinado, não tenho mais dúvida nenhuma! Nenhuma! Durante nove meses o projeto ficou dentro de uma gaveta, meu nobre Senador. Com a sua luta,

como legítimo comandante desta causa, com o nosso apoio e de alguns Senadores, o projeto saiu de dentro da gaveta. Veio para a pauta, está na pauta, mas não pode ser votado porque existem medidas provisórias, outro exemplo da ditadura política. O que é que um Senador faz aqui neste Senado? Vamos para o exemplo da ditadura política e vamos ver que estou falando a verdade, absolutamente a verdade. O que é que devemos fazer neste Parlamento? Discutir projetos que beneficiam a sociedade brasileira, ações que venham beneficiar e proteger a sociedade brasileira. Nós estamos fazendo isso?

Um projeto de um Senador do Partido do Governo passa mais de cinco anos para vir à pauta e quando ele chega, o Senador da base governista, leal, honesto, sério com o Governo, vê o seu projeto ser bloqueado por medidas provisórias. Isso é democracia? Este Senador que lhes fala está aqui há um ano – um ano, repito – e não conseguiu colocar um projeto na pauta para ser votado. Nenhum!

Agora mesmo, dei entrada a um projeto, Senador Paim, na intenção de quebrar o sigilo bancário e fiscal dos Senadores e Deputados que se elegem e que, de repente, estão respondendo a uma irregularidade cometida. Por que temos que pedir a quebra de sigilo à Justiça? Haveremos de abrir nossas contas, haveremos de abrir nossas vidas à sociedade. Por que ter receio de abrir as nossas contas, as nossas vidas, a evolução do nosso patrimônio à sociedade? Por quê? Quem não deve não teme. Esse é um ditado popular tão antigo...

E agora, Senador, nós estamos fazendo um acordo. Vejam aonde chegamos!

Como a pauta está trancada por medidas provisórias... Se o Presidente da República quiser amordçar mais este Senado... Já estão vindo aí 17 medidas provisórias da Câmara. E V. Ex^a só terá a oportunidade, meu Presidente Mão Santa, de vir a esta tribuna questionar, bater, suar, brigar mas de votar em favor da sociedade, dos projetos de interesse da sociedade não vai ter oportunidade. Dificilmente terá, porque as medidas provisórias emperram, trancam a pauta.

E isso não é uma ditadura política? Isso não é um propósito para parar o Senado? Isso não está parando o Senado? O Senador Mário Couto está inventando história para se promover? Não é verdade isso que estou dizendo? É a pura verdade.

E aí, Senador Paim, foi necessário que V. Ex^a reunisse os aposentados e fôssemos falar com o Presidente Garibaldi Alves Filho. Depois que ameaçamos, depois que nós pressionamos, depois que nós dissemos que iríamos fazer uma vigília aqui no Senado, que na quarta-feira, depois de amanhã, começaríamos a

vigília. Fui muito longe: disse que eu não iria levantar da minha mesa sequer para tomar banho. A pressão foi ensinada neste País pelo próprio Partido do Presidente da República. Lembram que era assim que eles faziam? Era assim. E, ao irmos ao Presidente, foi necessário... Olhem como é complicado colocar um projeto na pauta do Senado desta Nação brasileira. E depois dizem que, quando falo em ditadura política, estou exagerando. Não estou, não! Prova-se. E foi necessário irmos falar com o Presidente deste Poder. “Chamem os Líderes da Oposição!” Olha a confusão criada! Isso na quarta-feira, não é, Senador? Isso logo depois que saímos da tribuna e fizemos o questionamento; logo depois, logo em seguida. Chamaram os Líderes Arthur Virgílio, do meu Partido, e José Agripino, do DEM, os Líderes da Oposição, para, em conjunto com o Presidente...

Todos os aposentados estavam lá. Pessoas de oitenta anos, de noventa, heroicamente prometeram nos acompanhar na vigília. Senador, eles, heroicamente, sensibilizavam a cada um de nós. Aquela senhora de cabelo branco, de noventa anos de idade, disse-me que ia me acompanhar na vigília junto com o Senador Paim.

A Oposição, imediatamente, deu aval, e o acordo foi sacramentado. Qual é o acordo? Vou deixá-lo registrado nos *Anais* desta Casa, para que, mais tarde, quando tivermos de tomar uma iniciativa mais radical, não venham dizer que é imprudência. Não venham dizer que é imprudência.

O acordo é o de que não se lerá mais nenhuma medida provisória... Vou repetir: o acordo feito entre aposentados, o comandante da questão, Senador Paim – eu estava lá assessorando o Senador Paim – os Líderes da Oposição José Agripino e Arthur Virgílio, é o de que não se lerá mais nenhuma medida provisória, a não ser que o projeto que regulariza o reajuste dos aposentados e pensionistas seja votado.

Significa a garantia, Sr. Presidente, de que votaremos de qualquer maneira o projeto dos aposentados. Ainda temos duas ou três medidas provisórias na pauta. Fora essas, não teremos mais nenhuma enquanto o projeto dos aposentados e pensionistas não for votado. É isso, Senador Paulo Paim? Confirme, por favor.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Mário Couto, V. Ex^a faz uma retrospectiva histórica e verdadeira de todos os fatos, como, por exemplo, esses projetos que tratam da vida dos aposentados e estão há mais de cinco anos a tramitar na Casa, como é o caso do 296, que trata do Fator Previdenciário. Se derrubarmos o Fator, os assalariados brasileiros, que estão com a carteira assinada e estão em atividade, no ato da aposentadoria, não terão mais aquele redu-

tor de 40% e vão-se aposentar com o mesmo direito dos outros trabalhadores; no caso os servidores, com as 80 maiores contribuições de 1994 para cá. Esse é um fato. Está na Mesa um requerimento de urgência pronto para ser votado. O outro requerimento é o que diz que a Comissão de Economia não tem de deliberar mais. O requerimento está na Mesa porque o projeto está lá há mais de um ano e não foi votado. Tem de ser votado. O terceiro, também pronto para votar, sem a necessidade de requerimento, é o de nº 42, com a emenda que estende aos aposentados e pensionistas o mesmo percentual de reajuste concedido ao salário mínimo, desde 1º de março até 2023.

Isso é o que temos que votar. E o acordo firmado foi esse. Quero dizer que comungo do que disse V. Ex^a, porque não podemos mais continuar aqui, no Congresso Nacional, somente tratando de duas questões: CPIs e medidas provisórias. É assim que a mídia e a sociedade lembram da atuação desta Casa. Se não me engano, desde novembro que não se vota nada relevante e de iniciativa do Congresso Nacional. E, para a votação desse projeto, é só dizer “sim” ou “não”. Eu sou um parlamentar da base, todos os senhores sabem, mas há entre nós um respeito, embora tenhamos divergências em alguns momentos. Mas cada um, da sua forma, deve dizer por que concorda com essa MP ou por que discorda daquela outra MP. Não podemos ficar debatendo CPI ou MP, MP ou CPI, e não votarmos nada. V. Ex^a tem toda a razão com a sua indignação. É justo exigir que, pelo menos, não se leia nenhuma outra MP sem que se delibere – repito – sobre os projetos que tratam da questão dos aposentados. Era isso. Meus cumprimentos. V. Ex^a fez uma retrospectiva não como um Senador da oposição, mas como um Senador a favor de uma causa. Na causa dos aposentados, para mim, não tem que haver Senador de situação ou de oposição. Devemos votar, e cada um dizer se está contra ou a favor dos aposentados. Era isso. Obrigado.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Obviamente que ainda temos que esperar, Senador, a votação desses projetos na Câmara. Mas o acordo que os líderes de oposição fizeram na presença do Presidente desta Casa e nas nossas presenças é no sentido de que eles também darão apoio lá. E é bom que isso seja externado à população brasileira.

Aqui, não tenho dúvida de que ganharemos, e com maioria absoluta. Tenho certeza de que a maioria absoluta, se não a unanimidade, dos Senadores tem a sensibilidade de avaliar a situação dos aposentados e pensionistas deste País. Eu não tenho dúvidas aqui. Na Câmara dos Deputados, tenho. Porém, se trabalharmos como começamos a trabalhar, também seremos vitoriosos em favor daqueles que estão hoje a sofrer.

V. Ex^a, ainda há pouco, falou na saúde deste País. Se nós, que temos condições, ainda temos dificuldades, façam uma idéia dos aposentados, que nem plano de saúde podem ter mais. V. Ex^a, ainda agora, falou da dengue no Rio de Janeiro, mas V. Ex^a se esqueceu de um detalhe: é a dengue junto com a violência. Calculem como está vivendo o Rio de Janeiro hoje, com uma preocupação extrema, que é a da volta das epidemias, que combatemos lá atrás e vencemos. Vencemos quase todas. Vencemos a febre amarela, vencemos a dengue. Vencemos quase todas, mas elas estão aí.

Eu li uma reportagem ontem – não sei se foi no **Estadão** ou no **O Globo** – em que o médico provava por A + B que essas epidemias estão voltando e estão batendo na porta de cada cidadão brasileiro. Logo que entrei aqui, V. Ex^a observou que falei da situação do meu querido Estado do Pará, da situação da saúde, da dengue, da malária: “Senador Pedro Simon, olhe esses dados”. E, quando saí daqui, algumas pessoas me questionaram: “Não são reais. Esses dados estão furados. São números errados. Não pode, Senador! O senhor não pode dizer isso da tribuna. É quebra de decoro”.

No meu Marajó, no centro, área de floresta, cidade de 12, 13 mil habitantes, há 11 mil casos de malária! A cada habitante, um caso de malária. E, lá, dizem que quem menos teve malária já contraiu a doença por 13 vezes. Essa é a saúde do nosso Brasil.

Fiquei horrorizado, Senador, de ver as cenas no Rio de Janeiro veiculadas na tela da Rede Globo. Fiquei horrorizado! Aquela criança com o pai, Senador Mão Santa, que estava na fila desde às 5 horas – parece filme – e, às 10 horas da noite, foi que conseguiu uma senha. O garoto olhava para o pai e dizia: “Pai – a Globo mostrou isso –, eu não agüento mais! Eu não agüento mais!” Insistentemente, o garoto, na faixa de sete ou oito anos, dizia isso. Pensei que não fosse mais ver isso no meu País.

Vim de um Município muito pobre, Senador. Meu pai e minha mãe me criaram com muita dificuldade. Vim de um lugar pequenino, chamado Salvaterra, na Ilha de Marajó. Orgulho-me muito de ter nascido lá. Amo, adoro. Mas me criei com muitas dificuldades. O máximo que se podia dizer é que tinha uma enfermeira e uma parteira – o máximo. Vi a minha mãe, muitas vezes, servir de enfermeira. Vi o meu pai abrir um livro enorme, que na sua capa dizia: “Aprenda a ser um médico”. Chegava alguém no balcão da mercearia – chamava-se de mercearia, na época – e dizia: ó, Sr. Mário Couto, estou com uma dor aqui no abdome. Estou com uma dor aqui... E ele pegava o livro e lia, tentando ajudar alguém.

Nunca pensei que, aos 62 anos de idade, Senador da República, representando o meu Estado, ainda fosse ver cenas tão tristes e lamentáveis neste País. Tão triste, Senador Mão Santa!

O meu Estado, Senador, atravessa uma fase muito difícil, muito difícil. Hoje, a economia do meu Estado, que era próspera, está metida em um colapso. O minério, o maior produto de exportação do Pará, está em queda. As produtoras do ferro-gusa estão paradas. Na produção da madeira, embolaram tudo: bandidos e pessoas sérias colocaram no mesmo saco. “Fecha tudo! Tudo é ladrão! Tudo é bandido! Ninguém vale nada! Fecha tudo!” Parou o setor madeireiro.

Pecuária: a nobre Governadora do meu Estado, a ex-Senadora da República, Dr^a Ana Júlia, resolveu taxar o setor pecuário. Quando o Pará aumentou a sua produção em 466%, quase 500%, a Governadora taxou o boi em pé em R\$21,00. As exportações para a Venezuela, Líbano e outros países pararam.

A Vale do Rio Doce: não tenho aqui nenhuma procuração para defender a Vale do Rio Doce. Pouco conheço os seus dirigentes. Talvez não conheça nenhum madeireiro. Talvez não tenha conversado com nenhum madeireiro, não tenha amizade com nenhum madeireiro. O que tem a Vale sofrido com paralisações no Estado do Pará é brincadeira! Agora mesmo, está programada para esta ou para a outra semana uma nova invasão nos trilhos do trem da Vale. “Pára a Vale!” “Pára a Vale!” E a economia do Estado do Pará está despencando a todo vapor. Preocupa-nos, Senador Mão Santa! Preocupa-nos!

Aqueles que dizem que sempre venho à tribuna deste Senado falar mal da nossa Governadora estão completamente equivocados. Aqui, não quero falar da nossa Governadora, Senador Mão Santa. Aqui, quero defender o meu Estado. Tudo que falo é preocupado com o meu Estado, com o desemprego gerado agora, neste momento, no meu Estado. A cada semana, no meu Marajó, por exemplo, as madeireiras sérias, aquelas que trabalham dentro da lei, dentro do planejamento dos planos de manejo – que o Governo nunca mais liberou nenhum –, fecham suas portas, demitem milhares e milhares de paraenses. São milhares de desempregados! E como o Governo quer acabar com a violência neste País? O que podem fazer esses desempregados? Virar bandidos.

Amanhã, Senador Mão Santa e Senador Heráclito – estou convidando V. Ex^{as} –, teremos uma reunião com o Presidente desta Casa e com os madeireiros sérios. Para aqueles que trabalham fora da lei, devemos dizer: “Chega de tanta roubo, de tanto cometer crime”. Esses, sim, devem ir para a cadeia!

Porém, a força-tarefa Arco de Fogo não mediou consequência. Queremos a Amazônia protegida, não queremos a Amazônia desempregada! Não queremos o trabalhador amazônida passando fome e desempregado! Isso não queremos, e é isso o que está acontecendo. Misturaram tudo. Uma operação que já vai custar para os cofres públicos R\$50 milhões – e, no final, serão R\$200 milhões – está totalmente errada. Não conhecem nada. Esse é outro grande problema no nosso País. Madeira não se corta na época do inverno. E estão fiscalizando agora, que é inverno na Amazônia. Meu Deus do céu! Madeira se corta no verão, e não é verão na Amazônia!

Há quanto tempo o Ibama vive sem estrutura, sem qualquer estrutura! Nada, absolutamente nada!

Mão Santa, é duro fazer oposição. Como disse V. Ex^a, é duro, mas nós haveremos de fazer para o bem da nossa Nação.

Dá-se o Bolsa-Família. Não se deve ser contra o Bolsa-Família e, sim, ter preocupação com o Bolsa-Família, como eu tenho. Brindou o Presidente Lula: 11 milhões de Bolsas-Família! Ninguém é capaz de derrubar o super-homem Lula, ninguém! Mas por que não se tem cuidado ao desempregar o setor guseiro, ao bloquear os trilhos da Vale, ao fechar as madeireiras sérias neste País? Já foram mais de 10 mil desempregados no Estado do Pará!

Por que maltratar os pobres dos aposentados deste País? Dê a Bolsa-Família, não sou contra isso. Tenho a minha preocupação com o futuro deste País, com a mão-de-obra deste País. Mas por que dar R\$9 bilhões – e, agora, já são R\$11 bilhões – para o Bolsa-Família e deixar o pobre aposentado sem saúde, sem condição de vida, maltratado, abandonado, pisoteado? É preciso fazermos ameaças aqui para votarmos um projeto em benefício deles.

Por que se deixa desempregar tanto no Estado do Pará? Não dá para entender – ou dá? Dá para se ter uma conclusão fiel: o Bolsa-Família não é um ato de sensibilidade, é um ato político. Se fosse um ato de sensibilidade, o Presidente Lula não faria o que faz com os aposentados e os pensionistas deste País.

Mas saiba, Sr. Presidente, que farei o que for necessário: vigília, greve de banho, greve de fome, farei o que for necessário, mas tenho de ver, junto com V. Ex^a, a melhoria de vida dos aposentados deste País, enquanto eu tiver vida. Tenho de ver! Sem demagogia, Sr. Presidente! Não preciso disso na minha vida pública. Elegi-me, no meu Estado, com 1,5 milhão de votos. Só irei colocar o meu nome novamente para o julgamento da população daqui a sete anos. Não tenho, portanto, por que estar fazendo exibicionismo político aqui. Estou fazendo pela minha sensibilidade. Estou

fazendo pelo meu coração. Farei, sem medo nenhum! Farei! Porque este País aprendeu a só resolver os seus problemas com pressão.

Senador Mão Santa, estou preparado psicologicamente para fazer o que disse. Está feito o acordo. Eu vou esperar. Não tenho por que radicalizar diante de um acordo, diante de um pedido. E o acordo é não ler mais nenhuma medida provisória enquanto o projeto dos aposentados não for votado.

Por isso, Sr. Presidente, quero agradecer a V. Ex^a o apoio que nos tem dado.

Desço desta tribuna e digo que é difícil fazer acordo. Não se cale, não se cale! Querem calar V. Ex^a; não se cale! Querem intimidar V. Ex^a; não se intimide! É difícil fazer oposição, mas nós a faremos neste Senado até o fim dos nossos mandatos. Não se intimide. V. Ex^a é ético, V. Ex^a tem respeito às mulheres. Nunca vi de V. Ex^a um ato que me preocupasse em relação à sua ética. Por isso, continue falando com a voz ativa que tem, porque V. Ex^a está fazendo uma grande ação a esta Nação brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Após brilhante pronunciamento do Senador Mário Couto, do PSDB do Pará, lembraríamos apenas que Juscelino Kubitschek, médico como eu, cirurgião, Professor Cristovam, passou aqui e disse: “A velhice é triste, desamparada, é uma desgraça.” Não podemos esquecer esse pensamento de Juscelino Kubitschek.

Heráclito, o Professor está inscrito na frente de V. Ex^a. Ele é o quarto inscrito. Professor Cristovam Buarque, Senador do Distrito Federal do PDT.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI.) – Eu sou que número na ordem de inscrição?

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a vai ser chamado. É bom porque o Piauí e o Brasil ficam aguardando V. Ex^a ansiosamente.

Senador Cristovam, V. Ex^a poderá usar da palavra o tempo que achar conveniente. Estou aqui como aluno de V. Ex^a.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Presidente Mão Santa, vou-me restringir ao máximo, até porque o Senador Heráclito está inscrito para falar depois de mim. O tema que vou abordar vai ser tão longo, que não adianta eu falar 20 minutos ou 30 minutos. Quero falar...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a me cede só um minuto?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Cedo.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Eu queria anunciar que está aqui, honrando este

Senado, o escritor brilhante Jamil Albuquerque. Ele trouxe para a Mesa Diretora este livro: *A arte de lidar com pessoas*. É uma síntese daquele livro de Napoleon Hill, que foi supervisionado pelo maior empresário da época, o rei do aço Andrew Carnegie, que se preocupava com o porquê de alguns terem sucesso e de outros terem fracasso. E pagou 25 anos.

Jamil Albuquerque teve a competência de traduzir aquela obra volumosa. Sêneca dizia: “Se você não sabe para que porto vai, vento nenhum lhe ajudará”, ou seja, confiança em si mesmo. Há também a lei de ouro que está na Bíblia: “Não faça aos outros aquilo que não gostaria que fizessem a você”.

Então, ele teve essa competência de sintetizar a maior obra educativa, que é a *Lei do Triunfo*, de Napoleon Hill.

Professor Cristovam, o Brasil e eu queremos aprender com V. Ex^a.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Sr. Presidente, acho que não é questão de aprender, mas de alertar hoje.

Neste exato momento, estamos num instante de um grande conflito que pode acontecer no *campus* da Universidade de Brasília entre estudantes, vigilantes da universidade e também policiais federais. A qualquer momento, a Polícia Federal, por determinação da Justiça, pode entrar no *campus* para desalojar agora algumas centenas de estudantes que estão ocupando a reitoria.

Até essa manhã, eram algumas dezenas de estudantes – no máximo 150 estavam dentro do *campus*. A última informação que recebi é que mais de 500 alunos hoje tomaram conta não apenas da sala do reitor, onde eles estavam, mas de todas as instalações da reitoria. E, desde sexta-feira à noite, a Justiça determinou que a Polícia Federal recupere esse prédio próprio federal.

Os estudantes decidiram agora, às três horas da tarde, que não vão desalojar-se e decidiram, quase que espontaneamente, aumentar a ocupação. Portanto, Senador, não podemos ficar alheios ao risco de um conflito, de uma conflagração, que vai envergonhar ainda mais este País, que, cada dia, lê notícias trágicas. Se houver ali um confronto e se, dentro do *campus*, jovens estudantes forem violentados, forem vítimas da violência, vamos ter mais ainda vergonha do País em que estamos.

A Polícia Federal, em todos os contatos que tenho tido com a Superintendência do Distrito Federal, tem dito que não fará nenhuma violência, mas tem dito também a Superintendente que ela tem obrigação diante da Justiça e que já se sente até numa posição de constrangimento, porque não está cumprindo o prazo

que lhe foi determinado, de 24 horas, que se encerrou no sábado. Então, vejam que situação: os jovens, com uma indignação profunda pelo que vinha acontecendo na universidade, dizem que não desalojam. A Justiça determina a recuperação do prédio; a Polícia Federal sente-se obrigada a desalojar os estudantes e, por isso, a qualquer momento, pode entrar no *campus* e tentar desalojar esses jovens. Eles não vão sair de maneira pacífica, pelo que vi ao visitá-los, tanto na madrugada da sexta-feira quanto também na sexta-feira à tarde.

Vim aqui, Senador Mão Santa, fazer alguns apelos, para que a coisa não saia do controle, como já começa, porque, há pouco, ouvi aqui informação de que a Universidade de Minas Gerais estaria se manifestando a favor dos estudantes da Universidade de Brasília. E não tenho dúvida de que isso possa representar um rastilho de pólvora por todo o território nacional.

Não vou negar que, por um lado, sinto até satisfação de ver jovens universitários saírem do comodismo que os têm caracterizado ao longo dos últimos anos e, de repente, irem manifestar a indignação que sentem. Confesso que, quando vejo jovem manifestando indignação, fico com mais confiança no futuro do meu País, sem entrar em juízo de valor se devem ou não agir dessa forma, ocupando a reitoria da universidade. Em nenhum momento vou dizer aqui que estou a favor da ocupação, mas estou a favor, sim, de vê-los se manifestando, protestando, descontentes.

Meu primeiro apelo é à Justiça: por favor, não dê prazo de 24 horas para resolver assunto de mobilização de jovens. Jovens têm de ser convencidos, e não é fácil convencê-los, quando eles têm um ideal como esse de conseguir o objetivo a que se propuseram, que é a renúncia do reitor – e não emito juízo de valor sobre essa reivindicação; não quero estar a favor ou contra essa reivindicação, mas essa reivindicação, que os alunos estão fazendo com muita convicção, vai levar algum tempo para que os estudantes aceitem retirá-la da sua pauta de reivindicações. A Justiça não pode dar 24 horas sem o risco de acirrar ainda mais os ânimos dos estudantes e sem correr o risco de que uma manifestação de algumas dezenas se transforme na manifestação de milhares de estudantes e que a manifestação de estudantes se transforme também numa manifestação dos professores.

Por isso, meu primeiro apelo é à Justiça, a fim de que conceda um prazo mais longo, para que a Polícia Federal tente conseguir reaver o prédio, porque é óbvio que o prédio não pode ficar ocupado por muito tempo, impedindo o funcionamento da administração da universidade.

Meu segundo apelo é à Polícia Federal, que, com a ordem que receber, com o prazo que tiver, qualquer

que ele seja, não aceite a tentação de fazer o trabalho que a lei obriga que faça; mas, por favor, a lei não estabelece que faça com violência, Senador Heráclito; que o faça com tranqüilidade – falo ao Senador Heráclito, porque S. Ex^a já teve relação muito forte com o Ministério da Educação durante muitos anos.

Se a Polícia Federal tiver de cumprir a ordem, se não formos capazes – e me prontifico a isto – de resolver pacificamente, que a Polícia Federal, com a competência que tem, saiba lidar com esse assunto, reavendo o prédio, mas, ao mesmo tempo, sem machucar nenhum estudante. Já houve o tempo!

Neste ano, faz quarenta anos que vimos a morte do Edson Luís no Rio de Janeiro. Os pais desses meninos da UnB ainda eram crianças quando aconteceu aquilo. Será que agora, na democracia, quarenta anos depois, vamos praticar uma violência dentro do *campus*? A morte do Edson Luís foi em uma manifestação pública na rua. Apelo à Polícia Federal para que não faça isso.

Faço também um apelo ao Ministro da Justiça e ao Ministro da Educação para que eles se envolvam, sem intervir porque a autonomia da universidade tem de ser respeitada, mas que estejam alertas e saibam o que está acontecendo. Tenho estado em constante contato, pelo menos, com o chefe de Gabinete do Ministro da Justiça, Professor Ronaldo. Mas que haja um envolvimento ainda mais forte, que se aproximem dos estudantes, que dialoguem e que dialoguem também com o Reitor Timothy.

Agora, os dois apelos finais é pela tentativa de se encontrar um caminho. Quero fazer um apelo aos estudantes e um apelo ao reitor.

É claro, Senador Heráclito, que fica difícil o reitor simplesmente aceitar o pedido de renúncia. Ele só aceitaria isso se houvesse uma greve geral, de todos, que durasse semanas e semanas e ficasse inviável ele continuar no cargo. Isso não está acontecendo ainda.

Então pedir que o reitor renuncie hoje ao cargo, creio que pode ser uma reivindicação difícil de ser aceita. Entretanto, pedir aos alunos que abram mão dessa reivindicação depois de todo o noticiário que saiu ao longo desses meses sobre o apartamento funcional, sobre o custo dos equipamentos do apartamento, sobre o fato de que a universidade não tem dinheiro para manter suas instalações como deveria e teve dinheiro para manter um apartamento com, sem dúvida nenhuma, equipamentos luxuosos, conforme os custos indicados, repito, pedir aos alunos que simplesmente saiam também é uma ilusão.

Minha proposta, Senador, é a de que o reitor se licencie por um prazo, que peça licença por um prazo, como aliás sugeri quando as coisas aconteceram.

Que peça uma licença. Quero até fazer justiça. Minha proposta foi inspirada na sugestão do Deputado Distrital José Antônio Reguffe quando, junto comigo, foi à reitoria, na sexta-feira à noite, conversar com os estudantes. Ele fez essa proposta. Não aos estudantes, porque não havia clima para discutirmos. Apenas abrimos as negociações. Conseguimos que voltasse a luz, conseguimos que voltasse a água. Para mim foi um absurdo terem cortado água e luz por quase 48 horas. Conseguimos isso e pronto. Mas, conversando, o Deputado José Antônio Reguffe fez essa sugestão. Por que o reitor não se licencia por um prazo? Os alunos desocupam o prédio por esse prazo pelo menos.

Cria-se uma comissão para analisar o que houve de fato; o que a mídia exagerou ou não exagerou; quais foram os gastos naquele famoso apartamento funcional; discute-se o envolvimento ou não do reitor diretamente; se foi por omissão diante de alguns dos seus auxiliares; ou se foi ele próprio que decidiu; se foram os auxiliares que se demitiram os auxiliares; e que fique o reitor até. Agora, se foi o reitor, aí diante dos fatos, que ele aceite, sim, que talvez não tenha mais condições de fazer o trabalho para o qual ele foi eleito – não podemos esquecer – para um mandato de quatro anos.

Esta é a proposta que eu quero deixar aqui com este apelo: que evitemos qualquer tragédia que macule ainda mais a Universidade de Brasília. Universidade em que a polícia entrou diversas vezes durante o regime militar – nunca mais a polícia tinha entrado – e que, de repente, pode entrar com violência. Que haja um entendimento do Reitor Professor Timothy de que vale a pena, para acalmar tudo, que ele se licencie e submeta sua administração a uma análise por uma comissão que eu acho deve ser da própria comunidade. Se a comunidade quiser pedir ajuda que peça a pessoas de fora. E que os alunos aceitem também, diante desse gesto do reitor, desalojar, desocupar a reitoria para que as atividades possam voltar, para que a universidade possa voltar a funcionar normalmente.

Nesses dois ou três dias, Senador Heráclito Fortes – e já lhe passo a palavra – eu não consegui pensar nada diferente disso. Nada diferente deste gesto mútuo: de um lado, a licença; do outro lado, a desocupação.

E por prazo determinado que não pode ser maior que um ou dois meses, com uma comissão – não apenas CPIs que analisam dezenas de coisas ao mesmo tempo; não apenas a Justiça, que leva meses ou anos para tomar uma decisão –, uma comissão da própria comunidade, do conselho universitário, com representantes dos estudantes, dos professores, dos funcionários. Se for preciso, a comissão terá o apoio de pessoas de fora, convidadas por eles. Não nos intrometamos

lá. Mesmo eu, que sou professor, que continuo dando minhas aulas, que fui reitor, mesmo assim, não me sinto no direito de intervir, ditar os rumos desse movimento. Eu apenas quero deixar aqui a minha sugestão e o meu apelo e colocar-me à disposição de toda a comunidade universitária de Brasília, a qual pertence, embora um tanto distante, porque atualmente vou lá apenas uma vez por semana para dar aula.

Antes de concluir, passo a palavra ao Senador Heráclito Fortes, que sempre me orgulha quando faz um aparte.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Senador Cristovam Buarque, o pronunciamento de V. Ex^a é responsável e, acima de tudo, corajoso. V. Ex^a, nesta Casa, é um Senador da República ou, como dizia nosso amigo comum Eduardo Portelis, está Senador, mas V. Ex^a, na realidade, é um professor. Tenho certeza de que, ao ir ao campus da universidade, enfrentando inclusive riscos, o fez com a responsabilidade do mestre, que não quer ver cenas desagradáveis no campus de uma universidade em que V. Ex^a, durante um tempo, esteve reitor.

Considero esta situação grave. Está faltando por parte do Governo uma mediação mais concreta. O Governo está cochilando nesse fato. Esse problema da universidade, Senador Cristovam Buarque, não é greve de fome do Bispo de Sobradinho; tem conotação diferente. A insensibilidade do Governo naquele episódio não cabe neste caso. Portanto, congratulo-me com V. Ex^a e quero que os *Anais* desta Casa deixem registrado com muita clareza esse protesto feito por V. Ex^a, esse depoimento e, acima de tudo, aviso. É bom que o Governo se acautele porque, independentemente de preferências ideológicas ou de rumos políticos, lutou-se muito neste País para o restabelecimento da democracia. A UnB, como bem disse V. Ex^a, foi palco, no período da ditadura, de cenas que não gostaríamos que voltassem. Esta Casa teve a alegria de recebê-lo. Creio eu que V. Ex^a é o segundo reitor da UnB a ocupar uma cadeira do Senado. Darcy Ribeiro foi o primeiro. Se houve mais um, lembre-me. Estou exatamente me lembrando dos dois: Darcy Ribeiro e V. Ex^a. Darcy Ribeiro, cujas digitais ainda estão nos corredores desta Casa, representou a resistência dentro daquela universidade. O seu retorno, depois da abertura, àquela universidade, as homenagens pela luta que travou nos momentos de dificuldade são um símbolo que temos preservar. Daí por que me congratulo com V. Ex^a, esperando que haja bom senso de todas as partes, a começar do reitor. O reitor é quem melhor tem que avaliar.

O Reitor é a pessoa que, neste momento, tem que saber se vale a pena ou não esse enfrentamento. Se esse enfrentamento terá extensões ou não. Mas

isso só se faz com diálogo. Estamos vendo, todas as vezes em que as emissoras de televisão mostram imagens do episódio, os nervos à flor da pele. E o clima não é aquele que poderíamos chamar de conciliador. A ida de V. Ex^a lá – fato agora mesmo relatado –, no sábado, não é isso?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Na sexta-feira.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Na sexta-feira, não ter produzido efeitos, já é grave. É grave. E eu me associo a V. Ex^a, alertando às autoridades, independente de posição política, de ser contra ou a favor de Governo. Ali estão crianças, estão jovens. Ali estão cabeças que não têm ainda o discernimento de pensar como autoridade o que nós pensamos. Aliás, até nesta Casa às vezes falta o que não poderemos, de maneira nenhuma, exigir desses estudantes. Congratulo-me com V. Ex^a. Esse seu alerta, seu aviso é, acima de tudo, bom para o Brasil. Muito obrigado.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Agradeço muito, Senador. Quero que seu aparte fique dentro, plenamente, do meu discurso.

Apenas digo que o adjetivo “corajoso” talvez tenha sido exagerado, mas atrevido este discurso está sendo feito. Atrevido por uma razão, Senador Mão Santa. Não consultei os alunos e não consultei o Reitor antes de falar. Portanto, corro o risco, como político, de um grande desgaste: daqui a 15 minutos ver que minha proposta foi recusada pelos dois lados. Isso exige um certo atrevimento. Mas quem não tem atrevimento não tem que estar nesta carreira que nós ou escolhemos ou caímos nela por diversas razões.

Concluo, Senador Heráclito Fortes, dizendo que, de fato, ter proibido água e luz durante aquele período foi um grave erro do Reitor.

Como também acredito que foi ele não ter, como sugeri pessoalmente a ele e depois em um artigo no jornal *Correio Braziliense*, ter se afastado da direção, do dia-a-dia da administração, passado para o vice-Reitor, e ter se dedicado integralmente a convencer a comunidade de que o que ele fez tinha legitimidade. Porque ele ficou muito preso à idéia de que era legal. Mas não basta ser legal. Além de legal, é preciso ser ético. Para ser ético é preciso ter legitimidade diante dos outros, é preciso que os outros aceitem, e não apenas se submetam à lei. É até possível que todos aqueles gastos tenham sido feitos dentro de toda a legalidade. Eu sempre disse isso, e fui até muito criticado pelos que criticam o Reitor, quando falei isso. Mas o fato de ter sido feito dentro da lei, dentro da legalidade, não justifica certos atos, se eles não tiverem legitimidade na opinião, se eles não forem aceitos pelo conjunto da comunidade.

Hoje, não dá para saber exatamente – é preciso deixar claro isso também – o que o conjunto da comunidade pensa sobre isso. Não dá. Dá para saber que tem um grupo de jovens correndo risco, eu não diria de vida, que seria obviamente um superlativo, mas correndo o risco de passarem dias sem comer direito, passarem dias sem poder usar banheiro com água, passarem dias isolados das famílias e passarem dias sob o risco de serem submetidos à violência por parte da polícia. Esses jovens merecem respeito. Ainda que eles estivessem errados, eles merecem respeito. Respeito significa diálogo. Se é impossível hoje o diálogo entre o Reitor e eles, porque eles pedem demais, de acordo como Reitor, e eles acham que o Reitor não faz por onde, se é impossível esse o diálogo, minha proposta é esta: uma licença, por algum tempo, e uma comissão para apurar todos os fatos. E essa comissão não ficar só na legalidade, mas dar uma cobertura na legitimidade do que foi feito ou dizer: “Não houve legitimidade”. Dependendo do resultado, aí sim, discutimos o que deve ser feito para retomar, de maneira tranqüila, os trabalhos na UnB.

É a minha fala, Senador Mão Santa, com a responsabilidade de quem representa o Distrito Federal, com a sensibilidade de quem é professor e ex-Reitor da UnB.

Muito obrigado pelo tempo, Sr Presidente, e muito obrigado ao Senador Heráclito pelo seu aparte.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Hoje, V. Ex^a contrariou aquele seu discurso em que disse que não sabia o que estávamos fazendo aqui. Agora, o País sabe. V. Ex^a não pode fugir à responsabilidade. V. Ex^a é hoje o pai da educação neste País. Eu já o nomeei “Senhor Educação”.

Eu queria dizer que, em meus pronunciamentos aqui, fico atento à interpretação de V. Ex^a. V. Ex^a não é um homem comum. V. Ex^a é uma pessoa que buscou sabedoria.

Uma vez, V. Ex^a chamou a atenção para um pensamento que eu havia dito, e que nós estamos aqui para isso. Nós somos os pais da Pátria. Diante de um imbróglcio muito maior do que esse, quando eu era prefeito de minha cidade, fui ao Capitão dos Portos. O fato envolvia um oficial em crimes, que depois se tornou chefe do crime organizado, ele estava no começo. Eu cheguei à autoridade e disse: “Você não pode ser suspeito, eu não posso ser suspeito, o Bispo não pode ser suspeito”. A autoridade não pode ser suspeita. Essa é a realidade. A autoridade, eu aprendi com Petrônio Portella, é moral. E aprendi também, na escola da sua sabedoria, lá na escola em que Platão, buscando os ensinamentos de Sócrates, ensinou, ousadia acompanhada da prudência. E o *Livro de Deus*, que nosso

autor, Napoleon Hill, citou aqui, diz que a verdade está no meio. Eu mesmo, nesse imbróglio do Senado, dizia: “A autoridade não pode ser suspeita”. Tem de haver um meio termo. E o meio termo V. Ex^a deu: a licença. A autoridade perdeu a moral. E reitor é uma hierarquia das mais sérias. Sou oficial da reserva. Conheço a hierarquia militar, não sei se V. Ex^a o foi...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Tentei, mas, antes de terminar, deixei...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Eu trabalhei em hospital organizado e também em meio universitário. A hierarquia mais séria que existe na história do mundo é a hierarquia do saber. Reitor é o rei do saber.

É a mística de que ali está a excelência do saber, que são virtudes.

Então, a mocidade, diante dos acontecimentos de todo o País, ... Não é disso não. Isso aí é um fenômeno de psicologia, de neurolingüística. Está ali o Jamil Albuquerque. A mocidade – atentai bem nosso líder da mocidade, “se és capaz de tremer de indignação diante de uma injustiça, companheiro...”. –, a mocidade pura, diante de tanta indignidade, de tanta corrupção, reagiu a esse instante.

É grave. V. Ex^a teve coragem. Sem ela, não existe nenhuma virtude. Como membro da Comissão de Educação desta Casa, do Senado, gostaria que V. Ex^a também participasse das negociações.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Muito bem, Sr. Presidente. E eu queria dizer...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a está com essa coragem. E o problema é mais grave. Porque a reação da mocidade não é àquele ato. Aquele foi a pureza, porque já estava na gota d’água de ver a corrupção campear no País. Então, eles tiveram que reagir.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – V. Ex^a lembrou da neurolingüística, e temos o professor Jamil aqui. De fato, há algo aí que é importante. Nós aqui, por exemplo, somos chamados de excelência; o reitor é chamado de magnífico. Isso tem um significado muito especial. Não é por acaso que se chama de magnífico ao reitor.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Permita-me o debate. Thomas Jefferson, da nação norte-americana, foi Presidente dos Estados Unidos, um dos que fizeram a constituição. Em seu túmulo está escrito: “Aqui jaz o fundador da Universidade de Virgínia”.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – É isso mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Então, essa mística de reitor é uma hierarquia vinda

da sabedoria – aquilo que é divino. Então, V. Ex^a está em tempo, e queremos colaborar. A mocidade é pura. Eu a vi, ao som de um violão, cantando: “Vem, vamos embora, que esperar não é saber. Quem sabe faz a hora, não espera acontecer”. E foram esses jovens o fundamento: cantando em cada rua, em cada cidade, fizeram reaparecer a democracia em nosso País.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Convidamos, para usar da palavra, este extraordinário Senador do Piauí, Heráclito Fortes. Ele é do Democratas e líder municipalista.

Senador Heráclito Fortes, como fiz com os anteriores – todos tiveram a chance de usar o tempo que achassem conveniente –, não seria com V. Ex^a, que é do Piauí, que eu iria regular o tempo.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o meu primeiro registro, Senador Mão Santa, é sobre o sábado que vivemos em Teresina: eu, V. Ex^a, o Senador João Vicente Claudino, ex-Governadores, autoridades do Piauí, pessoas que ajudaram a fazer a história do Piauí nos últimos vinte anos. Nós participamos da edição de número cinco mil do extraordinário programa do jornalista Amadeu Campos, apresentado pela TV Cidade Verde, na nossa capital.

Amadeu, além de ser um jornalista competente, habilidoso, é uma figura exemplar no trato com as pessoas. É um jornalista que prima pela ética e que, por isso, mantém um diálogo respeitoso com todos que são notícia em seu programa.

Senador Cristovam Buarque, editar cinco mil programas numa televisão no Brasil não é uma tarefa muito fácil; isso dá uma média de 255 programas/ano, ao longo de 21 anos, quase 22 anos. Amadeu Campos teve a felicidade de conseguir essa tarefa, sem que houvesse uma saturação no seu estilo de fazer o jornalismo informativo que faz diariamente no horário do almoço, na nossa capital. Portanto, é uma parada obrigatória dos piauienses que querem ser informados sobre notícias não só da nossa capital ou do nosso Estado, mas também do Brasil. Ao longo desse período, foi por seu intermédio que vários furos de reportagem, com os fatos neles contidos, chegaram ao conhecimento dos piauienses.

Quero congratular-me com Amadeu Campos e com toda a sua equipe, com o Elivaldo, que o auxilia nessa tarefa, mas também com a direção da TV Cidade Verde, que é comandada, Senador Cristovam Buarque, por duas figuras públicas extraordinárias, que são o ex-Deputado Federal, ex-Prefeito de Teresina, Deputado

Estadual, líder empresarial no Estado, Jesus Tajra, que tenho a honra de ter como suplente de Senador, e o seu filho, Jesus Filho, os quais dirigem, com muito afinco, com muita responsabilidade, aquela emissora de televisão. Temos a oportunidade, ao longo da vida, de conviver ali, sim, com a liberdade de imprensa, mas uma liberdade responsável, sem agressões e, acima de tudo, sem faltar com o respeito ao público.

Senador Mão Santa, tivemos a alegria de participar de um bloco que nos foi destinado – eu, V. Ex^a, o ex-Senador Freitas Neto e o Presidente da Assembléia Legislativa, Themístocles Sampaio Filho. Durante todo o dia, a programação foi dedicada a este feito, a este evento, que é um marco histórico: Amadeu, juntamente com sua equipe, mostraram um quadro fantástico, intitulado *Você se lembra*, que trazia episódios das nossas vidas públicas – episódios longínquos, dos quais muitos deles sequer nos lembrávamos. Um quadro, por exemplo, Senador Cristovam Buarque, trazia o Senador Mão Santa, após votar num dos pleitos, mergulhando numa piscina, depois de escorregar num tobogã lá na sua cidade, Parnaíba. Não é fantástico, mas o quadro, que mostra exatamente a figura que é o Mão Santa como Senador ou Governador, arrancou sorrisos de todos que estavam presentes.

Eu achei, Senador Mão Santa, genial a idéia dele. Agora vamos ter cuidado. Se esse quadro persistir, vamos ter cuidado, porque está provado que os arquivos da televisão são profundos, poderosos e poderão lembrar alguns deslizos e alguns acertos, mas também fatos de que, talvez, sequer nos lembremos mais.

Portanto, faça, com o maior carinho, com a maior alegria, este registro. Tenho certeza de que V. Ex^a, o Senador João Vicente, todos falarão sobre o assunto, mas desde já peço que concorde com esta homenagem que faço, porque ela interpreta o sentimento de todos os piauienses.

A esse programa autoridades estiveram presentes: o Governador Wellington Dias, que participou de um outro quadro; o ex-Senador Hugo Napoleão, que teve uma participação muito interessante; como já disse, o ex-Senador Freitas Neto; e muitos outros.

Meus parabéns ao Amadeu, com certeza, Mão Santa, de que todos – eu, V. Ex^a e os outros – estaremos no programa dez mil, comandado como sempre pelo Amadeu, que tem a arte de fazer a notícia, sem permitir que a notícia envelheça, nem ele tampouco. Meus parabéns a todos!

Senador Cristovam Buarque, V. Ex^a se preocupa com a crise da universidade, e eu me solidarizo com V. Ex^a. Contudo, quero trazer aqui também uma preocupação para a qual o Governo insiste em virar as costas e com que insiste em não se sensibilizar. Refiro-me à

greve na AGU. Os advogados da AGU estão em greve há três ou quatro meses. O prejuízo que o País vem tendo com essa paralisia é grande, e não se aceita, não se admite que essa questão continue como está.

Na realidade, Sr. Presidente e meu caro Senador Pedro Simon, o que os advogados querem apenas é que o Governo cumpra um compromisso assumido publicamente com o corpo de advogados da Advocacia-Geral da União.

Hoje vi a notícia de que os advogados estão acompanhando as idas e vindas do Presidente Lula em viagens por todo o Brasil, manifestando-se no sentido de alertar o Presidente da República para esse fato. Mas acho que, matematicamente, inclusive, é um erro essa queda-de-braço que o Governo promove, desgastando o Advogado-Geral da União, Dr. Toffoli, um homem respeitado no Brasil, uma pessoa que, embora jovem, possui nome na área jurídica.

Não seria de bom grado a manutenção dessa greve. Apelo ao Governo para que encontre, o mais rápido possível, uma solução para o caso.

Neste mesmo instante, quero parabenizar o Ministro Humberto Martins e também o Ministro César Asfor, que tomam posse agora para um novo período à frente do Superior Tribunal de Justiça. Um alagoano e um cearense, meu caro Cristovam, assumem a direção daquela Casa. Desejo aos dois uma profícua gestão em benefício da Justiça do nosso País.

Meu caro Senador Pedro Simon, veja como, às vezes, as pessoas, os partidos, os homens se perdem pela boca. Vivia-se acusando aqui um ex-Procurador da República da época Fernando Henrique – sempre a comparação com a época Fernando Henrique – de “engavetador” de processos. Várias vezes esse assunto foi abordado aqui, e houve acusações contra o Procurador, que era um homem sereno, mas firme. Agora, criou-se, dentro desse mesmo esquema e dessa mesma prática, o “engavetador” de escândalos.

O Governo cometeu um pecado grave ao não ter deixado, Senador Cristovam Buarque, que a Polícia Federal agisse espontaneamente, como é o seu dever, na questão dos cartões corporativos, no que diz respeito ao vazamento das informações acontecido na Casa Civil. Senador Pedro Simon, no momento em que os fatos aconteceram, o Ministro da Justiça, seu conterrâneo, deu logo a declaração de que a Polícia Federal não os apuraria. Não entendi o porquê.

Se a Polícia Federal agisse com rapidez, como agiu no caso dos aloprados, evidentemente, tomaria as medidas cabíveis. Desgastar-se-iam uns, é verdade, mas o País não estaria, nem mesmo a Ministra da Casa Civil, vivendo esse impasse. Fez-se a opção de, ao invés de queimá-la em forno de microondas de

maneira rápida, colocá-la em banho-maria. Então, a Ministra não consegue sair desse impasse.

Agora, Senador Simon, parece que a Polícia Federal vai começar a poder entrar no caso. Aí vem a saudade do Ministro Márcio Thomaz Bastos, que dizia, a todo momento, que tínhamos uma polícia republicana. Agora, parece que querem passar a imagem de que é uma polícia de republiqueta, coisa contra a qual protesto veementemente. A Polícia Federal tem de ser livre para agir. Se cometer excessos, punam-se os excessos; mas não se podem cercear as suas ações.

O Presidente Lula declarou que a Polícia Federal não ia entrar. O Ministro da Justiça, a quem ela está subordinada – e dizem que o atual Diretor-Geral é um homem de suas ligações –, não podia jamais se manifestar sobre uma situação como essa, pela própria posição que ocupa.

De forma que lamento, Senador Cristovam, e compreendo sua preocupação com relação à possível invasão da UnB por parte dos policiais federais.

Gostaria, Sr. Presidente, que assunto da Polícia Federal não fosse tratado aqui – e melhor seria assim –, a não ser o resultado do seu trabalho. Agora, a partir do momento em que o Ministro da Justiça, que tem poder hierárquico sobre uma corporação dessa responsabilidade, anuncia repetidas vezes que ela não vai entrar no assunto, só se uma autoridade pedir, é um erro.

E aí, Senador Pedro Simon, faço uma proposta a V. Ex^a, pela respeitabilidade que tem: que a gente proponha aqui ao Presidente do Senado que determine, que solicite à Polícia Federal apurar o caso, até porque colocou sob suspeita – de maneira maldosa, creio eu – um senador da República. Esse caso precisa ser apurado. Não podemos permitir que as acusações, feitas maldosamente por alguns aloprados, invertendo o sentido dos fatos, ao Senador Alvaro Dias deixem de ser apuradas. Tenho certeza de que o próprio Senador Alvaro Dias haverá de pedir ao Presidente do Senado providências nesse sentido. Mas, aí sim, que se apure de maneira ampla, geral e irrestrita e não apenas topicamente, como está hoje publicado aqui em matérias de jornais.

O episódio em que se anunciou que uma equipe técnica da Casa Civil faria a apuração, parece brincadeira de menino. Evidentemente que a Casa Civil não pode fazer, de maneira isenta, uma apuração dessa natureza, porque tem, inclusive, impedimento de ordem hierárquica.

Faço isso, Senador Simon, porque não vi ninguém aqui deixar ainda a Ministra da Casa Civil numa posição confortável. Quando são feitas, as acusações são

fracas e as defesas, quando feitas pelos aloprados ou por membros do Governo, não são lógicas.

E essa questão precisa ser esclarecida. Quando a jornalista Lúcia Hippólito fez uma divisão entre culpa e responsabilidade, foi um deus-nos-acuda. Mas se o Governo tivesse tido a humildade de analisar o que ocorreu lá dentro do Palácio, se o Governo tivesse tido a responsabilidade de, ao invés de lançar a culpa para os que habitam fora do Palácio, voltar-se para dentro, nós não teríamos passado por nada disso.

Na última sexta-feira, a Ministra deu uma entrevista. Sabem bem V. Ex^{as} que sexta-feira, Senador Expedito Júnior, quando a entrevista é convincente, ela repercute favoravelmente, mas quando não é, é um bumerangue, voltando-se contra quem o lançou.

Daí por que, Sr. Presidente, finalizando, deixo aqui a sugestão de que o Senador Garibaldi Alves, no sentido de estabelecer a verdade, de preservar os fatos e de proteger a figura de um Senador da República – e esse é um dos seus deveres –, peça imediatamente à Polícia Federal que apure esse caso.

Quando eu digo proteger, não é a proteção paternalista, mas a proteção do manto da lei, a de fazer com que esse fato seja apurado e se veja se há ou não culpa do Senador Alvaro, que fez apenas o que qualquer um faria, diante de uma informação daquela monta: pedir à imprensa que apurasse. Aí temos de compreender, meu caro Senador Simon, o que o Senador Alvaro Dias pediu para fazer é o que, naturalmente, não vem conseguindo nas CPIs das quais participa, uma vez que o Governo, por meio de seu mecanismo de poder do forte contra o mais fraco, não tem deixado que os fatos sejam apurados e venham à baila de maneira serena e tranqüila.

Senador Mão Santa, estamos num momento em que os escândalos se sucedem e o Governo não permite que eles sejam apurados.

Nas universidades, Senador Cristovam – e V. Ex^a que foi reitor deve ver isso com uma tristeza profunda –, as fundações e os organismos auxiliares das universidades padecem, quase todas, de desvios de função e estão servindo de pára-choques para gastos muito pouco claros. A lixeira e o abridor de vinho são simbólicos. Os criminosos são os convênios feitos em flagrante desvio de finalidade, o que traz prejuízo para a educação no Brasil. Foi bom que, através do uso do dinheiro da lixeira, através do dinheiro mal gasto pelo reitor, pôde-se chegar a fatos que vêm escandalizando o País.

Concedo um aparte, com muito prazer, ao Senador Cristovam.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senador Heráclito, o senhor tocou num ponto chave: a falta

de transparência das fundações. As fundações, em si, podem ser instrumento de eficiência na gerência das universidades. O problema é que elas estão funcionando sem transparência. Elas funcionam fora do controle da comunidade, às vezes até mesmo fora do controle de diversos órgãos de fiscalização. Se elas funcionassem debaixo dos órgãos colegiados da universidade, se tudo o que elas fizessem a comunidade soubesse, dificilmente haveria desvio. A comunidade não permitiria faltar papel higiênico nos banheiros e sobrar dinheiro para equipar apartamentos funcionais. Costumo dizer que é muito difícil encontrar quem peque ao ar livre. Abra as janelas, deixe o ar entrar, faça com que as pessoas vejam o que está acontecendo, e, em geral, todos se comportam bem. É preciso acabar com a falta de transparência que temos na administração dessas instituições.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – V. Ex^a está coberto de razão. Senador Cristovam, a Finatec fez um convênio com o Governo do meu Estado. Entre a proposta, a análise, a aprovação e a autorização para pagamento não transcorreu uma semana, e V. Ex^a, se quiser informação mais precisa, em menos de 24 horas poderá obter.

O pior é que tenho tido a preocupação de procurar no meu Estado alguém que tenha visto o trabalho que a Finatec fez, para saber o que a Finatec fez em termos de reforma administrativa do Estado, e não encontro um indício sequer.

Fortaleza tem um caso mais grave. Não conheço nem a Prefeita, mas estou me baseando na documentação que recebemos na CPI. A Finatec assinou um contrato para modernização administrativa, e, menos de um ano depois, a própria universidade contratou outra empresa para fazer a reforma da reforma, gastando outra fortuna.

Recife é ainda mais um caso que precisa de esclarecimento. Daí por que acho que V. Ex^a tem toda razão: transparência é fundamental.

Nessa questão das ONGs, temos no Piauí uma, que está sendo motivo de investigação, que, ao longo dos anos, prestou serviços exclusivamente ao Partido dos Trabalhadores.

Se examinarmos o que o Cepac fez... Tenho uma entrevista aqui do ex-presidente guardada, para mostrar na CPI, que mostra os treinamentos feitos. Não tem um, Senador Mão Santa, que não seja militante, que não seja da máquina, que não tenha sido uma pessoa com histórico no Partido. Quer dizer, usa-se o dinheiro público de maneira pouco clara para financiar a máquina partidária, tirando-se da mão do povo a oportunidade de que esses recursos venham em seu benefício.

Faço este registro e espero que, nesta semana, a CPI evolua, porque o que tem sido desmoralizante, Senador Simon, para este Senado é a impotência daquele Colegiado de inquérito no intuito de avançar, e os jornais mostrando, a cada semana, a ação da Justiça, por intermédio do Ministério Público ou da Polícia Federal, confirmando os escândalos que estão na CPI. E, por um bloqueio montado por aloprados, adredeamente preparados, como se diz, nós não conseguimos avançar, o que é lamentável.

No caso das ONGs, nós temos um consolo: como o Ministério Público é o responsável pela sua apuração, os fatos estão indo lá e não aqui, o que deixa todos nesta Casa profundamente frustrados.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Após o brilhante pronunciamento do Senador Heráclito Fortes, nós queríamos nos associar à festividade do jornalista, homem de televisão, Amadeu Campos, que lançou cinco mil programas no ar, mostrando uma obstinação e uma competência extraordinárias. Como também cumprimentar o dirigente daquela tevê genuinamente piauiense, a TV Cidade Verde, Jesus Tajra, cujo pai é suplente do extraordinário Senador Heráclito Fortes. Jesus Tajra também merece o respeito do povo piauiense, porque, desde 1967, dirigia a emissora mais potente e conceituada do Piauí, que é da Igreja Católica, a Rádio Pioneira.

Nós a eles também nos associamos, com todo o povo do Piauí, por esse evento de muita importância na comunicação piauiense.

Senador Pedro Simon, V. Ex^a quer usar da palavra? (Pausa.)

Após, o Senador Expedito Júnior. V. Ex^a não estava inscrito, mas quando cheguei do aeroporto, Expedito Júnior...

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Pela ordem, apenas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pela ordem.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Fora do microfone.) – V. Ex^a pode falar.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Não, vou aguardar V. Ex^a. Quero apenas fazer um registro, Sr. Presidente. É um registro rápido, Senador Pedro Simon.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pela ordem.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, hoje, o jornal Hoje trouxe uma matéria dizendo da prisão do nosso suplente, do suplente do Senador Expedito Júnior, do Estado de Rondônia.

Sr. Presidente, não é verdade. Eu gostaria de desmentir. Já conversei hoje com a Rede Globo no Rio de Janeiro. Estão trocando as bolas aí. A pessoa que foi presa lá no Estado de Rondônia é um ex-Senador desta Casa, mas ex-suplente do Senador Amir Lando.

Quero esperar as investigações para saber o que realmente há por trás de tudo isso, mas eu gostaria de registrar aqui que o nome do meu primeiro suplente é Elcide, e do segundo suplente, Jabis. Um é morador de Porto Velho, e o outro é morador do interior do Estado.

Já falei com o Procurador Federal do Espírito Santo agora há pouco, quem deu a notícia, e ele me pediu desculpas pelo mal-entendido, pois havia chegado a ele que realmente essa pessoa era o nosso primeiro suplente.

Portanto, eu gostaria apenas de deixar isso esclarecido, Sr. Presidente. Já conversei hoje com a Rede Globo, e parece-me que eles devem fazer essa correção.

Também, se ele fosse meu primeiro suplente, cada um tem seu CPF, cada um responde pelos seus atos.

Não estou querendo encobrir nada aqui sobre ninguém.

E o segundo assunto, Sr. Presidente, é do jornal **O Globo On Line**, que traz uma matéria sobre a votação da convocação da Ministra Dilma. Infelizmente, ele traz as palavras do Senador Delcídio Amaral, dizendo que “a base não ia dar quórum, mas temos uns descontrolados”.

Se ele está sugerindo isso a mim, ele não me controla mesmo! Nem ele me controla, nem o Presidente Lula me controla. Ninguém me controla. Eu vim para cá para ser Senador da República com a minha consciência e com as minhas convicções. Mesmo estando na Base, assim como está o Senador Pedro Simon, que também é da Base, que é do PMDB; assim como está V. Ex^a, que também é da Base, é do PMDB; eu sou do PR, sou da Base mas me identifico como um Senador independente.

Votei a questão da CPMF e, de lá para cá, sempre tem uma notinha ou outra da Base aliada do Governo. E vou continuar votando assim, queiram eles, satisfeitos ou não, essa será a minha postura nesta Casa.

Na verdade, se há um erro, se há uma falha, é da própria Liderança do Governo. Eu não fui contatado pelo Sr. Romero Jucá, eu não fui contatado por ninguém da Base aliada, dizendo que não era para dar quórum. Que coisa feia! Pedir para não dar quórum em uma comissão! Vamos lá, vamos dar quórum e vamos ganhar no voto! Essa questão de não se deixar discutir as matérias aqui, de querer amordaçar, de impedir os

Senadores de fazerem uso da palavra, isso já faz parte do passado. Acho que nem na ditadura se fazia isso.

Então, eu quero só deixar claro que, se isso foi para mim, eu não sou controlado pelo Senador Delcídio e tampouco por ninguém nesta Casa. Sou controlado pelas minhas convicções, pela minha consciência e pelo povo do meu Estado de Rondônia.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Com a palavra o Senador Pedro Simon.

Eu fiz o convite – V. Ex^a não estava inscrito – porque hoje no aeroporto, brasileiros e brasileiras, num papo cordial, disseram que o Pedro Simon está falando pouco. Então, eu disse que hoje eu ia presidir a sessão e fazer com que ele falasse.

V. Ex^a tem a palavra pelo tempo que achar conveniente.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Na verdade, Sr. Presidente, vou falar por convocação de V. Ex^a, pois nem estava inscrito nem pretendia falar.

É muito raro viver uma situação como esta que estou vivendo. Houve uma época no Brasil em que se adotou uma frase que ficou muito célebre: época de muda, passarinho não canta. Era época das cassações, época em que uma a uma as cabeças iam rolando pelo que diziam. Eu me lembro muito da cassação do Márcio Moreira Alves. Ele foi cassado porque, da tribuna, fez um discurso em forma de poesia, dizendo aos jovens que eles não deveriam comparecer ao desfile da semana da pátria, porque era o desfile das forças militares que estavam ocupando o Brasil, que era um regime de ditadura, de violência. Ele exagerou. Não há dúvida de que ele exagerou, inclusive aconselhou as jovens a não namorarem cadetes e as esposas a não andarem com seus maridos militares. Foi cassado.

Aí, gerou-se um tumulto. Os integrantes do chamado “Grupo Autêntico” do velho MDB decidiram ir, um a um, à tribuna, porque o Governo tinha dito que quem fosse à tribuna e falasse sobre a cassação também seria cassado. O primeiro foi um Deputado brilhante, evangélico, cujo pai – pastor – era íntimo amigo do General Geisel, então Presidente da República. Ele foi à tribuna e falou, certo de que não seria cassado, e foi cassado.

Aí, o MDB se reuniu e viveu uma madrugada dramática. Tancredo e eu tentamos fazer uma ligação para, de um lado, não dizer que não ia para a tribuna, porque era um absurdo impedir a Oposição de ir para a tribuna e, do outro lado, o consenso, o entendimento, para não cassarem parlamentar por causa de um discurso. Aí surgiu esta frase: época de muda, passarinho não canta. Faz tempo que isso aconteceu.

Nós estamos vivendo hoje num tempo em que não há o perigo nem de cassação, nem de prisão, nem de tortura. Mas que hora engraçada, estranha, esta em que nós estamos vivendo! Que tumulto de fatos e de acontecimentos esses que nós estamos vendo!

O Senador Cristovam Buarque, com muita competência, analisou o que está acontecendo na Universidade de Brasília. Graças a Deus, não há nenhuma perspectiva de qualquer acidente maior. Era fácil imaginar que isso aconteceria. Embora os universitários hoje em dia, liderados pela UNE, tenham decidido percorrer o Brasil numa caravana, discutindo teses como homossexualismo, aborto etc., velhas teses defendidas antigamente pela UNE – Petrobras, democracia, liberdade – ainda existem.

Os fatos que ocorreram na universidade federal foram muito dolorosos. A decisão tomada no sentido de o reitor sair do apartamento, depois de gastar não sei quantos milhares de reais na sua reforma, transformando o apartamento que antes era residência do reitor num local de recepção para autoridades estrangeiras que vierem à Universidade é uma coisa muito estranha.

Então, a manifestação dos estudantes era previsível – era. E a saída, tem razão o ilustre Senador, não pode ser pela violência. Acho que o Supremo tem de dar um prazo que não seja de 48h. É verdade. Creio que a licença do reitor seja uma saída muito feliz, muito saudável. Licencia-se o reitor, saem os universitários e se encontra o entendimento.

Se olharmos as manchetes de hoje... O problema da Chefe da Casa Civil está num crescendo que não se sabe onde vai terminar. Eu sou admirador da Chefe da Casa Civil. Desde que ela entrou tenho dito que ela mudou o cenário da infra-estrutura do Governo Lula. Quando a gente falava em mensalão, quando a gente falava nos escândalos que ocorreram no primeiro mandato, tudo estava na Casa Civil. Com o Chefe da Casa Civil, ali se reuniam as pessoas para discutir os escândalos que aconteceram, tanto que, na CPI, denunciou-se o Chefe da Casa Civil e, na decisão do Procurador-Geral da República enviada ao Supremo – aceita pelo Supremo para iniciar o processo –, o Chefe da Casa Civil aparece como coordenador, como responsável por tudo que aconteceu.

Isso parou. Isso mudou. Com a atual Chefe da Casa Civil não se tem conhecimento de nenhuma bandalheira, de nenhuma irregularidade, de nenhum escândalo na Casa Civil. Se tem, é em algum setor do Governo. Antes quem coordenava era a Casa Civil. Por outro lado, o Governo passou a agir. Os planos passaram a aparecer, e o Governo teve outra ótica. O Presidente Lula não saía do exterior – viagens e mais

viagens. E o Presidente Lula não podia andar no interior do Brasil. Aonde ele ia era vaia e manifestação negativa.

Ele ficou muito tempo sem ir ao Rio Grande do Sul com medo da população. Ele ficou muito tempo sem ir ao Rio e, quando foi, ele que foi o grande responsável pelo êxito, pelas condições materiais, pela realização dos Jogos Pan-Americanos, levou uma vaia histórica. No Maracanã lotado, impediram que ele falasse numa vaia permanente. Eu estava lá e sofri. Sinceramente, que angústia a gente ver ali a figura do Presidente querendo falar e o povo, num crescendo, num crescendo, impedindo que isso acontecesse!

Hoje mudou. Hoje o Lula, num exagero, está em campanha permanente. Está em lua-de-mel com o povo. Abriu a campanha para Prefeito, para Presidente da República, para tudo. Está revelando o Sr. Lula uma tenacidade, uma capacidade de malícia política, de jogo de cintura na maneira debochada de conduzir as coisas, que parece que o resto, tudo, está servindo de manobra para ele.

Quando eu vi pessoa da seriedade, da responsabilidade do Vice-Presidente da República, José Alencar, por quem eu tenho a maior estima e o maior carinho – sei da sua integridade, da sua seriedade –, vir a público e dizer que o Presidente Lula deve continuar porque o povo quer que ele continue e, se o povo quer que ele continue, a democracia é fazer a vontade do povo, pensei: “Inteligente manifestação”. Ele não falou nem emenda constitucional, nem em terceiro mandato, nem em coisa nenhuma. Apenas falou isso. Mas foi uma espécie de recado muito competente para as portas se abrirem para esse debate.

O Lula lançou um plano de Governo. Nós estávamos conversando outro dia, alguns Senadores que foram Ministros, Governadores de Estado, dizendo que isso que o Lula está fazendo, o PAC, é uma espécie de ovo de Colombo. Esse PAC não existe, é uma palavra que ele inventou.

Por exemplo, a favela do Alemão. Construção de casa popular. O Governo já tem um programa de construção de casa popular. Ele vai fazer mil, mil e duzentas casas populares. Escolas, construção de escolas: o Governo tem vários planos de construção de escolas. Mas vai fazer, no Alemão, uma grande escola de turno integral, tipo Cieps. Hospital: não há novidade em fazer um hospital, um pronto-socorro; vai fazer um grande hospital no Complexo do Alemão. Central de esportes: um ginásio que serve para basquete, para música, para baile, para recepção, uma espécie de faz-tudo que se coloca em cidades ou em vilas de cidades, um ginásio de esportes em que se realiza desde missa, sermão, basquete, vôlei, canto, música; serve para tudo. Ele vai

fazer um lá. Vai calçar ruas... Não é um projeto novo o de calçamento de ruas, mas vai fazer o calçamento das ruas do Alemão. E para combinar, vai fazer um trenzinho aéreo e, em vez de subir as escadas para chegar lá em cima, a pessoa entra no trem, sobe e chega lá. Perguntamo-nos: “Por que a gente nunca fez uma coisa dessas? Nunca fez um bolo de programas numa mesma cidade ou num mesmo bairro? Porque daria uma gritaria: por que vai fazer na cidade tal, e a outra cidade não tem nada? Então, o ovo de Colombo dele é dizer que ele está içando um plano de crescimento pelo qual ele vai fazer hoje no Alemão, amanhã não sei onde, e que vai desenvolver o crescimento em várias regiões. Todo mundo aceita. É muito bacana.

Então, o Lula não está inaugurando obra nenhuma. Ele não está saindo por aí. Ele não inaugurou nenhuma obra até agora, nem no primeiro Governo, nem no segundo. Ele está lançando projetos que isoladamente... Se ele fosse ao Alemão lançar um projeto de construção de duas mil casas, seria uma piada. Se ele fosse à outra favela inaugurar um projeto de calçamento de ruas, seria uma piada. Se ele fosse a uma cidade inaugurar um colégio, seria uma piada. Se ele fosse a uma outra inaugurar um ginásio de esportes, seria uma piada. Pois ele vai anunciar – não vai inaugurar nada, não tem nada feito – que vai fazer essas obras num determinado local. E ele gostou e está andando pelo Brasil afora. Isso é capacidade da Chefe da Casa Civil; a D. Dilma teve essa competência. Com isso, ele está caindo na alegria do povo e está feliz da vida, porque agora pode andar pelo interior do Brasil e ser abençoado por todos. No meio disso, surgem os cartões corporativos.

É importante salientar que o grande drama que estamos vivendo neste Congresso é a dobradinha PT/PSDB. O Sr. Fernando Henrique ficou oito anos no Governo, e o PT ficou oito anos na Oposição. O PT, na Oposição, sensacional. Aí o PT foi para o Governo; o PSDB, para a Oposição. O PT, no Governo, é um governo igual ao do PSDB. Nem o PSDB foi a direita da socialdemocracia, nem o PT está sendo um partido de esquerda; é um partido de direita ou de centro-direita. Os dois são iguais. Nada é mais igual ao Governo do Fernando Henrique do que o Governo do Lula. Nada mais igual ao Governo do Lula do que o Governo do Fernando Henrique.

O Líder do Governo é até muito competente. O mesmo Líder do Fernando Henrique é o Líder do Lula. A pessoa mais tranqüila nesta Casa e neste País é o Líder do Governo. Parece que estou vendo ele negociar com o pessoal do PSDB. Ele diz: “Ora, pare com isso! Isso é igual àquilo que nós fazíamos. Fui eu que levei para eles a idéia do PSDB”. E quando chega para o

PT é a mesma coisa. O argumento do PT de que está fazendo aquilo que o PSDB fez é muito triste. O PT não foi eleito para fazer o que o PSDB fez. Se fosse para fazer o que o PSDB fez, o povo teria votado no PSDB. Teria votado no Serra e não no Lula; teria votado no Alckmin e não no Lula. O argumento é este: “Vocês já fizeram”. E o PT fala: “Vocês já fizeram”. E o PSDB responde: “Mas vocês, quando nós fazíamos, diziam que era um absurdo. Mas agora vale”.

Agora, em termos de cartões corporativos, saiu um escândalo com manchetes violentas. O Governo responde que começou com Fernando Henrique, que começou no Governo anterior, com cartões corporativos e contas tipo “b”. E aí o que acontece? Vem o PSDB e fala: “Por que vocês não denunciaram? Por que o PT, que não deixou passar uma vírgula, que foi radical e duro no combate ao PSDB, não denunciou os cartões corporativos quando estavam aqui? Por que não denunciou os cartões corporativos quando estavam na Oposição? Por que não denunciou os cartões corporativos quando o Serra fez uso deles quando se elegeu Governador de São Paulo?” Não. O PSDB implantou igual, continuou igual, gastando quatro vezes mais e o PT não falou nada. Mas quando o PSDB denunciou, eles disseram: “Nós fizemos o que vocês também fizeram”. E essa é a realidade que estamos vivendo hoje.

Agora, qual será a saída? Estamos vivendo em um sentido espetacular: é dossiê, levantamento de contas ou é banco de dados. Coisa fantástica! Para o Governo é banco de dados; para a Oposição é um dossiê. É um dossiê ou é um banco de dados? Segundo, quem fez o banco de dados? Quem deu para a imprensa o dossiê? O Governo: “Temos que apurar quem deu para a imprensa o dossiê. Esse é o criminoso. Deu para a imprensa o dossiê”. O PSDB: “O crime está em quem mandou fazer o banco de dados, quem enumerou essa questão, quem fez esse trabalho”. E, nesse jogo de palavras, a sociedade fica sem saber o que é: se dossiê ou banco de dados.

Por que o Governo mandou fazer um banco de dados no Governo do Fernando Henrique? Por quê? Todas as notas dos gastos que o Governo faz por setor – Governo Federal, Presidência da República, Vice-Presidência, Chefia da Casa Civil, Ministério disso, Ministério daquilo – estão no arquivo morto. É um mar de notas que está lá no arquivo morto. De repente, o Governo vai ao arquivo morto, pega as contas do Fernando Henrique, da esposa dele e de alguns Ministros e faz o levantamento. Por que o Governo fez isso no mês de fevereiro? As notícias eram o escândalo dos cartões corporativos, a Oposição dizendo que ia criar uma CPI que veria as contas do Governo Lula. O que

o Governo faz? O levantamento das contas do Presidente Fernando Henrique e da esposa dele. Isso é o que o Governo faz.

A imprensa toda falou – nós ouvimos aqui – que o Governo estava se antecipando. Como, na CPI, iam para cima do Governo do Fernando Henrique, eles já tinham a resposta, para dizer: “Vocês também já fizeram”. Isso aconteceu. Teriam insistido nisso até para não se criar a CPI: “Não criem, porque, se vocês falarem, nós vamos falar. Se falarem do Lula, vamos falar do Fernando Henrique”.

Mas se criou a CPI. Para não fazer nada, é verdade. Muita gente da imprensa vem comentando que não vai dar em nada, porque PSDB e PT, de um lado e de outro, vão levando, vão levando, mas, na hora, não dará em nada, porque ninguém quer botar o Lula na mesa e muitos outros não querem botar o Fernando Henrique na mesa.

Desde o início, eu sempre disse que a CPI não devia ser feita para se ver conta de Presidente ou de ex-Presidente.

O que temos de fazer é investigar a instituição cartão corporativo, o que este teria de bom, no sentido de ser mais ágil, mais rápido e até mais correto, porque, no cartão corporativo, a nota é feita e paga, enquanto, na nota fiscal, podem-se comprar dez e registrar cem. Vamos ver o que é melhor, para aonde queremos caminhar. Mas não é o caminho que se trilhou. O caminho trilhado é Lula e é Fernando Henrique. É difícil dar em alguma coisa.

Agora, é a figura da Chefe da Casa Civil. Não considero normal a tese de apresentá-la como vítima dessa questão, nem como ré. Se eu pudesse orientar a Ministra Dilma, diria a ela que deveria vir. Não tem por que não vir. Não tem por que não vir, pois ela nada tem a temer. Os dados feitos são os dados feitos. Divulguem-se os dados do Fernando Henrique, e divulguem-se os dados do Lula. Peguem-se os dois, coloque-os aqui: aqui, o banco de dados do Lula; aqui, o banco de dados do Fernando Henrique. Se depender de mim, não quero ler nenhum.

Uma revista publicou um dado muito interessante: a Rainha da Inglaterra, há muito tempo, Sr. Presidente, divulga, por conta própria, todas as despesas do palácio dela e dos membros da família real. Fiquei impressionado. Divulga despesas com comida, com vinho, com lavagem de roupa, com tudo que se pode imaginar. E dizem que ela exige os mínimos detalhes. Está tudo lá. Isso, muitas vezes, é usado exatamente por que muita gente na Inglaterra entende que já chega de monarquia, que está na hora de democracia. Há muito republicano na Inglaterra. Mas está lá. E a Inglaterra é tremenda. Enquanto na França, a imprensa

francesa não se preocupa com a vida íntima dos políticos franceses, nem das beldades, nem das grandes lideranças populares da França, na Inglaterra, há uma ansiedade por esses dados. Na imprensa inglesa, há uma volúpia no sentido de buscar dados e fatos. Está aí o caso da Princesa Diana, coitada, que não consegue descansar em paz, porque, a todo instante, aparece um fato novo em relação à sua morte. Mas, mesmo assim, essa imprensa não vai buscar nas contas da Rainha nem mais nem menos, e até se nota, sendo uma questão de debate, que, às vezes, se fala sobre a singeleza dos gastos da Casa Imperial, a simplicidade da vida e da convivência deles.

Então, não vejo que contas de presidente sejam um caso de segurança nacional. Isso fica mal. Principalmente para o Lula e para o PT, isso fica ridículo. Cá entre nós, fica ridículo. Aliás, nas contas da Rainha da Inglaterra, acontece isto: só não aparecem as contas de segurança, mas segurança mesmo, até, dizem eles, para os terroristas não ficarem sabendo dos gastos, da estratégia da segurança. Então, não se permite que se divulguem os gastos da segurança da Rainha, por questão de inteligência, para não oferecer arma ao adversário. É uma questão de sigilo.

Não estou preocupado com os gastos da segurança da filha do Lula em Florianópolis, nem acho que mostrar as contas dela é uma questão que afeta a nossa segurança.

Sr. Presidente, é muita pequenez de todos. Sabe quando a gente participa de um fato onde todos saem menores do que entraram, onde todos se diminuíram? Já participei disso, participei de debates, de reuniões, de alguns acontecimentos em que todos saíram diminuídos – Oposição, Governo, Partidos, todos. É o que está acontecendo agora.

Digam-me quem está somando nesse debate, nessa discussão. O Lula? O Lula está somando no momento em que está vivendo, na política que está adotando e que vamos ter de discutir com profundidade. Ninguém pode ser contra a produção de alimento popular, que iniciou lá no Governo do Itamar, que continuou no Governo Fernando Henrique, mas que teve competência mesmo no Governo Lula. No Governo Itamar, esse programa era feito pelo Betinho e pelo bispo de Duque de Caxias, com a sociedade participando, e tinha o nome “Comunidade Solidária”. O PT oficializou o programa, que está organizado: dois, três, quatro milhões de famílias recebem um valor por mês. Há até o número certo de vários planos: bolsa-alimento, seguro, dinheiro para o estudante. Está tudo marcado. É espetacular. Não há mais aquela hipótese de o Governo usar a máquina do Governo, às vésperas da eleição, para comprar a eleição. Isso não existe mais.

Ele está usando todo os dias, quer dizer, o ano inteiro, cada mês, aquilo vai. E o que vai se usar, na hora da eleição, será o seguinte: se a Oposição ganha, perde-se isso; se nós ganhamos, continua.

O que estamos vendo agora, que é muito sério, são pessoas que não estão aceitando emprego, porque querem ganhar a bolsa. Pensam: “Não vou deixar de ganhar R\$100, R\$200, R\$300, numa boa, de barriga para cima, para pegar um emprego duro, que não sei quanto tempo vai durar”.

O problema é o Governo entender que a questão de alimentar o pobre e de dar dinheiro para o pobre é importante como intermediário. Como meta, o cidadão que está passando fome precisa comer. Não vou dizer que o País precisa crescer, para, depois, dar comida ao povo. Não. Vamos possibilitar maneiras para o cidadão sobreviver, mas não como regra final. A regra final é conseguir emprego para todo mundo. Que o cidadão tenha direito ao trabalho, para, com o fruto do trabalho, ter o necessário para viver com dignidade. Esse é o objetivo final, mas gente neste Governo acha que o objetivo final é dar bolsa de alimento. E o cara está comendo e está votando no PT. Não é por aí! Não se podem admitir três, quatro, cinco milhões de pessoas desempregadas, comendo bem, mas sem trabalhar, sem produzir, sem ter esperança, sem ter futuro. Isso não vai resolver o problema deste País. A grande verdade, a grande verdade é que ninguém está ganhando com essa questão, nem os Partidos nem as Lideranças.

Amanhã, a Mesa vai decidir se cria ou não a CPI do Senado. Eu não queria estar no lugar do Senador Garibaldi! Eu não queria estar ali. Não sei o que vai acontecer nesta Casa com a CPI do Congresso e com a CPI do Senado. É claro que a CPI do Congresso está fazendo um papel muito, muito triste. Nem fingiram! Podiam fingir, podiam fazer de conta, mas foi uma maioria fechada, um rolo compressor, e não se teve o que fazer: “Derruba tudo o que é pedido, derruba toda a solicitação do que quer que seja apresentado pela Oposição!”. É triste? É, é muito triste. Mas, se houver duas CPIs, esta de um lado e a do Senado do outro, no que vai resultar?

O Presidente Garibaldi está tentando fazer um entendimento entre Governo e Oposição, para encontrar uma saída. Que bom se encontrasse uma saída! Qualquer saída de entendimento seria muito melhor do que a guerra das duas CPIs.

Entendo a Oposição. A Oposição está vendo o bloco da maioria se transformar numa máquina de guerra, não deixando aparecer nada. E o Governo manda um caminhão – acho isto uma humilhação! – de dados, de números, e o entrega à Comissão, e o Relator o rece-

be com a maior imponência. O Governo foi ao arquivo morto, pegou um caminhão de pacotes e o entregou para a Comissão. O banco de dados que ele fez, selecionado, está na mão dele, ficou para ele. Mas, para o Congresso, ele mandou uma montanha de pacotes, para a gente fazer não sei o quê. É uma humilhação! Essa falta de respeitabilidade recíproca é muito, muito triste. Eu, se fosse membro da CPI – que não sou –, eu me recusava a entrar naquele caminhão de coisas que estão ali e que sei que não são para valer.

Amanhã é a decisão. Falo com toda sinceridade. Ouvi uma afirmativa atribuída à Ministra – na qual não acredito – de que, em Curitiba, numa reunião com empresários, S. Ex^a teria dito: “Não compareço à CPI, porque tenho muito mais coisas para fazer”. Não acredito nisso. S. Ex^a é uma pessoa competente, capaz, responsável. Até pode ser que pense isso – realmente, comparecer a uma CPI que nada vai apurar é perda de tempo –, mas daí a fazer uma afirmativa dessa é muito grave.

Há uma onda hoje, que é manchete em todos os jornais, atribuindo ao Senhor Lula a diabólica capacidade de preparar seu esquema. Uma hora, Lula declara: “O Governador Aécio, de Minas Gerais, é uma pessoa muito competente. Ele deve sair do PSDB, ir para o PMDB e ser o candidato. E o PT deve apoiá-lo”. Até falei com o Governador Aécio uma vez e não o senti muito empolgado. Na hora, estranhei; achei que ele devia se empolgar. Hoje, acho que ele tem muito do sangue do Dr. Tancredo e entendeu a malícia da jogada do Lula. Outra hora, o Presidente Lula declara: “O Jobim? O Jobim é uma pessoa muito competente. O Jobim tem condições e estrutura para ser o Presidente”. E o Jobim começou a falar todo o dia na imprensa. Aí ele diz: “O Ministro Patrus Ananias é muito bom; foi um bom prefeito, homem sério, homem íntegro”. Inclusive, fui um dos que disseram: “Eu também acho; acho que o Ananias é uma das melhores pessoas de caráter, de dignidade, de seriedade que estão aí.”. E, outra hora, ele diz: “Acho que a Ministra é a grande candidata e tem grandes condições.”.

Por que o Presidente Lula foi chamar a D. Dilma de mãe do PAC? Foi elogio? Pode ser. Foi espontâneo? Pode ser. Foi de boa fé? Pode ser. O resultado é o que se esperava.

No âmbito interno do PT, todo mundo sabe que o PT é uma coligação de pessoas que se entendem, mas que têm conflitos permanentes. No momento em que Lula dá aquela declaração e vai ao Rio, à Bahia e ao Rio Grande e em que a figura da Ministra está acima da dele, as manchetes dos jornais foram à Ministra, não a ele. Internamente, o PT convulsionou: os que acham que deve ser o Tarso, os que acham que

deve ser o Ananias, os que acham que deve ser sei eu lá quem começaram a aparecer. E existe uma coincidência muito interessante: na medida em que o Lula endeusa a Ministra e a coloca no ápice, como candidata, mãe do PAC, começa a esquentar o ambiente, e ela vai para as manchetes com uma crítica negativa. O que dizem os jornais de ontem e de hoje? Já estão falando no sucessor dela na chefia da Casa Civil. O primeiro nome que aparece é o do Presidente da Petrobras. É o primeiro nome que aparece – há outros nomes que estão aí.

Que coisa estranha! Reparem: por que o Presidente Lula vai chamar a D. Dilma de mãe do PAC? Podia deixar para fazer isso daqui a um ano, daqui a dois anos, quando o PAC fosse uma realidade espetacular, já cheia de êxito. Aí ele diria: “Quero agradecer à Chefe da Casa Civil pelo esforço fantástico que fez para o PAC dar certo.”. Mas fazer isso agora, quando o negócio está apenas começando? O Lula fez isso para elevar ou para derrubar?

Essa é uma questão muito, muito, muito delicada. Há um ano, há dois anos, eu diria: “Lula foi ingênuo, Lula não se deu conta.”. Hoje, o ingênuo sou eu. Não tenho mais coragem de dizer isso, não. Lula está agindo com uma malícia política que deixa lá para trás o velho Getúlio, até porque, na época do Dr. Getúlio, a coisa era muito mais simples. Era o PTB com alguns aqui, a UDN com o Lacerda lá, o PSD com uma maioria inodora ali adiante; era uma coisa bem mais singela do que agora. Agora não, agora é um jogo de xadrez, com cada peça representando uma equipe, e ele brincando com todas elas.

Senador Cristovam, saudei seu discurso de público aqui, mas V. Ex^a não estava. Achei muito feliz seu pronunciamento e também acho que alguma coisa deve ser feita com relação à universidade. Acho que se debochou da sociedade. Na hora de organizar, na hora de se apurar e na hora de resolver, sai do reitor o apartamento, mas ele fica para receber autoridades estrangeiras que vêm palestrar na universidade. Foi um deboche que terminou como terminou.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Obrigado, Senador. Fico feliz é com seu pronunciamento, com sua análise, com sua lucidez e com a quantidade de detalhes que o senhor coloca na formulação da sua idéia. Não vou analisar os aspectos da estratégia do Presidente Lula. Estou de acordo com o senhor: se fosse há alguns anos, a gente falaria em ingenuidade. Não acho que haja ingenuidade. O Presidente Lula, temos de reconhecer, talvez, seja o maior gênio da política que o Brasil já viu. Então, ou esse é um extinto natural que ele carrega, ou é alguma racionalidade muito fina que ele sabe usar muito bem na busca por

duas coisas: estar no poder e manter popularidade. Ele não põe uma terceira coisa, Senador Mão Santa, que seria deixar sua marca permanente na história. Isso eu não vejo, e é o grande traço do estadismo. Ele, na verdade, vai deixar, de qualquer maneira, a marca dele: um homem do povo que chega lá e que sabe se comportar. Eu sempre digo que, se eu comparar o Presidente Lula com os Presidentes anteriores, verei que ele não deve nada a eles; se eu o comparar com o que eu esperava dele, ele começa a dever. Então, não vou analisar esse lado; vou analisar o outro, das CPIs, que agora serão no plural, a da Câmara e a daqui. Primeiro, o Presidente Garibaldi não se pode furtar a ler, não se pode furtar a tomar as medidas para implantar uma CPI que já tem assinaturas. Então, isso ele vai ter de fazer. Mas que vai ser um desastre, vai, porque vamos paralisar ainda mais o funcionamento do Parlamento. Não será uma CPI, mas duas CPIs para analisar o mesmo fato. Tudo isso poderia ser evitado se, por exemplo, a Ministra viesse depor aqui. Eu acho que ela se sairia muito bem, daria seu depoimento, iria embora, e isso sairia da pauta. Não veio; vai terminar sendo convocada para duas CPIs, em vez de uma, o que é um certo caos político. O mais grave é que estamos paralisados, Senador. Falei aqui, na semana passada, que caímos numa armadilha, o Senado e o Congresso: caímos na armadilha do imediato, na armadilha do circunstancial. E estamos ciscando para dentro. Não formulamos propostas alternativas, não vamos além nem mesmo no que se refere à corrupção. Não tem saído daqui nenhum projeto claro para fazer com que não haja mais corrupção. O mais que a gente faz é denunciar as corrupções que já ocorreram.

Não é o trabalho do Senado ou da Câmara apenas denunciar a corrupção; é nosso trabalho elaborar projetos de lei que acabem a possibilidade de haver corrupção, e se, um dia, um ladrão for eleito, que ele não consiga roubar porque as leis e as regras não deixariam. Isso nós não estamos fazendo. Acho, entretanto, que há uma maneira de reduzirmos esta tragédia da armadilha das CPIs em que caímos. Por que armadilha? Porque temos de enfrentar, sim, o problema da corrupção. Não se pode deixar passar em branco os cartões corporativos. Temos de apurar. Isso é verdade. Não poderíamos deixar passar em branco o mensalão, não podemos deixar passar em branco nada disso. Agora, não podemos cair nisso. Insisto que um caminho seria o projeto que apresentei, de criação de uma comissão parlamentar permanente de inquérito composta por pessoas que tivessem vocação para este aspecto da vida pública, que é a fiscalização, a investigação, e da qual todo mundo já saberia quem seria o presidente, escolhido para um mandato de dois

anos, como o é o presidente de qualquer outra comissão. Só o relator seria escolhido *ad hoc*, em cada caso, como hoje, em que cada processo, cada projeto de lei tem um relator. Só que, hoje, ele é escolhido a critério do presidente da comissão. Nesse caso da comissão permanente de inquérito, defendo que quem o escolha sejam os seus membros, por eleição. E não poderiam escolher o relator do mesmo bloco do presidente. Se o presidente for do bloco de oposição, o relator tem de ser do bloco do governo, e vice-versa. Se a não fizermos isso, vamos continuar nessa armadilha. Mas a armadilha não vem só pelo fato de que a atração é muito grande para participar dessas CPIs, mas a obrigação também é grande. Acho que isso vem da nossa grande omissão diante dos outros grandes projetos da sociedade, da Nação brasileira. Não só esse atrai, como nós perdemos o gosto pelos outros grandes problemas. Os jornais nesse último mês, ou dois meses, só falam de crianças assassinadas, crianças sem escola, crianças morrendo de dengue. E a gente não fala das crianças, aqui. A gente não perde o nosso tempo para pensar no que nós, os líderes do Brasil, como somos, estamos fazendo pelas crianças do Brasil. Não estamos discutindo isso. Eu falo em criança para dar um toque mais afetivo, mais direto, mas, do mesmo jeito, o que nós estamos fazendo para a crise energética que virá? Não daqui a um, dois, três meses ou um ano, mas daqui a dez ou vinte anos, ela virá. O que estamos fazendo para que a indústria automobilística não inviabilize o funcionamento das cidades, como está ocorrendo? Em mais três ou quatro anos, São Paulo vai parar. Hoje, os turistas não vêm para cá por causa da dengue no Rio; daqui a cinco anos, não virão porque não vão conseguir se locomover nas cidades. As agências de turismo mundial vão dizer: "Não tire dez dias no Brasil, porque você vai passar uns três dias em engarrafamentos de trânsito, somando todo o tempo em que você estará paralisado". A gente não está discutindo essas coisas. A gente não está discutindo o que fazer com a saúde. O Senador Mão Santa sempre trata desse assunto. Os discursos são bons. Todos nós aqui fazemos discursos bastante bons ou razoáveis, mas não ressoam. Não há um retorno, não há um debate, nem nesta nossa conversa aqui. A melhor palavra é conversa. Daqui, não vai sair um projeto de lei que resolva esses problemas; daqui, não vai sair uma posição comum do Senado. Dizem que Senador não trabalha. Senador trabalha pra caramba! Agora, o Senado realmente não está trabalhando. Senador trabalhar é uma coisa; Senado trabalhar são todos juntos, quando eles se coordenam, quando eles parlamentam. A gente não tem parlamentado. A gente tem discursado: alguns se opoem; afirmando-se ou

tros. Mas parlamentar, no sentido do verbo – não do substantivo –, parlamentar, debater, discutir, convergir, opor-se, a gente não está fazendo. Acho que hoje a gente precisa fazer oposição à própria oposição, e à situação também, para ver se daí a gente encontra um caminho comum, que não está conseguindo encontrar. Concluo, dizendo que nós estamos, se não já dentro, muito próximos da irrelevância política no Brasil, nós do Congresso. Junte-se a isso a desconfiança da opinião pública e a genialidade do Poder Executivo, nas mãos do Presidente Lula. Com a genialidade dele e a nossa certa omissão, ou armadilha em que caímos, estamos muito irrelevantes. Felizmente, ainda há discursos como o de V. Ex^a. Mas, do ponto de vista da consequência dos nossos atos, tem sido muito pouco, até porque o seu discurso sozinho, o meu aparte sozinho, não adiantam nada se não houver um movimento. Finalmente, quero dizer que li, hoje, em *O Globo* uma frase do Senador Delcídio Amaral dizendo que não quer mais nem vir ao plenário, que virou, como ele disse, uma "esbórnica". Ou seja, quando um Senador sério começa a ter esse sentimento é porque estamos muito perto de encontrar uma saída, ou de dizer que já não estamos mais trabalhando como deveríamos.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Agradeço o profundo e responsável aparte de V. Ex^a, que considero muito explicativo ao meu pronunciamento.

Realmente, quando a gente era oposição à ditadura, tudo que tinha de violência, de morte, de tortura, era fácil fazer o trabalho. Sabia o que tinha que fazer. O adversário estava lá, era lutar lá. Democracia, liberdade, justiça, derrubar a ditadura. Hoje, é mais complicado. Onde é que está o adversário? Hoje, é mais difícil. De que maneira eu faço aquilo que devo fazer?

O Lula fala, com uma profundidade de paixão, que ele é o Deus do povo: nunca o povo comeu como está comendo hoje; nunca cresceu como está crescendo hoje.

A oposição fala e a imprensa mostra que, de certa maneira, nós vivemos uma época de irresponsabilidade. Não há mais a preocupação com o que é o que não é; o que é justo, o que não é justo. Nada acontece. Você lê as páginas dos jornais, é aquilo que disse o Senador. Já imaginou coisa mais dramática do que, lá, em São Paulo, a situação daquele pai que está na cadeia? Ele matou a filha? Quando eu vejo aquela situação, não consigo aceitar isto: um pai pegar uma filha de cinco anos, estrangulá-la, matá-la e jogá-la pela janela. Ele fez isso? É um monstro? Ou ele não fez? Que inferno em vida ele está vivendo! Mas nós não nos preocupamos com essa situação.

O problema da dengue no Rio. Nós não fizemos nada, a não ser assistir. No início, o Ministro, que é

uma pessoa por quem tenho o maior carinho e respeito pela competência, mas, na verdade, ele se equivocou ao dizer, meses atrás, que não havia perigo, e há. E nós, a assistirmos ao Prefeito debochar do Ministro; ao Ministro, do Prefeito, e ao Governador tentando fazer o que pode, e as coisas crescendo. Mil e tantos casos por dia. E olhem que não aconteceu da noite para o dia. Foi previsto. Eram dois, eram três, foi, foi, e hoje é isso que está aí. E, três meses depois, os médicos do Rio Grande do Sul e de outros Estados estão indo para o Rio, porque o Rio, que tem um médico para cem habitantes, não tem médico que se dedique à criança, porque se dedicar a criança não dá dinheiro. E, agora, é que se vai verificar isso e trazer médico de tudo quanto é canto, até de Cuba? Um problema que não é mais problema no mundo inteiro, o problema da dengue, o problema de matar o mosquito. Agora, o mosquito virou uma praga, e estamos correndo atrás.

Qual dessas situações estamos debatendo?

Há a tese de que o Governo está lançando um plano espetacular, que está fazendo com que cinco ou sete milhões de pessoas deixem a miséria e estejam hoje na classe C, que comem e que vivem. É bom. Mas até que ponto está se fazendo isso como solução final? E até que ponto está se fazendo isso para ele ter capacidade e se preparar, para preparar uma mão-de-obra, para ele se capacitar para ter um emprego? Ou ele vai ficar feliz da vida nessa vida, e não pensar no trabalho definitivo?

É isso que o Senador que me aparteu terminou de dizer. Essas coisas nós estamos discutindo? Estamos preocupados com elas? Tudo isso está acontecendo dia a dia.

Lá, nos Estados Unidos, uma eleição fantástica! Nunca na história dos Estados Unidos aconteceu isto: ou uma mulher ou um homem de cor. Esse homem de cor é o maior orador dos últimos tempos, empolgado com uma causa, que é uma bandeira que ele teve competência... Negro, ele não está levantando a questão racial. Está levantando a questão humana, a questão social, está cobrando dos Estados Unidos a sua posição diante do mundo, cobrando a intervenção absurda e ridícula no Iraque. É um acontecimento revolucionário o que está acontecendo lá. Alguém pensou em mandar uma equipe de Senadores para fazer uma visita, para acompanhar essa eleição, o desiderato final dela? Estamos fora. Estamos nesse dia-a-dia. Por isso que eu digo que me sinto completamente impotente. Não sei o que fazer ou deixar de fazer, porque não resolve. Não resolve.

Uma coisa, penso: estou sentindo, nos jornais, e tenho muito alegria em ver o Presidente da Câmara dos Deputados em choque contra o Presidente da Re-

pública, dizendo que algo deve ser feito com respeito às medidas provisórias. Espero que a medida não seja apenas terminar com a medida provisória trancando a pauta do Senado. Lembrem que isso foi feito no sentido de facilitar a questão: vamos trancar a pauta do Senado, e, aí, o Governo vai ver que tem que diminuir o número de medidas provisórias. Nada aconteceu.

O que temos condições de fazer é se o Presidente da Câmara e o Presidente do Senado disserem que, a partir de amanhã, medida provisória que for contra a Constituição, que não tenha o caráter da urgência nem o caráter da relevância, nem esteja prescrito na Constituição que ela pode ser criada, vamos devolver. Devolver na mesma hora. Quando o Congresso fizer isso, ele se reabilita na mesma hora. E, aí, o Presidente da República reconhecerá que o deboche que está tendo de nós, dizendo: “Eu não admito perder uma vírgula dos direitos que tenho com relação à medida provisória”, ele vai perder tudo, porque só vai ter medida provisória quando ela for justa e necessária.

Com o maior prazer...

O Sr. José Agripino (DEM – RN) – Senador Pedro Simon, estou chegando agora, via São Paulo, do meu Estado, mas vinha ouvindo seu pronunciamento já pelo rádio, do aeroporto para cá. E V. Ex^a, com a autoridade de, suponho, decano de todos nós, faz um pronunciamento, em uma segunda-feira de plenário vazio, da maior importância. Seria importante que V. Ex^a dissesse o que está dizendo com o plenário cheio. Mas V. Ex^a, de qualquer maneira, está falando pela câmara da TV Senado para um pedaço bom do Brasil. Faz uma avaliação sensata, equilibrada, de um homem de cabelos brancos que tem autoridade para falar e ser acreditado, uma palavra isenta sobre o momento político que estamos passando, e termina – suponho que termina – na avaliação da questão das medidas provisórias. Eu, há pouco, dava entrevista a jornalistas que me perguntavam pelo grande momento econômico que o País vive, pela geração de emprego em número recorde, do *welfare state*, do estado de bem-estar que o Brasil vive, e que estaria justificando até a convivência com a impunidade. Eu lembrei àqueles que me perguntaram que já houve um momento no Brasil, de não-saudosa memória, em que ocorreu o milagre brasileiro, em que uma frase foi cunhada, de igual não-saudosa memória: “Brasil, ame-o ou deixe-o”. Lembra? Será que isso é bom para a democracia brasileira? Será que esse é o fundamento de um país moderno como o que nós queremos? Será que o fim justifica os meios, como foi com Nietzsche, como foi com Hitler, como pregou Maquiavel? Será que é isso que nos interessa? Será que temos que nos dobrar ao que deseja o Governo, através da Ministra Dilma?

Usou o aparelho de Estado, as informações de Estado, para preparar um dossiê – supõe-se um dossiê –, para incriminar pessoas, e agora quer usar uma instituição do Estado para investigar só o que eles querem, para apresentar uma desculpa esfarrapada para o que não é justificável. Vamos ficar assistindo a esses fatos? V. Ex^a coloca, com muita propriedade, o que é a nossa luta, a luta de uma oposição que é importante em qualquer regime democrático: o governo governa, a oposição fiscaliza, e parte da sociedade se sente interpretada e estimulada pela voz da oposição. Os que gostam do Governo batem palmas. Os que julgam que o Governo está bem, mas tem que merecer reparos, entendem que estamos falando corretamente. E V. Ex^a, ao final, coloca algo que é objeto da minha apreciação.

Estou convencido, Senador Pedro Simon, de que o Governo não tem interesse nenhum em mudar o rito das medidas provisórias.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Eu também.

O Sr. José Agripino (DEM – RN) – Nenhum, nenhum, nenhum. Aquela reunião que fizemos com o Senador Garibaldi Alves Filho e o Presidente Arlindo Chinaglia, por solicitação deles, no gabinete da Presidência do Senado, vai dar n'água, não vai dar em nada.

Lembra que a pedra de toque que foi colocada naquela reunião era a submissão das MPs, logo no primeiro momento, à apreciação da admissibilidade das Comissões de Constituição e Justiça, para que elas só adquirissem eficácia se fossem consideradas urgentes, relevantes e constitucionais? Nem consideraram isso! Estão falando em elastecer o prazo de 120 para 175 dias.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Para piorar.

O Sr. José Agripino (DEM – RN) – Aí, é melhor que fique como está. Agora, contra tudo isso, Senador Pedro Simon, vozes como a sua têm que erguer-se, têm que bater forte, com frequência. Jarbas Vasconcelos tem que vir a esta tribuna com mais frequência, para que se una a nós que fazemos a oposição do dia-a-dia – não por querer fazer oposição sistemática, mas por necessidade de estabelecer ponto e contraponto, o que é uma coisa salutar no regime democrático.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O Sr. José Agripino (DEM – RN) – Não combato o Lula; combato os erros do Governo Lula. E vou continuar batendo forte nos erros do Governo Lula. Depois dessas observações, quero endossar inteiramente o discurso de V. Ex^a, dizer que o aplaudo e que as vozes independentes do Congresso Nacional não

podem prescindir da sua palavra, com a frequência que julgar conveniente, que, na minha opinião, deve ser muito maior do que aquela com que vem falando ultimamente.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Agradeço a V. Ex^a. Agradeço muito a V. Ex^a. Concordo com V. Ex^a: ninguém quer mudar a medida provisória. E, vamos fazer justiça, desde que foi criada, ninguém quis mudar. Quisemos, quando o Senador José Fogaça foi o autor da emenda aprovada que criou a tranca da pauta. Parecia que seria algo que mudaria completamente o sentido e que racionalizaria o uso das medidas: trancou a pauta, mas não racionalizou o uso delas.

Por isso, digo a V. Ex^a que, se os Presidentes do Senado e da Câmara resolvessem fazer o que V. Ex^a disse que não estão conseguindo, que é devolver as medidas provisórias que não estão dentro da Constituição; se o Presidente da Câmara tiver a coragem para dizer que vai fazer, se nós fizermos isso, já será uma grande coisa.

Com relação à Ministra Dilma Rousseff, digo que S. Ex^a vive um momento muito importante. Já vi Chefes da Casa Civil viverem esse tipo de momento. No Governo do Itamar, o Chefe da Casa Civil foi convocado em uma CPI e até denunciado de que, quando Chefe da Casa Civil, aliás, perdão, antes, no Governo anterior, teria levado vantagem aos parlamentares na Câmara. Ele saiu da Casa Civil e veio depor. Depois, saiu-se muito bem e voltou para o Governo.

O Chefe da Casa Civil do Lula era o prepotente, o dono da verdade, o homem do Governo, o chefe do Governo, como dizia o Lula, e terminou sendo deposto por ele mesmo. O Lula o demitiu.

Acho que a nossa Ministra tem de ter a capacidade... Ela não é um gênio político. Aliás, a política nunca foi o forte dela. Ela é um homem de Estado, uma mulher competente, extraordinariamente competente. Competente como Secretária da Fazenda da Prefeitura de Porto Alegre, competente como Secretária de Minas e Energia do Governo do Rio Grande do Sul, competente como Ministra de Minas e Energia e competente como Chefe da Casa Civil.

As artimanhas políticas vão muito além disso. Acho, Sr. Presidente, que, se ela tiver a competência de se colocar à disposição... Em primeiro lugar, não pode querer ficar com esse fato nas suas mãos, para resolver. Que o Governo indique. Que o Governo indique quem vai servir de árbitro para essa questão e que ela se coloque à disposição, para debater e discutir.

Creio que estão querendo fazer da Ministra uma vítima em torno do nada, porque sinto que há uma caminhada cerrada em torno de uma terceira candidatura do Presidente Lula. Acho um perigo, Sr. Presidente.

Acho que o Presidente Lula, indo como está, terá um bom fim de governo, será um nome que marcará a história e poderá até voltar; mas, indo no sentido de forçar um terceiro mandato, que não é original dele – a Venezuela forçou, a Colômbia está forçando, assim como a Bolívia e o Equador; é apenas mais um –, vamos viver momentos muito difíceis. Não sei se ele consegue, mas o desgaste será muito grande.

Ele pode sair como um político realizado, com os seus oito anos, com o nome marcado e com a história a seu favor – é um jovem e com futuro, poderá voltar amanhã –, ou ser o homem que forçou, e as consequências serão imprevisíveis. Ir para o plebiscito? Buscar o quê no plebiscito? Ir para forçar a reforma da Constituição com uma emenda? O Fernando Henrique Cardoso fez, e de uma maneira absurda. Dizem que a emenda foi comprada lá na Câmara dos Deputados, mas ele perdeu. O Fernando Henrique dos quatro anos era um, e o Fernando Henrique da privatização da Vale, de evitar as CPIs, como evitou, e de comprar a emenda da reeleição, como aconteceu, é outro, que aí está: longe da história e longe da sociedade.

Muito obrigado pela tolerância de V. Ex^a, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Os aplausos meus pelo brilhante pronunciamento.

Faltando três minutos para terminar a sessão, já a prorrogamos antecipadamente.

Estão inscritos o Senador Expedito Júnior, que está na vez, e o Senador José Agripino, o brasileiro, o grande e extraordinário Líder das forças oposicionistas brasileiras.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Sobre V. Ex^a, Senador José Agripino, repousa a existência da democracia no nosso País. Eu quero me apresentar como liderado de V. Ex^a.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO. Pela ordem. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, vou transferir a minha inscrição, para ouvirmos aqui o Líder José Agripino.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a não comanda só a mim – já vi que extrapola: o Piauí, Rondônia...

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Depois do rápido discurso, aqui, do Senador Pedro Simon, vamos ouvir agora o Líder dos Democratas.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O Senador Pedro Simon traduz a luta do Rio Grande do Sul, da República: Bento Gonçalves, os velhos lanceiros.

E o orador de lá, o nosso Senador do tempo do Petrônio, fez discursos de três horas e meia. Petrônio limitava o tempo. Então, se aquele gaúcho falava três horas e meia, o Simon tem todo o direito.

V. Ex^a, Líder da Oposição brasileira, pode usar a palavra pelo tempo que achar conveniente.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Agradeço a V. Ex^a – e ao Senador Expedito Júnior ter-me cedido a palavra –, mas não vou usar o tempo excessivamente elástico. Como o Senador falou pelo Rio Grande do Sul, quero falar pelo meu Rio Grande do Norte.

Quero tecer algumas considerações sobre o momento político presente no plano nacional ao final, mas hoje, Senador Pedro Simon, quero falar sobre o meu Estado. Estou chegando de lá agora. Vivi cenas que me constrangeram e que me trazem enormes preocupações e apreensões, neste final de semana.

Em 1985, eu era Governador do meu Estado, e talvez tenha ocorrido a maior cheia que jamais havia ocorrido no Rio Grande do Norte, nos últimos 50 anos. Está ocorrendo neste momento uma cheia parecida com a de 1985, e tive a oportunidade de ir aos locais.

Senador Mão Santa, é ver para crer. Por mais que se veja notícia de televisão, fotografia de jornal, depoimento de pessoas, você tem de ir para ver o que realmente está acontecendo. E eu fui. Fui a Açu, fui a Ipanguaçu, eu me reuni com os prefeitos de todo o Vale do Açu, que está em situação de calamidade. Não pude chegar ao Apodi. Falei já hoje com Mossoró e quero dizer que algumas providências talvez tenham sido tomadas ou anunciadas pelo Governo Federal na tarde de hoje quando o Presidente Lula se reuniu com os governadores dos Estados atingidos.

Mas o que vi no Vale do Açu me traz à tribuna para prevenir, porque estou antevendo muita angústia, muito desemprego e muito problema num Estado que já tem problema demais, que é o meu Rio Grande do Norte. Fui, no sábado, a Açu e lá me reuni com o Prefeito Zenildo, de Carnaubais; com o ex-prefeito, Gilberto, de Itajá; com o Prefeito Ronaldo, de Açu; com o Prefeito José de Deus, de Ipanguaçu; com o Prefeito Abelardo Rodrigues, de Alto do Rodrigues; e com o Prefeito Flávio Veras, de Macau – todos os prefeitos da região do Vale do Açu.

O Vale do Açu é um vale fertilíssimo, grande produtor de manga e banana. Talvez seja o maior produtor de banana do Brasil. Empresas multinacionais estão implantadas lá já há bastante tempo, com uma agricultura de primeiro mundo, sofisticada do ponto de vista tecnológico e logístico, gerando milhares de empregos, tanto na fruticultura de banana como na de manga.

A Barragem Armando Ribeiro Gonçalves pereniza o rio Açu. A Barragem Armando Ribeiro Gonçalves está sangrando com uma lâmina perto de 4,5 metros de água.

É algo próximo ao que aconteceu em 1985. Está sangrando por vários vertedouros, ela tem mais do que um sangradouro; está sangrando por quase todos, por todos, e o caudal do rio Açu – e a barragem foi feita para perenizar o rio Açu – está extravasando para as bordas, e a cidade de Ipanguaçu está inundada.

Vi cenas incríveis. Vi pai de família deitado numa rede armada, no alpendre da casa, inundada até quase o fundo da rede. Rindo porque nordestino gosta de água, mas a desgraça está embaixo dele. O que eles tinham foi tudo embora; as casas estão ameaçadas. São milhares de desabrigados nesses municípios todos, mas, assim como em Mossoró, onde o leito do rio Mossoró – aí já é produto da sangria da barragem de Santa Cruz, no Vale do Apodi, aonde tentei chegar e não consegui, pelas chuvas que impediram que a aeronave em que eu viajava pudesse se aproximar, mas tenho tido contato permanente com o Município de Apodi –, a atividade econômica desses municípios, que está seccionada, está interrompida, está destruída, é que é a minha preocupação.

A cultura de banana está inundada. Com dez dias de água permanente, aquilo morre tudo. Aquilo passou anos para ser feito. Anos. A banana que vai para a Holanda, para a Suécia, para a Alemanha, que sai de lá, vai deixar de ir. O bananeiral, a permanecer a cheia como está lá, e ninguém segura a cheia, vai morrer. E com a morte do bananeiral, morrem os empregos; são milhares. Quem repõe? O mangueiral ou os mangueirais estão submersos. A mangueira não morre mas a atividade decorrente da cultura da manga vai desempregar as pessoas. Lá no fundo do rio Açu estão os projetos de carnicultura – é o nome técnico, bonito, que traduz o cultivo de camarão em cativeiro. São tanques, com fundo impermeável, no curso do rio Açu, que gera emprego para centenas de pessoas norte-rio-grandenses e que foram destruídos pelas cheias. O rio, com a cheia que deu, passou por cima de muitos dos tanques, dos criatórios de camarão e destruiu os empregos.

As salinas que ficam lá em Macau estão seriamente prejudicadas, e, com o prejuízo das salinas, veio o prejuízo dos empregos. O pequeno produtor rural da Várzea de Açu, que eu vi inundada, perdeu a sua roça de mandioca, ou de milho, ou de feijão. Vivia disso. O agricultor do Vale do Apodi, que está encharcado, idem.

Aparece agora o Governo. E tinha que aparecer, e eu aplaudo que apareça, e cumprimento o anúncio de

uma medida provisória que vai garantir R\$613 milhões de recursos para Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco. Mas será que com a ação estanque, para recuperar casas, para consertar rodovias seccionadas, como a que eu vi em Ipanguaçu – o rio passando de um lado para o outro da estrada, dentro da cidade, as casas alagadas dentro da cidade – está resolvido o problema?

A recuperação das casas está feita? A recuperação das estradas está feita? Os pontilhões estão refeitos? O alimento e o medicamento foram atendidos? Está longe, Senador Mão Santa. V. Ex^a sabe disso. Está longe.

O que mais me preocupa é a destruição dos empregos, é a atividade econômica que a chuva seccionou completamente e que vai levar angústia para milhares de norte-rio-grandenses. É aí eu quero ver.

Temos uma medida provisória, ou uma lei que foi vetada, em que a repactuação das dívidas do crédito rural no Brasil inteiro foi vetada. Talvez esse seja o grande momento para que, ao lado de aplaudir a iniciativa da edição – essa, sim, vale, porque a enchente é uma emergência, é uma coisa inesperada. Justifica que se edite a medida provisória, para atender a uma emergência, que é urgente, relevante e constitucional. Vai contar com o meu apoio, com o meu estímulo e com a minha defesa.

Agora, e aquela lei que o Presidente vetou e que daria conforto aos devedores do crédito rural que não pagaram porque não podiam e que tinham naquela lei a salvação da lavoura? Talvez esse seja o grande momento para que a gente possa, num lenitivo àqueles pequenos proprietários – que são esses devedores a que me refiro, os pequenos devedores – possam ter um alento em prazo e em condições para pagar.

Quero fazer aqui o alerta porque a carnicultura, o cultivo de camarão, a indústria salineira, a fruticultura do Vale do Açu, assim como a pequena agricultura do Vale do Apodi e do Vale do Açu estão destruídos.

E o dinheiro que está sendo anunciado não vai ser a panacéia para o problema que está em curso no meu Estado e no seu Estado.

Nós temos uma economia a recuperar nos Estados mais pobres do Brasil. Nós temos que armar barricadas e ficar vigilantes para que seja feito aquilo que o Estado pode e deve fazer.

Venho fazer, com essa minha palavra, uma prestação de contas da ação que tive a obrigação de fazer durante o sábado inteiro. Voltei para Natal já à meia noite, depois de visitar até o Município de Campo Grande. Aquilo que está sendo anunciado é parte do que é preciso fazer. Eu vou ficar vigilante, cobrando que a

solução dos problemas que vão ficar quando a água baixar seja também objeto da ação do Governo, sob nossa cobrança.

Tenho certeza de que V. Ex^a, piauiense atento que é, vai ficar ao nosso lado na cobrança permanente para recuperar a economia e os empregos perdidos pela cheia que está assolando os nossos Estados neste momento.

Dito isso, Sr. Presidente, quero dizer que, agora há pouco, falava à imprensa e manifestava a minha indignação com relação à pilhéria – só pode ser um gracejo – que querem fazer com a nossa Polícia Federal republicana, tantas vezes invocada como republicana pelo Governo do Presidente Lula.

Senador Mão Santa, a pilhéria que ouvi nos jornais e da qual vieram me perguntar agora o que eu achava é a utilização da Polícia Federal para investigar quem vazou o dossiê. Senador Mão Santa, veja o que é que aconteceu.

A estrutura do Estado, a máquina do Estado, as informações de que o Estado dispõe ensejaram a produção de um banco de dados que produziu um dossiê. Só o Estado, a Casa Civil e órgãos da Presidência da República dispõem daqueles elementos, os cartões corporativos. A máquina do Estado foi usada para reunir elementos, sigilosos ou não, e a partir daí produzir um dossiê, que está sob investigação. Produziram um dossiê que dizem não ter sido eles que produziram, mas os órgãos de imprensa, no fim de semana, afirmaram que um rastreamento eletrônico dos computadores mostra que, sim, senhor, o dossiê foi feito dentro do Gabinete Civil. Existia um banco de dados que, dentro do Gabinete Civil, foi utilizado para produzir um dossiê, que saiu do Gabinete Civil e foi vazado para a imprensa, para incriminar o Presidente Fernando Henrique Cardoso e sua esposa, Dona Ruth.

A aparelho do Estado reuniu as informações todas e produziu um dossiê com claros objetivos de intimidar a Oposição e prejudicar a reputação do Presidente Fernando Henrique, que, em muito boa hora, mandou uma carta, lida desta tribuna pelo Líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio, abrindo o sigilo de suas contas bancárias e de seus cartões corporativos enquanto foi Presidente da República, eliminando a tentativa de intimidação.

Isso foi feito, Presidente Mão Santa, na tentativa de intimidar, usando o aparelho do Estado. Quando o assunto torna-se público, a Ministra Dilma diz que não tem nada a ver com o dossiê, que este não saiu do Gabinete Civil, e arma uma pequena ou média estrutura – sei lá de que tamanho – de auditoria interna no Gabinete Civil para investigar o que eu suponho que

ela sabia, porque o Gabinete Civil havia mandado fazer uma comissão de sindicância para investigar o óbvio.

Diante das evidências do que a **Folha de S. Paulo** falou no fim de semana, deixando claro que, pelo rastreamento eletrônico, o dossiê existia, e saiu do Gabinete Civil prontinho e acabado – não foi elemento surrupiado por ninguém –, os elementos existiam no banco de dados e foram compilados venenosamente para atingir... Até porque pinçaram só elementos de Fernando Henrique, de Dona Ruth. Saiu prontinho do Gabinete Civil. Quando o escândalo estourou... – e em jogo está o uso do aparelho do Estado para incriminar e para amedrontar pessoas, para intimidar a Oposição, para quebrar as pernas da democracia brasileira. Para quebrar as pernas da democracia brasileira!

Quando isso acontece, lá vem a pilhéria: ah! bota, agora bota a Polícia Federal para funcionar, mas para investigar só quem vazou o dossiê! Não quem facilmente a Polícia Federal... Eu estou convencido de que ela não vai entrar nessa. Ela é uma instituição que tem história, tem conceito perante a sociedade. Não é possível que vá aceitar a imposição de investigar o que menos interessa, que é quem vazou.

O que interessa investigar, na planilha Excel, é o começo, o meio e o fim. O rastreamento eletrônico vai indicar quem elaborou a planilha, quem compilou os elementos, de quem era o computador. Era da Casa Civil? O objetivo do dossiê pode ser mera consequência da identificação de quem preparou o dossiê.

Se foi alguém do Gabinete Civil, é claro que deve ter motivos políticos inconfessáveis. Aí, a CPI do Senado, que vai ser lida amanhã, terça-feira, vai cumprir a sua tarefa. Com base em quê? Em elementos que a Polícia Federal precisa, aí, sim, investigar; não quem vazou, mas como esse banco de dados foi elaborado e como esse dossiê foi produzido. O rastreamento dos computadores pode mostrar que foi produzido com computadores de dentro do Gabinete Civil. Aí, Senador Gilberto Goellner, vai-se constatar que houve mentira do Gabinete Civil e que houve mentira no Ministério da Justiça, porque o Ministro Tarso Genro e a Ministra Dilma disseram que nunca houve dossiê, que havia banco de dados. Se o banco de dados produziu um dossiê dentro do Gabinete Civil, ambos mentiram. Agora, querem usar a Polícia Federal para investigar o que não precisa ser investigado, o que é de somenos importância. O que tem importância – repito pela última vez – é quem elaborou e, sabendo quem elaborou, constatar-se com que objetivos o dossiê foi elaborado. Foram objetivos políticos para intimidar, para inibir a Oposição? Vamos constatar isso na CPI.

Temos de instalar a CPI amanhã, Senador Mão Santa. Tenho certeza absoluta de que o Presidente

Garibaldi vai ler. Em lendo, meu Partido indicará imediatamente os membros da Comissão Parlamentar de Inquérito do Senado. Tenho certeza de que o PSDB o fará, tenho certeza de que o PDT o fará e espero que os Partidos da Base do Governo também o façam, até porque, se não o fizerem, há amparo regimental para que o Presidente, na omissão dos Líderes dos Partidos, o faça.

A bem de quê? De uma querela política? Não, a bem de uma lacuna que nós, Senado, temos com a opinião pública do Brasil. Não é que a gente queira essa querela desagradável, essa corda, essa queda-de-braço permanente, que é desagradável, mas temos a obrigação de investigar porque em jogo está a qualidade da democracia do Brasil.

Será que os fins justificam os meios, como dizia Maquiavel, como praticava Hitler?! Será que aceito isto: a economia vai bem, os empregos vão bem... Também iam muito tempo no tempo do Milagre Econômico, no tempo em que se cunhou uma frase que repilo: "Brasil, ame-o ou deixe-o", de triste memória. Será que, como a economia está bem, porque há emprego, porque as pessoas estão comprando, pode-se conviver com a impunidade, com a corrupção?! Será que isso não mina a democracia brasileira e que não é obrigação nossa combater?!

É nossa obrigação combater e vamos combater. Vamos combater no limite máximo das nossas forças, sabendo que Governo governa, Oposição fiscaliza e, se a Oposição não fiscaliza com altivez, não merece o respeito do povo do Brasil. E vamos continuar batalhando, pelejando não para derrubar ninguém, mas para merecer o respeito do povo do Brasil.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Felicitando pelo brilhante pronunciamento o Líder da Oposição do Brasil, da qual eu, independentemente, faço parte, pelo povo e pela democracia, quero associar-me às preocupações de V. Ex^a quanto aos alagados do Nordeste e, em particular, do meu Piauí.

A exemplo de José Agripino, percorri a região. As enchentes são maiores naquela região em que o rio Poti, que vem do Ceará, encontra-se com o rio Parnaíba, descendo até o mar. Então, todas aquelas cidades ribeirinhas passam por grandes dificuldades: Teresina, União, Porto, Luzilândia, Matias Olímpio, Piracuruca, Piripiri, Campo Maior, Buriti dos Lopes e Parnaíba.

Então, associe-me às preocupações do Líder José Agripino por entender que, aí sim, Sua Excelência, o Presidente da República, poderia mandar, amanhã, uma medida provisória; aí sim, temos urgência e relevância.

V. Ex^a quer usar da palavra?

O SR. GILBERTO GOELLNER (DEM – MT) – Gostaria, Excelência.

O PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Perfeitamente. Assim, ampliamos a lista de oradores, convidando para usar da palavra o Senador Gilberto Goellner, do Democratas do Mato Grosso.

O SR. GILBERTO GOELLNER (DEM – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Mão Santa, Sr^{as} e Srs. Senadores, tivemos no dia de hoje, neste início de semana, uma audiência com o Sr. Ministro da Agricultura Reinhold Stephanes. Acabamos de voltar de lá, juntamente com a Bancada do Estado de Mato Grosso – a Senadora Serys Slhessarenko e o Deputado Homero Pereira.

Expusemos ao Sr. Ministro a grave situação em que se encontra a agricultura mato-grossense, quiçá do Brasil, mas mais acentuada nas nossas regiões de fronteira agrícola.

Esse fato é decorrência da grave crise que assolou a renda da produção agropecuária brasileira nos últimos três anos, ocasionada pela valorização do real. O produtor enfrentava dificuldade, pois a cada ano seus custos de produção eram aumentados. Por exemplo, o preço de um grande fertilizante, o cloreto de potássio – 95% dele é importado dos países do bloco soviético, do Canadá e de outros países – passou de US\$160 para US\$750 a tonelada. Isso se dá em função da valorização das *commodities*, principalmente de grãos, em âmbito mundial. O produtor brasileiro não suporta esses altos custos de importação de fertilizantes.

Há também outro fertilizante importante para a região do cerrado, que é o Superfosfato Simples, os fosfatados em geral. Há algumas jazidas em exploração no Brasil, que importa pouco desse produto. Mas independentemente disso, o preço dele tem aumentado, passando de US\$90, há três, quatro anos, para mais de US\$500 a tonelada. É uma aberração! O produtor brasileiro não vai suportar esses custos elevados. E em função desses custos elevados, das secas... O senhor tem falado – estamos acompanhando – sobre a calamidade que assola o Estado do Piauí, por excesso de chuvas em curto período, Sr. Presidente. No Estado de Mato Grosso, nos anos de 2004, 2005 e 2006, houve grandes períodos de seca, igual ao Piauí. A agricultura sofreu. Nossa agricultura não pode ficar quinze dias sem chuva, e houve período de vinte, trinta dias. Não pode ficar uma semana sem chuva e houve períodos de quinze, vinte, trinta dias. Isso diminuiu a produtividade. Os produtores tiveram suas produções prejudicadas, e ficou a dívida no Banco do Brasil e também nos bancos de fábricas que financiaram as máquinas para esses produtores.

Durante os últimos três anos, o Governo vem, paulatinamente, todo ano, prorrogando essas prestações. Isso fez com que, nos últimos três anos, subisse 54% o saldo devedor de qualquer dívida bancária contraída há três anos. No ano passado, o produtor pagou 15% da parcela; foram prorrogados os outros 85%. O Governo vem prometendo que, este ano, irá equalizar essa dívida, alongando o prazo por oito, dez, quinze anos, securitizando, como foi feito no Congresso no ano de 1995. Naquela época, achava-se que, concedendo cinco anos, se resolveria o problema. Foram pleiteados dez, depois foi alongado por mais dez, mais quinze, vinte e cinco anos, e está aí a grande dívida que hoje esses produtores têm, dívida ativa na União. Não conseguem pagar as dívidas devido aos altos custos, multas e correções, que impedem esses produtores de quitarem essas dívidas que foram contraídas em 1995.

Muito bem! Os fundos constitucionais do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste estão nesse pacote. Junto com os investimentos, eles representam hoje R\$40 bilhões de saldo devedor, parte inadimplido e parte a vencer.

Infelizmente, isso tudo vence nos próximos três anos. Os agricultores têm três anos para pagar R\$40 bilhões. Só de juros – 12% a 13% ao ano – desses R\$40 bilhões de investimentos, que circulam em bancos de fábrica, bancos oficiais e privados de todo o Brasil, os bancos recebem mais de R\$5 bilhões. Doze e meio sobre os R\$40 bilhões dão esses R\$5 bilhões.

Pois bem, o Governo agora acena com o alongamento, e, amanhã, será anunciado um acordo nesse sentido.

Pois bem, o que fomos verificar com o Sr. Ministro, junto ao Ministro da Fazenda, Guido Mantega? Amanhã, vão anunciar a grande recuperação da agricultura brasileira. Possivelmente, vão dar, no máximo, três anos de alongamento.

A prorrogação por três anos, com mais um ou dois anos que existem no contrato, ou até três, não vai dar capacidade a qualquer produtor brasileiro de quitar as suas dívidas. Por que não? Porque esse setor gera por ano, com a produção de arroz, de soja, de feijão, de algodão, de cacau e de café, que são os grandes produtos atingidos hoje, devido aos quais os produtores contrataram esses financiamentos de investimento em máquinas, em equipamentos, enfim, em infra-estrutura em geral das propriedades agrícolas, em todo o Brasil, cerca de R\$84 bilhões. Como o lucro médio é de 10%, são R\$8,4 bilhões. Alguns produtores têm lucro, outros não têm, outros podem até ter um pouco mais, mas a média sempre foi de 10%. Isso gera uma renda de resultado de R\$8,4 bilhões. Como é que o produtor

vai pagar em três, quatro, cinco anos, R\$40 bilhões de investimentos, além do custeio da lavoura, com mais R\$5 bilhões de juros? Então, é impossível.

O que estão propondo, especialmente os produtores do Estado de Mato Grosso? Estamos pleiteando – eu também, advindo da atividade, como elemento classista que sempre fui, defensor da agricultura do meu Estado e do meu País – que esses financiamentos sejam alongados por um tempo compatível com a capacidade de pagamento que esses produtores terão nos próximos anos. Isso representaria um prazo médio de doze anos, e não de três.

Nós estamos vendo que o Ministério da Agricultura e o Ministério da Fazenda estão sensíveis à situação, especialmente em relação ao Estado de Mato Grosso, devido à sua distância de logística, devido às secas, devido aos resultados negativos obtidos nos últimos três anos, ocasionados também pela valorização do real e conseqüente desvalorização do dólar. A venda dos produtos são fechadas em âmbito global com parâmetro em dólar, isso tudo fez cair a renda do produtor.

Nós, então, estamos vendo que a agricultura, especialmente a do Estado de Mato Grosso, vai ficar comprometida, sim. Nós necessitamos que o pagamento desses financiamentos, de bancos privados e oficiais, principalmente os de bancos privados que hoje são os grandes financiadores, seja alongado, sim. A queda da taxa de juros proposta hoje pelo Governo – de 12,75% para 9,5% a 10% – não vai resolver a situação. Nós precisamos que esses juros caiam para o atual nível do crédito agrícola, que está sendo objeto de efetivação para a nova safra agrícola, de 6,75%, que ainda é um juro muito alto. A inflação gira em torno de 4%, Sr. Presidente, e os juros reais positivos são muito altos.

A agricultura não tem renda e não suporta esses altos custos financeiros. Esperamos que o Brasil de hoje não se torne uma Argentina amanhã, porque lá estão faltando nas prateleiras a carne, as verduras, os grãos, o óleo de soja, enfim, está faltando tudo. Os produtores protestaram e, por muito menos, fecharam o país durante quase 30 dias. Há um desabastecimento geral na Argentina.

Assim, devemos nos preparar para o futuro no sentido de que não falte comida à mesa do brasileiro. Para tanto, temos que conseguir produzir com custo baixo para que o povo continue tendo acesso à condição básica que é a alimentação. Precisamos, sim, que o Governo ajude o setor agora. Vai custar muito pouco ao Governo. Fizemos a conta, e esse impacto, hoje, de redução das taxas de juros é algo em torno de R\$1 bilhão ao ano. Convenhamos: para produzir

alimentos baratos, é muito pouco ao País! Estamos tratando do abastecimento do País e da geração de renda de exportação, que traz ao País R\$35 bilhões, e de um setor que hoje representa 1/3 do PIB econômico do País.

Deveria haver uma compreensão maior, sim, do Governo.

Que o Governo se sensibilizasse e organizasse o setor, para que não mais excluídos se colocassem na fileira da Justiça em todos os Estados do País! O que temos visto, nos últimos anos, são produtores tradicionais, trabalhadores, engenheiros agrônomos ou não, técnicos agrícolas ou não, produtores há mais de 30 anos, iniciados pela família, pelo pai, enfim, grupos econômicos familiares sendo prejudicados e dizimados, saindo da atividade, sendo excluídos, entregando, infelizmente, suas propriedades para estrangeiros que estão de olho no País, que estão comprando esses imóveis, que se estão apropriando das terras, como acontece no Estado do Mato Grosso, no sul da Bahia, onde há muitos americanos. Eles estão aproveitando a oportunidade, já que esses produtores estão vendendo as terras para quitarem suas dívidas. Esses americanos vêm aqui com financiamentos lá de fora, do exterior, interessados em produzir, visto que a demanda por alimentos no Brasil, de acordo com o último levantamento da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), colocado ontem na Internet, vai ser cada vez maior, porque parte do alimento está sendo dirigida para o *biodiesel*, principalmente o milho americano.

Então, Sr. Presidente, quero solidarizar-me com a proposta das entidades agrícolas do Estado de Mato Grosso, com a Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Mato Grosso (Famato), com a Associação dos Produtores de Soja (Prosoja), com a Associação Mato-grossense dos Produtores de Algodão (Ampa) e com outras entidades de todo o Brasil, que estão em Brasília, que vieram na última semana para uma grande audiência pública que houve entre a Comissão de Agricultura da Câmara e do Senado, objetivando, sim, uma solução definitiva para a renegociação, a longo prazo, da dívida. O produtor quer e vai pagar essa dívida, mas quer condições plausíveis com a atual conjuntura econômica do País e com a atual conjuntura da renda agrícola.

Era isso que gostaríamos de dizer hoje, aqui, da tribuna, para que o Brasil conhecesse a realidade dos fatos, para que a cidade conhecesse a dificuldade que os produtores têm hoje em produzir, porque a grande renda do País, a grande renda do agricultor fica no meio do caminho: fica com os Bancos, principalmente; fica com os fabricantes de insumos; fica com os fabricantes

de fertilizantes do outro lado do mundo. E a renda do produtor, este que produz e coloca o alimento na mesa do brasileiro, fica cada vez mais reduzida.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Após pronunciamento do Senador Gilberto Goellner, que substituiu o extraordinário Senador Jonas Pinheiro – que sempre defendeu a agricultura, não do Mato Grosso, mas de todo o Brasil –, que demonstra as preocupações do agricultor brasileiro, principalmente do seu Estado do Mato Grosso, lembraria ao Presidente Luiz Inácio Franklin Delano Roosevelt, que disse: “As cidades poderão ser destruídas, mas elas ressurgirão do campo. Se o campo for destruído, as cidades morrerão de fome”. Essa foi a filosofia que fez dos Estados Unidos um país rico na produção de grãos. Portanto, queremos nos associar a essa preocupação.

Quero externar a minha solidariedade aos alunos da Universidade de Brasília – UnB, na pessoa do Presidente do DCE (Diretório Central de Estudantes), Fábio Félix, como também aos professores que acompanham as manifestações.

Em uma das reivindicações, os estudantes condenam a relação da UnB com as fundações privadas, bem como a ética do Reitor Timothy Mulholland, e exigem a sua saída.

Desejo que tudo se resolva em paz, mas que essa manifestação não seja apenas um movimento isolado e faça renascer, no coração dos jovens universitários brasileiros, valores como a ética e a moral para combater o maior mal que a sociedade brasileira deve enfrentar: a corrupção no Poder Público.

Estudantes brasileiros, uni-vós em prol dos seus direitos no combate à corrupção em nosso País!

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Presidência designa o Senador Sérgio Zambiasi para integrar, como titular, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

As demais designações aguardam manifestação da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, nos termos da decisão da Presidência datada de 12 de fevereiro de 2008.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O Senador Gerson Camata enviou discurso à Mesa para ser publicado na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I, § 2º do art. 210, do Regimento Interno.

S. Exª será atendido.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, depois de confiscar ativos das empresas que exploram e produzem hidrocarbonetos na Bolívia, transformando em meras operadoras as que

concordaram com as novas condições de trabalho, o governo daquele país acusa agora as mesmas empresas que tratou como inimigas, inclusive a Petrobras, de não fazerem novos investimentos e de boicotarem o aumento da produção de gás para atender aos mercados externos.

É óbvio que o decreto de nacionalização dos hidrocarbonetos criou um ambiente hostil a novos investimentos, e só o governo boliviano parece não ter percebido este fato. Além disso, adotou um comportamento errático diante da incapacidade de fornecer os volumes de gás natural acertados com o Brasil e a Argentina. Ora acusa as petrolíferas que expropriou, ora sugere aos governos dos dois países uma renegociação da quantidade de metros cúbicos, ora insinua que seus dois maiores clientes devem promover um acordo entre si para repartir o gás boliviano, ora sugere que o Brasil reduza voluntariamente a demanda durante o inverno, em solidariedade à crise de energia que a Argentina atravessa...

O fato é que, hoje em dia, afastados os investidores, tornou-se evidente a incapacidade de a Bolívia cumprir seu contratos. Ela vendeu algo que não tem. Não há gás suficiente para atender simultaneamente às demandas do Brasil e da Argentina. Calcula-se que, até 2011, para cumprir todos os seus compromissos, a Bolívia precisaria praticamente dobrar a sua produção de gás.

Os contratos brasileiros incluem o fornecimento de 30 milhões de metros cúbicos de gás para a Petrobras e 2 milhões e 200 mil para a usina térmica de Cuiabá. Já o contrato com a Argentina prevê volumes gradualmente reajustados: 7 milhões e 700 mil metros cúbicos diários este ano, e 16 milhões por dia em 2009 e 2010. Além disso, é preciso atender ao mercado interno boliviano, que exige pelo menos 6 milhões de metros cúbicos.

Ora, a produção diária da Bolívia, atualmente, é de 42 milhões de metros cúbicos por dia. Está faltando uma boa quantidade de gás para que o país consiga atender à demanda, tanto que Cuiabá recebe pouco mais de 1 milhão de metros cúbicos, e o fornecimento à Argentina não tem ultrapassado 3 milhões de metros cúbicos diários.

O Brasil está no caminho correto, adotando medidas destinadas a reduzir cada vez mais, e com a maior rapidez possível, a dependência de um fornecedor tão pouco confiável. Também age acerto ao tomar uma posição firme, recusando-se a abrir mão de qualquer quantidade de gás boliviano e exigindo o cumprimento das cláusulas do contrato de fornecimento. Afinal, contratos existem para serem honrados, e o que assinamos com a Bolívia tem validade até 2019.

A pressão que a Bolívia exerce por uma redução voluntária da demanda brasileira esconde razões que vão além da simples solidariedade para com a Argentina. Além de ficarem livres do pagamento de multas por descumprimento de contrato, os bolivianos teriam um considerável aumento de receitas, pois vendem gás para a Argentina a 7 dólares por milhão de BTU, enquanto a Petrobrás paga 5 dólares e 60 centavos.

Políticas populistas conseguem às vezes adiar as inevitáveis conseqüências dos problemas por elas criados, mas não os suprimem. O Brasil não pode pagar o preço da imprevidência de seus vizinhos, especialmente porque nosso consumo industrial e doméstico de gás vem aumentando. Estamos, como disse José Sérgio Gabrielli, o presidente da Petrobras, “no limite”, e não é possível, para usar sua expressão, abrir mão de “uma só molécula” do gás boliviano.

Precisamos afastar o risco de déficit no abastecimento de energia neste e no próximo ano, e o acionamento das usinas térmicas movidas a gás ajudará a recompor os reservatórios de hidrelétricas. Ceder diante de pressões significaria comprometer nossa estratégia para evitar, num futuro próximo, um apagão como o que o País já enfrentou, e cujas conseqüências conhecemos muito bem.

Como segundo assunto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a referência nacional em café Conilon, responsável por 75 por cento da produção brasileira, o Espírito Santo também expandiu o cultivo de café Arábica, que hoje ocupa 190 mil hectares de plantação, em 24 mil propriedades distribuídas pelo Estado. A novidade é que vem crescendo o número de propriedades produtoras de Arábica com certificação internacional.

A certificação permite aos produtores o acesso mais fácil aos mercados internacionais, onde os consumidores dão preferência a alimentos que tenham origem controlada. Trata-se da obediência a um conjunto de normas sociais e ambientais, que incluem o uso responsável de agroquímicos, a proteção aos trabalhadores, o cuidado com a flora e a fauna local e a manutenção cuidadosa de registros.

As propriedades certificadas não podem empregar mão-de-obra infantil, devem evitar a contaminação de rios e lençóis freáticos por agrotóxicos e fornecer treinamento específico aos trabalhadores para lidarem com equipamentos ou produtos químicos. Enfim, devem demonstrar responsabilidade social e ambiental, além, é claro, de atenção à qualidade de sua produção.

Até agora, 13 propriedades no Espírito Santo receberam a certificação internacional, todas situadas nos municípios de Afonso Cláudio, Castelo, Con-

ceição do Castelo, Domingos Martins, Vargem Alta e Venda Nova do Imigrante. É um total pequeno, mas deve crescer com rapidez. Muitas outras já estão em processo de certificação, pois o programa é coordenado por uma cooperativa que reúne grande número de associados, a Pronova, Cooperativa de Cafeicultores das Montanhas do Espírito Santo, com 290 associados em 11 municípios.

A certificação é fornecida por entidades internacionais como a Utz Certified e a Fair Trade. Uma vez obtida, pode render ao produtor em média 30 reais a mais por saca do produto, como ficou demonstrado em 2007, quando produtores capixabas venderam 5 mil sacas de Arábica certificado para a França e Inglaterra, a preço diferenciado.

A certificação dos produtos agrícolas é uma tendência mundial, parte da preocupação dos consumidores com a conservação dos ecossistemas e a melhoria das condições de vida dos trabalhadores rurais. Desde 2007 as filiais das lanchonetes da rede McDonald's no Reino Unido e na Irlanda só oferecem café certificado. Os planos são de estender a iniciativa aos estabelecimentos do resto da Europa. Também a cadeia americana de hotéis Holiday Inn oferece cafés certificados em todos os estabelecimentos desde o ano passado.

Trata-se, portanto, de um mercado promissor, em expansão contínua. Muitas grandes redes internacionais só trabalham atualmente com café certificado. Desde abril de 2004, diplomatas, delegados e visitantes que passam pela sede da Organização das Nações Unidas, em Nova York, bebem café certificado pela Rainforest Alliance, uma organização americana que desenvolve programas de agricultura sustentável em países tropicais.

Os produtores do Espírito Santo estão dando mostras de pioneirismo e rápida adequação aos novos tempos. Deve-se destacar ainda que a fazenda experimental do Incaper, o Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural, situada a 13 quilômetros do centro de Venda Nova do Imigrante, também recebeu certificação internacional.

Com 160 hectares, dos quais 14 são ocupados por café Conilon, a fazenda experimental do Incaper é a primeira fazenda pública do País a receber a certificação. Dedicada ao cultivo experimental de variedades e ao estudo de questões ambientais, a fazenda tornou-se um centro de referência nacional e internacional, pois mantém intercâmbio com produtores de outros Estados e da Costa Rica e Colômbia, entre outros países.

A certificação deve ser estimulada, pois contribui decisivamente para a capacitação dos cafeicultores, que ganham condições de aprimorar sua produção

e elevar a produtividade, além de abrir as portas de novos mercados, graças à demanda crescente pelo produto certificado.

Sr. Presidente, há outro assunto que quero tratar. Referência nacional em café Conilon, responsável por 75 por cento da produção brasileira, o Espírito Santo também expandiu o cultivo de café Arábica, que hoje ocupa 190 mil hectares de plantação, em 24 mil propriedades distribuídas pelo Estado. A novidade é que vem crescendo o número de propriedades produtoras de Arábica com certificação internacional.

A certificação permite aos produtores o acesso mais fácil aos mercados internacionais, onde os consumidores dão preferência a alimentos que tenham origem controlada. Trata-se da obediência a um conjunto de normas sociais e ambientais, que incluem o uso responsável de agroquímicos, a proteção aos trabalhadores, o cuidado com a flora e a fauna local e a manutenção cuidadosa de registros.

As propriedades certificadas não podem empregar mão-de-obra infantil, devem evitar a contaminação de rios e lençóis freáticos por agrotóxicos e fornecer treinamento específico aos trabalhadores para lidarem com equipamentos ou produtos químicos. Enfim, devem demonstrar responsabilidade social e ambiental, além, é claro, de atenção à qualidade de sua produção.

Até agora, 13 propriedades no Espírito Santo receberam a certificação internacional, todas situadas nos municípios de Afonso Cláudio, Castelo, Conceição do Castelo, Domingos Martins, Vargem Alta e Venda Nova do Imigrante. É um total pequeno, mas deve crescer com rapidez. Muitas outras já estão em processo de certificação, pois o programa é coordenado por uma cooperativa que reúne grande número de associados, a Pronova, Cooperativa de Cafeicultores das Montanhas do Espírito Santo, com 290 associados em 11 municípios.

A certificação é fornecida por entidades internacionais como a Utz Certified e a Fair Trade. Uma vez obtida, pode render ao produtor em média 30 reais a mais por saca do produto, como ficou demonstrado em 2007, quando produtores capixabas venderam 5 mil sacas de Arábica certificado para a França e Inglaterra, a preço diferenciado.

A certificação dos produtos agrícolas é uma tendência mundial, parte da preocupação dos consumidores com a conservação dos ecossistemas e a melhoria das condições de vida dos trabalhadores rurais. Desde 2007 as filiais das lanchonetes da rede McDonald's no Reino Unido e na Irlanda só oferecem café certificado. Os planos são de estender a iniciativa aos estabelecimentos do resto da Europa. Também a

cadeia americana de hotéis Holiday Inn oferece cafés certificados em todos os estabelecimentos desde o ano passado.

Trata-se, portanto, de um mercado promissor, em expansão contínua. Muitas grandes redes internacionais só trabalham atualmente com café certificado. Desde abril de 2004, diplomatas, delegados e visitantes que passam pela sede da Organização das Nações Unidas, em Nova York, bebem café certificado pela Rainforest Alliance, uma organização americana que desenvolve programas de agricultura sustentável em países tropicais.

Os produtores do Espírito Santo estão dando mostras de pioneirismo e rápida adequação aos novos tempos. Deve-se destacar ainda que a fazenda experimental do Incaper, o Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural, situada a 13 quilômetros do centro de Venda Nova do Imigrante, também recebeu certificação internacional.

Com 160 hectares, dos quais 14 são ocupados por café Conilon, a fazenda experimental do Incaper é a primeira fazenda pública do País a receber a certificação. Dedicada ao cultivo experimental de variedades e ao estudo de questões ambientais, a fazenda tornou-se um centro de referência nacional e internacional, pois mantém intercâmbio com produtores de outros Estados e da Costa Rica e Colômbia, entre outros países.

A certificação deve ser estimulada, pois contribui decisivamente para a capacitação dos cafeicultores, que ganham condições de aprimorar sua produção e elevar a produtividade, além de abrir as portas de novos mercados, graças à demanda crescente pelo produto certificado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que contará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã às 14 horas, a seguinte:

ORDEM DO DIA

1

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 402, DE 2007

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 402, de 2007, que *abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de um bilhão, seiscentos e quarenta e seis milhões, trezentos e trinta e nove mil, setecentos e sessenta e cinco reais, para os fins que especifica.*

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 22.2.2008)

Prazo final (prorrogado): 6.5.2008

2

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 5, DE 2008

*(Proveniente da Medida Provisória nº 403, de 2007)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 5, de 2008, que *dispõe sobre o exercício da atividade de franquias postal, revoga o § 1º do art. 1º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 403, de 2007).*

Relator revisor: Senador Osmar Dias

(Sobrestando a pauta a partir de: 23.2.2008)

Prazo final (prorrogado): 7.5.2008

3

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 6, DE 2008

*(Proveniente da Medida Provisória nº 404, de 2007)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 6, de 2008, que *altera o art. 41-A da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, modificando a data de pagamento dos benefícios da Previdência Social (proveniente da Medida Provisória nº 404, de 2007).*

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 9.3.2008)

Prazo final (prorrogado): 22.5.2008

4

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 11, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 84, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator ad hoc: Senador Antonio Carlos Júnior, que *aprova a Programação Monetária para o quarto trimestre de 2007.*

5

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 48, DE 2003**

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação*.

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator ad hoc: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de subemenda que apresenta.

6

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 38, DE 2004**

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que *altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar*.

Pareceres sob nºs 1.058, de 2006, e 1.185, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), contrário.

7

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 50, DE 2006**

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, que *inclui o art. 50A e altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto parlamentar*.

Pareceres sob nºs 816 e 1.186, de 2007 da Comissão de Constituição, Justiça e Cida-

dania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 1, de Plenário) Relator ad hoc: Senador Flexa Ribeiro, pela aprovação parcial, nos termos da Subemenda-CCJ (Substitutivo), que oferece.

8

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 86, DE 2007**

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que *altera o § 2º do art. 55 da Constituição Federal (determina o voto aberto para a perda de mandato de Deputados e Senadores)*.

Pareceres sob nºs 817 e 1.187, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta), Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2-Plen), Relator ad hoc: Senador Flexa Ribeiro, favorável, com Subemenda, que apresenta.

9

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 57, DE 2005**

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que *dá nova redação ao § 4º do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados*.

Pareceres da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sob nºs

– 779, de 2006, 1º pronunciamento (sobre a Proposta): Relator: Senador Ramez Tebet, favorável;

– 272, de 2007, 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 1-Plen): Relator: Senador Adelmir Santana, favorável, com a Emenda nº 2-CCJ, de redação; e

– 100, de 2008, 3º pronunciamento (em reexame, nos termos do Requerimento nº 128, de 2008), Relator Senador Adelmir Santana, ratificando seus pareceres anteriores, apresentando, ainda, as Emendas nºs 3 e 4-CCJ.

10

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 20, DE 1999**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.*

Parecer sob nº 478, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; e pela rejeição das demais matérias que tramitam em conjunto, com votos contrários dos Senadores Sibá Machado, Eduardo Suplicy, Epitácio Cafeteira, Antônio Carlos Valadares, Pedro Simon, Romero Jucá, e das Senadoras Serys Slhessarenko, Lúcia Vânia e, em separado, do Senador Aloizio Mercadante e da Senadora Patrícia Saboya.

11

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 18, DE 1999**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá, que *altera a redação do art. 228 da Constituição Federal.*

12

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 3, DE 2001**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o artigo 228*

da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.

13

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 26, DE 2002**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 26, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Iris Rezende, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, para reduzir a idade prevista para a imputabilidade penal, nas condições que estabelece.*

14

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 90, DE 2003**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 90, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Magno Malta, que *inclui parágrafo único no artigo 228, da Constituição Federal, para considerar penalmente imputáveis os maiores de treze anos que tenham praticado crimes definidos como hediondos.*

15

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 9, DE 2004**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 90, de 2003)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Papaléo Paes, que *acrescenta parágrafo ao artigo 228 da Constituição Federal, para determinar a imputabilidade penal quando o menor apresentar idade psicológica igual ou superior a dezoito anos.*

16

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2000**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2000 (nº 885/95, na Casa de origem), que *estabelece diretrizes gerais de programa nacional de habitação para mulheres com responsabilidade de sustento da família*.

Parecer sob nº 437, de 2007, da Comissão Diretora, Relator: Senador Gerson Camata, oferecendo a redação do vencido.

17

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 6, DE 2003**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003 (nº 2.820/2000, na Casa de origem), que *altera os arts.47 e 56 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. (Dispõe sobre a administração e o conselho fiscal das sociedades cooperativas)*.

Parecer sob nº 95, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Efraim Morais, oferecendo a redação do vencido.

18

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 26, DE 2000**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2000, que *altera a Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, para tratar do comparecimento do Presidente do Banco Central do Brasil na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal e para extinguir a obrigatoriedade de apresentação da programação monetária trimestral e a vinculação legal entre emissão de moeda e reservas cambiais*.

Parecer sob nº 66-A, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Flexa Ribeiro, oferecendo a redação do vencido.

19

**SUBSTITUTIVO DA CÂMARA AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 57, DE 2001**

Discussão, em turno único, do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 57, de 2001 (nº 5.270/2001, naquela Casa), que *altera o art. 36 do Decreto-Lei nº 221, de*

28 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca e dá outras providências.

Pareceres sob nºs 1.345 e 1.346, de 2007, das Comissões

– de Agricultura e Reforma Agrária, Relator: Senador João Durval, favorável, com as adequações redacionais propostas, e

– de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator ad hoc: Senador Renato Casagrande, favorável.

20

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 22, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 2003 (nº 5.120/2001, na Casa de origem), que *dispõe sobre as atividades das Agências de Turismo*.

Pareceres nºs 1.049 e 1.050, de 2007, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 a 12-CCJ, que apresenta;

– de Desenvolvimento Regional e Turismo, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, favorável ao Projeto e às Emendas nºs 1 a 4, 6 a 8, 11 e 12-CCJ, à Emenda nº 9-CCJ, nos termos de Subemenda; pela prejudicialidade das Emendas nºs 5 e 10-CCJ; apresentando, ainda, as Emendas nºs 13 a 18-CDR.

21

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2003 (nº 5.657/2001, na Casa de origem), que *acrescenta dispositivo à Lei n.º 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB (prescrição em cinco anos da ação de prestação de contas do advogado para o seu cliente, ou de terceiros por conta dele)*.

Parecer favorável, sob nº 1.162, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

22

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 75, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2004 (nº 1.071/2003, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 10.334,*

de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a obrigatoriedade de fabricação e comercialização de lâmpadas incandescentes para uso em tensões de valor igual ou superior ao da tensão nominal da rede de distribuição, e dá outras providências.

Parecer favorável sob nº 87, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Delcídio Amaral.

23

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 24, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2005 (nº 4.465/2001, na Casa de origem), que altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 (inclui novo trecho na Relação Descritiva das rodovias no Sistema Rodoviário Nacional).

Parecer favorável, sob nº 1.534, de 2005, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Relator “ad hoc”: Senador Rodolpho Tourinho.

24

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 103, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2005 (nº 45/99, na Casa de origem), que veda a exigência de carta de fiança aos candidatos a empregos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

Parecer sob nº 198, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator ad hoc: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que apresenta.

25

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 111, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 111, de 2005 (nº 3.796/2004, na Casa de origem), que dispõe sobre a Política Nacional de Orientação, Combate e Controle dos Efeitos Danosos da Exposição ao Sol à Saúde e dá providências correlatas.

Pareceres sob nºs 603 e 604, de 2007, das Comissões:

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Magno Malta, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, de redação, que apresenta; e

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Papaléo Paes, favorável, nos termos da Emenda nº 3-CAS (Substitutivo), que oferece.

26

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 118, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2005 (nº 1.153/2003, na Casa de origem), que modifica o inciso II do caput do art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (dispõe sobre o aproveitamento de matérias cursadas em seminários de filosofia ou teologia).

Parecer sob nº 924, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

27

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 1, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2006 (nº 1.696/2003, na Casa de origem), que altera o § 2º do art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde (acrescenta o planejamento familiar nos casos de cobertura dos planos ou seguros privados de assistência à saúde).

Parecer favorável, sob nº 145, de 2007, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

28

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 2, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2006 (nº 1.984/2003, na Casa de origem), que altera o inciso XIII do caput do art. 7º da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 (inclui as normas técnicas como obras protegidas pela legislação dos direitos autorais).

Parecer favorável, sob nº 376, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Roberto Saturnino.

29

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 4, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2006 (nº 4.730/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presi-

dente da República, que dá nova redação aos arts. 830 e 895 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (dispõe sobre a autenticidade de peças oferecidas para prova no processo trabalhista e sobre o cabimento de recurso ordinário para instância superior).

Parecer favorável sob o nº 697, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator Senador Eduardo Suplicy .

30

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 11, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2006 (nº 2.822/2003, na Casa de origem), que acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a boa-fé nas relações de trabalho.

Parecer sob nº 542, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

31

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2006 (nº 819/2003, na Casa de origem), que denomina “Rodovia Ministro Alfredo Nasser” a rodovia BR-174, entre a cidade de Cáceres – MT e a fronteira com a Venezuela.

Parecer sob o nº 1.175, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator ad hoc: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CE, que oferece.

32

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 43, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 2006 (nº 4.505/2004, na Casa de origem), que dispõe sobre o reconhecimento do dia 26 de outubro como Dia Nacional dos Trabalhadores Metroviários.

Parecer favorável, sob nº 926, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Paulo Paim.

33

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 90, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 2006 (nº 6.248/2005, na Casa de origem), que acrescenta o § 3º-C ao art. 30 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências (determina que cartórios de registros públicos afixem, em locais de fácil leitura e acesso, quadros contendo os valores das custas e emolumentos).

Parecer favorável, sob nº 1.163, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Valter Pereira.

34

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2007 (nº 1.791/1999, na Casa de origem), que institui o Dia Nacional dos Surdos.

Parecer favorável, sob nº 979, de 2007, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator “ad hoc”: Senador Flávio Arns.

35

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2007 (nº 3.986/2004, na Casa de origem), que institui o Dia Nacional do Vaqueiro.

Parecer favorável sob o nº 722, de 2007, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator “ad hoc”: Senador Valter Pereira.

36

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 42, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2007 (nº 1/2007, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre o valor do salário mínimo a partir de 2007 e estabelece diretrizes para a sua política de valorização de 2008 a 2023.

Pareceres sob nºs

– 601, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Osmar Dias, favorável; e

– 93, de 2008, da Comissão de Assuntos Sociais (em audiência, nos termos do Requerimento nº 958, de 2007), Relator: Senador Valdir Raupp, favorável, com a Emenda nº 1-CAS, que apresenta.

37

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 30, DE 2003

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003) (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003, de autoria do Senador Sérgio Cabral, que *acrescenta artigos à Lei nº 8.078/90 – Código do Consumidor, obrigando a comunicação prévia da inclusão do consumidor em cadastros, bancos de dados, fichas ou registros de inadimplentes, e obrigando os fornecedores de bens e serviços a fixar data e turno para a entrega de bens e prestação de serviços.*

Parecer sob nº 288, de 2007, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Gerson Camata, favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CMA, e subemenda que apresenta, e contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, que tramita em conjunto.

38

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 306, DE 2003

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003) (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)

Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, de autoria do Senador Valmir Amaral, que *acrescenta artigo à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), tipificando como crime a manutenção de informações negativas sobre consumidor em cadastros, banco de dados, fichas ou registros por período superior a cinco anos.*

39

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 169, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 7, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que *altera dispositivo da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.*

Parecer sob nº 459, de 2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns,

favorável, nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), que oferece.

40

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 140, DE 2007 – COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que *altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.*

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda que oferece.

41

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 277, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 9, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2007, de autoria do Senador Flávio Arns, que *acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para definir condições de qualidade da oferta de educação escolar para crianças de cinco e seis anos de idade.*

Parecer sob nº 874, de 2007, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Wilson Matos, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

42

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 702, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 702, de 2007, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito do Apagão Aéreo, que *altera a Lei nº 7.565, de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para prever a divulgação da lista de passageiros nos casos de acidentes aéreos.*

43

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 703, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 703, de 2007, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito do

Apagão Aéreo, que altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para dispor sobre a distribuição de horários de pouso e decolagem (slots) em aeroportos congestionados.

44

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 704, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 704, de 2007, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito do Apagão Aéreo, que altera a Lei nº 6.009, de 26 de dezembro de 1973, que dispõe sobre a utilização e a exploração dos aeroportos, das facilidades à navegação aérea e dá outras providências; e o Decreto-Lei nº 1.896, de 17 de dezembro de 1981, que dispõe sobre a utilização de instalações e serviços destinados a apoiar e tornar segura a navegação aérea, e revoga a Lei nº 7.920, de 12 de dezembro de 1989; a Lei nº 8.399, de 7 de janeiro de 1992; e a Lei nº 9.825, de 23 de agosto de 1999, para desonerar as tarifas aeroportuárias e aeronáuticas e autorizar a sua gradação conforme o grau de saturação e o horário de utilização dos respectivos serviços.

45

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 32, DE 2008

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que altera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, para introduzir critérios relacionados com as mudanças climáticas globais no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos com horizonte de operação superior a vinte e cinco anos.

46

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 33, DE 2008

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que dispõe sobre a Redução Certificada de Emissão (RCE) (unidade padrão de redução de emissão de gases de efeito estufa).

47

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 34, DE 2008

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 34, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que dispõe sobre a concessão de subvenção à implementação de Servidão Florestal, de Reserva Particular do Patrimônio Natural e de reserva legal, e sobre a possibilidade de recebimento da subvenção na forma de abatimento de dívidas de crédito rural.

48

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 35, DE 2008

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 35, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que altera dispositivo da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para viabilizar o acesso, ao Sistema Elétrico Interligado Nacional, dos autoprodutores de energia elétrica.

49

PARECER Nº 106, DE 2008

Discussão, em turno único, do Parecer nº 106, de 2008, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns, concluindo favoravelmente à Indicação nº 2, de 2007, da Senadora Serys Slhessarenko, que sugere à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, por seu intermédio, à Subcomissão de Trabalho Escravo, para analisar todas as matérias que tratem do tema e que se encontram em tramitação na Casa.

50

REQUERIMENTO Nº 1.302, DE 2004

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.302, de 2004, da Senadora Serys Slhessarenko, solicitando a instituição, no âmbito do Senado Federal, da Semana de Ciência e Tecnologia, a ser celebrada anualmente no mês de outubro, com o objetivo de mobilizar a população brasileira para questões científicas.

Pareceres favoráveis, sob nºs 448 a 451, de 2007, das Comissões de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Juvêncio da Fonseca; de Assuntos Sociais, Relator: Sena-

dor Cristovam Buarque; de Serviços de Infra-Estrutura, Relator ad hoc: Senador Eduardo Azeredo; e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, Relator: Senador Valter Pereira.

51

REQUERIMENTO Nº 778, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 778, de 2007, de autoria da Senadora Kátia Abreu, *solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado. (Fixação e ajuste dos parâmetros, índices e indicadores de produtividade.)*

52

REQUERIMENTO Nº 914, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 914, de 2007, do Senador Mozarildo Cavalcanti, *solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2007, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado. (Gestão de florestas públicas; institui o Serviço Florestal Brasileiro na estrutura do Ministério do Meio Ambiente.)*

53

REQUERIMENTO Nº 1242, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.242, de 2007, do Senador Arthur Virgílio, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2007-Complementar, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania. (Local do recolhimento do ISS nas operações de arrendamento mercantil)*

54

REQUERIMENTO Nº 1494, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.494, de 2007, do Senador Sérgio Zambiasi, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2006, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e*

531, de 2007, por regularem a mesma matéria. (Propaganda de bebidas alcoólicas)

55

REQUERIMENTO Nº 1495, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.495, de 2007, do Senador Geraldo Mesquita Júnior, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 510, de 1999, e 505, de 2007, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria. (Propaganda de bebidas alcoólicas)*

56

REQUERIMENTO Nº 115, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 115, de 2008, do Senador Cícero Lucena e outros Senhores Senadores, *solicitando a criação de Comissão Temporária Externa, composta por cinco membros titulares e igual número de suplentes, para, no prazo de doze meses, acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco.*

57

REQUERIMENTO Nº 158, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 158, de 2008, do Senador Flexa Ribeiro, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 29, de 2003, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária. (Política Pesqueira Nacional)*

58

REQUERIMENTO Nº 175, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 175, de 2008, do Senador Marconi Perillo, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 121 e 156, de 2007-Complementares, com o Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2007-Complementar, por regularem a mesma matéria. (Valores mínimos a serem aplicados em ações e serviços públicos de saúde)*

59

REQUERIMENTO Nº 176, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 176, de 2008, do Senador Flexa Ribeiro *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 303, de 2005, com os Projetos de Lei do Senado nºs 370, de 1999; 145, de 2000; e o Projeto de Lei da Câmara nº 151, de 2001, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria. (Impenhorabilidade dos bens de família)*

60

REQUERIMENTO Nº 186, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 186, de 2008, do Senador Expedito Júnior, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 210, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. (Isenção do Imposto de Importação e IPI incidentes sobre CD e DVD)*

61

REQUERIMENTO Nº 199, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 199, de 2008, do Senador Romero Jucá, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 7, de 2005 e 17, de 2006-Complementar, com os Projetos de Lei do Senado nºs 129 e 183, de 2003 e 291, de 2005, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria. (Faculta adesão ao SIMPLES por pessoas jurídicas que especifica)*

62

REQUERIMENTO Nº 210, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 210, de 2008, do Senador Aloizio Mercadante, *solicitando que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2004, que tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 187,*

2002; 44, de 2004; e 113, de 2006; além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos. (Planos de Saúde)

63

REQUERIMENTO Nº 247, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 247, de 2008, da Senador Paulo Paim e outros Senhores Senadores, *solicitando, nos termos do art. 336, inciso III, do Regimento Interno, urgência para o Projeto de Lei do Senado nº 296, de 2003. (Modifica a forma de cálculo dos benefícios da Previdência Social – Fator Previdenciário)*

64

REQUERIMENTO Nº 248, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 248, de 2008, do Senador Paulo Paim, *solicitando a dispensa do parecer da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o Projeto de Lei do Senado nº 58, de 2003, cujo prazo encontra-se esgotado. (Atualização das aposentadorias e pensões pagas pela Previdência Social)*

65

REQUERIMENTO Nº 256, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 256, de 2008, do Senador Romero Jucá, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 280, de 2004; 132, 191 e 467, de 2007, com o Projeto de Lei do Senado nº 167, de 2003, que já se encontra apensado aos de nºs 210, de 2003; 75 e 323, de 2004; e 87, de 2005, por versarem sobre a mesma matéria. (Isenção de IPI em automóveis, motocicletas etc.)*

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) –
Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 7 minutos.)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

Bahia

Minoria-DEM - Antonio Carlos Júnior* (S)
Bloco-PR - César Borges*
PDT - João Durval**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Maioria-PMDB - Paulo Duque* (S)
Bloco-PP - Francisco Dornelles**

Maranhão

S/PARTIDO - Lobão Filho* (S)
Maioria-PMDB - Roseana Sarney*
PTB - Epitácio Cafeteira**

Pará

Minoria-PSDB - Flexa Ribeiro* (S)
PSOL - José Nery* (S)
Minoria-PSDB - Mário Couto**

Pernambuco

Minoria-DEM - Marco Maciel*
Minoria-PSDB - Sérgio Guerra*
Maioria-PMDB - Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

Bloco-PT - Aloizio Mercadante*
PTB - Romeu Tuma*
Bloco-PT - Eduardo Suplicy**

Minas Gerais

Minoria-PSDB - Eduardo Azeredo*
Maioria-PMDB - Wellington Salgado de Oliveira* (S)
Minoria-DEM - Eliseu Resende**

Goias

Minoria-DEM - Demóstenes Torres*
Minoria-PSDB - Lúcia Vânia*
Minoria-PSDB - Marconi Perillo**

Mato Grosso

Minoria-DEM - Gilberto Goellner* (S)
Bloco-PT - Serys Slhessarenko*
Minoria-DEM - Jayme Campos**

Rio Grande do Sul

Bloco-PT - Paulo Paim*
PTB - Sérgio Zambiasi*
Maioria-PMDB - Pedro Simon**

Ceará

PDT - Patrícia Saboya*
Minoria-PSDB - Tasso Jereissati*
Bloco-PC DO B - Inácio Arruda**

Paraíba

Minoria-DEM - Efraim Morais*
Maioria-PMDB - José Maranhão*
- vago**

Espírito Santo

Maioria-PMDB - Gerson Camata*
Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSB - Renato Casagrande**

Piauí

Minoria-DEM - Heráclito Fortes*
Maioria-PMDB - Mão Santa*
PTB - João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte

Maioria-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Minoria-DEM - José Agripino*
Minoria-DEM - Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina

Bloco-PT - Ideli Salvatti*
Maioria-PMDB - Neuto De Conto* (S)
Minoria-DEM - Raimundo Colombo**

Alagoas

Minoria-PSDB - João Tenório* (S)
Maioria-PMDB - Renan Calheiros*
PTB - Fernando Collor**

Sergipe

Maioria-PMDB - Almeida Lima*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
PSC - Virgínio de Carvalho** (S)

Amazonas

Minoria-PSDB - Arthur Virgílio*
PDT - Jefferson Peres*
Bloco-PT - João Pedro** (S)

Paraná

Bloco-PT - Flávio Arns*
PDT - Osmar Dias*
Minoria-PSDB - Alvaro Dias**

Acre

Maioria-PMDB - Geraldo Mesquita Júnior*
Bloco-PT - Sibá Machado* (S)
Bloco-PT - Tião Viana**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Delcídio Amaral*
Maioria-PMDB - Valter Pereira* (S)
Minoria-PSDB - Marisa Serrano**

Distrito Federal

Minoria-DEM - Adelmir Santana* (S)
PDT - Cristovam Buarque*
PTB - Gim Argello** (S)

Tocantins

Bloco-PR - João Ribeiro*
Maioria-PMDB - Leomar Quintanilha*
Minoria-DEM - Kátia Abreu**

Amapá

Maioria-PMDB - Gilvam Borges*
Minoria-PSDB - Papaléo Paes*
Maioria-PMDB - José Sarney**

Rondônia

Bloco-PT - Fátima Cleide*
Maioria-PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PR - Expedito Júnior**

Roraima

Bloco-PT - Augusto Botelho*
Maioria-PMDB - Romero Jucá*
PTB - Mozarildo Cavalcanti**

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

COMPOSIÇÃO COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - ONGS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais - ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 1999 até a data de 8 de novembro de 2007.

(Requerimento nº 201, de 2007, lido em 15.3.2007)
(Aditado pelo Requerimento nº 217, de 2007, lido em 20.03.2007)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.324, de 2007, lido em 8.11.2007)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Raimundo Colombo (DEM-SC) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽⁹⁾

RELATOR: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽⁹⁾

Leitura: 15/03/2007
Designação: 05/06/2007
Instalação: 03/10/2007
Prazo final: 12/05/2008

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB) ⁽¹⁾	
Heráclito Fortes (DEM-PI)	1. Demóstenes Torres (DEM-GO)
Raimundo Colombo (DEM-SC)	
Sérgio Guerra (PSDB-PE) ⁽¹²⁾	2. Alvaro Dias (PSDB-PR) ^(4,8)
Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽⁵⁾	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁰⁾	
Fátima Cleide (PT-RO)	1. Eduardo Suplicy (PT-SP)
Inácio Arruda (PC DO B-CE) ^(2,6)	2. Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)
Sibá Machado (PT-AC) ⁽³⁾	
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Leomar Quintanilha (PMDB-TO)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	2. Romero Jucá (PMDB-RR)
Valter Pereira (PMDB-MS)	
PDT	
Jefferson Peres (AM)	
PDT/PSOL ⁽¹¹⁾	
	1. Osmar Dias (PDT-PR)

Notas:

1. De acordo com o cálculo de proporcionalidade partidária, cabe ao Bloco Parlamentar da Minoria a indicação de três membros suplentes.
2. Senador Inácio Arruda, passa a substituir o Senador João Ribeiro, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG). Eleito como Relator, na Sessão do dia 10.10.2007.
3. Senador Sibá Machado, passou a substituir o Senador Vicente Claudino, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG).
4. Senador Sérgio Guerra foi designado, em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB).
5. Senadora Lúcia Vânia, em substituição à Senadora Marisa Serrano, foi designada em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB). Eleita para a Vice-Presidência, na Sessão Ordinária em 10.10.2007.
6. Indicado o Senador Inácio Arruda em substituição ao Senador Eduardo Suplicy, que se torna membro suplente, nos termos do Ofício nº 138/2007.
7. Senador Raimundo Colombo foi eleito em 3.10.2007.
8. O Senador Alvaro Dias foi indicado em substituição ao Senador Sérgio Guerra, na sessão deliberativa de 09.10.2007, conforme Ofício nº 185/2007-GLPSDB (DSF de 10.10.2007).
9. Em 10.10.2007, foram eleitos a Senadora Lúcia Vânia como Vice-Presidente e o Senador Inácio Arruda como Relator.
10. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
11. Vaga de suplente compartilhada entre o PDT e o PSOL.
12. Senador Sérgio Guerra passou a substituir o Senador Flexa Ribeiro, em 26/02/2008, na condição de membro titular (Of. 16/08-GLPSDB).

Secretário(a): Will de Moura Wanderley
Telefone(s): 3311-3514
Fax: 3311-1176

2) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - PEDOFILIA

Finalidade: Conforme indicações das Lideranças, a Presidência designa os seguintes Senadores e Senadoras para compor a Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 200, de 2008, de autoria do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta de sete titulares e cinco suplentes, nos termos do § 4º do art. 145 do Regimento Interno do Senado Federal, para, no prazo de cento e vinte dias, apurar a utilização da internet na prática de crimes de "pedofilia", bem como a relação desses crimes com o crime organizado.

(Requerimento nº 200, de 2008, lido em 4.3.2008)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

RELATOR: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

Leitura: 04/03/2008

Designação: 24/03/2008

Instalação: 25/03/2008

Prazo final: 04/08/2008

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. Virgínio de Carvalho (PSC-SE) (2)
Eduardo Azeredo (PSDB-MG)	2. VAGO (1)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Marcelo Crivella (PRB-RJ)	1. Paulo Paim (PT-RS)
Magno Malta (PR-ES)	
Maioria (PMDB)	
Almeida Lima (PMDB-SE)	1. VAGO
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)	
PTB	
Romeu Tuma (SP)	1. Sérgio Zambiasi (RS)

Notas:

1. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado no período de 31/03 a 31/07/2008.

2. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada no período de 20/03 a 18/07/2008 (Of. 30/08-GLDEM).

**COMPOSIÇÃO
COMISSÕES TEMPORÁRIAS**

**1) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO
FEDERAL**

Finalidade: Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto de Resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, aprovado em 5.3.2008)

Número de membros: 5 titulares

Leitura: 05/03/2008
Prazo final: 03/06/2008

TITULARES

Senador Gerson Camata (PMDB)

Senador César Borges (PR)

Senador Papaléo Paes (PSDB)

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)

VAGO

**2) COMISSÃO TEMPORÁRIA - RISCO AMBIENTAL EM MUNICÍPIOS RELACIONADOS
PELO INPE**

Finalidade: Destinada a verificar, no prazo de doze meses, o risco ambiental em que vivem Municípios relacionados pelo Instituto Nacional de Pesquisa - INPE em seu "Mapa do desmatamento".

(Requerimento nº 193, de 2008, aprovado em 25.3.2008)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Leitura: 25/03/2008
Prazo final: 22/12/2008

**3) COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE ELABORAR PROJETO DE CÓDIGO
DE PROCESSO PENAL**

Finalidade: Elaborar, no prazo de 180 dias, projeto de Código de Processo Penal.

(Requerimento nº 227, de 2008, aprovado em 25.3.2008)

Leitura: 25/03/2008

TITULARES

VAGO

COMPOSIÇÃO
COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloizio Mercadante (PT-SP)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eliseu Resende (DEM-MG)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (4)	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Flávio Ams (PT)
Francisco Dornelles (PP)	2. Paulo Paim (PT)
Delcídio Amaral (PT)	3. Ideli Salvatti (PT)
Aloizio Mercadante (PT)	4. Sibá Machado (PT)
Renato Casagrande (PSB)	5. Marcelo Crivella (PRB)
Expedito Júnior (PR)	6. Inácio Arruda (PC DO B)
Serys Slhessarenko (PT)	7. Patrícia Saboya (PDT) (2)
	8. Antonio Carlos Valadares (PSB)
	9. César Borges (PR)
Maioria (PMDB)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Valter Pereira (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Roseana Sarney (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	4. Leomar Quintanilha (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB)	5. VAGO (5)
Neuto De Conto (PMDB)	6. Paulo Duque (PMDB)
Gerson Camata (PMDB)	7. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM)	1. Gilberto Goellner (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. Antonio Carlos Júnior (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	3. Demóstenes Torres (DEM)
Jayme Campos (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Kátia Abreu (DEM)	5. Marco Maciel (DEM)
Raimundo Colombo (DEM)	6. Romeu Tuma (PTB) (3)
VAGO (1)	7. Arthur Virgílio (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	8. Eduardo Azeredo (PSDB)
Sérgio Guerra (PSDB)	9. Marconi Perillo (PSDB)
Tasso Jereissati (PSDB)	10. João Tenório (PSDB)
PTB (6)	
João Vicente Claudino	
Gim Argello	
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Peres

Notas:

1. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado no período de 31/03 a 31/07/2008.
2. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
3. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
4. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
5. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
6. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário n° 19 - ALA ALEXANDRE COSTA
Telefone(s): 3311-4605 e 33113516
Fax: 3311-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

VICE-PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (3)	
Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Delcídio Amaral (PT)
Sibá Machado (PT)	2. Serys Shessarenko (PT)
Expedito Júnior (PR)	3. João Vicente Claudino (PTB)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Mão Santa (PMDB)
VAGO (4)	2. Renato Casagrande (PSB) (2)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO (5)
Raimundo Colombo (DEM)	
Sérgio Guerra (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. Eduardo Azeredo (PSDB)
PDT PMDB PSDB (1)	
VAGO (6)	1. VAGO

Notas:

1. Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT.
2. Vaga do PMDB cedida ao PSB
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.
6. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado no período de 31/03 a 31/07/2008.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho
Telefone(s): 3311-4605 e 33113516
Fax: 3311-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - PREVIDÊNCIA SOCIAL

Finalidade: Debater e examinar a situação da Previdência Social

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho
Telefone(s): 3311-4605 e 33113516
Fax: 3311-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - REFORMA TRIBUTÁRIA

Finalidade: Avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional na forma do inciso XV do art. 52 da Constituição Federal, assim como tratar de matérias referentes à Reforma Tributária

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)

VICE-PRESIDENTE: Senador Neuto De Conto (PMDB-SC)

RELATOR: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Renato Casagrande (PSB)
Francisco Dornelles (PP)	2. Ideli Salvatti (PT)
Maioria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1. VAGO
Neuto De Conto (PMDB)	2. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Raimundo Colombo (DEM)	1. João Tenório (PSDB) ⁽²⁾
Osmar Dias (PDT) ⁽¹⁾	2. VAGO ^(2,4)
Tasso Jereissati (PSDB)	3. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. Vaga cedida ao PDT

2. Vaga cedida ao PSDB

3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

4. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado no período de 31/03 a 31/07/2008.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - REGULAMENTAÇÃO DOS MARCOS REGULATÓRIOS

Finalidade: Debater e estudar a regulamentação dos Marcos Regulatórios nos diversos setores de atividades que compreendem serviços concedidos pelo Governo, como telecomunicações, aviação civil, rodovias, saneamento, ferrovias, portos, mercado de gás natural, geração de energia elétrica, parcerias público-privadas, etc.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Guerra (PSDB-PE)

RELATOR: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Delcídio Amaral (PT)	1. Francisco Dornelles (PP)
Inácio Arruda (PC DO B)	2. Renato Casagrande (PSB)
Majoria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
VAGO ⁽²⁾	2. Valter Pereira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Kátia Abreu (DEM)	1. José Agripino (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	2. Romeu Tuma (PTB)
Sérgio Guerra (PSDB)	3. Tasso Jereissati (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes
PRESIDENTE: Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Patrícia Saboya (PDT) ⁽¹⁾	1. Fátima Cleide (PT)
Flávio Arns (PT)	2. Serys Shessarenko (PT)
Augusto Botelho (PT)	3. Expedito Júnior (PR)
Paulo Paim (PT)	4. VAGO ⁽⁵⁾
Marcelo Crivella (PRB)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Ideli Salvatti (PT)
José Nery (PSOL)	7. Magno Malta (PR)
Maioria (PMDB)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
VAGO ⁽⁷⁾	2. Valter Pereira (PMDB)
VAGO ⁽⁴⁾	3. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	4. Neuto De Conto (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	5. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Adelmir Santana (DEM)
Jayme Campos (DEM)	2. Heráclito Fortes (DEM)
Kátia Abreu (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	4. Romeu Tuma (PTB) ⁽²⁾
Eduardo Azeredo (PSDB)	5. VAGO ⁽⁸⁾
Lúcia Vânia (PSDB)	6. Sérgio Guerra (PSDB)
Papaléo Paes (PSDB)	7. Marisa Serrano (PSDB)
PTB ⁽⁶⁾	
Gim Argello	1. VAGO
PDT	
João Durval	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do titular, Senador Fernando Collor.
6. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
7. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
8. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado no período de 31/03 a 31/07/2008.

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário n.º 09 - ALA ALEXANDRE COSTA
Telefone(s): 3311-3515
Fax: 3311-3652
E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Marcelo Crivella (PRB)	2. VAGO
Maioria (PMDB) e PDT	
VAGO ⁽²⁾	1. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Jayme Campos (DEM)	1. Kátia Abreu (DEM)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. VAGO ⁽³⁾

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
3. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado no período de 31/03 a 31/07/2008.

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (PT-PR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Fátima Cleide (PT)
Paulo Paim (PT)	2. VAGO
Maioria (PMDB) e PDT	
VAGO ⁽²⁾	1. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	
Eduardo Azeredo (PSDB)	1. Papaléo Paes (PSDB)
	2. Marisa Serrano (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA
DA SAÚDE**

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Papaléo Paes (PSDB-AP)

VICE-PRESIDENTE: Senador Augusto Botelho (PT-RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Augusto Botelho (PT)	1. VAGO
Flávio Arns (PT)	2. VAGO
Majoria (PMDB) e PDT	
João Durval (PDT)	1. Adelmir Santana (DEM) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. Kátia Abreu (DEM)
Papaléo Paes (PSDB)	2. Cícero Lucena (Sem Partido)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Vaga cedida pelo PDT ao DEM.

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Marco Maciel (DEM-PE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Valter Pereira (PMDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Serys Slhessarenko (PT)	1. João Ribeiro (PR)
Sibá Machado (PT)	2. Inácio Arruda (PC DO B)
Eduardo Suplicy (PT)	3. César Borges (PR)
Aloizio Mercadante (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Ideli Salvatti (PT)	5. Magno Malta (PR)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	6. José Nery (PSOL)
Maioria (PMDB)	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Roseana Sarney (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Romero Jucá (PMDB)	3. Leomar Quintanilha (PMDB)
Almeida Lima (PMDB)	4. Valdir Raupp (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	5. José Maranhão (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB)	6. Neuto De Conto (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM)	1. Eliseu Resende (DEM)
Marco Maciel (DEM)	2. Jayme Campos (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	3. José Agripino (DEM)
Kátia Abreu (DEM)	4. Alvaro Dias (PSDB) ⁽²⁾
Antonio Carlos Júnior (DEM)	5. Virgínio de Carvalho (PSC) ⁽⁵⁾
Arthur Virgílio (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	7. João Tenório (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	8. Marconi Perillo (PSDB)
Tasso Jereissati (PSDB)	9. Mário Couto (PSDB)
PTB ⁽⁴⁾	
Epitácio Cafeteira	1. Mozarildo Cavalcanti
PDT	
Jefferson Peres	1. Osmar Dias

Notas:

1. Eleito em 8.8.2007.

2. Vaga cedida pelo DEM ao PSDB.

3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

5. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada no período de 20/03 a 18/07/2008 (Of. 30/08-GLDEM).

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário n.º 3 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)

VICE-PRESIDENTE: Senador Gilvam Borges (PMDB-AP)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Patrícia Saboya (PDT) ⁽¹⁾
Augusto Botelho (PT)	2. João Pedro (PT)
Fátima Cleide (PT)	3. Aloizio Mercadante (PT)
Paulo Paim (PT)	4. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Ideli Salvatti (PT)	5. Francisco Dornelles (PP)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Marcelo Crivella (PRB)
Renato Casagrande (PSB)	7. João Vicente Claudino (PTB)
Sérgio Zambiasi (PTB)	8. Magno Malta (PR)
João Ribeiro (PR)	9. Sibá Machado (PT)
Maioria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB)	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	3. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	4. Valter Pereira (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	5. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
VAGO ⁽⁵⁾	6. VAGO
Gerson Camata (PMDB)	7. Neuto De Conto (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. Demóstenes Torres (DEM)
Virgínio de Carvalho (PSC) ⁽⁷⁾	3. Gilberto Goellner (DEM)
Marco Maciel (DEM)	4. José Agripino (DEM)
Raimundo Colombo (DEM)	5. Kátia Abreu (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	6. Romeu Tuma (PTB) ⁽²⁾
Marconi Perillo (PSDB)	7. VAGO ⁽⁶⁾
Marisa Serrano (PSDB)	8. Eduardo Azeredo (PSDB)
Papaléo Paes (PSDB)	9. Sérgio Guerra (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	10. Lúcia Vânia (PSDB)
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Peres

Notas:

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
6. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado no período de 31/03 a 31/07/2008.
7. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada no período de 20/03 a 18/07/2008 (Of. 30/08-GLDEM).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:00HS - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

PRESIDENTE: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Flávio Arns (PT)	2. Ideli Salvatti (PT)
Sérgio Zambiasi (PTB)	3. Magno Malta (PR)
Maioria (PMDB)	
VAGO ⁽³⁾	1. Marcelo Crivella (PRB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	3. Valter Pereira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. VAGO ⁽¹⁾
Romeu Tuma (PTB)	2. Marco Maciel (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM)
Marisa Serrano (PSDB)	4. Eduardo Azeredo (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
Francisco Dornelles (PP)	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada no período de 20/03 a 18/07/2008.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (2)	
Renato Casagrande (PSB)	1. Flávio Arns (PT)
Sibá Machado (PT)	2. Augusto Botelho (PT)
Fátima Cleide (PT)	3. Serys Silhessarenko (PT)
César Borges (PR)	4. Inácio Arruda (PC DO B)
VAGO (3)	5. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Gilvam Borges (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Almeida Lima (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	4. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Eliseu Resende (DEM)	1. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. VAGO (1)
Gilberto Goellner (DEM)	3. VAGO (4)
José Agripino (DEM)	4. Raimundo Colombo (DEM)
VAGO (5)	5. Lúcia Vânia (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	7. Arthur Virgílio (PSDB)
PDT	
Jefferson Peres	1. VAGO

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do titular, Senador Fernando Collor.
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado no período de 31/03 a 31/07/2008.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO
Telefone(s): 3311-3935
Fax: 3311-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - AQUECIMENTO GLOBAL

Finalidade: Estudar as mudanças climáticas em consequência do aquecimento global

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)
VICE-PRESIDENTE: Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)
RELATOR: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (1)	
Renato Casagrande (PSB)	1. Flávio Arns (PT)
Inácio Arruda (PC DO B)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO (2)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
	1. Adelmir Santana (DEM)
Marconi Perillo (PSDB)	2. Marisa Serrano (PSDB)
VAGO (3)	

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
3. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado no período de 31/03 a 31/07/2008.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Telefone(s): 3311-3935
Fax: 3311-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)
VICE-PRESIDENTE: Senador João Ribeiro (PR-TO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (2)	
João Ribeiro (PR)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
Serys Shlessarenko (PT)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. VAGO (3)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
César Borges (PR) (1)	1. Adelmir Santana (DEM)
VAGO (4)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado no período de 31/03 a 31/07/2008.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Telefone(s): 3311-3935
Fax: 3311-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - FÓRUM DAS ÁGUAS DAS AMÉRICAS E FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA

Finalidade: Participar e Acompanhar as atividades do Fórum das Águas das Américas, a realizar-se no Brasil, e do V Fórum Mundial da Água, que acontecerá em Istambul, Turquia, em março de 2009.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Sibá Machado (PT-AC)

VICE-PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

RELATOR: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Sibá Machado (PT)	1. Fátima Cleide (PT)
Renato Casagrande (PSB)	2. César Borges (PR)
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Almeida Lima (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Adelmir Santana (DEM)

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A CRISE AMBIENTAL NA AMAZÔNIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

VICE-PRESIDENTE: Senador Sibá Machado (PT-AC)

RELATOR: Senador Expedito Júnior (PR-RO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Renato Casagrande (PSB)	1. Expedito Júnior (PR)
Sibá Machado (PT)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Gilvam Borges (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. VAGO (1)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Arthur Virgílio (PSDB)

Notas:

1. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado no período de 31/03 a 31/07/2008.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE
Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3311-4251/2005
Fax: 3311-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE
Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3311-4251/2005
Fax: 3311-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO TRABALHO ESCRAVO
Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes
PRESIDENTE: Senador José Nery (PSOL-PA)
VICE-PRESIDENTE: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Flávio Ams (PT)
José Nery (PSOL) ⁽¹⁾	2. Patrícia Saboya (PDT)
Majoria (PMDB)	
Inácio Arruda (PC DO B)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽²⁾	1. VAGO ⁽⁴⁾
Lúcia Vânia (PSDB)	2. VAGO ⁽⁵⁾

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.
2. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada no período de 20/03 a 18/07/2008.
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado no período de 31/03 a 31/07/2008.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3311-4251/2005
Fax: 3311-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Ideli Salvatti (PT-SC)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Ideli Salvatti (PT)	1. Fátima Cleide (PT)
Serys Slhessarenko (PT)	2. Patrícia Saboya (PDT) ⁽¹⁾
Majoria (PMDB)	
Roseana Sarney (PMDB)	1. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽²⁾	1. Romeu Tuma (PTB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. VAGO

Notas:

1. A Senadora Patrícia Saboya integra a composição da Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo.
2. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada no período de 20/03 a 18/07/2008.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
Marcelo Crivella (PRB)	2. Aloizio Mercadante (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	3. Augusto Botelho (PT)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	4. Serys Silhessarenko (PT)
João Ribeiro (PR)	5. Fátima Cleide (PT)
	6. Francisco Dornelles (PP)
Maioria (PMDB)	
Pedro Simon (PMDB)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Almeida Lima (PMDB)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	4. Gilvam Borges (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	5. VAGO ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Heráclito Fortes (DEM)	1. José Nery (PSOL) ⁽⁵⁾
Marco Maciel (DEM)	2. César Borges (PR) ⁽¹⁾
Virgínio de Carvalho (PSC) ⁽⁶⁾	3. Kátia Abreu (DEM)
Romeu Tuma (PTB) ⁽²⁾	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Arthur Virgílio (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	6. Tasso Jereissati (PSDB) ⁽⁷⁾
João Tenório (PSDB)	7. Sérgio Guerra (PSDB)
PTB ⁽⁶⁾	
Fernando Collor	
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Peres

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007 (DSF 2.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Vaga cedida temporariamente ao PSOL, conforme Ofício nº 10/2008-DEM (DSF 14.02.2008).
6. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
7. Em 24/03/2008, o Senador Tasso Jereissati é designado Suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/08 - GLPSDB).
8. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada no período de 20/03 a 18/07/2008 (Of. 30/08-GLDEM).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 7 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)

VICE-PRESIDENTE: Senador Augusto Botelho (PT-RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Augusto Botelho (PT)	1. João Ribeiro (PR)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	2. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	2. Gilvam Borges (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Marco Maciel (DEM)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Arthur Virgílio (PSDB)
PDT	
Jefferson Peres	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador João Ribeiro (PR-TO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
VAGO ⁽³⁾	1. Inácio Arruda (PC DO B)
João Ribeiro (PR)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
VAGO	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Papaléo Paes (PSDB)
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Peres

Notas:

1. Senador Fernando Collor, eleito em 01.03.2007, encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 29.08.2007, pelo prazo de 121 dias (Requerimento nº 968, de 2007).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do titular, Senador Fernando Collor.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
VAGO ⁽¹⁾	1. Marcelo Crivella (PRB)
Maioria (PMDB)	
Paulo Duque (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Marco Maciel (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
Jefferson Peres	1. VAGO

Notas:

1. O Senador Fernando Collor foi substituído na Comissão de Relações Exteriores, conforme Ofício n.º 146/2007 - GLDBAG, lido em 05/09/2007, pelo Senador Euclides Mello.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)

VICE-PRESIDENTE: Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (2)	
Serys Silhessarenko (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Delcídio Amaral (PT)	2. Fátima Cleide (PT)
Ideli Salvatti (PT)	3. Aloizio Mercadante (PT)
Francisco Dornelles (PP)	4. João Ribeiro (PR)
Inácio Arruda (PC DO B)	5. Augusto Botelho (PT)
Exedito Júnior (PR)	6. Renato Casagrande (PSB)
Maioria (PMDB)	
Romero Jucá (PMDB)	1. VAGO (3)
Valdir Raupp (PMDB)	2. José Maranhão (PMDB)
Leomar Quintanilha (PMDB)	3. Gilvam Borges (PMDB)
VAGO (4)	4. Neuto De Conto (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	5. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	6. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Demóstenes Torres (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	2. Marco Maciel (DEM)
Jayme Campos (DEM)	3. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Raimundo Colombo (DEM)	5. Romeu Tuma (PTB) (1)
João Tenório (PSDB)	6. VAGO (6)
Marconi Perillo (PSDB)	7. Eduardo Azeredo (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	8. Mário Couto (PSDB)
Sérgio Guerra (PSDB)	9. Tasso Jereissati (PSDB)
PTB (5)	
Gim Argello	1. João Vicente Claudino
PDT	
João Durval	1. VAGO

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Vago, em virtude de o Senador Cicero Lucena encontrar-se licenciado no período de 31/03 a 31/07/2008.

Secretário(a): Dulcília Ramos Calhao

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 14:00 HS - Plenário nº 13 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-4607

Fax: 3311-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão Permanente Destinada a Acompanhar a Implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Dulcília Ramos Calhao

Telefone(s): 3311-4607

Fax: 3311-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRA-ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Dulcília Ramos Calhao

Telefone(s): 3311-4607

Fax: 3311-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽⁵⁾	
Fátima Cleide (PT)	1. Sibá Machado (PT)
Patrícia Saboya (PDT) ⁽⁴⁾	2. Expedito Júnior (PR)
João Pedro (PT)	3. Inácio Arruda (PC DO B)
João Vicente Claudino (PTB)	4. Antonio Carlos Valadares (PSB)
	5. José Nery (PSOL) ^(1,2)
Maioria (PMDB)	
José Maranhão (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
Gim Argello (PTB) ⁽³⁾	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
VAGO ⁽⁶⁾	3. Pedro Simon (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	4. Valdir Raupp (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Gilberto Goellner (DEM)
Adelmir Santana (DEM)	2. Jayme Campos (DEM)
Marco Maciel (DEM)	3. Kátia Abreu (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	4. Virgínio de Carvalho (PSC) ⁽⁹⁾
Lúcia Vânia (PSDB)	5. Tasso Jereissati (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
VAGO ⁽⁸⁾	7. João Tenório (PSDB)
PTB ⁽⁷⁾	
Mozarildo Cavalcanti	
PDT	
Jefferson Peres	1. Osmar Dias

Notas:

- Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
- Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.
- Vaga cedida ao PTB, nos termos do Ofício nº 361/2007 - GLPMDB.
- Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
- O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
- Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
- Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
- Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado no período de 31/03 a 31/07/2008.
- Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada no período de 20/03 a 18/07/2008 (Of. 30/08-GLDEM).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira**Reuniões:** QUARTAS-FEIRAS - 14:00HS -**Telefone(s):** 3311-4282**Fax:** 3311-1627**E-mail:** scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Neuto De Conto (PMDB-SC)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Expedito Júnior (PR-RO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (2)	
VAGO	1. Paulo Paim (PT)
Delcídio Amaral (PT)	2. Sibá Machado (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	3. César Borges (PR)
Expedito Júnior (PR)	4. Augusto Botelho (PT)
João Pedro (PT)	5. José Nery (PSOL) (1)
Majoria (PMDB)	
VAGO (3)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Leomar Quintanilha (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	3. Valter Pereira (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	4. Mão Santa (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Heráclito Fortes (DEM)	1. VAGO (4)
Jayme Campos (DEM)	2. Eliseu Resende (DEM)
Gilberto Goellner (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM)
Kátia Abreu (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
VAGO (5)	5. Marconi Perillo (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	6. João Tenório (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	7. Sérgio Guerra (PSDB)
PDT	
Osmar Dias	1. João Durval

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.

2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.

5. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado no período de 31/03 a 31/07/2008.

Secretário(a): Marcello Varela**Reuniões:** QUINTAS-FEIRAS - 12:00HS -**Telefone(s):** 3311-3506**E-mail:** marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Tenório (PSDB-AL)

VICE-PRESIDENTE: Senador Sibá Machado (PT-AC)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (1)	
Sibá Machado (PT)	1. Paulo Paim (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	2. Mão Santa (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (2)	1. Raimundo Colombo (DEM)
	2. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	3. VAGO (3)
Marisa Serrano (PSDB)	

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.

3. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado no período de 31/03 a 31/07/2008.

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3311-3506

E-mail: marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E
INFORMÁTICA - CCT**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (2)	
Marcelo Crivella (PRB)	1. Expedito Júnior (PR)
Augusto Botelho (PT)	2. Flávio Arns (PT)
Renato Casagrande (PSB)	3. João Ribeiro (PR)
Ideli Salvatti (PT)	4. Francisco Dornelles (PP)
	5. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Gerson Camata (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB)	3. Mão Santa (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	4. Leomar Quintanilha (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Eliseu Resende (DEM)
Romeu Tuma (PTB) (1)	2. Heráclito Fortes (DEM)
Virginio de Carvalho (PSC) (5)	3. Marco Maciel (DEM)
Antonio Carlos Júnior (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	6. Marconi Perillo (PSDB)
VAGO (4)	7. Papaléo Paes (PSDB)
PTB (3)	
Sérgio Zambiasi	
PDT	
Cristovam Buarque	1. VAGO

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
4. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado no período de 31/03 a 31/07/2008.
5. Em 01/04/2008, o Senador Virginio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada no período de 20/03 a 18/07/2008 (Of. 30/08-GLDEM).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 08:45HS -

Telefone(s): 3311-1120

Fax: 3311-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (1)	
Flávio Arns (PT)	1. Sérgio Zambiasi (PTB)
Renato Casagrande (PSB)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. Gilvam Borges (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Heráclito Fortes (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. VAGO (2)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado no período de 31/03 a 31/07/2008.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3311-1120

Fax: 3311-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - PÓLOS TECNOLÓGICOS

Finalidade: Estudo, acompanhamento e apoio ao desenvolvimento dos Pólos Tecnológicos

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (2)	
Marcelo Crivella (PRB)	1. Francisco Dornelles (PP)
Augusto Botelho (PT)	2. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1. VAGO (3)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB) (1)	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
VAGO (4)	2. Eduardo Azeredo (PSDB)

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)

2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

4. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado no período de 31/03 a 31/07/2008.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3311-1120

Fax: 3311-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Adelmir Santana (DEM-DF) ⁽³⁾

1ª Eleição Geral: 19/04/1995	4ª Eleição Geral: 13/03/2003
2ª Eleição Geral: 30/06/1999	5ª Eleição Geral: 23/11/2005
3ª Eleição Geral: 27/06/2001	6ª Eleição Geral: 06/03/2007

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Augusto Botelho (PT-RR)	1. VAGO
João Pedro (PT-AM) ⁽⁶⁾	2. Fátima Cleide (PT-RO) ⁽⁴⁾
Renato Casagrande (PSB-ES)	3. Ideli Salvatti (PT-SC) ⁽²⁾
João Vicente Claudino (PTB-PI) ⁽¹⁾	4. VAGO
Eduardo Suplicy (PT-SP)	5. VAGO
Maioria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	1. Valdir Raupp (PMDB-RO)
Almeida Lima (PMDB-SE) ⁽⁷⁾	2. Gerson Camata (PMDB-ES)
Gilvam Borges (PMDB-AP)	3. Romero Jucá (PMDB-RR)
Leomar Quintanilha (PMDB-TO)	4. José Maranhão (PMDB-PB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. VAGO ⁽⁹⁾
Heráclito Fortes (DEM-PI)	2. César Borges (PR-BA)
Adelmir Santana (DEM-DF)	3. VAGO ⁽¹⁰⁾
Marconi Perillo (PSDB-GO)	4. Arthur Virgílio (PSDB-AM)
Marisa Serrano (PSDB-MS)	5. Sérgio Guerra (PSDB-PE)
PDT	
Jefferson Peres (AM)	1. VAGO
Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)	
Romeu Tuma (PTB/SP) ⁽⁸⁾	

Atualização: 25/03/2008

Notas:

1. Eleito na Sessão de 29.5.2007 para a vaga anteriormente ocupada pela Senadora Serys Silhessarenko (PT/MT), que renunciou ao mandato de titular de acordo com o Ofício GSSS nº 346, lido nessa mesma Sessão, Senador Eptácio Cafeteira renunciou ao mandato de titular, conforme Ofício 106/2007-GSECAF, lido na sessão do Senado de 26.09.2007. Senador João Vicente Claudino foi eleito em 16.10.2007 (Ofício nº 158/2007 - GLDBAG) (DSF 18.10.2007).
2. Eleitos na Sessão de 29.5.2007
3. Eleito em 30.5.2007, na 1ª Reunião de 2007 do CEDP
4. Eleito na Sessão de 27.6.2007
5. Eleito em 27.06.2007, na 5ª Reunião de 2007 do CEDP
6. Eleito na Sessão de 16.08.2007.
7. Eleito na sessão de 27.06.2007, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Valter Pereira, que renunciou em 25.6.2007
8. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
9. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.
10. Vago, em razão do pedido de licença da Senadora Maria do Carmo Alves, para tratamento de saúde, no período de 20/03/2008 a 18/07/2008, conforme Requerimento nº 324, de 2008, publicado no DSF de 26/03/2008.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3311-5255 Fax: 3311-5260

E-mail: scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Número de membros: 12 titulares

PRESIDENTE: Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽¹⁾

1ª Designação: 03/12/2001

2ª Designação: 26/02/2003

3ª Designação: 03/04/2007

MEMBROS
PMDB
Roseana Sarney (MA)
DEM
VAGO ⁽²⁾
PSDB
Lúcia Vânia (GO)
PT
Serys Slhessarenko (MT)
PTB
Sérgio Zambiasi (RS)
PR
VAGO
PDT
Cristovam Buarque (DF)
PSB
Patrícia Saboya (PDT-CE)
PC DO B
Inácio Arruda (CE)
PRB
Marcelo Crivella (RJ)
PP
VAGO
PSOL
VAGO

Atualização: 25/03/2008

Notas:

1. Eleitos em 21.06.2007

2. Vago, em razão do pedido de licença da Senadora Maria do Carmo Alves, para tratamento de saúde, no período de 20/03/2008 a 18/07/2008, conforme Requerimento nº 324, de 2008, publicado no DSF de 26/03/2008.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3311-5255 **Fax:** 3311-5260

E-mail: scop@senado.gov.br

ÍNDICE ONOMÁSTICO

	Pág.		Pág.
ADELMIR SANTANA		brasileiro que participa do XX Campeonato Sul-Americano de Basquete.	331
Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2008, que altera o art. 52 da Constituição Federal, a fim de outorgar competência ao Senado Federal para estabelecer limites à carga tributária da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.....	44	Pedido em favor de três projetos em tramitação: o PLC 42/07, o PLS 58/2003, e o PLS 296/2003, que visam recompor as perdas dos benefícios dos aposentados e pensionistas.	445
Esclarecimento acerca da questão da Medida Provisória nº 401, que está ligada ao Fundo Constitucional do Distrito Federal, aos policiais do Distrito Federal.	152	Agradecimentos por ter sido eleito Vice-Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. Aparte à Senadora Lúcia Vânia.	564
Proferimento do Parecer nº 217, de 2008, que dispõe sobre a remuneração devida aos militares da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal e sobre os subsídios das carreiras de Delegado de Polícia do Distrito Federal e de Polícia Civil do Distrito Federal.	154	ALOIZIO MERCADANTE	
Parecer nº 217, de 2008 (de Plenário), sobre o Projeto de Lei de Conversão nº 4, de 2008, proveniente da Medida Provisória nº 401, de 13 de novembro de 2007, que altera as Leis nºs 11.134, de 15 de julho de 2005, e 11.361, de 19 de outubro de 2006, dispõe sobre a remuneração devida aos militares da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal e sobre os subsídios das carreiras de Delegado de Polícia do Distrito Federal e de Polícia Civil do Distrito Federal.	154	Requerimento nº 376, de 2008, que requer a realização de Sessão Especial destinada a homenagear os 120 anos da promulgação da Lei Áurea, que aboliu a escravidão no Brasil.....	378
Discussão do Parecer nº 217, de 2008, proveniente da Medida Provisória nº 401, de 13 de novembro de 2007, que altera as Leis nºs 11.134, de 15 de julho de 2005, e 11.361, de 19 de outubro de 2006, dispõe sobre a remuneração devida aos militares da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal e sobre os subsídios das carreiras de Delegado de Polícia do Distrito Federal e de Polícia Civil do Distrito Federal.	163	Requerimento nº 377, de 2008, que requer a realização de Sessão Especial destinada a homenagear o centenário da imigração japonesa no Brasil.....	379
Saúda a presença no Senado, dos atletas do time de basquete Universo, de Brasília, campeão		Preocupação com a agenda do Congresso Nacional.....	454
		ALVARO DIAS	
		Preocupação com o médico Daniel Pontes, que solicitou apoio aos Senadores, por ter sido ameaçado de morte após ter denunciado a cobrança de propina no IML do Rio de Janeiro.....	121
		Parecer nº 231, de 2008 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 25, de 2008, do Senador Expedito Júnior, que requer, ao Ministro de Estado de Minas e Energia, informações sobre o cronograma oficial e a previsão de investimentos das obras do gasoduto Uruçu-Porto Velho.	190
		Parecer nº 272, de 2008 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 110, de 2008, ao Ministro de Estado do Controle e da Transparência, solicitando informações sobre denúncias de recebimento de ajuda de custo e auxílio-mudança	

	Pág.		Pág.
irregulares pelo Ministro-Chefe da Secretaria Especial de Portos da Presidência da República e pelo Secretário Executivo do Ministério da Fazenda.....	224	ARTHUR VIRGÍLIO	
Requerimento nº 367, de 2008, que requer inserção em Ata de Voto de Louvor aos Municípios paranaenses de Jesuítas, Marilena, Pinhais, Realeza e São Jorge D'Oeste, os quais foram selecionados pela Pesquisa do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) com apoio do Ministério de Educação (MEC), como integrantes de uma seleta relação de 37 municípios brasileiros que oferecem ensino público de qualidade.	251	Requerimento nº 355, de 2008, que requer Voto de Aplauso ao jornal <i>O Globo</i> , pela publicação, no Caderno Boa Viagem, de reportagem sobre as novas frentes de turismo na Amazônia.....	10
Comentários sobre a notícia, veiculada no blog do jornalista Ricardo Noblat, de que S.Exa. teria repassado o dossiê sobre gastos sigilosos com cartões corporativos do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso para a imprensa.....	307	Requerimento nº 356, de 2008 que requer Voto de Lembrança em homenagem à memória do ex-Senador Benjamin Farah, que, se vivo fosse, estaria completando 97 anos no mês de março de 2008.....	10
Afirmção de que constitucionalmente não há razão para questionar qualquer parlamentar sobre ter encaminhado à imprensa um dossiê que recebera de fontes. Aparte ao Senador Arthur Virgílio.	310	Requerimento nº 357, de 2008, que requer que seja convocada a senhora Ministra-Chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, para que preste esclarecimentos sobre a denúncia do cometimento de crime de responsabilidade, tendo em vista a formulação de dossiê sobre as contas sigilosas do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso e sua esposa a Senhora Ruth Cardoso.....	11
Considerações sobre o vazamento do dossiê dos cartões corporativos. Aparte à Senadora ideli Salvatti.....	322	Transcrição nos Anais de trechos da entrevista do Presidente Garibaldi Alves Filho à revista <i>Veja</i> , bem como da Portaria 612/97 e de artigo do Ministro Gilmar Mendes intitulado "Dossiê é 'covardia institucional'." Sobre a questão do acesso aos dados dos cartões corporativos da Presidência da República.....	69
Registro da matéria intitulada, "Mistério sem Fim", publicada pela revista <i>IstoÉ</i> , em sua edição de 23 de janeiro de 2008.....	350	Voto de lembrança em homenagem ao ex-Senador Benjamin Farah.....	90
Registro da matéria intitulada "O incorporador imobiliário", publicada na revista <i>Veja</i> , edição de 30 de janeiro de 2008.....	504	Advertência de que fazem 80 dias que os advogados da União estão em greve.	90
ANTONIO CARLOS VALADARES		Resumo de assuntos tratados entre S.Exa. e o Deputado Átila Lins, a Deputada Vanessa Grazziotin e o Ministro Nelson Jobim, como a adequação do Aeroporto de Manaus, a falência da navegação na área do Amazonas e da iminência do perigo de 11 aeroportos do Amazonas serem interditados.....	134
Defesa da revitalização do Rio São Francisco.	125	Pedido para que o Presidente do Senado entre em entendimento com o Presidente da Câmara dos Deputados para que se inclua na Ordem do Dia da Câmara a PEC nº 483, de 2005, que trata da transposição de servidores públicos do extinto território Federal de Rondônia para o quadro em extinção da administração federal.	136
Parecer nº 214 de 2008 (da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional), sobre a mensagem nº 44, de 2008 (nº 51/2008, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Luiz Felipe Mendonça Filho, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de El Salvador.....	136	Convocação da Ministra Dilma Rousseff, para prestar esclarecimentos sobre a denúncia do cometimento de crime de responsabilidade, tendo em vista a formulação de dossiê sobre as contas sigilosas do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso e sua esposa.	137
Pedido ao presidente da Câmara dos Deputados que coloque em votação a Proposta de emenda à Constituição que trata da revitalização do Rio São Francisco.....	141	Posição do PMDB contra medida provisória que trate de crédito extraordinário.....	143
Requerimento nº 359, de 2008, que requer a retirada do PLS nº 608, de 2007.	248	Discussão da Medida Provisória nº 400, de 2007, que abre crédito extraordinário em favor da	
Contrariedade pela explosão da dengue no Rio de Janeiro.....	302		

Pág.	Pág.
Presidência da República e do Ministério da Saúde, no valor global de cinquenta milhões de reais, para os fins que especifica.	146
Discussão do Parecer nº 217, de 2008, proveniente da Medida Provisória nº 401, de 13 de novembro de 2007, que altera as Leis nºs 11.134, de 15 de julho de 2005, e 11.361, de 19 de outubro de 2006, dispõe sobre a remuneração devida aos militares da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal e sobre os subsídios das carreiras de Delegado de Polícia do Distrito Federal e de Polícia Civil do Distrito Federal.	161
Homenagem de pesar pelo falecimento do Sr. João Maria dos Santos, pai da Sra. Senadora Serys Slhessarenko.	233
Requerimento nº 363, de 2008, que requer Voto de Aplauso ao povo de Uruará, no Amazonas, pela realização, no dia 2 de abril de 2008, da Festa do Tucumã.	249
Requerimento nº 364, de 2008, que requer Voto de Aplauso ao povo de Rio Preto da Eva, no Amazonas, pelo transcurso do XXVI aniversário de criação do município.	250
Requerimento nº 365, de 2008, que requer, ao Ministro da Justiça, informações da Polícia Federal, acerca da dimensão do tráfico de mulheres do Amazonas para casas de prostituição em garimpos na região de fronteira.	250
Saudação à posse do Senador Carlos Dunga. Aparte ao Senador Carlos Dunga.	291
Considerações sobre a matéria do jornalista Ricardo Noblat acerca do vazamento do dossiê e sobre o referido dossiê e as medidas adotadas pela Oposição para apurar os fatos e responsabilizar os culpados.	310
Chamamento da atenção da Senadora Ideli Salvatti por acusar sem provas o Senador Alvaro Dias de divulgar o dossiê com os gastos do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, através de cartão corporativo.	324
Registro de recebimento de folder, da Associação Brasileira dos Contribuintes – ABRAPI, no qual são destacadas as principais bandeiras e metas da associação.	338
Requerimento nº 374, de 2008, que requer Voto de Pesar pelo falecimento da Srª. Terezinha Duarte Câmara, mãe do Deputado Federal Silas Câmara, ocorrido no dia 28 de março de ano de 2008, em Manaus.	377
Projeto de Lei do Senado nº 119, de 2008, que altera a Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990 que “Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências”.	406
Preocupação com os prejuízos no Pólo Industrial de Manaus causados pela greve dos auditores da Receita Federal.	439
Precariedade do sistema de saúde no Estado do Amazonas.	439
O aumento do desmatamento da Floresta Amazônica.	439
Solicitação de imediata leitura do requerimento de criação da CPI no Senado para investigar os cartões corporativos.	447
Proposta de leitura do requerimento de abertura da CPI. Aparte ao Senador José Agripino.	468
Reitera o pedido da leitura do requerimento de criação no Senado da CPI dos cartões corporativos.	470
Solicita que seja feita a leitura da CPI dos cartões corporativos no dia 8 de abril de 2008.	473
Registro da matéria intitulada “Os últimos tradutores da floresta”, publicada na revista <i>Época</i> , em sua edição de 16 de março de 2008.	495
Registro da matéria intitulada “Reforma errada na hora certa”, publicada na revista <i>Istoé Dinheiro</i> , edição de 05 de março de 2008.	512
AUGUSTO BOTELHO	
Requerimento nº 362, de 2008, que requer a inserção em ata de Voto de Pesar pelo falecimento do advogado Luiz Rosalvo Fin. Solicita, ainda, que a Mesa apresente condolências a sua família.	249
Projeto de Lei do Senado nº 115, de 2008, que altera a Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, Estatuto do Índio, para regular a parceria em Terras Indígenas.	252
Voto de pesar pelo falecimento do Dr. Luiz Rosalvo Fin, advogado de Roraima.	295
Considerações acerca da explosão de dengue no Rio de Janeiro. Aparte ao Senador Antonio Carlos Valadares.	303
Requerimento nº 373, de 2008, que requer a inserção em ata de Voto de Pesar pelo falecimento da Srª. Ilda Coutinho, ainda, que a Mesa apresente condolências a sua família.	377
Satisfação com a edição da Medida Provisória 422, de 2008 que amplia a possibilidade de regularização fundiária na região Norte.	499
Apoio às idéias de mudança em referencia ao Fórum Social Mundial. Aparte ao Senador José Nery.	528
Homenagem à cidade de Cuiabá-MT, pelos 289 anos de sua fundação, e à cuiabana D. Amélia,	

	Pág.		Pág.
que influenciou muito a formação de S.Exa.. Aparte à Senadora Serys Slhessarenko	530		
Considerações acerca do crescimento das áreas indígenas. Aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti.....	539		
Lançamento da campanha intitulada “O que você tem a ver com a corrupção?”, sob a liderança da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp) e do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União (CNPJ).....	568	Parecer nº 221, de 2008 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 8, de 2008, que requer informações detalhadas, com cópia de extratos e outros documentos pertinentes, ao Ministro da Ciência e Tecnologia sobre os gastos com o cartão de pagamento do Governo Federal – cartão corporativo – realizados pelo Ministro ou pelo ecônomo responsável, nos anos de 2006 e 2007.	182
CARLOS DUNGA		Parecer nº 222, de 2008 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 10, de 2008, que requer informações detalhadas, com cópia de extratos e outros documentos pertinentes, ao Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento sobre os gastos com o Cartão de Pagamento do Governo Federal – cartão corporativo – realizados pelo Ministro ou pelo ecônomo responsável, nos anos de 2006 e 2007.....	183
Discurso de posse, enfatizando que lutará por mais recursos para o estado da Paraíba.....	291	Parecer nº 223, de 2008 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 12, de 2008, que requer informações detalhadas, com cópia de extratos e outros documentos pertinentes, ao Ministro da Cultura sobre os gastos com o Cartão de Pagamento do Governo Federal – cartão corporativo – realizados pelo Ministro ou pelo ecônomo responsável, nos anos de 2006 e 2007.....	184
CÉSAR BORGES		Parecer nº 224, de 2008 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 13, de 2008, que requer informações detalhadas, com cópia de extratos e outros documentos pertinentes, ao Ministro do Esporte sobre os gastos com o Cartão de Pagamento do Governo Federal – cartão corporativo – realizados pelo Ministro ou pelo ecônomo responsável, nos anos de 2006 e 2007.....	184
Parecer nº 211 de 2008 (da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional), sobre a mensagem nº 275, de 2007 (nº 986, de 2007, na Casa de origem), pela qual o Presidente da República submete à apreciação do Senado a escolha da Sr ^a Maria Auxiliadora Figueiredo, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República da Costa do Marfim, e, cumulativamente, o de Embaixadora do Brasil junto à República da Libéria e República de Serra Leoa, desde que obtido o <i>agrément</i> do Governo daquele país.....	127	Parecer nº 225, de 2008 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 14, de 2008, que requer informações detalhadas, com cópia de extratos e outros documentos pertinentes, ao Ministro da Previdência Social sobre os gastos com o Cartão de Pagamento do Governo Federal – cartão corporativo – realizados pelo Ministro ou pelo ecônomo responsável, nos anos de 2006 e 2007.....	185
Parecer nº 218, de 2008 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 1.327, de 2007, que requer, com fundamento no art. 50, § 2º da Constituição Federal, combinado com o art. 216, Inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Senhor Ministro de Estado da Defesa sobre viagens realizadas por ministros de Estado em aviões da FAB, no período de 2 de janeiro de 2003 a 9 de novembro de 2007.....	179	Parecer nº 226, de 2008 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 15, de 2008, que requer informações detalhadas, com cópia de extratos e outros documentos pertinentes, ao Ministro da Saúde sobre os gastos com o Cartão de Pagamento do Governo Federal – cartão corporativo – realizados pelo Ministro ou pelo ecônomo responsável, nos anos de 2006 e 2007.....	186
Parecer nº 219, de 2008 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 1.346, de 2007, relativo a pedido de informação à Ministra de Estado do Meio Ambiente sobre os resultados de auditoria interna realizada pelo Ibama e os conseqüentes indícios de desvio de recursos e irregularidades em gastos.	180	Parecer nº 227, de 2008 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 16, de 2008, que requer informações detalhadas, com cópia de extratos e outros documentos pertinentes, à Ministra do Turismo sobre os gastos com o Cartão de	
Parecer nº 220, de 2008 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 1.473, de 2007, que requer que sejam prestadas pelo Ministro de Estado de Minas e Energia informações relativas ao custo de disponibilidade.	181		

	Pág.	V	Pág.
Pagamento do Governo Federal – cartão corporativo – realizados pelo Ministro ou pelo ecônomo responsável, nos anos de 2006 e 2007.....	187		
Parecer nº 229, de 2008 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 18, de 2008, que requer informações detalhadas, com cópia de extratos e outros documentos pertinentes, ao Secretário Especial de Aqüicultura e Pesca sobre os gastos com o Cartão de Pagamento do Governo Federal – cartão corporativo – realizados pelo Secretário ou pelo ecônomo responsável, nos anos de 2006 e 2007.....	188	Trabalho e Emprego sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta.	196
Parecer nº 230, de 2008 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 19, de 2008, que requer informações detalhadas, com cópia de extratos e outros documentos pertinentes, ao Secretário Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial sobre os gastos com o Cartão de Pagamento do Governo Federal – cartão corporativo – realizados pelo Secretário ou pelo ecônomo responsável, nos anos de 2006 e 2007.....	189	Parecer nº 239, de 2008 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 63, de 2008, que informações ao Secretário Especial de Portos da Presidência da República sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta.....	196
Parecer nº 233, de 2008 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 57, de 2008, que requer informações ao Ministro de Estado das Relações Exteriores sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta.....	191	Parecer nº 240, de 2008 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 64, de 2008, que informações ao Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta.....	197
Parecer nº 234, de 2008 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 58, de 2008, que requer, com fundamento no art. 50, § 2º da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado de Minas e Energia sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta.....	192	Parecer nº 241, de 2008 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 65, de 2008, que requer informações ao Ministro de Estado Chefe da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta.....	198
Parecer nº 235, de 2008 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 59, de 2008, que requer informações à Ministra de Estado do Meio Ambiente sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta.....	193	Parecer nº 242, de 2008 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 66, de 2008, que requer informações ao Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta, no período de 2003 a 2007.....	199
Parecer nº 236, de 2008 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 60, de 2008, que requer informações à Ministra de Estado do Turismo sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta.....	194	Parecer nº 243, de 2008 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 67, de 2008, que requer informações ao Secretário Especial de Aqüicultura e Pesca sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta.....	200
Parecer nº 237, de 2008 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 61, de 2008, que requer informações ao Ministro de Estado dos Transportes sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta.....	195	Parecer nº 244, de 2008 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 68, de 2008, que requer informações ao Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta.....	200
Parecer nº 238, de 2008 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 62, de 2008, que requer informações ao Ministro de Estado do		Parecer nº 245, de 2008 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 69, de 2008, que requer informações ao Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta.....	201
		Parecer nº 246, de 2008 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 70, de 2008, que requer informações ao Ministro de Estado da Saúde sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta.....	202
		Parecer nº 247, de 2008 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 71, de 2008, que	

	Pág.		Pág.
requer informações ao Ministro de Estado da Previdência Social sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta.....	203	Desenvolvimento Social e Combate à Fome sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta.	210
Parecer nº 248, de 2008 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 72, de 2008, que requer informações ao Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta.....	204	Parecer nº 257, de 2008 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 81, de 2008, que requer informações ao Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta.....	211
Parecer nº 249, de 2008 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 73, de 2008, que requer informações ao Ministro de Estado Advogado-Geral da União sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta.....	205	Parecer nº 258, de 2008 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 82, de 2008, que requer informações ao Ministro de Estado da Justiça sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta.	212
Parecer nº 250, de 2008 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 74, de 2008, que requer informações ao Ministro de Estado da Educação sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta.....	206	Parecer nº 259, de 2008 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 83, de 2008, que requer informações ao Ministro de Estado da Integração Nacional sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta.	213
Parecer nº 251, de 2008 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 75, de 2008, que requer informações ao Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta.....	206	Parecer nº 260, de 2008 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 84, de 2008, que requer informações ao Ministro de Estado da Fazenda sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta.	214
Parecer nº 252, 2008 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 76, de 2008, que requer informações ao Ministro de Estado da Defesa sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta.	207	Parecer nº 261, de 2008 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 85, de 2008, que requer informações ao Ministro de Estado do Esporte sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta.....	215
Parecer nº 253, de 2008 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 77, de 2008, que requer informações ao Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta.	208	Parecer nº 262, de 2008 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 86, de 2008, que requer informações ao Ministro de Estado da Cultura sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta.	216
Parecer nº 254, de 2008 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 78, de 2008, que requer informações ao Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta, no período de 1999 a 2002.....	209	Parecer nº 263, de 2008 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 87, de 2008, que requer informações ao Ministro de Estado do Controle e da Transparência sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta.....	216
Parecer nº 255, de 2008 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 79, de 2008, que requer informações à Secretária Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta.....	210	Parecer nº 264, de 2008 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 88, de 2008, que requer informações ao Ministro de Estado das Comunicações sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta....	217
Parecer nº 256, de 2008 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 80, de 2008, que requer informações ao Ministro de Estado do		Parecer nº 265, de 2008 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 89, de 2008, que requer informações ao Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta.....	218
		Parecer nº 266, de 2008 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 90, de 2008,	

Pág.	Pág.
que requer informações ao Ministro de Estado das Cidades sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta.....	219
Parecer nº 267, de 2008 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 91, de 2008, que requer informações à Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta.....	220
Parecer nº 268, de 2008 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 92, de 2008, que requer informações ao Secretário Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta.....	221
Parecer nº 269, de 2008 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 93, de 2008, que requer informações ao Ministro de Estado Presidente do Banco Central do Brasil sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dessa Pasta.....	221
Parecer nº 270, de 2008 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 94, de 2008, que requer informações ao Ministro de Estado Extraordinário de Assuntos Estratégicos sobre a utilização de cartões corporativos por parte dos servidores dos órgãos e entidades subordinados a essa autoridade.....	222
Considerações sobre a questão energética nacional.....	286
CRISTOVAM BUARQUE	
Parecer nº 215, de 2008 (da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional), sobre a mensagem nº 45, de 2008 (nº 52/2008, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Carlos Alberto Simas Magalhães, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Polônia.....	139
Apoio à proposta do Senador Romero Jucá no sentido de encontrar uma solução rápida para garantir que a Medida Provisória nº 401 se transforme em lei definitiva.....	146
Discussão da Medida Provisória nº 400, de 2007, que abre crédito extraordinário em favor da Presidência da República e do Ministério da Saúde, no valor global de cinquenta milhões de reais, para os fins que especifica.....	146
Discussão do Parecer nº 217, de 2008, proveniente da Medida Provisória nº 401, de 13 de novembro de 2007, que altera as Leis nºs 11.134, de 15 de julho de 2005, e 11.361, de 19 de outubro de 2006, dispõe sobre a remuneração devida aos militares da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal e sobre os subsídios das carreiras de Delegado de Polícia do Distrito Federal e de Polícia Civil do Distrito Federal.....	164
Defesa da federalização da educação de base. Aparte ao Senador Osmar Dias.....	285
Comemoração pela aprovação, dia 2 de abril de 2008, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, do projeto de autoria de S.Exa. que prevê a construção de salas de aula nos presídios....	285
Requerimento nº 378, de 2008, que requer adiamento da realização de Sessão Especial do Senado, que seria realizada no dia 11 de abril de 2008, para data a ser marcada oportunamente, destinada a comemorar os vinte e sete anos de atividades da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais – FLACSO – Brasil.....	380
Projeto de Lei do Senado nº 116, de 2008, que acrescenta art. 52-A à Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, para estabelecer que os recursos recebidos por Estados e Municípios a título de royalties pela exploração de petróleo serão aplicados, exclusivamente, em ações e programas públicos de educação de base e de ciência e tecnologia....	397
Comentários sobre a entrevista concedida pelo Presidente Garibaldi Alves Filho à revista <i>Veja</i>	422
Projeto de criação de uma agência de proteção da criança e do adolescente junto à Presidência da República. Aparte ao Senador José Nery.....	485
Satisfação em ver um Senador falando sobre a corrupção. Aparte ao Senador Augusto Botelho.	569
Defesa de debates, no Congresso Nacional, de temas que mostrem o compromisso do parlamento com o País.....	570
Apelo para uma solução pacífica para a crise na UnB. Proposta de licenciamento temporário do reitor da UnB, Timothy Mulholland.....	640
Considerações acerca da falta de transparência das fundações. Aparte ao senador Heráclito Fortes.	646
Apoio ao pronunciamento do Senador Pedro Simon e de sua análise do Governo. Aparte ao Senador Pedro Simon.....	653
DEMÓSTENES TORRES	
Homenagem ao jornal <i>O Popular</i> , do Estado de Goiás, que completa 70 anos, no dia 3 de abril de 2008.....	421

	Pág.		Pág.
EDUARDO AZEREDO			
Requerimento nº 354, de 2008, que requer inserção em ata de Voto de Pesar pelo falecimento do ex-Deputado Federal Constituinte e ex- Prefeito de Uberlândia, Virgílio Galassi, ocorrido em Uberlândia, Minas Gerais, em 3 de janeiro de 2008.	10	Defende a civilidade e o respeito como características maiores do Senado e espera que o Senador Mão Santa explique que não teve qualquer intenção de ofender a Ministra Dilma Rousseff no episódio da sessão de 2 de abril de 2008.	414
Parecer nº 212 de 2008 (da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional), sobre a mensagem nº 34, de 2008 (nº 7/2008, na origem), pela qual o Presidente da República submete à apreciação do Senado a indicação da Senhora Débora Vainer Barenboim, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República da Eslovênia.	129	Discordância às afirmações do Senador Cristovam Buarque acerca da entrevista do Presidente do Senado à revista <i>Veja</i> . Aparte ao Senador Cristovam Buarque.....	422
Registro da realização da Conferência sobre a Cooperação contra os Crimes Cibernéticos.....	431	Agradecimentos ao Ministro Celso Amorim pela receptividade concedida a S.Exa. na ocasião em que se reuniram para tratar da Fundação Sérgio Vieira de Mello, criada em Genebra, e do Centro Sérgio Vieira de Mello, no Rio de Janeiro.....	433
Pedido para que seja incluída na Ordem do Dia a PEC nº 5, de 2006.....	452	Transcrição nos Anais do artigo de Contardo Calligaris, dia 3 de abril de 2008, na Folha de S.Paulo sobre "O sonho de Martin Luther King"....	433
EDUARDO SUPLICY			
Leitura de matéria da internet que afirma "Brasil e Espanha anunciam medidas para acabar com a crise de repartições".....	133	EFRAIM MORAIS	
Cumprimentos ao Presidente do congresso, Senador Garibaldi Alves, pelo conteúdo de sua entrevista à revista <i>Veja</i> , sob o título "O Congresso na UTI".....	137	Apelo ao Governo Federal para que envie ajuda à Paraíba, em razão do excesso de chuvas.	99
Homenagem de pesar pelo falecimento do Sr. João Maria dos Santos, pai da Senadora Serys Silhessarenko.	233	Parecer nº 274, de 2008 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 122, de 2008.	226
Apelo ao líder das FARC pela liberação da Senadora Ingrid Betancourt.....	233	Parecer nº 275, de 2008 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 123, de 2008.....	226
Requerimento nº 360, 2008, que requer a retirada, em caráter definitivo do Requerimento nº 351/2008, tendo em vista estar apresentado outro de igual teor com um maior número de signatários....	248	Parecer nº 276, de 2008 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 124, de 2008.....	227
Requerimento nº 361, de 2008, que requer Voto de Solidariedade à Sra Yolanda Pulecio, mãe, e família de Ingrid Betancourt, ex-candidata à presidência da Colômbia seqüestrada pelas Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) em 2002, e apelo para que as FARC a libertem, o mais breve possível, contribuindo assim para o sucesso do acordo humanitário proposto pelo governo colombiano para a troca de reféns por rebeldes presos, acordo que também atende apelo do Presidente da França, Nicolas Sarkozy, e da Comunidade das Nações.....	248	Parecer nº 277, de 2008 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 125, de 2008.....	227
		Parecer nº 281, de 2008 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 171, de 2008.....	230
		EPITÁCIO CAFETEIRA	
		Discussão do Parecer nº 217, de 2008, proveniente da Medida Provisória nº 401, de 13 de novembro de 2007, que altera as Leis nºs 11.134, de 15 de julho de 2005, e 11.361, de 19 de outubro de 2006, dispõe sobre a remuneração devida aos militares da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal e sobre os subsídios das carreiras de Delegado de Polícia do Distrito Federal e de Polícia Civil do Distrito Federal.....	159
		Saudação à posse do Senador Carlos Dunga. Senador Epitácio Cafeteira.....	291
		Comunicação de que o Senador Carlos Dunga foi indicado para a Comissão de Agricultura do Senado. Aparte ai Senador Carlos Dunga.....	293

	Pág.		Pág.
EXPEDITO JÚNIOR		FÁTIMA CLEIDE	
Críticas à possibilidade de mudança da forma de cobrança do ICMS sobre petróleo e energia elétrica.	58	Agradecimento ao esforço da Oposição em fazer com que a PEC 483/2005, de autoria da Senadora, seja apreciada na Câmara dos Deputados. .	136
Apelo pela votação da PEC que trata da transposição dos servidores públicos do Estado de Rondônia.	58	FERNANDO COLLOR	
Considerações sobre a mudança de cobrança do ICMS sobre petróleo e energia elétrica. Aparte à Senadora Rosalba Ciarlini.	62	Saudação à posse do Senador Carlos Dunga. Aparte ao Senador Carlos Dunga.	292
Registro da presença, no Plenário do Senado, de dois Prefeitos do Estado de Rondônia, Flávio Carvalho e Charles Modro.	63	FLÁVIO ARNS	
Cumprimentos ao Senador Mário Couto pelo pronunciamento em defesa do Estado do Pará e da região Amazônica. Aparte ao Senador Mário Couto.	89	Requerimento nº 352, de 2008, que requer que o Projeto de Lei do Senado nº 46, de 2008 que, “Estabelece a obrigatoriedade da neutralização das emissões de gases de efeito estufa decorrentes da realização da Copa do Mundo de Futebol no Brasil, em 2014”, seja encaminhado à Comissão de Educação para que esta se pronuncie sobre o mesmo... ..	9
Convocação aos Senadores do ex-Territórios para tentarem buscar um entendimento para não permitir que se excluam os ex-Territórios e seus servidores.	118	Projeto de Lei do Senado nº 111, de 2008, que altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para incluir mecanismos de acesso dos deficientes visuais a livros adquiridos por programas governamentais.	35
Pedido para que o Presidente do Senado entre em entendimento com o Presidente da Câmara dos Deputados para que se inclua na Ordem do Dia da Câmara a PEC nº 483, de 2005, que trata da transposição de servidores públicos do extinto território Federal de Rondônia para o quadro em extinção da administração federal.	136	Apoio ao Senador Mário Couto em favor à votação do Projeto de Lei do Senado 58, de 2003, que trata do reajuste dos aposentados. Aparte ao Senador Mário Couto.	274
Apelo para que não seja votada a Medida Provisória nº 401, enquanto não encontrarem um entendimento no sentido de que seja revista a questão com os servidores dos ex-territórios.	151	Apoio ao pronunciamento do Senador Osmar Dias, sobre municípios que se destacam por suas iniciativas educacionais e congratulação a esses municípios. Aparte ao Senador Osmar dias.	284
Discussão do Parecer nº 217, de 2008, proveniente da Medida Provisória nº 401, de 13 de novembro de 2007, que altera as Leis nºs 11.134, de 15 de julho de 2005, e 11.361, de 19 de outubro de 2006, dispõe sobre a remuneração devida aos militares da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal e sobre os subsídios das carreiras de Delegado de Polícia do Distrito Federal e de Polícia Civil do Distrito Federal.	158	Considerações sobre a pesquisa “Redes de Aprendizagem - Boas práticas de municípios que garantem o direito de aprender”, sobre municípios que se destacam por buscarem soluções para melhora do ensino.	363
Considerações acerca da votação do Parecer nº 217, sobre a remuneração da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal e sobre as implicações para os servidores dos ex-territórios..	164	Requerimento nº 369, de 2008, que requer que o Senado Federal emita Voto de Louvor aos prefeitos, secretários municipais de educação e presidentes das câmaras de vereadores, dos 37 municípios brasileiros campeões de aprendizagem escolar, no universo de 5.564 municípios do País, conforme consta na pesquisa – Redes de Aprendizagens – Boas Práticas de Municípios que Garantem o Direito de Aprender, elaborada pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Ministério da Educação/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) e União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME).	376
Esclarecimentos sobre notícia divulgada no Jornal Hoje da Rede Globo, que erroneamente informou a prisão do suplente do orador. Críticas à afirmação feita pelo senador Delcídio Amaral, no jornal <i>O Globo On Line</i> , em matéria sobre a votação da convocação da Ministra Dilma Roussef.	647		

	Pág.		Pág.
FLEXA RIBEIRO		GARIBALDI ALVES FILHO	
Requerimento nº 353, de 2008, que requer que seja consignado nos anais do Senado, Voto de Congratulação ao Jornal <i>O Liberal</i> pelo prêmio “mérito lojista” nacional, na categoria Mídia/Jornal Impresso. Requer, ademais, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento da Presidente, Sr ^a Lucidéia Maiorana, e do seu Presidente Executivo Jornalista Romulo Maiorana Junior.....	9	Requerimento nº 366, de 2008, que requer que o tempo destinado aos oradores do período do expediente da sessão do dia 17 de abril de 2008, seja destinado a homenagear o jornalista Assis Chateaubriand, tendo em vista o transcurso dos 40 anos do seu falecimento.....	250
Homenagem ao ex-Senador Leonel Pavan do PSDB, atual vice-governador de Santa Catarina.....	117	GERSON CAMATA	
Solicitação de informações sobre a tramitação de requerimento de sua autoria, no qual solicita o encaminhamento do Projeto de Lei 29 da Câmara dos Deputados à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.....	117	Considerações sobre a exploração de petróleo e o recebimento de <i>royalties</i> . Aparte à Senadora Rosalba Ciarlini.....	61
Registro do II Encontro Regional do PSDB realizado na Ilha de Marajó/PA.....	122	Preocupação com o alastramento da epidemia da dengue no Rio de Janeiro.....	63
Apoio ao pronunciamento do Senador Mário Couto, sobre a Operação Arco de Fogo, e crítica às ações desmedidas do Ministério do Meio Ambiente com relação à exploração madeireira.....	122	Parecer nº 271, de 2008 (da Mesa do Senado Federal), ao Requerimento nº 95, de 2008, que informações ao Ministério da Justiça sobre a entrada e saída em território nacional, períodos e locais de estadia dos cidadãos estrangeiros citados no requerimento.....	223
Justificativa acerca de requerimento para que seja consignado nos Anais do Senado voto de congratulação ao jornal <i>O Liberal</i> , do Estado do Pará, pelo prêmio Mérito Lojista Nacional na categoria mídia jornal impresso.....	140	Parecer nº 278, de 2008 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 141, de 2008, em que o Senador Magno Malta solicita informações ao Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão. ...	228
Discussão da Medida Provisória nº 400, de 2007, que abre crédito extraordinário em favor da Presidência da República e do Ministério da Saúde, no valor global de cinquenta milhões de reais, para os fins que especifica.....	147	Parecer nº 279, de 2008 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 147, de 2008, de autoria do Senador Jefferson Péres, que “requer que sejam solicitadas ao Ministro de Estado dos Transportes informações sobre os contratos, em execução, de obras viárias e portuárias no Estado do Amazonas”.....	228
Registro da “Carta aberta à população” publicada no jornal <i>O Liberal</i> em sua edição de 12 de fevereiro de 2008.....	357	Parecer nº 280, de 2008 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 166, de 2008.	229
Registro da matéria intitulada “Sem-terra devastam área de 150 mil hectares no Pará”, publicada no jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , edição de 04 de março de 2008.....	514	Considerações sobre a Festa da Penha, que em 2008 comemora os 450 anos de devoção a Nossa Senhora da Penha, padroeira do Espírito Santo.....	235
FRANCISCO DORNELLES		Solidariedade com o povo do Rio de Janeiro pela epidemia de dengue e cumprimentos à Santa Casa de Misericórdia pelo trabalho prestado na ajuda contra essa epidemia. Aparte ao senador Francisco Dornelles.....	268
Referência aos acordos salariais do Governo Federal com algumas categorias funcionais.....	267	Registro da visita ao Brasil, no dia 2 de abril de 2008, do Presidente da Eslovênia, Danilo Türk.	270
Elogios à Santa Casa do Rio de Janeiro pelo apoio no combate à dengue.....	267	Posicionamento favorável à castração química de pedófilos.....	270
Homenagem ao Ministro Gilmar Mendes, que assumirá a Presidência do STF.....	267	Registro do transcurso dos duzentos anos de instituição, pelo Príncipe Regente Dom João VI, do Conselho Supremo Militar e de Justiça.....	430
		Louvor à atitude da Itália em conceder o direito de cidadania e de poder votar e ser votado a	

	Pág.		Pág.
todos os descendentes de italianos, nascidos fora daquele País.....	430	dade a fim de prorrogar o prazo para a elaboração dos planos diretores municipais.	263
Pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Pesquisa Social, a pedido da Central Única das Favelas, mostrando a necessidade de revisão dos conceitos a respeito da relação entre moradores das favelas e criminalidade.....	577	HERÁCLITO FORTES	
Registro do Relatório Anual da Junta Internacional de Fiscalização de Entorpecentes, sobre tráfico e consumo de drogas no mundo.....	577	Desaprovação da possibilidade de alteração da medida provisória que beneficia o Policial Militar do Distrito Federal, alegando o prejuízo à referida classe profissional por provável atraso em sua tramitação, com seu retorno à Câmara dos Deputados.	118
Considerações sobre as acusações da Bolívia de boicote da Petrobrás ao aumento da produção de gás.	662	Preocupações acerca das medida para acabar com a crise de repartições entre Brasil e Espanha.	134
A importância da certificação internacional da Fazenda experimental do Incaper, no Espírito Santo, para a capacitação dos cafeicultores.	662	Crítica ao uso das Medidas Provisórias e ao argumento da Senadora Ideli Salvatti em favor de medidas que tratam de crédito extraordinário.	144
GILBERTO GOELLNER		Apelo ao Senador Valdir Raupp de que não prejudique a tramitação do Parecer nº 217, que beneficia a Polícia Militar do Distrito Federal.....	157
Registro de audiência com o Ministro da Agricultura, quando foi exposta a grave situação em que se encontra a agricultura mato-grossense, ocasionada pela valorização do real.....	660	Apelo ao Presidente da Mesa para que não coloque a matéria em votação, até haver um entendimento entre os líderes.	158
GILVAM BORGES		Solicitação para que o Partido dos Trabalhadores se manifeste sobre o tema discutido, a busca de uma solução para os policiais, os bombeiros e a área de segurança dos antigos territórios.	162
Discussão do Parecer nº 217, de 2008, proveniente da Medida Provisória nº 401, de 13 de novembro de 2007, que altera as Leis nºs 11.134, de 15 de julho de 2005, e 11.361, de 19 de outubro de 2006, dispõe sobre a remuneração devida aos militares da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal e sobre os subsídios das carreiras de Delegado de Polícia do Distrito Federal e de Polícia Civil do Distrito Federal.....	162	Homenagem de pesar pelo falecimento do Sr. João Maria dos Santos, pai da Sra. Senadora Serys Slhessarenko.....	234
GIM ARGELLO		Acusação ao governo de tentar desviar o foco das irregularidades com o cartão corporativo.....	326
Discussão do Parecer nº 217, de 2008, proveniente da Medida Provisória nº 401, de 13 de novembro de 2007, que altera as Leis nºs 11.134, de 15 de julho de 2005, e 11.361, de 19 de outubro de 2006, dispõe sobre a remuneração devida aos militares da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal e sobre os subsídios das carreiras de Delegado de Polícia do Distrito Federal e de Polícia Civil do Distrito Federal.....	165	Homenagem aos atletas do time de basquete Universo, de Brasília, campeão brasileiro que participa do XX Campeonato Sul-Americano de Basquete.....	332
Parecer nº 286, de 2008 (da Comissão De Desenvolvimento Regional e Turismo), sobre o substituto da Câmara ao projeto de lei dos Senado nº 93, de 2006, (nº 7.648/2006, naquela Casa), de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 – Estatuto da Ci-		Crítica à Senadora Serys Slhessarenko por tentar ampliar a dimensão do episódio da sessão de 2 de abril de 2008, uma vez que o termo “galinha cacarejadora” não foi usado em seu sentido pejorativo.	426
		Ausência de debates qualificados na primeira semana de abril, como anunciado pelo Líder da Base do Governo, Senador Aloizio Mercadante....	436
		Considerações sobre a defesa da Ministra Dilma Rousseff pela base governista.	436
		Apoio à opinião do Senador Wellington Salgado de que o Senado não está cumprindo suas palavras. Aparte ao Senador Wellington Salgado..	450
		Apelo ao Governo Federal no sentido de socorrer o Estado do Piauí, atingido pelas chuvas....	481
		Apelo para uma solução pacífica para a crise na UnB. Aparte ao Senador Cristovam Buarque...	642

	Pág.		Pág.
Registro da participação de S.Exa. no programa do jornalista Amadeu Campos, apresentado pela TV Cidade Verde de Teresina.....	644	Considerações sobre a criação da reserva indígena Raposa Serra do Sol. Aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti.	103
Preocupação com a greve dos advogados da Advocacia-Geral da União.....	644	JOÃO PEDRO	
A questão da investigação, pela Polícia Federal, do dossiê sobre os cartões corporativos.	644	Cobranças de estratégia de desenvolvimento para a Amazônia.....	282
IDELI SALVATTI		Registro da realização de audiência pública na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária para tratar da situação dos moradores da Reserva Biológica do Abufari, no Amazonas.....	421
Apontamento de Medida Provisórias relatadas pelo PSDB e pelo Democratas, tratando de crédito extraordinário.....	144	Posição em defesa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que investiga os cartões corporativos, uma vez que a CPI exclusiva no Senado já havia sido proposta no início da legislatura e houve outro entendimento.....	452
Anúncio das medidas de regulamentação do financiamento do ensino superior, em atendimento às alterações introduzidas pela Lei 11.552, de novembro de 2007.....	294	JOÃO RIBEIRO	
Considerações acerca da explosão de dengue no Rio de Janeiro e de como o prefeito da cidade está lidando com a situação. Aparte ao Senador Antonio Carlos Valadares.	304	Discussão do Parecer nº 217, de 2008, proveniente da Medida Provisória nº 401, de 13 de novembro de 2007, que altera as Leis nºs 11.134, de 15 de julho de 2005, e 11.361, de 19 de outubro de 2006, dispõe sobre a remuneração devida aos militares da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal e sobre os subsídios das carreiras de Delegado de Polícia do Distrito Federal e de Polícia Civil do Distrito Federal.	163
Considerações acerca da epidemia de dengue no Rio de Janeiro.....	304	JOÃO TENÓRIO	
Considerações sobre o vazamento do dossiê dos cartões corporativos.....	322	Parecer nº 213 de 2008 (da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional), sobre a mensagem nº 40, de 2008 (nº 27/2008, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Sr. Virgílio Morretsohn de Andrade, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino do Marrocos.....	132
Críticas ao Senador Mão Santa em seu pronunciamento na sessão de 2 de abril de 2008, usando expressões insultuosas contra a Ministra Dilma Rousseff.	437	Análise sobre a reforma tributária encaminhada pelo Executivo ao Congresso Nacional.	486
Lamenta os episódios ocorridos ao longo da semana no Senado e acusa a Oposição de tentar incluir na pauta da CPI a questão eleitoral de 2010.	477	JOÃO VICENTE CLAUDINO	
INÁCIO ARRUDA		Requerimento nº 375, de 2008, que requer que seja consignado, nos Anais do Senado, Voto de Aplauso ao Prefeito de Teresina, Silvio Mendes, e ao Secretário Municipal de Educação e Cultura, Washington Bonfim.....	378
Registro da história da sede da União Nacional dos Estudantes e da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas, que foi invadida, em 1964, pelo regime militar.....	129		
Requerimento nº 382, de 2008, que requer que seja considerada como desempenho de missão parlamentar no exterior, minha participação, no período de 9 a 13 de abril de 2008, na Conferência Mundial da Paz, que ocorrerá em Caracas – Venezuela, entre os dias 8 e 13 de abril de 2008, conforme requerimento de Nº 341 de 2008, aprovado na Sessão de 3 de abril de 2008.....	636		
JEFFERSON PÉRES			
Críticas ao Presidente Lula por excesso na edição de medidas provisórias.	65		

Pág.	Pág.
	XIII
Projeto de Resolução nº 14, de 2008, que renu- mera parágrafo único do art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal em § 1º, e acrescenta § 2º ao referido artigo, para estabelecer compulsori- dade de tramitação conjunta de matérias e Medidas Provisórias que tratem do mesmo assunto quando em tramitação simultânea na Casa.	476
Preocupação com a situação das vítimas das enchentes no Estado do Piauí.....	476
Homenagem à Prefeitura de Teresina por es- tar entre as 37 cidades escolhidas pelo MEC com melhor Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, ao jornal <i>Diário do Povo</i> , de Teresina, por ter recebido o prêmio “Mérito Lojista” e à judoca piauiense Sara Menezes, que representará o Brasil nas Olimpíadas de Pequim.....	488
JOSÉ AGRIPINO	
Questionamento acerca da urgência, rele- vância e constitucionalidade de Medida Provisória que abre crédito extraordinário no valor de R\$ 50 milhões.	144
Discussão da Medida Provisória nº 400, de 2007, que abre crédito extraordinário em favor da Presidência da República e do Ministério da Saúde, no valor global de cinquenta milhões de reais, para os fins que especifica.	146
Discussão do Parecer nº 217, de 2008, pro- veniente da Medida Provisória nº 401, de 13 de novembro de 2007, que altera as Leis nºs 11.134, de 15 de julho de 2005, e 11.361, de 19 de outubro de 2006, dispõe sobre a remuneração devida aos militares da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal e sobre os subsídios das carreiras de Delegado de Polícia do Distrito Federal e de Polícia Civil do Distrito Federal.....	161
Debate sobre a questão do vazamento do dossiê dos cartões corporativos e a apuração dos fatos.....	325
Pleito ao Presidente Garibaldi Alves no sen- tido de que seja imediatamente lido o requerimen- to de constituição da CPI do Senado dos cartões corporativos.	446
Apreensão pelas cheias do Rio Grande do Norte. Aparte à Senadora Rosalba Ciarlini.....	453
Proposta de que seja lido o requerimento de abertura de uma CPI no Senado, para investigação dos cartões corporativos no dia 3 de abril de 2008 e se compromete a participar da reunião do dia 8 de abril de 2008 para debate da pauta.....	467
Defesa de que seja lido o requerimento da CPI dos cartões corporativos.....	472
	Atendimento ao apelo do Presidente Garibaldi Alves Filho para a realização de reunião de Líderes no dia 8 de abril de 2008.....
	476
	Apoio ao pronunciamento do Senador Pedro Simon e de sua análise do momento político. Aparte ao Senador Pedro Simon.....
	655
	Preocupação com as cheias no Estado do Rio Grande do Norte.....
	657
	Indignação com atitude do Governo de utili- zar a Polícia Federal para investigar a autoria do vazamento do dossiê dos cartões corporativos.....
	657
	JOSÉ NERY
	Proposta de Emenda à Constituição nº 13, de 2008, que altera o inciso IV do §1º, inciso III do § 2º, revoga a alínea a do inciso X do § 2º, altera a alínea e do inciso XII do § 2º, todos do artigo 155 da Constituição Federal, bem como revoga o artigo 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, alterando, assim, o Sistema Tributário Nacional....
	46
	Solidariedade aos trabalhadores dos Correios que encontram-se em greve. Solicita ao Governo Federal apoio para solução do problema.
	124
	Requerimento nº 371, de 2008, que requer a realização de Sessão Especial, no dia 28 de maio de 2008, para homenagear o evento FSM – Fórum Social Mundial que ocorrerá na cidade de Belém do Pará em janeiro de 2009, sob o lema “Um Outro Mundo é Possível”, com o objetivo de apresentar contribuições para a construção de um novo modelo de desenvolvimento sustentável para o mundo, para o Brasil, dando especial relevância para a Região Amazônica.....
	376
	Encaminhamento de dois requerimentos o primeiro para o debate da participação do Senado no Foro Social Mundial, e o segundo para que seja votada a PEC 41, de 2003, sobre o fim da reeleição para os cargos executivos.
	438
	Solicitação de votação do Requerimento 341, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para a criação de comissão temporá- ria externa, destinada a definir a participação do Senado na Conferência Mundial da Paz, em Cara- cas, de 8 a 13 de abril.
	478
	Cooperação na tentativa de encontrar um acordo humanitário na Colômbia que contribua efetivamente para pôr fim a tantos anos de guerra. Aparte à Senadora Roseana Sarney.....
	480
	Críticas à decisão do Tribunal de Justiça do Estado do Pará pela não abertura de processo administrativo disciplinar para apurar eventuais responsabilidades de juíza no caso da prisão ilegal

	Pág.		Pág.
e tortura da adolescente L., ocorrido em Abaetetuba- PA.	483	MAGNO MALTA	
Solidariedade à luta de estudantes da UNB que promoveram a invasão da reitoria, exigindo a apuração de todas as denúncias de fraudes que envolvem a aplicação de recursos da Finatec.....	483	Saudação à corporação do Corpo de Bombeiros que se encontra na sessão.....	117
Preocupação com a situação das vítimas das enchentes no Estado do Piauí. Aparte ao Senador João Vicente Claudino.....	489	Registro da atuação da CPI da Pedofilia.	117
Homenagem à memória de Martin Luther King. Aparte ao Senador Paulo Paim.	521	Encontro de S. Exa. com o Procurador da República, Antônio Fernando, o Senador Demóstenes Torres e a Diretora da CPI da Pedofilia, onde o Procurador Antonio Fernando coloca à disposição da CPI um procurador federal para que seja interlocutor, na construção de uma legislação que tipifique este crime no Brasil.....	139
Registro da realização da oitava versão do Fórum Social Mundial (FSM), em janeiro de 2009, em Belém/PA.	526	Parecer nº 228, de 2008 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 17, de 2008, do Senador Alvaro Dias, que requer que sejam prestadas pelo Ministério das Relações Exteriores informações a respeito do carro colocado à disposição do Sr. José Dirceu de Oliveira e Silva pela Embaixada brasileira em Madri.	188
Requerimento nº 381, de 2008, que requer licença dos trabalhos da Casa no período de 10 a 14 de abril de 2008, tendo sido autorizado pelo Plenário para representar o Senado Federal, como Senador da República e membro da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal na Conferência Mundial da Paz, a realizar-se na cidade de Caracas, Venezuela, nos dias 11, 12 e 13 de abril de 2008.	636	Parecer nº 273, de 2008 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 121, de 2008, do Senhor Senador Sergio Zambiasi, que requer que sejam prestadas informações pelo Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores sobre a proposição para apreciação do texto do Acordo para a Criação de Escolas e/ou Institutos Binacionais Fronteiriços Profissionais e/ou Técnicos e para Habilitação de Cursos Técnicos Binacionais Fronteiriços, firmado em Brasília no dia 1º de abril de 2005, entre o Brasil e a República Oriental do Uruguai.	225
KÁTIA ABREU		Esclarecimentos a respeito da CPI da Pedofilia.	420
Homenagem de pesar pelo falecimento do Sr. João Maria dos Santos, pai da Sra. Senadora Serys Silhessarenko.....	234	MÃO SANTA	
Registro da relevância da Ilha da Marambaia, no Rio de Janeiro, para o fortalecimento das Forças Armadas.	234	Elogios à atuação do Presidente do Senado, Senador Garibaldi Alves Filho, em momentos tormentosos, como a extinção da CPMF e a aprovação da TV Pública.....	66
LOBÃO FILHO		Críticas às afirmações feitas à imprensa pelo vice-presidente José Alencar, sobre “terceiro mandato” para Presidente Lula”.	119
Projeto de Lei do Senado nº 114, de 2008, que altera o artigo 944 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, para estabelecer parâmetros e limitar o valor de indenizações por danos morais. ..	43	Importância da vinda da Ministra Dilma Rousseff ao Senado para esclarecer as denúncias que envolvem seu nome com o dossiê dos cartões corporativos.	334
LÚCIA VÂNIA		Explicações acerca do seu pronunciamento do dia 2 de abril de 2008.	415
Comemoração pela conquista de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) que irão financiar escolas técnicas recém-criadas.....	562	Explicação a respeito do pronunciamento feito por S.Exa. no dia 2 de abril, onde se referia à Ministra Dilma Rousseff.....	427
Cumprimentos ao Senador Adelmir Santana, eleito vice-Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.	562		
Cumprimentos ao Senador Virgínio de Carvalho pelo seu pronunciamento e por substituir a Senadora Maria do Carmo. Aparte ao Senador Virgínio de Carvalho.....	566		

	Pág.		Pág.
Apelo ao Ministro dos Transportes e ao Ministro da Agricultura em favor do Estado do Piauí.	482	a Emenda nº 29, que vincula recursos financeiros dos Estados, dos Municípios e da União à saúde.	140
Homenagem à Senadora Maria do Carmo Alves e suas obras sociais. Aparte ao Senador Virgíno de Carvalho.	566	Registro da matéria intitulada "Finatec usou empresa que doou para o PT", publicada pelo jornal <i>Folha de S. Paulo</i> , em sua edição de 28 de fevereiro de 2008.....	349
Contestação ao pronunciamento do senador Cristovam Buarque acerca do que é debatido no Congresso Nacional. Aparte ao Senador Cristovam Buarque.	572	Registro do artigo intitulado "Que tal olhar o que está errado aqui mesmo?", publicado na revista <i>Exame</i> , edição de 13 de fevereiro de 2008.	502
Considerações sobre uma carta e um estudo sobre a dengue no Brasil enviados por Alberto Silva.....	574	MÁRIO COUTO	
Apresentação de requerimento de voto de pesar pelo falecimento do Sr. Waldson Antônio Neiva Moura Santos.	629	Solicitação, ao Presidente do Senado, para que realize audiência, recebendo Prefeitos, sindicatos e Senadores da Amazônia Legal, para debater a situação do produtor de madeira.....	69
Homenagem pelo transcurso do Dia do Corretor de Imóveis, do Dia do Jornalista, do Dia do Médico Legista e do Dia Mundial da Saúde.	629	Críticas à "falta de investigação prévia" nas ações da Operação Arco de Fogo, empreendida por agentes da Polícia Federal, do Ibama e da Secretaria Estadual de Meio Ambiente do Pará, para combater a extração e venda clandestina de madeira na Amazônia Legal.	88
Preocupação com compras parceladas pelos consumidores brasileiros.....	634	Solicitação de informações ao Senador José Nery, presidente da sessão, sobre o prazo para votação do projeto de lei 58, sobre os aposentados.	100
Requerimento nº 380, de 2008, que requer que seja apresentado voto de pesar pelo falecimento do Sr. Waldson Antônio Neiva Moura Santos, Prefeito de Ipiranga do Piauí, apresentando condolências à família.	635	Considerações sobre a importância das indústrias madeireiras para o Estado do Pará. Aparte ao Senador Flexa Ribeiro.	123
MARCELO CRIVELLA		Solicitação ao Presidente do Senado para que faça um acordo com as Lideranças para a votação do Projeto de Lei nº 58, do Senador Paim, relativo aos aposentados.	141
Apelo às autoridades municipais do Rio de Janeiro para que aumente a cobertura do programa Saúde da Família, para combater a epidemia de dengue.....	133	Discussão da Medida Provisória nº 400, de 2007, que abre crédito extraordinário em favor da Presidência da República e do Ministério da Saúde, no valor global de cinqüenta milhões de reais, para os fins que especifica.	148
MARCONI PERILLO		Discussão do Parecer nº 217, de 2008, proveniente da Medida Provisória nº 401, de 13 de novembro de 2007, que altera as Leis nºs 11.134, de 15 de julho de 2005, e 11.361, de 19 de outubro de 2006, dispõe sobre a remuneração devida aos militares da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal e sobre os subsídios das carreiras de Delegado de Polícia do Distrito Federal e de Polícia Civil do Distrito Federal.	160
Projeto de Lei do Senado nº 107, de 2008, que inscreve o nome de Getúlio Dornelles Vargas no Livro dos Heróis da Pátria.	13	Apelo em favor da votação do Projeto de Lei do Senado 58, de 2003, que trata do reajuste dos aposentados.	272
Projeto de Lei do Senado nº 108, de 2008, que inscreve o nome de Rui Barbosa de Oliveira no Livro dos Heróis da Pátria.	15	Registro das matérias intituladas "Lula 'estarece'", afirma presidente do TSE" e "Denúncia diz ser 'indubitável' ação de Palocci", publicadas no jornal	
Projeto de Lei do Senado nº 109, de 2008, que altera dispositivo da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, que institui a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), disciplina o regime das concessões de serviços públicos de energia elétrica e dá outras providências.....	16		
Projeto de Lei do Senado nº 110, de 2008, que institui o Fundo Comunidade Esportiva (FCE) para a construção de quadras poliesportivas nos municípios e no Distrito Federal.	24		
Apelo ao Presidente do Senado para que se aprecie projeto de sua autoria, que visa regulamentar			

	Pág.		Pág.
<i>Folha de S. Paulo</i> , de 03 de março de 2008 e de 29 de fevereiro de 2008, respectivamente.....	346	OSMAR DIAS	
Registro da matéria intitulada “Autópsia da corrupção”, publicada na revista <i>Veja</i> , edição de 30 de janeiro de 2008.....	511	Sugestões ao Presidente Garibaldi Alves Filho para o aperfeiçoamento dos trabalhos da Casa....	66
Defesa da votação de Projeto de Lei do Senado que regulariza o reajuste dos aposentados e pensionistas.....	636	Votação contrária à Medida Provisória nº 400, de 2007, que abre crédito extraordinário em favor da Presidência da República e do Ministério da Saúde.	145
Questionamentos sobre a Operação Arco de Fogo, da Polícia Federal.....	636	Apoio ao Senador Mário Couto em favor à votação do Projeto de Lei do Senado 58, de 2003, que trata do reajuste dos aposentados. Aparte ao Senador Mário Couto.....	275
MARISA SERRANO		Pesquisa realizada pela Unicef, Ministério da Educação e pela Undime, que destaca 37 municípios, dentre eles, cinco do Estado do Paraná, na adoção de iniciativas educacionais de grande repercussão nos níveis fundamental e médio.	283
Registro do artigo intitulado “Tardia conversão”, de autoria do Líder do PSDB no Senado Federal, Senador Arthur Virgílio, publicado no jornal <i>Folha de S. Paulo</i> , em sua edição de 23 de março do corrente.....	351	PAPALÉO PAES	
MOZARILDO CAVALCANTI		Alerta para risco de inflação no país e cobrança de investimentos federais nos setores de energia, transportes, agricultura, saúde e educação.....	56
Defesa dos policiais dos ex-Territórios Federais, que não foram contemplados por medida provisória que favorece os policiais e bombeiros do Distrito Federal.	101	Preocupação sobre a votação da Medida Provisória nº 401 e o impacto que ela terá sobre os ex-territórios.....	152
Defesa da permanência de agricultores na reserva indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima.....	101	Discussão do Parecer nº 217, de 2008, proveniente da Medida Provisória nº 401, de 13 de novembro de 2007, que altera as Leis nºs 11.134, de 15 de julho de 2005, e 11.361, de 19 de outubro de 2006, dispõe sobre a remuneração devida aos militares da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal e sobre os subsídios das carreiras de Delegado de Polícia do Distrito Federal e de Polícia Civil do Distrito Federal.	158
Requerimento nº 370, de 2008, que requer que o Período do Expediente da Sessão do Senado Federal do dia 20 de Agosto de 2008 seja destinada a homenagear a Maçonaria Brasileira, pelo transcurso do Dia do Maçom.....	376	Considerações acerca do reajuste dos servidores dos ex-territórios.....	165
Leitura da Carta de Roraima, assinada pelo Governador do Estado, pelos Deputados Federais e Estaduais, sobre as medidas necessárias no intuito da judicialização da questão que envolve a área indígena Raposa/Serra-do-Sol.....	408	Registro da matéria intitulada “Há o direito de esperar”, publicada pelo jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , em sua edição de 01 de março de 2008.	356
Considerações acerca da entrevista concedida pelo Presidente Garibaldi Alves Filho à revista <i>Veja</i> . Aparte ao Senador Cristovam Buarque.....	424	Registro da matéria intitulada “Quem vazou sigilo deve se explicar, diz Jorge Mattoso”, publicada no jornal <i>Folha de S. Paulo</i> , edição de 27 de fevereiro de 2008.....	500
Requerimento nº 379, de 2008, que requer licença dos trabalhos da Casa no período de 9 a 23 de abril de 2008 para acompanhar, pelo período de 15 (quinze) dias, a Operação Upatakon III, programada pela Polícia Federal na reserva indígena Raposa Serra do Sol, no Estado de Roraima, bem como os desdobramentos desse processo.....	518	PATRÍCIA SABOYA GOMES	
Relato de acontecimentos envolvendo conflito na reserva indígena Raposa/Serra do Sol, no Estado de Roraima.....	533	Requerimento nº 358, de 2008, que requer que o Projeto de Lei do Senado nº 24, de 2008, que “altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para dispor sobre a utilização de ajudas técnicas na utilização de caixas eletrônicos por portadores de deficiência visual”, que além da Comissão do	

	Pág.		Pág.
despacho inicial seja também apreciado pela Comissão de Assuntos Sociais.....	11	Homenagem à memória de Martin Luther King.....	519
Homenagem à Câmara de Dirigentes Lojistas de Fortaleza, pelo trabalho destacado na responsabilidade social.....	361	Considerações acerca do Fórum Social Mundial. Aparte ao Senador José Nery.....	527
PAULO DUQUE		Homenagem pelo transcurso do Dia do Jornalista e cumprimentos à Federação Nacional dos Jornalistas, que aproveita o momento para reivindicar por essa categoria.....	622
Considerações sobre a epidemia da dengue no Rio de Janeiro.....	305	Comentários ao estudo realizado pela Unicef e pelo Ministério da Educação que lista os 37 municípios brasileiros que se destacam na oferta de educação com qualidade. Apelo em favor de investimentos na educação.....	622
Requerimento nº 372, de 2008, que requer que seja aprovado pelo Senado Federal, voto de profundo pesar pelo falecimento do advogado Dr. Carlos Alberto Motta Vinha, do Rio de Janeiro.....	377	Defesa da votação de Projeto de Lei do Senado que regulariza o reajuste dos aposentados e pensionistas. Aparte ao Senador Mário Couto.....	637
PAULO PAIM		PEDRO SIMON	
Projeto de Lei do Senado nº 112, de 2008, que modifica a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que "regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências", para determinar que o Poder Público priorize a compra de papel reciclado.....	40	Comentários sobre a Carta de Natal, dos Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais, redigida após reunião nos dias 27 a 28 de março de 2008 em Natal.....	415
Projeto de Lei do Senado nº 113, de 2008, que autoriza o Poder Executivo a criar Centros de Integração Federal em todas as comunidades quilombolas do País.....	41	Elogio à conduta do Presidente Garibaldi Alves Filho.....	475
Preocupações com a greve dos trabalhadores dos Correios.....	51	Análise acerca do momento que o Governo está presenciando, momento sem perigo de cassação.....	648
Considerações sobre o tema "fator previdenciário".....	51	RAIMUNDO COLOMBO	
Apoio ao Senador Mário Couto em favor à votação do Projeto de Lei do Senado 58, de 2003, que trata do reajuste dos aposentados. Aparte ao Senador Mário Couto.....	273	Reflexão sobre o crescimento econômico do País e a excessiva carga tributária.....	269
Registro de documento encaminhado pela Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (COBAP), em favor da votação do Projeto de Lei da Câmara 42, de 2007 e dos Projetos de Lei do Senado 58 de 2007 e 296, de 2003.....	277	RENATO CASAGRANDE	
Anúncio da participação de S.Exa. em reunião de negociação para a resolução do impasse da greve dos carteiros, onde foi entabulado um acordo..	277	Projeto de Lei do Senado nº 106, de 2008, que altera a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, para estender o benefício do art. 40 às pessoas jurídicas com sede no País, não tributadas com base no lucro real.....	11
Apelo em favor do fortalecimento do ensino técnico profissionalizante no País.....	277	Registra a visita do Conselho Nacional de Órgãos Fazendários Municipais ao estado do Espírito Santo e anuncia grande mobilização de prefeitos de todo Brasil em Brasília, para debater juntamente com o Congresso Nacional, o pacto federativo e a melhoria na distribuição de recursos aos municípios.....	118
Participação de S.Exa. nesta semana, da comitiva do Presidente Lula em visita às obras do Pólo Naval de Rio Grande/RS.....	519	Registro de comemoração dos dois anos da Agência Nacional de Aviação civil, ANAC.....	133
Registro de carta do cidadão Walter Gomes, de Manhumirim-MG, elogiando o trabalho dos senadores em defesa dos aposentados e pensionistas.....	519	Análise dos fatos referentes à denúncia de um dossiê com informações sigilosas sobre os gastos	

	Pág.		Pág.
com cartão corporativo do governo do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso.....	332	Registro de lançamento do Novo Telecurso, de iniciativa da Fiesp em parceria com a Fundação Roberto Marinho e considerações acerca de pesquisa do Ministério da Educação que denota preocupação em melhorar o ensino oficial com objetivos semelhante.	296
ROMERO JUCÁ		Projeto de Lei do Senado nº 117, de 2008, que institui o Dia Nacional do Vigilante.....	397
Parecer nº 216, de 2008 (de Plenário), sobre a medida provisória nº 400, de 2007, que abre crédito extraordinário em favor da Presidência da República e do Ministério da Saúde, no valor global de cinquenta milhões de reais, para os fins que especifica.....	143	Projeto de Lei do Senado nº 118, de 2008, que altera dispositivos da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, que “define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração”..	405
Votação contrária à Medida Provisória nº 400, de 2007, que abre crédito extraordinário em favor da Presidência da República e do Ministério da Saúde para liberar a pauta para a MP nº401, em homenagem à Polícia Militar, Polícia Civil e aos Bombeiros do GDF.....	145	ROSALBA CIARLINI	
Esclarecimentos acerca da Medida Provisória nº 400, de 2007, que abre crédito extraordinário em favor da Presidência da República e do Ministério da Saúde, no valor global de cinquenta milhões de reais.....	148	Priorização da aplicação de recursos do Governo, principalmente na área da saúde. Aparte ao Senador Papaléo Paes.....	57
Garantia de que o Governo irá construir um solução para os policiais dos ex-Territórios e pedido para que a Medida Provisória nº 401 seja votada da forma como está.....	151	Referência ao pronunciamento do Senador Expedido Júnior sobre a forma de cobrança do ICMS sobre o petróleo.....	61
Considerações acerca da votação do Parecer nº 217, sobre a remuneração da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal e sobre as implicações para os servidores dos ex-territórios..	160	Defesa da transposição de parte das águas do Rio São Francisco para outras áreas da região Nordeste.....	61
Crítica ao Senador Álvaro Dias por não esclarecer as informações de que seria o responsável pela divulgação na imprensa do dossiê sobre os gastos em cartão corporativo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso.....	309	Apoio ao Senador Mário Couto em favor à votação do Projeto de Lei do Senado 58, de 2003, que trata do reajuste dos aposentados. Aparte ao Senador Mário Couto.....	274
Comemoração pelo desempenho da economia brasileira, através de um crescimento expressivo e continuado.....	360	Congratulação ao Senador Cristovam Buarque pela aprovação de projeto de lei que prevê a construção de salas de aula em presídios. Aparte ao Senador Cristovam Buarque.....	286
Considerações sobre a questão do crédito no Brasil e a notícia de que o governo federal estaria prestes a tomar medidas que limitariam a oferta de crédito objetivando conter o consumo e controlar a inflação.....	500	Considerações sobre a questão energética nacional. Aparte ao Senador César Borges.....	288
ROMEU TUMA		Saudação à posse do Senador Carlos Dunga. Aparte ao Senador Carlos Dunga.....	292
Apoio ao Senador Mário Couto em favor à votação do Projeto de Lei do Senado 58, de 2003, que trata do reajuste dos aposentados. Aparte ao Senador Mário Couto.....	275	Comemoração pelo transcurso do cinquentenário da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.....	295
Saudação à posse do Senador Carlos Dunga. Aparte ao Senador Carlos Dunga.....	293	Relato sobre as conseqüências das fortes chuvas que atingem o Rio Grande do Norte.....	452
		ROSEANA SARNEY	
		Apelo em favor da libertação de Ingrid Betancourt, seqüestrada pelas FARC.....	479
		Apelo ao presidente Lula no sentido de socorrer com presteza as vítimas das enchentes no Maranhão.....	479
		SÉRGIO GUERRA	
		Na qualidade de Presidente do PSDB defende que todos os dados referentes a gastos públicos	

	Pág.		Pág.
sejam divulgados, quer sejam do governo atual ou do anterior.....	329	valor da renúncia fiscal relativa aos produtos que especifica.....	231
Registro da matéria intitulada “A farra do Cartão de Crédito”, publicada pela revista <i>Veja</i> , em sua edição de 06 de fevereiro 2008.	352	Parecer nº 284, de 2008 (da Comissão Diretora), sobre a Emenda de Plenário nº 1 ao Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 139, de 2006, que altera o Decreto-Lei no 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, para prever a videoconferência como regra no interrogatório judicial..	232
Registro da matéria intitulada “Autópsia da corrupção”, publicada na revista <i>Veja</i> , edição de 30 de janeiro de 2008.....	506	Solicitação de esclarecimento ao PSDB sobre matéria que afirma que foi a Oposição quem divulgou dossiê do Governo contra Fernando Henrique.....	305
SERYS SLHESSARENKO		Justificativa acerca do motivo que o levou a questionar o Senador Alvaro Dias pela reportagem acerca do dossiê contra Fernando Henrique Cardoso. Aparte ao Senador Alvaro Dias.....	308
Parecer nº 285, de 2008 (da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 117, de 2007 nº 1.213/2007, na origem, que acresce o art. 543-C à Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, estabelecendo o procedimento para o julgamento de recursos repetitivos no âmbito do Superior Tribunal de Justiça.....	259	VALDIR RAUPP	
Repúdio à manifestação do Senador Mão Santa, na sessão de 2 de abril de 2008, ao se referir à Ministra Dilma Rousseff de forma pejorativa e desrespeitosa.	425	Discussão do Parecer nº 217, de 2008, proveniente da Medida Provisória nº 401, de 13 de novembro de 2007, que altera as Leis nºs 11.134, de 15 de julho de 2005, e 11.361, de 19 de outubro de 2006, dispõe sobre a remuneração devida aos militares da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal e sobre os subsídios das carreiras de Delegado de Polícia do Distrito Federal e de Polícia Civil do Distrito Federal.	156
Mantém a opinião de que a referencia que o senador Mão Santa fez à Ministra Dilma Rousseff foi pejorativa.....	429	Compromisso do Governo com os Servidores dos ex-Territórios, para que possam receber seus benefícios.	157
Transcrição nos Anais do Senado de carta aberta da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República e do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, manifestando repúdio pela forma que o Senador Mão Santa se referiu à Ministra Dilma Rousseff.....	450	Considerações acerca da votação do Parecer nº 217, sobre a remuneração da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal e sobre as implicações para os servidores dos territórios.....	164
Homenagem à cidade de Cuiabá-MT, que comemora no dia 8 de abril de 2008, 289 anos de sua fundação.	529	VALTER PEREIRA	
Referências aos resultados econômicos obtidos pelo governo do Presidente Lula.	529	Discussão do Parecer nº 217, de 2008, proveniente da Medida Provisória nº 401, de 13 de novembro de 2007, que altera as Leis nºs 11.134, de 15 de julho de 2005, e 11.361, de 19 de outubro de 2006, dispõe sobre a remuneração devida aos militares da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal e sobre os subsídios das carreiras de Delegado de Polícia do Distrito Federal e de Polícia Civil do Distrito Federal.	166
TIÃO VIANA		VIRGÍNIO DE CARVALHO	
Parecer nº 232, de 2008 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 55, de 2008, relativo a envio de informações pelo Ministro de Estado da Saúde.	191	Compromisso em defesa do Senado Federal e da democracia.	564
Parecer nº 282, de 2008 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 192, de 2008, ao Ministro de Estado das Comunicações, solicitando informações detalhadas sobre entendimentos relacionados com a compra da empresa aérea VarigLog pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.	230		
Parecer nº 283, de 2008 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 206, de 2008, ao Ministro de Estado da Fazenda, solicitando o			

	Pág.		Pág.
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA			
Esperança de que seja investigado o vazamento de informações sigilosas da presidência da república.	327	Reclamação pelo descumprimento de acordo para retirada do requerimento da criação de CPI exclusiva no Senado para investigar os cartões corporativos.	449
Requerimento nº 368, de 2008, que requer a tramitação conjunta do Projeto Lei do Senado nº 257 de 2005 e do Projeto de Lei do Senado nº 315 de 2005, por tratarem de temas correlatos.....	375	Solicita que seja preservada a proposta do Presidente da Casa de uma reunião com todos os líderes, para depois se proceder à leitura do requerimento da CPI dos cartões corporativos.	469
		Questionamentos acerca da instauração CPI dos cartões corporativos.....	471